



**41^a Reunião Anual da
Sociedade Brasileira de
Psicologia**



**Belém-PA
26-29 OUT
de 2011**

RESUMOS DE COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

PSICOLOGIA E GESTÃO DO ENVELHECIMENTO. *Alisson Moura Cruz**, *Adriano da Silva Rozendo***, *Luciana Santos da Rosa**, *Jaque Moreira Barros* e Márcio Luis Saedt Saunali** (Curso de Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso campus de Rondonópolis, MT)

O envelhecimento da população brasileira é um fenômeno demográfico de grande relevância no mundo contemporâneo. Diante de uma possível inversão etária da pirâmide populacional brasileira, apontada pelos levantamentos estatísticos de órgãos governamentais, o Estado, o mercado e a ciência já se empenham, arduamente, na construção de espaços e produtos especializados destinados à terceira idade. Nesta movimentação de adaptação à realidade de uma população envelhecida, a psicologia, acostumada a se focar nas idades cronológicas da infância e adolescência, também volta sua atenção aos mais velhos. Com isso, os saberes psicológicos passam a unir esforços à gerontologia, na construção de práticas e saberes especializados. Exatamente desta movimentação contemporânea que surge o nosso trabalho, resultado de experiências de um estágio do curso de psicologia, da Universidade Federal de Mato Grosso, campus de Rondonópolis – CUR/Rondonópolis. É neste mesmo espaço acadêmico que é desenvolvido um programa de atenção à terceira idade, denominado ‘Núcleo de Estudos e Atividades da Terceira Idade’ – NEATI, onde são realizadas, semanalmente, as ‘oficinas de psicologia’, com um grupo de ‘estudantes idosos veteranos’. O objetivo fundamental destas oficinas é proporcionar aos usuários do referido programa, experiências de vida que rompam com a lógica de gestão do envelhecimento, instruída pelos saberes e instâncias hegemônicas supracitadas; a começar pela desconstrução das fronteiras impostas pelo próprio programa, em foco. Neste sentido, buscamos espriar os espaços de convivência e de circulação das idades avançadas da vida, ampliando um horizonte de vida sonogado pelos ‘especialismos’ espaços-temporais, imputados aos mais velhos. Como principal recurso teórico-metodológico, utilizamo-nos das noções de grupo operativo, propostas por Pichon-Riviére, nas quais, o engajamento do grupo, em torno de uma tarefa, é compreendido como núcleo fundamental de intervenção. Em alguns encontros, nos valem de elementos do psicodrama, proposto por Moreno, principalmente nas encenações e dramatizações de algumas situações que emergiram no grupo. Dentre os resultados preliminares desta *práxis*, podemos destacar os momentos de irrupção de instâncias não autorizadas, quando os idosos se tornaram protagonistas de determinadas atividades desempenhadas pelo grupo. Por outro lado, não podemos negligenciar a forte resistência dos participantes em ocupar os lugares não especializados, principalmente, em realizar atividades fora do espaço físico do NEATI, que se constitui como núcleo básico de convivência grupal. A força dos espaços especializados acaba reprimindo diversas potencialidades dos anciãos e, a ratificação do Estado, do mercado, da ciência e da sociedade em geral em relação a estas instâncias, torna ainda mais árduo, o desafio da psicologia que se propõe a constituir uma realidade mais sintonizada aos anseios da velhice.

Palavras-chave: Psicologia, terceira idade, programas de atenção.

IC

SOCIAL

ALCANCE (SPAN) DE RECONHECIMENTO ESPACIAL EM CEBUS CF. APELLA. *Ryan Ríquel Barbosa do Espírito Santo**, Carlos Rafael Fernandes Picanço, Ana Leda de Faria Brino, Paulo Roney Kilpp Goulart, Olavo de Faria Galvão e Willian McIlvane (NTPC, UFPA, Belém, PA).

Existem estudos indicando que a contaminação por metilmercúrio afeta a memória espacial, por isso, este estudo foi planejado como uma estratégia para medir a capacidade de detectar, em um arranjo de quadrados brancos ao qual é acrescentado sucessivamente um quadrado novo, o quadrado que foi acrescentado. O sujeito foi um macaco-prego (*Cebus apella*) macho juvenil, com história de participação em estudos de discriminação simples e condicional. Em uma tela sensível ao toque era apresentada uma matriz 3 x 6 de molduras quadradas, com uma delas preenchida de branco. Quando o sujeito tocava o quadrado preenchido a tela apagava e uma pelota de alimento era fornecida automaticamente. Na tentativa seguinte a mesma e uma nova moldura eram preenchidas, e se o sujeito tocasse no quadrado branco mais recentemente preenchido, era reforçado. Se o sujeito tocasse em um estímulo antigo a tela apagava e não era fornecida a pelota, caso o sujeito tocasse nas molduras não preenchidas a tela não era alterada. Após os erros eram programadas até 3 tentativas repetidas como procedimento de correção. Uma sequência começava sempre com um quadrado preenchido e ia até no máximo 9 molduras preenchidas. O treino iniciou-se com sequências de 2 estímulos e sequências maiores foram inseridas gradualmente. Uma sessão continha dois blocos de sequências; quando o sujeito atingia 3 sequências corretas consecutivas no primeiro bloco de sequências, acrescentava-se mais uma moldura preenchida nas sequências do próximo bloco. Quando o sujeito atingia 3 sequências corretas consecutivas logo nas 6 primeiras sequências da sessão, na sessão seguinte as sequências iniciais já começavam indo até mais um moldura preenchida. As sessões eram encerradas após o término de todas as sequências programadas do primeiro bloco ou se o sujeito atingisse 3 sequências corretas consecutivas no segundo bloco. O intervalo entre tentativas e sequências era de 5 s. Para atingir o desempenho de 3 sequências corretas consecutivas em sequências de até 2, 3, 4, 5 e 6 estímulos o sujeito demorou 2, 2, 5, 6 e 7 sessões, respectivamente. O procedimento adotado foi efetivo para produzir a seleção das escolhas dos estímulos novos. O padrão de erros mais comum foi o de escolher os estímulos do início da sequência, sendo menor a probabilidade de escolher os mais recentes, dado compatível com o de outros estudos de memória. Os dados foram bastante ordenados e começam a ser replicados com outro sujeito, indicando que o procedimento pode ser efetivo para medir o alcance da memória nesse tipo de sujeito e, portanto, poderá ser sensível para detectar eventuais prejuízos produzidos pela contaminação por metilmercúrio. Testes não verbais de funções executivas como o alcance da memória espacial podem, se devidamente adaptados, ser aplicados a pessoas de diferentes culturas como instrumento de estudos comparativos.

Bolsa de Iniciação científica CNPQ para o primeiro autor

Bolsa de produtividade CNPQ para a terceira autora

Bolsa de produtividade CNPQ para o penúltimo autor

Palavras-chave: cognição, Span de reconhecimento espacial, *Cebus cf. apella*.

IC

AEC

CATEGORIZAÇÃO VIA DISCRIMINAÇÃO SIMPLES COMBINADA EM MACACOS-PREGO (*Cebus cf. apella*). *Ana Paula Bemerguy Assumpção, *Ryan Ríquel Barbosa do Espírito Santo** e *Olavo de Faria Galvão* (NTPC, UFPA, Belém, PA).**

No comportamento categorial generalizado os estímulos que ostentam a característica definidora da categoria são incluídos e os estímulos que não ostentam essa característica são excluídos da categoria. Desempenhos consistentes com os processos de discriminação entre categorias e generalização intra categoria tem sido encontrados em uma variedade de sujeitos não-humanos, entretanto, com macacos-prego em ambiente experimental e com estímulos bidimensionais, tem-se encontrado dificuldades metodológicas para sua demonstração. O objetivo deste trabalho foi o de ensinar a um macaco-prego macho adulto (*Cebus cf. apella*), com história de treino em discriminação condicional por identidade, a escolher, dentre três estímulos apresentados simultaneamente, o pertencente a uma de três categorias. As tentativas foram compostas com um estímulo de cada categoria, os quais eram apresentados em uma tela sensível ao toque. Foram usados quatro estímulos de cada categoria. As categorias utilizadas foram de pássaros, moscas e garrafas, que pertencem ao ambiente do sujeito. O procedimento usado foi o de discriminação simples combinada. Em uma sessão os estímulos de uma das três categorias eram o S+, revezando-se nas tentativas. As sessões eram compostas de um ou dois blocos de 36 tentativas. Se até o final do primeiro bloco, o sujeito alcançasse o desempenho de 12 tentativas corretas consecutivas, no novo bloco os estímulos de outra categoria eram S+, até que a sessão era encerrada. Depois de todas as categorias terem sido S+ por oito vezes foram realizados 12 testes, quatro para cada categoria. Na primeira metade das sessões de teste eram usados três estímulos da categoria S+ e, na segunda metade, o quarto estímulo passava também a ser usado. Nas categorias de moscas e garrafas, o desempenho do sujeito foi positivo para três estímulos, alcançando acerto na primeira tentativa de teste e em pelo menos três outras. Na categoria de pássaros, o sujeito não alcançou o critério de desempenho em nenhum estímulo. Os testes não indicaram claramente a formação de categorias, o que pode ser, entretanto, atribuído à instabilidade do desempenho na linha de base pré-teste. Alguns ajustes de procedimento serão inseridos para garantir que a passagem para a fase de teste apenas ocorra quando não houver erros na primeira parte da sessão. Por outro lado, os erros na linha de base e nos testes foram enviesados para estímulos de uma categoria, em uma indicação indireta de que o sujeito desenvolveu o comportamento categorial. Assim sendo, pretende-se também fazer um ajuste de procedimento para aumentar a probabilidade das respostas ficarem sob controle do S+, evitando-se ocorrência de rejeição (do S+) ou preferência por S- de uma dada categoria.

Bolsa de Iniciação científica CNPQ para a primeira autora

Bolsa de Iniciação científica CNPQ para o segundo autor

Bolsa de produtividade CNPQ para o último autor

Palavras-chave: Discriminação simples combinada, Categorização, *Cebus cf. apella*.

IC

AEC

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEORIA E PESQUISA DO COMPORTAMENTO: ANÁLISE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA. *Paula Danielle Souza Monteiro**, *Livia Souza Bentes** e *Grauben José Alves de Assis*** (Universidade Federal do Pará, Belém-Pa.).

O Programa de Pós-graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento (PPGTPC) está vinculado ao Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento (NTPC), da Universidade Federal do Pará (UFPA). O programa teve início na década de 1980, sendo pioneiro na região Norte do Brasil, elevando a produção de conhecimentos na área da Psicologia. O presente trabalho teve como objetivo investigar as características da produção desse programa em suas duas áreas de concentração (Psicologia Experimental e Eco-Etologia); tipo de trabalho (experimental, descritivo, ou teórico-conceitual); área de investigação (processos básicos, educação, clínica, desenvolvimento/etologia, organizacional e saúde) e tipo de participante (humano ou não-humano). O estudo objetivou também organizar a produção acadêmica do PPGTPC, além de formar um banco de dados com o material coletado para contribuir na busca de referências por pesquisadores ou por temas relacionados às duas áreas de concentração em vigor. Os materiais bibliográficos utilizados para a análise da produção acadêmica do PPGTPC foram suas 231 dissertações e 32 teses defendidas no período entre 1990 e 2010. As fontes de materiais bibliográficos utilizados estavam disponíveis no acervo da biblioteca do NTPC, no Portal da UFPA e/ou ainda no Banco de Teses da CAPES. Inicialmente, os resumos dos trabalhos foram localizados e selecionados no acervo do NTPC. Quando algum dos exemplares não estava disponível neste acervo, recorria-se ao Portal da UFPA ou ao Banco de Teses da CAPES, por meio de pesquisa individual de cada exemplar. A análise foi realizada através dos resumos individuais de cada trabalho. Os resultados indicaram que a maioria dos trabalhos caracterizou-se como processos básicos e com uma crescente produção voltada para a área da saúde, de natureza experimental e realizados com humanos. A maioria dos participantes humanos caracteriza-se como crianças, universitários, alunos com necessidades educacionais especiais e pessoas com problemas de aprendizagem. A análise da produção anual do PPGTPC apontou um crescimento considerável do número de produções ao longo dos vinte e um anos. Atualmente, 19 docentes estão credenciados no programa, distribuídos entre as duas áreas de concentração, sendo que a área de concentração em Psicologia Experimental apresenta maior concentração de pesquisadores, que recebem maior aporte financeiro das agências de fomento. Os resultados desse estudo podem direcionar a busca de novas informações nas duas áreas de concentração do conhecimento científico. Conclui-se que a maior contribuição deste estudo foi explicitar algumas características de sua produção acadêmica e disseminar um conhecimento científico acumulado em seu acervo, que poderá servir como fonte de informações para outros trabalhos semelhantes, reflexões pela própria comunidade do PPGTPC, assim como a organização de um banco de dados com informações relevantes para todos.

Palavras-chave: Programa de Pós-graduação, produção acadêmica, metodologia.

**Docente do Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento e do Programa de Pós-graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. (processo nº301559/2009-0)

Trabalho de Graduação

Sub-Área: Análise Experimental do Comportamento (AEC).

A DESCRIÇÃO DE RELAÇÕES COMPORTAMENTAIS ATRAVÉS NOS POEMAS DE PATATIVA DO ASSARÉ. *Keith Emanuelle Matias, Mariana Souza e Pablo Campos* (Universidade Federal do Vale do São Francisco – Petrolina –PE)

Abordar a subjetividade a partir da Análise do Comportamento é uma empreitada arriscada e complexa, pois é um tema que pode levar a concepções reducionistas e mentalistas. Em função dessa complexidade, essa temática foi, por muito tempo, abandonada pela Análise do Comportamento. No entanto, a demanda da prática clínica atual colocou-a novamente em foco. Skinner, ao falar de eventos privados, desenvolve dois argumentos. O primeiro refere-se à impossibilidade de explicar o comportamento observável a partir do que sentimos e o segundo refere-se à imprecisão do repertório verbal de autodescrição de sentimento. Quando os analistas clínicos trouxeram a discussão da subjetividade, enfatizaram as dimensões verbais desse comportamento. Tourinho procura estudar o problema da subjetividade à luz das contingências culturais, tratando-a como relações comportamentais que precisam ser examinadas dentro de uma construção histórico-cultural. Tendo em vista essas argumentações, procurou-se estudar como a subjetividade e as relações comportamentais se expressavam nos poemas de Patativa do Assaré. A partir das análises dos poemas, verifica-se que o contato do autor com determinado ambiente possibilitou que se desenvolvesse um repertório comportamental mais propício a descrever determinadas contingências relacionadas à vida no sertão. Sendo assim, o sujeito foi modelado a partir do contato com o mundo, modificando e sendo modificado por ele. No trecho do poema Filosofia de Um Trovador Sertanejo, Patativa aponta que cada sujeito descreve o mundo de maneira singular devido à história de vida de cada um, uma vez que cada sujeito está exposto a contingências diferentes, fazendo com que a probabilidade de se comportar de determinada forma varie entre os sujeitos. Aponta-nos também que a descrição do mundo, ou das contingências, só é possível através do contato com a comunidade verbal, que nos ensinará a nomear aspectos do mundo ou até mesmo o que é denominado de sentimentos ou emoções. Já no poema Maria Tetê, o autor descreve as contingências que controlam o sentimento denominado amor, relatando quais as consequências reforçadoras para o sujeito que mantinham a resposta verbal, amor. Contudo, a partir do momento que a resposta verbal deixa de ser reforçadora (quando a mulher se relaciona com outro homem), a descrição em relação à mulher passa a ser outra. Sendo assim, neste relacionamento não havia nada de aversivo para o sujeito até Maria Tetê o trair, o que mostra que as consequências oferecidas pela mulher só eram efetivas quando se destinavam apenas a um sujeito. Portanto, podemos ver que as relações comportamentais permeiam nosso cotidiano. Assim, entende-se que através da literatura feita por um sertanejo com baixa escolaridade, é possível entendermos conceitos como emoções, sentimentos e pensamentos à luz da Análise do Comportamento, para que assim possamos entender como se desenvolveu o conceito de subjetividade na contemporaneidade, levando em consideração os três níveis de determinação. Conceitos básicos e mais complexos foram encontrados nessa análise dos belos versos do nosso ilustre poeta do sertão.

Palavras-chave: Subjetividade, Patativa do Assaré, Análise do Comportamento

IC

AEC

ENVOLVIMENTO DOS PAIS NA EDUCAÇÃO DE FILHOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: PROPOSTA DE REVISÃO DE TREINOS. *Priscila Benitez*** (Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP), *Maria Clara de Freitas*** (Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP) e *Camila Domeniconi* (Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP; INCT-ECCE).

O envolvimento dos pais na rotina acadêmica dos seus filhos é considerado como um dos elementos que contribuem no incremento do desempenho acadêmico dos filhos, em termos de notas, organização e tempo dedicado ao estudo. A monitoria dos pais ou responsáveis sobre o comportamento de estudar dos filhos é um dos itens que favorecem o sucesso ou fracasso escolar. Para que essa monitoria seja promissora do sucesso acadêmico, os familiares poderiam criar condições de exploração ao ambiente, estimular seus filhos a buscarem o conhecimento, fornecer recursos e instrumentos para o estudo. Implementar estratégias e criar condições para ensinar aos pais o manejo de contingências promissoras para a aprendizagem acadêmica dos seus filhos pode ser considerado como um recurso relevante de apoio para transformar as situações de fracasso escolar. Investigações que partem desse pressuposto vêm sendo realizadas, principalmente, com aprendizes com deficiência intelectual que no decorrer do processo de alfabetização não apresentaram sucesso no desenvolvimento de repertórios de leitura e escrita, que são habilidades norteadoras de toda a aprendizagem acadêmica posterior. Apesar dos dados sobre a influência dos pais no desenvolvimento de comportamentos adequados de estudo por seus filhos, muito se tem questionado sobre como os pais têm sido treinados para favorecer tais comportamentos em seus filhos, ou mesmo para ajudá-los de modo efetivo, especialmente, pais de indivíduos com deficiência intelectual. Nessa direção, o presente estudo teve como objetivo analisar treinamentos fornecidos aos pais que contemplassem o envolvimento deles com a educação escolar dos seus filhos, a partir do levantamento e análise crítica da literatura. Dada a carência de estudos identificados na literatura de treinos destinados a pais de indivíduos com deficiência intelectual, optou-se por ampliar a amostra e incluir dados de treinos de pais em geral, priorizando o envolvimento nas atividades acadêmicas dos seus filhos. Como resultado, notou-se a existência de treinamentos que favorecem a interação social entre pais e filhos no momento da resolução da tarefa de casa, bem como, treinos que prepararam as mães para atuarem como favorecedoras de repertórios adequados de estudo com seus filhos, treinos que ensinassem os pais a utilizarem atividades desenvolvidas pelos pesquisadores para desenvolver habilidades de leitura e escrita e por último, o emprego de programas informatizados de ensino para direcionar a atuação dos pais e mostrar o que deve ser feito em cada momento da aplicação. Discutiu-se sobre os resultados obtidos com tais treinos, os quais, em geral, demonstraram que os pais no pré-teste utilizam práticas coercitivas na interação com seus filhos, durante a realização de atividades acadêmicas na residência e, redução de tais práticas no pós-teste. A partir disso, foram realizadas sugestões para a condução de estudos futuros que possam vir a elaborar e implementar treinos destinados aos pais de indivíduos com deficiência intelectual, a destacar, a combinação de treinos que vislumbrem tanto a interação social entre pais e filhos, quanto o ensino técnico das atividades acadêmicas programadas para serem aplicadas junto aos filhos.

Apoio: FAPESP

Palavras-chave: indivíduos com deficiência intelectual; pais; repertório acadêmico.

D

APLICAÇÃO DE UM PROGRAMA INFORMATIZADO DE ENSINO DE LEITURA E ESCRITA POR FAMILIARES DE INDIVÍDUOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL.

*Priscila Benitez*** (Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP) e *Camila Domeniconi* (Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP; INCT-ECCE).

Um grupo de analistas do comportamento desenvolveu um programa de ensino informatizado de leitura e escrita, para aplicação individualizada, que vem sendo utilizado em ambiente controlado de laboratório e, mais recentemente, em situação escolar, com resultados comprovadamente positivos no ensino de habilidades básicas de leitura e escrita para aprendizes com repertórios diversificados. O programa, denominado Aprendendo a Ler e a Escrever em Pequenos Passos (ProgLeit), foi estruturado com base na literatura sobre a formação de classes de estímulos equivalentes e dentre suas principais características podem-se destacar: consequências diferenciais para o desempenho e progressão gradual do conteúdo a ser ensinado, conforme o ritmo do aprendiz. A partir dos resultados obtidos em ambientes controlados e em situação escolar, foi possível estender o uso controlado do programa para contextos mais abrangentes, como a residência do aprendiz. A aplicação doméstica por um familiar treinado para monitorar e registrar as sessões gerou a possibilidade de beneficiar maior número de aprendizes. Assim, esta pesquisa objetivou avaliar a aprendizagem de leitura de aprendizes com deficiência intelectual, expostos ao Módulo 1 do ProgLeit, aplicado por seus familiares em suas residências e investigar o comportamento dos familiares enquanto monitores do programa. Foi fornecido um computador com o programa instalado e implementado um esquema de treinamento e supervisão em cada residência, a partir do desempenho do aprendiz no programa. Para avaliar o desempenho do aprendiz foi aplicada uma avaliação antes e após as sessões de ensino, como medida de pré e pós-teste. Para investigar o comportamento do familiar, aplicou-se semanalmente um questionário desenvolvido para essa finalidade, que permitiu analisar o número de dicas fornecidas aos aprendizes durante a aplicação das sessões e a frequência de aplicação das sessões. Participaram cinco aprendizes de uma escola especial e cinco familiares. Empregou-se o delineamento de sujeito único para análise dos dados. Os aprendizes passaram de desempenhos nulos e inferiores a 20% de acertos na leitura de palavras impressas no pré-teste, para desempenho médio próximo a 89,3% para palavras de treino e 52% para palavras de generalização no pós-teste. O número necessário de sessões de ensino para alcance dos critérios de aprendizagem diminuiu, ao longo da exposição ao procedimento, replicando os resultados de estudos prévios realizados em situação laboratorial e escolar. Com relação ao comportamento dos familiares, notou-se redução no número de dicas, conforme o aprendiz atingia os critérios de ensino, o que evidenciou maior eficiência do programa no controle do comportamento do aprendiz, em relação ao controle exercido pelo monitoramento dos familiares. Com exceção de um monitor, os demais aplicaram as sessões conforme o planejado (no mínimo três vezes por semana). Houve correlação entre o número de supervisão e o número de aplicação das sessões. Conclui-se que os resultados demonstraram a generalidade da aplicabilidade do ProgLeit para além do contexto laboratorial e escolar, indicando que a implementação do programa na residência dos aprendizes com deficiência intelectual e a aplicação pelos familiares pode ser considerada uma situação promissora de aprendizagem para essa população.

Apoio: CAPES, CNPq.

Palavras-chave: ensino individualizado; escrita; leitura; familiares; indivíduos com deficiência intelectual.

M

AEC – Análise Experimental do Comportamento

ENGENHARIA SOCIAL EM MACACOS-PREGO MANTIDOS EM CATIVEIRO: UM POSSÍVEL PROGRAMA DE ENRIQUECIMENTO AMBIENTAL. *Hernando Borges Neves Filho, Ana Paula Bemerguy Assumpção e Romariz da Silva Barros* (Universidade Federal do Pará- Belém, PA).

Alguns autores indicam que a função discriminativa de um estímulo social, como a presença de um co-específico, pode ser modulada em uma determinada situação de acordo com as consequências específicas que um indivíduo, que tem função discriminativa para outros indivíduos, pode produzir. Em um estudo com macacos da espécie *Macaca fascicularis*, indivíduos subordinados dentro da hierarquia de dominância de um grupo foram treinados a realizar uma tarefa. Com o tempo, os sujeitos dominantes do grupo passaram a ser mais tolerantes e menos agressivos com os subordinados especialistas, que eram os únicos sujeitos capazes de produzir comida no aparato disponível. O objetivo do presente estudo foi tentar produzir o mesmo fenômeno com macacos prego (*Cebus spp.*) mantidos em cativeiro. Macacos-prego subordinados foram treinados isoladamente a obter alimento em um aparato utilizando ferramentas. Após o estabelecimento deste repertório, o subordinado especialista teve o aparato a sua disposição na gaiola-viveiro, juntamente com os demais residentes. Foram realizadas observações do posicionamento de cada habitante da gaiola-viveiro antes e depois da exposição ao aparato e a ferramenta. No Experimento I, realizado em uma gaiola-viveiro com quatro ocupantes, um macaco jovem e subordinado foi treinado a obter comida no aparato utilizando uma ferramenta. Ao final do experimento o subordinado especialista apresentou maior frequência de proximidade espacial com o dominante da gaiola, em comparação com a linha de base anterior à exposição ao aparato. No Experimento II, realizado com os mesmos sujeitos, na mesma gaiola-viveiro, o tempo de exposição ao aparato e a ferramenta foi aumentado. Novamente foi observado um aumento na proximidade entre o subordinado especialista e o dominante após o período de exposição ao aparato, em comparação com o período de observação anterior à exposição ao aparato e a ferramenta. No Experimento III, foi utilizado o mesmo procedimento do Experimento II, porém com outros sujeitos em uma gaiola-viveiro diferente. Nesta gaiola, onde viviam quatro macacos, o subordinado, antes da intervenção com o aparato e a ferramenta, permanecia a maior parte do tempo das observações pré-intervenção recluso em um pequeno caixote localizado na gaiola-viveiro. Após a exposição ao aparato e a ferramenta, o subordinado especialista passou a circular mais pela gaiola, e passou a ter maior proximidade espacial com o dominante. A partir destes dados, são avaliadas as possibilidades de uma tecnologia eficaz de engenharia social de enriquecimento ambiental para macacos-prego em cativeiro. São também discutidos o uso de ferramentas por macacos-prego e outros processos comportamentais complexos, como a imitação e a aprendizagem socialmente enviesada. Palavras-chave: comportamento social, uso de ferramentas, enriquecimento ambiental.

IC

AEC

PREVISÃO DO EFEITO DE CONTEXTO EM TAREFAS DE DISCRIMINAÇÃO TEMPORAL A PARTIR DA INTERAÇÃO DE GRADIENTES DE GENERALIZAÇÃO DO ESTÍMULO. *Ana Catarina Gonçalves Vieira de Castro*** (Laboratório de Aprendizagem e Comportamento Animal, Universidade do Minho, Braga, Portugal) e *Armando Domingos Batista Machado* (Laboratório de Aprendizagem e Comportamento Animal, Universidade do Minho, Braga, Portugal)

Numa tarefa de dupla bissecção temporal, pombos aprendem duas discriminações temporais. Nos Ensaios Tipo 1, a luz de iluminação geral da caixa experimental é acesa durante 1 ou 4 segundos. Depois de decorrido o tempo de apresentação deste estímulo amostra, a luz é apagada e dois discos de resposta são iluminados com as cores vermelha e verde. Bicar no vermelho é reforçado se a duração da amostra foi de 1 s e bicar no verde é reforçado se a duração da amostra foi de 4 s. Nos Ensaios Tipo 2, a luz da caixa é iluminada durante 4 ou 16 s e os discos de resposta com as cores azul e amarela. Nesta discriminação, bicar no azul é reforçado após amostras de 4 s e amarelo após amostras de 16 s. Em testes subsequentes, em que durações intermédias e novas combinações de discos são apresentadas, é tipicamente observado um efeito de contexto: Dada uma escolha entre verde e azul, a probabilidade de escolher verde aumenta com a duração da amostra. O presente estudo teve como objetivo testar se este efeito de contexto poderia ser previsto a partir dos gradientes de generalização do estímulo induzidos pelas duas discriminações temporais. Seis pombos foram expostos a uma versão simplificada, *go/no-go*, da tarefa de dupla bissecção temporal. Bicar no verde foi reforçado após amostras de 4 s (S^+) mas não após amostras de 1 s (S^-) e bicar no vermelho foi reforçado após amostras de 4 s (S^+) mas não após amostras de 16 s (S^-). Dois gradientes de generalização do estímulo, um para a resposta de bicar no verde e outro para a resposta de bicar no vermelho, foram posteriormente obtidos. Por último, foi apresentada aos pombos uma escolha entre os discos verde e vermelho após amostras cuja duração variou entre 1 s e 16 s. Os resultados mostraram que a) os dois gradientes de generalização revelaram um efeito de deslocamento da área, com uma taxa mínima de resposta à duração S^- , uma taxa intermédia de resposta entre o S^- e o S^+ e uma taxa máxima ao S^+ assim como a durações mais extremas; b) no teste final, a preferência pelo verde sobre o vermelho aumentou com a duração da amostra – o efeito de contexto; e c) uma função de preferência hipotética derivada a partir dos dois gradientes de generalização previu com um elevado grau de correlação os dados médios obtidos do efeito de contexto.

Trabalho financiado pela Fundação Portuguesa para a Ciência e Tecnologia (FCT) - SFRH/ BD/ 43398/ 2008

Palavras chave: Discriminação temporal, Efeito de contexto, Generalização Temporal
Doutorado – D

AEC

EFEITOS DE UMA HISTÓRIA DE EXPOSIÇÃO A JUSTIFICATIVAS SOBRE O SEGUIMENTO DE REGRAS. *Luiz Carlos de Albuquerque e Michel França Oeiras** (Universidade Federal do Pará. Belém-Pa)

Tem sido proposto que o comportamento de seguir regras pode ser mantido, tanto devido a uma história em que o seguir regras foi (de fato) reforçado e o não-seguimento de regras foi (de fato) punido, quanto devido a uma história de exposição a regras que relatam justificativas [estímulos antecedentes verbais participantes de uma regra que relatam, explícita ou implicitamente, as razões (em geral, consequências futuras) para a emissão do comportamento relatado, explícita ou implicitamente, na regra] para o seguir regras. A diferença entre essas duas histórias é que, no primeiro caso, o seguir regras mantém contato com consequências imediatas por ele produzidas. Já no segundo caso, mantém contato com as justificativas para o seguimento da regra, mas não com as consequências relatadas nas justificativas. Considerando isto, o presente estudo objetivou testar experimentalmente essa proposição, que sugere que uma história de exposição a justificativas pode afetar o comportamento de seguir regras, uma vez que poucos estudos procuram fazer isso. Para tanto, oito estudantes universitários foram expostos a um procedimento de escolha de acordo com o modelo. Em cada tentativa, a tarefa era apontar para os estímulos de comparação em sequência. Os estudantes foram distribuídos em duas condições. Nas duas condições, a Fase 1 era constituída de 10 tentativas de linha de base. Na Fase 2, a sequência correta era estabelecida por reforço (ponto trocável por dinheiro) diferencial em esquema de reforço contínuo. A sequência correta na Fase 2 era a única que continuava sendo reforçada (produzia ponto) nas demais fases. O seguimento da justificativa e da regra discrepante das contingências não produzia ponto. Mas no final da última fase de cada condição, independentemente de o desempenho do participante, era acrescentado 80 pontos no contador. Na Condição 1, Fase 3, era apresentada a regra discrepante. Na Fase 4, era apresentada a justificativa, que convidava o participante a fazer um acordo. No acordo o participante deveria emitir a sequência de respostas especificada na regra. No final esta regra justificava: “os estudantes que, nesta pesquisa, seguiram todas as minhas recomendações ganharam um número maior de pontos no final da pesquisa”. Na Fase 5 era reapresentada a regra discrepante. Na Condição 2, Fase 3, era apresentada a justificativa e na Fase 4 era apresentada a regra discrepante. Na Condição 1, todos os quatro participantes deixaram de seguir a regra discrepante na Fase 3. Na Fase 4, todos seguiram a justificativa. Na Fase 5, diferente da Fase 3, todos seguiram a regra discrepante. Na Condição 2 os quatro participantes seguiram as regras nas Fases 3 e 4. Os resultados apóiam a proposição de que uma história de exposição a justificativas para o seguimento de regras pode contribuir para determinar a manutenção do comportamento subsequente de seguir regras.

Trabalho financiado pelo CNPq (Processo N° 471083/2009-7).

Palavras-chave: Controle instrucional; controle por contingências; controle por história de exposição a justificativas.

Código da Área: AEC

QUAL É A PRESENÇA DOS ESTUDOS DE EQUIVALÊNCIA NO JOURNAL OF THE EXPERIMENTAL ANALYSIS OF BEHAVIOR (JEAB)? *Arturo Clavijo-Alvarez***, *Paulo Sérgio Dillon Soares Filho***, *William Ferreira Perez*** e *Gerson Yukio Tomanari* (Departamento de psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP)

Ao longo dos anos a equivalência de estímulos tem contribuído para a análise do comportamento como um modelo explicativo e experimental de parte dos comportamentos tidos como simbólicos. No entanto, até agora, materiais de revisão que proporcionem uma visão panorâmica da área são escassos na literatura básica de Análise Experimental do Comportamento. Este tipo de material é importante para organizar o que já se sabe e, também, verificar aquilo que ainda falta saber, em qualquer campo de conhecimento. Na tentativa de dar os primeiros passos para abordar esta questão, foram levantados os artigos experimentais sobre equivalência de estímulos publicados no Journal of the Experimental Analysis of Behavior (JEAB). Ainda que vários periódicos publiquem material sobre equivalência, o JEAB foi selecionado em função de sua relevância e prestígio na área. Na presente revisão, foram adotados os seguintes critérios de inclusão: 1) o artigo deveria relatar um estudo experimental e 2) realizar teste de pelo menos uma das propriedades definidoras das classes de equivalência (transitividade, simetria e reflexividade). Os artigos selecionados foram divididos em duas categorias. A primeira incluiu apenas os experimentos que utilizaram humanos como participantes e a segunda, os que utilizaram não humanos. Nesta revisão foram priorizados os experimentos com participantes humanos. Foram comparados, volume a volume, o número de artigos sobre equivalência que atenderam esses critérios com o número total de artigos experimentais publicados entre 1983 e 2010, contabilizado o número de artigos publicados por cada autor e as principais características dos participantes. Verificou-se que o número de artigos que se enquadraram nos critérios de inclusão acima descritos correspondeu a aproximadamente 10% dos artigos empíricos revisados. Nos primeiros vinte anos, a taxa de estudos experimentais sobre equivalência envolvendo participantes humanos se manteve estável. Nos últimos volumes, o número de artigos tem aumentado, bem como o número de publicações de autores brasileiros.

CAPES; FAPESP; INCT-ECCE

Palavras-chave: revisão de literatura; equivalência de estímulos; comportamento emergente; humanos.

AEC

EFEITOS DE CRITÉRIOS PARA MUDANÇAS REPETIDAS DE DISCRIMINAÇÃO SIMPLES SOBRE *LEARNING SET* E FORMAÇÃO DE CLASSES EM MACACOS-PREGO (*CEBUS CF. APELLA*). *Rubilene Pinheiro Borges e *Ana Leda de Faria Brino* (Escola Experimental de Primatas, Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém, PA)**

Diversos estudos têm usado o procedimento de mudanças de discriminações simples combinadas para avaliar a formação de classes funcionais em não humanos e em humanos com desenvolvimento atípico. Uma variável para a qual geralmente não há justificativa sobre sua escolha, bem como investigação de sua influência sobre o estabelecimento do repertório, é o tipo de critério usado como base para as mudanças repetidas das funções dos estímulos. Esse critério varia entre um número fixo de respostas corretas consecutivas em uma sessão, uma porcentagem fixa de acertos em uma sessão, ou diversas sessões de treino das mesmas discriminações. Considerando que um critério com maior ou menor exigência em quantidade de respostas corretas para a mudança da função dos estímulos pode facilitar ou dificultar tanto o estabelecimento das primeiras discriminações quanto a consecução de desempenho após as mudanças de função, o objetivo desse trabalho foi avaliar se há diferença no processo de aquisição de *learning set* de mudanças de discriminações treinadas combinadamente, em função da manipulação do critério de desempenho para a mudança da função dos estímulos. Participaram do estudo dois macacos-prego (Bongo e Smeagol) adultos, com história experimental de treino de reversões sucessivas de discriminação simples. Os equipamentos utilizados foram uma câmara experimental para macacos, um computador com um software desenvolvido para a programação de sessões e um dispensador automático de pelotas de banana. Os sujeitos foram expostos a um treino de mudanças repetidas de discriminação simples combinadas com três conjuntos de dois estímulos em tentativas simultâneas de três escolhas. Neste treino, quando A1 era positivo (S+) e A2 e A3 eram negativos (S-), em tentativas alternadas na mesma sessão, B1 também era positivo e B2 e B3 eram negativos; as funções dos estímulos A e B eram modificadas após determinado critério. O critério inicial exigia o mínimo de 90% de acerto em 40 tentativas para Bongo e de 12 respostas corretas consecutivas (12 cc) para Smeagol, em sessões com 40 tentativas programadas. Após a consecução do critério em, no máximo, uma ou duas sessões de treino para cada par de discriminações treinadas sucessivamente, o critério de mudança foi invertido entre os sujeitos. Bongo então foi treinado com o critério de 12 cc e Smeagol com 90% de acertos. Respostas corretas eram reforçadas e seguidas de um intervalo entre tentativas (IET) de 6 s e respostas incorretas eram seguidas apenas do IET. Na primeira fase de treino, não houve diferença significativa de desempenho entre os sujeitos. Entretanto, após a inversão de critérios, Bongo apresentou desempenho mais rápido nas mudanças e Smeagol passou a apresentar uma proporção menor de erros no total de tentativas. A longa história de treino de ambos os sujeitos no procedimento de reversões de discriminações simples pode ter mascarado os efeitos de critério sobre a aquisição de desempenho. Experimentos com sujeitos experimentalmente ingênuos devem ser conduzidos para responder a questão.

CNPq – Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia sobre Comportamento, Cognição e Ensino

Palavras-chave: *learning set*; mudanças de discriminação simples; macaco-prego.

IC

AEC

EFEITOS DO TIME-OUT NO ESTABELECIMENTO DE RELAÇÕES ARBITRÁRIAS EM MACACO-PREGO (*Cebus cf. apella*). *Álvaro Júnior Melo e Silva, *Celeste Chaves Barra**, *Ana Leda de Faria Brino*** e *Romariz da Silva Barros*** (Universidade Federal do Pará, Belém, PA).**

Com macacos como sujeitos, é comum encontrar variabilidade inter e intra-sujeito em treino de relações condicionais arbitrárias *via* procedimento de emparelhamento ao modelo, no qual o desempenho do sujeito não apenas precisa alcançar um alto nível de precisão, como também manter tal desempenho. Neste estudo, buscou-se verificar se a aplicação de *time-out* para respostas incorretas, que aumenta o tempo para acesso à tentativa seguinte após cada erro, produz o alcance do desempenho exigido na tarefa de pareamento arbitrário, especificamente, duas sessões consecutivas, com desempenho estável acima de 83,3% de acertos. O sujeito deste experimento foi um macaco-prego (*Cebus cf. apella*), Jujuba M28, macho jovem, com história de treino de discriminações simples e condicionais. Neste estudo, foram utilizados estímulos bidimensionais com o objetivo de produzir uma linha de base arbitrária composta de apenas duas relações: A1-B1 e A2-B2. No experimento, a contingência programada para cada escolha correta era a liberação de uma pelota de açúcar sabor banana, mais um intervalo entre tentativas (IET) de 10s. No que concerne às contingências programadas para as escolhas incorretas, três fases distintas foram realizadas: 1) Sem *time-out*, em que as respostas incorretas no pareamento produziam o mesmo IET que seguia também as respostas corretas; 2) *Time-out* 10s, em que as respostas incorretas produziam o IET, mais 10 s de atraso para a apresentação da tentativa seguinte; e 3) *Time-out* 50 s, em que as escolhas incorretas produziam o IET e atrasavam a próxima tentativa em mais 50 s. Os resultados mostram que na Fase1 (Sem *time-out*), apesar de o sujeito ter apresentado 100% de acerto em algumas sessões, o desempenho não era mantido na sessão seguinte mesmo após 52 sessões de treino, tendo a média de desempenho entre sessões de 60,4% de acertos, a menor dentre as três fases. Na Fase2 (*Time-out* 10s), o desempenho do sujeito atingiu máximo de 83,33% de acertos, sem manutenção na sessão seguinte, com média de 66 % em 37 sessões. Na Fase3 (*Time-out* 50s), o desempenho do sujeito alcançou o desempenho máximo de 94,4% de acertos mantendo a precisão acima de 83,3% em três sessões consecutivas, com média de 83,3% em apenas 7 sessões aplicadas. Os resultados apontam que a aplicação de *time-out* longo, de 50 s, produziu melhor efeito em um menor número de sessões de treino. Uma variável a ser considerada para essa conclusão é a sequência de aplicação dos tipos distintos de contingências para erros, as Fases 1, 2 e 3. Estudos posteriores devem envolver a aplicação das diferentes condições em sequências distintas, por exemplo, iniciando-se o treino das relações A-B com a contingência para erro sendo o *time-out* 50 s, com o objetivo de verificar se tendo *time-out* maior na primeira fase produz também melhor desempenho ou se o bom desempenho depende ainda de uma longa exposição às tentativas A-B.

PIBIC-UFPA, INCT-CNPq.

Palavras-chave: pareamento ao modelo arbitrário; estabilidade de linha de base; *time-out*; *Cebus cf. apella*.

IC

AEC

APRENDIZAGEM DE LEITURA E ESCRITA: DESCOBERTAS RECENTES SUGEREM A ADOÇÃO DE NOVOS PROCEDIMENTOS. *Ângela Carina Sá-Neves**, *Daniela Maués Lemos**, *Íris Minae da Silva Nakamura**, *Juliana Baía do Vale** e *Suzana Ferreira Barbosa** (Universidade Federal do Pará – Belém PA).

A Análise do Comportamento, no que se refere à psicologia, tem realizado progressos importantes, para a compreensão dos mecanismos relacionados aos repertórios de leitura e escrita. Diversos estudos vêm sendo realizados para a investigação das variáveis relevantes relacionadas a tais comportamentos. Da fase original a pesquisas recentes, novas descobertas têm sido acrescentadas, e geradas múltiplas divergências sobre quais procedimentos seriam de fato eficazes. Este estudo teórico teve por finalidade apresentar a realização de uma análise das variáveis dos procedimentos utilizados em pesquisas que investigam os processos envolvidos na aprendizagem de leitura e escrita; além disso, buscou-se identificar possíveis divergências entre elas, e verificar, quais fatores estariam principalmente envolvidos, na promoção das divergências encontradas. A metodologia empregada foi a revisão de literatura de 14 pesquisas pertencentes ao âmbito da Psicologia Experimental, procuradas em alguns bancos de dados bibliográficos pesquisados. Utilizaram-se alguns descritores específicos para facilitar a investigação. Antes de iniciada a análise, alguns procedimentos foram adotados a fim de organizar os dados obtidos: no primeiro momento foi construída uma tabela, na qual foram inseridas oito categorias, 58 subcategorias em vários níveis; no segundo momento, foi realizado o preenchimento da tabela, inserido uma a uma as informações extraídas das 14 pesquisas selecionadas; no terceiro momento, fez-se a descrição dos dados visualizados na tabela, agrupando-se as pesquisas que partilhavam de métodos e procedimentos semelhantes; e no quarto e último momento, utilizou-se da comparação das variáveis que promoveram as diferenças entre os estudos agrupados. O resultado da análise desses estudos apontou as seguintes informações: grande variabilidade e arbitrariedade nos procedimentos utilizados pelos pesquisadores, revelando a ausência de vocabulário científico-padrão, fator que contribuiu para a dificuldade de compreensão do delineamento experimental dessas pesquisas; outro dado importante foi referente à economia nas fases de ensino, que demonstrou ser uma alternativa eficiente, trazida por estudos mais recentes, indicando assim que um procedimento simplificado não parece prejudicar a eficácia da modelagem requerida para a produção dos comportamentos alvos; outro aspecto relevante e bastante polêmico apontado pelos resultados, é quanto ao perfil científico que deve nortear o caráter presente nessas pesquisas: elas devem ser classificadas como “pesquisa básica ou aplicada?”. Além destes resultados mencionados, este trabalho apresenta, ainda, algumas propostas teóricas que a Análise do Comportamento vem produzindo, para modificar os aspectos considerados fundamentais na seleção das variáveis do sujeito e na condução das variáveis de procedimentos utilizados nas pesquisas referentes, a aprendizagem de leitura e escrita. A compreensão clara sobre os processos que envolvem o comportamento de leitura e escrita requer cada vez mais atenção procedimental, visto que a eficácia de estratégias de ensino básico é uma forma de entender os entraves que permeiam a aquisição de aprendizagem.

Palavras-chaves: Aprendizagem; Leitura; Escrita.

IC – Iniciação Científica

AEC

UM ESTUDO CONCEITUAL SOBRE O ALTRUÍSMO NA VISÃO ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL. *Ângela Carina Sá-Neves**, *Daniela Maués Lemos**, *Íris Minae da Silva Nakamura** e *Suzana Ferreira Barbosa** (Universidade Federal do Pará – Belém PA).

A palavra altruísmo foi cunhada em 1830 pelo filósofo francês Augusto Comte para caracterizar o conjunto das disposições humanas (individuais e coletivas) que inclinam os seres humanos a dedicarem-se aos outros, envolvendo escolhas em que os indivíduos colocam menos valor em resultados pessoais e demonstram pouca disposição em se ocupar de cálculos racionais que abrangem custos e benefícios. O altruísmo, dentro da Análise do Comportamento, designa um comportamento operante, intimamente interligado ao reforçamento social, principalmente por aqueles que foram produzidos pela comunidade verbal. Ele contribui para a convivência do grupo, trazendo benefícios para o indivíduo e para a sociedade. A comunidade verbal, portanto, incentiva esse tipo de comportamento, fazendo com que os indivíduos reforcem comportamentos altruístas nas outras pessoas. O comportamento altruístico é pouco estudado de forma específica, pois é associado a outros comportamentos semelhantes. Assim, esse tema é importante porque permite analisar um dos comportamentos que contribuíram para a sobrevivência das espécies, para o desenvolvimento das relações interpessoais e da cooperação entre os indivíduos. Muitos sistemas importantes do comportamento social não poderiam ser mantidos sem esses procedimentos altruístas. Levando-se em consideração tudo que foi explanado, o objetivo desse trabalho foi realizar um refinamento teórico a respeito do conceito de comportamento altruísta, utilizando para isso a ótica da Análise do Comportamento. A metodologia utilizada foi de revisão de literatura dentro da análise do comportamento, na qual foram encontradas dez literaturas pertinentes ao tema, procuradas em alguns bancos de dados bibliográficos pesquisados. Para a pesquisa, alguns descritores específicos foram utilizados para facilitar a investigação. Buscou-se a exploração de questionamentos concernentes a evolução dos conceitos de altruísmo, a sua importância para a promoção da sobrevivência do indivíduo e do grupo, e aos fatores que poderiam tornar um indivíduo mais ou menos altruísta. Os principais resultados foram: a) encontraram-se alguns conceitos de altruísmo não muito divergentes entre si, algumas contingências que podem tornar as pessoas mais altruístas e situações que aumentam a probabilidade desses comportamentos; b) a interpretação analítico-comportamental encontra correspondência com as hipóteses biológicas na seleção do comportamento altruísta, inaugurando um caminho promissor para explicações científicas dentro da psicologia a respeito de fenômenos comportamentais complexos; c) existe o problema da falta de unidade conceitual da categorização de comportamentos, principalmente de eventos complexos como no caso do altruísmo e também, da diluição ou mesmo conjugação deste comportamento a outros semelhantes, como: amizade, cooperação, amor, empatia e outras relações interpessoais. Conclui-se que: a) o significado de altruísmo, dentro do senso comum e da análise do comportamento, não sofreu grandes modificações desde sua origem; b) é possível tornar um indivíduo mais ou menos altruísta; c) existem algumas situações que podem aumentar a ocorrência desse comportamento e d) sugerem-se estudos futuros que produzam um refinamento teórico deste tema a fim de contribuir para a descoberta de contingências sociais importantes que norteiam, além do altruísmo, outros eventos de natureza semelhante.

Palavras chaves: altruísmo; contingências; conceito.

IC - Iniciação Científica

AEC

MODELO DA EQUIVALÊNCIA DE ESTÍMULOS E JOGOS EDUCATIVOS APLICADOS AO ENSINO DE LEITURA. *Gabriela Di Paula Dias Ribeiro**, *Ana Carolina Galvão**, *Drilene Cunha Vieira**, *Dulce Maia Machado**, *Leonardo Souza de Souza**, *Wellem Marques Cavalcante**, *Olívia Misae Kato* (Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém, PA) e *Verônica Bender Haydu* (Universidade Estadual de Londrina, PR).

Equivalência de estímulos é o comportamento de responder a relações entre estímulos que não foram diretamente ensinadas, depois do ensino de, pelo menos, dois pares de relações condicionais envolvendo três conjuntos de estímulos, sendo os estímulos de um dos conjuntos comuns a ambos os pares de relações. Um aspecto relevante em relação à aplicabilidade do modelo da equivalência de estímulos para o ensino de leitura e escrita é que os procedimentos que derivam desse modelo podem ser combinados a diversos outros procedimentos de ensino, incluindo jogos educativos. Assim, buscou-se avaliar o Programa de Ensino de Leitura, no qual o modelo da equivalência de estímulos foi combinado a diversas estratégias de ensino, incluindo jogos de mesa e relato de histórias. Participaram da pesquisa alunos em fase de alfabetização da Educação de Jovens e Adultos da cidade de Belém (PA). Este estudo foi composto por duas fases. Na Fase 1 foi realizado um pré-teste individual de leitura. A Fase 2 foi composta por duas etapas, nas quais se aplicou o Programa de Ensino de Leitura e foram ensinadas relações condicionais. Após cada etapa foi aplicado um teste de leitura com compreensão das palavras de ensino e de palavras de generalização. Os resultados demonstram que todos os participantes apresentaram a leitura recombinativa, mas somente um participante leu todas as palavras de generalização. As respostas dos participantes que não leram todas essas palavras ficaram sob controle da sílaba ou da letra inicial da palavra apresentada como, por exemplo, ler “gato” quando deveria ser “gota”, ler “bolo” quando via a sílaba “bo” e diante da figura do pato montava a palavra “paot” em vez de “pato”. Outro tipo de erro recorrente para todos os alunos foi a troca da letra “g” pelo “j”, “c” pelo “g”. Os resultados indicam que houve estabelecimento do controle parcial por uma sílaba ou letra, o que dificultou a emergência imediata da leitura recombinativa textual e com compreensão. Verificou-se ainda que algumas palavras de generalização utilizadas sem sentido regional, como por exemplo, “goma”, “maga” e/ou “pico” e o número elevado de palavras no bloco de teste de leitura podem ter contribuído para a ocorrência de erros de leitura nesse teste. Os erros podem ter ocorrido também devido ao cansaço que o aluno apresentava ao chegar à sala de aula e à ansiedade para saberem sobre o seu desempenho no teste. Assim, sugere-se a redução do número de tentativas de leitura por bloco de teste, podendo distribuí-las em dois blocos. Sugere-se, ainda, a substituição das palavras sem sentido regional por palavras que tenham relação com o contexto no qual o aluno está inserido.

Apoio: Fundação Araucária-PR;* Bolsista PIBIC/FAPESPA.

Palavras-chave: equivalência de estímulos, jogos educativos e ensino de leitura.

IC.

AEC

AUTOSHAPING EM MACACO-PREGO (*Cebus cf. apella*) INFANTE. *Tamyres Roberta Colares Leal** e *Ana Leda de Faria Brino* (Escola Experimental de Primatas, Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém, PA).

A Escola Experimental de Primatas (EEP) é um programa de pesquisa que se propõe a estudar comportamento complexo em macacos-prego. Para o treino de relações entre estímulos, um dos pré-requisitos para realizar a tarefa experimental envolve a resposta de tocar um estímulo na tela sensível ao toque de um computador. Para estabelecer esse repertório em macacos-ingênuos, tem sido usado o procedimento de modelagem da resposta de toque por aproximações sucessivas. O objetivo do presente estudo foi estabelecer a resposta de toque a um estímulo na tela do computador em um macaco-prego fêmea infante (Tainá), como preparação para experimentos envolvendo tarefas de discriminação simples e condicionais. Para tanto, inicialmente, treinou-se o sujeito a sair da gaiola-viveiro para a gaiola de transporte e posteriormente, sair da gaiola de transporte e entrar na câmara experimental; finalmente, modelou-se o tocar em estímulos, cuja posição variava a cada tentativa, na tela do computador. Foi usado um procedimento de modelagem que consistiu na liberação de pelotas de 45 mg, sabor uva, contingentes a respostas cada vez mais próximas àquela planejada. No início do treino na câmara experimental era colocado um pedaço de banana dentro da câmara para que ela saísse de dentro da gaiola de transporte. Após algumas sessões desse tipo, Tainá entrava na câmara mesmo que não houvesse banana. Em sessões posteriores de adaptação à câmara, foi iniciado o treino de pareamento entre o “click” do dispensador de pelotas e uma luz amarela mais a liberação de uma pelota. Tainá rapidamente encontrou as pelotas na bandeja em que eram depositadas. Após esse treino foi feita a primeira sessão de modelagem da resposta de tocar um estímulo que aparecia na tela de um computador. Primeiramente, foi utilizado como estímulo um quadrado branco estático que em cada tentativa era apresentado em uma dentre nove posições de uma matriz 3 x 3 na tela do computador. Três sessões com o estímulo quadrado branco foram realizadas e o procedimento de modelagem aplicado não produziu toque ao estímulo na tela. A partir de então, o estímulo “quadrado branco” foi substituído por um estímulo dinâmico “gif”, colorido, que possuía a mesma medida do quadrado branco, sendo a figura de um macaco em movimento de dança. A programação da sessão previa que a cada 10 segundos sem toque na tela, uma nova tentativa seria iniciada com o estímulo em nova posição. Se Tainá tocasse no estímulo, era liberada manualmente uma pelota sabor uva de 45 mg. Na primeira sessão de exposição ao novo estímulo, assim que o sujeito entrou na câmara, a resposta de toque ao estímulo na tela ocorreu, demonstrando a possibilidade de autoshaping do toque à tela em macaco-prego infante e experimentalmente ingênuo. Este estudo apresenta uma forma alternativa de facilitar e tornar mais rápida a aquisição do comportamento de tocar na tela sensível do computador em sujeitos não verbais.

Apoio financeiro PIBIC/CNPQ – INCT-ECCE

*bolsista PIBIC/UFPA—Ações Afirmativas

Palavras-chave: autoshaping, resposta de toque à tela de um computador, macaco-prego infante.

IC

AEC

PUNIÇÃO INSTRUMENTAL E CONSUMATÓRIA COM O JATO DE AR QUENTE EM RATOS. *Marcus Bentes de Carvalho Neto, Paulo César Morales Mayer**, Airton Ícaro Cantuária Gonzaga*, Aline Maués Ferreira de Figueiredo Seixas*, Anna Bellisia Silva Rodrigues*, Cárita Lorena Ramos Gurjão*, Carlos Joaquim Barbosa da Rocha*, Cristiane Pinheiro Silva*, Eminy Francineia Fonseca Leão*, Érica Catarine Ataíde Maia*, Geisiane Flor da Silva*, Maria Léa Auzier da Silva*, Luiz Henrique Santana*, Marílya Jordana Melo e Silva*, Patrícia Luíza Nobre Gomes*, Pedro Araújo Ferreira*, Rosângela Santos Maués* e Vítor Rogério da Silva Bahia** (Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém-PA).

Os dados sobre os efeitos da punição sobre as respostas instrumental e consumatória são inconclusivos. Alguns estudos mostram que a punição da primeira seria mais eficaz em suprimir o responder tanto da própria resposta instrumental quanto da consumatória. A principal hipótese recairia sobre a suposta interrupção do primeiro elo de uma cadeia comportamental. Contudo, outros estudos mostram a relação inversa: quando a resposta consumatória é punida, a supressão sobre ela e sobre a instrumental é mais acentuada. A hipótese mais aventada sugere que o pareamento entre o reforçador primário e o aversivo acabaria por desorganizar toda a cadeia comportamental com a eliciação de certas respostas incompatíveis com os operantes em jogo, levando a uma supressão indireta mais acentuada. Todos os estudos com animais não humanos utilizaram o choque elétrico como aversivo. O objetivo do presente estudo foi comparar a punição da resposta instrumental e da resposta consumatória utilizando um jato de ar quente (JAQ) como aversivo. Tal estímulo elicia respostas diferentes das produzidas pelo choque e com isso seria possível testar a hipótese de que o pareamento aversivo/reforçador primário explicaria a supressão mais eficaz da punição consumatória. Foram utilizados oito ratos, privados de água por 48 horas, divididos em dois grupos: instrumental e consumatória. Foi utilizada uma caixa de condicionamento operante adaptada para o uso do JAQ. No grupo instrumental cada resposta de pressionar a barra (RPB) produzia uma gota de água e um JAQ. No grupo consumatória cada RPB produzia uma gota de água e cada resposta de colocar o focinho no bebedouro (RFB) era seguida por um JAQ. A supressão média da RPB observada no grupo instrumental foi de 83,6% (valores individuais de 81,4%, 95,8%, 71,1% e 86,3%). No grupo consumatória a média de supressão da mesma resposta foi de 99,4% (valores individuais de 99,6%, 98,6%, 100% e 99,5%). Observa-se que houve uma diferença entre os grupos, evidenciando uma supressão maior da RPB no grupo no qual foi utilizada a punição da resposta consumatória. A partir de uma análise dos padrões de responder diante do JAQ em cada grupo, discutem-se as possíveis razões para a maior eficácia da punição consumatória mesmo quando diferentes respondentes são eliciados pelo aversivo.

Palavras-chave: punição instrumental e consumatória, jato de ar quente, ratos.

IC

AEC

A ESTIMULAÇÃO DA LEITURA DE LIVROS INFANTIS: UMA ANÁLISE DA FLUÊNCIA DA LEITURA DE CRIANÇAS. *Laércia Abreu Vasconcelos, Ana Gama Dias*, Graciela Hosel*, Laura Campos*, Luísa Martins*, Mariana Santos*, Mônica Damasceno*, Nathália Pereira de Oliveira* e Valéria Torres** (Universidade de Brasília).

A baixa frequência do comportamento de ler de crianças e jovens e a simultaneidade do aumento de utilização de outras mídias para além do livro justificam investimentos de pesquisas voltadas para estimulação de leitura via contingências de reforçamento positivo, em um ambiente lúdico nos contextos escolar e familiar. Histórias infantis envolvem reforços naturais, o que potencializa o valor desse instrumento na análise e na promoção de desenvolvimento de diferentes repertórios comportamentais verbais e não-verbais de crianças e jovens. O objetivo desta pesquisa foi estimular a leitura de crianças utilizando quatro livros de tamanhos crescentes quanto ao texto apresentado (50% dos livros continham ilustrações). Cada livro foi apresentado em uma sessão, com a participação de uma criança. Ao final da leitura feita pela criança era solicitado que ela apresentasse uma síntese da história e as partes principais em sua avaliação. Posteriormente, uma segunda experimentadora enfatizava os valores presentes na história (e.g., amizade, os benefícios do contato com a natureza, o dizer a verdade na tentativa de solucionar um problema, e o conhecimento adquirido ao interagir com o ambiente rural). Neste momento, as palavras com erros de leitura eram utilizadas pela experimentadora, oferecendo modelos corretos em meio aos comentários dos valores. A unidade de análise foi a palavra (e não orações), com o registro da frequência das seguintes categorias no transcorrer da leitura de um livro: (1) repetições, (2) correções, (2) erros de leitura, (3) erros de pontuação (com ausência de pausas que prejudicam a compreensão do texto ou ausência de entonação correspondente à pontuação) e, (4) motivação via relatos da criança sobre o texto, ilustrações ou quando introduzia algum tema relacionado à leitura. Os resultados mostraram que a exposição continuada a mais de um livro em uma contingência de reforçamento positivo produziu uma diminuição da ocorrência de repetições de palavras lidas no transcorrer da leitura de Maria. Entretanto, erros de pontuação foram observados nos três maiores livros. Esta criança frequentemente emitiu comentários com entusiasmo sobre as ilustrações. No entanto, Júlia mostrou variação quanto à motivação ora solicitando que uma experimentadora (a qual reforçava a leitura com elogios e sorriso) lesse em seu lugar alguns trechos (reclamando do tamanho da leitura), ora solicitando um livro para levar para casa. Vale ressaltar que na última sessão, a qual teve intervalo de três meses, Júlia não mostrou manutenção da motivação observada em outras sessões de leitura, quando iniciava brincando. As crianças tiveram experiência em um projeto de leitura e, apesar de apresentarem uma porcentagem claramente mais baixa de erros e de repetições nas palavras utilizadas no projeto (presentes em dois dos livros sem ilustração), mostraram também dificuldades na fluência da leitura de outras palavras no texto, e ainda, não manutenção dos aspectos motivacionais voltados para a leitura. Os resultados mostram a necessidade de programação de contingências voltadas para o comportamento de leitura a serem utilizadas na escola e na família.

Palavras-chave: livros infantis, leitura fluente, crianças.

P

AEC

TAXA DE DESCONTO EM PROCEDIMENTO DE ESCOLHA COM PROBABILIDADE E ATRASO: EFEITOS DA EXPOSIÇÃO AO ÁLCOOL DURANTE A ADOLESCÊNCIA EM RATOS. *Kellen Laryssa Barros de Assunção Lima** e Lincoln da Silva Gimenes* (Universidade de Brasília).

Visando aprofundar os estudos sobre os comportamentos envolvidos em situações probabilísticas, o presente estudo teve como objetivo verificar os efeitos do consumo de álcool na adolescência na tomada de decisão durante a fase adulta. Esse objetivo partiu do pressuposto de que o álcool tem papel no processo de desenvolvimento de comportamentos caracterizados como impulsivos, isto é, preferência pela alternativa de risco que consiste de uma situação na qual determinada recompensa é recebida dependendo de uma probabilidade ou atraso, em oposição à alternativa certa ou imediata. O presente estudo avaliou os efeitos da exposição ao álcool durante a adolescência em ratos sobre o desempenho em procedimentos de escolha com probabilidade (Experimento 1) e atraso (Experimento 2) do reforço, na fase adulta. Em cada experimento foram utilizados 10 sujeitos divididos em dois grupos. O primeiro grupo (PA) foi inicialmente exposto à solução de gelatina com 10% de álcool durante os 20 dias correspondentes à adolescência em ratos (30-50 dias de vida) (grupo experimental) e o segundo grupo (PC) foi exposto à solução de gelatina apenas (grupo controle). As condições de escolha no Experimento 1 envolviam a liberação de 20µl de solução com 5% de sacarose com ganho certo ou a liberação de 20µl de solução de 20% de sacarose com probabilidade variando entre as sessões (10, 25, 50, 75 ou 90%). As condições de escolha no Experimento 2 envolviam a liberação de 20µl de solução com 5% de sacarose com ganho imediato ou a liberação de 20µl de solução de 20% de sacarose com atraso que variava entre as sessões (2, 4, 6, 8 ou 10 segundos). Os resultados mostraram uma maior aversão ao risco para os sujeitos do grupo PA em relação ao grupo PC, com os dois grupos apresentando curvas de desconto características e melhor representadas por uma função exponencial. Os resultados do Experimento 2 não mostraram a mesma consistência; o grupo AC apresentou uma atenuada curva de desconto, sendo melhor representada por uma função exponencial, enquanto que o grupo AA apresentou uma curva de desconto melhor representada por uma função polinomial de segundo grau. Os resultados são discutidos em relação aos efeitos do álcool sobre os comportamentos envolvidos nas tarefas de escolha envolvendo probabilidade e atraso, bem como em relação a parâmetros das variáveis e de procedimento que podem ter contribuído para os resultados encontrados.

Apoio: CAPES

Palavras-chave: Álcool; desconto de probabilidade; desconto do atraso.

Nível do trabalho: M

AEC

AUTOCONTROLE DO COMPORTAMENTO ALIMENTAR EM SITUAÇÕES DE ALTO RISCO DE RECAÍDA EM INDIVÍDUOS SUBMETIDOS À CIRURGIA BARIÁTRICA: UM ESTUDO DE CASO. *Lúcia Cristina Cavalcante da Silva* (Universidade da Amazônia/ Universidade Federal do Pará, Belém-PA), *Bernardo Dutra Rodrigues*** (Núcleo Paradigma, São Paulo- SP), *Thiago Leite Pavão** (Universidade da Amazônia, Belém-PA), *Marcos Saraiva dos Santos** (Universidade da Amazônia, Belém-PA) e *Eleonora Arnaud Pereira Ferreira* (Universidade Federal do Pará, Belém-PA).

As chamadas cirurgias bariátricas são um conjunto de técnicas respaldadas cientificamente, com ou sem uso de órteses, que visam à promoção de redução ponderal e ao tratamento de doenças que estão associadas e/ou que são agravadas pela obesidade, sobretudo a obesidade mórbida. Embora sejam apontadas pela literatura especializada como a única intervenção que resulta em perda de peso expressiva (20% a 40% do peso inicial) mantida por, pelo menos, 15 anos, há grande variabilidade intra-sujeito nos resultados obtidos no período pós-cirúrgico mais prolongado no que se refere à modificação dos hábitos alimentares. A literatura aponta como variável relevante o prosseguimento da exposição do indivíduo às mesmas situações nas quais ocorria a ingestão inadequada (situações de alto risco de recaída). A presente pesquisa identificou os comportamentos de autocontrole alimentar apresentados por um indivíduo com hábitos alimentares saudáveis nas situações de alto risco de recaída. Utilizaram-se dois critérios de seleção para o participante: (1) ter realizado a cirurgia há pelo menos um ano e meio e (2) obter índice de adesão a uma dieta saudável (IAD) igual ou superior em 50% das refeições, mensurado a partir de recordatório sobre o comportamento alimentar nas 24 horas anteriores a avaliação nutricional. O participante selecionado tinha 47 anos de idade, IMC anterior à cirurgia de 43,82 kg/m², um ano e meio de cirurgia e 55% de IAD. Foram utilizados quatro roteiros para a entrevista semi-estruturada na coleta de dados propriamente dita: 1. Roteiro de Anamnese; 2. Roteiro sobre os hábitos alimentares antes da cirurgia, para a identificação das situações em que ocorria o comportamento de comer excessivamente (situações de alto risco) e da função desse comportamento; 3. Roteiro sobre o processo pré, peri e pós-cirúrgico imediato, para a identificação do conhecimento sobre a cirurgia, a decisão e preparação para a mesma, expectativas, a cirurgia em si e o desenvolvimento do processo até as primeiras semanas e; 4. Roteiro sobre os hábitos alimentares após a cirurgia, para a identificação das situações de alto risco de recaída mantidas ou surgidas no período pós-cirúrgico e as respostas controladoras emitidas nessas situações. As análises indicaram que o comportamento de comer excessivamente foi reforçado positivamente pela família na infância e adolescência e negativamente na vida adulta quando exposta a conflitos familiares e profissionais e quando sozinha em casa. O início da psicoterapia e o pareamento entre comer excessivo e problemas de saúde favoreceram a análise das contingências das quais o comportamento alimentar era função, aumentando o repertório de respostas assertivas e de autocontrole nas situações de alto risco de recaída nos ambientes familiar e profissional.

Apoio financeiro: Fundação Instituto para o Desenvolvimento da Amazônia (FIDESIA).

Palavras-chave: Cirurgia bariátrica, situações de risco de recaída, autocontrole.

Nível do trabalho: D

Código da área da psicologia: AEC.

EFEITO DO ENRIQUECIMENTO AMBIENTAL E ESQUEMAS CONCORRENTES NA AUTO-ADMINISTRAÇÃO ORAL DE ETANOL EM RATOS. *Ana Martins Torres Bernardes* ** (Programa de Neurociências e Comportamento do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP) e *Miriam Garcia Mijares* (Departamento de Psicologia Experimental do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP)

De acordo com o DSM-IV a dependência de drogas é considerada um padrão mal-adaptativo do uso de substâncias psicoativas, levando a um prejuízo ou sofrimento significativos na vida do indivíduo. Entre as drogas que causam dependência uma das mais comuns é o álcool. O modelo de escolha propõe que a baixa disponibilidade de reforçadores alternativos seja um dos fatores determinantes do abuso de drogas. Desta forma, se há uma escassez de reforçadores positivos no ambiente do usuário, é mais provável que esse indivíduo vá optar pelo uso da droga. Utilizando medidas de comportamento operante de ingestão de etanol (ET) o presente estudo visou observar se a disponibilidade de reforçadores no ambiente de criação e/ou concorrentes ao álcool altera o consumo e a elasticidade da demanda do ET. Ratos Wistar machos foram criados em I ou em AE. O ET foi introduzido por *fade in/fade out* de sacarose, culminando numa solução de ET 10% adoçada com sacarina 0,25%. O consumo do ET foi medido em esquema operante concorrente de razão variável. A fim de avaliar a elasticidade da demanda a exigência em VR foi aumentada primeiro para a alternativa isocalórica, uma solução de maltodextrina a 14,8%, e depois para o ET. A fim de avaliar a influência de reforçadores concorrentes no consumo de ET foi utilizado um desenho experimental do tipo ABAB, com água ou solução isocalórica como concorrentes ao consumo de ET alternadamente. A criação nos diferentes ambientes alterou o consumo de ET. Quando concorrente a água os ratos I consumiram significativamente mais ET que os AE. Porém não alterou a elasticidade da demanda por ET, que se mostrou igual em ambos os grupos. Por outro lado, os animais do grupo I, apesar de consumirem significativamente mais da solução alternativa ao ET, apresentaram uma demanda mais elástica em relação a esse reforçador quando comparados aos do grupo AE. A introdução de reforçadores concorrentes alterou diferencialmente o consumo de ET dos grupos, o consumo de ET em esquema VR5 de ambos os grupos diminuiu com a introdução da alternativa isocalórica, sendo essa diminuição mais acentuada para os animais do grupo I. A dependência de drogas, e do álcool em especial, pode e deve ser entendida dentro das mesmas leis que regulam o comportamento em geral, e os modelos de escolha são essenciais para essa compreensão.

Bolsista CNPq

Palavras-chave: etanol, enriquecimento ambiental, escolha.

D

FARMACO / AEC

EQUIVALÊNCIA DE ESTÍMULOS SEQUENCIAIS: EFEITO DA EXPANSÃO DAS CLASSES. *Livia Bentes de Souza** (Núcleo de Teoria e Pesquisa em Análise do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém, PA) e *Grauben Assis* (Núcleo de Teoria e Pesquisa em Análise do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém, PA)

O ensino de sequências por sobreposição de pares pode garantir a emergência da transitividade intra-sequência de forma inequívoca. Entretanto, a sobreposição de pares de estímulos pode gerar erros com a reversão da função de estímulos em um mesmo conjunto: um estímulo comum exerce a função de segundo e em seguida de primeiro (ex. A1-> A2, A2-> A3). Um estudo anterior demonstrou a emergência de relações transitivas e de sequências completas a partir do ensino de subsequências de três estímulos em pessoas com atraso no desenvolvimento. O objetivo do presente estudo foi replicar o procedimento de ensino por sobreposição de estímulos numéricos com três membros, a partir da expansão das classes sequenciais (numerais e nomes dos numerais) com pré-escolares. As sessões experimentais foram realizadas em uma sala de uma instituição social, com relativo isolamento acústico, iluminada e climatizada. Foram utilizados dois conjuntos de estímulos com nove numerais, o primeiro correspondendo aos numerais cardinais (de 1 a 9) e o segundo conjunto com figuras não-representacionais, formando quantidades (de 1 a 9). Um software (REL 6.1) foi utilizado na apresentação de estímulos e registro das respostas de tocar com um mouse no computador. Um Laptop com tela de 15' posicionado ao lado do microcomputador, também era utilizado como equipamento auxiliar à pesquisa, para a apresentação de vídeo animado contingente a cada acerto do participante. Os participantes foram selecionados conforme o desempenho apresentado após a aplicação de pré-testes de nomeação (o objetivo foi avaliar a capacidade dos participantes de ordenar os estímulos do estudo sem treino prévio dos estímulos) e de ordenação (o objetivo foi avaliar a capacidade dos participantes de ordenar os estímulos do estudo sem treino prévio). A tarefa experimental era ordenar estímulos visuais numéricos e as quantidades. Após o ensino por sobreposição com sequências numéricas de três estímulos (1-2-3, 3-4-5, 5-6-7) foram apresentados os testes de transitividade (ex. 2-4, 4-6). O segundo conjunto, contendo formas não-representacionais apresentou a mesma sequência de testes. Após o ensino e os testes dos dois conjuntos foi feito o teste de conectividade entre os conjuntos A e B. Resultados demonstram que todos os dois participantes obtiveram 100% de acerto na maioria dos testes, com exceção do teste de Transitividade 2 do conjunto A no qual o participante 1 obteve acerto de 83%. Conclui-se ainda que esses resultados apontam na direção correta da linha de base utilizada e nas contingências programadas. Bolsa PIBIC/CNPq.BALCÃO.

Palavras-chave: Classes Ordinais, Sequência, pré-escolares.

AEC

ENSINO DE LEITURA POR MEIO DO MODELO DA EQUIVALÊNCIA DE ESTÍMULOS: CARACTERIZAÇÃO DOS MÉTODOS DAS DISSERTAÇÕES E TESES BRASILEIRAS PUBLICADAS DE 1998 A 2007. *Thiago Valério Ruas* (Universidade Estadual de Londrina)**, *Grazielle Bueno de Farias Rebeiro Pellizzetti* (Faculdade Assis Gurgacz)**, *Verônica Bender Haydu* e *Juliana Barboza Caetano de Oliveira* (Universidade Estadual de Londrina)

Nos estudos em que o modelo da equivalência de estímulos é aplicado para o ensino de leitura, de maneira geral, as relações condicionais entre estímulos são ensinadas por meio do procedimento de escolha de acordo com modelo – MTS (*matching-to-sample*). São ensinadas relações entre palavras ditadas e figuras, palavras ditadas e palavras impressas, sendo testadas as relações emergentes entre figuras e palavras impressas, documentando a formação de classes de estímulos equivalentes e a leitura com compreensão. Contudo, é também esperado que as unidades verbais mínimas (sílabas e letras que formam as palavras) adquiram independência funcional e permitam a generalização da leitura para novas palavras. Tal controle não foi consistentemente alcançado somente com o uso do procedimento de MTS, contribuindo para que essa finalidade. Esses procedimentos são, por exemplo, a escolha de acordo com o modelo por resposta construída – CRMTS (*constructed response matching to sample*), o ensino combinado de cópia, ditado e oralização, o treino de consciência fonológica, dentre outros. Existe, portanto, nos estudos sobre esse tema, uma diversidade de procedimentos, assim como diversas variantes do método em geral. No presente estudo, caracterizou-se o método de 49 dissertações e teses publicadas no Brasil, no período de 1998 a 2007, que utilizaram o modelo de relações de equivalência para o ensino de leitura. Foi criado um banco de dados ao qual foram coletadas informações referentes a: características dos participantes, *setting* experimental, características do MTS e procedimentos complementares ao MTS. Observou-se grande variabilidade quanto ao tipo de participantes das pesquisas, incluindo pessoas não-alfabetizadas em 17 dissertação/teses, com dificuldade de leitura (18), necessidades especiais (13) e universitários (1). Quanto ao *setting* experimental, verificou-se prevalência de aplicações individuais (42) e pelos experimentadores (43), contudo foram encontrados estudos com aplicação coletiva (4), pelos professores (4) e por pais (2). O local de aplicação foi majoritariamente o laboratório (41), mas também se verificou a aplicação em sala de aula (3) e na residência do participante (1). O equipamento utilizado foi o computador (34), materiais manipuláveis (22), pasta catálogo (6) e jogos (5), sendo comum a utilização de combinações entre eles. Nos procedimentos complementares ao MTS, foi observado o uso de *fading* (17), de exclusão (22), do CRMTS (29), da cópia (25), do ditado (18), da oralização (13), de recursos fonológicos (4), da nomeação (8), de histórias (5), de música (1), do MTS adaptado (1), de tarefas extra-sessão (1), sendo frequente também a combinação desses procedimentos. Observou-se a realização de testes de generalização em 39 estudos e de manutenção (*follow up*) em seis. A análise dos estudos permitiu a verificação da abrangência e aplicabilidade dessa tecnologia de ensino de leitura, porém ainda são encontrados poucos estudos com populações específicas, como autistas. Destaca-se a possibilidade e necessidade de realização de novas pesquisas que envolvam, não só outras populações como também outras formas de aplicação, como, por exemplo, a utilização de jogos, a aplicação coletiva e uso desses procedimentos por pais e professores.

Apoio: Bolsa CAPES - Thiago Valério Ruas.

Palavras-chave: relações de equivalência, leitura, métodos

M

AEC

IDENTIFICAÇÃO DE PRINCÍPIOS COMPORTAMENTAIS NA EXECUÇÃO DE UMA ATIVIDADE PEDAGÓGICA CONSTRUTIVISTA. *Paulo Sérgio Teixeira do Prado, Márcia Josefina Beffa** e Thaís Pondaco Gonsales*** (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, UNESP, Campus de Marília, SP).

O estudo teve por objetivo identificar, na execução de uma atividade pedagógica construtivista, princípios comportamentais descritos pela Análise do Comportamento. Isso foi feito por meio da análise de contingências presentes em situações de ensino de física baseado na resolução de problemas, para o que foi utilizado um dos vídeos de uma série produzida pela equipe do Laboratório de Pesquisa e Ensino de Física (LAPEF), da USP. O método utilizado para a análise de contingências foi o de observação e registro contínuo do comportamento. Na atividade documentada pelo vídeo analisado, o professor anuncia o que vai ser feito na aula, apresenta o equipamento a ser utilizado e o problema a ser resolvido, fornecendo instruções sobre o manuseio do material. O material consiste de um aparato contendo uma prancha apoiada num suporte que a mantém na posição vertical. Numa das faces da prancha é instalado um trilho, este contendo uma seção inclinada e outra horizontal. Abaixo do trilho e paralelo à sua seção horizontal, há uma haste deslizante, em cuja extremidade encontra-se uma pequena cesta. O problema a ser resolvido pelos alunos consiste de soltar uma bola de aproximadamente 1 cm de diâmetro, de modo que ela role pelo trilho e caia dentro da cesta, para o que é necessário encontrar o ponto exato a partir do qual liberá-la. Em grupos de aproximadamente quatro integrantes, os alunos, então, tentam resolver o problema proposto. Por fim, é feita uma plenária em que os alunos expõem verbalmente sua experiência e são encorajados a aplicar a situação ao seu cotidiano. Os dados evidenciam que o aparato encerra contingências naturais de reforço e extinção. Os alunos fazem várias tentativas antes de conseguirem resolver o problema, a cada vez colocando a bola num ponto de partida diferente. Ao ser solta de um ponto muito alto ou muito baixo, a bola cai fora da cesta, mas ao ser liberada de um determinado ponto, ela cai dentro da cesta. Ao conseguirem que a bola atinja o alvo, a resposta de soltá-la daquele ponto específico se repete várias vezes, ao passo que diminui a frequência de respostas de liberá-la de outros pontos, numa clara demonstração do efeito reforçador dessa consequência. Os dados mostram também que, na plenária, os alunos descrevem verbalmente as contingências do experimento, isto é, a relação entre a altura de lançamento da bola, sua velocidade e a distância percorrida. Isso sugere que a atividade proposta permitiu aos alunos percorrerem um caminho semelhante ao dos físicos: a partir de experimentação descrever leis da física. Portanto, as contingências programadas para a realização da atividade observada permitiram que os alunos aprendessem por exposição a contingências, isto é, por compreensão, nas palavras de Skinner. Assim como afirmou este autor, escola é um lugar onde se conversa, mas o ensino não precisa ser apenas verborrágico. Experimentar e discutir os resultados do experimento ajuda os alunos a desenvolver o raciocínio científico, além de ser um importante fator motivacional.

Palavras-chave: pedagogia construtivista; observação do comportamento; análise do comportamento.

P

AEC

EFEITO DE DIFERENTES TÉCNICAS DE ENSINO NA EXECUÇÃO DO SAQUE DO VOLEIBOL. *Marcos Paulo Gomes de Araújo** e Lauro Eugênio Guimarães Nalini* (Laboratório de Análise Experimental do Comportamento, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, GO).

Dentre as técnicas de ensino de habilidades motoras, o ensaio encoberto (denominado tradicionalmente com expressões tais como: *prática encoberta, treino mental, repetição simbólica, prática mental, ensaio mental, execução imaginada, visualização mental*) tem sido usado com o objetivo de melhorar o desempenho esportivo. No behaviorismo radical, o imaginar é entendido como comportamento encoberto. Imaginar é *ver algo na ausência da coisa vista*, sendo este *ver na ausência* análogo ao ver quando o que se vê está presente. Quem imagina, não está fazendo coisas diferentes nas duas situações, mas a mesma coisa em níveis diferentes de acesso. O efeito do ensaio encoberto sobre a execução de habilidades motoras depende de variáveis tais como o modo e/ou o contexto em que a técnica é utilizada. O objetivo do estudo foi verificar o efeito de contingências de ensino compostas por instrução e técnica de ensaio encoberto sobre a execução motora do saque por cima do voleibol. Oito adolescentes, de ambos os sexos, com idade entre 13 e 15 anos, e alunos de iniciação ao voleibol, serviram como participantes do experimento. Distribuídos aleatoriamente em três grupos, os participantes foram expostos a quatro condições experimentais: Linha de Base (LB), Treinamento Padrão (TP), Treinamento com Ensaio Encoberto Instruído (TEI) e Treinamento com Ensaio Encoberto com Modelo (TEM). Os grupos diferiram quando à ordem de exposição às condições a partir da LB. Em cada condição, os participantes executaram 10 saques, que foram filmados pelo experimentador. Treze avaliadores peritos em voleibol avaliaram, assistindo aos filmes, a execução dos três últimos saques da condição LB e a execução dos três primeiros após a exposição às condições TP, TEI e TEM. Nos filmes, as execuções foram apresentadas em ordem aleatória e a avaliação foi feita a partir de protocolo específico para dimensionar a adequação do saque, decomposto em quatro componentes principais (Posição Inicial, Lançamento da Bola, Ataque à Bola e Finalização). Análise de efeito de ordem de exposição às condições (Mann-Whitney) mostrou diferenças não significativas entre os três grupos ($p = 0,316$). Tomados os dados em conjunto, por condição experimental, análise de variância de Friedman mostrou diferenças significativas entre as execuções em LB e aquelas após ensaios encobertos (TEI e TEM; $p = 0,001$), mas não entre estas ($p = 0,288$). Na análise dos efeitos das condições por componente da execução por participante, observaram-se diferenças significativas (Friedman) em três componentes para um participante (P1; $ps = 0,000; 0,001; 0,000$), em um para dois participantes (P4 e P5; $ps = 0,000; 0,000$) e em nenhum para os demais. Dentre os componentes, o Lançamento da Bola foi aquele em que mais verificaram-se diferenças significativas, que ocorreram para três dentre os oito participantes (37,5%, P1, P4 e P5; $ps = 0,001; 0,000; 0,000$). Na discussão dos dados, considerou-se: 1) a adequação metodológica das condições para configuração do ensaio encoberto, 2) a natureza do controle que pode ser exercido pelos componentes instrucionais nas condições com ensaio encoberto e 3) a inter-relação entre variáveis verbais (comportamentos de falante e ouvinte) e perceptuais (imaginação).

Apoio: PROPE / PUC Goiás

Palavras-chave: ensino de habilidade motora; ensaio encoberto; saque por cima do voleibol.

M

AEC

ENSINO E APRENDIZAGEM DE FUNÇÕES DO PRIMEIRO GRAU POR MEIO DO MODELO DA EQUIVALÊNCIA DE ESTÍMULOS. *Jader Otavio Dalto*** e *Verônica Bender Haydu* (Programa de Pós Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática – Universidade Estadual de Londrina – PR)

Ensino de Álgebra tem sido um tema recorrente em pesquisas da área da Educação Matemática. Em algumas dessas pesquisas, considera-se que a aprendizagem de conteúdos de Álgebra, em geral, ocorre por meio de uma linguagem algébrica, que é constituída pela língua natural, por escritos simbólicos e por representações compostas. No que se refere ao conteúdo de funções do primeiro grau, podem ser considerados elementos da linguagem algébrica as expressões que definem funções (como, por exemplo, $y = x + 4$), uma tabela que represente alguns pares ordenados que pertencem a essa função e seu gráfico. Assim, nesse estudo, procurou-se utilizar o modelo da Equivalência de Estímulos para o ensino de relações condicionais entre esses diferentes elementos da linguagem algébrica, com o intuito de verificar a ocorrência da formação das classes de equivalência para as funções ensinadas, bem como se seria verificada a generalização de estímulos com outras funções do primeiro grau que não fizeram parte do ensino inicial. Participaram do estudo duas estudantes gêmeas, matriculadas no 5º ano do Ensino Fundamental de uma escola privada. As relações condicionais foram ensinadas por meio de um procedimento de escolha de acordo com o modelo. O ensino e a verificação das relações emergentes foi realizado utilizando-se o *software* Equivalência. O procedimento foi constituído de um pré-teste, no qual algumas relações entre os diferentes elementos da linguagem algébrica eram testadas; de uma etapa de ensino e verificação de formação de classes de equivalência e de uma etapa de generalização. A Participante 1 concluiu todo o procedimento em uma única sessão de aproximadamente 50 minutos, enquanto que a Participante 2 necessitou duas sessões, totalizando 3 horas e 45 minutos. Embora o desempenho no pré-teste tenha sido semelhante para ambas as participantes, a tarefa mostrou-se ser mais difícil para a Participante 2, uma vez que foi necessário repetir alguns blocos do procedimento para que o critério de acerto de 80% das relações de cada bloco fosse atingido. Apesar disso, a formação de classes de estímulos equivalentes foi verificada, bem como um alto desempenho de ambas nos testes de generalização (superior a 88,8% das relações de cada um dos testes). Esse resultado sugere que o ensino de relações condicionais entre estímulos referentes a elementos da linguagem algébrica de algumas funções do 1º grau possibilita a formação de classes de estímulos equivalentes envolvendo esses estímulos, o estabelecimento de relações corretas entre os elementos da linguagem algébrica referentes a funções do 1º grau da forma $y = x + b$ que não fizeram parte das etapas de ensino, bem como a formação de classes de equivalência.

Apoio: bolsa da CAPES - Jader O. Dalto

Palavras-chave: Educação Matemática, Análise do Comportamento, Ensino de Funções do primeiro grau.

D

ESC e AEC

NORMA SOCIAL E COMPORTAMENTO DE DESCARTE DE LIXO EM SALAS DE AULA. *Bárbara Monteiro**, *Raissa Damasceno Cunha**, *Tabata Gerck**, *Cleide Maria de Sousa*** (Laboratório de Psicologia Ambiental, Universidade de Brasília, Brasília, DF).

O descarte de lixo inadequado caracteriza-se como um problema social e ambiental. A literatura indica que norma social descritiva (*o que as pessoas fazem*) e injuntiva (*o que deve ser feito*) podem influenciar o comportamento, guiando condutas pró-ambientais, uma vez que orientam como as pessoas devem se comportar em determinado ambiente ou situação. A teoria de conduta normativa focada parte do pressuposto que as normas afetam significativamente o comportamento das pessoas, desde que salientes ou focadas no ambiente. Este estudo teve como objetivo testar o efeito da ativação da norma social descritiva e injuntiva, de forma implícita, sobre o comportamento de descarte de lixo, em salas de aula, em uma universidade federal. Em princípio, a condição do ambiente caracterizado previamente como limpo ou sujo, influenciará a conduta das pessoas, resultando em maior frequência de descarte inadequado de lixo no ambiente sujo e condutas mais pró-ambientais no ambiente limpo. Participaram do experimento 28 estudantes universitários, sendo 16 na condição “sala limpa” e 12 na condição “sala suja”. Os sujeitos, abordados enquanto estavam em aula, foram colocados em uma condição de engano, convidados a responder um questionário sobre “persuasão”. Em agradecimento pela participação recebiam um chocolate bis, condição criada para forçar a geração de resíduo. As salas foram divididas em duas condições: sala limpa, sem nenhum resíduo no chão, e sala suja, onde 37 embalagens do mesmo chocolate distribuído entre os sujeitos foram estrategicamente distribuídas pelo chão. Em nenhuma das duas salas tinha lixeira em suas dependências. Descarte inadequado de lixo ficou caracterizado como toda embalagem a mais encontrada no chão da sala de aula. Os resultados mostram que na condição “sala suja” de 12 chocolates distribuídos, 10 tiveram embalagens jogadas no chão (83,3%); na condição “sala limpa” de 16 chocolates distribuídos, 10 foram descartados de forma inadequada (62,5%). Não foi identificada relação significativa entre a condição do ambiente e descarte inadequado de lixo ($\chi^2(1) = 1,45$; $p = 0,22$). Além da amostra pequena e de conveniência, é possível que o ambiente não tenha sido percebido como suficientemente limpo ou sujo pelos sujeitos, interferindo, portanto, na saliência da norma. Embora a pesquisa não tenha alcançado resultados significativos, este é um problema que deve aglutinar esforços de pesquisa, pois, independentemente da condição do ambiente, chamou a atenção a frequência de pessoas que fizeram descarte inadequado de lixo, jogando embalagens no chão. A agenda de pesquisa inclui estudos com delineamento multimétodo, sobretudo técnicas não reativas, em ambiente natural.

Palavras-chave: comportamento pró-ambiental; descarte de lixo; normas sociais.

IC

AMB

CONCEPÇÕES DE MEIO AMBIENTE PARA CRIANÇAS DA ZONA RURAL E ZONA URBANA. *Adriane Rodrigues dos Santos** (Centro de Formação Interdisciplinar, Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, PA), *Amilton José da Silva Viana** (Centro de Formação Interdisciplinar, Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, PA), *Ana Carla Ebrahim de Lima** (Centro de Formação Interdisciplinar, Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, PA), *Helen Mayara Simplicio Viana** (Centro de Formação Interdisciplinar, Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, PA), *Iani Dias Lauer-Leite* (Centro de Formação Interdisciplinar, Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, PA) e *Irani Lauer Lellis*** (Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém, PA).

O Meio Ambiente na atualidade é considerado como o principal indicador para a manutenção da vida no planeta, servindo assim como referencial para inúmeras pesquisas de caráter científico, que tem como objetivo principal a geração de novas tecnologias para a preservação desse meio. A preocupação com o meio ambiente tem transcendido o meio científico e chegado à mídia e à sociedade no geral. Observa-se nos últimos anos a adoção de programas de educação ambiental nas escolas, que tem como intuito criar cidadãos mais conscientes com o meio no qual vivem. Partindo desse pressuposto é necessário antes de qualquer coisa identificar o que a sociedade entende por meio ambiente, principalmente as crianças, tendo em vista que elas são o futuro de qualquer nação. O objetivo desta pesquisa foi identificar as concepções de meio ambiente para 70 crianças estudantes do ensino fundamental, sendo 35 estudantes de escola da zona urbana e 35 estudantes de escola da zona rural, ambas situadas em Santarém, região oeste do Pará. As crianças estavam na faixa etária de 8 a 12 anos. Os dados foram coletados mediante questionário que constava de uma única questão: desenhe ou escreva o que você entende por meio-ambiente. Os dados foram categorizados utilizando-se a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo. Os dados relativos a desenhos foram classificados de maneira separada dos dados escritos. Para os desenhos foram encontradas as categorias: o meio ambiente como Educação Ambiental, o meio ambiente como paisagem natural, o homem como parte integradora do Meio Ambiente e o Meio Ambiente como paisagem modificada pela ação antrópica e para os dados escritos foram encontradas seguintes categorias: Meio Ambiente definido como um lugar que deve ser cuidado, não jogar lixo no chão, a Terra é obra de Deus, é um lugar importante, é um lugar bonito, está ameaçado pela ação antrópica, é o lugar onde vivemos e como última categoria Meio Ambiente como fonte de alimentos. A partir da análise desses dados foi possível perceber certa diferença nas concepções de Meio Ambiente para as crianças da zona urbana e para as crianças da zona rural, já que na zona rural a maior parte das crianças analisadas define Meio Ambiente como uma paisagem natural muitas vezes não modificada pela ação humana, em contraposição as crianças da zona urbana confundem Meio Ambiente com Educação Ambiental. Nesse contexto acredita-se que esses dados são de grande relevância para futuros estudos mais aprofundados sobre o tema em análise.

Palavras – Chave: Meio Ambiente, Discurso do Sujeito Coletivo, Crianças

P

AMB

ERROS E VIOLAÇÕES DO MOTORISTA BRASILEIRO: DADOS PRELIMINARES DE SÃO LUÍS-MA. *Bruno Denis Vale Castro**, *Cláudia Aline Monteiro Soares*, *Denise Leidy da Costa Sampaio**, *Enezita Vieira Feitosa**, *Evelyn Hellen Sousa Costa**, *Jhéssica Mariana Monteiro de Oliveira**, *Laice Athália Araújo Miranda**, *Leomar Santos Moraes Filho** e *Mariana Souza Pedrosa** (Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Maranhão, São Luís - MA)

O presente trabalho objetiva apresentar resultados preliminares do projeto de pesquisa “Emoções, acidentes, erros e violações no trânsito: o perfil de motoristas de São Luís-MA”, em andamento e sob a coordenação de docente do Departamento de Psicologia da UFMA. O projeto supõe que o acidente de trânsito é consequência de erros e violações, que surgem em momentos onde há oportunidade, sendo realizados por pessoas com alguma predisposição. Essa suposição fundamentou outras pesquisas sobre variáveis individuais e situacionais de erros e violações de motoristas, como as de Belém-PA e Brasília-DF, realizadas em 2004 e 2009 respectivamente, por meio das quais se pretende colaborar para a construção de um perfil comportamental do motorista brasileiro. O método da pesquisa em São Luís-MA envolve a aplicação de três escalas e um questionário em uma amostra de 500 motoristas, abordados em locais públicos. O presente trabalho apresenta resultados da análise de respostas de 100 motoristas: 60% homens, média de idade de 37,7 anos, 60% casados, 69% com filhos, 53,4% com nível educacional superior e com 13,4 anos de CNH em média. A análise estatística foi realizada por meio do Statistical Package for the Social Sciences (SPSS). Os resultados descritivos preliminares mostram, entre outros, que: 58,6% dos motoristas envolveram-se em algum acidente; 71% aceleram o seu veículo antes que o(a) pedestre tenha terminado completamente a sua travessia; 32,3% desobedecem o sinal vermelho do semáforo; 51,7% dirigem acima do limite máximo de velocidade da via; 32,3% não ligam o pisca-pisca (seta) do veículo antes de sair com o carro, ultrapassar ou fazer uma mudança de faixa; 48,4% aceleram o seu veículo para passar pelo sinal amarelo do semáforo; 51,6% em uma via de mão única com duas ou três faixas, trafegam pela faixa da esquerda. Nas análises inferenciais, a agressividade e a irritabilidade foram correlacionadas aos erros e violações, podendo-se, portanto, concluir que estas são dificuldades intrínsecas do motorista em lidar com um ambiente potencialmente estressante, como o do trânsito, devendo ser medidas no momento da habilitação do motorista e consideradas ao se planejar medidas preventivas de conflitos e acidentes.

PIBIC – UFMA

Palavras-chave: erros; violações; motoristas.

Iniciação Científica – IC

AMB – Psicologia Ambiental

ARDES-M: ESCALA DE ERRORES ATENCIONALES EN CONDUCTORES DE MOTO. *Maria Isabel Nucciarone**, *Jeremias David Tosi** (Universidad Nacional de Mar del Plata, Mar del Plata, Bs.As., Argentina), *Fernando Martín Poó e Rubén Daniel Ledesma Ledesma* (Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas, Universidad Nacional de Mar del Plata, Mar del Plata, Bs.As., Argentina)

Las colisiones de tránsito que involucran a motociclistas constituyen un problema creciente en países en vía de desarrollo. Sin embargo, se conoce muy poco sobre los comportamientos y factores de riesgo vial asociados a esta población específica de usuarios viales. Por ejemplo, no existen estudios sistemáticos sobre las fuentes de inatención que podrían aumentar el riesgo de siniestros viales en este grupo. Este trabajo tiene por objetivo presentar y analizar las propiedades psicométricas básicas de un nuevo instrumento para evaluar inatención en conductores de motos: el ARDES-M. Se trata de una escala desarrollada en base al ARDES (Attention-related Driving Errors Scale), pero adaptada a la conducción de motos. El ARDES mide diferencias individuales en la propensión a cometer fallas de conducción relacionadas, primaria o secundariamente con la atención. Se compone de ítems en formato de respuesta Likert que indagan la frecuencia con que se cometen errores no intencionales a nivel de planeamiento de viaje, maniobrabilidad o control del vehículo. Se trabajó con una muestra casual de 104 conductores de la ciudad de Mar del Plata, quienes accedieron voluntariamente a participar del estudio y respondieron el ARDES-M, conjuntamente con un cuestionario sobre actividades distractoras durante la conducción y datos sociodescriptivos. Se incluyeron además dos medidas de constructos relacionados: el ARCES (Escala de Errores Cognitivos Relacionados con la Atención) y la DES-M (Escala de Experiencias Disociativas Modificada). Los resultados sugieren un comportamiento psicométrico globalmente satisfactorio del ARDES-M, tanto en su estructura interna como en la relación con criterios externos. Se presentó como una medida unidimensional, con un grado de consistencia interna aceptable (Alfa de Cronbach > .70). No obstante, la eliminación de algunos de los ítems mejora las propiedades de la escala. Por otro lado, el ARDES-M mostró una relación moderada y significativa con el ARCES, pero no con la DES-M. También se observó una relación positiva con el grado de realización de actividades distractoras. El ARDES-M puede ser un instrumento adecuado para evaluar la propensión personal a cometer errores de conducción relacionados con inatención en conductores de moto. Se observan algunas diferencias con respecto a la versión original pensada para conductores de coches. Se requieren más estudios y evidencias que avalen su validez. En especial, se recomiendan estudios de validez convergente con otras metodologías alternativas a los auto-informes. Se espera que el presente trabajo contribuya al desarrollo de nuevos instrumentos de investigación en Psicología del Tránsito, en especial en el área de la inatención y las distracciones al conducir.

Apoyo Financiero: Universidad Nacional de Mar del Plata (UNMdP). Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET).

Palabras clave: Conductores de moto, Inatención, Evaluación

Nivel del trabajo: Otro

AVAL

ADAPTACIÓN Y VALIDACIÓN AL CASTELLANO DE LA MINDFUL ATTENTION AWARENESS SCALE (MASS). *Silvana Andrea Montes***, *Fernando Martín Poó* (Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas, Universidad Nacional de Mar del Plata, Mar del Plata, Bs.As., Argentina), *Natalia García** e *Soledad López*** (Universidad Nacional de Mar del Plata, Mar del Plata, Bs.As., Argentina)

La escala MAAS (*Mindful Attention Awareness Scale*), es una escala de auto-informe que evalúa diferencias individuales en cuanto a la propensión a lograr estados de conciencia o capacidad de ‘estar presente’. Es una medida de *Mindfulness*, un constructo que no tiene una traducción exacta al castellano pero que hace referencia al nivel de ‘conciencia o presencia atenta y reflexiva a lo que sucede en el momento actual’. Dado que en los últimos años ha tenido una gran repercusión tanto en la investigación como en la práctica clínica, resulta de importancia contar con instrumentos adecuados para su evaluación. El objetivo de este trabajo es presentar las propiedades psicométricas de una versión adaptada y validada de la escala MAAS en población argentina. Se trabajó con una muestra de tipo no probabilística de $n=300$ sujetos (muestra de validación) y de $n=63$ sujetos (muestra de replicación) de la ciudad de Mar del Plata (Argentina). Se administró el MAAS junto con la Escala de Errores Cognitivos relacionados con la Atención (ARCES); la Escala de Fallas de Memoria (MFS); la Escala de Propensión al Aburrimiento (BPS); y la Escala de Experiencias Disociativas-Modificada, (DES-M). Se realizaron los siguientes análisis de datos: análisis factorial exploratorio para evaluar la dimensionalidad de la medida, análisis de fiabilidad para estimar la consistencia interna de los puntajes (alfa de Cronbach), análisis de ítems para determinar sus cualidades psicométricas, análisis de la varianza (ANOVA) para evaluar si existen diferencias según la edad y el sexo de los participantes, y análisis de correlación bivariada para evaluar la relación entre el MAAS y el resto de los auto-informes. Los resultados indicaron que el instrumento posee un funcionamiento globalmente satisfactorio en nuestro contexto. De manera similar a la versión original, se presenta como una medida unidimensional, sus ítems tienen buenos niveles de discriminación y la consistencia interna de la escala es alta. Asimismo, se encontraron correlaciones negativas y moderadas con el resto de las medidas. Los resultados no solo aportan evidencia psicométrica respecto de la validez y confiabilidad del instrumento sino también evidencia teórica respecto de la relación entre el constructo *Mindfulness* y otras variables psicológicas, cuya relación hasta el momento no había sido estudiada (e.g., errores relacionados con fallas de atención en la vida cotidiana, rasgos disociativos de personalidad, propensión al aburrimiento). No obstante, se requieren estudios adicionales que amplíen la evidencia de validez disponible (e.g., estudio del comportamiento de la escala en otros contextos y poblaciones), así como también que contribuyan a incrementar el conocimiento respecto de la naturaleza del fenómeno y su posible relación con otros constructos psicológicos.

Apoyo Financiero: Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET). Universidad Nacional de Mar del Plata (UNMdP).

Palabras clave: Mindfulness, Evaluación, Autoinforme.

Nivel del trabajo: D (Doctorado)

AVAL

ESCALA DE VIOLÊNCIA ENTRE PARCEIROS ÍNTIMOS (EVIPI): CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO. *Adriana A. de Almeida*** (Programa de Pós Graduação Psicologia UFJF/Juiz de Fora - MG), *Bruna Koga** (Acadêmica do curso de Graduação em Psicologia UFJF/Juiz de Fora - MG), *Caroline Basílio** (Acadêmica do curso de Graduação em Psicologia UFJF/Juiz de Fora - MG), *Fellipe Salgado*** (Programa de Pós Graduação em Psicologia UFJF/Juiz de Fora - MG), *Fernanda Bhona*** (Programa de Pós Graduação Psicologia UFJF/Juiz de Fora - MG), *Géssica C. Andrade** (Acadêmica do curso de Graduação em Psicologia UFJF/Juiz de Fora - MG), *Jéssica Kiemy** (Acadêmica do curso de Graduação em Psicologia UFJF/Juiz de Fora - MG), *Luciana X. Senra*** (Programa de Pós Graduação Psicologia UFJF/Juiz de Fora - MG), *Thiago Stroppa*** (Acadêmica do curso de Graduação em Psicologia UFJF/Juiz de Fora - MG), *Lelio M. Lourenço**** (Prof. Dr. Assoc. e Chefe do Departamento de Psicologia UFJF/Juiz de Fora - MG), *Makilim N. Baptista**** (Prof. Dr. do Programa de Pós Graduação Strictu Sensu em Psicologia da Universidade São Francisco/Itatiba-SP)

A violência, com suas diversas formas de manifestação contra crianças, adolescentes e idosos, sobretudo contra a mulher, tornou-se um problema de saúde pública mundial e temática prioritária na agenda de ações de intervenção e preventivas da Organização Mundial da Saúde—OMS, tamanho o impacto e conseqüências a curto e longo prazos para a saúde e desenvolvimento físico, psicológico e social individual, familiar e comunitário. A violência entre parceiros íntimos, de acordo com a OMS, refere-se a quaisquer condutas exercidas num relacionamento íntimo prejudiciais à saúde física e psicológica e à sexualidade, causando danos para os envolvidos nessa relação. Tais comportamentos envolvem atos de agressão física, abuso psicológico, comportamentos controladores, relações sexuais forçadas ou outras formas de coerção sexual. Em uma revisão sistemática da literatura para levantamento de definições, tipologia/manifestações (física, psicológica, sexual, econômica e patrimonial), constructos e instrumentos associados à violência, foram identificados seis instrumentos que investigam violência doméstica entre casais ou contra a mulher e de pais contra crianças. Entretanto, verificou-se a inexistência de instrumentos em plena conformidade com a realidade cultural brasileira, apenas adaptações dos estrangeiros. Além disso, essa revisão permitiu também a delimitação do objeto de estudo, que é a violência praticada entre parceiros íntimos. Essa constatação junto à do contexto de violência entre casais percebida nos estudos sobre violência no Brasil e no aumento da atenção dada ao fenômeno pelas esferas jurídica, policial, psicossocial e de saúde, justifica a necessidade de construção e validação de um instrumento que tenha por objetivo identificar e avaliar a violência praticada entre parceiros íntimos. De acordo com os pressupostos da avaliação psicológica, a qual consiste num processo de coleta de informação, válido e confiável, com vistas a identificar o problema, conhecer o indivíduo e programar a tomada de decisões, o estudo visa construir um instrumento de identificação e avaliação da percepção da violência praticada entre pessoas num relacionamento íntimo. Além disso, será evidenciada a validade baseada na relação com outras variáveis e avaliadas as evidências de validade relacionadas a grupos critérios da *Escala de percepção de Violência entre Parceiros Íntimos-EVIPI*. Atualmente, com todos os levantamentos feitos, foi elaborada uma escala tipo Likert composta por afirmações relativas às formas de violências praticadas entre parceiros, a qual será submetida à apreciação de juízes com conhecimento em avaliação psicológica e violência para avaliação das informações de validade, ou seja, se elas indicam o grau em que o instrumento será capaz de fornecer conhecimentos úteis para as finalidades para as quais ele será criado. Posteriormente a esse processo, será feito um estudo piloto que contribuirá para a validação e publicação da EVIPI. Os resultados esperados consistem, principalmente, na possibilidade de rastreamento padronizado da violência entre parceiros íntimos a partir das características da cultura nacional, fornecendo subsídios para pesquisas e intervenção em diversas áreas, entre elas a jurídica, psicossocial e da saúde.

Violência entre Parceiros Íntimos, Escala/Instrumento, Avaliação Psicológica

P

AVAL

O PSICODIAGNÓSTICO INTERVENTIVO EM ADOLESCENTES INSTITUCIONALIZADOS POR MOTIVO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. *Christiani Martins Rodrigues Tironi***, *Maria Aparecida Mazzante Colacique*, *Leila Salomão de La Plata Cury Tardivo* (Laboratório de Saúde Mental e Psicologia Clínica Social do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, SP)

O psicodiagnóstico possui como objetivo avaliar e compreender as forças e fraquezas no funcionamento psicológico do paciente e, para tanto, utiliza-se de técnicas específicas como entrevistas semi-estruturadas e testes projetivos. De maneira específica, o psicodiagnóstico interventivo pode ser definido como uma avaliação psicológica que, ao ser subordinada ao pensamento clínico, visa apreender a dinâmica intrapsíquica e compreender a problemática do indivíduo e já se configurar em intervenção nos aspectos emergentes, relacionados ao sofrimento do paciente. Desse modo, a avaliação e a intervenção terapêutica não são separadas, mas podem se complementar. Assim, o presente estudo tem como objetivo apresentar o psicodiagnóstico interventivo como um enquadre que gera experiências mutativas em adolescentes abrigados por motivo de violência doméstica. Para tanto, utilizou-se de um relato de caso de uma adolescente institucionalizada, que foi negligenciada e abandonada por sua mãe e sua tia materna que a criou desde então. Como procedimentos e instrumentos para o psicodiagnóstico interventivo foram realizadas entrevista inicial com o técnico responsável pela adolescente na instituição, entrevista psicológica, Procedimento de Desenhos-Estórias, Questionário Desiderativo, CAT-A (Teste de Apercepção Temática para Crianças – Figuras de Animais), Teste das Fábulas e o Inventário de Depressão Infantil (CDI), entrevista devolutiva com a adolescente e entrevista devolutiva com o técnico do Abrigo. Foi realizada a interpretação com base na teoria psicanalítica. Na entrevista com o técnico do Abrigo, percebeu-se que a adolescente era vista como problemática, por não respeitar regras nem da instituição nem as impostas por sua tia. Nos testes projetivos, pode-se perceber aspectos depressivos na adolescente, confirmando o sentimento de abandono e de ser humilhada e rejeitada por sua tia e pela instituição. Também percebeu-se aspectos que sugerem a tendência antissocial, como agressividade e os comportamentos de infringir as regras, colocando-a em situações de risco. O CDI apresentou nota significativamente maior que a média, o que confirmou que suas manifestações tem intensa relação com sintomas depressivos. Por meio da entrevista devolutiva com a adolescente, pode-se perceber uma compreensão da mesma sobre suas próprias dificuldades emocionais e em modificar seus comportamentos. Na entrevista devolutiva com o técnico do abrigo, este relatou que a adolescente estava se relacionando melhor com os técnicos e respeitando as regras da instituição. Neste encontro, foi discutido como a adolescente se sentia pouco compreendida e não aceita, quando não conseguiam perceber o movimento de rejeição de sua família em relação a ela, isso possibilitou a reflexão sobre o toda essa situação que gera intenso sofrimento na adolescente. Assim, constatou-se que o psicodiagnóstico interventivo facilitou modificações. Pode-se perceber que há necessidade de manter o atendimento, continuando a psicoterapia, visto que as consequências da violência doméstica comprometem gravemente o desenvolvimento emocional da criança. Porém, o psicodiagnóstico interventivo trouxe resultados importantes, visto que ao promover experiências mutativas, pôde facilitar o contato da paciente com sua realidade, favorecendo que ela conseguisse dar respostas mais saudáveis. Assim concluiu-se, como estudos da literatura apontaram, que o psicodiagnóstico interventivo se configura como um enquadre facilitador de mudanças, trazendo benefícios aos pacientes.

Palavras Chaves: Psicodiagnóstico Interventivo; Violência Doméstica; Crianças; Adolescentes; Winnicott.

Nível do Trabalho: Doutorado -D.

SAÚDE, AVAL

REFLEXÕES SOBRE A APLICAÇÃO DO WISC III EM DUAS CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN. *Eloísa Vasconcelos Scudeller** (Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté - SP) e *Paulo Francisco de Castro* (Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté - SP e Curso de Psicologia da Universidade Guarulhos - SP).

O objetivo deste trabalho é apresentar uma reflexão sobre a aplicabilidade da Escala Wechsler de Inteligência para Crianças Terceira Edição - WISC III, no estudo do caso de duas crianças com Síndrome de Down, observado seus desempenhos de acordo com o esperado para a população normativa. A Síndrome de Down é uma deficiência que ocorre devido a um erro genético que está presente no momento da concepção. Este quadro está sendo muito freqüente entre os seres humanos, afetando cerca de um para 700/900 nascidos, referente a todas as partes do mundo. Por volta de 1959, os estudiosos descobriram que a falha genética está na presença de um cromossomo extra no par 21, denominado "Trissomia 21". As características principais de um portador da Síndrome de Down concentram-se na boca, olhos, mãos, crânio, músculos e articulações, além dos órgãos genitais, cabeça, rosto, orelhas, pescoço, extremidades, dedos dos pés e o tórax; além disso, o quadro é acompanhado de diferentes níveis de comprometimento intelectual. Por conta da deficiência intelectual, mostra-se muito difícil realizar a avaliação cognitiva desses indivíduos. No sentido de uma possível descrição das habilidades intelectuais a presente investigação foi proposta. Participaram do estudo de caso duas crianças portadoras de Síndrome de Down, assim denominadas: Criança 1, sexo feminino, 14 anos de idade, nível socioeconômico baixo, escolarizada e Criança 2, sexo masculino, 10 anos de idade, nível socioeconômico médio, escolarizada. As duas crianças foram submetidas ao WISC III, de acordo com as instruções de cada subteste, iniciando-se sempre do item um de cada um deles e respeitando-se os critérios de suspensão estipulados pelas normas. Como era de se esperar, os resultados de ambas as crianças indicaram deficiência intelectual, mas algumas diferenças puderam ser observadas. Como os resultados foram diferentes, optou-se pela exposição separadamente: A Criança 1 teve seus resultados mais comprometidos, equivalendo na maior parte dos subtestes a um desempenho de uma criança de seis anos ou menos, muito distante de sua idade cronológica, além disso os resultados dos subtestes da escala verbal indicaram resultado ligeiramente melhor, principalmente em semelhanças e aritmética, que equivalem ao desempenho de uma criança de sete anos. A Criança 2 indicou um resultado próximo ao esperado de um indivíduo de sete anos, embora alguém do esperado, com diferença menor que a observada no outro sujeito; não foi observada diferença entre o desempenho das escalas verbal e de execução, e no subteste vocabulário a criança apresentou o resultado esperado para sua idade. Por fim, enfatiza-se a dificuldade de avaliação de inteligência em crianças com qualquer tipo de dificuldade ou deficiência intelectual por meio dos testes disponíveis. Além disso, as diferenças encontradas no atual estudo de caso podem ser advindas do comprometimento típico da Síndrome de Down (variável para cada indivíduo), ou até mesmo decorrente da estimulação recebida no processo de desenvolvimento da cada criança estudada. Para testar as hipóteses indicadas, estudos psicométricos e normativos mostram-se importantes.

Palavras-chave: Avaliação Psicológica; Inteligência; Síndrome de Down.

Nível do trabalho: IC – Iniciação Científica

Código da área: AVAL – Avaliação Psicológica

AVALIAÇÃO DOS RECURSOS COGNITIVOS EM CRIANÇAS HOSPITALIZADAS.

*Eloisa Vasconcelos Scudeller** (Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté - SP) e *Paulo Francisco de Castro* (Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté - SP e Curso de Psicologia da Universidade Guarulhos - SP).

O objetivo do presente trabalho é apresentar uma reflexão sobre os dados referentes à avaliação de inteligência realizada em uma amostra de crianças que se encontravam hospitalizadas. O debate sobre as questões de inteligência existe desde os filósofos gregos, embora alguns autores expliquem que a inteligência é a capacidade de pensamento abstrato, de adaptação ao ambiente, a situações novas, ou ainda a capacidade de adquirir novos conhecimentos, não há um consenso no momento de se definir esse importante construto psicológico. Para a criança, o hospital é um ambiente desconhecido, onde existem restrições de atividades e, geralmente, associado à solidão, à saudade de casa, dos familiares, amigos, além de sentimentos como medo e tristeza, dentre outras características negativas. Participaram do estudo sete crianças, sendo quatro meninas e três meninos, com idade entre seis e nove anos, com diversos quadros de saúde que as levaram à situação de internação hospitalar. Em todos participantes foi aplicado o Teste de Matrizes Progressivas Coloridas de Raven e, pouco tempo depois, em cinco deles foi aplicado o Desenho da Figura Humana - DFH (para avaliação cognitiva). Dois meninos não participaram do DFH pois um estava com acesso venoso que dificultava a tarefa de desenhar e outro recusou-se a participar. Após correção, pontuação e análise de acordo com as tabelas normativas, observou-se que os resultados do Teste de Raven apresentados mostraram que a classificação do potencial intelectual geral das crianças avaliadas estava acima do esperado para a população normativa, pois apenas uma apresentou classificação média, quatro indicaram capacidade média superior e dois obtiveram desempenho superior. Entretanto, os dados referentes ao DFH revelaram um desempenho menor no grupo, pois uma criança indicou classificação média superior, duas alcançaram classificação média e duas revelaram resultados médio-inferiores na capacidade cognitiva. Quando os dois testes são comparados, há um menor desempenho no DFH em todas as crianças. Duas hipóteses são identificadas para a diferença dos resultados assinalados pelas crianças. A primeira refere-se às questões técnicas, talvez o Teste de Raven, por ser um teste com cores e lógica, possa se tornar uma tarefa mais atrativa para as crianças; estas podem perceber a tarefa como uma proposta desafiadora, a expectativa do que virá na página seguinte pode se tornar estimulante para continuar as respostas. A segunda refere-se a questões emocionais, pois o DFH pode mostrar certa dificuldade e rejeição por parte da pessoa avaliada, já que representar graficamente traz à tona expressões de sentimentos e conteúdos internos. Sendo assim, a pessoa pode vivenciar essa possível exposição na descoberta de seus conteúdos pessoais. Uma vez que a criança hospitalizada sente-se retraída diante da situação em que está vivendo, e a possibilidade de expor seus sentimentos nem sempre é fácil, tal aspecto pode ter contribuído para os resultados menores. As análises expostas foram realizadas a partir de material fornecido por um número pequeno de participantes; para confirmação das hipóteses e generalização dos resultados, faz-se necessária a ampliação do estudo.

Apoio: PIC/UNITAU – Programa de Iniciação Científica da Universidade de Taubaté.

Palavras-chave: Avaliação Psicológica; Inteligência; Psicologia Hospitalar.

Nível do trabalho: IC – Iniciação Científica

Código da área: AVAL – Avaliação Psicológica

ADAPTAÇÃO DA ESCALA DE AUTOCONCEITO – AFA PARA O CONTEXTO BRASILEIRO. *Lúcia Helena Jorge Alves* (Universidade Veiga de Almeida e Secretaria Municipal de Educação - Rio de Janeiro- Brasil), *Cílio Ziviani* (Puc-rio e Universidade Católica de Petrópolis - Rio de Janeiro - Brasil), *Francisco D. M. Takahashi* (Universidade Estácio de Sá e Universidade Veiga de Almeida - Rio de Janeiro - Brasil), *Angela M. C. Monteiro de Barros* (Universidade Estácio de Sá - Rio de Janeiro - Brasil) e *Leila Borges de Araújo* (Centro Universitário da Cidade do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro - Brasil)

O autoconceito, segundo o modelo multidimensional, é definido como a percepção que o indivíduo tem de si próprio com base em suas experiências, na relação com os outros e nas atribuições que ele faz da sua conduta. Como no Brasil não contamos com muitos instrumentos para avaliar tal construto a presente pesquisa teve como objetivo adaptar e estudar psicometricamente para o contexto brasileiro a versão portuguesa de 2001 da escala espanhola de Autoconceito Forma A – AFA – que contempla quatro áreas: acadêmica, social, emocional e familiar. Primeiramente, procurou-se adaptar para o português corrente do Brasil os itens com a preocupação de manter o mesmo sentido. Em seguida, esta versão foi submetida à apreciação por quatro psicólogos e vinte adolescentes para verificar se os itens estavam compreensíveis e o vocabulário adequado ao público alvo. Concluída a adaptação do instrumento, foi preparado um termo de consentimento livre e esclarecido direcionado aos responsáveis pelos menores participantes da pesquisa. Mediante a autorização dos mesmos a escala foi aplicada, de forma coletiva, nos horários previamente acordados com as direções das escolas, em 420 alunos, sendo 203 do gênero masculino e 217 do feminino, com idades entre 12 e 16 anos, matriculados em turmas do 6º ao 9º ano em estabelecimentos de ensino fundamental da rede municipal da cidade do Rio de Janeiro. Quanto aos resultados encontrados, comparando-se a média, mediana, mínimo, máximo e o desvio padrão da amostra, por escala, observou-se que foram similares aos encontrados na adaptação portuguesa. Avaliando-se a normalidade dos resultados obtidos na amostra do Rio de Janeiro, seguindo-se o método de análise da distribuição de freqüências, constatou-se que os dados seguem uma distribuição normal, exceto nas escalas Familiar e Social que apresentam uma concentração maior de participantes nos escores mais elevados. Na escala Social isto aponta para um autoconceito social mais elevado, fato já esperado para esta faixa etária. Quanto às intercorrelações entre as escalas, estas são moderadas. Entretanto, a correlação de cada uma das escalas com o total é elevada, indicando a existência de um construto global subjacente. No que se refere à análise dos itens a maioria se correlaciona acima de 0,20 com o total da escala. Quanto à precisão, o alfa de Cronbach se mostrou mais elevado do que o encontrado em Portugal. Os estudos preliminares das qualidades psicométricas da escala mostraram-se satisfatórios e apontam para a possibilidade de ampliação do estudo e possível validação do instrumento para a população brasileira.

Palavras chave: adolescentes, escala, autoconceito

P- Pesquisador

AVAL - Avaliação Psicológica

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NO CONTEXTO HOSPITALAR: ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA ENTRE 2006 E 2011. *Jeane Franco de Oliveira, Ludimila Gomes de Assis Ferreira e Nilton Cesar Barbosa* (Laboratório de Avaliação, Medidas e Instrumentação em Ciências da Saúde - Universidade Federal de Goiás-Jataí/GO).

A Psicologia Hospitalar, enquanto contexto de atuação profissional, refere-se ao conjunto de contribuições científicas, educativas e profissionais voltadas para promover a humanização das relações dentro do ambiente hospitalar. O psicólogo hospitalar reúne conhecimentos e técnicas para atuar de maneira sistemática, visando amenizar o sofrimento de pacientes, família e também da equipe profissional em relação ao processo de hospitalização. Tendo em vista a relevância da produção de conhecimento científico e também o seu significativo aumento nos últimos anos, este trabalho teve como objetivo estudar a produção científica brasileira relacionada à Psicologia Hospitalar e à Avaliação Psicológica, no período de março de 2006 a março de 2011. A amostra de artigos foi estudada através dos critérios: 1) ano de publicação do artigo; 2) sexo e número de autores; 3) região onde o trabalho foi realizado; 4) natureza do estudo, se teórica ou empírica; 5) tipo de técnica de coleta de informações; 6) forma de aplicação dos instrumentos; 7) tipo de amostra; 8) estudo incluindo o processo de avaliação psicológica ou a construção/ uso específico de escalas e testes psicológicos. Para a seleção do material de análise foram realizados os seguintes procedimentos: 1) acesso a base de dados *Periódicos Capes*, 2) seleção da área *Psicologia* 3) seleção apenas dos periódicos nacionais (76) 4) Seleção de 70 periódicos nacionais que tiveram todos os seus artigos catalogados um a um no período de março de 2006 a março de 2011. Apenas artigos envolvendo Avaliação Psicológica e Psicologia Hospitalar foram selecionados utilizando as palavras-chave: Psicologia hospitalar, hospital, avaliação, medida, testes, inventários, psicometria, escalas e questionários. Com base neste critério foram identificados 38 artigos. Os resultados evidenciaram que a produção científica na área se mantém estável desde 2008 (21,1% por ano). Em relação ao gênero, observou-se que a maior parte dos trabalhos tinha de um a dois autores do sexo feminino (71,0%) e de um a dois autores do sexo masculino (65,8%). Analisando a origem geográfica dos trabalhos, a produção se evidenciou mais nas regiões sudeste (44,7%) e sul (23,7%). A maioria dos trabalhos era de natureza empírica (84,2%) e com instrumentos aplicados individualmente (81,6%) para avaliar stress, qualidade de vida, depressão, personalidade, entre outros. Para realizar a coleta de dados, foram utilizados entre um e dois instrumentos (71,0%). Uma parte dos estudos estava voltada para o processo de avaliação psicológica (39,5%) e as amostras mais pesquisadas envolveram pacientes hospitalizados (71,5%). Concluiu-se que a produção envolvendo Psicologia Hospitalar e Avaliação Psicológica vem se expandindo pelo país, ainda que as regiões que mais se destaquem sejam a sudeste e a sul. Observou-se maior volume de publicações entre autores do sexo feminino e estudos voltados para os pacientes hospitalizados, o que representa um interesse crescente em estudar as condições envolvidas no processo de humanização do ambiente hospitalar. Por fim, sugerem-se pesquisas que analisem a produção científica na área em outras bases de dados, a fim de se verificar os resultados obtidos no presente estudo.

Palavras-Chave: Psicologia Hospitalar, Avaliação Psicológica, Produção Científica. Iniciação Científica – IC

AVAL – Avaliação Psicológica

INTELIGÊNCIA E CRIATIVIDADE NA MATURIDADE E VELHICE. *Adriana Aparecida Ferreira de Souza* (Universidade de Mogi das Cruzes, São Paulo, SP) e *Solange Muglia Wechsler* (Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, SP)

Tendo em vista a necessidade do estudo do desenvolvimento psicológico na fase da velhice e a carência de estudos das habilidades cognitivas e da criatividade na população idosa, este estudo se propôs a comparar as habilidades cognitivas e criativas entre pessoas na maturidade e idosos, verificando a influência do sexo, faixa etária e nível educacional e comparando os resultados de testes com a auto-avaliação dos participantes. Participaram da pesquisa 81 pessoas (61,73% de 45 a 59 anos e 38,27% acima de 60 anos). Para a coleta de dados foram utilizados os testes Bateria de Habilidades Cognitivas de Adultos (BAIAD), Pensando Criativamente com Palavras e com Figuras, além da Escala de Auto-avaliação do Desempenho de Habilidades Cognitivas, Criativas e Lazer e um Questionário de Dados Pessoais. Os instrumentos foram aplicados individualmente em três ou mais sessões em instituições de terceira idade, após consentimento livre e esclarecido dos participantes. Os resultados mostraram que os testes verbais, combinação visual e criatividade (verbal e figural) foram influenciados apenas pelo nível educacional (ANOVA). A memória de trabalho, avaliada pelo teste de números invertidos, sofreu influência da escolaridade e da interação entre escolaridade e faixa etária. As pessoas na maturidade com Ensino Médio tiveram resultados superiores aos idosos no mesmo nível educacional. Na avaliação da criatividade, a escolaridade foi a responsável por influenciar os resultados, com exceção apenas do índice criativo figural 1 que não foi influenciado por nenhuma variável, o que demonstra forte relação entre a criatividade e o percurso educacional. Quanto maior o nível educacional, maior a pontuação em criatividade. A criatividade (verbal e figural) e a inteligência estão relacionadas considerando todos os participantes deste estudo. Na escala que avaliou o desempenho dos participantes de acordo com o seu próprio relato, composta pelas sub-escalas inteligência, criatividade e lazer, as sub-escalas de inteligência e lazer foram fortemente influenciadas pelo nível de escolaridade, sendo que tanto o relato sobre desempenho cognitivo quanto sobre as atividades de lazer desenvolvidas aumenta de acordo com o nível educacional. Já a sub-escala de criatividade sofreu influência da interação entre sexo, faixa etária e escolaridade, sendo observado aumento de acordo com a escolaridade. Os homens na maturidade são os que tiveram resultado mais baixo. Para os participantes com Ensino Superior os resultados foram muito semelhantes. A sub-escala de auto-avaliação da inteligência esteve relacionada com o desempenho no teste de inteligência, assim como as sub-escalas de criatividade e lazer estiveram fortemente relacionadas aos índices de criatividade. Conclui-se que a escolaridade é fator significativo no desempenho cognitivo e criativo.

Palavras-chave: Envelhecimento, Habilidades Cognitivas, Habilidades Criativas, Avaliação Psicológica.

D

AVAL

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA DO CONSTRUTO SENTIDO DE VIDA. *Eliane Gerck, Ivonete Viana Esteves Soares**, *Maria Eduarda Morelli Carvalho **, *Monaliza Cortasio e Eleutério Viegas de Mello Neto* (Centro de Ciências da Saúde, Universidade Católica de Petrópolis, RJ).

O objetivo deste trabalho foi o de investigar as possibilidades e impossibilidades de se avaliar o construto “sentido de vida”. Este construto está na obra de Viktor Frankl e pressupõe um dinamismo constante, uma ação consciente, direcionada a objetivos de busca de realização de ideais superiores que determinam as razões para a nossa existência. Decorre da situação da pessoa no seu contexto ambiental, em função das experiências que vivencia, considerando como instrumentos mediadores desta construção os valores, a cultura, a relação intersubjetiva, as crenças e a educação, dentre outros. O conceito de sentido de vida constitui a base da Logoterapia desenvolvida pelo mesmo autor vienense. Dentre os três testes mencionados na literatura mundial, o PIL (Purpose in Life Test), o SONG (Seeking of Noetic Goals) e o Logoteste, idealizado por Elizabeth Lukas, elegeu-se este último para servir de base de estudos, já que não existe, no Brasil, nenhum instrumento psicológico para avaliar este complexo conceito. Um instrumento que avalie o sentido de vida poderá se tornar um instrumento diagnóstico-terapêutico de grande valia para a Logoterapia e mesmo para outras abordagens terapêuticas que considerem o sentido de vida como um conceito relevante. O Logoteste é um instrumento de fácil aplicação, com duração média de trinta minutos para a sua realização, cuja correção se faz segundo a Folha-Síntese de Avaliação, apresentada no manual. Quanto a seu uso para a pesquisa, pode fornecer informações significativas sobre o nível de realização interior de sentido e frustração existencial de pessoas, permitindo utilizar estes dados para a organização e planejamento de intervenções sobre populações, seja no campo escolar, organizacional, hospitalar, jurídico, dentre outros. Verificou-se, entretanto não existir no Brasil nenhuma tradução oficial e avaliada pelo Conselho Federal de Psicologia deste teste. Foi encontrada uma tradução, numa tese de doutorado, que foi baseada em outra tradução do original alemão para o espanhol. Trata-se aqui, no entanto, de adaptar um instrumento de uma cultura para outra, por isso, objetivou-se, neste trabalho, a aplicação de técnicas específicas para testes referentes a construtos, assim como de tradução e validação de instrumentos de avaliação psicológica. O primeiro passo foi o de solicitar a autorização formal junto ao autor para a tradução do instrumento e o de garantir aos informantes todas as garantias exigidas pelo código de ética além da submissão ao Comitê de Ética da Universidade, a fim de atender à resolução nº 196 do Conselho Nacional da Saúde de 1996. Dentre três alternativas possíveis para a preparação original quais sejam: utilização do instrumento no idioma original, desenvolvimento de um novo instrumento no idioma do país onde ele será utilizado ou a tradução e validação por uma nova língua, optou-se inicialmente pela última, para estudos preliminares. Aplicando-se a técnica de tradução reversa do original em alemão para o português, o coeficiente de validade de conteúdo e, ainda, uma análise de pertinência dos itens ao construto tal como concebido teoricamente, concluiu-se pela construção de um novo instrumento perfeitamente adequado à nossa cultura.

Apoio financeiro: Bolsa de IC do CNP e; Fundação Rocha Miranda

Palavras-chave: Adaptação de instrumentos, sentido de vida, Logoteste, avaliação psicológica.

Iniciação Científica – IC (trabalho de graduação)

Código da área: AVAL

CORRELAÇÃO ENTRE HABILIDADES SOCIAIS E ESTRESSE EM ADOLESCENTES ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO. *Sheila Francisca Machado** (Centro Universitário de Brasília, Brasília, DF), *Sergio Henrique de Souza Alves* (Centro Universitário de Brasília, Brasília, DF) e *Patricia Fagundes Caetano* (Universidade de Brasília, Brasília, DF)

Habilidades sociais são as diferentes classes de comportamentos que compõem o repertório social de um indivíduo a fim de dar conta das demandas sociais de forma adequada. Estresse é a reação de um organismo perante situações que causem a quebra da *homeostase*. Para muitos autores a adolescência é um período de transição entre a infância e a fase adulta onde ocorre importantes mudanças físicas, cognitivas e psicossociais inter-relacionadas. Essas mudanças podem gerar estresse nos adolescentes devido a pressão dos exames escolares, intimidação por parte dos colegas e a necessidade de auto-afirmação. É também uma fase de avaliação das habilidades sociais adequadas para compor seu repertório comportamental. O objetivo da pesquisa foi verificar a correlação entre os fatores de cada um dos testes e a relação da idade e do tipo de escola com habilidades sociais e estresse. Participaram 196 estudantes de 2ª e da 3ª série do Ensino Médio do Distrito Federal de duas escolas públicas e duas escolas particulares, do sexo masculino e feminino, com idade entre 15 e 18 anos. Foi aplicado o Inventário de Habilidades Sociais para Adolescentes (IHSA-DEL PRETTE) constituído pelos seguintes fatores em termos de frequência e dificuldade: Empatia, Autocontrole, Civilidade, Assertividade, Abordagem Afetiva e Desenvoltura Social. E também a Escala de Stress para Adolescentes (ESA) constituída pelos fatores: Psicológico, Cognitivo, Fisiológico e Interpessoal (sintomas); Alerta, Resistência, Quase-Exatão e Exatão (período). Os questionários foram aplicados aos alunos em sala de aula após haver autorização. A análise dos dados foi por meio do *software* SPSS versão 17. Os resultados mostraram correlação significativa ($p > 0,01$) entre os fatores: Psicológico e Empatia Frequência ($r=0,19$); Alerta e Empatia Frequência ($r=0,26$); Alerta e Civilidade Frequência ($r=0,23$); Interpessoal e Abordagem Afetiva Frequência ($r=-0,23$); Alerta e Desenvoltura Social Frequência ($r=0,21$); Psicológico e Autocontrole Dificuldade ($r=0,26$); Cognitivo e Autocontrole Dificuldade ($r=0,21$); Cognitivo e Civilidade Dificuldade ($r=0,18$); Resistência e Assertividade Dificuldade ($r=0,22$); Psicológico e Abordagem Afetiva Dificuldade ($r=0,32$); Cognitivo e Abordagem Afetiva Dificuldade ($r=0,20$); Fisiológico e Abordagem Afetiva Dificuldade ($r=0,19$); Alerta e Abordagem Afetiva Dificuldade ($r=0,19$); Resistência e Abordagem Afetiva Dificuldade ($r=0,38$); Psicológico e Desenvoltura Social Dificuldade ($r=0,23$); Cognitivo e Desenvoltura Social Dificuldade ($r=0,26$); Resistência e Desenvoltura Social Dificuldade ($r=0,28$); e do fator Interpessoal com os 6 fatores na dificuldade (Empatia $r=0,25$; Civilidade $r=0,19$; Assertividade $r=0,25$; Abordagem Afetiva $r=0,47$; Desenvoltura Social $r=0,33$ e Autocontrole $r=0,15$ ($p > 0,05$). Houve correlação da idade (sintoma $r=-0,18$ e período $r=-0,17$ $p > 0,05$) e do tipo de escola (sintoma $r=0,21$ e período $r=0,20$ $p > 0,01$) com os escores gerais do ESA e do tipo de escola e o escores geral da frequência ($r=0,26$ $p > 0,01$) do IHSA-DEL-PRETTE. Outros estudos já apontam correlação entre as habilidades sociais e estresse em universitários e grupos familiares e de pelo menos um deles com idade e tipo de escola.

Palavras-Chave: habilidades sociais, estresse, ensino médio.

IC

AVAL

RELACIONES ENTRE PERCEPCION DE ESTRÉS ESCOLAR Y RITMO CIRCADIANO DE CORTISOL EN NIÑAS Y ADOLESCENTES CON DIAGNÓSTICO DE SINDROME DE TURNER. *Marcela, López**; María José Aguilar**, Verónica Zabaleta** (Facultad de Psicología, Universidad Nacional de Mar del Plata, Argentina)

El Síndrome de Turner corresponde a uno de los trastornos cromosómicos, no heredables, con mayor incidencia poblacional. Las particularidades físicas como talla baja, disgenesia gonadal e infertilidad; neuropsicológicas como déficit en la orientación espacial y el control ejecutivo y psicosociales como baja autoestima, inmadurez emocional y ansiedad social; relacionadas con la expresión del síndrome, posicionan a las mujeres con este diagnóstico como una población potencialmente vulnerable al estrés. Durante el desarrollo diversos ámbitos se constituyen en fuentes desencadenantes de estrés, el ámbito escolar, es considerado en el caso de niños y adolescentes, un fuerte generador de estrés. Existen diversas medidas para valorar el grado de estrés que experimenta una persona, por un lado, la percepción que tiene de las situaciones estresantes es un indicador subjetivo válido, por otro lado, desde una perspectiva biológica, un indicador objetivo lo constituyen las concentraciones diarias de cortisol; considerándose que en situaciones de estrés los niveles de esta hormona aumentan. De acuerdo a lo expuesto el objetivo del trabajo fue analizar comparativamente las dos medidas de estrés en niñas y adolescentes con diagnóstico de Síndrome de Turner, su percepción a través del *Cuestionario para el estrés escolar*, y el ritmo circadiano de cortisol en dos jornadas -escolar y de descanso-, a través a determinación de cortisol salival por radioinmunoanálisis competitivo. Los datos obtenidos se sometieron a análisis descriptivos y se aplicaron pruebas no paramétricas de comparación de medias. El análisis de los datos del cuestionario dió cuenta de valores de estrés escolar medios y bajos. Sin embargo, en la totalidad de las niñas y adolescentes con diagnóstico de Síndrome de Turner, se observó, para ambas jornadas, pérdida del ritmo circadiano de cortisol con altos valores de cortisol vespertinos; dando cuenta de una hiperactividad del eje hipotálamo-hipófiso-adrenal, indicador de un patrón de afrontamiento vulnerable al estrés. La variación del ritmo circadiano podría ser explicada, en esta población, a partir de las alteraciones reportadas en el hipocampo y la amígdala, producto de un neurodesarrollo atípico. Ambas estructuras son claves en la regulación de las concentraciones diarias de cortisol a través de su acción sobre el eje hipotálamo-hipófiso-adrenal. En este punto hubiera sido esperable que la alteración observada en el ritmo circadiano de cortisol fuera un factor de riesgo al estrés, hecho que debería dar cuenta de valores altos de estrés escolar, considerando, asimismo, las dificultades de aprendizaje presentes en esta población. Ante la diferencia entre lo esperado y lo que se observó en el trabajo, se plantea como hipótesis la posibilidad que esta disrupción circadiana de cortisol desde el nacimiento, genere una alteración de la normal concordancia entre los procesos de los niveles de pensamiento/representación, percepción/expresión emocional y respuesta fisiológica. Una alta reactividad del eje biológico podría suprimir la percepción de la respuesta emocional, por lo que la percepción de las señales de alerta se encontraría disminuida o anulada, restándoles a las niñas y adolescentes con diagnóstico de ST la posibilidad de responder a estímulos potencialmente peligrosos, capacidad necesaria para una mejor adaptación.

Palabras claves: Síndrome de Turner- estrés escolar- cortisol.

Trabajo de Investigación

Área: BIO Psicobiología e Neurociência

AFETO E COGNIÇÃO: A CONTRIBUIÇÃO DA NEUROCIÊNCIA COGNITIVA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM. *Luciano Chaves Sampaio** e *Luciana Maria da Silva* (Colegiado de Psicologia da Faculdade de Tecnologia e Ciências de Jequié – Jequié/BA)

A pesquisa ressalta o papel da afetividade nos processos da aprendizagem de jovens dentro da perspectiva escolar, a partir dos conceitos de afetividade, aprendizagem e neurociência, os quais representam um conjunto de perspectivas teóricas que buscam a conjectura entre afeto e aprendizagem. O processo de aprendizagem revela ações comuns a todos, pois o ato de conhecer é desempenhado segundo as possibilidades únicas de cada um - colocando em jogo o ser humano em sua igualdade singular - nas quais o aprendiz, em pleno contato com o conhecimento, se reconhece ou estranha praticando o exercício da auto-reflexão. O entendimento sobre a relação afeto e aprendizagem coloca em questão a reavaliação da relação do sujeito com o mundo, ou professor e aluno, para uma melhor promoção de uma educação integral do homem inserido no contexto histórico, situação em que a emoção tende a ser esmagada pela predominância da razão fria. O suporte teórico que sustenta a concepção aqui desenvolvida centra-se nos postulados teóricos de Vygotsky, Piaget, Maturana e Damásio, tratando a respeito dos processos afetivos no desenvolvimento da aquisição de conhecimento. Foram analisadas teses apresentadas pelos referidos autores para compreender a relação entre a afetividade e o desenvolvimento cognitivo na aprendizagem de jovens, em um contexto de uma relação entre as manifestações afetivas e o processo do aprendizado, observando as possibilidades das conseqüências positivas dos afetos sobre aprendizagem. É um trabalho eminentemente qualitativo e bibliográfico, implicando nas discussões teóricas acerca do tema. Refere-se a um estudo da dimensão cognitiva e afetiva do funcionamento psíquico humano, na perspectiva das neurociências. Além de tratar do tema psicossocial aponta para a necessidade do conhecimento do funcionamento dos processos neurológicos que podem limitar a afetividade e a aprendizagem do aluno. Os autores estudados reconhecem a dimensão do afeto no desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, em uma sociedade historicamente fundamentada numa racionalidade cartesiana onde o homem é limitado nas pretensões da razão, necessitando de re-significar a relação afetividade/razão. Deve-se lançar um olhar para o âmbito da subjetividade relacionada ao desempenho da aprendizagem do aluno para, assim, tratar o homem no seu potencial neural e cognitivo amplo, considerando-o numa visão de totalidade entre o corpo e mente. Os estudos contribuem para a educação em geral e não apenas para os educadores. A relação afetividade/aprendizagem é um campo de reflexão que, junto à neurociência, representa uma abertura para se entender o desempenho escolar. É um estudo com uma pretensão modesta: chamar a atenção dos educadores, alertando para a importância de um preparo emocional, além de sempre buscar o aprimoramento e atualização na sua área.

Palavras-chave: afetividade, aprendizagem, neurociência.

Nível do Trabalho: IC

BIO - Psicologia e Neurociências

PROPORÇÃO CINTURA-QUADRIL NA ETNIA INDÍGENA ASURINÍ. *Paula Affonso de Oliveira*^{*1} (Universidade Federal do Pará, Belém, PA), *Marilu Michelly da Silva Cruz*^{**} (Universidade Federal do Pará, Belém, PA), *Hellen Vivianni Veloso Corrêa*^{**} (Universidade Federal do Pará, Belém, PA), *Regina Célia Souza Brito* (Universidade Federal do Pará, Belém, PA).

Segundo a Psicologia Evolucionista, a proporção cintura-quadril – divisão entre a medida da cintura pela do quadril – e o Índice de Massa Corporal (IMC) – peso dividido pela altura ao quadrado – são características valorizadas na seleção de parceiros, por indicar fertilidade e valor reprodutivo elevado. A literatura demonstra, em sociedades industriais, uma preferência masculina por proporções de 0,7 e por IMC baixo; em sociedades pré-industriais, a preferência é por proporções entre 0,9 e 1,0 e IMC elevado. Logo, o modo de vida das sociedades parece alterar a preferência masculina. O objetivo foi, portanto, identificar a proporção cintura-quadril e a categoria de IMC preferida por homens da etnia indígena Asuriní, caracterizada como pré-industrial, comparando com a proporção real das mulheres da mesma etnia. Oito homens solteiros e sete mulheres sem filhos participaram do estudo. Na coleta de dados, foi utilizado um estímulo contendo desenhos de oito mulheres com proporções entre 0,7 e 1,0, com figuras abaixo e acima do peso. O estímulo era apresentado aos homens, para que estes avaliassem individualmente qual era a “Mais Bonita”, “Mais Saudável”, “Melhor Esposa” e a que teria “Mais Filhos”. A cintura e o quadril das mulheres também foram medidos e a proporção calculada. Os resultados indicaram uma preferência masculina pela proporção 0,8 nas categorias “Mais Bonita” (42,8%), “Melhor Esposa” (57%) e “Mais Filhos” (42,8%) e por figuras acima do peso, sendo a preferência de 100% nas categorias “Melhor Esposa” e “Mais Filhos”. Em relação às mulheres, 71,4% apresentaram proporção de 0,8. A escassez alimentar é considerada um estressor ambiental que modula a produção de hormônios, o que influencia a distribuição de gordura corporal. A preferência por uma proporção intermediária, em comparação com sociedades pré-industriais e industriais, pode representar a mudança pela qual a etnia está passando, devido ao aumento do contato com sociedades industriais e a introdução de alimentos destas últimas na aldeia, cujo modo de vida era essencialmente caçador-coletor. A escassez alimentar pode estar diminuindo, tornando o ambiente menos estressor e produzindo uma proporção cintura-quadril mais baixa, preferida por aumentar o valor reprodutivo nesse novo contexto. Contudo, a preferência por IMC elevado demonstra que, apesar da adoção de novos padrões de vida, ainda não houve uma transição de sociedade pré-industrial para industrial, logo manter certo acúmulo de gordura aumenta as chances de sobrevivência das mulheres, e molda um corpo considerado mais atraente pelos homens Asuriní.

¹ Bolsista de Iniciação Científica PIBIC/FAPESPA

Palavras-chave: Psicologia Evolucionista; proporção cintura-quadril; preferência masculina.

Nível do Trabalho: Iniciação Científica – IC

Área de Psicologia: BIO

VALIDAÇÃO DA PREFERÊNCIA CLARO/ESCURO COMO MODELO COMPORTAMENTAL DE ANSIEDADE NO PEIXE *CARASSIUS AURATUS* (GOLDFISH). Thiago Marques de Brito** (Laboratório de Comportamento Exploratório, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto-Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto/SP), Caio Maximino** (Laboratório de Neuroendocrinologia, Universidade Federal do Pará, Belém/PA), Rafael Barreiro Colmanetti** (Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP), Amauri Gouveia Jr. (Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém/PA) e Silvio Morato (Laboratório de Comportamento Exploratório, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto-Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto/SP).

O trabalho tem como objetivo validar a preferência claro/escuro como um modelo comportamental para o estudo da ansiedade no peixe *Carassius auratus* (Goldfish). Foram avaliados os seguintes parâmetros: apresentações repetidas ao aparato de teste durante 5 dias, privação de comida, aquário enriquecido, troca de água do aquário de testes, proporções diferentes do lado claro e escuro e aquário com a metade do comprimento. Os dados indicaram que as reexposições aumentaram o número de cruzamentos ($F_{[1,9]} = 17,763$, $P=0,002$), indicando que a reexposição aumenta a exploração do aparato, atenuando os componentes aversivos do ambiente. Os peixes alojados no aquário enriquecido se locomovem mais no aparato ($t_{[18]} = - 2,728$ $P=0,014$), e não apresentam preferência significativa por nenhum dos lados (claro/escuro) ($t_{[9]} = 0,660$, $P=0,526$), evidenciando que a aversividade do ambiente claro foi atenuada pelo alojamento em um aquário enriquecido. Os animais privados de comida não apresentaram diferenças estatisticamente significativas entre os tempos gastos nos dois lados (claro/escuro) do aquário ($t_{[9]} = 1,024$, $P=0,332$), indicando uma maior exploração do aparato em busca de alimento. Os animais que passaram pelo procedimento de troca de água do aquário de testes não apresentam preferência por nenhum dos lados, ($t_{[9]} = 0,343$, $P=0,739$), indicando que os peixes, provavelmente, liberam alguns sinalizadores químicos na água que informam seus co-específicos sobre o potencial aversivo do ambiente. Para a proporção do aquário - 75% claro e 25% escuro, os animais expostos ao aquário controle se locomovem mais que os do aquário teste ($t_{[18]} = 3,224$, $P=0,05$), indicando que uma maior área clara, pode levar a uma ampliação da aversividade nesse aquário. Para a proporção do aquário - 75% escuro e 25% claro, a frequência de cruzamentos também é maior no grupo controle ($t_{[18]} = 2,415$, $P=0,027$), nesse caso, a maior locomoção pode estar associada a uma atenuação da aversividade do ambiente relacionada a presença de uma maior área escura. Para a proporção 77,5% claro e 12,5% escuro, os animais do grupo experimental, não apresentam diferenças estatisticamente significativas entre os tempos gastos nos dois lados (claro/escuro) do aquário ($t_{[9]} = 1,330$, $P=0,216$), indicando que uma maior área clara (aversiva) altera a preferência por ambientes escuros. Os peixes expostos ao aquário com a metade do comprimento aumentam sua locomoção ($t_{[18]} = - 2,468$ $P=0,024$), evidenciando que o comprimento do aparato interfere na aversividade do lado claro. De forma geral, os dados demonstram que a manipulação de estímulos ambientais alteram padrões comportamentais exploratórios relacionados à preferência claro/escuro, sendo que tais padrões podem estar associados a diferentes comportamentos relacionados à ansiedade.

Apoio: CAPES.

Palavras-Chave: Ansiedade, Preferência claro/escuro, *Carassius auratus*.

Nível do Trabalho: Mestrado.

Código da área da psicologia: BIO.

EFEITOS DO ENRIQUECIMENTO AMBIENTAL SOBRE O COMPORTAMENTO E O FUNCIONAMENTO DO EIXO HIPOTÁLAMO-HIPÓFISE-ADRENAL EM RATOS SUBMETIDOS DESNUTRIÇÃO PROTÉICA. Roberto O. Soares^{1**}, Rodrigo Rorato², José Antunes Rodrigues², Lucila L. K. Elias² e Sebastião de Sousa Almeida¹ (¹laboratório de Nutrição e Comportamento, Departamento de Psicologia, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto; ²laboratório de Neuroendocrinologia, Departamento de Fisiologia, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto - Universidade de São Paulo; Ribeirão Preto; SP)

A má-nutrição precoce quando atinge os organismos durante os estágios mais vulneráveis de seu desenvolvimento cerebral, compromete diversos eventos relacionados ao desenvolvimento, resultando em alterações morfológicas, neuroquímicas, comportamentais. Sabe-se que prejuízos causados pela desnutrição podem ser parcialmente revertidos pelo enriquecimento ambiental. Este tipo de estimulação possibilita que o organismo aprenda a discriminar situações potencialmente aversivas possibilitando que em situações semelhantes este se esquive em uma situação “potencialmente” perigosa a sua sobrevivência, além disso, por meio desta interação do organismo com seu contexto, uma “proteção diferencial” do cérebro através de uma maior ativação da plasticidade cerebral. O objetivo do presente trabalho foi comparar em ratos desnutridos (M) e controles (C) os efeitos do enriquecimento ambiental (E), em relação à quantidade de RNA total celular, expressão de receptores de glicocorticóides no hipocampo, e o desempenho no LCE aos 36 dias de idade. Os ratos foram divididos a partir do dia do nascimento, em dois diferentes grupos de acordo com a dieta: desnutridos (M - dieta com 6% de proteína) e controles (C - dieta com 16% de proteína). Também foram subdivididos em grupos conforme a manipulação ambiental: não estimulação (N) e ambiente enriquecido (E). A manipulação ambiental foi realizada nos períodos de 8 a 35 dias (1 hora por dia) Após o teste do LCE, os animais foram decapitados e tiveram o seu cérebro removido. O tecido foi coletado e o RNA total dessas amostras foi extraído utilizando-se TRIzol reagent. A integridade do RNA (não degradado) extraído foi avaliada por eletroforese em gel de agarose. O RNA total foi quantificado por meio de espectrofotômetro (Gene Quant II, Pharmacia Biotech). Para a quantificação dos receptores glicocorticóides e análise do CRF, no hipocampo e hipotálamo está sendo feita a análise quantitativa de expressão gênica por meio da reação em cadeia da polimerase (PCR) em tempo real. Em relação aos dados de peso dos animais ficou evidente que animais D apresentaram menor peso corporal quando comparados com os animais C ($p < 0,001$). Os dados do LCE mostraram que os ratos M permanecem uma maior porcentagem de tempo [$F_{(1,44)}=9,08$; $p < 0,01$] e entram [$F_{(1,44)}=9,01$; $p < 0,01$] mais nos braços abertos em relação a C. Animais ME apresentaram porcentagem de tempo nos braços abertos ($6\% \pm 2\%$) próximas aos animais CN ($8\% \pm 2\%$). Também foi possível verificar que M possui quantidades menores de RNA em células hipocámpais comparado a C [$F_{(1,43)}=12,13$; $p < 0,01$] e que o grupo ME possui valores ($807,07 \pm 38,34$) semelhantes a CN ($769,46 \pm 57,46$). Os dados do presente estudo sugerem que animais desnutridos se expõem a mais situações de risco quando comparados com o grupo controle. Também é possível observar que o enriquecimento ambiental é mais eficaz para a amenização das alterações produzidas pela desnutrição no comportamento de avaliação de risco observado no LCE. Os dados também mostram que a desnutrição pode alterar os níveis celulares de RNA total, bem como o E possui efeito protetor em relação aos efeitos da desnutrição sobre a síntese de proteína celular.

Apoio financeiro: CAPES e CNPq

Palavras Chave: Enriquecimento ambiental, labirinto em cruz elevado, desnutrição protéica

Nível do trabalho: D

Área da psicologia: BIO

VIOLÊNCIA SEXUAL NOS MEANDROS DO PLANTÃO PSICOLÓGICO: UMA IMPLICAÇÃO DIFERENCIADA. *Aline dos Santos Menezes**, *Darlindo Ferreira***, *Flávia Daniele dos Santos**, *Jéssica Silva De Siqueira**, *Keith Emanuelle Matias Regis** e *Marcelo Augusto Saturnino da Silva** (Universidade Federal do Vale do São Francisco – Petrolina –PE)

No Brasil, foi a partir de 1985 que foram criadas as primeiras Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres em situação de violência (DEAMS), cuja principal finalidade foi à promoção de um ambiente mais acolhedor para as mulheres que buscavam esse serviço. A implementação das diversas instituições que lidam com essa temática, imprime a necessidade de pensar e construir práticas profissionais que estejam enraizadas num compromisso social com o seu saber-fazer e que leve em consideração a complexidade dos processos que envolvem a violência contra mulher. Diante dessa necessidade procurou-se compreender o serviço de escuta e acolhimento ao sofrimento das pessoas envolvidas em casos de violência sexual (vítima, agressor, profissional, entre outros), realizado na DEAM de Juazeiro através do plantão psicológico(PP), procurando entender as implicações provocadas ao estar em contato com esse tipo de demanda. A metodologia utilizada foi qualitativa Fenomenológico-existencial. Foram realizadas observações de campo (atendimentos realizados pelos plantonistas; o cotidiano da instituição; participação nas supervisões dadas aos plantonistas) e análise dos diários de campo dos plantonistas. Tomando como base a analítica existencial de Critelli, se estruturou o *corpus* da pesquisa através da emergência de tematizações acerca da prática. A partir da participação das supervisões e do plantão, podemos perceber que ao se tratar de violência sexual existe uma implicação diferenciada, pois as plantonistas do sexo feminino parecem ficar mais mobilizadas e perplexas diante dos casos. As mulheres ficam mais mobilizadas pela situação da mulher, enquanto que os homens apesar de também ficarem bastante mobilizados, demonstram uma maior curiosidade com a posição que o homem assume nessa relação. Demonstrando então que a forte segmentação entre o que é ser homem e ser mulher reflete em todos os âmbitos, inclusive no cuidado ao outro. Dessa forma, a violência sexual apesar de mobilizar a equipe como um todo, parece potencializar as afetações no sexo feminino que se sentem subjugadas e de certa forma também se sentem vítimas de violência, o que mostra que a prática de plantão psicológico permite que as subjetividades do plantonista e do paciente se encontrem, por isso as mulheres ficam mais implicadas ao fazer atendimentos à mulheres vítimas de violência, expressando sentimentos de impotência, angústia e sofrimento. Isso acontece porque a narrativa coloca o plantonista diante das possibilidades, sendo assim ele faz um movimento de reflexão sobre si mesmo, colocando-se no lugar daquele que sofre, vendo-se como alguém que pode assumir aquela posição. Por fim compreende-se que a prática de plantão psicológico ao mesmo tempo em que apresenta questões semelhantes às práticas realizadas em outros ambientes, possui particularidades advindas da demanda, do público alvo e do ambiente físico diferenciado. Além disso, compreende-se que a neutralidade do plantonista na relação com o sujeito, definida pelo viés científico moderno, não se faz possível e que os estudantes muitas vezes não se encontram preparados para realizar o processo de aproximação e distanciamento.

PALAVRAS-CHAVE: Violência Sexual, Plantão Psicológico e Implicação diferenciada

IC

CLIN

ANÁLISE DA INTERAÇÃO TERAPÊUTICA: UM ESTUDO DESCRITIVO DE UM CASO DE DESISTÊNCIA. *Caroline Roel Morato do Amaral e Claudia Kami Bastos Oshiro* (Departamento de Psicologia Clínica, Universidade de São Paulo, São Paulo/SP)

A qualidade da interação terapêutica está intimamente ligada à produção de bons resultados na psicoterapia. Na tentativa de identificar e avaliar os aspectos desta interação, as pesquisas de processo têm dado grande contribuição para esclarecer o que ocorre dentro do processo terapêutico, identificando os processos de mudança ao longo dessa interação. Entretanto, são raras as pesquisas de processo que estudam o que acontece em casos de abandono de terapia. O presente trabalho tem como objetivo apresentar um caso clínico de uma adolescente de 16 anos que teve como queixa principal as dificuldades no relacionamento com o namorado. A análise funcional da queixa contou com dois conjuntos de dados: a interação da cliente com as pessoas significativas de sua vida e a interação com a terapeuta. Notou-se que, ao longo das sessões, a cliente apresentava alta frequência de relatos sobre o tema "brigas com namorado" que tinham como função se esquivar de entrar em contato com suas dificuldades reais de relacionamento interpessoal, dificuldades tais que se mostravam presentes também no seu relacionamento com a terapeuta (terapeuta não conseguia se estabelecer como audiência). Para isso, sessões iniciais (1 e 2), intermediárias (8 e 11) e finais (20 e 22) foram categorizadas utilizando o Sistema Multidimensional de Categorização da Interação Terapêutica na tentativa de evidenciar aspectos da interação entre terapeuta e cliente que poderiam estar correlacionadas ao abandono da terapia. Os resultados da categorização indicaram a presença de uma alta porcentagem das categorias de interpretação, solicitação de relato e recomendação para a terapeuta e de relato e oposição para a cliente ao longo das sessões categorizadas. Houve uma baixa porcentagem de categorias correlacionadas às mudanças terapêuticas, tais como a solicitação de reflexão (categoria do terapeuta) e estabelecimento de relação entre eventos (categoria do cliente). Na análise da seqüência entre as interações, diante de interpretações da terapeuta, oposições ocorriam. Diante de recomendações da terapeuta, a cliente emitia algumas concordâncias, mas não seguia as orientações no seu cotidiano. A categorização dos comportamentos de terapeuta e cliente evidenciou algumas variáveis que podem estar correlacionadas ao abandono da terapia pela cliente. Portanto, entender o que ocorre dentro da sessão de terapia entre o terapeuta e o cliente, pode ser de grande valia para que futuros equívocos ou falhas na relação terapêutica sejam evitados, aumentando assim, as chances da continuidade do processo terapêutico.

Palavras-chave: relação terapêutica, abandono de terapia, categorização de sessão.

Outro

CLIN

UMA LEITURA DA EMERGÊNCIA DOS ‘NOVOS SINTOMAS’ NA CONTEMPORANEIDADE ATRAVÉS DO GOZO. *Olivia Barbosa Miranda***

(Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG)
e Bianca Maria Sanches Faveret (Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG)

O presente trabalho faz parte de uma pesquisa de mestrado acerca da compulsão à repetição, do gozo e dos ‘novos sintomas’. A emergência dos chamados ‘novos sintomas’, na contemporaneidade, chama a atenção por um aumento significativo em sua prevalência. Percebe-se, na clínica, um número cada vez maior de pessoas sofrendo de depressões, crises de angústia – ou ‘síndrome do pânico’ –, toxicomania, distúrbios alimentares e as mais variadas formas de compulsão, etc. Percebe-se, nessas manifestações clínicas, uma relação íntima com o gozo. Desse modo, faz-se necessário um aprofundamento deste conceito a fim de possibilitar um esclarecimento sobre os novos sintomas e gerar contribuições efetivas à práxis psicanalítica. Outro aspecto importante são as influências da sociedade de consumo, na qual todos estão inseridos, onde as relações sociais estão pautadas na maneira como os sujeitos se relacionam com as mercadorias, havendo um estímulo ao gozo ilimitado, além da falência da instância fálica, sendo que é a autoridade simbólica que possibilita uma organização e certa convivência com o vazio originário. Ou seja, a irrupção das referidas sintomatologias podem ser compreendidas através dessa perspectiva. É importante esclarecer que o gozo está relacionado à satisfação pulsional, no entanto essa satisfação não deve ser lida nos termos do princípio de prazer, pois a pulsão é capaz de se satisfazer com objetos nocivos ao sujeito. O gozo é o regime do excesso, sendo entendido por Lacan como algo que não é útil, havendo um estreito laço desse com a pulsão de morte. Sabe-se que gozo e Lei estão entrelaçados. Para aceder ao gozo, uma transgressão é necessária – e a Lei serve para isso. Nesse contexto, cabe pensarmos nas relações da Lei e do gozo com o desejo, já que a lei se refere ao desejo, sendo necessária para que este possa irromper. Portanto, é possível pensar que onde há gozo, não existe desejo, pois o acesso ao gozo pressupõe uma transgressão da lei, enquanto o desejo equivale a esta. Qual seria, então, o papel da análise? A essência do discurso analítico é a articulação da renúncia ao gozo, possibilitada pelo próprio discurso, o qual, ao implicar o sujeito, limita os meios de gozar. Como consequência desta renúncia se dá a produção do objeto *a* (objeto perdido ou objeto causa de desejo) em torno do mais-de-gozar, produzido pelo discurso. Logo, numa análise o sujeito irá abrir mão de seu gozo e aceder ao desejo. É diante do quadro apresentado que se acredita ser possível lançar luz acerca do tema em questão, além de se realizar uma tentativa de elucidar conceitos tão importantes para a psicanálise, bem como trazer contribuições efetivas à clínica psicanalítica.

Palavras-chave: Gozo; novos sintomas; psicanálise.

Mestrado – M

Código de área da Psicologia: CLIN

NEUROSE NA PERSPECTIVA ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL. *Géssica Priscilla Figueiredo Pinheiro**, *Maria Cristina da Silva Ferreira e Rosângela Araújo Darwich* (Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade da Amazônia – Belém, PA)

A Análise do Comportamento é uma abordagem externalista e relacional, as explicações do comportamento são buscadas nas relações com o ambiente externo, sendo considerados os contextos nas quais se estabelecem. Neste sentido, comportamentos não são em si mesmos normais ou anormais, porém, dependendo do contexto em que se apresentam, podem ser considerados de uma ou outra forma pela cultura em que o indivíduo está inserido. No presente trabalho busca-se apresentar uma perspectiva analítico-comportamental de compreensão da neurose. Foram utilizados cinco livros, uma tese de doutorado e oito artigos científicos de periódicos nacionais. Verificou-se que dos autores pesquisados apenas Sidman e Lundin tratam diretamente do tema. Sidman propõe que a neurose é uma adaptação individual à coerção, ocorrendo por meio da esquiva e embora a esquiva possa ter iniciado em circunstâncias realistas, pode persistir por muito tempo, mesmo sendo desnecessária, pois o indivíduo não tem condições de aprender que o que a originou não se apresentará mais. Lundin considera que o comportamento neurótico é um desvio do modo convencional de responder, sendo esta forma de se comportar ao mesmo tempo autoperpetuadora e autodestrutiva, o que configura um paradoxo neurótico, posto que tal comportamento é inapropriado e ineficaz diante do contexto, mas se mantém. Portanto, o comportamento neurótico não é totalmente adaptativo, uma vez que traz prejuízos ao indivíduo. Observou-se que no padrão de comportamento neurótico ocorre uma restrição na variabilidade comportamental, tornando o repertório do indivíduo empobrecido. Considera-se que a cadeia de comportamentos neuróticos é fortalecida pelo reforço negativo que se caracteriza geralmente pela esquiva de demandas e situações indesejadas e suspensão de interações aversivas, mas também por reforço positivo caracterizado pela adição de um estímulo reforçador como atenção ou cuidado, por exemplo. O comportamento neurótico também pode ser decorrente de diversos tipos de conflitos entre contingências, entre culturas e subculturas e entre partes do repertório comportamental de uma mesma pessoa. Notou-se que o contexto em que o comportamento neurótico é instalado e mantido é marcado pelo controle aversivo, fator este ressaltado por todos os autores pesquisados. Desta forma supõe-se que o sofrimento está presente na vida do indivíduo que apresenta um padrão comportamental neurótico, o qual é idiossincrático, complexo e verbal. Neste estudo se levou também em consideração os transtornos neuróticos propostos pela classificação internacional de doenças, a CID-10. Considerou-se, portanto, o fato de que comportamentos, na Análise do Comportamento, são explicados pelos mesmos princípios, independentemente de serem considerados desejáveis ou não. Este estudo pretende contribuir para o entendimento do tema por estudantes e profissionais de Psicologia que queiram conhecer a Análise do Comportamento e como ela trata alguns temas descritos em outras perspectivas teóricas da área – neste caso, a neurose.

Não houve apoio financeiro e/ou bolsas.

Palavras Chaves: Análise do Comportamento; Neurose; Psicopatologia.

Nível do trabalho: Outro.

CLIN – PSICOLOGIA CLÍNICA E DA PERSONALIDADE

**A AUTENTICIDADE NO PLANTÃO PSICOLÓGICO, ANÁLISE DE UMA
RELAÇÃO.** *Caroline Maciel Cavalcante de Souza** e *Emanuel Meireles Vieira***
(Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém-PA)

Em agosto de 2010 foi iniciada, na Clínica de Psicologia da UFPA, uma nova modalidade de atendimento: o Plantão Psicológico, baseada nos pressupostos da Abordagem Centrada na Pessoa. Vários autores definem o Plantão Psicológico como um espaço de atendimento imediato a qualquer pessoa que chegue com um problema que acredite ser emergencial. No que se refere à Abordagem Centrada na Pessoa, Rogers relatou algumas condições necessárias e suficientes para a mudança da personalidade, dentre elas, a consideração positiva incondicional, empatia e autenticidade. Este trabalho tem como objetivo relatar um caso atendido por um dos autores e supervisionado pelo outro no serviço de Plantão Psicológico oferecido na Clínica de Psicologia da Universidade Federal do Pará, destacando-se a autenticidade vivenciada na relação terapeuta-cliente, esta entendida como a postura do terapeuta de se colocar na relação com seu cliente, informando-lhe os sentimentos que este lhe provoca. A pessoa atendida era um rapaz de aproximadamente 30 anos que, no início do atendimento, parecia muito confuso e não possuía uma queixa clara. Para análise da interação do terapeuta-cliente foram utilizados “versões de sentido”, instrumento elaborado por AmatuZZi no qual o pesquisador relata o sentido da experiência, o que nela foi mais significativo, não sendo um relato puramente de fatos. Foram realizados quatro atendimentos, que foi estipulado pela equipe do Plantão como o número máximo de vezes que a pessoa poderia ser atendida. Durante essas quatro sessões, a autora, utilizando-se de uma escuta empática, sem julgamentos e sendo autêntica, conseguiu estabelecer um vínculo de confiança com o cliente, que facilitou o seu processo de crescimento. Observou-se, durante os atendimentos, uma progressiva abertura do cliente para entrar em contato com sua experiência, semelhante ao que Rogers descreve como etapas de um processo terapêutico bem-sucedido. Com relação à terapeuta, esta pôde perceber a importância da autenticidade durante as sessões, pois esta atitude possibilitou o estabelecimento da relação com o cliente. Diferentemente da psicoterapia descrita por Rogers, porém, o plantão se encerra em si mesmo. O caso aqui discutido nos indica que, mesmo em um número menor de sessões, é possível observar movimentos significativos de mudança do indivíduo. Como indícios de abertura à experiência, podemos apontar o fato de que o cliente atendido pôde distinguir melhor sua queixa, percebendo que a relação com a sua namorada estava influenciando-o em outros setores de sua vida, e ao final dos atendimentos pôde perceber em si a capacidade para resolução de seus questionamentos.

Palavras-chave: plantão psicológico, abordagem centrada na pessoa, caso clínico. Outro.

CLIN.

O PLANTÃO PSICOLÓGICO NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ: UMA POSSIBILIDADE DA ANÁLISE FUNCIONAL DO COMPORTAMENTO. *Vivian Monteiro Matos Frago*so (Tribunal de Justiça do Estado do Pará)

O Plantão Psicológico é uma intervenção psicológica emergencial e imediata que possibilita escuta e alívio de sofrimento no momento em que é sentido. Este é realizado no Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJE – onde recebe o nome de Espaço de Escuta, Triagem e Encaminhamento Psicossocial – ESTEPS. Além de psicólogos, o serviço é realizado também por assistentes sociais e uma pedagoga no Serviço de Apoio Psicossocial, respeitando-se o referencial teórico dos profissionais. O ESTEPS caracteriza-se pela procura espontânea do servidor e/ou seus dependentes com atendimento único, exceto quando se atende familiares ou se encaminha à outra categoria profissional. A Análise Funcional do Comportamento - AFC pode ser utilizada no plantão psicológico por avaliar contingências onde o indivíduo está inserido que originaram e mantêm comportamentos disfuncionais e ao propor encaminhamentos que o ajudem em seu desenvolvimento. O objetivo deste trabalho foi relatar um atendimento de servidor no contexto do ESTEPS sob a AFC. Durante atendimento utilizou-se a técnica de entrevista, na qual investigou-se a história de vida, queixas e realizou-se AFC e encaminhamentos para serviços especializados. O cliente tem 34 anos, é casado, tem dois filhos, trabalha no TJE há sete anos. Segundo dados coletados e realizando a AFC, verificou-se como comportamentos problema: vitimização, necessidade de atenção, fuga geográfica, baixa auto-estima, dificuldade de cuidar de si mesmo e falta de lazer com família. O comportamento de excelência no trabalho é mantido pela auto-regra de que ao se comportar de acordo com o desejado socialmente obterá reforços, como reconhecimento da chefia; e colegas; promoção e remoção. Na vida familiar esse padrão comportamental se repete, comporta-se de acordo com o auto-conceito de “bom filho”: presta auxílio à mãe, concluiu a faculdade sob dificuldades financeiras, passou em concurso público e esperava ser reforçado com a presença do pai em sua vida e admiração dos irmãos paternos. Ao não ser reforçado seu comportamento sugeriu frustração: difamação do pai na internet, como forma de punir as pessoas de quem almeja reconhecimento, e ainda, a saída do antigo emprego, mudança de cidade, ou seja, comportamento de fuga-esquiva, uma vez que o servidor parece não ter repertório comportamental para lidar com tais situações. Infere-se que se vitimiza com verbalizações sobre suicídio e homicídio e é reforçado por obter a atenção não conseguida de outro modo. Isto contribui para que ele se esquive dos encaminhamentos sugeridos, como psicoterapia, por receio de que ao emitir comportamentos progressos perca essa atenção. Conclui-se que os resultados da AFC indicaram que muitos dos problemas identificados foram em função da exposição do servidor às contingências coercitivas, presentes especialmente no ambiente familiar que favoreceram a instalação de comportamentos (basicamente de fuga-esquiva) que trazem sofrimento, dificuldades comportamentais e emocionais ao servidor e que o servidor apresenta baixa auto-estima e acredita que é importante e digno de atenção somente quando faz algo para alguém. A escuta profissional no ESTEPS, segundo verbalizações do servidor, teve função terapêutica e a AFC foi útil para avaliação do caso, mas a fase de construção de comportamentos progressos não ocorreu decorrente das limitações dessa modalidade, sendo o servidor encaminhado para psicoterapia e avaliação psiquiátrica.

Palavras-chave: plantão psicológico, análise funcional, sofrimento.

Outro

CLIN

O SENTIDO DA NOÇÃO DE CULTURA PARA ANTROPÓLOGOS E ETÓLOGOS. *Murillo Pagnotta*** (Departamento de Psicologia Experimental, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP) e *Briseida Dôgo de Resende* (Departamento de Psicologia Experimental, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP)

No desenvolvimento da Antropologia moderna, o termo cultura foi explicitamente definido como aquilo que distingue os seres humanos dos outros animais. Nas últimas décadas, porém, o termo extravasou para a etologia e tem sido usado para qualificar o comportamento de várias espécies como aves, cetáceos e primatas. O objetivo deste trabalho é discutir esta aparente contradição. Inicialmente, nós investigamos o sentido antropológico da noção de cultura para, em seguida, avaliar a apropriação etológica do termo. Cultura, em seu sentido antropológico moderno, é um fenômeno característico da vida social humana e dependente de nossa capacidade de utilizar símbolos – especialmente, mas não exclusivamente, símbolos linguísticos. A cultura de um grupo é aquilo que fundamentalmente o distingue de outros grupos e corresponde aos padrões e normas comportamentais, artefatos, ideias e, principalmente, aos valores que são transmitidos entre gerações e que podem acumular mudanças históricas. Classicamente, cultura é vista como oposta à natureza, sendo aquilo que separa os humanos dos outros seres vivos, e muitos antropólogos defenderam que a dimensão cultural é emergente em relação ao substrato biológico e corresponde, assim, a um nível de análise próprio. Porém, um acúmulo de críticas contemporâneas sobre a dicotomia natureza/cultura colocou na ordem do dia a busca por uma alternativa teórica, tornando ingênua qualquer tentativa atual de utilizar, sem problematizá-lo, este conceito de cultura. Entre os etólogos, o uso do termo é bastante homogêneo, e refere-se a padrões de comportamentos que são mantidos em uma população, ao longo de sucessivas gerações, por formas de aprendizagem social. Diferem, portanto, de variações comportamentais que podem ser atribuídas exclusivamente a diferenças genéticas ou a diferenças no ambiente ecológico das populações analisadas. O sentido etológico de cultura se assemelha ao sentido antropológico, porém desconsidera seu fundamento simbólico e, assim, sua relação com valores, ideias e todas as demais manifestações da linguagem articulada. A solução dos etólogos de simplificar o conceito permite a investigação do fenômeno cultural em uma perspectiva comparativa e, portanto, evolutiva, enfatizando a continuidade das espécies e as características universais humanas. Uma teoria do comportamento cultural, além de investigar a origem de nossa capacidade simbólica, deverá apresentar uma maneira de compreender a relação entre natureza e cultura de um modo que satisfaça etólogos e antropólogos.

Pesquisa parcialmente realizada com bolsa do CNPq (Processo 130248/2011-8).

cultura antropologia chimpanzé

M

COG

ATENÇÃO SELETIVA: UMA ABORDAGEM RELACIONADA ÀS PESSOAS QUE ESTÃO ADQUIRINDO OU RENOVANDO A CNH. *Amanda Miller**, *Heloisa Lima**, *Kelly Santos**, *Lucas Tomé**, *Magliani Miezerski**, *Marli Bortoluzzi**. (Faculdade Assis Gurgacz, Cascavel-PR) e *Aline Henriques Reis*** (docente da Faculdade Assis Gurgacz, Cascavel-PR e doutoranda da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS).

A atenção é a capacidade humana de processar uma quantidade limitada de informações partindo-se de uma infinidade de elementos disponíveis no meio. Uma das funções da atenção é a atenção seletiva na qual uma pequena quantidade de estímulos é selecionada, e o restante ignorado. O ato de dirigir envolve vários passos em seqüência, bem como insere o indivíduo em um ambiente com diversos estímulos. Focar-se nos estímulos pertinentes ao ato de dirigir é crucial para o desenvolvimento seguro desta tarefa, sendo assim, sujeitos em busca da obtenção, ou da renovação do direito de dirigir devem apresentar um bom nível de atenção seletiva. Observando, principalmente, esta função cognitiva, o presente trabalho teve como escopo verificar se haveria diferença no grau de atenção seletiva entre as pessoas que estavam fazendo a carteira nacional de habilitação (CNH) pela primeira vez e as pessoas que estavam renovando a mesma. Nesta pesquisa, participaram 60 pessoas, sendo 40 do sexo masculino e 20 do sexo feminino, 30 dos sujeitos estavam obtendo a CNH pela primeira vez, e 30 estavam renovando-a. A idade da amostra variou de 18 a 65 e a média foi de 36,29 ($dp \pm 14,77$) anos. Utilizou-se um teste psicológico (Teste de Atenção Concentrada – AC) para avaliar a atenção seletiva dos sujeitos. Cada sujeito deveria responder ao teste em 5 minutos. Quantificou-se o número de acertos, erros, omissões e, a partir destes, obteve-se a classificação do sujeito no teste (inferior, médio inferior, médio, médio superior, superior, muito superior). A média de acertos, erros e omissões, respectivamente, do grupo que estava em fase de obtenção da CNH foi 82 ($dp \pm 23,38$), 1,03 ($dp \pm 1,89$), 17,9 ($dp \pm 21,69$). A média de acertos, erros e omissões, respectivamente, do grupo que estava renovando a CNH foi 84 ($dp \pm 29,96$), 1,55 ($dp \pm 2,83$) e 16,66 ($dp \pm 19,76$), não se encontrando diferença estatisticamente significativa entre nenhuma dessas condições comparando-se os dois grupos, também não houve diferença significativamente estatística em relação à classificação dos sujeitos no teste AC ($X^2=3,262$; $p=0,660$). A maioria dos sujeitos (33%) apresentou um grau médio de atenção seletiva, tal desempenho corrobora com o ato de dirigir, pois a seleção de determinados estímulos em detrimento de outros é uma prioridade mantida pelo interesse e é indispensável para que ocorra o bom desempenho desta função. Os estudos relacionados à atenção, em específico à atenção seletiva, são de grande importância, principalmente em se tratando de tarefas que, mesmo ao tornarem-se automáticas, necessitam, primordialmente, da atenção para serem realizadas com eficiência.

Palavras-chave: atenção, atenção seletiva, carteira de habilitação.

Nível do trabalho: IC

"COG"

LINGUAGEM: BUSCANDO COMPREENDER O PONTO DE VISTA NA LEITURA. *Amanda Miller**, *Lucas Tomé**, *Magliani Miezerski**, *Marli Bortoluzzi**. (Faculdade Assis Gurgacz, Cascavel-PR) e *Aline Henriques Reis*** (docente da Faculdade Assis Gurgacz, Cascavel-PR e doutoranda da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS).

A linguagem é uma ferramenta utilizada para comunicar pensamentos e sentimentos, é organizada estruturalmente e segue padrões pré-estabelecidos por uma comunidade lingüística que compartilha o mesmo idioma. A lembrança de parte de um texto é determinada pelo ponto de vista de quem lê em relação ao assunto abordado no mesmo. Parte-se do pressuposto de que toda leitura é uma interpretação e que não existe uma leitura única e objetiva. Diferentes sentidos podem ser lidos em um mesmo texto e a recordação deste texto dependeria da aceção atribuída. Considerando os processos cognitivos linguagem e memória, este trabalho objetivou verificar se haveria diferença entre adultos jovens e na meia idade em relação aos seus pontos de vista (número de itens recordados a favor ou contra) em relação à temática da maconha. Ainda, averiguar se a postura individual, a favor ou contra a maconha, interferiria no tipo de itens recordados. Participaram da pesquisa 60 pessoas, sendo 30 do sexo feminino e 30 do sexo masculino divididas uniformemente em dois grupos com idades entre 18 a 21 anos (adultos jovens) e 40 a 52 anos (meia idade) com o nível superior incompleto ou completo, selecionados por conveniência. Elaborou-se um texto contendo 361 palavras sobre os aspectos positivos e negativos da maconha, baseado em artigo científico na área, perguntas investigando a recordação do sujeito sobre o texto, se era a favor ou contra a legalização da maconha, se já havia usado maconha e uma tarefa distratora. Cada sujeito leu o texto, realizou a tarefa distratora e respondeu às perguntas sobre o texto. Quantificou-se o número de itens recordados pelos participantes com base em uma pré-definição de idéias centrais contidas no texto para aspectos positivos e negativos da maconha realizada por juízes independentes. 68% da amostra era contra e 25% eram a favor da maconha. Não houve diferença estatisticamente significativa entre a quantidade de pessoas a favor e contra a maconha entre adultos jovens e meia idade ($X^2=1,624$; $p=0,44$). As pessoas a favor da legalização da maconha recordaram-se em média de 1,86(dp±1,45) itens positivos e 2,2(dp±1,32) itens negativos, e as pessoas contra recordaram-se em média de 1,7(dp±1,53) itens positivos e 2,29(dp±1,24) itens negativos, não houve diferença significativa entre esses grupos (itens positivos: $t(54) = -0,348$; $p=0,729$; itens negativos: $t(54)=0,242$; $p=0,810$). Os adultos jovens recordaram-se em média de 2,06(dp±1,65) itens positivos e 2,3(dp±1,29) negativos, por sua vez os de meia idade recordaram-se em média de 1,5(dp±1,27) itens positivos e 2,26(dp±1,17) negativos, não havendo diferença significativa nesses quesitos (itens positivos: $t(58)=1,481$; $p=0,144$; itens negativos: $t(58)=0,105$; $p=0,917$). Houve um baixo número de itens recordados, pois foram quantificadas apenas as informações contidas no texto. Isso pode ter ocorrido pela influência de conhecimento anterior sobre o tema que provavelmente influenciou na codificação das novas informações, ou seja, ocorreu a influência da memória na linguagem. Os tópicos abordados nesta pesquisa não são foco de muitos estudos, e, devido à relevância do assunto, faz-se necessário um maior estudo dos mesmos, bem como maior variedade de pesquisas nestas áreas.

Palavras-chave: linguagem, memória, maconha.

Nível do trabalho: IC

"COG"

OS PROCESSOS DE MEMÓRIA IMPLÍCITA E EXPLÍCITA NO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO. Elaine Cristina Cherubim do Carmo*, Ellen Caroline Chrun*, Ligia Krüger Bresolim*, Luíza Bernardini Ferrari*, Mariana Gomes Brasil*. (Faculdade Assis Gurgacz, Cascavel-PR) e Aline Henriques Reis** (docente da Faculdade Assis Gurgacz, Cascavel-PR e doutoranda da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS)

A memória explícita refere-se à recuperação das informações de maneira consciente. Por sua vez, a memória implícita envolve recordações inconscientes, por exemplo, quando o sujeito escreve sem lembrar exatamente dos passos para desenhar cada letra. Esta pesquisa teve como objetivo verificar se haveria diferença entre o desempenho entre um grupo de crianças comparado a um grupo de adolescentes em atividades de memória implícita e explícita. Participaram da pesquisa 60 indivíduos, sendo 30 crianças na faixa etária entre 6 e 8 anos, e 30 adolescentes entre 13 e 14 anos de idade. Foram aplicadas 4 tarefas, sendo duas relacionadas a memória explícita e duas relacionadas a memória implícita. A primeira tarefa sobre memória implícita envolvia categorização de figuras na qual o sujeito deveria separá-las em 4 grupos gerando um critério para a formação dos mesmos. Na segunda tarefa mostraram-se fragmentos de figuras para que o sujeito descobrisse a figura final. Foram apresentadas 10 figuras. Para a verificação da memória explícita foi utilizado o programa *Simons Extreme* que executa uma seqüência de cores e sons que deveria ser reproduzida e por fim, o jogo de memória tradicional contendo 18 pares de figuras. As atividades foram avaliadas através de pontuações de acerto e erro e tempo de execução. Na tarefa da categorização de figuras, verificando a memória implícita, constatou-se diferença estatisticamente significativa em relação à variável tempo (Teste $t(58) = -3,222$; $p=0,002$), sendo que a média de tempo das crianças foi de 147,87 segundos ($dp\pm 118,39$) e a dos adolescentes de 63,23 ($dp\pm 41,87$). Já em relação à pontuação não existiu diferença estatisticamente significativa (Teste $t(58) = -0,634$; $p=0,529$), pois o grupo das crianças apresentou média de 6,63 ($dp\pm 2,52$) e o dos adolescentes de 7 ($dp\pm 1,91$). Na tarefa das figuras fragmentadas, também verificando a memória implícita, as crianças obtiveram pontuação média de 22,9 ($dp\pm 3,94$) pontos e os adolescentes conseguiram, em média, 27,3 ($dp\pm 3,76$) pontos, observou-se diferença estatística significativa nesta tarefa (Teste $t(58) = -4,423$; $p=0,000$). Já nas duas tarefas relacionadas à memória explícita, as médias encontradas apresentaram-se estatisticamente diferentes. No jogo da memória (Teste $t(58) = -2,296$; $p=0,025$), as crianças obtiveram em torno de 3 pares de acertos ($x=2,73$ $dp\pm 1,61$) e o grupo de adolescentes 4 pares ($x=3,9$ $dp\pm 2,25$). Já no programa *Simons Extreme* (Teste $t(58) = -3,222$; $p=0,002$), os adolescentes acertaram em média até a sexta seqüência de estímulos ($x=6,4$ $dp\pm 2,74$), e as crianças, em média, conseguiram até a quarta seqüência de estímulos ($x=4,3$ $dp\pm 2,27$). Autores afirmam que a memória é dita como uma tendência evolutiva desde os seis anos de idade até o fim da adolescência, na qual há um aumento da capacidade estrutural biológica. De acordo, esta pesquisa concluiu que as médias de desempenho das crianças e dos adolescentes nas atividades de memória implícita e explícita foram estatisticamente diferentes, sendo que os adolescentes tiveram médias maiores de acerto. Sugere-se que sejam utilizadas amostras com o intervalo de faixas etárias maiores, bem como a realização de novos estudos relacionando a memória às diferentes faixas do desenvolvimento humano, devido a pouca quantidade de literatura encontrada sobre o assunto.

Palavras-chave: memória implícita, memória explícita, desenvolvimento
Nível do trabalho: IC

"COG"

A INFLUÊNCIA DO *PRIMING* NA PERCEPÇÃO DE IMAGENS AMBÍGUAS.

*Elaine Cristina Cherubim do Carmo**, *Ellen Caroline Chrun**, *Ligia Krüger Bresolim**, *Luíza Bernardini Ferrari**, *Mariana Gomes Brasil**. (Faculdade Assis Gurgacz, Cascavel-PR) e *Aline Henriques Reis*** (docente da Faculdade Assis Gurgacz, Cascavel-PR e doutoranda da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS)

A percepção envolve um conjunto de processos pelos quais reconhecemos, organizamos e entendemos as sensações que recebemos dos estímulos ambientais. Combina aspectos do mundo exterior (por ex., estímulos visuais) e interior (conhecimento prévio). Qual desses elementos será mais importante para a percepção de figuras varia conforme o estímulo. Por exemplo, as figuras ambíguas foram definidas pela psicologia da Gestalt e envolvem o destaque entre figura e fundo. O que se evidenciará como figura ou fundo depende sobremaneira do conhecimento prévio do indivíduo, visto que a percepção das figuras ambíguas varia de indivíduo para indivíduo. Por sua vez, o efeito *priming* consiste em estímulos específicos que ativam rotas mentais, e assim aumentam a capacidade para processar os estímulos seguintes conectados àqueles de alguma maneira. Sendo assim, este trabalho teve como objetivo analisar se a exposição ao efeito *priming* antecedente à exibição de imagens ambíguas interferiria no processo perceptual das pessoas sobre essas imagens. A amostra foi constituída por 112 pessoas de ambos os sexos, com idade entre 18 e 38 anos, estudantes do ensino superior. Os alunos foram divididos em dois grupos de 56 pessoas, classificados em Grupo Experimental (GE) – pessoas que foram expostas ao efeito *priming*; e Grupo de Controle (GC) – pessoas que não foram expostas ao efeito *priming*. Ao GE foi exibido o clipe da cantora Shakira com a música *Waka Waka* como instrumento para o efeito *priming* e, na seqüência, foram apresentadas 5 figuras de conteúdo ambíguo relacionadas ao tema da música, as quais eram divulgadas uma de cada vez durante 5 segundos, com o tempo de 10 segundos de intervalo entre elas, para que os sujeitos anotassem o que perceberam sobre cada figura nas fichas de registro. Já o GC visualizou as mesmas figuras e realizou os registros da mesma forma descrita, porém não assistiu ao vídeo. Os dados foram submetidos a análises estatísticas descritivas e de comparação entre os grupos. A média de acertos das figuras 1, 2, 3, 4 e 5 foi, respectivamente, para o grupo controle de 19, 17, 43, 39 e 41 e para o grupo experimental de 17, 17, 45, 32 e 43 sendo que em nenhum dos casos houve diferença estatisticamente significativa ($X^2=0,164$; $p=0,840$). Verificou-se que, contrariamente ao esperado, a apresentação do *priming* não alterou significativamente o processo perceptual dos grupos pesquisados. A literatura apresenta que a percepção é social e influenciada pela cultura, pelo ambiente, pela sociedade em si e pelos acontecimentos históricos. Portanto, o fato de os participantes pertencerem a uma mesma sociedade e estarem em um mesmo ambiente pode ter colaborado para a semelhança na percepção dos grupos.

Palavras-chave: percepção, figuras ambíguas, *priming*

Nível do trabalho: IC

"COG"

UM EXPERIMENTO SOBRE MEMÓRIA DE LONGO PRAZO EM AMBIENTE VIRTUAL. *Eliane Gerk, Rafael Gomes da Silva*, Renan Vieira de Sá Jardim* e Eleutério Viegas de Mello Neto** (Laboratório de Psicologia Cognitiva, Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis, RJ).

Os psicólogos cognitivos identificam três operações de memória: codificação, armazenagem e recuperação. Cada operação representa uma etapa no processamento da memória. Na codificação, os dados sensoriais são transformados em uma forma de representação mental. Na armazenagem, as representações mentais formadas através da codificação são retidas ficando então disponíveis para eventuais recuperações. Na recuperação, os dados mnêmicos podem ser trazidos à consciência através da recordação voluntária, ou seja, sem a influência de estímulos externos. As pessoas lembram com maior facilidade aquilo que possui maior valor semântico. Assim, as informações superficialmente codificadas, com baixo valor semântico para o indivíduo, não permitem que ele evoque integralmente o conteúdo mnêmico. O experimento sobre memória aqui apresentado objetivou elucidar a questão de quão acurada e completamente os detalhes visuais de um objeto comum, uma moeda brasileira de um Real está representada na memória das pessoas. Escolheu-se esta moeda, em circulação desde o ano de 2002, por ser um objeto usado por todas as pessoas frequentemente. Foi criado através do software E-prime 2.0 um experimento no qual o sujeito deveria identificar a moeda correta tanto no verso como no anverso, dentre oito alternativas em imagens que foram construídas. Foram escolhidas arbitrariamente seis características de cada face que foram retiradas e/ou realocadas, por exemplo na face coroa a efígie da República, e na face cara da moeda, o grafismo indígena Marajoara. A tarefa do sujeito consistiu em selecionar a imagem de cada uma das duas faces da moeda dentre um conjunto de imagens incorretas. Os sujeitos foram sessenta pessoas, trinta do sexo feminino e trinta do sexo masculino, com idades variando de dezesseis a cinquenta e seis anos. Os resultados não evidenciaram diferença entre os gêneros no reconhecimento da moeda correta. Para a grande maioria dos sujeitos, foi mais fácil reconhecer a face que contem o símbolo numérico, que confere valor à moeda, do que a imagem da efígie, o que podemos relacionar ao fato de o significado social (valor monetário) interferir bastante no processo de aquisição e por conseguinte na recordação do conteúdo mnêmico. Considera-se ainda que os detalhes da moeda de um Real não são muito significativos – nem são fundamentais para distingui-lo de outras moedas – e poucos de nós já fizeram algum esforço para codificá-los. E nós codificamos algumas informações automaticamente; outros tipos de informação requerem esforço. Sem esse esforço muitas memórias não serão formadas. O papel da significação nos resultados obtidos no experimento pode ser demonstrado também através do conceito de inconfundibilidade, que se refere ao modo como o estímulo difere de todos os outros traços presentes na memória. A inconfundibilidade não surge de uma memória superficial, mas sim de uma memória provida de significado. Ou seja, por possuir significado, a face com o símbolo numérico pode ser melhor distinguida entre muitas imagens semelhantes. Concluiu-se que recordar as principais características de um objeto de uso comum requer o processamento holístico das características visuais do objeto, e não, apenas, a codificação das características isoladas do objeto.

Apoio Financeiro da FAPERJ

*Bolsa de Iniciação Científica do CNPq e da Fundação Rocha Miranda

Palavras Chave: Memória de longo prazo, Memória visual, Psicologia Cognitiva.

Iniciação Científica - IC

COG

A MÚSICA COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO PSICOSSOCIAL PARA A TERCEIRA IDADE. *Renata Almeida Figueira** (Universidade Federal do Pará, Belém/Pa), *Daiane Gasparetto da Silva** (Universidade Federal do Pará, Belém/Pa) e *Hilma Tereza Tôrres Khoury* (Universidade Federal do Pará, Belém/Pa).

A velhice pode ser considerada um fator de risco, visto que carrega consigo modificações de ordem física, fisiológica e social, comumente implicando na dificuldade de aceitação do idoso, bem como na manifestação de preconceito e discriminação. Observa-se, assim, a necessidade de orientação e apoio psicológico ao idoso, visando adaptação a esta fase da vida e oportunizando melhoria da saúde e do bem-estar. Dessa forma, o objetivo do presente estudo foi utilizar a música como instrumento de intervenção psicossocial em grupo visando contribuir para o desenvolvimento/fortalecimento de recursos pessoais e, conseqüentemente, para a adaptação ao envelhecimento e melhoria da qualidade de vida de pessoas na meia-idade e idosos. O trabalho foi desenvolvido em um grupo de idosos de um hospital de Belém/Pa, ao longo de 12 encontros. Além de temas psicossociais trabalhados em grupo por meio da música e de dinâmicas, foi realizada avaliação do bem-estar subjetivo dos participantes (EBES) antes e depois da intervenção. Os resultados mostraram que os afetos positivos se apresentam em nível moderado; os afetos negativos em nível baixo e a satisfação com a vida em nível bom. Contudo, não houve diferenças significativas comparando-se os escores das avaliações antes e depois da intervenção realizada com o grupo. Vários sentimentos e percepções foram compartilhados no grupo e alguns participantes relataram que sentiram mais confiança ao dividir as suas histórias, confienciando memórias que não tinham sido contadas antes. A partir das reflexões em grupo, vários idosos partilharam que com os relatos alheios puderam repensar situações das suas próprias vidas. O trabalho de resgate de memórias e valorização proporcionou uma revalorização de memórias. O uso de objetos como fotos, presentes dados por familiares, convites de casamento e cartões reativavam histórias deixadas no passado, trazendo à tona sentimentos e a noção do valor que determinadas situações tiveram na vida de cada um. As discussões motivadas pelas temáticas abrangidas pelas músicas proporcionaram reflexões sobre situações diversas, a partir das quais os participantes expuseram de que modo compreendiam a sua vida com base na letra da canção, ressaltando aspectos positivos e negativos de sua história. Os idosos foram estimulados a repensar nas suas estratégias de superação de perdas e até mesmo no modo como podiam manter a sua autonomia e independência diante da velhice, mantendo o controle sobre suas vidas. Temas relativos ao quanto é importante adaptar-se a novas situações motivaram debates sobre como a saída dos filhos de casa, por exemplo, precisa ser percebida com tranquilidade pelos pais, uma vez que este fato é natural e não deve causar danos à saúde emocional das pessoas. Pelos relatos dos participantes imediatamente e um mês após a intervenção foi possível perceber que os temas desenvolvidos por meio da música e das outras atividades propostas suscitavam reflexões acerca de suas experiências pessoais, proporcionando uma reavaliação de suas atitudes e comportamentos diante dos acontecimentos do dia-a-dia, pois vários dos momentos vivenciados no grupo permaneceram no cotidiano dos idosos nas ocasiões em que se depararam com dificuldades a serem superadas.

Trabalho financiado pelo Programa Institucional de Bolsa de Extensão – PIBEX / UFPa
Palavras-chave: Idosos; bem estar subjetivo; música.

Outro: Graduação – Pesquisa de Extensão

INFORMAÇÃO, ERUDIÇÃO, CULTURA E RECEPÇÃO TEXTUAL NO CONTEXTO DAS INTELIGÊNCIAS FLUÍDA E CRISTALIZADA. *Rosemary Conceição dos Santos** e José Aparecido Da Silva* (Universidade de São Paulo/Ceuclar-Ribeirão Preto/Batatais, SP; Universidade de São Paulo-Ribeirão Preto, SP).

O objetivo deste trabalho foi definir os conceitos informação, erudição e cultura no contexto dos estudos das inteligências cristalizada (Gc) e fluída (Gf), bem como, de discutir um modelo de compreensão das inteligências fluída e cristalizada através da teoria comportamental, a qual supõe que o comportamento (resposta), resulta do ambiente (estímulo) e tem como modelo de explicação o reflexo condicionado, por meio do qual se dá o encadeamento de estímulos e respostas (modelo E-R), que dialogue com os estudos de Estética da Recepção, à qual interessa o comportamento (resposta) entre pensamento criador e leitura (modelo E-R). A generalização de um modelo a outro acarretando, portanto, a relação estímulo-organismo-resposta *versus* texto-leitor-expectativa (modelo E-O-R) na concepção da psicologia contemporânea que entende a consciência como elo intermediário entre ambiente e comportamento, ou seja, que o homem sofre influência do ambiente e de suas próprias idiossincrasias para emitir uma resposta ao meio. A relação apresentada se refere ao processo perceptivo no qual o leitor se encontra sujeito tanto aos estímulos, representado pelas propriedades de uma obra, quanto às suas próprias características de percebedor, representadas pelas propriedades do leitor. Foram tomadas, como objetos de estudo, duas obras literárias de um mesmo autor, recepcionadas uma positiva e outra negativamente pelo público leitor, e analisados 88 textos de apreciação crítica, aqui considerado tanto os acadêmicos como os jornalísticos, pontuando-se as diferenças entre ambos, publicados nos primeiros doze meses após o lançamento de cada obra. Informação foi definida como conteúdo, suporte e necessidade coletiva de saber o que as coisas são e como acontecem. Na prática, explica o porquê é mais fácil à maioria dos leitores receber conteúdos rápidos, exíguos e objetivos que demandem menos tempo e exercício de lógica. Erudição foi definida como instrução, conhecimento e cultura diversos, adquiridos, sobretudo, por meio da leitura. Na prática, é mais “volume” de informação do que “peso” de informação. Cultura foi definida como conjunto de elementos gerais e singulares que propicia melhor compreensão de tudo que cerca o ser humano, à medida que promove mediação e intersecção de conhecimentos. Vinculados ao contexto da inteligência cristalizada, informação, cultura e erudição decompõem ao leitor significados básicos que lhes permitam decodificar informação geral, bem como, comunicá-la, habilitando-o ao exercício da inteligência fluída, avaliativa, reflexiva e original. Concluiu-se, portanto: (1º) a necessidade de formação informacional, erudita e cultural (inteligência cristalizada) mais ampla de jornalistas e acadêmicos que pretendam exercer o raciocínio crítico original (inteligência fluída) e (2º) que a falta de originalidade (inteligência fluída) encontrada nos textos críticos abordados não se deve às limitações de espaço que jornais e periódicos reservam à crítica, mas, sim, à precária competência cognitiva cristalizada e fluída de seus autores. Este resultado indica a necessidade de estudos interdisciplinares de inteligência que elaborem opções de avaliação intelectual mais ampla, não restritas à compreensão das capacidades tradicionalmente investigadas.

Palavras-Chave: inteligência cristalizada, inteligência fluída, recepção de leitura.

PD-P

COG

CUIDADO PARENTAL: PERCEPÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO PLANO REAL E IDEAL. *Paula Danielle Souza Monteiro** e *Celina Maria Colino Magalhães**** (Universidade Federal do Pará, Belém-Pa.).

Conhecer as percepções dos filhos pode ser um aspecto relevante para que pais e mães saibam mais sobre os papéis que lhes são atribuídos, tanto no sentido real quanto no ideal, e possam repensar suas práticas educativas. A literatura indica certas diferenças entre cuidados parentais. O objetivo do presente trabalho consiste em investigar como crianças e adolescentes compreendem o cuidado materno e paterno em aspectos reais e ideais. Participaram do estudo 132 crianças e adolescentes, de ambos os sexos, com idade entre 9 e 14 anos, oriundas de escolas da rede pública de ensino de Belém. Para a coleta de dados foi utilizado um questionário com 7 questões/afirmativas fechadas, sendo estas direcionadas para mãe e pai no aspecto real e ideal. Os questionários foram aplicados pela pesquisadora, nas escolas, de forma coletiva nas salas de aula, com todos os alunos que aceitaram participar de forma voluntária da pesquisa. Os dados foram analisados através do Statistical Package of Social Sciences (SPSS 17.). As questões foram agrupadas em quatro categorias: cuidados diretos, cuidados indiretos, interação social instrutiva e interação social calorosa. Os principais resultados indicaram que 85% da amostra tinham, respectivamente, 11 e 10 anos, eram do sexo masculino, moravam com ambos os pais ou apenas com a mãe e tinham irmãos. Além disso, foram encontradas diferenças na percepção que os filhos têm do pai real com relação ao pai ideal relacionadas à categoria interação social. A percepção dos participantes com relação à mãe real está bastante próxima da mãe ideal, exceto com relação à categoria interação social calorosa, em que a diferença foi estatisticamente significativa. Os resultados indicaram também uma pequena diferença com relação à categoria de cuidados diretos, tanto para pai quanto para mãe. Conclui-se que o pai, no desempenho de seu papel real, precisa estar mais presente a fim de se aproximar do ideal dos filhos no que se refere à categoria interação social. Além disso, a mãe real se aproxima mais do ideal esperado pelos participantes, cuidando e orientando mais a criança, porém, ela deveria estar mais disponível para passear e brincar, corroborando dados disponíveis na literatura da área. O estudo pode contribuir no sentido de proporcionar aos cuidadores principais dicas de como suas ações estão sendo percebidas por seus filhos, podendo ser um balizador entre seu papel como cuidador real e ideal. O estudo também se mostra relevante no sentido de proporcionar uma compreensão mais acurada da relação pai-mãe-filho, fornecendo subsídios tanto para a área da Psicologia, quanto da Educação.

Palavras-chave: cuidado parental, percepção, crianças, adolescentes.

***Docente do Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento e do Programa de Pós-graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. (processo nº305114/2010-7).

Trabalho de Graduação

Sub-Área: Psicologia do Desenvolvimento (DES).

RESPONSIVIDADE MÃE-BEBÊ: ANÁLISE DA CONTINGÊNCIA SOCIAL. *Ana Paula de Miranda Araújo Soares**, *Rafaella Nery Nóbrega**, *Marilice Fernandes Garotti* (Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém-PA)

Estudos transculturais indicam que cuidadores utilizam mecanismos universais de interação de diferentes formas, expressando assim, prioridades estabelecidas por metas de socialização modeladas pelos diversos contextos ecoculturais. Um desses mecanismos é a contingência, que descreve uma relação temporal de proximidade e dependência entre o comportamento infantil e sua consequência no ambiente. A análise da contingência social identifica um comportamento social emitido por um bebê/criança e um comportamento social emitido por um parceiro adulto em um dado intervalo temporal. Esse estudo investigou a responsividade das mães em resposta aos sinais comunicativos dos bebês, bem como as respostas destes a suas mães. Participaram nove díades mãe-bebê com idades entre quatro e seis meses, pertencentes à classe econômica média B1 e B2 (mães com ensino superior e renda mensal entre 1300,00 e 4.500,00 reais). A média de idade das mães era 31 anos. As filmagens, realizadas na residência das participantes durante o banho e a troca dos bebês, totalizaram 85 minutos. A análise dos vídeos foi efetuada com o Transana 2.4. Foram registrados os comportamentos dirigidos de um parceiro para outro em uma janela de contingência de até 5 segundos e comportamentos emitidos que não receberam resposta. Para os bebês foram registrados os sinais comunicativos positivos (*olhar a mãe, sorrir, vocalizar*), negativos (*chorar e vocalizar com estresse*) e *manipulação de objetos*. Para as mães foram registradas as categorias *falar, vocalizar, sorrir, mostrar e oferecer* objetos. Os resultados indicaram que as mães respondem contingentemente a seus bebês, no máximo 3 segundos após a emissão do sinal comunicativo. As menores latências entre o sinal comunicativo e a resposta materna foram observadas para o choro. Os bebês respondem, vocalizando, mais rapidamente à vocalização do que à fala da mãe, embora a diferença não seja significativa. Para todos os sinais, a resposta contingente materna mais frequente é falar (52,7%) e vocalizar (17,7%) e a dos bebês é vocalizar em resposta ao comportamento dirigido a ele (43,3%), especialmente o falar e o vocalizar (90,1%). Mães e bebês respondem intermitentemente um ao outro. Dos sinais e comportamentos emitidos pelos bebês, 43,3% não receberam resposta, sendo a vocalização a categoria mais afetada. Interações mediadas por objetos foram observadas a partir do quinto mês, juntamente com um aumento progressivo na variabilidade comportamental dos bebês. Os resultados confirmam aqueles descritos na literatura, indicando que o bebê apresenta habilidades, provavelmente inatas, de responder rapidamente ao parceiro social. As características das interações observadas nessas díades sugerem que as mães priorizam estratégias parentais distais, com maior frequência da fala e estimulação por objetos. Tais estratégias são observadas em mães urbanas e refletem metas de socialização para autonomia. Contudo, a amostra é pequena e o contexto de cuidados primários (banho e troca) pode ser restritivo com respeito a interações mãe-bebê. Os resultados também sugerem a contingência como um mecanismo universal de interação cuja função psicológica seria fornecer ao bebê as bases para sua formação como “sujeito da ação” (agente), na medida em que estabelece relações causais entre o próprio comportamento e o comportamento do outro social.

PIBIC – Fapespa

Palavras-chave: contingência social, responsividade mãe-bebê, interação mãe-bebê.

IC

DES

O JOVEM DEFINIDO POR ELE MESMO: FAIXA ETÁRIA, CARACTERÍSTICAS DA JUVENTUDE E CRITÉRIO DE PASSAGEM PARA A IDADE ADULTA. *Ana Paula Mariano Pregardier** e Josiane Beatriz Piccin Barbieri*** (Faculdade Antonio Meneghetti – São João do Polêsine – RS)

Este trabalho é o produto de uma pesquisa realizada com jovens abordando o tema juventude. Teve como objetivo identificar a percepção dos próprios jovens sobre os seguintes tópicos: a) qual é a faixa etária que compreende a juventude; b) quais as características desta fase do desenvolvimento humano; e c) qual é o critério que define a passagem da juventude para a idade adulta. O problema da pesquisa centrou-se na investigação da percepção do jovem sobre si mesmo e sobre a fase de desenvolvimento que está vivenciando, focando em temas que atualmente são discutidos pela sociedade em geral e pela comunidade científica. Segundo a atual constituição brasileira, a juventude compreende o período de vida entre os 16 e 29 anos, estabelecido em setembro de 2010. A ampliação desta faixa etária, na legislação brasileira, já se constitui num efeito destas discussões. Segundo OSÓRIO (2000), a juventude se caracteriza principalmente por quatro fatores: 1) estabelecimento da identidade sexual; 2) independência econômica; 3) aquisição de uma moral própria e 4) relação de reciprocidade com as gerações anteriores. Para MENEGHETTI (2007), jovem é aquele que ainda está em desenvolvimento, não é maduro, plenamente capaz e essa fase compreende o período entre os 14 e 30 anos. Considerando a ampliação da faixa etária legal da juventude e os fatores que a caracterizam, torna-se relevante entender quais os critérios que os próprios jovens utilizam para definir esta etapa de desenvolvimento. A pesquisa, de cunho qualitativo e quantitativo, foi realizada nos meses de agosto e setembro de 2010, com 50 jovens. A coleta de dados deu-se através de um questionário de 10 questões objetivas e quatro discursivas. Os dados demonstraram que, para o grupo pesquisado, a faixa etária da juventude se estende dos 18 aos 35 anos e tem como características principais: “Ser o momento onde se começa a trabalhar, ter independência, autonomia, buscar objetivos pessoais e profissionais; é uma fase de aprendizado e autoconhecimento e aumenta a maturidade e as responsabilidades.” Já, a idade adulta, segundo estes mesmos jovens, começa aos 30 anos, sendo os critérios de passagem da juventude à idade adulta, os seguintes: “A maturidade e responsabilidade do indivíduo perante suas escolhas, ser o momento onde se começa a ver os resultados dos projetos iniciados na juventude e se obtém a completa liberdade, independência e autonomia.” A partir das percepções analisadas na pesquisa, identifica-se que a faixa etária da juventude, na percepção dos jovens, se estendeu em relação ao que se considerava em bibliografias de algumas décadas atrás, e que existe um período de intersecção ou sobreposição da juventude e a idade adulta onde o indivíduo já possui características para sentir-se adulto, mas ainda precisa consolidar essa posição a fim de poder definir-se como tal.

Palavras-Chave: juventude, faixa etária, idade adulta.

Nível do Trabalho: O

Área de pesquisa: DES

CONCEPÇÃO DE CONFLITOS DE PROFESSORES DE ENSINO FUNDAMENTAL NA PERSPECTIVA SOCIOCULTURAL CONSTRUTIVISTA. *Lorena de Moraes Nascimento Leite**, *Bruno Cavaignac Campos**, *Ália Maria Barrios Gonzalez Nunes*** e *Ângela Maria Cristina Uchoa de Abreu Branco* (Laboratório de Microgênese das Interações Sociais, Departamento de Psicologia Escolar e Desenvolvimento. Universidade de Brasília, Brasília, DF).

A paz é um fenômeno que pode ser interpretado de diversas maneiras. A sua concepção tradicional, ainda muito presente na sociedade de uma forma geral, é de paz como uma postura apática, em que uma ação pacífica é aquela que não produz violência. A concepção mais nova, proposta pela Pesquisa para a Paz, a conceitua como uma ação positiva, pró ativa, em que a passividade pode ser interpretada, em algumas situações, até como violência. Muita atrelada ao conceito de paz está a concepção de conflito. Este tende a seguir as mesmas concepções antagônicas da paz, podendo ser visto como construtivo (se o encararmos como um processo natural, necessário e potencialmente positivo para as pessoas e os grupos sociais) ou destrutivo (algo negativo, não-desejável, sinônimo de violência, disfunção ou patologia e, por isso, algo que deve ser evitado e sempre punido). A partir da importância da noção de conflito para a implementação da Cultura da Paz – em que se procura encarar o conflito como construtivo e possível de ser solucionado - este trabalho teve como objetivo analisar a fundo as concepções de Conflito, presentes na elaboração discursiva de seis professores de quinto ano do ensino fundamental. Para isso, foram analisadas e interpretadas as entrevistas semi-estruturadas (contendo 21 perguntas de referência, cada) realizadas com seis professores de uma escola pública do Distrito Federal. Tais entrevistas fazem parte de um projeto de pesquisa maior denominado Cultura da Paz, que tem como referência teórico-metodológica a perspectiva sociocultural construtivista, e que tem como objetivo analisar várias categorias (Cultura de Paz, Definição de Paz, Dificuldades e Empecilhos para a Paz dentro e fora da escola, Conflito – destrutivo, construtivo, vivenciado, Projetos Anteriores para a Paz, Motivação dos Professores, Sugestões e Passos e procedimentos concretos), com o fim ulterior de compreender as possibilidades de construção de uma cultura de paz no contexto escolar. Após tais entrevistas - método que segue a perspectiva qualitativa adotada neste trabalho - foram feitas as transcrições e as respectivas análises interpretativas, segundo as categorias já aqui citadas. Os resultados ficaram divididos: enquanto uns consideraram que o conflito deve ser evitado ao máximo, pois só traria violência, outros acreditam que a divergência de idéias seria algo que traria desenvolvimento. Apesar da concepção destrutiva do conflito estar presente nos resultados, ela divide espaço com a concepção positiva dele, o que pode indicar que tanto esta última está sendo mais disseminada, como a primeira está deixando de ser tão tradicional.

Palavras-chave: Cultura da paz, conflito, professores, ensino fundamental.

IC

DES

ADOLESCENTES EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE: O QUE ISSO INDICA SOBRE SEUS DESENVOLVIMENTOS? *Josemar Soares Rosa Filho**
(Universidade Federal do Vale do São Francisco, Petrolina – PE)

Visando uma compreensão mais abrangente das populações investigadas, é comum entre os pesquisadores em ciências humanas a utilização de recursos que possibilitem a construção de um perfil sociodemográfico do grupo social no qual a pesquisa se refere. Contudo, percebe-se que usualmente esses dados são analisados apenas quantitativamente, traçando um panorama geral do grupo, mas não explicitando o que esses dados apontam sobre o próprio processo de desenvolvimento dos indivíduos. Partindo dessa consideração e possuindo como suporte teórico a Abordagem Ecológica do Desenvolvimento Humano, esse trabalho teve como objetivo principal analisar de forma qualitativa os dados sociodemográficos dos 32 adolescentes inseridos em uma instituição de privação de liberdade pernambucana, apontando o que esses resultados indicam sobre o próprio desenvolvimento desses jovens. Tem-se como justificativa principal dessa análise, a concepção de que esses adolescentes, além de causadores de uma situação infracional, são também alvos de uma série de disparidades assistenciais que influenciaram fortemente nos seus desenvolvimentos, sendo necessário que se investigue até que ponto suas situações demográficas dificultam, ou não, o desenvolvimento de indivíduos saudáveis, investigação esta que ainda não foi desenvolvida com esse público. Os dados coletados reforçam as estatísticas brasileiras, colocando que os adolescentes em privação de liberdade, infelizmente, compartilham do mesmo rosto, endereço e situação financeira. Eles possuem uma média de 17 anos (d.p.: 1,24), são negros (66,7%), solteiros (93,3%), oriundos de bairros pobres (85,5%), residentes apenas com as mães (61,6%) e possuem uma baixíssima escolaridade, uma vez que, em sua esmagadora maioria, são possuidores de um ensino fundamental incompleto (93,3%). Além de serem dados alarmantes a partir de uma leitura quantitativa, quando se considera que o desenvolvimento humano é resultado das interações do indivíduo com o seu contexto e relações sociais estabelecidas, esses resultados se tornam ainda mais preocupantes. Levando em consideração os diversos microsistemas nos quais esses adolescentes estão inseridos, se evidencia uma disparidade entre as condições ideais e as condições reais para um desenvolvimento saudável, haja vista que esses adolescentes, como as estatísticas apontam, são provenientes de baixas condições de habitação, moradia e escolaridade, além de serem oriundos de famílias desestruturadas. Somado a isso, constata-se que as próprias instituições socioeducativas não fornecem as condições necessárias para o desenvolvimento de interações sociais recíprocas, havendo uma forte ausência de vínculos afetivos e de relações que priorizem o respeito mútuo. Esses dados sociodemográficos são frutos também de relações frágeis com alguns macrossistemas, como a relação indivíduo-governo e indivíduo-sociedade, não sendo disponibilizadas as condições necessárias para um bom desenvolvimento financeiro e social e dificultando a reinserção desses adolescentes na comunidade. Expostas essas considerações, torna-se fundamental que outras pesquisas investiguem de que forma, a partir de uma abordagem ecológica do desenvolvimento, poder-se-ia desenvolver intervenções que facilitem a modificação situacional desses adolescentes.

Apoio Financeiro: Universidade Federal do Vale do São Francisco

Palavras-chaves: adolescentes; privação de liberdade; ecologia do desenvolvimento

Iniciação Científica – IC

DES

O CONCEITO DE VONTADE EM PIAGET E A PRIVAÇÃO DE LIBERDADE: APONTANDO POSSIBILIDADES. *Josemar Soares Rosa Filho** (Universidade Federal do Vale do São Francisco, Petrolina – PE)

Sendo uma pauta de constante discussão contemporânea, a problemática envolvendo adolescentes que cometeram atos infracionais no Brasil é antiga e multifacetada, sendo relatados casos de infrações envolvendo adolescentes desde 1830. Contudo, diversas pesquisas apontam para uma série de irregularidades no que concerne à execução e planejamento dessas atividades socioeducativas, não havendo uma resolução dessa situação mesmo com políticas públicas e leis tão bem construídas a nível teórico. Os fatores que reforçam esse abismo entre teoria e realidade vão desde uma falta de investimentos financeiros, passando pelo negligenciamento da estrutura física das instituições e chegando à falta de treinamento e aperfeiçoamento do quadro de recursos humanos. Com isso, questiona-se: de que forma as medidas socioeducativas poderiam ser mais bem executadas, proporcionando uma educação pautada no desenvolvimento de indivíduos moralmente autônomos? Diversas respostas já tentaram resolver esse dilema, contudo, um conceito que pode contribuir muito para essa resolução e que, em muitos momentos é negligenciado, é o conceito de vontade (força de vontade) na obra de Piaget. Pode-se definir vontade como uma força resultante de processos cognitivos e afetivos que possibilitam os indivíduos a escolherem realizar uma ação (dever) em detrimento de outra ação considerada mais prazerosa, porém, moralmente incoerente. Partindo dessas considerações, o presente estudo teórico objetivou, através de recursos qualitativos, problematizar de que forma essa conceituação piagetiana poderia contribuir para o desenvolvimento de uma medida socioeducativa de privação de liberdade mais eficaz. Essa iniciativa se faz importante, não apenas para um melhoramento das medidas socioeducativas, mas por possibilitar o desenvolvimento do senso de responsabilidade moral por parte dos adolescentes, contribuindo para a obtenção de escolhas mais coerentes e que contribuam moralmente não só para o indivíduo, mas para a sociedade. Acrescenta-se ainda que não existem trabalhos que realizem esse tipo de discussão no Brasil, tornando-se necessário um maior aprofundamento relacionando esse conceito a realidade socioeducativa brasileira. Seguindo a lógica piagetiana, para que o processo de vontade (força de vontade) seja prevalente e contribua em uma mudança situacional, é importante que o indivíduo desenvolva sua escala de valores priorizando escolhas moralmente autônomas, e é exatamente nesse aspecto que o estímulo de ações que visem desenvolver nos adolescentes projetos de vida se torna imprescindível para a execução de medidas socioeducativas. Como resultado de uma valorização dos seus projetos futuros, reforça-se a hipótese de que esses jovens começariam a priorizar os seus deveres à simples satisfação de necessidades mais egocêntricas, uma vez que o cumprimento de um dever implicaria, necessariamente, na construção do seu próprio futuro. Por ser um escrito em estado de arte, aponta-se a necessidade de pesquisas aplicadas que visem aprofundar, na prática, as contribuições da teoria piagetiana, abordando os limites e possibilidades da socioeducação a partir desse conceito ainda tão pouco trabalhado no campo.

Apoio Financeiro: Universidade Federal do Vale do São Francisco

Palavras-chaves: Piaget; privação de liberdade; vontade

Iniciação Científica – IC

DES

GRAU DE INFLUÊNCIA DE EDUCADORAS DE ABRIGO E CRECHE NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA. *Pamella Isabela Alvarez Nylander** (Universidade Federal do Pará – Belém - PA), *Rosa Cibele Borges dos Santos** (Universidade Federal do Pará – Belém - PA), *Luciana Maciel Vilhena** (Universidade Federal do Pará – Belém - PA) e *Lília Iêda Chaves Cavalcante*** (Universidade Federal do Pará – Belém - PA).

As relações estabelecidas entre o educador e a criança em ambientes primários do desenvolvimento infantil como abrigo e creche, podem influenciar ou não certas características pessoais e comportamentais das crianças, facilitando ou dificultando o seu desenvolvimento. Neste estudo objetivou-se perceber o grau de influência que educadoras de abrigo e creche tem sobre o desenvolvimento infantil. Participaram da pesquisa 20 educadores de abrigo e 20 educadoras de creche, responsáveis pelo cuidado diário de crianças em instituições localizadas na Região Metropolitana de Belém. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas para levantamento de dados quanto ao perfil e trajetória profissional, com destaque à percepção das educadoras em relação ao grau de influência que exerce no desenvolvimento da criança, partindo das opções nenhuma influência, pouca influência e muita influência, para este estudo levou-se em consideração a resposta muita influência. As entrevistadas têm idades que variam de 20 a 50 anos. Para as educadoras de abrigo o seu grau de influência no desenvolvimento da criança ocorre ao estimular a “capacidade da criança em relacionar-se com as outras” (75%), a sua “segurança” (80%) e a sua “autonomia” (50%). Na escola as educadoras consideraram a “capacidade da criança em relacionar-se com as outras” (60%), a “colaboração entre crianças” (60%) e a sua “segurança” (55%) os principais aspectos de sua influência nas crianças. Percebe-se que as educadoras infantis consideram ter muita influência no desenvolvimento da criança. Destaca-se as categorias capacidade de relacionar-se e colaboração entre crianças como uma das propulsoras ao desenvolvimento infantil. Esses são aspectos indispensáveis para o início da inserção social da criança em novos contextos, já que esta vem de um ambiente familiar para crianças da creche ou de instituições de acolhimento infantil, restrito aos membros participantes dessa composição e a expansão de relacionamentos interpessoais gera estímulos ao desenvolvimento na criança e proporciona-lhe novas experiências, promovendo o desenvolvimento. A literatura indica que em ambientes de desenvolvimento infantil, deve-se estimular e promover condições favoráveis para a realização de atividades com crianças, pensando em seu desenvolvimento pleno e saudável, por isso a importância de realizar pesquisa em ambientes coletivos de cuidado infantil.

Palavras-chave: creche; abrigo; educador.

Nível do trabalho: Iniciação Científica – IC

Código da área da Psicologia: DES

SIGNIFICADO DO APEGO PARA EDUCADORAS DE CRECHE E ABRIGO PARA CRIANÇAS. *Pamella Isabela Alvarez Nylander** (Universidade Federal do Pará – Belém - PA), *Rosa Cibele Borges dos Santos** (Universidade Federal do Pará – Belém - PA), *Luciana Maciel Vilhena** (Universidade Federal do Pará – Belém - PA) e *Lília Iêda Chaves Cavalcante*** (Universidade Federal do Pará – Belém – PA).

Conhecer o conjunto de relações emocionais entre o educador e a criança nos contextos de abrigo e creche é importante, pois estes se constituem como ambientes coletivos de cuidado infantil, contextos primários de desenvolvimento humano e instituições que atendem prioritariamente crianças em vulnerabilidade social. Objetivou-se, no estudo, investigar como as educadoras avaliam a possibilidade de apegar-se de maneira especial a algumas crianças. Participaram da pesquisa 20 educadores de abrigo e 20 educadoras de creche, responsáveis pelo cuidado diário de crianças em instituições localizadas na Região Metropolitana de Belém. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas para levantamento de dados quanto ao perfil e trajetória profissional, com ênfase à percepção das educadoras em relação ao apego. As entrevistadas têm idades que variam de 20 a 50 anos. Para a maioria (55%) das que trabalham em abrigo, o apego é visto como “algo inevitável”, seguido da categoria de resposta “sem problemas, desde que não descuidem das outras crianças” (45%). No ambiente de creche, o apego é entendido por uma maioria expressiva como “sem problemas, desde que não descuidem das outras crianças” (80%), já 15% consideram o apego como algo que não deveria acontecer e apenas 5% como algo que deve ser evitado no ambiente escolar. A literatura considera o apego como uma ligação contínua e íntima, existindo intensa emoção entre a pessoa apegada e a figura de apego. Com base nos dados o apego para o contexto de abrigo é visto pelas educadoras como algo necessário, que a relação educador/criança não se estabelece sem a dimensão afetiva do trabalho. Para as educadoras de creche é visto como um relacionamento possível, mas não é tido como necessário. Em comparação entre os dois contextos na creche é relacionado às condições adversas trazidas dos contextos familiares e comunitários das crianças, dispensando um cuidado diferenciado a crianças que demandam uma atenção especial. Já no abrigo o apego é atribuído a vínculo afetivo, relação maternal, sentimento amoroso, que pode ser explicado a intensa convivência com crianças privadas do afeto dos pais e familiares. A literatura aponta que estudos como estes demonstram a importância da dimensão afetiva nos primeiros anos de vida, que vão além dos cuidados práticos, como alimentação e higiene, mas que são significativos para o desenvolvimento pleno da criança.

Palavras-chave: apego, creche, abrigo.

Nível do trabalho: Iniciação Científica – IC

Código da área da Psicologia: DES

FONTES DE APRIMORAMENTO DO TRABALHO DE EDUCADORAS DE CRECHE E ABRIGO PARA CRIANÇAS. *Pamella Isabela Alvarez Nylander** (Universidade Federal do Pará – Belém - PA), *Rosa Cibele Borges dos Santos** (Universidade Federal do Pará – Belém - PA), *Luciana Maciel Vilhena** (Universidade Federal do Pará – Belém - PA) e *Lília Iêda Chaves Cavalcante*** (Universidade Federal do Pará – Belém - PA).

Conhecer o perfil dos educadores infantis e o que pensam esses profissionais acerca do seu próprio trabalho é importante para pesquisas que estudam contextos primários de desenvolvimento humano. Neste estudo, objetivou-se comparar as principais fontes de aprimoramento profissional utilizadas por educadoras de creche e de abrigo. Participaram da pesquisa 20 educadores de abrigo e 20 educadoras de creche, responsáveis pelo cuidado diário de crianças em instituições localizadas na Região Metropolitana de Belém. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas para levantamento de dados quanto ao perfil e trajetória profissional, com ênfase nas fontes de aprimoramento que obtiveram resultados relevantes para análises e discussões a respeito do trabalho desenvolvido em creche e abrigo. As entrevistadas, com idades entre 20 e 50 anos, a partir de valores que mostram a ordem de importância de cada fonte para o aperfeiçoamento do trabalho avaliaram as categorias consideradas pela pesquisa. Em relação ao trabalho realizado no abrigo, as entrevistadas consideraram que a experiência profissional (90%), as trocas de idéias com as colegas (85%), o comportamento das colegas (50%), e os cursos de atualização (45%), estão entre as fontes com maior importância para seu aperfeiçoamento profissional. Por sua vez, na creche, as fontes mais destacadas foram a experiência profissional (80%), as trocas de idéias com as colegas (75%), os cursos de atualização profissional (75%) e o comportamento das colegas (10%). Observou-se que a experiência profissional em ambas as instituições é tida como uma fonte de aprimoramento, reforçando a importância destes contextos como espaços de aprendizagem profissional. Em relação à troca de idéias, em ambas as instituições ela foi indicada pelas educadoras como segunda fonte mais utilizada, revelando que as experiências processadas no cotidiano de trabalho são propagadas entre elas. Em contrapartida, quanto à observação do comportamento das colegas, verificou-se que, no abrigo, essa fonte é utilizada por significativa parcela das educadoras enquanto que na creche, embora as educadoras troquem idéias com as colegas, não o toma como referência para aprimorar o seu trabalho. Quanto aos cursos de atualização profissional foi pouco evidenciado no abrigo o que pode ser explicado pela cultura da instituição de não promover e oportunizar cursos de capacitação profissional enquanto na creche essa fonte de aprimoramento é bastante destacada, pois a instituição oferece cursos de formação continuada de professores. Pesquisas como esta mostram o quanto é importante conhecer o perfil e a percepção que educadoras de creche e de abrigo têm do trabalho que desenvolvem nessas instituições, permitindo assim criar estratégias para promover condições mais favoráveis ao desenvolvimento infantil.

Palavras-chave: creche; abrigo; educador.

Nível do trabalho: Iniciação Científica – IC

Código da área da Psicologia: DES

TIPOS DE FAMÍLIA ATENDIDAS EM UM PROJETO DE EXTENSÃO NO PERÍODO DE 5 ANOS. *Renata Ajub Tirelli** e Olga Maria Piazzentin Rolim Rodrigues* (Programa de Pós- Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Unesp – Bauru – SP)

De acordo com a literatura, a família pode ser conceituada como uma unidade de pessoas em interação, sistema semi-aberto, com uma história natural, sendo esta composta por vários estágios; uma complexa e dinâmica rede de interações que envolve aspectos cognitivos, sociais, afetivos e culturais. Atualmente reforça –se que a família não pode ser definida apenas pelos laços de consangüinidade e nem existe uma configuração familiar ideal, pois são inúmeras e diferenciadas as combinações e formas de interação entre os indivíduos que constituem os diferentes tipos de famílias contemporâneas. Para estudiosos na área de Psicologia do Desenvolvimento, as questões sobre o tema família estão sendo apontadas como uma das tendências futuras na pesquisa em psicologia, pois enfatizando –se o contexto familiar e seu impacto sobre o desenvolvimento individual da criança, diversos temas de pesquisa podem ser suscitados levando-se em conta a influência do grupo/estrutura familiar, principalmente em períodos decisivos do desenvolvimento infantil. Visando contribuir para a área em questão e investigar sobre os tipos de famílias existentes nos dias de hoje, este estudo descritivo e qualitativo, teve como objetivo apontar quais foram os tipos de família atendidas nos últimos cinco anos em um Projeto de Extensão, intitulado Acompanhamento do Desenvolvimento de Bebês no Primeiro Ano de Vida, que existe desde 1999 na Unesp de Bauru –SP. É um projeto de caráter social, voltado para orientação de pais de bebês nascidos em condição de risco e de baixo nível socioeconômico. Os arquivos de todos os bebês participantes do projeto, desde o ano de 2006 até 2010 foram revisados e os tipos de famílias classificados em: (1) Nuclear; (2) Mãe Solteira e seu bebê residindo com Família de Origem; (3) Estendida e (4) Mãe solteira residindo apenas com seu bebê. Nos últimos 5 anos foram atendidos 346 bebês e suas famílias, sendo que 60,5% são do tipo (1); 18% (2); 20% (3) e 1,5% (4). A partir dos dados encontrados, pode ser observado que embora muitas pesquisas recentes apontem a família nuclear tradicional, como uma forma minoritária de família nos dias de hoje, na amostra em questão, o tipo família nuclear foi a forma majoritária encontrada, seguido do tipo de família estendida ou extensa. Mães solteiras residindo com a família de origem foi o terceiro tipo mais encontrado, seguido das mães solteiras que residem sozinhas com o bebê. Concluindo, deve-se atentar para o fato que os indivíduos de uma mesma família, interagem e se desenvolvem juntos em uma cultura e sociedade que está também em contínuo desenvolvimento. E se faz desta foram impossível estudar as famílias nos dias atuais, sem se levar em consideração o contexto na qual estão inseridas. É necessário e importante que novas pesquisas busquem interconexões entre a família, cultura e desenvolvimento infantil para que cada vez mais se expanda a compreensão sobre o desenvolvimento humano.

Apoio: Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP

Palavras-chave: Tipos de Família; Desenvolvimento Infantil; Psicologia do Desenvolvimento

M
DES

TIPOS DE FAMÍLIA E SUA INTER-RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO DE BEBÊS DE TRÊS MESES DE IDADE. *Renata Ajub Tirelli** e Olga Maria Piazzentin Rolim Rodrigues* (Programa de Pós- Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Unesp – Bauru – SP)

Composta por uma dinâmica rede de interações que envolve aspectos cognitivos, sociais, afetivos e culturais, a família não pode ser definida apenas pelos laços de consangüinidade, mas sim por um conjunto de variáveis incluindo o significado das interações e relações entre seus membros. Possui um papel primordial no amadurecimento e desenvolvimento biopsicossocial dos indivíduos, apresentando como principais as funções biológicas, psicológicas e sociais. Na primeira infância, os principais vínculos, bem como os cuidados e estímulos necessários ao crescimento e desenvolvimento, são fornecidos pela família e, a sua qualidade irá decorrer de condições estáveis de vida, tanto socioeconômicas quanto psicossociais. Diferentes organizações familiares podem ter um impacto diferenciado sobre o desenvolvimento infantil. O presente trabalho teve como objetivo comparar o desenvolvimento de 24 bebês, oriundos de famílias nucleares (Grupo 1), com o de 24 bebês, filhos de mães solteiras que residiam com sua família de origem (Grupo 2). Para a avaliação do desenvolvimento destes bebês foi utilizado o Inventário Portage Operacionalizado (IPO), composto para esta pesquisa, de 154 itens para a avaliação de bebês, divididos em cinco áreas de desenvolvimento (Linguagem, Autocuidados, Cognição, Socialização e Desenvolvimento Motor). Para a comparação dos grupos foi utilizado o teste estatístico *t* de Student. Na seqüência serão apresentadas as médias e o desvio padrão dos grupos. Na área de Linguagem, para o Grupo 1 (Med= 2,95; DP=1,42), Grupo 2, (Med= 2,70; DP=2,11). Na área de Autocuidados, para o Grupo 1 (Med= 4,75; DP= 2,25), e para o Grupo 2, (Med= 5,41; DP= 2,30). Na área de Socialização, para o Grupo 1 (Med= 11,29; DP=3,22) e para o Grupo 2 (Med=13,37; DP= 3,15). Na área de Desenvolvimento Motor, para o Grupo 1 (Med= 9,58; DP= 3,65) e para o Grupo 2, (Med= 10,29; DP=3,12). Na área de Cognição para o Grupo 1 (Med= 12,66 ; DP= 3,50) e para o Grupo 2, (Med= 14,29; DP=2,51). Os resultados apontaram diferenças entre os grupos, nas áreas de Cognição ($t = 1,84; p = 0,03$) e Socialização ($t = 2,26; p = 0,01$) em que o desenvolvimento dos bebês do Grupo 2 foi melhor em relação aos bebês do Grupo 1. Nas demais áreas não foram observadas diferenças estatisticamente significativas: Linguagem ($t = 0,47; p = 0,31$), Autocuidados ($t = 1,01; p = 0,15$) e Desenvolvimento Motor ($t = 0,72; t = 0,23$). Uma hipótese para o melhor desenvolvimento dos bebês do Grupo 2 pode estar relacionada ao círculo de apoio obtido por esta mãe, que envolve outros parentes auxiliando nos cuidados com a criança, no que se refere aos cuidados diários e até mesmo na estimulação cognitiva. Pesquisas têm apontado para a importância dos suportes sociais na adequação dos comportamentos maternos em relação aos filhos. Autores salientam que os avós têm assumido a responsabilidade de cuidar e educar seus netos, transmitindo aos seus filhos, experiências, valores e crenças acerca do desenvolvimento infantil. Entretanto, existe uma carência de pesquisas sobre a influência dos avós ou mais cuidadores no desenvolvimento da criança.

Apoio: Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP

Palavras-chave: Tipos de Família; Desenvolvimento Infantil; Psicologia do Desenvolvimento
M

DES

AS DEFESAS PSICOLÓGICAS NO ENVELHECIMENTO. *Adriane Provasi**,
Vinicius Alves Ribeiro e Ana Lúcia Gatti* (Universidade São Judas Tadeu. São Paulo – SP)

O envelhecimento populacional tem despertado crescente interesse da comunidade científica para a compreensão das diferentes dimensões envolvidas neste processo. Aspectos da personalidade, e dentre eles os mecanismos defensivos, têm sido apontados como fatores que podem contribuir para a avaliação da qualidade de vida, bem como para o desencadeamento de doenças na velhice. Até hoje, há pouco consenso sobre a magnitude de estabilidade ou de mudança dos mecanismos defensivos ao longo da vida. O objetivo deste estudo foi avaliar o uso de mecanismos defensivos nas diferentes fases do amadurecimento. Participaram da pesquisa 81 pessoas, residentes na Grande São Paulo, com idade superior a 50 anos, de ambos os gêneros, igualmente distribuídas em três grupos, cada um contando com 27 pessoas, em função da faixa etária (Grupo 1: 51-60 anos, média = 56,4 anos ; Grupo 2: 61-70 anos, média= 64,9; Grupo 3: 71-80 anos, média= 73,7), que responderam o *Defense Style Questionnaire* - questionário de estilos defensivos (DSQ-40). O DSQ-40, na versão em português, avalia 20 defesas, que são divididas em três tipos de fatores: maduro, neurótico e imaturo. Aplicada a prova de χ^2 em relação aos fatores defensivos, não foram observadas diferenças estatisticamente significantes entre as três faixas etárias estudadas em relação aos tipos de mecanismos defensivos utilizados. Para o fator maduro obteve-se $\chi^2 = 1,32$, para o fator neurótico $\chi^2 = 1,0$ e para o fator imaturo $\chi^2 = 4,57$ ($\chi^2_c = 5,99$, 2 g.l., $p < 0,05$), o que significa que, nos diferentes grupos estudados, os indivíduos respondem aos conflitos apresentando defesas dos diferentes fatores (maduro, neurótico e imaturo), porém há predominância do fator maduro para todas as faixas etárias: 69,14% se utilizaram mais de defesas maduras, 22,22% mais de neuróticas e 8,64% mais de imaturas. Quando os dados da amostra total são computados pelos diferentes fatores, o $\chi^2 = 48,99$ caracteriza diferenças significantes. Os resultados obtidos são condizentes com a hipótese de que há diminuição de defesas maladaptativas com o avanço da idade. Porém, indivíduos da mesma faixa etária utilizam-se tanto de defesas maduras quanto imaturas, isso denota que a idade não é a única variável a ser considerada na avaliação de aspectos da personalidade. A literatura corrente postula que os fatores genéticos, a história de vida do indivíduo (principalmente, os primeiros anos de vida), a qualidade das interações com o ambiente e o afeto a elas relacionado influenciam substancialmente suas vidas, bem como a manifestação de aspectos da sua personalidade, patológicos ou não, os quais devem ser objeto de esforços integrativos em outras investigações, nas quais sejam também incluídos os mecanismos defensivos. Ainda que a intersecção de tantas variáveis possa ser um projeto extremamente ambicioso, há sugestão de que possa trazer maior compreensão sobre o tema.

Palavras-chave: idoso, instrumentos, adaptação

Outro

DES

REVISTA *PSYCHOLOGY AND AGING*: ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA PUBLICADA SOBRE SAÚDE E ENVELHECIMENTO. *Carla Witter* (Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências do Envelhecimento - Universidade São Judas Tadeu, São Paulo-SP).

A revista ou periódico científico é a forma mais convencional de divulgar a ciência que está sendo produzida em uma determinada área, no caso: o idosos e o processo de envelhecimento. A análise da produção científica é fundamental para a avaliação da evolução do conhecimento de determinada área e, conseqüentemente, verificar lacunas e consolidação das pesquisas, assim como determinar diretrizes e fomentos para o avanço científico. O objetivo geral foi capturar e analisar as publicações sobre saúde e envelhecimento na Revista *Psychology and Aging* da Associação Americana de Psicologia (APA). Os objetivos específicos foram investigar: tipo de estudo, tipo de pesquisa, participantes e instrumentos, ano de publicação e temática. O material foi composto de 78 resumos de artigos, de 1986 até 2010, utilizando as palavras-chave: *healthy and aging*. A revista é especializada no estudo do Envelhecimento na área da Psicologia, teve início em 1986 e sua periodicidade é quadrimestral. Foram analisados os resumos, desde o título até as palavras-chave com a metodologia de pesquisas de produção científica, sendo elaboradas fichas de registro para a tabulação dos dados, conforme a variável, como a temática, foi permitido mais de um registro por artigo. Os resultados permitem observar que no tipo de estudo apenas 4% eram de artigos de reflexão teórica e 96% eram de pesquisas, sendo 92% de pesquisas empíricas. Estas diferenças são estatisticamente significantes, conforme o teste do qui-quadrado e correção de Yates ($X^2_o=55,84$; $X^2_c=3,14$ $p > 0,05$). Dos participantes, 51% eram de pesquisas com grupos de mulheres idosas e 49% de estudos com homens idosos, destes 91% eram com idosos de 65 anos ou mais. O material mais utilizado na coleta de dados foi o Exame Mini Mental (16%). O ano de 2010 (11%) publicou mais artigos sobre o tema. As temáticas mais estudadas foram: diferenças de idade (45%) e as habilidades cognitivas (24%). É possível concluir que houve um predomínio de pesquisas de campo, do tipo empírica, sobre o estudo da saúde e da qualidade de vida nas diferentes idades dos idosos, de 65 até mais de 90 anos, e na avaliação das habilidades cognitivas dos idosos.

Palavras-chave: gerontologia, idosos, metaciência.

M

DES

IDOSOS E ENVELHECIMENTO: REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE JOVENS ESTUDANTES DE PSICOLOGIA. Kamila Braga da Silva*, Aline Maio*, Izabela Aparecida Ugolini Lima* (Curso de Psicologia da Universidade São Judas Tadeu, São Paulo – SP) e Carla Witter (Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências do Envelhecimento - Universidade São Judas Tadeu, São Paulo-SP).

Este estudo trata-se de uma análise da representação social que jovens entre 18 e 25 anos tem sobre o idoso e processo do envelhecimento. Para interpretação e entendimento dessa problemática será utilizando como ferramenta de coleta um instrumento que caracteriza participante e analisa qualitativamente cinco conceitos que o jovem tem ao pensar em idoso e a escala de Diferencial Semântica Avaliando os conceitos “*O velho é*” e “*Quando eu ficar velho serei*”. Participaram deste 60 jovens do sexo feminino e masculino de uma universidade particular de São Paulo, alunos do curso de Psicologia cursando o 1º e 5º ano do curso, a fim de se comparar se existe diferença na maneira de pensar sobre a temática entre as classes, os dados serão analisados através da utilização do Coeficiente de Correlação de Spearman, para verificar se as variáveis estão associadas e qual grau de associação entre elas através de um estudo misto, além do teste qui-quadrado para verificar se existe diferença significativa entre os grupos. A amostra parcial dos resultados deste estudo com sexo feminino do 1º ano nos revela que: 53,5% das alunas têm 18 anos e (13,5%) tem 25 anos, o gênero masculino do mesmo ano possui 20 anos e 22 anos, cada idade com (50%) da amostra. Os conceitos freqüentes ao pensar em idoso das alunas do 1º ano são: experiência com (8%), carinho, respeito e sabedoria com (6,6%). Já o sexo masculino do 1º ano os conceitos que mais se destacam é respeito (13,3%), que também é destaque da amostra do mesmo sexo no 5º ano com (20%), e carinho com a mesma porcentagem. Quanto ao sexo feminino do 5º ano (100%) tem 25 anos e não há conceitos semelhantes entre si e a contraparte da amostra. Já, na escala de diferencial semântica, que avalia os conceitos *o velho é* e *quando eu ficar velho serei* em 40 pares de adjetivos opostos pode-se observar que: o gênero feminino do 1º e 5º ano tiveram em comum os pares de adjetivos: 20, 32 e 34, no conceito *o velho é* “sábio”, “desconfiado” e “generoso”, e no conceito *quando ficar velho serei* o par de adjetivo com maior freqüência é o 20 (“sábio”) para o gênero feminino do 1º ano e do 5º, havendo correlação positiva dentre os pares de adjetivos destacados. Quando ao sexo masculino do 1º ano o par 21 se destaca no conceito *o velho é* “desvalorizado”, os pares 19, 25 e 33 se evidenciam no conceito *quando eu ficar velho serei*: “interessante”, “agradável” e “discreto”, não havendo dados significantes para se comparar com o mesmo gênero do 5º ano. Houve diferença significativa no cálculo do qui-quadrado entre os grupos quanto a percepção do idoso presente (*velho é*) e do futuro (*quando ficar velho*), sendo atribuídos mais pares de adjetivos positivos para quando os jovens forem velhos. Conclui-se que a representação social feminina é mais positiva em relação ao idoso e que os jovens apresentam maior tendência para se avaliarem positivamente quando forem velhos.

Palavras-chave: gerontologia, adolescentes, sociedade.

OUTRO

DES

ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA PUBLICADA NA SCIELO E PsycARTICLES SOBRE FAMÍLIA E IDOSO. *Carla Witter* (Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências do Envelhecimento, Universidade São Judas Tadeu, São Paulo-SP) e *Sueli dos Santos Vitorino*** (Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências do Envelhecimento, Universidade São Judas Tadeu, São Paulo-SP)

A família é fundamental na manutenção da saúde física e mental dos idosos, pois nela está a maioria dos cuidadores desta geração. O objetivo geral deste estudo foi capturar e analisar as publicações sobre *família e idoso* disponíveis na base de dados Scielo e PsycARTICLES, sendo estabelecido como objetivos específicos, investigar as seguintes variáveis: autoria, tipo de estudo, tipo de pesquisa, participante da pesquisa, instrumentos utilizados, revista publicada, ano de publicação e temática. Na Scielo foram analisados 114 resumos de artigos, 1978 à 2010, levantados utilizando as palavras-chave: *família e idoso*. No PsycARTICLES foram 68 artigos, de todos os anos, utilizando as palavras-chave: *elderly e family*. Na Scielo, os resultados mostraram que, na autoria, a múltipla (68%) e o gênero feminino (76%) foram predominantes. No tipo de estudo, a pesquisa de campo foi identificada em 90% dos resumos, sendo 100% do tipo descritivas. Quanto aos participantes, 52% foram feita com idosos acima de 60 anos, por meio de entrevista (39%). A *Revista Caderno de Saúde Pública* contemplou 15% das publicações estudadas e o ano foi de 2008 (21%). Nos resultados do PsycARTICLES, quanto ao tipo de estudo, revelou que apenas 23% eram de reflexão teórica e 76% eram pesquisas, sendo 54% empíricas. Dos participantes, 98% eram humanos, destes 63% dos artigos eram com idosos de 65 anos ou mais. Houve grande dispersão nos materiais utilizados. As duas Revistas com o maior número de publicação sobre o tema foram: *Families, Systems & Health* e *Psychology and Aging* (17%). O ano de 1990 (10%) publicou mais artigos sobre família e idosos. A temática mais estudada foi: os cuidadores (21%), os membros familiares (19%) e a depressão maior (15%). Conclui-se que houve um predomínio de autoria feminina múltipla, de pesquisas de campo, do tipo empírica, porém os delineamentos das pesquisas brasileiras precisam ser mais aprofundados (quase e experimentais) como as estrangeiras. Estudos realizados com idosos acima de 60 anos ocorreram no Brasil e acima de 65 nas publicações estrangeiras. No Brasil, houve o predomínio do uso de entrevistas e maior variedade de instrumentos utilizados na base estrangeira. Houve maior concentração de publicação em uma revista brasileira e duas estrangeiras e a maior quantidade de publicação sobre o tema, no Brasil, ocorreu em 2008 e no PsycARTICLE, em 1990. A realização de novas pesquisas de revisão sistemática é necessária para que sejam produzidos trabalhos de metanálise com análises estatísticas mais complexas que permitam uma melhor compreensão sobre a influência da família no envelhecimento saudável dos idosos.

Palavras-chave: metanálise; envelhecimento; gerontologia.

Mestrado-M

DES

PERSPECTIVAS DE ADOLESCENTES E CUIDADORES SOBRE SAÚDE MENTAL E SERVIÇOS. *Silvia Maués Santos Rodrigues** e Janari da Silva Pedroso* (Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Pará, Belém-PA)

As interações de adolescentes, durante seu desenvolvimento, produzem singularidades relacionadas ao seu contexto bioecológico, com repercussões na compreensão do significado de saúde-doença mental em suas vidas, cujo reconhecimento pode favorecer ações preventivas de saúde. Na investigação destas singularidades realizou-se estudo exploratório em amostra proposital de cem adolescentes pareados com cem cuidadores, obtida em dois contextos clínicos (ambulatórios públicos: especializado e geral) e dois contextos escolares (público e privado), no período de outubro/2009 a junho/2010, na cidade de Belém-PA. Utilizou-se versões para adolescentes e cuidadores dos Questionários de Saúde Mental de *Käppler*, seguidos de análise estatística descritiva e inferencial, com utilização da análise da variância de *Kruskal-Wallis* na comparação dos quatro contextos e correlação de *Spearman* na análise das díades adolescente-cuidador. Na amostra, a média das idades dos adolescentes foi de 14,47 (DP 1,90) anos, sendo 58% do sexo feminino; o tipo de problema de saúde mental relatado pela maioria foram problemas na escola (21,9%); o profissional mais frequentemente procurado foi o psicólogo (59,4%). Quanto ao significado de estar saudável mentalmente, dentre dezesseis variáveis investigadas, adolescentes e cuidadores deram maior importância àquela relativa ao 'comportamento de abster-se de drogas' com médias de 3,49 (DP 1,05) e 3,60 (DP 0,93), respectivamente, e ambos mostraram diferenças estatisticamente significativas apenas para a variável 'ser normal': para os adolescentes do ambulatório especializado foi atribuída maior importância, na comparação com os da escola privada ($Z=-2,237$; $p=0,025$) e para os do ambulatório geral, na comparação com os da escola privada ($Z=-2,137$; $p=0,020$) e escola pública ($Z=-2,038$; $p=0,042$); para os cuidadores do ambulatório geral, na comparação com a escola privada ($Z=-2,412$; $p=0,016$) e para os da escola pública, na comparação com a escola privada ($Z=-2,412$; $p=0,016$); a correlação de *Spearman* revelou correlações positivas para a variável relativa ao 'comportamento de abster-se de drogas' somente para os escolares - da esfera pública ($\rho=0,412$; $p=0,041$) e privada ($\rho=0,736$; $p<0,001$). Quanto ao significado de estar doente mentalmente, dentre dezessete variáveis investigadas, adolescentes e cuidadores, deram maior importância àquela relativa à 'algo a ser considerado com seriedade', com médias de 3,09 (DP 0,95) e 3,48 (DP 0,80), respectivamente e ambos mostraram diferenças estatisticamente significativas para a variável 'quando profissionais como psicólogos ou psiquiatras aconselham um tratamento': para os adolescentes do ambulatório especializado foi atribuída maior importância na comparação com os da escola privada ($Z=-1,994$; $p=0,046$) e com os da escola pública ($Z=-2,838$; $p=0,005$); para os cuidadores dos contextos clínicos, na comparação com a escola privada ($Z=-2,760$; $p=0,006$); a correlação de *Spearman* revelou seis correlações positivas, quatro para o ambulatório geral e uma em cada contexto de escolares e duas correlações negativas no ambulatório especializado. Concluiu-se pela existência de diferenças e semelhanças entre os quatro contextos pesquisados onde destacaram-se, em particular, as discrepâncias nas perspectivas acerca da saúde/doença mental dos adolescentes estudados quando correlacionados com seus próprios cuidadores. Tais achados confirmaram a importância do modelo teórico utilizado e poderão subsidiar ações preventivas e de educação em saúde contextualizadas para a cidade de Belém.

Palavras-chave: psicologia do adolescente. saúde integral do adolescente. saúde da família. compreensão de saúde. cuidadores.

Nível: M - Mestrado

Código: DES

ESTUDO TRANSVERSAL DOS PROCESSOS DE SAÚDE-DOENÇA APRESENTADOS POR CRIANÇAS ACOLHIDAS EM UM ABRIGO INFANTIL.

*Djane Cristina Ribeiro de Araújo** (Universidade Federal do Pará – Belém - PA), *Érica Luana Carneiro Góes** (Universidade Federal do Pará – Belém - PA), *Lilia Iêda Chaves Cavalcante*** (Universidade Federal do Pará – Belém - PA) e *Celina Maria Colino Magalhães*** (Universidade Federal do Pará – Belém - PA).

Há tempos que as crianças pobres têm sido alvo de intervenções sociais por parte do Estado. Em geral, são recolhidas de ambientes marcados pela pobreza e problemas de saúde, e depois, acolhidas em instituições como orfanatos e abrigos, entre outras. A partir da promulgação do Estatuto da Criança e Adolescente (1990), a colocação em instituições de acolhimento passou a ser vista como uma medida de proteção especial, diante de famílias desprovidas de meios para atender às necessidades da criança em uma fase peculiar do seu desenvolvimento. Apesar disso, a longa convivência nesse tipo de instituição também oferece riscos ao seu desenvolvimento, tendo impacto sobre os processos de saúde e doença, uma vez que se constitui em ambiente coletivo de cuidado. Este estudo tem caráter transversal, e neste sentido, aponta para a caracterização dos processos de saúde e doença presentes entre crianças acolhidas em um abrigo infantil em Belém, nos anos de 2004 (n=287) e 2009(n=249). Os dados foram coletados em prontuários médico e social, entre outros documentos da instituição. Como instrumento de registro dos dados foi utilizado formulário adaptado (Weber e Kossobudisk,1996). Dentre os principais resultados, observou-se, em 2009, um número menor de crianças que nasceram de parto prematuro (27,27%) do que no ano de 2004 (45,72%). Em contrapartida, ao se comparar os dois períodos, foi verificado um aumento dos casos de crianças que deixaram de ser amamentadas com leite materno (74,28% *versus* 54,05%). As doenças mais frequentes à entrada no abrigo foram escabiose (18,87% em 2009 e 19,51% em 2004), desnutrição (12,44% em 2009 contra 10,45% em 2004) e pediculose (4,18% em 2009 e 9,23% em 2004), apresentando variações pouco significativas no decorrer de cinco anos. Durante a permanência no abrigo manifestaram gripe e resfriado (41,36%) e diarreia (20,08%), representando um aumento expressivo em relação a 2004, respectivamente de 32,40% e 12,54%. Outra doença que também mostrou maior incidência no período atual foi a varicela, passando de 1,04% (2004) para 10,44% (2009). As doenças apresentadas durante o ingresso no abrigo estão ligadas a maus hábitos de higiene, provavelmente em decorrência da escassez de recursos materiais associados à pobreza. Enquanto as doenças manifestadas durante o acolhimento estão relacionadas à condição de ser a instituição um ambiente coletivo de cuidado, marcado pelo compartilhamento de roupas e brinquedos, o que propicia a disseminação de doenças infectocontagiosas. Faz-se necessário práticas de cuidado mais saudáveis no ambiente institucional, evitando-se o compartilhamento de utensílios. É relevante também a realização de estudos que investiguem mais os impactos dessa forma de cuidado para o desenvolvimento infantil e a promoção da saúde dentro da instituição.

Palavras chave: acolhimento institucional; criança; processos saúde-doença

DES

PRESENÇA DE STRESS E ANSIEDADE NO TERCEIRO TRIMESTRE DE GESTAÇÃO E NO PUERPÉRIO. *Rafaela de Almeida Schiavo* (Universidade Estadual Paulista –UNESP, Bauru, SP) e *Olga Maria Piazzentin Rolim Rodrigues* (Universidade Estadual Paulista –UNESP, Bauru, SP)

Elevados níveis de ansiedade e *stress* na gestação podem provocar riscos à saúde da gestante e do feto. O *stress* e ansiedade materna na fase pré-natal podem causar complicações obstétricas, risco de pré-eclâmpsia, asfixia fetal, nascimento prematuro e baixo peso, além de aumentar o risco à pré-disposição ao desenvolvimento de doenças mentais. Este trabalho buscou avaliar a ansiedade-estado, o *stress* de primigestas no terceiro trimestre de gestação e no pós-parto e, ainda, averiguar ocorrência de depressão pós-parto, associando-os com aspectos da gestação e do puerpério. A pesquisa foi constituída de duas etapas. Na etapa 1, realizou-se coleta de dados no terceiro trimestre de gestação e na etapa 2, após 45 de nascimento do bebê. Na etapa 1 participaram 98 primigestas e aplicou-se os instrumentos IDATE (Inventário de Ansiedade Traço/Estado) e o ISSL (Inventário de Sintomas de *Stress* de Lipp). Destas, 64 também participaram da etapa 2, onde se aplicou os instrumentos IDATE, ISSL, EPDS (Escala de depressão pós-parto de Edimburgo). Os dados foram analisados usando o programa estatístico SPSS for Windows, versão 17.0. Os resultados obtidos na etapa 1 indicaram que 63% das primigestas apresentaram ansiedade-estado controlada e 37% alta ansiedade-estado e, na etapa 2 indicaram que 73% das puérperas manifestaram ansiedade-estado controlada e 27% alta ansiedade-estado. A estatística *t student pareado* indicou que há diferença significativa entre a ansiedade-estado manifestada no terceiro trimestre e no puerpério ($t = 2.36$; $p = 0.021$). Quanto ao *stress* no terceiro trimestre, 78% das participantes o manifestaram sendo que, 56% estavam na fase de resistência, 20% na quase exaustão e 2% na exaustão. Delas, 11% manifestaram sintomas físicos, 86% psicológicos e 3% físicos e psicológicos. No puerpério, 63% manifestaram *stress*, sendo que, 80% estavam na fase de resistência e 20% na de quase exaustão. Delas, 10% manifestaram sintomas físicos, 83% sintomas psicológicos e 7% sintomas físicos e psicológicos concomitantemente. O teste *t student pareado* indicou que existe diferença significativa entre o *stress* manifestado no terceiro trimestre e no pós-parto ($t = 2.20$; $p = 0.03$) e o teste X^2 indicou que há associação entre *stress* e ansiedade, tanto na gestação ($X^2 = 9.32$; $p = 0.002$) como no puerpério ($X^2 = 6.54$; $p = 0.01$). Quanto a manifestação de Depressão Pós-Parto (DPP), 33% manifestaram sintomas. O teste *r* Pearson, indicou que há correlação entre alta ansiedade-estado no terceiro trimestre e a manifestação de DPP ($r = 0.39$; $p < 0.001$) e entre a alta ansiedade-estado no puerpério e a manifestação de DPP ($r = 0.77$; $p < 0.001$). O teste *p* Spearman, indicou que há correlação entre o *stress* no terceiro trimestre e a manifestação de DPP ($P = 0.45$; $p < 0.001$) e a manifestação de *stress* no puerpério e a manifestação de DPP ($P = 0.60$; $p < 0.001$). Grande parte das participantes apresentaram *stress* tanto na gestação como no puerpério. A alta ansiedade estado também foi observada em pelo menos um terço das participantes, nas duas avaliações conduzidas. Tais resultados parecem guardar uma estreita relação com a presença da depressão pós-parto observada no puerpério, em níveis acima do relatado na literatura, principalmente internacional, indicando relação entre ansiedade e *stress*.

Bolsa: CAPES PROPG

Palavras-chave: Stress. Ansiedade. Depressão pós-parto.

Mestrado

Código da área da psicologia: DES Psicologia do Desenvolvimento

ASSOCIAÇÃO ENTRE ANSIEDADE GESTACIONAL E DADOS A RESPEITO DA GESTAÇÃO E NASCIMENTO DO BEBÊ. *Rafaela de Almeida Schiavo* (Universidade Estadual Paulista-UNESP, Bauru, SP) e *Olga Maria Piazzentin Rolim Rodrigues* (Universidade Estadual Paulista-UNESP, Bauru, SP)

A ansiedade provocada pelo estado gestacional da mulher pode torná-la vulnerável ao desenvolvimento de perturbações emocionais, podendo se manifestar por pensamentos repetitivos acerca da mesma e do bebê, por alterações do humor, irritabilidade, vulnerabilidade emocional, *stress*, insônia, sintomas depressivos etc. O presente trabalho buscou investigar a associação entre ansiedade-estado no terceiro trimestre de gestação em primigestas com variáveis sociodemográficas, dados da gestação e dados referentes ao parto, nascimento e cuidados com o bebê. A pesquisa constituiu-se de duas etapas, participando destas 64 mulheres. Na etapa 1, os dados foram coletados no terceiro trimestre de gestação e na etapa 2, após 45 de nascimento do bebê, caracterizando-se como pesquisa longitudinal. Na etapa 1 aplicou-se os instrumentos IDATE (Inventário de Ansiedade Traço/Estado) e uma Entrevista Inicial para coleta dos dados sociodemográficos, da saúde durante a gestação e expectativas com relação à mesma. Na etapa 2, aplicou-se um Questionário para obter dados a respeito do parto, nascimento e rotina de cuidados com o bebê. Os dados do IDATE, da Entrevista Inicial e do Questionário foram analisados usando o programa estatístico SPSS for Windows, versão 17.0. O teste de associação utilizado foi o X^2 adotando-se $p < 0.05$ como nível crítico. Os resultados indicaram que 63% das primigestas apresentaram ansiedade-estado controlada e 37% alta-ansiedade estado no terceiro trimestre. Analisando aspectos coletados na entrevista inicial, encontrou-se associação entre ansiedade-estado controlada e elevada escolaridade ($p < 0.05$) e o planejamento da gravidez ($p < 0.001$). A alta-ansiedade estado, foi associada, ao fato de ter passado por ameaça de aborto ($p < 0.05$) e o não desejo da gestante e/ou do parceiro pela gravidez ($p < 0.001$). Em relação aos dados obtidos da aplicação do questionário, observou-se que há associação entre a alta-ansiedade estado no terceiro trimestre de gestação e o atribuir características negativas por parte mãe ao bebê ($p < 0.05$), tais como: chorão, bravo, doente, triste e inquieto. Assim, podemos concluir que elevado nível de escolaridade e planejar a gravidez, podem ser fator protetivo contra manifestação de alta-ansiedade estado no final da gestação, e ter passado por ameaça de aborto, não ter desejado a gravidez e/ou o parceiro não ter a desejado, pode ser considerado fator de risco para que a mulher manifeste alta-ansiedade estado, no final da gestação. A manifestação da alta-ansiedade estado no final da gravidez pode influenciar na percepção da mãe das características de seu bebê, atribuindo a ele características negativas, ou a alta-ansiedade estado na gestação, pode de fato influenciar no comportamento do bebê, sendo a percepção da mãe em relação ao bebê verdadeira. Pesquisas ainda devem ser realizadas para melhor compreensão desse fato visto que a alta-ansiedade gestacional pode trazer conseqüências tanto para a mulher como para o bebê. Medidas de prevenção como o oferecimento de programas de atenção à gestante e apoio psicossocial, poderiam minimizar os problemas decorrentes da alta-ansiedade durante a gravidez, contribuindo para uma vivência mais saudável da gestação, prevenindo perturbações obstétricas e patológicas, para a mãe e para o bebê.

Bolsa: CAPES PROPG

Palavras-chave: Ansiedade. Gestação. Primigestas.

Mestrado

Código da área da psicologia: DES Psicologia do Desenvolvimento

CUIDADORES DE IDOSOS: ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NA SCIELO. *Fernanda de Franco Françoso**, *Caroline Leonor da Silva**, *Ester Barbosa Moura da Costa**, *Marcelo de Almeida Buriti***, *Marianna Barbosa Yamaguchi** e *Thiago Vinicius Monteleone** (Universidade São Judas Tadeu, São Paulo – SP)

Quando a integridade física, mental e social de um idoso é comprometida, gerando dependência, surge o papel do cuidador, e este muitas vezes devido a sobrecarga de suas atividades se desgasta tanto fisicamente quanto mentalmente. Partindo da importância do cuidador na vida do idoso e da necessidade de conhecer melhor essa área, objetivou-se analisar a produção científica sobre o tema Cuidadores de Idosos na base de dados Scielo, no período de julho de 2005 a julho de 2010, e especificamente verificar e analisar os vocábulos dos títulos dos artigos, o gênero e instituições dos autores, os tipos de estratégia, delineamento, análise de dados, instrumentos e tipologia utilizada. Foi realizado uma revisão sistemática utilizando a palavra chave “Cuidadores de Idosos” na base de dados SciELO e selecionou-se todos os artigos publicados entre julho de 2005 a julho de 2010, excluindo-se as repetições, contou-se com 46 artigos, publicados em revistas relacionadas à Enfermagem, Psiquiatria, Odontologia, Ciências Sociais e Psicologia. Os artigos foram baixados, impressos e organizados separadamente por ano de publicação. Após a classificação, os dados foram organizados em gráficos e tabelas com a utilização da planilha eletrônica Excel e transferidos para o programa de computação Statistical Package for the Social Sciences (SPSS), versão 12.0.1 for Windows, para execução da análise dos dados, utilizando o Qui- Quadrado. O nível de significância utilizado foi de 0,05, padrão usado nas áreas de ciências humanas e do comportamento. A análise mostrou predomínio de autoria feminina com 79,01% ($\chi^2_0= 54,54$; $p<0,01$); instituições públicas com 51,43% ($\chi^2_0=14,51$; $p=0,001$); tipologia descritiva com 86,96% ($\chi^2_0= 94,34$; $p<0,01$); estratégia de campos com 82,61% ($\chi^2_0= 19,56$; $p<0,01$); delineamento de levantamento com 73,91% ($\chi^2_0= 37,34$; $p<0,01$); utilização de entrevistas com 36% ($\chi^2_0= 112,6$; $p<0,01$); análise de dados mista com 50% ($\chi^2_0= 17,52$; $p<0,01$) e até 12 vocábulos nos títulos com 60,87% ($\chi^2_0= 2,174$; $p= 0,14$). As produções vêm seguindo as técnicas científicas com até 12 vocábulos nos títulos. Quanto aos autores e as instituições, o gênero feminino e as universidades públicas predominantemente tem se interessado mais pela temática, utilizando em geral pesquisas descritivas, estratégia de campo, delineamento de levantamento, análise de dados mista e entrevista para coleta de dados. Conclui-se que é necessário maior produção científica sobre o tema Cuidadores de Idosos para conhecer e analisar mais profundamente as influências e dificuldades vivenciadas pelo cuidador e conseqüentemente proporcionar reflexões e partilhar conhecimentos tanto para os pesquisadores, como para a sociedade em geral, resultando em uma melhoria no processo de cuidar.

Palavras-Chave: Metaciência, Dependência Funcional, Envelhecimento. Iniciação Científica- IC (Trabalho de Graduação)

DES

MEMÓRIA E CAPACIDADE FUNCIONAL EM IDOSOS DO ALTO DO TIETÊ E DO ALTO DA MOOCA. *Marianna Barbosa Yamaguchi**, *Marcelo de Almeida Buriti***, *Caroline Leonor da Silva**, *Ester Barbosa Moura da Costa**, *Fernanda de Franco Françoso e Thiago Vinicius Monteleone** (Universidade São Judas Tadeu, São Paulo – SP)

A partir dos problemas biopsicossociais, resultantes da perda da autonomia por incapacidade funcional e/ou por *déficit* cognitivo. Objetivou-se verificar a relação entre memória e capacidade funcional, analisar as limitações físicas das idosas em atividades da vida diária; verificar o estado geral de saúde e verificar possíveis alterações cognitivas. Foram utilizadas avaliações exploratórias, cuja composição baseou-se em dois testes, um avalia a orientação temporal, espacial, registro, memória imediata, cálculo, memória recente e linguagem e o outro explora a capacidade funcional de acordo com atividades diárias. Um questionário também foi utilizado com a finalidade de avaliar o estado geral de saúde de 40 idosas de duas regiões do estado de São Paulo. As 20 participantes do Alto do Tietê apresentaram uma idade média de $66 \pm 5,00$ anos. Estas 65% possuem pressão alta, 40% dores de cabeça, 35% colesterol alto, 15% diabetes e 75% fazem uso de medicamentos relacionados às patologias. Na verificação de possíveis alterações cognitivas, o desempenho das participantes no primeiro teste correspondeu a $23,80 \pm 2,64$ pontos como média total, sendo $19,50 \pm 0,70$ pontos em indivíduos sem escolaridade, $24,20 \pm 2,36$ pontos em ensino fundamental e $24,66 \pm 2,51$ pontos em ensino médio. A maior pontuação das idosas no deste teste correspondeu a uma média de 0,95 pontos, do total de 1 ponto para acertos, nos itens memória imediata e linguagem, apresentaram 0,93 pontos em memória temporal, 0,80 pontos em memória espacial, 0,71 pontos em memória evocada e 0,32 pontos em cálculo. Já as 20 idosas do Alto da Mooca apresentaram idade média de $75 \pm 5,15$ anos, das quais 45% possuem pressão alta, 15% dores de cabeça, 20% colesterol alto, 25% diabetes e 75% relataram fazem uso de medicamentos relacionados às patologias. O desempenho das participantes, em relação ao teste correspondeu a $26,6 \pm 3,8$ pontos como média total, 55% relataram freqüentar o ensino fundamental e 30% o ensino médio, sendo que 15% das idosas não informaram a escolaridade. A maior pontuação das idosas no teste correspondeu a 1 ponto nos itens memória imediata, orientação espacial, apresentaram 0,95 pontos em linguagem, 0,97 pontos em memória temporal, 0,68 pontos em memória evocada e 0,74 pontos em cálculo. Conclui-se que os fatores patológicos do estado geral de saúde se apresentam em uma faixa de frequência baixa nas idosas, não havendo correlação entre as variáveis analisadas.

A apresentadora é Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Palavras-chave: função cognitiva, atividade da vida diária, senescência.

Iniciação Científica- IC (Trabalho de Graduação)

DES

DOENÇA DE ALZHEIMER: ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NA BASE DE DADOS SCIELO. *Caroline Leonor da Silva**, *Ester Barbosa Moura da Costa**, *Fernanda de Franco França**, *Marcelo de Almeida Buriti***, *Marianna Barbosa Yamaguchi** e *Thiago Vinicius Monteleone** (Universidade São Judas Tadeu, São Paulo – SP)

A Doença de Alzheimer caracteriza-se por um tipo de demência de causa e cura ainda pouco conhecidas, que afeta milhões de pessoas em todo o mundo, sendo em sua grande maioria idosos. A falta de evidências sobre esta patologia traz consigo a necessidade de se analisar a produção científica sobre tal fenômeno, já que esta é um processo constante de busca pelo conhecimento, constituindo um ponto de partida para avaliação mais abrangente desta área. A partir disto objetivou-se levantar e analisar as produções publicadas, no período de 2005 a 2010, na base de dados Scielo sobre a Doença de Alzheimer, especificamente quanto às variáveis: instituições em que os autores estão vinculados, tipo de estudo, análise de dados, estratégia de pesquisa e delineamento utilizado. Foram analisados 108 artigos, sendo 54 nacionais e 54 internacionais, dos quais os resultados quanto às instituições em que os autores estão vinculados apontaram uma diferença estatisticamente significativa, com $\chi_o^2 = 25,92$ ($\chi_c^2 = 5,99$.; n.sig = 0,05 e ngl. = 1), favorável às instituições públicas. Quanto à tipologia dos trabalhos temos $\chi_o^2 = 3,8$ ($\chi_c^2 = 7,81$.; n.sig = 0,05 e ngl = 3), observando não haver diferença estatisticamente significativa entre elas, sendo os trabalhos realizados tanto de forma teórica como de pesquisa. Na análise dos dados verificou-se que 59,26% dos trabalhos foram avaliados qualitativamente e 12,96% de forma mista. Quanto à estratégia de pesquisa, a mais utilizada foi a documental observando-se $\chi_o^2 = 4,52$ ($\chi_c^2 = 3,84$.; n.sig = 0,05 e ngl = 1), tendo assim diferença estatisticamente significativa entre as demais. Já na distribuição quanto ao delineamento de pesquisa, o mais utilizado foi o de levantamento, atingindo 71,79% entre os artigos analisados. A partir destes resultados, conclui-se que, nos trabalhos estudados, os autores, em sua maioria, estão vinculados a instituições públicas, apontando assim a necessidade de se produzir um maior número de pesquisas em instituições privadas. Há um equilíbrio quanto à tipologia de trabalho, tendo em sua maioria uma análise qualitativa. Quanto à estratégia de pesquisa, a mais utilizada foi a documental, tendo um predomínio do delineamento de levantamento, o que evidencia uma carência de estudos de campo e experimentais nesta área. A partir destes resultados fica evidente a necessidade de maior produção e publicação de pesquisas e estudos sobre esta demência a fim de aumentar o conhecimento e se poder ter mais estratégias para conhecê-la e combatê-la.

Palavras-chave: Demência, Envelhecimento, Produção Científica.
Iniciação Científica- IC (Trabalho de Graduação)

DES

METAS E ESTRATÉGIAS DE SOCIALIZAÇÃO ECONÔMICA PARENTAL. *Irani Lauer Lellis*** (Programa de Pós Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém-PA), *Iani Dias Lauer Leite* (Universidade do Oeste do Pará, Santarém-PA) e *Celina Maria Colino Magalhães* (Programa de Pós Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém-PA)

As metas e estratégias de socialização econômica parental fazem parte dos elementos que interagem e influenciam o desenvolvimento infantil, pois compõem o contexto sociocultural em que esse desenvolvimento acontece. Conforme a literatura, os pais são os principais agentes de socialização para a alfabetização econômica dos filhos. Apesar de este ser um tema vastamente estudado em outros países, no Brasil as pesquisas são poucas. O objetivo deste estudo é investigar quais são as metas e estratégias de socialização econômica parental. Foi estudada uma amostra de 24 pais entre 27 e 48 anos, sendo 8 do sexo masculino e 16 do sexo feminino com renda econômica variadas. A coleta de dados ocorreu através de entrevista estruturada, construídas a partir da entrevista de metas de socialização, presente na literatura. A versão adaptada do instrumento é formada por duas perguntas abertas que foram feitas individualmente às mães: 1. Que qualidades econômicas você desejaria que seu filho (a) tivesse como adulto? 2. O que você acha que é necessário para que ele (a) possa desenvolver essas qualidades? As discussões foram gravadas, transcritas e submetidas à análise dos dados, mediante a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo. Os resultados apontaram três metas econômicas referentes às qualidades econômicas que os pais desejam para os filhos: 1) Estabilidade financeira, sendo sinônimo de boa profissão e salário, 2) Econômicos, aprendendo a poupar no presente para se ter no futuro e 3) Homens de caráter, sendo bons cidadãos. O significado de qualidades econômicas no Discurso do Sujeito Coletivo dos pais aparece como um instrumento que direciona as suas atividades, as expressões destacam um discurso permeado pela busca de segurança financeira e ainda dinheiro para realizar atividades de lazer e adquirir bens materiais que os classificariam como ricos ou pertencentes à classe média. Outro discurso coletivo evidencia o medo dos pais de que os filhos mediante a aquisição de dinheiro se desviem dos valores ensinados, tornando-se desonestos ou mesquinhos. Em relação às estratégias econômicas o discurso coletivo parental mostra o que os pais acham necessários para desenvolver as qualidades descritas acima, sendo elas: 1) Importância de ensinar os filhos a administrar o dinheiro desde cedo, 2) Necessidade de dar exemplo, baseado na crença de que os filhos imitam o comportamento dos pais, 3) Proporcionar estudo de qualidade, 4) Dar mesada e 5) Estimular os filhos a se aproximarem de pessoas consideradas da alta sociedade. O trabalho permite uma reflexão sobre o papel dos pais na socialização econômica, podendo possibilitar o desenvolvimento de estratégias eficazes em relação à melhor maneira de investigar a educação econômica. Este estudo é de caráter exploratório e abre um caminho de pesquisa para outros contextos que também sofrem com mudanças econômicas.

Apoio Financeiro: CNPQ

Palavras-chaves: Psicologia Parental, Socialização Econômica, Metas de Socialização.

Nível do trabalho: D

Código da área da psicologia: DES

OS CUIDADOS COM O SONO E A INTERAÇÃO EDUCADOR-CRIANÇA EM AMBIENTE DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL. *Tamires Santos Rufino e Silva** (Universidade Federal do Pará – Belém - PA), *Laiane da Silva Corrêa*** (Universidade Federal do Pará – Belém - PA), *Lilia Iêda Chaves Cavalcante*** (Universidade Federal do Pará – Belém - PA) e *Celina Maria Colino Magalhães*** (Universidade Federal do Pará – Belém - PA)

Dados da literatura indicam a importância das interações educador-criança no momento do sono, tendo em vista que é uma prática de grande relevância para o desenvolvimento infantil e sua presença é constante nas rotinas de cuidado em instituições de atenção à primeira infância. Este trabalho abordará em particular o papel destas atividades na ecologia do cuidado em ambiente de acolhimento institucional. O estudo objetivou investigar as estratégias utilizadas pelos educadores que influenciam no momento de sono das crianças. Participaram da pesquisa 10 educadoras responsáveis pelo cuidado diário a crianças em uma instituição de abrigo, assim como 62 crianças na faixa etária de zero a seis anos, de ambos os sexos. Os dados foram obtidos a partir de sessões de observação filmadas, que tiveram duração de uma hora cada, totalizando doze sessões para cada participante. As sessões foram realizadas em momentos diferentes da rotina de cuidado dos educadores, compondo uma sequência de quadro dessa realidade. A partir das filmagens, fez-se um recorte de trechos de episódios interativos entre o educador e a criança em situação de sono. Os resultados indicam que o sono das crianças se dá a partir do retorno ao dormitório após o almoço. O momento compreende práticas das educadoras voltadas ao aconchego do ambiente, tornando assim o local tranquilo, calmo e propício ao sono da criança. Uma das formas que se encontra para tornar o ambiente aconchegante para a criança é deixá-la com roupas adequadas e limpas. Outro aspecto que parece ser relevante é o esforço das educadoras para tornar o ambiente favorável ao sono. Para tanto, fecham as cortinas e colocam lençóis na porta, o que impede a passagem da luz externa, deixando o ambiente com uma leve penumbra. Nestes momentos as educadoras recorrem a diversas estratégias para fazer a criança dormir, como, propiciar contato físico afetuoso, estimular conversas, cantar músicas, histórias infantis, entre outras. Uma prática encontrada entre as educadoras é deitar com a criança na cama, ninando-a. Verifica-se também que alguns diálogos versam sobre o resgate da figura familiar, quando falam dos irmãos, pais e demais familiares da criança, bem como reforçam socialmente aquelas que no grupo conseguem dormir mais rápido e tranquilamente. Observou-se que algumas educadoras arrumam as crianças ao despertar, especialmente as meninas, penteando e amarrando o cabelo. Percebe-se que esta prática é marcada por instruções de algumas educadoras que incentivam as crianças a lavarem o rosto, fazerem as necessidades fisiológicas, arrumar suas camas, além de calçar as sandálias, para então irem lanchar. Os dados deste trabalho revelam como é essencial a presença e a interação do educador com a criança em situação de sono, especialmente em ambiente de acolhimento institucional, onde estas têm seus vínculos afetivos fragilizados, visto que é um momento de intimidade e de intensas trocas afetivas, que fornecem elementos para o estabelecimento de um senso de segurança para a criança. Logo, pensar em situações que privilegiam condições favoráveis ao sono da criança requer da educadora a compreensão da importância deste momento na rotina de cuidados.

Palavras-chaves: sono; interação educador-criança; acolhimento institucional.

Nível do trabalho: Iniciação científica – IC

Código da área da Psicologia: DES

INTERAÇÃO EDUCADOR-CRIANÇA NO MOMENTO DA ALIMENTAÇÃO EM AMBIENTE DE ABRIGO. *Tamires Santos Rufino e Silva** (Universidade Federal do Pará – Belém - PA), *Laiane da Silva Corrêa*** (Universidade Federal do Pará – Belém - PA), *Lilia Iêda Chaves Cavalcante*** (Universidade Federal do Pará – Belém – PA) e *Celina Maria Colino Magalhães*** (Universidade Federal do Pará – Belém - PA)

Dados da literatura indicam que a relação educador-criança no momento da alimentação é primordial para o desenvolvimento da criança, sobretudo para as que vivem em ambiente de abrigo, visto que atende uma necessidade básica desta. Além disso, geralmente esta atividade ocupa um tempo considerável nas rotinas de cuidado do educador e exige um alto investimento nas práticas adotadas por este. O trabalho teve como objetivo investigar as variáveis sócio-demográficas dos educadores e as estratégias utilizadas por estes, que podem influenciar na interação educador-criança no momento da alimentação. Participaram da pesquisa 10 educadoras responsáveis pelo cuidado diário a crianças em uma instituição de acolhimento infantil, assim como 62 crianças na faixa etária de zero a seis anos, de ambos os sexos. Os dados foram obtidos a partir de sessões de observação filmadas, que tiveram duração de uma hora cada, totalizando doze sessões para cada participante. As sessões foram realizadas em momentos diferentes das rotinas de cuidado por parte dos educadores, compondo uma sequência de quadro dessa realidade. A partir das filmagens, fez-se um recorte de trechos de episódios interativos entre o educador e a criança em momentos de alimentação. Os resultados indicam que variáveis sócio-demográficas como o tempo de serviço, idade, escolaridade e a condição de ter ou não filhos têm influência no modo como as educadoras conduzem o momento da alimentação. Observou-se ainda que a idade e a quantidade de crianças, além da presença de mais uma educadora junto à criança, exercem forte influência na interação educador-criança em situação de alimentação. Verificou-se que as principais estratégias utilizadas pelos educadores nesta situação envolvem orientação e supervisão da atividade, intervindo quando necessário, principalmente nos casos em que há recusa ou demora por parte da criança em ingerir o alimento que lhe foi oferecido, ensinamentos dados pela educadora sobre como comporta-se à mesa, conversas que visam conhecer os hábitos e preferências alimentares das crianças, assim como buscam evitar o desperdício de comida. Para isso, são usados jogos com disputas, elogios e prêmios para quem consegue se alimentar da maneira considerada mais adequada: com autonomia e sem sobras de comida ou bebida. Também estão presentes diálogos que versam sobre a vida da criança antes dela vir para o abrigo. Chama atenção o fato das educadoras se interessarem pelas preferências da criança durante o tempo vivido em família. Assim, fica a impressão de que as educadoras procuram manter viva a memória da convivência familiar, o que pode ser fundamental para as crianças que estão em processo de retorno ao convívio com os pais e membros da família de origem. Os dados deste trabalho revelam que as variáveis sócio-demográficas influenciaram significativamente a interação educador-criança em situação de alimentação, e as estratégias utilizadas nestes momentos podem ser fundamentais ao desenvolvimento infantil saudável, pois estimulam habilidades motoras, cognitivas e sociais, trabalhando a noção de independência.

Palavras-chaves: alimentação; interação educador-criança; acolhimento institucional

Nível do trabalho: Iniciação Científica – IC

Código da área da Psicologia: DES

ESTILOS E PRÁTICAS PATERNAS E A INFLUÊNCIA DA IDADE DO BEBÊ.
*Luiza Calori Domingues**, *Olga Maria Piazzentin Rolim Rodrigues*, *Bárbara Camila de Campo* e *Elisa Rachel Altafim** (Psicologia Unesp, Bauru –SP)

As práticas educativas de mães e pais possuem uma função primordial no desenvolvimento das crianças e uma estreita relação com os seus repertórios comportamentais. A identificação e descrição das práticas parentais que estão presentes no repertório dessa população ampliarão o conhecimento que se tem a esse respeito e poderão ajudar na elaboração de projetos visando orientar pais e mães com relação ao comportamento parental. As formas como os pais interagem e educam seus filhos podem, promover comportamentos socialmente adequados e favorecer o surgimento e/ou manutenção de comportamentos inadequados. O objetivo do presente projeto foi verificar se há diferença entre os estilos e as práticas parentais paternas com relação à idade dos filhos. Participaram 33 pais de bebês, com idade entre 20 e 48 anos de idade (Média = 30; Med=30; DP= 7,28), prevalecendo entre eles escolaridade entre superior a ensino médio completo (54%). Dos bebês, a idade variou de um a 12 meses (Média=3; Med=4,33; DP= 3,39), sendo 18 (54%) meninos e 15 (46%) meninas. Os participantes eram pais de bebês que freqüentavam o projeto de extensão “Acompanhamento do desenvolvimento de bebês de risco: avaliação e orientação” oferecido pelo Centro de Psicologia Aplicada (CPA), da UNESP, Bauru/SP. No processo de coleta de dados, foi realizada primeiramente uma Entrevista Inicial a fim de coletar informações sociodemográficas do bebê e de sua família. Os dados foram coletados no CPA em horário previamente agendado. Para a avaliação das práticas parentais foi utilizado o “Inventário de Estilos Parentais para Pais e Mães de Bebês” (IEPMB). Os resultados obtidos mostraram que os pais de bebês mais novos (1 a 5 meses) apresentaram pontuação média de 11,45 (Med= 11,1; DP=5,05) e os pais de bebês mais velhos (6 a 12 meses) apresentaram pontuação média de 9,27 (MD= 8,55; DP= 4,47). Avaliando as práticas educativas positivas observou-se que os pais dos bebês mais velhos apresentam pontuação média de 9,33 (MD=9,5; DP= 0,66) e os pais de bebês mais novos a média foi 8,31 (Med=9; DP=1,26). Quanto as práticas negativas os pais de bebês mais novos apresentaram média de 5,68 (Med=6; DP=3,05) e os pais de bebês mais velhos a pontuação média foi 8,75 (Med=9,5; DP=2,66). Observa-se que o resultado de estilos parentais piores observados nos pais de bebês mais velhos se dá pela utilização de menos práticas positivas e mais negativas com seus bebês. Os resultados apontam que os estilos e as práticas paternas pioram à medida que o bebê cresce provavelmente porque o mesmo é mais ativo no seu ambiente e os pais não sabem estabelecer rotina, regras e, também, consenquenciar bons comportamentos dos seus bebês. Intervenções sobre práticas educativas envolvendo pais poderiam promover a aquisição de bons comportamentos desde muito cedo na vida da criança.

Apoio: FAPESP (* bolsistas) e Proex.

Palavras Chave: Práticas parentais, Estilos Parentais, Paternidade.

IC

DES

ENVELHECIMENTO E SEXUALIDADE: ANÁLISE DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA NA BASE LILACS. *Daiana Santana Monteiro Albuquerque** (Universidade São Judas Tadeu, São Paulo/SP), *Mei Narie Yamada Goia** (Universidade São Judas Tadeu, São Paulo/SP), *Patrícia do Nascimento Tavares** (Universidade São Judas Tadeu, São Paulo/SP) e *Marcelo de Almeida Buriti*** (Universidade São Judas Tadeu, São Paulo/SP)

Estudos metacientíficos sobre envelhecimento e sexualidade possibilitam compreensão e ampliação de conhecimentos sobre o fenômeno contribuindo, por sua vez, para o aumento da qualidade de vida do ser humano e desenvolvimento científico. Tendo em vista a relevância do tema, objetivou-se com esta pesquisa levantar e analisar a produção científica produzida acerca do tema envelhecimento e sexualidade. O método utilizado constituiu-se por levantamento de artigos de periódicos indexados na base de dados *Lilacs* (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde) no período de 2000 a 2010 sendo localizadas 128 pesquisas. Procedeu-se com as leituras, excluindo os artigos cuja temática não fosse compatível com o tema a ser estudado e artigos de periódicos cujo texto completo não estava indexado, restando apenas 17 artigos sendo 10 de literatura internacional e sete nacionais. Realizou-se a leitura e tabulação dos artigos em planilha eletrônica de acordo com as categorias gênero, autoria, instituições produtoras, temática, tipos de pesquisa, instrumentos utilizados, tipo de análise de dados, correlação entre objetivos propostos e conclusão e tipo de literatura utilizada. Verificou-se que 62,5% das publicações são de autoria múltipla e gênero feminino enquanto 34,9 % das produções são de autoria masculina, o $\chi_o^2 = 0,31$ e $\chi_c^2 = 3,84$, não existe diferença estatisticamente entre gêneros e múltiplas autorias. As instituições públicas são as que mais produzem compreendendo 41,17%. Entre as temáticas que mais aparecem nas publicações estão sexualidade, com 48,57% seguido de envelhecimento com 40%, o $\chi_o^2 = 0,29$ e $\chi_c^2 = 3,84$, não existe diferença estatisticamente entre os temas estudados. Quanto à análise dos dados, há preferência entre os autores por pesquisas descritivas com análise qualitativa dos dados compreendendo 66,67% das publicações seguido de análise quantitativa com 22,22%. Dentre os artigos analisados, 52,94% não se utilizaram de instrumentos em suas pesquisas enquanto aquelas com uso de entrevista e questionário somaram 23,53% cada. Verificou-se que em 52,94% dos artigos os objetivos foram atendidos na conclusão seguido dos parcialmente com 41,18%. A literatura mais utilizada entre os autores foi livros, correspondendo a 52,02% seguido de artigos de periódicos com 40,43%. Conclui-se, portanto, que há necessidade de ampliar a produção científica acerca do tema envelhecimento e sexualidade; o gênero feminino foi quem mais produziu pesquisas; há preferência entre os pesquisadores por autoria múltipla; as instituições públicas são as quem mais produz haja vista investimento financeiro e recursos recebidos; na maioria das publicações a temática envelhecimento e sexualidade foi desenvolvida em todas as produções; a pesquisa do tipo descritiva com análise qualitativa foi a mais utilizada entre os pesquisadores; a maioria dos pesquisadores não fez uso de instrumentos em sua pesquisa o que pode indicar falta de instrumentos precisos para mensuração desta temática; na maioria das produções a conclusão responde aos objetivos propostos e a literatura preferida entre os pesquisadores foram os livros o que pode confirmar a falta de produções de artigos acerca do referido tema.

Patrícia do Nascimento Tavares - bolsista do Regime de Iniciação Científica (RIC) da Universidade São Judas Tadeu.

Palavras-chave: Metanálise. Idoso. Comportamento Sexual.

IC

DES

TERCEIRA IDADE E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO: À LUZ DE UMA NOVA VISÃO. *Fernando Ferreira Fernandes**, *Marcelo de Almeida Buriti e Natalia Fabris Martins** (Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, SP).

Devido ao fenômeno do aumento populacional da terceira idade no Brasil e ao crescimento exponencial da utilização da internet por parte da população mundial, surge a necessidade de compreender se o idoso tem acompanhado e se adaptado à era digital. A presente pesquisa objetivou comparar, entre idosos, se a internet vem ou não, sendo mais utilizada em relação aos últimos anos, o estado de espírito destes idosos em relação a sua independência, e a utilização de alguns componentes da internet. A amostra foi composta por 44 voluntários, divididos em dois grupos. O Grupo A, composto de 21 homens, representando 47,72% da amostra total. Os participantes neste grupo tinham a idade variando entre 60 e 87 anos com uma média de 70 anos. E o Grupo B, composto de 23 mulheres, representando 52,27% da amostra total com a idade variando entre 60 e 77 anos em uma média de 65 anos. Para a realização da pesquisa, foi utilizado um questionário estruturado, aplicado em uma entrevista individual, em um parque da zona sul da cidade de São Paulo. A pesquisa foi aprovada pelo CEP sob o protocolo 034/2010. Os principais resultados revelaram que 50% da amostra total (n=44) faz o uso da internet, destes 50%, 68,18% começaram a utilizar a internet há, no máximo, 6 anos. Em relação ao Grupo A, do rol de perguntas realizadas sobre sentimentos de independência, obteve-se uma média de 4,43 em sentir-se muito independente. A menor média foi a de 2,65 sobre os voluntários não acharem que devam correr riscos para viver novas situações. Para verificar se existia correlação significativa entre os dois grupos, aplicou-se o teste de correlação de Spearman, o $r_o=0,57$ e $r_c=0,63$, neste caso, apontou para a não existência de uma correlação significativa entre os grupos. Quanto a finalidade do uso da internet, o mesmo grupo demonstrou como maior resultado, a média de 3,5 para notícias. Como menor média, obteve-se jogos interativos / classificados / pesquisas de preços, empatado com o resultado de 1,10 em, compras em lojas, shoppings ou supermercados. Novamente, para verificar se existia alguma correlação significativa entre os dois grupos, aplicou-se o teste de correlação de Spearman e pode-se observar, $r_o=0,55$ e $r_c=0,51$, ou seja, existe correlação significativa entre os grupos para este caso. Para o Grupo B, sobre sua independência, a maior média foi a de 4,10 em relação a pergunta de fazerem somente o que gostam. O menor resultado foi igual ao do Grupo A, 2,52 dos voluntários não acham que devam correr riscos para viver novas situações. O maior resultado, quanto a finalidade, obteve-se uma média de 3,58 para e-mail / correio eletrônico e menor resultado para erotismo, com uma média de 1,25. Uma das conclusões que podem ser levantadas é que houve um aumento expressivo de idosos que utilizam a Internet, levando-se em consideração os últimos 6 anos.

Palavras-chave: Internet, Envelhecimento, Independência.

IC

Psicologia do Desenvolvimento.

TERCEIRA IDADE E UTILIZAÇÃO DO COMPUTADOR: UMA COMPARAÇÃO ENTRE BASES DE DADOS (SCIELO E SCOPUS). *Fernando Ferreira Fernandes**, *Marcelo de Almeida Buriti* e *Natalia Fabris Martins** (Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, SP).

Houve um crescimento exponencial de idosos nos últimos anos. Pode-se observar também um frenético avanço tecnológico no que tange à tecnologia da informação. Devido a isto, uma análise meta científica foi realizada para desvelar se pesquisadores estão dando a devida atenção a esta área, que representa nosso próprio futuro. Objetivou-se, de forma geral, levantar as pesquisas sobre o uso do computador e os idosos nos últimos doze anos. Especificamente, os objetivos foram os de verificar e analisar as informações dos artigos obtidos nas bases de dados quanto a: tipologia, delineamento, análise de dados, tipo de autoria, vocábulos no título e ano de publicação. Duas bases de dados foram os artificios utilizados para a realização desta pesquisa, a *Scientific Electronic Library Online (SciELO)*, e a *Scopus*. Adentraram a pesquisa, de acordo com os objetivos, 42 resumos de artigos indexados nas bases de dados pesquisadas. Foi constatado, a partir do resultado, que 90,47% da produção científica sobre o tema-alvo está sob a base de dados internacional *Scopus*. No total, em ambas as bases, prevaleceram pesquisas descritivas, com 75% dos resultados para a *SciELO* e 42,11% para a *Scopus*. O delineamento destas pesquisas teve como menor resultado as pesquisas experimentais, sendo que nenhum resultado foi encontrado na *SciELO* e 13,16% na *Scopus*. Utilizando o teste do Qui-quadrado, conseguiu-se o seguinte resultado: $\chi^2 = 15,33$ ($\chi^2_{c} = 7,82$; n. sig=0,05 e n.g.l.=2). Desta forma, existem diferenças estaticamente significantes entre as bases de dados no que se refere ao delineamento das pesquisas. Em relação ao tipo de análise, a mais utilizada foi a qualitativa, com 75% na *SciELO* e 65,79% na *Scopus*. O teste do Qui-quadrado apresentou diferenças estaticamente significantes entre as bases de dados, $\chi^2 = 21,14$ ($\chi^2_{c} = 5,99$; n. sig=0,05 e n.g.l.=2). Em relação ao tipo de autoria, também foram reveladas diferenças estatisticamente significantes, $\chi^2 = 10,71$ ($\chi^2_{c} = 5,99$; n. sig=0,05 e n.g.l.=2). Conclui-se, a partir dos resultados, a escassez de produções científicas sobre a utilização do computador por idosos, principalmente na América Latina, que obteve resultados irrisórios. De certa forma, desvela o pouco interesse de pesquisadores acerca do tema. É notório que existiu, nos últimos quatro anos, um aumento de publicações acerca do tema-alvo, mesmo que ainda seja insuficiente, existe esperança. Não podem ser abdicadas pesquisas desta crescente variável na sociedade, uma vez que tal crescimento é, inclusive, fonte de novos campos na ciência. Esta carência no âmbito da tecnologia, em conjunto com os idosos, traz aos mesmos uma maior dificuldade em adaptar-se às novas tecnologias, que, cada vez mais, tornam-se imprescindíveis no dia a dia de qualquer ser vivo. É necessário, principalmente, o desenvolvimento de pesquisas experimentais e quase-experimentais para a inclusão de novas tecnologias, formas de integração e interação voltadas à facilitação do ambiente tecnológico para esta faixa etária, que busquem a facilitação e a aculturação dos idosos, modificando os valores atuais, e por consequência, transformando o olhar estereotipado por jovens em relação aos mesmos.

Palavras-chave: envelhecimento; informática; comunicação.

IC

Psicologia do Desenvolvimento

A INFLUÊNCIA DO TIPO DE ALIMENTAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DE BEBÊS DE SEIS MESES DE IDADE. *Jussara do Amaral Leopaci** (UNESP/Bauru-SP), *Renata Ajub Tirelli*** (UNESP/Bauru-SP) e *Olga Maria Piazzentin Rolim Rodrigues* (UNESP/Bauru-SP)

O desenvolvimento no primeiro ano de vida é um complexo processo afetado por múltiplos fatores, como os socioeconômicos, as condições de saúde da criança ao nascer entre outras, como o tipo de alimentação oferecida ao bebê. A recomendação da OMS é de que bebês até os seis meses de idade sejam alimentados exclusivamente com leite materno, salvo em casos de orientação médica. O leite materno contém todas as proteínas, açúcar, gordura, vitaminas e água que o bebê necessita para ser saudável. Além disso, contém determinados elementos que o leite em pó ou de outras origens, não consegue incorporar, tais como anticorpos e glóbulos brancos. É por isso que o leite materno protege o bebê de doenças e infecções. Associado a isso, o tipo de alimentação oferecida ao bebê pode exercer papel fundamental no que diz respeito tanto ao seu desenvolvimento físico, quanto cognitivo e emocional, uma vez que, por exemplo, a alimentação natural, propicia uma maior interação entre a mãe e seu bebê. A presente pesquisa teve como objetivo descrever e comparar o desenvolvimento de bebês de seis meses de idade considerando o tipo de alimentação oferecida. Foi avaliado o desenvolvimento de 147 bebês aos seis meses, sendo 75 em situação de aleitamento materno, AM (considerando também a alimentação mista, quando a mãe intercala alimentação natural com artificial) e 72 aleitados artificialmente, AA. Os bebês participaram do projeto “Acompanhamento do desenvolvimento de bebês de risco: avaliação e orientação aos pais”, onde são avaliados mensalmente a partir do Inventário Portage Operacionalizado, que avalia as áreas Desenvolvimento Motor, Linguagem, Socialização, Autocuidado e Cognição. As informações sobre o tipo de alimentação oferecida foram extraídas do prontuário do bebê, nos protocolos de Entrevista Inicial e Ficha de Acompanhamento Mensal. Utilizou-se o teste *t* de Student para análise estatística dos dados. Os resultados apontaram para desempenho estatisticamente significativo dos bebês em aleitamento materno em três das cinco áreas observadas. Em Desenvolvimento Motor o desempenho médio dos bebês AM foi 29,4 e para os AA foi 26,34 ($p=0,01$), em Socialização, para os bebês AM foi 23,6 e para os AA foi 22,65 ($p=0,04$), em Linguagem para os bebês AM foi 5,19 e para os AA foi 4,38 ($p=0,02$), em Cognição para os bebês AM foi 19,0 e para os AA foi 18,93 ($p=0,38$) e em Autocuidado o desempenho médio dos bebês AM foi 12,41 e para os AA foi 12,56 ($p=0,36$). Os dados permitem concluir que o aleitamento materno pode promover o desenvolvimento infantil. Provavelmente em idades posteriores o bom desempenho dos bebês em aleitamento materno em Desenvolvimento Motor, Linguagem e Socialização podem resultar em melhoria nas demais áreas avaliadas. Tais dados mostram que é importante incentivar o aleitamento materno enquanto promotor do desenvolvimento infantil.

*Bolsista FAPESP IC

**Bolsista FAPESP Mestrado

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP

Palavras-chave: desenvolvimento infantil, aleitamento materno, Inventário Portage Operacionalizado

Iniciação Científica – IC

DES

A INFLUÊNCIA DA IDADE MATERNA NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL. *Regiane Cristhine Geromel Alves**, *Amanda Porto Destro**, *Ana Cláudia Zerbini**, *Renata Ajub Tirelli*** e *Olga Maria Piazzentin Rolim Rodrigues* (Departamento de Psicologia, Universidade Estadual Paulista, Bauru, SP).

Muitos autores consideram a gravidez na adolescência como de risco, principalmente por envolver fatores sociais. Pesquisas sugerem que filhos de mães adolescentes apresentam maior índice de problemas psicológicos, de atraso no desenvolvimento, de deficiências no crescimento, além de maior taxa de morbidade e mortalidade infantil, ao serem comparados com filhos de mulheres adultas. O estudo pretendeu investigar a influência da idade materna no desenvolvimento de bebês no sexto mês de vida, em cada uma das áreas de desenvolvimento: socialização, autocuidado, cognição, linguagem e desenvolvimento motor. Participaram do projeto 180 bebês e suas mães, 56 com idade até 18 anos completos (Grupo 1); 58 com idade entre 19 e 25 anos completos (Grupo 2) e, 66 com idade entre 26 e 43 anos completos (Grupo 3). As mães e seus bebês participam do projeto “Acompanhamento do desenvolvimento de bebês: avaliação e orientação aos pais”, onde são avaliados mensalmente no primeiro ano de vida, utilizando o Inventário Portage Operacionalizado, que acontece no Centro de Psicologia Aplicada (CPA), da UNESP, campus de Bauru. Para o presente estudo foram selecionados os dados referentes ao sexto mês, considerando *aparecimento* do comportamento, quando presente para até 25% dos bebês, *normalização*, quando presente para 75% dos bebês e, *estabilização*, quando mais de 75% dos bebês o apresentaram. Os resultados mostraram que os bebês filhos das mães do Grupo 1 apresentaram desempenho médio superior do que os do Grupo 3 em Autocuidado (Grupo 1=13,12 e Grupo 3=11,8), com diferença estatisticamente relevante entre eles ($p=0,003$) e em Desenvolvimento Motor (Grupo 1=29,44 e Grupo 3=26,18), com diferença estatisticamente relevante entre eles ($p=0,009$). Nas demais áreas, ainda que o Grupo 1 apresentasse média maior em Linguagem (Grupo 1=4,83 e Grupo 3=4,69), a diferença não foi estatisticamente significativa entre eles ($p=0,372$), assim como em Socialização (Grupo 1=23,64 e Grupo 3=23,16), com diferença estatisticamente não significativa entre eles ($p=0,229$) e, em Cognição, embora o Grupo 3 tenha tido um desempenho melhor, também com diferença estatisticamente não significativa entre eles ($p=0,483$). O Grupo 2 apresentou resultados melhores em todas as áreas, quando comparado ao Grupo 3, porém nenhuma diferença foi estatisticamente significativa. E ao ser comparado com o Grupo 1, apresentou resultados melhores somente na Linguagem e Cognição, porém também sem nenhuma diferença estatisticamente relevante. Ao contrário do que muitas pesquisas mostram, os resultados apontam para um desempenho melhor dos bebês filhos de mães adolescentes e, conforme maior a faixa etária materna, pior foi o desempenho apresentado pelo bebê. Se confirmado por pesquisas envolvendo um número maior de participantes, os dados sugerem uma desmistificação quanto à idade materna, no caso da mãe adolescente, como um fator de risco para o desenvolvimento infantil.

APOIO: PROEX; FUNDUNESP.

PALAVRAS-CHAVE: desenvolvimento infantil, Inventário Portage Operacionalizado, maternidade na adolescência.

IC.

DES.

ENVELHECIMENTO, ESTRESSE E *COPING*: UM ESTUDO EM IDOSOS RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC). *Lucia Maria Meier Harnack** (Departamento de Psicologia - Faculdade Metropolitana de Guaramirim – Guaramirim SC), *Marisa Raduenz* (Departamento de Psicologia - Faculdade Metropolitana de Guaramirim – Guaramirim SC), *Virginia Azevedo Reis Sachettiumo* (Departamento de Psicologia - Faculdade Metropolitana de Guaramirim – Guaramirim SC).

A Organização Mundial da Saúde tendo como base o envelhecimento saudável com qualidade de vida, incorporou o termo “ativo” para formular sua definição, segundo a qual, envelhecimento ativo é o processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas ficam mais velhas. Estresse é um conjunto de reações psicofisiológicas, automáticas e não específicas, que são ativadas a fim de restabelecer o equilíbrio diante de estímulos que exigem um esforço adicional de adaptação. *Coping* é o conjunto das estratégias utilizadas pelas pessoas para adaptarem-se a circunstâncias adversas ou estressantes que são avaliadas como sobrecarregando ou excedendo seus recursos pessoais. No processo de *coping* os indivíduos irão empreender esforços cognitivos, emocionais e comportamentais para administrar as demandas internas ou externas que surgem em situações adversas. Tratou-se de um estudo descritivo e comparativo com o objetivo de identificar eventos de vida eliciadores de estresse em idosos residentes no município de Guaramirim - SC, e suas respectivas estratégias de enfrentamento. Na primeira fase da pesquisa foram aplicados 110 questionários com o objetivo de identificar situações estressantes. Destas situações foram codificados estímulos eliciadores de estresse e descritos quais eventos são potencialmente estressantes para os idosos de ambos os sexos (40% em idosos do sexo masculino e 60% do sexo feminino). Para tanto foi utilizada uma entrevista semi-estruturada, posteriormente submetida à análise de conteúdo. Os resultados mostraram que os eventos negativos tratavam principalmente sobre doenças, morte e perdas financeiras. Neste estudo foi considerado o enfoque cognitivista que descreve dois tipos básicos de enfrentamento diante de um evento estressante. O coping com enfoque no problema, quando o esforço é dirigido para administrar ou mudar um estressor ameaçador ou nocivo, e o coping focado na emoção quando o esforço é direcionado para regular ou aliviar o impacto emocional diante da situação estressante. As estratégias de coping identificadas pelo estudo baseadas nas experiências dos idosos foram: expressão de emoções negativas, controle ambiental, religiosidade, comportamento de esquiva e inibição das emoções. Conclui-se que podem existir diferenças nos padrões de enfrentamento quando comparamos idosos mais jovens (60 a 70 anos) e idosos mais velhos (acima de 71 anos). Os mais jovens usam formas de enfrentamento mais ativas e interpessoais focalizado no problema, enquanto os idosos mais velhos usam formas mais passivas de enfrentamento focalizado na emoção. Os resultados porém, não indicam diferenças entre os idosos do sexo masculino e do sexo feminino, provavelmente por ambos os sexos serem idosos socialmente ativos. A pesquisa pretende contribuir para demonstrar a importância da prevenção nas situações de estresse enfrentadas pelos idosos e a necessidade de investir na formação dos profissionais envolvidos no processo de atenção à saúde para que possam ajudar os idosos a encontrar formas adaptativas de lidar com estas situações, diminuindo, assim, fatores de risco para o desenvolvimento de doenças crônicas e/ou psiquiátricas.

Palavras-Chave: idosos, estresse, estratégias de *coping*.

Iniciação Científica - IC

Código da área da pesquisa: DES

CRENÇAS DE MÃES SOBRE O BRINCAR COM SEU BEBÊ. *Roberta Miguel Green**, *Mariana Tognelli Decev** e *Olga Maria Piazzentin Rolim Rodrigues* (Departamento de Psicologia, Universidade Estadual Paulista. Bauru-SP)

A brincadeira tem sido uma fonte de pesquisa na Psicologia pela influência que exerce no desenvolvimento infantil. Dentro de um sistema de crenças maternas, o conhecimento sobre desenvolvimento infantil tem um papel relevante e pode afetar práticas de cuidado e, dessa forma, o desenvolvimento das crianças. Tal conhecimento pode englobar: crenças acerca dos períodos mais prováveis para aquisição de habilidades motoras, perceptuais e cognitivas, fatores que podem influenciar o desenvolvimento das crianças ou, ainda, quais cuidados de higiene e de segurança são importantes para a saúde das crianças. O objetivo do presente projeto consiste em investigar as crenças que as mães têm sobre o brincar do bebê, em relação a sua importância no desenvolvimento e a idade a partir da qual acreditam que o bebê é capaz de brincar. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética, da Faculdade de Ciências, da UNESP/Bauru. Participaram da pesquisa 42 mães com idade de 15 a 53 anos, com idade média de 24 anos e sete meses (Med= 22 anos; DP=7,91). A faixa etária dos bebês foi de um a doze meses de idade, com idade média de seis meses e sete dias (Med=7 meses; DP= 3,27). As mães selecionadas participam do projeto de extensão “Acompanhamento do desenvolvimento de bebês no primeiro ano de vida: avaliação e orientação aos pais” realizado no Centro de Psicologia Aplicada (CPA), da UNESP, campus de Bauru. A coleta de dados foi realizada por meio de uma entrevista semi-estruturada que aborda questões relacionadas ao objetivo do trabalho. Os resultados mostraram que 100% das mães relataram que brincam e, para 73,5% delas o brincar é “Importante para o desenvolvimento da criança”. Dentro dessa categoria foram elencadas subcategorias das quais as mais relevantes foram, para 47% das mães que o brincar estimula o desenvolvimento e a aprendizagem do bebê; 13% delas especificam que o brincar dá condições de qualidade de vida ao bebê e 11% relatam que brincar torna o bebê mais ágil e inteligente, na categoria brincar é “Importante para o desenvolvimento de interação social”, a subcategoria mais relevante foi de que as brincadeiras propiciam vínculos melhores com os pais (10%). Uma outra questão levantada foi em relação a idade que o bebê começa a brincar. Das participantes, 45% das mães acreditam que entre 1 a 4 meses, 26% entre 5 a 8 meses e 19% desde o nascimento. Conclui-se que as mães conseguem identificar benefícios que o brincar propicia para o desenvolvimento infantil, considerando que a maioria acredita que os bebês se envolvem nas brincadeiras desde os primeiros meses de idade. Os dados são relevantes, pois as crenças positivas em relação a influencia do brincar no desenvolvimento infantil podem subsidiar a elaboração de projetos cujas intervenções favoreçam a interação mãe-bebê por meio de brincadeiras e, assim, o desenvolvimento do bebê.

*Agências de Financiamento: CNPq

Palavras Chave: Crenças Maternas, Brincar, Desenvolvimento Infantil.

IC

DES

RELAÇÕES E DINAMICAS FAMILIARES EM COMUNIDADE RIBEIRINHA DA ILHA DO COMBU – BELÉM/PA: CONTEXTO RURAL/URBANO - UMA ABORDAGEM BIOECOLÓGICA. *Neuzeli Maria de Almeida Bezerra* (Aluna Doutorado PPTPC/UFPA), *Tatiana Afonso* (Aluna Mestrado PPTPC/UFPA), *Fernando Augusto Ramos Pontes* (Prof. Dr. UFPA) e *Simone Souza da Costa Silva* (Profa. Dra. UFPA)

Este trabalho tem como objetivo analisar as mudanças nas relações e estruturas familiares da comunidade ribeirinha da Ilha do Combu – Belém/PA. Esta região compõem a Belém Insular e se localiza próxima ao grande centro urbano Belém que propicia grandes transformações destas comunidades. Estas apresentam características de comunidades rurais ao desenvolverem trabalhos como a coleta do açaí, plantio do cacau e atividades da pesca de peixe e camarão. Ao mesmo tempo alguns membros das famílias exercem atividades na região metropolitana de Belém/PA, utilizando inclusive serviços de saúde, escola, comércio, lazer e inovação tecnológica, mantendo assim contado direto com novas realidades e contextos. Conseqüentemente novas atitudes, valores e crenças passam a ser desenvolvidos, o que poderá influenciar a estrutura e dinâmica das relações familiares. O Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano contém o melhor aparato teórico para nosso estudo, pois através desta perspectiva os processos psicológicos passam a fazer parte de sistemas, onde as interações das pessoas e o ambiente são analisados de uma forma mais complexa. O modelo bioecológico ampliou a perspectiva de como a inserção destas famílias, que vivem em uma comunidade rural, no centro urbano, incluindo vários contextos que envolvem o desenvolvimento recíproco de atividades diferenciadas. O trabalho foi realizado na Ilha do Combu – Belém/PA. Participaram seis famílias georeferenciadas com a ajuda de um GPS, além da realização de uma pesquisa sócio-demográfica que visaram a caracterização sócio-espacial do ambiente. A coleta de dados foi realizada através de entrevistas gravadas por meio de gravador digital, orientadas por um roteiro semi-estruturado. Além disso, foi utilizada a inserção ecológica e o diário de campo no sentido de obter e registrar aspectos ecológicos pertinentes para as análises. A inserção ecológica foi realizada através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos na coleta de dados referentes à rede de sociabilidade da comunidade e atividades desenvolvidas. Verifica-se que a proximidade das famílias ribeirinhas com o centro urbano vem permitindo a circulação das mesmas em vários contextos, bem como a interação entre as pessoas de outros microssistemas de modo adaptado e sustentável, proporcionando a possibilidade de terem sucesso na execução das atividades desenvolvidas no meio rural e urbano. Além disso, foi observado mudanças na percepção dessas famílias que passaram a usufruir de benefícios e de novos desafios que os grandes centros urbanos oferecem. Observou-se que as famílias sofreram alterações em sua estrutura, pois apresentam diferenças em relação às características das famílias ribeirinhas tradicionais dispostas na floresta Amazônica. Apesar de se favorecerem com a proximidade dos serviços e políticas públicas disseminadas no contexto urbano, tais famílias ainda permanecem em um contexto de empobrecimento econômico local e em vulnerabilidade social.

Palavras-chave: Família; Trabalho; cultura; contexto; rural; urbano.

Influencias e desafios de Famílias que vivenciam vários contextos: Meio urbano/rural, Políticas Públicas e diversidade do cotidiano

OBSERVANDO COMPORTAMENTOS PRÓ-SOCIAIS DE CRIANÇAS INSTITUCIONALIZADAS EM UM PÁTIO ESCOLAR. *Débora Lisboa Corrêa Costa Corrêa***, *Líliã Iêda Chaves Cavalcante* (Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento, Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém-Pará) e *Diene Cristina de Lima Corrêa* (Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Belém-Pará).

A revisão da literatura mostra que poucas são as pesquisas sobre comportamento de cuidado de crianças abrigadas em ambiente escolar. Este comportamento é entendido como ações de solidariedade que a criança emite ao parceiro de interação, que mimetizam o cuidado parental e que têm por objetivo oferecer suporte em situações de risco e dificuldade. A escola é um ambiente onde a criança nessa condição tem a possibilidade de ampliar e desenvolver suas habilidades sociais. Este estudo teve como objetivo investigar aspectos do ambiente físico e social que concorrem para a manifestação do comportamento de cuidado entre pares em ambiente de pátio escolar. Participaram do estudo cinco crianças abrigadas, de quatro a seis anos, regularmente matriculadas em uma escola da comunidade. Para a coleta de dados, foram realizadas dez sessões de observação, compreendendo 250 minutos de filmagem das crianças em situação de interação no pátio da escola. A partir dos momentos interativos foram identificadas quatro subcategorias do comportamento de cuidado: *ajudar (14)*, *brincar de cuidar (2)*, *estabelecer contato afetivo (7)* e *entreter (3)*. No total, foram registrados 26 episódios de comportamento de cuidado entre pares. O comportamento que teve maior frequência no ambiente escolar foi a subcategoria ajudar (14) e a menor foi brincar de cuidar (2). A frequência das subcategorias mostra que o comportamento de cuidado foi manifestado de forma bem diversificada, através da presença de todas as subcategorias. Entretanto, a análise estatística dos dados revelou que das quatro subcategorias a que teve predominância significativa ($p=0,0034$) foi o comportamento de ajudar. Dentre os cinco sujeitos focais a mesma análise mostrou que o sujeito 4 apresentou diferença significativa ($p=0,0483$) ao emitir a subcategoria estabelecer contato afetivo no pátio da escola. Constatou-se também que receptores que tinham tempo de permanência superior a 24 meses emitiram significativamente a subcategoria ajudar ($p=0,0449$). Os dados revelam que o predomínio da subcategoria ajudar provavelmente está relacionado ao perfil coletivo da escola que busca incentivar atos de solidariedade entre os envolvidos. Considera-se também que alunos que estão há mais tempo na escola mostraram-se mais receptivos ao comportamento de ajudar devido a terem estabelecido vínculos ao longo da convivência neste espaço. Percebe-se que as características pessoais do sujeito e sociais do ambiente se relacionam, como foi visto no caso do sujeito 4, que apresentou durante as sessões de observação habilidade social significativa no trato com os demais, sendo que provavelmente o caráter coletivo da escola contribui para que essas características favoreçam a manifestação do comportamento de estabelecer contato afetivo pelo participante. De forma geral, os resultados apontam que nesta pesquisa os aspectos que mais concorreram para a manifestação do comportamento de cuidado nas interações infantis no pátio da escola foram as características sociais da instituição, as habilidades pessoais dos participantes e o tempo de permanência na instituição dos parceiros. A realização de novas pesquisas poderá permitir uma maior compreensão sobre como cada um desses fatores influencia na qualidade das interações e relações construídas neste contexto específico.

Palavras-chave: comportamento de cuidado; interações infantis; ambiente escolar.

Pesquisa financiada através de bolsa da CAPES (1º autor).

Mestrado-M

ARARAIANA E COMBÚ: UM ESTUDO COMPARATIVO DE DOIS CONTEXTOS RIBEIRINHOS. *Daniela Castro dos Reis***, *Suzane Santana Lima dos Santos**, *Maria Elizabeth Costa Araújo**, *Simone Souza da Costa Silva e Fernando Augusto Ramos Pontes* (Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento Humano, Universidade Federal do Pará, Belém/PA).

A Amazônia se constitui em uma região rica em biodiversidade e cultura. Sua população é composta por índios, brancos e negros, que vivem na área urbana e rural em pleno domínio e uso de suas línguas e culturas específicas. Apresenta, também, a cultura cabocla vivenciada pelos grupos ribeirinhos que habitam o interior, às margens de rios, lagos e igarapés. Este contexto caracteriza os modos de vida amazônicos, representando experiência e conhecimento sobre formas de coexistência e utilização do meio local. Este trabalho teve como objetivo caracterizar sociodemograficamente dois contextos ribeirinhos. Participaram da pesquisa 250 pessoas de duas localidades, sendo 125 moradores de cada uma, com 22 famílias da Comunidade do rio Araraiana/Ponta de Pedras/Marajó/PA/Brasil e 24 famílias da Ilha do Combú/Belém/PA/Brasil. O rio Araraiana localizava-se cerca de 04 horas de barco local e o Combú 15 minutos de rabetá da Capital Belém. O instrumento utilizado foi o Inventário Sociodemográfico (ISD) constituído por itens referentes à: identificação dos moradores, (nome, idade, estado civil, ocupação, escolaridade, união estável); aspectos domiciliares (situação de moradia, tipo de construção, origem e destino do lixo e da água); renda familiar, cidade de origem e tempo de moradia. Primeiramente a pesquisa foi autorizada pelo comitê de ética, o segundo passo foi o contato com as comunidades, em seguida a inserção ecológica e aplicação do instrumento. A pesquisa teve a duração de 03 meses consecutivos. Os resultados mostraram que ambas as comunidades tinham ausência de energia elétrica, de saneamento básico e utilizavam o rio como meio de subsistência. A vegetação e a topografia seguiam os padrões de comunidade de beira de rio. Quanto à moradia, no Araraiana foram registradas 10 casas cedidas pelos latifundiários, contrastando com 21 residências próprias no Combú. Quanto à ocupação, em função da proximidade com a área urbana, o Combú apresentou atividades laborais como DJ, empregada doméstica, doceira, recepcionista e estagiária, o que diferenciou do Araraiana com 22 famílias exclusivamente extrativistas. No Araraiana, 06 eram analfabetos, 32 nunca estudaram e 66 não completaram o ensino de 1ª a 4ª série. No Combú, 32 moradores estavam no ensino de 5ª a 8ª série, 06 no ensino médio e nenhum registro de analfabetos. Na área da saúde, no Araraiana, as 22 famílias utilizam o rio como meio de abastecimento de água, o que deixava a comunidade doente, com diarreia e verminose, influenciando diretamente no bem-estar dos moradores. No Combú, o rio era utilizado para a alimentação e atividades domésticas, sendo que a água ingerida era comprada de um fornecedor da capital, porém sem qualquer tratamento. Identificou-se que a proximidade com a área urbana é um fator determinante para a diferença no modo de vida dessas comunidades ribeirinhas. Apesar das semelhanças estruturais na vegetação e topografia, existem diferenças quanto ao bem-estar físico e educacional, pois pelo acesso facilitado a área urbana o nível educacional é maior o que influencia na vida dos moradores, fato observado pela mudança do hábito de utilização da água do rio no Combú.

Apoio do CNPq

Palavras Chaves: Ribeirinho-Araraiana-Combú

P

DES

COMPORTAMENTOS DE ATENÇÃO MATERNA AO BEBÊ: A INFLUÊNCIA DA PREMATURIDADE. *Ana Cláudia Zerbinatti**, *Regiane Cristhine Geromel Alves** e *Olga Maria Piazzentin Rolim Rodrigues* (Departamento de Psicologia, Universidade Estadual Paulista. Bauru-SP)

A interação mãe-bebê tem sido foco de estudos de inúmeras investigações nas últimas décadas, assim como os fatores de risco que podem afetar esta interação, promovendo-a ou prejudicando-a. Entre os fatores de risco para o desenvolvimento infantil está o nascimento prematuro, sendo que para um conjunto de comportamentos maternos há um conjunto de comportamentos do bebê, que se sofisticam à medida que cresce, que podem descrever interações adequadas da díade. Porém, características da mãe e da criança podem favorecer ou não o estabelecimento de interações prazerosas e eficazes. Desta forma, o presente projeto pretendeu analisar o comportamento de atenção de mães de bebês prematuros comparando-os com o de mães de bebês nascidos a termo. Participaram do estudo quatro díades mães/bebês, sendo duas com bebês nascidos prematuros e duas com bebês nascidos a termo, entre três e quatro meses de idade. Os dados foram coletados no Centro de Psicologia Aplicada, com díades que participam do projeto de extensão “Acompanhamento do desenvolvimento de bebês: avaliação e orientação aos pais”. A partir do aceite em participar do projeto, em horário previamente agendado, a díade era colocada em uma sala contendo uma mesa alta e cadeiras. Eram disponibilizados brinquedos (bolas coloridas, bichinhos de borracha), mas não eram dadas orientações quanto ao uso, assim como o que deveriam fazer com seus bebês. Somente era dito que a sua interação com ele seria filmada por 10 minutos. No entanto, para efeito de análise dos dados os dois primeiros minutos foram desprezados. Os dados foram analisados a partir do Protocolo de Observação da Interação Mãe-Bebê (POIMB), priorizando, neste estudo os comportamentos de atenção da mãe. O POIMB analisa 12 comportamentos da mãe com relação ao seu bebê: verbalização, contato visual, contato corporal, expressão de afeto positivo, eficiência para consolar, reação ao choro, resposta comportamento social, intensidade da resposta, expressão de afeto negativo, sensibilidade, atenção geral e intrusividade. Os resultados obtidos mostraram que em 10 dos 12 comportamentos avaliados o desempenho das mães do grupo controle foram melhores. A pontuação total para cada item avaliado seria 40 pontos. Em Interação Positiva observou-se a maior diferença sendo sete a pontuação média das mães de bebês prematuros e 36,5 para as mães de bebês nascidos a termo. Os resultados sugerem que mães de bebês prematuros apresentam menos comportamentos de atenção aos seus bebês do que as mães de bebês a termo, o que indicaria a necessidade de intervenções pontuais com essa população. Todavia, estudos com populações maiores devem ser conduzidos para confirmar ou não os resultados obtidos com a amostra deste estudo.

*Agências de Financiamento: IC/FAPESP; PROEX

Palavras-chave: Interação Mãe-Bebê, Prematuridade, Atenção Materna.

DES

A VIVÊNCIA NOS ABRIGOS: QUEM SÃO E COMO VIVEM AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES ABRIGADOS NO MUNICÍPIO DE PETROLINA – PE. *Paula Nayara Bezerra da Silva**, *Aline dos Santos Menezes**, *Layane Souza da Silva**, *Maressa Souza Neiva** e *Lucivanda Cavalcante Borges* (Universidade Federal do Vale do São Francisco, Petrolina – PE)

Os abrigos são uma medida de proteção provisória e excepcional às crianças que se encontram em situação de risco, tais como abandono, maus tratos, negligência, pobreza, dentre outros, e têm um impacto significativo sobre o desenvolvimento de crianças e adolescentes institucionalizados. Diversos estudos científicos têm buscado investigar quem são e como vivem as crianças e adolescentes em situação de abrigo, revelando uma realidade não condizente com a proposta pela doutrina de proteção integral do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, cerca de vinte mil crianças encontram-se abrigadas no Brasil em regime de permanência continuada, fazendo da instituição seu local de moradia. Ainda, de acordo com diversas pesquisas, os abrigados são em sua maioria, pertencentes às classes excluídas da população. Baseado nessa realidade nacional, o presente trabalho buscou conhecer quem são as crianças e adolescentes abrigados e como elas vivem nos abrigos. Participaram desta pesquisa três instituições do tipo abrigo do município de Petrolina-PE. Os dados foram coletados através de levantamento de fichas dos abrigados, além da técnica da observação natural que foi registrada em diário de campo. Foram realizadas análises quantitativas e qualitativas dos dados. Os resultados mostraram que as instituições abrigam o total de 48 crianças e adolescentes com idades que variam entre 8 meses e 18 anos, sendo a maioria do sexo masculino (62,5%). Do total de crianças abrigadas, 56,25% são internas e as outras 43,75% passam o dia no abrigo, retornando para casa à noite. No que se refere à cor da pele, 87,5% pertencem à cor negra e 12,5% são brancos. Ainda, 16,6% das crianças e adolescentes abrigados apresentam algum tipo de problema de saúde ou deficiência. Outro fator analisado foi a escolaridade. De acordo com o IPEA, 95,91% dos abrigados de todo o país frequenta a escola. Nos abrigos pesquisados, 96% dos abrigados estão em idade escolar e apenas 77% deles frequentam a escola. Tal fato se torna preocupante, tendo em vista que esta realidade prejudica a formação educacional dessas crianças e adolescentes, ademais, a escola pode ser um fator de proteção às mesmas. Os resultados desse trabalho mostram que a doutrina da proteção integral do ECA à infância e à adolescência não está sendo cumprida. Ainda, os resultados apresentados corroboram um fato histórico e social: a institucionalização dos grupos excluídos socialmente (negros, pobres), demonstrando a necessidade de intervenções junto aos abrigos, abrigados e seus familiares, além da garantia do acesso desses aos direitos sociais.

Apoio financeiro – PIBIC/UNIVASF

Palavras-chave: vivência em abrigos; criança; adolescente.

Nível do trabalho: I.C.

DES

PERCEPÇÕES E EXPECTATIVAS DE FUTURO DOS EDUCADORES SOBRE AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES ABRIGADOS. *Paula Nayara Bezerra da Silva** *Aline dos Santos Menezes**, *Layane Souza da Silva**, *Maressa Souza Neiva** e *Lucivanda Cavalcante Borges* (Universidade Federal do Vale do São Francisco, Petrolina – PE)

A institucionalização na infância e adolescência é um tema de grande relevância na pesquisa científica. Diversos estudos têm buscado investigar as implicações do contexto de abrigos sobre o desenvolvimento de crianças e adolescentes, revelando que a percepção e expectativas das figuras afetivas, a exemplo dos educadores sociais, a respeito dos abrigados exercem influência significativa em seu desenvolvimento psicossocial. Estes mesmos estudos apontam que, ainda após a promulgação do ECA e as consequentes transformações na concepção de abrigo, de infância e adolescência, o processo de institucionalização tem sido marcado pelo estigma social carregado de valor pejorativo e depreciativo, presentes, inclusive, no modo como os educadores dos abrigos interagem com as crianças e adolescentes. Nesse sentido, pesquisar sobre percepções e expectativas de educadores sobre crianças e adolescentes abrigados pode contribuir para a elaboração de estratégias de intervenção que promovam a problematização e a ressignificação da infância e adolescência institucionalizada. Assim, o presente trabalho buscou conhecer quais as percepções e expectativas de futuro que os educadores dos abrigos possuem em relação às crianças e adolescentes abrigados. Nesta pesquisa, participaram 23 educadores de três abrigos da cidade de Petrolina - PE. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, gravadas em gravadores digitais e transcritas na íntegra, agrupadas em categorias temáticas e analisadas a partir do referencial teórico da ecologia do desenvolvimento humano. Os resultados mostraram que os educadores percebem os abrigados como crianças e adolescentes problemáticos e revoltados, que tiveram seus direitos violados pelos familiares, e por tal razão, precisam de atenção. Todos os educadores acreditam na possibilidade de um futuro melhor para as crianças e adolescentes, afirmando que a instituição acolhe os abrigados oferecendo apoio afetivo, acompanhamento psicológico, estímulo aos estudos e oportunidades para os adolescentes fazerem cursos profissionalizantes. Contudo, para os entrevistados, somente os abrigados que buscarem um futuro melhor conseguirão alcançá-lo, enquanto aqueles que não buscarem, poderão acabar seguindo “o caminho errado”. Tal pensamento traduz uma concepção reducionista, que responsabiliza o indivíduo pelo sucesso ou insucesso na vida. Ainda, de acordo com a entrevista, os educadores desacreditam na possibilidade de um futuro melhor para os abrigados que retornam para as suas casas, devido a problemas familiares. Nesse sentido, alegam a importância da participação da família nesse processo e pontuam a necessidade de um trabalho conjunto entre os educadores dos abrigos e os familiares dos abrigados, no intuito de participarem ativamente da construção de um futuro melhor para as crianças e adolescentes. No entanto, para alguns educadores a adoção constitui, na maioria das vezes, a única alternativa que pode garantir um futuro melhor para os abrigados, dado a possibilidade de melhores condições de vida que podem ser oferecidas por uma nova família. Percebe-se, portanto, que na concepção dos educadores, os abrigos oferecem boas oportunidades para o desenvolvimento das crianças e adolescentes, e se esses não apresentam sucesso em suas vidas é devido a motivos pessoais e/ou familiares. A compreensão de fatores sociais, políticos e aqueles relacionados ao contexto do abrigo não são considerados nas falas dos educadores como importantes na construção do futuro dos abrigados.

Apoio financeiro – PIBIC/UNIVASF

Palavras-chave: abrigos, expectativa de futuro, percepção de infância e adolescência, educador social.

Nível do trabalho: I.C.

DES

BRINQUEDOS PARA BEBÊS DE ACORDO COM O SEXO E IDADE, SEGUNDO RELATO MATERNO. *Mariana Tognelli Deceval*, Roberta Miguel Green e Olga Maria Piazzentin Rolim Rodrigues* (Departamento de Psicologia, Universidade Estadual Paulista. Bauru-SP)

O brinquedo pode ser utilizado para promover o desenvolvimento infantil nas diversas áreas. De acordo com a Análise do Comportamento, o brinquedo é, também, um facilitador da interação entre a mãe e o bebê. O presente estudo pretendeu investigar a disponibilidade de brinquedos considerando o sexo e a idade dos bebês. Participaram da pesquisa 42 mães, com idade de 15 a 53 anos, de bebês de 0 a 12 meses que participaram do projeto de extensão à comunidade: “Acompanhamento do desenvolvimento de bebês no primeiro ano de vida: avaliação e orientação aos pais”, realizado no Centro de Psicologia Aplicada, da UNESP de Bauru. A coleta de dados foi realizada durante a sessão mensal de atendimento com os bebês que participam do projeto, em horário previamente agendado, em atendimento individual. As mães responderam uma entrevista semi-estruturada contendo questões abertas e fechadas sobre brinquedos e o brincar. Os resultados mostraram que considerando o sexo do bebê, os brinquedos mais freqüentes para os dois sexos foram aqueles típicos para bebês: chocalho (15% para os dois) e bichos (22% para meninos e 23% para meninas). Outros típicos como móbile e chocalho foram mais freqüentes para meninas (12%) do que para meninos (9%). Para brinquedos típicos para cada sexo observou-se que bola (13%) e carros (12%) foram mais freqüentes entre meninos do que entre meninas (bola = 7%; carros = 3%). Para as meninas, bonecos (7%) foi mais freqüente do que para meninos (1%). Para a análise da idade dos bebês, considerou-se dois grupos (1 a 5 meses e 6 a 12 meses). Observou-se que apenas 4% das mães do Grupo1 relataram que não utilizam brinquedos com seus bebês. Das que utilizam, as mães do Grupo1 oferecem com maior freqüência brinquedos típicos para bebês, como chocalho (23%); bichos (28%) e móbile (18%), enquanto as mães do Grupo2 permanecem oferecendo estes brinquedos, porém com menor freqüência (chocalho = 14%; bichos = 20% e móbile = 8%). No entanto, passam a oferecer com maior freqüência outros tipos de brinquedos, como bola (12%); carros (10%) e brinquedos de montar (8%). Verifica-se ainda que mordedor permanece ao longo dos dois grupos de idade, com 11% no Grupo1 e 10% no Grupo2. Os dados obtidos mostraram que ainda antes de um ano de idade, as mães oferecem diferentes brinquedos para seus filhos de acordo com o sexo. Com relação à idade, observou-se que alguns brinquedos permanecem ao longo do primeiro ano de vida, como por exemplo, bichos diversos, chocalho e mordedor. Alguns quase desaparecem (móbile) e outros só aparecem para o Grupo2 (carros; bola e brinquedos de montar). Todavia, observou-se pouca variedade de brinquedos para os dois grupos. Programas de intervenção poderiam focar na variedade de brinquedos desde os primeiros meses, independente do sexo do bebê.

*Agências de Financiamento: IC/FAPESP; PIBIC/CNPq

Palavras Chave: Brinquedo, Sexo, Idade, Desenvolvimento Infantil.

DES

PRÁTICAS EDUCATIVAS MATERNAS EM CRIANÇAS DE BAIXA-RENDA.
*Lorena Ribeiro dos Santos** e Simone Souza da Costa e Silva* (Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém, PA)

Este estudo teve como objetivo avaliar as práticas educativas de mães de crianças de baixa-renda. As práticas educativas são estratégias específicas utilizadas pelos cuidadores na criação dos filhos e que podem interferir no seu desenvolvimento. Elas podem envolver ações educativas, socializatórias e de controle do comportamento dos filhos. A hipótese desta pesquisa era de que houvesse correlação positiva entre os índices de estilos parentais (iep's) das crianças e das mães e que os índices obtidos com aquelas fossem inferiores aos obtidos com estas. O delineamento do estudo foi correlacional. Participaram do estudo 36 crianças (22 meninas e 14 meninos) e suas respectivas mães. As crianças eram estudantes de uma escola pública da cidade de Belém-PA, tinham nove a onze anos de idade e a maioria estava no 4º (n = 15) e 5º ano (n = 11). Aplicou-se o questionário sociodemográfico às mães e o Inventário de Estilos Parentais (IEP) para as crianças e para as mães. O IEP é constituído de 42 itens, que avaliam sete variáveis relacionadas às práticas parentais: monitoria positiva, comportamento moral, negligência, abuso físico, disciplina relaxada, punição inconsistente e monitoria negativa. A média dos iep's obtidos com as mães foi de -0,8 e com as crianças foi de -5,0. A correlação entre os iep's das mães e das crianças foi significativa e positiva ($r = .35, p < 0,05$). Quanto à diferença entre os sexos, a média dos iep's do sexo masculino foi inferior à do sexo feminino, tanto no que se refere às respostas das mães quanto das crianças. As mães das meninas obtiveram um iep de -0,7 e as mães dos meninos tiveram um iep de -1,0. O iep das meninas foi -4,1 e dos meninos foi -6,5. Quanto às sete variáveis, foi feita correlação entre os valores obtidos com as mães e com as crianças. Somente três variáveis apresentaram correlação significativa e positiva: negligência ($r = .44, p < 0,01$), monitoria negativa ($r = .34, p < 0,05$) e punição inconsistente ($r = .34, p < 0,05$). As hipóteses levantadas foram confirmadas, pois houve correlação entre os iep's das mães e das crianças, conforme prevê as normativas do instrumento, e o iep das crianças foi inferior ao das mães. Tais dados indicam um predomínio de práticas educativas negativas na amostra investigada, sobretudo as práticas utilizadas com os meninos. Os dados também corroboram a tendência de as crianças terem uma percepção mais negativa das práticas educativas em comparação com os relatos das mães. Estas, por sua vez, tendem a responder de forma mais desejável socialmente do que as crianças, talvez por isto a discrepância entre as respostas. A partir destes aspectos, infere-se, pelo menos no que diz respeito às práticas educativas maternas, que as crianças investigadas estavam expostas a condições familiares desfavoráveis ao seu desenvolvimento. Isto aponta para uma necessidade de mães com dificuldades em educar os filhos receberem orientação sobre os diversos aspectos da educação dos filhos, a fim de apreenderem maneiras mais saudáveis de educá-los.

Palavras-chave: práticas educativas, mães, crianças

M

DES

REAÇÃO DAS MÃES FRENTE À EXPRESSÃO EMOCIONAL DOS FILHOS.

*Luíza Bernardini Ferrari** (Faculdade Assis Gurgacz, Cascavel-PR), *Aline Henriques Reis*** (docente da Faculdade Assis Gurgacz, Cascavel-PR e doutoranda da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS) e *Tânia Mara Sperb* (docente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

As emoções são fundamentais para as relações interpessoais e podem influenciar de forma positiva ou negativa nos comportamentos e alcance de objetivos. No processo de aprendizagem do manejo emocional a interação entre pais e filhos é primordial. Considerando tal importância este trabalho teve como objetivo analisar as reações das mães frente às expressões emocionais dos filhos, levando em consideração que estas reações podem influenciar no desenvolvimento social e emocional das crianças. Também buscou verificar se existia algum comportamento predominante entre as mães mediante a reação emocional dos filhos. Foram entrevistadas dez mães de nível socioeconômico médio a alto, com renda mensal entre 5.000 a 10.000, com idade entre 29 e 41 anos, média 34. As mulheres deveriam ter dois ou mais filhos com idade entre cinco e dez anos. Não houve a intenção de buscar a saturação, mas de conhecer os casos mais profundamente, portanto, tratou-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, transversal de estudos de casos coletivos. As participantes produziram duas narrativas em relação a histórias-estímulo que versavam sobre emoções envolvendo circunstâncias do dia-a-dia entre mães e filhos. Ainda, relataram situações nas quais seus filhos apresentaram tristeza e raiva. A ordem da exposição das histórias e da descrição dos acontecimentos foi alternada de modo a equalizar uma possível interferência da sequência dos instrumentos. A análise dos dados foi feita através da comparação entre os casos avaliando aspectos homogêneos e heterogêneos entre eles. Foram realizadas estruturas de categorias temáticas abrangendo os temas contidos nas narrações. Algumas mães indicaram mais de uma estratégia para cada situação, sendo, portanto, alocadas em mais de uma categoria. Destacaram-se para a história 1 as seguintes categorias: resolução de problemas, distração, conversa sobre o acontecido, atribuição de responsabilidade à criança, comprar outro brinquedo, e convencer que o brinquedo não é importante. Já em relação à história 2, as categorias que mais apareceram foram: mudança de ambiente, punição, direcionar a situação ordenando a ação, pedir para o mais velho ceder, buscar conciliação. Nos relatos das mães sobre as circunstâncias nas quais os filhos sentiram raiva e tristeza, elas demonstraram punição, conversa sobre o evento e apenas uma relatou conversar sobre o que o filho sentiu. A falta de abertura para a expressão e conversa sobre as emoções por parte dos pais contribui para um desenvolvimento emocional precário, no qual a criança pode apresentar dificuldades para expressar e lidar com as emoções. Dentre as estratégias indicadas nos relatos apenas uma mãe incentivou o diálogo sobre as emoções indicando uma dificuldade das mães dessa amostra em lidarem com este aspecto na formação dos filhos. Os resultados indicam a necessidade de desenvolver projetos de intervenção que auxiliem as mães no entendimento das emoções para que elas possam ajudar os filhos a nomeá-las e entendê-las, promovendo assim, um desenvolvimento emocional saudável.

Palavras-chave: emoções, mães, filhos

Nível do trabalho: IC

"DES"

COMPORTAMENTO SEXUAL DE CAMINHONEIROS NAS ESTRADAS BRASILEIRAS. *Saulo Pereira de Almeida**, *Othon Cardoso de Melo Neto*** e *Elder Cerqueira-Santos*** (Departamento de Psicologia - Universidade Federal de Sergipe – Aracaju – SE)

A população de caminhoneiros é constituída predominantemente por homens, que permanecem por longos períodos fora de casa, longe dos familiares, da esposa ou companheira, e apresentam comportamentos sexuais de risco para as DST, como uso de bebidas alcoólicas e anfetaminas (rebite), relações sexuais sem a devida proteção, múltiplos parceiros, incluindo profissionais do sexo. O afastamento do grupo familiar, as jornadas excessivas de trabalho que levam esses profissionais a viver a maior parte de suas vidas na estrada, possivelmente contribuem para a busca de parceiras diferentes. A preocupação com essa categoria profissional torna-se relevante no cenário de pesquisas e propostas de intervenção para prevenção de riscos de contaminação com as DST/Aids. O conhecimento mais apurado dessa população quanto ao comportamento sexual é importante para a elaboração de políticas públicas de promoção e prevenção da saúde. O objetivo deste estudo foi descrever atitudes e comportamentos sexuais de risco em motoristas de caminhão brasileiros. Participaram da pesquisa 343 homens; renda mensal média de R\$2.910,50 (DP=R\$ 2.581,75); idades entre 21 e 71 anos (M=42,16; DP=10,78); 36,8% trabalhando fixos a alguma empresa; todos vivendo fora de casa trafegando pelas rodovias brasileiras. Foram realizadas entrevistas em pátios de parada e postos de gasolina, investigando dados sócio-demográficos, questões de comportamento sexual, saúde e métodos preventivos contra DST/Aids. Os dados foram analisados estatisticamente utilizando-se técnicas descritivas. A amostra possui em média 6,57 parceiras sexuais por ano (DP=11,88) com mínimo e máximo de 0 e 50 mulheres, respectivamente. Dos entrevistados, 62,8% afirmaram ingerir bebida alcoólica regularmente, enquanto apenas 4,7% disseram usar estimulantes proibidos como o “rebite”. São 32,1% aqueles que dizem ter alguma frequência sexual na estrada, 46% afirmam que suas parceiras são prostitutas, 30% que são suas esposas e companheiras. Entre os comportamentos adotados com relação a DST/Aids: 83,1% fazem sexo sem se preocupar com DST/Aids, 58,6% usam camisinha, 91,5% fazem/recebem sexo oral sem se preocupar. Os participantes afirmaram (62%), que usam camisinha sempre ou às vezes, sendo que 43,7% fizeram uso desta na última relação; 54,8% disseram que já fizeram o teste para HIV e destes, 96,7% apresentaram resultado negativo. Apesar de a maioria fazer uso de preservativo, observa-se o alto índice de motoristas que não se preocupam com as conseqüências de um ato sexual desprotegido, visto pelo alto índice de parceiras sexuais, do uso freqüente de sexo pago e de consumo de bebidas alcoólicas para profissionais do volante. Em suma, os resultados deste estudo evidenciam a elevada vulnerabilidade dos caminhoneiros que trafegam nas estradas brasileiras para doenças relacionadas ao sexo, e poderão auxiliar os profissionais de saúde na construção de estratégias de prevenção e controle dessas doenças junto a uma categoria profissional que fica, em função das suas condições de trabalho, à margem dos serviços públicos de saúde.

Apoio financeiro: Instituto *Childhood* Brasil

Bolsas de apoio: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC;

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – FAPITEC/SE

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES

Palavras-chave: comportamentos sexuais de risco, AIDS, motoristas de caminhão

IC

DES

ESTILOS E PRÁTICAS PARENTAIS DE MÃES DE BEBÊS E A PRESENÇA/AUSÊNCIA DE INDICADORES DE ESTRESSE. *Mariana Biffi**, *Nathália Charlois Nogueira**, *Sária Cristina Nogueira*** e *Olga Maria Piazzentin Rolim Rodrigues* (Universidade Estadual Paulista, Bauru, SP)

O objetivo dessa pesquisa foi descrever e comparar o estilo parental de mulheres com e sem estresse, mães de bebês com idade entre seis a 13 meses. Participaram 21 mães com idade entre 15 e 36 anos (Média=23,87; MED=22; DP= 6,13) de bebês de seis a 13 meses (Média=9,9; MED= 9; DP= 2,25), sendo que quanto à condição de risco, 15 não tinham identificação prévia e, dos demais, um nasceu prematuro e cinco eram filhos de mães adolescentes, sendo dois desses, prematuros. Em relação à escolaridade, 14 (66,6%) das mães possuíam pelo menos o Ensino Médio Completo. Quanto ao tipo de família, prevaleceu à família nuclear (71,42%) e 52,38% tinham apenas um filho. Todas as participantes freqüentavam o projeto de extensão “Acompanhamento do desenvolvimento de bebês de risco: avaliação e orientação” oferecido pelo Centro de Psicologia Aplicada, da UNESP, Bauru/SP. No processo de coleta de dados, foi realizada primeiramente uma Entrevista Inicial a fim de coletar informações sociodemográficas do bebê e de sua família. As avaliações do desenvolvimento dos bebês foram realizadas mensalmente, sempre em datas próximas ao do aniversário dos mesmos, utilizando o Inventário Portage Operacionalizado. Entre o sexto e o décimo terceiro mês, as mães foram convidadas a responderem o Inventário de Sintomas de Stress de Lipp (ISSL) e o Inventário de Estilos Parentais para Mães de Bebês (IEPMB), sendo a participação voluntária e conforme disponibilidade da mesma. O ISSL é um instrumento que avalia a ocorrência do estresse, a fase em que esse se encontra e, também, identifica se os sintomas são predominantemente físicos ou psicológicos. O IEPMB é composto por 25 itens que analisam cinco práticas parentais, sendo essas monitoria positiva, punição inconsistente, disciplina relaxada, negligência e abuso físico e o estilo parental é obtido a partir da soma das práticas negativas menos a positiva. Os resultados evidenciaram que do grupo das mães com estresse, quatro estavam na fase de exaustão e oito na fase de resistência. Ambos os grupos apresentaram um estilo parental regular acima da média, sendo o percentil das mães com estresse (75%) superior ao das mães sem estresse (55%). Analisando as práticas parentais separadamente, verifica-se que ambos os grupos apresentaram alto índice da prática parental Monitoria Positiva com resultado ligeiramente maior para o grupo das mães com estresse. Nas práticas negativas, as mães sem tal indicador emocional apresentaram uma média maior na freqüência de Disciplina Relaxada, Punição Inconsistente e Abuso Físico (5,37; 2,62; 0,5, respectivamente) enquanto as mães com estresse, embora também emitam tais práticas, fazem-no com menor freqüência (4,76; 1,61; 0,23, respectivamente), sendo que apenas na prática Negligência, as mães com estresse apresentaram uma média superior as mães sem estresse. Das práticas negativas, observa-se que, para os dois grupos, a que mais ocorre é a Disciplina Relaxada e a que menos ocorre é o Abuso Físico. Os resultados, ainda que oriundos de uma amostra reduzida, sugerem que as mães estressadas têm estilo parental e práticas tanto as negativas como a positiva, melhores do que as mães não estressadas.

Apoio financeiro: FAPESP

Palavras-chaves: estresse, práticas parentais e mães de bebês

Iniciação Científica (IC)

Área da Psicologia: DES

PRESENÇA DE INDICADORES EMOCIONAIS DE ANSIEDADE EM MÃES DE BEBÊS. *Mariana Biffi**, *Nathália Charlois Nogueira**, *Sária Cristina Nogueira**e* *Olga Maria Piazzentin Rolim Rodrigues* (Universidade Estadual Paulista, Bauru, SP)

O objetivo desse projeto foi identificar e descrever os níveis de ansiedade traço e estado em mães de bebês de seis a 13 meses de idade associando-os a variáveis maternas (idade, escolaridade, tipo de família e número de filhos) e do bebê (sexo e idade). Participaram do projeto, 29 mães com idade entre 15 e 41 anos (Média=25,48; MED=23; DP=8) de bebês de seis a 13 meses (Média=8,89; MED=9; DP=2,30), sendo que quanto à condição de risco, 16 não tinham identificação prévia e, dos demais, dois eram prematuros, um baixo peso e oito eram filhos de mães adolescentes, e destes, dois bebês nasceram prematuros. Quanto à escolaridade, 17 (58%) das mães possuíam pelo menos Ensino Médio completo. Quanto ao tipo de família, prevaleceu a família nuclear (69%) e, delas, 55% tinham apenas um filho. Todas as participantes freqüentavam o projeto de extensão “Acompanhamento do desenvolvimento de bebês de risco: avaliação e orientação” oferecido pelo Centro de Psicologia Aplicada, da UNESP, Bauru/SP. No processo de coleta de dados, foi realizada primeiramente uma Entrevista Inicial a fim de coletar informações sociodemográficas do bebê e de sua família. As avaliações do desenvolvimento dos bebês foram realizadas mensalmente, sempre em datas próximas ao do aniversário dos mesmos, utilizando o Inventário Portage Operacionalizado. Entre o sexto e o décimo terceiro mês, as mães foram convidadas a responderem o IDATE, sendo a participação voluntária e agendado um horário conforme a disponibilidade das mesmas. O IDATE é um instrumento que avalia as variáveis traço e estado de ansiedade, sendo considerado nesse projeto indicador de ansiedade em nível clínico quando o percentil estava igual ou acima de 75, ansiedade controlada, quando os percentis estavam entre 25 e 74 e baixa ansiedade, quando o percentil era inferior a 24. Os resultados mostraram que em relação à ansiedade-estado, 6 (21%) das participantes apresentaram ansiedade em nível clínico, 18 (62%) ansiedade controlada e 5 (17%) baixa ansiedade, sendo que os mesmos valores foram encontrados na análise dos níveis de ansiedade-traço. Verificou-se a presença de ansiedade-estado em nível clínico em mães com menos de 30 anos (100%), que possuem o Ensino Médio completo (67%) e tem 1 filho (83%). Quanto às variáveis relacionadas ao bebê, 83% das participantes que apresentaram ansiedade-estado em nível clínico são mães de bebês com mais de seis meses e 67%, são mães de meninas. Os resultados apontam para a presença de ansiedade em nível clínico na amostra estudada, sendo mais presente em mães com menos de 30 anos, com boa escolaridade e com um único filho, sendo que o tipo de família pareceu não influenciar em tal contexto. Em relação às variáveis do bebê (sexo e idade), os dados apontam para a influência da idade do bebê (mais velhos) do que o sexo na presença de ansiedade. Entretanto, a amostra é reduzida (n=29), o que dificulta a generalização dos resultados. Todavia, observa-se a necessidade de atenção às mães de bebês e de intervenções que diminuam o nível de ansiedade.

Apoio financeiro: FAPESP

Palavras-chaves: ansiedade, mães de bebê e saúde mental

Iniciação Científica (IC)

Área da Psicologia: DES

A INVESTIGAÇÃO DE SINAIS PRECOSES DE RISCO DE AUTISMO EM BEBÊS COM IRMÃOS AUTISTAS. *Karin Yasmin Veloso Müller**, *Cecilia Foerster Dias Garcia** e *Carolina Lampreia* (Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ)

Vem sendo enfatizada a necessidade de uma identificação precoce do autismo, visando uma intervenção que procure minimizar os efeitos do transtorno. Para isto, têm sido observados bebês com irmãos com diagnóstico autístico, por uma recorrência significativamente maior de autismo nesta amostra. Estes estudos têm utilizado, principalmente, categorias quantitativas discretas de atenção compartilhada considerados marcadores do autismo. Porém, do ponto de vista do desenvolvimento, as interações diádicas mãe-bebê, entre o nascimento e nove meses de idade são fundamentais também. Para que ocorram, é preciso que o bebê seja capaz de engajamento afetivo, o que parece não ocorrer com bebês com risco autístico. Tendo como meta encontrar subsídios para uma intervenção precoce no autismo, entre os 12 e 24 meses de idade, esta pesquisa teve como objetivo identificar sinais que pudessem indicar risco de autismo no primeiro ano de vida. Foram recrutados bebês entre 3 e 6 meses de idade, formando dois grupos: 1) Grupo Autismo (AU) – 2 bebês com irmão com diagnóstico autístico (P1 e P4) e 2) Grupo Desenvolvimento Típico (DT) – 2 bebês sem histórico familiar de autismo (P2 e P3). Os bebês foram observados e filmados até completarem um ano, em interação com suas cuidadoras e/ou uma pesquisadora em situação face a face e/ou através de brinquedos. Foram utilizadas como categorias de análise das filmagens: (1) Categorias discretas: sorriso, contato ocular e vocalização. (2) Categorias afetivas: engajamento afetivo e fluxo da interação. Foi feito o *follow up* com filmagens bimestrais. Os bebês também foram avaliados quanto a possíveis disfunções de processamento sensorial e possível atraso do desenvolvimento. No grupo AU, panoramicamente, o participante 1 não apresentou anormalidades quanto aos dados discretos e nem quanto ao fluxo de interação e conexão emocional. Seus testes mais recentes foram normais. Nesse mesmo grupo, P4 obteve resultado normal para o DSM-IV e CARS, mas apresentou maneirismo aos 12 meses. Não mantém contato ocular e apresenta sorriso não social. O Fluxo de interação da díade é mínimo e sua conexão emocional é predominantemente alguma. Chama a atenção para risco autístico confirmado pelo Bayley. No grupo DT, P2 mostrou ter desenvolvimento típico. Sua conexão emocional e fluxos de interação são variáveis. P3 tem resultados normais. Uma parte dos sinais buscado na pesquisa foi detectada através de suas categorias discretas e afetivas, mas outra parte só foi possível com observação clínica. Sem esta, não teríamos percebido algumas das evidências do risco autístico de P4, como não manter o contato ocular e ter um sorriso não social constante. Dessa forma, podemos concluir que a aplicação da observação clínica pode ser fundamental para a obtenção de diagnósticos mais precisos nos primeiros 12 meses de vida.

Karin Yasmin Veloso Müller é bolsista FAPERJ e Cecilia Foerster Dias Garcia é bolsista PIBIC.

Palavras-chave: Autismo, identificação precoce.

IC

DES

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E ASPECTOS DA RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA: DOIS CASOS RIBEIRINHOS. *Eline Freire Monteiro** (Universidade Federal do Pará, Belém-PA), *Kátia Carvalho Amaral** (Universidade Federal do Pará, Belém-PA), *Vivian Rafaela Freire*** (Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém-PA), *Simone da Costa Souza Silva*** (Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém-PA) e *Fernando Augusto Ramos Pontes*** (Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém-PA).

O Programa Bolsa Família (PBF) configura uma ação do Governo Federal para erradicação da pobreza no país, trata-se de um programa de transferência direta de renda com condicionalidades. Este Programa foi criado para garantir o direito dos cidadãos à alimentação e acesso à saúde e educação. Tais ações constituem uma importante medida de proteção para as famílias socialmente desfavorecidas, entre as quais se encontram as populações ribeirinhas amazônicas. A efetividade de programas deste tipo não depende apenas da transferência direta de renda, mas principalmente da articulação de ações que favoreçam a descontinuidade do ciclo de pobreza vigente. Segundo o Modelo Bioecológico do Desenvolvimento de Bronfenbrenner, o PBF pode ser considerado um elemento do *macrossistema* dessas famílias, posto que influencia diretamente na qualidade de vida das pessoas. Este programa estabelece demandas importantes para o *mesossistema* família-escola, como a participação dos pais na vida escolar dos filhos. O trabalho aqui proposto é de cunho descritivo e seu objetivo é abordar aspectos da relação família-escola com o advento do PBF. Participaram da pesquisa duas famílias ribeirinhas beneficiárias do PBF e as duas professoras que lecionam na escola local. O ambiente investigado foi uma comunidade ribeirinha urbana de Belém-PA, as coletas foram realizadas nas casas das famílias e na escola. Os instrumentos utilizados foram: Inventário Sócio-Demográfico; Inventário de Rotinas; Entrevista semi-estruturada aplicada às professoras e Entrevista semi-estruturada aplicada aos pais. Primeiramente foi realizada uma aproximação gradual com a comunidade, a fim de melhor apreender as informações necessárias, uma vez criado um vínculo com os participantes, foi possível aplicar os instrumentos. Com relação ao mesossistema família-escola, percebe-se que a participação dos pais na vida escolar das crianças ocorre de maneira tradicional, eles fazem o possível para que as crianças não falem às aulas e comparecem à escola sempre que são chamados para reuniões ou festividades, porém a educação formal e a leitura não fazem parte de seu cotidiano em casa. Na percepção dos pais, o PBF vai interferir positivamente no futuro dos filhos, eles esperam que este benefício melhore sua qualidade de vida, garantindo-lhes a oportunidade de estudar e ter uma boa profissão no futuro. A percepção das professoras quanto à relação da escola com as famílias mostra-se positiva, elas destacam a colaboração dos pais nas atividades da escola. As entrevistas revelaram, ainda, que não existe um trabalho diferenciado por parte da escola com as crianças de famílias que recebem o PBF. As professoras relatam que o programa não influencia de maneira alguma a rotina da escola, apenas servindo de contingência para os pais mandarem os filhos para a aula, sob ameaça de perder o benefício. A percepção geral dos participantes é de que não houve mudanças no cotidiano da comunidade no sentido de geração de oportunidades para se romper com o ciclo da pobreza depois da implementação do PBF, este configura apenas um auxílio financeiro para as famílias.

Apoio financeiro e/ou bolsas: CNPQ

Palavras-chave: Bolsa Família; relação família-escola; contexto ribeirinho.

Iniciação científica- IC

Código da área da Psicologia: Psicologia do Desenvolvimento (DES)

CONCEPÇÕES MORAIS DE CRIANÇAS DO ENSINO FUNDAMENTAL: AVALIANDO A PRÓPRIA EXPERIÊNCIA EDUCATIVA. *Alia Barrios** e Angela Uchoa Branco*
(Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, DF)

A pesquisa sobre o desenvolvimento moral vem se tornando cada vez mais relevante nos dias atuais. Numerosos estudos abrangem o tema da moralidade e do desenvolvimento moral por vários ângulos e diferentes perspectivas. Algumas pesquisas se centram no estudo do papel que a educação tem no desenvolvimento moral, outras no estudo das concepções que as crianças têm sobre questões e conceitos relativos à moralidade. A maioria dos estudos, porém, não considera as experiências dos sujeitos investigados nos contextos socioculturais em que vivem e se desenvolvem. Sendo assim, é necessário ampliar as pesquisas sobre o tema do desenvolvimento moral investigando como as crianças analisam e re-significam suas próprias experiências nos diferentes contextos socioculturais e, especificamente, no contexto escolar. Como as crianças analisam, avaliam e re-significam experiências que podem ser significativas para seu desenvolvimento moral? Quais as concepções morais em formação que orientam suas análises e re-significações? A complexidade do fenômeno exige a adoção de uma perspectiva que enfatize a interdependência das dimensões psicológicas da cognição, do afeto e da ação presentes na moralidade, assim como estudo do tema no contexto das práticas socioculturais e a partir das narrativas das próprias crianças. Assim, o presente estudo tem como fundamentação teórico-metodológica a perspectiva sociocultural construtivista, e seu objetivo principal consiste em identificar as concepções morais apresentadas por crianças, entre nove e dez anos de idade, de uma instituição pública de Ensino Fundamental no Distrito Federal. Neste trabalho analisamos as significações e re-significações das experiências pessoais das crianças em sua relação com as pessoas, que podem ser consideradas significativas para o seu desenvolvimento moral. Foram realizadas sessões estruturadas pelo professor da turma e pela própria pesquisadora tendo em vista levar as crianças a discutir estas questões. Realizou-se uma análise microgenética das falas e interações filmadas dessas sessões. Selecionamos para apresentação e discussão a sessão de grupo focal realizada sob a coordenação da pesquisadora, com a participação de dez crianças, sendo quatro meninos e seis meninas. Nessa sessão de grupo focal, as crianças avaliaram e discutiram dilemas morais hipotéticos e reais que são característicos do contexto escolar, assim como avaliaram suas experiências educativas voltadas para o estabelecimento e internalização das normas que regulam suas interações na escola. Para a maioria das crianças, a moralidade envolve o respeito e o cuidado na relação com o outro, assim como o respeito às normas e regras voltadas para o estabelecimento e manutenção de relações simétricas e justas. As avaliações realizadas pelos participantes do grupo focal apontam a importância da intervenção do educador nas situações que envolvem questões de moralidade em uma posição de mediador, no sentido de ajudar as crianças a partir de sua experiência e, ao mesmo tempo, deixar o espaço para que elas se responsabilizem por seus conflitos e interações sociais, exercendo a autonomia e a criatividade. Com o presente estudo, pretendemos compreender e apontar aspectos que consideramos fundamentais para construir métodos educativos que, de fato, privilegiem o papel ativo das crianças no seu desenvolvimento moral, entendido como aspecto fundamental do desenvolvimento integral do ser humano.

Apoio financeiro: CAPES (Bolsa de Doutorado) e CNPq (Bolsa de Pesquisa)

Palavras-chave: desenvolvimento moral, ensino fundamental, perspectiva sociocultural construtivista.

Nível do trabalho: Doutorado – D

Área de pesquisa: DES

O QUE O BRASIL INVESTIGA SOBRE O AUTISMO? *Maria Elizabeth Costa Araújo**, *Julio Cezar Pereira de Oliveira**, *Ana Paula Martins Sousa**, *Bruno de Oliveira Pereira** e *Marilice Fernandes Garotti* (Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém/ PA).

De acordo Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-IV), o autismo é caracterizado como transtorno global de desenvolvimento que acarreta comprometimentos nas interações sociais, na comunicação verbal e não-verbal, além de um repertório restrito de interesses e atividades. O presente estudo teve por objetivo verificar, na produção nacional, as áreas de conhecimento que focalizam o Transtorno do Espectro Autista (TEA), bem como o tipo de comprometimento priorizado. Para isto, foi conduzida uma revisão sistemática dos estudos empíricos brasileiros publicados entre 2001-2011. A busca foi realizada nas bases SciELO e Periódicos CAPES, com os seguintes descritores: interação com autista, autismo, sobre o autismo, autismo-mãe, autismo-criança e autismo-desenvolvimento. Dos 83 artigos que tratavam do tema, apenas 30 cumpriam os critérios de publicação no Brasil durante o período que se pretendia analisar e eram trabalhos empíricos. Para a análise dos resultados foram consideradas as seguintes categorias: área de conhecimento das revistas, a ênfase dos artigos de acordo com a classificação do DSM IV, características das amostras, procedimentos de coleta dos dados e convergências entre os resultados em função do comprometimento. Em se tratando de área de conhecimento, a maioria dos estudos foi publicada em periódicos da psicologia e da fonoaudiologia (10 em cada área). Os demais estavam distribuídos em periódicos da educação e neuropsiquiatria (3 em cada área), seguidos por neuropsiquiatria e enfermagem (1 em cada área) e em periódicos multidisciplinares (2 artigos). No que diz respeito às áreas de comprometimento priorizadas, segundo o DSM-IV, notou-se que a área de comunicação e linguagem tem se destacado nessas publicações. A psicologia, por sua vez, priorizou os comportamentos estereotipados. Em grande parte dos estudos analisados os sujeitos eram principalmente crianças do sexo masculino, ou familiares e pessoas que conviviam com autistas. O uso de filmagens foi elevado entre os procedimentos de coleta de dados dos artigos. De forma geral, nos estudos avaliados observou-se que os resultados estavam de acordo com o objetivo de cada um e que a maioria alcançou seu propósito com base na teoria utilizada. Destacam-se os trabalhos realizados com crianças, pais e mães e professores dos portadores do transtorno. Esses estudos documentaram as dificuldades encontradas nos cuidados da criança autista, bem como os problemas de inclusão em escolas públicas. Concluiu-se que ainda são incipientes os estudos que tratam do autismo no Brasil. Há uma relevante ausência de pesquisas, publicadas em português, relacionadas às etiologias do autismo, que necessitam, principalmente, de estudos multidisciplinares. No entanto, observa-se grande interesse dos estudiosos brasileiros pelo tema.

Palavras- chave: autismo, Brasil, revisão sistemática

IC

DES

A ROTINA DE UMA CRIANÇA RIBEIRINHA ATENDIDA PELO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA. *Júlia de Almeida Roffé Borges** (Universidade Federal do Pará, Belém, PA), *Thamyris Maués dos Santos* (Universidade Federal do Pará, Belém, PA), *Simone Souza da Costa Silva*** (Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém, PA) e *Fernando Augusto Ramos Pontes*** (Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém, PA)

Uma nova visão acerca do estudo do desenvolvimento humano, ocasionada por mudanças na ciência no último século, compreende a importância do contexto que este marca de modo peculiar as pessoas. Esta complexidade que envolve este conceito tem sido organizada por alguns teóricos, entre eles Bronfenbrenner, que organiza os ambientes a partir de níveis, que vão do microsistema ao macrosistema, onde se encontra as políticas públicas, como o Programa Bolsa Família, de transferência direta de renda com condicionalidades. Na região Norte, um dos grupos beneficiados pelo PBF são os ribeirinhos. O objetivo desta pesquisa foi descrever a partir de um estudo focal a rotina de uma família ribeirinha atendida pelo PBF, moradora da comunidade de Periquitaquara, na Ilha do Combu, em Belém. O instrumento utilizado para a coleta dos dados foi o Inventário de Rotina, que possuía duas partes primordiais, a primeira avaliava o tempo da criança em um dia típico da semana (o dia anterior ao da aplicação) enquanto que na segunda se registrava o seu último domingo. O IR era dividido em duas grandes categorias: atividades e companhias. O tempo era contabilizado em minutos, sendo um dia completo equivalente à 1440 minutos. No que diz respeito à rotina da criança em um dia típico encontrou-se uma frequência alta de tempo gasto dormindo, assistindo televisão e executando tarefas domésticas, sendo que o participante passou a maior parte do seu dia sozinho, ou acompanhado de sua mãe. No domingo a criança passou a maior parte do seu tempo descansando, e em taxas menores, brincando, executando tarefas domésticas e assistindo televisão, estando a maior parte do tempo sozinho ou com parentes próximos. Em ambos os dias registrados nota-se que o participante dedicou-se um considerável tempo a tarefas domésticas. Entre famílias de baixo nível sócio-econômico é comum as crianças terem tarefas em casa e com seus familiares desde cedo. As meninas costumam ajudar cuidando de irmãos mais novos e em tarefas da casa enquanto que os meninos ajudam seus pais na coleta de frutas, na pesca, etc. Os ribeirinhos da comunidade Santo Antônio, por morarem próximo a Belém, estão em processo de transição, de um modelo tradicional para um urbano e o fato de a categoria de assistir televisão ter tido uma alta frequência é apenas um dado que comprova tal fato. A ausência das categorias de dever de casa ou leitura indicam que há pouca valorização da família acerca dos estudos. Por mais que as crianças beneficiárias do PBF frequentem a escola, mesmo por ser uma das exigências do programa, ainda é comum haverem casos em que não é presente na rotina da criança o hábito de fazer deveres de casa ou leituras didáticas. Isto pode ser causado por vários motivos, como a necessidade de auxiliar a família em tarefas domésticas ou a ausência de incentivo da família e escola em relação a dedicar-se aos estudos.

Apoio financeiro: CNPq

Palavras chaves: Ribeirinhos; Programa Bolsa Família; Inventário de Rotina

Nível do trabalho: Iniciação Científica – IC

Área da psicologia: DES

DESEMPENHO ACADÊMICO DE CRIANÇAS RIBEIRINHAS E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF). *Kátia Carvalho Amaral**, *Eline Freire de Monteiro**, *Pedro Araújo Ferreira**, *Simone Souza da Costa Silva e Fernando Augusto Ramos Pontes* (Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento/Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento Humano, Universidade Federal do Pará, Belém, PA).

Investigar as políticas públicas é um aspecto fundamental para a compreensão do desenvolvimento humano na perspectiva Bioecológica proposta por Bronfenbrenner (1996/1998). E atualmente no Brasil a política pública que vem provocando impacto em várias esferas sociais é o Programa Bolsa Família (PBF), lei nº 10.836/04. O PBF visa beneficiar famílias em situação de pobreza e extrema pobreza através da transferência de renda e do cumprimento de condicionalidades na área da saúde e educação. Dessa forma, objetivo do presente estudo foi explorar uma dessas condicionalidades, na área da educação, verificando e descrevendo as práticas educativas e o desempenho das crianças diante das mudanças produzidas pelo programa em uma comunidade ribeirinha insular amazônica. Os participantes foram todos os alunos das duas turmas do turno da manhã da unidade pedagógica da comunidade, no total de 24 crianças, seus respectivos responsáveis e professoras. A coleta foi realizada individualmente com cada participante no ambiente escolar e com os responsáveis em suas próprias moradias. Como instrumentos, foram utilizados o Inventário Sócio-demográfico (ISD), Entrevistas Semi-estruturadas com observações da dinâmica da sala de aula, Instrumento de Avaliação do Repertório Básico para a alfabetização (IAR), Teste de Desempenho Escolar (TDE) e diário de campo. A partir dos dados da caracterização pode-se observar que as características do contexto ribeirinho são em geral de pobreza e extrema pobreza e as peculiaridades do local interferem na execução das políticas públicas na região, principalmente em relação ao acesso às moradias e às escolas por parte dos serviços de assistência. No que diz respeito às práticas educativas identificou-se na instituição um enfoque em contextualizar a realidade cultural dos alunos no conteúdo ensinado, a intensa participação dos pais nas atividades das crianças, nos conselhos de ciclo, nas datas festivas e no dia-a-dia da escola que perpassam as práticas de planejamento e ensino com as crianças da comunidade. Sobre as práticas pedagógicas notou-se um perfil de coletividade entre as equipes na construção e promoção do conteúdo. Dessa forma, foi identificado pelos professores melhorias na implementação do ensino na comunidade ribeirinha, no entanto não são percebidas como atrelado ao PBF. Em contrapartida o desempenho acadêmico investigado através do TDE e IAR encontrou-se muito abaixo do padrão das escolas brasileiras, identificando que crianças que deveriam estar alfabetizadas ainda não apresentam o repertório básico, estando cerca de 60% apresentam o desempenho inferior e médio inferior dos critérios do TDE. Faz-se necessário verificar a validade dos instrumentos no contexto investigado ou se há necessidade de adaptações para compreender as peculiaridades do contexto ribeirinho.

Agência Financiadora: PIBIC/CNPQ - CNPQ

Palavras-chave: Desempenho acadêmico, contexto ribeirinho, Programa Bolsa Família.

Nível do Trabalho: Iniciação Científica – IC (trabalho de graduação)

Código da área da Pesquisa: DES

ATENÇÃO COMPARTILHADA E INTERVENÇÃO PRECOCE EM CRIANÇAS AUTISTAS: UMA REVISÃO. *Kátia Carvalho Amaral** e *Simone Souza da Costa Silva* (Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento/Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento Humano, Universidade Federal do Pará, Belém, PA).

O objetivo do presente trabalho foi desenvolver a primeira fase de uma revisão sistemática a respeito da eficácia da atenção compartilhada na aplicabilidade das intervenções precoces em crianças autistas. As revisões sistemáticas, segundo Sampaio e Mancini (2007), são úteis para integrar informações de um conjunto de estudos realizados separadamente sobre intervenções ou outros temas de pesquisas que necessitam de evidência, auxiliando na orientação para futuras investigações. Dessa forma, O estudo se dividiu em uma ampla caracterização das pesquisas que envolvem atenção compartilhada, intervenção precoce e autismo, para em seguida discutir a respeito dos artigos referentes ao tema proposto. O procedimento adotado para a seleção dos artigos se deu inicialmente pelo acesso ao Portal de Periódicos da CAPES para a escolha da base através das palavras-chave no idioma inglês “autism”, “joint attention” e “early intervention”, por possibilitar maior abrangência de títulos a serem encontrados. A partir da escolha da base de dados *Science Direct* e da busca com as mesmas palavras-chave, foram analisados 412 resumos de artigos indexados produzidos entre os anos de 2001 e 2011. Destes artigos, 135 estudos foram selecionados e analisados de acordo com as seguintes categorias: 1) ano de publicação; 2) idioma/país de origem; 3) área de conhecimento; 4) palavras-chave; 5) natureza da pesquisa; 6) formas de abordagem do problema; 7) procedimentos técnicos de pesquisa; e 8) aspectos gerais do participante. Na caracterização foi possível identificar que houve um aumento considerável da produção nos últimos 10 anos, tendo um salto elevado de produção de 2009 até os dias atuais, confirmando que o autismo vem sendo cada vez mais, foco de estudos de pesquisadores de diversas áreas e em diversos países. Entretanto, as áreas das Ciências Humanas e da Saúde se destacam como as que mais investigam esta temática. Outro aspecto identificado foi quanto à forma de abordagem do problema de pesquisa, predominantemente quantitativa, sendo fundamental para as pesquisas baseadas em evidências empíricas. E ao olhar para os instrumentos e técnicas de coleta e análise de dados foi possível observar, que muitas pesquisas investem no rigor metodológico para a obtenção de dados cada vez mais válidos. No entanto, nota-se que a temática carece de pesquisas qualitativas no intuito de aprofundamento do que já se tem investigado. Os dados também apontaram para a escassez de pesquisas básicas investigando a habilidade de atenção compartilhada na eficácia das intervenções precoces para o autismo, que é precisamente o ponto de vista dos autores desta pesquisa, que também indicam a necessidade de estudos empíricos a este respeito.

Agência Financiadora: PIBIC/CNPQ – CNPQ

Palavras-chave: Revisão sistemática, atenção compartilhada, intervenção precoce, autismo.

Nível do Trabalho: Iniciação Científica – IC (trabalho de graduação)

Código da área da Pesquisa: DES

MÃES E BEBÊS DE FAMÍLIAS DE CLASSE BAIXA: MECANISMOS INTERACIONAIS, INFLUÊNCIA MÚTUA E COMPLEXIDADE DAS INTERAÇÕES DURANTE O PRIMEIRO SEMESTRE. *Rafaella Nery Nóbrega**, (Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém-PA)

Os mecanismos interacionais (MI) modulam e individualizam os sistemas parentais. Neste trabalho foram analisados os mecanismos interacionais, a influência mútua e a complexidade das interações durante o primeiro semestre em díades de classe baixa. Cuidadores, no contexto intra e entre culturas, diferem com relação à sua orientação aos sinais comunicativos do bebê. Os mecanismos universais de interação são utilizados de diferentes formas, evidenciando metas de socialização modeladas pelos contextos ecoculturais. Foram estudados os cuidados primários (banho e troca) de dez díades mãe-bebê de três, entre quatro e seis meses de idade, de classe econômica baixa (renda mensal média de R\$295,00). A média de idade das mães era, aproximadamente, 24 anos. As filmagens foram realizadas nas respectivas residências e totalizaram 90,3 minutos de interação, e suas análises foram efetuadas com o programa Transana 2.4. As categorias analisadas foram pré-definidas. Para os bebês, foram sinais comunicativos positivos (*olhar a mãe, sorrir, vocalizar*), negativos (*chorar e vocalizar com estresse*) e *manipulação de objetos* e, para as mães, *falar, vocalizar, sorrir, mostrar e oferecer* objetos. Apenas as respostas, do bebê e da mãe, ocorridas com uma latência de até 5 segundos foram consideradas para a análise dos MI. Os sinais comunicativos que não receberam respostas foram registrados como SR (sem resposta). Constatou-se que o sinal comunicativo mais frequente dos bebês foi o de vocalizar, ao qual as mães respondiam mais rapidamente (inferior a 3 segundos) com o falar e o sorrir. As maiores latências (entre 3 e 5 segundos) foram observadas em resposta ao choro, ao qual respondiam com vocalização e/ou sorriso (respostas empáticas). Por sua vez, os bebês vocalizavam em resposta às vocalizações de suas mães com latências que variavam entre 2 e 3 segundos. O padrão temporal mais representativo da comunicação entre a díade mãe-bebê é o da intermitência. Dos sinais emitidos pelos bebês, em 56,6% das vezes receberam respostas contingentes. Houve aumento progressivo na variabilidade comportamental dos bebês. As interações mediadas por objetos apenas se estabeleceram no sexto mês. Observou-se também que, enquanto os bebês mantinham um padrão razoavelmente estável de respostas contingentes ao comportamento de suas mães, estas aumentavam progressivamente suas respostas contingentes aos sinais dos filhos ao longo dos meses estudados. Esse padrão sugere que as mães, inicialmente, percebem e se adaptam às possibilidades comunicativas de seus bebês para então ampliá-las, respondendo prontamente e com afetuosidade. Os estilos parentais observados descrevem metas de socialização dirigidas para autonomia e independência, próprios de mães urbanas.

PIBIC – Fapespa

Palavras-chave: contingência social, responsividade mãe-bebê, interação mãe-bebê.

IC

DES

CRIATIVIDADE NA VELHICE. *Adriana Aparecida Ferreira de Souza* (Universidade de Mogi das Cruzes, São Paulo, SP), *Alessandra dos Santos Braga** (Universidade de Mogi das Cruzes, São Paulo, SP) e *Carolina Horioka** (Universidade de Mogi das Cruzes, São Paulo, SP)

Segundo a Organização Mundial de Saúde até 2025 o Brasil será o sexto país com o maior número de pessoas idosas, o que mostra a necessidade de estudos que contribuam para a melhoria da qualidade de vida dos idosos. Este estudo objetivou identificar a capacidade dos idosos na utilização da criatividade para resolução de problemas aos quais são expostos no seu dia-a-dia, contribuindo para que, futuramente, sejam elaborados programas de prevenção e intervenção que desenvolvam o potencial dos idosos para enfrentar as situações adversas comuns no envelhecimento. Numa primeira etapa foram realizados quatro grupos focais distintos para identificação dos problemas do dia-a-dia dos idosos. A segunda etapa foi composta por 30 participantes nos quais foi aplicada a Técnica Criativa de Resolução de Problema, para avaliar a criatividade quanto a resolução de situação problemas do dia a dia. Foi elaborada uma Técnica Criativa de Resolução de Problemas (TCRP), a partir dos resultados da Etapa 1, a qual foi apresentada ao idoso, por escrito, digitada e impressa com linhas para as respostas. Além disso, foi utilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e um Questionário Sócio- demográfico com 10 perguntas. Foram estabelecidos contatos com os idosos por conveniência, tendo sido os mesmos informados sobre os objetivos do estudo e em que consistiria sua participação. Foi aplicado individualmente o Questionário Sócio-demográfico e a TCRP (Técnica Criativa de Resolução de Problemas), que foi lido em voz alta ao idoso, tendo sido concedidos 10 minutos para a sua resposta. Os resultados mostram que apesar de não ocorrer correlação significativa entre os grupos quanto aos pontos positivos do envelhecer, os aspectos sociais aparecem em maioria, tendo sido também destacados aspectos intelectuais e físicos. Os pontos negativos da velhice apresentaram diferença estatisticamente significativa, os aspectos sociais são considerados pelos idosos o maior ponto negativo da velhice. Os aspectos físicos também foram destacados. Os idosos da segunda etapa foram predominantemente do sexo feminino, casados, com nível escolar primário. Ao verificar a criatividade dos idosos para resolver “situações - problema” do cotidiano, observou-se que os que não trabalham, em geral, possuem maior criatividade comparados aos idosos que trabalham. Porém os idosos que não trabalham apresentaram os seguintes aspectos da criatividade: flexibilidade e originalidade; e os idosos que continuam no mercado de trabalho apresentaram uma maior elaboração. Conclui-se que, em geral, os idosos são criativos para solucionar problemas que se apresentam no cotidiano, adaptando-se a situações diversas tendo um bom enfrentamento dessa fase chamada velhice.

Palavras-chave: Criatividade, Envelhecimento, Flexibilidade

IC

DES

INFLUENCIA SOCIAL SOBRE A APRENDIZAGEM DO USO DE FERRAMENTAS EM CRIANÇAS PRÉ VERBAIS DE UMA INSTITUIÇÃO PARTICULAR. *Lígia Mariane Nishida**, *Jéssica de Carvalho Rodrigues da Silva** e *Briseida Dogo de Resende* (Universidade de São Paulo)

A capacidade de imitar dos seres humanos é de grande importância para o processo de aprendizagem, uma vez que se torna possível aumentar a gama de conhecimentos do indivíduo através não somente do que ele aprende sozinho, mas somando ao conhecimento de quem se imita. A imitação é, portanto, um processo de aprendizagem essencial para o desenvolvimento cognitivo do ser humano, sendo extremamente relevante entender como isso ocorre dentro dos grupos sociais. A presente pesquisa tem como objetivo verificar crianças pré-verbais (entre 18 e 24 meses), que passam os dias em instituições particulares de cuidado infantil, aprendem a resolver uma tarefa por meio de imitação. Os sujeitos foram quatro crianças com idade entre 18 e 24 meses de uma escola particular de São Paulo, autorizadas pelos pais a participar da pesquisa mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A tarefa consistia em abrir um ovo de plástico com brinquedo dentro por meio do uso de um copinho de plástico. No procedimento, inicialmente a experimentadora demonstrou a tarefa e as crianças observaram, sentadas em volta. Em seguida, foram colocados à disposição das crianças os copinhos e os ovos fechados para que elas pudessem abrir. Os dados foram coletados por meio de filmagens e analisados posteriormente. Logo após a demonstração foram registrados por 10 minutos os comportamentos das crianças, utilizando as categorias: 1) puxar metades dos ovos; 2) imitar ações exatas da demonstração; 3) bater copinho contra o ovo que está sem apoio nenhum; 4) encaixar uma metade em cima da outra, fechando o ovo com ou sem brinquedo; 5) tentar fechar dois copinhos como se fossem ovos. Os resultados obtidos foram: dentre as quatro que estavam presentes, uma replicou a demonstração, mas não conseguiu abrir. Então puxou as duas metades do ovo para lados opostos. As outras três crianças puxaram as duas metades para lados opostos, que era a forma mais fácil de abrir os ovos. Dentre essas três, uma delas não obteve sucesso na abertura do ovo e então bateu o copinho contra o ovo sem apoio nenhum, o que foi considerado como imitação incompleta da seqüência utilizada na demonstração, pois ficou faltando posicionar o ovo. Os dados obtidos mostram que as crianças rapidamente adotaram a estratégia de abri-los puxando as metades para lados opostos, o que era de fato mais eficaz e para uma delas. Porém apesar disso, uma criança apresentou imitação completa do comportamento da demonstradora e outra criança, depois de não conseguir abrir o ovo puxando as metades para lados opostos, apresentou imitação incompleta. As crianças podem, portanto, imitar uma demonstração de resolução de problema demonstrada por um adulto mesmo que consigam realizar a tarefa de uma forma mais simples.

Apoio financeiro: Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo

Palavras chave: Imitação, Desenvolvimento Social, Aprendizagem

DESENVOLVIMENTO DE BEBÊS EM BERÇÁRIOS: AVALIANDO A INTERVENÇÃO. *Aline Fabieli Pratti de Abreu**, *Mariana Biffi** e *Lígia Ebner Melchiori* (Universidade Estadual Paulista, Bauru,SP)

O objetivo desse estudo foi o de verificar a eficácia de intervenções realizadas em berçários e suas implicações na aquisição de habilidades e competências em bebês. Os participantes foram 55 bebês que frequentavam berçários de seis Escolas Municipais de Educação Infantil Integrada (EMEII) de uma cidade de porte médio paulista. No procedimento de coleta de dados foi utilizado um Questionário de Caracterização do Berçário e da Escola, que foi respondido pelas diretoras das seis EMEIIs, com o objetivo de obter informações a respeito da escola e do berçário com relação a espaço físico, equipe, funcionamento e organização. Os bebês foram avaliados através da Escala de Avaliação do Desenvolvimento Psicomotor Infantil-EEDP, que avalia as áreas: Social, Linguagem, Coordenação Motora Global e Visomotora. A avaliação foi realizada no início e final do semestre, sendo que 27 bebês de três berçários faziam parte do grupo controle (GC) e 28, de outros três berçários, constituíram o grupo de intervenção (GI). Nos GIs, uma dupla de estagiários de Psicologia freqüentava semanalmente os berçários. Após a avaliação do desenvolvimento dos bebês, aliado com as necessidades detectadas no instrumento de Caracterização da EMEII e observações realizadas, foi elaborado um projeto individualizado em cada berçário. No geral os projetos envolveram quatro frentes de trabalho: orientação das educadoras e dos genitores, estimulação dos bebês e alteração do ambiente físico do berçário. Com as educadoras foram realizadas reuniões com o objetivo de mostrar a importância de seu trabalho para a promoção do desenvolvimento infantil, programação de atividades de estimulação diárias, necessidade de aproximação escola-família, arranjo espacial dos berçários, a importância do brincar, entre outros. Com os genitores foram realizadas reuniões com o objetivo de estimular sua participação e responsabilidade no desenvolvimento de seus bebês, aproximando-os das educadoras, além de esclarecer vários temas a respeito do desenvolvimento infantil, discutidos em reunião ou enviados aos pais através de Boletins Informativos. Com os bebês ocorreram sessões semanais de estimulação, principalmente das áreas de desenvolvimento que estavam em defasagem. No final do semestre os bebês foram reavaliados. No GC os bebês também passaram pelas duas avaliações, no início e término do semestre. Os resultados mostraram que na primeira avaliação, o grupo controle obteve desempenho abaixo do esperado nas áreas de Linguagem, Coordenação Motora e Visomotora e acima do esperado na área Social. Na segunda avaliação os resultados se mantiveram abaixo do esperado, exceto nas áreas Motora, em que o desempenho apresentou-se acima do esperado e na Social, em que o obtido foi igual ao esperado. No GI, apenas a área relacionada à Coordenação Visomotora teve desempenho acima do esperado, enquanto na segunda avaliação, obteve-se um desempenho superior ao esperado nas cinco áreas avaliadas. Os dados comparativos entre o GC e o GI foram estatisticamente significativos. Verifica-se a eficácia da intervenção realizada e a importância dos projetos que efetuam a estimulação precoce para o desenvolvimento dos bebês, sendo fundamental a formação das educadoras e a integração entre a família e a escola, por serem esses os dois principais ambientes em que a criança convive.

Palavras-chaves: desenvolvimento infantil, berçários e educadores

IC

Área da Psicologia: DES

DESENVOLVIMENTO INFANTIL: EXISTE DIFERENÇA ENTRE GÊNEROS NA LINGUAGEM DE BEBÊS? *Deborah z. Guedes***, *Márcia Regina F Marteleto e Benjamin I Kopelman* (Departamento de Pediatria - Universidade Federal de São Paulo – São Paulo – SP)

A linguagem, capacidade de produzir sons, se fazer compreendido, interagir e comunicar-se é uma habilidade mental de grande importância no desenvolvimento infantil. A ausência ou complicações na aquisição dela podem classificar a criança em atraso ou acarretar risco a seu desenvolvimento. Exames de neuroimagem funcional demonstram que meninos e meninas processam a linguagem de forma diferenciada. Garotas têm melhor desempenho na oralidade, habilidade na leitura/escrita, na discriminação auditiva e coordenação visomotora, enquanto meninos têm mais habilidade em cálculos matemáticos, orientação espacial e visual. Pesquisadores referem que há indícios de que ao lidar com material fonológico, mulheres processam a linguagem verbal nos 2 hemisférios cerebrais ao mesmo tempo, enquanto homens usam apenas áreas específicas do hemisfério dominante. O OBJETIVO deste trabalho de pesquisa é comparar crianças do gênero feminino e masculino a fim de verificar se existe melhor desempenho em algum destes gêneros. MÉTODO: 30 bebês (15 meninas e 15 meninos) da rede ambulatorial pública da região sul de São Paulo foram acompanhadas e avaliadas aos 12 e aos 24 meses em relação à linguagem. Utilizou-se o teste de triagem neurodesenvolvimentista BINS (Bayley Infant Neurodevelopment Screener), cujo propósito é a identificação de crianças que apresentam risco de atraso no desenvolvimento. Em seguida procedeu-se à aplicação da Escala Bayley (BSID-II) de avaliação diagnóstica desenvolvimentista na subárea mental. RESULTADOS: Em ambas faixas etárias, meninas foram mais competentes em relação à sua capacidade de uso e apropriação da linguagem. Aos 12 meses, meninos e meninas foram hábeis em imitar, ouvir e responder solicitações. Entretanto ao falar, meninas simultaneamente apontavam objetos, para demonstrar suas necessidades e ser atendida em seus desejos, enquanto meninos apresentavam dificuldade em gesticular e falar concomitantemente (ou só emitiam falas reduzidas ou só gesticulavam). Aos 24 meses a diferença persistiu. Embora eles fossem capazes de nomear diferentes objetos apresentados no teste, as meninas tinham uma manifestação fonológica semântica mais inteligível e a fala sobre o livro de estória apresentado era espontânea, clara e precisa, além de utilizar pronomes e verbos no pretérito. Apenas 4 meninos usaram pronomes e nenhum deles se referiu a algum evento anterior, utilizando verbos no passado. CONCLUSÃO: Neurocientistas e estudiosos atestam que meninas têm maior habilidade que meninos na linguagem (oral e corporal). Sem nos ater a interesses sexistas e conflitos pautados por estereótipos, através deste ensaio, também obtivemos o resultado prescrito na literatura. Entretanto, o desenvolvimento infantil nos anos iniciais é regulado por mudanças provisórias e transições qualitativas das janelas de desenvolvimento. Crianças são diversas em relação ao *input* de suas competências. Neste sentido, qualquer escala de desenvolvimento e de triagem infantis carecem de valor preditivo, não prevêm patologias, prognósticos ou desenvolvimento a longo prazo. São instrumentos extremamente úteis, que atestam sobre o desenvolvimento da criança na atualidade, são medidas de status do momento presente, diagnosticando risco de desenvolvimento que necessitem de assistência específica. Esta mensuração é um indicativo que deve ser observado, mas não absorvido como verdade absoluta, uma vez que o profissional deve ter um olhar individualizado para cada criança.

PALAVRAS CHAVES: bebês, linguagem, Escalas BINS e Bayley

Nível de trabalho: Mestrado - M

Código de área: DES

MENINOS CHORAM? A RELAÇÃO ENTRE ATRIBUIÇÃO DE ESTADOS MENTAIS E ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO. *Ísis De Vitta Grangeiro Rodrigues**, *Camila Cerminaro** e *Débora de Hollanda Souza* (Departamento de Psicologia, UFSCar, São Carlos – SP)

O campo de estudos sobre a Teoria da Mente conta com uma ampla gama de pesquisas que investigam a capacidade de atribuir estados mentais (e.g., emoções e intenções) aos outros e a si mesmo. Por outro lado, a literatura sobre estereótipos de gênero mostra que eles aumentam sua influência rapidamente entre 3 e 5 anos, a mesma faixa etária na qual as crianças apresentam avanços significativos em teoria da mente. O presente estudo pretendeu investigar, portanto, possíveis relações entre o desenvolvimento da teoria da mente e a estereotipagem de gênero, já que ambos devem se dar pela inserção da criança na cultura e começam a ocorrer na mesma faixa etária. Mais especificamente, este estudo pretendeu investigar se há um efeito de distorção na atribuição de estados mentais (e.g., emoções e intenções) devido à influência de possíveis estereótipos de gênero sobre a criança. Vinte e uma crianças, divididas em dois grupos de idade (3 e 4 anos), participaram do estudo, sendo 10 do sexo feminino e 11 do sexo masculino. Os participantes foram avaliados em duas tarefas de Teoria da Mente, uma escala que mede estereotipagem de gênero (GASC), o Teste de Vocabulário por Imagens Peabody (TVIP) e uma tarefa de atribuição de estados mentais para cada gênero, criada especificamente para a presente pesquisa. Resultados preliminares sugerem que não há diferença significativa entre os dois grupos de idade para o desempenho em tarefas de teoria da mente, ($t = -0,64$, $p = 0,53$) e o desempenho na escala GASC ($t = -1,38$, $p = 0,18$). Uma análise de correlação de Pearson não revelou associação entre o desempenho na escala Gasc e nas tarefas de teoria da mente ($r = 0,12$, $p = 0,61$). Uma análise de d' revelou uma sensibilidade maior dos meninos tanto na detecção de emoções positivas ($d' = 2,96$ para os meninos e $d' = 2,57$) como para a detecção de emoções negativas ($d' = 2,89$ para os meninos e $d' = 2,79$ para as meninas). Uma análise qualitativa das respostas na tarefa de atribuição de emoções indicou que o medo foi atribuído às personagens apenas por participantes meninas, e essa tendência é consistente com achados prévios. Os escores pouco variados entre sexo e idade parecem indicar que a amostra deste estudo é bastante homogênea. Apesar da amostra reduzida, o estudo contribuiu para aumentar o conhecimento da relação entre teoria da mente e dimensões específicas do desenvolvimento infantil, a saber, a emergência dos estereótipos de gênero e a atribuição de emoções, cuja investigação é quase inexistente na literatura da área. Sugere-se que mais estudos investigando a influência dos estereótipos de gênero no desenvolvimento da teoria da mente sejam realizados.

Projeto realizado com bolsa PIBIC/ CNPq/ UFSCar.

Palavras-chave: Teoria da Mente; Estereótipos de Gênero; Estados mentais.

IC

DES

ATRIBUIÇÃO DE ESTADOS MENTAIS A ANIMAIS E SUA RELAÇÃO COM A TEORIA DA MENTE. *Leticia Marino Pio** e *Débora de Hollanda Souza* (Laboratório de Desenvolvimento Humano e Cognição, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP)

Estudos recentes têm explorado as relações com pares, adultos, e irmãos como facilitadoras do processo de desenvolvimento da teoria da mente. Entretanto, a relação com os animais também oferece oportunidades frequentes para exercitar a habilidade de atribuir sentimentos, intenções e desejos a outros. Nessa direção, o presente estudo avaliou se a relação com os animais pode estar associada a ganhos sociocognitivos em crianças de idade pré-escolar. Trinta e seis crianças, divididas em três grupos de idade (3, 4 e 5 anos), participaram da pesquisa; dezessete crianças não possuíam animal de estimação e dezenove possuíam. Os participantes foram avaliados em tarefas de teoria da mente e em uma tarefa de atribuição de estados mentais, especialmente criada para o presente estudo. Conforme esperado, os resultados revelaram um efeito significativo de idade tanto no desempenho nas tarefas de teoria da mente, $F(2, 24) = 9,45, p = 0,01$, como na tarefa de atribuição de estados mentais, $F(2, 24) = 4,25, p = 0,03$. Comparações emparelhadas indicam uma diferença significativa entre o desempenho do grupo de 4 e o de 5 anos nas tarefas de teoria da mente ($p = 0,047$) e entre o desempenho do grupo de 3 e o de 4 anos na tarefa de atribuição de estados mentais ($p = 0,04$). Uma análise de medidas repetidas revelou um efeito significativo de ter/não ter animal de estimação no escore obtido em cada categoria de atribuição de estados mentais (alegria, tristeza, sem emoção), $F(1,30) = 6,62, p = 0,01$, ou seja, as crianças que têm animal de estimação apresentam um desempenho melhor ($M = 2,3$) do que as que não possuem animal de estimação ($M = 1,84$). A análise de variância revelou também uma interação significativa entre as variáveis idade, animal de estimação e gênero em relação ao desempenho nas tarefas de teoria da mente, $F(2, 24) = 4,23, p = 0,027$. A interação entre ter/não ter animal de estimação e gênero não é significativa para o grupo de 3 anos, mas sim para os grupos de 4 e 5 anos. Mais especificamente, as meninas que possuem animal de estimação apresentam um ganho maior em teoria da mente entre os 4 ($M = 3,3$) e os 5 anos ($M = 6,6$) do que as meninas que não possuem ($M = 4,5$ aos 4 anos e $M = 4,5$ aos 5 anos). O efeito inverso é observado nos meninos, pois o ganho significativo entre os 4 e 5 anos é o apresentado por aqueles que não possuem animal de estimação ($M = 1,75$ aos 4 e $M = 4,25$ aos 5 anos). Apesar do número limitado de participantes no presente estudo, esses resultados trazem uma contribuição importante para o campo de estudos sobre teoria da mente, pois sugerem que a relação com animais afetam o desenvolvimento sociocognitivo. Mais especificamente, essa relação parece promover o desenvolvimento de uma habilidade precursora de teoria da mente, a atribuição de emoções. Sugere-se que mais estudos investigando o papel do convívio com animais no desenvolvimento infantil sejam realizados.

Cognição Social; Teoria da Mente; Relação com Animais

IC

DES

CARACTERÍSTICAS SEXUAIS SECUNDÁRIAS FEMININAS E ATRATIVIDADE NA SELEÇÃO DE PARCEIROS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA. *Suzane Santana Lima dos Santos**, *Gleyce Kelly Batista de Silva**, *Lorena Monteiro de Sousa** e *Débora Lúcia Oliveira de Oliveira** (Universidade Federal do Pará, Belém-PA)

A seleção de parceiros é algo instigante, pelo fato de que se pensava, primordialmente, não utilizar mecanismos advindos da seleção natural. No entanto, Darwin a explicou através do conceito de Seleção Sexual. A seleção sexual opera por meio de dois processos: intra-sexual (competição por membros do sexo oposto) e intersexual (escolha preferencial por membros do sexo oposto). Alguns teóricos afirmam que o marco inicial da seleção de parceiros é o uso das estratégias sexuais. Estas por sua vez, são utilizadas distintamente de acordo com o gênero e com o contexto de ocorrência. Vale ressaltar que não possuem um caráter consciente e compreende comportamentos inclinados a resolver problemas específicos de acasalamento sobrevivendo do ambiente evolucionário. A seleção de um parceiro também mantém ligação com o Investimento Parental. Pode-se até dizer que o sexo mais seletivo seria aquele que demanda mais investimentos em relação à prole. Nesse sentido um fator fundamental na escolha de um indivíduo para o acasalamento é a atratividade. Nesse estudo objetivamos verificar se na literatura científica a aparência física das mulheres mantém relação com sua atratividade para o sexo oposto levando em consideração as características secundárias (seios fartos, cintura fina e quadril largo). As buscas ocorreram em base de dados eletrônicas (Google Acadêmico e Scielo). Somente os artigos publicados de 2001 a 2011, escritos em português e que tratassem do tema de forma consistente, foram incluídos. De forma geral apenas 10 artigos encaixaram-se em nossos critérios de inclusão de publicações. Observou-se que em 2001 apenas um artigo foi escrito sobre o tema e em 2007 esse número cresceu significativamente para 3 artigos publicados. Em termos de referencial teórico a Psicologia foi a representante mais expressiva, apresentando mais publicações ligadas ao tema. A base de dados que mais abriga artigos é o Scielo, e os procedimentos mais utilizados pelos artigos são os questionários. Conclui-se que a atratividade está relacionada não apenas com a presença de uma característica sexual secundária, mas também com todo um conjunto de características que formam um conjunto harmonioso de forma física. A mídia com seus programas e propagandas também influencia nessas escolhas já que impõe um padrão de beleza, muitas vezes inacessível. Nos resultados de vários trabalhos a mulher se mostrou mais seletiva em relação à escolha de um parceiro confirmando a teoria do Investimento Parental. Reforçou-se também a hipótese de que em contextos distintos as estratégias sexuais se transformam. Não se pode deixar de dizer que os homens em relacionamentos de longo prazo são seletivos ao escolher sua companheira, já que ao se ter certeza de que está investindo em sua prole, conquistará sucesso reprodutivo.

Palavras chave: seleção de parceiros, atratividade, característica secundária.

IC

DES

CARACTERIZAÇÃO SOBRE A INCLUSÃO EDUCACIONAL DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL. *Suzane Santana Lima Dos Santos**, *Claudia dos Santos Oliveira***, *Fernando Augusto Ramos Pontes*, *Líliã Iêda Chaves Cavalcante e Simone Sousa da Casta e Silva* (Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Pará, Belém-PA).

Nas décadas de 80 e 90 grupos sociais envolvidos com a educação, familiares de pessoas com deficiência e organizações internacionais pressionaram o governo do Brasil para consolidação de um modelo educacional que incluísse a todos. Legalmente essas mudanças foram instituídas através da Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 (LDBN). A nova legislação gerou políticas públicas que propuseram modificações significativas no cenário educacional. Nesse sentido foi necessária uma reestruturação no sistema de educacional, da escola e da formação docente a fim de atender os dispositivos legais. Essa reestruturação ocorre de modo diferenciado ao longo do tempo, haja vista a complexidade do processo de inclusão educacional, a dimensão do sistema de ensino brasileiro e a dinâmica de ações efetivas a respeito da inclusão. Duas décadas depois dessas orientações legais é importante revisar as produções científicas acerca [da] inclusão educacional do aluno com deficiência a fim de observar o desenvolvimento das políticas públicas nessa área ao longo do tempo. Neste estudo o objetivo é identificar o panorama das publicações sobre inclusão educacional do aluno com deficiência após a década de 90. O recurso metodológico utilizado foi revisão sistemática de artigos da Biblioteca Virtual da Scielo. O período de busca se deu entre 03 e 06 de novembro de 2010 e os descritores utilizados foram inclusão escolar, inclusão educacional e educação inclusiva. A busca resultou em 175 artigos que tratavam exclusivamente sobre o tema, destes 37 eram repetidos, sendo 138 revisados. A partir da revisão foram levantadas informações sobre a produção científica a partir da década de 90, se observou que, nos anos de 1990, 1991, 1992, 1994, 1995, 1996, 1998 e 2003 não houve publicações. Em 1999 e 2001 foram publicados na biblioteca Scielo apenas um artigo por ano que tratou sobre o tema em questão, já nos anos de 1993, 1997 e em 2000 se publicou 2 artigos anuais. Nos anos de 2002 e 2004 o número de publicação foi de 4 artigos, de 2005 a 2010 a média anual foi de 21 artigos por ano. Percebe-se que quase 10 anos após a LDB 6.394/96 o número de trabalhos de pesquisas publicado na Scielo aumenta significativamente. Conclui-se neste estudo que, o processo de inclusão educacional de alunos com deficiência não se efetivou logo depois da promulgação legal e que ainda hoje muito se discute sobre o desafio de reestruturar a educação brasileira para que a mesma se torne inclusiva.

Bolsista CAPES

Palavras-chave: inclusão educacional, alunos com deficiência e periódicos.

M

DES

CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE ABRIGO: UMA ANÁLISE DOS MOTIVOS DO ABRIGAMENTO E DAS POSSÍVEIS CONSEQÜÊNCIAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO PSICOSSOCIAL DOS ABRIGADOS.

Maressa Souza Neiva, Aline dos Santos Menezes, Layane Souza da Silva*, Paula Nayara Bezerra da Silva* (Curso de Psicologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco) e Lucivanda Cavalcante Borges (Professora Assistente da Universidade Federal do Vale do São Francisco)*

De acordo com o ECA a colocação de crianças e adolescentes em instituições de abrigo deve ser provisória e excepcional, somente quando se encontram em situação de grave risco à sua integridade física, psicológica e sexual. No entanto, pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA) apontou que cerca de vinte mil crianças encontram-se abrigadas em todo Brasil, cujo motivo principal é a pobreza. Conhecer os motivos da institucionalização de crianças e adolescentes contribui para a construção de projetos sociais e políticas públicas que atendam às necessidades biopsicossociais dos mesmos. Assim, o presente trabalho propõe identificar os motivos do abrigamento de 46 crianças e adolescentes de três abrigos da cidade de Petrolina/PE e analisar as possíveis conseqüências sobre o desenvolvimento psicossocial dos mesmos. A importância dessa pesquisa revela-se principalmente no reconhecimento de que a convivência familiar, seja esta a família de origem da criança ou substituta, é fundamental no trabalho de proteção integral a crianças e adolescentes, e deveria constituir-se o espaço privilegiado para o desenvolvimento dos mesmos. Entretanto, quando há necessidade de afastamento do seio familiar, os esforços devem acontecer para que a reintegração se dê no menor tempo possível e, especialmente, para que as referências familiares não sejam perdidas. Para tanto, foram realizadas pesquisas documentais e entrevista com os dirigentes das instituições. Em seguida, os dados foram agrupados e submetidos a análises quantitativas e qualitativas, baseado no Estatuto da Criança e do Adolescente e no referencial da teoria ecológica do desenvolvimento humano. Os resultados mostraram que os principais motivos do abrigamento das crianças e adolescentes é a pobreza (30%), seguido da violência familiar (29%), muito embora o ECA, em seu artigo 23, ressalte que “a falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo para institucionalização”. O que se observa com esses resultados é que, em algumas situações, a pobreza pode aumentar a vulnerabilidade social das famílias e, assim, potencializar outros fatores de risco, contribuindo para que crianças e adolescentes pobres tenham mais chances de passar por episódios de abandono, violência e negligência. Os resultados também mostraram que 29% das crianças e adolescentes estão nos abrigos entre 2 e 4 anos, 10% de 4 a 6 anos e 6% à 7 anos. Para Tavares (2001), o afastamento da convivência familiar, somado à situação de pobreza de que são oriundos, e à ausência de uma rede social de apoio eficaz, submete as crianças e adolescentes abrigados à situação de risco. Ademais, as formas de funcionamento do abrigo, as interações e cuidados que são estabelecidos nesse contexto podem constituir fatores de risco ou proteção ao desenvolvimento psicossocial das crianças e adolescentes. Assim, ressalta-se a necessidade de intervenções nos abrigos e com as famílias em situação de vulnerabilidade social, para que o abrigo caracterize um contexto de proteção provisória à infância e adolescência e que o direito dos mesmos à convivência familiar e comunitária seja respeitado.

Apoio financeiro: PIBIC/UNIVASF

Palavras-chave: abrigo; motivos da institucionalização; ECA

Nível do trabalho: I.C.

Código da área: DES

CONSIDERAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO EMOCIONAL DE UM BEBÊ ABRIGADO. *Rose Daise Melo do Nascimento* (Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP), Belém, PA) e *Janari da Silva Pedroso* (Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP), Belém, PA).

O presente trabalho consiste em uma pesquisa qualitativa que se propôs a observar e analisar, a partir do enfoque psicanalítico, o desenvolvimento emocional de um bebê sob medida protetiva de acolhimento institucional provisório. Destarte, realizou-se um estudo de caso, cujo instrumento metodológico consistiu na adaptação do método de Observação de Bebês desenvolvido por Esther Bick, que em sua forma original se propõe a observar semanalmente as interações do recém-nascido em seu ambiente familiar por um período de três anos. Este método apóia-se em um *setting* constante que denota o estreito vínculo com a psicanálise, manifesto pela regularidade das observações, análise das relações, supervisão continuada, entre outros aspectos. As adaptações das observações para a presente pesquisa referem-se ao ambiente observado que é institucional, à limitação do tempo para o período de quatro meses de observação, ao contexto das supervisões que, devido à escassez de pesquisadores que utilizam este método em Belém/PA, restringiu a maioria das supervisões ao par observador e supervisor, sendo que este último exerceu a função paralela de orientador deste estudo. Realizou-se o estudo em um abrigo estadual localizado na região metropolitana de Belém/PA, que acolhe crianças de zero a seis anos, onde vivia Miguel (nome fictício), um bebê que foi abandonado por motivo de dificuldades financeiras justificadas pela mãe. Miguel foi observado desde os seus 20 dias de vida até os quatro meses de idade, através de observações semanais, com duração de uma hora cada, totalizando 20 observações, as quais foram registradas e submetidas às supervisões. Os resultados foram organizados em três categorias de análise: 1) *Sou visto, logo existo* que esboça a relação bebê-observadora, 2) *Colo bom, colo mau* que aborda o ambiente de cuidados vivenciados por Miguel no contexto de acolhimento institucional e 3) *Sobre o desenvolvimento emocional de Miguel* referente à discussão sobre o desenvolvimento emocional do bebê conforme os modelos propostos pela psicanálise, notadamente a partir da perspectiva da Teoria das Relações Objetais, por esta considerar o dinamismo emocional envolvido nas relações do recém-nascido com o contexto que o envolve. Ao final desta jornada, Miguel revelou-se um bebê que durante os primeiros meses experimentou ansiedades catastróficas, que demandavam acolhimento e contenção, usava o choro e o olhar para atrair contato, todavia, raras vezes era atendido por motivos diversos; posteriormente, mostrou-se mais familiarizado com o ambiente, utilizando recursos como vocalizações e sorrisos para relacionar-se. Apesar da instabilidade e inconstância dos cuidados evidenciados na rotina institucional, Miguel foi considerado nesta pesquisa como símbolo do bebê que vencendo obstáculos e enfrentando um mundo ambivalente em sua máxima expressão, revelou que não existe situação ideal para o desenvolvimento emocional.

CAPES (Bolsa de Mestrado)

Palavras-chave: acolhimento institucional, desenvolvimento emocional, observação psicanalítica.

Mestrado – M

DES - Psicologia do Desenvolvimento

O DESENVOLVIMENTO AFETIVO DE BEBÊS COM RISCO DE AUTISMO.
*Mariana Luisa Garcia** e Carolina Lampreia* (Departamento de Psicologia – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro – RJ)

O autismo é considerado um transtorno do desenvolvimento caracterizado por uma tríade de prejuízos da comunicação e linguagem, socialização, interesses restritos e movimentos estereotipados que devem estar presentes antes dos 3 anos de idade. O reconhecimento de sinais precoces do autismo tornou-se imprescindível para o encaminhamento de crianças à intervenção precoce e para as chances de minimizar seu impacto no desenvolvimento. Em busca de tais sinais, um corpo de conhecimento consistente para a identificação de risco no segundo ano de vida foi estabelecido a partir de estudos retrospectivos de vídeos familiares. O desafio passou a ser, então, a identificação de sinais de risco no primeiro ano. A metodologia de escolha para verificar quais seriam esses sinais foi o acompanhamento prospectivo de bebês de risco, irmãos de crianças mais velhas com autismo, por terem chances aumentadas de diagnóstico em relação às chances de diagnóstico na população geral. Alguns estudos vêm sugerindo que a regulação do afeto seria um desafio para os bebês de risco e poderia sinalizar risco de autismo. O presente estudo de casos múltiplos teve os objetivos de acompanhar o desenvolvimento de bebês com alto e baixo risco de autismo e identificar sinais do transtorno no primeiro ano. Partindo da hipótese de que seria possível identificar diferenças no predomínio do afeto positivo entre bebês de alto e baixo risco já aos 6 meses de idade, o desenvolvimento de dois bebês de risco foi acompanhado entre 3 e 12 meses e comparado com o desenvolvimento de bebês de um grupo controle (sem histórico familiar de autismo, portanto, com chances diminuídas para o diagnóstico). Estes bebês foram filmados mensalmente em interações sociais com um adulto e foram avaliados de acordo com os critérios diagnósticos de autismo do DSM-IV-TR, escala Bayley-III (desenvolvimento infantil) e CARS (escala de avaliação do autismo) por volta dos 12 e 24 meses. As interações foram analisadas de acordo com categorias afetivas, interativas e manejo. Uma análise de caráter qualitativo permitiu a construção de narrativas históricas do desenvolvimento ao longo do período de 3 a 12 meses. Os resultados das análises das categorias não revelaram diferenças entre os bebês. As narrativas históricas mostraram dificuldades afetivas em um dos bebês do grupo de risco entre 8 e 12 meses. Aos 21 meses, após avaliação com os instrumentos acima citados, este bebê foi encaminhado preventivamente para intervenção precoce. Os resultados não sustentaram a hipótese de que seria possível encontrar diferenças entre os bebês aos 6 meses de idade. No entanto, as diferenças encontradas entre 8 e 12 meses são de relevância para a identificação de trajetórias distintas de desenvolvimento e identificação de risco no primeiro ano. O uso de categorias afetivas e análise da qualidade da expressão afetiva na avaliação de bebês de risco e rastreamento de autismo são discutidos.

CAPES/FAPERJ

Palavras-chave – Autismo; bebês de risco; desenvolvimento afetivo.

Doutorado – D

Código da área – DES

INTERAÇÃO EDUCADOR-CRIANÇA/ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE ABRIGO. *Maressa Souza Neiva**, *Aline dos Santos Menezes*, *Layane Souza da Silva**, *Paula Nayara Bezerra da Silva** (Curso de Psicologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco) e *Lucivanda Cavalcante Borges* (Professora Assistente da Universidade Federal do Vale do São Francisco)

O abrigo pode ser considerado um contexto de forte influência no desenvolvimento de crianças e adolescentes que se encontram abrigados, tendo em vista que a constituição do ser humano está diretamente relacionada às trocas sociais, às formas de vida experienciadas por ele nos mais variados contextos. Desse modo, as interações estabelecidas entre crianças/adolescentes abrigados e demais atores envolvidos no contexto de abrigo constituem-se importante tema de pesquisa. Historicamente, a relação dos educadores com as crianças e adolescentes abrigados tem sido marcada por práticas disciplinares caracterizadas como punitivas e coercitivas, dificultando a participação efetiva das crianças e adolescentes nas trocas sociais como sujeitos de direito. Com a promulgação do ECA (1990), as formas de cuidados oferecidos pelas instituições passaram a ser motivo de preocupação e intervenção, a fim de que o atendimento massificado e despersonalizado característico das grandes instituições fosse gradativamente substituído. Interações sociais baseadas no diálogo, no cuidado, afeto e na alternância do poder promovem a autonomia e iniciativa de crianças e adolescentes, favorecendo assim, seu desenvolvimento psicossocial. Diante dessas considerações, o presente trabalho buscou conhecer as interações educador/criança no contexto de 3 abrigos na cidade de Petrolina/PE. Foram realizadas entrevistas semi estruturadas com 23 educadores, além da técnica da observação natural que foi registrada em diário de campo. Em seguida, as informações foram agrupadas em categorias e analisadas a partir do referencial da ecologia do desenvolvimento humano e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Os resultados são apresentados a partir das categorias: concepção de educar; práticas educativas dirigidas às crianças/adolescentes; alternância de poder; expressões de afeto. Os resultados mostraram que para os educadores, educar significa principalmente transmitir valores e conhecimentos (56,15), conversar/dialogar (12,5). Entretanto, quando precisam controlar comportamentos indesejáveis apresentados pelas crianças e adolescentes, os educadores, apesar de relatarem utilizar do diálogo, também utilizam muito da prática do castigo e da punição (26,8%) e encaminhamento para o psicólogo (21,73%), como se os comportamentos dos abrigados fossem problemáticos, necessitando de acompanhamento psicológico. No que diz respeito à alternância de poder, em apenas uma das instituições observou-se que o educador possibilita a participação constante das crianças na tomada de decisões. Observou-se ainda, que os cuidados são coletivos, não havendo uma interação de acordo com as características e/ou necessidades específicas das crianças. Em relação às expressões de afeto, constatou-se interações baseadas em afetos positivos por parte de alguns educadores. É importante ressaltar que os educadores desempenham importante papel na educação e desenvolvimento das crianças e adolescentes nessas instituições, fornecendo apoio social e afetivo, operando como fator de proteção. Neste sentido, investir na capacitação de educadores sociais se faz necessário para que os mesmos atuem como fatores de proteção, possibilitando a participação ativa das crianças/adolescentes abrigados, dando-lhes voz e autonomia nas trocas interativas.

Apoio financeiro: PIBIC.

Palavras-chave: abrigo; interação educador- criança/adolescente; práticas educativas.

Nível do trabalho: I.C.

Código da área: DES

A SEXUALIDADE DO DEFICIENTE AUDITIVO: A PERCEPÇÃO DE FAMILIARES. *Paula Danielle Souza Monteiro** e *Ana Maria Digna Rodrigues de Souza**** (Universidade Federal do Pará-Pa).

A sexualidade, focalizada como um conceito amplo que abrange o ser humano em suas várias dimensões (biológica, social, psicológica e histórica) é um campo muito vasto da vida de um indivíduo, daí sua importância e a demanda de estudá-la a fim de tentar compreendê-la. O tema da sexualidade, em diferentes contextos, vem sendo bastante debatido, entretanto, ainda há pouca discussão sobre a sexualidade da pessoa com deficiência auditiva. Nessa perspectiva, o presente estudo objetiva investigar como familiares de deficientes auditivos percebem ou se relacionam com a questão da sexualidade, uma vez que o Instituto Nacional do Surdo (INES), que é referência no que diz respeito à surdez, propõe que a própria família do deficiente auditivo seja a responsável pela educação e orientação sexual do mesmo. O trabalho consiste em um estudo do tipo exploratório/descritivo com abordagem qualitativa. Participaram deste estudo 10 familiares adultos de deficientes auditivos, de ambos os sexos, com idade entre 30 e 64 anos, moradores da região metropolitana de Belém, os quais foram selecionados de acordo com o critério estabelecido (ser familiar e morar na mesma residência que o deficiente auditivo). Todos os participantes concordaram em participar de forma voluntária da pesquisa. Considerando os resultados do presente estudo, dentre os vários dados analisados, pode-se destacar como o mais importante indicador que retrata a dificuldade apontada pelos entrevistados em se relacionar com a sexualidade de seu familiar deficiente auditivo o fato de não se sentirem preparados para esclarecer dúvidas sobre essa temática, o que pode sinalizar a demanda de uma comunicação intra-familiar mais adequada. Depreende-se também que a maioria dos entrevistados relatou uma busca insuficiente de informação sobre a sexualidade de deficientes auditivos, além da ausência de orientação acerca desse tema na escola, o que provavelmente tem dificultado ainda mais a comunicação sobre sexualidade na família, além dos tabus e receios intrinsecamente ligados ao tema em si. Esses achados também indicam que a escola não está preparada para assumir a responsabilidade de prover apoio para que essas famílias estejam efetivamente aptas a orientarem os jovens deficientes auditivos quanto ao desenvolvimento de sua sexualidade. Para tanto, é fundamental, estabelecer uma articulação entre as diversas instituições responsáveis pela educação do deficiente auditivo, pois embora o INES preconize a orientação sexual dos deficientes auditivos pela família, é importante atentar para o fato de que talvez esta família, especialmente a de baixa renda e baixo nível de escolaridade, necessite de maior capacitação para se relacionar de modo mais satisfatório com o deficiente auditivo, especialmente no que concerne a comunicação sobre sexualidade.

Palavras-chave: deficiência auditiva, sexualidade, família.

***Docente do Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica e Escolar da Universidade Federal do Pará.

Trabalho de Graduação

Sub-Área: Psicologia Escolar e da Educação (ESC).

LEITURA EM INGRESSANTES DE CURSOS DE DIREITO E DE PSICOLOGIA. *Jamili Rasoul Salem de Souza* (Universidade Camilo Castelo Branco, Itaquera, SP – Faculdade de Medicina do ABC, Santo André/SP), *Elza Maria Tavares Silva* (Universidade de Mogi das Cruzes, Mogi das Cruzes, SP) e *Geraldina Porto Witter* (Universidade Camilo Castelo Branco, Itaquera/SP).

Ao chegar à Universidade é esperado que os alunos apresentem competências e habilidades compatíveis com as necessidades para acompanhar e desenvolver as atividades típicas do nível de escolaridade, entre os quais se destaca a compreensão de texto, repertório básico para acompanhar o curso superior. Entretanto, dadas às circunstâncias do ensino nas fases anteriores isto nem sempre ocorre. Nestas condições estabeleceu-se como objetivo avaliar o desempenho em leitura de alunos ingressantes em cada curso: Direito e Psicologia. Participaram 30 alunos de cada curso que concordaram em participar assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), sendo condição prévia para a continuidade da coleta, A coleta só ocorreu após a aprovação pelo Comitê de Ética (Processo 2132-2352/08) e os consentimentos dos coordenadores dos dois cursos e dos alunos. Dos participantes a grande maioria é oriunda de escola pública. Todos estavam matriculados em cursos noturnos de uma Universidade privada da cidade de São Paulo e eram adultos. Além do TCLE foi usado como instrumento de coleta um texto preparado sob a forma convencional do Teste de Cloze para medir compreensão. Os resultados do Grupo de Direito (GD) variaram de 1 a 12 acertos e do Grupo de Psicologia (GP) de zero a 18 acertos. O desempenho de GD tendeu a ser muito baixo (67%) ou baixo (33%). No GP a distribuição foi muito baixo (20%), baixo (67%) e mediano (13%) em nenhum dos grupos houve participante com desempenho alto. O desempenho dos dois grupos são indícios de grande dificuldade na compreensão de texto. Considerando-se o nível de mensuração do instrumento recorreu-se ao teste U, não paramétrico para comparar o desempenho de GD e GP. O teste foi feito tendo por base: $H_0: GD=GP$, $H_1: GD \neq GP$, $\alpha > n_1=30$ e $n_2=30$. Obteve-se $R_1=1.220,5$ (Direito) e $R_2=609,5$ (Psicologia), $U=144,5$, $z=4,51$ que é significativa a $\leq 0,00003$. Embora os dois grupos não apresentem o desempenho esperado de um universitário o GP é estatisticamente superior ao GD em compreensão de texto. Conclui-se pela necessidade de programas de intervenção psicopedagógica para desenvolver estratégias de leitura de modo a dar maior potencial aos alunos para que tenham êxito nos cursos e na vida profissional.

Apoio: UNICASTELO

Palavras-chave: leitura, ensino superior, repertório básico.

PD – Pesquisador

ESC

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO E O DESEMPENHO ESCOLAR DO ALUNO DO 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL. *Renata Cristina Lacerda C. B. Nascimento*** (Departamento de Pedagogia, Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres-MT, Programa de Pós- Graduação em Educação, Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres-MT), *Tatiane Lebre Dias* (Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá-MT; Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres-MT) e *Fabiana Muniz Mello*** (Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres-MT).

A temática sobre avaliação na área educacional é um tema recorrente, principalmente a que envolve as diferentes abordagens. Entretanto, o que mais se discute é a importância da mudança nas práticas avaliativas, de modo que seja contínua e cumulativa. Consequentemente, tal perspectiva requer o uso de diferentes instrumentos de avaliação por parte do professor. Com base nesses aspectos, este trabalho analisou o relatório de desempenho escolar e comparou com uma avaliação quantitativa aplicada nos alunos. Foram avaliados os relatórios de rendimento anual de dois professores (professor A com 16 relatórios e professor B com 16 relatórios) do 1º ano do Ensino Fundamental de duas escolas públicas de Cáceres/MT, com base nos seguintes princípios legislativos: a) conteúdos de natureza cognitiva, b) desenvolvimento afetivo, c) caráter mediador, d) caráter evolutivo, e) caráter individualizado, e f) participação da família. Inseriu-se um sétimo princípio que diz respeito ao comportamento do aluno. Os alunos (professor A com 16 alunos e Professor B com 19 alunos) foram avaliados pelo Instrumento de Avaliação do Repertório Básico para Alfabetização (IAR), composto por 13 atividades, neste estudo dividido em duas áreas: a) tarefas de execução: esquema corporal, lateralidade, posição, direção, espaço, tamanho, quantidade, forma, discriminação visual, coordenação motora fina e análise e síntese; b) tarefas verbais: discriminação auditiva e verbalização de palavras. Na classificação obtêm-se os perfis: a- nenhuma dificuldade (acerto total-100%); b- alguma dificuldade (metade de erros no item- <50%), e c- muita dificuldade (mais da metade de erros no item- >50%). Os resultados foram calculados em forma de proporção média de acertos. O instrumento foi aplicado coletivamente, sendo algumas tarefas aplicadas individualmente. A análise dos relatórios dos professores revelou os seguintes resultados: a) os professores A e B atribuíram na totalidade ênfase no princípio “conteúdos de natureza cognitiva”; b) outros princípios considerados pelo professor A foram: observação do comportamento e desenvolvimento afetivo; c) o professor B considerou os seguintes princípios: participação da família, caráter individualizado e desenvolvimento afetivo. Uma análise mais detalhada dos relatórios revelou: 1) o professor A considera que os alunos tem rendimento satisfatório nas atividades: coordenação motora, discriminação visual e auditiva, possui noção de datas comemorativas, pronúncia correta das palavras, interpreta história oralmente, e resolve adição e subtração simples; 2) para o professor B rendimento satisfatório foi observado em: leitura e escrita, interpretação de histórias, pronúncia correta das palavras, adição e subtração. Em relação à avaliação dos alunos pelo IAR verificou-se: a) a maioria foi classificada com alguma dificuldade na realização de tarefas de execução (N= 34); b) houve diferença significativa no desempenho dos grupos na tarefa verbal favorável aos alunos do professor B. Com base nos resultados observou-se que os relatórios contemplam os princípios norteadores de um relatório descritivo conforme legislação, mesmo os professores tendo desconhecimentos de tais princípios. Comparando o rendimento dos alunos conforme avaliação dos professores através de relatórios descritivos verificou semelhança com os

resultados do IAR. Os resultados mostraram-se favoráveis a avaliação qualitativa realizada pelos professores.

Apoio financeiro: Bolsa CAPES-DS (Mestrado)

Palavras-chave: Desempenho escolar, Avaliação, Ensino Fundamental

Nível: M

ESC

UMA LEITURA DO PODER E DA SOCIALIZAÇÃO NA SALA DE AULA. *Ricardo Schers de Góes*** (Universidade de São Paulo, São Paulo, SP).

Esta pesquisa tem como objetivo realizar uma reflexão crítica, por meio de uma revisão teórica, do poder e desvelo na sala de aula. As questões que incentivam o aparecimento do controle, do poder e do desvelo na sala de aula podem ser encontradas em determinadas situações, podendo ser visto como uma autoridade moral que objetiva o afeto do aluno, envolvendo negociação recíproca entre as pessoas na sala de aula. E para fazer a reflexão sobre o poder e desvelo na sala de aula, primeiramente apresento algumas questões a respeito da socialização primária e secundária do indivíduo, a partir das contribuições teóricas de Berger e Luckmann, e posteriormente, realizo uma reflexão a partir do texto de George W. Noblit. Isto porque, em meu entendimento, as crianças em sala de aula, simultaneamente exterioriza seu próprio ser no mundo social e interioriza este último como realidade objetiva. E é a partir dessa interiorização que o indivíduo apreende o mundo como realidade social dotada de sentido e pode assumir esse mundo como seu, o que lhe deixa em condições de compreender os processos subjetivos dos outros com quem compartilha esse mundo. A essa interiorização podemos chamá-la de socialização, referida como sendo uma ampla e consistente introdução de determinado indivíduo no mundo objetivo de uma sociedade ou de um setor dela, como por exemplo, a própria escola. Assim sendo, as proposições teóricas de Berger e Luckmann, nos permitem uma visão da realidade cotidiana do indivíduo em sociedade, sempre a partir de uma perspectiva de coletividade, colaborando assim com a discussão de Noblit ao tratar do poder e desvelo na sala de aula. A pesquisa aponta que ao analisar as relações de poder dentro da sala de aula é possível perceber-se que há o uso do poder para incentivar boas relações com a turma de alunos, procurando cuidar, proteger e respeitar, ou seja, procurar utilizar um poder para controlar e assegurar um espaço seguro de aprendizagem, para estabelecer as tarefas, para avaliar o desempenho e para fazer os alunos crescerem e se desenvolverem, buscando sempre favorecer o aprendizado e a socialização dos alunos. E numa tentativa de ampliar a compreensão da dinâmica escolar, a questão do desvelo pode ser entendida como uma relação de reciprocidade que estabelece um elo moral entre o professor e seus alunos. O desvelo seria um o tipo de atitude tomada quando alguém tem interesse por outro e estabelece o ideal do desvelo, e o cuidar ético imita este ideal em seu esforço para instituir, manter ou restabelecer o desvelo. Portanto, a pesquisa conclui que este poder que o professor tem pode contribuir tanto para a autonomia dos seus alunos, por meio das práticas pedagógicas e sociais, quanto para manter um estado de dependência dos alunos para com o professor, e assim, o poder pode agir como uma autoridade moral, mas se utilizado para buscar o êxito das crianças talvez seja de fato, um poder que deve ser utilizado para assegurar a confiança das crianças em si próprias e no professor, buscando sempre construir para uma relação saudável em sala de aula.

Palavras-chave: Poder, Socialização, Autoridade.

Nível do Trabalho: P

Código da Área da Pesquisa: ESC

CONHECENDO O *BULLYING*: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO EM UMA ESCOLA PÚBLICA DO INTERIOR DE SERGIPE. *Jackeline Maria de Souza*^{**}, *Joilson Pereira da Silva*, *André Faro Santos* e *Naiara França da Silva*^{**} (Núcleo de Pós-graduação em Psicologia Social, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão-SE)

Somente na década de 90, a violência no âmbito escolar passou a ser foco de produções científicas. Uma das possíveis justificativas para tal ausência de estudos foi a banalização e naturalização desse fenômeno, bem como, a legitimização cultural da violência. Essa ausência e as divergências dos estudos são ainda maiores quando se pensa na especificidade do *bullying* – um tipo de violência que se diferencia das demais formas de agressão pelo seu caráter repetitivo e intencional. Esse tipo de violência busca causar danos a alguém que é percebido como ocupando uma posição mais frágil, estando impossibilitado de defesa. Esta violência pode ser da ordem do físico ou verbal. Assim, a gravidade do tema, aliado a falta de dados empíricos e de habilidades por parte dos adultos em lidar com a temática, reforça a necessidade de mais pesquisas e extensões, a fim de potencializar o bem-estar nas relações escolares. Diante do exposto, o presente estudo teve como objetivo analisar a incidência do *bullying* em uma escola pública do interior sergipano, bem como aspectos relacionados à sua vitimização ou agressão. A pesquisa foi de abordagem quantitativa e utilizou-se como instrumento de coleta um questionário fechado contendo 15 questões. Participaram 150 adolescentes, sendo 50% do sexo masculino e 50% do sexo feminino e matriculados no 7º, 8º e 9º ano do Ensino Fundamental. As idades variaram entre 13 e 17 anos, tendo uma representatividade de 20% de cada idade. Em suma, os resultados indicaram uma incidência de 41% de jovens que afirmam sofrer *bullying*. Salienta-se que este número é superior a média observada na literatura brasileira. O tipo mais freqüente de agressão foi a verbal, como xingamentos, apelidos ou mentiras. Salienta-se que essa agressão verbal não deve ser negligenciada, uma vez que causa sofrimento, põem em risco a saúde mental e desempenho escolar do sujeito. Quanto ao perfil do agressor, observou-se que em sua grande maioria são meninos (43%). As meninas representam 18% deste grupo e 39% dos casos de agressão envolviam jovens de ambos os sexos. Segundo os participantes, têm-se como possíveis justificativas para o *bullying*: a consideração deste como um ato de brincadeira (33%) e o fato da vítima ser considerada diferente (21%). O número de participantes que não souberam responder foi de 27%. Entre os 19% dos entrevistados que se identificam como agressores, 25% afirmam praticar *bullying* por acreditar que fariam o mesmo com eles. Enquanto espectadores, 30% dos adolescentes responderam que ao presenciar um colega sofrendo *bullying* se sentem mal e 23% sentem “pena”. Esses dados demonstram a abrangência do fenômeno, trazendo conseqüências não apenas para os diretamente envolvidos (vítima e agressor), mas também aos demais jovens. Uma vez que se conhecem as conseqüências negativas do *bullying*, ressalta-se a necessidade de mais pesquisas que abordem essa temática e subsidiem intervenções futuras que busquem uma melhor qualidade das relações nas escolas. Além disso, faz-se necessário romper com a lógica de que a violência está em todas as partes e que para se defender desta é preciso fazer uso do mesmo instrumento.

Palavras-chaves: Violência, Escola, *Bullying*

Nível do trabalho: NÃO HÁ

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E A FORMAÇÃO DE CONCEITOS CIENTÍFICOS. *Karina Soledad Maldonado Molina Pagnez* (Universidade Braz Cubas – SP e Universidade de São Paulo)

O presente trabalho apresenta resultados obtidos por uma investigação a respeito da formação de conceitos por alunos do curso de graduação em Pedagogia modalidade EaD. Tendo como base os estudos da psicologia russa, em específico o trabalho de Vygotsky, que construiu uma teoria histórico-cultural tendo como base a formação social da mente, os aspectos sócio-culturais são determinantes para a formação do sujeito. Para este autor a relação entre o pensamento e a linguagem não é de precedência, mas de ocorrência e construção contínua. Além deste autor teremos como referência a função reguladora da linguagem amplamente estudada por Luria, neuropsicólogo russo. Os significados são os elos de ligação na cadeia do pensamento, e, conseqüentemente, da linguagem. Assim, tanto no processo de codificação como no de decodificação, o pensamento é mediado por significados. A construção do significado socialmente construído, como também há elementos da subjetividade que consolidam os sentidos, destes dois processos resulta a construção dos conceitos primeiramente simples, que fazem parte de nosso dia-a-dia e posteriormente os científicos. O domínio do sistema complexo de signos fornece novos instrumentos de pensamento, na medida em que aumenta a capacidade de memória e registro de informações. Enfim, promove modos diferentes e ainda mais abstratos das pessoas se relacionarem com outras e com o conhecimento. O estudo da construção dos conceitos nos permite analisar a relação entre o signo e o significado, além de permitir que verifiquemos a consolidação dos sentidos nos sujeitos. A investigação pretende mapear como se dá o processo de construção dessas relações. O corpus de análise são os textos produzidos por alunos do curso de Libras em EaD, esses textos foram produzidos a partir de uma atividade em que os alunos deveriam assistir a um filme e depois elaborar um resumo com os conceitos centrais. Os alunos estruturam seus textos a partir do destaque a elementos pontuais do texto, em sua escrita não fica claro se realmente compreenderam os destaques, são transcritos conceitos complexos, ou seja, organiza uma sequência de conceitos criando grupos a partir de relações existentes entre os objetos escola e meios de comunicação, mas isso não garante a consolidação de conceitos científicos. A produção dos alunos aponta para uma tentativa de construção de conceitos científicos presos aos significados, poucos alunos conseguiram consolidar sentidos a partir dos signos apresentados, a subjetividade pode ser destacada nas produções de forma superficial. Os resultados da investigação pretendem fundamentar uma reflexão das propostas pedagógicas e da importância da consolidação dos conceitos científicos para que os alunos possam consolidar o conhecimento e aplicá-lo de forma autônoma em diferentes situações e contextos.

Palavras-chave: Psicologia Histórico-Cultural, Formação de Conceitos Científicos, EaD, Ensino e Aprendizagem

P

ESC

O PORTUGUÊS ESCRITO DE ALUNOS SURDOS QUE SE COMUNICAM EM LIBRAS: CARACTERÍSTICAS E DIFICULDADES. *Karina S. M. M. Pagnez*, (Universidade Braz Cubas – SP) e *Renata Alves Orselli* (Faculdade Unida de Suzano – SP)

Esta pesquisa qualitativa tem como objetivo analisar a escrita de surdos que utilizam a Libras para comunicação, destacando os aspectos da escrita que se aproximam da estrutura da Língua Brasileira de Sinais e que se distanciam da Língua Portuguesa. Destacam-se as dificuldades que os surdos apresentam quando produzem textos em português, quanto à estrutura formal de escrita, parte-se de suas dificuldades. Para fundamentar esta análise, é imprescindível recorrer a diferentes áreas do conhecimento, devido à complexidade do objetivo a que se visa. A surdez é definida a partir de seus aspectos biológicos funcionais, abordando a etiologia e implicações educacionais. O estudo das legislações da área nos fornecem um contexto para a definição da Libras como língua oficial e a necessidade de que esta seja assumida como 1ª língua para os surdos. Há programas de gestão para a implantação da língua portuguesa como segunda língua para surdos e da formação de professores para o ensino dos surdos e ouvintes. Reflete a respeito de uma prática pedagógica construída para o ensino do português para surdos. O estudo da teoria sócio-histórica e a formação dos processos psíquicos segundo Vygostsky fundamentam as bases psicológicas para esta discussão. A relação do pensamento e linguagem fundamenta a escolha teórica, ademais a neuropsicologia de Luria com a proposição dos três blocos funcionais nos auxiliam na construção de tentativas de modelos para o processo de escrita dos surdos. Para o autor o pensamento não é só externamente mediado por signos, mas internamente mediado por significados. Exploramos a fonologia da língua de sinais e suas variações lingüísticas, como na língua oral elas também apresentam variantes, os sinais têm configurações diferentes, podendo mudar conforme a região, a cultura, a idade e o meio em que o indivíduo está inserido. O percurso metodológico propõe duas análises do material produzido pelos surdos, a primeira diz respeito a uma análise lingüística, a segunda uma análise histórico social. Foram aplicados dois instrumentos, o primeiro consiste em um fragmento da historia “Juntos podemos tudo” e o segundo, a história contada por meio de imagens foi solicitado que os surdos contassem a história por escrito. As atividades puderam fornecer indícios da estrutura da Libras e da dificuldade para a aquisição da língua portuguesa a partir da escrita. As produções textuais foram agrupadas pelo grau de surdez, porém não há diferença na escrita, ou seja, o grau de surdez não está implicada diretamente na produção escrita, o que nos possibilita a construção da hipótese de que isso decorra de questões pedagógicas.

Palavras-chave: Libras. Surdos. Leitura. Escrita.

ESC

A CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS EM LIBRAS. *Karina S. M. M. Pagnez*, (Universidade Braz Cubas – SP) e *Renata Alves Orselli* (Faculdade Unida de Suzano – SP)

O presente trabalho discute, por meio de uma abordagem semiótica, a construção de sentidos das expressões não-manuais da língua brasileira de sinais nos possibilita identificar o significado por meio da intensidade do movimento, maior ou menor ênfase. Nesta reflexão parte-se da marcação de construções sintática e diferenciação de itens lexicais. As expressões não-manuais que têm função sintática marcam sentenças interrogativas (sim-não), e as que se constituem como componente do léxico como marca de referência específica, referência pronominal, partícula negativa, advérbio etc. As expressões não-manuais da língua de sinais são movimentos encontrados no rosto - parte superior: sobrancelhas franzidas, olhos arregalados etc; parte inferior: bochechas infladas ou contraídas, franzir o nariz etc.- na cabeça (inclinação para frente, lado ou atrás) e no tronco (balanceamento alternado, simultâneo dos ombros etc.) que podem ocorrer simultaneamente nas marcas de interrogação e negação. A expressão facial sem elementos manuais, por si só, tem significado: admiração, medo, dúvida etc. Sem a expressão o sinal não ganha vida e perde o significado não sendo possível expressar o pensamento o qual é captado pela visão e decodificado a partir dos contextos onde estão sendo utilizados. O sistema de expressão gestual/corporal, semântica e contexto são estruturas complexas que compõem a língua brasileira de sinais. A ligação entre as partes de um todo: sinal, configuração das mãos, expressões facial/corporal para que se construa o sentido, pois é de fundamental importância para o entendimento real do sinal. Devido à falta de materiais didáticos pedagógicos, para o ensino da entonação aos alunos surdos foram construídas algumas ferramentas, sabe-se que a melhor forma de ensino para crianças surdas é comprovadamente utilizando-se o visual e o lúdico, para melhor fixar e memorizar as palavras e os sinais. Portanto, foram confeccionadas carinhas com diferentes expressões, um avental para contar histórias, dados de expressões mais sinais e jogos dos sinais. Com o auxílio das figuras o aprendizado torna-se mais rápido e o entendimento mais efetivo. Em cada uma das atividades propostas é possível por parte do aluno a criação livre de diálogos, de histórias, o desenvolvimento da imaginação e da criatividade, ocorre de forma natural. Além de fornecer uma base concreta para a aprendizagem das expressões como elementos centrais para a compreensão em Libras. Essas atividades podem ser desenvolvidas para a comunicação entre ouvintes e surdos a qual ocorre naturalmente, ambos utilizam a mesma língua e memorizam de forma lúdica os novos termos adquiridos. Por meio das atividades lúdicas as crianças aprendem a usar as expressões faciais para expressar seus sentimento e sua intensidade.

Palavras-chave: semiótica, sinal, expressão facial/corporal, entonação

ESC

UMA EXPERIÊNCIA DE PRÁTICA DIALÓGICA NO ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS EDUCACIONAIS: UM ESTUDO SOBRE RELAÇÃO ESCOLA COMUNIDADE. *Maria Lucia Spadini da Silva*** (Programa de Pós-Graduação em Educação: Psicologia da Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-SP) e *Heloisa Szymanski* (Programa de Pós-Graduação em Educação: Psicologia da Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-SP)

O objetivo desta pesquisa foi compreender em que direção se voltou a resposta de uma escola de ensino fundamental localizada em um bairro da periferia de São Paulo, ao atendimento às demandas de sua comunidade escolar. Essa pesquisa foi parte de um projeto amplo em que tinha como foco o estudo de práticas educativas na escola e família. Como referência optou-se pela abordagem dialógica de Paulo Freire na sua concepção de diálogo como um modo de ser entre educadores e educandos, baseada na igualdade de valor humano entre todos os envolvidos. Inclui a compreensão da situação dialógica e do outro como oportunidade de experimentar algo novo, de poder viver uma mudança. Aponta para uma ação, um modo de proceder com o outro e de oportunizar situações de encontro em que se busca constantemente aprender a estar, decidir, fazer e verificar com o outro sobre o que e como está sendo feito, a favor de quem e com quais finalidades e propósitos. Trata-se de uma pesquisa intervenção participante que teve como primeiro momento a realização de um levantamento, sobre as expectativas da comunidade em relação à escola, utilizando-se de encontros coletivos, envolvendo pais, alunos, funcionários, docentes e gestores. Da análise dos resultados desse levantamento, surgiram, além das expectativas, algumas demandas prioritárias referentes à necessidade de se refletir e agir melhor sobre práticas pedagógicas e sobre a relação família-escola. Tendo em vista a elaboração de planos de ação para atender às demandas, a equipe gestora da escola, em conjunto com o grupo de pesquisa, realizou seis encontros reflexivos. O grupo concluiu que iniciaria um processo de formação dos professores, voltado para alfabetização das crianças das 4as. séries, e daria início a um programa de aproximação com as famílias, começando pela cuidadosa preparação das reuniões de pais. Acreditou-se que essas seriam as melhores estratégias para se alcançar um melhor desempenho acadêmico das crianças. A análise dos registros das reuniões revelou que o que direcionou a escola, na sua mobilização para o atendimento das demandas da comunidade escolar, foi o seu forte compromisso com a aprendizagem dos alunos. A maneira como a escola encaminhou esse processo - disposta a ouvir e acolher as demandas - denotou a adoção de um movimento dialógico que possibilitou a transformação do seu modo de agir.

BolsaPQ CNPq

Palavras chave: diálogo; relação escola-família-comunidade

P

Área: ESC

PRÁTICAS PARENTAIS: UM ESTUDO SOBRE ESCOLHAS EDUCATIVAS. *Heloisa Szymanski e Fernanda Santini Franco*** (Programa de Estudos Pós-Graduado em Educação: Psicologia da Educação / Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo, SP).

As escolhas educativas parentais têm referência nas crenças, perspectivas futuras e na maneira como os pais compreendem o mundo e suas experiências. O estudo aqui relatado teve como objetivo realizar uma aproximação dessas escolhas, de forma a descrever as dificuldades narradas por mães e pais para educar, bem como as alternativas encontradas por eles para lidar com esses desafios. Por essa descrição, foi possível uma compreensão das propostas que sustentam algumas práticas educativas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de base fenomenológica, de cunho interventivo, que teve como procedimento a realização de quatro encontros reflexivos. Dois desses encontros foram realizados apenas com mães, sendo 7 participantes no primeiro grupo e 23 no segundo. Dois encontros foram realizados apenas com homens pais, sendo 20 participantes no primeiro e 8 no segundo. Os relatos dos 58 pais sobre suas práticas educativas foram gravados, transcritos e analisados segundo perspectiva hermenêutica de análise do sentido. Todos os grupos tinham um caráter psicoeducativo, e cada um abordou um tema escolhido pelos próprios pais: sexualidade e consumismo para as mães e limites e presença/ausência no cotidiano dos filhos para os homens pais. A análise mostrou que para as mães, lidar com o consumismo é um desafio porque o ato de comprar está muito associado a uma forma de compensar ausências e demonstrar afeto. Já falar sobre sexualidade é difícil porque existe um modo repressor de lidar com essa temática, relacionado à repetição de práticas educativas de suas famílias de origem. Diante dessas dificuldades, as mulheres afirmaram desejar que meios de comunicação auxiliem na tarefa de ensinar aos seus filhos sobre sexualidade. Para os homens pais foi possível perceber que sentem dificuldade de lidar com situações em que são obrigados a entrar em contato com algumas impossibilidades concretas, como as suas ausências em função do trabalho ou a restrição financeira para comprar algum bem material. Diante desse desafio, as alternativas encontradas por eles são, principalmente, deixar de falar 'não' ou tentar compensá-lo com bens materiais que podem adquirir. Percebem que esse modo de lidar com essa questão se refere às suas condições de vida e às experiências anteriores com seus próprios pais. Foi possível concluir que escolhas educativas parentais que, num primeiro olhar, poderiam parecer falta de cuidado ou interesse, estão enraizadas em diferentes aspectos. Compreendê-los favorece a desconstrução de pré-conceitos e o estabelecimento de ações interventivas que considerem desafios que os pais efetivamente têm.

Bolsa PQ- CNPq

Palavras-chave: práticas educativas, fenomenologia, educação

P

Código da área: ESC

ARTICULAÇÃO E DIÁLOGO: UMA PROPOSTA DE AÇÕES INTEGRADAS ENTRE INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS. *Heloisa Szymanski* (Programa de Pós-Graduação em Educação: Psicologia da Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-SP), *Maria Tereza Antonia Cardia*** (Programa de Pós-Graduação em Educação: Psicologia da Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-SP) e *Suzana Filizola Brasiliense Carneiro*** (Programa de Pós-Graduação em Educação: Psicologia da Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-SP)

Pretendeu-se neste estudo investigar o processo de construção das articulações entre instituições educativas, em um bairro de baixa renda de São Paulo, tendo em vista oferecer um atendimento integrado às crianças e adolescentes. As seguintes instituições compunham o projeto: um CEI conveniado com a Prefeitura, uma EMEF, grupos comunitários de educação complementar que funcionam fora horário de aulas (literatura marginal, escola de samba, grafite, capoeira e informática) e um grupo de pesquisas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. O estudo, de base fenomenológica existencial, fundamentou-se no pensamento de Paulo Freire; a análise e interpretação dos dados basearam-se numa perspectiva hermenêutica. Foram analisados oito encontros, tanto de planejamento como de avaliação, realizados ao longo de dezoito meses, com representantes das instituições envolvidas e de famílias dos alunos. A análise dos encontros revelou que: a) os encontros constituíram uma oportunidade de prática de diálogo, uma situação de aprendizagem, que envolveu conflitos e a busca de solução para os mesmos; b) as ações de articulação entre as instituições possibilitaram a construção de redes fortes de parceria entre elas e possibilitou a aproximação de grupos que nem sempre partilhavam dos mesmos princípios; c) o principal resultado das ações articuladas refletiram-se nas melhorias no comportamento dos alunos, no desenvolvimento do hábito de leitura, na aproximação das famílias e grupos comunitários com a escola. Revelaram-se também dificuldades, como: a) a relutância de professores do ensino regular em envolver-se em projetos com grupos comunitários e a consequente avaliação acadêmica dos alunos participantes dos projetos; b) colocar em ação as propostas de articulação entre instituições; c) respeitar os diferentes tempos, especialmente na relação entre instituições e famílias. A escola de educação infantil logrou mais êxito do que a escola de ensino fundamental no desenvolvimento de parceria com as famílias, mas a última propôs ações de aproximação que resultaram em maior número de pais nas reuniões.

Bolsa PQ CNPq

Articulação interinstitucional, diálogo, escola-família-comunidade

P

Área: ESC

INTERVENÇÃO E AVALIAÇÃO COGNITIVA COM ENFOQUE SÓCIO-INTERACIONISTA: UM ESTUDO DE CASO DE UM ALUNO COM SÍNDROME DO X FRÁGIL. *Ana Cristina Barros da Cunha* (Departamento de Psicologia Clínica, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ) e *Anderson Moreira Rodrigues** (Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ).

A Síndrome do X Frágil é uma condição genética herdada, produzida pela presença de uma alteração molecular. Tem sido considerada uma das causas hereditárias principais e a segunda etiologia genética mais freqüente de déficit intelectual, superada apenas pela Síndrome de Down. Embora os indivíduos com essa Síndrome respondam bem à medicação, é desejável a utilização concomitante de outros recursos terapêuticos e psicopedagógicos especializados, com a preocupação maior de promover a inclusão social e educacional de crianças que apresentam essa e outras necessidades educacionais especiais. O objetivo desse trabalho é apresentar um estudo de caso que mostra os resultados surpreendentes de um aluno de 10 anos com Síndrome do X frágil, após passar por intervenção cognitiva durante 12 semanas com o Programa de Educação Cognitiva *Brigth Start*. Como essa Síndrome tem como características a hiperatividade, impulsividade, déficit de atenção, dentre outros, não foi possível fazer a avaliação cognitiva do aluno antes da intervenção, como realizado para outros alunos participantes da pesquisa. Os resultados do aluno após a intervenção com o *Brigth Start* foram avaliados pelo *Children's Analogical Thinking Modifiability Test* (CATM), um teste de avaliação cognitiva dinâmica e/ou assistida que avalia o raciocínio analógico (A:B::C:?) em 4 fases de testagem: preliminar (verificação), pré-teste (sem ajuda), teste (mediação ou assistência) e pós-teste (manutenção). Foram analisados: a) perfil de desempenho cognitivo; b) comportamentos em relação à tarefa; c) créditos totais e parciais obtidos na fase de pós-teste; d) níveis de ajuda necessários na fase de teste do CATM. O aluno obteve benefícios mensuráveis, comportamentais e cognitivos, avaliados na situação de teste com o CATM e observados pelo professor, que respondeu a um questionário de pré-observação. O aluno foi classificado como “ganhador-mantenedor”, ou seja, ele obteve ganhos na fase de teste e conseguiu mantê-los na fase de pós-teste, o que significa que ele conseguiu autonomia e rapidez no aprendizado, dentre outros. Isto posto, confirmam a idéia de que programas de educabilidade cognitiva e métodos de avaliação com enfoque dinâmico e sócio-interacionista são mais sensíveis e adequados à singularidade desse público e podem promover a competência cognitiva e psicossocial e, conseqüentemente, a inclusão social e educacional de crianças com algum tipo de deficiência.

Financiador: CNPq

Palavras-chave: avaliação assistida; intervenção cognitiva; síndrome do X frágil.

Nível: Iniciação Científica

ESC

COMPORTAMENTO NÃO-VERBAL NA RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO.

Danielle de Lima Menezes (Faculdades Integradas Ipiranga)

Estudos apontam que desde os primórdios da evolução humana a comunicação entre indivíduos era realizada a partir de atitudes não-verbais, através de gestos e expressões corporais como forma de transmitir ao outro as necessidades e/ou sentimentos entre os mesmos. A comunicação faz parte do cotidiano das pessoas no sentido de auxiliar nas interações sociais, sejam elas profissionais ou pessoais. Observa-se que na interação entre indivíduos certas micro expressões faciais e gestos são comuns, independente da localidade, sendo que algumas delas podem variar conforme a cultura de cada região. O comportamento não-verbal pode ser analisado baseado nas diversas características transmitidas durante a comunicação, como o sorriso, postura, aperto de mão, aproximação, dentre outros. Tais comportamentos são de fundamental importância e podem contribuir nas relações interpessoais de forma negativa ou positiva dependendo do grau de aceitação entre díades ou tríades. Visto que a escola é a base do processo de desenvolvimento intelectual do ser humano e o espaço em que a comunicação se reflete de forma constante, a presente pesquisa tem por objetivo analisar a importância do comportamento não-verbal na relação professor-aluno em sala de aula, suas principais características, e de que forma estes são transmitidos através das diferentes expressões e atitudes entre docentes e discentes durante a mediação do conhecimento. São poucos os estudos que descrevem sobre a importância do comportamento não-verbal no contexto escolar, nesse sentido busca-se através desta dar ênfase no estudo, abordando a relevância do assunto. Alguns teóricos apontam que os comportamentos não-verbais são responsáveis pela transmissão das diversas peculiaridades das relações, distinguindo os variados tipos de sentimentos que englobam as relações provenientes das interações interpessoais. Para esta pesquisa, realizou-se levantamento bibliográfico da literatura da área e encontrou-se como frequente a utilização de filmagens sem áudio como fonte para a coleta de dados, pois a mesma é baseada na análise de comportamentos e expressões não-verbais. Propõe-se aqui o uso desta técnica durante a interação professor-aluno no ambiente escolar. A partir dos resultados alcançados busca-se avaliar como o comportamento não-verbal implica no sucesso/insucesso de muitos alunos e como esta atitude pode evitar algumas problemáticas escolares como evasões, desmotivações e outras. Para tal, foram realizadas filmagens, entrevistas e coletas de dados de desempenho em disciplinas. A relação entre os dados coletados permitiu a visualização de que elementos do comportamento não-verbal são mais relevantes para a relação professor-aluno. Pretende-se assim ampliar a compreensão do componente não-verbal na relação professor-aluno e contribuir para a qualidade de vida destes membros da comunidade educacional a partir do aprimoramento da interação interpessoal, instrumentalizando profissionais da educação.

Palavras-Chave: Comportamento não-verbal; Relação professor-aluno; Interação Interpessoal

A METODOLOGIA NA CAPTAÇÃO E REGISTRO DE IMAGENS NA RELAÇÃO PROFESSOR ALUNO. *Danielle de Lima Menezes* (Faculdades Integradas Ipiranga)

Considerando-se a importância de se estudar esse tema e a metodologia escolhida no processo investigativo e suas aplicações na pesquisa e na captação de imagens do cotidiano em sala de aula, buscando com este estudo refletir sobre a importância da linguagem não verbal e a relação interpessoal (professor aluno) que pode gerar uma química, em um processo chamado Rapport, que seria a empatia nas relações, sejam elas pessoais profissionais ou escolares. A linguagem não verbal tem origem no inconsciente de quem se comunica, por esta razão é tão difícil controlá-la. Deste modo o presente artigo tem como objetivo descrever o relacionamento não verbal professor-aluno através da metodologia de registro de imagens, desta forma o estudo pretende avaliar nas imagens registradas durante a relação professor aluno, a sua influência no processo ensino aprendizagem e a interpretação que fazemos desta linguagem não verbal. As filmagens ou coleta de dados ocorreram em turmas das Faculdades Integradas Ipiranga, nos cursos de comunicação, radiologia, jornalismo. Só foi realizada a filmagem com as turmas em que todos os seus integrantes concordaram em participar da pesquisa e seus respectivos professores, assinando um termo de consentimento e compromisso com a pesquisa. As imagens foram registradas com duas câmeras e a coleta de dados se realizou em sala de aula, durante as aulas regulares. Em cada sessão, durante a captação de imagem, uma foi posicionada no fundo da sala com o objetivo de filmar o professor, seus movimentos corporais e expressões faciais, enquanto a outra câmera ficaria posicionada na frente da turma, filmando os alunos. Deste modo o presente estudo capturou imagens que são resultado de um trabalho de pesquisa. As imagens foram armazenadas em um programa de computador específico, para análise posterior, sendo retirado o áudio, pois nesses vídeos o que está importando é o não verbal e os elementos envolvidos nessa comunicação, com critérios a serem observados mais profundamente na busca de importantes registros científicos em interações entre professor aluno no contexto de sala de aula, havendo uma constatação na concordância, ou não, nas expressões através de postura e gestos que são reflexo do inconsciente. Procurou-se, assim, investigar de forma concreta o rapport em imagens sem o áudio, levando-se em conta o relacionamento não verbal e seus elementos, como possível veículo de transformação social, fortalecimento das relações dos sujeitos escolares, do diálogo entendido em sentido original de troca nas relações professor aluno e suas formas lingüísticas, concordância e afinidades.

Palavras chave: Registro de imagens, Relação professor aluno, Linguagem não verbal.

AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM DOS ALUNOS COM AUTISMO NAS TURMAS REGULARES DE ENSINO. *Camila Henrique Ferreira***
(Universidade do Estado do Pará, Belém-PA)

O presente estudo tem como objetivo analisar como ocorre a inclusão do aluno com autismo no ensino regular e qual a relação entre o processo de inclusão escolar destas crianças e as dificuldades de aprendizagem, uma vez que se torna de extrema relevância o domínio dessa temática pelos educadores na atual conjuntura educacional da inclusão. Para que isto se concretize de maneira adequada, é preciso o conhecimento de determinados comportamentos e dificuldades no processo de aprendizagem da criança autista. Como é possível perceber, a educação inclusiva requer uma escola aberta à diversidade de aprendizagem de todos os educandos, sejam estas, decorrentes de deficiências físicas, sensoriais, intelectuais e/ou diferenças étnicas, lingüísticas, religiosas, de gênero e outros. Neste contexto, a partir da Declaração de Salamanca na década de 90, o panorama da educação direciona suas discussões para a necessidade da educação especial ser introduzida na estrutura da educação regular, denominada de inclusão escolar. Esse conceito expõe que todos os alunos têm a capacidade de acompanhar o processo educacional regular independentemente de suas limitações físicas e/ou cognitivas. Sendo assim, a inclusão escolar de educandos com transtorno Global do Desenvolvimento (autismo) apresenta-se como uma questão complexa a ser resolvida pelos profissionais da educação. A pesquisa teve como metodologia primeiramente o levantamento bibliográfico da temática da Síndrome do Autismo, bem como o marco teórico da Educação Inclusiva. Seguido a este estudo realizamos a pesquisa de campo, concretizada numa escola pública do município de Belém, para obter dados acerca do trabalho realizado com a inclusão de alunos com autismo na referida escola. Os sujeitos da pesquisa foram três técnicas e três professores que trabalham com alunos com autismo. Foi utilizada como técnica a entrevista semi-estruturada, com a aplicação de um roteiro de entrevistas, em que as respostas foram gravadas e posteriormente as informações foram separadas para análise dos dados. Por meio da pesquisa percebemos que a escola ainda não está totalmente preparada para receber os alunos com autismo nas turmas regulares de ensino, pois verificamos que a mesma não disponibiliza suporte pedagógico para atender as reais necessidades desses educandos, sendo gerado um agravamento das dificuldades no processo de aprendizagem dos mesmos. Os resultados se apresentam como de grande relevância para compreender como vem se desenvolvendo a prática da educação inclusiva e as dificuldades de aprendizagem que alunos com autismo desenvolvem no cotidiano escolar. Abordar a temática da inclusão do aluno com autismo é, portanto, acreditar na extrema importância de contribuir com o processo de ensino-aprendizagem de crianças com Transtorno Global do Desenvolvimento.

Palavras-chave: Inclusão, Autismo e Dificuldade de aprendizagem.

Monografia de Especialização.

ESC

MÍDIAS INTELIGENTES: ACESSIBILIZANDO MÍDIAS PARA DEFICIENTES VISUAIS. *Hildebrando Esteves Neto***, *Márcia Hellen S. M. Santos***, *Anna Karen Soutello Mendes***, *Adriano Augusto Addario dos Santos* e Alana dos Anjos Moreira** (Grupo de Pesquisa “Viver diferente, mas não desigual. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, Campus Cuiabá. Mato Grosso, MT)

O campo da acessibilidade homem-computador por meio da análise de recursos que poderão ser usados por pessoas com necessidades educacionais especiais vem promovendo a apropriação de ferramentas computacionais. Essas ferramentas na interação com ambientes digitais/virtuais, oferecem recursos de acessibilidade como meio concreto de neutralizar barreiras e inserir indivíduos nos mais diversos contextos de ensino-aprendizagem. Nestas circunstâncias, o presente estudo objetiva a acessibilização de mídias no formato de vídeo e áudio, como meio de promover acesso a materiais que possam vir a ter caráter didático pedagógico inclusivos às pessoas com deficiência. A partir dos estudos sobre acessibilidade e considerando o seu aspecto genérico e a sua especificidade este trabalho articulou estudos no universo da cegueira e baixa visão, a testagem e seleção de *softwares* livres adequados, a escolha de filmes, considerando as múltiplas interfaces com a deficiência, marcadores de diferenças sociais, como classe, etnia e gênero. Os participantes foram pessoas cegas ou com baixa visão que frequentam o Laboratório de Informática da Unidade Educacional Especializada (UEES) José Álvares de Azevedo da Secretaria de Estado de Educação do Pará. O procedimento ocorreu por meio de: 1) Levantamento de interesse sobre o tipo de vídeos destinados ao público alvo, junto aos professores da UEES. Elaboração de questionário no formato .txt, sobre acesso a vídeos com conteúdo regional, enviado por e-mail, a todos os estudantes do Laboratório de Informática da UEES. Aplicação de roteiro de entrevista semi-estruturada, gravada e filmada com aqueles estudantes que se manifestaram para fins de esclarecimentos, quanto ao desempenho no uso do computador e uso de leitor de tela, sendo estes os eleitos como participantes do estudo; 2) Estudo sobre cegueira e baixa visão; e 3) Estudo e testagem dos *Softwares* livres: Plataforma Ubuntu 10.10, OpenShot (para edição de vídeos), Audacity (para a edição do áudio), Sw (para inclusão das legendas). Os resultados parciais apontam que 70% dos participantes são estudantes do ensino fundamental, 20% do ensino médio e 10% do ensino superior. Os filmes selecionados fazem parte do banco de dados do *Imaginário nas Formas Narrativas Oraís Populares da Amazônia – IFNOPAP* da Universidade Federal do Pará. Os testes de *software* livres foram positivos com grande aceitação. Em relação aos vídeos enfocados no estudo, destaca-se a “*A Carrocinha Fantasma*”, vídeo piloto, que aborda uma narrativa popular de um município do Estado do Pará. Este piloto inclui a primeira etapa da audiodescrição e atendeu aos propósitos de material pedagógico inclusivo, usado pelo Laboratório de Informática da UEES José Álvares de Azevedo. Aponta-se para a necessidade de estudos multicêntricos acerca da acessibilização de mídias com temáticas da cultura regional envolvendo amostras maiores e de diversas regiões do país.

Palavras-chave: material inclusivo; acessibilidade **computacional**; deficiência **física**
Pesquisador – P

ESC - Psicologia Escolar e da Educação

DO “MUNDO MÁGICO DE OZ” À ESCRITA MAIS INTELIGÍVEL POR PARTE DE ADOLESCENTES – O PAPEL DAS RELAÇÕES SOCIAIS NA APROPRIAÇÃO DA CULTURA. *Antonio Sergio Vasconcelos Darwich***
(Departamento de Psicologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo/SP)

Para a Psicologia Histórico-Cultural, as relações sociais constituem o psiquismo humano e contribuem para a apropriação das atividades culturais, como uma escrita inteligível por adolescentes. Tais atividades existem, antes, no plano interpsicológico e, posteriormente, são internalizadas e reconstruídas, no plano intrapsicológico, como funções psicológicas superiores – semioticamente mediadas. O conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal trata de relações sociais e mediações semióticas implicadas no processo de aprendizagem de atividades que os sujeitos executam sem a cooperação do outro e das atividades que estes apreendem e/ou internalizam somente com a cooperação do outro. Cada aprendizagem abre novos ciclos de desenvolvimento e estes últimos abrem processos de aprendizagem. Obtivemos os dados de nossa pesquisa a partir de atividades com quatro adolescentes (duas moças e dois rapazes de dezesseis anos), que participam de atividades culturais do programa Casa Amarela, da prefeitura Campinas/SP. Nossa coleta teve seis passos: leitura da letra do rap “O Mágico de Oz”, dos *Racionais Mc*; escrita, em prosa, de outra história, inspirada na leitura do primeiro texto; discussão em grupo sobre o texto; reescrita a partir da discussão anterior sobre o texto; discussão a partir da comparação dos dois textos, com os seguintes aspectos abordados: o que mudou e o que ainda pode mudar, solicitação de informações dos adolescentes sobre a natureza da ajuda do pesquisador (adulto) e dos colegas, ajustes e correções; por fim, a reescrita final. Na análise de dados foram criadas categorias para as relações estabelecidas (Descontinuidade, Dialogia e Oposição), para a análise da estrutura dos textos dos adolescentes (Título, Tema, Personagem Central, Personagem Secundário, Ações do Personagem Central, Contexto, Relações de Causalidade, Intratextualidade, Narrador, Descontinuidade) e sobre a origem dos significados das discussões em grupo (Significados Antigos, Significados Novos, Significados Criados pelo Adulto, pelo Colega, Pelo Autor, Nas Circunstâncias da Vida do Autor, Texto Literal). Nas conclusões, demonstramos que, nos textos dos adolescentes elaborados após as discussões em grupo e reescritas, sugeriram novos significados e aperfeiçoaram-se quanto à estrutura e inteligibilidade dos mesmos, em relação aos primeiros textos. Logo, os primeiros textos corresponderam aos níveis de desenvolvimento real dos adolescentes; enquanto que os textos elaborados a partir das discussões em grupo e da cooperação do pesquisador (adulto), à Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) dos sujeitos. A (ZDP) pode ser verificada nas diferenças demonstradas entre os últimos textos (mais inteligíveis, novos significados incorporados e com estrutura mais organizada) e os primeiros textos (menos inteligíveis). Ou seja, os últimos textos receberam influência da mediação do adulto, principalmente. Por fim, as mudanças na consciência dos adolescentes e o papel da cooperação do grupo e do pesquisador, puderam ser demonstrados nas mudanças dos textos, objetivamente, comparando os textos finais com os iniciais.

Bolsa: CAPES/CNPQ

Palavras-chave: Psicologia Histórico-Cultural; Zona de Desenvolvimento Proximal; cooperação.

Mestrado.

Psicologia Escolar e da Educação

PARTICIPAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS NA VIDA ESCOLAR DE CRIANÇAS E DESEMPENHO ACADÊMICO. *Aline Carneiro Bezerra** (UFPA); *Cleyber Moreira da Silva** (UFPA); *Flávia Danielle da Silva Câmara** (UFPA) e *Patrícia C. M. Monteiro** (UFPA)

A literatura mostra que a participação dos pais é uma variável importante no rendimento escolar dos filhos. Uma vez que não cabe responsabilizar apenas a escola pelo desenvolvimento da criança, pais e escola devem trabalhar conjuntamente para que o infante possa assimilar os valores e comportamentos que contribuam para um bom desempenho na escola e em outros contextos. Portanto, objetivou-se verificar a participação dos pais na vida escolar dos filhos, a partir do rendimento acadêmico dos mesmos. Deste modo, aplicou-se por meio de questionários conduzidos na forma de entrevista a qual haviam perguntas estruturadas que verificavam de que forma a variável participação dos pais está relacionada com o desempenho escolar da criança. Foram entrevistados 51 estudantes na faixa etária de 7 a 12 anos de idade que cursam a segunda série do Ensino Fundamental, no turno matutino, de uma Escola Estadual localizada no município de Belém. Após a coleta, os dados foram analisados em um programa estatístico. Foi criado um índice para categorizar os pais em muito ou pouco participativos, a partir das respostas das crianças. Estabeleceu-se uma média para separar os alunos com alto ou baixo desempenho. Em seguida, analisaram-se os dados pelo método Qui-quadrado para verificar o índice de correlação. Os dados não confirmaram a hipótese da participação, pois pais muito participativos com filhos de baixo desempenho representam 43,1%, enquanto os que possuem filhos com alto desempenho equivalem a 25,5%. Pais com baixa participação e filhos com baixo desempenho representam 23,5% do total dos pais, enquanto que os que possuem filhos considerados com alto desempenho, mas que são pouco envolvidos na vida escolar dos filhos, representam 7,8% da amostra parental. Entretanto a baixa participação dos pais pode ser um forte preditor do baixo desempenho das crianças (75%). Faz-se necessário que os instrumentos dêem conta de todas as extensões da participação dos pais na vida escolar dos filhos e que ampliem para outras variáveis que podem também influenciar no bom desempenho, como levar em consideração autonomia da criança frente a mídia como fonte de pesquisa escolar, pois a literatura mostra que a participação dos pais não garante por si só o bom desempenho escolar da criança.

Palavras –Chave: participação dos pais; vida escolar; desempenho acadêmico.
(trabalho de graduação)

Psicologia Escolar e da Educação

ANÁLISE DA LÍNGUA ESCRITA DE ALUNOS DA SEGUNDA SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL I. *Ana Bárbara dos Reis Ramos** e *Lilian Miranda Bastos Pacheco* (Grupo de Pesquisa Desenvolvimento Humano e Processos Educativos, Departamento de Educação, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, Ba)

A escrita é um dos conteúdos e instrumentos de aprendizagem importantes no processo da alfabetização. Um instrumento novo para a criança, que requer certa dedicação e tratamento adequado para a promoção dessa habilidade. A criança se apropria do processo de alfabetização de maneira gradativa, segundo a Psicogênese da Língua Escrita e aos poucos vai dominando o sistema alfabético. A partir da descoberta do princípio alfabético, a criança irá percorrer um caminho até adquirir a aprendizagem sobre as regras ortográficas. O presente trabalho refere-se à preocupação com relação ao processo de construção da escrita nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Este resumo é um relato de vivência junto a uma escola indígena, na turma de 2ª série. O trabalho foi iniciado pelo diagnóstico dos alunos com o objetivo de perceber o nível de habilidade na escrita e orientar uma intervenção com os alunos para a melhoria dessa habilidade. Foi realizado um ditado de imagens, no qual cada figura que era mostrada, as crianças escreviam seus nomes correspondentes. Para o ditado foram utilizadas vinte e três imagens, com a participação de quinze alunos. O critério de análise de dado utilizado neste diagnóstico considerou as sucessivas etapas da Psicogênese da Língua Escrita, desde a garatuja, pseudo-letras, silábica sem valor sonoro, silábica com valor sonoro, silábica alfabética, escrita alfabética e escrita ortográfica. O resultado foi obtido através de um levantamento estatístico sobre a incidência das hipóteses de escrita das palavras. O resultado possibilitou perceber os conflitos que cada criança está passando no seu processo de aquisição da língua escrita. Pela análise individual verificou-se que existiam: 3 alunos oscilando entre a escrita alfabética e a ortográfica, 2 alunos desde a silábica alfabética até ortográfica, 2 crianças oscilando da escrita silábica com valor sonoro até ortográfica, 7 alunos com três ou mais tipos de escrita, além de não ter escritas todas as palavras. Destacam-se, por um lado, os 3 melhores desempenho das crianças que escreveram todas as palavras de forma alfabética ou ortográfica. Por outro lado, há uma criança que se destacou por deixar de escrever 17 palavras, e por isso não foi incluída nos grupos acima classificados. Através deste resultado observou-se que existem crianças em pleno processo de transição na aquisição da linguagem escrita. Conclui-se que a avaliação do desempenho da linguagem escrita, realizada com os alunos é fundamental para orientar o planejamento e a estratégia de ensino do professor. Além disso, é de muita importância que este saiba trabalhar com os erros no uso da Língua Portuguesa, discutindo sobre as complexidades de sua grafia. Para que se possa estimular a curiosidade do aluno, o professor deve não só utilizar textos com ditados de imagens, mas também recorrer a uma metodologia que inclua produções de textos com temas livres, reescritas de textos ou histórias, que acabam servindo como reflexão para essas crianças sobre a escrita.

Bolsa: PIBID/CAPES/PEDAGOGIA

Palavras-chave: Alfabetização, Diagnóstico, Psicogênese

Nível do trabalho: outro

ESC



INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO REGULAR BRASILEIRO: REVISÃO DAS PUBLICAÇÕES NOS PERIÓDICOS DA SCIELO. *Maria Elizabeth Costa Araújo** (Faculdade de Psicologia, Universidade Federal do Pará, Belém- PA), *Claudia dos Santos Oliveira***, *Fernando Augusto Ramos Pontes*, *Lília Iêda Chaves Cavalcante* e *Simone Sousa da Casta e Silva* (Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento - Universidade Federal do Pará, Belém-PA).

Objetivou-se identificar a produção de artigos em periódicos hospedados na base Scielo no período entre 2001 a 2010. Nas décadas de 80 e 90 grupos sociais brasileiros envolvidos com a educação, familiares de pessoas com deficiência e organizações internacionais pressionaram o governo brasileiro para consolidar um modelo educacional que incluísse a todos. Legalmente essas mudanças foram respaldadas pela Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 (LDBN). A nova legislação gerou políticas públicas que propuseram modificações no cenário educacional, o sistema de ensino, desde então, tem o desafio de se reestruturar e oferecer uma educação que atenda os vários anseios sociais da atual modernidade. Duas décadas depois dos documentos oficiais enfatizarem o processo de inclusão educacional no Brasil, se percebeu o aumento do número de estudos e pesquisas com intuito de compreender o complexo processo de mudança no sistema educacional. Revisar as produções científicas nesta área é tarefa importante não apenas para se conhecer o panorama atual da publicação a respeito da educação brasileira, mas também por permitir identificar áreas com mais investimento científico ou com carência de investigação. Utilizou-se como recurso metodológico a revisão sistemática de artigos da Biblioteca Virtual da Scielo. Buscou-se no período entre 03 a 06 de novembro de 2010, artigos publicados nos dez últimos anos. Utilizou-se como descritores a inclusão escolar, inclusão educacional e educação inclusiva. O resultado da busca encontrou 175 artigos que tratavam exclusivamente sobre o tema, destes 37 eram repetidos, sendo 138 revisados. O total de artigos revisados está publicado em 54 periódicos. No quesito área de conhecimento, 74 são da educação, 22 da saúde, 18 multidisciplinares que agregam duas ou mais áreas de conhecimento, 15 da psicologia e 2 da sociologia. Além destes, 6 artigos classificados como outros, foram publicados em periódicos que apresentaram apenas uma área específica de conhecimento, como a antropologia social, tecnologia de alimentos, desenvolvimento da terra, linguística aplicada, geografia e serviço social. Com este estudo se concluiu que o tema sobre inclusão de alunos com deficiência no ensino regular brasileiro é objeto de pesquisa em diversas áreas das Ciências Humanas, com destaque para a Saúde e Educação. Isso ocorre pela complexidade e diversidade dos tipos de deficiências. Se por um lado a pulverização das áreas de pesquisas trazem conhecimentos mais específicos sobre as deficiências, por outro pode dificultar a visibilidade do panorama, tanto para o sistema educacional como para a implementação das políticas públicas que precisa atender as necessidades desse público.

Bolsista CAPES

Inclusão educacional, Alunos com deficiência e Periódicos

M

ESC

AVALIANDO O NÍVEL DE *STRESS* DE PROFESSORES DE UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. *Eraldo Carlos Batista**, *Benedito Alves de Oliveira**, *Cleonice L. de Sousa**, *Junia C. S. Bergamin**, *Jucimara F. de Oliveira**, *Marlete L. Gomes** e *Alessandra Cardoso Siqueira* (Departamento de Psicologia da Faculdade de Rolim de Moura (FAROL) – Rolim de Moura – RO).

O *stress* pode ser definido como a soma de respostas físicas e mentais da incapacidade de distinguir entre o real e as experiências pessoais. Pela definição, *stress* inclui a resposta de componentes físicos e mentais. No que diz respeito à classe docente, o *stress* é considerado como uma consequência do seu mal-estar. Por outro lado, a sociedade multicultural e multilíngue em que vivemos, obriga os docentes a modificar os materiais didáticos e a diversificar os programas de ensino, de modo que todos os indivíduos tenham iguais oportunidades de educação. Com isso, os professores enfrentam, ainda, situações imprevistas e complexas de mudanças, que os obrigam a desempenhar a sua função com dificuldade. As mudanças dos conteúdos curriculares e o crescimento e desenvolvimento dos meios de comunicação são exemplos disso. Além desses fatores, as péssimas condições de trabalho destes profissionais e a sobrecarga, resultado do excesso de atividades, reuniões, carga horária, cobranças, responsabilidades, final de semestre, prazos, entre outros têm se tornado uma das principais fontes de *stress*. De acordo com a literatura especializada o *stress* excessivo pode causar sérias consequências na vida do indivíduo e quando este chega ao nível de exaustão a pessoa já não tem mais energia, fica incapacitada de se concentrar, de trabalhar e doenças sérias podem ocorrer. **Objetivo:** investigar o nível de *stress* dos professores de uma escola de educação especial da cidade de Rolim de Moura - RO, de maneira a construir um retrato das condições de trabalho do professor e a considerar o reflexo desses acontecimentos sobre a sua saúde. **Amostra:** vinte professores, com idade entre 22 e 54 anos, totalizando 100% dos docentes da instituição. **Instrumento:** utilizou-se como instrumento o Inventário de Sintomas de Stress para Adultos de Lipp (ISSL). **Resultados:** A partir dos dados indicadores, que configuram situações de *stress* arroladas pelos professores que participaram do estudo, foi possível fazer reflexões sobre as condições de saúde do professor ou as que provocam sua doença. De acordo com os resultados 30 % dos professores avaliados encontram-se na fase de resistência, 20 % na fase de alerta, sendo essa considerada a fase positiva do *stress* e 10 % encontram-se na fase de quase exaustão, seguido de 10 % na fase de exaustão.

Apoio financeiro: Faculdade de Rolim de Moura - FAROL

Palavras-chave: Condições de trabalho, Docentes, Saúde.

Nível do Trabalho: IC

Área da pesquisa: ESC

AS MÚLTIPLAS FACES DA VIOLÊNCIA NO ESPAÇO ESCOLAR: REFLEXÕES E DESAFIOS. *Eraldo Carlos Batista**, *Benedito Alves de Oliveira** e *Alessandra Cardoso Siqueira* (Departamento de Psicologia da Faculdade de Rolim de Moura (FAROL) – Rolim de Moura – RO).

Nos tempos modernos, a violência permeia todas as áreas de relação do indivíduo, sendo a violência escolar uma das principais preocupações da sociedade, uma vez que esta deixa de ser apenas produto de uma cultura de violência externa e passa ser constituída também no espaço escolar. Ou seja, além dos problemas familiares, econômicos, políticos, emocionais que interferem no desenvolvimento dessa violência cotidiana na escola, existe um tipo específico, gerado no interior da própria escola. Constituída principalmente pelo desrespeito, pelas ameaças e pelas agressões praticadas pelos alunos, a violência vem ganhando novas formas com o decorrer do tempo, sendo presenciada e negligenciada muitas vezes em todos os seguimentos da instituição escolar. Esta forma de violência vai além das características encontradas nos fatores externos da escola, encontrando-se nos aspectos envolvidos e desenvolvidos por ela como a relação professor-aluno, aluno-instituição e também entre os alunos. Nesse sentido, a violência escolar caracteriza-se como todo ato que impede, em sentido amplo, o pleno desenvolvimento dos atores sociais aí presentes não tendo sua origem somente neste ambiente como também expandindo-se para outros grupos e instituições de convivências dos atores escolares. Concretiza-se como resultado de uma cultura de violência vivenciada no cotidiano escolar por esses alunos, onde não só o aluno, mas todos os envolvidos são ao mesmo tempo geradores e depositários de atos de violência. O objetivo deste estudo foi investigar a percepção dos alunos e professores acerca das manifestações de pequenos atos que dão origem a violência no contexto escolar. A pesquisa foi realizada com 108 alunos e 11 professores de terceiro, quarto e quinto anos do ensino fundamental de uma escola da rede pública do estado de Rondônia. Como instrumentos de coletas de dados foram utilizadas entrevistas, observação e a aplicação de um questionário, o qual visava diagnosticar a percepção de estudantes e professores acerca das diversas formas de manifestação que a violência assume no ambiente escolar e as variáveis possivelmente associadas a ela. Os resultados obtidos na escola pesquisada revelaram que a maioria das ações de violência identificadas, tanto por professores como por alunos, foram aquelas caracterizadas pelo desrespeito, ameaças e agressões verbais, psicológica e moral. Entretanto, 31 % dos alunos entrevistados, não reconhecem essas ações como uma modalidade de violência, classificando apenas a agressão física como ato de violência.

Apoio financeiro: Faculdade de Rolim de Moura - FAROL

Palavras-chave: percepção da violência; relação professor-aluno; ambiente escolar.

Nível do Trabalho: IC

Área da pesquisa: ESC

BULLYING: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DA INCIDÊNCIA ENTRE ALUNOS DA QUINTA E OITAVA SÉRIE. *Jocilaine Fernanda Ferreira**, *Cloves Amorim*, *Cynthia Perdoncini**, *Elizangela Rozanski**, *Keila Fernanda do Nascimento** e *Willian Rodrigo do Amaral** (Faculdade Evangélica do Paraná, Curitiba-PR)

O fenômeno *bullying* é uma das formas mais recorrente de violência escolar. O objetivo desta pesquisa foi identificar a incidência do *bullying* em alunos da quinta série e alunos da oitava série. A pesquisa foi realizada em um colégio público de um bairro periférico da cidade de Curitiba – PR. Participaram 40 alunos, com idades compreendidas entre 10 e 16 anos (37% tinham 14 anos de idade), sendo que 53% são do sexo masculino e 47% do sexo feminino nas 5^o series, e nas 8^o series 57% são do sexo masculino e 43% do feminino (22 alunos do sexo masculino e 18 do feminino no total). Foi utilizado um instrumento elaborado em Portugal, adaptado para o português utilizado no Brasil, aplicando-se o questionário individualmente, mediante a apresentação do TCLE assinado pelo responsável. Os resultados demonstraram que a forma mais frequente de *bullying* ocorre através de nomes ofensivos, intrigas e exclusão; enquanto que a agressão física, a humilhação e os nomes ofensivos caracterizam as agressões mais assistidas pelos alunos nas duas últimas semanas. Quanto aos pares, observou-se que 43% das agressões são realizadas por duas ou mais pessoas e 36% são praticadas por apenas uma pessoa. Outro aspecto importante identificado na pesquisa foi em relação ao momento de ocorrência do *bullying* na escola, e 43% dos alunos informaram que é no horário do recreio que existe a maior prática da violência, 38% informaram ser no próprio horário de aula, e 20% dos alunos mencionaram outros locais ou não responderam. Mas, 32% informam que tanto em sala de aula, quanto no recreio ocorrem condutas violentas entre pares. A motivação principal foi vingança e alguns informaram, com a mesma porcentagem nas duas séries, “brincadeiras”. Das testemunhas 24% sentem raiva pelos agressores, mas 25% não se manifestaram quanto ao que sentem pelos colegas que agredem. Os resultados confirmam a literatura científica atual, pois as vítimas aparecem como prudentes, sensíveis, tranquilas, reservadas/introvertidas e tímidas; são ansiosas, inseguras, infelizes e com baixa autoestima; são depressivos e apresentam maior tendência a ideação suicida do que os seus pares; normalmente não tem um bom amigo e se relacionam melhor com os adultos do que com os seus pares; se são meninos, normalmente são mais frágeis fisicamente do que os seus pares. Enquanto os agressores são impulsivos e raivosos; apresentam pouca empatia como os estudantes vitimizados; costumam ser desafiadores e agressivos com os adultos, incluindo pais e professores; costumam apresentar outras condutas antissociais como vandalismo, delinquência e consumo de drogas; os meninos costumam ser mais fortes fisicamente do que o resto dos companheiros em geral e das vítimas em particular; não possuem problemas especiais com sua autoestima. Concluiu-se que a frequência do *bullying* não diminui com o avanço das séries, mas modifica-se de físico para social ou indireto.

Palavras-chave: contingências de agressão, violência entre pares, agressividade
Iniciação Científica – IC (trabalho de graduação)

BULLYING: PERCEPÇÃO DE PAIS SOBRE ESTE FENÔMENO. *Deborah Z. Guedes***, Benjamin I Kopelman e Márcia Regina F Marteleto (Departamento de Pediatria - Universidade Federal de São Paulo – São Paulo – SP)

Bullying é uma forma de violência intencional e repetitiva, adotado por um indivíduo ou um grupo contra outro(s). Caracteriza-se por agressão física, psicológica, sexual, virtual de caráter persecutório. Não há motivação cientificamente comprovada quanto ao fator que determina o processo de escolha da vítima. É sempre demonstrado um desnível de poder, de autoridade ou superioridade física entre o agressor e a vítima, a fim de intimidá-la, humilhá-la e oprimi-la. O termo, *bullying*, é uma nomenclatura recente, vinda do inglês, embora os maus tratos se remetam a fenômeno antigo que acontece no mundo escolar e em diversas esferas da sociedade, sem distinção de classe social, atingindo desde crianças a adultos, sendo mais freqüente entre adolescentes. Apresenta conseqüências imediatas ou futuras, em questões de saúde mental, podendo levar à depressão, a transtornos alimentares, transtornos de conduta, de sono e em graus elevados, ao suicídio ou homicídio. O corpo docente e administrativo da escola não sabe efetivamente como lidar com este conjunto de comportamentos agressivos, anti-sociais e delega o problema aos pais que, confusos, devolvem a responsabilidade para a escola. O OBJETIVO deste estudo foi investigar a percepção dos pais ou cuidadores quanto à ocorrência (ou não) de *bullying* com seus filhos dentro das escolas (sala de aula, pátio, corredores, etc). MÉTODO: 255 pais e mães de crianças que freqüentavam entre o 6º e 9º ano de escolas públicas e privadas, da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba foram escolhidos aleatoriamente para responder um questionário sobre seus conhecimentos a respeito do *bullying*. Nos questionários buscava-se obter um perfil do ambiente escolar e verificar o comportamento dos pais frente às agressões. Após o preenchimento, os pais eram convidados a se reunir para uma palestra elucidativa sobre o tema. Muitos pais não sabiam o que era *bullying* (62%); outros acham que *bullying* é natural, é “coisa de criança” (59 %) ou confundem *bullying* com brincadeiras (57 %); apenas 35% pais foram procurados espontaneamente pelos filhos para contar que sofriam *bullying*. Os principais sentimentos paternos e maternos frente à situação de *bullying* enfrentada pelos filhos foram negação, indiferença quanto ao fato (43%), nervosismo e raiva (38%), depressão (24%) e sentimento de culpa e impotência (18%). Das ações tomadas pelos pais ressalta-se que a maioria buscou a escola para exigir ação anti-*bullying* (82%); alguns acolheram as angústias do filho (60%); outros incitaram violência, o revide, a vingança (45%) ou mudaram a criança de escola (45%). CONCLUSÃO: Pais têm pouca percepção sobre o fenômeno *bullying*, subestimam sua prevalência e atuam de forma errônea na tentativa de reduzi-lo ou interrompê-lo. Quando a criança ou adolescente percebe que pais desacreditam de seus relatos ou que ações tomadas não são efetivas, sente-se traída pelos genitores e a relação familiar se compromete. É preciso mais informações e trabalhos de cunho integrativo-esclarecedor entre famílias/escolas visando à prerrogativa de mudança, de transformação deste estado permanente de violência, para que, ainda que em situações adversas, possamos ter escolares aprendendo, apoiados na paz, e em segurança.

PALAVRAS CHAVES: violência na escola, relações pais-filhos, relações aluno-aluno. Nível de trabalho: Mestrado - M

Código de área: ESC

BULLYING E ENFRENTAMENTO ENTRE ALUNOS DO NONO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL. *Vanuza Correa de Mello**, *Patrícia Baltazar Bodoni e Giseli Renata Gouvea* (Faculdade Anhanguera, Bauru SP)

O *Bullying* é um fenômeno em que o aluno é provocado ou vitimado repetidamente e ao longo do tempo por ações negativas da parte de uma ou mais pessoas. Considera-se uma ação negativa quando a pessoa intencionalmente causa, ou tenta causar, danos ou mal-estar a outro. O *Bullying* pode ser conduzido por um indivíduo ou grupo – provocador ou agressor – e o alvo que pode também ser um indivíduo ou grupo – vítima. A presença deste fenômeno nas escolas caracteriza-se por agressões físicas ou morais e traz conseqüências sérias, tanto para quem as comete como para suas vítimas. Dentre os indícios da sua presença, alguns indicadores nas relações entre os alunos muitas vezes são indiferentes para os profissionais da educação, o que pode levar a graves sequelas na vida desses jovens. A partir dessas afirmações o presente estudo, teve como objetivo investigar a incidência e as características da agressão e vitimização entre adolescentes no 9º ano do ensino fundamental, numa escola estadual do interior de São Paulo e verificar como os alunos reagem e lidam com tal fenômeno. Para a coleta de dados, foram utilizados os seguintes instrumentos: entrevistas com gestores, professores e alunos; observação por meio de filmagens dos intervalos e um questionário de comportamentos anti-sociais e de estratégias de enfrentamento pelos alunos. Os resultados obtidos foram: a) Questionário com 35 alunos: 60% meninos, idade de 14-15 anos, de cor branca e de renda mensal de 1 salário mínimo, 93,7 % moram com os pais, identificada 40% de incidência da prática do *bullying*; b) Questionário para dois gestores: identificada incidência da prática do *bullying*, falta de informação e conhecimento sobre o assunto c) Questionários com oito professores: 60%, conhecem superficialmente o conceito de *bullying* e afirmaram que durante as aulas ocorre com 100% dos alunos violências verbais e 40% dos professores desconhecem o conceito e confirmam a prática de violência dentro da sala de aula; d) Questionários com 35 pais, 37,5% não possuem nenhum conhecimento sobre *bullying*, 62,5% afirmaram que seus filhos nunca se queixaram de agressões; e) Questionário de comportamentos anti-sociais e de estratégias de enfrentamento: constatada emissão de comportamento anti-social elevado e estratégias como: revidar, ignorar, conversar, etc; h) observação por meio de filmagens dos intervalos, identificadas atividades que sugerem agressões físicas e verbais. Por fim, embora os dados aqui descritos revelem uma situação preocupante, também possibilitaram propostas de coping para inicialmente amenizar e compreender o fenômeno de *Bullying*, bem como contribuir para demais estudos com dados sobre esse estudo de caso.

Apoio financeiro: Sistema Anhanguera de Iniciação Científica (SAIC)

Palavras chaves: Violência na escola; Equipe educacional; Comportamento anti-social, Percepções.

IC (Trabalho de graduação)

ESC

INFLUÊNCIA DO ENTORNO DA ESCOLA E DESEMPENHO EDUCACIONAL DE CRIANÇAS DA REDE PÚBLICA. *Jessica Gomes**, *Patrícia Baltazar Bodoni e Paula Sartori Gladenucci* (Faculdade Anhanguera, Bauru SP)

A diferença de resultados obtidos no IDEB 2009 (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) por duas escolas similares da rede pública de Bauru serviu como ponto de partida para a realização de uma investigação sobre as influências do entorno de ambas no processo de ensino e aprendizagem. Uma escola (E1) atingiu (5,9), a outra (E2) obteve (3,6). Média considerada de 5,3 no município, 5,5 para o Estado e 4,6 no País. Por meio das mediações ocorre o processo de ensino e aprendizagem, ou seja, interações entre professores, colegas e comunidade. Assim o entorno, pode favorecer a criança o seu aprendizado. O objetivo foi identificar pelo IDEB o desempenho escolar, entre escolas de bairros diferentes e estruturas similares e constatar as contribuições deste contexto (comunidade). Para isso foi necessário comparar as médias obtidas, identificar as contribuições formais e informais da comunidade para a escola e propor estratégias para uma melhor participação da comunidade no desenvolvimento escolar. Na coleta de dados foram realizadas investigações por meio da aplicação de questionários, sendo gestor (1), alunos (15), moradores (15), associações (1) por escola, indagando-os se o bairro oferecia atividades em parceria com a escola. Também foi realizado um levantamento no entorno sobre a existência de associações por meio de uma varredura (identificação e localização) por observação in loco, entrevistas com moradores e busca em sites. Identificadas, foi aplicado questionário com os responsáveis pelos órgãos. Obtiveram-se resultados contrastantes entre as duas escolas, por meio dos seguintes instrumentos de coleta: a) questionários com gestores: E1 destaca a participação dos alunos em projetos sociais e a atuação da escola com parcerias no contra turno e a E2 indicou a existência de projetos nos finais de semana; b) alunos: Tanto na E1 e E2 participam de atividades em projetos e na escola sendo que a participação da E1 é mais frequente. Ambos os alunos indicaram que as atividades fora do período de aula são uma oportunidade para melhorarem nos estudos; c) varredura no Bairro: Nos bairros da E1 e E2 existem associações de moradores e a E1 participa também dos Amigos da Escola; d) entrevista com moradores: a comunidade da E1 indica que a escola e a prefeitura realizam ações para essa parceria com a implantação de projetos que contribuíram para diminuição do trabalho infantil e qualidade de vida e na E2 faltam incentivos entre os parceiros e os projetos são voltados para adultos; e) observação in loco: um projeto em ambas; f) Entrevista com associações de Bairros: comunidade é participativa na E1 e E2 falta iniciativa g) Programa Escola da Família e Amigos da Escola: indicam uma participação negativa das duas escolas nos Programas. Verificou-se que o entorno contribuiu no desempenho escolar, mas é necessário incentivos na organização e sugestões de atividades, fez-se necessário oferecer um plano de melhorias.

Palavras chaves: Entorno. Educação. IDEB
IC (Trabalho de graduação)

ESC

CONSELHO TUTELAR, O PAPEL DA ESCOLA E O LUGAR DA FAMÍLIA.
*Maria das Graças Vasconcelos Paiva e Rosiane Seixas Plácido da Rosa**
(Departamento de Fundamentos da Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Rio de Janeiro, RJ).

O Conselho Tutelar (CT) ocupa um lugar de mediação entre escola e família em relação a demandas e queixas de violação de direitos de crianças e adolescentes. Esta pesquisa objetiva investigar a concepção de conselheiros em relação a estas instituições e à atuação deste órgão na luta pelo direito à escolaridade. Pela sua posição institucional, devem-se ouvir os membros do Conselho Tutelar, pois, a escolaridade é um dos aspectos dos direitos da criança e do adolescente garantidos pelo ECA. Mas como na prática estes direitos estão sendo garantidos pelo CT? A escola e a família encaminham crianças e adolescentes ao CT? O Conselho Tutelar fiscaliza a violação dos direitos à escolaridade? Partimos da hipótese de trabalho de que há uma parceria entre escola, família e CT. Tomaram parte no estudo 17 conselheiros tutelares do sexo masculino, sendo 10 da Cidade do Rio de Janeiro (zona sul, centro, norte e subúrbio) e 7 do interior do Estado. Apresentam nível de escolaridade e socioeconômico médio. Idade entre 25a e 35a, média 30,6. Para a pesquisa foi usada a análise qualitativa. O instrumento foi entrevista semi-estruturada, agendadas por telefone e realizadas em sessões individuais nos próprios conselhos. Duração média: 50min. Dados mostram que 85% estão aparelhados com equipe técnica. 70% das demandas recebidas provêm da escola, 20% da família e 10% de outras instituições. As queixas escolares são: indisciplina (43%); faltas (22%); *bullying* (13%); violência doméstica (9%); uso de álcool e droga (9%), maus tratos (4%). Para 60% dos conselheiros não há ainda uma parceria construída com a escola, a relação é deficitária, reconhecem um progresso em relação a faltas. Para 70%, a escola é omissa porque caberia a ela intervir no combate à evasão escolar, usando os recursos de que dispõe para isso. A família é mais receptiva ao diálogo, mas as queixas familiares gradativamente são problemas disciplinares (44%), questões de separação dos pais (17%), matrícula em creche (13%), pedido de encaminhamento (13%), uso de álcool e drogas (9%) e maus tratos à criança ou ao adolescente (4%). Os conselheiros constatarem na prática que as famílias hoje não estão preparadas para educar seus filhos para se adaptarem num mundo de rápidas mudanças e repleto de desafios. O direito principal estabelecido pelo ECA (qualidade de ensino e permanência na escola) não comparecem como queixas principais junto aos conselheiros. Estes não são sequer garantidos pelas diretrizes educacionais de estados e municípios. A queixa que chega em maior percentagem são problemas com que a escola e a família não conseguem lidar, mas que são de suas responsabilidades. Através de suas queixas, as famílias estão denunciando falta de políticas públicas voltadas para a vida familiar. Os conselheiros precisam divulgar as prerrogativas do ECA e suas atribuições para a sociedade.

Palavras-chave: Psicologia escolar, educação, direitos humanos.

P

ESC

COMPREENSÃO DE LEITURA ENTRE INGRESSANTES DE DUAS UNIVERSIDADES PRIVADAS: DIREITO E PSICOLOGIA. *Elza Maria Tavares Silva* (Universidade de Mogi das Cruzes), *Jamili Rasoul Salem de Souza* (Universidade Camilo Castelo Branco, Itaquera e Faculdade de Medicina do ABC, Santo André) e *Geraldina Porto Witter* (Universidade Camilo Castelo Branco, Itaquera)

Ao término do ensino médio, o aluno deve apresentar um desempenho em leitura que o caracterize como competente em compreensão, fluência, criticidade, criatividade, independência e motivação alta. São características consideradas essenciais para o bom desempenho no ensino superior em que, o volume e complexidade das matérias estudadas requerem alto nível de competência em leitura. Entretanto, os alunos não parecem estar sendo adequadamente preparados nestes aspectos. O **objetivo** do trabalho foi comparar o desempenho em leitura de ingressantes em duas universidades privadas da Grande São Paulo, matriculados nos cursos de Direito e Psicologia. Todos os **participantes** são adultos, matriculados no primeiro semestre dos respectivos grupos, sendo cada sub-grupo constituído por 25 alunos. A Escola 1 (E1) foi representada por dois sub-grupos: E1 Direito composto por 17 mulheres e 8 homens; E1 Psicologia contou apenas com um homem. O E2 Direito ficou composto por 8 mulheres e 16 homens; o sub-grupo E2 Psicologia contou com 22 femininos e 3 masculinos. Foi aplicado o texto sobre leitura elaborado de acordo com as regras padrão Cloze. Todos os participantes foram sorteados, sistematicamente, de uma amostra maior de assinantes do TCLE, para equipar o n dos sub-grupos. Os **resultados** mostraram a seguinte variação de acertos: o E1 Direito de 8 a 21 e o E1 Psicologia o menor foi 7 e o maior 21. Na E2 Direito o menor desempenho foi um e maior 12, no E2 Psicologia o menor foi zero e o maior 18. Para comparar os grupos recorreu-se a uma ANOVA não paramétrica com $H_0 =$ todos os grupos são iguais, $H_a =$ todos os grupos diferem entre si, $p \leq 0,05$. Pela ordem de desempenho o primeiro lugar ficou com E1 Psicologia, seguido por E1 Direito, E2 Psicologia e E2 Direito. Sendo $k=4$, $n=25$, $N=100$, $D_c=482,1$. Foram significantes todas as diferenças do E2 Direito em relação aos demais grupos, E2 Psicologia também, a única exceção foi entre Direito e Psicologia na E1. Vale notar que a referida diferença foi significativa na E2 entre Direito e Psicologia em favor da Psicologia. Pode-se concluir que houve baixo desempenho em todas elas, mas a E2 tendeu a apresentar pior desempenho. Para verificar se havia diferença significativa entre Direito e Psicologia, independentemente da escola, foi feito o teste U, tendo por base $H_0: D=P$, $H_a: D \neq P$, $n_1=50$, $n_2=5$, $p \leq 0,05$. $UD=2879$, $UP=2171$. Por ser amostra grande usou-se a fórmula de transformação em z. Obteve-se $U=896$, $z=2,43$ que está associado a $p=0,007$?????????, ou seja menor que 0,05, o que permite concluir que a diferença é significativa favorável à Psicologia. É possível dizer que os alunos das referidas escolas e cursos estão chegando à universidade com um nível aquém do esperado para ter êxito e, embora não haja diferença dentro de cada escola entre os alunos dos dois cursos o desempenho obtido na E1 tendeu a ser superior ao obtido na E2. É recomendável programas de desenvolvimento de habilidades e competências em leitura para todos os sub-grupos e medidas que viabilizem melhor desenvolvimento nos níveis anteriores de ensino.

Palavras-chave: ensino superior; estudante universitário; desempenho acadêmico.

OPINIÃO DOS PARTICIPANTES DE UM PROGRAMA DE ENSINO NO FORMATO PLATAFORMA WEB. *Marcia Josefina Beffa*** e *Maria de Lourdes Morales Horiguela* (Programa de Pós Graduação em Educação – Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” – SP)

A Análise do Comportamento destaca e busca compreender aspectos críticos em relação à educação e a necessidade de planejar contingências de ensino que favoreçam o processo ensino-aprendizagem. É importante o conhecimento e planejamento de contingências de ensino a fim de controlar o comportamento, tanto do professor, quanto do aluno, de forma eficaz. Programar o ensino significa dispor contingências de ensino e caracteriza-se por definição de objetivos alvo a fim de orientar a definição dos conteúdos e atividades a serem utilizadas como recursos de ensino e o sequenciamento e estrutura do programa. As modalidades de ensino que utilizam recursos de computadores e da Internet tem sido indicadas como vantajosas e atingido melhores resultados que o tradicional no tocante à liberdade de ritmo de ensino, interatividade e grau de informações e conhecimentos disponibilizados. Nesse sentido, a programação de ensino destaca-se como procedimento necessário e fundamental para efetivação de cursos EaD. Assim, esse estudo teve como objetivo analisar a opinião dos participantes de um programa de ensino na elaboração do problema de pesquisa quanto à estrutura do programa de ensino no formato de uma plataforma *web* (*Moodle*). O programa de ensino foi realizado por alunos de uma turma de pós-graduação *latu sensu* inserido como estratégia de ensino da disciplina Métodos e Técnicas de Pesquisa, que visa levar os alunos a elaborarem um projeto de pesquisa para elaboração da monografia. Foram avaliados os aspectos referentes a estrutura do programa no formato plataforma de Internet, a apresentação de atividades de leitura e questionários, encaminhamento das atividades para correção e possibilidade de obtenção de *feedback* imediato pelo sistema ou professor, tamanho das atividades e duração do programa. Os resultados indicaram predomínio de alta e total suficiência de satisfação dos participantes. Foi sugerido maior duração do programa, diversificação de atividades e estratégias para maior interatividade entre aluno-aluno e aluno-professor, o que pode ser solucionada com a incrementação de com recursos da plataforma tais como *chats* e *foruns*. Destaca-se também, a indicação de falta de tempo para desenvolver o programa fora do horário da aula, o que pode supor dificuldades de apresentar comportamentos num ritmo próprio, de modo individualizado, seguindo instruções e prazos, o que demanda tempo além atividades profissionais e escolares. Os dados de avaliação do programa de ensino concordam com a literatura disponível na área e indicam a necessidade de revisão constante do planejamento da programação de ensino, bem como da utilização dos recursos computacionais presentes nas plataformas de EaD.

Apoio: Bolsa Fundação Araucária (PR) - Marcia Josefina Beffa.

Palavras-chave: Análise do Comportamento, contingências de ensino, programa de ensino

D

ESC

PRÁTICAS EDUCATIVAS MATERNAS DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA CONJUGAL. *Sabrina Mazo D’Affonseca***, *Nahara Rodrigues Laterza Lopes***, *Gabriela de Guzzi Bagnato** e *Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams***** (Laboratório de Análise e Prevenção da Violência, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP).

Considerando a situação vivenciada pelas mulheres vítimas de violência, não é difícil pensar nos impactos que essa situação pode acarretar para os seus filhos. Desse modo, seria importante investigar quais as habilidades maternas que a mulher vítima de violência possui e quais faltam em seu repertório. Nos diversos estudos revisados não foram encontrados dados suficientes que demonstrassem esses déficits, de tal maneira que ao se realizar um estudo observacional que vise verificar esse fator, esse se caracterizaria como um estudo pioneiro na área e contribuiria para o avanço científico da mesma. Assim, o presente trabalho é um recorte da pesquisa de doutorado da primeira autora e objetivou avaliar as habilidades maternas de mães com e sem histórico de violência em situação observacional. Participaram do estudo 14 mulheres, 7 sem histórico de violência física por parte do parceiro (Grupo 1) e 7 com tal histórico (Grupo 2), tal divisão se deu com base nos resultados da Escala de Táticas de Conflitos (CTS-2) resumida e adaptada pelo IBGE. Todas tinham, pelo menos, um filho de 4 a 12 anos de idade. As mães do Grupo 1 tinham, em média, 35 anos e 50% tinham ensino médio completo e 50% ensino fundamental incompleto. A média de idade do grupo 2 foi de 33 anos. Quase metade da amostra (42,9%) possuía o Ensino Médio Completo, 2 tinham pós-graduação, uma participante havia completado o Ensino Fundamental e uma tinha o Ensino Fundamental Incompleto. A observação da interação mãe-criança foi realizada no Centro de Atividade Diária (CAD) de um ambulatório de saúde da UFSCar, que consiste em uma casa laboratório, com sala de estar, dormitório e cozinhas equipadas, com espelho unidirecional, que permite a observação, gravação e registro de comportamentos dentro da casa. As observações foram filmadas e posteriormente decodificadas, utilizando-se um Protocolo de Observação. As sessões de observação duravam cerca de 60 minutos, assim distribuídos: 1) Observação da interação mãe-criança em uma situação livre; 2) Observação da interação mãe-criança em uma situação de atividade conjunta; 3) Observação da interação mãe-criança em atividade paralela; 4) Observação da interação mãe-criança em situação de tarefa da mãe e 5) A mãe chama a criança para tomar um lanche junto com ela. Os dados obtidos demonstraram que a frequência média de comportamentos positivos é maior do que a média da frequência dos comportamentos negativos emitidos pelas mães em ambos os grupos, sendo que as mães do Grupo 1 apresentaram, em média, uma frequência maior de comportamentos positivos do que as mães do Grupo 2. Em relação às crianças, observou-se que as crianças do Grupo 1 apresentaram uma frequência maior de comportamentos positivos quando comparadas com as crianças do Grupo 2, as quais apresentaram uma frequência maior de comportamentos negativos. Tais dados parecem indicar que a vitimização da mulher e a exposição da criança à violência conjugal podem ser variáveis que afetam a interação mães-filhos; contudo, seria importante obter dados de uma amostra maior de mulheres, o que será realizado dando continuidade a esse estudo.

* Bolsista IC, CNPq

** Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, UFSCar. Bolsista CNPq

** Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, UFSCar. Bolsista CAPES

*** Bolsista Produtividade CNPq

Palavras-chave: violência física conjugal; habilidades maternas; crianças expostas a violência

Nível D - Doutorado

FAMI – Psicologia da família e comunidade

OFICINAS DE COLAGEM E DE COMUNICAÇÃO COM CRIANÇAS SOB A GUARDA PROVISÓRIA DE POSTULANTES À ADOÇÃO: A PERCEPÇÃO DE PAIS. *Martha Franco Diniz Hueb, Laís Cristina de Souza*, Pâmela Suelen Galego*, Mariana Silva Cecílio*, Ana Flavia Campeiz*, Laís Lídia Moraes Dornelas*,* (Departamento de Psicologia Clínica e Sociedade da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, MG), *Terezinha de Paiva Silva* e Cláudia Helena Julião* (Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, MG).

A lei n.º 12.010, denominada “Nova Lei de Adoção”, aprovada em 03 de agosto de 2009, promove alterações na legislação brasileira, especificamente no Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA e no Código Civil, no que se refere à adoção. Entre tais mudanças está a obrigatoriedade das pessoas interessadas em adotar serem previamente preparadas para a adoção. Simultaneamente ao Curso Preparatório para Adotantes, desenvolveu-se um projeto de extensão com as crianças que estão sob a guarda provisória, que ao findar, originou pesquisa homônima: “*O lúdico na construção das relações afetivas e sociais*”. Realizado no Centro de Estudos e Pesquisa em Psicologia Aplicada da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (CEPPA-UFTM) o projeto objetivou desenvolver o brincar, como sendo um tempo-espaço de criação e construção da realidade objetiva e subjetiva da criança. Segundo Winnicott, a brincadeira é uma comunicação que a criança utiliza para mediar o seu mundo externo e interno. O campo intermediário em que a brincadeira acontece, é nomeado de espaço potencial permitindo assim, de início, um acolhimento do mundo à possibilidade individual da criatividade. Deste modo, o intuito do projeto foi promover o brincar compartilhado de forma a possibilitar a expressão da realidade subjetiva no espaço potencial. A teoria winnicottiana retrata que a brincadeira expõe e insere a criança no meio social, capacitando-a a fazer amigos e inimigos, possibilitando admissão de papéis e formação de relações afetivas. Foram executadas oito oficinas quinzenais com duração de duas horas cada e teve como participantes sete crianças de ambos os sexos e idades entre um ano e oito meses a seis anos. Ao finalizar o projeto a equipe de extensionistas entrevistou seis casais que estavam com a guarda provisória de tais crianças com o objetivo de verificar a percepção deles quanto ao desenvolvimento afetivo e social dos filhos após a participação nas oficinas lúdicas. Os pais relataram que no decorrer do projeto, os vínculos entre as crianças e conseqüentemente, o desenvolvimento das relações sociais e afetivas foram gradualmente se construindo. As afinidades foram estabelecidas e momentos de troca e ajuda mútua entre eles e as crianças foram possíveis. O estabelecimento de vínculos por meio do brincar com o outro, fez com que as crianças em processo de adoção interagissem entre si e com as pessoas ao redor, favorecendo também a construção das relações com os pais adotivos. Durante a realização das oficinas, dentre elas na de comunicação e da colagem, foi fortemente observada a possibilidade de as crianças trazerem objetos e fenômenos da realidade externa, atribuindo-lhes significado e sentimento. Dessa forma a brincadeira como uma atividade criativa estimulou ainda a representação daquilo que é vivido internamente com seu provável ambiente cultural, sendo esse o principal modo pelo qual as crianças entram em contato com o mundo compartilhado podendo experienciá-lo na transicionalidade.

Palavras-chave: Brincar, Espaço potencial, Winnicott.

Nível do trabalho

FAMI

OFICINA DE MASSINHAS: AS DESCOBERTAS DE CRIANÇAS EM PROCESSO DE ADOÇÃO. *Martha Franco Diniz Hueb, Laís Cristina de Sousa*, Pâmela Suelen Galego** (Departamento de Psicologia Clínica e Sociedade da Universidade Federal do Triângulo Mineiro- Uberaba-MG), *Marta Regina Farinelli e Mariana Beatriz de Oliveira** (Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba-MG)

Para que o processo de maturação do bebê/criança seja saudável é necessário que a mãe biológica ou adotiva tenha capacidade de se adaptar ao seu desenvolvimento proporcionando-lhe um ambiente favorável, tornando-se assim suficientemente boa. Entretanto, alguma falha ambiental pode ocorrer possibilitando que a mãe perceba e corrija tal falha, atendendo assim as necessidades da criança. A partir da instituição da Lei 12.010/2009 surgiu a obrigatoriedade de se preparar postulantes a adoção. A pesquisa, “*O lúdico na construção das relações afetivas e sociais*”, se deu a partir de projeto de extensão homônimo, que ocorreu paralelo ao Curso Preparatório para Adoção, com pessoas que se cadastraram para o processo. Teve como objetivo verificar a percepção de seis casais adotantes a respeito da eficácia do projeto e utilizou oficinas de construção de brinquedos para o desenvolvimento das relações sociais e afetivas de crianças em guarda provisória. Durante o projeto, foram desenvolvidas oito oficinas quinzenais, com duração de duas horas cada. Os participantes foram seis crianças de ambos os sexos, correspondentes a faixa etária de um ano e oito meses a seis anos. Os encontros foram realizados no Centro de Estudos e Pesquisa em Psicologia Aplicada da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (CEPPA-UFTM), e dentre as oficinas elaboradas, a de massinha propiciou uma visão mais nítida de como através do brincar a criança estabelece maior comunicação com o seu mundo externo. Durante a oficina as crianças se encarregaram de construir a própria massinha de modelar com ingredientes caseiros (farinha, sal, anilina e água). A proposta de oferecer tal oficina era incentivar que as crianças colocassem as mãos nos ingredientes, a fim de, acompanhar a transformação destes em massinha de modelar, da mesma forma como as relações sociais e afetivas podem ser construídas e transformadas. A experiência de desenvolver e manipular a massa aproximou as crianças que tiveram que se auxiliarem umas as outras; estimulou-lhes a criatividade, pois a massinha depois de pronta foi objeto de expressão do imaginário infantil dessas crianças e ainda favoreceu o companheirismo, a partilha e principalmente ajuda mútua entre eles. Entrevista com os pais adotantes, após a finalização do projeto Lúdico, apontou a percepção de maior flexibilidade e desenvoltura das crianças no envolvimento com a nova família em estruturação. Os pais revelaram que os filhos passaram a expressar melhor os afetos de prazer e desprazer, o que denota uma melhor estruturação do *self*. Tal relato permite nos inferir que o brincar, considerado uma construção intermediária de trocas comunicativas entre os parceiros que o sustentam, possibilitou às crianças melhor trânsito na nova família além de acreditarem que são capazes de construir uma história diferente e mais feliz.

Palavras-chave: Brincar, Relações Afetivas e Sociais, Adoção.

Nível do trabalho: P- Pesquisador

Código de área: FAMI- Psicologia da Família e da Comunidade

A DESCOBERTA DAS MÃES SOBRE O ABUSO SEXUAL DE SUAS FILHAS. *Débora Dalbosco Dell'Aglio* (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul) e *Samara Silva dos Santos*** (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul).

Um dos principais aspectos envolvidos na dinâmica do abuso sexual diz respeito à questão da confiança e, mais especificamente, à questão do segredo. A revelação do abuso é um momento decisivo, no qual a vítima conta para alguém sobre a violência que lhe é impingida, fazendo com que o segredo venha à tona. Em especial, com relação aos efeitos da revelação frequentemente as vítimas temem a reação das pessoas próximas e as mudanças que essa informação provocará no funcionamento e rotina familiar, principalmente quando o abuso é perpetrado por alguém da família ou de confiança. Considerando que a figura materna tem sido identificada como uma das principais pessoas para quem a vítima revela o ocorrido e seu papel no funcionamento familiar, este estudo investigou o processo de revelação do abuso sexual na percepção de mães das vítimas. Participaram 27 mães de crianças e adolescentes do sexo feminino vítimas de abuso sexual intra ou extrafamiliar, com idade entre 20 e 48 anos, que estavam recebendo atendimento psicológico em serviços da rede de proteção. Foram realizadas entrevistas individuais e as análises dos dados indicaram que a revelação do abuso ocorreu como um processo iterativo entre as comunicações da criança e as percepções e observações das mães, que envolveu três momentos: antecedentes da revelação, revelação propriamente dita, e repercussões da revelação no contexto familiar. A mãe foi identificada como a primeira pessoa para quem a filha revelou o abuso em 16 casos. A forma como as mães tomaram conhecimento sobre o abuso sexual evidenciou características do relacionamento entre mãe e filha e do próprio funcionamento familiar, refletindo inclusive a necessidade de intervenções. Esses três momentos são dinâmicos, alguns podem não ocorrer e alguns podem ocorrer simultaneamente, o que evidencia que a revelação propriamente dita foi resultado da interação de diversos fatores, que envolveram as características individuais da vítima (espontaneidade para relatar), da pessoa de confiança (disponibilidade para escutar e reação), as características do tempo (momento escolhido ou oportunidade para revelar) e do contexto, local onde ocorre a revelação (microsistema familiar, na escola ou nos serviços da rede de proteção). Os primeiros instantes ao tomar conhecimento do abuso sexual parecem ser os mais críticos, pois decisões precisaram ser tomadas e afetaram direta ou indiretamente todos os membros da família. Neste estudo, observou-se que a descoberta das mães do abuso sexual de suas filhas desencadeou mudanças na rotina e funcionamento familiar, mas também mudanças internas, na sua postura diante da vida. A insegurança e as dúvidas a respeito do relato de abuso podem contribuir para o isolamento de algumas mães, por isso o apoio social e afetivo é um recurso valioso, que deve ser promovido ao longo do acompanhamento psicossocial. Ao vencer a barreira do silêncio a vítima e sua família necessitam de apoio e de serviços e profissionais qualificados que possam auxiliar a lidar com essa situação. Apoio Financeiro: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Palavras-chave: Abuso sexual; Revelação; Mães.

Nível do Trabalho: Doutorado - D

Código da área da Psicologia: FAMI – Psicologia da família e da comunidade.

CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE NEGLIGÊNCIA: A COMPREENSÃO DO FENÔMENO E O ESTABELECIMENTO DE PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO. *Juliana Martins Faleiros** e Marina Rezende Bazon* (Grupo de Estudos e Pesquisa em Desenvolvimento e Intervenção Psicossocial; Departamento de Psicologia; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto; Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto – SP).

Investigações epidemiológicas apontam que as taxas de incidência e prevalência da negligência são as mais altas em vários países do mundo, bem como no Brasil. No nosso contexto, as investigações sobre o tema são raras e o conhecimento limitado. Buscando contribuir para uma melhor compreensão da negligência no contexto Brasileiro, o presente estudo teve como objetivo estudar a manifestação da negligência em casos notificados ao Conselho Tutelar, tentando apreender os mecanismos de produção subjacentes, de modo a se estabelecer parâmetros com vistas à avaliação dos casos. Para tal, utilizaram-se proposições teóricas já estabelecidas pela literatura científica atinentes a critérios relacionados à manifestação do problema e aos mecanismos relacionados à sua produção. O delineamento metodológico foi o de Estudo de Casos Múltiplos, dentro de uma abordagem qualitativa de pesquisa. A coleta de dados ocorreu no contexto de vida das famílias, em um contexto de acompanhamento psicossocial, que teve a duração de 10 meses, utilizando-se de observação participante, entrevistas e utilização de instrumentos padronizados. No total, 12 famílias foram estudadas. As informações, coletadas por meio das diferentes estratégias, foram reagrupadas de modo a compor um conjunto único de dados, referente a cada caso. Buscou-se, então, verificar se as proposições teóricas fixadas a priori podiam ou não ser demonstradas em cada caso, para em seguida se efetuar análises de comparação, buscando-se por semelhanças e diferenças, no sentido de encontrar agrupamentos possíveis, com relação ao conceito de negligência empregado. Os resultados distinguiram três grupos. Um primeiro foi denominado “Negligência Confirmada”, formado pelas famílias cujas informações coletadas preencheram a todos critérios pré-estabelecidos; um segundo, “Em Risco de Negligência”, constituído pelas famílias cujas informações indicaram o não cumprimento aos critérios relativos à manifestação, mas os cumpriam no plano dos mecanismos de produção da problemática sinalizando, então, que a instalação da negligência estaria em curso; e um terceiro grupo, que foi chamado de “Negligência Não Confirmada”, reuniu as famílias cujas informações não cumpriam, concomitantemente, a todos os critérios estabelecidos. Pode-se dizer que as crianças no grupo 1 foram aquelas que apresentaram a maior gama de necessidades não respondidas associadas a um grande número de conseqüências. Este grupo também se diferenciava dos outros pelo isolamento social em que vivia a família e número reduzido de interações positivas entre cuidadores-crianças. No grupo 2, observou-se que significativos problemas de comportamento que as crianças apresentavam geravam reações dos diversos ambientes sociais (principalmente, na escola) e se tornavam uma fonte significativa de estresse na família, concorrendo para a diminuição das interações parento-filiais, com o incremento de punições corporais, além de produzir isolamento social das famílias. O grupo 3 se diferenciou pelo apoio social recebido, apontando para a importância crucial dessa variável, no sentido de darem conta das necessidades de desenvolvimento infantil, em meio a uma gama variada de adversidades. Os critérios utilizados para a avaliação dos casos, além de permitirem visualizar a complexidade do fenômeno, possibilitaram a identificação de suas diferentes manifestações. Futuras investigações, com diferentes amostras, podem ajudar na consolidação dos critérios de avaliação e confirmação de casos no contexto brasileiro.

Palavras-chave: Negligência, Maus-tratos, Abuso, Crianças, Famílias

D – Doutorado

FAMI- Psicologia da Família e da Comunidade

ANALISAR, PROFISSÃO IMPOSSÍVEL: SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA PSICANÁLISE. *Natália E. Vidal Luiz*** e *Anna Carolina Lo Bianco* (Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro / RJ).

No início do século XX, uma discussão acerca da análise conduzida por leigos levou Freud à elaboração de *A Questão da Análise Leiga* (Freud, 1926/2006). A discussão sobre uma possível regulamentação da psicanálise, portanto, já dividia o círculo psicanalítico dos tempos de Freud, seguindo-se à publicação deste trabalho um processo contra um de seus principais colegas não médicos da Sociedade Psicanalítica de Viena. A lei então evocada versava sobre o charlatanismo, ou seja, o tratamento de pacientes por quem não possuía formação médica. Atualmente, essa discussão recebe feições ainda mais polêmicas ao ressurgir, no âmbito religioso, notadamente de seitas evangélicas, cujo trabalho de orientação espiritual vem reclamar a legitimidade do saber psicanalítico, inclusive ministrando cursos de formação a seus adeptos. Esta prática tem suscitado iniciativas em direção à regulamentação da profissão de analista, culminando na submissão de projetos de lei por braços políticos desses movimentos. Por outro lado, verifica-se uma dupla reação por parte das entidades psicanalíticas “laicas”: uma que defende uma regulamentação da prática analítica como forma de retirá-la da esfera de influência religiosa e outra que resiste a todo e qualquer esforço de regulamentação, baseando-se em critérios técnicos e, principalmente, éticos. Este trabalho visa discutir a regulamentação da psicanálise evocando a novidade do procedimento analítico e a impossibilidade de sua inscrição no campo das profissões a que visa sua regulamentação dada à particularidade de sua relação ao saber e, portanto, de sua transmissão. Para tanto, servimo-nos da historiografia, num aparente desvio da questão que se coloca, para identificar no trabalho das corporações de ofício medievais a existência de um saber que, tal qual o saber analítico, não era passível de ser transmitido dissociado de um fazer, algo da ordem de um *savoir-faire* que tende a desaparecer conforme se avança em direção às relações capitalistas de trabalho, as quais possibilitaram a emergência de um saber técnico especializado (empírico). O que a psicanálise viria resgatar é a impossibilidade deste saber prévio em dar conta do dispositivo analítico, ao mesmo tempo em que convoca o sujeito a ter que se autorizar a partir de seu percurso e, assim, vir a ocupar o lugar de analista. Este se constitui como um lugar contingente, posto que tributário do dispositivo analítico (e não prévio a ele), ou seja, do lugar que o analista vem a assumir na vida anímica do analisante. Lugar que nenhuma insígnia é capaz de garantir.

Faperj – Bolsa Nota Dez

Palavras-chave: psicanálise, transmissão, regulamentação.

Mestrado

FORM

OS GRUPOS, A FORMAÇÃO E AS PRÁTICAS DO PSICÓLOGO. *Thaís Thomé
Seni Oliveira Pereira***, *Manoel Antonio dos Santos e Regina Helena Lima Caldana*
(Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP).

O trabalho com grupos tem se tornado um valioso instrumento para as práticas do psicólogo em diversos contextos de atuação, na área social, da saúde, educação, organizacional, entre outras. Tem a finalidade de colaborar com o tratamento e/ou bem-estar, bem como promover o desenvolvimento pessoal e interpessoal de seus integrantes. A participação em grupos permite o desenvolvimento do ser humano no que concerne às suas crenças, habilidades, atitudes e relações interpessoais, contribuindo para a construção e configuração de sua subjetividade. A partir de tal concepção, é possível afirmar que os grupos constituem um importante instrumento para a prática psicológica. Inúmeros autores, com distintos pressupostos teóricos, trazem sua contribuição ao estudo e ao trabalho com grupos, em diferentes leituras sobre o fenômeno grupal. Fornecem diversas formas de compreensão sobre a estrutura e o funcionamento dos grupos, bem como técnicas e estratégias de intervenção sobre estes. No que se refere à formação do psicólogo como coordenador de grupos, é fundamental que o coordenador tenha clareza sobre a finalidade do grupo, o contexto em que se insere, a quem se destina, formas de seleção e grupamento dos integrantes, o esquema referencial teórico adotado e os procedimentos técnicos empregados, além de cuidados com o *setting*. O presente trabalho tem o objetivo de conhecer a estrutura e o funcionamento de grupos coordenados por psicólogos em diferentes contextos, bem como investigar as concepções dos psicólogos coordenadores sobre elementos de sua prática grupal. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas individuais com os participantes, a partir de um roteiro de tópicos previamente definido pelos pesquisadores. As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas qualitativamente. Os resultados trazem os principais elementos da prática com grupos dos psicólogos coordenadores entrevistados: a responsabilidade no exercício do papel de coordenação, a importância da formação voltada para o trabalho com grupos, nem sempre existente nos cursos de psicologia de maneira satisfatória, a necessidade de um bom planejamento para a intervenção grupal, a satisfação com o desenvolvimento e os resultados obtidos nos grupos e a reflexão permanente sobre o processo grupal e sobre seu papel de coordenador. Considerando as demandas atuais e as áreas de atuação da psicologia, conclui-se que os processos grupais, seus fundamentos, as vertentes teóricas e formas de intervenção sobre grupos constituem um corpo de conhecimento imprescindível à formação do psicólogo, constituindo instrumento essencial para sua prática em diversos contextos e áreas de atuação. Finalmente, propõe-se uma reflexão sobre as estratégias e metodologias de ensino utilizadas na formação do psicólogo, no que se refere à coordenação de grupos.

Palavras-chave: Formação do psicólogo; processos grupais; práticas em psicologia.

D.

FORM.

ENSINO DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO: UMA INVESTIGAÇÃO LONGITUDINAL. *Mariantonia Chippari* (Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, SP), *Mariana Januário Samelo*** (Universidade de São Paulo, São Paulo, SP) e *Angélica Capelari* (Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, SP).

A educação é entendida como uma instituição social que, à semelhança de outras instituições, responde pelo controle do comportamento. A descrição, previsão e manipulação de variáveis que influenciam o ensino da Análise do Comportamento (AC) são ferramentas relevantes para os professores. O presente estudo tem por objetivo investigar longitudinalmente alterações e/ou manutenção do conhecimento dos alunos em relação a esta abordagem. A disciplina AC está alocada na grade curricular do 3º ao 6º períodos do curso de psicologia de uma universidade particular. Três professores individualmente ministraram aulas nestes respectivos períodos. Participaram em média, 26 alunos de uma mesma turma do período noturno. Para a coleta de dados foi utilizado um questionário misto contendo 23 questões a respeito do conteúdo teórico da abordagem e das relações entre professores e alunos. O questionário foi aplicado coletivamente ao término de cada período cursado pelos alunos. Como resultados serão destacadas algumas das questões do instrumento como foram respondidas na primeira e na última aplicação. Foi perguntado se os alunos consideravam apenas a Psicologia do S-R como verdadeira; na primeira aplicação, o percentual de respostas afirmativas foi de 52,17%, enquanto que na 5ª aplicação foi de 22,73%, apontando uma diferença de 29,44%. Para 69,57% dos alunos na primeira aplicação a AC não ignora a consciência e sentimentos, enquanto que na 5ª aplicação foi de 54,55%. Na primeira aplicação, para 91,30% dos participantes a AC trabalha com ratos e homens buscando traços comuns entre ambos e na 5ª aplicação este percentual foi de 90,91%. Para 8,70%, na primeira aplicação, é verdadeiro que AC tem interesse pelos princípios gerais e não pela individualidade e na 5ª aplicação este percentual foi de 9,09%. Para 69,57%, na primeira aplicação, a AC não se limita à previsão e controle; já na 5ª aplicação este percentual foi de 50,0%. Em relação à questão se há fenômenos humanos que não são passíveis de estudos científicos, 39,14% dos alunos participantes da primeira aplicação concordam com a afirmação e metade deles concorda na 5ª aplicação. Os resultados mostraram que ao longo dos semestres, apesar dos conhecimentos teóricos da AC terem se mantido, houve dúvidas em relação ao paradigma S-R, aos conceitos relacionados ao mundo privado e à investigação científica de alguns fenômenos humanos. Todos na primeira aplicação apontaram a importância da relação professor aluno para a aprendizagem e na 5ª aplicação esse percentual foi de 81,82%. Segundo a AC, todo o processo de aprendizagem ocorre levando-se em consideração as relações estabelecidas. O comportamento do professor poderá alterar o comportamento do aluno e vice versa. Os dados apontam indicadores que justificam o investimento não apenas no ensino do conteúdo teórico-prático, mas também na relação professor aluno.

Palavras – chave: análise do comportamento; relação professor aluno; estudo longitudinal.

Nível do trabalho: Outro

Código da área: FORM

A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO CURRICULAR NA FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO – RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO. *Ângela Carina Sá-Neves**, *Daniela Maués Lemos*, *Íris Minae da Silva Nakamura**, *Suzana Ferreira Barbosa** e *Niamey Granhen Brandão da Costa*** (Universidade Federal do Pará – Belém/PA).

Nos últimos anos vários autores identificaram que questões importantes estavam sendo negligenciados na estrutura curricular dos cursos de Psicologia, como: a articulação entre a teoria e a prática, a obrigatoriedade dos estágios curriculares e o treinamento das habilidades técnicas e interpessoais. Durante a formação ocorre, normalmente, a supervalorização do conhecimento teórico em detrimento do conhecimento prático; algumas instituições de ensino desobrigam certas disciplinas e estágios, comprometendo a formação mais generalista na graduação; e algumas habilidades essenciais para o psicólogo não estão sendo devidamente treinadas. Essas, entre outras questões, demonstram que é necessário haver uma reflexão acerca de como estão sendo preparados os futuros profissionais de psicologia, pois uma má formação gera, conseqüentemente, uma má atuação desses profissionais. Assim, objetivou-se ressaltar a importância do estágio na estrutura curricular do curso de psicologia, para a formação adequada dos futuros profissionais, utilizando-se do relato de experiência de estágio para exemplificar os benefícios adquiridos. O estágio em Psicologia Escolar foi realizado na Escola de Aplicação da UFPA. Teve como participantes alunos da 1º e 4º ano do ensino fundamental e seus respectivos pais e professores. Para os adultos as intervenções foram realizadas através de cartilha educativa e palestras. Para as crianças as intervenções foram as oficinas, rodas de conversa, dinâmicas de grupo, cartilha educativa e exposição de vídeos, desenvolvidas em horários cedidos pelos professores. Cada dupla de estagiários ficou responsável por três turmas, uma palestra e uma cartilha. E após cada encontro, realizava-se o registro descritivo do mesmo. O estágio foi muito rico, gerou novas posturas, a multiplicação de saberes e a interação dos subsistemas da escola. Para os estagiários possibilitou colocar em prática muitos conhecimentos adquiridos durante o curso e obter experiências significativas, acerca do papel do Psicólogo Escolar Educacional; subsistemas da escola; trabalho multiprofissional; questões acerca da organização administrativa e funcional de uma escola, suas regras, burocracias e relações hierárquicas; e os tipos de intervenções a serem utilizadas de acordo com cada demanda. Além de desenvolver habilidades essenciais para a formação do psicólogo, como comunicação, cooperação, comprometimento, liderança, paciência, saber ouvir, dialogar, observar, coordenar grupos, lidar com alunos, trabalhar em equipe, realizar palestras, oficinas, entre outras intervenções. Portanto o estágio é muito importante para a formação dos profissionais, pois é nele que o aluno irá aprender a como proceder diante das demandas reais da escola, como lidar com todos os envolvidos nesse contexto, e a desenvolver as habilidades essenciais para um psicólogo. Sugerem-se estudos acerca da atual formação dos psicólogos e da necessidade de melhorias na mesma.

Palavras-chaves: Formação; Estágio em Psicologia Escolar; Experiências.

IC – Iniciação Científica

FORM

PSICOLOGIA DAS EMERGÊNCIAS E DOS DESASTRES: PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PETRÓPOLIS/RJ. *Cleia Zanatta Clavery Guarnido Duarte, Luiz Henrique de Sá, Samira Younes Ibrahim, Clara Maria Matuque da Silva*, José Augusto Rento Cardoso*, Rodrigo da Silva Moco** (Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis, RJ)

Esta pesquisa pretendeu investigar a percepção de estudantes do Curso de Psicologia da Universidade Católica de Petrópolis, sobre o tema Psicologia das Emergências e dos Desastres, no contexto da formação de psicólogos. Originou-se do interesse da Comissão Gestora da Subsele da Região Serrana do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro, em proceder a uma investigação sobre o tema, junto a estudantes de Psicologia. O trabalho da Psicologia das Emergências e dos Desastres propõe a presença de psicólogos de forma inter e transdisciplinar, no diálogo com as outras áreas de saber, lançando mão do conceito de clínica ampliada, para trabalhar não só os processos de reabilitação, mas a prevenção de situações que, frente às condições planetárias, irão se multiplicar cada vez mais do ponto de vista ambiental. Convida a repensar a intervenção clínica não só como ajuda terapêutica, mas como relacionamento humano, onde a autenticidade de ser, a capacidade para empatizar com o outro e seu entorno e a aceitação, principalmente, dos limites daquela situação de emergência, são ferramentas fundamentais para minimizar a dor e o sofrimento. Do ponto de vista da formação de psicólogos as emergências e desastres são um desafio para as instituições formadoras, pois demandam uma ampliação da compreensão do que é exercer o papel de psicólogo no contexto da sociedade atual. A pesquisa envolveu 149 estudantes, distribuídos entre todos os períodos do Curso de Psicologia, e determinou-se como objetivos: verificar a relação dos participantes com situações de emergências e desastres; saber se conheciam o tema e o que entendiam por Psicologia das Emergências e dos Desastres; identificar a motivação para atuar neste tipo de trabalho, conhecer como entendiam a contribuição da Psicologia para o tema. Adotou-se o método empírico, e a coleta de dados foi feita através de um questionário estruturado de respostas abertas e fechadas, em torno de sete questões. Os resultados da pesquisa permitiram constatar que, 61,1% dos estudantes pesquisados desconhecem o tema, mas que 75,2% demonstraram motivação em conhecê-lo e participar de atividades relacionadas à Psicologia das Emergências e dos Desastres. Demonstram interesse em realizar trabalhos assistenciais às vítimas de catástrofes naturais, desmoronamentos e enchentes, que na cidade de Petrópolis acontecem com grande frequência devido a condições ambientais propícias. A partir dos resultados obtidos concluiu-se que os estudantes acreditam na temática como relevante para Psicologia e julgam adequada a inclusão da mesma no meio acadêmico por meio de palestras, eventos científicos, disciplinas eletivas ou obrigatórias.

1 BOLSA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CNPQ

1 BOLSA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO FUNDO CELSO DA ROCHA MIRANDA

Palavras Chave: PSICOLOGIA – EMERGÊNCIAS – DESASTRES

IC

ÁREA TEMÁTICA - FORM

REAÇÕES DE B. F. SKINNER AO COGNITIVISMO: UMA ANÁLISE DE ARTIGOS COM RESPOSTAS AO PROGRAMA COGNITIVISTA. *João Paulo Watrin Martin Celso** (Universidade da Amazônia, Belém, Pa) e *Rosângela Araújo Darwich* (Universidade da Amazônia, Belém, Pa)

Pioneira do Behaviorismo Radical, a obra de B. F. Skinner (1904-1990) apresenta uma nova proposta de compreensão do comportamento, bem como uma nítida oposição às explicações mentalistas. Com isso, ela estabelece os alicerces da Análise do Comportamento, campo que se consolidou a partir dos anos 1950. Por outro lado, nesse mesmo período, tomava corpo uma nova abordagem no estudo da mente. Sob o rótulo de Cognitivismo, ela se consolidou enquanto um programa de pesquisas alternativo na Psicologia, sobretudo a partir dos anos 1970. Segundo seus proponentes, a proposta cognitivista seria uma guinada na história da Psicologia. Colocaria em questão a tradição behaviorista, incluindo aí a Análise do Comportamento. No entanto, por se tratar de uma nova versão do mentalismo, os analistas do comportamento não deixaram de reagir à nova abordagem, tendo na figura de Skinner um de seus porta-vozes. Sendo assim, este trabalho buscou verificar quais foram as reações diretas de Skinner ao Cognitivismo, avaliando-se: (a) características do Cognitivismo rejeitadas pelo autor; e (b) implicações dessa abordagem para a Análise do Comportamento e para a Psicologia em geral. Para tanto, selecionaram-se obras a partir de uma lista de publicações de Skinner. A busca foi restrita ao período de 1970 a 2004, tendo sido realizada nos títulos de artigos por meio dos radicais “cognit-” ou “psychol-”. Com isso, esperava-se encontrar textos em resposta direta ou ao Cognitivismo ou a uma Psicologia marcada por essa abordagem. Na leitura deles, extraíram-se trechos de interesse, os quais foram categorizados preliminarmente. Após a leitura de todas as obras, as categorias preliminares foram reorganizadas a fim de eliminar redundâncias e ambiguidades. Rereram-se, então, todos os trechos destacados, os quais foram reclassificados de acordo com as categorias finais. Organizaram-se quadros expondo a ocorrência ou não de cada categoria nas obras analisadas. Dentre as características do Cognitivismo rejeitadas por Skinner, destacam-se o papel explicativo dos processos cognitivos, a definição e o papel das regras na explicação do comportamento, a metáfora computacional, a redução da mente ao cérebro e os aportes das Ciências do Cérebro e da Computação. Dentre as implicações do Cognitivismo, ressaltam-se os efeitos para a Psicologia como um todo, tais como a restauração do *status quo* com o estudo da mente e a ineficiência na resolução de problemas humanos. Para além disso, verificou-se que Skinner não apresentou somente suas restrições ao programa cognitivista. O autor também fez concessões à pesquisa cognitivista, bem como justificou historicamente o crescimento dela.

Trabalho desenvolvido com bolsa de Iniciação Científica da Universidade da Amazônia
Palavras-chave: Análise do Comportamento. Cognitivismo. Skinner.
Iniciação Científica - IC

HIST

IDENTIFICANDO CONTINGÊNCIAS RELACIONADAS À REVELAÇÃO DO ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES. *Pedro Augusto Dias Baía***, *Milene Maria Veloso Xavier e Eleonora Arnaud Pereira Ferreira* (Faculdade de Psicologia, Universidade Federal do Pará, Belém-Pará).

O abuso sexual (AS) corresponde às práticas eróticas e sexuais pelas quais crianças e adolescentes (CA) são submetidas através da violência física, ameaça ou indução de sua vontade. Entretanto, predominam os casos de AS nos quais as evidências físicas são inconclusivas ou inexistentes. Logo, a revelação da CA se constitui como um importante fator para a identificação do AS, intervenção e prevenção. Acerca da revelação, é importante considerar dois pontos de análise: a) o viés de suspeita, no qual a revelação da CA irá provocar ou levar à investigação sobre a ocorrência ou não de AS; b) o viés de comprovação, no qual a revelação por parte da CA serve de comprovação do AS. Esta pesquisa objetivou: 1) identificar as contingências de suspeita/descoberta do abuso sexual envolvidas no encaminhamento de CA para o atendimento em um centro especializado; 2) averiguar a correlação entre categorias de contingências e as seguintes variáveis: *idade* (vítima e agressor), *gênero da CA*, *tipo de abuso* (intrafamiliar ou extrafamiliar), ocorrência de *negação/retratação* do AS. Foram analisados 31 prontuários referentes aos casos de AS atendidos em um centro especializado na cidade de Belém (Pará) entre os anos de 2007 e 2008, utilizando-se uma ficha padronizada e confeccionadas pelos autores para a coleta de dados. Nestas fichas foram elencadas as seguintes categorias de contingências de suspeita/descoberta do AS: 1) Descoberta acidental; 2) Revelação Eliciada; 3) Revelação intencional sem indícios de violência sexual; 4) Revelação intencional com indícios de violência sexual; 5) Suspeita a partir de indícios comportamentais e/ou físicos; 6) Suspeita a partir de indícios, seguida de revelação eliciada; 7) Suspeita sem indícios ou revelações; 8) Busca espontânea. Foi observada correlação negativa entre as contingências e a idade da CA, sendo predominante a categoria 6 (19,4%; n=6) para a faixa etária 2-7 anos e as categorias 1 e 4 (12,9%; n=4) para a faixa etária 8-16 anos. Observou-se correlação positiva entre gênero da CA e as contingências estudadas, havendo predominância da categoria 4 (19,4%; n=6) para o gênero FEMININO e da categoria 6 (9,7%; n=3) para o gênero MASCULINO. Houve maior ocorrência de negação para os casos referentes à categoria 5 (9,7%; n=3). Não foram observadas correlações significativas para as outras variáveis analisadas. Assim, para as crianças de 2-7 anos, as contingências envolvem predominantemente a discriminação dos subprodutos dos eventos aversivos (sinais de violência física oriundos do AS) por parte de terceiros e, conseqüentemente, a emissão de questionamentos à criança, que poderá ou não gerar a revelação. Também em relação ao gênero, os dados apontam que no grupo de meninos, há uma maior necessidade que a família discrimine comportamentos associados à sintomatologia de AS. Ademais, a alta incidência de negações associadas às contingências da categoria 5, aponta uma maior necessidade de cautela na entrevista psicossocial com CA, a fim de evitar falsos positivos. Assim, o estudo das contingências relacionadas à revelação do AS de CA se mostra útil para auxiliar na sistematização de variáveis que possam inibir ou facilitar a revelação de AS, contribuindo para a prevenção e intervenção.

Palavras-chave: abuso sexual, revelação, contingências.

Outro: Trabalho de Conclusão de Curso.

JUR

INCIDÊNCIA DE NEGAÇÃO E RETRATAÇÃO DO ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES. *Pedro Augusto Dias Baía***, *Milene Maria Veloso Xavier* e *Eleonora Arnaud Pereira Ferreira* (Faculdade de Psicologia, Universidade Federal do Pará, Belém-Pará).

O relato da criança e do adolescente (CA) se constitui como elemento fundamental no embasamento de documentos psicológicos relacionados ao abuso sexual (AS). Entretanto, não é sempre que a revelação do AS emerge. A literatura aponta que a revelação se constitui em um processo envolvendo negação (a vítima nega que tenha sido abusada, a despeito de evidências físicas ou testemunho de terceiros) e retratação (após ter emitido a revelação do AS, a própria vítima volta a negar que tenha sido abusada). Este estudo objetivou a) avaliar a incidência de negação/retratação do AS; b) averiguar a correlação entre a ocorrência de negação/retratação e as variáveis: *idade* (vítima e agressor), *gênero da CA* e *tipo de abuso* (intrafamiliar ou extrafamiliar). Foram analisados 31 prontuários referentes a casos de AS atendidos em um centro especializado na cidade de Belém-Pará. Utilizaram-se duas fichas confeccionadas pelos autores para a coleta de dados. Na Fase I, descreveu-se a idade (CA e agressor), gênero (CA e agressor), tipo de AS. Na Fase II identificou-se a ocorrência de negação/retratação, considerando o contexto em que foram emitidos (centro especializado ou residência da CA, por exemplo.). Na Fase III, realizou-se a análise estatística, através da correlação entre as variáveis abordadas. Na amostra total, foi observado que em 29% ($n=9$) dos casos ocorreram negações, contemplando tanto as informações referentes ao atendimento psicossocial quanto às situações fora do centro especializado. Nestas mesmas circunstâncias, foi observado que em 6,5% ($n=2$) dos casos ocorreram retratações. De outro modo, ao considerar apenas as sessões de atendimento psicossocial, obtêm-se os seguintes resultados: negação (19,4%, $n=6$) e retratação (3,2%, $n=1$). O índice de negação durante o atendimento psicossocial é maior para as crianças entre 5-7 anos (9,7%, $n=3$). Não foi encontrada correlação significativa entre a emissão de retratação e a idade da CA. Observou-se também que há maior taxa de negação emitido pela CA quanto maior a diferença de idade com o agressor. Também observou-se que a negação está associada ao gênero masculino das vítimas (16,1%, $n=5$), havendo menor frequência para o gênero feminino (3,2%, $n=2$). Do mesmo modo, no contexto do atendimento psicossocial, a única incidência de retratação está associada ao gênero masculino (3,2%, $n=1$). Os resultados estão de acordo com a literatura, que tem apontado alta incidência de negação e retratação do AS por parte de vítimas do gênero masculino, o que indica determinantes culturais que podem funcionar como barreiras para a revelação. A predominância da negação do AS em crianças mais novas (5-7 anos) também aponta a necessidade de maior cautela na escuta psicossocial deste grupo. Assim, a negação ou a retratação não devem ser considerados fatores que descredibilizam o relato da CA acerca da violência experienciada. Constituem-se em elementos do processo de revelação, e podem ser indicadores da dinâmica aversiva da situação de AS, merecendo uma maior cautela por parte do profissional que atende estes casos, a fim de evitar que isto contribua para o descrédito do testemunho da CA e inclusive condicione a resposta do sistema judiciário.

Trabalho executado sem financiamento institucional.

Palavras-chave: abuso sexual, negação, retratação.

Outro: Trabalho de Conclusão de Curso.

JUR

PREPARAÇÃO DE CRIANÇAS INSTITUCIONALIZADAS PARA ADOÇÃO NA PERSPECTIVA DOS PROFISSIONAIS DA 1ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE BELÉM. *Suellen Reis Contente** (Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará, Belém-Pará) e *Lília Iêda Chaves Cavalcante*, (Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento, Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém-Pará).

Com a Lei 12.010/2009 passa a ser obrigatória a preparação de crianças que vivem em instituições de acolhimento para a convivência em família substituta. As mudanças no marco regulatório e nas políticas pelo direito à convivência familiar e comunitária refletem a percepção cada vez mais atual de que é importante ouvir as crianças sobre suas necessidades, interesses e preferências, inclusive nos casos de adoção, como começa a ser evidenciado pela Psicologia e áreas afins. A preparação de crianças institucionalizadas para adoção exige, assim, repertório teórico e manejo de técnicas que possam orientar e tornar efetiva essa proposta de intervenção. Contudo, por envolver profissionais de diferentes esferas do poder público e com formação acadêmica diversificada, existe a suposição de que os desafios postos por este trabalho precisam ser reconhecidos e enfrentados por pesquisas. Este estudo tem como objetivo analisar como vem sendo desenvolvida e/ou como poderia ser realizada a preparação de crianças institucionalizadas para a adoção na visão de analistas judiciários da 1ª Vara da Infância e Juventude de Belém, uma vez que são os responsáveis por efetivar a sua inserção em um lar adotivo. Busca também verificar se e de que forma os técnicos estão desempenhando essa atividade e quais os meios que poderiam ser empregados na preparação de crianças institucionalizadas para adoção. A pesquisa envolveu cinco assistentes sociais (entre 39 anos e 60 anos), duas psicólogas (30 anos e 50 anos), duas pedagogas (29 anos e 53 anos) e uma socióloga (59 anos). Os resultados obtidos permitiram compreender que ao pretender preparar crianças que se encontram em instituições de acolhimento por tempo prolongado, vários aspectos devem ser considerados pelo profissional habilitado ao trabalho, no sentido de prevenir ou minimizar sentimentos de medo e resistência diante da necessidade de se adaptar a um novo contexto e receio de serem rejeitadas por parte dos pais adotivos. Os profissionais entrevistados em sua maioria não se sentem capacitados para realizar este tipo de trabalho nos moldes em que prevê a legislação vigente. Alegam que o trabalho de preparação da criança institucionalizada por ser novo, ainda não se tem uma metodologia sistematizada que possa ser aplicada adequadamente pela equipe como um todo. Sob a ótica destes profissionais, a preparação se estabelece como um conjugado de estratégias interventivas, citando o trabalho em equipe interdisciplinar, a orientação e a informação sobre o que é adoção para os pais adotivos e também as crianças, mas, sobretudo, a realização de atividades com as crianças sobre sua história de vida de forma lúdica, com finalidade de promover o sentimento de pertencimento a uma família que a não a rejeite e nem a maltrate ou represente ameaça ao seu bem estar. Neste sentido, dada a complexidade da questão, outros estudos devem ser realizados para aprofundamento do tema explorado neste trabalho, ampliando o número de profissionais entrevistados e envolvendo particularmente as crianças.

Palavras-chave: Adoção; Criança institucionalizada; Preparação para adoção
Trabalho de Conclusão de Curso – Graduação

JUR

CARACTERIZAÇÃO DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI EM TERMOS DE AQUISIÇÃO E DÉFICIT DE HABILIDADES SOCIAIS. *Marina Mara Martins Rodrigues** e *Marina Rezende Bazon* (Grupo de Estudos e Pesquisa em Desenvolvimento e Intervenção Psicossocial; Departamento de Psicologia; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto; Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto – SP).

O envolvimento de adolescentes com a prática de atos infracionais é uma problemática social relevante e merece pesquisas. Investigações buscam identificar os fatores associados, havendo indicações de que o déficit de habilidades sociais é um aspecto a ser considerado, principalmente porque aumenta a vulnerabilidade e expõe os adolescentes a outros fatores de risco. Entende-se por habilidades sociais o conjunto de comportamentos, verbais e não verbais, que se utilizados de forma adequada melhoram os relacionamentos interpessoais. O presente estudo teve por objetivo caracterizar um grupo de adolescentes infratores em termos de habilidades sociais. Participaram 20 adolescentes do sexo masculino, com idade média de 16,4 anos, recrutados em um programa de Liberdade Assistida. A média de delitos cometidos pelo grupo, oficialmente conhecidos, foi de 2,4. Eles pertenciam a famílias compostas por, em média, 5,7 membros. Para a coleta de dados empregou-se o Inventário de Habilidades Sociais – Adolescente (IHS-A), com posto por 38 itens que descrevem situações do cotidiano os quais buscam avaliar a reação do adolescente em duas dimensões – aquisição e manifestação. É possível, com as respostas oferecidas, identificar a pontuação em percentil, nas duas dimensões, do escore geral e em seis subescalas: empatia, autocontrole, civilidade, assertividade, abordagem afetiva e desenvoltura social. A aplicação do inventário aconteceu nos atendimentos realizados no contexto do acompanhamento da medida, de forma individual e foi corrigido segundo as normas técnicas. Os resultados indicam que a média percentilica em aquisição foi 54,04 (DP=34,15), situando os adolescentes em uma faixa de bom repertório de habilidades sociais. A maior média de pontos, em frequência, foi em empatia, contrariando a literatura que aponta uma relação entre o déficit nesta habilidade e o comportamento delituoso. Pondera-se, entretanto, que o delito mais recorrente, o tráfico de drogas, pode não estar associado, sobremaneira, a esta habilidade. No que respeita à manifestação a média percentilica foi de 14,55 (DP=25,51) classificando a amostra com baixo custo e ansiedade na emissão de respostas, o que distinguiu os adolescentes avaliados, em média, da população geral, em termos de dificuldade. A maior dificuldade encontrada foi na emissão da habilidade de autocontrole, relacionada a comportamentos agressivos, o que efetivamente pode ser considerado um aspecto de vulnerabilidade. Foi encontrada uma correlação moderada (-0,45) e inversamente proporcional entre o número de membros da família e a pontuação geral na dificuldade de manifestação dessa habilidade (autocontrole). Esse dado sugere que famílias muito numerosas, vivendo determinadas adversidades, talvez tenham mais dificuldade em atender às necessidades de seus filhos e, dentro disso, realizar o treino em determinadas habilidades sociais. Estudos com amostras maiores e diversificadas devem ser implementados com vistas a obter mais informações nesse tema.

Palavras-chave: adolescentes em conflito com a Lei; habilidades sociais; avaliação.

PSICOLOGIA JURÍDICA: AVALIAÇÃO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA PUBLICADOS NA SCIELO (2000 A 2010). *Denise de Jesus Borba** (Universidade São Judas Tadeu- São Paulo/SP)

Sabendo da importância da produção científica para a aquisição de novos conhecimentos e sendo a Psicologia Jurídica uma área que esta em pleno crescimento, necessitando assim de constantes avaliações de sua produção, julgou-se de extrema importância à análise de produção científica sobre a temática. Objetivou-se analisar a produção científica sobre Psicologia Jurídica na base de dados *Scielo* no período de 2000 a 2010, especificamente quanto ao gênero dos autores, a autoria das pesquisas, a instituição educacional dos autores, o tipo de pesquisa, a análise de dados e a temática das pesquisas. Foram analisados 17 trabalhos do banco de dados *Scielo*, sendo estes selecionados de forma sistemática por meio de resumos. Em relação aos resultados apresentados, não foi possível fazer a tabulação dos dados quanto ao gênero, pois dos trabalhos pesquisados, apenas um era de autoria do gênero masculino, o que demonstrou o predomínio do gênero feminino entre os autores. Quanto à autoria das pesquisas, verificou-se que não existe diferença estatisticamente significativa, com Qui-quadrado, $\chi^2_o = 4,12$ ($\chi^2_c = 5,99$; $p = 0,05$ e $n.g.l.= 2$), sendo similares os resultados entre a coautoria e autoria múltipla. Já quanto às instituições dos autores da pesquisa, o teste do Qui-quadrado, $\chi^2_o = 14,22$ ($\chi^2_c = 3,84$; $p = 0,05$ e $n.g.l.=1$), existindo diferença estatisticamente significativa, sendo este resultado favorável as Instituições Públicas, havendo a necessidade de se fazer ciência nas instituições como um todo. Quanto à tipologia dos trabalhos observou-se $\chi^2_o = 1,46$ ($\chi^2_c = 3,84$; $p = 0,05$ e $n.g.l.=1$), verificando que não existe diferença estatisticamente significativa, sendo as pesquisas realizadas tanto de forma teórica como descritiva. Apesar de não ter sido possível realizar o teste do Qui-quadrado, pois somente uma das categorias apresentava frequência maior que cinco, pôde-se observar o predomínio de análise de dados qualitativa com 94,11%. O tema mais estudado foi “Revisão teórica sobre Psicologia Jurídica” com 29,41%, demonstrando a necessidade de se pesquisar outros temas. Conclui-se que quanto ao gênero houve uma prevalência de pesquisadores do gênero feminino. Os trabalhos realizados com autoria múltipla e coautoria foram os que mais se destacaram. Houve prevalência de trabalhos realizados em Instituições Públicas, podendo inferir que tal resultado se deu devido ao fato de possuírem programas de pesquisas e incentivarem os alunos à produção da ciência. A maior produção foi de trabalhos teóricos, o que demonstra a necessidade de se fazer pesquisa do tipo descritiva e experimental. Na análise dos dados obteve-se o predomínio da qualitativa, enquanto que a análise do tipo quantitativa não foi observada entre os autores da pesquisa em questão. Dentre a temática destacou-se aquela que abordou a “revisão teórica da Psicologia Jurídica”, assuntos que tratam da atuação do psicólogo jurídico dentro de instituições, sua preparação para atuação no mercado de trabalho, além de estudos que revelem o melhor campo de atuação para o mesmo, que apresentaram um baixo índice de trabalhos, o que mais uma vez demonstra a necessidade de se fazer ciência voltada para outros temas sobre a Psicologia Jurídica e o que está se produzindo nesta área.

Palavras-chave: Psicologia Forense; Psicologia e Direito; Psicologia no judiciário.

Nível do Trabalho: Iniciação Científica – IC (Trabalho de Graduação).

Código da área de Psicologia: JUR – Psicologia Jurídica, Forense e Criminal.

A RESILIÊNCIA FAMILIAR COMO CONCEITO ORIENTADOR PARA INTERVENÇÕES COM FAMÍLIAS DE ORIGEM DE CRIANÇAS ACOLHIDAS. *Gledson Régis Lobato* (Centro Universitário de Patos de Minas, Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, Patos de Minas, MG) e *Josiane Rosa Amaral** (Centro Universitário de Patos de Minas, Patos de Minas, MG).

O acolhimento institucional é uma medida de proteção provisória e excepcional, prevista pelo Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), que tem como objetivo retirar a criança ou adolescente do contexto de vulnerabilidade e risco em que se encontra. Esta medida, orientada pelo direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária, consiste na transição para o retorno à família de origem ou, quando não for possível, para encaminhamento para família substituta. Vários são os motivos apresentados na literatura especializada que justificam o acolhimento, sendo essencial que se realizem intervenções com a família de origem a fim de possibilitar a reintegração da criança e do adolescente. Trabalhos recentes têm sinalizado a dificuldade de tais intervenções e a necessidade de conceitos norteadores. Recentemente, o conceito de resiliência, compreendido como a capacidade de manter um funcionamento satisfatório em condições adversas, tem sido utilizado por alguns autores para intervenções familiares. A noção de resiliência familiar como meta para intervenções pode ser alcançado, de maneira genérica, ao auxiliar as famílias na avaliação das situações estressoras, visando identificar formas de reduzir os fatores de risco o que possibilita que os desafios tornem-se menos ameaçadores e administráveis. Este processo, conforme apresentado em trabalhos na área, pode favorecer processos satisfatórios de crescimento. Dessa forma, o objetivo do presente trabalho é apresentar um relato de caso em que a resiliência familiar foi utilizada como conceito norteador para a intervenção de reintegração à família de origem de quatro crianças acolhidas na cidade de Patos de Minas. A família é composta por um casal e seus quatro filhos com idades de cinco a onze anos. Os motivos para o acolhimento institucional foram o uso abusivo de bebidas alcoólicas, violência conjugal e negligência em relação às crianças. Foram realizados 8 atendimentos, ao longo de 6 meses e as intervenções tinham como objetivo possibilitar a criação de um contexto que favorecesse a família a construir recursos de enfrentamento para as situações estressoras. As intervenções tiveram como foco seis objetivos elaborados conjuntamente com a família: 1) Colaboração entre o casal encorajada, evidenciando o apoio mútuo ao enfrentarem situações difíceis; 2) Permanência nas atividades laborais e busca de recursos disponíveis na rede de atendimento do município (PSF, CRAS) e em suas famílias extensas; 3) Trabalho para a manutenção da abstinência ao álcool, incentivando a adesão aos Alcoólicos Anônimos; 4) Orientações quanto aos cuidados essenciais com os filhos (alimentação, educação, higiene); 5) Análise de situações estressoras e co-criação de estratégias de enfrentamento; 6) Trabalho com prevenção de recaídas. Com o decorrer dos atendimentos, o casal apresentou sinais sugestivos de maior responsabilização pela situação de acolhimento dos filhos, vislumbraram mudanças necessárias para a reintegração deles, sinalizaram um aumento no repertório de solução de problemas, bem como para lidar com situações estressantes. Importante salientar que o conceito de resiliência familiar consiste num conceito útil, mas que carece de uma melhor descrição operacional.

Acolhimento Institucional, reintegração familiar, resiliência familiar.

IC

JUR

UMA REVISÃO DA LITERATURA ACERCA DA VISITA DOMICILIAR COMO INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS DO PSICÓLOGO FORENSE. *Gledson Régis Lobato* (Centro Universitário de Patos de Minas, Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, Patos de Minas, MG) e *Blenda Lúcia Silva** (Centro universitário de Patos de Minas).

O psicólogo forense, como profissional auxiliar da justiça, tem como tarefa realizar avaliações de onde advêm pareceres que contribuem para a formação de convicção da autoridade judiciária sobre a questão a que se referem os autos. Com o objetivo de coletar informações que subsidiem seu parecer, o psicólogo forense utiliza-se de instrumentos variados: análise de documentos, entrevistas individuais e familiares, testes psicológicos, visitas institucionais e domiciliares. Dessa forma, o objetivo do presente trabalho foi realizar uma revisão de literatura a fim de verificar a produção científica disponível sobre a visita domiciliar. Para a realização desta revisão foram pesquisados artigos produzidos nos últimos cinco anos, sendo realizada uma busca nas seguintes bases de dados: Scielo e Google Acadêmico. Quanto aos resultados do levantamento bibliográfico, verificou-se a existência de 7 artigos no Scielo e 9 no Google acadêmico. Através da leitura e análise dos artigos, constatou-se a ausência de produção acadêmica em que a visita domiciliar fosse abordada como instrumento de coleta de dados do psicólogo forense. No entanto, na literatura encontrada, a visita domiciliar é apresentada como um instrumento que potencializa as condições de conhecimento do cotidiano dos indivíduos, no seu ambiente de convivência familiar e comunitária. Aspectos estes que geralmente escapam às entrevistas realizadas em outros locais, como consultórios, gabinetes ou no ambiente forense. No contexto domiciliar existe uma dinâmica específica de cada residência como um conjunto singular (renda, religião, crença, costume, moradia), incluindo diferentes respostas frente aos diferentes problemas apresentados e que engloba indivíduos que compartilham um mesmo ambiente de vida e de relações. É salientado que o profissional deve identificar a realidade exatamente como ela se apresenta, levando em conta as condições sociais e culturais daquela família, sem interpretações que venham ao encontro de seus conceitos morais e culturais. No que diz respeito a se os sujeitos devem ser avisados da visita ou não, a literatura especializada é consensual em informar que é responsabilidade do profissional avaliar a necessidade de agendamento ou não da visita domiciliar. Cabe analisar se o agendamento prévio pode interferir na apreensão da realidade dos sujeitos, permitindo conhecer de modo espontâneo tal realidade. Dessa forma, a literatura pesquisada apresenta a visita domiciliar como instrumento privilegiado para obtenção de informações sobre o contexto de vida das pessoas. Não se verificou a presença de trabalhos que enfoquem o uso deste instrumento pelo psicólogo forense. Considerando a importância das informações contextuais e familiares para a avaliação no contexto forense, especificamente nas Varas da Infância e Juventude e Varas de Família, o presente trabalho sinaliza a importância precípua de se aumentar o conhecimento sobre a visita domiciliar no contexto forense. Este aumento poderia contribuir para a criação e avaliação de protocolos específicos.

Psicologia Forense, Instrumentos para avaliação, Visita domiciliar.

IC

JUR

UM ESTUDO EXPLORATÓRIO DO IMPACTO DA PARTICIPAÇÃO NO GRUPO DE PREPARAÇÃO PSICOSSOCIAL E JURÍDICA SOBRE O PERFIL DA CRIANÇA PLEITEADA POR PESSOAS EM PROCESSO DE ADOÇÃO.

Gledson Régis Lobato (Centro Universitário de Patos de Minas, Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, Patos de Minas) e *Natália Bontempo Gonçalves** (Centro Universitário de Patos de Minas, Patos de Minas)

A participação em grupos de preparação psicossocial e jurídica para adoção consiste numa das mudanças recentes estabelecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Dentre os objetivos deste grupo, inclui-se uma intervenção específica para a flexibilização do perfil das crianças e adolescentes desejados pelas famílias adotantes, uma vez que a literatura especializada apresenta uma ampla disparidade neste perfil. Estudos recentes sinalizam a proeminência do que se denominou adoção clássica, que constitui na adoção de crianças recém-nascidas, brancas, do sexo feminino, sem problemas físicos e mentais; em detrimento da adoção de crianças e adolescentes que não se encaixam neste perfil. Sendo assim, o objetivo deste estudo consistiu em verificar se a participação no grupo de preparação psicossocial e jurídica para a adoção pode exercer impacto sobre o perfil de crianças e adolescentes pleiteado pelos postulantes à adoção. Realizou-se um estudo exploratório, por meio documental e pesquisa de campo, com caráter quantitativo e delineamento transversal tendo como amostra 16 participantes, sendo realizada uma análise do perfil da criança e do adolescente escolhido antes e após a participação em um dos grupos de preparação psicossocial e jurídica para adoção realizados na Comarca de Patos de Minas. Para a análise do perfil da criança e adolescente escolhido antes da participação no grupo, utilizaram-se os autos dos processos de habilitação para adoção dos participantes, nos quais consta a informação do perfil da criança ou adolescente escolhido. Para a análise do perfil, após a participação no grupo de preparação psicossocial e jurídica, foi utilizada uma entrevista semi-estruturada em que constavam, entre outras, questões específicas sobre o perfil pleiteado. Os dados coletados foram submetidos a uma análise estatística (SPSS 15.0). Salienta-se que o projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética do Centro Universitário de Patos de Minas. Quanto aos resultados, verificaram-se mudanças significativas nas seguintes categorias: 1) criança recém nascida (antes, 74%; depois, 38% dos postulantes); 2) crianças com até três anos (antes 12%; depois, 50%); 3) criança do sexo feminino (antes, 56%; depois 44%); 4) adoção de grupo de irmãos (antes, 19%; depois, 50%); 5) não adotariam crianças com problemas físicos (antes 88%; depois, 74%). Quanto à adoção de crianças com mais de três anos não houve mudança (antes, 12%; depois, 12%). Os resultados sinalizam que a participação no grupo de preparação psicossocial e jurídica para adoção pode favorecer a mudança no perfil de crianças e adolescentes pleiteados para adoção, na medida em que as atividades realizadas no grupo visam à modificação das crenças dos postulantes acerca da adoção. Contudo, acredita-se serem necessários estudos com um maior número de participantes, bem como que se realize um acompanhamento longitudinal a fim de verificar se a mudança no perfil pleiteado, neste estudo, se manteria ao longo do tempo.

Adoção. Grupo de preparação psicossocial e jurídica. Perfil de criança/adolescente

IC

JUR

UMA REVISÃO DE LITERATURA ACERCA DOS INSTRUMENTOS MAIS ADEQUADOS PARA A AVALIAÇÃO DA INTELIGÊNCIA DE CRIANÇAS EM MEDIDA DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL. *Gledson Régis Lobato* (Centro Universitário de Patos de Minas, Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, Patos de Minas, MG), *Amanda de Melo Álvares** (Centro Universitário de Patos de Minas, Patos de Minas, MG) e *Patrícia de Fátima Pantaleão** (Centro Universitário de Patos de Minas, Patos de Minas, MG).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) entrou em vigor enfatizando a proteção integral da Criança e do Adolescente. A partir desta premissa, a medida protetiva de acolhimento institucional surge como uma medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta. Segundo as novas regras do ECA, assim que a criança for acolhida, a entidade responsável deverá elaborar um plano individual de atendimento que poderá conter, entre outras, a avaliação psicológica da inteligência visando intervenções a serem realizadas com a crianças. Assim, o presente estudo teve como objetivo realizar uma revisão da literatura especializada a fim de verificar instrumentos mais adequados para a avaliação da inteligência de crianças em acolhimento institucional. Realizou-se um levantamento de estudos, produzidos nos últimos cinco anos, na biblioteca do Centro Universitário de Patos de Minas (MG) e nas bases de dados “Google acadêmico” e “Sciello”. Utilizaram-se como palavras-chave: Acolhimento Institucional, avaliação psicológica de crianças, testes de inteligência para crianças, testes de inteligência para crianças abrigadas. Quanto aos resultados, o teste Desenho da Figura Humana é direcionado para avaliar apenas um dos aspectos não-verbais, é de fácil aplicação, mas só deve ser utilizado quando adequadamente padronizado para cada cultura. A utilização da Escala de Inteligência Wechsler para crianças - WISC III propicia uma investigação minuciosa das habilidades cognitivas de crianças e adolescentes pois avalia capacidades mentais diferentes, que, juntas, oferecem uma estimativa da capacidade intelectual geral. A Escala de Maturidade Mental Colúmbia – CMMS foi bem avaliada quanto aos critérios de qualidade do seu manual. É indicado para crianças de 3 anos e 6 meses a 9 anos e 11 meses e fornece um resultado único de inteligência. As Matrizes Progressivas de Raven é considerado um teste válido e preciso, com grande utilidade em culturas diferentes e com crianças com deficiências sensoriais e problemas de comunicação. Entretanto, avalia apenas o raciocínio analógico, não tem validação brasileira e é baseado na antiga teoria do fator único. Já o Teste Não Verbal de Inteligência para Crianças - R-2 não apresentou uma ordem adequada. A partir da literatura pesquisada, verificou-se que o teste WISC III apresenta a avaliação de aspectos verbais e não verbais da inteligência, é indicado para uma ampla faixa etária, auxilia na identificação de forças e fraquezas do sujeito e fornece informações relevantes para a elaboração de uma programação educacional específica. A CMMS pode ser um teste adequado para crianças com menos idade. Assim estes dois testes podem ser adequados para a avaliação de crianças institucionalizadas. No entanto, salienta-se que não foi encontrada bibliografia específica sobre avaliação/testes de inteligência em crianças institucionalizadas, evidenciando a necessidade de estudos de instrumentos de avaliação da inteligência específicos para esta população.

Estatuto da Criança e do Adolescente. Avaliação de inteligência. Acolhimento Institucional.

IC

JUR

UM ESTUDO EXPLORATÓRIO DA INCIDÊNCIA DE SINTOMAS DEPRESSIVOS EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL. *Gledson Régis Lobato* (Centro Universitário de Patos de Minas, Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, Patos de Minas) e *Amanda de Melo Álvares** (Centro Universitário de Patos de Minas, Patos de Minas)

A medida protetiva de acolhimento institucional é aplicada, como medida excepcional e transitória, em crianças e adolescentes em situação de risco conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente. A institucionalização durante a infância e a adolescência tem sido associada ao rompimento de vínculos e a situações de violência. Desta forma, esta medida tem sido apontada como um evento de vida estressante, salientando-se a necessidade de aumentar o conhecimento especializado, bem como a prioridade de intervenções fundamentadas para esta população específica a fim de que o período de institucionalização não contribua para prejuízos desenvolvimentais. Recentemente, a literatura especializada tem destacado a alta incidência de sintomatologia depressiva nesta população. Assim, o presente estudo visou verificar a incidência de sintomas depressivos em uma amostra de crianças e adolescentes em medida protetiva de acolhimento institucional na cidade de Patos de Minas. Realizou-se um estudo exploratório, de campo, quantitativo, tendo como amostra 23 crianças/adolescentes em acolhimento institucional na cidade de Patos de Minas – MG. Utilizou-se, para a coleta de dados, o Inventário de Depressão Infantil (Children's Depression Inventory – CDI). O objetivo do CDI é verificar a presença e a severidade de sintomas de depressão em jovens de 7 a 17 anos a partir de seu auto-relato. Foi utilizado também um questionário direcionado ao coordenador das instituições, responsáveis pelas crianças e adolescentes participantes do estudo, que teve como objetivo colher informações sobre as crianças e adolescentes em acolhimento institucional. O instrumento era composto por 9 itens: Nome e idade da criança/adolescente; Escolaridade; Tempo de acolhimento; Histórico de acolhimento; Se a criança tem padrinhos; Contato com a família de origem; Presença de irmãos na instituição; Motivo do acolhimento e Atividades que a criança/adolescente realiza. Os dados coletados foram submetidos a uma análise estatística através da utilização do programa SPSS 15.0 (Statistical Package for Social Sciences). Foi feita uma análise descritiva dos resultados dos itens e uma correlação entre os níveis encontrados pelo Inventário de Depressão Infantil com as informações sobre a situação de acolhimento institucional da criança. Quanto aos resultados, verificou-se que 35% das crianças/adolescentes participantes obtiveram percentil considerado clinicamente significativo, e outras 35% apresentaram percentil aproximado ao que acusa sintomatologia depressiva. Os resultados da pesquisa sugeriram como perfil de criança/adolescente com sintomas depressivos: ter um tempo de acolhimento superior a 2 anos, histórico de acolhimento, não ter padrinhos, não possuir irmãos na instituição e ser acolhida depois dos 7 anos de idade. O presente trabalho contribuiu para o aumento do conhecimento na área. Destaca-se a importância de estudos com amostras de diferentes regiões do país para confirmar ou ajustar a normatização proposta nos estudos que envolvam este tema.

Depressão. Criança e Adolescente. Acolhimento Institucional.

IC
JUR

VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE: ANÁLISE METACIENTÍFICA. *Maria de Lourdes Colacique Silva Leme* (Universidade de Mogi das Cruzes/SP) e *Elza Maria Tavares Silva* (Universidade de Mogi das Cruzes/SP)

A investigação científica passa por diversas etapas, da identificação do problema que gera a provável pesquisa, até a publicação de resultados divulgados na forma de livros, capítulos, teses, dissertações, artigos em periódicos, comunicações e congressos, além de outras formas de documentos. Assim, os resultados de pesquisas são divulgados por meio de canais, os mais diversos, sejam de comunicações formais e informais. Os trabalhos científicos garantem a propriedade científica e o reconhecimento por seus pares, como também a possibilidade de observação do desenvolvimento do conhecimento de uma determinada área. Dessa forma, a ampliação, comprovação e avaliação da produção científica devem ser contínuas e constantes. Destarte, surgem novos métodos, novas técnicas, uma vez que a ciência caminha para o progresso. Esse estudo torna-se cada vez mais preciso à medida que novas ideias surgem, no momento em que ocorrem contribuições para que a ciência atinja seus objetivos na escala de valores científicos. A pesquisa é o principal caminho para se chegar à produção científica com qualidade e responsabilidade. A presente pesquisa teve como objetivo geral analisar os artigos sobre o tema *Violência contra a criança e o adolescente* em dois periódicos jurídicos nacionais, referências na área, no período de 2006 até 2010, a primeira denominada **Revista dos Tribunais (RT)**, cuja publicação é mensal contendo coletânea jurisprudencial e artigos; a segunda revista foi a **LEX** também com coletânea jurisprudencial e artigos, ambas publicadas no Estado de São Paulo de circulação nacional e muito apreciadas e citadas por juízes, desembargadores, promotores, procuradores, advogados e professores. Como objetivos específicos foram tratados a análise dos artigos quanto à autoria; análise dos títulos dos trabalhos quanto ao número de vocábulos; e por fim a análise do cargo e ou função ocupado pelos autores. Os resultados obtidos demonstraram que quanto à autoria, num total de 60 exemplares analisados de cada revista, compondo 240 artigos, somente foram encontrados quatro que tratavam o tema (3 na RT e 1 na LEX) Os temas específicos focados foram: abuso sexual intra-familiar, abuso sexual infantil, abuso via internet e violações constitucionais e penais. Quando feita a análise do número de vocábulos constantes dos títulos observou-se que o de menor número (entre 0 e 10) foi de quatro vocábulos, seguido de um que apresentou entre 11 e 14, e dois entre 15 ou mais. Já na análise quanto ao cargo ou função ocupada pelos autores observou-se que o maior número ficou com a categoria professor/mestre, seguida por promotores, juízes e advogados. Portanto, com a análise feita pode-se observar que a área do Direito é extremamente pobre em tratar do tema em questão e que os que publicaram estão vinculados em sua maior parte a uma instituição superior de ensino. Também a área carece de caldo cultural para estimular produções nesse sentido, bem como sensibilizar os pesquisadores quanto à responsabilidade social de pesquisarem o tema.

Palavras-chave: vítima infantil; Direito da criança e do adolescente; cientometria.

Área: JUR – Psicologia Jurídica, Forense e Criminal

UMA REVISÃO EMPÍRICA DE PRINCIPAIS ASPECTOS DA UTILIZAÇÃO DO TESTE CLOZE NO BRASIL. *Jesiane Silva Wanziler**, *Analu da Costa Tenório** e *Janari da Silva Pedroso* (Universidade Federal do Pará, Belém, PA).

O Teste de Cloze é uma ferramenta psicométrica extensamente utilizada para avaliar e medir a compreensão em leitura. A técnica, fundamentada na teoria gestáltica de *closure* (preenchimento de lacunas em padrões subconscientemente), consiste na supressão de cada quinto vocábulo de um texto solicitando ao leitor que preencha esse espaço com palavras que completem adequadamente o sentido do texto. O Cloze é corrigido de duas maneiras: com a correção literal e a correção sinônima. A primeira requer como correta a resposta com a palavra exata que foi suprimida no texto, respeitando-se grafia e acentuação gráfica. A correção sinônima aceita como correta uma resposta cuja palavra é sinônimo daquela omitida. O Teste Cloze também é empregado para outros fins como a intervenção ou a remediação da compreensão em leitura e treino de habilidades linguísticas, bem como a averiguação da legibilidade de textos. Outro benefício é que a técnica permite uma relação interativa entre o leitor e o texto e, ainda, permite àquele realizar uma diferenciação entre a decodificação, a compreensão linguística e a leitura contextual. Este teste, todavia, tem sido utilizado no Brasil apenas como técnica diagnóstica da habilidade de compreensão em leitura. Extenso número de pesquisas atesta a validade do Cloze como técnica adequada, confiável, acurada e eficaz. Deste modo, o presente estudo objetivou realizar uma revisão empírica de alguns aspectos principais do emprego do Teste Cloze em pesquisas realizadas no Brasil na última década. A amostra contou com 26 artigos publicados no Brasil entre os anos de 2000 a 2010 e disponíveis em bases de dados virtuais. As pesquisas aplicando a técnica Cloze têm utilizado como participantes, em sua maioria, universitários e estudantes de Ensino Fundamental, tanto de instituições públicas como de instituições particulares de ensino. A maioria faz uso da forma padrão do teste, embora haja diversas outras, e aplica-o com textos do tipo recreativo ou não-científicos, possivelmente a fim de evitar que o nível de dificuldade do texto (em comparação com o tipo científico) seja uma variável interveniente na avaliação da compreensão em leitura. Ainda, ressalta-se que a forma predominante de correção encontrada foi a literal, o que indica uma maior rigorosidade entre a maioria dos avaliadores. Por fim, encontrou-se que, corroborando a literatura, não foi observada nenhuma pesquisa no Brasil, compondo esta amostra, que tenha empregado o Cloze como medida interventiva. Com este trabalho propõe-se que sejam realizadas mais pesquisas no Brasil utilizando o Cloze com outra de suas importantes possibilidades de uso – a intervenção psicopedagógica. Sugere-se, ainda, revisões mais acuradas e com maior número de pesquisas na amostra para que possam ser constatados fatores que não foram abarcados por este trabalho.

Palavras-chave: cloze; revisão; compreensão em leitura.

Nível do Trabalho: Iniciação Científica – IC

Área da Psicologia: MET

SONDAR O INVISÍVEL: O FORA DE QUADRO NA PESQUISA PSICOLÓGICA BASEADA EM VÍDEOS. Danilo Sergio Ide** (Laboratório de Estudos em Psicologia da Arte, Instituto de Psicologia USP, São Paulo, SP)

A técnica de empréstimo de câmeras adotada na Antropologia visual e no Cinema liga-se em geral a estratégias de auto-representação. Grupos que antes eram apenas o outro retratado pelas câmeras tiveram então a chance de participar mais decisivamente no processo de produção de imagens. Mas hoje em Psicologia a técnica começa a ser utilizada de outra forma. Empreendemos então uma revisão da literatura sobre o tema e também de filmes que adotam esse ponto de partida, com o objetivo de examinar a técnica e precisar como seria essa forma particular de apropriação pela Psicologia. Na Antropologia visual, Sol Worth e John Adair foram os precursores no empréstimo de câmeras e publicaram em 1972 os resultados de sua experiência com índios navajos em *Through navajo eyes*. No Brasil, *O prisioneiro da grade de ferro* e *5x favela, agora por nós mesmos* são os expoentes dessa tendência no documentário e na ficção, respectivamente. Trouxeram à tona o debate em torno da representação, contrapondo a visão de dentro à de fora dos grupos. Mas, apesar de o empréstimo de câmera posicionar os atores sociais bem atrás das lentes, nota-se que o fora de quadro é pouco explorado nesses trabalhos. Ele foi incorporado de fato em produções completamente alheias às questões de auto-representação: em documentários de Alain Cavalier, como *Irène*, e filmes ficcionais de found footage, como *A bruxa de Blair*. O primeiro trata de uma imagem ausente: Cavalier busca objetos, lugares e pessoas que possam nos dar uma imagem de sua falecida esposa Irène. O que vemos então é o trabalho da memória, trazido pela voz off do diretor enquanto enquadra esses objetos com sua câmera. No segundo também lidamos com uma imagem ausente, pois nunca temos uma visão da bruxa. O que de fato temos acesso é à percepção atemorizada de cinegrafistas amadores diante de eventos obscuros presenciados numa floresta. O aproveitamento de elementos fora de quadro nesses dois filmes, trazidos especialmente pela voz off, é algo que pode de fato incrementar as técnicas de empréstimo de câmeras. Um dos riscos no debate da auto-representação é idealizar a visão de dentro por uma suposta pureza e problematizar a visão de fora pela existência de uma mediação. Mas esses filmes, pelo contrário, tratam de outro tipo de matéria, que interessa diretamente à Psicologia. A opção de trabalhar o fora de quadro revelou-se bastante adequada a uma investigação dos processos internos, imateriais, impalpáveis: memória e luto em *Irène*, percepção e medo em *A bruxa de Blair*. Esse expediente foi também adotado nas pesquisas de Lineu Kohatsu e de Claudia Mausner, que trataram, respectivamente, da memória afetiva do bairro e da percepção da paisagem em trilhas. Ao colocarem os sujeitos fora de quadro e, mais do que isso, convocarem seus comentários em voz off, os pesquisadores sondaram aspectos invisíveis do ser: esse método particular parece justo para uma pesquisa psicológica baseada em vídeos.

Auxílio financeiro: CAPES

Palavras-chave: empréstimo de câmera, fora de quadro, invisível

Nível do trabalho: D

Código de área: MET

LITERATURA CIENTÍFICA BRASILEIRA SOBRE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DOS TRANSTORNOS DO ESPECTRO AUTISTA. *Anna Karen SoutelloMendes***, *Máira Meimes**, *Rafaela Grinas**, *Regina Basso Zanon*** e *Cleonice Bosa* (Centro Experimental de Avaliação Multidisciplinar em Autismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS).

O diagnóstico dos Transtornos do Espectro Autista (TEA) baseia-se, sobretudo, em critérios clínicos e, por tal motivo, instrumentos padronizados de rastreamento, avaliação e diagnóstico destes transtornos são de grande importância para profissionais e pesquisadores da área. No entanto, para que estes instrumentos sejam utilizados de maneira adequada, sendo possível realizar inferências a partir dos seus escores, eles devem possuir características que garantam a sua fidedignidade e validade. Por isso, é necessário que instrumentos disponíveis em outras culturas sejam traduzidos, adaptados e validados para atender as características da população na qual eles serão utilizados. Embora estudos desta natureza sejam fundamentais para o desenvolvimento de pesquisas científicas, bem como para nortear políticas públicas, uma revisão sistemática da produção científica de pesquisadores brasileiros acerca dos TEA, publicada recentemente, aponta para a escassez de publicações nacionais que tiveram como objetivo investigar as propriedades psicométricas de instrumentos de avaliação dos TEA. Por tal motivo, devido à falta de instrumentos validados no Brasil, a maioria das pesquisas sobre os TEA se baseia em avaliações clínicas, as quais são menos objetivas e padronizadas, dificultando assim as publicações das pesquisas brasileiras em revistas de maior impacto. Nestas circunstâncias, o presente estudo objetiva revisar sistematicamente as produções científicas brasileiras (artigos, teses e dissertações) que tiveram como objetivo investigar as propriedades psicométricas de instrumentos de avaliação dos TEA. A busca bibliográfica foi realizada nas bases de dados PUBMED, SciELO, LILACS e portal CAPES, cruzando diversos descritores, tais como: *autismo* ou *transtornos globais do desenvolvimento* e *validação* ou *tradução* ou *adaptação* e *instrumento* ou *escala*. Foram incluídos na amostra tanto estudos de tradução, adaptação e validação de instrumentos internacionais como estudos envolvendo instrumentos desenvolvidos por pesquisadores brasileiros. Os estudos foram categorizados de acordo ano da publicação, natureza, objetivo, participantes e área de concentração. Os instrumentos de avaliação enfocados nos estudos foram classificados conforme os seus propósitos, tempo de administração, fonte de informação e faixa etária atendida. Foram encontrados 12 estudos de autores brasileiros que tiveram como objetivo traduzir, adaptar ou validar instrumentos de avaliação dos TEA, os quais investigaram propriedades psicométricas de sete instrumentos, que são: Escala de avaliação de traços autísticos (ATA); Childhood Autism Rating Scale (CARS); Autism Behavior Checklist (ABC); Autism Screening Questionnaire (ASQ); Modifeid Checklits for autism in Toddlers (M-CHAT); Psychological Profile Revised (PEP-R); e Autism Diagnostic Interview-Revised (ADI-R). Além disto, encontraram-se dois estudos que investigaram as propriedades psicométricas de instrumentos desenvolvidos por pesquisadores brasileiros, a saber, o instrumento de Vigilância Precoce do Autismo e o Protocolo de Observação para Suspeita de TEA. A maioria dos estudos analisados foram artigos científicos que tiveram como objetivo validar instrumentos internacionais e envolveram amostras pequenas. A Medicina foi à área de concentração com maior número de ocorrência entre as investigações, seguida pela Psicologia e pela Fonoaudiologia. Em relação aos instrumentos enfocados nos estudos, encontrou-se que a maioria era de rastreamento. A presente revisão aponta para a necessidade de estudos multicêntricos acerca de instrumentos diagnósticos para os TEA, envolvendo amostras maiores e de diversas regiões do país.

Palavras-chave: transtornos do espectro autista; instrumentos; estudos brasileiros.

Outro

MET - Metodologia de Pesquisa e Instrumentação.

CRISE ECONÔMICA: PERCEPÇÃO E MANEJO POR TRABALHADORAS DE UM INTERIOR NORDESTINO. *Marley Rosana Melo de Araújo* (Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Sergipe, Aracaju-SE) e *Cristiane Carvalho Gois* (Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) de Uauá. Uauá-BA).

Eventos econômicos produzem impactos nos comportamentos e atitudes das pessoas assim como, reciprocamente, os comportamentos e atitudes individuais ou em grupo repercutem em fenômenos da economia. Qualquer alteração no meio econômico pode afetar diretamente o homem: suas cognições, seus sentimentos, seus comportamentos, sua saúde, suas relações com outras esferas da vida (trabalho e família, por exemplo) e com as outras pessoas. O trabalho, em decorrência da sua relação direta com o campo econômico, é o aspecto em que primeiro se nota uma alteração diante de um cenário recessivo. Ainda há pouco, assistimos a uma das maiores crises históricas do padrão econômico de acumulação capitalista. O período recente conheceu uma aceleração espetacular da instabilidade financeira sob todas as formas. A falta de emprego e a flexibilização das vagas remanescentes, agravadas pelo momento recessivo de instabilidade financeira, se traduzem em inúmeros impactos nos mais diferentes âmbitos da vida do trabalhador. Os impactos são de ordem não só financeira, mas também psicológica. Esse estudo se instala na interface entre a Psicologia Econômica e a Psicologia Organizacional e do Trabalho, de um lado porque investiga um fenômeno econômico a partir de métodos e princípios psicológicos, na tentativa de entender de que forma o comportamento das pessoas é influenciado pelas questões econômicas, e de outro porque focaliza o trabalho e aquele que vive dele. Tivemos por objetivo investigar como trabalhadoras industriais de uma cidade do interior nordestino percebiam e manejavam a situação de crise econômica. Esta pesquisa teve caráter exploratório e fez uso da entrevista semi-estruturada, reflexiva e em grupo para a geração dos dados. Participaram da entrevista cinco trabalhadoras de uma indústria têxtil do sul da Bahia. Os resultados da análise de conteúdo empreendida sobre os dados acusaram maior impacto da crise em ambientes e indivíduos externos à realidade de trabalho das participantes, ao passo que relatos autoreferentes minimizaram estes impactos. Com relação aos manejos, pouca ou nenhuma mudança foi relacionada à crise incitada por prejuízos atribuídos à mesma. Houve, pelo contrário, aproveitamento de oportunidades de investimento e consumo pessoal propiciados pelo cenário brasileiro de reação à crise. Podemos concluir que a crise econômica, iniciada em terras estrangeiras e importada para domínios brasileiros, fez-se presente nas elaborações, atitudes e respostas de trabalhadoras de uma pequena cidade do interior nordestino, ainda que de maneira singularmente diferente de atitudes e respostas disparadas no cenário global.

Palavras-chave: crise econômica; percepção por trabalhadores; manejo.

Nível do trabalho: P

Código da área: ORG

MAPEAMENTO DE COMPETÊNCIAS NA GESTÃO PÚBLICA. *Raimundo das Chagas Neto**, *Thiago Dias Costa e Aécio de Borba Vasconcelos Neto*** (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Faculdade de Psicologia, Universidade Federal do Pará, Belém, PA).

As pesquisas sobre definições de competências alcançaram resultados que podem ser divididos em duas macrocategorias: a primeira, de origem norte-americana, comunica a idéia de um estoque de Conhecimentos (saber “o que e como”), Habilidades (saber “fazer”) e Atitudes (saber “ser”) (CHAs) o qual credencia a pessoa a exercer determinado trabalho; a segunda, de origem francesa, associa o conceito às realizações da pessoa àquilo que esta produz ou realiza no trabalho. Uma visão integradora de tais idéias permite a formulação do conceito de competência como combinações sinérgicas de CHAs mobilizadas e aplicadas pelo indivíduo em um determinado contexto no qual possam ser estabelecidas relações entre comportamentos, condições e motivos. O mapeamento de competências, por sua vez, seria uma primeira etapa de implantação de um modelo de gestão de pessoas por competências, isto é, o mesmo serve para diagnosticar o *gap* (a lacuna), dentro de certa realidade, entre as competências exigidas para o exercício das atividades laborais e aquelas já disponíveis na instituição. Adicionalmente, a gestão de processos permite identificar os processos decisórios de cada membro da organização pela(s): i) transformação de materiais utilizados no ambiente de trabalho (insumos), ii) utilização de equipamentos disponibilizados (infra-estrutura) e iii) ações baseadas em critérios de qualidade (referências) resultando na agregação de valor ao resultado do processo. A formulação de organogramas que exprimem a gestão de processos favorece a visualização do dinamismo empresarial e a necessidade de um novo mapeamento ou não, após algum período de tempo. A partir desta construção teórica do trabalho e do Decreto nº 5.707 como marco regulatório da gestão de pessoas por competências nas organizações públicas, pode-se compreender tal gerir como uma capacitação orientada para o desenvolvimento conjunto de CHAs necessários ao desempenho das funções dos servidores, tendo em vista o alcance dos objetivos da instituição. O objetivo do presente trabalho consiste em descrever uma metodologia de mapeamento de competências condizente aos desafios da implantação deste modelo na gestão pública. Indica-se, portanto, a realização de entrevistas semi-estruturadas individuais, juntamente com um questionário, sobre as principais tarefas realizadas por cada um dos 2300 (dois mil e trezentos) servidores públicos técnico-administrativos de uma Instituição Federal de Ensino Superior. Após cada coleta individual de informações, haverá a estruturação de organogramas sobre gestão de processos concomitantemente à criação e à alimentação de um banco de dados de competências. Cada servidor terá um acesso individualizado ao resultado de suas competências mapeadas e estará apto a informar, por meio de uma escala likert, a) a relevância de cada uma para o exercício das atividades laborais e b) o domínio que possui sobre cada. Assim, pretende-se diagnosticar o *gap* (a lacuna) existente entre o que a instituição necessita e dispõe para o alcance de seus objetivos. O banco de dados, deste modo, será utilizado como fonte de evidências para melhorar os processos de capacitação e de oferta de cursos pela organização. Espera-se que a metodologia acima descrita vença alguns desafios na implantação de gestão de pessoas por competências na esfera pública.

Apoio financeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Palavras-chave: Gestão por competências; Mapeamento de competências; Gestão pública.

Nível do Trabalho: IC – Iniciação Científica.

Código da área da pesquisa: ORG – Psicologia Organizacional e do Trabalho

A VERIFICAÇÃO DA EFICÁCIA DE INSTRUÇÕES VERBAIS COMO METODOLOGIA PARA O CUMPRIMENTO DE MEDIDAS DE BIOSSEGURANÇA NO CONTEXTO CLÍNICO DA ODONTOLOGIA. *Karollane Sapucaia Alves** e *Thiago Dias Costa* (Faculdade de Psicologia, Universidade Federal do Pará, Belém, PA)

A literatura tem apontado a metodologia de apresentação de instruções verbais como pouco eficaz para a aquisição e manutenção de comportamentos em indivíduos no ambiente de trabalho. No que diz respeito ao ensino de práticas adequadas de biossegurança e uso de equipamentos de proteção individual (EPIs), em cursos da área de saúde, o método mais comumente utilizado para a instalação destes repertórios é, contudo, a exposição de alunos a aulas teóricas e palestras. Nestas, são apresentadas instruções e regras que especificam o modelo de comportamento a ser adotado. Tais instruções verbais (apresentações orais, aulas teóricas, palestras) apresentam-se freqüentemente como um processo de uma única via, sendo este modelo de treinamento considerado limitado e ineficaz. Considerando a importância de condutas seguras de biossegurança para a minimização ou eliminação de riscos à saúde de profissionais e pacientes, este estudo teve como objetivo verificar a eficácia da metodologia de instrução na forma verbal no ensino e manutenção de comportamentos seguros dentro do contexto odontológico. Os participantes foram cerca de 100 alunos do curso de graduação em odontologia de uma Universidade Federal. Todos os participantes já haviam cursado disciplinas referentes a medidas e posturas corretas de biossegurança, além de terem tido acesso a um manual específico disponibilizado pela instituição, no qual recebiam instruções detalhadas de como manusear, trocar e descartar os EPIs de forma segura. Foram realizadas um total de seis sessões, de 45 minutos cada, de observação e registro de ocorrências do uso inadequado de EPIs pelos participantes. O registro dos dados foi feito em uma folha de registro específica. Os EPIs registrados foram: jaleco, touca, máscara, luvas e pro-pé. Analisou-se, então, a freqüência de ocorrências destes itens fora do contexto de prática clínica odontológica. Esta postura é classificada como de alto risco, por não seguir as medidas adequadas de biossegurança. Os dados coletados apontaram para um elevado índice de ocorrências inadequadas de uso das EPIs pelos participantes em todas as sessões. Os itens que apresentaram um maior e menor número de registros de uso inadequado foram: jaleco e luvas, respectivamente. Os resultados obtidos corroboram a literatura existente na área, indicando a baixa eficácia do método de apresentação verbal no controle de comportamentos seguros neste contexto. Como alternativa à metodologia adotada, propõe-se então a implementação do método de auto-observação comportamental (BSM), onde os alunos teriam a oportunidade de observar e se comportar (realizando registros) diante de comportamentos inadequados de seus pares, modificando assim seu próprio comportamento. O uso do BSM como metodologia de treinamento já apresentou resultados satisfatórios em contextos semelhantes ao do presente estudo, sendo assim uma proposta alternativa válida aos métodos utilizados atualmente.

Palavras-chave: auto-observação, biossegurança, odontologia.

Trabalho de Conclusão de Curso a nível de graduação do curso de Psicologia.

ORG

BEM-ESTAR NO TRABALHO ENTRE PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM DE UM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO. *Priscila Castro Alves***, *Marília Ferreira Dela Coleta* e *Áurea de Fátima Oliveira* (Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, MG)

O bem-estar no trabalho pode ser definido como um estado psicológico composto por vínculos afetivos positivos com o trabalho (satisfação e envolvimento) e com a organização (comprometimento afetivo). Este estudo teve como objetivo conhecer o grau de bem-estar no trabalho de profissionais da Enfermagem trabalhando em diversos setores de um hospital universitário que oferece atendimento público e gratuito à população de Uberlândia, MG. Participaram 340 trabalhadores, sendo 81,5 % do sexo feminino, a maioria casada (53,8%), com idade média de 38,6 anos (DP=9,62), de três categorias profissionais: técnicos de Enfermagem (36,5%), enfermeiros (32,1%) e auxiliares de Enfermagem (31,5%). Em relação ao vínculo empregatício, 228 (67,1%) eram estatutários e o restante celetista, o tempo médio de formação foi de 14,39 anos (DP=9,52) e o tempo médio de trabalho na instituição de 11,8 anos (DP=8,78). Os participantes responderam um questionário auto-aplicável contendo dados pessoais, profissionais e escalas para medida de satisfação no trabalho, de envolvimento com o trabalho e de comprometimento organizacional afetivo. Utilizou-se o Programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) for Windows, versão 12.0, para efetuar análises descritivas e testes de diferença entre médias. Os resultados mostraram que, em média, os níveis de satisfação com a chefia (M=4,8), com os colegas (M=4,4) e com a natureza do trabalho (M=4,5) da amostra situavam-se em níveis que sugerem algo entre indiferente e quase satisfeita. Entretanto, a satisfação com o salário (M=3,6) e com as promoções (M=3,0) foram avaliadas em níveis abaixo do ponto média da escala. Os participantes mostraram também níveis intermediários de envolvimento com o trabalho (M=4,0) e de comprometimento organizacional afetivo com o hospital onde trabalham (M=2,94 em uma escala de 5 pontos). As análises de comparação entre médias de grupos revelaram diferenças significativas indicando que aqueles que trabalham sob regime estatutário apresentam maior satisfação com o salário ($t=12,13$; $p=0,001$) e com promoções no trabalho ($t=4,85$; $p=0,001$) do que os celetistas, podendo este resultado ser devido ao plano de cargos e salários (plano de carreira), que apenas os trabalhadores estatutários possuem. Também foi observada diferença entre enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem no que se refere à satisfação com o salário ($F=11,75$; $p=0,001$), de modo que o grupo de técnicos de enfermagem se encontra menos satisfeito em relação aos outros dois grupos e, em relação à satisfação com a promoção ($F=10,45$; $p=0,001$), os enfermeiros estão mais satisfeitos do que os outros dois grupos. Tais diferenças parecem refletir discrepâncias entre expectativa e renda das diferentes categorias profissionais. Os baixos níveis de bem-estar no trabalho identificados neste estudo sugerem a necessidade de maior conhecimento sobre suas causas, o que possibilitará desenvolver uma proposta de mudança visando melhorar estes níveis, tendo em vista também que a qualidade da assistência prestada à população pode ser afetada pelo bem-estar destes servidores.

Palavras-chave: bem-estar no trabalho, enfermagem, hospital universitário

Nível: M

Área: ORG

LAVANDO A ROUPA SUJA: UM ESTUDO DIAGNÓSTICO DE CLIMA ORGANIZACIONAL DO SETOR DE LAVANDERIA DE UM HOSPITAL GERAL. *Cláudio Edward dos Reis* (Departamento de Psicologia Experimental e Trabalho – Faculdade de Ciências e Letras - UNESP-Assis.S.P.) e *Lorraine Seixas e Renan Fazolin Medeiros** (discentes do curso de psicologia)

O presente trabalho relata resultados de um estudo desenvolvido no período de agosto a dezembro de 2010 no setor da lavanderia de um Hospital Geral localizado na cidade de Assis – S.P. O objetivo inicial da pesquisa foi investigar o clima organizacional a partir do cotidiano das atividades realizadas nos setores de lavanderia, nutrição e dietética de um Hospital Geral da região sudeste do Brasil. Também objetivou-se investigar o impacto que as condições de trabalho produziam nos níveis de relacionamento, motivação e satisfação pessoal. A metodologia de investigação se deu a partir de observações, entrevistas e a aplicação do WHOQOL - bref, uma escala com o propósito de avaliar o nível de qualidade de vida do sujeito. Este questionário foi aplicado em 29 funcionários. As variações significantes encontradas foram nos domínios físico e meio-ambiente, demonstrando dados como dor física e desconforto, dependência de medicação ou médicos e ambiente físico (trabalho). Quanto às outras categorias, constatamos abaixo do ideal: recursos financeiros; cuidados de saúde; recreação e lazer; ambiente físico (trabalho). Estes dados obtidos permitiram reflexões sobre a necessidade de se criar um maior espaço para a discussão das queixas dos trabalhadores. O trabalho realizado produz pouco tempo para recreação e lazer. Registramos variação quanto à dor e desconforto, demonstrando, que neste setor o trabalho é pesado e muitos funcionários são remanejados para esta área de forma errônea, sem uma preparação adequada. No nível psicológico e de relações sociais, não se percebeu diferenças significativas. As visitas “*in loco*” permitiram registrar barulho e calor excessivo. Também observamos condições de limpeza inadequadas, o que interfere nas condições de trabalho. Diante desses dados percebemos que o clima organizacional da lavanderia do hospital ainda tem muito a ser melhorado, no sentido de que se possa indicar uma satisfação interna aceitável, o que hoje ainda não é comum naquele setor, em função principalmente das condições de trabalho. Considerando o clima organizacional como indicador de satisfação interna e que este, relaciona-se com os diferentes aspectos da cultura organizacional, podemos afirmar que é da cultura do hospital remanejar alguns trabalhadores para esse setor, o que causa grande desconforto para muitos trabalhadores, que segundo nossas observações é transformado em dor, uso abusivo de remédios e sentimentos negativos. O Núcleo de Higiene Hospitalar tem em sua cultura a não definição prévia das tarefas impostas pela administração, o que lhes dá liberdade de se dividirem conforme seus interesses e capacidades. O regime de trabalho lhes permite um maior descanso, mas impede que aproveitem esse tempo para atividades relacionadas à recreação e lazer, pois por questões de necessidade de se aumentar a renda familiar se vêem obrigados a desempenharem outras tarefas fora de seu expediente de trabalho, dificultando uma melhoria na sua qualidade de vida.

Apoio: Fundunesp

O- outro

ORG – Psicologia Organizacional e do Trabalho.

A PERCEPÇÃO DE APOSENTADOS QUANTO À FASE DA APOSENTADORIA.
*Saulo Pereira de Almeida**, *Ana Virgínia Andrade de Oliveira** (Departamento de Psicologia - Universidade Federal de Sergipe – Aracaju-SE) e *Layla Soares Teles** (Departamento de Psicologia - Universidade Federal do Piauí – Parnaíba-PI)

O trabalho é um dos aspectos mais importantes da identidade individual, pois está ligado à auto-estima, autoconceito e senso de utilidade. É através do trabalho também que se constrói a identidade social e as organizações de tempo e espaço na vida de um indivíduo. O papel profissional e o trabalho são essenciais para o desenvolvimento como marco de referência para a estruturação da vida pessoal e social, de forma que as organizações existem na mente de seus trabalhadores e a identidade organizacional tende a compor a identidade individual. Assim, a perda do papel profissional na aposentadoria vem sempre acompanhada de sentimentos – sejam eles positivos ou negativos – por conta do impacto que esta fase trás na vida do aposentado. Este estudo exploratório, de cunho quanti-qualitativo, objetivou obter a visão de diversos aposentados quanto à aposentadoria e suas conseqüências na vida deles. Para tal, foram realizadas entrevistas contendo questões relativas a dados sociodemográficos, além do significado da aposentadoria; motivos que levaram à aposentadoria; vantagens e desvantagens desta fase; conhecimento e participação em um Programa de Preparação para Aposentadoria (PPA); e a influência desta fase nas dimensões da vida do aposentado. Participaram 24 sujeitos, sendo 62,5% do sexo feminino; as idades variaram entre 49 e 84 anos (M=64,2; DP=8,3). A renda média familiar foi de R\$5.190,00 (DP=3.513,00) e a maioria são casados (66,7%). Quanto à escolaridade, 54,2% têm superior completo, 33,3% ensino médio, 4,2% fundamental completo e 8,3% fundamental incompleto. Quanto à caracterização da aposentadoria, houve 69 respostas, sendo que 56,5% tiveram conotação positiva (Lazer; Liberdade; Segurança financeira; Repouso; Merecimento) e 29% conotação negativa (Injusta; Inutilidade; Preconceito; Envelhecimento; Perda salarial). Quanto ao que levou à aposentadoria, os motivos que mais se destacaram foram o tempo de serviço cumprido (45,7%), realização de desejos pessoais (17,1%) e descanso (11,4%). Com relação à maior vantagem de estar aposentado, liberdade/tempo livre (61%) e segurança financeira (21,7%) foram as respostas mais freqüentes; já com relação à maior desvantagem, 31,6% citaram a perda salarial e 26,3% citaram sentir-se improdutivo e desvalorizado. Em referência aos níveis de satisfação quanto ao trabalho realizado ao longo da vida, aos colegas de trabalho e à empresa em que trabalhou, mais de 85% responderam estar satisfeitos ou muito satisfeitos. Quanto ao PPA, 45,8% dos sujeitos os conhecem e destes, 18,2% participaram de um. O que mais e menos sofreu influência após a aposentadoria foi a situação financeira (95,8%) e a alimentação (62,5%), respectivamente. Vale ressaltar que todos (n=18) que perceberam a mudança na organização do tempo acharam-na positiva. Verificou-se pelos relatos que a aposentadoria é vista pela maioria de uma forma positiva, sendo uma época de liberdade e tempo livre para dedicar aos seus próprios desejos e aspirações, como estar com a família e amigos, podendo ainda significar flexibilidade na rotina e uma vida prazerosa. No entanto, houve algumas percepções negativas, dentre elas a perda salarial, que pode estar atrelada a uma falta de planejamento para a fase pós-aposentadoria, sendo este um dos pontos mais abordados nos PPAs.

Palavras-chave: Aposentadoria, Percepção, Aposentados.

IC

ORG

A CONCEPÇÃO DE TRABALHO NA PÓS-MODERNIDADE: UMA ANÁLISE A PARTIR DE “ADMIRÁVEL MUNDO NOVO”. *Izabel Cristina da Silva Brasiliense** e *Paulo de Tarso Ribeiro de Oliveira* (Universidade Federal do Pará, Belém, PA).

O trabalho apresenta diferentes concepções em função do período histórico vigente. Na modernidade o trabalho era valorizado de tal forma a ser concebido como virtude e tendo o lugar de maior importância nas atividades humanas, principalmente devido ao modelo fordista e às condições de trabalho. Neste contexto, o progresso significava: quanto maior, mais eficiente a produção. Na pós-modernidade, o trabalho permanece em uma posição importante, no entanto, sofre mudanças na sua estruturação e organização devido à globalização. O espaço neste contexto perde sua relevância em decorrência da instantaneidade dos eventos (realização imediata dos atos; momentos), o qual não impõe mais limites a acontecimento e ações. Os objetivos do presente estudo foram: 1) fazer uma análise do livro “Admirável mundo novo” (AMN) a partir das mudanças ocorridas na concepção de trabalho da modernidade para a pós-modernidade; e 2) descrever como a psicologia, mais especificamente, a Clínica da Atividade, poderia dialogar com estas concepções de trabalho. Para tanto, foram analisados trechos do livro, a partir dos conceitos de modernidade sólida (modernidade) e modernidade líquida (pós-modernidade), verificando quais mudanças podem ser observadas na concepção de trabalho. Pode-se observar que, no livro AMN, a sociedade representa a plenitude do modelo fordista: o trabalho transpassa as indústrias e penetra a vida social em todos os seus aspectos, desde a concepção de vida até a de felicidade. Portanto, a sociedade de AMN apresenta, em sua maioria, características da modernidade: maior ordem e controle pelas atividades exercidas, sem esperar que as pessoas se tornem melhores ou criativas a partir do trabalho, mas que apenas o executem adequadamente (alienação). No entanto, em AMN também se encontram aspectos da pós-modernidade, já que o trabalho pode ser percebido como um jogo, pois não se pensa no futuro do trabalho, e sim nos efeitos imediatos obtidos a partir dele. A sociedade do AMN foi criada de forma que os indivíduos fossem condicionados a serem felizes no sistema vigente, sem questioná-lo, vivendo em uma modernidade fluida, que busca o consumo e a satisfação imediata. A Clínica da Atividade busca superar a dificuldade de se ter uma atividade sem subjetividade ou uma subjetividade sem atividade. O que se observa em AMN a partir da conceituação da Clínica da Atividade é que alguns dos indivíduos que constituem a sociedade não são observados quanto à sua subjetividade no trabalho. Têm-se a concepção de que estes não apresentam subjetividade, a ponto de poderem se observar em sua atividade e se perceberem no momento em que são observados. Evita-se, inclusive, que os outros indivíduos os observem. Partindo de uma definição de subjetividade como sendo a relação entre atividades, a produção subjetiva da experiência, observa-se que os trabalhadores não pensam em seu trabalho, principalmente porque foram condicionados para tanto, mas sim em desfrutar do momento imediato que o sucede.

Palavras chave: Trabalho; Pós-modernidade; Admirável mundo novo

IC

ORG

GESTÃO EM TEMPOS DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A SAÚDE DO TRABALHADOR NA PRODUÇÃO DO ALUMÍNIO NO PARÁ. *Laura Soares Martins Nogueira*** (Centro Estadual do Pará/FUNDACENTRO e Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará. Belém-PA).

A indústria do alumínio no Estado do Pará vem enfrentando inúmeras mudanças, das quais ressaltamos o processo de reestruturação produtiva, que se por um lado implicou em melhorias tecnológicas e aumento da produção; por outro, fez diminuir os postos de trabalho, intensificando a terceirização no setor, alterando sensivelmente as condições e relações de trabalho. Assim aconteceu com uma empresa, produtora de alumínio primário e sediada no município de Barcarena (PA). No bojo das mudanças, denúncias atinentes ao adoecimento de trabalhadores associado ao trabalho executado têm sido realizadas por ONG e sindicatos, porém são negados pela empresa. Frente a estes discursos contraditórios, o presente trabalho enfatiza o papel da Gestão da segurança/saúde dos trabalhadores na manutenção de condições e de organização do trabalho, capazes de gerar o adoecimento dos trabalhadores. Valendo-se do aporte teórico da Psicodinâmica do Trabalho, o presente estudo optou pela abordagem qualitativa em pesquisa o que permitiu a realização de 44 entrevistas com trabalhadores, familiares, representantes de trabalhadores, técnicos e gestores de uma empresa produtora de alumínio primário. Ainda, realizou análise documental de diversos textos como laudos médicos, CAT's de trabalhadores e diversos impressos e documentos elaborados pela empresa que permitiram a construção do cenário da pesquisa. Optou-se, na investigação, pela abordagem qualitativa e para a análise dos dados, utilizou-se a proposta de pesquisa qualitativa em saúde fundamentada na Hermenêutica-Dialética. Observou-se que no processo de reestruturação produtiva, o paradigma da Saúde Ocupacional, norteador da formação dos profissionais da segurança no trabalho, ao compreender a relação saúde-doença e trabalho a partir da perspectiva do controle dos riscos, mantém a concepção de “ato inseguro”, tomando determinados comportamentos dos trabalhadores como riscos, contribuindo, portanto, para a culpabilização do trabalhador pelo seu acidente/adoecimento, coadunando-se ao discurso da gestão pela qualidade. Este, por sua vez, ao valorizar o comprometimento e engajamento do trabalhador, acentua o viés individualista e utilitarista com que é tratada a mão-de-obra em tempos de trabalho flexível. Sob essa ótica, segurança e saúde no trabalho dependem da conscientização e comprometimento do trabalhador com o tema, excluindo-se assim, possibilidades de análise que considerem o nexos entre condições e a organização do trabalho e os riscos de acidentes e adoecimento enfrentados pelos trabalhadores como propõe o campo da Saúde do Trabalhador. Conclui-se, desta feita, que o modo como se faz a Gestão da segurança e saúde do trabalhador na empresa estudada contribui para o sofrimento do trabalhador vítima de acidente de trabalho que está para além do sofrimento resultante do adoecimento.

Palavras-chave: Saúde do Trabalhador; Reestruturação Produtiva e Subjetividade.

Nível do trabalho: D

Código da área da Psicologia: ORG

ÉTICA NA LAMA. *Lidyane Costa Feitosa**, *Bruna Rodrigues**, *Eliane Vanderlei**, *Pryscila Amorim** e *Carla Fernanda*** (Universidade Federal do Piauí-PI)

Os catadores de caranguejo pertencem a um dos grupos de trabalho que executa grande esforço físico e não têm uma justa retribuição financeira, podendo assim ser considerado como pobres e com um baixíssimo reconhecimento social. Com uma quantia mensal baixa, isto é, menos de um salário mínimo, e indefinida, visto que depende da estação em que se encontra, estes trabalhadores utilizam a cata como única fonte de renda. Isto torna-se um problema na época do defeso, pois esta atividade extrativista é proibida no intuito de prevenir a falta de caranguejo no período de reprodução deste crustáceo, tão essencial para o sustento de muitas famílias da região litorânea. Levando em consideração o dilema ético do profissional da cata de caranguejo e a escassa produção escrita sobre o assunto, a presente pesquisa objetivou analisar os conflitos causados pela consciência ética dos catadores em contraposição com suas condições socioeconômicas. Para tanto as pesquisadoras utilizaram uma entrevista semi-estruturada, contendo sete perguntas que abordavam desde a trajetória profissional ao período de defeso. Foram entrevistados sete representantes da população de catadores de caranguejo do litoral norte do Piauí; o método utilizado para a análise de dados foi à análise de conteúdo, que consiste na observação e descrição minuciosa de características relativas ao contexto/teor das respostas dadas à entrevista. De acordo com os dados coletados foi possível constatar que o intervalo considerado para o defeso (período de reprodução do caranguejo), a cata diminui por conta da lei imposta que proíbe a captura. Contudo, grande parte desses profissionais se quer reconhecem o motivo de tal ação. Aprofundando como se dá a relação trabalhador/IBAMA, percebeu-se que existe uma contradição ente o prescrito e o real, isto é, o período no qual se proíbe, muitas vezes não coincide com o período de “desova”. Além disso, na temporada em que a interdição ocorre, normalmente o seguro não é disponibilizado, impossibilitando a garantia do sustento nesse intervalo. É necessário uma contextualização da população local de catadores de caranguejos, os quais são geralmente ignorados pelas autoridades na elaboração de medidas que regulamentam o uso de recurso, portanto, diante das dificuldades enfrentadas pelos catadores, burlar a lei passa a ser ético, considerando as condições que eles vivem. As medidas para preservação dos caranguejos e melhoramento da renda dos catadores devem ser feitos de uma maneira gradativa e integrada, incorporada ao acompanhamento das comunidades envolvidas, sendo que deverão ser introduzidas em programas de educação ambiental e assistência social. Assim todos poderão usufruir do fruto de seu trabalho, sem ter problemas em vivências futuras.

Palavras-chave: Catadores de caranguejo; Ética; Defeso

IC

ORG/SOCIAL

TREINAMENTO COMPUTADORIZADO PARA COMPORTAMENTOS DE SEGURANÇA NO TRABALHO RURAL. *Leticia Alves Santos e Lincoln da Silva Gimenes* (Universidade de Brasília).

CTrain é um sistema computadorizado multimídia (textos, áudio, fotos e vídeos), baseado nos princípios comportamentais da instrução programada, para treinamento de comportamentos de segurança no trabalho dirigido à populações com pouca educação formal. Uma característica importante desse sistema é o uso de módulos de treinamento em diferentes idiomas para atender populações específicas. Um programa de treinamento para comportamentos de segurança foi desenvolvido e aplicado em trabalhadores rurais de uma fazenda de cultivo orgânico nos arredores de Brasília. O estudo foi realizado em três etapas: (a) definição dos comportamentos a serem treinados, (b) elaboração do módulo de treinamento, e (c) treinamento. Os comportamentos definidos para treinamento foram posturas corporais envolvidas nas atividades de capina, plantio e rastelagem em canteiros de hortaliças – dores na coluna resultante dessas atividades são responsáveis pela maioria das faltas ao trabalho na fazenda. Vinte e três trabalhadores participaram do programa de treinamento, que consistiu de um pré-teste, 4 tópicos de treinamento, e dois pós-testes. Comparações entre as médias no pré e pós-teste 1 mostrou uma melhora estatisticamente significativa (teste t, $p < 0,0001$) no conhecimento sobre comportamentos de segurança, com um ganho de 48,58% e uma elevada magnitude do efeito do treinamento (índice d de Cohen = 3,68). O Pós-teste 2, três semanas após o treinamento, comparado ao pré-teste, revelou a manutenção do material aprendido (teste t, $p < 0,0001$; ganho de 42,44%; índice d de Cohen = 3,26). Observações comportamentais no local de trabalho, quatro semanas após o treinamento, revelou alterações na execução das tarefas na direção das instruções treinadas. Junto com as reações positivas dos participantes, estes resultados indicam o CTrain como uma importante ferramenta que pode ser usado para treinamentos similares com trabalhadores brasileiros com pouca educação formal.

Apoio: CAPES

Palavras-chave: Treinamento; segurança no trabalho; sistema CTrain.

Nível do trabalho: M

ORG

INTEGRANDO PROFESSORES RECÉM ADMITIDOS NA UFF: UMA PROPOSTA DO PROJETO INTEGR(AÇÃO). *Janes Santos Herdy* (Coordenadora-Docente UFF), *Jaciane Cardoso**, *Géssica Souza Santos**, *Raquel Ramos**, *Carolina Cohen** e *Ana Carolina Williams** (Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ)

O projeto Integr(AÇÃO) visa desenvolver as relações interpessoais entre integrantes de um grupo, seja ele funcionários de uma organização, estudantes de uma instituição, e outros cuja demanda seja a melhoria das relações interpessoais. A proposta tem como metodologia um planejamento que utiliza como recursos técnicos, dinâmicas de grupo, jogos psicodramáticos, e trocas de vivências entre os participantes. Este projeto vem sendo realizado desde 2003 nesta Universidade tendo já atingido vários setores como: Biblioteca Central do Gragoatá (BCG); Bandeirão UFF; Cheche UFF, Vários Grupos de Alunos da UFF e de outras Universidades; Hospital Universitário Antonio Pedro (HUAP). Atualmente, este projeto mantém parceria com a CPTA/PROGEPE/UFF e com a ONG Espaço Múltiplo Orla. O projeto é proposto para ser realizado com a duração total de oito horas, dividida entre quatro encontros de duas horas cada. Esse planejamento metodológico é baseado na teoria de desenvolvimento de grupos William Shutz e toda programação e divulgação do projeto é realizada pela equipe do estágio curricular “Desenvolvimento de pessoas e da Organização”, do curso de Psicologia da Universidade Federal Fluminense. A experiência aqui relatada aconteceu no programa de acolhimento de docentes recém empossados na Universidade Federal Fluminense, através da parceria com o DDRH da instituição. Para este grupo foi necessário fazer uma adaptação no programa proposto inicialmente sendo adaptado para quatro horas de atividades consecutivas. Para realização de alguns grupos deste projeto, é necessário flexibilizarmos a proposta inicial para um outro formato, desde que não perca o objetivo principal. Este trabalho com os docentes da UFF aconteceu no mês de novembro de 2010, por ocasião da Agenda Acadêmica desta Instituição, tendo cerca de trinta professores divididos em três grupos. O projeto teve um alto índice de aproveitamento, tanto por parte dos professores que participaram quanto por parte das alunas facilitadoras. Foi um trabalho muito enriquecedor no sentido de permitir as facilitadoras estabelecer um contato profissional, pois assumiram um papel inverso na academia. Por um momento, pode-se dizer que, estiveram no papel de docentes. Outro resultado positivo do trabalho foi a possibilidade dos próprios professores se relacionarem de maneira menos formal, trocando informações, pessoais e profissionais que contribuíram para um melhor amadurecimento das relações, atingindo assim o objetivo da proposta. Essa experiência enriqueceu os resultados do projeto e para o segundo semestre de 2011 já temos duas propostas agendadas para o Integr(AÇÃO). Uma acontecerá no campus da UFF de Volta Redonda, com o acolhimento a primeira turma de Psicologia deste campus e a outra será novamente na semana da Agenda Acadêmica, com novo grupo de professores.

Palavras Chaves: Integração, Relações Interpessoais, Dinâmica de Grupo
Outro. – trabalho de graduação, projeto de extensão e estágio curricular

ORG

PESQUISA EM PSICANÁLISE NA UNIVERSIDADE: UMA APOSTA DE SABER PELA VIA DO INCONSCIENTE. *Roseane Freitas Nicolau Alcione Alves Hummel Monteiro***, *Ana Ilke Meireles Oliveira*, *Aurea Rita Miranda Martins*, *Daniela Arêde Coêlho*, *Daniele Carvalho Ramos***, *Felipe Barata Amaral**, *Ingrid Porto de Figueiredo Ventura***, *Jamile Luz Moraes*, *Luana Nogueira de Farias Moura**, *Patrícia do Socorro Nunes Pereira***, *Roseane Torres de Madeiro***, *Sandra Helena Gomes*, *Susette Matos da Silva*** e *Vanusa Balieiro Rêgo*** (Programa de Pós Graduação de Psicologia da Universidade Federal do Pará, Belém-PA).

Este trabalho tem por finalidade apresentar a pesquisa desenvolvida na Clínica-Escola de Psicologia da Universidade Federal do Pará e no Hospital Universitário Betina Ferro de Souza. Intitulada “A psicanálise, o sujeito e a instituição: um diálogo com os profissionais de saúde sobre os processos sintomáticos do corpo”, esta pesquisa trata da inserção da psicanálise na instituição de saúde e do lugar do psicanalista na equipe multiprofissional. Apresentar-se-á os parâmetros que norteiam o método teórico-clínico psicanalítico, que fundamenta esta pesquisa, cujos objetivos centram-se na investigação do lugar do sujeito e de seu corpo nos serviços de saúde, na tensão existente entre os discursos médico e o discurso psicanalítico, visando repensar as possibilidades de atuação transdisciplinar em relação às enfermidades que afetam o usuário desses serviços. Partindo da concepção de que o saber médico visa erradicar o sintoma, por outro lado a psicanálise coloca o sujeito a falar deste sintoma, pergunta-se: como possibilitar uma atuação multidisciplinar neste contexto? O método psicanalítico visa à construção de um saber sobre o particular, a partir do diálogo constante entre a teoria e a prática clínica, onde a investigação coloca-se como o próprio tratamento. Esta forma de investigação fundamenta-se no princípio segundo o qual o seu objeto é o inconsciente estruturado como linguagem e que aparece no campo da fala do sujeito, subsidiada pela transferência e pela escuta analítica pautada em uma ética que aponta para a singularidade. No que tange as etapas desta pesquisa, elas são distintas e se interpenetram, como pesquisa bibliográfica, estudo teórico, escuta de pacientes em atendimento, entrevistas com profissionais de saúde do Hospital Betina e discussão de casos com a equipe. Assim, paralelamente à pesquisa teórica, utilizamos o material oriundo da escuta dos pacientes em atendimento na Clínica de Psicologia da UFPA (Universidade Federal do Pará), que a procuram pela demanda orgânica. O método clínico baseia-se na interpretação, na busca de sentido que escapa à ordem objetiva. Ele se efetiva no âmbito da relação, onde o outro é convocado, pressupondo uma intersubjetividade para a apreensão do objeto. O procedimento privilegia, assim, a fala dos pacientes e a escuta do terapeuta, bem como a fala dos profissionais. Esta escuta produz um material importante para que se possa pensar novas formas de trabalhar em equipe, visando acolher o sofrimento dos pacientes. Portanto, os atendimentos constituem-se como fonte de dados que sustenta a pesquisa e estimula os estudos teóricos no sentido de apreender a lógica implicada com os sintomas. Sendo assim os atendimentos que estão sendo efetuados na clínica darão subsídios para a verificação sobre o que os profissionais de saúde pensam acerca do atendimento psicológico.

Apoio financeiro: Não há. Pesquisa registrada ao diretório de grupo do CNPQ.

Palavras-chave: Pesquisa, Psicanálise, Universidade.

Nível do Trabalho: P.

Psicanálise.

O GOZO, A LEI PATERNA E O ATO INFRACIONAL: COMO SE ENLAÇAM?
*Roseane Torres de Madeiro** e Roseane Freitas Nicolau* (Programa de Pós Graduação de Psicologia da Universidade Federal do Pará, Belém-PA).

O presente trabalho é fruto de uma pesquisa que está sendo desenvolvida no Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Pará, surgindo tanto da prática em uma instituição pública de internação provisória junto a adolescentes em conflito com a lei quanto de reflexões advindas do Grupo de Pesquisa “A Psicanálise, o Sujeito e a Instituição: um diálogo com os profissionais de saúde sobre os processos sintomáticos no corpo”, vinculada à Clínica-Escola de Psicologia. A referida pesquisa tem como objetivo investigar, partindo do método psicanalítico, o ato infracional, considerando a noção de gozo. Nessa perspectiva, pode o ato infracional ser compreendido como um apelo à lei paterna? À luz da lei jurídica, o ato infracional é a conduta descrita como crime ou contravenção penal. Para a Psicanálise a concepção de gozo está ligada essencialmente aos conceitos de repetição, pulsão de morte e masoquismo, implicando em uma satisfação da pulsão que ameaça a integridade do sujeito, caracterizada por uma relação paradoxal entre o prazer e a dor. O conceito de gozo em Psicanálise tem uma estreita relação com a noção de lei e, portanto de significante. Mas de que lei fala a Psicanálise? A lei é primeiramente concebida no enquadramento do mito de Édipo e de Totem e Tabu - ela é a lei da interdição do incesto que proíbe e ordena o campo do gozo, pois, quando se interdita, paradoxalmente, também se permite uma transgressão. Na medida em que esta pesquisa propõe escutar sujeitos adolescentes, sustentando-se no princípio que o método psicanalítico coincide com o próprio tratamento, evidencia-se que esta se faz de fundamental relevância. É possível dar voz a um sujeito que insiste em se manifestar, mas não encontra um caminho, um norteador simbólico que possa guiá-lo em direção a seu desejo. A escuta psicanalítica visa o reconhecimento desse sujeito que, geralmente marginalizado pela sociedade, acaba por não encontrar uma via que possibilite a reorganização de sua economia pulsional. No que se refere ao método utilizado, privilegia-se o texto singular do sujeito, produto da experiência, e que se fundamenta no diálogo constante entre teoria e escuta clínica. A análise do material oriundo dessa escuta possibilitará não somente confirmar ou refutar a questão levantada sobre o ato infracional entendido como um apelo a lei paterna, como também oportunizará uma outra forma de conceber o ato destes sujeitos adolescentes contribuindo assim para a prática dos profissionais de psicologia nestas instituições públicas.

Apoio financeiro: Não há.

Palavras-chave: Gozo, Lei, Ato infracional.

Nível do Trabalho – M.

Psicanálise.

AVALIAÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO DE CORES DE MACACOS-PREGO (CEBUS CF. APELLA) POR MEIO DE PROCEDIMENTO COMPUTADORIZADO. *Paulo Roney Kilpp Goulart, Olavo de Faria Galvão, Daniela Maria Oliveira Bonci e Dora Fix Ventura* (Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém, PA; Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP)

A visão de cores dos primatas platirrinos caracteriza-se por polimorfismo ligado ao sexo: algumas fêmeas são tricromatas e os machos e demais fêmeas são dicromatas. O objetivo do presente trabalho foi treinar macacos-prego (*Cebus cf. apella*) a responderem consistentemente à diferença cromática em um arranjo de estímulos pseudoisocromático para fins de avaliação da discriminação de cores desses animais por meio de um teste computadorizado. Participaram do estudo 10 animais (oito machos e duas fêmeas), com história prévia em tarefas computadorizadas de discriminação com estímulos pretos e brancos. Todos os animais tiveram seu DNA analisado e foram classificados da seguinte maneira: seis machos e uma fêmea dicromatas deuteranopes, um macho protanope “clássico”, um macho protanope com fotopigmento ML e uma fêmea tricromata. O arranjo de estímulos, baseado no *Cambridge Colour Test*, consistia de um mosaico de círculos que variavam em tamanho e luminância (entre 7 cd/m² e 15 cd/m²), apresentados sobre um fundo preto. Um subconjunto de círculos definido por um matiz diferente dos demais constituía um alvo na forma aproximada de um quadrado, que podia ser apresentado em qualquer uma de nove posições na tela de um monitor sensível ao toque. A diferença entre alvo e fundo variava dinamicamente e adaptativamente, seguindo um método psicofísico de escada. Para qualquer fenótipo dicromata previsto para a espécie, no início do treino o fundo era definido no ponto neutro do diagrama CIE 1976 ($u^*=0,1977$; $v^*=0,4689$) e o alvo em matizes, fora das linhas de confusão. Os estímulos eram apresentados com contraste máximo e permaneciam na tela até que o sujeito efetuasse um toque. Toques sobre o alvo tinham como consequência a liberação de uma pelota de ração e o início de um intervalo entre tentativas (IET); toques incorretos produziam apenas o IET. Um dos animais efetuou toques na região aproximada do alvo desde a primeira exposição e teve sua topografia de respostas refinada ao longo do experimento. Os demais foram submetidos ao condicionamento por aproximações sucessivas da resposta de toque no alvo. Quando um animal estava consistentemente efetuando toques sobre o alvo, a distância mínima de variação entre o alvo e o fundo e o IET eram reduzidos até valores adequados às suas particularidades e ele era submetido a testes para a determinação de elipses de discriminação de cor para três pontos de cromaticidade do diagrama CIE 1976 u^*v^* . Os limiares de discriminação de cores da fêmea tricromata, dos animais deuteranopes e do animal protanope clássico apresentaram padrões de distribuição consistentes com os esperados para seus fenótipos. O animal protanope “ML” apresentou um padrão de distribuição dos limiares intermediário entre o deuteranope e o protanope clássico. O presente trabalho demonstrou a eficácia de um protocolo de treino e teste que garante pré-requisitos comportamentais para que macacos-prego sejam submetidos a avaliação confiável da discriminação de cores por meio de arranjos pseudoisocromáticos.

Apoio financeiro: CAPES, CNPq, FAPESP.

Palavras-chave: visão de cores, *Cambridge Colour Test*, *Cebus apella*.

Nível do trabalho: PD

PERC

COMPARAÇÃO DE DOIS PROCEDIMENTOS COMPUTADORIZADOS PARA AVALIAÇÃO DE DISCRIMINAÇÃO DE CORES EM *CEBUS* CF. *APELLA*. *Sheila Tetsume Makiana***, Paulo Roney Kilpp Goulart e Olavo de Faria Galvão (Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém, PA)

A visão de cores consiste na discriminação de partes do ambiente com base em sua composição espectral. Estudos genéticos sugerem que a maioria dos primatas platirrinos apresenta condição dicromata polimórfica e ligada ao sexo. O objetivo geral deste estudo foi comparar os resultados produzidos por equipamentos e softwares distintos para avaliação a nível comportamental da tri/dicromacia de duas fêmeas adultas e de um macho adulto da espécie *Cebus* cf. *apella*, todos experientes em tarefas de discriminação simples em monitores sensíveis ao toque. Foram programados três experimentos. Nos Experimentos 1 e 2, foi utilizada uma versão adaptada do Cambridge Color Test. A geração e controle dos estímulos foram feitos pelo Sistema ViSaGe (*Cambridge Research Systems*). O monitor CRT foi calibrado por um fotômetro ColorCAL através do programa LightScan (*Cambridge Research Systems*). A diferença de cromaticidade entre alvo e fundo diminuía ou aumentava a cada tentativa, dependendo do desempenho do sujeito. O critério para encerramento das sessões foi a ocorrência de 11 reversões (erro seguido de acerto e acerto seguido de erro) em cada eixo. Os limiares de discriminação de cores foram calculados automaticamente a partir da média das distâncias alvo-fundo das sete últimas reversões. No Experimento 1, foram utilizadas as coordenadas $u'v'$ correspondentes para o eixo "protan" ($u'=0.678$; $v'=0.501$), "deutan" ($u'=-1.271$; $v'=0.782$) e "tritan" ($u'=0.2573$; $v'=0.0$) no Diagrama de Cromaticidade CIE 1976. Neste experimento, foi possível verificar a condição tricromata de um sujeito fêmea e a condição dicromata dos sujeitos restantes. No Experimento 2, foram utilizados os estímulos "VD1" ($u'=0.135$; $v'=0.545$), "VD2" ($u'=0.136$; $v'=0.504$), "VM1" ($u'=0.377$; $v'=0.517$), "VM2" ($u'=0.362$; $v'=0.482$), "VM3" ($u'=0.281$; $v'=0.526$) e "VM4" ($u'=0.311$; $v'=0.486$). Neste experimento confirmaram-se os resultados obtidos no Experimento 1. No Experimento 3, foi utilizado um software denominado PCR (Programa de Contingências de Reforço), que permitiu a apresentação de 25 quadrados, com área de 20 cm² cada, distribuídos uniformemente na tela do monitor. Foram utilizados os estímulos VD1, VM1 e VM3 com as mesmas coordenadas $u'v'$ do Experimento 2. Foram executadas duas sessões de teste: a primeira com os pontos VD1 (alvo) e VM1 (fundo) e a segunda com os pontos VD1 (alvo) e VM3 (fundo). Estes estímulos foram elaborados por meio do software Gimp versão 2.6, apresentados em um monitor LCD calibrado com o fotômetro ColorCAL. Os dados obtidos neste experimento corroboraram os resultados do Experimento 2. Concluiu-se com este estudo que condições favoráveis para a avaliação de visão de cores em primatas platirrinos foram obtidas usando-se equipamento e *software* compatíveis com sistemas de computador padrão. Sugere-se a produção de novos dados com maior número de sujeitos e envolvendo novos arranjos de estímulos para testar se o procedimento e o equipamento usados podem constituir condições favoráveis para avaliar outras espécies platirrininas, cujos dados comportamentais ainda são escassos.

Apoio financeiro: CNPq.

Palavras-chave: visão de cores, *Cambridge Colour Test*, *Cebus apella*.

Nível do trabalho: M

PERC

DIFERENÇA ENTRE GÊNEROS NA PERCEPÇÃO DE TAMANHO EM FUNÇÃO DA DISTÂNCIA ENTRE OS OBJETOS. *Leonardo Gomes Bernardino***, *Bruno Marinho de Sousa*** e *Sérgio Sheiji Fukusima* (Departamento de Psicologia, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP).

Diferenças no padrão de assimetria cerebral funcional (ou lateralidade) são apontadas em diversas tarefas. O hemisfério direito é mais especializado que o esquerdo para tarefas de origem espacial. Um efeito particular do hemisfério direito ocorre em tarefas de comparação de tamanhos. Objetos apresentados no hemicampo esquerdo, os quais são processados pelo hemisfério direito, são superestimados em relação àqueles apresentados contralateralmente. Este efeito pode ser alterado em função da excentricidade, ou seja, a distância entre os estímulos. Além disso, estudos apontam diferenças entre homens e mulheres para tarefas de percepção espacial. Nosso objetivo foi investigar se a lateralidade é influenciada pela distância entre os estímulos em relação ao centro da tela (excentricidade) e também se há diferença no padrão de lateralidade entre homens e mulheres. Vinte estudantes universitários (10 mulheres) compararam o tamanho de dois círculos pretos apresentados por 100ms em diferentes excentricidades (2,5°, 5° e 7,5°) sob um fundo cinza. Um círculo era o estímulo padrão de tamanho constante (3°) e o outro era o estímulo teste, com 7 tamanhos diferentes (de 2,7° a 3,3°), com variação de 0,1 no diâmetro. Cada par de círculos foi apresentado 30 vezes pelo método dos estímulos constantes associado à escolha forçada de duas alternativas. Desse modo, o estímulo padrão e o estímulo teste foram apresentados equitativamente à direita e à esquerda. Foram obtidos os pontos de igualdade subjetiva (PIS) e os coeficientes angulares que foram submetidos à ANOVAs de medidas repetidas e teste t. Os resultados indicaram que a média (M) do PIS do hemicampo direito com excentricidade 2,5° [M=118,831 px, Desvio-Padrão (DP)=0,659] é significativamente menor (p=0,018) que 5° (M=120,276 px, DP=0,603), e também menor (p=0,007) que 7,5° (M=121,239 px, DP=0,816). Para as mulheres a 2,5° a média do hemicampo direito (M=117,864 px, DP=2,125) foi significativamente [t(9)=3,407, p=0,008] menor que a do esquerdo (M=121,520 px, DP=1,419). Para os coeficientes angulares, as análises apontaram efeito significativo para Gênero [F(1,18)=5,879, p=0,026]. O pós-teste de Bonferroni indicou que a média dos homens é significativamente (p=0,026) menor (M=0,151, DP=0,019) que das mulheres (M=0,217, DP=0,019). As análises das mulheres indicaram diferença significativa entre Excentricidades [F(2,18)=5,982, p=0,010]. O pós-teste de Bonferroni indicou que a média de 2,5° (M=0,244, DP=0,028) é significativamente maior (p=0,011) que a de 7,5° (M=0,165, DP=0,019). Nossos resultados indicam que comparações realizadas a 2,5 são críticas, dado que nesta excentricidade observou-se que: 1) os círculos foram superestimados no hemicampo direito; 2) efeito da lateralidade apenas nas mulheres, embora contrário ao apontado na literatura; 3) as mulheres são mais sensíveis para discriminar tamanhos. Para melhor estudar este fenômeno, trabalhos futuros devem conter em sua amostra apenas um dos gêneros ou analisá-los separadamente, em especial para apresentações de estímulos com excentricidades menores que 5°.

Apoio Financeiro: CAPES

Palavras-chave: assimetria hemisférica, lateralidade, percepção de tamanho

D

PERC

A UMBANDA “À FLOR DA PELE”. *Júlia Ritez Martins***, *Raquel Redondo Rotta*** e *José Francisco Miguel Henriques Bairrão* (Laboratório de Etnopsicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto-SP).

A vivência do sagrado na umbanda é essencialmente corpórea: um conjunto de sinestésias, sons, cores, sabores e movimentos, um batuque e um arrepiar de pêlos. As entidades são reconhecidas e se manifestam através de diferentes posturas e movimentos corporais, e mesmo os participantes mais tímidos ao toque do tambor seguem seu ritmo ainda que seja com acanhadas batidas de pés. Portanto, o que sente com o corpo, nesse contexto, é revelador de sentidos e para entendê-los melhor é preciso considerar o que se sente na pele. Ao ser convidada a se iniciar na religião estudada, durante uma pesquisa de mestrado sobre uma das linhas de entidades espirituais na umbanda, a pesquisadora se viu diante de uma decisão que levou a uma profunda reflexão sobre a sua posição em campo e suas consequências. A partir de perspectivas que compreendem a inserção do pesquisador em campo para além da neutralidade, utilizaram-se noções tais como campo-tema, ser afetado e escuta participante para refletir sobre o lugar do pesquisador. Com base em apresentação de relatos obtidos durante uma coleta de dados, discute-se a possibilidade de flexibilizar o lugar do pesquisador, permitindo que ele possa ocupar diferentes posições em campo de modo a enriquecer seu trabalho através da apreensão de aspectos sutis que a racionalidade não capta, tais como sensações, sentimentos e informações não verbais. Desta forma, atenta aos significantes postos em evidência por esta categoria espiritual, a pesquisadora mapeou as suas repetições e entrelaçamentos. O que foi dito e registrado foi devolvido às comunidades umbandistas, que puderam ressignificar o conteúdo apreendido, em um caminho de ida e volta, na busca de uma auto-revelação do implícito no sistema e práticas religiosas relativas à linha das entidades estudadas. Sem pretensões de se manter uma impossível “neutralidade científica”, ela considerou em seu estudo o que este despertou nela e de que maneira foi transformada. Além disso, perceber o lugar em que ela foi posicionada pelos colaboradores, e como isto foi sentido por ela, o que a psicanálise chamaria de transferência e contratransferência, configurou-se parte dos dados. No conjunto de sentidos assim levantados, destacaram-se os que se repetiram, a partir de uma atenção flutuante, e as sutilezas percebidas subjetivamente foram contrastadas com os dizeres e sentidos captados em campo, de modo a evidenciar-se uma auto-revelação das principais teses implícitas no sistema e práticas religiosas. Assim, para além da etnografia, entendida em sua definição clássica, que se limita à descrição do visível, das imagens como aparecem, mostraram-se úteis os recursos etnopsicanalíticos, tais como a escuta participante e uma atenção especial às questões transferenciais, de modo a ampliar as possibilidades de apreensão de sentidos e elucidar possíveis ambiguidades.

FAPESP/CAPES

Palavras-chave: umbanda, escuta participante, etnopsicologia.

Mestrado-M

REL

ENCANTARIA NA UMBANDA. *Júlia Ritez Martins*** e *José Francisco Miguel Henriques Bairrão* (Laboratório de Etnopsicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto-SP).

A religião umbandista expressa etnoteorias psicológicas brasileiras, além de estar em um processo de constante mutação e reelaboração. O uso do termo encantado e das suas variantes é muito comum nos cultos afro-brasileiros e, ultimamente, tem se disseminado em alguns terreiros de umbanda o culto aos encantados, uma classe originalmente atinente a cultos do Norte e Nordeste. A literatura científica a seu respeito se restringe a estudos antropológicos ou sociológicos em que esses seres são descritos como possuindo diferentes formas, isto é, podem ser espíritos e ter corpos, não ter nascido ou nunca ter morrido. Essa classe de espíritos se classifica em famílias, podendo se reportar a cenários naturais, reminiscências históricas e referências literárias. Além disso, aparecem sempre envoltos em mistério e indeterminação. O surgimento da categoria de encantado em outras religiões e lugares, bem como hipóteses sobre este fato, ainda não foram estudados do ponto de vista psicológico. Esta pesquisa objetivou contribuir para sanar esta lacuna, mediante a investigação, numa perspectiva etnopsicológica, do sentido dessa introdução. Para esse efeito, foi realizado um estudo de caso no Templo de Umbanda Caboclo Flecha de Ouro, utilizando uma combinação do método etnográfico com a psicanálise (participação observante e escuta participante). Para a coleta de dados, foram consideradas as suas histórias e as narrativas a seu respeito, colhidas por meio de entrevistas semi-estruturadas com médiuns e entidades durante os cultos. Foram utilizadas também notas em diário de campo sobre as características do espaço físico, da dinâmica ritual e dos médiuns, bem como as formas e ocasiões em que esses guias eram incorporados. A análise dos dados foi realizada considerando as características da noção de encantamento que se repetiram e contrastando-as com os resultados do levantamento bibliográfico. A elaboração da encantaria nesse terreiro teve a participação de uma médium que havia tido contato com os invisíveis da Mina num terreiro que frequentara anteriormente. Porém, a presença deles é narrada como anterior a esse reconhecimento por parte dessa médium e atende a um propósito específico neste contexto umbandista. Os encantados surgem para desarranjar categorias saturadas de significado, cristalizadas, ou nas palavras da encantada guia do terreiro, para “*bagunçar*”. Do ponto de vista etnopsicológico, essas entidades sublinham o desconhecido e ressaltam a plasticidade da vivência religiosa. Dessa maneira, resguarda-se a “*fluidez*” da umbanda, enfatiza-se o aspecto misterioso do contato com o sagrado e a abertura para o desconhecido e inusitado. Os encantados preservam a possibilidade da umbanda expressar nuances e sutilezas de vivências individuais e psicossociais, que a impessoalidade da sistematização doutrinária tenderia a impedir.

FAPESP/CAPES

Palavras-chave: umbanda, etnopsicologia, encantaria.

Mestrado-M

RELIG

INTENCIÓN DE CONSUMO EXCESIVO EPISÓDICO DE ALCOHOL (CEEA) EN ESTUDIANTES DE NIVEL SECUNDARIO DE LA CIUDAD DE MAR DEL PLATA. Raquel Peltzer** (Facultad de Psicología, Universidad Nacional de Mar del Plata, Mar del Plata, Arg.), Romina Antonela Brandariz** (Facultad de Psicología, Universidad Nacional de Mar del Plata, Mar del Plata, Arg.), María Ayelén Biscarra* (Facultad de Psicología, Universidad Nacional de Mar del Plata, Mar del Plata, Arg.) y Mariana Cremonese** (Facultad de Psicología, Universidad Nacional de Mar del Plata, Mar del Plata, Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas, Centro Interdisciplinario de Investigaciones en Psicología Matemática y Experimental, Buenos Aires, Arg.)

El consumo excesivo episódico (CEEA) o *binge drinking* es un problema de salud pública que afecta principalmente a los más jóvenes. Este patrón de consumo es considerado altamente perjudicial, en la medida que aumenta el riesgo de consecuencias adversas para el individuo y para terceros. Recientemente se ha propuesto el estudio de los determinante cognitivo motivacionales de este patrón de consumo en jóvenes desde la Teoría del Comportamiento Planificado (TCP) con el fin de obtener información que permita el diseño y evaluación de programas de prevención. Este trabajo tiene como objetivo estudiar la relación entre la intención de CEEA, la actitud, la norma subjetiva y la percepción de control conductual en estudiantes secundarios diferenciándolos por género. Material y Métodos: Se trata de una muestra intencional de estudiantes (185) de escuelas secundarias privadas de la ciudad de Mar del Plata (Argentina) de 12-18 años (media: 14,27 años DS 1,8 años). El 54% son mujeres. Se utilizó un cuestionario autoadministrado que recolecta información sobre: patrones de consumo, intención, actitud, norma subjetiva, percepción de control conductual, edad y sexo. Se realizó análisis de regresión jerárquica para varones y mujeres por separado, considerando la intención como variable dependiente. Las variables predictoras se introdujeron en dos etapas: 1. edad; y 2. actitud, norma subjetiva y control conductual. Resultados: un 87,7% (158) han tomado alcohol, de estos un 31,4% han tenido CEEA en el mes pasado. En los varones el modelo que considera únicamente la edad como variable predictoras explica un 22% de la intención de consumo CEEA ($R^2=0,226$; $F=17,07$; $P < .001$); en las mujeres un 28% ($R^2=0,287$; $F=34,43$; $P < .001$). La inclusión de las variables de la TCP muestra un incremento de la varianza explicada ($R^2=0,632$; $\Delta R^2=0,419$; $F=24,650$; $P < .001$ en varones; $R^2=0,688$; $\Delta R^2=0,407$ $F=46,72$; $P < .001$ en mujeres). En ambos grupos la actitud contribuye significativamente en la predicción de la intención de CEEA ($\beta=0,553$ $P < .001$ en varones; $\beta=0,534$ $P < .001$ en mujeres). La norma subjetiva resultó una variable predictoras de la intención de CEEA únicamente en mujeres ($\beta=0,407$ $P < .001$). Conclusiones: el papel que juegan las actitudes en la intención del comportamiento señala la importancia que tienen las creencias y evaluaciones en la disposición para llevar a cabo el comportamiento. En el caso de las mujeres se agrega a la actitud, la norma subjetiva. Esta diferencia podría relacionarse con una mayor dependencia en relación a los otros significativos que presentan las mujeres a diferencia de los varones, lo que condiciona la intención y la realización efectiva del comportamiento. En las mujeres el consumo de alcohol podría utilizarse como un favorecedor de la socialización, buscando con esta conducta una mayor aceptación de su entorno. Si bien estos resultados, al tratarse de un estudio piloto, presentan algunas limitaciones permiten aproximarse a la importancia de estudiar los factores cognitivos motivacionales relacionados con el CEEA en adolescentes de acuerdo al género, aportando información que permita el diseño de investigaciones futuras que profundicen en esta temática.

Palabras Claves: Consumo Excesivo Episódico de Alcohol (CEEA)- Teoría del Comportamiento Planificado- Estudiantes Secundarios.
Nivel del Trabajo: Pesquisador – P

Código: SAÚDE

QUALIDADE DE VIDA EM CRIANÇAS NASCIDAS PRÉ-TERMO NA FASE PRÉ-ESCOLAR. *Martina Estevam Brom Vieira*** (Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto-SP; Curso de Fisioterapia, Universidade Estadual de Goiás, Goiânia-GO), *Cibelle Kayenne Martins Roberto Formiga* (Curso de Fisioterapia, Universidade Estadual de Goiás, Goiânia-GO) e *Maria Beatriz Martins Linhares* (Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto-SP).

Qualidade de vida representa bem-estar, felicidade e satisfação em diversos aspectos como saúde física, saúde psicológica, nível de independência e relações sociais. Avaliar esses aspectos em crianças nascidas pré-termo é relevante considerando que as condições de nascimento constituem-se em risco para problemas de desenvolvimento. O presente estudo prospectivo-longitudinal teve por objetivos: (a) comparar a qualidade de vida de crianças nascidas pré-termo com a de uma coorte de crianças saudáveis brasileiras (estudo de validação brasileira). (b) examinar modelos de predição da qualidade de vida das crianças pré-termo (fase pré-escolar), considerando indicadores clínicos, neurocomportamentais e psicossociais (período neonatal), o desenvolvimento psicomotor (primeiro ano e fase pré-escolar) e história de saúde (fase pré-escolar). Participaram 24 crianças nascidas pré-termo (idade gestacional média de 33 semanas), que foram avaliadas na fase neonatal, no primeiro ano de vida e aos cinco anos de idade. Na fase neonatal, foram identificados os indicadores clínicos, psicossociais e do neurocomportamento (NAPI-Neurobehavior Assessment of Preterm Infants). No primeiro ano, foi avaliado o desenvolvimento psicomotor pelo Teste Denver II, TIMP-Teste of Infant Motor Performance e AIMS-Alberta Infant Motor Scale. Aos cinco anos, a qualidade de vida foi avaliada pela Child Health Questionnaire-50 Parent Form (CHQ-PF50), foi reaplicado o Denver II e analisada a história de saúde atual. Para a comparação entre grupos foi utilizado o teste *t* e para a análise de predição foi utilizada a Análise de Regressão Linear Múltipla. O nível de significância adotado foi $p < 0,05$. Com relação à comparação, verificou-se que as crianças da amostra obtiveram um Escore Físico CHQ de 54 e um Escore Psicossocial CHQ de 50, sendo que este escore mostrou-se significativamente menor do que o escore da amostra de crianças saudáveis. Com relação à predição, o Escore Físico CHQ foi explicado em 73% por Alerta e Orientação do NAPI ($\beta = 0,38$) na fase neonatal associado à presença na fase pré-escolar de doença respiratória ($\beta = -0,62$) e de acidentes graves ($\beta = -0,23$). O Escore Psicossocial CHQ foi explicado em 35% pelo Percentual Adormecido do NAPI ($\beta = 0,44$) na fase neonatal e pela área pessoal-social do Denver II ($\beta = -0,47$) avaliada na fase pré-escolar. Os achados do estudo sugerem que as crianças nascidas pré-termo apresentaram problemas de qualidade de vida na fase pré-escolar, especialmente na esfera psicossocial. Além disso, a qualidade de vida na esfera física foi associada a indicador neurocomportamental neonatal combinado com história de saúde atual, enquanto na esfera psicossocial foi também associada a indicador neurocomportamental e o desempenho pessoal-social no desenvolvimento da fase pré-escolar. Nos programas de follow-up de prematuros recomenda-se a inclusão da análise da qualidade de vida e a observação desses indicadores iniciais do desenvolvimento e saúde identificados que podem comprometer o desenvolvimento futuro das crianças nascidas pré-termo.

Apoio: CNPq

Palavras-chave: qualidade de vida; pré-termo; pré-escolar.

Nível: M

SAÚDE

ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO A CRISES DE DOR EM CRIANÇAS COM ANEMIA FALCIFORME. *Felipe Douglas Pereira França** (Aluno do Curso de Psicologia, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá-MT) e *Tatiane Lebre Dias* (Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá-MT).

A doença falciforme, mais conhecida como anemia falciforme (AF), é uma doença genética comum na população brasileira, que requer, além do diagnóstico precoce, o preparo do indivíduo acometido e de sua família para lidarem com a enfermidade. Seu quadro clínico é marcado pela presença de crises dolorosas, palidez, cansaço fácil, icterícia, ulcera nas pernas e maior tendência a infecções. As crises de dor se caracterizam como sintoma clínico mais frequente na doença, constituindo o fator que ocasiona situações de stress ao sujeito. Com base nesses aspectos o trabalho investigou as estratégias de enfrentamento a dor em crianças com doença falciforme atendidas em uma unidade de saúde pública de Cuiabá/MT. Participaram cinco crianças com idade entre 7 a 11 anos (três meninos e duas meninas). O instrumento utilizado para coletar os dados foi o Instrumento de Avaliação do Enfrentamento a Hospitalização (AEH), desenvolvido por Motta em 2007 e adaptado para o contexto de crises de dor (AEH_{dor}). O é jogo composto por 20 telas ilustradas com desenhos coloridos que apresentam cenas que retratam possíveis comportamentos infantis relacionados a certas estratégias de enfrentamento da dor. Quanto aos comportamentos estes podem ser classificados em: comportamentos facilitadores (brincar, assistir TV, cantar, ouvir música, rezar, estudar, conversar, ler gibi, tomar remédio e buscar informações) e comportamentos não-facilitadores (chorar, raiva, triste, desanimar, medo, pensar em fugir, chantagem, esconder, culpa e milagre). As estratégias de enfrentamento podem ser classificadas em 13 categorias: *resolução do problema, busca por suporte, esquiva, distração, reestruturação cognitiva, ruminação, desamparo, afastamento social, regulação da emoção, busca por informação, negociação, oposição e delegação*. Dentre os comportamentos facilitadores, os mais apresentados pelas crianças foram: *tomar remédio* (pontos: 16), *assistir tv* (pontos: 11) e *rezar* (pontos: 10). Já entre os não-facilitadores, destacaram-se: *desanimar* (pontos: 10), *medo* (pontos: 10) e *chorar* (pontos: 8). Quanto à frequência do uso de estratégias de enfrentamento, as que mais foram utilizadas forma: *ruminação* (f=18), *distração* (f=15) e *busca por suporte* (f=14). Enquanto as duas meninas do estudo apresentaram com maior frequência a estratégia de *ruminação*, dois dos três meninos apresentaram mais frequentemente a estratégia de *busca por suporte*. Embora a situação de dor crônica seja estressante e cause mal-estar, as crianças manifestaram mais comportamentos facilitadores do que não-facilitadores. De modo geral, as estratégias mais frequentes foram: *ruminação, distração e busca por suporte*. No estudo, pôde-se perceber que as meninas usaram mais estratégias relacionadas a comportamentos não-facilitadores, enquanto os meninos utilizaram mais comportamentos facilitadores. Isto pode significar possivelmente maior dificuldade por parte das meninas em lidar com a dor quando comparada aos meninos. Uma limitação do estudo refere-se ao número de crianças participantes, sendo necessária a ampliação de modo a se conhecer melhor as estratégias de enfrentamento. Entretanto, estes resultados mostram a necessidade de pensar em estratégias de intervenção que possam ser desenvolvidas junto às crianças com AF para lidar com a dor e possibilitar uma melhor qualidade de vida.

Instituição de Fomento: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso – FAPEMAT

Palavras-chave: Estratégias de Enfrentamento, Anemia Falciforme, Dor.

Nível: Iniciação Científica – IC

Código: SAÚDE - Psicologia da Saúde

SERVIÇOS DE GENÉTICA E DE ACONSELHAMENTO GENÉTICO: A PSICOLOGIA DA SAÚDE CONHECENDO O BRASIL. *Renata Grossi, Patrícia Motta Cordeiro Gonçalves* (Departamento de Psicologia e Análise do Comportamento-Universidade Estadual de Londrina-Pr) e *Aderson Luiz Costa Junior* (Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento da Universidade de Brasília-DF).

A partir da portaria nº 81/2008, do Ministério da Saúde, cria-se uma urgência nacional à implantação de um maior número de Serviços de Aconselhamento Genético (SAG) para atender a demanda. O passo inicial do Aconselhamento Genético (AG) é incrementar medidas que possibilitem um sistema de atendimento pelo qual a maioria da população tenha acesso a serviços e a procedimentos que revelem a doença genética que possuem. Desta forma, podem, entender sua condição de saúde e as alternativas disponíveis para tratamento e prevenção, considerando a necessidade de uma equipe multidisciplinar. O trabalho que vem sendo realizado no Serviço de Aconselhamento Genético da Universidade Estadual de Londrina tem evidenciado pessoas e famílias em situação de sofrimento, ora por não saber qual a origem de sua enfermidade, ora por não saber onde buscar atendimento adequado, reflexo da dificuldade de acesso aos serviços. Nesse campo de atuação, tem se observado que ao se ter acesso a informações adequadas, aumentam-se os índices de adesão ao tratamento e os usuários adquirem maior autonomia diante de processos de decisão a serem tomadas. É necessário que as famílias recebam atendimento multidisciplinar adequado, para que tenham condições de entender e enfrentar a situação vivenciada. Hoje, a ciência reconhece o estado de saúde ou a doença como processos derivados de múltiplos fatores que permeiam o curso de vida e que a psicologia pode contribuir para elucidar algumas destas relações, como no caso de pessoas com alterações genéticas atendidas pelos SGs. O presente estudo tem como objetivo apresentar os resultados parciais de um levantamento sobre os Serviços de Genética oferecidos no Brasil, pré-requisito para estimar quantos dos Serviços de Genética oferecem, também, o Aconselhamento Genético. O levantamento foi realizado por meio de consulta aos sites das instituições de saúde brasileiras, disponíveis na internet, e contatos por e-mails. Até o presente momento, os resultados apontam a existência de 52 serviços de Genética (SG) e 12 Serviços de Aconselhamento Genético (SAG), no Brasil, totalizando 64 serviços. Pôde-se verificar que 91,6% dos SAGs concentram-se nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Somente um SAG foi localizado na região Nordeste e nenhum na região Norte. As instituições que oferecem estes serviços são: Hospitais públicos (81,2%), particulares (7,81%) e outras instituições (10,93%). Os principais motivos para a procura dos serviços de genética foram: abortos espontâneos repetidos; aconselhamento genético pré-matrimonial; aconselhamento genético pré-natal; erros inatos de metabolismo; hemoglobinopatias; deficiência (mental/intelectual; enfermidades degenerativas; esterilidade; idade materna avançada; indivíduos afetados por neoplasias e malformações). A partir dos dados coletados sobre esses serviços, pretende-se instrumentalizar os psicólogos e outros profissionais da saúde a fornecerem informações sobre o serviço prestado, além de outros serviços e em outras regiões, promovendo o acesso e a conscientização da existência dos mesmos e, em contrapartida, criando condições para que os SAGs sejam melhor e mais divulgados. Pretende-se, ao final da pesquisa, montar um banco de dados online, acessível a toda a comunidade.

Apoio –PROEX/UEL

Palavras-chaves: serviço de aconselhamento genético, psicologia da saúde, doença genética

Pós-doutorado PD

SAÚDE – Psicologia da Saúde

CARACTERIZAÇÃO DOS USUÁRIOS DO SERVIÇO DE ACONSELHAMENTO GENÉTICO-UEL: A PSICOLOGIA DA SAÚDE CONSTRUINDO SUA ATUAÇÃO. *Renata Grossi, Vania Galbes*, Vanessa Aparecida de Oliveira Perei*, Alex Eduardo Gallo (Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento- Universidade Estadual de Londrina-Pr) e Áderson Luiz Costa Junior (Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento da Universidade de Brasília-DF).*

A genética clínica é uma área que tem sido pouco explorada pela psicologia da saúde e que carece de intervenções psicossociais mais sistemáticas. Vem daí a preocupação por explicitar, como a Psicologia da Saúde pode contribuir para a atuação em saúde pública, em especial, nos Serviços de Aconselhamento Genético (SAGs). O estado de saúde ou de doença são processos derivados de múltiplos fatores que permeiam o curso de vida e que, neste sentido, o saber da psicologia pode contribuir para elucidar algumas relações funcionais, levando à obtenção de resultados mais satisfatórios. Sua relevância torna clara a necessidade de pesquisas que busquem maior consistência teórica e prática, para isso deve-se começar por conhecer as características de quem os procura. O SAG-Universidade Estadual de Londrina (UEL), recebe encaminhamento de casos para a realização do exame de cariótipo. Os dados foram coletados a partir da categorização das informações da Entrevista Inicial, realizada com os usuários encaminhados ao SAG-UEL. O presente trabalho tem como objetivo apresentar dados parciais sobre os usuários de 2009 e 2010 que assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido, num total de 82 casos. As variáveis são apresentadas sob dois aspectos: (a) características gerais: 87,6% dos encaminhamentos foram feitos pelo SUS, os médicos que mais encaminharam casos para o exame de cariótipo foram pediatras (32,9%) e neurologistas (18,3%); 56% dos usuários foram do sexo feminino; 36,6% dos usuários estavam na faixa-etária de zero a um ano e 20,7% na faixa de 2 a 5 anos; 62% não possuem casos na família; 70% dos cariótipos foram normais e o serviço atendeu 23 municípios do norte do Paraná; e (b) recursos e rede de apoio acessíveis: 73% dos usuários tiveram acesso a atendimento especializado; 48% tomavam algum tipo de medicamento e 74% dos usuários realizaram um ou mais exames; 57% possuíam uma rotina estruturada, com horário e atividades estabelecidas; para 23% dos usuários suas atividades de lazer eram passeios e 9% frequentavam igreja; 48% podiam contar com o apoio de seus familiares, 11% de outros e 59,% dos usuários moravam com pai e mãe. Pode-se concluir, que o encaminhamento feito pelo SUS é promissor quanto aos direitos dos usuários, mesmo diante da pouca divulgação e conscientização da comunidade e da estrutura do SAG-UEL. Quando os encaminhamentos são precoces, a atuação da psicologia pode melhorar o prognóstico do desenvolvimento da doença, fortalecendo o repertório de participação das famílias nos atendimentos recomendados. O conhecimento dos médicos facilita o trabalho de conscientização quanto ao SAG. A psicologia pode otimizar os condições que favorecem a aprendizagem de comportamentos de saúde e de melhoria da qualidade de vida dos usuários, de modo que além de utilizarem os recursos e os apoios já disponíveis, aprendam a utilizá-los da melhor forma. Ao final da pesquisa, pretende-se, além de conhecer o perfil dos usuários do SAG, atender às demandas específicas de cada paciente e demais envolvidos, promovendo estratégias de encaminhamento, prevenção, tratamento e, sobretudo, melhores condições de adaptação física, psicológica e social daqueles que o procuram.

Apoio-PROEX/UEL e Bolsa de Inclusão Social – Fundação Araucária-Pr

Palavras-chaves: serviço de aconselhamento genético; análise do comportamento; psicologia da saúde.

Pós-doutorado-PD

SAÚDE –Psicologia da Saúde

ESTRESSE OCUPACIONAL E ESTRESSORES EM CAMINHONEIROS NO PROGRAMA ESTRADA PARA A SAÚDE. *Arthur de Azevedo Braga**, *Orivando Ferreira Maciel**, *Cristiane Aparecida Nunes**, *Jurema Yara de Souza**, *Natália da Silva Pazzini**, *Renata Aparecida Lourenço Vidal **, *Rosa Maria Marinho Braut**, *Sandra Duarte Antão**, *Thamyris Andrade de Siqueira**, *Vânia Rodrigues Thaumaturgo** (Curso de Psicologia, Universidade Estácio de Sá, Resende, RJ) e *Célia Regina de Oliveira* (Universidade Estácio de Sá; GEPAPIC – Grupo de Estudos, Pesquisa e Assistência Psicossocial ao Idoso e ao seu Cuidador, Resende/RJ) _

O estudo se fundamenta na perspectiva de Cooper que, ao analisar o estresse no âmbito ocupacional, propõe a integração dos aspectos psicológicos, sociais e fisiológicos que afetam o indivíduo em seu contexto laboral. O estresse ocupacional resulta da avaliação subjetiva das complexas relações entre condições de trabalho, variáveis de personalidade e eventos externos, acompanhada da percepção de incapacidade para lidar com as fontes de estresse. Evidências na literatura relatam as precárias condições de trabalho dos caminhoneiros que vivenciam jornadas de trabalho com carga horária excessiva, prazos de entrega apertados, longos períodos distantes da família, exposição constante a riscos e violência nas estradas, dentre outras. Este estudo descritivo, do tipo *survey*, de corte transversal e análise natureza quantitativa e qualitativa investigou o nível de estresse percebido pelos motoristas profissionais de transportes de carga em trânsito na Via Dutra, Região Sul-Fluminense/RJ. O instrumento, baseado no *Occupational Stress Indicator* (OSI), foi aplicado individualmente em 171 caminhoneiros do sexo masculino (100%), oriundos da região Sudeste (São Paulo: 40,9%; Rio de Janeiro: 15,2%; Minas Gerais: 10,5%), com idade entre 30 a 49 anos (72%), em sua maioria casados (77,8%). Com referência ao grau de escolaridade, 32,2% concluiu o ensino médio e, 25,7%, o ensino fundamental. No grupo predomina renda média mensal de 1 a 5 salários mínimos (48%), seguida de remuneração entre 5 e 10 salários mínimos (40,9%). A maioria tem filhos (91,2%) e familiares caminhoneiros (55%). Trafegam pela via Dutra, conduzindo veículos de 3 (22,8%), 5 (33,3%) e 6 eixos (19,3%), de propriedade de empresas (71,9%). Dentre estes, 30,4% exercem a profissão há mais de 20 anos, 22,2% têm entre 16 e 20 anos de experiência e, 21,1%, entre 5 e 10 anos. Níveis de estresse baixo e moderado foram constatados 67,8% e 32,2% dos participantes, respectivamente. Os sintomas de estresse com pontuação mais alta foram ansiedade, dores musculares, cansaço e nervosismo acentuado. A análise das médias das respostas revelou que o nível de tensão gerada pelos estressores laborais é percebido como baixo para 41,5%, moderado para 57,3% e elevado para 1,2% dos caminhoneiros. Presenciar eventos de forte impacto emocional (assalto, acidente ou morte), incompatibilidade entre volume de trabalho e pagamento, bem como a percepção de que o trabalho pode afetar significativamente a vida e o bem-estar de outros foram considerados os estressores de maior intensidade. Conflitos internos e questões de natureza familiar/social se configuraram como estressores de baixa (51,5%), moderada (43,8%) e forte (4,7%) intensidade. Para 59,1% dos participantes sua capacidade funcional não é afetada pelos agentes estressores, enquanto 39,2% consideraram moderada tal interferência. Dificuldades de memória, desmotivação e vontade de mudar a atividade profissional são apontadas como indicadores de maior interferência. Embora praticar atividades físicas planejadas/orientadas, possibilidade de atrasar os cronogramas de trabalho e planejamento de atividades sejam condutas de pouca possibilidade de exercício, 88,3% dos caminhoneiros denotaram estratégias eficientes de autogerenciamento do estresse. Os resultados revelaram que o nível de estresse ainda é de baixa intensidade, porém as extensas jornadas de trabalho, as dificuldades de memória e a desmotivação são variáveis que precisam ser monitoradas.

Palavras-chave: Caminhoneiros, Estresse ocupacional, *Coping*.

Iniciação Científica – IC

Área: SAÚDE

AValiação DO NÍVEL DE ESTRESSE EM CAMINHONEIROS. *Cristiane Aparecida Nunes**, *Arthur de Azevedo Braga**, *Orivando Ferreira Maciel**, *Jurema Yara de Souza**, *Natália da Silva Pazzini**, *Renata Ap. Lourenço Vidal **, *Rosa Maria Marinho Braut**, *Sandra Duarte Antão**, *Thamyris Andrade de Siqueira**, *Vânia Rodrigues Thaumaturgo** (Curso de Psicologia da Universidade Estácio de Sá, Resende, RJ), *Célia Regina de Oliveira* (Universidade Estácio de Sá, Resende, RJ; GEPAPIC – Grupo de Estudos, Pesquisa e Assistência Psicossocial ao Idoso e ao seu Cuidador, Resende/RJ) e *Valéria Marques* (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)_

O estresse é um processo multifacetado que se desenvolve em etapas distintas e apresenta níveis de intensidade variados. Lipp sugere um modelo de desenvolvimento do estresse que inclui as fases de *alerta*, *resistência*, *quase exaustão* e *exaustão*. O estresse influi na forma de conduzir o veículo, sendo considerado agente causal direto ou indireto de acidentes. O estresse positivo favorece o estado de alerta, estimula a reação necessária ao manejo do veículo para evitar um acidente. Compartilhamos o argumento de Hoffmann que considera o estresse como uma resposta adaptativa do organismo a situações em que seja necessária uma tomada de decisão, eventos comuns no trânsito. Este trabalho é fruto de um projeto de intervenção desenvolvido no Programa Estrada para a Saúde, parceria com o Grupo CCR – Nova Dutra, que promove campanhas itinerantes às margens da Via Dutra. São objetivos do projeto: a) oferecer, gratuitamente, avaliação preliminar do nível de estresse e orientações sobre estratégias de enfrentamento visando ao bem-estar biopsicossocial dos caminhoneiros, bem como contribuir para a redução do índice de acidentes nas estradas; e, b) inserir o acadêmico de Psicologia em atividades de responsabilidade social direcionadas à prevenção e promoção da saúde. As informações apresentadas são oriundas da atuação em 16 campanhas realizadas de junho/2008 a junho/2011. Os participantes (n=1394) são em sua maioria homens (90,5%), casados (77,8%), com grau de escolaridade do ensino fundamental incompleto ao ensino médio completo. Predominam as faixas etárias de 30 a 39 anos (35,2%) e 40 a 49 anos (28,0%); 2,8% dos caminhoneiros têm 60 anos ou mais. O instrumento utilizado, de autoria da Dra. Marilda N. Lipp, propicia o levantamento de quatorze sintomas do estresse, através de itens com cinco alternativas de resposta (nunca a muito frequentemente). Os itens estão estruturados em duas subescalas: sintomas físicos e psicológicos. Os escores obtidos indicam níveis de estresse baixo, moderado ou elevado. As informações foram coletas em entrevista individual, seguida de *feedback* e intervenção psicoeducativa. A equipe, composta de 10 acadêmicos, foi devidamente capacitada para a avaliação e intervenção. Os resultados indicam prevalência de estresse de baixa intensidade tanto no campo físico (64,9%) quanto no campo emocional (45,8%). Com referência à prevalência dos sintomas, 25% dos participantes reportam sintomas físicos, 64,8% apontam sintomas psicológicos e 10,3% relatam equilíbrio entre ambos. Dentre os sintomas físicos sobressaem taquicardia (M: 2,09; DP: 1,15), transpiração excessiva (M: 2,02; DP: 1,38) e tremores (M: 1,85; DP: 1,10). Os sintomas psicológicos mais pontuados são preocupação excessiva (M: 2,41; DP: 1,50), irritabilidade aguçada (M: 2,41; DP: 1,47) e ansiedade (M: 2,29; DP: 1,45). Os caminhoneiros se sentiam acolhidos, vislumbrando no encontro a oportunidade de aliviar, pelo menos em parte, as tensões vivenciadas em seu cotidiano. A avaliação e o enfrentamento dos eventos estressantes são profundamente influenciados por crenças. Crenças nocivas à saúde, acompanhadas de preocupação excessiva e recorrente, tendem a gerar pensamentos disfuncionais que afetam negativamente o desempenho dos caminhoneiros, além de contribuir, em alguns casos, para maior vulnerabilidade ao desenvolvimento de comportamentos de risco, tais como uso de álcool e outras substâncias.

Palavras-chave: Estresse em Caminhoneiros, Avaliação, Intervenção.

Nível do Trabalho: OUTROS

Área: SAÚDE

ACOLHIMENTO NO HOSPITAL REGIONAL DE ASSIS: A ESCUTA ÀS MÃES ABRIGADAS. *Eloisa Pelizzon Dib**, *Érica Ferrari do Nascimento**, *Paula Mayra Napolitano Ramos**, *Helena Rinaldi Rosa* e *Maria Luísa Louro de Castro Valente* (Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” – Campus Assis SP).

Este trabalho tem como objetivo relatar o atendimento psicológico interventivo às mães de bebês que estão internados na UTI Neonatal, nos Cuidados Intermediários, Mãe-Canguru e na Pediatria. Mães que na grande maioria das vezes passam por fragilidades emocionais e requerem um olhar diferenciado, acolhedor, no sentido de fortalecer o enfrentamento da situação, bem como o desenvolvimento saudável da relação mãe-bebê, pois é nesses primeiros momentos que se constroem os alicerces do relacionamento entre pais e filhos. O fator de risco da saúde do bebê constitui-se, na maioria das vezes, de um desequilíbrio emocional materno, assim como pode ter efeitos ruins de logo prazo nas interações da mãe com o filho. Os primeiros dias de vida que seguem ao nascimento representam, para a mulher, um período de transição cheio de imprevistos diferentes. São dias muitas vezes difíceis, durante os quais ela vive uma situação em que fica descentrada, como se o bebê, durante meses, tivesse mantido o seu centro de gravidade, e o primeiro efeito desse nascimento tenha sido desequilibrá-la, segundo fala delas. E retomar a posse de si mesma fica ainda mais difícil no contexto hospitalar. Como método de trabalho realiza-se uma entrevista semi-estruturada com as mães que se encontram no Hospital Regional de Assis acompanhando seus filhos. As visitas ocorrem semanalmente, podendo aumentar a frequência, conforme a necessidade. São abordadas questões como desejo da gravidez, o encaminhamento ao Hospital, a situação de internação, e as angústias que a permeiam, assim como o sentimento diante da maternidade de um bebê tão diferente do imaginário da gestação, o processo de amamentação, e planos futuros diante da situação real, promovendo assim reflexões que funcionam como suporte para que essas mães possam elaborar essa vivência de angústia e medo. Destacamos como resultados, que o atendimento psicanalítico em situações de urgências físicas, como o nascimento de um bebê que precisa de UTI, permite que a urgência psíquica seja também socorrida. Assim, sob a técnica da escuta, é possível oferecer às mães que sofrem, um espaço no qual suas angústias são traduzidas, ou seja, ao ser ouvido e ao ouvir as intervenções analíticas, é possível que elas recriem algo novo em torno do vazio que sentem frente à situação inesperada. O que também contribui para redução significativa dos níveis emocionais maternos de ansiedade e depressão, assegurando dados positivos para o bebê, família e equipe. Apresenta-nos ainda um caráter preventivo da saúde mental do novo ser, já que ao reassegurar a mãe, estamos também permitindo que o desenvolvimento emocional do bebê seja mais seguro e equilibrado. Podemos concluir que é de fundamental importância o suporte psicológico para essas mães e suas famílias, nesse momento difícil da internação de seus bebês, no sentido de auxiliar essa vivência através da formulação conjunta de estratégias de enfrentamento e manejo de conflitos psíquicos pela hospitalização, fortalecendo os vínculos, assim como a construção de novas expectativas.

Palavras-Chaves: psicologia hospitalar, psicanálise, acompanhante hospitalar.

Nível do trabalho: IC – Iniciação Científica

Sub-área: SAÚDE

CONHECIMENTO E PREVENÇÃO DE DSTS E ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DE IDOSAS. *Jesiane Silva Wanziler** (Universidade Federal do Pará, Belém, PA), *Angla Sivie Figueira Marinho* (Secretaria Municipal de Saúde, Belém, PA), *Rita de Cassia Mousinho Ribeiro* (Universidade Federal do Pará, Belém, PA) e *Karla Tereza Silva Ribeiro* (Universidade Federal do Pará, Belém, PA).

Na sociedade contemporânea, há um estereótipo de velhice assexuada e um mito de que o desejo sexual automaticamente diminui com a idade. Todavia, o período da terceira idade não implica em ausência de sexualidade e de experiências prazerosas. Uma vez assegurada a permanência da sexualidade na idade madura, é necessário atentar para pontos críticos como o avanço da medicina e da indústria farmacêutica possibilitando o prolongamento da vida sexual, o que pode tornar as pessoas idosas mais vulneráveis à infecção por Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs). Outros comportamentos que têm exposto este grupo ao risco, na maioria dos casos, são: a não utilização de preservativos; a negligência em relação ao diagnóstico e aconselhamento por parte de profissionais de saúde para este grupo; a escassa informação da mídia acerca da temática voltada para a população idosa; a baixa escolaridade; entre outros. A literatura aponta, em especial, um número elevado de idosas heterossexuais, casadas e com baixo nível de escolaridade infectadas pelo vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) através do contato sexual. Na menopausa, as paredes vaginais ficam mais finas e ressecadas favorecendo o aparecimento de feridas que propiciam a infecção pelo vírus. Aliado a este, outro provável fator de vulnerabilidade ao HIV pode ser a educação de gênero que estas idosas receberam, não as incentivando a procurarem informações sobre DSTs e suas formas de prevenção. Deste modo, com o presente estudo exploratório-descritivo, objetivou-se investigar o conhecimento de mulheres idosas sobre as DSTs e suas formas de prevenção, bem como aspectos socioeconômicos dessa população. Participaram da amostra do tipo por conveniência 30 idosas atendidas em uma Unidade de Saúde da Família (USF) pelo Programa Saúde da Família (PSF) da cidade de Belém/PA, questionadas sobre seu conhecimento do assunto através de uma entrevista semi-estruturada. Os dados, analisados por estatística descritiva, indicaram que grande parte da população de idosas é viúva (50%), dona-de-casa (50%), que tem ou já teve filhos (93,3%), possui apenas o Ensino Fundamental incompleto (60%) e renda familiar mensal entre um e dois salários mínimos (63,3%). Destaca-se que apenas 50% das idosas declararam conhecer as DSTs; 76,7% não costuma procurar informações sobre o tema e a grande maioria (80%) afirmou que não mantém mais relações sexuais, o que pode ratificar o mito de velhice assexuada. A maioria, ainda, nunca realizou exame de HIV/AIDS (73,3%), embora realize com frequência exames ginecológicos preventivos (83,3%). O resultado mais alarmante, contudo, é o fato de 63,3% acreditar que os idosos não devem se preocupar com DSTs, pois elas atingiriam apenas os jovens. Espera-se, assim, que este trabalho possa ancorar futuros estudos abordando de maneira mais aprofundada o conhecimento de idosas acerca de DSTs e com métodos mais generalizáveis. E que as unidades de saúde forneçam estratégias de treinamento e capacitação para que seus profissionais possam orientar, sem nenhuma discriminação ou restrição, as pessoas mais maduras quanto à prática de uma sexualidade saudável.

Palavras-chave: conhecimento de DSTs; idosas; prevenção.

Nível do Trabalho: Iniciação Científica – IC

Área da Psicologia: SAÚDE

COMPORTAMENTO SEXUAL DE RISCO NA ADOLESCÊNCIA. *Andréa Marques Leão Doescher, Andreza Marques de Castro Leão* (pós-graduação Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP) e *Vera Socci* (Curso de Psicologia da Universidade de Mogi das Cruzes, Mogi das Cruzes, SP)

A adolescência é uma fase marcada por profundas transformações biopsicossociais, sendo cada vez mais precoce a iniciação sexual. Ter acesso às informações sobre métodos contraceptivos e preventivos de doenças sexualmente transmissíveis é absolutamente imprescindível neste período em que ocorrem experimentação e variabilidade de parceiros, contudo, isto não garante que o adolescente se comporte de forma sexualmente responsável. A vivência da sexualidade sadia é hoje um dos maiores desafios tanto para os adolescentes como para os adultos que os cercam, principalmente pais e professores. Ressalta-se a importância e a necessidade do desenvolvimento de pesquisas na área da sexualidade, de forma que, desvendando como as várias questões relacionadas à sexualidade se apresentam a este público, atuações mais efetivas quanto à importância da prevenção e uso de métodos contraceptivos possam ser feitas. Este trabalho teve como objetivo geral traçar um perfil do comportamento sexual do adolescente no que se relaciona a utilização do preservativo masculino, o condon. Participaram desta pesquisa 83 adolescentes, 34 do gênero masculino e 49 do feminino, de 13 a 17 anos, estudantes do Ensino Público. Após autorização do Conselho de Ética em Pesquisa, e da assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido pela Direção da Escola, pelos pais e participantes, os dados foram coletados em aplicação coletiva. Foram os seguintes os principais resultados: 54% dos participantes não tinham tido a iniciação sexual. A grande maioria destes adolescentes afirmou pretender usar preservativos nas relações sexuais (100% das meninas e 83% dos meninos). Em relação aos adolescentes que declararam já ter vida sexual ativa, 83% dos meninos e 70% das meninas responderam que pretendem usar preservativo nas próximas relações sexuais, e mais da metade deles acham que a camisinha não atrapalha esta atividade. Entretanto, no tocante ao uso de preservativo nas últimas relações foi significativo o número que respondeu que nunca ou raramente utilizou-se do preservativo (28% dos meninos e 20% das meninas), e em relação à última relação sexual é expressivo o número de adolescentes que acusaram não ter usado preservativo (72% dos meninos e 50% das meninas). Após discussão dos resultados, conclui-se que estes dados são preocupantes, uma vez que aponta a vulnerabilidade dos adolescentes às doenças sexualmente transmissíveis e à gravidez não planejada, indicando a necessidade de programas cuidadosos de prevenção que promovam saúde sexual.

Pibic – CNPq/UMC

Palavras chaves: adolescente. relação sexual. preservativo.

IC

Saúde

ANÁLISE DAS CARACTERÍSTICAS E DAS PRINCIPAIS DIFICULDADES DE CUIDADORES DE PORTADORES DE ALZHEIMER. *Analu da Costa Tenório **, *Paula Affonso de oliveira**, *Jesiane Silva Wanziler**, *Ingrid Raiol da Silveira** e *Olívia Misae Kato* (Universidade Federal do Pará, Belém, PA).

A *Doença de Alzheimer* (DA) tem sido considerada o principal tipo de demência, uma síndrome clínica que tem como características o declínio progressivo de múltiplos domínios da cognição e o comprometimento de funções sociais e ocupacionais do indivíduo. Como a DA é uma doença degenerativa e progressiva e que compromete a integridade física, cognitiva e social do idoso, este se torna totalmente dependente do cuidado de outras pessoas. A partir desta necessidade, o cuidador assume o papel e a responsabilidade de auxiliar o portador em suas atividades diárias em seu domicílio. No presente trabalho, fez-se uma análise de estudos sobre cuidadores da DA, identificando as características dos portadores de *Alzheimer*, dos cuidadores e as dificuldades que estes enfrentam. Foi feita uma análise das características dos cuidadores e dos portadores de *Alzheimer* de 13 artigos publicados entre 2000 e 2010. Os artigos analisados demonstraram que a idade dos cuidadores variou entre 34 a 83 anos, indicando que alguns destes são também idosos. Houve predominância de cuidadores do sexo feminino, totalizando-se 2023,8 mulheres e 394,2 homens. Em sua maioria as cuidadoras eram filhas ou esposas dos pacientes, sendo que 1570 dos cuidadores possuíam conhecimento da doença e 658 não. Na análise do perfil dos portadores de DA de 11 artigos, verificou-se grande incidência em mulheres, 1368 do total de 1944 idosos analisados. Destes, a maioria, 71,7, possuíam ensino fundamental incompleto. Havia predominância de viúvos e casados. As pesquisas sobre o tema, geralmente, utilizam a metodologia de estudo de campo (7 artigos), com questionários ou entrevistas (12 artigos), resultando disto a maior quantidade de estudos quantitativos (9 artigos). Entre os artigos analisados, a maioria indicava cuidadores únicos, os quais dividiam seu tempo com o emprego formal e o cuidado. Estes relatavam mais solidão, sobrecarga e estresse. Entre as principais dificuldades nas atividades diárias citadas pelos cuidadores estavam as de alimentação, medicação, higiene, auxílio na mobilidade e deambulação. A falta de programas sociais para o auxílio ao cuidador e de instruções direta de como realizar essa tarefa dificulta a convivência diária deste com o portador de DA. Apesar da relevância destes para a área, percebe-se relativa ausência de pesquisas avaliando o perfil do cuidador e as principais dificuldades enfrentadas. Além disso, muitos artigos não relataram algumas características dos pacientes, dificultando a análise. Portanto, é imprescindível novas pesquisas sob o enfoque de diferentes áreas do conhecimento. A interdisciplinaridade, a multidisciplinaridade e a transdisciplinaridade são fundamentais, não somente para fornecer apoio ao cuidador, mas na produção científica, pois permite uma visão global da doença de Alzheimer.

Palavras-chave: Cuidadores; Doença de Alzheimer; Dificuldades na atividade de cuidar.
Nível do Trabalho: Iniciação Científica – IC

Área da Psicologia: SAÚDE

FREQUÊNCIA DE SINTOMAS DEPRESSIVOS EM PACIENTE COM INSUFICIÊNCIA RENAL CRÔNICA. *Marcilio Lira de Souza Filho* (Faculdade SEAMA, Macapá-AP) e *Barbara Marcela Leal Monteiro de Menezes** (Faculdade SEAMA, Macapá-AP)

A insuficiência renal crônica (IRC) pode ser compreendida como uma patologia com alto índice de morbidade e mortalidade. Estudos neste campo apresentam a importância que se deve ter com indivíduos portadores de IRC, visto que, as manifestações emotivas desses pacientes tornam-se relevante para o desenvolvimento do tratamento, devido acarretar várias modificações no estilo de vida do paciente e da família, causando um desgaste para estes, pois as quantidades de tempo dispensadas aos tratamentos e consultas médicas alteram suas rotinas. Um dos tratamentos dialíticos, que tem como funcionalidade substituir as funções renais, é a hemodiálise, onde o sangue é retirado pouco a pouco do organismo através de uma agulha ou cateter, bombeado por uma máquina e passado por um filtro, onde vão ser retiradas as toxinas e a água que está em excesso no organismo. A relação estabelecida com o paciente renal crônico para com a máquina não é fácil. A substituição do órgão pela máquina pode desenvolver alguns comportamentos negativos prejudicando a melhora do paciente. Dentre esses comportamentos negativos, podemos citar a manifestação de sintomas depressivos. Diante disto, verifica-se a importância da percepção dos pacientes em relação às mudanças decorrentes da IRC. Neste sentido, o objetivo do presente trabalho é fornecer evidências empíricas para tal afirmação, demonstrando a frequência dos sintomas depressivos presentes nos indivíduos portadores de IRC. Para isso, contou-se com uma amostra de 21 pacientes em processo de hemodiálise. A amostra foi composta, predominantemente, por participantes do sexo masculino (61,9%), tinham em média 55,48 anos de idade ($D.P=13,3$). Todos responderam a um questionário que continha, além de questões sócio-demográficas, questões acerca dos sintomas depressivos. Uma vez coletados, os dados foram submetidos a análises para verificar a frequência dos sintomas de depressão, através do pacote estatístico *SPSSWIN* versão 15.0. De acordo com os resultados 52,4% dos entrevistados relataram sentir-se deprimidos, 57,2% perderam interesse na realização de suas atividades, 47,7 % possuem dificuldade para dormir, 33,3% apresentam um sono com frequência maior que o de costume, 45% perderam o apetite, 40% tem ficado mais agitado. Do mesmo modo, 60% sentem-se cansados para a realização de suas atividades diárias e 45 % sentem que decepcionaram alguém. Tais achados são coerentes com o que seria teoricamente esperado, visto que os indivíduos portadores de IRC possuem limitações em suas vidas em decorrência da doença, tendo dificuldade em aceitá-las, gerando frustração, logo possuem uma maior tendência em manifestar sintomas depressivos. Essa frequência corrobora a hipótese inicial. É, portanto, evidente que indivíduos acometidos por IRC tendem a manifestar sintomas depressivos.

Palavras-Chaves: Insuficiência Renal Crônica, Hemodiálise, Depressão.

IC

Psicologia da saúde

A PERCEÇÃO DO PACIENTE SOBRE OS FATORES CAUSAIS DA DIABETES MELLITUS. *Graziela Sousa Nogueira*** (Universidade de Brasília, Brasília, DF) e *Eliane Maria Fleury Seidl* (Universidade de Brasília, Brasília, DF)

A diabetes Mellitus é uma doença crônica de alta prevalência, representando um problema de saúde pública. Trata-se de uma doença multifatorial, sendo indicado tratamento multiprofissional. Pacientes com diabetes necessitam realizar mudanças em seu estilo de vida e compreender os fatores que causaram a doença, bem como aqueles que podem agravá-la, sendo o componente educacional parte fundamental do tratamento. O presente trabalho objetivou identificar os principais fatores que pessoas com diabetes mellitus atribuem como sendo responsáveis pelo surgimento de sua doença. Participaram 55 pessoas com diagnóstico de diabetes mellitus, de ambos os sexos, maiores de 18 anos, com escolaridade superior a 4ª Série do Ensino Fundamental, sem transtornos psiquiátricos ou mentais que impossibilitassem a participação na pesquisa. O trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Brasília. Os instrumentos utilizados foram: questionário sociodemográfico e Questionário de Percepção de Doenças Versão Breve (IPQ Breve). O IPQ Breve é um instrumento de nove itens que foi adaptado para a língua portuguesa pelo processo de análise semântica e tradução reversa e está em processo de validação para a cultura brasileira, mediante análise da estrutura fatorial. Além dos instrumentos mencionados os participantes que aceitaram participar do estudo assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Foi realizado um recorte no estudo, sendo foco apenas ao nono item do instrumento, referente à questão causal. Trata-se de uma questão aberta, onde o participante apontou as principais causas da sua doença, com base em sua opinião. Para análise qualitativa dos dados as respostas foram agrupadas em categorias, a partir do seu conteúdo, referentes às causas atribuídas ao surgimento da doença. A frequência das categorias mostrou em primeiro lugar: alimentação (35,5%), estado emocional/psicológico (25%), hereditariedade (14,5%), sedentarismo (10,9%), obesidade (5%), não sei (10,9%) e outros (9,1%). Considerando as causas atribuídas em primeiro, segundo e terceiro lugares agrupadas, observou-se maior atribuição causal à alimentação (mencionada vinte e duas vezes), seguido do estado emocional/psicológico (mencionado dezoito vezes) e da hereditariedade (mencionada quatorze vezes). Os dados que merecem destaque refere-se às atribuições causais feitas em alta frequência ao estado emocional/psicológico, bem como aos participantes que não souberam responder as prováveis causas da sua doença. Considerando a diabetes como uma doença na qual a morbidade e a mortalidade são altamente influenciadas por fatores relacionados ao estilo de vida, acredita-se que indivíduos que pensam que a doença foi causada por conflitos familiares, excesso de trabalho, raiva, desgosto ou preocupação (como relatado), ou mesmo que não sabem o que causou a doença, podem tender a um locus de controle externo, o que pode levar à adoção de uma postura passiva diante da doença, e até à vitimização. Tal fato também ressalta a importância da presença de profissional de psicologia nas equipes multidisciplinares que atuam com essa população. Acredita-se que um trabalho psicoeducacional de qualidade, além da identificação e modificação de crenças e pensamentos disfuncionais associados à doença pode favorecer o desenvolvimento de uma percepção de doença mais realista e, conseqüentemente, levar à adoção de comportamentos mais adaptativos em relação à enfermidade.

Palavras-chave: Diabetes Mellitus; Percepção de doença; Atribuição causal.

A autora principal é bolsista do CNPQ-M.

Código da área: SAÚDE

FORMAÇÃO EM SAÚDE ATRAVÉS DA TROCA DE SABERES: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO PET-SAÚDE. *Keith Emanuelle Matias** (Universidade Federal do Vale do São Francisco – Petrolina-PE)

Visando contribuir para o desenvolvimento da capacidade de investigação e de propor e sustentar processos de educação permanente na atenção básica, o Ministério da Saúde, inspirado no sucesso que é o Programa de Educação Tutorial (PET), do Ministério da Educação instituiu o Programa de Educação pelo Trabalho em Saúde – PET-Saúde em parceria com as Instituições de Ensino Superior que formam profissionais da área de saúde para integrar o currículo e a formação dos profissionais com o serviço de saúde prestado à população. Em uma experiência com PET na linha de Saúde da Mulher, percebeu-se a partir de observações participantes, que os profissionais de frente da Equipe de Saúde da família, os Agentes Comunitários de Saúde(ACS's), apesar de exercerem o cuidado de uma forma mais direta com as pessoas da comunidade não possuem estratégias de cuidado a/entre si. Isto acaba acarretando sofrimento no trabalho, influenciando na motivação dos agentes comunitários. Com este contato que os mesmos estejam aprimorando seu modo de abordar algumas questões que podem surgir na comunidade, para assim seja possível abarcar a diversidade contida na mesma. Além disso, ao trabalhar com esses profissionais podemos, indiretamente, atingir o maior número de pessoas. Pensando nisso, criou-se um grupo com esses profissionais no intuito de oferecer atividades de cuidado e discutir temas solicitados por eles. As atividades que foram realizadas são rodas de conversas e oficinas, pensadas a partir da demanda deles, que abarcam várias temáticas como: Gravidez na Adolescência, Direitos Sexuais e Reprodutivos, Estresse, Violência Contra Mulher e Redução de Danos, sendo que a partir dessas atividades procura-se construir ações na Comunidade tendo em vista o que foi discutido. Além disso, são realizadas oficinas de cuidado aos ACS, nas quais eles podem cuidar de si, como por exemplo: Rodas de relaxamento, de bioenergética e de exercícios físicos (Com a participação de um Educador Físico). Com a realização dessas atividades foi possível estimular a discussão de temáticas recorrentes na comunidade, mas que não eram trabalhadas, sendo que, nos processos de avaliação eles solicitaram que as atividades fossem planejadas de uma forma que houvesse mais aplicabilidade do que foi discutido, por isso que foram pensadas atividades na comunidade que surgissem a partir das rodas e oficinas e que fossem construídas em conjunto (Agentes comunitários e Estudantes). Além disso, estas atividades foram importantes para pensar e construir formas de efetivar os princípios do SUS e vivenciar o trabalho em uma equipe multidisciplinar, auxiliando na nossa formação em saúde de maneira mais participativa, uma vez que estamos inseridos no cotidiano de trabalho dos profissionais de saúde, levando-nos a sair do pensar para construir uma psicologia mais comprometida com a transformação social. Contudo, durante a realização dessas atividades houve dificuldade em executá-las e de criar vínculo com esses profissionais, mostrando-nos que muitas vezes o que pensamos ser necessário para construir ações efetivas não corresponde a necessidade da comunidade, por isso a importância dessa troca saberes e experiências.

Palavras-Chave: Formação em Saúde, Equipe de Saúde da Família, Interdisciplinaridade

IC

SAÚDE

REVISÃO SISTEMÁTICA DE ESTUDOS SOBRE INTERVENÇÕES REALIZADAS COM CRIANÇAS COM DIAGNÓSTICO DE OBESIDADE OU SOBREPESO.

*Lana Cristina Cardoso de Oliveira Martins***, *Eleonora Arnaud Pereira Ferreira e Tatiana Frazão Bentes** (Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará).

A prevalência da obesidade ocorre em todas as faixas etárias sugerindo que a prevenção da obesidade em adultos exigirá a prevenção e o manejo da obesidade em crianças. Dentre as formas de tratamento estão dietas, exercícios físicos, intervenções comportamentais, farmacoterapias e até cirurgias. Em crianças com obesidade, os comportamentos de adesão ao tratamento necessitam, na maioria das vezes, da participação de um cuidador. Entretanto, a literatura ainda não esclarece que tipo de intervenção é mais eficaz. O objetivo deste trabalho foi fazer um levantamento de experimentos e intervenções realizadas com crianças com diagnóstico de obesidade/ sobrepeso, a fim de verificar como a obesidade tem sido tratada e quem são os principais participantes, se apenas crianças, apenas cuidadores ou ambos. Fez-se revisão sistemática da literatura por meio de consulta às bases de dados Medline (Pubmed), Scielo e Pepsic. Foi realizada, ainda, consulta aos periódicos: Journal of Pediatric Psychology, Journal of the Experimental Analysis of Behavior (JEAB) e o Journal of Applied Behavior Analysis (JABA). Os descritores utilizados foram: comportamento alimentar, feeding behavior, obesidade, obesity, obesidade infantil, child obesity, sobrepeso, overweight, sobrepeso infantil e child overweight. Estes descritores foram utilizados sozinhos ou combinados com o objetivo de filtrar a relação de artigos resultantes das consultas. Utilizou-se como critérios de inclusão: estudos envolvendo crianças com obesidade ou sobrepeso; estudos de prevenção da obesidade ou sobrepeso em crianças; experimentos ou intervenções com manipulação de variáveis; artigos publicados a partir do ano 2000; e artigos com texto completo disponível on-line. Foram excluídos: estudos envolvendo exclusivamente crianças de zero a três anos, adolescentes e/ou adultos; estudos incluindo casos de comorbidades; artigos de revisão da literatura ou meta-análise; estudos de prevalência; e estudos descritivos. Foram selecionados 36 artigos para esta análise. Observou-se que há diferentes métodos utilizados no tratamento da obesidade/sobrepeso que podem ser utilizados com o objetivo de promover mudanças no comportamento alimentar e na prática de atividade física de crianças, como a aplicação de programas sistemáticos em ambiente escolar e realização de experimentos em acampamento, internato, domicílio ou laboratório. No que se refere aos participantes, observou-se prevalência de estudos nos quais apenas crianças foram abordadas diretamente (n=19), seguida pelos estudos nos quais tanto os pais quanto as crianças foram alvo de investigação (n=12), e por outro lado, um número reduzido de pesquisas com foco apenas nos pais (n=5). A maioria dos estudos aponta resultados positivos, demonstrando que é possível promover mudanças no comportamento alimentar de crianças com obesidade/sobrepeso por meio de intervenções direcionadas tanto às crianças ou pais sozinhos, ou com a participação de ambos. Entretanto, a descrição dos procedimentos utilizados não permite melhor análise sobre a eficácia dos efeitos relatados nos estudos. Conclui-se que há um bom referencial teórico-metodológico para estudos sobre obesidade/sobrepeso em crianças, mas ainda é necessária a realização de pesquisas que ajudem a compreender quais os procedimentos mais eficazes considerando os custos e benefícios para a reeducação alimentar de crianças com obesidade/sobrepeso.

Palavras-chave: revisão sistemática, estudos com intervenção, obesidade/sobrepeso.

M- mestrado

Código da área de psicologia: Saúde

ESTUDO DESCRITIVO SOBRE A REALIZAÇÃO DE PREVENTIVO DO CÂNCER DO COLO DE ÚTERO ENTRE MULHERES USUÁRIAS DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE. *Nattasha Magalhães Silva** e *Milene Maria Xavier Veloso* (Faculdade de Psicologia, Universidade Federal do Pará, Belém-Pa).

O câncer do colo de útero (CCU) é um problema de saúde pública e no estado do Pará esta neoplasia é a mais freqüente dentre todos os carcinomas que afetam as mulheres. A melhor forma de detecção ainda é a realização do exame Preventivo do Câncer de Colo Uterino (PCCU), no entanto verifica-se que importante parcela de mulheres não realiza este protocolo conforme orienta o Ministério da Saúde. O estudo teve como objetivos verificar o nível de conhecimento a respeito do CCU, descrever o perfil das mulheres usuárias de uma unidade básica de saúde, e identificar os fatores associados a não realização do exame PCCU. A coleta dos dados foi realizada em uma Unidade Básica de Saúde, com 50 mulheres, na faixa etária de 20 a 75 anos. Após aprovação no Comitê de Ética, as participantes foram convidadas a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e foi aplicado um questionário com dados sócio demográficas; nível de conhecimento sobre o CCU, fatores que influenciam o aparecimento do câncer cérvico; sobre o atendimento realizado na unidade de saúde; e fatores associados a não realização do PCCU. Para análise dos dados foi utilizado o pacote estatístico SPSS (versão-11). Quanto ao perfil das participantes encontrou-se maior freqüência de mulheres na faixa etária de 36 a 50 anos, ensino fundamental incompleto, que residem em casa própria, e que não possuem remuneração pessoal, são casadas, possuem mais de três filhos em média. Verificou-se, também, que 48% iniciaram sua vida sexual entre os 12 e 17 anos, tiveram em média três parceiros sexuais ao longo da vida, 40% nunca usou preservativo durante as relações sexuais, e mais da metade delas não fumavam. Quanto ao nível de conhecimento sobre o CCU observou-se que 48% das participantes declaram saber o que é CCU, no entanto sentem necessidade de mais informação a respeito, e as 18% que disseram saber sobre o CCU tinham grande dificuldade em explicar sobre o mesmo. Observou-se ainda que 96% já realizaram ao menos uma vez o PCCU, e a grande maioria o realizou por saber da importância, mas apenas 18% das participantes realizaram o número correto de vezes o PCCU. Como impedimentos para realização do preventivo verificou-se: medo, vergonha na hora da coleta frente ao grande número de pessoas (residentes, ou acadêmicos de medicina dentro da sala), assim como a presença de técnicos do sexo masculino para realizar o exame. Conclui-se que é fundamental a realização de ações educativas para com isso garantir maior cobertura do exame e reduzir a incidência desta neoplasia no Pará. As participantes possuem um conhecimento precário sobre o CCU, e isto pode estar influenciando na baixa procura pela realização do PCCU. Sugere-se maior treinamento para os profissionais de saúde para manejar receios e medos das mulheres no acompanhamento de sua saúde.

Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-SAÚDE/UFPA/Belém-PA).

Palavras chaves: Estudo descritivo; Preventivo do Câncer do Colo do Útero; Psicologia da Saúde.

IC

SAÚDE

INDICADORES DE ANSIEDADE E DEPRESSÃO NO ENFRENTAMENTO DE GESTANTES COM DIAGNÓSTICO DE MALFORMAÇÃO FETAL. *Ana Cristina Barros da Cunha* (Departamento de Psicologia Clínica, Instituto de Psicologia & Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Perinatal -PRIM, Maternidade-Escola, Universidade Federal do Rio de Janeiro), *Luciana Monteiro Ferreira* (Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Perinatal -PRIM, Maternidade-Escola, Universidade Federal do Rio de Janeiro), *Jose Paulo Pereira Junior*, *Cristiano Cabaleiro da Costa* (Setor de Medicina Fetal, Maternidade-Escola, Universidade Federal do Rio de Janeiro), *Anderson M. Rodrigues*, *Camila Strembock Pereira* e *Ana Gabriela Telles* (Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Dentre os diversos problemas que podem ocorrer durante a gestação, a malformação fetal constitui relevante condição de vulnerabilidade para riscos físicos e psíquicos durante a gravidez, quando devem ser tomadas medidas preventivas como mecanismos de proteção ao desenvolvimento e à saúde da díade mãe-bebê e sua família. Assim, faz-se importante a avaliação psicológica das variáveis envolvidas no enfrentamento (*coping*) dessa situação, através de indicadores para o planejamento de intervenção, cuja proposta seja minimizar possíveis riscos psíquicos, como a ansiedade e a depressão que, certamente, dificultam a elaboração de um vínculo afetivo mãe-bebê-família saudável. O objetivo desse estudo foi avaliar sinais e sintomas de ansiedade e depressão presentes no enfrentamento de gestantes com diagnóstico de malformação fetal, particularmente após a notícia do diagnóstico. Com base em um delineamento longitudinal com amostra não-probabilística, participaram do estudo, no período de 12 meses, 25 gestantes atendidas no Setor de Medicina Fetal de uma Maternidade-Escola, da cidade do Rio de Janeiro. As gestantes eram encaminhadas ao Setor para avaliação diagnóstica por serviços ambulatoriais de acompanhamento pré-natal próximo a sua residência, quer seja por idade materna avançada ou pela presença de alterações em exames clínicos pré-natais (translucência nucal alterada, por ex.); ou eram atendidas no Setor como rotina do serviço de acompanhamento pré-natal da própria maternidade. Durante a consulta conjunta com a equipe médica, a gestante era convidada a participar da pesquisa quando assinava o Termo de Livre Consentimento Esclarecido e respondia, individualmente, aos seguintes instrumentos: 1) Protocolo de dados gerais, para identificação das variáveis psicossociais pessoais e familiares; e 2) Escala BECK, para avaliação psicológica de sinais e sintomas de ansiedade e depressão envolvidas no enfrentamento (*coping*) do diagnóstico de malformação fetal. As gestantes, cuja maior frequência de idade era de até 25 anos (n= 11), contavam com um companheiro (n=23), trabalhavam fora (n=15), eram casadas pelo período de 2 a 5 anos (n=12) e contavam com suporte familiar para ajudá-las durante a gravidez (n=21). No que se refere ao diagnóstico de malformação fetal, a maioria se referia a distúrbios neurológicos (n=6), algumas síndromes genéticas (n=5), como Síndrome de Patau, por exemplo, cardiopatias (n=04) e crescimento intra-uterino restrito (n=04). Todas declararam terem sido informadas sobre o diagnóstico por um médico, em geral o obstetra (n=24), e a maioria (n=21) recebeu a notícia no 2º trimestre de gestação. Com relação à avaliação das condições psicológicas no enfrentamento do diagnóstico, as gestantes apresentavam sinais de ansiedade mínimo/leve (n=15) a moderado (n=06), assim como sintomas de depressão mínimo/leve (n=18) a moderado (n=06), associados ou não. Os resultados vão de encontro a hipótese inicial do estudo de que o diagnóstico de malformação fetal mobiliza variáveis psicoafetivas relacionadas ao enfrentamento (*coping*), constituindo condição desfavorável à criação de um vínculo afetivo mãe-bebê saudável. Conforme estudos da área, tal condição é característica desse tipo de gravidez e mães de bebês com malformações apresentam mais frequentemente indicadores de sinais clínicos de depressão e ansiedade quando comparadas a mães de bebês normais, mesmo que em níveis mínimos como observado no

presente estudo. Isto posto, sugere-se discutir acerca da avaliação e intervenção psicológica em condição de vulnerabilidade e risco ao desenvolvimento humano.

Financiamento: CNPq (bolsa de produtividade em pesquisa; bolsa de iniciação científica); FAPERJ (auxílio à pesquisa Proc. n. 111.087/2010).

Palavras-chave: gestante; malformação fetal; ansiedade/depressão.

Nível do trabalho: Iniciação Científica

Código da área: SAÚDE - Psicologia da Saúde.

PERFIL PSICOLÓGICO DE FAMILIARES QUE CUIDAM DE IDOSOS FREQUENTADORES DE GRUPOS DA MELHOR IDADE. *Iarima de Castro Pinheiro da Silva** (Faculdade SEAMA Macapá-AP).

Atualmente existem na Cidade de Macapá aproximadamente 12 grupos de idosos que realizam atividades lúdicas, físicas e mentais, com intuito de melhorar a qualidade de vida. De acordo com a Secretaria Estadual do Desporto e Lazer (comunicação pessoal), existem cerca de dois mil idosos que são frequentadores desses grupos. Ao se estudar esses grupos por um período de sete meses, houve a necessidade de analisar o perfil psicológico dos familiares desses idosos, pois muitos trabalhos apontam somente o perfil dos familiares de idosos doentes, fragilizados e sedentários. O objetivo deste estudo foi traçar o perfil psicológico de pessoas que cuidam de idosos frequentadores de grupos da melhor idade, para que se possa equiparar com os de familiares cuidadores de idosos que não participam de grupos com o intuito de avaliar seus benefícios mentais. A pesquisa foi composta por pessoas que cuidam de idosos ativos, participantes de um dos grupos da terceira idade na cidade de Macapá, Amapá. Tal grupo apresenta 150 idosos e, por meio de sorteio foram escolhidos 50 familiares, para os quais o critério escolhido para se avaliar o perfil psicológico foi a entrevista. Dos 50 familiares estudados, a maioria representou o gênero feminino (98%) demonstrando que o mesmo está muito mais envolvido no cuidado de idosos do que o sexo masculino. Além disso, pôde-se observar que o nível psicológico dos familiares é de menos estresse, além desse benefício, há inúmeros como: a rotina que não é tão atingida; o humor que se consolida quando se fala em viver, pois muitos querem o mesmo destino ao chegar à terceira idade; o entusiasmo com exercícios físicos; o acompanhamento desses familiares aos grupos; a fisionomia de bem estar, podendo ter tempo de cuidar de si mesmo; de trabalhar fora e não reduzir a jornada de trabalho, entre outros. A maioria das pessoas entrevistadas sente orgulho de seus familiares idosos e sentem prazer em cuidar deles, fatores assim os diferenciam bastante de familiares cuidadores de idosos sedentários, como indicam artigos. Pelos dados do IBGE (2008) a população acima de 60 anos é de 34 mil 228 pessoas no Estado do Amapá, sendo uma porcentagem aproximada em 30% para o município de Macapá, portanto o número de grupos da terceira idade em Macapá é muito menor do que o número de idosos nesse município. Dessa forma, conclui-se que é preciso aumentar o número de grupos no município, pois o benefício não é somente para os idosos, que podem desfrutar de companhias, de exercícios físicos e mentais, passeios, entre outros, mas também, para os familiares cuidadores desses idosos, onde o estresse diminui, a vontade de ajudar aumenta e o psicológico de ambos se rejuvenesce, pois como foi dito por uma idosa – “mente sã, corpo sã”.

Palavras-chave: Idoso; Cuidador do Idoso, Grupos da terceira idade.

Nível do Trabalho: IC.

SAÚDE

FATORES EMOCIONAIS, QUALIDADE DE VIDA E ADESÃO AO TRATAMENTO EM ADULTOS COM DIABETES TIPO 2. *Luciane Ramos** e Eleonora Arnaud Pereira Ferreira* (Universidade Federal do Pará, Belém-PA).

Doenças crônicas são problemas de saúde que persistem ao longo do tempo. Apresentam como características períodos de latência, origem não infecciosa e podem estar associadas a deficiências e incapacidades funcionais. Representam a principal causa de mortalidade e incapacidade, sendo responsáveis por cerca de 60% das mortes em todo mundo, afetando homens e mulheres em igual proporção. Entre as principais doenças crônicas existentes podemos citar o diabetes que tem sido foco de muitos estudos nos últimos anos. Estudos epidemiológicos mostram que a prevalência e a incidência do diabetes no Brasil têm aumentado a cada ano. Estima-se que existam 11 milhões de indivíduos vivendo com diabetes, na sua maioria portadores de diabetes Tipo 2. O tratamento do diabetes envolve mudanças no estilo de vida dos pacientes. Cuidados como automonitoração da glicemia, prática regular de atividade física, administração de medicamentos orais e/ou injetáveis e a adoção de uma alimentação saudável são importantes para manter os níveis glicêmicos estabilizados e prevenir as complicações crônicas. Em razão da complexidade do tratamento que envolve o diabetes, fatores emocionais como estresse, ansiedade e depressão têm sido apontados pelos estudiosos como relacionados às dificuldades de adesão do paciente, o que levaria às complicações futuras da doença, justificando estudos nesta área. O presente estudo objetivou avaliar a relação entre fatores emocionais (estresse, ansiedade e depressão), qualidade de vida e adesão ao tratamento em adultos com diabetes Tipo 2. Participaram da pesquisa, 30 pacientes (18 mulheres e 12 homens), matriculados no programa Hiperdia de uma Unidade Básica de Saúde. Os instrumentos utilizados foram os inventários de ansiedade e de depressão de Beck, o inventário de Sintomas de Stress de Lipp (ISSL) e o questionário geral de saúde e qualidade de vida (SF-36). A adesão ao tratamento foi avaliada por meio do último resultado do exame de hemoglobina glicada dos participantes. Os resultados mostraram que 60% da amostra era do sexo feminino, na faixa etária de 54 a 58 anos (57%), era casada (60%), possuía nível de escolaridade correspondendo ao Ensino Médio completo (37%), era pertencente à classe social C1 (40%), vivendo com mais de um salário mínimo (57%) em família predominantemente nuclear (53%). A análise dos valores de hemoglobina glicada registrados nos prontuários indicou que 70% dos participantes estavam com valores acima de 6,5%, indicando dificuldade no controle do diabetes. Destes, 67% eram do sexo feminino (n=14) e 33% do sexo masculino (n=7). Os valores de hemoglobina glicada destes participantes variaram de 6,8 a 14% e o tempo de diagnóstico do diabetes foi de 6 meses a 15 anos. Os resultados mostraram não haver correlação entre fatores emocionais e adesão ao tratamento. Contudo, verificou-se correlação significativa entre tempo de diagnóstico do diabetes e adesão ao tratamento, sugerindo que, quanto maior o tempo que o participante apresentava a doença, maior a dificuldade em manter os níveis glicêmicos estabilizados e aderir às orientações prescritas. Observou-se também correlação positiva entre baixa adesão e estrutura familiar predominantemente nuclear. Os resultados sugerem que outros fatores, além dos emocionais, devem ser considerados na análise da adesão ao tratamento.

Apoio Financeiro: Bolsa de doutorado CAPES, Estudo parcialmente financiado pela FAPESPA (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Pará).

Palavras-chave: fatores emocionais, qualidade de vida, adesão ao tratamento em diabetes.

Doutorado -D

Código de Área: Psicologia da Saúde

CARACTERIZAÇÃO DO SONO EM CRIANÇAS COM SÍNDROME DE RESPIRADOR BUCAL E TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE. *Marília Fontes de Castelo Branco***, *Adelina Cardoso Sobral**, *Mayara Gonçalves Silva**, *Eleonora Arnaud Pereira Ferreira*, *José Cláudio Barros Cordeiro* e *Raimunda Helena Feio* (Faculdade de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza, Universidade Federal do Pará, Belém-PA).

A Síndrome do Respirador Bucal (SRB) ocasiona características físicas e comportamentais que interferem na qualidade de vida da criança. Dentre elas, o sono e aspectos relacionados a ele são largamente citados como prejudicados na SRB, sendo frequentes: olheiras, aspecto cansado, sonolência diurna, respiração audível, ronco, halitose, sono agitado, apnéia e hipoapnéia do sono, irritabilidade e agressividade sem causa aparente. O Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) pode estar relacionado à ocorrência da respiração bucal no indivíduo, bem como à presença de Distúrbios Respiratórios do Sono (DRS). Por outro lado, estudos indicam que a adenotonsilectomia reduz a ocorrência de comportamentos sugestivos de TDAH em portadores de SRB, bem como produz melhora significativa nos DRS apresentados por crianças submetidas a essa cirurgia. Este estudo teve como objetivo caracterizar o sono de crianças com SRB e com suspeita de apresentarem comportamentos característicos de TDAH atendidas pela equipe multidisciplinar do serviço de otorrinolaringologia de um hospital universitário na cidade de Belém-PA. Participaram 28 crianças, de ambos os sexos, divididas em dois grupos: Pré-escolares (de 2 a 6 anos, n=15) e Escolares (de 7 a 12 anos, n=13). A amostra também foi composta pelos responsáveis dessas crianças. A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de três instrumentos: (a) critérios diagnósticos do DSM-IV para TDAH; (b) *Inventário dos hábitos de sono para crianças pré-escolares*, composto por 17 itens, cujas opções variam de 1 (fato não ocorrido nesta semana) a 4 (fato ocorrido seis ou mais vezes nesta semana), e (c) *Questionário sobre o comportamento do sono*, composto por 29 itens, dirigido a crianças escolares, no qual as opções variam de 1 (nunca) a 5 (sempre), podendo o escore total ficar entre 26 a 130 pontos. Na análise dos dados, os grupos foram subdivididos em crianças com TDAH e crianças sem TDAH. Os resultados do Inventário para crianças pré-escolares foram classificados em comportamentos adequados e comportamentos inadequados. Os resultados do Questionário para crianças escolares foram analisados de acordo com os escores médios. No Grupo Pré-escolares, observou-se que: (a) para crianças sem TDAH (n=9, 60%) a média foi de 2,49 para comportamentos adequados e de 1,92 para comportamentos inadequados; (b) para crianças com TDAH (n=6, 40%), a média foi de 3,13 para comportamentos adequados e de 1,7 para comportamentos inadequados. No Grupo Escolares, a média obtida pelas crianças sem TDAH (n=9, 69%) foi de 42, e a obtida pelas crianças com TDAH (n=4, 31%) foi de 60,5. Concluiu-se que crianças com SRB em idade escolar e que apresentam comportamentos característicos do TDAH, segundo os relatos dos responsáveis e os critérios diagnósticos do DSM-IV, têm maior probabilidade de desenvolver DRS, ao serem comparadas com crianças com SRB em idade pré-escolar, independentemente de TDAH. Tais resultados sugerem a necessidade de intervenção precoce e multidisciplinar para prevenir a ocorrência de alterações comportamentais e de distúrbios do sono em crianças com SRB. Sugere-se a continuidade deste estudo por meio da avaliação dos participantes que forem submetidos à adenotonsilectomia.

Palavras-chave: síndrome do respirador bucal, transtorno do déficit de atenção e hiperatividade, distúrbios respiratórios do sono.

M- mestrado

Código da área de psicologia: SAÚDE

WEBLOGS E ANOREXIA: UMA VISÃO ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL.
*Natália Harumi Pieczarka*** (Universidade da Amazônia, Belém, PA) e *Lúcia Cristina Cavalcante* (Universidade da Amazônia, Belém, PA).

A Anorexia Nervosa é uma psicopatologia bastante presente na atualidade, embora não seja tão debatida. Ela é categorizada pela Psiquiatria como Transtorno Alimentar. A Análise do Comportamento, entretanto, relativiza a noção de doença, visto que o comportamento do indivíduo é fruto de sua relação com o meio em que está inserido. Portanto, o contexto em que o comportamento ocorre é tão importante quanto o próprio, sendo a chamada “psicopatologia”, um conjunto complexo de comportamentos. Em termos gerais, as pessoas que efetuam práticas classificadas como anoréxicas, o fazem de modo bastante velado, tornando difícil a identificação, o tratamento e mesmo se ter conhecimento da incidência de tal comportamento disfuncional. Seus índices de morbidade estão entre os mais elevados, além de apresentar graus de cronicidade de 20% e de recaídas de 60%. Um dos meios de expressão e comunicação entre si que essas pessoas, que apresentam tais comportamentos disfuncionais, encontraram é a internet, através, principalmente, de *weblogs* e comunidades em *sites* de interação. A internet é um meio de comunicação popularizado por seu fácil acesso, sua grande abrangência, sua interatividade e por possibilitar o anonimato das pessoas que fazem uso dela. Assim, o presente estudo teve por objetivo unir esses dois temas atualmente em pauta: a Anorexia Nervosa e as interações sociais travadas em espaços virtuais. Mais especificamente, a pretensão é de identificar se e o quanto tais formas de interação reforçam o comportamento anoréxico. O aporte teórico que embasou esse estudo foi a Análise do Comportamento. Assim, utilizou-se o conteúdo dos meses de março a junho de 2010 de dois *weblogs* cujas donas declaram apresentarem comportamentos associados a Transtornos Alimentares, em especial a Anorexia Nervosa. Nestes *weblogs*, selecionou-se conteúdos que expressassem a relação das participantes com a doença e os métodos de emagrecimento, bem como aspectos da rede social virtual em si. Os resultados obtidos indicam que algumas práticas de redução de peso são mais reforçadas das que outras, como é o caso do “NF” (*no food*, ausência de comida) em relação à “mia” (abreviatura para “Bulimia”, associada ao vômito após a ingestão de alimentos). A fixação com a perda de peso contínua e indefinida é presente e fortemente reforçada. Variadas maneiras de reforço social também foram encontradas, de forma que vínculos são estabelecidos o que, por si só representa um forte atrativo para essas pessoas que, de uma forma geral, possuem pouquíssimos reforçadores sociais. Pode-se perceber, portanto, a necessidade de nos voltarmos para essa temática que é tão assustadoramente pouco investigada.

Sem apoio financeiro.

Palavras-chave: Anorexia Nervosa, interações virtuais, Análise do Comportamento.

Nível do trabalho: Pesquisador

Área da Psicologia: SAÚDE

PAIS MENINOS: A PATERNIDADE E SEUS REFLEXOS NA VIDA DOS ADOLESCENTES. *Elizabeth Fiuza De Giovanni**, *Celia de França Machado**, *Leila Cazanova**, *Stela Arruda** e *Eliane Carnot de Almeida*** (Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, RJ)

Muitos jovens têm iniciado sua vida sexual precocemente, o que pode trazer impactos significativos. O número de gestantes menores revela que há muito o que ser refletido, não apenas com relação às meninas, como também aos rapazes. Segundo o DATASUS/FNS/MS, em 2007, de 2.891.328 nascidos vivos, 610.372 eram filhos de meninas entre 10 e 19 anos. Esse número pode alertar para o fenômeno da gravidez na adolescência, e diversas pesquisas têm sido feitas para investigá-la e interpretá-la. Percebe-se que existe um enfoque maior na mãe adolescente, sendo que o jovem que se torna pai muitas vezes é ignorado. Os programas de saúde relacionados à gravidez na adolescência são voltados prioritariamente para as meninas. Além disso, o imaginário social carrega vários estereótipos sobre o adolescente, sobre a paternidade, e em especial sobre o pai adolescente. Ser ou sentir-se verdadeiramente pai envolve aspectos emocionais, afetivos, de identidade, físicos e sociais. Uma forma privilegiada de abordar e buscar compreender melhor o tema da paternidade adolescente é através da consideração do que os jovens pais têm a dizer, uma vez que seu relato possibilita a tradução da imagem, muitas vezes estereotipada, em expressão da vivência cotidiana. Há poucas pesquisas na área de pais adolescentes evidenciando um campo importante a ser explorado. O presente trabalho utilizou a metodologia qualitativa, com os dados coletados através de entrevistas semiestruturadas, com pais que tiveram filhos entre os 16 e 19 anos, atualmente com idade entre 23 e 30 anos, escolhidos de forma aleatória. Os dados foram agrupados em categorias de análise, investigando os reflexos da paternidade na adolescência. A partir de suas falas percebeu-se que a paternidade na adolescência representou uma entrada precoce no mundo adulto, com todas as responsabilidades inerentes a essa nova fase. Muitos planos e sonhos foram postergados, ou até mesmo eliminados, em decorrência da necessidade de enfrentar a nova realidade, assumindo-se a criança. Para a maioria, a família foi o único apoio, inclusive na questão financeira. Os estudos foram abandonados pela maioria dos entrevistados, visto que enfatizaram a necessidade de trabalhar para cobrir os gastos que, segundo eles, são grandes. Mesmo os que já trabalhavam antes da gravidez sentiram que precisaram de mais recursos, fazendo com que os estudos ficassem em último plano. Conclui-se que há efetivamente muitas mudanças na vida desses jovens, que não eram sequer imaginadas antes de serem pais. Revela-se também a necessidade de iniciativas governamentais voltadas à saúde coletiva, especificamente na área de educação em saúde, a fim de dar suporte a esses jovens que são lançados em um novo mundo e se percebem muitas vezes esquecidos pelo Poder Público.

Palavras-chave: Paternidade, adolescência, gravidez
IC (trabalho de graduação)

SAÚDE – Psicologia da Saúde

ESTILOS PARENTAIS E ADESÃO AO TRATAMENTO EM ADOLESCENTES COM DIABETES TIPO 1. *Alana dos Anjos Moreira**, *Ingrid Ferreira Soares da Silva*** e *Eleonora Arnaud Pereira Ferreira*. (Faculdade de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém-PA).

O diabetes mellitus Tipo 1 (DM1) é uma doença crônica caracterizada pela dificuldade no controle dos níveis de glicose no sangue, predominantemente diagnosticada em crianças e adolescentes. O tratamento demanda mudanças na rotina de vida, incluindo reeducação alimentar, uso de medicamentos orais e injetáveis, além de prática regular de atividade física. Desse modo, os pais, como cuidadores primários de crianças e adolescentes, são tidos como importantes auxiliares no seguimento das recomendações para o tratamento. Considerando-se que estudos sugerem que características do relacionamento estabelecido entre cuidadores e paciente são relevantes para o tratamento do DM1, esta pesquisa objetivou verificar a relação entre estilos parentais e adesão ao tratamento do DM1 segundo relato de adolescentes e de seus cuidadores. Participaram dois adolescentes do sexo masculino e seus responsáveis. Os dados foram coletados na residência de cada adolescente. Foram utilizados: Roteiro de entrevista com os pais; Inventário de estilos parentais (IEP); Roteiro de entrevista com o adolescente; Inventário de avaliação do apoio familiar ao tratamento do diabetes Tipo 1; e Formulários para automonitoramento de comportamentos de adesão ao tratamento. O procedimento constou de: seleção dos participantes; uma entrevista individual com cada responsável; e oito entrevistas individuais com cada adolescente. Os resultados foram analisados de modo qualitativo, comparando-se os dois casos. O Participante 1 (P1) tinha 14 anos, diagnóstico de DM1 há dois anos e seus cuidadores foram avaliados como possuindo estilo parental positivo (mãe= 90 pontos e pai= 85 pontos no IEP), indicando predomínio de práticas parentais positivas sobre as negativas. O Participante 2 (P2) tinha 17 anos, diagnóstico de DM1 há cinco anos e seus cuidadores foram avaliados como possuindo estilo parental positivo, mas regular (mãe=65 e padrasto= 45 pontos no IEP), indicando a necessidade de aprimoramento das práticas parentais, como por meio da participação em grupos de treinamento de pais. Os resultados obtidos por meio da aplicação do “Inventário de avaliação do apoio familiar ao tratamento” indicaram que P1 relatou receber melhor apoio do que P2 em relação à administração de insulina, exame de glicemia e seguimento da dieta. Não houve diferença entre os dois participantes quanto à percepção de apoio emocional (ambos relataram que recebiam este apoio dos pais) e quanto à atividade física (ambos relataram que não recebiam este apoio dos pais). Os resultados obtidos por meio dos “Formulários para automonitoramento de comportamentos de adesão ao tratamento” indicam que P1 apresentava melhor adesão do que P2, o que foi observado por meio dos registros feitos acerca dos valores de glicemia pré e pós-prandial, assim como por meio dos registros dos comportamentos de adesão analisados a cada entrevista com o adolescente. Comparando-se os resultados obtidos, observa-se que houve relação entre os relatos de adesão ao tratamento e relatos de apoio familiar ao tratamento. Discute-se o efeito dos estilos parentais, considerando-se que estes parecem ter relevância para adesão ao tratamento em adolescentes com DM1.

Apoio Financeiro: Bolsa PIBIC/CNPq

Palavras-chave: estilos parentais, diabetes Tipo 1, adesão ao tratamento.

IC

IDENTIFICAÇÃO DE ÍNDICES DE QUALIDADE DE VIDA POR MEIO DO SF36 EM UNIVERSITÁRIOS DE PRIMEIRO ANO DO CURSO DE PSICOLOGIA. *Débora Aparecida Ramos de Azambuja**, *Patrícia Baltazar Bodoni e Gisele Renata Gouvea* (Faculdade Anhanguera, Bauru SP)

Ao ingressar no ensino superior, o estudante inicia uma fase de adaptação a uma rotina desconhecida. Essa adaptação pode ocorrer com maior ou menor dificuldade. Essa expectativa do início de formação aumenta a ansiedade e o aparecimento de sintomas, interferindo na qualidade de vida dos estudantes. Neste contexto, uma nova oportunidade para a gestão de atividades e construção de novas relações, impacta na rotina e espera-se atingir de maneira imediata o esperado. Em função disto essa pesquisa descreve um estudo realizado com a aplicação do inventário de Qualidade de Vida SF-36, com 50 alunos do primeiro ano do curso de psicologia de uma faculdade particular do interior de São Paulo tendo como objetivo identificar aspectos significativos da qualidade de vida e apresentar seus índices. Para a coleta de dados foi utilizado o inventário Sf36 – questionário correspondente nos itens: Capacidade Funcional (10); avalia tanto a presença quanto a extensão das limitações imposta à capacidade física em três níveis: muito pouca ou sem limitação. Aspectos físicos (4); Aspectos emocionais (3); Dor (2) sobre a intensidade da dor, crescida de uma questão sobre a interferência da dor nas atividades cotidianas; Estado geral de saúde (5); Vitalidade (4) avalia tanto o nível de energia como de fadiga; Aspectos Sociais (2) analisam integração do indivíduo em atividades sociais; Saúde Mental (5) dimensões: ansiedade, depressão, alterações do comportamento, descontrole emocional e bem estar psicológico. Esses domínios foram avaliados atribuindo-se um resultado para cada questão e transformados numa escala de 0 a 100 em que 0 é considerado o pior e 100 o melhor estado. Obteve-se quanto à capacidade funcional escore superior de 85-100 de 82% dos sujeitos, médio 50-75 de 12% e escore inferior de 50- 74 – 6%. Aspecto físico obteve-se escore superior de 75-100 – 74% dos sujeitos e inferior de 0-50 – 26%. Dor escore superior de 84-100- 38% dos sujeitos, escore médio de 62-74 – 38%%; e inferior 0-61- 24%; Estado geral de saúde escore superior de 82-100- 41% de sujeitos; médio de 40-80 - 55% e inferior de 0-37 – 4%; Vitalidade: escore superior de 80-85 – 12% dos sujeitos; escore médio de 50-80 – 56% e inferior de 0-50 – 32%; Aspectos Sociais: escore superior de 75-100 – 46% dos sujeitos; escore médio de 50-70 – 50% e inferior de 0-50 – 4%; Aspectos Emocionais: escore superior de 60-100- 52% dos sujeitos; escore inferior de 0-30 – 48%; Saúde Mental escore superior de 70-100- 32% dos sujeitos; escore médio de 40-70 – 50% e inferior de 0-40 – 18%. Pode-se verificar que a primeira série apresentou bom resultado nos aspectos mensurados. Isso leva a inferir que o aluno do primeiro ano, ao ingressar na vida universitária, apesar das pressões e período de adaptação preserva mobilizações internas que seriam sentidas como exigentes.

Palavras chaves: qualidade de vida, estudantes, ensino superior.

IC (Trabalho de graduação)

SAÚDE

PREPARAÇÃO E ASSISTÊNCIA AO PARTO: CONQUISTAS E DESAFIOS ATUAIS. *Natalia Almeida Tostes** e Eliane Maria Fleury Seidl* (Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, Brasília, DF)

O movimento de humanização na saúde vem crescendo e ganhando importância na última década no Brasil. Na assistência ao parto, o termo “humanização” é utilizado há muitas décadas, com os mais diversos sentidos. O movimento de humanização proposto pelas recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS) feitas em 1985 sugere outro modelo de atendimento no pré natal, parto e pós parto. Esse modelo implica mudanças de valores e paradigmas associados ao pré-natal, parto e puerpério e uma mudança na prática dos profissionais que atuam no momento do parto e nascimento. Sabe-se hoje que a qualidade do trabalho de pré parto, parto e pós parto está bastante associada à boa preparação da mulher em diversos âmbitos ao longo do período pré-natal e a uma assistência de qualidade ao longo do ciclo gravídico. No entanto, a implantação no Brasil dessa outra forma de fazer parece ainda enfrentar dificuldades. Assim, fazem-se necessárias investigações sobre o entendimento atual do que seja preparação e assistência ao parto, bem como o delineamento de um panorama desses temas, de forma a identificar as dificuldades existentes. Nessa pesquisa de revisão da literatura buscou-se entender o contexto em que tais termos têm sido empregados na produção científica recente. O estudo teve por objetivo identificar publicações em periódicos brasileiros sobre preparação e assistência ao parto com intuito de avaliar o que tem sido relacionado a esses temas mais recentemente. Os artigos escolhidos foram publicados no período de 2005 a 2009, selecionados em periódicos da base de dados SciELO, por meio da combinação dos descritores: “assistência” e “parto humanizado”; “preparação” e “parto”. Os artigos podiam referir-se a estudos empíricos ou de revisão de literatura. Foram analisados dez artigos: sete publicados em língua portuguesa, dois em língua inglesa e um em língua espanhola. Oito artigos relatavam realidade brasileira; um artigo, de língua espanhola, tratava de realidade vivida no México; e um abordava realidade de Portugal. Os dez artigos foram agrupados em três grandes categorias temáticas, de acordo com os assuntos tratados por eles, a saber: experiências e concepções de profissionais da saúde; experiências de usuários dos serviços de saúde; e avaliação do serviço humanizado (tratando-se aqui do pré-parto, parto e nascimento). Os resultados dos estudos analisados permitiram concluir que, mais de duas décadas após as primeiras recomendações da OMS sobre humanização do parto e do nascimento, ainda há grandes desafios nesse campo. Estudos indicaram a necessidade de uma mudança de paradigma não só dentro dos hospitais e maternidades, mas nos níveis: individual, com a mudança de crenças, valores e atitudes dos profissionais de saúde e com a maior atuação da população/da mulher em busca dos seus direitos; acadêmico, com a mudança dos conteúdos e da forma de ensino nos cursos de saúde; público, com políticas públicas que caminhem cada vez mais na direção da implementação dos ideais de humanização, dignidade e respeito. As mudanças de paradigma no âmbito da saúde pública foram destacadas como formas importantes de legitimar e sustentar as práticas, rotinas hospitalares e a formação dos profissionais de saúde.

Apoio financeiro: Bolsa de mestrado - CNPq e Decanato de Pesquisa e Pós-graduação da Universidade de Brasília

Palavras-chave: maternidade, parto, humanização

Nível do trabalho: Mestrado

Código da área: SAÚDE

EFEITOS DO PROCESSO DE INTERCONSULTA PARA UMA PACIENTE PORTADORA DE NEOPLASIA DE RETO. *Thayana do Nascimento Chagas* (Psicóloga Aprimorada em Psico-Oncologia), *Mariana Barreira Mendonça* (Psicóloga Staff e Supervisora) e *Luis Eduardo Werneck de Carvalho* (Médico Staff) - (Clínica Oncológica Brasil/Belém-PA).

O câncer colo-retal encontra-se entre os seis tipos de neoplasia mais incidentes em ambos os sexos. É o terceiro tumor mais freqüente em mulheres e possui maior ocorrência na faixa etária de 50 a 70 anos de idade. É considerada doença grave, pois coloca em risco várias áreas da vida do indivíduo e das pessoas de seu convívio, afetando a qualidade de vida. A interconsulta ocorre na presença de um profissional de saúde, atendendo a solicitação de um médico em relação ao acompanhamento do paciente, garantindo o atendimento global deste. Este procedimento deve envolver distintos profissionais que estejam preparados para realizar interação entre saberes com objetivo a se complementarem, visando produzir alternativas e soluções eficazes para cada caso abordado, configurando um contexto favorável para a Psicologia. Este trabalho visa a descrever um procedimento de psicoterapia breve com episódio de interconsulta, realizado em uma clínica privada de tratamento oncológico em Belém-Pa, com uma paciente portadora de neoplasia do reto e bolsa de colostomia, do sexo feminino, 65 anos, viúva, do lar e mãe de cinco filhos. Além da paciente, também foram assistidos seus familiares. Foram realizadas cinco sessões, com duração de 30 minutos cada, quatro durante a administração do quimioterápico e uma em conjunto com oncologista no consultório. Foram realizados os seguintes procedimentos: anamnese psicológica, análise funcional, planejamento de novas contingências, acolhimento, planejamento para interconsulta e orientação familiar. Observou-se redução da variabilidade comportamental da paciente após o diagnóstico, que foi intensificada após a cirurgia de colostomia. Essa dificuldade deixou a paciente privada de reforçadores, o que, juntamente com os severos efeitos colaterais da quimioterapia, favoreceu o desencadeamento de sintomas depressivos e o desejo da paciente de abandonar o tratamento. A análise funcional favoreceu o planejamento de novas contingências às quais a paciente fosse exposta na busca por novos reforçadores. Mesmo diante de intervenções distintas, a paciente mantinha o desejo de abandono do tratamento. Por essa razão, a interconsulta foi planejada e realizada para proporcionar discriminação das contingências envolvidas no tratamento e tomada de decisão da continuidade do mesmo e adiamento de cirurgia. Com o consenso da paciente e da família, decidiu-se pela continuidade do tratamento, com alterações medicamentosas que proporcionariam melhora na qualidade de vida da paciente. A atuação conjunta de oncologista e psicólogo favoreceu tal decisão, sem deixar de levar em consideração o sofrimento físico e emocional. Com essa escolha, novos objetivos terapêuticos foram traçados dando-se continuidade ao acompanhamento deste caso.

Palavras-chave: câncer colo-retal, interconsulta e qualidade de vida.

Nível do trabalho: Outro

Código de área: SAÚDE

O OLHAR QUE CONTATA E A INTERAÇÃO QUE TRANSFORMA: COMPARTILHANDO EXPERIÊNCIAS NA SUPERVISÃO EM GESTALT-TERAPIA. *Priscila Pires Alves* (Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense – Pólo Universitário de Volta Redonda, RJ).

O presente trabalho descreve a experiência da supervisão em Gestalt-Terapia a partir de um estudo de caso na intervenção clínica em um caso de ajustamento psicótico. As políticas de saúde mental no Brasil vem se delineando de tal forma que os dispositivos de intervenção abrem ao psicólogo um campo de trabalho com novos paradigmas que levam continuamente à revisão de suas práticas. Desse modo, se por um lado nos deparamos com a urgente necessidade de repensar a *práxis* e o contexto da intervenção clínica nessa realidade, por outro há que se considerar que o psicólogo em formação, demanda uma escuta para que seus conflitos na construção de seu papel possam encontrar suporte e favorecer seu crescimento enquanto protagonista na construção do seu lugar na saúde pública. O caso em tela consiste no desenvolvimento de um projeto terapêutico com um jovem, M. do sexo masculino, 24 anos que chega ao Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), após ser atendido em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e receber indicação para consulta psiquiátrica. Após consulta inicial, foi encaminhado para integrar o CAPS com o diagnóstico: Esquizofrenia Hebefrênica. A partir de sua inserção no programa, seu projeto terapêutico foi discutido e acompanhado por equipe multidisciplinar tendo como referência uma estagiária de psicologia que integrava a equipe do CAPS. A estagiária em questão pertencia ao grupo de supervisão em Gestalt-terapia e levava seus casos para discussão na supervisão. Inicialmente, a estagiária manifestou uma grande inquietação frente ao diagnóstico do rapaz: F20- 1 -Esquizofrenia Hebefrênica, pois ao encontrar a definição para a referida nosologia no CID 10, referiu sentir um enorme desconforto pois sentia-se “sem saber o que fazer” pois o consulente encontrava-se em “surto”, uma vez que não falava nada a não ser repetir para todas as mulheres com quem se encontrava: “-Você quer casar comigo? Quer me beijar?” De acordo com a estagiária a frequente repetição dessas frases e a impossibilidade de estabelecer o diálogo com o referido consulente tornava a terapêutica algo muito complexo, como uma “missão impossível”. Diante de sua angústia o grupo de supervisão, ao escutá-la propôs uma revisão nos conceitos de campo da Gestalt-terapia como forma de encontrar estratégias para favorecer o trabalho da estagiária com o consulente em questão. Nesse processo, levantou-se a necessidade de se conhecer as forças contextuais que caracterizavam a história do rapaz. Ao compreender seu campo existencial e história de vida, pôde-se compreender a sua cristalização. A inclusão dialógica da terapeuta com o consulente deu-se quando a estagiária se voltou para ele dizendo-lhe: “-Não vou te beijar e casar com você, pois não estou aqui para isso, mas posso sim lhe cumprimentar todos os dias e me despedir ao final de nossos encontros.” Tal abertura para o contato, possibilitou a terapêutica com o consulente facultando a esse indivíduo que sofria, o ajustamento criador que lhe deu um lugar na relação com o outro. É essa a interação que a Gestalt-terapia com sua dialógica viabiliza nos encontros e contatos do eu com o outro.

Palavras-chave: clínica gestáltica – saúde mental – ajustamento criador

Nível do Trabalho: P

Código de área: Saúde Mental

OS EFEITOS DE ESTRATÉGIAS DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO UTILIZADAS POR RESIDENTES DE MEDICINA NO TRATAMENTO DE PACIENTES PSIQUIÁTRICOS. *Renata Grossi* (Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento da Universidade Estadual de Londrina –Pr.), *Juliana Brum Moraes*** e *Vivian Uemura*** (Ambulatório de Psiquiatria Infantil do Hospital das Clínicas da Universidade Estadual de Londrina-Pr)

Uma mudança de paradigma na compreensão, análise e proposta de tratamento do transtorno psiquiátrico vem acontecendo de tal forma que psiquiatras e psicólogos estão compartilhando informações e estudando o caso de modo a beneficiar o paciente. A análise do comportamento vem contribuindo com essa mudança auxiliando na compreensão funcional da doença, mostrando a importância da interação do paciente com seu ambiente. O presente trabalho tem como objetivo apresentar os efeitos da aplicação de estratégias analítico comportamentais sobre o comportamento de pacientes com transtorno psiquiátrico, atendidos no Ambulatório do Hospital das Clínicas da Universidade Estadual de Londrina, como parte do Curso de Residência Médica em Psiquiatria de duas residentes, ao longo de um ano. Foram acompanhados dez pacientes, quatro do sexo feminino e seis do sexo masculino, com idade etária entre 8 e 16 anos. Sendo três com diagnóstico de transtorno bipolar; quatro com transtorno bipolar e problemas de comportamento; um com esquizofrenia; um com transtorno obsessivo-compulsivo e depressivo e um com transtorno obsessivo-compulsivo. Foram realizadas em média três consultas com cada paciente. Os relatos eram feitos pelas residentes e entregues para a supervisora para serem corrigidos e discutidos em supervisões semanais. Os registros eram compostos por: nome da residente, dados de identificação do paciente, data da consulta, medicação, relato da consulta, hipóteses funcionais levantadas e proposta de estratégias de intervenção para a consulta seguinte. As consultas foram planejadas dentro da seguinte estrutura: espaço para falar, tirar dúvidas, perguntar e esclarecer; dar orientações, a partir das hipóteses funcionais levantadas para o paciente e acompanhante, retomar os principais tópicos das consultas e, quando necessário, explica-los novamente. As principais estratégias utilizadas pelas residentes foram: oferecer um espaço de audiência não punitiva; descrever contingências (antecedentes-comportamento-consequência); reforçar diferencialmente; estabelecer limites e regras claras e oferecer informações e orientações. Dos dez pacientes um menino de 10 anos não apresentou melhoras pelas dificuldades da família em ministrar a medicação e uma adolescente de 16 anos não retornou na última consulta do ano. As principais mudanças observadas pelas residentes, relatadas pelos pacientes e/ou acompanhantes, em comum aos oito pacientes, foram: melhora na adesão (uso correto da medicação e comparecimento às consultas); participação ativa nas consultas (expressar sentimentos e opinião); melhora no rendimento escolar (retorno às aulas, melhora nas notas e atividades escolares); implantação de rotina estruturada (atividades e horários); diminuição dos sintomas da doença (estabilização dos episódios de mania-depressão, diminuição dos comportamentos de agressão e de oposição, não ocorrência de suicídio); melhoras nas relações sociais (familiares e amigos). Os resultados observados quanto aos acompanhantes foram: passaram a compreender as características da doença e a função do comportamento do seu familiar e deste modo seguir e aplicar as informações e orientações fornecidas pelas residentes. Pode-se considerar que ao final do ano as melhoras foram significativas, levando a inferir que as estratégias utilizadas pelas residentes, nos casos, favoreceram a mudança comportamental dos pacientes. Observou-se que estas melhoras se deram na interação do paciente com seu ambiente, como proposto pela análise e intervenção na abordagem comportamental.

Apoio- Ambulatório de Psiquiatria do Hospital das Clínicas (AHC- UEL)

Palavras chaves: transtorno psiquiátrico; análise do comportamento; psiquiatria

Outros

SMENTAL – Saúde mental

FLEXIBILIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E SUAS REPERCUSSÕES NA FAMÍLIA DO TRABALHADOR: UM ESTUDO DE CASO NA ALBRAS. *Terezinha de Jesus Arnaud Torres de Madeiro e Vera Lúcia Batista Gomes* (Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará, Belém-PA).

Este trabalho é resultado de uma pesquisa de campo cujo objetivo foi analisar a flexibilização das relações de trabalho na ALBRAS (Alumínio Brasileiro S/A) e suas repercussões para a família dos trabalhadores. Esta empresa encontra-se localizada em Barcarena/PA e, desde a metade dos anos 90, vem adotando novas formas de gestão do processo produtivo e das relações de trabalho baseadas na Gestão pela Qualidade Total (GQT), inovação tecnológica e contratos temporários. No que se refere à metodologia da pesquisa, priorizou-se o tipo de pesquisa quanti-qualitativa, dada a necessidade de aprofundamento da compreensão do objeto de estudo, pois se tentou articular a análise dos dados quantitativos e qualitativos. Os dados da pesquisa foram analisados com base em autores clássicos e contemporâneos da sociologia que tratam da crise do capitalismo contemporâneo e das transformações do mundo do trabalho, assim como, da psicologia, mais especificamente sobre saúde mental e trabalho. Teve como instrumento de coleta de dados, entrevistas semi-estruturadas realizadas com trabalhadores e esposas/companheiras, bem como, observação *in loco*. Os critérios utilizados para a definição da amostra foram o ingresso na empresa antes (1992-94) e depois (1996-98) da implantação da GQT, tendo em vista a obtenção de dados que possibilitassem desvendar o objeto de estudo. Assim, procurou-se caracterizar a re-configuração das bases produtivas e suas repercussões das relações de trabalho, a partir da compreensão da categoria trabalho, como fundamento da vida humana, em particular, no contexto amazônico devido à implantação dos grandes projetos nessa região, dentre os quais, o projeto ALBRAS, para então compreender a dinâmica da acumulação capitalista que contou com o incentivo do Estado brasileiro. Paralelamente, foi traçado o perfil da situação de trabalho dos pesquisados visando conhecer as condições de vida da família dos mesmos na perspectiva de apreender as repercussões da flexibilização das relações de trabalho na ALBRAS para a vida familiar dos mesmos. Constatou-se que a flexibilização das relações de trabalho tem proporcionado a essa empresa a maximização dos lucros e a redução de despesas diversas, porém contraditoriamente, tem gerado uma série de desgastes para os trabalhadores, comprometendo a qualidade de vida dos mesmos, que culmina em conflitos no convívio familiar e o surgimento das doenças psicossomáticas (depressão, choro compulsivo, alcoolismo, estresse, etc) provocadas pelas pressões exercidas pela empresa no que tange ao cumprimento de metas de produtividade, pela insegurança quanto à perda do emprego e a situação de vulnerabilidade social que tem afetado não somente o trabalhador, mas também sua família, o que evidencia o impacto de transtornos mentais relacionados ao trabalho.

Apoio financeiro: Não há.

Palavras-chave: Trabalho, Restruturação produtiva, Saúde Mental.

Nível do Trabalho – M.

Código da Área da Psicologia: SMENTAL.

ENTREVISTA PSICOLÓGICA INICIAL PARA CRIANÇAS VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL. *Maira Maria da Costa** (Departamento de Psicologia - Faculdade Metropolitana de Guaramirim – Guaramirim SC) e *Virginia Azevedo Reis Sachetti* (Departamento de Psicologia - Faculdade Metropolitana de Guaramirim – Guaramirim SC)

O abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes são tipos de maus-tratos com diversas implicações psicossociais e legais. O abuso sexual é definido como o envolvimento de crianças e adolescentes em atividades sexuais que não compreendem em sua totalidade e com as quais não estão aptos a concordar, podendo ocorrer por força, ameaça ou indução da vontade da vítima e ser fator responsável pelo comprometimento do rendimento escolar, adaptação social, saúde física e mental, além de estar diretamente relacionado, em longo prazo, ao desenvolvimento de distúrbios comportamentais. O presente trabalho surgiu de uma parceria entre o Serviço-Escola de Psicologia e a Prefeitura do Município de Guaramirim, interior-norte de Santa Catarina e teve o objetivo de elaborar um protocolo para o primeiro atendimento destinado às crianças vítimas de abuso sexual que são encaminhadas ao Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), responsável por fazer a entrevista psicológica inicial. Partiu-se do pressuposto que o contato inicial com o psicólogo configura-se como um espaço de apoio e orientação que visa o acolhimento da criança, bem como o levantamento de informações específicas, uma vez que esse tipo de violência pode vir desacompanhado de vestígios físicos. O primeiro atendimento deve proporcionar condições para uma escuta ativa e para o estabelecimento de um vínculo fundamentado na empatia, na aceitação e na isenção de julgamentos; além de ser mediado por atividades não diretivas, que facilitem a expressão de sentimentos, respeitem o desenvolvimento cognitivo e afetivo e a história de vida. A entrevista psicológica inicial permite ainda observar o comportamento, colhendo possíveis indicadores do abuso, bem como de seu impacto psicológico sobre a criança. O primeiro passo foi analisar outros protocolos já desenvolvidos a fim de criar um novo, adequado às necessidades dos atendimentos realizados no local, considerando seus aspectos socioculturais. A entrevista proposta tem duração aproximada de uma hora e possui cerca de 20 questões indiretas, distribuídas em cinco temas principais: (1) apresentação mútua e percepções do sujeito a respeito de si mesmo, (2) investigação de informações sobre a família, (3) questionamentos introdutórios ao assunto da violência sexual, do contexto do abuso e a percepção da criança em relação ao evento e (5) um fechamento que favorece o fortalecimento do vínculo. O protocolo foi testado em 10 crianças encaminhadas ao local durante um semestre. Os resultados iniciais indicam que a entrevista permitiu: a coleta de informações específicas necessárias ao encaminhamento; a expressão de sentimentos e as estratégias de enfrentamento da criança; o tipo de cuidado destinado à criança por pessoas próximas e o preparo inicial para a participação em programas de proteção. Oferecer o atendimento psicológico inicial adequado à criança, com profissionais capazes de realizar entrevistas efetivas, que permitam coletar dados precisos para subsidiar relatórios consistentes apresentados à equipe multiprofissional é de extrema importância, pois, a partir desse momento serão avaliadas e decididas quais as medidas mais adequadas de intervenções sociais, psicológicas, jurídicas e médicas, visando promover a superação do evento e a saúde mental à criança.

Palavras-chave: entrevista psicológica inicial, abuso sexual, assistência social.

Iniciação Científica – IC

Código: SMENTAL

CORRELAÇÃO ENTRE AFETOS POSITIVOS E QUALIDADE DE VIDA EM PACIENTES COM DEPRESSÃO ATENDIDOS NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL DE PORTO VELHO. *Flávia Ferro Costa Veppo** e *Paulo Rogério Morais* (Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho – RO)

De acordo com estimativas da Organização Mundial de Saúde, em 2030 a depressão deverá ser o transtorno mais prevalente no mundo, superando casos de câncer ou doenças cardíacas. A depressão é uma das psicopatologias mais estudadas atualmente, pois, além dos efeitos diretos sobre o indivíduo e sua família, a depressão também exerce impacto sobre questões econômicas, seja pelo custo dos tratamentos ou pela redução da capacidade produtiva do indivíduo afetado por esta doença. Por ocasionar expressiva influência na qualidade de vida do indivíduo, optou-se por realizar uma pesquisa sobre a depressão utilizando o aporte teórico da Psicologia Positiva, que se fundamenta na ênfase dada às forças e às potencialidades humanas e não apenas nas emoções negativas ou no funcionamento disfuncional dos indivíduos. Esta pesquisa, realizada em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), com indivíduos com diagnóstico de depressão, teve como objetivos: 1. verificar a percepção de afetos positivos e negativos, 2. a frequência com que esses indivíduos vivenciam tais afetos e 3. a relação dessa percepção com um índice objetivo de qualidade de vida. Participaram desta pesquisa 52 pessoas de ambos os sexos, com idade igual ou superior a dezoito anos. Após receber informações acerca dos objetivos e procedimentos, aqueles que aceitaram fazer parte da pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e, em seguida, responderam um questionário de identificação sócio-demográfica, o Inventário de Depressão de Beck (BDI), a Escala de Qualidade de Vida da OMS WHOQOL-breve e a Escala de Avaliação de Afetos Positivos e Negativos (PANAS). Os dados foram coletados nos dias em que os participantes agendaram atendimento ou participavam de grupos desenvolvidos pelo CAPS. O teste de correlação de Spearman demonstrou correlações significativas entre as escalas PANAS, o BDI e os diferentes domínios do WHOQOL-breve. Na amostra foi detectada correlação negativa moderada entre a frequência de afetos positivos e frequência de afetos negativos ($r = -0,65$, $p < 0,001$), frequência de afetos positivos também se correlacionou de forma moderada e negativa com a sintomatologia depressiva ($r = -0,57$, $p < 0,001$). Além disso, a frequência de afetos positivos se correlacionou positivamente com todos os domínios da escala WHOQOL-breve e foram detectadas correlações negativas fracas e moderadas entre a frequência de afetos negativos e todos os domínios do WHOQOL-breve. A sintomatologia depressiva se correlacionou negativamente com os domínios físico ($r = -0,54$, $p < 0,05$), psicológico ($r = -0,44$, $p < 0,05$) e relações sociais ($r = -0,38$, $p < 0,05$). Tais resultados são concordantes com os pressupostos teóricos e corroboram a idéia que a depressão tem impacto negativo sobre a qualidade de vida dos indivíduos. A correlação observada entre a frequência de afetos positivos e as dimensões de qualidade de vida avaliadas pelo WHOQOL-breve sugerem que intervenções direcionadas podem aumentar a frequência de tais afetos e podem ter impacto positivo tanto na sintomatologia depressiva quanto na qualidade de vida de pacientes deprimidos.

PIBIC/CNPq/UNIR

Palavras-chave: Psicologia Positiva; Depressão; CAPS.

Nível do Trabalho: IC

Código da área da apresentação: SMENTAL

VIVÊNCIAS DE PRECONCEITO DE PESSOAS QUE VIVEM COM O HIV/AIDS. *Brigido Vizeu Camargo* (Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição – Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis – SC), *Andréa Barbará S. Bousfield* (Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição – Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis – SC), *Andréia Isabel Giacomozzi* (Secretária Municipal de Saúde – Vigilância em Saúde – Florianópolis – SC) e *Larissa Papaleo** (Graduanda em Psicologia – Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis - SC).

A aids é uma doença que apresenta uma importante história de estigma social. A literatura aponta que a doença associa-se a comportamentos imorais, idéia de morte iminente, relações homossexuais e uso de drogas, entre outros. O objetivo deste estudo foi identificar os contextos em que se dá o preconceito e de que forma ele acontece. Por meio de entrevistas semi-diretivas realizada com 101 indivíduos que vivem com HIV/Aids, 40 deles relataram já ter sofrido preconceito. Entre os participantes que já sofreram preconceito 21 são do sexo masculino e 19 do sexo feminino, 9 são homossexuais e 31 heterossexuais. Estão faixa etária entre os 30 e 49 anos, metade deles estão em tratamento antirretroviral há mais de 6 anos. As respostas a pergunta “Como e por quem sofreu preconceito?” passaram por uma análise categorial. Emergiram 5 categorias, 4 referentes ao contexto em que se deu a situação de preconceito: família, trabalho, amigos e pessoas em geral, na qual foram incluídos os profissionais da saúde. Ocorreu uma quinta categoria (sigilo) que se refere a como as pessoas que vivem com o HIV/Aids se protegem em relação ao preconceito. A categoria “família” contemplou quase metade das respostas; e sua forma mais comum é a separação de utensílios domésticos e cômodos da casa por apreensão dos demais membros da família em se contaminar. A categoria “pessoas em geral” e profissionais da saúde abrange diversas situações inclusive no contexto hospitalar, totalizando 2 a cada 5 respostas. Outra categoria encontrada é o “trabalho”, na os participantes relataram já terem sido demitidos em razão do diagnóstico ter sido descoberto por colegas ou chefes. Na categoria “amigos”, que compreende 1 a cada 5 respostas, os participantes relataram afastamento dos amigos que souberam do diagnóstico. Por fim, a categoria “sigilo” esteve presente em 1 a cada 4 relatos, corroborando a hipótese de que manter o diagnóstico em sigilo é uma forma de se proteger do preconceito. Os dados apresentados indicam que o maior foco de preconceito é a própria família, que é geralmente o espaço ao qual mais se confia o diagnóstico. A fim de amenizar o preconceito e a discriminação faz-se necessário que os serviços de atenção a esse público realizem intervenções que promovam a saúde e a qualidade de vida das pessoas quem vivem com HIV/Aids, desenvolvendo o apoio social destes, como família, amigos e colegas de trabalho.

Bolsa de Iniciação Científica PIBIC - CNPq

Apoio financeiro FAPESC - Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina.

Palavras-chave: preconceito, HIV/aids, sigilo.

Pesquisador – P

SOCIAL Psicologia Social

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O CORPO: EFEITOS DE CONTEXTO E DO TIPO DE COMUNICAÇÃO. *Brigido Vizeu Camargo, Ana Maria Justo, Thamirys Toesqui* e Matheus de Moura Schreiner** (Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição – LACCOS – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC).

As representações sociais (RS) têm por objetivo criar explicações sobre eventos da realidade e se destacam por ser compartilhadas socialmente. Nesta pesquisa coloca-se a hipótese das representações diferenciarem-se também, além da influência do pertencimento grupal, de acordo com o contexto e o tipo de comunicação envolvida. Seu objetivo é compreender o papel do contexto de inserção (contexto de beleza e contexto de saúde) e da forma de comunicação (direta e indireta) na produção de RS sobre o corpo para homens e mulheres de diferentes grupos geracionais. Trata-se de uma pesquisa quase-experimental com delineamento fatorial, onde o contexto e o tipo de comunicação são variáveis independentes e o conteúdo das RS variável dependente. Participaram 79 pessoas da comunidade universitária, pareadas entre jovens e adultos, homens e mulheres, divididas em 16 grupos com cinco participantes. Os membros dos grupos tinham o mesmo sexo e pertenciam a uma mesma geração. Para obter as RS, utilizaram-se dois questionários que continham teste de evocação livre com termo indutor “corpo”. Para a manipulação do contexto foram utilizados dois audiovisuais criados exclusivamente para o estudo e para a manipulação do tipo de comunicação realizou-se intervenção com grupo-focal. Nas sessões experimentais, os grupos inicialmente assistiam a um dos vídeos (metade dos grupos assistiu a um vídeo associado à saúde a outra metade um vídeo associado à beleza corporal); depois respondiam ao primeiro questionário com teste de evocação livre e então era realizado o grupo-focal (sobre o tema apresentado no audiovisual). Em seguida, aplicou-se um novo questionário, com teste de evocações. Utilizou-se análise lexicográfica, análise de similitude e análise fatorial de correspondência (AFC). Os resultados indicam que a saúde é o grande eixo estruturante da RS sobre o corpo, independentemente do contexto e do tipo de comunicação. O elemento “saúde” reflete duas noções diferentes de corpo em função do contexto em que este está inserido. No contexto de saúde foi apresentada uma RS de corpo como o veículo da existência humana. Já no contexto de beleza tratou-se do corpo como objeto social. A variável “tipo de comunicação”, de acordo com a AFC realizada, exerceu menor influência nas RS evocadas que as demais variáveis (contexto, sexo e geração). Verificou-se que antes da realização do grupo focal as evocações foram mais diferenciadas entre os participantes e referiam-se mais a aspectos concretos e pragmáticos em relação ao corpo. Após a comunicação direta entre os participantes observou-se representação mais homogênea, com menor diversidade de elementos evocados e elementos mais abstratos e menos pragmáticos. Tais constatações indicam dinamicidade da cognição social, evidenciando a importância do contexto situacional em que a RS emerge nas pesquisas realizadas e no cotidiano em que as mesmas são utilizadas.

Palavras-Chave: representações sociais; corpo; contexto.

Apoio Financeiro: CNPq e Bolsa de Mestrado CAPES.

Nível: Pesquisador (P)

SOCIAL

FORMAÇÃO DE PRIMEIRAS IMPRESSÕES DE PESSOAS. *Anderson Medeiros Valente** e *Helmuth Ricardo Krüger* (Centro de Ciências da Saúde da Universidade Católica de Petrópolis, Rio de Janeiro)

Dentre as variáveis mais influentes no início das relações interpessoais, quando pessoas que não se conheciam passam a se conhecer, destaca-se a formação das primeiras impressões. Essas impressões adquirem a forma de crenças, que referem tanto aspectos objetivos da aparência da pessoa percebida quanto seus atributos subjetivos, sendo estes simplesmente inferidos. Embora as crenças assim obtidas possam ser falsas, elas exercem alguma influência na conduta das pessoas que as aceitem, podendo trazer conseqüências indesejáveis para as relações interpessoais. Há, por conseguinte, diversos problemas de pesquisa relacionados com este tema da Psicologia Social. Na pesquisa aqui apresentada em sua forma resumida, o problema investigado foi o da influência que a variável *frieza* – *afetuosidade* exerce na formação de um sistema de crenças sobre as características cognitivas, morais e afetivas, além de estilos de conduta social, de pessoas que são referidas afetivamente como frias ou calorosas. Este problema vem sendo empiricamente investigado desde a década de 1950, tendo sido constatada uma clara tendência diferencial na escolha dos atributos de duas pessoas fictícias, de acordo com a indicação de sua disposição afetiva. Esta pesquisa foi replicada na Universidade Católica de Petrópolis, dela tendo participado 245 estudantes do Curso de Psicologia, matriculados nos 10 períodos deste curso, escolhidos aleatoriamente, representando cerca de 80% do total de estudantes matriculados neste mesmo curso. Sem que o soubessem, os participantes da pesquisa foram divididos em dois grupos. Todos eles receberam uma folha que continha uma descrição sumária de um professor fictício, destacando-se nesta descrição 7 atributos pessoais, sendo 6 deles comuns, incluídos na folha descritiva distribuída aos participantes de ambos os grupos: inteligente, habilidoso, trabalhador, decidido, prático e cauteloso. Nas folhas distribuídas a uma metade dos participantes foi incluído no rol descritivo das características do professor o atributo *frieza*, ao passo que a outra metade ficou informada de que o professor descrito na folha seria *afetuoso*. A tarefa solicitada a todos eles foi a de selecionar, de uma lista complementar de 19 atributos, os que seriam compatíveis com a pessoa descrita mediante os 7 atributos anteriores. Os resultados obtidos são congruentes com os alcançados em pesquisas anteriores, tendo sido o professor descrito como *afetuoso* considerado culto, generoso, sociável, confiável, honesto e independente; enquanto que o professor dotado de *frieza* foi descrito como pessoa culta, confiável, séria, reservada, independente e crítica. Os resultados desta pesquisa podem ser úteis no estudo do processo de formação de sistemas de crenças, particularmente da estrutura lógica desses sistemas.

Apoio financeiro: Bolsa de IC do CNPq

Palavras-chave: Percepção social; crença; conduta social

Iniciação Científica – IC (trabalho de graduação)

Código da área: SOCIAL

CONQUISTA DA AUTONOMIA INTEGRAL, EM MULHERES, ATRAVÉS DE PROJETO SOCIAL E INSTRUMENTOS DE *TRAINING* SÓCIO-PSICOLÓGICOS. *Josiane Beatriz Piccin Barbieri*^{**}, *Maria Tereza Andreola*^{**} e *Maria Alice Schuch*^{**} (Faculdade Antonio Meneghetti – São João do Polêsine – RS)

O trabalho objetiva a apresentação das atividades e resultados obtidos através do Projeto social Mulher do Milênio, iniciado em 2000, até 2010. O projeto surgiu para contribuir com o 3º Objetivo de Desenvolvimento do Milênio, intitulado Autonomia da Mulher e Igualdade de Gênero, no Centro Internacional de Arte e Cultura Humanista, Distrito Recanto Maestro, São João do Polêsine - RS e comunidades da Quarta Colônia de Imigração Italiana. Seu objetivo, além desta contribuição, foi investigar os resultados que poderiam ser obtidos através dos instrumentos de intervenção: cursos de formação e sensibilização, psicoterapia e residence de autenticação – alternativas metodológicas para atingir tal fim. O embasamento teórico pautou-se nas teorias de desenvolvimento da personalidade feminina, centrando-se nos constructos teóricos da corrente existencial-humanista, com ênfase na abordagem ontopsicológica, e nas metodologias de *training* sócio-psicológico, focando o residence de autenticação. A psicoterapia de autenticação foi incluída na revisão bibliográfica, bem como os relatórios publicados pelo Governo Brasileiro, relativos a trabalhos realizados com mulheres para o alcance do 3º ODM. Foram realizados, nestes dez anos, eventos de formação dirigidos a mulheres, mirando sua preparação ao ingresso no novo milênio com uma consciência que discute e problematiza estereótipos, visando novos modos de ser e agir, coerentes com sua própria identidade, e com uma base teórica e vivencial que as capacitassem à conquista da autonomia integral. Foram 33 eventos realizados no período, abrangendo um público de 3.448 mulheres. Em 2010, foi realizada uma pesquisa com 60 mulheres, entre 23 e 60 anos, todas com participação ativa no referido Centro, integrantes do projeto. A hipótese levantada foi: as mulheres do Projeto Mulher do Milênio obtêm aumento de resultados nas esferas: produção científica; saúde e bem estar; ganho econômico; autonomia psicológica; autonomia moral; grau de instrução; empreendedorismo; superação dos estereótipos relativos ao gênero e participação em projetos sociais, definidas como indicadores da autonomia integral. A metodologia consistiu num questionário semi-estruturado, preliminarmente submetido a exame piloto com dez mulheres partícipes do projeto, escolhidas aleatoriamente. O questionário gerou uma série de respostas analisadas quali-quantitativamente. Os resultados verificados foram: as mulheres apresentam ganhos significativos em todas as esferas investigadas, entre os quais se destacam os atinentes à produção intelectual, pois apontaram que, de 23% de mulheres que produziam intelectualmente antes, passou-se para 91% após participação no Projeto. Foram arrolados os trabalhos científicos produzidos pelas pesquisadas nos anos 2000-2010, confirmando sua percepção. Tratando-se da autonomia psicológica, somente 9% das mulheres pesquisadas a possuíam antes, ao passo que, após sua participação no Projeto, 100% alcançaram tal autonomia, demonstrando a efetividade das ações empreendidas no transcurso do tempo avaliado. Demonstrou-se, também, que as mulheres obtiveram aumento expressivo na ocupação de cargos de poder, independente da faixa etária, dando novas perspectivas de aplicação ao projeto e às metodologias utilizadas neste trabalho.

Palavras chaves: mulheres, autonomia, *training* sócio-psicológico.

Nível: O

Área de Pesquisa: SOCIAL

CYBERBULLYING NA ADOLESCÊNCIA: EMPATIA E SEXO COMO ANTECEDENTES. *Melina Borges Martinho Freire**, *Marina Maia do Carmo**, *Lorena de Moraes Nascimento Leite** e *Ronaldo Pilati* (Laboratório de Psicologia Social, Departamento de Psicologia Social e do Trabalho. Universidade de Brasília, Brasília, DF).

Este estudo teve como objetivo avaliar a associação entre empatia cognitiva, empatia afetiva, *personal distress* e sexo na ocorrência de *cyberbullying* - ação individual ou coletiva com intuito de causar um dano intencional e repetido a uma pessoa ou grupo por meio de dispositivos eletrônicos (como telefones celulares e computadores) - entre adolescentes). Participaram do estudo 410 adolescentes, alunos de uma escola particular de Taguatinga, Distrito Federal, de ambos os sexos. Eles responderam, pelo auto-relato, a um instrumento contendo 39 itens: 9 referentes ao *Cyberbullying* (i.e. “Eu enviei ou postei coisas ruins sobre alguém”), 9 referentes à Cybervitimização (termo criado para se referir às vítimas do *cyberbullying*, i.e. “Alguém contou/ espalhou rumor ou fofocas sobre mim na internet”), e 21 referentes à Escala Multidimensional de Reatividade Interpessoal (EMRI), uma medida de empatia composta por três subescalas com sete itens cada, que avaliam componentes afetivo, cognitivo e comportamental (*personal distress*); e dados sócio-demográficos. Verificou-se que o sexo não foi significativo para determinar o *cyberbullying* [$F(1, 401) = 1,020$; $p = 0,313$], mas apresentou influência significativa com relação à cybervitimização [$F(1, 396) = 12,693$; $p < 0,000$]. Neste último caso, as meninas ($M = 1,67$; $DP = 0,56$) apresentaram médias maiores que as dos meninos ($M = 1,49$; $DP = 0,49$). Os resultados da regressão linear múltipla demonstram que a associação entre a variável critério (*cyberbullying*) e as variáveis explicativas (empatias cognitiva, afetiva e *personal distress*) não explicam um alto percentual da variância (R^2 ajustado = 0,092). Os coeficientes de regressão padronizados (β) indicam que a empatia cognitiva ($\beta = -0,107$; $p = 0,037$) é mais forte que a empatia afetiva ($\beta = -0,165$; $p = 0,001$), e que ambas estão negativa e significativamente relacionadas ao *cyberbullying*. A diferença significativa entre sexos referente à cybervitimização sugere que as meninas relatam mais que são vítimas quando comparadas aos meninos. As correlações negativas entre *cyberbullying* e as empatias cognitiva e afetiva ressaltam a característica antissocial do *cyberbullying*. A correlação positiva e significativa entre *cyberbullying* e *personal distress* sugere que um comportamento aversivo *online* é acompanhado de sentimentos como angústia e ansiedade. Os resultados fornecem subsídios para criação de projetos que envolvam programas de intervenção ao *cyberbullying* com o intuito de desenvolver a empatia. Outra implicação é a percepção de que uma relação de cuidados positivos com a criança pode diminuir a probabilidade de agressões *online*, pois modularia apropriadamente respostas empáticas. O presente estudo apresenta limitações, pois se baseou em auto-relato, foi realizado somente em escola particular e alguns respondentes tiveram dificuldades para compreender o instrumento. Portanto, estudos como esse devem ser replicados a fim de reforçarem os dados e permitir uma melhor compreensão acerca da associação entre empatia, sexo e *cyberbullying*.

Palavras-Chave: *cyberbullying*, sexo e empatia.

IC

SOCIAL

ATRASOS NA CONSULTA MÉDICA: JULGAMENTOS DE RESPONSABILIDADE SOBRE A SECRETÁRIA EM SITUAÇÕES DE RECOMPENSA E AMEAÇA. *Luísa Pereira Nishioka**, *Lude Marieta Gonçalves dos Santos Neves*** e *Fabio Iglesias* (Laboratório de Psicologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, DF)

Atrasos no atendimento médico em consultórios particulares são um motivo de insatisfação dos clientes. Eles frequentemente advêm de agendamentos que não podem ser realmente cumpridos, pela marcação de muitas consultas em um mesmo período. Embora as decisões sobre esse agendamento sejam de responsabilidade do profissional de saúde, as secretárias é que ouvem a maior parte das reclamações e têm que administrar o problema junto aos que aguardam pelo atendimento. A teoria atribucional de Weiner prevê que o julgamento de responsabilidade sobre a ação depende da percepção sobre seu locus de controle (interno ou externo), sua controlabilidade e sua estabilidade. Este estudo teve como objetivo investigar os julgamentos de responsabilidade sobre a secretária nessa situação, testando-se o efeito de diferentes motivações para que ela cumpra a orientação do médico. Participaram da pesquisa 94 estudantes universitários (54 mulheres) com média de idade de 21,53 (DP = 7,96), que responderam a um cenário descrevendo a interação do médico com sua secretária. O médico pedia que agendasse várias consultas em um curto espaço de tempo, ora prometendo recompensas (gratificação extra, dia de folga ou favor), ora informando que não ofereceria essas recompensas se ela negasse o pedido. Os participantes julgaram em escalas de 0 a 100 a responsabilidade da secretária ($\alpha = 0,94$) e estimaram a porcentagem de pessoas que aceitariam o pedido se estivessem no lugar dela ($\alpha = 0,82$). Os resultados revelaram alta atribuição de responsabilidade à secretária de modo geral. Houve maior atribuição de responsabilidade quando lhe era ofertada uma folga do que ameaçada a não receber a folga ($t = 4,90$; $p < 0,01$), quando lhe era oferecido um favor do que ameaçada a não receber nenhum ($t = 4,23$; $p < 0,01$). Os resultados também mostraram que a estimativa de pessoas que aquiesceriam ao pedido do médico em troca de uma gratificação foi maior do quando na ameaça de não receberem a gratificação ($t = 5,22$; $p < 0,001$) e maior quando ofertado um favor do que a ameaça de não fazer favor ($t = 3,35$; $p = 0,01$). Não foram verificadas diferenças sistemáticas em função do sexo. Esses dados são interpretados sob o modelo de causalidade de Weiner, que prevê maior atribuição de responsabilidade quando há oferta de recompensa. Nestes casos a causa é julgada como interna, estável e controlável, enquanto a menor responsabilidade está associada a ameaça de punição, que tem causa externa, instável e incontrolável. São discutidas as características de poder e status nas relações entre médico, secretária e paciente em consultórios particulares, assim como a aplicação deste tipo de estudo na melhoria do atendimento em contextos de saúde pública.

Palavras-chave: psicologia social; teoria da atribuição de causalidade; aquiescência.

IC

SOCIAL

TÁTICAS DE PERSUASÃO PARA ARRECADAR DOAÇÕES: UM EXPERIMENTO DE CAMPO. *Kamilla Rocha Cunha**, *Herman Ferreira M. de Azevedo**, *Mariana Dourado**, *Luciana Lima Barbosa**, *Marília Guimarães de Freitas Oliveira** e *Fabio Iglesias* (Laboratório de Psicologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, DF)

Pedidos de doação são frequentes no dia-a-dia urbano, desde pessoas mendigando em sinais de trânsito até pedidos institucionalizados, como as campanhas nacionais de arrecadação de recursos promovidas na grande mídia. A maneira como esses pedidos são veiculados exploram ora imagens negativas, ora imagens positivas, mas pouco se conhece sobre a influência diferenciada desses recursos entre potenciais doadores nas solicitações interpessoais. O objetivo desta pesquisa foi testar experimentalmente em campo o efeito de estratégias persuasivas enfatizando discursos, que se diferenciaram apenas pela valência da descrição feita pelos solicitantes. Participaram do estudo 153 estudantes universitários (95 mulheres) com idade média de 21 anos (DP = 4,17), abordados em diversas salas de aula de forma verbal, para doar dinheiro a uma instituição real de caridade que abriga idosos. O experimento foi delineado em três condições: negativa (“a instituição vive uma situação financeira crítica, com idosos passando por muitas necessidades e infelizes”), positiva (“a instituição está em boa situação e ajuda os idosos a serem mais felizes”) e controle (sem informações específicas sobre a situação da instituição de caridade e os idosos abrigados). Em seguida os participantes foram solicitados a depositar discretamente em um envelope o montante doado e responder a um questionário breve com dados sócio-demográficos. Após a coleta, os valores foram efetivamente doados para a instituição pelos pesquisadores. Os resultados mostraram que 46% dos participantes doaram alguma quantia. O discurso negativo gerou significativamente mais arrecadação de dinheiro entre as condições experimentais ($\chi^2 = 18,43$; $p < 0,05$). Não se verificou uma associação significativa entre o comportamento de doar e sexo ($\chi^2 < 1$; $p = ns$), mas as mulheres foram maioria entre os que doaram valores mais substanciais. Esses dados sugerem que quando a instituição é mostrada em situação precária as pessoas parecem se comover mais e, assim, doar mais do que para uma instituição que se apresenta em bom estado, tanto em frequência quanto em valor. A pesquisa é interpretada frente a literatura sobre persuasão e enquadramento de ganhos e perdas em cognição social, considerando-se ainda o modelo de alívio do estado negativo em comportamento prosocial, que prevê que as pessoas ajudam mais quando se sentem culpadas pelo sofrimento alheio. Discute-se ainda a pertinência dessas estratégias em campanhas de doação para diferentes contextos e para diferentes públicos, além de sua aplicação em outras situações que envolvem voluntariado, mutirões, doação de alimentos, roupas, livros e outros recursos, seja por ações governamentais ou não-governamentais.

Palavras-chave: persuasão, comportamento prosocial, doação.

IC

SOCIAL

MARCAS DO PRECONCEITO: QUANDO O PRECONCEITO MARCA MAIS QUE A DOENÇA. *Iací Proença Palmeira*** (Departamento de Enfermagem Comunitária/ Universidade do estado do Pará/Belém-Pa), *Ana Beatriz de Azevedo Queiroz* (Departamento Materno Infantil/Escola de Enfermagem Anna Nery/Universidade Federal do Rio de Janeiro/Rio de Janeiro-RJ) e *Márcia de Assunção Ferreira* (Departamento de Enfermagem Fundamental/Escola de Enfermagem Anna Nery/Universidade Federal do Rio de Janeiro/Rio de Janeiro-RJ).

A hanseníase é uma das principais causas de incapacidade no mundo e atinge os indivíduos em seus estágios de vida mais produtivos, impondo à sociedade um ônus social e econômico significativo. A associação da hanseníase com o termo lepra é uma das principais origens dos preconceitos atribuídos à doença. Resultados de estudos sobre as representações sociais da hanseníase apontam que estas influenciam uma gama de condutas relacionadas à doença, como: a busca de cuidados; a interação e o convívio com pessoas portadoras da mesma doença; a opção por um tipo de tratamento e a aderência ou não a este. As representações sociais do contágio da hanseníase são o objeto deste estudo, e os objetivos foram: identificar e analisar as representações sociais do contágio da hanseníase sob a ótica de mulheres que têm o corpo alterado por esta doença, e discutir as consequências de tais representações para a vida sócio-familiar das mulheres. Ao se refletir sobre a subjetividade das mulheres e o que produzem ao reelaborar seus conhecimentos, buscaram-se suas representações que englobam comportamentos, sentimentos e expressões corporais. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e descritiva, com aplicação da teoria das representações sociais. Participaram quarenta e três mulheres atendidas em uma Unidade de Referência Especializada em Dermatologia Sanitária. A produção dos dados deu-se pela entrevista individual e observação sistemática. Realizou-se análise lexical, através do *software* ALCESTE, cujo *corpus* dividiu-se em quatro classes. As classes 1 e 2 centraram-se no cuidado; e as Classes 3 e 4, no preconceito. Discute-se os conteúdos da classe 4: “Marcas causadas pelos outros: vivenciando o medo do contágio”, por ser onde se concentraram os léxicos para o objeto recortado. O projeto foi aprovado no CEP da EEAN/UFRJ, sob o nº 31/2009. Os resultados evidenciam representações sobre o contágio da hanseníase remetendo à lepra, ao preconceito e ao confinamento nas colônias, inclusive com separação de utensílios domésticos. É no lar, local onde supostamente encontrariam apoio e compreensão dos familiares, onde começa o preconceito. As mulheres sofrem grande impacto social e psicológico ao serem chamadas de leprosas por seus familiares, pois esta alcunha, resistente aos avanços da ciência, evoca pessoas mutiladas e feias, comprometendo suas autoimagem e autoestima, pois passam a se ver desfiguradas, repulsivas e com dificuldades de relacionamentos. Assim, o doente de ontem vivifica em realidades que não conseguiram desconstruir o preconceito entranhado em seus meios sociais. Conclui-se sobre a importância da desconstrução destas representações, considerando o acesso à história dos sujeitos, o que permite entender os significados dados ao adoecimento e as implicações relacionadas ao estigma da hanseníase, pois, no campo das representações sociais do contágio, evidenciaram-se imagens e sentidos atribuídos pelas mulheres e pessoas com as quais convivem que comunicam estigmas e preconceitos ancorados em uma história social da lepra, gerando sofrimento ao cotidiano destas mulheres. Cabe ao enfermeiro estender o seu olhar para a subjetividade que passam as mulheres com o corpo alterado pela hanseníase, identificando problemas que possam dificultar a adesão ao tratamento, a aceitação de si e suas participações sociais.

Palavras-Chave: Hanseníase. Lepra. Representações Sociais.

Nível de Trabalho: Doutorado – D

SOCIAL

PROGRAMAS DE INTERVENÇÃO PARA SITUAÇÕES DE BULLYING: REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA. *Fellipe Soares Salgado***, *Luciana Xavier Senra*** e *Lélio Moura Lourenço* (Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora - MG)

Pesquisas que datam da década de 1980 forneceram dados importantes acerca do que poderia ser considerada a violência escolar, a qual difere das demais por suas especificidades. A partir disso, essa modalidade de violência foi denominada por *bullying*, ou seja, intimidação e ataques físico, verbal e psicológico, repetidos e intencionais, com o objetivo de causar danos àquela vítima considerada frágil e sem condições de se defender, por um período prolongado. Considerando tais circunstâncias, muitos programas de intervenção tem sido desenvolvidos e aplicados como alternativa de gerenciamento do espaço escolar visando diminuição e/ou eliminação de situações de *bullying*. O presente trabalho teve como objetivo realizar uma revisão sistemática da literatura por meio de uma bibliometria, ou seja, a identificação da produção científica relativa a programas de intervenção direcionados ao contexto de *bullying* envolvendo crianças e adolescentes em ambiente escolar. Foi feita uma busca eletrônica nas bases de dados *Web of Science*, *PsycInfo*, *Dialnet*, *Redalyc* e *Eric*, com os descritores *bullying intervention wellfare or bullying management wellfare* no período entre 2006 e junho de 2011. Foram selecionados apenas artigos que contivessem os descritores no título e *abstract*, totalizando 165. Excluíram-se artigos sem acesso completo, capítulos de livros, livros, teses, resenhas e monografias dos 689 recuperados. Os principais resultados mostraram que: (a) 2010 foi o ano mais produtivo, com 27.3% do total de publicações; (b) as revistas mais frequentes foram *School Psychology Quaterly* (22%) *Educational Psychology* (16%); (c) os países com mais frequência nas publicações foram a Espanha (23%) e os Estados Unidos (14%). Quanto aos resultados principais das pesquisas publicadas os maiores percentuais foram: (d.1) preparação/capacitação dos professores apresentou frequência de 51%, indicando esse profissional como importante na intervenção junto as crianças; (d.2) a conscientização sobre *bullying* aparece em 35% dos artigos, apontando que é positiva a atitude coesa em relação ao fenômeno e entre todos da escola; (d.3) o suporte entre pares realizado pelos educadores apareceu em 31% dos artigos. Esse suporte varia entre atendimento a casos graves e abordagem em sala de aula junto aos alunos com técnicas e dinâmicas de grupo; (d.4) 12% dos artigos evidenciaram a necessidade de um programa de capacitação a ser realizado com toda a escola, para que seus efeitos possam ser maiores e mais duradouros, pois ela seria relevante para ensinar aos educadores técnicas juntamente com os dados sobre tipo de *bullying* e diferenças entre gênero, cultura e idade; (d.5) a gestão das diferenças culturais aparece em 16% dos artigos, sendo tratadas especificamente as diferenças étnicas e o preconceito com a opção sexual dos pares; e (d.6) em 18% dos artigos é citada a importância da inclusão da comunidade e da família na intervenção. A revisão permitiu constatar o aumento significativo de pesquisas sobre intervenção em contextos de *bullying*, sobretudo no que concerne à capacitação de profissionais de educação, às diferenças culturais e à inclusão da família nesse processo, contribuindo para uma transformação efetiva de um contexto de violência para a paz na escola.

Palavras chave: *Bullying*, Gestão Educacional, Revisão sistemática da Literatura.

Nível do Trabalho: O

Código da área de pesquisa ou intervenção: SOCIAL

BULLYING E IMPLICAÇÕES PSICOSSOCIAIS: UMA REVISÃO BIBLIOMÉTRICA.

Adriana Aparecida de Almeida**, Fellipe Soares Salgado**, Francesca Stephan Tavares**, Luciana Xavier Senra** e Lélío Moura Lourenço (Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora-MG).

O *Bullying*, fenômeno comum ao ambiente escolar, ocorre entre crianças e adolescentes e envolve ataques físico, verbal ou psicológico, intencionais e contínuos. É protagonizado por um ou mais agressores, com objetivo de causar danos e prejuízos a alguém ou a um grupo percebidos como frágil e com características físicas, sócio-econômicas, étnicas e orientação sexual específicas, em que a vítima não tem condições de se defender ou reverter a situação. O *Bullying* pode ser considerado como um fator de forte interferência negativa para o desenvolvimento psicossocial, pois desorganiza as referências pessoais e institucionais das pessoas envolvidas. Com o objetivo de conhecer e avaliar o curso da produção escrita das pesquisas sobre *Bullying* e compreender como o conhecimento sobre o tema é difundido e incorporado na produção acadêmica, foi utilizado como metodologia o estudo bibliométrico. Foi feita a busca de artigos relacionados a quatro fatores: (1) violência doméstica, (2) gestão educacional, (3) criminalidade adulta e (4) fobia social-FS. Foi realizada busca eletrônica de artigos indexados nas bases de dados dos Periódicos CAPES, PsycInfo, Medline, Lilacs, Eric, Pubmed, BVS, RedaLyc, Web of Science, Scielo, associando o descritor *bullying* aos descritores *domestic violence*, *violence*, *social phobia*, *social anxiety*, *educator*, *school climate*, *school managemant*, *delinquency*, *delinquent behaviour*, *crime*. Os quatro fatores são apontados na literatura sobre *bullying*, sendo que as pesquisas apontam associação com a (1) violência doméstica-VD, pois as vítimas tendem a adotar e reproduzir o modelo agressivo e violento dos padrões familiares em condições de VD nas relações interpessoais com seus pares e na resolução de conflitos no ambiente escolar. (2) O ambiente violento exige dos educadores habilidades para identificar e intervir positivamente junto aos alunos, bem como contribuir com atitudes positivas atuantes também no ambiente familiar. Nesse sentido, aspectos dos gestores que influem na diminuição de *bullying* contribuem para a intervenção. (3) As conseqüências em longo prazo do *Bullying* precisam ser melhor entendidas, pois ter experiência neste tipo de violência pode prejudicar os envolvidos até a idade adulta através do engajamento em condutas delinquentes e em crimes e delitos contra pessoas e patrimônios; (4) além da relação bastante incidente de sintomatologia de caráter ansioso, especificamente Fobia social, caracterizada como medo excessivo diante de situações sociais. Os principais resultados da pesquisa demonstraram interferência dos quatro fatores no desenvolvimento do indivíduo. (1) Dos artigos recuperados 36% apontaram para crianças e adolescentes simultaneamente agressoras de *bullying* e vítima de VD; (2) 28% das publicações indicaram desconhecimento suficiente sobre *bullying* e suas manifestações no processo de gestão; (3) 22% da amostra apontaram uma possível correlação entre *bullying* infantil e comportamentos na idade adulta que infringem a lei e (4) 65 publicações relacionaram *bullying*-FS com população adulta e 5 trataram dos sintomas da violência escolar sobre a saúde física ou psicológica. O estudo permitiu apontar a necessária continuidade de pesquisas com as referidas temáticas tanto para ampliação do conhecimento de profissionais envolvidos, quanto para a inovação de técnicas de intervenção e estratégias de prevenção junto ao contexto em que o fenômeno do *bullying* se manifesta.

Palavras chave: *Bullying*, Processos Psicossociais, Bibliometria.

Nível do Trabalho: M

Código da área de pesquisa ou intervenção: SOCIAL

FATORES RELATIVOS À GESTÃO EDUCACIONAL E O *BULLYING*: UMA REVISÃO BIBLIOMÉTRICA. *Fellipe Soares Salgado*** e *Lélio Moura Lourenço* (Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora - MG)

Bullying corresponde ao ataque físico, verbal ou psicológico com o objetivo deliberado de causar medo e angústia. Ocorre num contexto de desequilíbrio de poder onde a criança ou um grupo de crianças mais poderosa oprime a criança menos poderosa através de incidentes repetidos e intencionais. A utilização de nomes vexatórios, rejeição e exclusão de atividades, espalharem rumores sobre a vítima, são exemplos desse fenômeno. O ambiente escolar é um local estabelecido para socialização da criança. A primeira experiência com a avaliação pública de desempenho dentro do currículo formal. Seus comportamentos são avaliados pelos pares e educadores objetivando facilitar a interação e aprendizagem social. As relações interpessoais dos pares são mediadas por vários fatores, sendo o *bullying* considerado pela literatura como um fator de risco. Estudos sobre programas de intervenções no *bullying* em vários países apontam para os educadores como importante elemento na intervenção e prevenção devido ao contato mais direto com o aluno, podendo exercer influência positiva e promover proteção. O conhecimento de aspectos relacionados ao *bullying* e a habilidade de gerir os conflitos no ambiente escolar são importantes para o educador intervir. O presente trabalho pretendeu recuperar artigos científicos com texto completo disponíveis do portal Periódico CAPES publicados nas bases de dados ERIC, PsyInfo, BVS, RedaLyc e PubMed. Foram utilizados os descritores: *bullying*, *educador*, *gestao educacional*, *school management*, *school climate*, *school environment*. O intervalo de busca abrangeu o período de 2001 até 2011. Foram observados os (a) periódicos de publicação, (b) ano, (c) metodologia utilizada e (d) análise dos resultados obtidos. A revista *Educational Research* (12%) e a *Journal of School Psychology* (12%), as mais freqüentes, se configuram como periódicos de temas educacionais. Os anos de 2009 e 2010 foram mais freqüentes (56% somados), porem observa-se um aumento gradual a partir de 2006. A metodologia que prevaleceu foi a correlacional (57%). Nesse sentido, as pesquisas apresentam fatores preditores que auxiliam a gestão do *bullying* e o caracterizam como fenômeno de múltiplos fatores. Os principais resultados analisados foram: (d.1) grande freqüência de professores inquiridos (60%) comparada à baixa freqüência de outros funcionários da escola e diretores que juntos somam 28%. (d.2) Já a maioria dos estudos sobre *bullying* utilizam as variáveis do conceito de clima escolar (56%) que pressupõe uma abordagem mais abrangente do fenômeno englobando toda a escola. (d.3) A relação do sexo (gênero) nas crenças sobre o *bullying* e maior ou menor probabilidade de intervenção do gestor são apontadas em 32% das pesquisas. (d.4) Os níveis de clareza na definição do *bullying* dos educadores, presentes em 52% dos estudos, influi na decisão de intervir ou não. (d.5) variáveis do educador, tais como: crença, nível de seriedade do *bullying* percebida, senso de justiça, orientação moral, sexo, informação obtidas sobre o *bullying* e empatia foram preditoras de comportamento interventivo positivo em 68% dos artigos. Os artigos recuperados apontam uma forte tendência em considerar a relação aluno-professor como o ponto forte na gestão. Pesquisas focando os outros educadores da escola ajudariam a entender o *bullying* de forma mais abrangente.

Palavras chave: *Bullying*, Gestão Educacional, Bibliometria.

Nível do Trabalho: M

Código da área de pesquisa ou intervenção: SOCIAL

RELAÇÃO ENTRE REDE DE SUPORTE SOCIAL E PERCEPÇÃO DO PROCESSO DE APOSENTADORIA. *Paula Affonso de Oliveira** (Universidade Federal do Pará, Belém, PA), *Ingrid Raiol da Silveira** (Universidade Federal do Pará, Belém, PA), *Analu da Costa Tenório** (Universidade Federal do Pará, Belém, PA), *Jesiane Silva Wanziler** (Universidade Federal do Pará, Belém, PA) e *Hilma Tereza Tôrres Khoury* (Universidade Federal do Pará, Belém, PA).

Nas sociedades contemporâneas, principalmente naquelas fundamentadas no sistema econômico capitalista, a pessoa aposentada, geralmente idosa, costuma ser remetida ao adjetivo “velho” que, por sua vez, remete a “ultrapassado” e “descartável”. A aposentadoria, assim, pode ser percebida como uma espécie de morte social, pois carrega consigo a desvalorização social que, por sua vez, pode acarretar adoecimento psicossocial. A rede de suporte social assume importância fundamental nesta etapa da vida, pois favorece a manutenção da saúde física e psicológica, além de reduzir os efeitos do estresse, angústia e ansiedade, desencadeados pela aposentadoria iminente. Assim, o objetivo desse trabalho consistiu em investigar a existência de associação entre o apoio da rede social de pré-aposentados de uma universidade pública e a percepção de seu processo de aposentadoria, com base na suposição de que o indivíduo satisfeito com o apoio que recebe de sua rede social perceberá seu processo de aposentadoria de maneira mais positiva. A amostra, selecionada de maneira aleatória simples, foi constituída por 30 funcionários públicos. Para a coleta de dados, utilizou-se questionários auto-aplicáveis, contendo escalas do tipo *Likert*, entregues no ambiente de trabalho do participante e posteriormente recolhidos. Os resultados demonstram que não foi observada correlação significativa entre o apoio da rede social e a percepção sobre a aposentadoria do participante. Contudo, 41,4% ainda não pensaram sobre o momento da aposentadoria e 37,9% acreditam que sua vida será melhor/muito melhor após a mesma. A maioria dos pré-aposentados (60%) acredita que terá uma saúde igual a que tem agora, contudo, um número considerável, 23,3%, ainda não pensou sobre sua saúde após terem se aposentado. Um dado interessante encontrado é que 58,6% acreditam que terão recursos suficientes para viver confortavelmente na aposentadoria, entretanto, 36,7% acredita que terá que continuar trabalhando para complementar a renda familiar. Levanta-se a hipótese de que continuar trabalhando pode estar relacionada à manutenção do status social ou mesmo a possibilidade de exercer atividades profissionais diferentes. A baixa preocupação com a saúde pode ser influenciada pela sensação de segurança quanto ao orçamento doméstico, visto que não há perda salarial após a aposentadoria para os funcionários públicos. Possivelmente, a ausência de correlação pode refletir o fato da aposentadoria ainda não ser cogitada pelos participantes. Os resultados indicam uma falta de planejamento para o período pós-aposentadoria, o que seria fundamental para uma melhor vivência deste novo momento. Propõe-se que novas pesquisas sejam realizadas com uma amostra que esteja passando pelo processo de aposentadoria e tratando de temas como os Programas de Preparação para Aposentadoria (PPA).

Palavras-chave: pré-aposentados; rede de suporte social; aposentadoria.

Nível do Trabalho: IC

Área da Psicologia: SOCIAL

IMPLICAÇÕES PSICOLÓGICAS E SOCIAIS NO PROCESSO DE PRODUÇÃO AUDIOVISUAL DE NÃO FICÇÃO EM UMA COMUNIDADE RURAL. *Julia Ritez Martins***, *Raquel Redondo Rotta*** e *Amanda Lyra Rocha* (Departamento de Psicologia, Laboratório de Etnopsicologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, SP).

As produções audiovisuais, assim como outras formas de expressão, tem uma relação significativa com a identidade e o momento histórico de um povo ou comunidade. No processo de produção de um documentário sobre as vivências de uma comunidade rural no interior do estado de São Paulo, evidenciou-se que elementos de identidade, tanto pessoais quanto comunitários, pertinentes ao campo da disciplina da Psicologia Social, vieram à tona. Considera-se, neste trabalho, que produção audiovisual de não ficção, ou seja, de documentários, não tem compromisso com a ‘realidade última’ dos fatos, pois, por mais intencionalmente fidedigno a ela que seja, perde a sua objetividade desde que é um recorte, é um dos vários modos de olhar. Nestas formas de expressão, assim como nas experiências da ‘vida real’, podemos considerar que as ‘realidades’ estão tomadas de subjetividade. E que a subjetividade, apesar de parecer algo individual, é intersubjetiva, pois é permeada pela linguagem. Considera-se também que a narrativa do inconsciente (que na concepção lacaniana pressupõe interlocução) pode descrever ou re-elaborar memórias pessoais a partir de materiais simbólicos que são públicos e dialógicos. Tendo isto em vista, objetiva-se discutir as possíveis implicações psicológicas e sociais no processo de produção deste documentário. Para tanto, entrou-se em contato e se registrou em áudio e vídeo os modos de vida e maneiras de significação de experiências pessoais e coletivas (narrativas, memórias e festas religiosas) da população em questão. Durante entrevistas livres, percebeu-se que os colaboradores disseram e refletiram sobre suas vidas na fazenda cujos seus antepassados viveram como escravos, o que caracterizou-se ao mesmo tempo como relato autobiográfico e como fragmento da história de seu país. Pode-se dizer ainda que aparecem, no processo, significantes decalcados da biografia dos sujeitos em foco assim como do contexto dos realizadores da pesquisa, todos mergulhados no imaginário de uma determinada época e região. Significantes esses que dizem ao mesmo tempo sobre questões pessoais e coletivas, desde que histórias pessoais são também atualizações de memórias históricas. Conclui-se que ouvir personagens (reais) parece proporcionar o registro de riquezas que revelam e assim fortalecem a identidade de uma comunidade e seus integrantes, possibilitando a (auto) reflexão, inclusive relacionada a questões ligadas ao pertencimento a um território, cultura e história. O mais familiar, visto pelos olhos do outro, e posteriormente (re)visto pelos próprios “personagens”, pode ser ressignificado de forma a proporcionar uma valorização. Ainda, os registros audiovisuais decorrentes de pesquisas como esta se configuram como material útil no trabalho de imortalizar as obras e o patrimônio cultural brasileiro muitas vezes transmitido oralmente.

FAPESP, CNPq

Palavras-chave: Psicologia Social, Audiovisual, Psicanálise

Nível do trabalho: Pesquisador - P

SOCIAL

SATISFAÇÃO E BEM-ESTAR NO TRABALHO ENTRE PSICÓLOGOS QUE TRABALHAM EM SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE. *Alline Alves de Sousa** e Marília Ferreira Dela Coleta* (Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, MG)

O interesse dos pesquisadores pelo bem-estar e pela satisfação no trabalho tem crescido fortemente, bem como a inserção de psicólogos nas equipes de saúde pública. Este estudo analisou o bem-estar e a satisfação no trabalho de psicólogos que atuam na saúde pública, tendo como objetivo principal verificar a influência de variáveis pessoais, profissionais, do tipo de instituição empregadora e da satisfação no trabalho sobre o bem-estar no trabalho. A amostra foi composta por 66 psicólogos de duas secretarias municipais de saúde e uma universidade federal, no Triângulo Mineiro, que foram contatados individualmente, após se obter autorização das instituições. Como instrumentos foram utilizados questionários compostos de dados pessoais, profissionais, a Escala de Bem-Estar no Trabalho, com 3 sub-escalas, e a Escala de Avaliação da Satisfação da Equipe em Serviços da Saúde Mental, com 4 fatores. As análises foram realizadas por meio do programa SPSS for Windows, versão 16.0. Os resultados dos testes correlacionais mostraram coeficientes significativos mais altos quando correlacionados os fatores de satisfação com afeto positivo e com realização no trabalho (valores de r entre 0,46 e 0,69) e mais baixos quando correlacionada com afeto negativo (valores de r entre 0,37 e 0,48). A análise das médias na escala SATIS-BR indicou que os participantes, em média, apresentam sentimentos entre o ponto médio 3 (indiferença) e o ponto 4 (satisfação) com o trabalho ($M=3,48$; $DP=0,55$). O cálculo das médias da amostra na Escala de Bem-Estar no Trabalho mostrou afetos positivos em grau moderado ($M=2,95$; $DP=0,84$) e um pouco de afetos negativos ($M=2,13$; $DP=0,77$) quando avaliados os últimos seis meses. Além disso, a amostra concorda que seu trabalho tem lhe permitido realizar-se e expressar-se ($M=3,82$; $DP=0,60$). As análises de regressão múltipla padrão efetuadas para teste do poder explicativo dos fatores de satisfação sobre o bem estar no trabalho confirmaram a adequação do modelo e mostraram que as variáveis explicativas do bem-estar foram a satisfação com a sua participação no serviço e a satisfação com as condições de trabalho, com exceção do modelo explicativo de Afeto Negativo. Nas análises tendo como variável dependente o Afeto Positivo, a Realização e uma medida de BET combinando seus três fatores, os fatores de satisfação explicaram 48%, 39% e 51% de sua variância respectivamente. As análises de variância utilizadas para verificar a significância das diferenças entre as médias dos grupos de psicólogos que atuavam nas três instituições mostraram um dos grupos com menor satisfação com as condições de trabalho e médias significativamente mais baixas em satisfação geral e em realização/expressividade no trabalho, sugerindo que particularmente esta instituição deveria investir na modificação de certos aspectos relacionados com o bem-estar de seus psicólogos. Entretanto, sugerem-se mudanças nos três serviços, seguidas de avaliação de seu impacto nos níveis do bem-estar da equipe e do impacto do aumento deste na eficiência dos serviços públicos de saúde mental.

Palavras-chave: bem-estar no trabalho, satisfação no trabalho, psicólogos.

Nível: M

SOCIAL

COMPORTAMENTO SEXUAL E PREVENÇÃO DA AIDS ENTRE UNIVERSITÁRIOS. *Eduardo Oliveira Santos, Junia Teixeira, Marilia Ferreira Della Coleta (Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, MG)*

Este estudo pretendeu avaliar a intenção em utilizar o preservativo masculino como prevenção de contaminação pelo HIV e verificar sua relação com variáveis biográficas, locus de controle da saúde, crenças sobre a AIDS e tendência para assumir risco. Participaram 572 alunos da Universidade Federal de Uberlândia, de 17 cursos de áreas não biomédicas, solteiros, de orientação heterossexual e com experiência sexual. A média de idade da amostra foi de 21,19 anos, sendo 46,3% homens e 53,7% mulheres. O instrumento empregado para coleta de dados foi uma adaptação do Questionário sobre AIDS, desenvolvido e utilizado em estudos realizados em 1992 e 2004, composto de escalas e questões fechadas. Utilizando o programa SPSS, foram efetuadas análises descritivas, testes correlacionais e de diferença entre médias de grupos. Os resultados mostraram que a maioria dos participantes (57,3%) afirmou ter várias relações sexuais no período de um mês, 31,8% sempre usaram o preservativo e 39,5% o usaram na maioria das vezes. Em uma escala analógica bipolar numerada de 1 a 10, o uso do preservativo foi percebido pela amostra como altamente necessário ($M= 8,6$) e importante ($M= 8,8$), mas também desconfortável e desagradável para o homem, além de dificultar a intimidade e a satisfação deles ($M < 5$); em conjunto a amostra tem 86% de intenção de usar o preservativo na próxima relação, mas não havendo preservativos, a probabilidade de ter relações não seguras cresce para 47%. Esta probabilidade é maior quanto maior é a frequência das relações ($r=0,21$; $p<0,01$), quanto menos o sujeito teve relações usando preservativo no passado ($r=0,42$; $p<0,01$) e quanto mais o preservativo é desconfortável para o homem ($r=-0,26$; $p<0,01$). A tendência para o risco e o locus de controle externo (acaso e outros poderosos) se correlacionaram de forma direta com a probabilidade subjetiva de praticar sexo sem preservativo. Em relação aos estudos anteriores, verifica-se algum otimismo em relação à cura da doença e à preocupação de contaminação e morte, provavelmente devido ao melhor prognóstico atual e avanços no tratamento para HIV positivos. A comparação com os estudos anteriores não fornece evidências de atitudes mais positivas em relação ao preservativo ao longo das duas décadas, mas deixa claro que, apesar de mais informados sobre a AIDS, o uso entre os universitários permanece inconstante. De modo consistente com os estudos anteriores, as variáveis que permaneceram na equação de regressão múltipla *stepwise* para explicar a intenção de usar o preservativo nas relações sexuais foram as atitudes com relação ao preservativo, o hábito anterior, a tendência para assumir riscos envolvendo emoções e a frequência das relações, que explicaram 16% da variância da intenção comportamental. A percepção de que o uso do preservativo é necessário foi o principal preditor da intenção de uso pelos homens e de pedir ao parceiro para usar preservativo pelas mulheres, sugerindo que este seja o foco das políticas de prevenção destinadas à adoção de comportamento seguro pela população com as características da amostra.

Apoio: FAPEMIG

Palavras-chave: AIDS; preservativo; universitários.

Nível IC

SOCIAL

PERCEPÇÕES SOBRE O SABER POPULAR E O SABER CIENTÍFICO NA BUSCA PELA SAÚDE EM UMA COMUNIDADE TRADICIONAL NO PARÁ. *Bianca da Silva Medeiros** (Centro de Formação Interdisciplinar, Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, PA), *Beatriz Martins Moura** (Centro de Formação Interdisciplinar, Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, PA), *Bruna Neves Sousa** (Centro de Formação Interdisciplinar, Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, PA), *Clarice Bezerra Cardoso** (Centro de Formação Interdisciplinar, Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, PA), *Iani Dias Lauer-Leite* (Centro de Formação Interdisciplinar, Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, PA) e *Irani Lauer Lellis*** (Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém, PA).

O conhecimento popular faz parte da realidade das comunidades tradicionais. No intuito de compreender a influência de tal conhecimento nas práticas de saúde de uma comunidade considerada como tradicional, essa pesquisa objetivou saber a percepção de moradores da localidade de Alter do Chão, em Santarém, no Pará, sobre o trabalho de benzedores e puxadores por um lado, e o trabalho dos médicos, por outro, identificando a contribuição de ambos na vida da população local. Participaram 20 pessoas de diferentes ocupações com idades entre 25 e 80 anos, moradores da comunidade escolhida. Os dados foram coletados mediante entrevistas individuais. Os sujeitos deveriam responder às perguntas: Você já recorreu ao trabalho de benzedores e puxadores? O que você acha a respeito desse trabalho? Você vai ao médico?o que você pensa sobre isso? Os dados foram transcritos e analisados mediante a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo. Para a primeira pergunta, sobre a ida a benzedores e puxadores foram encontradas 9 ideias centrais: procura e prefere os puxadores; quando precisa recorre a benzedores e puxadores, procura para os filhos, recorre porque é uma tradição familiar, nem sempre recorre ao trabalho de benzedores e puxadores, não acreditava mas recorreu, não recorre a benzedores e puxadores, recorre primeiro ao médico, recorre ao conhecimento popular e científico. Quanto às percepções sobre o trabalho dessas pessoas, as 9 ideias centrais foram: Não satisfez e teve que recorrer ao medico; fé é importante nesse trabalho; o trabalho é bom, gosta e acredita no trabalho; o trabalho é eficiente, há uma parte espiritual; o trabalho dos benzedores é arte, a eficácia não é garantida, o benzedor não é de Deus. A terceira pergunta averiguou a ida ao médico e foram encontradas 5 ideias centrais: prefere o trabalho dos médicos, procura por necessidade, procura o benzedor ou puxador, busca a inspiração divina, não gosta ou não procura o trabalho dos médicos. Para a quarta pergunta foram encontradas 11 ideias centrais: tem receio do trabalho dos médicos, não crê no trabalho de puxadores para todos os casos, utiliza mais a medicina popular, utiliza tanto o trabalho dos médicos quanto dos benzedores, utiliza tanto os remédios farmacêuticos quanto caseiros, altos custos dos procedimentos médicos, procurou benzedor e puxador por necessidade, acredita na cura através da fé, acha que existe um bom atendimento, acredita que nem todas as doenças são tratadas com um benzedor, nunca precisou do serviço médico. Conclui-se que o saber local, representado nessa pesquisa pelo trabalho de benzedores e puxadores compartilha espaço com a busca pelo saber científico, representado pelo trabalho dos médicos. Espera-se que a pesquisa tenha resultado na melhor compreensão do que a população dessa comunidade pensa sobre saberes populares e científico e que tais resultados sirvam como auxílio à criação de estratégias de melhora da saúde da população.

Palavras-chave: saúde, saberes tradicionais, benzedores

P

SOCIAL

CORRELATOS VALORATIVOS DA NECESSIDADE DE COGNIÇÃO. *Luís Augusto de Carvalho Mendes***, *Leogildo Alves Freires***, *Marcio de Lima Coutinho***, *Roosevelt Vilar Lobo Souza** e *Layrtthon Carlos de Oliveira Santos** (Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB)

A Necessidade de Cognição (*Need for Cognition – NFC*) é definida como a tendência de um indivíduo em se engajar e gostar de pensar ou de atividades que exigem esforço analítico. Ela é descrita como a necessidade de estruturar o significado de situações de forma integrada, podendo ser entendida como a necessidade de entender e fazer compreensíveis as experiências vivenciadas pelo indivíduo. A NFC está relacionada com as rotas de persuasão, sendo que os sujeitos com altas pontuações usam a rota central, que os leva a refletir sobre um assunto por meio de informações relevantes. Sujeitos com baixa pontuação na NFC seguem a rota periférica, podendo ser influenciados pelo contexto ou simples sugestões. Os Valores Humanos podem ser definidos como categorias que orientam os indivíduos para o que é desejável, baseados nas necessidades humanas e nas pré-condições para satisfazê-las, podendo ser definidos como representações cognitivas das necessidades individuais, das demandas da sociedade e institucionais, que restringem os impulsos pessoais e asseguram um ambiente estável, sendo entendidos como critérios de orientação que guiam as ações do homem. Diante destas constatações, a presente pesquisa teve o objetivo de analisar a relação entre a necessidade de cognição e os valores humanos. Para isso, contou-se com a participação de 215 universitários de uma instituição pública de João Pessoa, PB, a maioria do sexo feminino (61,4%), com idade média de 20 anos ($dp = 3,79$). Os participantes responderam a *Escala de Necessidade de Cognição*, o *Questionário de Valores Básicos (QVB)* e o *Questionário Demográfico*. Procedeu-se a correlação entre a *Necessidade de Cognição* e as subfunções valorativas *Interativa* ($r = -0,13, p < 0,05$), *Suprapessoal* ($r = 0,17, p < 0,01$), *Normativa* ($r = -0,19, p < 0,01$) e *Existência* ($r = -0,13, p < 0,01$). Para uma melhor explicação das correlações, foi executada uma regressão linear múltipla (*stepwise*) com todas as variáveis que apresentaram correlação com a NFC. Foi constatado que as subfunções valorativas *Suprapessoal* ($\beta = 0,26, p < 0,01$), *Normativa* ($\beta = -0,18, p < 0,01$), *Existência* ($\beta = -0,17, p < 0,05$) explicaram significativamente a NFC. O modelo total explicou 10% ($R^2 = 0,10$) da variabilidade. Os resultados apontam para a influência dos valores humanos na necessidade de cognição; ressalta-se a relação positiva com a subfunção suprapessoal, visto que os indivíduos que endossam esses valores buscam organizar e categorizar o mundo de uma forma consistente, fornecendo clareza e estabilidade na organização cognitiva da pessoa. Da mesma forma, há relação negativa com a subfunção normativa, já que esses valores refletem a importância de preservar a cultura e as normas convencionais, e a subfunção existência, que tem o propósito principal de assegurar as condições básicas para a sobrevivência biológica e psicológica do indivíduo. Os resultados reforçam a teoria da relação entre os valores e as necessidades humanas, neste caso a necessidade de cognição.

Palavras-chave: Necessidades, cognição, valores humanos.

Nível do trabalho: Mestrado (M)

Código da Área: SOCIAL - Psicologia Social

AUTOESTIMA E ATENDIMENTO PSICOLÓGICO: UM ESTUDO COMPARATIVO COM MULHERES VÍTIMAS DE ESCALPELAMENTO NO AMAPÁ. *Alanne dos Reis Brito de Sena** (Faculdade SEAMA – Macapá - AP), *Jeissy Sousa Fernandes** (Faculdade SEAMA – Macapá - AP) e *Marcilio Lira de Souza Filho* (Faculdade SEAMA – Macapá - AP)

O escalpelamento é a lesão traumática causada pela avulsão do couro cabeludo, que causa danos irreparáveis na vida das vítimas, tanto devido às lesões quanto pelas consequências sociais e psicológicas. Pode-se afirmar que este é um fenômeno que acontece principalmente na região amazônica do País, em áreas ribeirinhas quando, na embarcação, o eixo do motor está desprotegido e acidentalmente envolve o cabelo, geralmente longo, das mulheres dessa região, provocando assim a perda total ou parcial do couro cabeludo e muitas vezes podendo causar deformações na face. Pode também oferecer risco de vida, devido à hemorragia causada por este violento acidente. O escalpelamento, além de provocar problemas físicos, provoca também problemas sociais e emocionais, dentre eles, o afastamento do convívio familiar e o comprometimento da autoestima, pois a sociedade contemporânea, influenciada pela cultura, valoriza um determinado ideal de beleza corporal, no qual a busca por este ideal acarreta cobranças tanto da sociedade quanto da própria pessoa em relação à sua autoimagem corporal, e quando o corpo não se apresenta da forma desejada, pode gerar a não-aceitação deste corpo e de si. Quando o indivíduo tem dificuldade de aceitação de si, é possível que seu próprio juízo de valor seja afetado e sua autoestima esteja baixa. Assim, este estudo teve como objetivo analisar a relação entre a autoestima de mulheres escalpeladas e a quantidade de atendimentos psicológicos recebidos por elas. Para tanto, contou-se com uma amostra de 11 mulheres da Associação de Mulheres Ribeirinhas e Vítimas de Escalpelamento da Amazônia, que tinham em média 34 anos de idade ($DP = 8,29$). Elas responderam um questionário sócio-demográfico e a Escala de Autoestima de Rosenberg. Os dados foram submetidos a análises de correlações de *Pearson* na versão 15.0 do pacote estatístico para as ciências sociais *SPSS for Windows*. Observou-se uma correlação direta e significativa entre Autoestima e Atendimento Psicológico ($\rho = -,871^{**}$; $p \leq 0,01$); isto indica que quanto menos atendimentos psicológicos foram recebidos, mais baixa é a autoestima. Tais achados são coerentes com o que seria teoricamente esperado. Nessa perspectiva, cabe dizer que a ênfase ao corpo idealizado proposto pela cultura leva a cobranças que podem acarretar diversos tipos de sofrimento psíquico a essas mulheres, e o atendimento psicológico pode contribuir para que estes sejam minimizados. Portanto, caberia a sugestão de estudos futuros que pudessem abranger amostras mais numerosas, para que assim os resultados obtidos possam favorecer maiores investimentos no que diz respeito à qualidade de vida das mulheres vítimas de escalpelamento.

Palavras-Chave: Autoestima, Escalpelamento, Atendimento Psicológico.

Iniciação Científica – IC

Psicologia Social

PERFIL DE MENINAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL SOB MEDIDA DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NA AMAZÔNIA. *Rose Daise Melo do Nascimento* (Prefeitura Municipal de Barcarena, Secretaria Municipal de Assistência Social, Espaço de Acolhimento de Crianças e Adolescentes, Barcarena, PA), *Ricelly Myucha Furtado Oda* (Universidade da Amazônia, Belém, PA), *Juliana Nobre Soares* (Prefeitura Municipal de Barcarena, Secretaria Municipal de Assistência Social, Espaço de Acolhimento de Crianças e Adolescentes, Barcarena, PA) e *Juliana Passos de Mello* (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS).

A violência sexual infantil é considerada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), como um dos maiores problemas de saúde pública atuais, sendo que estudos epidemiológicos indicam maior prevalência de meninas vítimas deste tipo de violação, em todo o mundo. Esses dados foram corroborados pela presente pesquisa, que foi realizada no Espaço de Acolhimento de Crianças e Adolescentes, no município de Barcarena, Estado do Pará. Esse serviço foi inaugurado no final do ano de 2008, por meio de articulações entre o Ministério Público, Juizado da Infância e Juventude, Conselho Tutelar e Secretaria Municipal de Assistência Social, com a proposta de prover o acolhimento institucional de crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica, com vínculos familiares rompidos. Nesse contexto institucional, realizou-se pesquisa de cunho quantitativo e qualitativo, utilizando-se a triangulação de métodos, como estratégia de investigação. Foram selecionados 20 casos de meninas, vítimas de violência sexual, sendo 10 crianças e 10 adolescentes, atendidas no período de março de 2009 a junho de 2011. Os dados quantitativos foram obtidos a partir da análise dos prontuários das pacientes. E os qualitativos através da experiência de escuta e atendimento das vítimas e de suas famílias, bem como dos relatos dos educadores sociais, constantes no livro de ocorrência da instituição. O resultado desse estudo revelou que a totalidade dos casos consistiu em violência sexual intrafamiliar, sendo que 60% destes revelaram submissão crônica (mais de dois anos) à violência sexual. Provenientes de famílias disfuncionais, com histórico de separação dos pais, tanto que, em 50% dos casos, o agressor é o padrasto e há uma relação de poder, imposta principalmente pela dependência financeira, na relação desse provedor e os demais membros da família, o que favoreceu o sigilo e a perpetuação das agressões. Ressalte-se que são comuns os casos em que existe mais de uma vítima na mesma família, tanto que houve sete casos de acolhimentos de irmãs. No ambiente institucional, observou-se que estas meninas foram submetidas a múltiplos tipos de violência, que estão associadas a violência sexual: ameaças de morte e de agressão pelo agressor; falta de apoio da família, afastamento do convívio familiar, escolar e comunitário; exposição de seu caso e relato em várias instituições que situam-se entre a denúncia e o acolhimento (Conselho Tutelar, Delegacia, Perícias, Ministério Público, Juizado, Abrigo). Além de que, os casos geralmente são conhecidos da comunidade, o que gera ansiedade e vergonha na hipótese de retorno ao convívio familiar. Destarte, no período de acolhimento institucional, observou-se que essas meninas são tomadas por quadros depressivos e/ou ansiosos, com prejuízo do sono, da alimentação, baixa autoestima, somatizações e pôde-se observar, na maioria dos casos, transtornos na área da sexualidade, uma vez que é comum manifestarem sensualidade precoce e seduções, além do registro de masturbações, tendências homossexuais. Além de terem sido comumente observadas tentativas de reprodução da violência sexual contra outras crianças, no contexto de abrigamento.

Palavras-Chaves: Acolhimento institucional; violência sexual; crianças e adolescentes.

Outro

SOCIAL

JOVENS ESTUDANTES DE ESCOLA PÚBLICA E A PERCEPÇÃO DA INJUSTIÇA SOCIAL. *Elizabeth Fiuza De Giovanni**, *Jesuina Neide Morais Bez Batti** e *Ana Lucia Paes de Barros Pacheco*** (Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, RJ)

Vivemos em um país que possui causas complexas para tentar entender a injustiça social. Há inúmeras variáveis que se correlacionam e podem ser apontadas. Entre elas, podemos destacar, historicamente, a origem escravocrata, responsável por contribuir para uma naturalização das desigualdades, e conseqüentemente, das severas injustiças. Concomitantemente, por muitos anos, planos econômicos e políticas sociais com gastos elevados, porém mal planejados, contribuíram para aumentar as disparidades. Nossa sociedade, assim, se desenvolveu, tentando, de forma fragmentada, conciliar ideias de liberdade e democracia com uma sociedade injusta, preconceituosa e desigual. Como significar a injustiça social? Inicialmente, uma das possibilidades é buscar entender o que ela representa para as pessoas, visto que não bastam apenas ações governamentais, mas, também, ações afirmativas que envolvam toda a sociedade, em um processo reflexivo e crítico. Esta pesquisa buscou investigar a representação que jovens estudantes produzem sobre a injustiça social. Utilizou-se a Teoria das Representações Sociais a fim de melhor investigar como tal conceito, que permeia o imaginário coletivo, é objetivado para as realidades e vidas desses jovens. Fez-se uso de um questionário, composto por 11 onze perguntas sobre injustiça social, e 19, de controle. Foram aplicados em 112 alunos do ensino médio, de uma escola da rede pública do Rio de Janeiro. Os questionários foram compostos por perguntas abertas e fechadas. As fechadas abordaram os seguintes temas: idade, sexo, raça, condição de trabalho, lugar de moradia e renda familiar. Já as abertas compreenderam: “O que é injustiça social?”. “Quais são as injustiças identificadas na cidade?”. “Já sofreu alguma injustiça e qual foi?”. “O que tornaria a cidade mais justa?”. “Como avalia a sua condição de vida?”. A análise demonstrou que as palavras mais frequentes e prontamente evocadas estavam todas relacionadas ao racismo, desigualdade, preconceito, pobreza e violência/crime. É recorrente nas respostas, a ênfase no preconceito, em especial no racismo. Ao serem perguntados sobre quais fatores são importantes para minorar a injustiça social, 28% destacam “acabar com o preconceito/discriminação.” Adicionalmente, há um grande destaque na questão das conseqüências da injustiça e não em suas origens, indicando pouca reflexão sobre as causas, inclusive sobre alternativas para mudança da situação atual. Houve também uma grande variedade de palavras que foram associadas à injustiça social, e possivelmente, apontam para uma dificuldade real dos jovens em conceituá-la e significá-la. Observou-se desesperança em relação ao combate à injustiça, não apenas no mundo do trabalho, mas abrangendo toda a vida desses indivíduos. O esforço individual, muitas vezes é valorizado como meio de conquista de sonhos e respeito, mas ao mesmo tempo, consideram que é difícil alterar a situação atual. E, embora representem que existem injustiças sociais, e que seja possível reduzi-las, não conseguem visualizar saídas para seu combate.

Palavras-chave: Injustiça Social, Estudantes, Desigualdade
IC – (trabalho de graduação)

SOCIAL – Psicologia Social

SUBORDINAÇÃO E INVEJA NA REDE: ANÁLISE DE CONVERSACÕES COM MULHERES DA COMUNIDADE VIRTUAL ORKUT. *Lázaro Castro Silva Nascimento** e *Adelma do Socorro Gonçalves Pimentel* (Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas, Universidade Federal do Pará, Belém, PA)

Uma vasta gama de estudos já foi realizada acerca da violência de homens direcionada à mulheres. Contudo é preciso avançar nos estudos de gênero e compreender a violência de gênero de mulheres a outras mulheres. A inveja e a competição como agentes instigadores de subordinação nas relações femininas. Com uma quantidade cada vez maior de usuários na rede, mostra-se oportuno realizar pesquisas no âmbito dos processos de educação de gênero e elaboração dos perfis de subjetividades, que circulam na rede virtual de comunicações, permeados por uma intensa voracidade tecnológica e rapidez com que as notícias são veiculadas, possibilitando repercussões no âmbito da violência. Tais questões são preocupações do pesquisador em psicologia, gênero, saúde e violência psicológica. A inclusão do mundo digital no estudo da violência é relevante para o desvelamento das interações geradas no mundo virtual, cada vez menos virtual e mais real, no cotidiano humano. Investigar as relações de subordinação e competição instigadoras de violência psicológica, entre mulheres, membros de uma comunidade da rede social virtual *Orkut*. Pesquisa de caráter qualitativo, de iniciação científica, vinculada ao projeto da orientadora, aprovado pelo comitê de ética do Centro de Ciências da Saúde, da Universidade Federal do Pará. Foi escolhida uma comunidade do site *Orkut*, na qual um tópico foi aberto para convite das participantes. Após o primeiro contato, era enviado um termo de consentimento livre e esclarecido, para a participante, a fim de garantir o rigor ético da pesquisa. Somente após o recebimento do mesmo, dava-se prosseguimento à investigação. Foi perguntando a elas o melhor horário para realizar a entrevista, e após acordo, as entrevistas foram realizadas, individualmente, via programa de conversação online *Windows Live Messenger* e em seguida, analisadas para identificar discursos acerca do objeto da pesquisa. Participaram do estudo, cinco mulheres, com idade entre 18 e 23 anos, moradoras de diferentes regiões do país. A partir das entrevistas com as informantes, foi possível perceber a rede virtual como um novo e importante espaço de subjetivação. Além disso, com a análise dos discursos foi possível também conhecer, como as mesmas compreendem a inveja e a competição como geradoras de subordinação e violência psicológica. Conflitos entre elas e entre mulheres na internet e fora deste espaço virtual, possibilitando as entrevistadas, também, uma reflexão sobre a temática proposta. É preciso destacar a importância de futuros estudos concernentes aos processos de subjetivação neste novo espaço de interações, a rede virtual, a fim de que sejam possíveis intervenções nos espaços de educação e de combate à violência, tão presentes na rede virtual, quanto no “mundo real”.

Palavras-chave: mulher, rede social virtual, violência psicológica.

IC

SOCIAL

RELAÇÕES ENTRE *STATUS* PROFISSIONAL E PERCEPÇÃO DA APOSENTADORIA. *Bruna de Almeida Cruz**, *Julianna Ferreira Cerbino**, *Milena Mendonça dos Santos**, *Paula Alcântara Bastos** e *Hilma Tereza Tôrres Khoury*** (Universidade Federal do Pará, Belém, PA)

A população brasileira vem envelhecendo nos últimos anos. Sendo assim, aspectos relativos à terceira idade, dentre os quais está a aposentadoria, são bastante estudados a fim de se compreender as necessidades dos indivíduos, dessa faixa etária e promover melhor qualidade de vida para os mesmos. Estudos sobre a aposentadoria mostram que o modo como o trabalhador a percebe pode influenciar na sua preparação, para este momento da vida profissional. Os dados da literatura apontam para duas formas diferentes de se perceber a aposentadoria: a) momento improdutivo da vida; b) momento de descanso conquistado após uma vida profissional produtiva. Diversos fatores podem influenciar a percepção que se tem da aposentadoria, tais como: identificação com o trabalho, condição sócio-econômica que ele proporciona ao trabalhador e importância do trabalho na vida da pessoa. Desse modo, a percepção do *status* profissional pelo trabalhador, que consiste no reconhecimento, por parte do mesmo, de sua importância como profissional para a organização, chefia, colegas e usuários de seus serviços, pode ser um fator relevante, no sentido de afetar positiva ou negativamente a percepção da aposentadoria. A partir disso, este trabalho procurou verificar associações, possivelmente, existentes entre o *status* profissional percebido por funcionários de uma universidade pública (Universidade Federal do Pará) e sua percepção acerca da aposentadoria iminente. A amostra, escolhida aleatoriamente por meio de sorteio, foi composta por 30 pré-aposentados (12 homens - 40%; 18 mulheres - 60%), com idades entre 50 e 67 anos ($M= 58,24$; $DP= 4,47$). Os instrumentos utilizados foram dois questionários auto-administrados: um deles visava medir a percepção de aposentadoria, adaptado do Questionário “Atitudes dos Trabalhadores de Niterói frente à Aposentadoria”, de Lúcia França. O outro, objetivando medir a percepção de status profissional, foi construído especialmente para esta pesquisa. Os resultados mostram que o *status* profissional percebido pelos participantes foi moderado ($M= 3,8$), em uma escala de 1 a 5 pontos. Foi atribuída importância moderada, em uma escala de 0 a 4 pontos, tanto a perdas ($M= 2,9$), quanto a ganhos ($M= 2,7$) provenientes da aposentadoria, revelando, ainda, um equilíbrio entre percepções negativas e positivas acerca da aposentadoria. Tal dado corrobora a ambigüidade que é encontrada na literatura a respeito deste momento, qualificado como prêmio e, ao mesmo tempo, como período improdutivo. Não houve correlação significativa entre percepção da qualidade de vida após a aposentadoria e o *status* profissional percebido pelos participantes. Como um terço dos participantes (34,5%) alegou não ter pensado a respeito da qualidade de vida após a aposentadoria, é possível que isto tenha influenciado tais resultados. Além disso, a quantidade pequena de participantes pode ter dificultado a obtenção de resultados mais expressivos. Sendo assim, sugere-se que novas investigações sejam realizadas, com uma amostra maior e com revisão do questionário, tornando-o mais claro e objetivo a fim de solucionar dificuldades encontradas nestes aspectos.

Apoio financeiro: Sem apoio.

Palavras-chave: Aposentadoria; percepção da aposentadoria; *status* profissional.

Nível do trabalho: Outro.

Área: SOCIAL

PSICOPATIA: DISCUSSÕES CONCEITUAIS ACERCA DE SUAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E DEFINIÇÕES LEGAIS. *Jade Cristine Trindade Martins** (Universidade Federal do Pará, Belém/PA), *Érika Larissa de Oliveira Jiménez** (Universidade Federal do Pará, Belém/PA), *Júlia de Almeida Roffé Borges** (Universidade Federal do Pará, Belém/PA), *Karina Nunes Leão** (Universidade Federal do Pará, Belém/PA) e *Myenne Mieko Ayres Tsutsumi** (Universidade Federal do Pará, Belém/PA).

Este trabalho objetivou, através de extensos levantamentos bibliográficos, discutir os conceitos de psicopatia construídos formalmente ao longo da história e a repercussão destes no imaginário coletivo como representações sociais. A visão médica permeou desde sempre os estudos sobre o indivíduo classificado como psicopata, mas não foi a única. Tentativas de se ampliar o tratamento categórico próprio das ciências biológicas, dispensado a estas pessoas, foram feitas primordialmente pela psicologia, por diversas abordagens, mas o que se nota, hoje, ainda é a formação de estereótipos sociais, provenientes de definições conceituais segregadoras. A psicopatia, desde os estudos pioneiros, é relacionada a crimes de violência extrema e é estudada, primordialmente, com base em infratores graves ditos psicopatas, sendo que a maior parte das pesquisas dentro da psicologia está na área forense. Defeitos congênitos e fatores ambientais foram os dois principais alvos de atribuição de causas à personalidade psicopática, sendo o peso de cada um destes, maior ou menor dependendo do autor. Atualmente, a denominação legal para o que antes se chamava psicopatia, convencionou-se como Transtorno de Personalidade Antissocial, conforme o DSM-IV. Isso acarretou muitas discussões acerca da generalidade do termo e da falta de um tratamento mais específico para o Psicopata. Os testes de avaliação diagnóstica mais utilizados ainda são estruturados em características inerentes à personalidade antissocial e suas interfaces com a criminalidade. Mas, o que pouco se questiona é sobre a naturalização do conceito e da imagem construída socialmente e ratificada, de forma muitas vezes displicente, pela mídia e líderes de massas a partir de visões superficiais. A segregação pela criação do estereótipo é evidente, os psicopatas, sob esta visão reducionista, seriam os *serial killers* extremamente perfeccionistas, mesmo que algumas pesquisas demonstrem a diversidade com que a psicopatia pode se apresentar (dos 4% da população mundial diagnosticada como psicopatas, apenas 1% chegam a cometer crimes graves). Os outros 3%, considerando-se então os traços principais de consenso na literatura levantada – como: ausência de sentimento de culpa, mentira patológica, nenhum indício de insanidade, egocentrismo exacerbado e vínculos interpessoais superficiais - possuem características de figuras comuns na sociedade brasileira, tais como políticos corruptos que tolgem a possibilidade de uma vida digna a milhões de pessoas, ou mesmo ícones capitalistas que investem em estruturas de marketing, sem nenhuma preocupação sobre repercussões sociais negativas. E ainda assim, não se deve perder de vista que conceituações que categorizam determinados grupos de pessoas, a exemplo de doentes mentais, são construções, fenômenos sociais, que envolvem interesses ideológicos e jogos de poder, o que deve ser sempre questionado antes de qualquer diagnóstico. Desnaturalizar a visão sobre a psicopatia, então, torna-se essencial para que as representações sociais acerca do assunto assumam um tom mais crítico e menos estereotipado, assim como muitos outros temas de interesse de toda a sociedade. A psicologia seria fundamental nesse processo, devendo o psicólogo não se restringir a reproduzir estigmas, mas colocar-se diante do fenômeno com uma visão questionadora, levando em conta o aspecto cultural e político que permeia o diagnóstico da psicopatia. Palavras-chave: psicopatia, representações sociais, discussão conceitual. Nível do trabalho: Outro.

Área da psicologia: Social

DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ AO ASYLO DE ACOLHIMENTO: A ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA DESVALIDA NO PARÁ (1850-1910). *Laura Maria Silva Araújo Alves* (Universidade Federal do Pará) e *Elianne Barreto Sabino*** (Universidade Federal do Pará)

O presente trabalho investigou o processo de acolhimento das crianças desvalidas, na Santa Casa de Misericórdia do Pará, entre 1850 e 1910, como parte da política de assistência à criança abandonada, na Província do Grão Pará. Os Asilos eram instituições de caridade, marcadamente cristãos, que seguiam os padrões tradicionais dos asilos de Portugal. Essas casas tinham uma tripla função: proteção, educação e instrução. Na Província do Grão Pará, casas de asilos foram criadas para receber as crianças abandonadas da Santa Casa de Misericórdia do Pará: *O Colégio Nossa Senhora do Amparo*. Essa casa de asilos de crianças órfãs era definida pelo seu caráter caritativo ou assistencial. A investigação pretendeu analisar as concepções e práticas de acolhimento de crianças desvalidas, no Colégio Nossa Senhora do Amparo: a) como as crianças eram abrigadas; b) como funcionava esse colégio; c) o perfil das crianças encaminhadas; d) a educação ministrada às crianças desvalidas. As fontes documentais de pesquisa foram os relatórios, cartas, ofícios, prontuários, jornais e manuais disponibilizados na biblioteca da Santa Casa de Misericórdia e na biblioteca Artur Vianna. Com a exploração da borracha, a sociedade da Província do Grão Pará não estava dissociada do contexto nacional e viviam grandes transformações nos campos político, econômico e cultural. Essa economia provocou um intenso processo migratório, fazendo com que a população da Província triplicasse consideravelmente. Eram pessoas vindas de muitas partes do Brasil e do exterior e, juntamente com os novos habitantes, vinham crianças que obrigaram o poder público a tomar diferentes medidas para receber esses pequenos moradores. Havia na cidade uma poderosa elite, formada pelos barões da borracha, que impôs um novo modelo de vida, baseado em idéias trazidas das cidades da Europa. Enquanto a população crescia em um ritmo frenético, eram impostas normas para que nada interferisse no projeto de modernização da Amazônia. No contra-fluxo dessa política, contavam-se alarmantes taxas de mortalidade infantil, pois as crianças eram as maiores vítimas das doenças que apareciam: varíola, febre amarela, lepra e tuberculose. A concepção médico e higienista, que embasava o projeto civilizador do final do século XIX, estabelecia muitas diretrizes para a formação de uma nova sociedade. A criança era o foco principal para o estabelecimento dessa nova sociedade e as políticas públicas começaram a ser pensadas para ela. Assim como aconteceu em outras províncias, na Província do Grão Pará, as crianças desvalidas eram recolhidas pela Irmandade da Santa Casa de Misericórdia do Pará. Em 1804 é criada a Casa da Caridade para receber as meninas indígenas com o intuito de educá-las. Após o governo paraense assumir a administração da Casa de Caridade, em 1838, passa-se a chamar Colégio Nossa Senhora do Amparo, que pretendia educar meninas expostas, órfãos, pobres e filhas de presos. até 18 anos de idade. O colégio oferecia ensino primário, música, canto, oficinas, artesanais e três anos de formação normalista. Palavras-chave: criança desvalida, educação, infância

Doutorado- D

AUTOESTIMA IMPLÍCITA E EXPLÍCITA EM ESTUDANTES DE EXATAS E HUMANAS. *Mariana Monção de Lima**, *Victor Nahuel Felix de Souza Keller**, *Isadora Fukiê Soares Yoshida**, *Luiz Mateus Santana Corazolla**, *Saulo Maciel de Oliveira**, *Rebeca Harumi da Nóbrega Guenka**, *Lígia Oliveira Silva***, *Ronaldo Pilati* (Laboratório de Psicologia Social, Departamento de Psicologia Social e do Trabalho, Universidade de Brasília, Brasília, DF) e *Bartholomeu Torres Tróccoli* (Laboratório de Psicologia em Avaliação e Medidas, Departamento de Psicologia Social e do Trabalho, Universidade de Brasília, Brasília, DF).

Estudos recentes sobre a autoestima postulam que a mesma pode ser dividida em explícita e implícita. Uma vez que já existem meios eficazes de se aferir a autoestima explícita (como a Escala de Rosenberg), verifica-se a necessidade de um método que permita medir, com igual efetividade, a atitude implícita do sujeito em relação a si mesmo. Dentre os métodos propostos na literatura para aferir a autoestima implícita, o de preferência pelas iniciais e data de nascimento, foi um com melhores resultados no processo de teste e reteste. Com o objetivo de testar este método e de observar, se existem diferenças significativas entre os níveis de autoestima de calouros e veteranos, de estudantes universitários de áreas diferentes, foram aplicados questionários a 116 alunos voluntários da Universidade de Brasília, pertencentes às subáreas “História e Serviço Social” (62 alunos) e “Engenharias Mecânica e Civil” (54 alunos). Cada questionário continha a Escala de autoestima explícita de Rosenberg (para fins de comparação), letras (de A a Z) e números (de 1 a 35). Foi pedido aos participantes que pontuassem cada letra e número, em uma escala de 1 a 9, indicando sua preferência. Os resultados apontam correlações significativas entre a preferência por inicial e dia do nascimento ($r=0,307$; $p=0,001$), inicial e mês do nascimento ($r=0,202$; $p=0,03$) e dia e mês do nascimento ($r=0,282$; $p=0,002$), mas pouca ou nenhuma correlação entre o escore de autoestima explícita e a preferência pela inicial ($r=0,115$; $p=0,219$), entre o referido escore e a preferência por dia ($r= -0,076$; $p=0,419$) ou por mês ($r=0,027$; $p=0,773$). As médias dos diferentes grupos foram comparadas por meio de análise de variância (ANOVA) que visava identificar diferenças significativas entre eles. Foi possível observar que estudantes veteranos apresentam escores significativamente mais altos de preferência por suas iniciais [$F(1,114)=3,295$; $p=0,072$] e pelo mês de nascimento [$F(1,114)=8,864$ $p=0,004$]. Diferenças no escore de Rosenberg e na preferência pelo dia do aniversário não foram significativas. Tendo como variável independente a área de graduação (Engenharias x História e Serviço Social), constatou-se que os estudantes de engenharia obtiveram escores maiores tanto na Escala de Rosenberg [$F(1,114)= 4,660$; $p=0,033$] quanto nos níveis de preferência por inicial do nome [$F(1,114)=6,185$; $p=0,014$] e pelo mês de nascimento [$F(1,114)=5,641$; $p=0,019$]. Novamente, as diferenças entre os grupos quanto à preferência pelo dia do aniversário não foram significativas. Não foi possível concluir se a preferência pela inicial e pela data de aniversário são medidas válidas para se aferir a autoestima implícita, mas há indícios de que as medidas implícitas possuem relação entre si e não se correlacionam com a medida explícita, o que corrobora uma visão de processamento independente dos processos implícitos e explícitos. Além disso, foi possível observar que há uma diferença, ainda que pequena, entre os escores de autoestima de calouros e veteranos e de estudantes de cursos representantes das áreas de Ciências Exatas e Humanas, o que corrobora a hipótese inicial de que um dos grupos apresentaria níveis maiores de autoestima.

Palavras-chave: autoestima implícita, autoestima explícita, escala de Rosenberg

IC

SOCIAL

A RAZÃO DEDO INDICADOR/ANELAR (2D:4D) COMO CORRELATO DE COMPORTAMENTOS SEXUAIS: UM ESTUDO PRELIMINAR NO BRASIL.

*Cecília Weiller Bastos**, *Fabio Iglesias* (Laboratório de Psicologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, DF), *Marcelo Vinhal Nepomuceno*** (Concordia University, Canada) e *Luisa Alcântara Gomes Teixeira** (Laboratório de Psicologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, DF)

As últimas décadas têm assistido a uma retomada do uso de medidas antropométricas, populares no século XIX, para explicar comportamentos sociais. A razão entre o comprimento do dedo indicador (2D) e o dedo anelar (4D) da mão direita se destaca como um preditor simples de diferenças individuais, atribuídas a diferentes níveis de exposição a testosterona no útero materno. A literatura revela que indivíduos com 2D:4D menores apresentam mais habilidades esportivas e musicais, maior propensão a certas doenças e maior apetite sexual. No entanto, não parece haver pesquisas sobre 2D:4D no Brasil, principalmente nas suas potenciais aplicações à psicologia social. Este trabalho buscou evidências de fidedignidade e validade para essa medida no contexto brasileiro, para testar sua correlação com comportamentos sexuais. O Estudo 1 (n=100) verificou a acurácia da mensuração intra e entre os dois pesquisadores envolvidos na coleta de dados. Os participantes foram solicitados a estender a sua mão direita aberta, com a palma para cima, adotando-se o procedimento padronizado na literatura sobre 2D:4D, que envolve a mensuração milimétrica e repetida do comprimento dos dedos estendidos com um compasso digital. Correlações intra-classe revelaram valores em torno de 0,90, garantindo fidedignidade na medida. O Estudo 2 (n=500) testou a validade preditiva do 2D:4D sobre medidas de auto-relato de atitudes e comportamento sexuais. O questionário se organizou em dois fatores (“Preferências liberais”, com 9 itens, alfa = 0,88; “Autoconfiança sexual”, com 6 itens, alfa = 0,86), além de itens que avaliaram o histórico de atividades sexuais do respondente. Não foram encontradas correlações significativas entre 2D:4D e o auto-relato. Uma MANOVA fatorial para medidas repetidas revelou que homens apresentaram maiores escores de preferência liberal e mulheres maiores escores de autoconfiança sexual ($F = 152,66$; $p < 0,001$). A pesquisa não apresentou ainda evidências da validade preditiva do 2D:4D em comportamento sexual, no entanto, alguns importantes vieses identificados em pesquisas anteriores não puderam ser controlados. O primeiro viés é relativo ao sexo dos participantes, já que homens são expostos a mais testosterona no útero. O segundo viés relaciona-se à etnografia dos participantes. Por exemplo, estudos mostraram que negros tendem a ter 2D:4D menores que caucasianos. Considerando o alto nível de miscigenação na população brasileira, a pesquisa deve agora expandir seu tamanho amostral e continuar controlando a origem étnica dos participantes, antes de concluir sobre a validade preditiva do 2D:4D. São discutidas as implicações dos estudos sobre 2D:4D em sua interface com a pesquisa em psicologia social, constituindo-se como medida inovadora e com alto poder heurístico no desenvolvimento de hipóteses sobre a relação entre variáveis biológicas e variáveis de comportamento social.

Apoio financeiro da CAPES.

Palavras-chave: medidas antropométricas; comportamento sexual; razão 2D:4D.

IC

SOCIAL

UM OLHAR SOBRE AS RELAÇÕES AMOROSAS NA CONTEMPORANEIDADE. *Lidyane Costa Feitosa**, *Pedro Wilson** e *Monalisa Xavier*** (Universidade Federal do Piauí-PI)

A presente pesquisa tem como objetivo entender as modificações sofridas pelas relações amorosas na contemporaneidade, a partir dos autores que discutem o tema. A investigação abordou momentos históricos, temporalidades, formas de subjetivação, bem como, caracterizou as relações amorosas e os fatores que contribuíram para tais modificações. Percebe-se que o amor é uma construção sócio-histórica e que este perpassa diversas modificações no decorrer do tempo. Assim como todas as culturas elegem suas formas de viver, de sofrer, de gozar, de morrer, também elegem suas formas de amar. Primeiramente os vínculos amorosos eram observados, apenas, como um impulso que dirigia homens e mulheres para alguém do sexo oposto ou não. Depois, com o casamento as relações amorosas foram utilizadas como meio de criar, aumentar ou ostentar riquezas durante um bom tempo na sociedade. Mas a igreja apontava a sexualidade como elemento desestabilizador e que a separação de casais casados, perante a igreja era impossível, sendo a “sensualidade ilegal”, o único motivo aceitável para a separação. No feudalismo, o amor e a afeição eram vistos muito mais como uma consequência do casamento, do que como a causa, obtendo se assim a manutenção da ordem social. Com o advento do capitalismo e da tecnologia houveram várias modificações nos sujeitos, surgindo assim os narcisistas, normóticos, dentre outros, os quais perderam a visão do amor como: estar a serviço, colocar-se à disposição, aguardar a ordem, expropriar e assumir a responsabilidade e passaram a preocupar-se com o gozo imediato e consumo exacerbado. Retraindo-se assim, a busca por relações sólidas, aparecendo dessa forma à figura do “amor líquido”, demonstrando a inconsistência das relações humanas, que se apresentam vividas e em condições de incerteza constante. As redes sociais (internet) acrescentaram uma dimensão nova aos prazeres pela velocidade, liquidez e anonimato. Como a mais nova forma de amor aparece o chamado Poliamor, que consiste em um amor sem sentimento de posse, compartilhado; que possui como palavras de entendimento: o conhecimento e o consentimento. Com isso, observou-se uma extensão nas relações sociais e amorosas, de forma nem sempre positiva, pois o amor tornou-se algo instável e eventual. O novo padrão de indivíduo, surgido com o capitalismo, acaba por provocar vivências de isolamento, de angústia e de desprazer. Não podemos falar tão diretamente de esgotamento das relações amorosas, uma vez que já se percebe necessário um modelo para padrão para a elaboração subjetiva da coletividade. Podemos falar sim de incremento das relações amorosas, visto as modificações que passa a sociedade atual.

Palavras-chave: Relações sociais. Vínculos amorosos. Contemporaneidade

IC

SOCIAL

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS/MT.
*Reginey Lucia Nunes Ribeiro**, *Aparecida de Jesus dos Santos** e *Laura de Carvalho (Orientadora)* (Departamento de Psicologia, UFMT/CUR, Universidade Federal de Mato Grosso/Campus de Rondonópolis, Rondonópolis/MT).

O presente trabalho foi realizado no município de Rondonópolis-MT e surgiu da necessidade de se conhecer os tipos de violência doméstica, mais comuns entre os casais. Desta forma, restringiu-se em violência doméstica, casos em que a mulher é a vítima e o homem o agressor, visto que a relação advinda deste casal deve ser (ou deve ter sido) afetivo-sexual. O que consideramos para delimitar o nosso campo de abrangência foi, em particular, o fato de que podemos considerar que nenhum caso de violência/maus tratos, no casal, é tão austero como quando uma mulher é maltratada por um homem, especialmente quando este é (ex) marido, (ex) namorado ou (ex) convivente. Por ser um campo demasiado amplo a considerar – se refere-se como denúncia nesse trabalho, as *ameaças*, *lesão corporal* e *homicídio* (Neste procedimento foram indeferidos, todos os casos de outra natureza). O nosso objetivo consistiu em conhecer a realidade da mulher, vítima de violência. Deste modo, coletamos a natureza da violência, cor, profissão, bairro, idade, estado civil e escolaridade. O trabalho se iniciou a partir do levantamento bibliográfico de temas concernentes ao assunto. As leituras foram complementadas por reuniões com orientação e discussões do material obtido. Ao concluir a leitura da bibliografia básica, foram realizados contatos com os gestores da Delegacia Especializada da Mulher, com o intuito de iniciar o trabalho de campo. A coleta para a obtenção das informações contidas nos inquéritos dos anos de 2007 (579 inquéritos) e do ano de 2010 (612 inquéritos) foi realizada de forma minuciosa e sigilosa. Salienta-se que o trabalho foi realizado a partir das denúncias feitas, o que implica dizer, que a realidade na prática, pode ser diferente. Mas, a partir dos dados coletados, foi possível chegar a um resultado que denuncia que há violência e que algo está sendo feito para que esta (dura) realidade possa ser modificada. Tratando-se de uma pesquisa quantitativa, podemos por meio desta, apontar que esta prática assola todas as classes sociais. Foram encontrados casos de denúncia de violência ocorridos por moradoras localizadas, tanto em bairros centrais, até os mais periféricos. A realidade de violência afeta a vítima, desde os 14 anos até 72 anos, o que nos sugere que a mulher pode passar toda a vida sob maus tratos. Faz-se necessário parar um agressor que aos 90 anos “avança” contra a própria esposa. Vale ressaltar que foram 02 homicídios em 2007. Os demais casos incluem ameaças e lesões (físicas e psíquicas). Notou – se um crescimento do número de casos denunciados, o que nos leva a concluir; as mulheres vitimizadas estão decididas a enfrentar a realidade fazendo com que seus agressores paguem pelos crimes que cometem, “elas podem ser responsáveis por permanecer na relação de casal, mas não pelo contexto que envolve a violência”.

Palavras-chave: violência, vítima, agressão

Trabalho de Iniciação Científica- IC (trabalho de graduação)

SOCIAL: Psicologia Social

NORMAS SOCIAIS E DINÂMICAS DE INTERAÇÃO: TRÂNSITO, ACESSO E ATRASOS.

PARAR NA FAIXA DE PEDESTRES COMO COMPORTAMENTO PROSOCIAL: COMPARANDO MEDIDAS OBSERVACIONAIS E AUTO-RELATO. *Bárbara Monteiro**, *Ana Giulia Conte**, *Giordana Bruna Marques**, *Jazon de Souza**, *Larissa Mayara Rodrigues**, *Lúisa Bandeira Coelho**, *Pricila de Sousa Santos*** e *Fabio Iglesias* (Laboratório de Psicologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, DF).

Embora seja uma regra amplamente compartilhada e promovida na Cidade de Brasília, fazer com que os carros parem para o pedestre atravessar na faixa de segurança ainda constitui um problema de trânsito. Não parece haver muitos estudos sobre as características individuais e situacionais que favorecem a ocorrência desses comportamentos, entendidos como pro-sociais, além das estatísticas oficiais baseadas em infrações e acidentes. O objetivo desta pesquisa foi verificar associações entre o motorista parar na faixa, o pedestre sinalizar corretamente sua preferência de passagem e algumas variáveis psicossociais, comparando medidas observacionais em campo (Estudo 1) e medidas de auto-relato (Estudo 2). No Estudo 1 foram observadas 287 situações de interação de pedestres com motoristas, em duas vias distintas quanto ao fluxo de carros. O Estudo 2 consistiu em um *survey* realizado com 60 estudantes universitários (32 homens), com questões fechadas e abertas de julgamentos do comportamento próprio e dos outros sobre a frequência de parada do veículo com ou sem sinalização do pedestre, em maior e menor fluxo de veículos. Os resultados do Estudo 1 não revelaram diferenças significativas de frequência no comportamento de parar na faixa em função do sexo do pedestres ($\chi^2 = 1,93$; $p = 0,16$) ou do motorista ($\chi^2 = 0,83$; $p = 0,36$). Entretanto, a sinalização do pedestre com o braço (“sinal de vida”) gerou mais comportamentos prosociais, especialmente nos horários de maior fluxo de carros ($\chi^2 = 4,55$; $p = 0,03$). No Estudo 2 verificou-se que 73% dos participantes relataram parar na faixa de pedestres, mesmo na ausência de solicitação, enquanto 80% relataram dar sinal de vida para atravessar enquanto pedestres, tendo-se categorizado as justificativas para esses comportamentos. De modo geral, houve uma correspondência entre os dados observacionais do Estudo 1 e os dados de auto-relato do Estudo 2. A prática do “sinal de vida” mostrou-se importante preditor do comportamento de parar na faixa, assim como a densidade do ambiente, constituindo evidências para a continuidade de sua promoção como comportamento de civilidade urbana. Os dados também sugerem que a reputação de Brasília de ter um trânsito preocupado com o pedestre é pertinente, ainda que não ideal, dada a alta taxa geral de motoristas que param diante da faixa de segurança, mesmo sem a existência de semáforos, quebra-molas ou outros recursos na via. Além de contribuir para o debate sobre o uso de medidas de observação e de auto-relato via *survey*, que constituem alguns dos métodos mais usados na psicologia social aplicada ao trânsito, o trabalho discute a possibilidade de estratégias de intervenção voltadas para aumentar ainda mais o comportamento prosocial nesse contexto.

Palavras-chave: faixa de pedestres; trânsito; comportamento pró-social.

IC

SOCIAL

ATRIBUIÇÕES CAUSAIS E AVALIAÇÕES DE LEGITIMIDADE NA ULTRAPASSAGEM EM RETORNOS NO TRÂNSITO. *Kamilla Rocha Cunha**, *Fabio Iglesias, Lucas Cacau** (Laboratório de Psicologia Social, Universidade de Brasília, Brasília - DF), *Amalia Raquel Pérez-Nebra* (Faculdade de Ciências da Educação e Saúde, Centro Universitário de Brasília, Brasília, DF)

Estudos de psicologia do trânsito geralmente focam em ocorrências de impacto indiscutível, como mortes, atropelamento e poluição ambiental. Entretanto, a maior parte dos conflitos no trânsito têm uma característica menor, pois envolvem pequenos eventos cotidianos, como ultrapassagens indevidas, estacionamento irregular e comportamentos agressivos que sequer são registrados. O objetivo desta pesquisa foi verificar as percepções de legitimidade e as atribuições causais que motoristas fazem em uma dessas situações cotidianas: a ultrapassagem indevida de carros que aguardam para fazer um retorno à esquerda da pista. Participaram do estudo 238 motoristas (135 mulheres) com média de idade de 23,25 anos (DP = 7,7). Foi elaborado um cenário para a situação de ultrapassagem indevida, com uma imagem estilizada descrevendo uma fila de carros legitimamente posicionados em espera para retornar e alguns outros carros que se posicionam pela direita, configurando uma intrusão. Foram listadas 10 interpretações causais (disposicionais e situacionais) para o comportamento de ultrapassar pela direita em um retorno, a serem julgadas numa escala de 1 (nada provável) a 10 (totalmente provável) e nove condições para que o participante julgasse a probabilidade de ceder a passagem para o motorista intruso. Uma análise dos componentes principais revelou uma adequação apenas aceitável da amostra quando consideradas as 10 variáveis de atribuição de causalidade (KMO = 0,61). Desta maneira, os itens foram primeiramente agrupados conforme o critério teórico, tendo-se verificado evidências de fidedignidade para cada tipo de atribuição. As atribuições disposicionais incluíram três itens, com alfa = 0,74 (“é uma pessoa egoísta”; “não tem respeito”; “é displicente”), tendo constituído uma única variável para as análises subsequentes. Testes de Mann-Whitney revelaram que mulheres fizeram mais atribuições disposicionais que os homens ($z = 1,83$; $p = 0,06$). Uma análise dos componentes principais para os itens de percepção de legitimidade revelou a existência de um único componente (KMO = 0,81), explicando 40,4% da variância e agrupando todos os nove itens. Não foram verificadas diferenças em função do sexo para essa medida geral de percepção de legitimidade. Quando considerados individualmente, verificou-se que as mulheres reconheceram significativamente maior legitimidade que os homens quando o motorista do carro intruso é um idoso ($t = 2,31$; $p = 0,02$) e quando há crianças no carro intruso ($t = 2,18$; $p = 0,01$). Homens relataram maior legitimidade na intrusão se o carro é dirigido por uma mulher atraente ($t = 7,00$; $p < 0,01$). Os resultados também mostraram que os motoristas não avaliam o comportamento de ultrapassagem pela direita em retornos como um desrespeito a leis de trânsito e raramente o percebem como quebra de uma norma de prioridade de acesso por ordem de chegada. Considerando a maneira como fazem esses julgamentos em cenários, discute-se sua importância não somente no contexto do treinamento de motoristas, como nas estratégias de prevenção de acidentes e conflitos em outras situações reais no trânsito.

Apoio do CNPq via Bolsa de Iniciação Científica

Palavras-chave: trânsito, percepção de legitimidade, atribuição de causalidade

IC – Iniciação Científica

SOCIAL

REAÇÕES A DESCULPAS: JULGAMENTOS DE PLAUSIBILIDADE PARA ATRASOS, OMISSÕES E RECUSAS. *Renan Benigno Saraiva**, *Carolina Bauchspiess**, *Izabella Melo**, *Carolina Cidade**, *Lorena Andreoli**, *Lúisa Pereira Nishioka**, *Patrícia Emanuele Ribeiro*** e *Fabio Iglesias* (Laboratório de Psicologia Social, Universidade de Brasília, DF).

O pedido de desculpas é visto como um esforço para a manutenção da imagem social do indivíduo, prezando por sua aceitação ao explicar a quebra de contratos sociais. A maneira como as pessoas julgam sua plausibilidade e como aceitam desculpas pode depender da percepção da responsabilidade sobre a situação e seus efeitos. O modelo de atribuição de Weiner prevê uma relação entre locus de controle (interno ou externo), emoções (raiva ou empatia) e reações comportamentais (aceitar ou não a desculpa), considerando o efeito mediador e moderador de variáveis individuais. O objetivo deste trabalho foi analisar como as pessoas julgam diferentes justificativas em pedidos de desculpa para situações sociais de atraso, omissão e recusa de convite. Participaram da pesquisa 155 estudantes universitários (76 homens), com média de idade de 20,79 anos ($DP = 4,94$). Eles responderam a cenários avaliando em escalas de 1 a 9 a plausibilidade (“não plausível” a “plausível”), a responsabilidade (“não responsável” a “responsável”) e as emoções envolvidas (“raiva” a “empatia”), além de uma variável dicotômica de disposição para aceitá-las numa situação real. Uma análise dos componentes principais indicou a existência de três dimensões para a plausibilidade, com bons alfas, e a dimensão “responsabilidades prioritárias” foi considerada mais plausível que “acontecimentos incontrolláveis” e “desorganização na agenda” ($F = 228,86$; $p < 0,001$), sendo que mulheres relataram maior plausibilidade nas questões de prioridade e os homens nas de organização temporal ($F = 5,89$; $p = 0,003$). As desculpas que envolviam compromisso e honrar responsabilidades geraram mais empatia ($F = 256,013$; $p < 0,001$) e os homens toleraram mais a falta de organização ($F = 4,283$; $p = 0,04$). Não foram verificadas relações significativas entre as variáveis de aceitabilidade das desculpas ($F = 1,5$; $p = 0,217$). Esses resultados apontam que as diferenças entre os sexos parecem evidenciar o estereótipo de que as mulheres são mais organizadas do que os homens, sendo mais rigorosas com o tempo, fazendo melhores atribuições para desculpas que apontavam organização e compromisso. A pesquisa é interpretada à luz da literatura que utiliza esse modelo teórico, considerando o conhecimento intuitivo que as pessoas têm sobre atribuição de causalidade e como o utilizam para fornecer desculpas em diferentes situações. Também são discutidas suas implicações para contextos de atraso no atendimento ou na oferta de serviços na área de comportamento do consumidor, tendo em vista seu uso, percepção, julgamento e papel na avaliação da qualidade das interações e redução de conflitos interpessoais.

Palavras-chave: desculpas; atribuição de causalidade; normas sociais.

IC

SOCIAL

A QUEBRA DE NORMAS SOCIAIS IMPLÍCITAS NOS TRANSPORTES COLETIVOS. *Kamilla Rocha Cunha**, *Alice Boianovsky Rios**, *Anna Carolina Lafetá**, *João Augusto Ataíde**, *Lara Rizerio**, *Mariana Guerra Oliveira** e *Fabio Iglesias* (Laboratório de Psicologia Social, Universidade de Brasília, Brasília - DF)

As normas sociais respondem por boa parte do comportamento público, sejam elas implícita ou explicitamente comunicadas. No caso de normas implícitas, sua quebra pode causar desconforto e conflito, principalmente quando envolve pessoas estranhas entre si. É relevante, portanto, investigar esses fenômenos para a promoção da civilidade urbana, tal como se espera na ocupação de assentos por ordem de chegada em transportes públicos. O objetivo desta pesquisa foi investigar experimentalmente em campo as reações a pedidos de assento feitos por confederados em vagões do metrô sob diferentes condições. O experimento foi realizado com 106 usuários do metrô de Brasília (58 homens), ingênuos à pesquisa, com idades estimadas variando de 18 a 50 anos. O procedimento consistiu na aproximação do confederado ao usuário, fazendo a solicitação do assento para si mesmo (“com licença, posso me sentar no seu lugar?”) ou para outro confederado posicionado ao seu lado (“com licença, você poderia ceder o seu lugar ao meu amigo?”). As reações comportamentais foram registradas discretamente por outro confederado numa planilha. Os resultados revelaram que os usuários cederam seus assentos em 62,3% das situações, mas não se verificaram diferenças em função do pedido direto ou indireto ($\chi^2 = 2,742$; $p = ns$). Os pedidos geraram maior aquiescência quando feitos por uma confederada do sexo feminino ($\chi^2 = 8,196$, $p < 0,01$), quando dirigidos a usuários com idade estimada menor que 30 anos ($\chi^2 = 10,245$, $p = 0,001$) e a usuários homens ($\chi^2 = 22,897$, $p < 0,01$). Quando os usuários questionaram o confederado sobre o motivo do pedido a aquiescência foi significativamente menor ($\chi^2 = 20,387$, $p < 0,01$). A alta taxa geral de aquiescência, independente da condição experimental, das características dos confederados e dos usuários, sugere que as pessoas não estão preparadas para a quebra de normas sociais implícitas e reagem de maneira mais automática, não questionando o pedido inusitado que é apresentado sem justificativa razoável. Esses resultados podem ser compreendidos à luz da teoria do rótulo, que prevê uma interpretação do tipo “essa pessoa é louca ou deve ser alguma emergência para me fazer um pedido dessa natureza”, considerando-se ainda processos de normalização e redução da dissonância. Quando os participantes têm mais tempo para processar a informação, questionando o pedido, por exemplo, podem não somente negá-lo como encontrar maneiras de dar sentido à situação. Isso é importante tanto para situações prosociais quanto para situações que envolvem riscos em ambientes públicos. As diferenças de sexo e de idade são examinadas em função de características culturais brasileiras e do estilo de vida nas grandes cidades. O trabalho discute as reações de usuários de transporte público diante da quebra da norma social implícita, a possibilidade de intervenções para promover a civilidade entre estranhos e da organização normativa do trânsito via prompts, avisos e modelos.

Palavras-chave: transporte público; normas sociais; aquiescência.

IC – Iniciação Científica

SOCIAL

DESRESPEITO À PRIORIDADE DE ACESSO POR ORDEM DE CHEGADA: UM ESTUDO OBSERVACIONAL COM MOTORISTAS. *Kamilla Rocha Cunha**, *Fabio Iglesias* (Laboratório de Psicologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, DF)

A maior parte das ocorrências de conflitos no trânsito se tratam de eventos pequenos, como por exemplo a ultrapassagem indevida em retornos (conversão à esquerda). Esses eventos cotidianos normalmente não são registrados, mas podem causar estresse nos motoristas, sentimentos de injusta e consequências negativas para a dinâmica do trânsito como um todo. Esta pesquisa analisou os comportamentos de motoristas em um retorno, tanto os posicionados legitimamente na fila quanto aqueles que cometeram intrusões, com o objetivo de verificar quando forçam ou cedem passagem e quando sinalizam ou não sinalizam adequadamente a troca de faixa. Consideraram-se as características do carro (tamanho, tipo, vidro aberto ou fechado e presença de película protetora), dos motoristas (sozinhos ou acompanhados) e da fila (tamanho, existência de fila dupla de intrusos). Foram registradas oito horas de gravação com uma câmera de vídeo, totalizando 472 intrusões. A existência de película foi associada a mais intrusões quando considerados os carros maiores e os sedans, mas não os carros menores ($\chi^2 = 22,72$; $p = 0,001$). Com uma diferença marginal, os carros pequenos cometeram mais intrusões quando já existia uma fila de intrusos ($\chi^2 = 5,55$; $p = 0,06$). Verificou-se ainda que os carros costumam ultrapassar pela esquerda e as motos pela direita ($\chi^2 = 10,99$; $p = 0,001$). O tipo de automóvel do intruso não gerou diferenças na posição média em que realizou a intrusão na fila ($F < 1$; $p = ns$). Esses dados sugerem que a película pode funcionar como um instrumento de desindividuação, que torna mais fácil a transgressão da norma por aumentar o anonimato do motorista. Fenômenos de conformidade podem explicar porque a existência de uma fila de intrusos aumenta o número de intrusões, sendo que carros pequenos precisam de uma simples brecha entre outros carros para furar a fila. Apesar de constituir uma infração, a ultrapassagem pela direita realizada por motos no retorno pode ser uma estratégia de segurança, já que um motorista posicionado legitimamente não verifica o que ocorre à sua esquerda e poderia provocar uma colisão. Os dados também mostraram que as características do carro não definem a posição em que a fila será desrespeitada, o que pode depender mais de características situacionais do que disposicionais dos motoristas. Este estudo, baseado em técnicas de observação, complementa a literatura de psicologia social aplicada ao trânsito, que tem enfatizado medidas atitudinais baseadas em autorelato. São enfatizados na discussão, portanto, a importância de pesquisas *in loco*, a necessidade de diversidade metodológica e as possibilidades de intervenção na área.

Apoio com bolsa de iniciação científica do CNPq

Palavras-chave: trânsito; retorno; conflitos.

IC

SOCIAL

PROMOÇÃO DA TRAVESSIA SEGURA: UM EXPERIMENTO EM CAMPO COM NORMAS SOCIAIS. *Beatriz Leão Yamada**, *Luiza Fernandes Machado**, *Arthur Henrique Vitor**, *Larissa Araújo de Melo**, *Victor Guevara de Souza**, *Marília Mesquita Resende**, *Lude Marieta Neves*** e *Fabio Iglesias* (Laboratório de Psicologia Social, Universidade de Brasília, Brasília-DF).

A execução do *signal de vida*, gesto de elevação do braço efetuado pelo transeunte para solicitar a parada dos veículos em faixas de pedestre não-sematizadas, pode ser qualificado como um comportamento pró-social. Trata-se, portanto, de um fenômeno de influência social normativa, que se caracteriza pelas regras implícitas de comportamentos, valores e crenças aceitáveis. As normas sociais descritivas referem-se à percepção do que a maioria faz e o que é comum, já as normas injuntivas descrevem o que é mais correto de se fazer em determinado ambiente. Esta pesquisa testou, em campo, a ativação de normas sociais descritivas e injuntivas sobre o comportamento pró-social de executar o *signal de vida*, por meio da utilização de imagens com conteúdo normativo. Participaram da pesquisa 120 transeuntes, em sua maioria estudantes universitários (57,5% homens). Foram utilizados dois protocolos para registro de dados dos participantes, incluindo a execução ou não do *signal de vida* e se estavam sozinhos ou em grupo quando entrevistados. O procedimento consistiu em abordar transeuntes que se dirigiam à faixa de pedestres, apresentar-lhes fotografias produzidas pelos pesquisadores e observar a ocorrência do comportamento-alvo diante da faixa. Os participantes foram designados a duas condições experimentais - expostos à norma descritiva e à norma injuntiva - e a um grupo controle. As imagens apresentadas às duas condições experimentais se diferiam apenas por uma frase exposta acima da foto: “o que as pessoas costumam fazer” (norma descritiva) e “o que as pessoas deveriam fazer” (norma injuntiva). Elas apresentavam uma menina realizando comportamentos pró-sociais como: descarte adequado de lixo, recolhimento dos dejetos de seu cachorro e de pertences alheios. No grupo controle, apresentaram-se fotografias de comportamentos neutros nos mesmos cenários das normativas. Independente da condição experimental, os resultados apontaram que apenas 22,5% dos participantes efetuaram o *signal de vida*, revelando pouca aquiescência à norma de sinalizar na faixa. Não foi encontrada uma associação significativa entre as condições experimentais e a sinalização adequada ($\chi^2 = 1,86$; $p > 0,05$). Ademais, verificou-se uma associação marginal entre o fato de estar em um grupo e o ato de efetuar o *signal de vida* ($\chi^2 = 2,89$; $p = 0,08$). As imagens, apesar de terem sido corretas e facilmente interpretadas, não parecem ter sido capazes de ativar a norma para o comportamento pró-social desejado, constituindo um primeiro teste em campo desse procedimento no Brasil. Isto pode ter ocorrido pelo fato de a maioria dos outros pedestres não executarem o *signal de vida*, o que pode funcionar como uma forma implícita de saliência da norma descritiva de que “não é necessário fazer sinal de vida ao atravessar a faixa de pedestres”. Além disso, o fato de a maioria dos participantes não ter sinalizado na faixa de pedestre pode ser explicado por fenômenos de conformidade, o que é enfatizado pela associação encontrada entre a presença de um grupo e a não realização do comportamento adequado. Estudos como este podem ser utilizados na área de educação no trânsito, para se identificar os promotores dos comportamentos de civilidade e da prevenção de acidentes.

Bolsas de Mestrado da CAPES e de Graduação do CNPq

Palavras-chave: comportamento pró-social; normas sociais; faixa de pedestres.

IC

SOCIAL

ENSINO SOBRE LEITURA NO CONTEXTO DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO.

ENSINO SOBRE LEITURA NO CONTEXTO DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO. *Grauben José Alves de Assis* (Universidade Federal do Pará)

A literatura da Análise do Comportamento tem apresentado uma crescente produção de estudos empíricos sobre o ensino de leitura e uma tecnologia derivada desses estudos. Uma sessão coordenada com o tema “*Ensino sobre leitura no contexto da Análise do Comportamento*” mostra-se relevante, pois permite a divulgação de resultados desses estudos produzidos por diferentes laboratórios de pesquisa. Os estudos aqui apresentados são provenientes de três instituições públicas de três Estados brasileiros, aprovados pelo comitê de ética. Todos utilizaram o paradigma de equivalência de estímulos, a partir do qual os autores investigaram com diferentes procedimentos de ensino, o estabelecimento de comportamentos acadêmicos de leitura, analisando a emergência de relações verbais. Os estudos envolveram alunos de diferentes faixas etárias, níveis de escolaridade e sexo. Finalmente, a sessão coordenada pode se configurar como uma condição para o incentivo e intercâmbio dos pesquisadores que deles participam regularmente.

JOGOS EDUCATIVOS E O MODELO DA EQUIVALÊNCIA DE ESTÍMULOS APLICADOS AO ENSINO LEITURA EM CONTEXTO COLETIVO. *Verônica Bender Haydu, Edneli Natália Ferreira da Costa* e Vanessa Peter Signorini** (Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR)

Jogos educativos são considerados recursos eficazes de ensino devido ao caráter motivacional e à possibilidade de estabelecer contingências de reforço positivo para as repostas apresentadas pelos aprendizes. Outro recurso que tem sido investigado e sugerido como estratégia de ensino é o procedimento baseado no modelo da equivalência de estímulos, o qual mostra ser particularmente eficaz no ensino da leitura. No entanto, a maioria dos procedimentos de ensino baseados nesse modelo é de aplicação individualizada, havendo poucos estudos desenvolvidos em sala de aula. O presente estudo visou avaliar o efeito de um programa de ensino coletivo de leitura de palavras, baseado no modelo da equivalência de estímulos, e o efeito de jogos educativos sobre o desempenho da leitura com compreensão. Participaram nove estudantes da Educação de Jovens e Adultos, com 17 a 60 anos de idade. Para selecionar os participantes foi realizado um pré-teste de leitura. Em seguida, foi aplicado o programa de ensino, com sessões coletivas de ensino de relações condicionais, por meio de escolha de acordo com modelo (*matching to sample* - MTS) entre palavra ditada e palavra impressa, e a construção de anagrama diante da palavra impressa (*constructed matching to sample* - CRMTS). Após o ensino de cada palavra nova, eram testadas individualmente as relações emergentes (palavra impressa e nomeação; palavra ditada e montagem da palavra, palavra impressa e figura, figura e palavra impressa). Ao completar cada uma das cinco etapas que envolviam o ensino de 9 a 17 palavras, era aplicado um teste de leitura com compreensão com as palavras de ensino e com 10 palavras de generalização. Após esse teste eram realizados dois jogos adaptados (bingo e gincana de montagem de palavras com letras). Em seguida, um novo teste individualizado era realizado. Os dados de um participante que realizou apenas a Etapa 1 não foram considerados. Verificou-se que sete dentre oito apresentaram desempenho superior a 90% em: nomeação das palavras impressas; escolha da figura diante da palavra impressa; escolha da palavra impressa diante da figura na maioria dos testes das cinco etapas do procedimento. Na montagem de palavras diante das figuras e das palavras ditadas, o desempenho da maioria dos participantes foi inferior ao das relações de leitura, principalmente, nas últimas etapas, nas quais foram introduzidas palavras com um maior número de dificuldades da língua. Ao se comparar o desempenho nos testes de leitura com compreensão antes e após os jogos, observa-se aumento nas porcentagens de acertos diante de um número maior de relações condicionais testadas do que de decréscimos, exceto em um dos casos. Conclui-se que o programa de ensino baseado no modelo da equivalência de estímulos foi eficaz e é aplicável em situação coletiva de ensino de jovens e adultos. No entanto, os testes individualizados consumiram muito tempo e, por isso, discute-se a possibilidade de se ensinar também uma parte das relações emergentes, a fim de diminuir o tempo gasto com os testes. Além disso, conclui-se que os jogos são eficazes para complementar a situação de ensino, contribuindo para melhorar o desempenho dos alunos.

Apoio: Fundação Araucária.

Palavras-chave: relações de equivalência, EJA, jogos educativos, escolha de acordo com modelo, análise aplicada do comportamento.

Código de área: AEC

PRODUÇÃO DE SENTENÇAS: EFEITO DA ORDEM DE TREINO. *Pedro Felipe dos Reis Soares** (Faculdade de Psicologia, Universidade Federal do Pará) e *Grauben José Alves de Assis* (Faculdade de Psicologia, Programa de Pós-graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará).

A literatura recente em análise experimental do comportamento apresenta contribuições importantes no que diz respeito ao ensino de leitura e escrita. Procedimentos de ensino por sobreposição de estímulos, fazendo uso de tecnologias informatizadas, apresentam-se como ferramentas úteis para o ensino da produção de sentenças e a investigação de fenômenos como a sintaxe. O presente estudo teve como objetivo verificar o efeito da ordem de treino sobre a produção de sentenças com cinco e seis palavras. Participaram do estudo oito crianças com histórico de fracasso escolar, com idades entre 6 e 10 anos, recrutadas em uma entidade de apoio social, na cidade de Belém. Fez-se uso de um notebook com tela de 15 polegadas e um software (REL, versão 5.2) para a execução das contingências programadas. As crianças foram distribuídas em dois grupos experimentais com quatro crianças cada: no grupo 1 os participantes eram expostos ao procedimento de ensino com sentenças ensinadas na ordem de configuração de voz ativa(cinco palavras)-passiva(seis palavras)-ativa-passiva, enquanto o grupo 2 na ordem de configuração de voz passiva-ativa-passiva-ativa. Todos os participantes foram expostos às sentenças nas duas vozes. O procedimento de ensino e testes consistiu nas fases de ensino por sobreposição e teste de construção das sentenças 1 e 2, ensino de relações condicionais (cores vermelha na voz passiva e verde para sentenças na voz ativa), ensino por sobreposição e teste de construção das sentenças 3 e 4, revisão de linha de base parcial (formação das sentenças 1 e 2 sob controle condicional), teste de extensão do controle condicional (a produção das sentenças 3 e 4 na presença das cores vermelha para sentenças na voz passiva e verde na voz ativa e tentativa sem consequências diferenciais nas duas primeiras sentenças), revisão de linha de base final (formação de todas as sentenças sob controle condicional), teste de substituíbilidade, teste de compreensão de leitura (uma sentença como modelo e três figuras como escolha) e re-testes de substituíbilidade, após um período sem contato com as contingências de ensino e testes. Os resultados indicaram que todos os participantes responderam as sentenças sintaticamente corretas, corroborando a literatura no que diz respeito à eficácia do procedimento de ensino por sobreposição de palavras; os participantes expostos às sentenças na ordem de configuração de voz passiva-ativa-passiva-ativa (grupo 2) apresentaram um responder condicional mais consistente com a linha de base adotada; nos testes de compreensão de leitura, três participantes do grupo 2 apresentaram 100% de respostas corretas e no re-teste os participantes apresentaram um desempenho insuficiente. Portanto, fazem-se necessários refinamentos do procedimento para maximizar a frequência de acertos e assegurar a manutenção do desempenho após um período sem contato com aquelas contingências.

Palavras-chave: Controle de estímulos; produção de sentenças; ensino por sobreposição.

*Bolsista de Iniciação Científica - PIBIC/CNPq.

Nível do trabalho: IC.

Docente da Faculdade de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. (processo nº301559/2009-0).

Código da área de Pesquisa: AEC.

AVALIAÇÃO DE EMERGÊNCIA DE LEITURA DE FRASES A PARTIR DO ENSINO DE SUAS UNIDADES CONSTITUINTES. *José Gonçalves Medeiros, Leonardo Pereira de Lima*, Graziella Rodrigues Medeiros*, Priscila Gasperin Pellegrini* e Paula Cogno Lermen** (Laboratório de Linguagem e Comportamento Verbal, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC).

A pesquisa está relacionada ao processo de aquisição dos comportamentos de ler e escrever palavras substantivadas, números, nomes de cores e verbos de ação, fundamentada nos estudos de equivalência de estímulos. Assim, os elementos constituintes da frase foram ensinados separadamente e testados conjuntamente, na forma de frases, nas etapas denominadas agrupamento e equivalência de agrupamento. O objetivo do estudo foi, portanto, verificar se o ensino em separado das unidades constituintes de frases (substantivos, números, numerais, nomes de cores e verbos) produziria a emergência de leitura da frase enquanto unidade mais ampla. Participaram do estudo 14 crianças de ambos os sexos da primeira série de uma escola pública. Destas, oito constituíram o Grupo Experimental e seis constituíram o Grupo Controle, cuja seleção ocorreu por meio de um teste inicial de leitura de palavras. Como nenhuma criança obteve acertos acima de 50%, as crianças dos Grupos Experimental e Controle foram escolhidos por sorteio. O teste inicial de leitura de palavras foi reaplicado mais duas vezes: na metade do ano letivo (teste intermediário de leitura de palavras) e no final do procedimento (teste final de leitura de palavras) para as crianças de ambos os grupos. As classes de respostas foram ensinadas apenas para as crianças do Grupo Experimental por meio de um procedimento computadorizado de discriminação condicional. O experimento foi conduzido em tarefas que compunham três blocos de ensino, seguidos de Testes de Agrupamento e de Testes de Equivalência de Agrupamento, para verificar se a leitura estava sendo realizada com significado. Nesses testes, os substantivos, números, numerais, nomes de cores e verbos ensinados foram testados conjuntamente, formando frases, cujo desempenho não foi conseqüenciado. A criança avançava para a tarefa e bloco seguintes apenas quando obtinha aproveitamento de 100 por cento. Do Grupo Experimental, duas crianças leram com 100% de acerto as frases apresentadas nos testes de agrupamento e equivalência de agrupamento dos três blocos; duas crianças leram com 100% de acerto os testes do primeiro e segundo blocos e duas crianças leram os testes do primeiro bloco, também com 100% de acerto. Uma criança não conseguiu realizar os testes do primeiro bloco e uma criança foi transferida da escola na metade do estudo. No teste final de leitura de palavras (relação CD), por meio do qual se comparou o desempenho dos participantes dos Grupos Experimental e Controle, pode-se afirmar que todos os participantes do Grupo Controle, exceto um, apresentaram melhora, contudo esta se deu de forma muito discreta (7% de acerto). Apenas uma criança desse grupo apresentou porcentagem alta, contudo valores altos também ocorreram nos testes de linha de base. No Grupo Experimental, todas as crianças apresentaram melhora em seus desempenhos, com aproveitamentos finais de 15 a 20% para três delas e de 80 a 100% para outras três. Os dados mostram que é possível, após o ensino de palavras isoladas, produzir a emergência de leitura de frases com compreensão.

Projeto financiado pelo CNPq (Edital Universal, processo nº 471402/2009-5).

Palavras-chave: Emergência de leitura de frases; Discriminação condicional; Equivalência de estímulos; Software educativo.

Código da área de Pesquisa: AEC.

EMERGÊNCIA DA LEITURA DE PALAVRAS DE INGLÊS COM RECOMBINAÇÃO DE ONSET E RIME EM BRAILLE E ALFABETO ROMANO EM RELEVO POR CEGOS. *Fábio Aguilar e Olívia Misae Kato*** (Núcleo de Teoria e pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém, PA)

O ensino de palavras novas formadas pela recombinação de palavras com segmentação *onset* e *rime* têm sido demonstrado como um elemento facilitador quando a língua inglesa é ensinada como língua materna. Utilizando a simbologia Braille e o alfabeto romano em relevo para cegos, investigou se o procedimento de ensino da discriminação de palavras com segmentação *onset/rime* facilitaria a leitura de novas palavras em inglês, como língua estrangeira. Participaram do estudo duas pessoas cegas, leitores fluentes em Braille que foram submetidas a três etapas. Na Etapa I foram aplicados um pré-teste, fases de ensino das discriminações condicionais de palavras simples em Braille seguidas do teste da leitura textual. Após o ensino e teste da leitura em Braille, foram ensinadas as discriminações de palavras simples do alfabeto romano em relevo e testada a leitura textual. O critério era de 100% de acertos nas fases de ensino e nos testes de leitura textual. Se esse critério não fosse atingido era feita uma revisão do ensino das palavras de ensino não lidas corretamente. Na Fase 28 foi verificada a emergência da relação tátil-tátil, sendo palavras simples e re combinadas em Braille como modelo e quatro palavras em alfabeto romano em relevo como comparação. Na Etapa II foi feito o teste de leitura textual de palavras simples re combinadas, teste e ensino das relações AB (palavras ditadas – objetos), teste das relações AC (palavra ditadas – palavras impressas), BC (objetos – palavras impressas) e CB (palavras impressas – objetos) com palavras simples e compostas e teste de ditado e cópia. A Etapa III foi idêntica a Etapa II, substituindo-se as palavras simples por quatro palavras compostas. Um participante apresentou altos percentuais nas fases de ensino em Braille e em alfabeto romano em relevo e nos testes de leitura. No teste das relações emergentes e teste de cópia e ditado todos atingiram os critérios de acerto. Outro participante atingiu o critério de acertos na maioria das tentativas nas fases de ensino e nos testes de leitura. Esse participante apresentou dificuldades em algumas tentativas e testes de leitura em que eram apresentadas palavras simples ou re combinadas em alfabeto romano em relevo. Os resultados confirmaram a eficiência do procedimento utilizado na emergência da leitura re combinativa de palavras simples e re combinadas em inglês após o ensino de discriminação condicional utilizando a segmentação *onset/rime*. O procedimento de ensino de discriminação condicional de palavras simples em inglês com segmentação *onset/rime* promoveram a emergência da leitura com compreensão de palavras re combinadas simples e compostas em participantes cegos.

Financiamento parcial CNPQ.

Palavras-chave: leitura re combinativa em inglês, paradigma de equivalência, *onset/rime*.

Nível do trabalho: M

Código da área de Pesquisa: AEC.

CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE EXPERIMENTAL DO COMPORTAMENTO AO ESTUDO DE HABILIDADES MATEMÁTICAS .

EFEITOS DO ENSINO DE CONTAGEM SOBRE A AQUISIÇÃO DE COMPORTAMENTO CONCEITUAL NUMÉRICO. *Rogério Crevelenti Fioraneli*** (Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP) e *João dos Santos Carmo* (Universidade Federal de São Carlos e Instituto Nacional sobre Comportamento, Cognição e Ensino – INCT-ECCE).

Ultimamente tem crescido o número de estudos acerca do papel da contagem na aquisição do conceito de número. Os resultados disponíveis dessas pesquisas demonstram controvérsias teóricas e experimentais. Uma replicação sistemática dos dados permite atestar a validade externa do estudo, assegurando sobre o papel da contagem para a aprendizagem de outras habilidades numéricas. O presente estudo teve por objetivo replicar o estudo de Monteiro e Medeiros (2002), comparar os dados obtidos no presente estudo com os de Monteiro e Medeiros (2002), analisar o efeito do ensino de contagem a um grupo de pré-escolares sobre a aquisição do comportamento conceitual numérico e comparar esse efeito com o desempenho de crianças que não foram expostas ao ensino da contagem. Participaram oito crianças, entre três a quatro anos de idade, do Ensino Fundamental da rede privada de ensino de Araraquara/SP. Aplicou-se uma bateria de tarefas que envolveram valores de 1 a 9 e os estímulos: algarismos (A); conjuntos de figuras de objetos e animais, cuja distribuição espacial era aleatória (B); número escrito (C); ditado (D); e nomeação (E). Os participantes de ambos os grupos foram submetidos a testes iniciais, apresentadas na ordem que se segue: contagem, pareamento por identidade (AA, BB, CC), relações simbólicas (AB, AC, BA, CA, BC, CB), auditivo-visual (DA, DB, DC) e nomeação (AE, BE, CE). Aos dois grupos (Grupo Experimental e Grupo Controle) foram ensinadas as relações de equivalência entre números e quantidades (AB, AC e DA), porém a contagem oral foi ensinada apenas ao GE. Para o treino de contagem levou-se em conta a definição operacional proposta por Gelman e Gallistel (1978) e se deu por meio de treino de ecóico dos nomes dos números, treino de produção de sequência de numerais e do estabelecimento de correspondência termo a termo entre nomes de números e elementos de um conjunto. Nos testes posteriores ao ensino das relações (os mesmos dos iniciais), os participantes do GE apresentaram a emergência das relações BA, BC, DB, DC e BE. Já os participantes do GC apresentaram emergência das relações BA, BC, DB e DC. O desempenho dos participantes que foram submetidos ao ensino da contagem oral foi superior ao dos sujeitos que não passaram por esse procedimento. Os dados obtidos neste estudo replicam os dados obtidos por Monteiro e Medeiros (2002), os resultados de ambos apontam para a contagem como facilitadora para a equivalência numérica. A apresentação de percentuais superiores de acertos pelos participantes do GE pode ser explicada em função do procedimento de ensino do requisito contagem oral e também do ensino das relações AB, AC e DA. Entretanto, como os participantes do GC não passaram pelo ensino da contagem oral e somente pelo ensino das relações AB, AC e DA, os percentuais de acertos são inferiores aos obtidos pelos sujeitos do GE. Novos estudos estão sendo conduzidos com ampliação da amostra.

Apoio financeiro: FAPESP

Palavras-chave: Contagem, Conceito de número, Pré-escolares.

Nível do Trabalho: M

AEC

ANÁLISE CORRELACIONAL ENTRE CONTAGEM E EQUIPARAÇÃO DE CONJUNTOS. *Paulo Sérgio Teixeira do Prado* (Departamento de Psicologia da Educação, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, Campus de Marília, SP).

A pesquisa partiu de uma controvérsia existente na literatura sobre o papel da contagem. Em algumas pesquisas crianças que demonstravam habilidades de contagem e a ela recorriam para resolver problemas como, por exemplo, equiparar conjuntos de acordo com sua igualdade numérica, o faziam com sucesso, ao passo que crianças que não contavam eram mal-sucedidas em outras tarefas. Por outro lado, há autores que afirmam que a contagem é prescindível para o aprendizado de outras habilidades numéricas. O que se propôs neste trabalho foi verificar a existência de correlação entre a contagem e a equiparação de conjuntos. Para tanto, foi utilizado um procedimento informatizado, por meio do qual foram ministradas duas tarefas de contagem: de conjuntos totais e de subconjuntos e uma tarefa de equiparação de conjuntos, esta num formato *matching to sample*. Os participantes foram crianças em idade pré-escolar e as tarefas foram ministradas na forma de testes, isto é, sem programação de consequências para respostas corretas ou incorretas. A contagem foi analisada em termos dos componentes: contagem de todos os elementos de um conjunto, dizer quantos (aplicação da regra de cardinalidade) e contagem de subconjuntos (de um “grande” conjunto, separar um conjunto menor, de acordo com um valor especificado), ao passo que a equiparação de conjuntos foi analisada em termos dos componentes: contagem do conjunto modelo, contagem de conjunto de comparação e escolha da alternativa correta. O desempenho nas diferentes tarefas foi comparado por meio do teste de Friedman e a correlação entre os dados foi obtida usando-se o Coeficiente de Correlação de Spearman. O teste de Friedman não apontou diferenças no desempenho das crianças nos diferentes componentes da tarefa de contagem (1,37; $p = 0,50$), ao contrário do que ocorreu na equiparação de conjuntos, em cujos componentes o teste de Friedman apontou desempenho significativamente diferente dos alunos (10,0; $p < 0,01$), sugerindo tratar-se de uma tarefa mais difícil. A matriz de coeficientes de correlação apontou o “dizer quantos” positivamente correlacionado com todos os componentes tanto da contagem como da equiparação de conjuntos. Outras correlações também foram analisadas. Os dados sugerem a contagem como pré-requisito para a equivalência numérica e discute-se que se a habilidade para determinar a igualdade de conjuntos é fundamental para o aprendizado da matemática, e se a contagem é pré-requisito para ela, então a contagem é o fundamento de tudo. Portanto, a conclusão natural é que o ensino de uma produzirá (ou, pelo menos, facilitará) o aprendizado da outra, suposição esta cuja confirmação depende de pesquisa experimental.

Apoio: Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD – UNESP)

Palavras-chave: contagem; equiparação de conjuntos; correlação.

Pesquisador – P

AEC

APRENDIZAGEM DE FRAÇÕES EQUIVALENTES: EFEITO DO ENSINO DE DISCRIMINAÇÕES CONDICIONAIS MINIMIZANDO O ERRO E DA POSSIBILIDADE DE CONSULTA A DICAS. *Luciana Verneque (Instituto de Educação superior de Brasília) e Elenice S. Hanna (Universidade de Brasília, Brasília, DF).*

O ensino tradicional do conceito de frações equivalentes nos anos iniciais de escolarização têm indicado que o desempenho não alcança níveis adequados, sugerindo a importância de desenvolvimento de metodologias alternativas eficientes. O objetivo desse estudo foi verificar o efeito de dicas de proporcionalidade e de multiplicação, acessíveis através de comportamento precorrente auxiliar (consulta) inserido em tarefa de escolha de acordo com o modelo. Sessenta alunos do 7º ano do ensino fundamental participaram de sessões que ensinaram relações condicionais entre frações pictóricas e numéricas. Testes verificaram a formação de classes de frações equivalentes, a expansão das classes com novas formas pictóricas e novos elementos matematicamente equivalentes e novas classes de frações não utilizadas durante o treino. O Grupo Controle realizou apenas pré e pós-testes. Os grupos experimentais mostraram aumentos significativamente maiores nos pós-testes do que o grupo controle. Consultas às dicas ocorreram apenas no início do treino de cada relação. O procedimento de minimização de erro, com o aumento gradual do número de comparações incorretas e com a apresentação apenas do S+ na primeira tentativa com uma fração durante o treino, foi eficiente, gerando baixo número de erros, e pode ter minimizado a importância do acesso às dicas. Não houve efeito diferencial da dica sobre o desempenho nos treinos e testes. Ocorreu a formação de classes equivalentes e generalização para novas formas pictóricas com as frações treinadas. A acurácia do desempenho nos testes de novos elementos das classes formadas foi baixa para a maioria dos estudantes, indicando que o comportamento precorrente eficiente durante os treinos não foi suficiente para o desempenho com frações que exigiam repertórios diferenciados. O desempenho no teste de novas classes indicou a aprendizagem de repertório generalizado. Houve semelhança de desempenhos envolvendo tarefas com lápis e papel e no computador. Os resultados replicam achados de estudos anteriores sobre a efetividade do paradigma de equivalência no ensino de relações condicionais entre estímulos fracionários matemáticos e apontam a importância de estratégias de ensino que favoreçam os diferentes tipos de comportamentos novos envolvidos no conceito de frações equivalentes. O intercâmbio de profissionais da psicologia e da educação é produtivo na construção de ferramentas de ensino que combatam o fracasso escolar e a evasão nos anos de escolarização.

Apoio financeiro: CNPq

Palavras chave: aprendizagem de frações equivalentes, escolha de acordo com o modelo, comportamento precorrente auxiliar

Doutorado – D

Código da área de Psicologia: AEC

ENSINO DE RELAÇÕES CONDICIONAIS ENTRE VALORES MONETÁRIOS ATRAVÉS DO MTS PARA CRIANÇAS SURDAS. *Priscila Giselli Silva Magalhães** (Programa de Pós-graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém-PA) e *Grauben José Alves de Assis** (Programa de Pós-graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém-PA).

No ensino de relações entre valores monetários o procedimento de escolha de acordo com o modelo (MTS) tem se mostrado eficiente. Entretanto, na literatura há uma controvérsia sobre a importância de pré-requisitos para a aprendizagem desta habilidade e, assim, faz-se necessária a investigação a respeito da eficiência deste procedimento sobre a produção de equivalência monetária em crianças com e sem pré-requisitos monetários. O objetivo deste trabalho foi verificar o efeito de um procedimento de ensino de relações condicionais entre valores monetários através do MTS sobre a produção de equivalência monetária em crianças surdas com diferentes repertórios matemáticos. Participaram do estudo 6 crianças matriculadas em uma Unidade Pública de Ensino Especializada, em uma sala com isolamento acústico e climatizada. As crianças foram distribuídas em dois grupos experimentais: crianças com repertório matemático (Grupo I) e crianças sem este repertório (Grupo II). Um notebook foi usado com um software (REL 5.3.3 for Windows). Inicialmente, os participantes foram submetidos a pré-testes e a um pré-treino de identidade. Em seguida, ao ensino de relações condicionais através do MTS entre valor monetário em LIBRAS e preços impressos (AB), valor monetário em LIBRAS e figuras de moedas (AC) e a valor monetário em LIBRAS e figuras de notas (AD), seguido dos testes de simetria e transitividade. Também houve ensino em componentes numéricos entre numerais decimais e figuras de moedas (BC) e figuras de cédulas e figuras de moedas (DC). Nesta fase, estímulos em componentes numéricos eram modelos (por exemplo, “1,00+1,00”) que deveriam ser relacionados condicionalmente ao estímulo de comparação com valor monetário correspondente (por exemplo: 2,00). Em seguida, testes das relações simétricas foram aplicados. Nos testes de relações condicionais em MTS, em ambos os grupos, houve emergência de relações condicionais entre os valores monetários. O que indica a possibilidade de independentemente do repertório inicial dos participantes houve aprendizagem deste tipo de relação condicional. Nos testes em componentes numéricos houve variabilidade no responder. Este resultado demonstra que os participantes podem ter ficado sob controle do numeral impresso entre os conjuntos de estímulos e não dos valores monetários que deveriam ser relacionados condicionalmente. No momento, testes de generalização estão sendo aplicados com todos os participantes. Além disso, estão programados testes de manutenção do desempenho após um período de dois meses, sem exposição dos participantes às contingências de ensino e testes. Os autores preveem a generalização e manutenção do desempenho para os participantes de ambos os grupos experimentais. O trabalho mostra-se relevante, pois além de ampliar as investigações sobre a literatura de equivalência monetária, têm implicações sociais para os participantes com surdez.

*Bolsista de doutorado: CAPES/PROESP

Palavras-chave: Relações condicionais, equivalência monetária, crianças surdas.

Nível do Trabalho: D

**Docente do Programa de Pós-graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento e Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. (processo nº301559/2009-0).

Código da área de Pesquisa: AEC.

MAPEAMENTO DE NÚMEROS NO ESPAÇO POR CRIANÇAS PRÉ ESCOLARES. *Eugénia Fernandes*** (Universidade do Minho), *Camila Domeniconi* (Universidade Federal de São Carlos) e *Armando Machado* (Universidade do Minho)

Discriminação numérica e mapeamento dos números no espaço têm sido habilidades consideradas importantes para aprendizagem posterior da matemática. Estudos prévios identificaram que possivelmente existem duas formas de mapeamento dos números no espaço: linear e logarítmica. O tipo de mapeamento estaria aparentemente relacionado com a quantidade de ensino formal que o indivíduo recebe, sendo o linear o mais esperado e o que estaria relacionado a um maior nível de desenvolvimento da competência numérica. O presente estudo teve como objetivo investigar a habilidade de crianças pré escolares em responder para atributos numéricos dos estímulos, mapeando-os no espaço. Participaram do estudo 20 crianças em idade pré escolar. Foram apresentadas a elas atividades informatizadas nas quais era solicitada a seleção de um ponto em um segmento de reta, com uso do mouse, de acordo com o modelo que era apresentado em cada tentativa. Respostas corretas e incorretas foram consequenciadas diferencialmente e fez-se uso de um procedimento de correção de respostas incorretas. O procedimento consistiu em pré treino, treino e teste. Durante o pré treino as crianças foram ensinadas a responder em um contínuo crescente de luminosidade (de branco a preto, passando pelos tons de cinza) e receberam reforçamento para responderem tanto aos extremos (quando o modelo era branco ou preto) quanto ao intermédio (quando o modelo era qualquer tom de cinza). No treino as crianças eram requisitadas a responder aos extremos de um segmento de reta branco, de acordo com as âncoras treinadas (1 e 10 ou 10 e 100). O teste consistiu na apresentação ao participante de numerosidades intermediárias àquelas treinadas. As condições de treino e teste foram repetidas com quatro diferentes modalidades de estímulos: pontos de um a dez ou de dez a cem; sequencia de tons de um a dez ou numerais arábicos ditados, de um até dez. Os resultados mostraram que, em média, as crianças mapearam linearmente os números no espaço, utilizando adequadamente todo o contínuo da reta, de acordo com a numerosidade apresentada, em três das quatro modalidades de estímulos. Porém, a análise individual dos dados revelou grande variabilidade nesse padrão de responder, indicando que algumas crianças usaram adequadamente o espaço no mapeamento do números, enquanto outras utilizaram apenas os extremos ou apenas o ponto médio do segmento. Os dados apontaram para a necessidade de examinar o dado individual e, ainda, a necessidade de apresentar ao participante mais de uma modalidade de estímulo para se conhecer de fato como ocorre o mapeamento de números no espaço.

Apoio: FAPESP (processo número [2009/18479-5](#)); FCT (SFRH / BD / 64291 / 2009)

Palavras-chave: mapeamento de números no espaço; computador; crianças pré escolares.

P - Pesquisador

EFEITO DE REFORÇADORES ESPECÍFICOS SOBRE RELAÇÕES ORDINAIS EM PRÉ-ESCOLARES. *Mateus Abreu Pereira** (Faculdade de Psicologia, Universidade Federal do Pará, Belém, PA), *Carla Mendes Motta* (Faculdade de Psicologia, Universidade Federal do Pará, Belém, PA), *Grauben José Alves de Assis *** (Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará) e *Paulo Sérgio Teixeira do Prado* (Universidade Estadual Paulista, campus de Marília-SP).

A literatura na análise experimental do comportamento tem utilizado o paradigma de relações ordinais por sobreposição de pares de estímulos, cujos achados experimentais têm indicado a emergência da transitividade intra-sequência e de substituíbilidade inter-sequências. Entretanto, uma explicação mais coerente com essa literatura aponta que equivalência de estímulos sequenciais resulta da exposição direta do organismo às contingências de reforçamento. Além disso, uma proposição recente na formação de classes de equivalência sequencial sugere que todos os pares ordenados de estímulos deveriam estar positivamente relacionados. Assim, o objetivo do presente estudo foi investigar o papel de reforçadores específicos na formação de classes ordinais em pré-escolares. Dois pré-escolares participaram do estudo. As sessões experimentais foram conduzidas em uma sala de uma instituição social, com relativo isolamento acústico, iluminada e climatizada. Utilizou-se dois conjuntos de estímulos visuais (“A” e “B” - formas não representacionais) com cinco estímulos e dois sons específicos com duração de 7s e frequência de 15MHz. Um software (REL 6.0) foi utilizado na apresentação dos estímulos, número de tentativas e registro das respostas de tocar sobre a forma não representacional. Um Notebook com tela de 15' foi utilizado para coleta dos dados comportamentais e apresentação de vídeo animado contingente a cada acerto do participante. Os dois participantes foram selecionados, após a aplicação de pré-testes de nomeação e de ordenação. A tarefa experimental era ordenar os estímulos visuais, todos apresentados simultaneamente, na presença de duas cores: verde ou vermelha. Após o ensino por sobreposição com dois estímulos em sequência (por exemplo, $A1 > A2$ na presença de cor verde), um som específico era apresentado (SR1). Quando o participante era exposto ao par $A2 > A1$ na presença da cor vermelha, relação inversa, outro som era apresentado (SR2). Em seguida, sondas com as mesmas tentativas de ensino eram aplicadas, sem consequências diferenciais. Testes de transitividade eram apresentados em seguida. O mesmo procedimento era adotado com o outro conjunto de estímulos “B”. Em seguida, após uma revisão da linha de base com os dois conjuntos de estímulos, testes de substituíbilidade de estímulos (conectividade) com elementos das duas classes sequenciais foram apresentados. Os resultados mostraram que todos os participantes responderam corretamente e prontamente nos testes de transitividade. Nos testes de conectividade, o desempenho ficou ao nível do acaso em ambos os participantes. Esses resultados são discutidos em função da especificidade do tipo de reforços utilizados e da sobreposição de pares de estímulos poderem induzir a erros com a reversão da função de estímulos em um mesmo conjunto. Conclui-se ainda que esses resultados estejam coerentes com alguns estudos na área.

*Bolsista de Iniciação Científica - PIBIC/CNPq.

Palavras-chave: Classes Ordinais, reforçadores específicos, pré-escolares.

Nível do trabalho: Iniciação Científica.

**Docente do Programa de Pós-graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento e Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. (processo nº301559/2009-0).

Código da área de Pesquisa: AEC.

ANÁLISE EXPERIMENTAL DO COMPORTAMENTO E PSICOBIOLOGIA: RELATOS DE PESQUISAS QUE EXPLORAM POSSÍVEIS RELAÇÕES ENTRE ÁREAS.

ANÁLISE EXPERIMENTAL DO COMPORTAMENTO E PSICOBIOLOGIA: RELATOS DE PESQUISAS QUE EXPLORAM POSSÍVEIS RELAÇÕES ENTRE ÁREAS. *Andréia Schmidt* (Departamento de Psicologia, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto – SP).

A despeito das controvérsias sobre a possível relação (ou não) entre os achados da Análise do Comportamento e das Neurociências e Psicobiologia, muitos autores alinhados à tradição da Análise Experimental do Comportamento enfatizam a importância de uma parceria entre essas duas tradições de estudo para uma explicação completa do comportamento. Essa parceria já vem ocorrendo em vários campos, ainda que de forma pontual e nem sempre sistemática. Exemplos dessas parcerias podem ser encontradas na farmacologia, na psicofarmacogenética e no estudo da relação entre a atividade cerebral e discriminações de estímulos complexos. O objetivo dessa sessão é apresentar pesquisas que tratam de temas diversos (desnutrição, aprendizagem de discriminação, ansiedade, estresse e memória) sob uma perspectiva psicobiológica e analítico comportamental. Os dois primeiros trabalhos apresentam manipulações de contingências ambientais capazes de amenizar ou reverter efeitos tradicionalmente encontrados em animais submetidos à desnutrição precoce. No estudo a respeito da relação entre enriquecimento ambiental e o comportamento de ratos Wistar desnutridos, são apresentados dados sobre o efeito da exposição de animais desnutridos a um ambiente enriquecido sobre respostas de esquiva; já na pesquisa sobre reversões sucessivas de discriminações simples em ratos desnutridos, são discutidos os efeitos desse procedimento sobre um fenômeno tradicionalmente associado à desnutrição precoce, a “inflexibilidade cognitiva”. O terceiro trabalho tem por objetivo discutir como a manipulação de contingências ambientais pode modificar o padrão de comportamento exploratório de peixes (*Carassius auratus*) em um aparato empregado comumente em modelos para estudos experimentais sobre ansiedade. Finalmente, o trabalho sobre recuperação de relações simbólicas esquecidas por idosos com diagnóstico de Alzheimer apresenta a aplicação de um procedimento (o emparelhamento de acordo com o modelo) amplamente empregado em pesquisas e intervenções de orientação analítico-comportamental, sobre um repertório comportamental afetado em pacientes com diagnóstico de demência: o lembrar. O progresso de pesquisas que busquem a relação entre aspectos neurobiológicos, genéticos e comportamentais pode fornecer um panorama de informações que favoreçam análises cada vez mais robustas sobre o comportamento dos organismos. Parece haver concordância de que esses esforços interdisciplinares podem resultar tanto no aumento de nossa compreensão a respeito do porquê e das condições sob as quais os comportamentos ocorrem, assim como sobre o desenvolvimento de estratégias de intervenção sobre problemas de desenvolvimento humano que decorrem tanto de aspectos biológicos quanto da interação entre organismo e ambiente. Palavras-chave: Análise experimental do comportamento, psicobiologia, neurociências.

Código de área: AEC, BIO

EFEITOS DO ENRIQUECIMENTO AMBIENTAL SOBRE O COMPORTAMENTO DE RATOS DESNUTRIDOS NO LCE. *Roberto de Oliveira Soares***, *Sebastião Sousa Almeida*, *Luiz Marcellino de Oliveira (em memória)* (Laboratório de Nutrição e Comportamento, Departamento de Psicologia, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP, Ribeirão Preto - SP)

A má-nutrição quando atinge os organismos durante os estágios mais vulneráveis de seu desenvolvimento cerebral, compromete diversos eventos maturacionais, resultando em alterações morfológicas, neuroquímicas, comportamentais. Tal fato pode ser observado a partir da utilização de modelos animais como o labirinto em cruz elevado (LCE). Ratos que foram desnutridos precocemente apresentaram uma menor locomoção e maior exploração dos braços abertos no LCE, além de se exporem a mais situações de risco, quando comparado com ratos bem-nutridos, evidenciando os efeitos da desnutrição proteica sobre o comportamento. Os prejuízos causados pela desnutrição podem ser parcialmente revertidos pela estimulação ambiental, que pode implementar a modulação de respostas e o desenvolvimento do sistema sensorio-motor, amenizando possíveis perdas provocadas pela desnutrição. O enriquecimento ambiental, um tipo de estimulação ambiental no qual é inserida uma série de estímulos sensoriais (objetos) no ambiente do organismo, alterando este contexto diariamente, possibilita uma maior exploração e interação do organismo com este “novo” contexto. Este tipo de estimulação, devido ao contato do prévio a rampas elevadas e túneis entre outros, possibilita que o organismo aprenda a discriminar situações potencialmente aversivas possibilitando que em situações semelhantes este se esquive em uma situação “potencialmente” perigosa a sua sobrevivência. No entanto, é importante que esta interação, seja realizada principalmente no período do pico do desenvolvimento pós-natal do sistema nervoso central, o que pode proporcionar, por meio da desta interação do organismo com seu contexto, uma “proteção diferencial” do cérebro através de uma maior ativação da plasticidade cerebral, de ratos desnutridos em relação aos efeitos da desnutrição proteica precoce. Desta forma, ratos foram divididos a partir do dia do nascimento, em dois diferentes grupos de acordo com a dieta: desnutridos (M - dieta contendo 6% de proteína) e controles (C - dieta contendo 16% de proteína). Também foram subdivididos em grupos conforme a manipulação ambiental: não estimulação (N) e ambiente enriquecido (E). A manipulação ambiental foi realizada nos períodos de 8 a 35 dias (1 hora por dia) e no 36º dia de vida os animais foram submetidos ao teste do LCE. Os dados do LCE mostraram que os ratos M permaneceram uma maior porcentagem de tempo [$F_{(1,44)}=9,08$; $p<0,01$] e entram [$F_{(1,44)}=9,01$; $p<0,01$] mais nos braços abertos em relação a C. Animais ME apresentaram porcentagem de tempo e de entradas nos braços abertos ($12\% \pm 2\%$ / $14\% \pm 4\%$) próximas aos animais CN ($13\% \pm 1\%$ / $17\% \pm 2\%$). Com relação aos níveis de corticosterona plasmática, M possui maiores níveis em relação a C ($F_{(1,36)}= 50,07$; $p<0,001$), no entanto, não há diferença significativa entre grupos estimulados e não estimulados. Assim é possível observar que a desnutrição afeta diretamente o comportamento de esquiva do rato frente a situações potencialmente perigosas e a resposta bioquímica, através da corticosterona plasmática ao estresse. No entanto, a estimulação pode ser mais eficaz para a amenização das alterações produzidas pela desnutrição em comportamento de esquiva, mesmo não havendo qualquer alteração em relação aos níveis de corticosterona plasmática.

Apoio financeiro: CAPES e CNPq

Palavras Chave: Enriquecimento ambiental, labirinto em cruz elevado, desnutrição protéica.

Nível do trabalho: D

Área da psicologia: BIO, AEC

REVERSÕES SUCESSIVAS DA DISCRIMINAÇÃO SIMPLES PODEM REDUZIR A “INFLEXIBILIDADE COGNITIVA” GERADA PELA DESNUTRIÇÃO PROTEICA PRECOCE. *Edson Mello da Silva***, *Luiz Marcellino de Oliveira (em memória)* e *Sebastião de Sousa Almeida* (Laboratório de Nutrição e Comportamento, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – USP, Ribeirão Preto, SP).

A importância das variáveis biológicas não pode ser negligenciada em estudos experimentais acerca do comportamento, visto que estas variáveis podem interferir na forma como o organismo interage com o ambiente. A manipulação das condições nutricionais, como a desnutrição proteica, nos estágios iniciais da vida de um organismo pode resultar em alterações estruturais e funcionais no organismo adulto. Muitos dos efeitos deletérios causados pela desnutrição proteica persistem mesmo após o organismo ter sido submetido a um período de recuperação nutricional. O fenômeno da “inflexibilidade cognitiva” é caracterizado pela incapacidade do organismo ajustar seu comportamento às mudanças em contingências ambientais, e tem sido apontado por diversos autores como uma das graves consequências da desnutrição proteica ocorrida nos períodos críticos de desenvolvimento do sistema nervoso. Pode-se constatar a ocorrência da inflexibilidade cognitiva em procedimentos de controle de estímulos como a reversão da discriminação simples, neste procedimento é esperado que animais que tenham passado por desnutrição não consigam mudar seu comportamento, ou levem mais tempo para fazê-lo do que os animais controles. Desta forma, é provável que procedimentos como o a reversão da discriminação e o fading, desenvolvidos no âmbito Análise do Comportamento, alterem o padrão de respostas de organismos submetidos à desnutrição precoce. No dia do nascimento 32 ratos foram divididos em 2 grupos nutricionais: controles (C) cujas dietas continham 16% de proteína; desnutridos (D) cujas dietas continham 6% de proteína. Aos 77 dias de idade os animais iniciaram o treino de discriminação, com os grupos nutricionais tendo sido divididos em 2 subgrupos: um subgrupo de animais submetidos ao fading in do S^A (F); e um subgrupo cujos animais não foram submetidos ao fading. Os estímulos usados no treino discriminativo foram as figuras geométricas linha vertical (S^D) e triângulo (S^A). Após o treino, os animais dos 4 grupos passaram por 3 reversões sucessivas da discriminação. Para as mudanças de fase, o desempenho dos animais deveria ser igual ou superior a 80% de acertos em 3 sessões consecutivas, ou o animal deveria passar por 40 sessões de treino. Os animais submetidos ao fading necessitaram de mais sessões de treino do que os animais que não passaram por esse procedimento [$F(1, 28) = 54,9, p < 0,05$]. Os animais dos 4 grupos precisaram de um maior número de sessões na primeira reversão, do que no treino discriminativo e nas reversões 2 e 3 [$F(1, 28) = 134,8, p < 0,05$]. Apenas 2 dos animais desnutridos submetidos ao fading conseguiram atingir os critérios de aprendizagem na primeira reversão [$F(3, 84) = 3,85, p < 0,05$]. Nas reversões 2 e 3, todos os animais atingiram os critérios de aprendizagem. A ausência de evidências da menor capacidade de aprender dos animais desnutridos pode ser atribuída a dificuldade da tarefa de discriminar entre linha e triângulo. O fading não se mostrou um procedimento adequado para ser utilizado junto com sucessivas reversões da discriminação. As reversões geraram melhora no desempenho de todos os animais, indicando que procedimentos específicos empregados em tarefas de aprendizagem podem suplantar, ou atenuar, algumas limitações biológicas dos organismos.

Apoio financeiro: CAPES.

Palavras-chave: Desnutrição proteica; inflexibilidade cognitiva; reversão da discriminação simples.

Nível: Mestrado – M.

Código de área: AEC, BIO

CONTRIBUIÇÕES DE UM MODELO COMPORTAMENTAL PARA O ESTUDO DA ANSIEDADE NO PEIXE *CARASSIUS AURATUS* (GOLDFISH). *Thiago Marques de Brito*** (Laboratório de Comportamento Exploratório, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto-Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto/SP), *Caio Maximino*** (Laboratório de Neuroendocrinologia, Universidade Federal do Pará, Belém/PA), *Rafael Barreiro Colmanetti*** (Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP), *Amauri Gouveia Jr.* (Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém/PA) e *Silvio Morato* (Laboratório de Comportamento Exploratório, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto-Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto/SP).

A validação adequada de um modelo experimental para se investigar a ansiedade deve estar baseada em ao menos dois componentes: uma validação comportamental, que pressupõe a investigação de respostas relacionadas ao comportamento de defesa da espécie frente à situação aversiva na qual a mesma está sendo exposta, e uma validação farmacológica, responsável pela investigação de respostas emocionais associadas à administração de diferentes tipos de drogas, que possuem um pronunciado efeito terapêutico no tratamento clínico de humanos frente a psicopatologias como a ansiedade. Entretanto, o que se tem observado na literatura da área é uma maior preocupação com a validação farmacológica do modelo, em detrimento da validação comportamental. Pouco se tem discutido sobre a interpretação adequada da funcionalidade das respostas emitidas pelos animais quando expostos a estes modelos, assim como sobre a influência de diferentes parâmetros no comportamento exploratório do animal. Este trabalho apresenta alguns resultados que evidenciam como a manipulação paramétrica pode influenciar o padrão exploratório de uma espécie de peixe ornamental, *Carassius auratus*, expostos ao aquário claro/escuro, modelo para estudos experimentais da ansiedade, demonstrando a importância de uma validação comportamental adequada, a fim de se obter um modelo robusto para o estudo de emoções como a ansiedade. Foram utilizados peixes da espécie *Carassius auratus*, avaliados a partir dos seguintes parâmetros: aquário enriquecido, troca de água do aquário de testes, proporções diferentes do lado claro e escuro e aquário com a metade do comprimento do aquário padrão. Os dados indicaram que os peixes alojados no aquário enriquecido se locomovem mais no aparato ($t_{[18]} = -2,728$, $P=0,014$), e não apresentam preferência significativa por nenhum dos lados (claro/escuro) ($t_{[9]} = 0,660$, $P=0,526$). Tais resultados indicam que a magnitude do estímulo aversivo (ambiente claro) foi atenuada pelo alojamento em um aquário enriquecido. Os animais que passaram pelo procedimento de troca de água do aquário de testes não apresentam preferência por nenhum dos lados, ($t_{[9]} = 0,343$, $P=0,739$), indicando que os peixes, provavelmente, liberam alguns sinalizadores químicos na água que informam aos seus co-específicos o potencial aversivo do ambiente. Para a proporção do aquário - 75% claro e 25% escuro, os animais expostos ao aquário controle se locomovem mais que os do aquário teste ($t_{[18]} = 3,224$, $P=0,05$), indicando que uma maior área aversiva (clara), leva a uma ampliação da magnitude do estímulo aversivo. Na proporção 77,5% claro e 12,5% escuro, os animais do grupo experimental, não apresentam diferenças estatisticamente significativas entre os tempos gastos nos dois lados (claro/escuro) do aquário ($t_{[9]} = 1,330$, $P=0,216$). Tais resultados apontam que uma maior área aversiva interfere no padrão exploratório dos peixes. Os peixes expostos ao aquário com a metade do comprimento aumentam sua locomoção ($t_{[18]} = -2,468$, $P=0,024$). Tal evento indica que o comprimento do aparato interfere sobre a aversividade do lado claro. Os resultados demonstram que a manipulação de estímulos ambientais afetam padrões comportamentais exploratórios e evidenciam a importância de se realizar uma validação comportamental a fim de se obter medidas mais confiáveis acerca das variáveis que controlam o comportamento.

Apoio financeiro: CAPES.

Palavras-Chave: Modelo Comportamental, Ansiedade, *Carassius auratus*.

Nível do Trabalho: M.

Código da área da psicologia: BIO.

RECUPERAÇÃO DE RELAÇÕES SIMBÓLICAS ESQUECIDAS POR IDOSOS COM ALZHEIMER: UMA PROPOSTA TECNOLÓGICA. *Evelise Bonatti** e *Camila Domeniconi* (Universidade Federal de São Carlos).

O envelhecimento da população nas últimas décadas fez com que as demências passassem a ser uma das questões mais prementes na saúde pública. No caso do idoso diagnosticado com Alzheimer e seus familiares ou cuidadores, existe a dificuldade em organizar estratégias de adaptação às novas condições, bem como de manter o exercício da aprendizagem de repertórios favorecedores ao ajuste às demandas diárias de tarefas e de interações sociais. Ao se considerar que o desenvolvimento do idoso nessa condição pode ser promovido e otimizado pelo emprego de tecnologias de ensino, o empenho no desenvolvimento e implementação destas tecnologias faz-se relevante. Pesquisas utilizando o procedimento de emparelhamento com o modelo têm apresentado significativas contribuições no ensino de novas relações simbólicas para crianças e adultos com diferentes histórias de aprendizagem. O presente estudo visou investigar a eficácia desse procedimento a fim de ensinar a idosos com Alzheimer a relação entre nomes e rostos, relação esta bem estabelecida anteriormente, mas que apresentava-se esquecida no momento do estudo. Foram empregadas fotos de objetos, de pessoas familiares, e também fotos de pessoas desconhecidas aos participantes. As fotos e informações foram fornecidas pelos familiares e as relações entre nomes e rostos foram pré testadas pela experimentadora, em tentativas de nomeação e também de emparelhamento com o modelo. Foram utilizadas como estímulo de treino as fotos que não foram nomeadas nenhuma vez pelo participante e também que foram emparelhadas corretamente ao modelo em 50% ou menos das tentativas. As sessões ocorreram três vezes por semana, com duração de 30 minutos cada sessão e consistiram em 24 tentativas de treino de emparelhamento com o modelo auditivo visual. No início de cada tentativa, a experimentadora dispunha três estímulos (fotos) sobre uma mesa e pedia ao idoso que apontasse a foto que correspondia ao nome ditado por ela. Caso o idoso apontasse para a foto correta, a experimentadora elogiava e recolhia as fotos dando início a uma nova tentativa. Em caso de erro na resposta, a experimentadora repetia a tentativa até o limite máximo de três repetições. O uso de um protocolo previamente construído garantia a randomização das posições dos estímulos e o mesmo número de tentativas apresentadas para todos os estímulos. O protocolo permitia também o registro manual das respostas dadas pelo idoso. Todas as sessões foram registradas por uma filmadora digital. Após uma média de oito sessões de treino para cada par de estímulos os idosos atingiram níveis estáveis próximos aos 85% de acerto e, concluído o treino para quatro pares, foram feitos testes de nomeação. Os resultados alcançados foram significativamente maiores no pós teste, quando comparados ao pré teste, sugerindo que a metodologia pode ser promissora para o treino de relações simbólicas para essa população.

Auxílio financeiro: Pró Reitoria de Extensão (ProEx – UFSCar)

Palavras chave: emparelhamento com o modelo; ensino da relação entre nomes e rostos; idosos com Alzheimer.

Nível do trabalho: P

Código da área: AEC

PROCEDIMENTOS DE ENSINO INFORMATIZADO DE LEITURA PARA POPULAÇÕES ESPECIAIS.

PROCEDIMENTOS DE ENSINO INFORMATIZADO DE LEITURA PARA POPULAÇÕES DIVERSOS REPERTÓRIOS. *Camila Domeniconi* (Universidade Federal de São Carlos)

A presente proposta reúne uma série de estudos que abordaram a temática do ensino informatizado de leitura, na perspectiva da Análise do Comportamento, para indivíduos com e sem necessidades educacionais especiais. A sessão visa reunir esses estudos permitindo a compilação de dados que ilustram os procedimentos que vêm sendo adotados nesses casos, quais as variáveis que estão sendo controladas e aquelas que ainda necessitam de manipulação adicional. Os estudos que fazem parte da proposta ilustram ainda os principais resultados encontrados e as lacunas existentes atualmente nos procedimentos, visando o sucesso do uso por todos os aprendizes, especialmente no que concerne a motivação deles para a realização dessas tarefas. O primeiro estudo procurou investigar a possível correlação entre o desempenho de leitura e escrita e medidas de relato verbal sobre motivação intrínseca e extrínseca para a realização das tarefas, a partir de grupo controle (igual ou superior a 60% de acertos na tarefa de leitura) e experimental (igual ou inferior a 60% de acertos na tarefa de leitura). A análise demonstrou que a motivação intrínseca e extrínseca estão inter-relacionadas, contudo, não houve diferença significativa nos escores de motivação entre os dois grupos. O segundo estudo constituiu uma tentativa bem sucedida para a emergência de leitura de novas palavras em inglês, a partir da recombinação de *onset* e *rime* (considerados como facilitadores para ensinar a língua inglesa) e do ensino direto da leitura recombinativa em inglês para seis mulheres cegas. Como resultado, as participantes cegas demonstraram a leitura textual e com compreensão de todas as palavras simples de ensino e recombinadas impressas em braille e em relevo. O terceiro contempla a manipulação de variáveis diferentes no ensino de leitura para indivíduos com deficiência intelectual, em que foi ilustrada a importância de propor um monitor familiar do indivíduo com deficiência intelectual para aplicar e acompanhar as sessões de ensino informatizado de leitura, com o propósito de avaliar a leitura com compreensão. O quarto estudo mostra a importância da construção de um programa de pré-requisitos, que contemplou desde tarefas mais simples até tarefas mais complexas, com aumento gradual da dificuldade ao longo do treino. Os resultados desses dois últimos estudos (terceiro e quarto) demonstraram progresso dos aprendizes, tanto para ensinar habilidades de pré-requisitos, como para fornecerem pistas importantes sobre as condições necessárias para aprendizagem por esta população. Espera-se que o conjunto de estudos forneça subsídios para uma discussão ampla sobre a eficácia de procedimentos informatizados para o ensino de leitura a diversas populações, evidenciando os sucessos, mas também as dificuldades e propostas de resolução desses problemas, visando a elaboração de procedimentos cada vez mais eficazes destinados ao ensino de leitura.

Palavras-chave: ensino informatizado; leitura; motivação.

MEDIDA POR RELATO VERBAL DA MOTIVAÇÃO PARA APRENDER INFORMATIZADA E DESEMPENHO EM AVALIAÇÃO DE LEITURA DE ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL. *Leonardo Brandão Marques*** (Universidade Federal de São Carlos – SP), *Dhayana Inthamoussu Veiga*** (Universidade Federal de São Carlos – SP) e *Deisy das Graças de Souza* (Universidade Federal de São Carlos – SP).

A motivação tem sido apontada como indicador de bom desempenho acadêmico. A literatura sobre motivação embasa-se, em grande parte, em medidas derivadas do relato verbal, que buscam garantir sua validade em termos das avaliações psicométricas necessárias. Em uma faixa-etária em fase de alfabetização escalas e testes podem esbarrar nas dificuldades de compreensão e abstração algumas vezes requeridas. O refinamento de instrumentos psicométricos de avaliação dos processos motivacionais pode ser obtido pelo cotejamento dessas medidas com indicadores de desempenho disponíveis. O objetivo do presente estudo foi verificar se há correlação entre o desempenho em leitura e escrita e medidas de relato verbal sobre motivação intrínseca e extrínseca. Adicionalmente, testou-se a manutenção dos valores psicométricos da escala em uma versão informatizada. Inicialmente foi realizado um ditado de dez palavras sem dificuldades da língua com todos os alunos de onze turmas de 3º e 4º anos do ensino fundamental de uma escola municipal no interior de São Paulo. Foram recrutados 57 meninos e meninas com 7 a 9 anos que apresentaram seis acertos ou menos no ditado. Destes, 28 apresentaram índices de leitura inferiores a 60% (Grupo 1) e 29 apresentaram índices superiores a 60% (Grupo 2) de acordo com a aplicação informatizada da Avaliação da Rede de Leitura e Escrita. Essa avaliação é composta por 13 tipos tarefas que avaliam o domínio de relações entre palavras ditadas e palavras impressas, sílabas ditadas e impressas, letras, palavras ditadas ou impressas e figuras e a nomeação desses mesmos tipos de estímulo (letras, sílabas, palavras e figuras). A avaliação foi aplicada em três sessões de 20 minutos cada uma delas. Na quarta sessão, foi aplicada uma versão informatizada da Escala de Avaliação da Motivação para Aprender de Alunos do Ensino Fundamental – EMA (*Crombach* 0,80, Fator 1 $\alpha=0,86$ e Fator 2 $\alpha=0,80$). A EMA é composta por 31 itens, sendo 17 relacionados ao fator de motivação intrínseca (Fator 1) e 14 relacionados ao fator de motivação extrínseca (Fator 2). Os desempenhos apresentados na avaliação de leitura e na EMA foram analisados pelo teste *t*, com medidas de correlação e regressão. A análise da motivação pela EMA indicou uma correlação positiva e significativa entre os Fatores 1 e 2 da escala ($p<0,05$), o que sugere que esses fatores estão inter-relacionados. A análise também indicou média significativamente maior ($t=3,381$ e $p<0,001$) do fator de motivação intrínseca para todos os 57 participantes, em relação a motivação extrínseca. Contudo, essa diferença não foi verificada quando cada grupo foi analisado separadamente ($p=0,068$). Em suma, a ampliação da população avaliada pela escala replicou as diferenças entre os dois fatores investigados. Contudo, apesar da manutenção dos parâmetros psicométricos, não foi encontrado uma correlação significativa entre os escores de motivação intrínseca ou extrínseca com as relações de leitura testadas. A lacuna de instrumentos validados para investigar processos motivacionais na faixa-etária avaliada pode ser contornada com o uso de medidas observacionais.

Financiado por FAPESP

Palavras-chave: Avaliação de Leitura e Escrita, Motivação Extrínseca e Intrínseca, Crianças.

D - Doutorado

AEC – Análise experimental do Comportamento

LEITURA RECOMBINATIVA DE PALAVRAS EM INGLÊS IMPRESSAS EM BRAILLE/ ALFABETO ROMANO EM RELEVO PARA CEGOS. *Maria de Belém Rolla Vilas Bôas Feitosa, Graça Maria Evangelista Leitão e Olivia Misae Kato* (Universidade Federal do Pará, Belém, PA)

Estudos têm documentado que o ensino explícito de discriminações de sílaba promove a emergência da leitura das sílabas de ensino e das sílabas com recombinação das letras das sílabas de ensino. Promove, também, prontamente a leitura de palavras com sentido cultural e inventadas formadas pelas sílabas de ensino e recombinações. As pesquisas sobre leitura recombinação em inglês têm demonstrado a emergência de leitura de novas palavras formadas pela recombinação de *onset* e *rime* e indicado esse tipo de recombinação como um fator facilitador quando a língua inglesa é ensinada como língua materna. Investigou-se se o ensino de discriminação de 10 palavras simples (monossilábicas) poderia promover a leitura textual e com compreensão de 22 novas palavras simples e 4 compostas em inglês como língua estrangeira, com recombinação de *onset* e *rime* impressas em braille e no alfabeto romano em relevo em cegas. Verificou-se, ainda, os desempenhos de teste de cópia e ditado. Participaram do presente estudo seis cegas adultas, leitoras fluentes em braille que não sabiam inglês. Foram utilizados objetos em miniatura e em tamanho normal, além de cartões com as palavras impressas em braille e em relevo. As palavras ditadas eram apresentadas por meio do auto-falante do notebook. Foram realizados dois experimentos com três etapas, que diferiam nas Etapas Ib e Ic. A Etapa I consistiu do ensino de discriminações de palavras simples em inglês na simbologia Braille (a) e alfabeto romano em relevo (b) e teste de leitura textual das palavras de ensino e recombinações. Nas Etapas II e III foram verificadas a leitura textual e com compreensão e os desempenhos de cópia e ditado das palavras simples (Etapa II) e compostas (Etapa III). Na Etapa Ib, os estímulos modelo eram palavras em braille no Experimento 1 e palavras ditadas no Experimento 2, sendo usadas palavras do alfabeto romano em relevo como estímulo de comparação em ambos os experimentos. Na Etapa Ic, era aplicado um teste de discriminações condicionais entre palavra ditada e palavra do alfabeto romano impressa em relevo (Experimento 1) e palavra impressa em braille e palavra do alfabeto romano impressa em relevo (Experimento 2). Todas as participantes atingiram o critério de acerto em todas as fases de ensino com poucos ou nenhum erro. As participantes cegas também demonstraram a leitura textual e com compreensão de todas as palavras simples de ensino e recombinações impressas em braille e em relevo. Foi documentada, ainda, a emergência imediata da leitura textual e com compreensão das palavras compostas em inglês para as participantes. O desempenho emergente de cópia e ditado também ocorreu prontamente. Esses resultados estão de acordo com a literatura e ampliam em vários parâmetros das variáveis estudadas. Palavras-chave: leitura recombinação; paradigma de equivalência; braille/relevo.

M – Mestrado

AEC – Análise experimental do Comportamento

AVALIAÇÃO DO REPERTÓRIO DE LEITURA COM COMPREENSÃO EM INDIVÍDUOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL. *Priscila Benitez*** (Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP) e *Camila Domeniconi* (Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP; INCT-ECCE).

O comportamento de ler pode ser compreendido como uma rede de relações, em que o estímulo discriminativo pode ser considerado como estímulo verbal impresso (texto), responsável pelo controle da emissão de respostas vocais ou gestuais. Após o treino direto da tarefa de emparelhamento entre palavra ditada-palavra impressa (relação AC), espera-se que o aprendiz seja capaz de nomear o estímulos verbal impresso. A nomeação da palavra impressa (comportamento textual), pode ser considerada relevante para aprendizes que estão desenvolvendo habilidades de leitura, por ser um dos elementos envolvidos na rede de relações que caracterizam o comportamento de ler. Mesmo que não seja suficiente para desenvolver a leitura com compreensão, é por meio das respostas textuais, que é estabelecida a relação de controle de estímulo com o texto escrito. Essa tarefa pode ser analisada quando o aprendiz emite uma resposta vocal correspondente a um determinado estímulo verbal escrito. Ao tratar de leitura com compreensão na Análise do Comportamento, a partir da formação de classes de estímulos equivalentes, utilizam-se os dados das relações de emparelhamento figura-palavra impressa (relação BC), palavra impressa-figura (relação CB) e nomeação de palavra impressa (relação CD) para descrever tal repertório, os quais emergem sem treino direto. O presente estudo teve como objetivo investigar o desempenho de cinco aprendizes com deficiência intelectual nas três relações (BC, CB, CD) entendidas como leitura com compreensão, após a realização de um treino que envolvia as relações de emparelhamento palavra impressa-palavra ditada e palavra ditada-figura. Os resultados foram categorizados para cada relação, tanto para as palavras treinadas diretamente, como para aquelas apenas avaliadas, compostas pela recombinação das sílabas das palavras treinadas, denominadas como palavras de generalização. Na relação CD os cinco passaram de desempenhos nulos e inferiores a 20% de acertos no pré-teste, para desempenho médio próximo a 89,3% para palavras de treino e 52% para palavras de generalização no pós-teste. No que concerne a relação BC, para as palavras de treino, no pré-teste demonstraram, em média, 67,98% de acertos e 94% no pós-teste. Para as palavras de generalização, no pré-teste, obtiveram 64% de acertos, em média, e 88% no pós-teste. Para a relação CB, para as palavras de treino, demonstraram média de 70,6% de acertos no pré-teste e 89,8% no pós-teste. Para as palavras de generalização o desempenho médio foi de 76% de acertos no pré e 96% no pós-teste. Observou-se que para as tarefas de emparelhamento, os aprendizes mostraram maior repertório de entrada tanto para as palavras de treino quanto de generalização, quando comparado aos dados de nomeação da palavra impressa. Esse achado se replicou nos pós-testes para as palavras de generalização, no qual a média de desempenho foi maior para as tarefas de emparelhamento, do que para a nomeação de palavra impressa. A partir disso, discutiu-se sobre as pistas fornecidas pelos estímulos de comparação nas tarefas de emparelhamento, que por sua vez não estavam presentes na tarefa de nomeação. A presença destes estímulos pode ter sido uma pista importante para a emissão de respostas corretas nessa tarefa. Isso sugere que, para aprendizes com repertórios baixos ou nulos, a presença de tais estímulos pode auxiliar na leitura com compreensão, podendo constituir uma estratégia relevante de ensino de tal habilidade, a ser incorporado em treinos futuros que vislumbrem o ensino deste repertório.

Apoio: FAPESP.

Palavras-chave: análise do comportamento, ensino informatizado, leitura com compreensão.

D - Doutorado

DESENVOLVENDO UM PROGRAMA DE ENSINO DE PRÉ-REQUISITOS DE LEITURA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL. *Maria Clara de Freitas** e Julio Cesar de Rose* (Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP)

A Análise do Comportamento já realizou incontáveis contribuições no estudo do comportamento simbólico e verbal, tanto por investigações experimentais quanto pelas aplicações práticas ao ensino. Procedimentos baseados em equivalência de estímulos têm se mostrado de grande eficácia e economia para ensinar habilidades complexas como leitura e escrita. No entanto, para poder iniciar os programas de leitura (constituídos principalmente por procedimentos de emparelhamento com o modelo - MTS), os alunos geralmente têm que já apresentar algumas habilidades de pré-requisitos, habilidades estas comumente em falta no repertório de pessoas com deficiências intelectuais mais severas. Esta pesquisa tem como objetivo construir um programa de ensino para ensinar as habilidades de pré-requisitos necessárias para que as crianças com deficiência intelectual também possam se beneficiar de programas de leitura regular. A partir de um programa de leitura que emprega uma rede de relações envolvendo palavra impressa, ditada e figura, treinando as relações entre palavra-falada e impressa e emparelhamento com o modelo com resposta construída (CRMTS) de identidade com palavras, as seguintes habilidades foram identificadas como pré-requisito: nomeação e reconhecimento de figuras; identidade entre figuras e entre os estímulos textuais e CRMTS (os dois últimos com letras, sílabas e palavras). O programa foi baseado em MTS e CRMTS, organizando as tarefas da mais simples para a mais complexa, sendo a dificuldade aumentada gradualmente ao longo dos passos. Quando necessário, estratégias de facilitação eram adicionadas ao treino regular, tais como *fading in* dos estímulos de comparação incorretos, respostas de observação ao modelo, procedimentos de dica atrasada, e também uma tarefa nova, que será denominada “dragging-to-sample”. A coleta de dados deste procedimento está em andamento, e, até o momento, quatro crianças participam do programa, em diferentes estágios do ensino. Uma análise preliminar de seus resultados mostra que o programa tem sido efetivo em ensinar as habilidades ensinadas. Com base na observação dos padrões de erro individuais, estratégias de facilitação diferentes foram inseridas para cada criança, todas as estratégias tendo sido bem sucedidas em elevar seus resultados até os critérios de aprendizagem. Em um segundo momento, como uma avaliação da suficiência das habilidades ensinadas e do programa em si, os participantes que completarem o programa de pré-requisitos deverão iniciar o programa de leitura regular. O produto final esperado é um programa de ensino autossuficiente, que possa avaliar habilidades iniciais, indicar caminhos a seguir, identificar padrões de dificuldade, e guiar as crianças com deficiência intelectual a níveis mais elevados de compreensão da leitura.

Apoio financeiro: FAPESP

Palavras-chave: leitura e escrita; deficiência intelectual; pré-requisitos.

D

AEC

RESPONDER POR EXCLUSÃO: DAS ABELHAS AOS UNIVERSITÁRIOS, O QUE APRENDEMOS?

RESPONDER POR EXCLUSÃO: DAS ABELHAS AOS UNIVERSITÁRIOS, O QUE TEMOS APRENDIDO? *Camila Domeniconi* (Universidade Federal de São Carlos)

A presente proposta baseia-se em uma série de estudos realizados com objetivo de avaliar o responder por exclusão em diferentes contextos e com diferentes espécies. O responder por exclusão pode ser definido como a escolha imediata de um estímulo novo, entre outros familiares, diante de um modelo também novo. Esse padrão de resposta tem sido apontado como um dos mais robustos observados por diferentes áreas da psicologia e da linguística. Por pesquisadores da linguagem humana, o responder por exclusão é considerado uma das bases da aquisição de vocabulário. Os estudiosos da aprendizagem animal e cognição comparada tem se interessado por este padrão de resposta devido, inclusive, ao caráter emergente do responder por exclusão, ou seja, diferentes espécies não humanas tem se mostrado capazes de demonstrar respostas compatíveis com o responder por exclusão em diferentes tipos de aparatos e com diferentes procedimentos, sem necessidade de treino específico acerca da relação testada. Além do mais, para humanos e não humanos a exclusão pode ser programada e utilizada como procedimento de ensino rápido de relações arbitrárias com resultados consistentes. A quantidade de tentativas necessárias para aprendizagem, o tipo de estímulo utilizado e o tipo de tarefa exigida tem sido variáveis importantes no que concerne a aprendizagem de relações novas por exclusão. O primeiro trabalho da presente proposta foi realizado com abelhas em tarefas de discriminação simples e os resultados obtidos corroboram com o conhecimento que se tem acerca dos controles necessários e suficientes para a ocorrência do responder por exclusão, ou seja, aparentemente a escolha do novo se deu com as abelhas tanto por seleção do novo quanto por rejeição dos familiares, replicando dados obtidos com outras espécies. O segundo estudo mostra uma série de tarefas realizadas com um macaco prego visando a expansão de uma classe de estímulos arbitrária, via exclusão. A aprendizagem de relações novas via procedimentos baseados na ocorrência da exclusão foi o alvo de outros três estudos que compõem a presente proposta, um deles com bebês e dois com crianças pequenas onde foram manipuladas quantidades de tentativas, funcionalidade do estímulo e o tipo de interação com a criança como variáveis relevantes para ocorrência ou não da aprendizagem. O último estudo, realizado com universitários em tarefas de discriminação condicional com estímulos temporais, corrobora com a generalidade do fenômeno a despeito da modalidade do estímulo utilizado, mas insere novas discussões sobre os limites da interpretação da exclusão, especialmente com estímulos contínuos. O conjunto de estudos aqui representados ilustra a variedade de procedimentos e discussões que podem ser realizados sobre a ocorrência do responder por exclusão e amplia as possibilidades de aplicação do conceito ao ensino de relações arbitrárias para humanos e não humanos.

Palavras-chave: responder por exclusão; aprendizagem por exclusão; abelhas; macaco prego; humanos.

Apoio Financeiro: CNPq/Fapesp. Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia sobre Comportamento Cognição e Ensino (INCT-ECCE).

Código de área: AEC

CONTROLE POR SELEÇÃO E CONTROLE POR REJEIÇÃO EM ABELHAS.
*Antonio Mauricio Moreno** e Deisy de Souza* (Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, SP)

Em tarefas de discriminação, as respostas corretas podem ser controladas tanto pela presença do estímulo positivo, ou S+ (controle por seleção), quanto pela presença do estímulo negativo, ou S- (controle por rejeição). No primeiro caso, o responder acurado pode depender apenas da presença do estímulo definido como S+. No segundo caso, a presença do estímulo definido como S- é suficiente para que o sujeito “rejeite” esse estímulo e escolha o estímulo alternativo (controle por exclusão). O controle por seleção e o controle por rejeição são tipicamente bem estabelecidos em repertórios de humanos, mas dados desse tipo com sujeitos não-humanos ainda são infreqüentes. O objetivo do presente estudo foi o estabelecimento de discriminações simples entre estímulos visuais e testar o controle por seleção e controle por rejeição em abelhas das espécie *Melípona rufiventris*. Toda a contingência de treino era controlada automaticamente - apresentação de estímulos visuais (luz azul, luz amarela, luz branca), do estímulo reforçador (solução açucarada) e o registro da resposta operante de pressão-à-barra. O procedimento era conduzido com uma abelha por vez. Inicialmente, uma abelha era marcada com tinta sobre o dorso e em seguida era treinada por aproximações sucessivas pousar sobre o aparato experimental, emitir a resposta operante de pressionar uma barra e recolher a solução de açúcar no bebedouro de uma caixa experimental. Eram usadas duas caixas experimentais de tal modo que cada uma apresentava um dentre dois estímulos discriminativos. Respostas corretas eram seguidas de 55 s de acesso ao bebedouro da caixa experimental sinalizada com o estímulo definido como correto. Respostas incorretas eram seguidas de intervalo entre tentativas. No presente estudo, vinte abelhas receberam treino de discriminação simples entre dois estímulos (p.ex, Azul S+ e Amarelo S-). Em seguida, dez sujeitos receberam oito sondas de seleção, nas quais o S- era substituído por um estímulo indefinido (Branco) e o controle por seleção era demonstrado por respostas ao estímulo que tinha função de S+ durante o treino. Outras dez abelhas receberam oito sondas de controle por rejeição, nas quais o estímulo com função de S+ era substituído por um estímulo indefinido (Branco) e o controle por rejeição era demonstrado por respostas ao estímulo indefinido. As sondas de seleção e sondas de rejeição eram sempre conduzidas em extinção. Os dados demonstraram o estabelecimento de controle tanto por seleção quanto por rejeição. Mais ainda, evidenciaram, em abelhas, a emergência de responder por exclusão. Esses resultados, então, somam-se a outros resultados positivos obtidos com não-humanos.

Apoio financeiro: Fapesp

Palavras-chave: Controle por seleção e por rejeição, exclusão, abelhas.

Nível do trabalho: D

EXPANSÃO DE REPERTÓRIO ARBITRÁRIO EM *CEBUS* cf. *APELLA VIA EXCLUSÃO TIPO II*. *Rodolfo da Silva Campos, *Ana Leda de Faria Brino* e *Olavo de Faria Galvão* (*Escola Experimental de Primatas, Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém, PA*).**

A exclusão pode ser uma estratégia útil para o ensino de relações arbitrárias a sujeitos não humanos por ser um procedimento que tem o potencial de produzir aprendizagem sem erros. Usando um macaco-prego como sujeito, buscou-se a expansão de repertório relacional arbitrário previamente estabelecido, utilizando-se o procedimento de *Exclusão II*. O equipamento consistiu em um computador com tela sensível ao toque e um software especificamente desenvolvido para o ensino de relações entre estímulos. Foi usado um procedimento de pareamento ao modelo com atraso 1 s, sendo requeridos cinco toques no modelo como resposta de observação. Iniciou-se o experimento com a retomada de linha de base (LB) arbitrária AB e BA (A1-B1/B1-A1, A2-B2/B2-A2, A3-B3/B3-A3, A4-B4/B4-A4, A5-B5/B5-A5) estabelecida em experimento prévio. Após critério de desempenho acima de 90% de acertos em duas sessões consecutivas com tentativas com cinco comparações apresentadas simultaneamente, testes com tentativas formadas por duas escolhas foram aplicados para verificar escolha por novidade, apresentando-se estímulos não familiares como comparações negativas no treino das relações familiares AB. Este teste foi importante para indicar que a escolha do novo na fase posterior de exclusão tipo II não decorria meramente da novidade dos estímulos do Conjunto C apresentados como S+. O teste de exclusão II consistiu em apresentar ao sujeito uma comparação não familiar (Conjunto C) como S+, simultaneamente a uma comparação familiar (Conjunto B) como S-, condicionalmente a um modelo familiar (Conjunto A) relacionado a outro estímulo do Conjunto B na história do sujeito. Após estes testes, iniciou-se o treino das relações AC, tomando apenas dois pares de relações por sessão, por exemplo, A1-C1 e A2-C2, em contexto de exclusão II. Posteriormente, foram feitos testes de aprendizagem destas relações que consistiram em apresentar as novas escolhas simultaneamente em cada tentativa, impedindo escolha por exclusão. Se os testes apresentassem resultados negativos de aprendizagem das novas relações AC, um treino com máscara (MK) era aplicado como objetivo de estabelecer as novas relações, induzindo escolhas sob controle misto, ou seja, tanto em função da seleção do S+ quanto da rejeição do S-. No geral, os resultados mostraram que o sujeito não responde apenas à novidade de estímulos, mas responde por exclusão quando o estímulo modelo é familiar e o S+ compõe uma relação com outro modelo. O sujeito se mantém escolhendo por exclusão enquanto o contexto de treino permite essa estratégia. Neste estudo, o treino por exclusão não produziu a aprendizagem das novas relações modelo-S+ planejadas, neste caso, A1-C1 e A2-C2. Mesmo depois de longo treino com máscaras para a indução de controle misto das novas relações A-C, a aprendizagem não ocorreu em níveis satisfatórios (acima de 90% de acertos), o que nos sugere dificuldade de se estabelecer novas relações arbitrárias (A-C) tendo como modelos estímulos que já fazem parte de uma relação familiar para o sujeito (A-B). Para sanar este problema, pretende-se aumentar o número de escolhas nas tentativas de treino de duas para cinco, utilizando quatro estímulos familiares como S-, com o objetivo de favorecer o controle pelo S+.

Edital MCT/CNPq 14/2008 Universal P481438/2008-4. Bolsas de IC do INCT-ECCE (FINEP/CNPq) ao aluno de graduação e de produtividade em pesquisa ao terceiro autor.

Palavras-chave: exclusão tipo II, pareamento ao modelo arbitrário, macaco-prego.

IC

AEC

APRENDER RELACIONAL POR BEBÊS E O FENÔMENO DA EXCLUSÃO. *Thais Porlan de Oliveira, Júnio Vieira de Rezende, Julia Fonseca* e Ana Luiza Santos Braga** (Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. MG)

O objetivo da presente proposta é acumular dados empíricos para detalhar um possível componente da aprendizagem relacional em crianças de 6 a 18 meses: a aprendizagem por exclusão. Aprendizagem por exclusão consiste, por exemplo, em relacionar estímulos auditivos novos ou não familiares (nomes) com figuras de objetos não familiares, apresentados em comparação com nomes e figuras de objetos já familiares ao bebê. Esse formato de tarefa é o mais comum e é o foco de interesse do presente trabalho, mas também podem ser encontradas na literatura tarefas de responder por exclusão com estímulos unicamente visuais, utilizados tanto como modelo como quanto comparações. A aprendizagem por exclusão seria uma capacidade básica para a compreensão comportamental de diversos repertórios simbólicos, entre eles o fenômeno da “explosão de vocabulário” dos pequenos, por volta dos 18 meses. Para tanto, foi realizado um estudo com o objetivo de replicar alguns resultados anteriores para atestar a generalidade do conhecimento de como se dá a aprendizagem por exclusão por bebês com menos de 18 meses. Participaram do estudo dois bebês com 12 meses de idade no início da coleta de dados. A coleta de dados foi realizada na residência dos participantes, contando com um dos pais do bebê como experimentador. Foram propostas tarefas de discriminações auditivo-visuais para os bebês baseadas no procedimento de pareamento com o modelo entre estímulos auditivos (perguntas da mãe, comumente solicitando ao bebê que pegasse ou apontasse para um dos estímulos solicitados) e estímulos visuais familiares ou não familiares (fotografias de brinquedos, animais ou objetos criados pelo experimentador). De modo geral, cada tarefa consistiu no teste de uma habilidade específica do participante: 1) o teste de reconhecimento e nomeação das figuras familiares; 2) o pareamento de nomes e figuras familiares; 3) o pareamento de nome novo com figuras não-familiares; e 5) o teste de aprendizagem do pareamento de nome novo com figura não-familiar (aprendizagem por exclusão). A análise dos dados permitiu descrições das contingências específicas produzidas na interação entre os pais e os bebês durante as tarefas. Os resultados mostraram que houve aprendizagem por exclusão, corroborando a hipótese de que a aprendizagem por exclusão é um fenômeno robusto que pode servir de base para aprendizagem relacional pelos pequenos. A discussão dos resultados considera ainda a importância do fenômeno da exclusão para a aquisição de repertórios cada vez mais complexos de relacionar estímulos, em sintonia com a análise das contingências do processo do desenvolvimento infantil e as contingências sociais propiciadas na interação entre crianças e adultos.

Apoio Financeiro: CNPq/Fapesp. Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia sobre Comportamento Cognição e Ensino (INCT-ECCE).

Palavras-chave: exclusão, aprendizagem relacional, bebês.

Nível do trabalho: IC

Código de área: AEC

APRENDIZAGEM DA RELAÇÃO NOME-OBJETO EM UMA TENTATIVA DE EXCLUSÃO: A FUNCIONALIDADE DO OBJETO COMO VARIÁVEL RELEVANTE. *Andréia Schmidt, Geovana Figueira Gomes*, Lucas dos Santos Lotério* e Mariana Guedes de Oliveira Franco** (Departamento de Psicologia, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto – SP).

O responder por exclusão é um padrão consistente de comportamento no qual a criança, quando exposta a um conjunto de objetos familiares (já relacionados a nomes) e um objeto desconhecido, tende a selecionar o objeto desconhecido diante de um nome novo. Tal fenômeno tem sido referido como um processo básico subjacente à aquisição de vocabulário. Dados da literatura mostram, porém, que essa relação demonstrada pela criança não necessariamente se mantém após o episódio inicial de responder por exclusão. A variabilidade encontrada nos resultados de pesquisas sobre o tema tem sido atribuída por muitos autores a variáveis relacionadas ao contexto da tarefa experimental e à natureza dos objetos empregados nos procedimentos. O objetivo deste trabalho foi verificar se o emprego, na tarefa experimental, de objetos com alguma função (abrir e fechar, produzir movimentos ou produzir sons) teria algum efeito sobre a aprendizagem da relação nome-objeto em uma única tentativa de exclusão. Participaram da pesquisa dois meninos e três meninas, com idades entre 30 e 48 meses. Inicialmente, foi estabelecida de uma linha de base de discriminações auditivo-visuais com objetos familiares. Em cada uma das dez tentativas do bloco, era apresentado um conjunto com cinco brinquedos familiares (bola, carrinho, boneca, cachorro e vaca - quatro deles à mostra e um deles sob uma caixa de papelão) e um nome era ditado (“Pegue o ...”). Após a conclusão de um bloco de linha de base com 100% de acertos, eram apresentados outros três blocos de teste, cada um com dez tentativas, sendo oito de linha de base e duas de sonda: na primeira sonda, de exclusão, um nome novo era ditado e, entre os estímulos disponíveis para escolha, havia um desconhecido; na segunda sonda, de aprendizagem, era testada a aprendizagem da relação nome-objeto apresentada na sonda de exclusão. Nas sondas de aprendizagem, ora o desempenho esperado era a escolha de um objeto novo diante de um nome novo, ora era a escolha da máscara (objeto embaixo da caixa de papelão) diante de um nome ditado pela segunda vez, e ora era a escolha da máscara diante de um nome novo. De modo geral, observou-se que apenas uma criança (a mais velha) apresentou desempenho compatível com aprendizagem em todos os blocos de teste; duas apresentaram esse desempenho em dois blocos de teste, uma apresentou aprendizagem da relação nome objeto em apenas um bloco de teste e uma criança, apesar de escolhido o objeto novo diante do nome novo em todas as sondas de exclusão, não apresentou aprendizagem da relação nome-objeto em nenhuma das sondas de aprendizagem. Esses resultados variáveis replicam a literatura, indicando que a funcionalidade do objeto não parece ter sido uma variável facilitadora da relação nome-objeto. Indica-se a necessidade de uma análise cuidadosa do desempenho dos participantes, bem como a replicação do procedimento, nos mesmos participantes, empregando objetos novos sem uma função evidente para comparação de resultados.

Apoio financeiro: Fapesp (Processo 2010/12156-7)

Palavras-chave: responder por exclusão, aprendizagem relacional, crianças.

Nível do trabalho: P

Código da área: AEC

RESPONDER POR EXCLUSÃO EM CRIANÇAS DE 36 A 72 MESES EM UMA SITUAÇÃO DE BRINCADEIRA. *Aline Roberta Aceituno da Costa* (Departamento de Fonoaudiologia, Universidade de São Paulo, Bauru/SP), *Andréia Schmidt* (Departamento de Psicologia, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto/SP) e *Camila Domeniconi* (Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP)

A aprendizagem de relações entre palavras faladas e objetos, eventos, lugares, ações e tudo que no mundo há é bastante importante para o desenvolvimento da fala. Muitos estudos investigam tais aprendizagens e entre eles existem alguns que apontam a importância do responder por exclusão que é definido como a seleção de um item desconhecido, entre outros conhecidos, após uma palavra desconhecida ter sido ditada. Sua importância deve-se ao fato de ter sido observado e replicado em inúmeros estudos, dos quais muitas perguntas tem se derivado, entre elas aquelas relativas à aprendizagem da relação palavra falada - item selecionado. Estudos anteriores apontaram que responder por exclusão uma única vez não é suficiente para a aprendizagem da relação por crianças de 60 a 72 meses – procedimento realizado em computadores – e por crianças de 24 a 36 meses – situação de brincadeira. O presente estudo, conduzido com quatro crianças entre 36 meses e 72 meses, teve por objetivo investigar o responder por exclusão em um contexto de brincadeira, com estímulos manipuláveis, e verificar se ocorre aprendizagem após uma única tentativa de exclusão. O procedimento foi dividido em quatro partes. Na primeira parte eram apresentadas 10 tentativas, o experimentador ditava um nome de brinquedo (boneca, cachorro, avião, caminhão ou peixe) e a tarefa da criança era pegá-lo, se estivesse disposto entre outros no chão a sua frente, ou procura-lo e retira-lo de dentro de uma de três caixas fechadas que ficavam disponíveis no ambiente, depois disso a criança deveria jogar o brinquedo dentro de uma caixa grande, disposta a sua frente. As outras três partes eram compostas por dez tentativas iguais a essas, porém, entre as cinco primeiras tentativas era introduzida uma sonda de exclusão e entre as cinco últimas tentativas era introduzida uma sonda de aprendizagem da relação palavra-objeto. As tentativas de exclusão tinham a mesma estrutura: um nome desconhecido era ditado e entre as alternativas de escolha havia brinquedos conhecidos, três caixas fechadas, e um único brinquedo desconhecido. Na primeira tentativa de aprendizagem um nome desconhecido, diferente do apresentado na tentativa de sonda de exclusão era ditado e entre as alternativas de escolha eram apresentados objetos conhecidos, caixas e o objeto previamente apresentado como desconhecido na tentativa de exclusão; a segunda também apresentava um nome desconhecido, porém entre as alternativas de escolha eram apresentados brinquedos conhecidos, caixas, o objeto previamente apresentado como desconhecido e um completamente desconhecido. Na terceira e última tentativa de aprendizagem era ditada a mesma palavra desconhecida apresentada na tentativa de exclusão e entre as alternativas de escolha era apresentado, além dos brinquedos conhecidos e das caixas, um objeto desconhecido nunca apresentado anteriormente. Todas as crianças responderam por exclusão e replicaram os achados da literatura, duas demonstraram aprendizagem nas três sondas e duas em duas sondas. Pode-se inferir que apesar de não se ter observado 100% de respostas positivas para aprendizagem, este resultado aponta que atividades de brincadeira e interação são mais eficientes para promover aprendizagem após uma única tentativa de exclusão do que atividades realizadas por meio do computador.

Palavras-chave: Responder por exclusão; aprendizagem após uma tentativa; situação de brincadeira.

Código da área da psicologia: AEC

ESCOLHA POR EXCLUSÃO EM TAREFAS DE DISCRIMINAÇÃO TEMPORAL POR UNIVERSITÁRIOS. *Nathália Cippola**, *Camila Domeniconi* e *Armando Machado* (Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, Escola de Psicologia, Universidade do Minho)

O responder por exclusão é considerado um dos padrões de resposta mais robustos, especialmente entre populações humanas, tendo sido replicado e observado com diferentes procedimentos e modalidades de estímulos. Ainda assim, o uso de estímulos concretos é a abordagem mais comum no estudo do responder por exclusão. Acreditou-se que o uso de um estímulo contínuo para treinos de discriminação condicional e testes de exclusão poderia permitir avaliar a generalidade do fenômeno neste contexto e ainda mensurar aspectos de semelhança entre os estímulos e como esta influenciaria a resposta pelo novo. O presente estudo teve o objetivo de avaliar o responder por exclusão em tarefas de discriminação condicional com o uso de estímulos contínuos (tempo). Participaram de dois experimentos 32 sujeitos universitários, com idade aproximada entre 18 e 23 anos de uma universidade do interior do Estado de São Paulo. Foram programadas tarefas de dupla biseção temporal no computador visando estabelecer uma linha de base de discriminação condicional entre estímulos modelo com diferentes durações e cores. O treino consistia na formação de relações entre estímulos com duração de 0,3 e 1,2 segundos e as cores vermelho e verde, também das relações entre 1,2 e 4 s com os estímulos azul e amarelo. A diferença entre os estudos refere-se a modalidade do estímulo modelo, visual no primeiro experimento (tempo em que um quadrado preto permanecia na tela) e auditivo no segundo experimento (tempo em que um BIP tocava). Uma vez estabelecida a linha de base, foram conduzidos testes de exclusão e de generalização. Nos testes de generalização as tentativas foram compostas pela apresentação de estímulos modelo com durações diferentes das treinadas e os mesmos estímulos de comparação utilizados no treino, nos testes de exclusão foram utilizadas diferentes durações como modelo e também novos estímulos como comparações. Os resultados mostraram que a preferência pelo novo diminuiu com o aumento da duração do estímulo se a outra comparação era o amarelo e o inverso foi observado quanto a preferência pelo novo se combinado com vermelho. Em relação às escolhas pelo novo quando apresentados ao verde ou azul, percebe-se uma proximidade das duas curvas indicando que os participantes fizeram a discriminação esperada das durações modelo. Os dados foram consistentes com o responder por exclusão, ou seja, mostraram sistematicamente a preferência pelo novo por rejeição do estímulo incorreto. A análise detalhada dos resultados permite discussões acerca da modulação da preferência pelo novo e o papel da generalização dos estímulos como principal responsável pelo padrão de responder observado, especialmente com uso de estímulos contínuos.

Palavras chave: responder por exclusão, estímulos temporais; discriminação condicional; universitários.

Apoio Financeiro: CNPq/Fapesp. Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia sobre Comportamento Cognição e Ensino (INCT-ECCE).

Nível do trabalho: P

Código de área: AEC

ESTUDOS SOBRE COMPORTAMENTO COMPLEXO EM ANIMAIS.

ESTUDOS SOBRE COMPORTAMENTO COMPLEXO EM ANIMAIS. *Romariz da Silva Barros* (Universidade Federal do Pará)

A presente sessão coordenada reúne quatro trabalhos de pesquisa sobre o comportamento complexo com animais. O primeiro trabalho apresenta dados resultantes de uma cuidadosa manipulação da configuração dos estímulos com o objetivo de identificar as verdadeiras relações de controle em uma tarefa de discriminação condicional com pombos como sujeitos. O segundo trabalho relata um interessante estudo sobre a formação de classes de equivalência com abelhas como sujeitos. O trabalho mostra o treino de relações condicionais de linha de base e dados de um teste de simetria. O terceiro estudo explora variáveis sociais que podem afetar o desempenho discriminativo de cães em tarefa de reversões repetidas de discriminações simples. O quarto trabalho relata o uso de um procedimento relativamente novo para detectar a possível formação de classes de estímulos. O procedimento consiste em comparar curvas de aquisição de discriminações condicionais em duas situações: uma quando as relações treinadas são simétricas e outra na qual as relações são assimétricas. Em seu conjunto, os trabalhos contribuem para o avanço da pesquisa sobre controle de estímulo complexo com animais, na medida em que mostram uma diversidade de variáveis de procedimento que podem interferir nesse tipo de estudo e também mostram procedimentos inovadores para esse tipo de estudos.

Palavras-chave: controle de estímulos, comportamento completo, animais não-humanos.

AEC

AVALIAÇÃO DE DISCRIMINAÇÃO CONDICIONAL E GENERALIZAÇÃO DE ESTÍMULOS NO PROCEDIMENTO *GO/NO-GO* COM ESTÍMULOS COMPOSTOS EM POMBOS. *Heloísa Cursi Campos*** (Universidade de São Paulo, São Paulo, SP) e *Paula Debert* (Universidade de São Paulo, São Paulo, SP)

Um estudo empregou o procedimento *go/no-go* com estímulos compostos e treinou pombos a responder aos estímulos compostos A1B1, A2B2, B1C1 e B2C2 e a não responder aos compostos A1B2, A2B1, B1C2 e B2C1. Cada estímulo composto consistia em um círculo dividido em duas metades apresentadas lado-a-lado: A1, B1, C1, A2, B2 ou C2. No teste, os compostos de treino foram rotacionados 180° e os sujeitos responderam a B1A1, B2A2, C1B1 e C2B2 e não responderam a B1A2, B2A1, C1B2 e C2B1. O responder aos estímulos de treino e teste poderia estar sob controle da relação entre os dois estímulos dos compostos, indicando discriminação condicional, ou de um único estímulo formado pelos dois elementos dos compostos, indicando que no treino o responder envolvia discriminação simples e no teste o responder envolvia generalização de estímulos. O presente estudo submeteu pombos ao mesmo treino e avaliou se os sujeitos exibiriam responder discriminado em testes, nos quais os estímulos de treino foram rotacionados 180° (Teste 1), rotacionados 90° à direita (Teste 2), rotacionados 90° à esquerda (Teste 3), os dois elementos dos compostos foram separados por 1 cm de distância (Teste 4) e os dois elementos dos compostos foram separados por 1 cm de distância e rotacionados 180° (Teste 5). Quatro pombos participaram do experimento. A cada tentativa, era apresentado um estímulo composto formado por um círculo dividido em duas metades: A1, B1, C1, A2, B2 ou C2. No treino, respostas de bicar A1B1, A2B2, B1C1 e B2C2 eram seguidas de alimento em esquema VI 15 s e respostas de bicar A1B2, A2B1, B1C2 e B2C1 eram seguidas da permanência do estímulo composto na tela. Nesse caso, a tentativa se encerrava apenas quando os sujeitos não emitissem a resposta de bicar por 30 s. Posteriormente, foram conduzidos os Testes 1, 2, 3, 4 e 5. Um sujeito exibiu o responder discriminado em nos cinco testes. Esses resultados sugerem que o responder estava sob controle da relação entre os dois estímulos dos compostos, indicando discriminação condicional. Os outros três sujeitos exibiram um responder discriminado apenas nos Testes 1, 2 e 3. Isso mostra que quando as duas metades foram espacialmente afastadas (Testes 4 e 5), o controle discriminativo estabelecido no treino não se manteve. Esses resultados sugerem que durante o treino não foi estabelecido controle pela relação entre os dois estímulos dos compostos e os desempenhos discriminados encontrados nos Testes 1, 2 e 3 provavelmente se devem à generalização de estímulos.

Apoio financeiro: FAPESP, CAPES e CNPq

Palavras-chave: Procedimento *go/no-go*; estímulos compostos; pombos.

D

AEC

EMPARELHAMENTO ARBITRÁRIO E TESTE DE SIMETRIA EM ABELHAS. *Antonio Mauricio Moreno* (Universidade Federal de São Carlos, SP)**, *Deisy de Souza* (Universidade Federal de São Carlos, SP) e *Judith Reinhard* (University of Queensland, Brisbane, Australia)

Na literatura sobre aprendizagem em abelhas encontram-se estudos sobre discriminações simples e reversões de discriminação, em que os estímulos discriminativos são apresentados sempre simultaneamente. Mas poucos estudos com abelhas empregaram o procedimento de emparelhamento com o modelo (*matching-to-sample*, ou MTS), tipicamente empregado com outras espécies para o ensino de relações entre estímulos. Estudos com abelhas relataram dados positivos em treino de discriminações arbitrárias e desempenhos de escolha condicional por identidade e singularidade generalizados, mas não se encontram estudos sobre testes de relações emergentes com esse modelo animal. O objetivo deste estudo foi o estabelecimento de relações arbitrárias em um procedimento de MTS, usando-se como sujeitos duas espécies de abelhas, *Apis mellifera* e *Melipona rufiventris*. Foi usado um labirinto em “T”, de tal modo que o estímulo modelo era apresentado na sua entrada e dois estímulos de comparação eram dispostos nas suas saídas. Os estímulos visuais eram formados por figuras quadradas com 12 cm. Cada abelha era treinada a voar no interior do labirinto, atravessar o anteparo sinalizado com o estímulo modelo e, em seguida, atravessar um entre dois anteparos sinalizados com estímulos de comparação. Uma solução de açúcar era usada como reforçador. Respostas corretas, ou seja respostas de escolha da comparação determinada pelo experimentador para ser relacionada ao modelo, levavam a um bebedouro com a solução açucarada, enquanto respostas incorretas, ou seja respostas de escolha da comparação determinada pelo experimentador como não relacionada ao modelo, levavam a um bebedouro vazio. Os bebedouros eram periodicamente substituídos, para evitar que as abelhas respondessem sob controle de dicas olfativas. Um grupo de *Apis* foi treinado com as relações arbitrárias Vertical – Amarelo e Horizontal-Azul. Em seguida, esse grupo foi submetido a um teste de simetria (eram testadas as relações Amarelo-Vertical e Azul-Horizontal). Não havia consequências reforçadoras programadas para as respostas de escolha nos testes. Por balanceamento, o inverso foi definido para outro grupo de *Apis*. O mesmo procedimento foi aplicado a um grupo de abelhas da espécie *Melipona rufiventris*. Os dois grupos de *Apis* adquiriram as relações arbitrárias treinadas, com uma precisão ao final do treino que variou entre 60% e 70%, aproximadamente, mas responderam com precisão ao nível de acaso no teste de simetria. Diferentemente do grupo de *Apis*, o grupo de *Melipona* não adquiriu a linha de base, respondendo com precisão sempre em torno de 50%. Esses resultados são coerentes com resultados anteriores em estudos com *Apis*. Por outro lado, não se encontram estudos sobre aprendizagem relacional em melíponas que possam explicar a diferença nos resultados entre essas duas espécies.

APOIO: FAPESP

D

Palavras-chave: Emparelhamento com o modelo, simetria, abelhas.

AEC

A FUNÇÃO SOCIAL DOS ESTÍMULOS NA APRENDIZAGEM DE CÃES DOMÉSTICOS E MACACOS-PREGO. *Isabel Cristina da Silva Brasiliense**, *Liane Jorge de Souza Dahás***, *Vinicius Kenji Souza Yonezawa**, *Ana Paula Bemerguy Assumpção**, *Anne Kelly Alves Gonçalves** e *Carlos Barbosa Alves de Souza* (Escola Experimental de Primatas, Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém, PA).

Um estudo comparando o responder em reversões de discriminação simples de chimpanzés e cães domésticos em duas situações, sendo uma social com humanos (mas não comunicativa) e outra não social, verificou que os cães demonstraram dificuldade na situação social, enquanto os chimpanzés tiveram mais facilidade nesta reversão, o que contradiz a literatura que sugere que cães têm desempenho melhor que primatas não-humanos em situações sociais. O objetivo do presente estudo foi avaliar o desempenho de cães e macacos-prego em uma situação social e em uma não social. Dez cães e dez macacos-prego, cinco em cada situação, passaram por um procedimento de discriminação simples com duas escolhas, com reversão da função dos estímulos na fase de teste. Foram realizadas cinco fases: 1) familiarização com os estímulos sociais; 2) familiarização com a tarefa; 3) teste de preferência de estímulos; 4) discriminação simples; e 5) reversão. Na situação não social, os estímulos foram duas vasilhas (para os cães) e duas caixas (para os macacos), sendo uma vermelha e outra branca. Na situação social, os estímulos foram duas pessoas que passaram por uma fase de familiarização com os sujeitos com o objetivo de estabelecer sua função social. O treino de discriminação simples foi realizado até se obter 84% de acertos ou serem realizadas 60 tentativas. Após atingir o critério de aprendizagem era realizada a fase de reversão da discriminação simples, com 20 tentativas. Um teste Mann-Whitney mostrou que não houve diferença significativa no desempenho dos cães e dos macacos-prego nas duas situações, tanto no treino de discriminação simples quanto na reversão. Esses resultados corroboraram aqueles de outro estudo que comparou o desempenho de cães em uma situação social e não social, utilizando-se pessoas desconhecidas como estímulos sociais. Porém, os macacos-prego não apresentaram a mesma facilidade que os chimpanzés na fase de reversão do treino na situação social. Este resultado confirma dados anteriores sobre o desempenho superior em tarefas de reversão de treino discriminativo de chimpanzés, bonobos e gorilas em comparação com diversas espécies de prossímios e platirríneos, dentre eles o macaco-prego. Sugere-se que o processo de domesticação, que poderia levar a desempenhos diferentes nas situações social e não social pode implicar em interações de maior duração ou que são estabelecidas em interações específicas tais como interações nos primeiros meses de vida, alimentação, proteção. Novos estudos devem averiguar o que constitui efetivamente uma situação social para o cão doméstico em comparação com primatas não-humanos.

INCT-ECCE

* Bolsa PIBIC CNPq

** Bolsa de Doutorado CNPq

Bolsa de produtividade CNPq

Palavras chave: estímulos sociais, macacos-prego, cães-domésticos.

IC

AEC

A FORMAÇÃO DE CLASSES DE EQUIVALÊNCIA POR CONTRASTE DE AQUISIÇÃO DE RELAÇÕES SIMÉTRICAS E NÃO SIMÉTRICAS EM MACACO-PREGO (*Cebus cf. apella*). *Álvaro Júnior Melo e Silva**, *Celeste Chaves Barra** e *Romariz da Silva Barros* (Escola Experimental de Primatas, Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará. Belém, PA).

Estudos utilizando humanos como sujeitos, com e sem desenvolvimento típico, têm mostrado dados de formação de classes de equivalência. Estudos semelhantes, utilizando não-humanos ou humanos, com o desenvolvimento severamente atrasado e sem habilidades lingüísticas, têm encontrado dificuldades em evidenciar os mesmos dados. Esse panorama tem levado alguns autores a concluir que a formação de classes de equivalência é um produto da linguagem. Em contrapartida, nos últimos anos, alguns estudos têm documentado a formação de classes de equivalência em sujeitos não humanos. Um fator que tem merecido atenção, pelo fato de poder estar dificultando que se evidencie a formação de classes de equivalência em não humanos, é o uso tradicional de testes com tentativas de sonda sem reforçamento entre as tentativas da linha de base. O objetivo deste trabalho foi verificar a possibilidade de uso da comparação entre aquisição de relações condicionais simétricas e não-simétricas como indício de formação de simetria em macacos-prego (*Cebus cf. apella*) através do procedimento padrão de pareamento ao modelo. Os sujeitos deste experimento foram dois macacos machos jovens, Jujuba e Negão, ambos com história de treino de discriminações simples e condicionais. Foram utilizados 8 estímulos bidimensionais. O experimento foi dividido em duas fases e cada fase possuía duas subfases. Para o sujeito M28, nas Subfases 1.1 e 2.1 foram estabelecidas quatro relações arbitrárias (A1-B1 e A2-B2) e (A3-B3 e A4-B4), respectivamente. Na Subfase 1.2, foi feito um treino arbitrário com a contrapartida simétrica das relações A-B (B1-A1 e B2-A2), da subfase anterior. Na Subfase 2.2, novamente, foi feito um treino arbitrário, desta vez com a contrapartida assimétrica A-B (B3-A4 e B4-A3) da subfase anterior. Depois de todas as subfases, comparou-se a curva de aquisição do desempenho nas tarefas consistentes e inconsistentes com a simetria. Na Subfase 1.1, Jujuba aprendeu as relações A1-B1 e A2-B2 após 41 sessões. Já na Subfase 1.2, de treino das relações B1-A1 e B2-A2, foram necessárias três sessões para atingir o critério de, no máximo, um erro por relação. Na Subfase 2.1, foram realizadas 96 sessões para alcançar o critério e manter tal desempenho por, pelo menos, duas sessões. Na Subfase 2.2, foram executadas 32 sessões sem que o desempenho do sujeito tenha alcançado o critério estabelecido. A partir dos dados, podemos ver que o sujeito apresentou rápida aquisição das tarefas da Subfase 1.2 comparado às da Subfase 2.2. Tal desempenho sugere que as relações condicionais treinadas na Subfase 1.1 podem ter propriedades de relações de equivalência, ou mais especificamente a propriedade de simetria. Tal resultado sugere que a análise comparativa entre as curvas de desempenho é um procedimento promissor para avaliar formação de classes em sujeitos não-humanos. O sujeito Negão não concluiu o treino das relações da Subfase 1.1. Acredita-se que relações de controle de estímulos inconsistentes foram estabelecidas, o que requer uma análise mais detalhada dos resultados e, se for o caso, alterações no procedimento.

CNPq, INCT-ECCE

* Bolsa PIBIC-UFPA.

Bolsa de Produtividade 2A CNPq

Palavras-chave: classes de equivalência, simetria, *Cebus cf. apella*.

IC

AEC

ESTUDOS SOBRE VARIÁVEIS DE PROCEDIMENTO EM MTS COM ANIMAIS.

ESTUDOS SOBRE VARIÁVEIS DE PROCEDIMENTO EM MTS COM ANIMAIS. *Romariz da Silva Barros* (Escola Experimental de Primatas, Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará. Belém, PA)

A presente sessão coordenada reúne quatro trabalhos de pesquisa sobre diversos aspectos procedimentais no estudo de emparelhamento ao modelo (MTS) com animais. O primeiro trabalho apresenta um apanhado dos estudos realizados com pombos sobre identidade generalizada com pombos, com o objetivo de contribuir para a elucidação da aparente dificuldade em produzir esse tipo de repertório com essa espécie. Os diversos estudos citados são analisados e comparados em termos de uma diversidade de variáveis de procedimento. O segundo estudo aborda a possibilidade de desenvolvimento de emparelhamento categorial a partir de emparelhamento por identidade com macacos-prego. O terceiro estudo apresenta dados resultantes de uma cuidadosa manipulação do atraso entre a remoção do estímulo modelo e a apresentação dos estímulos de comparação do procedimento de MTS tanto em tarefa de escolha por identidade quanto em MTS arbitrário. O quarto estudo relata uma variedade de alterações de procedimento realizadas durante o treino de discriminações condicionais com o procedimento de MTS sucessivo com macacos-prego como sujeito. Em seu conjunto, os trabalhos contribuem para o avanço da pesquisa sobre controle de estímulo complexo com animais, na medida em que mostram uma diversidade de variáveis de procedimento que podem interferir nesse tipo de estudo.

Palavras-chave: controle de estímulos, matching-to-sample, animais não-humanos.

AEC

VARIÁVEIS RELEVANTES PARA O RESPONDER POR IDENTIDADE GENERALIZADA NA TAREFA DE ESCOLHA DE ACORDO COM O MODELO. *Paulo Sérgio Dillon Soares Filho* (Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo), *Romariz da Silva Barros* (Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará) e *Gerson Yukio Tomanari* (Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo)

Discriminação condicional diz respeito a comportamentos controlados pela ocorrência de mais de um evento antecedente (estímulo condicional e discriminativo). Assim, é possível que o responder sobre controle condicional seja mantido em função das relações que se estabelecem entre estímulos. Particularmente, quando o responder é controlado pela igualdade física entre os estímulos, tem-se uma relação de identidade. Esse controle por identidade é denominado “generalizado” quando é exercido pela igualdade entre eles, independentemente do exemplo específico em questão. Um procedimento tradicionalmente utilizado para o estudo de identidade generalizada é o de escolha de acordo com o modelo (MTS). No procedimento de MTS, apresenta-se um estímulo-modelo e ao menos dois estímulos-comparação. Entre os estímulos-comparação, apenas um é igual ao modelo. Na tarefa, o sujeito é inicialmente exposto a uma fase de treino na qual é diferencialmente reforçado por escolher o estímulo-comparação igual ao modelo. Esse treino estabelece um responder por identidade com base em um conjunto de estímulos. Na sequência, inicia-se uma fase de teste na qual novos estímulos são introduzidos. A identidade generalizada é demonstrada quando, no que diz respeito aos estímulos novos, o sujeito escolhe os estímulos-comparação condicionalmente à igualdade física que mantém ao modelo. Em termos de resultados, a identidade generalizada tem sido evidenciada em diferentes espécies (chimpanzés, leões-marinhos, macacos-prego), mas não tão claramente em pombos –ao menos quando se utiliza o procedimento do MTS. Em vista disso, o presente trabalho teve como principal objetivo fazer um levantamento das pesquisas que avaliaram a produção do repertório de identidade generalizada, especialmente aquelas que empregaram pombos como sujeitos. Com base na análise dos parâmetros de treino e teste utilizados, buscamos identificar variáveis que sejam aparentemente fundamentais para a demonstração da identidade generalizada. Entre elas, podemos citar a utilização de estímulos novos, a localização dos estímulos, o número de chaves de resposta no treino, a adaptação do sujeito à situação de teste, o número de estímulos empregado durante o treino de identidade, o aumento progressivo do número de estímulos, o esquema exigido para as respostas ao modelo, a orientação espacial dos estímulos, entre outras. A partir dessa revisão, foi observado que as pesquisas com pombos não incorporaram algumas das variáveis consideradas relevantes em estudos com outras espécies. Possivelmente, por essa razão, os experimentos com pombos não tenham apresentado evidências claras de identidade generalizada utilizando o procedimento de MTS. A partir desse trabalho, pesquisas futuras poderão ser planejadas de modo a incorporar variáveis de treino e teste que permitam avaliar e produzir o responder por identidade generalizada de maneira mais clara e eficiente.

CAPES; CNPq e FAPESP (INCT-ECCE).

Palavras-chave: Identidade generalizada; escolha de acordo com o modelo; pombos.

D

AEC

DISCRIMINAÇÃO CONDICIONAL POR IDENTIDADE AO MODELO E INDÍCIOS DE FORMAÇÃO DE CATEGORIA COM USO DE ESTÍMULOS FAMILIARES POR *Cebus cf. apella*. Suélen Nicole da Silva Lobato, Tamyres Roberta Colares Leal e Olavo de Faria Galvão (Escola Experimental de Primatas, Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém, PA)

Categorias naturais são definidas pela presença de características comuns entre os estímulos membros da classe, ou seja, pela similaridade de aspectos abstraídas dos membros em potencial. Durante a evolução foi fundamental o desenvolvimento da capacidade de generalizar entre elementos similares a partir da aprendizagem de discriminações, facilitando a extensão de respostas semelhantes a estímulos semelhantes. Com macacos-prego, o repertório de identidade generalizada já foi obtido com o modelo de escolha condicional, mas a demonstração de repertório categorial generalizado no procedimento de escolha condicional ainda não foi alcançada. Considerando-se que o repertório de identidade generalizada possa ser um pré-requisito para o comportamento categorial generalizado, o objetivo deste trabalho foi estabelecer responder de escolha por identidade em um macaco-prego (Cotoh) adulto com história de treino de identidade com estímulos abstratos, usando no presente estudo, elementos de categorias naturais. Quatro conjuntos de fotos de itens familiares compunham as tentativas de treino: (a) rostos de macacos, (b) frutas, (c) rostos de homens e (d) objetos conhecidos. O equipamento usado foi uma câmara experimental apropriada para macacos, tendo acoplado um computador com tela sensível ao toque que continha um programa desenvolvido especialmente para o treino de relações entre estímulos. Usando o procedimento de pareamento ao modelo com atraso 0 s, foram treinadas discriminações condicionais por identidade, com aumento progressivo do número de escolhas apresentadas simultaneamente em cada tentativa, partindo de 4 comparações para 8, 12 e 16 estímulos. Em cada tentativa, Cotoh deveria tocar no estímulo modelo que aparecia na tela do computador para que ele desaparecesse e as comparações fossem apresentadas; dentre estas, ele deveria tocar na comparação idêntica ao modelo para que um dispensador automático fosse acionado e liberasse uma pelota de alimento, seguida de um intervalo entre tentativas (IET) de 6 s. No entanto, se Cotoh escolhesse qualquer estímulo diferente do modelo, não havia liberação de pelota, apenas o IET, e a mesma tentativa era repetida, dando-lhe uma possibilidade de correção. Se ele errasse mais uma vez, o programa apresentava a próxima tentativa programada, logo após o IET. Após atingir o desempenho acima de 90% de acertos em duas sessões consecutivas, primeiramente com 4 escolhas simultâneas, posteriormente com 8 e finalmente com 16 comparações, foram realizados dois testes para verificar a generalização do repertório de escolha por identidade ao modelo, substituindo-se um conjunto usado no treino por um conjunto com estímulos novos, similares às categorias treinadas. Em um dos testes, o desempenho do sujeito indicou generalização do comportamento de escolha por identidade com estímulos novos, assim como indícios de formação de categoria, inferido do fato de que as escolhas incorretas nas tentativas de identidade ocorriam nos estímulos da mesma categoria do modelo. Pretende-se continuar o estudo com o ensino de pareamento ao modelo categorial entre os estímulos de cada um dos conjuntos usados.

CNPq – INC&T sobre Comportamento, Cognição e Ensino, CAPES.

Palavras-chave: formação de classes naturais, estímulos familiares, *Cebus cf. apella*.

M

AEC

PAREAMENTO AO MODELO COM ATRASO EM *CEBUS* CF. *APELLA*: EFEITOS DA MANIPULAÇÃO DO ATRASO E DO INTERVALO ENTRE TENTATIVAS. *Ana Cláudia de Oliveira Costa***, *Tamyres Roberta Colares Leal**, *Ana Leda Faria de Brino e Olavo de Faria Galvão* (Escola Experimental de Primatas, Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém, PA).

Com o intuito de desenvolver testes não verbais de funções executivas para exame de deficiências advindas de contaminação por mercúrio em crianças, foi estudada a manutenção do desempenho em pareamento ao modelo com atraso (DMTS) crescente em macacos-prego. Esse procedimento tem sido usado para avaliar processos de memória de trabalho, considerada parte das funções executivas. Estudos com não humanos apontam que o aumento no atraso entre o desaparecimento do modelo e a apresentação das comparações deteriora o controle do modelo sobre a escolha. Contudo, alguns experimentos indicam que a exposição à nova condição de atraso ou o aumento do intervalo entre tentativas (IET) podem produzir recuperação do desempenho. O objetivo deste estudo foi verificar os efeitos da manipulação do atraso e do IET sobre o desempenho de emparelhamento ao modelo em dois machos adultos, Raul e Drácula. Raul realizou a tarefa com 10 relações arbitrárias entre estímulos e Drácula com nove relações de identidade. As tentativas de relações distintas eram intercaladas em uma mesma sessão e compostas por três escolhas. Em uma tentativa, um estímulo modelo era apresentado; cinco toques ao modelo produziam seu desaparecimento, e após atraso programado, eram apresentadas três comparações. Um toque no S+ produzia uma pelota de açúcar e o IET. Respostas ao S- produziam apenas o IET. Partindo-se de desempenho estável em tentativas com atraso 1 s e IET 6 s, foi avaliado o nível de acertos após sucessivos aumentos de 0.5 s no atraso. Quando os índices de acerto diminuíam, aumentava-se o IET em 1 s. Foram realizados dois tipos de sessão: 1) Atraso fixo – apenas um atraso era apresentado em todas as tentativas da sessão 2) Atrasos variáveis – atrasos diferentes eram apresentados em tentativas distintas. Raul realizou 48 sessões de atraso fixo, com 1,0 a 5,5 s, nas quais o desempenho variou de 50 a 100% de acertos. Foram realizadas ainda 27 sessões com atrasos variados, de 1,0 s a 9,5 s, e o desempenho variou de 75 a 95% de acertos. Drácula realizou 59 sessões com atraso fixo, de 1,0 a 13,5 s, apresentando desempenho entre 61 e 100% de acertos. Nas 17 sessões com atrasos variáveis, de 1 s até 15 s, o desempenho total de Drácula variou de 72 a 100% de acertos. Para ambos os sujeitos, nas sessões em que o aumento do atraso produziu queda de desempenho, o treino continuado na mesma condição ou o aumento no IET foi suficiente para produzir recuperação do desempenho. Com as técnicas empregadas, de aumento gradual do atraso e do IET em linha de base de pareamento ao modelo por identidade e arbitrário com 3 escolhas e várias relações, demonstrou-se desempenho com índices de acertos acima de 90% com atrasos de 9,5 s (relações de arbitrárias) e 15,0 s (relações de identidade). Esse estudo servirá de base para medir o desempenho em macacos-prego contaminados por mercúrio. Posteriormente, um padrão de testes equivalentes será usado para verificar a correlação entre as medidas de repertório e o grau de contaminação por mercúrio em crianças.

CNPq – INC&T sobre Comportamento, Cognição e Ensino, NIEHS.

*bolsista PIBIC/UFPA – Ações Afirmativas

Palavras-chaves: comportamento complexo, pareamento ao modelo com atraso, *Cebus* cf. *apella*

M

AEC

MODIFICAÇÕES PROCEDIMENTAIS NECESSÁRIAS PARA AQUISIÇÃO DE REPERTÓRIO BÁSICO EM UM TREINO DE RELAÇÕES CONDICIONAIS VIA MTS SUCESSIVO (GO/NO-GO) EM *Cebus cf. apella*. Lidianne Lins de Queiroz*, Vinícius Kenji Souza Yonezawa**, *Izabel Cristina da Silva Brasileira** e *Romariz da Silva Barros* (Escola Experimental de Primatas, Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará. Belém, PA).**

Alguns estudos descreveram uma sequência de treinos discriminativos de complexidade crescente que tem sido eficaz para treino de discriminação condicional no formato de *matching-to-sample* com macacos-prego. Em geral, essa espécie de currículo é suficiente para a aprendizagem de repertórios complexos com relativamente poucos erros, principalmente quando o treino é realizado através de *matching-to-sample* simultâneo. Entretanto, em alguns casos, o currículo não é suficiente, em especial com treinos conduzidos com MTS sucessivo. O objetivo deste estudo é descrever as dificuldades e limitações metodológicas encontradas no treino de repertório básico utilizando-se o procedimento de MTS sucessivo (*Go/No-go*) e apresentar algumas soluções adotadas. Dois macacos-prego (M20 e M32) foram utilizados como sujeitos. São apresentadas as modificações realizadas durante o treino com ambos os sujeitos, bem como os resultados destas manipulações. O primeiro treino realizado foi de discriminação simples (DS) com dois estímulos, o qual foi concluído com a obtenção da precisão de desempenho planejada sem a necessidade de alterações de procedimento. Em seguida, os sujeitos foram submetidos a um treino de discriminação condicional por identidade com dois estímulos. Neste treino, o desempenho de ambos os sujeitos ficou abaixo da precisão estabelecida como critério de aquisição (90%). A hipótese levantada é de que o comportamento dos sujeitos não estivessem sob controle do estímulo-modelo, havendo a necessidade de adaptação no modelo original de currículo. Entre as alterações de procedimento realizadas para a aquisição de critério estão (1) o aumento do número de combinações negativas, com o objetivo de salientar as combinações positivas; como o desempenho se manteve abaixo da precisão estabelecida, foi necessário (2) o retorno ao treino de discriminações simples; posteriormente (3) a realização de treino de mudanças repetidas de discriminações simples. Os dados obtidos com as alterações de procedimento acima relatadas indicam que nenhuma dessas alterações de procedimento foi eficaz para aumentar o controle do estímulo modelo sobre as respostas ao estímulo de comparação. No caso do sujeito M32 identificou-se, através da análise dos vídeos das sessões, que o sujeito não mantinha contato visual com o estímulo de comparação. Havendo a necessidade de introduzir alterações adicionais no procedimento: (4) treino de respostas diferenciais aos estímulos modelo (DRH e DRL); (5) alterações de parâmetros temporais do procedimento; (6) reforçamento de respostas *no-go*. Estas últimas alterações mostraram efeito sobre a precisão do desempenho dos sujeitos, entretanto o desempenho se manteve abaixo da precisão estabelecida. O estudo mostra que o treino de discriminações condicionais em não-humanos *via* procedimento de *matching-to-sample* é altamente sensível a alterações paramétricas em diversos aspectos do procedimento.

CNPq INCT ECCE

* Bolsa PIBIC UFPA

** Bolsa de Doutorado CNPq

Bolsa de produtividade 2A CNPq

Palavras-chave: Discriminação condicional, *matching-to-sample*, *Cebus cf. apella*.

D

AEC

AValiação Psicológica NO Contexto DE SAÚDE.

EFEITO DA MASSAGEM CLÁSSICA NA QUALIDADE DE VIDA DE ALUNOS DA GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO. *Nuno Miguel Lopes de Oliveira, Elenita de Lima Pedro**, *Natasha Yumi Matsunaga** (Departamento de Fisioterapia da Universidade Federal do Triangulo Mineiro-MG), *Marina Dias Macedo de Melo**, *Thayane de OliveiraCarvalho** e *Martha Franco Diniz Hueb* (Departamento de Psicologia Clínica e Sociedade da Universidade Federal do Triangulo Mineiro-MG)

O presente trabalho tem como objetivo avaliar a qualidade de vida dos estudantes do ensino superior da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) pré e pós-massagem clássica. A rotina de um estudante do ensino superior envolve, além das atividades curriculares obrigatórias, projetos de pesquisa, extensão, participação em congressos, atividades culturais, dentre outras, podendo acarretar mudanças físicas, psicológicas e sociais. O estresse e ansiedade são conseqüências comumente observadas. A ansiedade traz manifestações somáticas e psicológicas como: aumento da frequência cardíaca e respiratória, tensão muscular, náusea, tonteira, vazão no estômago, alerta, inquietude, apreensão, hipervigilância, dificuldade de conciliação do sono e da concentração. Entende-se que a ansiedade é um dos componentes do estresse e pode surgir quando a demanda ambiental excede a capacidade de resposta do indivíduo. Outro sintoma que vem sendo observado a partir de atividades exacerbadas é a depressão. Sabe-se que a depressão é um transtorno mental comum que se apresenta com: humor deprimido, perda de interesse ou prazer, sentimentos de culpa ou baixa estima, distúrbios de sono ou apetite, baixa energia e baixa concentração. Esses sintomas podem tornar-se crônicos ou recorrentes e acarretar prejuízos consideráveis na capacidade de uma pessoa para cuidar de suas responsabilidades cotidianas interferindo seriamente na qualidade de vida. Participam do estudo 24 alunos da graduação do curso de Fisioterapia da UFTM, que foram subdivididos em grupo caso e grupo controle. Adotou-se como critério de inclusão ser sedentário, ser normotenso, não apresentar nenhum tipo de patologia, desconforto ou dor, ter IMC entre 18,5 a 24,99 e faixa etária entre 18 e 25 anos. Excluíram-se aqueles que faziam uso de medicamentos redutores do estresse, ansiedade ou relaxantes. Ambos os grupos, selecionados por um sorteio aleatório, foram submetidos à avaliação psicológica pelas alunas pesquisadoras do curso de Psicologia. Primeiramente realizou-se uma entrevista sobre a história de vida e condição atual, seguida da aplicação da Escala de Qualidade de Vida da Organização Mundial da Saúde (WHOQOL-bref), da Escala de Ansiedade e Depressão (HAD) e do Inventário de Stress de Lipp (ISSL). O grupo caso recebeu dez sessões, de 30 minutos cada, de massagem clássica nas costas, com frequência de duas vezes por semana aplicadas por alunas da fisioterapia. O grupo controle, não recebeu massagem. As escalas foram reaplicadas após o encerramento das dez sessões de massagem e no segundo grupo elas foram reaplicadas após cinco semanas da primeira avaliação. O estudo se encontra em desenvolvimento e os resultados são parciais estando sujeitos à avaliação e interpretação futuras, porém constatou-se redução da ansiedade e depressão, em 34% daqueles em que se submeteram ao processo completo, embora, não tenha sido observada percepção de melhora significativa na qualidade de vida. Levanta-se a hipótese de que diferentemente dos outros procedimentos utilizados a WHOQOL-bref, por ser um instrumento de avaliação subjetiva, não se mostrou tão sensível nesses casos, pois avalia a *percepção* do indivíduo de sua posição na vida, no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, sendo necessária uma avaliação futura mais acurada.

Palavras-chave: Estresse; ansiedade; depressão; qualidade de vida.

Nível do trabalho: P Pesquisador

Código de área: AVAL- Avaliação Psicológica.

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NA GESTAÇÃO DE ALTO RISCO. *Hélmi Iwata**, *Talita Roriz**, *Helena Rinaldi Rosa*, *Maria Luisa Louro de Castro Valente* e *Mary Okamoto* (Departamento de Psicologia Clínica, Universidade Estadual Paulista UNESP, Assis, SP).

Segundo o Ministério da Saúde entende-se por gestação de alto risco como sendo aquela na qual a vida ou a saúde da mãe e/ou do feto tem maiores chances de serem atingidas por complicações do que a média das gestações. Estas gestantes, por apresentarem características específicas ou por sofrerem algum agravo, têm maiores probabilidades de uma evolução desfavorável, tanto para o feto como para a mãe. O setor de obstetria do Hospital Regional de Assis (HRA) atende exclusivamente gestantes de alto risco, estas são encaminhadas para acompanhamento e realização do parto neste hospital, e caso o bebê nasça prematuro, ele e a mãe terão todo o suporte necessário. Dentre as pacientes atendidas estão as adolescentes, de até 17 anos de idade, no qual o “risco” da gestação é maior, pois fatores fisiológicos e psicológicos característicos da adolescência fazem da gravidez uma situação de risco biopsicossocial; além de mulheres que já ultrapassaram a idade considerada ideal para a concepção. Também são atendidas mulheres que apresentam algum problema de saúde, como hipertensão, diabetes, obesidade, cardiopatia, entre outras condições de saúde física que podem comprometer o desenvolvimento normal da gestação.

Objetivos: realizar uma avaliação psicológica com as gestantes de alto risco com o intuito profilático, verificar como elas vêem e sentem a gravidez, e caso necessite, encaminhar para acompanhamento psicológico ao longo da gestação. **Método:** a avaliação psicológica no Setor de Gestação de Alto Risco é feita no primeiro dia de consulta das gestantes, mediante encaminhamento das enfermeiras para o setor de psicologia dos casos que consideram necessários e de todas as adolescentes gestantes. O instrumento utilizado é a Escala Diagnóstica Adaptativa Operacionalizada – EDAO que permite coletar os dados e assim possibilitar um melhor entendimento de cada caso. **Resultados:** percebemos nas entrevistas que as gestantes adolescentes muitas vezes se sentem felizes com a gravidez, apesar de não planejarem nem pensarem no futuro a partir do nascimento do bebê; muitas ainda vivem no mundo da fantasia, sem contato com a realidade nova de criar uma criança, outras vêem a gestação com indiferença, e dizem não se sentirem felizes nem tristes com a gravidez. As gestantes com mais idade, quando há algum risco para o bebê, mostram-se mais preocupadas, pois relatam medo e insegurança frente ao parto prematuro e as prováveis conseqüências para a saúde do bebê. Há casos em que a gestante, por algum motivo não planejou, nem deseja esta criança, porém com o tempo a maioria acaba aceitando a gravidez. Apoio: PROEX

Palavras-chave: avaliação psicológica, gestação de alto risco, gravidez na adolescência.

Nível do trabalho: P - Pesquisador

Código da área: AVAL – Avaliação Psicológica.

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NA CLÍNICA MÉDICA DE UM HOSPITAL GERAL: UMA ESCUTA DIFERENCIADA. *Carolina Beatriz Savegnago Martins**, *Luana Valera Bombarda**, *Helena Rinaldi Rosa*, *Maria Luisa Louro de Castro Valente* e *Mary Okamoto* (Departamento de Psicologia Clínica, Universidade Estadual Paulista UNESP, Assis, SP).

A Clínica Médica é uma área que compreende o tratamento de doenças de áreas clínicas como Hematologia, Pneumonia, Gastroenterologia, Nefrologia, Cardiologia, Oncologia, Endocrinologia e Reumatologia. Este trabalho relata as atividades desenvolvidas no estágio na Clínica Médica do Hospital Regional de Assis, que conta com 30 leitos, por uma equipe de dez estagiários. Com o objetivo de construção do espaço da psicologia no hospital, utiliza-se no serviço uma entrevista que oferece uma escuta diferenciada ao paciente, baseada no Sistema Diagnóstico Adaptativo Operacionalizado (SISDAO), que abrange questões relacionadas aos setores: afetivo-relacional, produtividade, sócio-cultural e orgânico e tem como objetivo possibilitar a escuta do paciente acerca de suas angústias e fantasias com relação ao diagnóstico e a internação. **Método:** As entrevistas são realizadas pelas estagiárias de psicologia que vão ao hospital durante a semana; os pacientes são abordados geralmente em seus leitos pelas estagiárias, que se apresentam e estabelecem um vínculo a partir da aceitação do paciente em conversar. **Resultados:** Durante a entrevista é possível perceber os medos e fantasias dos pacientes com relação ao motivo de estarem ali; em alguns é nítida a percepção de estarem melhorando na clínica médica, como vemos no discurso de uma paciente que drenava água do pulmão por conta de um Derrame Pleural: “[...] parecia que eu ia explodir [...] parece que tirou a água com a mão agora.”, em contrapartida outros pacientes relatam certa dificuldade para dormir a noite por conta da movimentação nos quartos: “[...] à noite eu não durmo muito bem não, toda hora entra um aqui, acende a luz, aí não tem como dormir.” A negação da doença e a fantasia de cura também aparecem durante as entrevistas psicológicas. Muitos entrevistados amenizam o diagnóstico e a situação que se encontram, como o caso do marido de uma paciente que estava internada devido a um câncer e acabara de ser diagnosticada com metástase: “Ela está com aquilo que quem tem câncer tem...como é mesmo a palavra!?!...[a estagiária diz metástase] isso, metástase, o médico disse que ela está com umas três manchinhas na cabeça também, mas amanhã ela começa a radioterapia e em umas dez sessões ela fica boa, tudo fica certo”. Uma paciente de 18 anos que estava internada para aumentar o seu número de plaquetas e ser submetida a uma cirurgia para retirada do baço devido ao diagnóstico de Púrpura Trombocitopênica Idiopática e dessa maneira possivelmente melhorar o seu quadro em 85%, relatou que “nem penso nos 15% de não dar certo a cirurgia [...] eu sei que é um processo demorado depois da cirurgia, mas prefiro acreditar que amanhã já vou estar boa”. Percebe-se então que a entrevista psicológica na clínica médica permite que o paciente possa verbalizar sobre suas angústias, medos e esperanças que permeiam a situação de internação. É possível que alguns deles compreendam melhor o motivo de estarem no hospital e assim darem uma significação para o diagnóstico.

Apoio: PROEX

Palavras-chave: Clínica Médica, Avaliação Psicológica, SISDAO

Nível do trabalho: P - Pesquisador

Código da área: AVAL – Avaliação Psicológica.

AVALIAÇÃO DE PERSONALIDADE EM PACIENTES SUBMETIDOS À CIRURGIA BARIÁTRICA: COMPARAÇÃO ENTRE DADOS PRÉ E PÓS-CIRÚRGICOS. *Angélica Soares Sanches Sales* (Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté - SP) e *Paulo Francisco de Castro* (Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté - SP e Curso de Psicologia da Universidade Guarulhos - SP).

O presente trabalho possui o objetivo de discutir os resultados referentes à avaliação psicológica de um grupo de indivíduos obesos, submetidos à cirurgia bariátrica, comparando os dados obtidos antes e depois da realização da cirurgia. Os quadros de obesidade são cada vez mais frequentes nos dias de hoje, a ocorrência de obesidade mórbida necessita de intervenções mais diretas e, entre elas, pode-se contar com uma intervenção cirúrgica para redução do estômago que leva a maior parte dos indivíduos a grande perda de peso. Questões psicológicas são envolvidas no processo, observa-se a necessidade de uma organização psíquica para que o indivíduo submetido a essa ação possa se organizar diante das privações que vivenciará. Participaram do estudo 14 pacientes para avaliação pré-cirúrgica, sendo 12 mulheres e dois homens e apenas sete na etapa pós-cirúrgica, todas do sexo feminino; possuíam escolaridade entre médio e superior e nível socioeconômico médio. Nas duas etapas foram aplicados o Teste da Casa-Árvore-Pessoa (HTP) e o Questionário de Avaliação Tipológica (QUATI), o tempo entre as aplicações foi de cerca de nove meses, sempre seis meses após a realização da cirurgia. Apesar da diferença do número de sujeitos nos dois momentos de aplicação, alguns itens nos desenhos indicaram mudança nos resultados: aumento da utilização de cores nos desenhos, revelando mais afetividade e emotividade; maior organização dos detalhes dos desenhos, revelando adequação à realidade e organização interna; maior rotação da folha antes da cirurgia, remetendo a sentimentos de oposição e necessidade de adaptação; diminuição da omissão de pupilas após a cirurgia, relevando mais possibilidade de contato; diminuição da ênfase na cintura, que pode se referir a questões de ordem sexual. Quanto aos resultados do QUATI, as duas aplicações não tiveram resultados diferentes; em ambos momentos, houve predomínio de atitude de extroversão, com associação a sentimento como função secundária; revelando indivíduos com atenção ao mundo externo, facilidade de comunicação e expressão, voltando-se ao mundo externo como forma de contato, mostra ainda indivíduos que tendem a decisões de acordo com seus próprios valores, buscando ações mais pessoais e emocionais. É possível observar que, na amostra investigada, as diferenças observadas concentraram-se nos itens e resultados do HTP, mas não nos resultados do QUATI, diante disso, pode-se levantar a hipótese de que as mudanças geradas pela cirurgia bariátrica no prazo de seis meses, podem ser observadas de forma mais dinâmica na personalidade, aspecto que uma técnica projetiva analisa com mais propriedade. Devido ao número de participantes e à redução de sujeitos na segunda etapa, sugere-se estudos mais amplos para que as reflexões aqui apresentadas possam ser generalizadas.

Palavras-chave: Avaliação Psicológica; Avaliação de Personalidade; Cirurgia Bariátrica.

Nível do trabalho: P – Pesquisador.

Código da área: AVAL – Avaliação Psicológica.

USO DO MILLON BEHAVIOR MEDICAL DIAGNOSTIC NA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA DA ADERÊNCIA TERAPEUTICA. *João Carlos Alchieri**, *Mariana Carla Lucena** (Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN) e *Remerson Russel Martins** (Universidade Federal do Semi-Árido- UFESA)

O Millon Behavioral Medicine Diagnostic (MBMD) consiste em um instrumento de avaliação psicológica composto por 165 itens contendo 38 escalas clínicas divididas em três escalas referentes a padrões de respostas, sendo uma indicadora de validade; seis que indicam maus hábitos de saúde; cinco referentes a indicadores psiquiátricos; onze acerca de estilos de enfrentamento do indivíduo; seis sobre moderadores de estresse; cinco de prognóstico de tratamento e duas sobre formas de condução de tratamento. O MBMD é utilizado para que fatores psicológicos que venham a comprometer um tratamento médico possam ser detectados e conduzidos de modo a viabilizar a evolução do tratamento, sendo assim uma alternativa para avaliação de aspectos relacionados à aderência em casos de doenças crônicas. O presente trabalho busca verificar, dimensionar e avaliar o uso do MBMD no contexto avaliativo para cirurgias bariátricas no país. **Método:** Foi realizada a tradução do instrumento do inglês para o português por três sujeitos bilíngües, seguiu-se o processo de adaptação semântica no qual o instrumento foi apresentado a 15 pacientes ambulatoriais para aferir o grau de compreensão dos itens. Com o resultado das dificuldades de compreensão que os sujeitos apontaram, o MBMD foi encaminhado a outro sujeito bilíngüe para adaptação das sugestões com o sentido original dos itens. Após a administração em mais 5 sujeitos, e a constatação de uma compreensão semântica dos itens adequada, iniciou-se o processo de validação do instrumento com pacientes candidatos a Cirurgia Bariátrica, considerando os pacientes de outras doenças crônicas e de cirurgias de pequeno porte como grupo controle. **Resultados:** a tradução, do inglês para o português, foi realizada por três sujeitos bilíngües sem experiência na área de psicologia; ao final, outro juiz bilíngüe fez o trabalho de escolha da tradução mais apropriada para cada um dos 165 itens. Em seguida, esta nova versão do instrumento foi apresentada a 15 sujeitos dos sexos masculino e feminino com escolaridades variadas para verificação da compreensão dos itens do teste e observação da necessidade de realização de adaptações semânticas. Observou-se uma participação significativa dos sujeitos na fase de adaptação semântica, já que 13 dos voluntários emitiram sugestões acerca dos itens, contribuindo para a adaptação do MBMD na expectativa de que possa haver um melhor entendimento dos participantes da pesquisa no momento de aplicação do instrumento na fase de validação. Até o presente momento está sendo empregado em candidatos a cirurgia bariátrica, conjuntamente com a outros como Millon Behavioral Medicine Diagnostic, Questionário de Saúde Geral de Goldberg, o Millon Clinical Multiaxial Inventory-III (MCMI-III) e o Millon Index of Personality Styles (MIPS), de forma a verificar evidências de validade convergente. São apresentados resultados e discutidos aspectos como aderência ao tratamento destes pacientes, bem como as possíveis ações pré e pós-cirúrgicas por parte do psicólogo na equipe de saúde.

Palavras-chave: Millon Behavioral Medicine Diagnostic, doenças crônicas, aderência terapêutica.

Nível do trabalho: P - Pesquisador

Código da área: AVAL – Avaliação Psicológica.

AValiação Psicológica em Processos Psicopatológicos.

ADAPTAÇÃO DO MILLON CLINICAL MULTIAXIAL INVENTORY-III PARA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA DE TRANSTORNOS DE PERSONALIDADE E SÍNDROMES CLÍNICAS. *João Carlos Alchieri*
(Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

A avaliação de características psicopatológicas de personalidade é uma das práticas mais realizadas no cotidiano dos profissionais no Brasil. No entanto, os instrumentos que se dispõem são de verificação indireta aos preceitos adotados pelo DSM IV e suas revisões o que torna o processo avaliativo pouco objetivo e específico e realizado por técnicas de base projetiva. Assim, mais de 50 anos se passaram desde o uso do MMPI traduzido e adaptado regionalmente por Benko, e neste interim diversos instrumentos foram atualizados e criados no cenário internacional, sem que no Brasil houvesse a adoção de um instrumento para esta finalidade. Com base na ausência de instrumentos atualizados na avaliação de características psicopatológicas o presente estudo almeja validade ao país o MCMI III de forma a ser um testes de avaliação de transtornos psicopatológicos de personalidade. O Millon Clinical Multiaxial Inventory-III (MCMI-III) é formado por 175 itens de verdadeiro e falso e que avaliam 14 estilos de transtornos de personalidade e dez síndromes clínicas. Tal instrumento foi construído por Theodore Millon de acordo com a sua teoria de personalidade. Sua forma de aplicação pode ser tanto individual quanto coletiva. Método: Após realizada a tradução do MCMI-III para o português brasileiro por profissionais bilíngües, o instrumento foi administrado em 15 respondentes com diferentes níveis de leitura com a finalidade de garantir o entendimento das sentenças por pessoas com diferentes graus de escolaridade. Em seguida, foi realizado o processo de tradução reversa e o próximo passo foi submeter os itens para avaliação de três juízes conhecedores da teoria de Millon. Para a fase de adaptação do instrumento, foram cooptadas 2588 pessoas, que foram divididas em grupo clínico e não clínico. Resultados: Os três juízes apontaram sugestões com relação à tradução de determinados itens, porém consideraram-na como adequada. Com a aprovação da manutenção dos itens no inventário, seguiu-se com os estudos de validação do mesmo. Foram realizados testes estatística descritiva e inferencial com vistas a verificar a possibilidade de emprego clínico, e observou-se que as médias dos escores brutos para o grupo clínico foram maiores de que as do grupo não clínico, evidenciando a correta adaptação do instrumento por identificar traços de transtornos de personalidade em pessoas do grupo clínico. Estudos continuam sendo feitos com a finalidade de se obter dados mais precisos com relação a todos os transtornos e síndromes avaliados pelo MCMI-III e neste sentido, são apresentados resultados para grupos específicos como usuários de substâncias, álcool e comprometimentos gerais atendidos em ambulatórios e clínicas psiquiátricas.

Palavras chaves: Avaliação psicopatológica, Transtornos de personalidade, MCMI III
Nível do trabalho: D - Doutorado

Código da área: AVAL – Avaliação Psicológica.

INDICADORES DE COMORBIDADE EM PACIENTES COM TRANSTORNO DE PÂNICO AVALIADOS PELO MÉTODO DE RORSCHACH. *Paulo Francisco de Castro* (Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté - SP e Curso de Psicologia da Universidade Guarulhos - SP).

O presente trabalho possui como objetivo a exposição de indicadores de psicopatologia observados em uma amostra de pacientes com Transtorno de Pânico, a partir dos dados do Método de Rorschach. Em síntese, o Transtorno de Pânico pode ser caracterizado como um quadro de vivências extremas de ansiedade, sem aparente motivo, que ocorrem de forma repetida e levam a uma situação paralisadora e à sensação de morte; não raro observa-se comorbidade do pânico com outros quadros de sofrimento psíquico. O material interpretativo do Método de Rorschach, segundo a proposta do sistema compreensivo, apresenta seis constelações que indicam elementos de cunho patológico ou de sofrimento psíquico. São denominadas de constelações, pois agregam um conjunto de sinais quantitativos que, quando observados em conjunto, revelam um quadro psicopatológico específico. Cada constelação possui uma designação e um código que a caracteriza, sendo: índice de perturbação de pensamento (PTI) que revela comprometimento na função de pensamento e distanciamento da realidade, índice de depressão (DEPI) que indica presença ou sintomas depressivos ou de alteração de humor, índice de déficit relacional (CDI) que demonstra dificuldades mais severas no relacionamento interpessoal, constelação de suicídio (S-Con) que é um indicador de tendências autodestrutivas, índice de hipervigilância (HVI) que traduz um sentimento ou sensação de perseguição e índice de estilo obsessivo (OBS) que remete a um funcionamento obsessivo de personalidade. Participaram da investigação 60 sujeitos de ambos os sexos, divididos igualmente em um grupo de pacientes e um grupo de não pacientes. Os pacientes foram identificados a partir de prontuários e entrevistas de acordo com o DSM-IV; a amostra de não pacientes foi construída por equivalência de idade e escolaridade e submetidos ao QSG para avaliação do estado de saúde geral. O Rorschach, segundo as especificações técnicas do sistema compreensivo, foi aplicado em todos os colaboradores. As respostas emitidas foram codificadas por três juízes independentes e após análise estatística por meio dos testes Kruskal-Wallis e post-hoc de Dunn, diferenças foram encontradas em duas constelações: maior incidência de PTI ($p=0.002$) nos pacientes do sexo masculino, revelando que os homens com Transtorno de Pânico tendem a apresentar graves transtornos de percepção e de pensamento, dificultando a avaliação da realidade externa, gerando uma percepção de mundo particular e singularizada; presença de DEPI ($p=0.009$) onde indivíduos com pânico revelam sinais de depressão, sintomas depressivos ou algum tipo de transtorno relacionado às alterações de humor. As demais constelações não diferenciaram os grupos de pacientes e de não pacientes, seus resultados foram CDI ($p=0.891$), S-Con ($p=1,0$), HVI ($p=1,0$) e OBS ($p=1,0$). Assim, na amostra que participou da presente pesquisa observou-se comorbidade de sintomas depressivos ou de humor na maior parte dos pacientes com perturbações severas de pensamento nos pacientes do sexo masculino.

Palavras-chave: Avaliação Psicológica; Teste de Rorschach; Transtorno de Pânico.

Nível do trabalho: D - Doutorado

Código da área: AVAL – Avaliação Psicológica.

PESQUISAS E TRABALHOS DE CAMPO EM HOSPITAIS PSIQUIÁTRICOS E CAPS : AVALIAÇÃO E PROPOSTAS DE ENQUADRES DIFERENCIADOS.

Leila Salomão de La Plata Cury Tardivo (Laboratório de Saúde Mental e Psicologia Clínica Social do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo)

Serão apresentados trabalhos de campo que vem sendo desenvolvidos a partir da parceria entre o Laboratório de Saúde Mental e Psicologia Clínica Social – APOIAR (PSC/IPUSP) e instituições psiquiátricas da cidade de São Paulo. Vimos coordenando o Projeto: Consultas Terapêuticas no Hospital Psiquiátrico, o qual visa o psicodiagnóstico compreensivo e a intervenção clínica por meio de encontros e consultas terapêuticas dirigidas aos pacientes psiquiátricos. Ao mesmo tempo, essa experiência vem integrando o ensino da Psicopatologia e o desenvolvimento da pesquisa interventiva no hospital psiquiátrico e também junto a pacientes de Centro de Atenção Psicossocial (CAPs). Esse projeto tem inspiração na Psicanálise Winnicottiana no modelo de Consultas Terapêuticas proposta por Winnicott. Esse autor considera que a entrevista diagnóstica deve ser uma entrevista de caráter terapêutico, os quadros clínicos diferenciados que vimos desenvolvendo se constituem em settings alternativos nos quais o método psicanalítico pode ser concretizado com rigor. Nesses encontros terapêuticos há a possibilidade de um conhecimento dos sintomas e sinais do paciente, sendo também possível levantar aspectos referentes a um diagnóstico estrutural da personalidade, contribuindo assim para se obter uma compreensão psicodinâmica da personalidade do paciente com o qual estamos em contato. São realizadas entrevistas em grupo (entre 5 e 7), podendo ser em número menor com a presença de um psicólogo formado e experiente e alguns estudantes, e os pacientes são convidados a participar. Nas consultas terapêuticas os pacientes são atendidos individualmente. Vimos observando ao longo dos anos que, de fato, essas entrevistas vem proporcionando sustentação do processo terapêutico oferecido na forma de holding e vem se configurando um acompanhamento onde se valoriza a singularidade do paciente. Ao mesmo tempo, os estudantes vem conseguindo vivenciar a experiência de acompanhar a avaliação e ao mesmo tempo, fornecer apoio ao paciente e alívio do intenso sofrimento psíquico que os acomete. Serão apresentadas ilustrações clínicas, onde se pode avaliar os pacientes, entrando em contato com eles e, tendo sido observadas experiências mutativas, com sinais de melhoras, buscas de tratamento após a alta, diminuição no número de internações, entre outras. Também vimos desenvolvendo outro setting alternativo: as Oficinas Psicoterapêuticas. Nessa proposta os pacientes são atendidos em grupo, e são apresentadas materialidades de diversas naturezas com o objetivo de facilitar a comunicação emocional entre os pacientes. São desenvolvidos a partir do uso de desenhos, pinturas, contos de fadas, fotos, cartas e lembranças, enfim materialidades que facilitam a expressão e um encontro inter-humano. Serão também descritas algumas oficinas realizadas com pacientes psiquiátricos, as quais vêm favorecendo o desenvolvimento das potencialidades de cada indivíduo, dentro do possível. Observamos o alívio do sofrimento dos pacientes e também nesse quadro a ocorrência de experiências emocionais.

Palavras-chave: consulta terapêutica, psicodiagnóstico, Psicopatologia

Nível do trabalho: D - Doutorado

Código da área: AVAL – Avaliação Psicológica.

OS LIMITES DA GRAFOLOGIA COMO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA EM PACIENTES PORTADORES DE TRANSTORNOS MENTAIS. *Luis Sérgio Sardinha* (Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo – IPUSP, São Paulo - SP e Universidade do Grande ABC – UniABC, Santo André - SP), *Loiane Bertolucci Silva* (Universidade do Grande ABC – UniABC, Santo André - SP) e *Viviane Simon da Silva* (Universidade do Grande ABC – UniABC, Santo André – SP).

Este trabalho teve como objetivo esclarecer se a Grafologia pode ser considerada uma ferramenta de avaliação psicológica capaz de explicitar, por meio da escrita, indicadores psicológicos de transtornos mentais, dentro dos critérios adotados pelo Conselho Federal de Psicologia. A avaliação psicológica é um conjunto de procedimentos utilizados por psicólogos e profissionais ligados à área do desenvolvimento humano, para obter informações necessárias sobre o paciente. Para esse tipo de avaliação utilizam-se instrumentos tais como os testes psicológicos, que são uma medida objetiva e padronizada de uma amostra de comportamento, que auxilia profissionais em uma hipótese diagnóstica, ou seja, oferece uma base científica para suas conclusões sobre a personalidade ou comportamento de um indivíduo. Os grafólogos afirmam ter a intenção de aproximar cada vez mais a Grafologia de ciências oficiais como a Psicologia, Psiquiatria entre outras, com o objetivo de afastar suas teorias, elaboradas ao longo dos anos, de sistemas que não têm uma base científica para se fundamentar. Para isto é necessário que sejam elaborados estudos e estatísticas, visando provar no mundo acadêmico, que a Grafologia tem bases sólidas científicas e pode ter uma validação confiável. A metodologia utilizada foi à revisão bibliográfica dos estudos de autores que deram início as pesquisas nessa área e autores atuais que dão continuidade aos estudos dessa técnica, integrando assim com as pesquisas realizadas sobre as técnicas psicológicas e os transtornos mentais. Nesse trabalho discutiram-se os testes psicológicos, suas técnicas e critérios de validação, transtornos mentais, técnicas psicodiagnósticas, história e objetivos da Grafologia. Posteriormente foram realizadas comparações entre os autores, sobre itens analisados na Grafologia e os respectivos significados psicológicos apontados. Os principais resultados apontam que a Grafologia também tem seus princípios científicos fundamentados na psicologia do gesto e da expressão, já que a escrita é um gesto único, inimitável e uma técnica que necessita de diversos dados para se chegar a outro. O ato de escrever é uma atividade adquirida e aperfeiçoada pelo ser humano com o passar dos anos, ou seja, a escrita evolui com a idade, o tempo e a postura dos pais e professores em questão dessa aprendizagem. Por outro lado, não foram encontrados estudos científicos necessários para a validação da técnica de aplicação e interpretação da técnica grafológica. Nas obras consultadas, as nomenclaturas são distintas e as interpretações nem sempre se aproximam, na maioria das análises se tem significados diversos para os mesmos itens abordados. De maneira geral, os significados psicológicos variam de autor para autor, apesar de estes serem oriundos do mesmo item de análise. Pode-se concluir que a

técnica grafológica só pode ser utilizada como apoio na identificação de um possível transtorno mental em pesquisas ou processos avaliativos que utilizem outros testes ou técnicas já validadas pelo Conselho Federal de Psicologia. Atualmente, no Brasil, pelos autores e estudos consultados, a Grafologia carece de um corpo de estudos estatísticos que fundamente sua aplicabilidade em processos avaliativos.

Palavras-chave: Grafologia; Transtorno Mental; Análise Grafológica.

Nível do trabalho: IC (Trabalho de Graduação).

Código da área: AVAL – Avaliação Psicológica.

SUPERVISÃO EM PSICOTERAPIA DE ADULTOS PARA GRADUANDOS: DIÁLOGOS COM DIFERENTES PERSPECTIVAS.

REFLEXÕES SOBRE SUPERVISÃO EM PSICOTERAPIA PSICANALÍTICA PARA GRADUANDOS. *Fernando Genaro Junior*** (Clínica-Escola Psicológica da Universidade Presbiteriana Mackenzie e Depto. de Pós-Graduação em Psicologia Clínica do IPUSP)

Esse trabalho compõe a sessão coordenada intitulada: *supervisão em psicoterapia de adultos para graduandos: diálogos com diferentes perspectivas*, a qual visa refletir e discutir o papel da supervisão nessa modalidade clínica, suas dificuldades, bem como compartilhar experiências desenvolvidas por supervisores de diferentes abordagens (psicanálise, analítico-comportamental). Nessa proposta, busco destacar aspectos fundamentais no processo de ensino-aprendizagem na clínica de adulto de orientação psicanalítica junto aos alunos-estagiários quinto anistas do curso de Psicologia de uma universidade privada na cidade de São Paulo. Sendo assim, recorro à própria experiência como supervisor de estágio da disciplina psicoterapia de orientação psicanalítica para apresentar algumas reflexões sobre tal prática. Ao longo desse percurso tenho observado significativa dificuldade dos alunos-estagiários no que tange construir e articular um raciocínio clínico a partir dos dispositivos transferenciais no contato com pacientes adultos. Inserido nesse contexto de tratamento clínico, surgem restrições no acesso e manejo no registro da comunicação significativa (das angústias e conflitos emergentes), da associação livre, gestos, sonhos e do próprio valor simbólico presente nas sessões psicoterápicas. Em meio ao campo, nota-se a presença de transformações específicas nessa clínica, como por exemplo, o aumento significativo de casos graves que tem chegado até a clínica-escola trazendo impactos em relação tanto às dificuldades iniciais, esperadas nesse momento da formação, quanto à própria complexidade da natureza desses fenômenos clínicos surgidos na atualidade, o eu tem gerado impasses e discussões para nós clínicos e supervisores. Ao final do trabalho, aponto como o espaço de supervisão, e a própria presença real do supervisor na clínica de orientação psicanalítica a pacientes adultos está cada vez mais ligada à necessidade de alteridade por parte do aluno-estagiário, no estabelecimento de um espaço potencial e intersubjetivo que sustente empaticamente as experiências clínicas vividas pelos alunos em seus atendimentos. Desta forma, o trabalho conjunto supervisor/aluno-estagiário permite que o primeiro se ofereça como modelo e apoio, criando uma relação de cooperação que o aluno-estagiário aprende a transpor para relação psicólogo/paciente. A partir dessa condição no espaço de supervisão, observa-se a possibilidade de maior integração dos aspectos teórico-técnicos, bem como o desenvolvimento de atitudes clínicas específicas para a formação de futuros psicólogos no exercício clínico, em especial os de orientação psicanalítica.

Palavras-chave: Supervisão Graduação, Psicologia Clínica, Clínica do Adulto

Nível do trabalho: D – Doutorado.

Código da área: CLIN

ESTRATÉGIA DE SUPERVISÃO EM CLÍNICA ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL COM GRADUANDOS. *Eliana Isabel de Moraes Hamasaki*** (Departamento de Psicologia Experimental do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo – São Paulo (SP) e Núcleo de Psicologia da Policlínica da Universidade Metodista de São Paulo – São Bernardo do Campo (SP)).

Como parte da sessão coordenada intitulada: *supervisão em psicoterapia de adultos para graduandos: diálogos com diferentes perspectivas*, este trabalho pretende apresentar uma estratégia que permite a modelagem de determinadas habilidades ao aluno que desenvolve o estágio supervisionado em psicologia clínica sob a orientação analítico-comportamental. Privilegiar-se-á, aqui, a apresentação de uma estratégia que visou favorecer a atuação do aluno na identificação e descrição de sentimentos da parte de seus clientes. Para tanto, antes da exposição da intervenção proposta nesse estágio, faz-se necessária uma introdução a respeito da “escolha” do aluno por uma determinada orientação teórico-prática para a realização dessa atividade. Como destacado, a “escolha” não se configura necessariamente como tal e, muitas vezes, o aluno que se encontra em supervisão de psicologia aplicada à clínica sob orientação analítico-comportamental apresenta repertório deficiente ou, ainda, alguns preconceitos em relação à área. Uma das questões equivocadas mais frequentes nestes casos refere-se à (im)possibilidade de a abordagem tratar de questões como os sentimentos. Entende-se, aqui, os sentimentos como comportamentos que ocorrem sob a pele do indivíduo, portanto eventos privados, mas que podem tornar-se públicos via descrição pelo próprio indivíduo. A nomeação dos sentimentos, contudo, se dá a partir de correlatos públicos, por meio da comunidade verbal à qual esse indivíduo pertence. Assim, após discussões teóricas a respeito dos sentimentos e identificação de questões relevantes em casos atendidos por alunos em grupos de supervisão, foram planejadas intervenções a partir da demanda dos casos quanto à forma de abordar e, principalmente, acessar os sentimentos dos clientes atendidos. Levando em conta a preferência dos clientes por determinado tipo de modalidade de obra artística (literária ou musical) e a familiaridade do aluno com essa obra, foram selecionados poemas ou letras de músicas que pudessem favorecer tanto a identificação de determinados sentimentos como a descrição dos mesmos. Como resultados, os alunos passaram a relatar, durante as supervisões, avanços na evolução dos casos e maior facilidade no manejo de questões clinicamente relevantes. Adicionalmente a esses resultados, os alunos ainda descreveram seus próprios sentimentos, manifestando interesse e valorização por sua própria atuação sob essa orientação, valorizando-se como membros importantes na comunidade verbal de seus clientes.

Palavras-chave: supervisão graduação; psicologia clínica; adulto.

Nível do Trabalho: D – Doutorado

Código da área: CLIN

RECOMENDAÇÕES AOS ESTUDANTES DE PSICOLOGIA QUE SE INICIAM NA PRÁTICA CLÍNICA: TRANSMISSÃO E SUPERVISÃO EM PSICANÁLISE.
Cláudia Costabile** (Centro de Psicologia Aplicada da Universidade Paulista (UNIP)).

Como integrante da sessão coordenada: *supervisão em psicoterapia de adultos para graduandos: diálogos com diferentes perspectivas*, esse trabalho procura articular aspectos que exerço em minha prática em docência. Quando começamos a trabalhar com alunos de quarto e quinto ano de graduação em Psicologia a partir dos princípios psicanalíticos, uma das primeiras coisas que devemos ter em mente é que todos os esforços e objetivos do trabalho no tratamento do sofrimento psíquico, partirão - sempre - do pressuposto da existência de um mundo interno, de uma realidade psíquica que tem como seu principal elemento constituinte o **inconsciente**. Como transmitir este conhecimento ao aluno-estagiário num momento em que ele está finalizando o curso e deve ser capaz de criar suas próprias pontes que façam a ligação entre teoria e prática? Pois as regras da dimensão inconsciente do mundo interno não são as mesmas que a da vida consciente, predominantemente associada à racionalidade. Mas, no trabalho de supervisão no estágio em Psicologia clínica, estamos também atrelados à racionalidade própria ao campo acadêmico. Proponho aos alunos que a relação a ser estabelecida com os pacientes depende do que chamaremos de pilares ou elementos estruturantes da teoria psicanalítica, que fundam, num sentido simbólico, a casa na qual habitaremos junto com nossos pacientes e as regras que lhe são pertinentes. Vale lembrar que a teoria (ou metapsicologia) criada por Freud tinha como principal função sustentar a prática clínica. Portanto, precisamos nos dispor a conhecer minimamente estes pilares e as regras que compõem as relações do mundo interno. Como nada sabemos sobre as fantasias (vida psíquica) de nossos pacientes e não saberemos a menos que ele se disponha a falar, nossa postura, fundada em nossos pressupostos deve ser de um **convite a falar**, nossas perguntas devem ter, antes de mais nada, um sentido **indagativo** (e nunca, em tempo algum, inquisitivo) e assim, estaremos reconhecendo nossa “douta ignorância” (Lacan), investigando o desconhecido (sinônimo, aqui, de inconsciente) e tratando de nossos pacientes. Esta pesquisa e tratamento quando vistos da perspectiva do atendimento em si, exige uma abertura dos envolvidos à realidade psíquica/inconsciente - o terapeuta/analista sabe disto de antemão, o paciente descobrirá ao longo do tratamento. Mas, quando vistos (tratamento e pesquisa) da perspectiva de estudos, exige uma postura especulativa e de investigação que ajudem na elaboração/produção de material que possa ser trocado com os pares, portanto numa atitude deliberadamente consciente e racional. Saber oscilar entre uma atitude e outra é fundamental para diferenciar os lugares onde somos convocados como terapeutas/analistas daqueles onde estamos transmitindo um conhecimento adquirido para ser colocado à prova, questionado, revisto, ampliado e, assim, a psicanálise mantenha-se viva. Por isto, proponho que a supervisão seja um correlato do atendimento clínico, respeitadas as diferenças na relação transferencial e também nas condições em que se dão os atendimentos numa instituição, mas o **convite a falar** parece-me que deve ser o mesmo.

Palavras-Chave: Supervisão Clínica, Transferência, Metapsicologia.

Nível do trabalho: M - Mestrado

Código da área: CLIN

DESAFIOS DA SUPERVISÃO EM CLÍNICA ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL COM GRADUANDOS. *Cristina Moreira Fonseca***
(Clínica-Escola Psicológica da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM) e Centro de Análise do Comportamento (CEAC)).

Esse trabalho compõe a sessão coordenada intitulada: *supervisão em psicoterapia de adultos para graduandos: diálogos com diferentes perspectivas*. Enquanto a última etapa para a formação do psicólogo clínico, a supervisão de estágio em clínica aparece como uma condição indispensável para o desenvolvimento de competências esperadas por um formando em Psicologia. Como desenvolver no aluno/estagiário essas competências se apresenta como um importante desafio já que não existe um consenso acerca do que deve ser ensinado e de como deve ser o treinamento em clínica. E aqui refiro-me, especificamente, à clínica analítico-comportamental. Na ausência desse consenso, conto, como a maioria dos meus colegas, com a minha experiência como terapeuta e com os anos atuando como supervisora em clínica analítico-comportamental. Nesse sentido, conduzo a supervisão a partir do relato verbal da sessão feito pelo aluno/estagiário. Como esse é o único acesso que tenho, enquanto supervisora, ao que ocorre em sessão, pergunto-me se o que é relatado pelo aluno/estagiário corresponde de modo fidedigno ao que acontece na sessão. Além disso, será que o aluno/estagiário consegue ficar sob controle dos comportamentos do cliente (emissão de respostas de esquiva, emissão de comportamentos clinicamente relevantes etc) ou será que fica sob controle dos seus próprios comportamentos (encobertos)? Ele consegue descrever a que controle responde? Para relatar seu próprio comportamento naquele contexto, ou seja, enquanto parte da relação terapeuta-cliente, o aluno/estagiário precisa apresentar respostas de auto-observação e autodescrição, ambas necessárias e pré-requisitos para o autoconhecimento, sem o qual não é possível descrever seu próprio comportamento e as variáveis das quais ele é função. Na ausência dessas respostas, algo não incomum observado nos alunos que chegam nessa etapa da formação, cabe-me, enquanto supervisora funcionar como uma audiência para promover a aquisição e manutenção dessas respostas as quais possibilitarão ao aluno descrever (a) seu próprio comportamento, (b) o comportamento do cliente e (c) a relação entre eles e, ao supervisor, de posse dessas informações, apresentar análises das contingências bem como modelar, via relato verbal, a emissão de respostas futuras, no aluno, para conduzir o atendimento de modo eficiente.

Palavras-Chave: Supervisão Clínica, Psicologia Analítico-Comportamental, Estágio.

Nível do trabalho: D - Doutorado

Código da área: CLIN

O TERAPEUTA ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL E SUAS HABILIDADES DE COLETA DE DADOS, ANÁLISE FUNCIONAL E PLANEJAMENTO DE INTERVENÇÕES: ESTUDOS DE CASO REALIZADOS SOB SUPERVISÃO (PARTE 2).

AVALIAÇÃO CLÍNICA DO TRANSTORNO DE LEITURA SOB A PERSPECTIVA DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO. *Junia Cristine Gomes*** (Centro Universitário do Estado do Pará, Belém, PA) e *Arlene Coelho Chaves*.

A dificuldade de aprendizagem é um tema recorrente na literatura especializada de diversas áreas do conhecimento, dentre elas podem-se citar a psicologia, a pedagogia, a medicina e a fonoaudiologia. O número elevado de estudos dessa temática é uma tentativa de responder às demandas de atendimento da população afetada por tais dificuldades. A literatura aponta que a dificuldade de aprendizagem pode ser uma das causas de problemas como analfabetismo, repetência e evasão escolar. O presente trabalho tem por objetivo apresentar uma avaliação clínica da perspectiva analítico-comportamental realizada com uma criança com queixas de baixo rendimento escolar, retraimento social, dificuldades auditivas e para se concentrar. A avaliação psicológica apresentada fez parte do Estágio Supervisionado do Curso de Especialização em Terapia Clínica: Analítico-Comportamental. O cliente tinha 10 anos de idade, destro, cursava o 3º ano de uma escola pública de Belém. Residia com a mãe, o padrasto e uma irmã mais nova. Foram realizados 16 atendimentos em um consultório de psicologia em um Centro Social. Os seguintes instrumentos foram utilizados: Exercícios Grafo-Motores, Instrumento de Avaliação do Repertório Básico para Alfabetização (IAR), Ditado, Ditado Mudo, Cópia, análise das provas e caderno da criança, Quebra-Cabeça e Jogos. Adicionalmente foi realizada uma entrevista com a professora da criança. O procedimento de Avaliação constou de 3 etapas. Na etapa 1 foram realizadas a Anamnese, a apresentação e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Na etapa 2 foram realizadas as avaliações do potencial intelectual, da maturação visual, perceptual e motora, da percepção auditiva, da leitura oral de palavras e texto e tomada de ditado. Na etapa 3 foram realizadas as sessões de Devolução da Avaliação para o cliente e sua família. A análise funcional elaborada a partir da avaliação psicológica tendo por base os pressupostos teóricos do Behaviorismo Radical revelou que, além dos possíveis comprometimentos neurológicos e/ou auditivos, as variáveis ambientais exerceram papel fundamental na instalação e manutenção de seus comportamentos funcionalmente inapropriados. Foi possível concluir que a criança apresenta Transtorno de Leitura associado a déficits nos repertórios de comunicação, resolução de problemas e de assertividade. É possível sugerir como hipótese de instalação o fato da criança fugir ou se esquivar dos estímulos aversivos ligados às atividades acadêmicas se retraindo. Seu padrão comportamental de retraimento pode, também, ser causado pela pouca estimulação de seu ambiente social. Seu comportamento funcionalmente inapropriado é mantido por duplo reforçamento diferencial. É reforçado positivamente por sua mãe e negativamente reforçado por sua professora. Concluída a fase de avaliação, terá início a fase de intervenção que terá como principal objetivo terapêutico ajudar a criança a superar suas dificuldades com a leitura e com a escrita. Para tanto algumas estratégias serão utilizadas. Inicialmente ele será encaminhado para realizar uma avaliação fonoaudiológica. a família da criança receberá orientações para saberem como ajudá-lo. Outro objetivo a ser alcançado é ampliar o repertório comportamental nas áreas de comunicação, resolução de problemas

e assertividade. Durante as sessões também será utilizado o Método Montessori de Ensino para ensiná-lo a ler por ser um método fonético.

Palavras-chave: Avaliação Clínica, Transtorno de Leitura, Análise do Comportamento.

Outro

CLIN

COMPORTAMENTO Opositor: UM ESTUDO DE CASO BASEADO NA TERAPIA ANALÍTICO COMPORTAMENTAL INFANTIL. *Jeisiane dos Santos Lima*** (Hospital Universitário João de Barros Barreto, Universidade Federal do Pará, Belém, PA) e *Ana Sylvania Colino Gonçalves* (FACI, Faculdade Ideal, Belém, PA).

A psicoterapia tem como uma de suas funções a obtenção do autoconhecimento, este objetivo pode ser considerado complexo para um adulto, uma vez que envolve a análise de inúmeras contingências mantenedoras de seu comportamento. Quando se trata de psicoterapia infantil esta complexidade aumenta e muito se demanda tanto do terapeuta quanto do cliente. Dentre os inúmeros comportamentos problemas que aparecem na clínica, tem-se o comportamento opositor infantil como o mais emergente. O presente trabalho teve por objetivo apresentar um estudo de caso cujos atendimentos foram supervisionados durante um curso de especialização em Psicologia Clínica: Terapia Analítico Comportamental e expõe o atendimento clínico de uma criança de oito anos, a qual tinha um padrão de comportamento opositor muito freqüente. Foram realizadas 14 sessões que compreendem avaliação e intervenção. Dentre os comportamentos problemas relatados pela mãe da cliente tem-se: a) falar muito alto; b) querer assumir a frente de tudo; c) aparecer mais que os demais do grupo; d) se antecipar aos fatos; e) não seguir regras e rotinas; f) excesso de cobrança; g) regressão quanto à defecação (fazer coco na calça e esconder/ não utilizava o vaso sanitário) dentre outros identificados nas sessões. A partir dos dados coletados na avaliação, puderam-se identificar variáveis instaladoras e mantenedoras dos comportamentos problemas emitidos pela cliente. Neste relato de caso, pode-se observar que os comportamentos-queixa foram em sua maioria instalados e mantidos via modelagem e modelação. Diz-se que o comportamento foi mantido via modelagem, pois através de reforço diferencial a mãe e outras pessoas iam reforçando padrões inadequados da criança, aumentando as taxas de emissão dos mesmos. No que diz respeito a modelação, a própria família (pais, irmã) emitiam comportamentos que funcionavam como modelo para a criança. As mudanças observadas foram focais, como: através de análise funcional, realizada juntamente com a cliente e sua mãe, e propostas de mudança de comportamentos, a cliente voltou a usar o vaso sanitário e apresentou aumento na freqüência de comportamentos de expressão de sentimentos “positivos” e “negativos”. A fim de se obter novas mudanças, como manter os comportamentos saudáveis proporcionando maior facilidade de obtenção de reforçadores, sugere-se a continuação dos atendimentos. Ressalta-se por fim que a prática clínica proporcionada através do estágio no final de um curso de pós-graduação mostrou-se como valiosa ferramenta para instalar e manter comportamentos do terapeuta em sessão. O grupo de supervisão também foi importante como suporte reflexivo das ações do terapeuta, revisão teórica de conceitos relacionados aos casos atendidos, treino da análise funcional e feedback do supervisor e demais colegas quanto a atuação do terapeuta e condução do caso.

Palavras-chave: estudo de caso; psicoterapia infantil; comportamento opositor.

Outro

CLIN

O IMPACTO DO DIAGNÓSTICO DE ESQUIZOFRENIA: UM ESTUDO DE CASO À LUZ DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO. *Milena Monteiro Nagahama*** (Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém, PA) e *Arlene Maria Coelho Chaves*.

A Esquizofrenia é considerada uma psicose grave, de evolução crônica que geralmente começa se manifestar entre 16 - 28 anos, atingindo cerca de 1% da população mundial. O índice de morbidade é alto, assim como o de mortalidade, visto que o índice de suicídio é de 10% da população acometida pela doença. Ainda hoje é difícil fechar o diagnóstico de Esquizofrenia, pois não existem métodos objetivos (exames laboratoriais, dados históricos ou causas aparentes), nem foram encontradas mudanças fisiológicas ou morfológicas evidentes que pudessem conduzir a um diagnóstico claro. A postura do analista do comportamento frente aos transtornos psiquiátricos é a mesma em relação aos demais comportamentos disfuncionais, ou seja, traça relações funcionais entre fatores ambientais e comportamentais. O presente trabalho descreve o estudo de caso de um jovem de vinte e um anos, diagnosticado com esquizofrenia desde os 17, que buscou a terapia analítico-comportamental com queixas de isolamento, insônia, agitação, baixa volição, irritabilidade, choro freqüente, alucinações auditivas, fixação por um filme de terror, pensamentos catastróficos, de conteúdo persecutório e sobre suicídio. O cliente fazia acompanhamento psiquiátrico desde as primeiras crises começaram a ocorrer e desde então faz uso de medicamentos antipsicóticos, antidepressivos e anticonvulsivantes. Foram realizadas 16 sessões individuais, nas quais a terapeuta buscou avaliar e intervir sobre suas queixas utilizando técnicas de entrevista semi-estruturada e não estruturada, registro dos principais pontos trazidos pelo cliente. As análises funcionais eram realizadas de forma cumulativa, onde eram destacadas as variáveis relevantes e pontuação das contingências que controlavam o responder do cliente. Uma vez por semana eram realizadas as sessões de supervisão com o grupo de estágio. A terapeuta buscou apresentar uma postura empática e de audiência não punitiva durante o atendimento, evitando quaisquer julgamentos sobre o cliente. A liberação de reforço positivo era contingente ao relato e apresentação de respostas funcionalmente apropriadas emitidas pelo cliente. Observou-se que o cliente estava inserido em um ambiente carente de fontes reforçadoras positivas, e que seu padrão de comportamento era freqüentemente controlado por auto-regras de que as pessoas o julgariam negativamente por ele ter o diagnóstico de esquizofrenia. Desta maneira, o cliente passou a se afastar das pessoas e se isolar no quarto, relatando o aumento da freqüência de sentimentos de raiva, ansiedade, irritação, tristeza, baixa auto-estima e baixa autoconfiança. A terapia analítico-comportamental parece ter contribuído no desenvolvimento de alguns avanços, principalmente os relacionados à aquisição de autoconhecimento. Tal cliente ainda permanece em atendimento.

Palavras-Chave: Esquizofrenia, Terapia Analítico-Comportamental, Controle por Regras

Outro

CLIN

UM ESTUDO DE CASO EM TERAPIA COMPORTAMENTAL INFANTIL. *Inez da Costa Vitorino*** (Centro Universitário do Estado do Pará, Belém, Pará) e *Adriana Alcântara dos Reis* (Centro Universitário do Estado do Pará, Belém, Pará).

É reconhecida a transformação ocorrida no processo terapêutico infantil. Anteriormente, a criança não era atendida diretamente já que todo o processo era mediado pelos pais/ cuidadores e/ou professores. Atualmente, considera-se fundamental o trabalho com a criança e a família, além das outras pessoas com as quais a criança interage na escola e em outras atividades nas quais ela encontra-se inserida. Assim, além do trabalho com a criança é necessário que o terapeuta infantil oriente pais/ cuidadores e pessoas relacionadas no sentido da manutenção de interações mais reforçadoras para os envolvidos. Neste trabalho pretende-se descrever o atendimento terapêutico de uma criança, como parte do estágio supervisionado de um curso de especialização em Terapia Analítico Comportamental. A descrição inicia com a identificação do cliente, uma criança de 5 anos, tendo iniciado atendimento por sua mãe identificar comportamentos inadequados de birra, de gritar, além da dificuldade de concentração nos estudos. A formulação comportamental baseou-se na queixa da mãe e na observação da terapeuta, e a partir dela, estabeleceu-se para este caso como objetivos: aumentar a expressividade emocional, aumentar a capacidade de concentração, diminuir a ansiedade, diminuir comportamento de birra e de gritar e treinar habilidades de interação entre mãe e filho. A intervenção foi realizada a partir da análise funcional dos comportamentos em foco baseada especialmente na ludicidade terapêutica, isto é, uso de brincadeiras e brinquedos em terapia. Como resultados parciais, aponta-se uma diminuição do comportamento de gritar, porém, até o momento do estudo de caso ainda não havia sido registrada alteração nos comportamentos de birra e desconcentração nos estudos. O atendimento foi realizado em 19 sessões, das quais 11 sessões foram individuais com o cliente, 2 sessões com a mãe do cliente, 1 sessão com a avó do cliente, 3 sessões em conjunto com outras terapeutas e 2 visitas às instituições que o cliente participa. Ressalta-se que o processo ainda continua em andamento e que este trabalho é uma prévia dos atendimentos realizados. Como metas para o prosseguimento do processo terapêutico, aponta-se como foco o comportamento da mãe para modificar o comportamento de birra, com orientações para ignorar comportamentos inadequados e reforçar comportamentos adequados e ainda planejar um tempo para atividades lúdicas para o cliente, fora do consultório, o que se espera aumentar a capacidade de concentração nos estudos. A supervisão do atendimento, assim como as discussões com o grupo, foram fundamentais para um melhor aprendizado da terapeuta, permitindo reflexões acerca do caso e dos conceitos utilizados.

Palavras-chave: Terapia Comportamental; Terapia Comportamental Infantil (TCI); Ludicidade em Terapia.

Outro

CLIN

DE PASSIVO A ASSERTIVO: UM ESTUDO DE CASO. *Tânia Socorro de Moraes Barradas*** (Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza, Universidade Federal do Pará, Belém, PA) e *Rosângela Darwich* (Universidade da Amazônia – UNAMA)

A primeira pergunta a fazer ao querermos entender a conduta das pessoas, ou a nossa própria conduta, é: o que ela fez? E a segunda pergunta é: o que aconteceu, então? A tríplice contingência operante demonstra a relação entre situação de ocorrência, emissão de comportamento e consequenciação, sendo a base da análise funcional. Ao *repartirmos* (didaticamente) o comportamento nestas unidades, temos uma idéia do porquê da ocorrência daquele comportamento e por que ele está sendo mantido. Além disso, comportamentos considerados não-adaptativos podem ser emitidos em situações nas quais se mostram adequados, no sentido de serem funcionais diante de determinadas contingências. Insegurança, agressividade e outros comportamentos considerados “não-adaptativos” frequentemente são fruto de relações com ambientes punitivos e, portanto, podem ser emitidos como comportamentos de esquiva e se tornarem, de certa forma, adaptativos. A identificação de padrões comportamentais (passivo, agressivo, assertivo) na clínica é uma atividade complexa, pois além da maioria dos clientes relatarem sua história por meio de subprodutos emocionais, as explicações mentalistas ou internalistas preponderam. Assim sendo, alguns critérios foram utilizados para facilitar a realização de análises funcionais, como o estabelecimento do vínculo terapêutico e a adequação da linguagem, que são considerados pontos fundamentais na terapia comportamental. Este trabalho apresenta o estudo de caso de uma cliente encaminhada à psicoterapia por um centro comunitário com queixas principais de estresse e comportamento agressivo. Os atendimentos consistiram em etapa obrigatória do módulo de supervisão do Curso de Especialização em Clínica Comportamental – TAC. Com base na Terapia por Contingências de Reforçamento (TCR), foram feitas análises funcionais de episódios relatados pela cliente. De acordo com a TCR, ações e sentimentos do cliente devem ser considerados, porém a ênfase é focada para as contingências das quais estes são funções. Inserida em um ambiente com escassez de reforçadores, a cliente desenvolveu um padrão passivo de comportamento, com picos eventuais de agressividade, principalmente dirigidos ao filho adotivo, de nove anos. O principal objetivo foi o treino de habilidades sociais, no sentido de instalar repertórios de assertividade e assim facilitar a redução da frequência de comportamentos de estresse e dos comportamentos agressivos. A cliente procurou, paralelamente, terapia para o filho, sendo que as terapeutas de ambos participavam do mesmo grupo de supervisão. A cliente foi submetida a 14 sessões, duas das quais foram realizadas em conjunto com o filho. Resultados demonstraram boa adesão por parte da cliente, a qual seguiu instruções terapêuticas, agindo no seu ambiente. A cliente percebeu modificações no seu comportamento, assim como nos comportamentos de outras pessoas. Concluiu-se que o atendimento auxiliou na melhora da qualidade de vida da cliente.

Palavras-chave: Terapia por Contingências de Reforçamento; análise do comportamento; habilidades sociais.

Outro

CLIN

O TERAPEUTA ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL E SUAS HABILIDADES DE COLETA DE DADOS, ANÁLISE FUNCIONAL E PLANEJAMENTO DE INTERVENÇÕES: ESTUDOS DE CASO REALIZADOS SOB SUPERVISÃO (PARTE 1).

TRANSTORNO DE ESTRESSE PÓS TRAUMÁTICO INFANTIL: UM ESTUDO DE CASO. *Liane Jorge de Souza Dahás*** (Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém, PA) e *Ana Sylvia Colino Gonçalves* (FACI-Faculdade Ideal, Belém, PA).

O transtorno de estresse pós traumático (TEPT) não é raro em crianças escolares que vivenciam situações de violência em casa ou nas grandes cidades, e sua ocorrência nessa faixa etária é considerada um fator de risco para o desenvolvimento de patologias psiquiátricas posteriores. Os critérios diagnósticos do TEPT se baseiam em três grupos: (1) reexperiência traumática, (2) esquiva e distanciamento emocional e (3) hiperexcitabilidade. O presente trabalho é composto pelo atendimento supervisionado realizado em um curso de especialização em Psicologia Clínica: Terapia Analítico - Comportamental e expõe o atendimento clínico de uma criança de oito anos cuja sintomatologia clínica indicava a possível ocorrência do TEPT. Os objetivos traçados foram o de estabelecer o diagnóstico (micro e macro análises funcionais), traçar um plano de intervenção e aplicá-lo de maneira contingente à aceitação da cliente e de sua família, assim como aplicar os conhecimentos adquiridos durante os módulos teóricos da especialização, de maneira a aprimorar as habilidades terapêuticas sob um enfoque analítico-comportamental. A cliente era uma menina de oito anos de idade, estudante do terceiro ano, que morava com a mãe, o pai e um irmão mais velho. Foram utilizados diversos materiais no decorrer dos atendimentos, como gravador, folhas de registro, livros infantis, brinquedos, papel, lápis, massas de modelar e escala de estresse. Foi realizado um total de treze sessões, tendo sido três com a mãe da cliente e dez com a cliente. As respostas apresentadas nos relatos de ambas foram categorizadas. Diversas técnicas de anamnese foram utilizadas, dentre elas o rapport, o role-playing e leitura de livros. Foi verificado que as situações que iniciaram as respostas estressoras na cliente incluíam seu pai dirigindo após consumo de bebida alcoólica, e justamente situações como essa (com o pai ou com o avô da cliente) causavam respostas ansiosas e tentativas de esquiva da situação. Foram realizados treinos de enfrentamento de situações de risco, de habilidades sociais e de expressão de sentimentos, dentre outros, que resultaram em respostas adequadas por parte da cliente. Tendo em vista a possibilidade da mãe pedir o divórcio da relação conjugal em função da pouca disponibilidade do marido para com a família, não foi dada alta para a cliente, que aceitou continuar em processo terapêutico. A realização da coleta de dados, do diagnóstico e das intervenções ocorreram de acordo com as premissas do Behaviorismo Radical. O contexto de supervisão em uma especialização em psicologia clínica analítico comportamental permitiu à primeira autora realizar o atendimento com maior clareza dos pressupostos filosóficos adotados e segurança das técnicas utilizadas.

Bolsa de Doutorado CNPq da primeira autora.

Palavras-chave: Transtorno de estresse pós-traumático, terapia infantil, estudo de caso.

Outro

CLIN

“E QUANDO A MAMÃE FICAR DOENTE?”: CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO PARA A TERAPIA INFANTIL. *Juliany Lopes de Castro*** (Universidade Federal do Pará, Belém-PA) e *Ana Sylvia Colino Gonçalves* (Faculdade Ideal, Belém-PA).

A Terapia Analítico Comportamental estuda o comportamento a partir de uma perspectiva relacional, em que o organismo modifica e é modificado pelo meio. O instrumento básico para essa avaliação é a análise funcional, em que o terapeuta busca identificar estímulos antecedentes e conseqüentes da resposta. A partir da análise dessas relações, o analista então traçará estratégias de intervenção visando modificar as relações caracterizadas como problemáticas. No caso de atendimentos infantis, além da criança, atende-se também seus cuidadores, pois são eles que mantêm contato direto e podem alterar as variáveis controladoras daqueles comportamentos. Entre as diversas demandas atendidas pela Terapia Analítico Comportamental está o transtorno obsessivo compulsivo, caracterizado basicamente por pensamentos obsessivos e atos compulsivos. Outro exemplo que frequentemente se torna um dos principais objetivos no processo psicoterapêutico é o autoconhecimento. Além disso, é muito comum clientes chegarem a terapia por conseqüência de conviverem em um ambiente bastante coercitivo. Dessa forma, o presente trabalho teve como objetivo descrever um processo de avaliação psicológica e intervenção em um menino de dez anos. Os atendimentos ocorreram e foram supervisionados no decorrer de um curso de especialização em Psicologia Clínica: Terapia Analítico Comportamental. Assim, realizaram-se 11 sessões (três com a mãe e oito com o cliente), sendo que as fases de avaliação e intervenção ocorreram juntas. Dentre os principais comportamentos problemas relatados pela mãe estão pensamentos obsessivos relacionados a eventos catastróficos (doença e morte) envolvendo a família, agressividade e manias (arrumar a cama antes de dormir). Os instrumentos utilizados foram, por exemplo, histórias, pintura e jogos. A partir dos dados coletados, pode-se identificar que o padrão de comportamentos agressivos emitidos pelo cliente provavelmente foram instalados por modelação pela mãe, visto que esta funcionava como modelo para o cliente. Em relação aos pensamentos catastróficos, além do cliente já ter tido perdas de familiares (avó faleceu e o pai abandonou), a mãe sempre falava ao cliente que um dia iria morrer. Já sobre as manias, observou-se que esses comportamentos eram punidos pela mãe, o que provavelmente resultou em um aumento de frequência dos mesmos. As mudanças observadas envolveram tanto um aumento na frequência de discriminação e verbalização de eventos privados, quanto da aceitação, pelo cliente, dos seus sentimentos. Além disso, os comportamentos da mãe também alteraram, passando a dedicar mais tempo e atenção ao cliente, demonstrando assim que a terapia exerce função reforçadora e alteradora de contingências. Ressalta-se a importância da continuidade nos atendimentos para que os comportamentos saudáveis sejam ampliados e fortalecidos no repertório do cliente, além de buscar obter novas mudanças em relação aos comportamentos identificados como problemas. Por fim, os atendimentos realizados foram fundamentais para a prática clínica do terapeuta, permitindo fazer uso da ferramenta básica de um profissional nessa área, que utiliza a análise do comportamento, que é realizar análises funcionais, assim como utilizar o conhecimento teórico dessa abordagem para atingir os objetivos terapêuticos. Além disso, o grupo de supervisão foi essencial para dar suporte em todo o processo de avaliação e intervenção descrito.

Palavras-chave: terapia analítico-comportamental infantil, transtorno obsessivo-compulsivo, coerção.

Outro

CLIN

TRANSTORNO BIPOLAR E DÉFICIT DE HABILIDADES SOCIAIS: UM ESTUDO DE CASO. *Ana Cláudia de Oliveira Costa* ** (Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém, PA) e *Arlene Maria Coelho Chaves* (Centro de Ensino Superior, Belém, PA)

O Transtorno Bipolar (TB) é um transtorno crônico, caracterizado por episódios agudos, recorrentes, de alteração patológica do humor, com pelo menos um episódio de mania, hipomania, depressão ou misto. Produz grande impacto na vida do paciente, de sua família e sociedade, causando prejuízos na vida familiar, profissional, social e emocional do indivíduo. O presente trabalho é composto pelo atendimento supervisionado realizado em curso de Especialização em Psicologia Clínica: Terapia Analítico - Comportamental e expõe um estudo de caso de uma mulher de 37 anos, diagnosticada com TB há aproximadamente 16 anos. A procura pela terapia ocorreu porque a cliente (C), ao planejar engravidar, experimentou episódios de depressão e euforia, quando tais episódios estavam controlados há cerca de três anos. Na psicoterapia utilizou-se da técnica de entrevista, registro pela terapeuta da fala da C e de membros de seu grupo familiar e social e relato das sessões em supervisão. Foram realizadas análises funcionais cumulativas, utilizadas para interpretação dos dados, possibilitando a identificação de variáveis relevantes e explicitação das contingências que controlavam o comportamento da C. A análise funcional permitiu o levantamento de hipóteses acerca da aquisição e manutenção dos repertórios considerados problemáticos e possibilitou o planejamento de novos padrões comportamentais. Durante o atendimento buscou-se fazer uso da empatia e audiência não punitiva, liberação de reforços positivos contingentes aos comportamentos adequados emitidos. No atendimento co-existiram momentos de avaliação e intervenção. Na avaliação, foram levantadas as queixas da cliente, bem como os problemas instaladores e mantenedores identificados. Na intervenção, foram delineados objetivos terapêuticos e apresentados a C, seu esposo e sua mãe como estratégias de modificação de comportamento e do ambiente de exposição da C. Foram realizadas ao todo 15 sessões, destas 11 com a C, uma com a C e sua mãe, uma com a C e seu esposo, uma apenas com o esposo e uma apenas com a mãe da C. As sessões ocorreram em um Centro Social. No ambiente familiar a C foi vista como incapaz, limitando as oportunidades para o desenvolvimento de repertório comportamental de habilidades sociais e autoconfiança. O comportamento da C, aprendido no ambiente familiar foi instalado e mantido por reforçamento negativo, fuga e esquiva de entrar em contato com situações de fracasso e frustração. A depressão vivida pela C levou a déficits de comportamentos necessários para o contato com contingências positivamente reforçadoras e a euforia, a excessos de comportamentos, bem como função de fuga/esquiva que a mantinha em contato com a sensação de alívio. Com base nas ferramentas da Terapia Analítico-Comportamental buscou-se manter os repertórios adequados e estão sendo ampliados a discriminação e o autoconhecimento por parte da C, além da proposta de desenvolvimento de autoconfiança e de repertórios de habilidades sociais, mais especificamente resolução de problemas. A C ainda se encontra em atendimento.

Palavras-Chave: Transtorno Bipolar, Terapia Analítico-Comportamental, Habilidades Sociais.

Outro

CLIN

ASSERTIVIDADE E AUTO-ESTIMA NAS RELAÇÕES INTERPESSOAIS SOB O ENFOQUE DA TERAPIA ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL: UM ESTUDO DE CASO CLÍNICO. *Adrielly Corrêa Pantoja*** (Centro de Referência Especializado da Assistência Social, Acará, PA) e *Nilzabeth Leite Coelho* (Centro Universitário do Pará - CESUPA).

Na raiz de uma série de dificuldades ou problemas comportamentais estão os déficits em habilidades sociais, conjunto de comportamentos extremamente necessários para uma atuação socialmente competente. Dentre os déficits sociais apresentados por pessoas que procuram atendimento clínico é costumeiro identificar-se dificuldades em assertividade, que em conjunto com uma série de fatores e contingências, podem favorecer o desenvolvimento de baixa auto-estima e prejuízos para as relações afetivas e interpessoais do indivíduo. A assertividade diz respeito à capacidade de defender seus próprios direitos, expressar pensamentos e sentimentos de forma adequada, respeitando os direitos da outra pessoa. O presente trabalho apresenta um estudo de caso, fruto dos atendimentos supervisionados realizados durante a etapa final do Curso de Especialização em Psicologia Clínica: Terapia Analítico-Comportamental do Centro Universitário do Pará e descreve o atendimento clínico de uma mulher de 43 anos, cuja queixa inicial era dificuldades no relacionamento com homens e carência afetiva. O objetivo deste estudo foi analisar o repertório comportamental global da cliente, a fim de identificar, através de micro e macro-análises, as contingências responsáveis por seus problemas e dificuldades comportamentais com o objetivo de intervir terapeuticamente. A partir dos dados obtidos, identificou-se na cliente déficits em assertividade e problemas de baixa auto-estima interagindo para a manutenção de suas dificuldades de relacionamento e carência afetiva. No decorrer dos atendimentos foram utilizados materiais como: gravador, caneta, papel e textos sobre assertividade e padrão passivo/agressivo de comportamento. No início do processo terapêutico, a cliente apresentava alta frequência de respostas inassertivas, oscilando entre comportamentos agressivos, que ocorriam principalmente em casa – na presença do irmão, padrasto e filho - e comportamentos passivos, que ocorriam em outros contextos de interação, inclusive nos relacionamentos afetivos. O cuidado e atenção excessivos dispensados pela cliente aos homens com os quais se relacionava era uma variável que contribuía para saciação e diminuição do interesse deles pela cliente. Por não possuir repertório de assertividade, a cliente sentia ansiedade em situações que requeriam seu posicionamento assertivo, o que tornava essas situações aversivas, produzindo a emissão de comportamentos de fuga-esquiva por medo da desaprovação, perda de afeto e atenção das pessoas. Foram realizadas doze sessões, durante as quais utilizou-se treino discriminativo, reforçamento de respostas assertivas, reforço de comportamentos positivos da cliente, análise de custo-benefício, biblioterapia e modelação. A cliente adquiriu um repertório mais adequado de assertividade, conseguindo, inclusive, conversar de maneira assertiva com seu irmão, padrasto e filho, o que gerou menos atrito e maior resolução de problemas. Tal repertório assertivo favoreceu o fortalecimento de sentimentos de auto-estima e autoconfiança da cliente que teve seu sentimento de carência reduzido, a partir da ampliação de relações reforçadoras em sua vida. A intervenção e análise do caso adotaram os pressupostos que caracterizam a Terapia Analítico-Comportamental.

Palavras-chave: Terapia Analítico-Comportamental, auto-estima, assertividade, relacionamentos afetivos.

Outro

CLIN

CONTROLE COERCITIVO E SEUS SUBPRODUTOS: UM ESTUDO DE CASO.
*Shauly Cunha Collyer*** (Centro Universitário do Estado do Pará, Belém, PA) e *Arlene Maria Coelho Chaves* (Centro Universitário do Estado do Pará, Belém, PA).

A análise do comportamento tem uma vasta contribuição teórica relacionada às práticas coercitivas, reconhecendo sua eficácia inicial, mas sempre destacando os diversos subprodutos da coerção, enquanto consequências nocivas ao bem-estar individual e às relações sociais em geral. O reforçamento positivo é invariavelmente apresentado como alternativa saudável, caracterizando a grande contribuição desta ciência para a compreensão e manejo da prática em questão. Este trabalho é decorrente do atendimento supervisionado realizado no curso de especialização em Psicologia Clínica: Terapia Analítico – Comportamental, e teve como objetivo a descrição parcial do estudo de caso de um homem adulto, apresentando diversas queixas que após o processo avaliativo, demonstraram estar relacionadas a um padrão comportamental de fuga e esquiva, decorrente principalmente de uma história familiar baseada em controle coercitivo. Foram realizadas nove sessões, incluindo a avaliação e a devolutiva ao cliente. As queixas relatadas faziam inúmeras referências a sentimentos como tristeza, angústia, ansiedade, insegurança, insatisfação em diversos aspectos de vida, medo, baixa autoestima. Estas queixas coincidem com efeitos colaterais de interações mantidas por reforçamento negativo e punição, que mesmo estabelecidas inicialmente no contexto familiar, tendem a influenciar as relações do indivíduo com outras pessoas, alterando de maneira negativa sua visão geral da vida e trazendo prejuízos às relações sociais cotidianas. Desde a infância, o ambiente familiar do cliente apresentou déficits significativos de reforçadores positivos, além do contato frequente e diversas vezes inevitável com estimulação aversiva. É provável que em decorrência desse padrão familiar coercitivo, o cliente tenha apresentado desde muito cedo, diversos comportamentos de fuga e esquiva em seus diferentes contextos de vida. A maior parte dos comportamentos atuais do cliente também são mantidos por reforçamento negativo, o que pôde ser observado, por exemplo, em suas frequentes referências à obtenção de alívio. O padrão comportamental de esquiva foi inúmeras vezes reproduzido no contexto da terapia, através dos atrasos às sessões e da acentuada dificuldade para fornecer informações relacionadas à sua história de vida. A coleta de dados foi dificultada por algumas informações contraditórias, pelo esquecimento de nomes, datas e principalmente de exemplos das interações familiares coercitivas. O cliente vivencia uma escassez de reforço generalizada e persistente, o que favorece a redução da frequência comportamental. Considerando que a inevitabilidade da estimulação aversiva também provoca redução comportamental, estas contingências da história de vida do cliente podem explicar o seu déficit em habilidades para resolução de problemas, além da emissão insuficiente de respostas que possam alterar as contingências aversivas de sua vida atual. Os principais objetivos terapêuticos estiveram relacionados à ampliação da capacidade discriminativa do cliente, a fim de identificar as contingências controladoras do seu comportamento e conseqüentemente, aumentar a probabilidade de contato com reforçadores positivos para a melhoria de sua qualidade de vida nos diferentes contextos de interação social.

PALAVRAS-CHAVE: Controle coercitivo, estudo de caso, terapia analítico-comportamental.

Outro

CLIN

TÓPICOS DA PSICOLOGIA COGNITIVA CONTEMPORÂNEA.

REPRESENTAÇÃO INTERNA X REPRESENTAÇÃO EXTERNA. REFLEXÕES DA PSICOLOGIA COGNITIVA CONTEMPORÂNEA. *Lourdes Meireles Leão* (Universidade Federal Rural de Pernambuco, UFRPE. Recife, PE).

Representação não é um conceito simples, nem consensual. Diferentes paradigmas teóricos constroem explicações diversas sobre representação. Porém, todos concordam em relação ao seu papel diretivo na cognição humana. Este trabalho tem como objetivo discutir representação na abordagem da Cognição Distribuída (CD). A psicologia cognitiva tradicional considera representações como ocorrendo exclusivamente na mente. Os objetos externos são apenas ajudas periféricas. O princípio básico da CD assume que o sistema representacional da tarefa cognitiva distribuída pode ser considerado como um conjunto que possui membros internos e externos. Representações internas estão na mente: proposições, imagens mentais, etc. Representações externas estão no mundo: símbolos físicos, restrições, relações envolvidas em configurações físicas. Estudos dos efeitos representacionais na solução de problemas e no raciocínio têm encontrado que diferentes representações levam a diferentes tentativas de solução. A forma como um sujeito representa uma situação é crucial na seleção do processo empregado na resolução da mesma e pode ter um efeito determinante na dificuldade do problema. A solução requer o processamento tanto de informação interna como informação externa. Contudo, a maioria dos estudos focaliza exclusivamente as representações internas, esquecendo que as representações internas e externas são partes indispensáveis do sistema representacional de qualquer atividade cognitiva distribuída. Cada representação interna reside na mente das pessoas e cada representação externa reside em um meio externo. Estes dois tipos de representações formam um espaço representacional distribuído que é a representação abstrata da tarefa e compreende a estrutura abstrata e as propriedades da mesma. Seguindo a abordagem da CD, Zhang e Norman realizaram alguns experimentos para pesquisar o papel do significado que o sujeito dá à situação na elaboração do conhecimento. Grupos diferentes de sujeitos foram confrontados com problemas semelhantes ao da “Torre de Hanói”. Os problemas usados, embora tendo a estrutura formal equivalente ao problema citado, foram apresentados para cada grupo em três diferentes versões, com o objetivo de controlar a distribuição das regras entre a mente e os artefatos. Os resultados mostraram que o desempenho dos sujeitos melhorava à medida que as regras do jogo eram externamente representadas através de restrições físicas ou culturais. O uso de diferentes representações externas do problema faz de um mesmo problema formal, realidades psicológicas diferentes. A forma como a informação é representada torna a tarefa diferente, modificando o desempenho dos sujeitos. Teoricamente os três problemas estudados apresentavam a mesma estrutura abstrata. Para o solucionador da tarefa, contudo, os três problemas eram diferentes e não equivalentes. A forma como o problema foi representado por um artefato, mudou a natureza da tarefa. A teoria tradicional enfatiza uma internalização que marginaliza/ignora o papel da representação externa na solução de problemas em contextos cooperativos. A teoria da CD descobre nos complexos ambientes modernos de trabalho cooperativo, seres humanos e tecnologias juntas mantendo e manipulando estados representacionais e executando processos que resolvem problemas. Para a CD tais sistemas propiciam genuinamente processos cognitivos. As propriedades do sistema computacional são determinadas mais pela natureza da mídia representacional e pelos padrões de interconexões entre representações do que pelas propriedades cognitivas dos indivíduos.

Palavras chaves: Representação externa, representação interna, interação entre pessoas e tecnologias.

Código da área da pesquisa: COG

ATIVIDADES CONTEXTUALIZADAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UM CAMINHO PARA APRENDER CONCEITOS MATEMÁTICOS. *Mônica Lins* (Universidade Federal Rural de Pernambuco, UFRPE. Recife, PE. Grupo de Pesquisa: Fenômenos Didáticos na Sala de Aula de Matemática – Universidade Federal de Pernambuco, UFPE. Recife, PE.) e *Elvis Bezerra* (Serviço Social da Indústria, SESI, Recife/PE.)

Por que os alunos na Educação de Jovens e Adultos apresentam dificuldades em aprender conceitos matemáticos? Pretende-se responder essa pergunta articulando o campo da Educação de Jovens e Adultos e a Psicologia Cognitiva. As questões relativas à aprendizagem da matemática serão analisadas a partir da Teoria dos Campos Conceituais de Gérard Vergnaud, que considera o conteúdo específico em todo processo de ensino e aprendizagem. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem o intuito de atender uma situação de exclusão, e cada vez mais, é tema de estudos e reflexões. Tais estudos procuram refletir sobre a construção de conhecimentos pelo adulto trabalhador, os desafios e especificidades da EJA. Esse adulto trabalhador utiliza a matemática em sua vida diária, mas apresenta dificuldade em compreender a matemática proposta em sala de aula, considerando esse conteúdo inalcançável para ele. Isto nos levou a investigar como uma proposta de ensino, usando uma *atividade contextualizada*, poderia favorecer a aprendizagem de conceitos ligados à geometria, e como esta atividade poderia ser utilizada em uma sala de aula da modalidade EJA. Essa atividade consistiu em resolver uma situação problema usando métodos e técnicas utilizados por profissionais em seu cotidiano. Participaram da pesquisa dezesseis alunos/as de uma turma de EJA Médio noturno, na faixa etária de 16 a 39 anos, de uma escola pública estadual de Recife/PE. Aplicada coletivamente na sala de aula, a atividade consistiu em apresentar um desenho aos alunos/as em uma folha de ofício, que deveria reproduzir o desenho no chão da sala. Em seguida, usando seus conhecimentos prévios, marcar onde ficariam as estacas, o poste central e o comprimento da tela para construir um viveiro fechado nas laterais. O estudo traz uma contribuição para o ensino de geometria euclidiana na modalidade EJA, propondo uma alternativa metodológica para essa modalidade de ensino, uma vez que 64% dos alunos participaram da execução da atividade; 29% se pronunciaram colocando suas idéias, e 36% demonstraram ter conseguido construir certa formalização de conceitos ligados à geometria. Vale ressaltar que ao realizar uma atividade contextualizada, os alunos/as da EJA sentem-se valorizados, pois seus conhecimentos prévios são resgatados. Além disso, esse tipo de atividade estimula a participação dos alunos, por evitar o uso de metodologias que “infantilizam” o adulto. Segundo Vergnaud, a construção de um conceito é gradativa, não é algo que ocorre rapidamente, e consiste no desenvolvimento dos processos de reflexão e análise. Como esses alunos/as estão no ensino médio, e muitos já estão no mercado de trabalho, cometendo erros matemáticos básicos, faz-se necessário investigar *o que se está ensinando e o que se está aprendendo na Educação de Jovens e Adultos*, para ampliar os estudos ainda escassos nessa modalidade. Atualmente, saber operar com números e com uma geometria básica tornou-se uma exigência mínima no mundo do trabalho.

Palavras chave: geometria, construção de conceitos, educação de jovens e adultos.

Código da área de pesquisa: COG

APROPRIAÇÃO COMO PRODUÇÃO COLETIVA NA ATIVIDADE E INTERNALIZAÇÃO COMO RESULTADO DESTA ATIVIDADE: UM EXEMPLO DE ÁLGEBRA ELEMENTAR NA SALA DE AULA. *Eveline Vieira Costa* (Departamento de Educação, Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, PE) e *Ângela Santa-Clara* (Departamento de Educação, Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, PE. Núcleo de Pesquisa da Argumentação, NupArg - Pós Graduação em Psicologia Cognitiva – Universidade Federal de Pernambuco, UFPE).

Neste trabalho objetivamos trabalhar a distinção entre os termos *apropriação* e *internalização*, que têm sido amplamente utilizados na literatura científica, quando se intenta conceituar processos de aprendizagem e produção do conhecimento na área da Psicologia Cognitiva. A literatura soviética, ligada à Vygotsky, discute o conceito de internalização como a pedra angular do processo de elaboração das funções psíquicas superiores, desde que estas aparecem, justamente como resultado do processo que permite a inserção da criança como co-participante da cultura onde está inserida. Nesta ótica, a criança primeiro internaliza o legado cultural, para então passar a ser um agente de modificação desta mesma cultura, podendo nela intervir através da sua ação. Já o conceito de apropriação remonta ao círculo bakhtiniano, que o compreende dentro de uma perspectiva discursiva. Nesta vertente, a *palavra pertence parcialmente a outrem* e torna-se “palavra própria” no momento em que o falante a povoa com a sua própria intenção, ou seja, apropria-se da palavra, adaptando-a à sua expressão semântica. Este seria o momento da apropriação, antes do qual a palavra não existiria como algo neutro e impessoal. É no momento da apropriação que os sentidos e significados dados a um objeto, ou à relação entre eles, ocorre, ensejando a problematização na aprendizagem. Os sentidos dados a um objeto, ou à relação entre eles, só podem ser compreendidos a partir da situação localmente emergente na qual emergem; enquanto os significados são historicamente construídos e possuem uma existência mais estável, na concepção vygotskyana. Similarmente, para Bakhtin, como translinguístico, o sentido refere-se à intenção do falante e pode ser compreendido a partir do “sentido de acabamento” que enseja uma situação; enquanto o significado está preso à estrutura lingüística que se repete toda vez que é proferida. Nos dois casos, o sentido encontra sua compreensão na situação dada como intenção do falante; enquanto o significado aparece como algo estável, tanto do ponto de vista sintático, quanto semântico. Posteriormente, às problematizações advindas do uso da linguagem, que permite diversas interpretações no discurso em sala de aula, aparecem em momentos posteriores, decorrentes, onde ocorrem abreviações que indicam internalizações do que fora anteriormente negociado. Apesar das distinções conceituais que defendemos existir entre os termos *apropriação* e *internalização*, percebemos na literatura, o uso indistinto de ambos para tratar dos mesmos processos relacionados às aquisições cognitivas. Partindo dessas reflexões, discutimos esta possível distinção entre os referidos termos. Para consubstanciar nossa análise utilizamos um modelo dialógico-argumentativo nos momentos de *apropriação*, defendida como o *processo* no qual o conhecimento é produzido, dando lugar a uma mudança conceitual no que tange aos sentidos e significados sobre álgebra elementar, a partir de protocolos de filmagens em sala de aula. Com base em momentos finais de análise, constatamos abreviações de problematizações ocorridas, que chamamos de *internalização*, como o resultado da apropriação do discurso e o lugar da aprendizagem propriamente dita. Os resultados encontrados com base no modelo analítico dialógico-argumentativo mostraram que esta distinção é pertinente e pode encontrar eco no trabalho dos dois autores referenciados.

Palavras-chave: apropriação; internalização; argumentação.

Código da área da pesquisa: COG

HISTÓRIA EM QUADRINHOS: A HABILIDADE DOS SURDOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PARA COMPREENDER E PRODUZIR TEXTOS POR MEIO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS. *Maria do Rosário de Fátima Brandão de Amorim.* (Universidade Federal Rural de Pernambuco, UFRPE. Recife, PE. GRUPO DE PESQUISA: LINGUAGEM, LETRAMENTO, LEITURA, GEPELL. Universidade Federal de Pernambuco).

Antes da descoberta da imprensa, por Gutenberg, por volta do século XIV, uma das maneiras de socializar as crenças, as tradições e as histórias eram o modo oral. Os povos antigos reuniam-se em forma de círculo e por meio da narrativa contavam as suas experiências cotidianas. Com a evolução da imprensa, gradativamente as crianças começaram a ocupar um lugar na literatura, uma vez que foram visibilizadas por possuírem necessidades e características próprias. Vale aqui ressaltar que os recontos das histórias ofertadas às crianças eram de caráter e valores diferentes conforme a situação econômica. Ou seja, para a nobreza cabiam as leituras clássicas, enquanto aos demais lhes cabiam ouvir histórias acerca de cavalarias e aventuras. O fato é que ler histórias é suscitar o imaginário. É uma possibilidade de descobrir o mundo dos conflitos, dos impasses, das soluções que todas as pessoas vivem e atravessam. Assim, ao ouvir histórias, o interlocutor pode sentir emoções importantes e viver profundamente tudo o que as narrativas podem suscitar. Diante de tais considerações, pergunta-se: como os surdos do EJA compreendem as histórias que lhes são contadas, levando em consideração que apenas 10% das crianças surdas nascem em lares surdos, e as demais (90%) em lares de ouvintes? Nesse sentido, explorar estudos que versam sobre a leitura e a surdez ainda é um tema da atualidade em pleno século XXI. O objetivo desse estudo foi investigar a habilidade dos surdos EJA para compreender e produzir textos narrativos por meio da LIBRAS. Foi avaliada a qualidade dessa compreensão através da condição de reproduzir fidedignamente uma história em quadrinhos. Participaram deste estudo 30 sujeitos de ambos os sexos, cursando a 4ª. série do ensino fundamental, de uma escola da rede pública municipal, da cidade do Recife. Todos foram submetidos a um teste denominado Type Token Test para avaliar a habilidade linguística. Cada participante obteve as instruções do reconto da história narrada por meio de uma fita, previamente gravada por um surdo universitário. Todas as reproduções foram videografadas para garantir a análise dos recontos. O estudo seguiu o modelo da gramática de histórias defendido por Stein e Glenn. Os resultados apontaram que a História em Quadrinhos pode ser um instrumento positivo em sala de aula. Este estudo sugere mudanças das práticas pedagógicas, no processo ensino – aprendizagem, dos que trabalham diretamente com esta população minoritária, pois os surdos ainda continuam sendo vistos como aqueles que possuem dificuldades de comunicação e com poucas oportunidades para aumentarem a sua compreensão de mundo. Conclui-se que a Língua de sinais deve fazer parte das práticas pedagógicas do professor e que a história em quadrinhos é um gênero textual que possibilita a compreensão de leitura.

Palavras-Chave: Leitura, Língua Brasileira de Sinais, Produção de texto

Código da área da pesquisa: COG

UM OLHAR PSICOLÓGICO SOBRE A SALA DE AULA DE ÁLGEBRA: COGNIÇÃO OU METACOGNIÇÃO? O CONTRATO DIDÁTICO EM CENA

Lúcia de Fátima Araújo (Universidade Federal Rural de Pernambuco, UFRPE. Recife, PE. Grupo de Pesquisa: Fenômenos Didáticos na Sala de Aula de Matemática – Universidade Federal de Pernambuco, UFPE. Recife, PE).

O presente estudo faz parte integrante de uma tese de doutoramento que teve por objetivo, analisar a relação entre a metacognição e o contrato didático instituído numa sala de aula do 8º ano, de uma escola particular do Recife, na resolução de problemas em álgebra. Para tal, contamos com a colaboração de um professor de Matemática e dos seus respectivos alunos. A metodologia foi dividida em quatro etapas, constando da observação de aulas e de encontros com o professor, todos devidamente registrados, através da vídeo-gravação, buscando capturar os elementos referentes ao contrato didático e à metacognição. A análise dos fenômenos didáticos teve como base as interações discursivas em sala de aula. Na 1ª etapa solicitamos permissão ao professor para filmarmos quatro aulas, na qual buscamos familiarizar os alunos com tal procedimento e conhecer um pouco do contrato didático estabelecido naquela sala de aula. Na 2ª etapa orientamos o professor a auxiliar seus alunos a resolver problemas algébricos estimulando as estratégias metacognitivas. Na 3ª etapa voltamos à sala de aula e filmamos o professor nas suas aulas a partir dessa nova proposta, durante 2 meses. Os resultados apresentados mostraram que, apesar da tentativa do professor em promover estratégias metacognitivas, elas só apareciam implicitamente trazidas por alguns alunos, uma vez que não houve mudança real das regras de contrato. Então resolvemos sugerir problemas diferentes dos utilizados pelo professor, para que fossem aplicados aos alunos, no intuito de romper o contrato didático (4ª. Etapa). Com o redirecionamento metodológico, os problemas por nós sugeridos levaram à ruptura do contrato didático estabelecido e fizeram emergir nos alunos estratégias metacognitivas de autorregulação de forma bastante explícita. Uma análise mais psicológica da situação em relação ao funcionamento cognitivo dos alunos mostrou que, nas primeiras aulas analisadas, quando os alunos estavam em um contrato didático estabilizado, no qual não se percebia a necessidade de estratégias metacognitivas, percebeu-se um nível de funcionamento cognitivo automático, ou seja, os alunos participavam da resolução sem apresentarem um comportamento de reflexão maior sobre a resolução do problema. O trabalho de construção da resolução do problema ficava sob responsabilidade do professor que, por meio de questionamentos diretos levando os alunos a seguirem o seu raciocínio, já oferecia as pistas necessárias para a solução do problema. Essa atitude do professor, que fazia parte do contrato didático dessa sala de aula, terminava por criar uma acomodação dos alunos na reflexão em busca das respostas às questões. Isso demonstrou que esse contrato didático não privilegiava a reflexão, permanecendo o funcionamento dos alunos no plano da cognição e não da metacognição. Já na aula, em que o contrato didático foi rompido, percebemos a necessidade nos alunos de uma reflexão contínua, na busca de argumentos que justificassem a resposta encontrada no problema, o que caracterizou um comportamento de autorregulação metacognitiva. Portanto, é necessário criar situações que possibilitem, aos alunos, a passagem de um plano de funcionamento cognitivo para um metacognitivo, já que a estimulação das estratégias metacognitivas não faz parte do cotidiano das nossas salas de aula de Matemática.

Palavras chaves: metacognição, contrato didático, Ensino da álgebra.

Código da área da pesquisa: COG

SAÚDE E ENVELHECIMENTO: VARIÁVEIS INTERDISCIPLINARES.

FAMÍLIA, QUALIDADE DE VIDA, SAÚDE E ENVELHECIMENTO. *Carla Witter e Sueli dos Santos Vitorino*** (Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências do Envelhecimento - Universidade São Judas Tadeu, São Paulo-SP).

A proposta é apresentar e discutir a importância da família na qualidade de vida dos idosos e, conseqüentemente, na sua saúde no processo de envelhecimento. A família é a primeira instituição social, na qual o ser humano é inserido, que sofreu mudanças e apresenta uma variedade de configurações, sendo predominante os arranjos trigeracionais. A família é fundamental na manutenção da saúde física e mental dos idosos, pois nela está a maioria dos cuidadores. O apoio familiar garante o convívio social e as possibilidades de acesso as atividades sociais, culturais e de lazer que permitem a melhoria na qualidade de vida. Os benefícios do convívio familiar vão da companhia e apoio emocional até a ajuda física e financeira. A família é um suporte social importante para a qualidade de vida dos idosos. Os idosos que convivem com seus familiares tem menos problemas de depressão, tem melhor autoestima e vivem bem melhor o processo de envelhecimento. Há aspectos negativos, como: maus-tratos (67% dos agressores são familiares), divergências de idéias e de valores, problemas socio-econômicos.. O objetivo geral foi capturar e analisar as publicações sobre *idoso e família* disponíveis na Scielo e PsycINFO. Em relação a Scielo, o material foi composto de 114 resumos de artigos, de 1978 à 2010, levantados utilizando as palavras-chave: *idoso e família*. Os resultados revelaram que, no tipo de estudo, a pesquisa de campo foi identificada em 90% dos resumos, sendo 100% do tipo descritivas. Quanto aos participantes, 52% eram com idosos. A entrevista foi o instrumento mais utilizado (39%). A *Revista Caderno de Saúde Pública* contemplou 15% das publicações e o ano em que mais se publicou foi 2008 (21%). Na análise do PsycINFO, o material foi composto de 68 resumos de artigos, no ano de 2010, utilizando as palavras-chave: *elderly e family*. Os resultados destacam que, no tipo de estudo, apenas 23% eram de reflexão teórica e 76% eram pesquisas, sendo 54% empíricas. Dos participantes, 98% eram humanos, destes 63% eram com idosos de 65 anos ou mais. Houve grande dispersão nos materiais utilizados. A duas Revistas com o maior número de publicação sobre o tema foram: *Families, Systems & Health* e *Psychology and Aging* (17%). O ano de 1990 (10%) publicou mais artigos sobre família e idosos. Conclui-se que houve um predomínio de pesquisas de campo, do tipo empírica, porém os delineamentos das pesquisas brasileiras precisam ser mais aprofundados (quase e experimentais) como as estrangeiras. Estudos realizados com idosos acima de 60 anos ocorreram no Brasil e acima de 65 nas publicações estrangeiras. No Brasil, houve o predomínio do uso de entrevistas e maior variedade de instrumentos na base estrangeira. Houve maior concentração de publicação em uma revista brasileira e duas estrangeiras, com maior frequência, na Scielo, em 2008 e no PsycINFO, em 1990. São necessárias novas pesquisas de revisão sistemática que permitam a realização de um trabalho de metanálise com análises estatísticas mais complexas que permitam uma melhor compreensão sobre a influência da família no envelhecimento saudável e com qualidade dos idosos.

Palavras-chave: idosos, metaciência, familiares, saúde

M

DES

SAÚDE GERAL E BEM-ESTAR SUBJETIVO AO LONGO DO ENVELHECIMENTO. *Ana Lúcia Gatti, Priscilla Regonha de Andrade* e Tarsila de Araujo Rodrigues Lima* (Universidade São Judas Tadeu- São Paulo- SP).*

A senescência, enquanto fenômeno biológico, é inevitável, mas muito ainda há para se descobrir sobre como o processo do envelhecimento vem sendo vivenciado nessa época em que ele se faz cada vez mais presente na sociedade, dado que os recursos oferecidos vêm permitindo a parcelas cada vez mais amplas da população gozar de maior sobrevida. O estudo objetivou avaliar a percepção de saúde psicológica geral e o bem-estar subjetivo de 73 indivíduos, distribuídos em três faixas etárias: 51 a 60 (G1, N= 28), 61 a 70 (G2, N= 29) e 71 a 80 anos (G3, N= 16), de ambos os gêneros (44% masculino, 56% feminino), em sua maioria casados (68,4%), e vários níveis de escolaridade, residentes na Grande São Paulo, que moravam especialmente com os cônjuges ou com cônjuges e filhos (32,8% em ambas categorias), os quais constituíram uma amostra de conveniência. Os participantes responderam à Escala de Bem-Estar Subjetivo (EBES), que verifica a percepção de afetos positivos e negativos e a satisfação e insatisfação com a vida, e ao Questionário de Saúde Geral de Goldberg (QSG). Os resultados obtidos pelos participantes, individualmente, foram tabulados segundo a faixa etária a que pertenciam e calculou-se a média, tendo-se, na EBES: afetos positivos 3,41 ; 3,55 e 3,29; satisfação com a vida 3,64 ; 3,89 e 4,09 ; afetos negativos 2,10 ; 2,05 e 1,73 e insatisfação com a vida 2,44; 2,36 e 2,25, para G1, G2 e G3, respectivamente, e no QSG 1,63 ; 1,52 e 1,53. Comparados os resultados entre os grupos, por meio da prova t, verificou-se que não houve qualquer diferença significativa quer quanto à saúde quer quanto ao bem-estar ao longo das faixas etárias consideradas. Realizada a confrontação dos resultados obtidos pelo grupo do estudo, por faixa etária e gênero, com o grupo de normatização do QSG, constituído por adultos jovens – universitários- também não se evidenciaram quaisquer diferenças, indicando que os respondentes percebem sua saúde geral como semelhante à dos adultos da normatização, revelando que a amostra se apresenta com predomínio de percepção positiva sobre a vida e a saúde. Pôde-se constatar que, independente da faixa etária e do gênero, ao longo do envelhecimento, apesar das dificuldades enfrentadas como perda de autonomia, surgimento de doenças, perda de pessoas próximas, a visão positiva sobre a sua saúde psíquica e bem-estar prevaleceram no grupo. Vale lembrar que a grande parte dos que anuíram em participar ainda é casada e reside com filho e esposa (o), o que pode influenciar de forma positiva na percepção de bem-estar e saúde, mas seria importante levar em consideração a qualidade dessas interações sociais, as quais não foram investigadas. Também a ampliação da área de coleta dos dados é outro fator a ser considerado em novas pesquisas, pois a atual foi realizada com população urbana na maior e mais rica cidade do país. Destaca-se, por fim, que os que concordam em participar são, possivelmente, distintos dos que não apresentam tal disposição, mas é o viés que toda pesquisa atual enfrenta.

Palavras- chave: idoso, instrumentos, qualidade de vida

P

DES

EDUCAÇÃO, QUALIDADE DE VIDA E SAÚDE FÍSICA DO IDOSO. *Marcelo de Almeida Buriti* (Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências do Envelhecimento Universidade São Judas Tadeu – USJT e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnológica de São Paulo – SP)

A educação para prática de atividade física tem sido mencionada como instrumento de recuperação, manutenção e promoção da saúde. No entanto, só recentemente estudos epidemiológicos com melhor rigor conseguiram demonstrar com maior clareza essa associação. Dados recentes do *Centers for Disease Control and Prevention de Atlanta* apontam que mais de 2 milhões de mortes por ano podem ser atribuídas à inatividade física, em função de sua repercussão no incremento de doenças crônicas não-transmissíveis, como problemas cardiovasculares, câncer e diabetes, os quais responderam em 1998, por quase 60% das mortes no mundo, índice que deve alcançar em 2020 o total de 71,7 milhões se forem mantidas as tendências atuais. No Brasil, constatou-se tendência à inatividade física de forma semelhante a observada nos EUA segundo o relatório sobre padrões de vida dos brasileiros, elaborado pelo IBGE, indicando que 26% dos homens realizam atividade física regular e somente 12,7% das mulheres estão envolvidas em algum programa de treinamento. Quando se verifica a quantidade de pessoas que se exercitam pelo menos trinta minutos ou mais por dia, no mínimo três dias na semana, encontra-se 10,8% e 5,2% de homens e mulheres respectivamente. A prática de atividade física, regular e sistematizada aumenta ou mantém a aptidão física da população idosa, contribuindo para o bem estar funcional, diminuindo a taxa de morbidade e de mortalidade desse segmento da população. A atividade física protege o velho jovem (tipicamente idade entre 65 a 75 anos) contra a maior parte das doenças crônicas mencionadas. Também é importante na prevenção das doenças emocionais e físicas da atividade de vida diária, assim conservando a independência evitando a institucionalização. Pesquisas revelam que a participação dos idosos em programas de atividade físicas e de lazer em grupos pode colaborar com o indivíduo a lidar com a perda do (a) companheiro (a), auxilia na recuperação da imagem corporal, na autoestima e no estado depressivo, o trabalho em grupo de atividade física tem papel fundamental na consciência de participar e fazer parte de um grupo e sentir – se vivo. Para o meio velho (76 – 85 anos) e o muito velho (maior que 86 anos) os programas de exercícios regulares factíveis e seguros, podem levar a melhora na força muscular, melhor coordenação e equilíbrio, menor tempo de reação, maior velocidade natural do andar e maior flexibilidade. Pesquisas mostram ainda que o exercício regular pode melhorar as funções a tal ponto que o indivíduo possa manter a independência por mais sete a 11 anos com melhora substancial na qualidade de vida. Assim, a participação do idoso (velho jovem, meio velho e muito velho) em programas de atividade física regular poderá influenciar no processo de envelhecimento, com impacto positivo sobre a qualidade de vida. Dessa forma, o incentivo à prática de atividade física regular deveria ser rotina na vida do idoso. A atividade física tem potencial para reduzir o ritmo do envelhecimento e para ser coadjuvante em programas de atendimento ao idoso, melhorando vários aspectos da saúde biológica e psicológica, além dos aspectos relacionados ao viver social.

Palavras-Chave – Envelhecimento, Independência funcional e Integração Social

M

DES

SAÚDE E ENVELHECIMENTO: ASPECTOS AFETIVOS E SEXUAIS. *Vera Socci*
(Universidade de Mogi das Cruzes, São Paulo, SP)

As pesquisas sobre saúde e envelhecimento, ainda, enfatizam mais os problemas de saúde, ou seja, as doenças desta fase de desenvolvimento. Além disso, alguns temas têm merecido pouca atenção dos estudiosos que pesquisam o idoso e o processo de envelhecimento, como por exemplo: a sexualidade e seus aspectos afetivo-emocionais. Embora pesquisas demonstrem que após os 60 anos, homens e mulheres continuem mantendo uma vida sexual ativa, salutar e enriquecedora, muitos são os mitos, tabus e preconceitos a respeito da sexualidade do idoso. Pode-se afirmar, entretanto, que ao longo da evolução individual, a vida sexual vai se transformando, mas só desaparece com a morte. Ignorar este fato é condenar os idosos a conflitos, desajustamentos e sofrimentos por terem que negar tal impulso, ou por terem que esconder comportamentos carregados de culpa. Para muitos estudiosos da Terceira Idade, incluindo pesquisadores brasileiros, uma velhice saudável e prazerosa decorre de cuidados e hábitos desenvolvidos durante toda a vida, como competências e habilidades, estilo de vida, entre outros. Estudos demonstram que o fato de não ser jovem não implica necessariamente em abdicar dos prazeres da vida, incluindo a satisfação sexual. Com estes pressupostos, a apresentação tem por objetivo debater aspectos importantes da vida afetiva e sexual do Adulto Idoso, analisando fatores biofisiológicos e psicossociais relevantes para a plena vivência da sexualidade nesta fase da vida. São destacados aspectos da saúde geral (inclusive o aumento da incidência de contágio pelo HIV), pois doenças, tensões e estresse reduzem ou mesmo impedem as manifestações da sexualidade. Enfatiza-se a importância do conhecimento sobre a sexualidade e a compreensão do processo natural do envelhecimento e mudanças decorrentes. Destaca-se os avanços científicos que disponibilizam recursos facilitadores da manutenção da função sexual prazerosa.. Dados pesquisados revelam que, embora uma pequena parcela de idosos acredite que o casal pode viver “sem sexo”, 80% mantem relações sexuais com seus parceiros e sentem prazer; 60% se sentem sensuais e desejáveis; 100% acreditam que sexo não “é pecado” e 90% afirmam que este não tem por finalidade apenas a reprodução; 80% demonstram saber que a menopausa não é o ocaso da sexualidade. Finalmente, o que se pretende nesta reflexão sobre a vida afetiva e amorosa do Adulto Idoso, é salientar que a vivência satisfatória da sexualidade, continua sendo um aspecto importante de seu bem-estar, de sua qualidade de vida, de sua felicidade. A vivência da sexualidade depende de aspectos físicos, mas principalmente dos emocionais, como os decorrentes de sua auto-imagem e auto-estima, infelizmente influenciadas pelos estereótipos sociais, ainda tão adversos e nefastos. É necessário que os estudiosos e pesquisadores das diversas áreas de conhecimento realizem pesquisas sobre a questão da sexualidade no envelhecimento para os idosos, pois os estudos, principalmente, no Brasil, são incipientes.

Palavras-chave: Idoso, afetividade, sexualidade, aids, representações sociais.

P

DES

LEITURA E IDOSO: PROMOÇÃO DE SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA. *Elza Maria Tavares Silva* (Universidade de Mogi das Cruzes, São Paulo, SP)

“Transição demográfica” é expressão atualmente utilizada para referenciar o fenômeno caracterizado pelo envelhecimento progressivo da população mundial e também observado no Brasil, por condições diferentes tais como redução da fecundidade, da mortalidade infantil e também da mortalidade em idades mais avançadas. A Organização das Nações Unidas (ONU) considera o período de 1975 a 2025 a era do envelhecimento, ainda destaca que do período de 1970 a 2000, nos países desenvolvidos esse envelhecimento populacional foi de 54%, enquanto nos países em desenvolvimento foi mais significativo atingindo 123%. No Brasil, segundo dados do IBGE revelam um país “de cabelos brancos”, que nos próximos anos poderá ultrapassar 30 milhões de pessoas (15%). A esperança de vida que era de 33,7 anos em 1950 deverá alcançar 77,08 em 2020/2025. São estes idosos brasileiros que formam um grupo heterogêneo, pois com o aumento da expectativa de vida, modificam-se, também, suas perspectivas dando maior atenção à qualidade de vida ampliada em seus significados: educação, saúde, moradia, transporte, trabalho e lazer. A este aspecto a leitura é um recurso útil em todas elas, pois ao longo da História ela tem sido uma das formas mais importantes de que dispõe o homem para fundir conhecimento e prazer. A leitura é uma forma de lazer fácil de desfrutar e mantida regularmente na velhice pode contribuir em vários aspectos tais como: a) ter informações sobre determinadas doenças e com isto prevenir e postergar Parkinson, Alzheimer, falta de atenção, perda de memória etc.; b) obter informações de como melhor conduzir sua vida para usufruí-la e obter qualidade de vida; c) ficar informado sobre tarefas de desenvolvimento que se espera que as pessoas nesta faixa etária cumpram; d) auxiliar os netos em suas tarefas escolares; e) atendimento a outros leitores em trabalhos nos hospitais (leitura para pacientes), f) na escola (programas especiais de remediação). Em alguns casos é preciso lembrar que, tanto quanto as crianças, jovens e adultos, os idosos devem ser atendidos em suas necessidades de leitura, porque muitos deles têm dificuldades com a língua escrita, em função da precária escolaridade, daí a importância dos centros de convivência no suporte a esta e outras atividades. Além dos livros, também contribui para esta prática da leitura a mudança de comportamento por parte do idoso em consequência do impacto causado pela internet em suas vidas. Por meio dela pode fazer a leitura dos principais jornais, escrever e responder e-mails, buscar informações sobre assuntos de interesse pessoal e sobre o que acontece ao seu redor e no mundo. Assim, no âmbito da promoção de saúde e qualidade de vida do idoso, a leitura é, certamente, o caminho produtivo contribuindo positivamente como uma forma de intervenção, dando um significado à sua vida em direção ao sentimento de bem-estar subjetivo e social.

Palavras chave: informação; terceira idade; bem-estar.

P

DES

CRIATIVIDADE E SAÚDE DO IDOSO. *Adriana Aparecida Ferreira de Souza* (PUC-Campinas e Universidade de Mogi das Cruzes)

A relação entre criatividade e saúde do idoso vem sendo apresentada na literatura, tendo sido encontradas evidências de que a criatividade permite o desenvolvimento da capacidade de resolver problemas e habilidade em tomar decisões, oficinas de pintura em pacientes idosos melhora as disfunções cognitivas e o pensamento divergente e auto-estima estão relacionados nos grupos de idade avançada. Além disso, idosos mais resilientes têm escores mais altos no desempenho cognitivo. Daí a importância de se estimular a criatividade entre idosos, bem como de se realizar estudos sobre o desenvolvimento desta habilidade na velhice. Este estudo se propôs a verificar as habilidades criativas de pessoas na maturidade e idosos, verificando a influência do sexo, faixa etária e nível educacional e comparando os resultados de testes com a auto-avaliação dos participantes. Participaram da pesquisa 81 pessoas (61,73% de 45 a 59 anos e 38,27% acima de 60 anos). Para a coleta de dados foram utilizados os testes Pensando Criativamente com Palavras e com Figuras, além da Escala de Auto-avaliação do Desempenho de Habilidades Cognitivas, Criativas e Lazer e um Questionário de Dados Pessoais. Os instrumentos foram aplicados individualmente em três ou mais sessões em instituições de terceira idade, após consentimento livre e esclarecido dos participantes. Análise Multivariada da Variância dos índices de criatividade tendo como variáveis fixas sexo, faixa etária e escolaridade não mostrou influência significativa de nenhum desses fatores. Foram realizadas então ANOVAS tendo por variáveis fixas sexo, faixa etária e escolaridade, nas quais ficou evidente o efeito da escolaridade no desempenho em criatividade, exceto no ICF 1, ou seja, o desempenho nos testes de criatividade aumenta conforme aumento da escolaridade. A Escala de Auto-Avaliação do Desempenho de Habilidades Cognitivas, Criativas e Lazer permitiu estabelecer um parâmetro de comparação entre os testes realizados e a auto-avaliação de desempenho relatada pelos participantes. A escolaridade influenciou significativamente as sub-escalas de inteligência e lazer. O lazer sofreu influência também do sexo. Já a sub-escala de criatividade foi influenciada apenas pela interação sexo, escolaridade e faixa etária. as médias entre Ensino Fundamental e Médio são muito semelhantes. Já entre Ensino Fundamental e Ensino Superior houve um aumento na média em todos os grupos. Apenas o grupo masculino na velhice teve queda na pontuação média entre o Ensino Fundamental e o Ensino Superior. Observa-se também que os participantes na velhice percebem-se mais criativos do que os na maturidade, porém essa diferença não foi significativa. Conclui-se que a escolaridade é fator significativo no desempenho criativo e que as medidas psicométricas de avaliação da criatividade entre pessoas na maturidade e na velhice representam sua auto-avaliação de desempenho.

Palavras-chave: Envelhecimento, Habilidades Cognitivas, Habilidades Criativas, Avaliação Psicológica.

P

DES

ESCOLHA PROFISSIONAL: UMA CONSTRUÇÃO GERADA NO PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO DE PAPÉIS DE GÊNERO.

ESCOLHA PROFISSIONAL: UMA CONSTRUÇÃO GERADA NO PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO DE PAPÉIS DE GÊNERO. *Maria Helena Fávero* (COGITO – Laboratório de Psicologia do Conhecimento - Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento, Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, DF.)

Temos insistido na perspectiva inter e multidisciplinar para o estudo da Psicologia do Desenvolvimento de modo a fundamentar a tese da interação dialética entre o ser humano e a sociocultura e evidenciar a importância do gênero nessa interação, seja do ponto de vista das construções pessoais como do ponto de vista das construções socioculturais. Uma vez que se admite que seja nessa interação que se constroem, se partilham e se negociam significados, procuramos então, deixar clara a articulação entre desenvolvimento, conhecimento e gênero, defendendo ao mesmo tempo a compatibilidade de tal articulação com a perspectiva feminista. Também temos defendido que a subjetividade e a identidade são gendradas e que o ponto central de tais processos reside no modo como entendemos a emoção e como a filiamos aos significados do feminino e do masculino. Assim, nós defendemos que o núcleo central da socialização de gênero é a socialização das diferenças nas expressões emocionais, um processo complexo que tomamos do ponto de vista da tese referida acima. Considerando a noção de patriarcado e de patriarcado contemporâneo, podemos dizer que se trata de uma implicação óbvia, embora seja, uma questão tão polêmica quanto cotejada, uma vez que várias pesquisadoras seguem o mesmo raciocínio. É dentro dessa perspectiva que fundamentamos esta sessão coordenada. Ou seja: reafirmando a gênese psicossocial das particularidades de gênero, não para fixar determinados sentimentos como femininos ou masculinos, mas para se tomar consciência deles, de sua provável fonte de origem e, sobretudo das suas implicações para o desenvolvimento psicológico infantil, adolescente e da vida adulta, assim como das possibilidades de mudanças, e, em particular das implicações que dizem respeito à relação entre a socialização dos papéis de gênero e a escolha profissional, uma vez que persiste um número limitado de mulheres atuando *nas áreas científicas e tecnológicas*. Vamos, portanto considerar nesta sessão coordenada, por meio de relatos de pesquisa, como tal relação ocorre nas relações inter-pessoais da vida escolar, particularizando para o desenvolvimento das competências matemáticas e a construção das relações pessoais com esta área do conhecimento, uma vez que, a matemática é um filtro crítico para paridade entre homens e mulheres nas referidas áreas e está no centro das crenças parentais de gênero no que diz respeito às escolhas ocupacionais tidas como “apropriadas” em consideração aos papéis de gênero. Vamos evidenciar o que temos insistido: que o julgamento desigual sobre a capacidade nas áreas *científicas e tecnológicas* se inicia muito cedo na escolarização de meninos e meninas e obedecem a um duplo padrão: tolerando a indisciplina dos meninos muito mais do que toleram a das meninas, os professores e professoras tendem, ao mesmo tempo, a estimar que o sucesso das meninas se deve ao seu trabalho e esforço e o dos meninos a sua capacidade. Em outros termos, é nessa perspectiva que defenderemos a relação entre a socialização e a escolha profissional: uma construção gendrada cujo ponto central reside no modo como entendemos a emoção e como a filiamos aos significados do feminino e do masculino.

Trabalho desenvolvido no âmbito do projeto de pesquisa - AS RELAÇÕES E SIGNIFICADOS DE GÊNERO NA CONSTRUÇÃO E NA MEDIAÇÃO DO CONHECIMENTO MATEMÁTICO (CNPq, pr: 308849/2009-4)

Palavras-chaves: escolha profissional, socialização, gênero.

PESQUISADORA – P

DES

A MATEMÁTICA NA PSICOPEDAGOGIA: UM ESTUDO SOBRE O DESAFIO DE PROMOVER MUDANÇAS NAS CONCEPÇÕES SOBRE A MATEMÁTICA E DESENVOLVER COMPETÊNCIAS CONCEITUAIS. *Regina da Silva Pina Neves* (Sociedade Brasileira de Educação Matemática, Brasília, DF) e *Maria Helena Fávero* (Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, DF)

O processo de feminização do magistério no Brasil deixa suas marcas na graduação em pedagogia e pós-graduação em psicopedagogia. Esse, ainda em construção, revela aspectos da configuração histórica das relações de gênero e de classe social presentes em nossa sociedade e define a (con)formação das identidades profissionais do “ser professora”. Sendo assim, as mulheres aproximam-se da docência, principalmente, nos anos iniciais e afastam-se da área de exatas - do conhecimento matemático. Nesse contexto, faz-se necessário compreender a natureza das relações que essas mulheres têm construído com essa área de conhecimento e como essas influenciam suas escolhas, formação e prática profissional. Quanto à pedagogia e psicopedagogia, alguns estudos mostram: 1/ baixa presença de disciplinas de matemática nas matrizes curriculares; 2/ baixa competência em matemática dos ingressantes e sentimentos de aversão e medo relacionados à matemática. Diante disso, desenvolvemos estudo junto a 23 mulheres, entre 23 e 48 anos, graduadas em fonoaudiologia, psicologia e pedagogia estudantes de psicopedagogia de instituição pública, como os seguintes objetivos: 1/compreender como avaliam a relação que estabeleceram com a matemática, seu ensino e aprendizagem ao longo da sua escolarização; 2/ analisar o seu desempenho em tópicos curriculares de matemática da Educação Básica, 3/ compreender como a crença sobre sua competência impacta sua futura prática profissional. Para tanto, lhes propusemos uma atividade em quatro etapas: 1ª/ responderam perguntas que identificavam idade, formação, local de trabalho, atividade desenvolvida, atuação profissional; 2ª/ completaram as duas frases: “*Na minha vida escolar a matemática...*”; “*Os professores de matemática na minha vida escolar...*”, 3ª/ resolveram uma situação-problema sobre conceitos algébricos e geométricos e, 4ª/ descreveram seus sentimentos durante a 3ª etapa. Os dados foram analisados considerando-se a filiação entre competências e dificuldades e a natureza da tarefa proposta. Os dados da 1ª etapa evidenciaram atuações, como psicóloga, docente dos anos iniciais, orientadora educacional e coordenadora educacional, todas atuando com estudantes em situação de risco, necessidades especiais e dificuldade de aprendizagem. Os dados da 2ª etapa mostraram que elas consideram a matemática como importante área de conhecimento para a inserção dos sujeitos na sociedade atual. Ademais, elas relataram que viveram experiências escolares positivas com a matemática nos anos iniciais e que essas mudaram de natureza e passaram a ser negativas na medida em que avançaram na escolaridade, atingindo níveis de desinteresse, dificuldade e aversão no ensino médio; Já os dados da 3ª etapa evidenciaram dificuldades na análise de padrões geométricos e na interpretação algébrica. E os da 4ª etapa evidenciam relatos associados a sentimento de medo e dúvidas sobre a própria competência diante da tarefa ao mesmo tempo em que assumem a importância de desenvolver competências em matemática para a futura prática profissional. Diante disso, temos assumido o desafio, como docentes e pesquisadoras, de desenvolver um procedimento didático para abordar o estudo do desenvolvimento de competências conceituais em matemática como uma disciplina do referido curso considerando-se que ele deve responder à necessidade de discutir as questões pertinentes ao ensino da matemática e, ao mesmo, propiciar a mediação do próprio conhecimento matemático.

Trabalho desenvolvido no âmbito do projeto de pesquisa - AS RELAÇÕES E SIGNIFICADOS DE GÊNERO NA CONSTRUÇÃO E NA MEDIAÇÃO DO CONHECIMENTO MATEMÁTICO (CNPq, pr: 308849/2009-4)

Palavras-chaves: educação matemática, desenvolvimento de competências conceituais; psicopedagogia

Doutorado DES

“A INTELIGENCIA DOS MENINOS ESTÁ NO DNA?”: CONCEPÇÕES DE MATEMÁTICA E GÊNERO. *Francisca Zuita Alves Paiva* (Faculdade Jesus Maria José, DF) e *Maria Helena Fávero* (COGITO – Laboratório de Psicologia do Conhecimento - Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento, Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, DF).

Estudos nacionais e internacionais apontam ainda uma defasagem da entrada de mulheres na área de ciências de tecnologias. Um dos aspectos apontados diz respeito a relação de meninas e adolescentes com a aprendizagem da matemática. Este estudo se focou nesta questão por meio da discussão entre adolescentes. Constituímos quatro grupos focais: dois de seis alunas de sexto ano cada (um de uma escola da Rede de Ensino Público do DF e outro de uma escola da Rede Particular de Ensino do DF); e dois grupos de seis alunas do 3º ano do ensino médio cada (um de uma escola da Rede de Ensino Público do DF e outro de uma escola da Rede Particular de Ensino do DF). A todos os grupos foi proposto para discussão duas frases obtidas de estudo anterior. A primeira foi obtida junto a professores e professoras de matemática da Rede Particular de Ensino do DF: *“As meninas vão bem em matemática porque se esforçam; os meninos estão prontos para o raciocínio matemático”*. A segunda foi obtida junto a estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental de uma escola da Rede Particular de Ensino do DF: *“As meninas são mais inteligentes em matemática; elas são mais maduras; elas estudam mais; os meninos só querem vadiar”*. Cada frase foi apresentada separadamente, seguida do convite a sua discussão. Após o término da discussão da primeira frase foi apresentado a segunda e feito um novo convite a discussão. Ao término da discussão foi proposto as alunas que relatassem suas escolhas profissionais. As discussões nos grupos foram registradas em vídeo e os atos da fala foram tomados como unidades de análise. Quanto a primeira discussão, os resultados evidenciaram que: as alunas discordaram dos professores; acordaram que os alunos do sexo masculino não são melhores em matemática; argumentaram que a sociedade é machista e desqualificam a inteligência feminina. Ex: *“então eles querem dizer que os meninos são inteligentes por causa da genética? A inteligência dos meninos está no DNA?”*. Os resultados da segunda discussão evidenciaram que: as alunas acordaram que os alunos não são bons em matemática porque eles só pensam em *“curtir a vida e deixam os estudos para depois; os meninos só pensam em som”*; alegaram que apesar disto, os homens ocupam melhores posições no mercado de trabalho com melhores salários: *“às vezes as mulheres fazem o mesmo trabalho do homem, mas recebem um salário menor”*. Quanto as suas escolhas profissionais evidenciou-se a opção prioritária por áreas de humanas tais como: Nutrição, Educação, Medicina, Biologia, Arquitetura e outras. Conclui-se pela necessidade de mais estudos sobre esta questão, uma vez que este estudo aponta uma incongruência: apesar das alunas dizerem isto sobre os alunos precisamos de mais estudos visando uma mudança nas suas concepções sobre a relação entre gênero e capacidade intelectual e a relação entre gênero e escolha profissional.

Trabalho desenvolvido no âmbito do projeto de pesquisa - AS RELAÇÕES E SIGNIFICADOS DE GÊNERO NA CONSTRUÇÃO E NA MEDIAÇÃO DO CONHECIMENTO MATEMÁTICO (CNPq, pr: 308849/2009-4)

Palavras-chaves: concepções sobre matemático; socialização, papéis de gênero.

OUTRO

DES

BRINCANDO DE AULA DE MATEMÁTICA: ÁREAS DE CONHECIMENTO E PAPÉIS DE GÊNERO. *Francisca Leandra Egito Sousa* (Escola Classe 11- Secretaria de Estado de Educação,DF) e *Maria Helena Fávero* (COGITO – Laboratório de Psicologia do Conhecimento - Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento, Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, DF).

A mediação de significados sobre as áreas de conhecimento e sua articulação com os significados de papéis de gênero é um dos aspectos centrais da socialização escolar e apresenta forte implicação sobre a escolha profissional futura. O objetivo deste estudo foi estudar a relação entre o conhecimento matemático e os papéis de gênero nas concepções de alunos do 1º e 3º anos do Ensino Fundamental. Tínhamos, portanto, um desafio metodológico: obter tais concepções de crianças numa faixa etária entre 6 e 9 anos de idade. Tomamos então o ato de brincar em seus dois aspectos: em primeiro lugar como uma forma de apropriação de significados e de valores sociais e, em segundo lugar como uma atividade vinculada a um determinado contexto sociocultural. Assim, as ações desenvolvidas durante o brincar se subordinam a determinados significados. Procedemos a coleta de dados a partir da proposta de “brincar de aula de matemática”, com dois grupos de crianças. O primeiro, na faixa etária entre 6 e 7 anos, constituiu-se de alunos do 1º ano do Ensino Fundamental em três subgrupos: a/ com 4 meninos; b/ com 4 meninas e c/ com 2 meninos e 2 meninas. O segundo, na faixa etária entre 8 e 9 anos, constituiu-se de alunos do 3º ano do Ensino Fundamental em três subgrupos: a/ 4 meninos; b/ 4 meninas e c/ 2 meninas e 2 meninos. O estudo foi constituído de duas fases registradas em vídeo: uma primeira livre e uma segunda na qual se propôs: “agora vamos brincar de aula de matemática”. Os vídeos foram transcritos na íntegra e os atos da fala tomados como unidade de análise. Evidenciou-se que: os meninos consideram que brincar de escolinha é uma “brincadeira de menina”; este significado se alterou quando a proposta foi de “brincar de aula de matemática”; nos grupos masculinos pelo menos um dos alunos se apresentou como professor de matemática; nos grupos femininos isto não ocorreu, sendo necessário que a pesquisadora interviesse e convidasse uma das meninas para assumir o papel de professora; tanto os meninos como as meninas apresentaram comportamentos autoritários no seu papel de professor/a: “fica quieto!”, “ não conversem!”, “façam a tarefa”, “ quem conversar fica sem recreio”; no grupo misto mais novo uma menina se apresentou para assumir o papel de professora de matemática e logo em seguida os meninos começaram a desqualificá-la. Conclui-se que efetivamente desde o início da escolarização há uma forte articulação entre mediação de significados sobre as áreas de conhecimento e sua articulação com os significados de papéis de gênero e que o método adotado é adequado para estudar tal articulação.

Trabalho desenvolvido no âmbito do projeto de pesquisa - AS RELAÇÕES E SIGNIFICADOS DE GÊNERO NA CONSTRUÇÃO E NA MEDIAÇÃO DO CONHECIMENTO MATEMÁTICO (CNPq, pr: 308849/2009-4)

Palavras-chaves: escolarização, matemática, papéis de gênero.

Outro

DES

“AS MENINAS NÃO ESTÃO APRENDENDO MATEMÁTICA PORQUE ESTÃO PREOCUPADAS COM FLERTE”: O GÊNERO NA AULA DE MATEMÁTICA. *Otávio Henrique Braz de Oliveira** e Maria Helena Fávero* (Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento, Laboratório de Psicologia do Conhecimento. Brasília/ DF).

Como sabemos, a escola é uma das instituições que media significados sobre relação entre áreas de conhecimento e gênero. Assim, ainda se consideram as disciplinas ligadas às ciências exatas e às tecnologias como mais adequadas aos meninos e adolescentes, enquanto se considera que as meninas e adolescentes apresentam dificuldades nessas áreas. Como se sabe a matemática é a porta de entrada para tais áreas. Dessa forma, a grande questão desse estudo é a maneira como o conhecimento matemático é mediado em sala de aula, tendo como fundamento teórico-conceitual e metodológico a abordagem que propõe a articulação entre a Psicologia do Desenvolvimento e a Psicologia do Gênero. Assim, procedemos a coleta de dados em aulas de matemática de duas salas do 3º ano do Ensino Médio de uma escola da Rede Pública de Ensino do DF, uma ministrada por uma professora de matemática e outra por um professor de matemática, ambos licenciados em nessa disciplina, numa faixa etária de 35 anos. As salas tinham em média 35 alunos cada, numa faixa etária entre 17 e 19 anos. Com a anuência dos professores e da direção da escola, registramos em vídeo três aulas em cada turma, sendo 30 minutos em média, com o intervalo de três dias entre cada registro. As transcrições dos vídeos tomaram os atos da fala como unidades de análise. Os resultados apontam que: a mediação dos professores associam a matemática com à objetividade científica; os alunos são mais atuantes durante as aulas, perguntando e procurando soluções para problemas, enquanto as vozes das meninas são menos ouvidas durante as participações nas aulas de matemática. Foi notória a diferença de comportamento entre professores e alunos e professores e alunas. No segundo caso, os professores tendem a demonstrar comportamento complacente com as alunas, como, por exemplo, passar a mão na cabeça delas durante alguma dificuldade encontrada nos exercícios e demonstrando mais paciência ao explicar-lhes o conteúdo ministrado. Concluímos, a partir dessa análise, que as meninas são distanciadas da matemática ao longo de sua vida escolar. Nossos estudos continuam dentro dessa linha para aprofundar dados tais como o fato de que as dificuldades das meninas são desqualificadas em várias situações, quando, por exemplo, o professor diz que não estão aprendendo matemática porque estão preocupadas com flerte com os meninos.

Palavras-chave: Gênero, mediação de conhecimento, aprendizagem de matemática.

M

DES Psicologia do Desenvolvimento

PRÁTICAS CULTURAIS E VALORES SOCIAIS: CONTRIBUIÇÕES DA PERSPECTIVA SOCIOCULTURAL CONSTRUTIVISTA.

A PROMOÇÃO DA COOPERAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PRÁTICAS DE SOCIALIZAÇÃO. *Marilicia Witzler Antunes Ribeiro Palmieri* (Departamento de Psicologia Social e Institucional, Universidade Estadual de Londrina-PR), *Valéria Queiroz Furtado* (Universidade Estadual de Londrina-PR), *Marianne Carolina Cortez Branquinho**, *Natalia Ferreira Passos** e *Natalia Monti Di Osti** (*Universidade Estadual de Londrina-PR).

Considerando que o desenvolvimento de interações cooperativas e solidárias é um dos objetivos preconizados pelo Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, valoriza-se a modificação de práticas, conceitos e valores competitivos e individualistas comumente encontrados na escola, a qual tem enaltecido o resultado e não o processo, ao valorizar a vitória como prêmio do sucesso individual. A partir de uma perspectiva sociocultural construtivista do desenvolvimento humano, o estudo destaca a necessária promoção de interações verdadeiramente cooperativas no âmbito da educação infantil, reconhecendo que a lógica das interações no contexto educacional pressupõe um processo permanente de organização de objetivos continuamente negociados com relação aos conteúdos e métodos de ensino-aprendizagem, e às regras de participação nas atividades. O objetivo do estudo foi analisar as práticas de socialização promovidas às crianças (4 a 6 anos), investigando como três educadoras infantis de um Centro de Educação Infantil do município de Londrina-PR promovem ou inibem a cooperação entre seus alunos. O estudo incluiu 30 sessões de observação direta das atividades diárias desenvolvidas com as crianças, mediante registro em protocolo específico. Através dos registros das atividades diárias desenvolvidas com as crianças observou-se um grande volume de “atividades livres” sendo promovidas fora da sala de aula, com supervisão das educadoras, mas sem muito espaço para as crianças tomarem decisões, lidarem com incertezas e com a ausência de conseqüências, como requisitos típicos do contexto das brincadeiras livres. Neste sentido, não se observou formas diversificadas de intervenção das educadoras para estimular o brincar entre as crianças. Quando as atividades eram estruturadas na sala de aula, as educadoras se orientavam pelo objetivo de obter a atenção das crianças na realização de tarefas individuais ou em grupo, com a atenção orientada para a professora, desestimulando-as a interagirem entre si. Estas atividades geralmente se reduzem à “hora do conto”, seguida da produção individual de um trabalhinho (pintura, desenho, recorte, colagem) sob a supervisão das professoras. Nestas atividades observou-se pouca preocupação das professoras com tarefas estruturadas para as crianças interagirem cooperativamente que fizesse com que aprendessem novos conceitos e experimentassem algo novo. Questiona-se o espaço pouco propício para integrar experiências lúdicas de cooperação, competição e atividades individuais que possibilitaria gerar processos de negociação de conflitos e a internalização de valores construtivos (ajuda mútua, colaboração, empatia, solidariedade), onde a criança possa vir a co-construir novos significados sobre a sua participação em certas brincadeiras. Problematisa-se o caráter educativo em que ocorrem as atividades propostas pelas educadoras às crianças e o tipo de interação estimulado e promovido nesse contexto educacional, o qual deve propiciar às crianças a participação em atividades lúdicas que incentivam a cooperação, visando o alcance de objetivos comuns, adquirindo também progressiva autonomia e independência para coordenar suas ações com a de outros. O estudo sublinha a necessidade de formação continuada ao educador infantil, a fim de implementar novas estratégias de ação e saberes que surgem da prática, bem como sugere a produção de novas pesquisas sobre os diferentes tipos de inter-relações que ocorrem no conjunto dos fatores que se apresentam típicos desse contexto.

Palavras-Chave: Cooperação; Competição; Educação Infantil.

Nível do Trabalho: Pesquisador – P

Código da Área de Pesquisa: DES

CO-CONSTRUÇÃO DE CRENÇAS E VALORES MORAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL NA PERSPECTIVA SOCIOCULTURAL CONSTRUTIVISTA. *Alia Barrios** e Angela Uchoa Branco* (Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, DF)

Nos últimos anos, o desenvolvimento moral vem se constituindo um campo específico de pesquisa na psicologia do desenvolvimento. O interesse pelo tema se deve à necessidade de uma perspectiva científica para o entendimento do desenvolvimento integral do ser humano, em relação com o sistema educacional. As mudanças sociais e suas conseqüências colocaram no centro das discussões pedagógicas a necessidade de uma educação que considere o desenvolvimento do ser humano de forma integral, sem deixar de lado aspectos relevantes como moralidade, ética e cidadania. Entretanto, o desenvolvimento moral, por sua complexidade e natureza social, é um dos aspectos mais prejudicados nas diversas práticas educativas. Nas escolas, o desenvolvimento moral faz parte de um currículo oculto e desconhecido para a maioria dos professores, o que sugere a necessidade de estudos sobre o tema, sobretudo a partir de uma perspectiva sistêmica que valorize o papel do contexto sociocultural e das relações sociais no desenvolvimento do conjunto de crenças e valores sócio-morais, que orientam a ação do sujeito em suas relações. Em função disso, o presente estudo teve como fundamentação teórica e metodológica a perspectiva sociocultural construtivista, que parte de uma visão de desenvolvimento moral enquanto processo que se constitui a partir das múltiplas relações sociais nas quais a criança está envolvida, tendo ela um papel ativo no seu próprio desenvolvimento. O estudo teve como objetivo identificar e analisar como o desenvolvimento moral permeia a prática pedagógica de uma instituição pública de Educação Infantil, do Distrito Federal. Especificamente, foram identificados e analisados os mecanismos e estratégias pedagógicas que podem ser significativos para a co-construção de crenças e valores morais, por parte das crianças, no contexto escolar. Participaram da pesquisa uma professora e seus 16 alunos do 1º. Ano do Ensino Fundamental. A análise microgenética das interações sociais professora-criança, e a análise interpretativa do discurso da professora fizeram parte da metodologia qualitativa utilizada. Foram gravadas em vídeo e analisadas duas atividades estruturadas e planejadas pela professora, com o objetivo específico de promover discussões sobre questões morais entre as crianças. Também foram gravadas e analisadas duas entrevistas individuais com a professora, procurando destacar suas concepções sobre moral, desenvolvimento moral e o papel da escola em relação ao último. Observou-se que a maioria das estratégias e mecanismos pedagógicos utilizados pela professora apresentou, para as crianças, crenças e valores morais ancorados no conceito de disciplina. Por outro lado, no contexto estudado, o processo de desenvolvimento moral se confunde com a transmissão unilateral de crenças e valores e a aprendizagem passiva, por parte das crianças, de normas e regras estabelecidas assimetricamente pelo adulto. O estudo aponta para a importância da reflexão e da consciência do educador em relação às suas interações com as crianças e ao seu papel na co-construção de crenças e valores morais importantes para o respeito e responsabilidade genuína em relação ao outro. O estudo também aponta a necessidade de formação do educador em relação ao desenvolvimento da moralidade, assim como a importância de novos trabalhos de pesquisa sobre o tema.

Apoio financeiro: CAPES (Bolsa de Mestrado) e CNPq (Bolsa de Pesquisa)

Palavras-chave: desenvolvimento moral, educação infantil, perspectiva sociocultural construtivista.

Nível do trabalho: Mestrado – M

Área de pesquisa: DES

NEGRITUDE E INFÂNCIA: CULTURA, RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E DESENVOLVIMENTO DE CONCEPÇÕES DE SI EM CRIANÇAS. *Marcella H. Padilha Dantas da Silva*** (Curso de Psicologia, Faculdade Integrada Tiradentes - FITS, Maceió, AL) e *Angela M. C. Uchoa de Abreu Branco**** (Departamento de Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano, UnB, Brasília, DF)

A negritude, considerada como a afirmação de identidade, no que se refere ao pertencimento étnico-racial da população negra, é difícil de ser construída. O preconceito e a discriminação que permeiam as relações étnico-raciais no Brasil atuam de forma velada, refletindo-se nas desigualdades sócio-econômicas e na desvalorização da imagem do negro. As crianças aprendem cedo os modos de pensar e agir racistas nos diversos contextos culturais onde estão inseridas, ocasionando conseqüências na construção infantil das identidades. Este estudo focalizou essa aprendizagem cultural do racismo, que interfere na interação de crianças de diferentes pertencimentos étnico-raciais, a partir do referencial sociocultural construtivista e da concepção de *self* dialógico. A escola é compreendida como importante ambiente de socialização da criança fora do lar, e pode servir como veículo de propagação de crenças racistas, através do emprego do modelo branco de superioridade e beleza. O trabalho teve por objetivo principal investigar concepções de si, bem como crenças e valores relativos a questões identitárias e a diferenças étnico-raciais em quatro crianças pré-adolescentes do sexo feminino com fenótipo predominantemente negro, que freqüentavam uma escola do ensino público de Brasília. Ele fez parte de pesquisa mais ampla sobre o mesmo tema, que incluiu variados procedimentos, além das entrevistas, com outras crianças e com as professoras. Em relação às quatro meninas negras, suas narrativas durante as entrevistas foram investigadas visando: (1) identificar e analisar concepções, idéias, relatos de experiência, comportamentos, sentimentos ou afetos em relação a si mesmas, aos colegas e à professora, bem como aos demais parceiros de comunicação/metacomunicação, que remetam a avaliações de si construídas no contexto de sua história; e (2) analisar questões relacionadas ao preconceito, à diversidade e identidade étnico-racial e cultural, no que se refere a concepções de si e dos outros, com ênfase na compreensão dos processos de constituição de *self* destas crianças. Após transcrição integral das duas entrevistas com cada uma das meninas negras, os dados construídos foram submetidos à análise interpretativa do discurso comunicativo, que se beneficiou dos procedimentos do estudo mais amplo. Nos resultados vimos que crenças e valores racistas que circulam dentro e fora do contexto escolar, canalizam culturalmente as trajetórias de desenvolvimento de *self* de crianças negras. A desvalorização de características negras, como o cabelo crespo e a cor da pele escura, e supervalorização das brancas estão na base da dificuldade de construir concepções de si positivas associadas à negritude. A tensão criada no sistema de *self* por posicionamentos de si constituídos em interações sociais calcadas no preconceito e na discriminação foi expressa por meio da ambigüidade presente no discurso dessas meninas. Perspectivas para pesquisas e trabalhos futuros são apresentadas em decorrência da discussão dos resultados aqui obtidos.

Trabalho desenvolvido com bolsa CAPES; *Pesquisadora Orientadora, Bolsista CNPq.

Palavras-chave: raça, preconceito, meninas negras.

Nível: Mestrado

DES

O LÚDICO E A FORMAÇÃO DO EDUCADOR INFANTIL. *Valéria Queiroz Furtado* (Departamento de Psicologia Social e Institucional, Universidade Estadual de Londrina-PR), *Marilicia Witzler Antunes Ribeiro Palmieri* (Universidade Estadual de Londrina-PR), *Milka Selestina Primo**, *Priscilla Naomi Imamura** e *Tatiane Kally Miyamoto Koga** (*Universidade Estadual de Londrina-PR).

A discussão sobre a formação do educador infantil em contextos lúdicos de desenvolvimento tem sido uma preocupação atual que impulsiona um grande volume de estudos e produções teóricas. Tais estudos enfatizam o lúdico como um instrumento facilitador dos processos de ensino e aprendizagem, uma vez que a criança pequena utiliza-se da fantasia e da imaginação para compreender o complexo mundo a sua volta, devendo o educador ter consciência de que, em sua prática educativa, o brincar é uma das atividades essenciais para o desenvolvimento da identidade e da autonomia. O brincar é um espaço de desenvolvimento da linguagem, da cognição, dos valores e da sociabilidade, pois através da brincadeira, a criança se apropria dos conteúdos sócio-culturais disponíveis, tornando-os seus, através de construções específicas. Por seu turno, o educador infantil deve assumir uma postura crítica frente às teorias que embasam sua atuação, rever e atualizar seu fazer e criar estratégias de ação, as quais o levem a compreender conflitos e dificuldades postas no seu dia-a-dia escolar. É dentro desse contexto que relatamos a forma com que desenvolvemos um programa de formação continuada em educação lúdica, a 15 (quinze) educadoras infantis, provenientes de duas instituições filantrópicas pertencentes à Rede de Ensino de Londrina-PR. O objetivo foi oferecer formação teórica e fomentar discussões práticas, a fim de contribuir à conscientização profissional sobre a importância das atividades lúdicas no favorecimento da aprendizagem social. O programa incluiu: Entrevistas com as educadoras para conhecer suas concepções sobre ludicidade, e as formas nas quais inserem o lúdico no trabalho educativo; Cursos para abordar o aporte teórico-metodológico acerca do papel do lúdico na educação infantil embasado na sociocultural construtivista; Oficinas de jogos (jogos simbólicos, regras e cooperativos) e confecção de jogos educativos de materiais recicláveis; Uma sessão devolutiva às educadoras sobre os resultados obtidos. Nas entrevistas, questiona-se a amplitude do conhecimento teórico das educadoras em que se respaldam suas práticas educativas e problematiza-se se estão conscientes da natureza das atividades lúdicas que estão promovendo às crianças. Ao invés de conceberem o lúdico como promotor de aprendizado, mostrando experiência prática e reflexões pedagógicas acerca do brincar, terminam por fortalecer concepções de que alguns jogos e brincadeiras não favorecem aprendizagem. Por outro lado, cursos e oficinas ofereceram-lhes ampla gama de informações e questionamentos relativos às concepções sobre o brincar como uma atividade de construção de cultura baseado nas interações entre as crianças e que envolve aprendizagem, sendo uma forma de internalizar e recriar a experiência sócio-cultural dos adultos. O estudo mostrou valorização de vivências lúdicas cooperativas, considerando-as valiosas para favorecer o desenvolvimento da autonomia e da solidariedade, muito embora as educadoras desconhecem as formas pelas qual este tipo de vivência pode ser promovido. O estudo contribui para pensar sobre a necessidade de planejamento, desenvolvimento e avaliação das práticas educativas com relação ao lúdico como um instrumento facilitador de aprendizagem social, assim como gera novas reflexões, análises e discussões sobre concepções e práticas sócio-culturais que venham a sedimentar ações educativas enriquecedoras de discussões pedagógicas no interior das instituições.

Apoio Financeiro: Fundação Araucária – Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná.

Palavras-Chave: Ludicidade; Formação de Educadores; Educação Infantil.

Nível do Trabalho: Pesquisador – P

Código da Área de Pesquisa: DES

DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL.

RELAÇÕES COM A ESCOLA E AUTOESTIMA EM ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL. *Josiane Lieberknecht Wathier Abaid*** (Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS e Centro Universitário Franciscano, Santa Maria, RS) e *Débora Dalbosco Dell'Aglio* (Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS).

O acolhimento institucional é um contexto de desenvolvimento normalmente vinculado a experiências prévias estressantes de crianças e adolescentes. Além disso, muitos adolescentes em acolhimento têm defasagem escolar, ainda que tenham regularidade de ensino desde o ingresso neste local. Sabe-se que a escola pode se constituir em importante fonte de apoio. Sendo assim, o presente estudo teve o objetivo observar relações com a escola e autoestima em 114 adolescentes em acolhimento institucional. A idade dos participantes variou de 11 a 19 ($M=14,82$; $DP=1,48$), sendo 68 meninas e 46 meninos, estudantes de escolas públicas, na cidade de Porto Alegre. O instrumento utilizado para coleta de dados foi o Questionário da Juventude Brasileira, composto por 77 questões, que tem por objetivo investigar fatores de risco e proteção na adolescência, e que foi aplicado individualmente. Para este estudo foram utilizadas apenas as questões que se referiam à escola, tais como ocorrência de repetência ou expulsão; uma escala do tipo likert de cinco pontos envolvendo a percepção do adolescente sobre suas relações com a escola, técnicos, professores e colegas; e a questão 74, constituída pelos itens da Escala de Autoestima de Rosenberg. O projeto de pesquisa foi aprovado por Comitê de Ética em Pesquisa e as instituições de acolhimento assinaram o Termo de Concordância, além dos adolescentes terem assinado seu assentimento em participar do estudo. Os resultados apontaram que 82,5% dos participantes já haviam sido reprovados pelo menos uma vez, não havendo diferença por sexo. Além disso, 14% dos participantes relataram que já haviam sido expulsos de uma escola. Quanto à escala de relações com a escola, os adolescentes obtiveram uma média de 25,50 ($DP=6,02$), de uma pontuação que foi de sete a 35 pontos. O item com média mais elevada foi “posso contar com meus professores” ($M=3,93$; $DP=0,13$) e o que teve média mais baixa foi “confio nos colegas da escola” ($M=2,97$; $DP=0,15$), indicando que a relação de amizade e confiança entre pares parece estar mais enfraquecida entre esses adolescentes do que a percepção de apoio de seus professores. O escore de autoestima variou de 10 a 40 pontos ($M=31,95$; $DP=6,25$) e correlacionou-se de forma significativa com a percepção das relações com a escola ($r=0,24$; $p=0,05$), demonstrando que, quanto maior a autoestima, melhor é a percepção em relação à escola. Esses dados indicam que há uma grande defasagem de aprendizagem nessa amostra, devido ao elevado número de casos de repetência, embora os escores de autoestima sejam semelhantes aos de outros estudos com adolescentes não institucionalizados. Uma percepção positiva em relação à escola, envolvendo as relações com professores, colegas e técnicos, por estar relacionada ao aumento da autoestima, pode ser um fator protetivo ao desenvolvimento desses adolescentes. Nesse sentido, considera-se importante que na instituição de acolhimento, e não somente no contexto escolar, sejam valorizadas as experiências com a escola de maneira geral, dando suporte para a realização de tarefas e trabalhos de forma prazerosa e engajada. Dessa forma, o vínculo escolar estará sendo reforçado, podendo aumentar a proteção ao risco desenvolvimental destes adolescentes.

Palavras-chave: institucionalização; escola; autoestima.

Pesquisa financiada pelo CNPq.

Doutorado - D

OBSERVANDO COMPORTAMENTOS PRÓ-SOCIAIS DE CRIANÇAS INSTITUCIONALIZADAS EM UM PÁTIO ESCOLAR. *Débora Lisboa Corrêa Costa Corrêa***, *Lília Iêda Chaves Cavalcante* (Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento, Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém-Pará) e *Diene Cristina de Lima Corrêa* (Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Belém-Pará).

A revisão da literatura mostra que poucas são as pesquisas sobre comportamento de cuidado de crianças abrigadas em ambiente escolar. Este comportamento é entendido como ações de solidariedade que a criança emite ao parceiro de interação, que mimetizam o cuidado parental e que têm por objetivo oferecer suporte em situações de risco e dificuldade. A escola é um ambiente onde a criança nessa condição tem a possibilidade de ampliar e desenvolver suas habilidades sociais. Este estudo teve como objetivo investigar aspectos do ambiente físico e social que concorrem para a manifestação do comportamento de cuidado entre pares em ambiente de pátio escolar. Participaram do estudo cinco crianças abrigadas, de quatro a seis anos, regularmente matriculadas em uma escola da comunidade. Para a coleta de dados, foram realizadas dez sessões de observação, compreendendo 250 minutos de filmagem das crianças em situação de interação no pátio da escola. A partir dos momentos interativos foram identificadas quatro subcategorias do comportamento de cuidado: *ajudar (14)*, *brincar de cuidar (2)*, *estabelecer contato afetivo(7)* e *entreter (3)*. No total, foram registrados 26 episódios de comportamento de cuidado entre pares. O comportamento que teve maior frequência no ambiente escolar foi a subcategoria ajudar (14) e a menor foi brincar de cuidar (2). A frequência das subcategorias mostra que o comportamento de cuidado foi manifestado de forma bem diversificada, através da presença de todas as subcategorias. Entretanto, a análise estatística dos dados revelou que das quatro subcategorias a que teve predominância significativa ($p=0,0034$) foi o comportamento de ajudar. Dentre os cinco sujeitos focais a mesma análise mostrou que o sujeito 4 apresentou diferença significativa ($p=0,0483$) ao emitir a subcategoria estabelecer contato afetivo no pátio da escola. Constatou-se também que receptores que tinham tempo de permanência superior a 24 meses emitiram significativamente a subcategoria ajudar ($p=0,0449$). Os dados revelam que o predomínio da subcategoria ajudar provavelmente está relacionado ao perfil coletivo da escola que busca incentivar atos de solidariedade entre os envolvidos. Considera-se também que alunos que estão há mais tempo na escola mostraram-se mais receptivos ao comportamento de ajudar devido a terem estabelecido vínculos ao longo da convivência neste espaço. Percebe-se que as características pessoais do sujeito e sociais do ambiente se relacionam, como foi visto no caso do sujeito 4, que apresentou durante as sessões de observação habilidade social significativa no trato com os demais, sendo que provavelmente o caráter coletivo da escola contribui para que essas características favoreçam a manifestação do comportamento de estabelecer contato afetivo pelo participante. De forma geral, os resultados apontam que nesta pesquisa os aspectos que mais concorreram para a manifestação do comportamento de cuidado nas interações infantis no pátio da escola foram as características sociais da instituição, as habilidades pessoais dos participantes e o tempo de permanência na instituição dos parceiros. A realização de novas pesquisas poderá permitir uma maior compreensão sobre como cada um desses fatores influencia na qualidade das interações e relações construídas neste contexto específico.

Palavras-chave: comportamento de cuidado; interações infantis; ambiente escolar.

Pesquisa financiada através de bolsa da CAPES (1º autor).

Mestrado-M

CONCEPÇÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO E PRÁTICAS DE CUIDADO DE EDUCADORES DE ABRIGO. *Laiane da Silva Corrêa***, *Líliã Iêda Chaves Cavalcante e Celina Maria Colino Magalhães* (Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento, Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém-Pará)

Estudiosos do desenvolvimento vêm apontar para a relevância das situações comuns às rotinas de cuidado qualquer que seja o contexto considerado (familiar ou institucional), como momentos privilegiados de interação entre cuidador-criança e promotoras de desenvolvimento. Nesse sentido, a literatura sobre acolhimento institucional traz à tona a importância de se investigar os profissionais que cuidam das crianças a partir de concepções de desenvolvimento e práticas de cuidado, bem como o ambiente em que se desenvolvem suas atividades. Este estudo teve como objetivo investigar conhecimentos e concepções sobre desenvolvimento infantil e práticas de cuidado presentes entre educadores de uma instituição de acolhimento infantil. Fizeram parte do estudo 100 educadores responsáveis pelo cuidado diário a crianças nos primeiros anos da infância. Os educadores responderam por meio de entrevista individual e estruturada ao Inventário do Conhecimento de Desenvolvimento Infantil (KIDI), instrumento dividido em quatro categorias: práticas de cuidado, saúde e segurança, normas e aquisições e princípios do desenvolvimento. Deste universo, foram selecionados 10 educadores que compuseram as sessões observacionais, com destaque para as rotinas de cuidado na instituição, sendo que o critério para essa escolha foi a seleção com base no desempenho obtido pelos mesmos no KIDI. Das sessões observacionais foram selecionados momentos em que cada educador esteve envolvido com situações de alimentação e banho. Os resultados mostram que entre estes profissionais a maioria é mulher (99%), com mais de 35 anos, possui filhos, completou o ensino médio e tem mais de 24 meses de experiência como educador. No que se refere ao resultado da aplicação do instrumento, vê-se que 66% dos educadores acertaram em média 66 questões. Os educadores apresentaram desempenho superior a 50% de acerto em todas as categorias avaliadas pelo instrumento, entretanto os melhores resultados foram obtidos em assertivas relacionadas às práticas de cuidado (80%) e princípios do desenvolvimento (68%). A escolaridade se apresentou como variável significativa no nível de conhecimento. Observou-se ainda que o conhecimento sobre desenvolvimento infantil se apresenta como variável relevante para a qualidade das interações e do cuidado oferecido à criança nas situações de alimentação. Identificou-se que os educadores alteram a rotina, modificam o ambiente físico e social e adaptam suas práticas de acordo com a demanda e estrutura da situação, visando promover o seu bem estar, mas também o da criança, dando-lhe possibilidade de alterar o ambiente e fazer escolhas pessoais de acordo com seus interesses. Além disso, proporcionam à criança que vivem em instituição de abrigo experiências que resgatam a comunidade cultural ao qual fazem parte. A partir dos resultados encontrados neste estudo, verifica-se o quanto se faz importante conhecer o abrigo enquanto contexto abrangente de desenvolvimento. Assim como colocar em debate aspectos sócio-culturais do cuidado institucional nas suas diversas dimensões.

Trabalho financiado através de bolsa de mestrado CAPES (1ª autora); bolsa PARD (2ª autora) e bolsa de produtividade CNPq (3ª autora).

Palavras-Chave: concepções sobre desenvolvimento, práticas de cuidado, educadores de abrigo.

Trabalho de Mestrado - M.

INTERAÇÕES ENTRE IRMÃOS EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: UM ESTUDO DE CASO. *Lígia Negrão Costa***, *Celina Maria Colino Magalhães e Lília Iêda Chaves Cavalcante* (Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento, Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém-Pará)

Diversos autores têm estudado as interações entre irmãos e sua influência para o desenvolvimento nos diversos contextos, trazendo contribuições para a compreensão da dinâmica e organização da estrutura social dos grupos, das preferências e tipos de interações estabelecidas. Considerando as particularidades do ambiente institucional infantil, como espaço coletivo de cuidado, estudos que envolvem irmãos proporcionam o conhecimento dos traços peculiares presentes neste tipo de interação. Este estudo, em particular, teve como objetivo identificar os parceiros e o conteúdo das interações entre irmãos e seus pares em acolhimento institucional. Participou do estudo um grupo de irmãos composto por quatro crianças, sendo um casal de gêmeos de 4 anos, um menino de 5 anos e outro de 7, acolhidos em uma instituição de grande porte. Para a coleta de dados foi utilizado o formulário para caracterização das crianças e realização de observações das interações de cada criança com seus pares, por 10 minutos em seis sessões, utilizando a técnica do sujeito-focal. Os resultados mostraram que as crianças são oriundas de família nuclear de classe social baixa, composta por nove irmãos no total. O grupo de irmãos tem como causa do acolhimento institucional abandono, negligência, pobreza e pai/mãe usuários de álcool e drogas. Todos são reincidentes no abrigo e apresentaram um tempo total de abrigamento de dois anos e 10 meses, tempo superior ao tempo em convivência familiar para as três crianças mais jovens. Dois dos irmãos (C1 e C2) encontram-se alojados no mesmo dormitório e os demais (C3 e C4) em dormitórios diferentes. Tomando como alvo C1 em interação identificou-se quatro minutos e 30 segundos em interação com os irmãos, predominantemente com seu irmão gêmeo (4'). Já C2 interagiu por 18 minutos com seus irmãos, principalmente com C1 (15'30"). C3 interagiu com apenas um dos irmãos (C4 – 12'30"), contudo o tempo de interação com coetâneos foi superior (18') àquele desenvolvido com irmãos. C4 interagiu predominantemente com crianças do mesmo dormitório (20'), seguida dos irmãos (10'30") e não-coetâneos (30"). Apesar do agrupamento por faixa etária, observa-se que os irmãos se procuram no espaço e buscam interagir entre si. No caso dos irmãos que estão no mesmo dormitório observa-se maior tempo de interação entre eles ao se comparar com outros pares. Já no caso das outras duas crianças, o maior tempo de interação se deu com seus coetâneos. Contudo, ao analisar o conteúdo das interações verificou-se que há diferenciação das interações ocorridas entre os irmãos e demais crianças. Entre os irmãos houve maior abundância no tipo de interações positivas ao se comparar com outros pares, com destaque para a busca de proximidade com o parceiro, ajuda, estabelecimento de contato afetivo, brincadeira, entretenimento e protesto pela separação. Já entre os coetâneos foram registrados mais comportamentos de brincadeira, busca de proximidade e agressão. Assim, compreende-se a importância do abrigo enquanto contexto de desenvolvimento, colocando-se para o debate o quanto as instituições de acolhimento têm favorecido o estabelecimento das relações entre os irmãos e as estratégias utilizadas por eles para a manutenção dos vínculos.

Trabalho financiado através de bolsa de mestrado CAPES (1ª autora).

Palavras-Chave: acolhimento institucional, interação, irmãos.

Trabalho de Mestrado - M.

Código: DES

QUALIDADE EM CONTEXTOS INFANTIS: ALGUNS ESTUDOS E POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO PSICOLÓGICA.

QUALIDADE EM CONTEXTOS INFANTIS: ALGUNS ESTUDOS E POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO PSICOLÓGICA. *Celia Vectore* (Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG)

A importância dos primeiros anos de vida da criança quer para um desenvolvimento saudável ou ao contrário, com problemas já foi exaustivamente documentada pela ciência psicológica, entre outras que analisam tal fenômeno. Contudo, a despeito dos inúmeros trabalhos, a efetiva compreensão dos contextos que cuidam da criança pequena, com suas particularidades e necessidades está longe de ser adequadamente equacionada. Assim, a presente sessão coordenada tem como objetivo apresentar quatro estudos realizados em instituições infantis, sendo três deles realizados em instituições de acolhimento, voltados para o atendimento da criança em situação de risco e o outro realizado em uma pré-escola periférica, que atende crianças oriundas de estratos desfavorecidos socialmente. As pesquisas foram realizadas em cidades do interior de Minas Gerais e possibilitaram por meio do desenvolvimento de diferentes temáticas, aferir ou avaliar a qualidade dos serviços ofertados à infância. Nesse sentido, o estudo empreendido por Luciana de Souza Zumstein fará referência acerca da importância de se reconhecer e intervir em quadros de estresse infantil e para tanto, abordará a elaboração de instrumentos voltados para tal finalidade. Por outro lado, Cíntia Carvalho mostrará o quanto as narrativas das histórias infantis, representadas notadamente pelos contos de fadas são praticamente inexistentes em instituições de acolhimento, o que pode contribuir negativamente para o desenvolvimento da criança em situação de risco. Em acréscimo, ao estudo dos contextos de acolhimento, Anamaria Resende de Sousa demonstrará o pouco envolvimento e sensibilidade das educadoras, relativos à necessidade do tempo e espaço para as brincadeiras em tais contextos. Complementariamente, Débora Nogueira Tomás discorrerá sobre a pobreza das interações entre mães sociais, profissão regulamentada pela Lei nº 7644, dezembro de 1987 e as crianças acolhidas, mostrando os reduzidos diálogos e a precariedade dos vínculos construídos em instituições de acolhimento infantil. Todos os trabalhos mencionam a importância da intervenção psicológica, tanto por meio de subsídios à capacitação contínua do educador e mãe social, como pela escuta privilegiada, que pode contribuir com a identificação de necessidades, possibilitando uma adequada atuação do profissional de psicologia.

Apoio: FAPEMIG

DES

UTILIZAÇÃO DE RECURSOS MEDIACIONAIS EM QUADROS DE ESTRESSE INFANTIL. *Luciana de Souza Zumstein e Celia Vectore* (Fundação Carmelitana Mário Palmério, Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG)

Quadros de estresse estão cada vez mais presentes na rotina das pessoas e têm se tornando preocupantes, devido à relação existente entre a saúde física e mental ou à sua falta e a submissão contínua do organismo a fatores intensos e permanentes, capazes de originar e favorecer o desenvolvimento de várias doenças psicossomáticas, entre um grande espectro de distúrbios. Atualmente, uma gama de sintomas identificados em crianças pequenas são sugestivos de estresse na infância. Compreender aspectos relacionados ao estresse infantil, pelo uso de recursos mediacionais, foi o objetivo do presente estudo. Para tanto, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com as mães de crianças pré-escolares, além da aplicação da Escala de Fontes Estressoras. Para a coleta de dados junto às crianças, foram organizadas oficinas e foi elaborado um instrumento, denominado “Deu estresse na bicharada!”, contendo uma história com tema relacionado ao estresse e um tapete com os personagens da referida história. Tal instrumento assumiu a natureza de um recurso mediacional, no qual foram inseridos os critérios mediacionais, contidos no *Mediated Intervention for Sensitizing Caregivers- MISC*, a saber: focalização; expansão; mediação do significado; recompensa e autorregulação. Após a realização das entrevistas com as mães e das oficinas com as crianças, que foram videogravadas, procedeu-se à transcrição e à pontuação da escala aplicada. Os resultados obtidos por meio da escala com as mães indicaram uma alta possibilidade de as crianças participantes estarem vivenciando situações estressantes, com grande possibilidade de adoecimento físico e psíquico. Contudo, ao se analisarem os dados obtidos junto às crianças, observou-se uma incongruência entre tais achados, haja vista que, das dezesseis crianças participantes, apenas uma apresentou sintomatologia indicativa de estresse. Outro achado do estudo foi decorrente da possibilidade de utilizar o instrumento elaborado como uma forma de conhecer o que as crianças sabiam sobre o estresse e, ao mesmo tempo, intervir, possibilitando a expressão da criança acerca de várias problemáticas indicativas de estresse. A pesquisa foi realizada com dezesseis crianças, na faixa etária de quatro a cinco anos. É importante esclarecer que o instrumento mostrou-se pertinente para ser aplicado com as crianças de cinco anos; com as menores, há necessidade de novos estudos para a implementação adequada do material. Novos estudos também deverão ser efetivados, buscando compreender a dissonância dos dados das mães com os obtidos pelas crianças. Nesse sentido, talvez seja interessante veicular para o público o que é realmente um indicador de estresse e o que é esperado em termos de desenvolvimento humano na infância.

Apoio: FAPEMIG

Palavras-chave: criança; critérios mediacionais, estresse.

Mestrado

DES

HISTÓRIAS INFANTIS EM INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO: UM ESTUDO ACERCA DAS NARRATIVAS DAS CRIANÇAS ABRIGADAS. *Cíntia Carvalho e Celia Vectore* (Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, MG)

Compreender o complexo universo da criança que vive em contexto de acolhimento, sob o olhar de diversos atores sociais, foi o objetivo desta pesquisa. Para tanto, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com a equipe técnica da instituição, entre os quais, o gestor, a assistente social e o secretário, bem como, quatro profissionais responsáveis pelos cuidados às crianças nas casas lares, conhecidas como mães sociais e duas funcionárias responsáveis por fazer a cobertura de faltas das mães sociais, conhecidas como mães folguistas. Considerando a criança como um desses atores sociais, potente e capaz de se expressar, foram realizadas com três grupos de crianças de 5 (cinco) a 7 (sete) anos de idade, oficinas de histórias infantis, que buscaram, por meio das narrativas de contos de fadas tradicionais, suscitar as narrativas das próprias crianças, inseridas na instituição. Buscando estratégias para refinar a pesquisa realizada com as crianças, priorizou-se trabalhar com grupos pequenos, a fim de que pudessem ter espaço para conversação e expressão da sua subjetividade diante dos seus pares. Foram realizadas nove oficinas com o grupo 1 (crianças com sete anos de idade), nove com o grupo 2 (crianças com seis anos de idade) e sete com o grupo 3 (crianças com cinco anos de idade). Para a compreensão das narrativas construídas, protagonizadas pelas crianças, foram utilizados diversos estudiosos sobre os contos de fadas, contudo priorizou-se Jerome Bruner, teórico que evidencia os contos de fadas, como fatores importantes para a construção do pensamento narrativo. Os achados desse estudo mostraram que, as entrevistas propiciaram subsídios importantes para a compreensão dos aspectos que envolvem a realidade da criança acolhida, a saber: concepções da equipe técnica e dos funcionários acerca da criança nesse contexto, bem como, aspectos referentes ao desenvolvimento e aprendizagem das crianças; concepções acerca da família de origem e aspectos relevantes sobre situações de vínculos dentro do contexto institucional. Nesse sentido, é necessário destacar o quanto os profissionais atuantes em tais instituições, apontam as faltas e carências das crianças e de suas famílias de origem, o que parece contribuir para bloquear ou paralisar qualquer tentativa de superação da realidade atual. Em relação, às oficinas realizadas junto às crianças, as mesmas demonstraram inicialmente estarem muito distantes do universo das fadas, dos sonhos, das fantasias, possivelmente por se encontrarem tão adultificadas em suas vivências, na maioria das vezes, dolorosas e sofridas. Contudo, foi possível constatar que, os contos de fadas parecem contribuir para construções das narrativas infantis, além de possibilitar as expressões das vivências do cotidiano. Finalmente, vale apontar que, no desenvolvimento das oficinas, os contos mostraram ser capazes de resgatar a fantasia infantil, a partir do envolvimento do narrador na atividade, o qual parece se correlacionar diretamente com o envolvimento das crianças durante a atividade narrativa.

Apoio: FAPEMIG

Palavras-chave: crianças; instituições de acolhimento; narrativas infantis

Mestrado

DES

VIVÊNCIAS LÚDICAS EM INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO: UM ESTUDO COM EDUCADORAS E CRIANÇAS ACOLHIDAS. *Anamaria Rodrigues Resende de Sousa e Celia Vectore* (Prefeitura Municipal de Araguari, Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, MG)

Considerando-se as inúmeras possibilidades relativas ao brincar, que permitem à criança interagir com o outro, descobrir, estabelecer relações, buscar soluções, criar e recriar a realidade entre outras, muitas pesquisas vêm sendo realizadas com o intuito de investigar como ocorre a brincadeira em instituições infantis. Assim, o presente estudo teve por objetivo conhecer o modo como o brincar se apresenta em uma instituição de acolhimento, localizada na cidade de Uberlândia/MG, além de avaliar como as educadoras se apropriam ou não desse recurso em suas interações com as crianças. A pesquisa, eminentemente qualitativa, delineou-se sob a perspectiva histórico-cultural, representada pela concepção de Vigotski, que considera a brincadeira como atividade social humana, na qual o brincante se situa na zona de desenvolvimento próximo. Para tanto, participaram do estudo oito crianças acolhidas, sete educadoras e a coordenadora da instituição. Os dados foram obtidos por meio de filmagens das sessões de brincadeira, de entrevistas semi-estruturadas com a coordenadora e educadoras, de entrevistas reflexivas com as educadoras, a partir da transcrição dos registros vídeo-gravados, de observações da rotina e dos materiais e brinquedos disponíveis, da pesquisa documental e do diário de campo da pesquisadora. Um dos achados importantes do estudo, diz respeito às temáticas trazidas pelas crianças, as quais referiram-se maciçamente à representação de situações relacionadas ao seu cotidiano na instituição, bem como às situações vividas na família de origem, além de situações imaginárias, características do brincar. Em se tratando, das interações entre educadoras e crianças, observou-se que nas situações de faz-de-conta, ocorridas durante as brincadeiras, não foram evidenciadas nenhuma forma de estimulação da fantasia infantil pelas educadoras. Tal procedimento demonstrou o descaso ou a pouca importância atribuída à ludicidade em tais contextos. A entrevista reflexiva com as educadoras mostrou-se um importante instrumento para a compreensão dos dados, considerando que a mesma permite tanto um aprofundamento do tema pesquisado, como estimula a reflexão sobre a prática profissional, especialmente no tocante às atividades lúdicas. Nesse sentido, o trabalho lançou luzes no sentido de evidenciar a necessidade de políticas públicas eficientes e eficazes que contemplem um atendimento de qualidade, de modo que a instituição de acolhimento possa se constituir como um contexto promotor de desenvolvimento para essas crianças em situação de risco. Em acréscimo, há a urgência de investimentos em programas de capacitação contínuos e em serviço, para os profissionais ali atuantes.

Apoio: FAPEMIG

Palavras-chave: crianças; instituição de acolhimento; brincadeira; educadores

Mestrado

DES

MÃES SOCIAIS: UM ESTUDO ACERCA DAS INTERAÇÕES MEDIACIONAIS EM INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO. *Débora Nogueira Tomás e Celia Vectore* (Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, MG)

Este estudo objetivou identificar e avaliar o perfil mediacional de mães sociais atuantes em contextos de instituições de acolhimento, haja vista a importância para o desenvolvimento infantil, de interações adequadas, fomentadoras de vínculos seguros junto à criança em situação de risco. A pesquisa foi realizada em uma instituição abrigo do modelo Casa Lar, situada em uma cidade do interior de Minas Gerais e contou com a participação de quatro mães sociais responsáveis pelo cuidado de crianças de até seis anos de idade. Para a coleta de dados foram feitas observações do cotidiano institucional, entrevista com a assistente social, de modo a caracterizar a instituição e entrevistas semi-estruturadas com as mães sociais. Em acréscimo, foram realizadas vídeo-gravações dos momentos de interação entre as mães sociais e as crianças ocorridas durante atividades rotineiras, como: banho, alimentação, hora de despertar, brincar e assistir televisão. Ao todo, foram efetivadas vinte filmagens de dez minutos cada, sendo cinco de cada mãe social, o que redundou em três horas e vinte minutos de gravação. As filmagens foram transcritas e analisadas, conforme os critérios mediacionais — *Focalização, Mediação de Significado, Recompensa, Regulação de Comportamento e Expansão* — propostos pelo Programa MISC/Mediational Intervention for Sensitizing Caregivers. Os resultados revelaram que, entre os critérios de mediação elencados, o critério mediacional mais utilizado foi o de *Regulação de Comportamento*, que, muitas vezes, se refere ao que as crianças não devem fazer ou apenas orientam ou direcionam os comportamentos. Por outro lado, são praticamente inexistentes critérios relacionados à expansão e focalização, os quais se constituem em importantes estratégias de desenvolvimento cognitivo dos mediados. Os dados trouxeram à luz que, nas interações entre mães sociais e crianças os diálogos são empobrecidos, restringem-se a poucas falas, o que pode ser devido à falta de formação dessas profissionais para o exercício de sua função. O trabalho discute a necessidade de um programa contínuo de formação em serviço para as mães sociais e, além disso, aponta a relevância de novos estudos para a compreensão mais abrangente da infância sob risco que, infelizmente, faz parte do universo de um grande contingente de crianças, vivendo em contextos de acolhimento institucional e, quiçá, podem nortear políticas públicas que respondam aos anseios e direitos, desses pequenos brasileiros.

Apoio: FAPEMIG

Palavras-chave: abrigo, mãe social, critérios mediacionais, desenvolvimento infantil

Mestrado

DES

APRENDIZAGEM DA LEITURA E ESCRITA: PERSPECTIVA METALINGÜÍSTICA.

EFEITOS DO DESENVOLVIMENTO DA CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA SOBRE O DESEMPENHO EM TAREFA DE ESCRITA DE PALAVRAS. *Maria José dos Santos* (Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão) e *Soraya Tristão Mariano* (Secretaria Municipal de Educação de Nova Aurora/GO)

Ainda muito precocemente, as crianças aprendem as regras da língua oral, e o fazem por meio de seu uso, não necessitando de um ensino formal. O convívio com falantes possibilita a apropriação do código linguístico e das particularidades da língua usada no meio cultural. Ao ingressarem na pré - escola, geralmente as crianças apresentam habilidades linguísticas bem desenvolvidas, articulam bem as palavras, apresentam boa pronúncia, têm um vocabulário amplo e dominam a gramática de sua língua. Por outro lado, a aquisição da língua escrita exige um ensino formal e sistemático, sem o qual dificilmente a criança iria consegui-la. Entender os processos envolvidos na alfabetização tem se constituído em grande desafio, tanto para educadores como para pesquisadores da aprendizagem. A alfabetização envolve dois processos: a aprendizagem de uma técnica e as práticas de uso dessa técnica. Pesquisas recentes têm demonstrado que para aprender a técnica da leitura e escrita de uma língua alfabética é necessário que o aprendiz compreenda o princípio alfabético de escrita, os elos entre fonemas (sons da fala) e grafemas (letras que registram os sons da fala). A compreensão do princípio alfabético de escrita requer a habilidade de segmentar a língua falada em unidades distintas, a capacidade de perceber que tais unidades reaparecem em diferentes palavras e o conhecimento das regras de correspondência entre letras e sons. Estudos recentes realizados por pesquisadores de varias nacionalidades têm evidenciado uma alta correlação entre habilidades de segmentação do som da fala, isto é, habilidades metafonológicas e aprendizagem da leitura e escrita. Faz parte das habilidades metafonológicas a capacidade de identificação e produção de rima e aliteração, segmentação de frases em palavras (segmentação lexical), segmentação de palavras em sílabas e de palavras em fonemas (segmentação fonêmica). Estas habilidades são desenvolvidas gradualmente na medida em que a criança vivencia situações lúdicas, tais como cantigas de roda, jogos de rima e aliterações e é instruída formalmente em atividades pedagógicas voltadas para o ensino do principio alfabético de escrita, ou seja, a alfabetização. Alguns estudos demonstram que atividades voltadas para o desenvolvimento de habilidades metafonológicas no período pré-escolar auxiliam a criança compreender o princípio alfabético de escrita. Nesta pesquisa aplicamos a crianças pré-escolares um conjunto de atividades com o objetivo de desenvolver habilidades metafonológicas e avaliamos seus efeitos sobre o desempenho em tarefas de escrita. Os resultados obtidos demonstram que as crianças, após a realização das atividades tiveram um melhor desempenho nas habilidades de manipulação da estrutura sonora da fala, bem como apresentaram, nas tarefas de escrita de palavras sob ditado, escritas mais sofisticadas que obedeciam as regras do princípio alfabético de escrita de palavras. Discute-se a relevância da inclusão de atividades metafonológicas nas práticas pedagógicas da educação infantil e equívocos do treinamento metafonológico.

Palavras - chave: Consciência Fonológica; Alfabetização; Intervenção.

P

ESC

ALFABETIZAÇÃO E METALINGUAGEM: REVENDO CONTRIBUIÇÕES BRASILEIRAS. *Maria Regina Maluf* (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/SP) e *Maura Spada Zanella* (Anhanguera Educacional, São Paulo/SP)

A aquisição da linguagem escrita é um pré-requisito para o bom desempenho escolar. Nos últimos 30 anos, tanto no Brasil como em outros países, pesquisadores interessados pelo processo de alfabetização têm discutido a relação entre habilidades metalinguísticas e aprendizagem da linguagem escrita. As habilidades metalinguísticas referem-se a uma área da metacognição entendida como a capacidade dos indivíduos de refletir sobre seus próprios processos cognitivos, bem como os produtos destes, conseqüentemente a metalinguagem pode ser definida tanto como a habilidade de reflexão sobre linguagem e seus usos como a habilidade do sujeito de monitorar intencionalmente seu processamento linguístico. Enquanto uma criança, inserida em seu meio social, aprende e utiliza facilmente a linguagem oral do grupo sem que seja necessária uma reflexão sobre a estrutura ou organização da língua, incorporando-a apenas de forma pragmática, para a aprendizagem da linguagem escrita serão necessárias reflexões sobre aspectos específicos da língua, ou seja, será necessária a instalação de habilidades metalinguísticas. Isto não ocorre de forma espontânea, mas depende da intervenção de membros mais experientes do grupo social. Reflexões sobre aspectos específicos da língua são abordadas na escola quando do início da alfabetização, deste fato advém o questionamento sobre as relações existentes entre as habilidades metalinguísticas e a aprendizagem da linguagem escrita. Dentre as habilidades metalinguísticas que têm sido associadas à aquisição da linguagem escrita encontram-se: consciência fonológica ou habilidade metafonológica (habilidade em analisar a linguagem oral de acordo com suas unidades sonoras constituintes); a consciência sintática ou habilidade metassintática (habilidade para refletir sobre a estrutura gramatical das sentenças); a consciência lexical ou habilidade metalexical (habilidade para segmentar a linguagem oral em palavras); a consciência semântica ou habilidade metassemântica (habilidade de reconhecer palavras ou frases atribuindo-lhes um significado); a consciência morfológica ou habilidade metamorfológica (capacidade de refletir sobre a estrutura morfológica das palavras); a consciência textual ou habilidade metatextual (habilidade de controle deliberado, tanto na compreensão como na produção, de arranjos linguísticos maiores). O presente estudo foi realizado com o objetivo de conhecer a produção brasileira, dos últimos anos, que relaciona a aquisição da linguagem escrita e habilidades metalinguísticas. O levantamento inclui dissertações/teses de programas de pós-graduação catalogados no portal da CAPES no período de 2000-2009, bem como artigos publicados em periódicos indexados nos: portal da Biblioteca Virtual de Psicologia, LILACS, SCIELO e PEPsic no período de 2000-2010. Foram analisados os resumos dos trabalhos encontrados. Utilizaram-se como indexadores as palavras-chave: consciência (associada às especificações fonológica, lexical, metalinguística, metatextual, morfológica, morfossintática, ortográfica, semântica, sintática), habilidade (com as mesmas associações), fonologia. Cada uma das expressões foi atrelada à palavra “alfabetização”. Buscaram-se ainda as expressões: “metalinguagem e alfabetização”, “metalinguagem e leitura e escrita”. Observou-se frequência crescente de estudos com ênfase na produção de evidências de base empírica, concentração em alguns grupos de pesquisa localizados em diferentes regiões do País, ênfase maior na habilidade metafonológica e presença de algumas pesquisas de intervenção experimental. O estudo comprovou ser esta uma área de estudos em expansão que vem contribuindo para compreensão e intervenção na aprendizagem da linguagem escrita.

Palavras-chave: Habilidades Metalinguísticas; Leitura e Escrita; Alfabetização.

P

ESC

APRENDIZAGEM DA LINGUAGEM ESCRITA: UM ESTUDO COM ALUNOS DO 2º AO 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL. *Luciene Aparecida Felipe Siccherino*** (Programa de Educação: Psicologia da Educação - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/SP), *Juliana Devecchi Pinheiro de Souza*** (Programa de Educação: Psicologia da Educação - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/SP), *Edilson Gonçalves de Carvalho*** (Programa de Educação: Psicologia da Educação - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/SP) e *Maria Regina Maluf* (Programa de Educação: Psicologia da Educação - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/SP)

Esta pesquisa, sustentada pelo enfoque da Psicologia Cognitiva da Leitura, teve como objetivo verificar como se encontrava as habilidades de leitura, de escrita e de compreensão leitora, bem como seus avanços, em um grupo de crianças matriculadas no ensino fundamental, e que, portanto, recebiam instrução direta da leitura e da escrita, há pelo menos um ano e meio. Participaram deste estudo 355 crianças, sendo 123 crianças do 2º ano, 121 crianças do 3º ano e 111 crianças do 4º ano do ensino fundamental. Essas crianças pertenciam a duas escolas localizadas na região metropolitana de São Paulo, designadas neste estudo de escola “A” e escola “B”. A escola “A” atende crianças oriundas de nível socioeconômico baixo e a escola “B” atende crianças de nível socioeconômico médio-alto. Foram aplicadas as seguintes tarefas: tarefa de escrita de palavras; tarefa de reconhecimento de palavras e tarefa de compreensão em leitura. Os resultados encontrados na escola “A” mostraram que as crianças tiveram pouca evolução de uma série para outra e que as crianças da 4ª série apresentaram erros comuns aos erros das crianças que estão em processo de alfabetização. As crianças da escola “B” mostraram que a alfabetização foi alcançada por todo o grupo e houve evolução significativa entre as séries escolares, o que permite aos professores, desenvolverem um trabalho voltado a outras habilidades metalinguísticas, como por exemplo, a morfológica, a lexical, a semântica e a sintática. Os resultados comparativos entre as duas escolas demonstraram que existe uma diferença significativa entre elas, ou seja, o desempenho da escola “A” foi inferior ao desempenho da escola “B”, principalmente com as questões que envolvem o processo de alfabetização, o que nos permite inferir que essa etapa da escolarização merece maior atenção por todos os envolvidos no processo de elaboração das diretrizes, no planejamento dos objetivos e preparação das atividades relacionadas e esse período imprescindível na trajetória escolar das crianças, uma vez que o percurso pode ficar extremamente comprometido se a alfabetização não for garantida a elas. Além do mais, os professores terão dificuldade em trabalhar os conteúdos específicos das diferentes disciplinas de cada série, se as crianças não estiverem alfabetizadas. Como conclusão deste estudo foi apontada a necessidade de realização de pesquisas mais sistemáticas para conhecer outras práticas desenvolvidas pelas escolas. As crianças que participaram deste estudo em questão tinham pelo menos um ano e meio de escolarização e, portanto, deveriam ter as habilidades de leitura e de escrita, adquiridas.

Bolsistas CAPES

Palavras-chave: Habilidades Metalinguísticas; Aprendizagem da Leitura e da Escrita; Psicologia Cognitiva da Leitura.

D/M/P

ESC

CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA E APRENDIZAGEM DA LINGUAGEM ESCRITA: UM ESTUDO COM CRIANÇAS DA 4ª SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL. *Flávia Renata Alves da Silva* (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Uninove, São Paulo/SP) e *Maria Regina Maluf* (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/SP).

Com o início da alfabetização, as crianças são solicitadas a prestarem atenção à fala analisando-a em seus diversos segmentos. Nesse momento, elas devem ser ensinadas sobre os nomes das letras do alfabeto e seus sons correspondentes para desenvolverem a habilidade de leitura e escrita; essa capacidade de análise e manipulação da linguagem oral é a habilidade em consciência fonológica. Seu desenvolvimento acontece numa relação recíproca com a aprendizagem da escrita, apresentando-se como um conhecimento importante para a aprendizagem do sistema de escrita alfabético. O objetivo desta pesquisa foi o de verificar a relação entre aprendizagem da escrita e a consciência fonológica em crianças da 4ª série do Ensino Fundamental. O estudo, realizado em uma escola pública estadual da cidade de São Paulo, aconteceu em dois momentos: no primeiro, participaram 140 alunos da 4ª série do Ensino Fundamental, com idades entre 09 e 12 anos; tiveram a sua habilidade de escrita avaliada por meio de um ditado com 60 (TEP) palavras, e realizaram uma tarefa que avaliou a habilidade de compreensão e leitura de frases (TCL). Os resultados demonstraram que a habilidade de escrita dos 140 alunos se apresenta de maneira precária; na avaliação da habilidade de escrita (TEP), das 8400 palavras possíveis de serem escritas, apenas 31.76% foram escritas em um nível ortográfico, 37.42% apresentaram erros que não ferem a fonologia, sugerindo o não conhecimento das regras ortográficas de escrita, e 30.82% das palavras foram escritas com violações que ferem a fonologia, demonstrando o não domínio do princípio alfabético. Após análise desses resultados, foram selecionados dois grupos de alunos: o (G1), formado por 20 alunos com alto desempenho, e o (G2), formado por 20 alunos com baixo desempenho nessas tarefas (TEP e TCL). No segundo momento do estudo, esses dois grupos passaram por uma avaliação individual da habilidade em consciência fonológica nas tarefas de: detecção de rima (TDR), detecção de fonemas (TDF), subtração de fonemas (TSF) e substituição de fonemas (TSBF). Em seguida, os resultados obtidos nas duas etapas pelos Grupos 1 e 2 foram analisados, relacionados e comparados. Na TDR, os participantes do (G1) acertaram 98.75% e os alunos do (G2) acertaram apenas 36.25%. Na TDF, os alunos do (G1) acertaram 92.5% e os do (G2) 18.34% da tarefa. Na TSF, os alunos do (G1) obtiveram 97% de acertos, enquanto que os participantes do (G2) acertaram 4.5% da tarefa. Na tarefa de substituição de fonemas, os alunos do (G1) obtiveram 93% de acertos, enquanto que os alunos do (G2) acertaram 3.5%. Conclusão: Os resultados confirmaram a hipótese inicial de que os alunos alfabetizados apresentariam a consciência fonológica desenvolvida e os não alfabetizados apresentariam a consciência fonológica pouco desenvolvida.

Palavras-chave: Consciência Fonológica; Alfabetização; Aprendizagem da Escrita
Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.

M

ESC

INTERVENÇÃO EM CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA EM ALUNOS COM DIFICULDADES NA APRENDIZAGEM DA LEITURA E DA ESCRITA. *Lina Maria de Moraes Carvalho* (Universidade Federal do Piauí/Teresina-PI) e *Maria Regina Maluf* (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/SP)

Pesquisas recentes desenvolvidas na área da Ciência Cognitiva da Leitura no contexto global, inclusive no Brasil, evidenciam a importância das habilidades metalinguísticas, entre elas, as habilidades de consciência fonológica para promover o sucesso na aprendizagem inicial da leitura e da escrita, bem como, a eficácia de programas de intervenção pedagógica visando desenvolver habilidades de consciência fonológica para favorecer o desenvolvimento dessas habilidades e a aprendizagem da leitura e da escrita, inclusive para recuperar alunos com dificuldades nessa aprendizagem. Com base nesses pressupostos e, considerando o reduzido número dessas pesquisas no Brasil, principalmente com alunos com dificuldades na aprendizagem da linguagem escrita, este estudo teve como objetivo investigar os efeitos de um programa de intervenção - composto de atividades e jogos visando desenvolver habilidades de consciência fonológica - sobre o desenvolvimento de habilidades de consciência fonológica e de leitura e escrita de crianças de 3º e 4º anos do Ensino Fundamental com dificuldades nessa aprendizagem, em uma escola pública municipal, em Teresina-Pí. Participaram do estudo 18 crianças de ambos os sexos, com idade de 7;1 a 9;3 anos distribuídas em dois grupos, o experimental e o controle, cada um com 9 crianças. A pesquisa seguiu o delineamento quase experimental em três fases: pré-teste, intervenção e pós-teste. Os instrumentos utilizados foram: prova de consciência fonológica, provas de escrita e de leitura de palavras, prova de conhecimento de letras, e foi aplicado o programa de intervenção composto de 5 unidades de atividades e jogos visando desenvolver habilidades de consciência fonológica no níveis suprasegmentar e segmentar da fala. A intervenção foi desenvolvida pela pesquisadora com os participantes do grupo experimental, três vezes por semana, em 24 sessões de atividades, cada uma com duração de 90 minutos. Os dados foram submetidos à análise estatística por meio da aplicação do *teste t de Student*, analisados e discutidos em confronto com outros resultados de pesquisas da área, tanto nacionais como internacionais. Os resultados mostraram efeitos positivos da intervenção sobre o desempenho dos participantes do grupo experimental, tanto nas tarefas que avaliaram habilidades de consciência fonológica quanto nas tarefas de escrita e de leitura de palavras, dando suporte às hipóteses de correlação entre déficit em consciência fonológica e dificuldades na aquisição da leitura e da escrita. Os achados confirmam que programas de atividades instrutivas em consciência fonológica são eficazes para desenvolver consciência fonológica e favorecer a aquisição da leitura e da escrita em alunos com dificuldades na aprendizagem dessas habilidades.

BOLSA CAPES

Palavras-chave: Consciência Fonológica; Leitura e Escrita; Dificuldade de Aprendizagem

D

PRÁTICAS DE ALFABETIZAÇÃO: LIMITES E POSSIBILIDADES NA EDUCAÇÃO DO CAMPO. *Waldemar dos Santos Cardoso Junior* (Universidade Federal do Pará – Soure/PA) e *Maria Regina Maluf* (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/ SP)

Os professores de classes multisseriadas da educação do campo enfrentam grandes desafios, inclusive no momento de alfabetizar seus alunos. Os objetivos deste trabalho foram: conhecer o perfil dos professores da educação do campo do município de Breves localizada na Ilha de Marajó no estado do Pará; descrever as dificuldades de ensino e aprendizagem da linguagem escrita nas séries iniciais naquela realidade; relatar os modos de alfabetização e as projeções para um trabalho docente eficaz; analisar os relatos dos professores sob a abordagem das relações entre habilidades metalinguísticas e aprendizagem da linguagem escrita. A pesquisa foi realizada com um grupo de 74 professores que atuam na educação do campo em classes multisseriadas no município de Breves (PA). O instrumento de coleta de dados foi um questionário com 24 perguntas abertas e fechadas, delineado a partir dos objetivos deste estudo. O procedimento de análise de dados se baseou na abordagem qualitativa e quantitativa. Os resultados mostraram que, na sua maioria, o grupo pesquisado é formado por docentes mulheres com idade entre 31 e 50 anos, com formação em nível de magistério, trabalham um período, são funcionárias efetivas, com uma média de 1 a 10 anos de prática na alfabetização e de atuação na educação do campo. Em relação aos desafios relatados ao alfabetizar crianças, foram encontrados relatos de duas naturezas: de ordem operacional, como por exemplo, atuação em classes multisseriadas, ausência de recursos didáticos, de transporte escolar e espaço físico adequado, falta de pessoal de apoio para a manutenção da escola; e outras mais ligadas às práticas de alfabetização. Constatou-se que, em sua grande maioria, esses docentes não se referem à utilização de um enfoque teórico específico para ensinarem a ler e escrever. De modo geral, não mencionam o uso de práticas voltadas para o desenvolvimento de habilidades metalinguísticas como facilitadoras de ensino da linguagem escrita. Observa-se ainda a busca de utilização de diversos recursos didáticos e uma grande motivação para atuarem naquela realidade apesar de todos os impasses a serem transpostos. Conclui-se que é fundamental que o professor da educação do campo crie estratégias que possibilitem ao aprendiz desenvolver competências de escrita e leitura. A escrita envolve diversas dimensões; todas precisam ser ensinadas paralelamente entre si e com propostas pedagógicas de leitura, ainda que independentemente, dadas as limitadas capacidades de processamento cognitivo da criança. No momento em que o aprendiz soletra e grafa a palavra de forma fluente, automática e correta, sua atenção e capacidade cognitiva podem se concentrar em outras atividades relacionadas com o ato de escrever. Na escolarização inicial a decodificação grafofonológica é relevante para que o aprendiz adquira fluência e autonomia no momento de ler. As estratégias de converter letras em sons e juntá-los para formação de palavras têm-se mostrado mais hábeis do que aquelas baseadas em unidades maiores do que os fonemas.

Bolsa CNPq

Palavras-chave: Educação do Campo; Alfabetização; Limites e Possibilidades.

M

ESC

PESQUISA E INTERVENÇÃO NA FAMÍLIA E NA COMUNIDADE: PREVENÇÃO DE DANOS AO DESENVOLVIMENTO DOS INDIVÍDUOS.

A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E O ATENDIMENTO PRESTADO ÀS VÍTIMAS: A PERSPECTIVA DO POLICIAL CIVIL. *Patrícia Tonissi Nunes Migliato* (Programa de Pós-graduação em Educação Especial e Laboratório de Análise e Prevenção da Violência, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP) e *Rachel de Faria Brino* (Departamento de Medicina e Laboratório de Análise e Prevenção da Violência, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP).

As Delegacias de Defesa da Mulher foram criadas para combater e prevenir a violência contra a mulher, e assim, conseqüentemente, intervir a tempo de evitar a ocorrência ou agravamento de danos ao desenvolvimento dos indivíduos. Porém, alguns estudos observacionais, bem como pesquisas realizadas junto às mulheres vítimas de violência, evidenciam que o atendimento nestas delegacias é insatisfatório, marcado por costumes patriarcais, colaborando para que as mulheres não dêem continuidade à queixa de crime praticado contra elas, o que contribui com a perpetuação da violência. Sendo assim, é social e cientificamente relevante estudar a realidade que cerca o policial civil e os desafios enfrentados por ele. O presente trabalho teve como objetivo levantar e caracterizar as crenças dos policiais civis a respeito da violência contra a mulher e as suas concepções acerca de tal tipo de violência e do atendimento que prestam às vítimas. Participaram do estudo 20 policiais civis da circunscrição de uma Delegacia Seccional de Polícia do interior do Estado de São Paulo. Foram utilizados os seguintes instrumentos para coleta de dados: a) Questionário sobre Crenças a Respeito de Violência Intrafamiliar e b) Questionário sobre as concepções do policial civil acerca da violência contra a mulher e do atendimento que prestam às vítimas. A aplicação dos instrumentos ocorreu em dois momentos distintos. Por meio dos instrumentos, foram feitas análises quantitativas e qualitativas. A análise quantitativa foi obtida usando-se métodos descritivos. A análise qualitativa foi obtida a partir das categorias definidas. Os resultados obtidos indicaram que a grande maioria das respostas dos policiais às afirmações do primeiro questionário apontou para baixa porcentagem de respostas inadequadas, porém, os policiais civis que participaram da pesquisa apresentaram crenças específicas a respeito da violência contra a mulher com altas taxas de inadequação, incluindo culpabilização da vítima pela permanência na relação violenta, concepções errôneas sobre os efeitos da violência no desenvolvimento da criança e concepções que culpabilizam a vítima pela violência. Contudo, os participantes apresentaram visão mais adequada com relação a algumas crenças, tais como: concepções sobre as mulheres precisarem ou merecerem apanhar e o abuso físico ser mais ameaçador do que o abuso psicológico. As crenças nas quais os policiais civis apresentaram taxa mais elevada de respostas inadequadas podem afetar diretamente o atendimento oferecido por eles às mulheres vítimas de violência. Como principal conclusão aponta-se a necessidade de uma melhor formação aos profissionais no tocante a questões da violência contra a mulher, bem como a elaboração, realização e avaliação de cursos de capacitação para tais profissionais, visando preencher esta lacuna na formação dos mesmos.

Palavras-chave: Atendimento Policial; Crenças Patriarcais; Polícia Civil; Prevenção da Violência; Violência contra a Mulher.

Mestrado/Pesquisador

FAMI

AVALIAÇÃO DE PROGRAMA DE FORMAÇÃO PARA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE. *Rafael Siqueira de Guimarães* (Laboratório Interdisciplinar Cultura & Diversidade, Departamento de Psicologia, Universidade Estadual do Centro-Oeste – PR).

A Estratégia de Saúde da Família (ESF) é um dispositivo do Sistema Único de Saúde responsável pela entrada da comunidade ao atendimento de saúde no Brasil. Apesar de ser formada por um quadro técnico mais amplo, o Agente Comunitário de Saúde (ACS) é peça fundamental da estratégia, tendo em vista que é este o mediador do sistema com o usuário. Para tanto, seria necessário que este profissional tivesse uma formação inicial adequada (o que não é observado na realidade, como a literatura da área indica), bem como uma formação continuada que o permitisse abarcar todas as questões da saúde para promovê-la, atuando na prevenção, orientação e no encaminhamento destas questões ao atendimento técnico especializado. Neste trabalho, foi realizada a avaliação da primeira fase de uma capacitação de 160 agentes comunitários de saúde de cinco municípios da região Centro-Sul do Paraná, que envolveu: a) construção de material didático específico para a capacitação; b) organização metodológica para o trabalho com os grupos de ACS, e c) realização de encontros presenciais de capacitação. Para a avaliação, foram utilizadas entrevistas em grupo, ao longo do processo, para o levantamento da efetividade do trabalho, bem como para o levantamento das necessidades para as demais fases da formação. A principal questão levantada pelos ACS pesquisados diz respeito à definição de sua identidade profissional, pois a maioria deles não se reconhece na função, tem grandes dificuldades de interação na equipe da ESF e nem mesmo se compreende como mediador entre usuário e sistema de saúde. Como este trabalho teve como ponto de partida o conhecimento de que os ACS haviam participado de uma formação oferecida pelas Prefeituras, não houve a inserção inicial desta temática, mas partiu-se de temas mais específicos do trabalho do ACS, o que levou à necessidade de realizar encontros específicos que relacionassem a questão da identidade profissional com o trabalho técnico propriamente dito. Em relação ao processo de formação (conteúdos e metodologia), os ACS, em sua maioria, referiram que estes são muito úteis para o seu trabalho na comunidade, que houve o abarcamento da diversidade necessária para o trabalho deles junto aos usuários, que a metodologia utilizada, por ter como ponto de partida a questão prática, foi efetiva e que o material didático é de linguagem acessível e compreendeu todo o conteúdo da formação inicial. Este trabalho aponta para a necessidade de realização de formações que partam do conhecimento inicial dos Agentes Comunitários de Saúde, além de um planejamento adequado dos métodos de ensino bem como do material didático, também imprescindíveis para o trabalho.

Financiamentos: SETI - PR/Programa Universidade Sem Fronteiras 2009-2010/PROEXT/MEC/SESu 2011.

Palavras-chaves: Estratégia de Saúde da Família; Agente Comunitário de Saúde; capacitação; formação continuada; identidade profissional.

Pesquisador

FAMI

AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E SUA CONCEPÇÃO SOBRE FAMÍLIA E VIOLÊNCIA. *Roselaine de Oliveira Giusto* (Programa de Pós-graduação em Educação Especial e Laboratório de Análise e Prevenção da Violência, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP) e *Rachel de Faria Brino* (Departamento de Medicina e Laboratório de Análise e Prevenção da Violência, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP).

O Programa Saúde da Família (PSF) foi implantado no Brasil como uma estratégia de reorientação do modelo assistencial a partir da atenção básica, tendo como foco o atendimento não apenas ao indivíduo, mas também à família de uma forma integral e contínua, com ações de promoção, proteção e recuperação da saúde. Dentre os profissionais que compõem a equipe, o agente comunitário de saúde (ACS), ocupa uma posição estratégica como mediador entre a comunidade e a equipe profissional. O presente estudo teve como objetivo analisar e descrever o conhecimento e as concepções de agentes comunitários de saúde a respeito dos conceitos que envolvem a família e os fatores de risco e proteção para a violência intrafamiliar. Para isso, foram entrevistados 15 Agentes Comunitários de Saúde (ACS) que compõem as equipes de referência de Unidades Saúde da Família de uma cidade de médio porte localizada no interior do estado de São Paulo. Todos os participantes responderam a quatro instrumentos: Entrevista individual com os agentes comunitários; Questionário de Avaliação de Conhecimento sobre Fatores de Risco e Proteção; Questionário sobre Crenças a respeito de Violência Intrafamiliar e Questionário sobre violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes. Para a análise dos dados qualitativos dos instrumentos foi utilizada a Análise de Conteúdo e os demais instrumentos foram corrigidos segundo a orientação dos autores. Os principais resultados obtidos demonstram que entre os agentes permanece o modelo tradicional familiar formado pela tríade mãe-pai-filhos. No que se refere às crenças dos profissionais em relação a violência intrafamiliar envolvendo a mulher, 66,67% dos entrevistados acreditam que o comportamento da mulher possa favorecer o comportamento agressivo do homem. Quanto a concepção dos participantes a respeito das modalidades de violência contra a criança e o adolescente, apenas um entrevistado refere à negligência como uma forma de violência. Já a violência física e a violência psicológica foram citadas por todos os respondentes. Em relação aos fatores de risco relacionados à violência intrafamiliar contra a criança e adolescentes, não saber identificar com precisão e não saber como fazer em caso de suspeita foi uma alternativa considerada em três das quatro modalidades de violência nos lares (violência física, violência sexual e violência psicológica). Apenas a negligência parece ser o tipo de violência em que os profissionais possuem menor dificuldade em sua identificação. De modo geral, os resultados ressaltam a importância de uma capacitação que envolva discussões acerca do tema, com os profissionais que prestam atendimento as famílias.

Palavras-chaves: Programa Saúde da Família; Agente Comunitário de Saúde; padrões familiares; valores e crenças; violência intrafamiliar.

Mestrado/Pesquisador

FAMI

MODIFICAÇÕES FAMILIARES PERANTE O CONVÍVIO COM UMA CRIANÇA AUTISTA: ESTRESSE, DEPRESSÃO E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO EM CUIDADORAS. *Cristiane Camargo de Oliveira*** (Programa de Pós-graduação em Educação Especial, *Laboratório* de Intervenção com Famílias Especiais e *Laboratório* de Análise e Prevenção da Violência, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP) e *Ana Lúcia Rossito Aiello* (*Laboratório* de Intervenção com Famílias Especiais, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP).

A família é concebida, atualmente, de uma forma mais ampla do que tradicionalmente era vista. O nascimento de uma criança com deficiência mental ou outras síndromes pode provocar variadas reações e sentimentos em toda a família, além de mudar a estrutura familiar existente antes do seu nascimento. As preocupações com a gravidade dos sintomas, agressividade, dificuldades diagnósticas e a multicausalidade do transtorno autista podem fazer com que os cuidadores apresentem estresse e depressão. A literatura tem indicado que, na realidade, os níveis são maiores quando comparada a famílias que enfrentam outras enfermidades. O presente estudo teve como objetivo identificar e descrever medidas de estresse, enfrentamento e depressão em cuidadoras de crianças autistas, e relacioná-las com grau de severidade do autismo. Participaram quatro cuidadoras com crianças na faixa etária de cinco a oito anos de idade. Utilizou-se Entrevista semi-estruturada para coleta de dados e caracterização sócio-demográfica, composição familiar e social; Inventário de Sintomas de Stress para Adultos; *Questionário sobre recursos e estresse*; Inventário de depressão de Beck; Escala de qualificação do autismo infantil; Inventário de Estratégias de Coping e o Genograma. Os resultados indicaram que, em média, a idade das entrevistadas foi 43 anos com caracterizações bem diversificadas entre as participantes: TA, a primeira cuidadora era uma avó, estudou até o Ensino Médio, viúva e aposentada, tinha a guarda de seus dois netos, após o divórcio e recasamento de sua filha. A segunda LG, enfermeira, casada que adotou um bebê que foi “deixado” em seu trabalho, mesmo ciente que este bebê tinha altas probabilidades de apresentar algum problema ou distúrbio mental. ALG, dona de casa, mas fazia pão e “geladinho” para vender, estudou até o Ensino Médio, com dois filhos, S com dez anos e G com cinco anos, diagnosticado com autismo, cuidava dos filhos sozinha, e era recém divorciada. ALG morava no mesmo terreno em que seus pais e irmãs moravam, sendo casas coladas umas a outras. MG era casada, com Pós Graduação *Stricto Sensu* (Doutorado), e atuava como fonoaudióloga, têm dois filhos, A com onze anos e G com seis anos, diagnosticado como autista. Esta cuidadora tinha uma secretária doméstica permanente que a ajuda com seus filhos, e desde bebê ficou “esperta” por complicações que teve na gravidez e por ele chorar muito até perder o fôlego e ficar sem forças. Os resultados obtidos, embora com poucas cuidadoras, indicam que 100% das mães apresentaram estresse e todas apresentaram níveis de depressão que oscilaram entre mínimo e leve. A Escala de qualificação do autismo infantil mostrou que três crianças estavam no nível leve-moderadamente autista e um no severamente autista. As estratégias de suporte social, resolução de problemas e reavaliação positiva foram as mais utilizadas, em que se observou que as participantes LG e ALG apresentaram dois tipos, MG três tipos e TA quatro tipos de estratégias de enfrentamento. Estes resultados reforçam a necessidade de uma maior atenção e intervenção as condições de saúde desses familiares, em uma abordagem multidimensional. Palavras chaves: autismo, cuidadoras, estresse, depressão e enfrentamento.

Mestrado/Pesquisador

FAMI

ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO DAS ÁREAS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO FRENTE À VIOLÊNCIA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: CONCEPÇÕES E FORMAÇÃO. *Denise Bachega* (Laboratório de Análise e Prevenção da Violência, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP) e *Rachel de Faria Brino* (Departamento de Medicina, Laboratório de Análise e Prevenção da Violência, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP).

Apesar da seriedade de suas consequências e da frequência estimada da ocorrência dos casos de violência contra crianças e adolescente, as informações e ações concretas a esse respeito são precárias. As principais causas de subnotificação, por profissionais das áreas de saúde e educação, apontadas pela literatura são: formação profissional inadequada e despreparo quanto à identificação da violência; dúvida quanto à quebra do sigilo profissional; possíveis transtornos legais advindos da notificação; desejo, ou tentativa, de impedir a notificação por parte da família; questões estruturais como a não existência de Conselho Tutelar em determinados municípios brasileiros, e a cultura familiar. Para que as ações de prevenção e combate aos maus-tratos infantis sejam realmente efetivas, é fundamental que os profissionais presentes em escolas e serviços de saúde sejam devidamente preparados, não apenas para a identificação dos sinais que sugerem a ocorrência desses casos, mas também quanto aos encaminhamentos legais. Este estudo teve como objetivo avaliar a formação de 37 universitários nas áreas de saúde e educação, acerca de suas responsabilidades legais frente à questão da violência contra crianças e adolescentes. Para isto foram utilizados três questionários, sendo um sobre a formação recebida acerca da violência contra crianças e adolescentes, um sobre conceitos e ações relacionados ao tema e o último de avaliação sobre a formação recebida durante a graduação. Os resultados mostraram que 54,59% dos estudantes declarou ter recebido alguma formação sobre tema, enquanto 69,69% afirmou que não se considera capacitado para agir em uma situação que envolva violência contra a criança. Segundo os participantes as principais dificuldades enfrentadas pelos profissionais na identificação dos casos de maus-tratos são: falta de conhecimento e/ou informação; falta de capacitação dos profissionais e dificuldades em abordar a criança. Sobre a notificação desses casos, as principais dificuldades apontadas foram: ineficácia dos órgãos envolvidos na Rede de proteção à criança; falta de informação sobre o encaminhamento dos casos, legislação e/ou sobre a Rede e medo de represálias ou consequências para si. Assim, foi concluído que as dificuldades de atuação dos participantes em relação a violência sofrida por crianças e adolescentes parecem ser maiores quanto à notificação dos casos suspeitos. O que indica que os participantes não têm clareza sobre suas responsabilidades legais frente à questão. E que apesar do tema ter sido abordado durante a formação da maioria desses futuros profissionais, essa formação foi bastante deficitária e insuficiente para capacitá-los a agir da maneira apropriada frente a casos suspeitos desse tipo de violência.

Apoio: PIBIC/CNPq

Palavras-Chave: Estudantes de graduação. Notificação de maus-tratos. Formação de profissionais.

IC/Pesquisador

FAMI

CONFIGURAÇÕES FAMILIARES: CLÍNICA E PESQUISA PSICANÁLITICA.

A CONSTRUÇÃO DE UM VÍNCULO CONJUGAL PRECEDIDO E DETERMINADO PELA PARENTALIDADE: ANÁLISE DE CASO. *Laura Fernandes Merli*** (Laboratório Casal e Família: Clínica e Estudos Psicossociais, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP) e *Isabel Cristina Gomes* (Laboratório Casal e Família: Clínica e Estudos Psicossociais, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP)

O vínculo conjugal consiste em um tipo de relação construído a partir da intimidade e convivência do casal, que estabelece uma dinâmica de funcionamento entre ambos, ou seja, um modelo de ser casal. Bauman afirma que estamos inseridos em um mundo fluído e cheio de incertezas, que evidencia simultaneamente a liberdade e a insegurança, tornando o estabelecimento de um vínculo do casal uma tarefa árdua, uma vez que, para construir harmonia conjugal faz-se necessário renúncias pessoais, algo pouco difundido na sociedade atual. A partir de dados de uma pesquisa de Mestrado em andamento, que busca investigar o estabelecimento da conjugalidade a partir de uma gravidez, pretendemos, neste trabalho, compreender como se deu a construção de um vínculo conjugal precedido e determinado pela parentalidade, bem como, a influência da transmissão transgeracional nesta forma de vinculação. Apresentaremos os dados coletados em entrevista com o casal, a partir do referencial psicanalítico, mais especificamente da psicanálise de família e casal, buscando contribuir para a construção de conhecimento na área. Os dados foram coletados a partir de entrevista semi-aberta realizada com o casal em sua residência, abordando questões sobre a dinâmica conjugal, histórico da família nuclear e de origem de cada um dos cônjuges. Dos resultados apresentados, em relação ao histórico familiar, o casamento aconteceu cerca de um ano e dez meses após o início do relacionamento, e foi determinado pela concepção precoce do primeiro filho. Após um ano de casamento, devido às brigas constantes do casal em relação às prioridades e interesses familiares, resolveram se separar. A separação durou cerca de um ano e meio, e a reconciliação se deu em função dos problemas de saúde apresentados pelo filho mais velho do casal, atentando para influência desta gravidez na continuidade do vínculo conjugal. Após sete meses da retomada do vínculo, o casal decide ter outro filho, atualmente com dois anos de idade, fato que nos leva a inferir a necessidade de inserção de terceiros na manutenção do vínculo do casal. Sobre a dinâmica conjugal e familiar, ambos relatam terem apresentado muita dificuldade para estruturação e manutenção vincular, utilizando-se da comunicação e de renúncias pessoais para solução dos problemas. Relatam que mais recentemente, sempre que conversam sobre a educação dos filhos ou a conjugalidade partem de uma idéia construída entre eles de que “nós estamos juntos porque nos gostamos... a gente não quer se magoar, a gente não quer disputar” (SIC). Desta forma, podemos pensar que o casal vem se esforçando para construir um espaço conjunto que respeite a individualidade de cada um, na intermediação conjugal e parental. A respeito da transmissão geracional, os próprios sujeitos referem semelhanças em relação à família de origem na atuação de cada um dentro do vínculo conjugal e na construção da história familiar. Observou-se uma identidade conjugal enfraquecida, em detrimento do exercício da função parental, levando à inserção de terceiros como mediadores do vínculo. Desta forma, concluímos a presença de dificuldades na construção e vivência de uma conjugalidade plena e independente da parentalidade.

Apoio financeiro: Capes

Palavras-chave: Conjugalidade, parentalidade, transmissão transgeracional.

M

FAMI

A PARENTALIDADE EM CASAIS HOMOSSEXUAIS. *Brunella Carla Rodriguez***
(Laboratório Casal e Família: Clínica e Estudos Psicossociais, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP) e *Maria Lucia de Souza Campos Paiva* (Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Curso de Psicologia, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, SP)

Diante da realidade do “desejo de constituir família” dos seres humanos, deparamo-nos com as diversas configurações familiares e os decorrentes questionamentos e preconceitos. Aparece como grande desafio para a psicanálise a reflexão da parentalidade em casais homossexuais, que pretendemos abordar neste trabalho. A homoparentalidade, termo cunhado recentemente na França, refere à parentalidade exercida por um ou mais indivíduos homossexuais e tem se tornado a cada dia mais visível e discutida. No meio acadêmico, em especial no âmbito jurídico, notamos a disseminação do assunto como tentativa de responder aos diversos questionamentos e polêmicas geradas por este. O objetivo deste trabalho é refletir a cerca da parentalidade homossexual, pautado nos resultados de uma pesquisa na qual foram entrevistados casais homossexuais, exercendo a parentalidade. O foco do trabalho foram as especificidades que se observaram no relacionamento parental homossexual, além da compreensão do olhar dos pais com relação a seus papéis parentais. Foi utilizado o método clínico-qualitativo e os dados foram coletados e registrados em campo, através de entrevista semi-dirigida e Desenhos de Família com Estórias e as análises foram feitas com base no referencial psicanalítico. Este trabalho justifica-se pela conhecida e indubitável importância do casal parental na constituição da subjetividade dos sujeitos (neste caso crianças e adolescentes), diante disso o olhar reflexivo para com o exercício da homoparentalidade torna-se legítimo e relevante. Como resultados da pesquisa, encontramos uma posição dessas famílias diferenciada especialmente pelo fator preconceito, conseqüente falta de apoio e aceitação das famílias de origem e círculos sociais. A ausência dessas redes sociais de apoio apareceu como fator chave, afetando e dificultando o exercício da parentalidade. Ao mesmo tempo, notou-se uma maior flexibilidade no exercício dos papéis parentais por parte do casal, concomitante com uma preocupação extraordinária relacionada a suas atuações, como tentativa compensatória (da falta de um/a pai/mãe) e de um desejo de provar à sociedade sua capacidade de serem bons pais/mães. Concluindo o trabalho, notamos a necessidade de uma ética relacional que não se limite à égide biológica e reconheça a importância do vínculo na construção dessas novas formas de parentalidade. A multiplicidade de formas reveladas pela família hoje exige flexibilidade para assegurar que o preconceito e o desconhecimento não prejudiquem a compreensão dos distintos laços que estruturam as famílias da contemporaneidade. É urgente a necessidade de compreensão e flexibilidade diante dos novos formatos familiares, além da aplicabilidade de uma nova ética relacional, garantindo dessa forma a igualdade de direitos humanos.

Apoio FAPESP

Palavras-chave: homoparentalidade, família, ética relacional.

M

FAMI

RELACIONAMENTO ENTRE PAIS E FILHOS ADOLESCENTES E SEUS EFEITOS NO AMBIENTE ESCOLAR. *Ana Caroline Módena** (Graduanda do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP), *Isabel Cristina Gomes* (Professora Associada e Coordenadora do Laboratório Casal e Família: Clínica e Estudos Psicossociais, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP) e *Sandra A. Zanetti*** (Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP)

O objetivo desta pesquisa norteou-se por compreender as correlações entre o relacionamento de pais e filhos adolescentes e o relacionamento desses adolescentes com seus professores e colegas, no ambiente escolar. Para Pratta e Santos (2007) a família atual ainda exerce um papel importante no desenvolvimento de seus membros, principalmente na adolescência. Estudo longitudinal realizado por Goede, Branje, Delsing & Meeus (2009) confirma o pressuposto teórico que diz respeito à generalização realizada pelos jovens das percepções dos relacionamentos com os pais para as percepções dos relacionamentos com amigos. Foram coletados dados de três adolescentes estudantes de escola particular com idades de 15 e 16 anos, pertencentes a famílias nucleares não reconstituídas. Foram realizadas entrevistas semi-dirigidas com pais e filhos em separado e com a coordenadora das escolas. Foi utilizado o método clínico de investigação (Turato, 2003) através do estudo de caso (Yin, 2005) de cada dinâmica familiar em particular e em profundidade, enfatizando uma abordagem qualitativa enfocando quatro perspectivas: qualidade do diálogo entre pais e filhos; compreensão mútua dos desejos e das necessidades de cada um; confiança do filho nos pais e vice-versa; e demonstração de afeto mútuo, no ambiente familiar. Na família da adolescente **A.** notou-se que o diálogo restrito produzia desconfiança no ambiente familiar por parte dos pais, fator que se atrelava ao modo cauteloso que a adolescente possuía em suas relações escolares. No adolescente **B.**, cujo modo de educação escolhido pelos pais priorizava o carinho e a amizade em detrimento de um posicionamento mais hierárquico, promovia certa horizontalidade em suas relações, inclusive quando se dirigia às figuras de autoridade na escola, associando respeito às regras e deveres com a afetividade implícita nessas relações. O adolescente **C.** possuía em geral um comportamento agressivo e desrespeitoso na escola frente aos professores e colegas. No ambiente familiar, os pais estabeleciam uma relação de iguais, inclusive não havendo concordância de princípios educativos no próprio casal. Desta forma, o estilo permissivo predominava na relação parental e, não ajudava o adolescente a encontrar limites definidos, algo que se agravava no âmbito do respeito, compreensão, e confiança em todas as suas relações. O conhecimento das relações entre pais e filhos adolescentes através dos casos estudados mostrou que a compreensão mútua pode se tornar presente na família, principalmente, quando é possível ocorrer a negociação pautada nos limites hierárquicos. Nessa negociação é necessário levar-se em conta interesses individuais e coletivos, sendo um instrumento importante para o adolescente conquistar a sua autonomia. É dessa qualidade nas relações entre pais/filhos que se obtém um modelo de adequação para as interações do adolescente no espaço escolar. Dos três casos analisados em profundidade o que apresentou maior discordância no casal, frente ao exercício da autoridade parental, correlacionou-se ao adolescente com pior desempenho escolar, apresentando atitudes de desrespeito aos professores e provocador com colegas; confirmando a literatura pesquisada. Esse estudo, apesar de elucidar questões atuais importantes apresenta limitações para uma compreensão mais integral dessas relações, já que não analisa os vínculos fraternos e não observou diretamente as interações entre pais e filhos.

Apoio financeiro: PIBIC/CNPQ

Palavras-chave: relações pais e filhos, família, interação escolar.

I.C.

FAMI

CARA A CARA COM OS PERSONAGENS FAMILIARES: O USO ELABORATIVO DE UM JOGO A PARTIR DE UMA ABORDAGEM VINCULAR. *Maria Galvão Rios-Lima***

(Laboratório Casal e Família: Clínica e Estudos Psicossociais, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP), *Ana Cristina Marzolla* (Pontifícia Universidade Católica São Paulo, PUC, São Paulo, SP) e *Isabel Cristina Gomes* (Laboratório Casal e Família: Clínica e Estudos Psicossociais, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP)

Dentre as possibilidades que se verificam no atendimento a crianças, destaca-se a percepção cada vez mais difundida da relevância de se pensar o papel da dinâmica familiar no surgimento de sintomas no filho. Disto, decorrem diversas possibilidades de abordagem terapêutica, como atendimentos familiares, vinculares ou do casal parental, sendo possível, mesmo na análise individual, destacar-se o papel da família na determinação e na elaboração do sofrimento psíquico. O objetivo deste trabalho é refletir sobre a possibilidade de que a construção de jogos no espaço analítico, usados como objetos facilitadores da emergência de conteúdos familiares conflituosos, possa assumir um importante valor terapêutico. Como metodologia será apresentado um caso clínico de uma menina de oito anos atendida em psicoterapia psicanalítica pelo período de 15 meses, semanalmente, acompanhado de sessões vinculares realizadas com familiares mensalente. Como instrumento, criança e terapeuta construíram um jogo que será aqui chamado de “Cara a cara com os conflitos familiares”. O jogo original consiste em dois tabuleiros plásticos, cada um com 24 personagens. Há, ainda, 24 cartas secretas, uma com cada personagem, sendo a finalidade de cada um dos jogadores descobrir qual o personagem secreto sorteado pelo adversário. A queixa inicial decorria de sintomas de grande agitação e irritabilidade, sexualização exacerbada da criança, bem como sofrimento vivenciado em consequência da dinâmica familiar em que estava inserida. Os pais da criança encontravam-se em litígio por sua guarda, em um processo que envolvia acusações bilaterais de abuso sexual. A criança manifestava resistência em aceitar o relacionamento homoafetivo de sua mãe. Chamava atenção a dificuldade da menina em falar sobre seus pais, assim como o fato de não incluir figuras parentais em suas produções lúdicas e gráficas. A construção do jogo teve duração de nove sessões, e a menina foi escolhendo os personagens que gostaria de incluir, desenhando-os e escrevendo seus nomes e os locais do tabuleiro em que queria colocar cada um deles. Foram incluídos a menina, sua mãe, a companheira da mãe, além da terapeuta, o pai, os avós paternos, bichos de estimação e outras figuras. Na medida em que terapeuta e criança iam jogando, novos assuntos, conflitos e sentimentos começaram a surgir. Interpretações e intervenções puderam ser feitas a partir das expressões surgidas no brincar, e a criança foi se permitindo, cada vez mais, falar dos pais, reconhecendo ambivalências e podendo integrar sentimentos de diversas ordens como o amor, a raiva, a saudade. Serão apresentadas as sessões vinculares, em que pessoas da família foram convidadas a jogar. Desta maneira, os conteúdos psíquicos puderam ser ampliados, sendo interpretados no conjunto familiar. O caso apresentado constitui-se em um exemplo da possibilidade de uma intervenção analítica em que a construção de um jogo/brincadeira entre analista e criança permitiu uma comunicação efetiva dos conflitos familiares vivenciados pela paciente. Conclui-se que com a construção do jogo e a possibilidade de verbalização dela decorrente, conflitos anteriormente indizíveis, ou impensáveis, obtiveram legitimidade e um registro que permitiu o início da elaboração, além do compartilhamento com os membros da família, o que potencializou o caráter terapêutico.

Apoio Financeiro: CAPES

Palavras-chave: clínica vincular, homoparentalidade, brincar

D

FAMI

DAS PRÁTICAS PARENTAIS À VITIMIZAÇÃO DOMÉSTICA: ESTUDOS DA INFLUÊNCIA DA FAMÍLIA NO DESENVOLVIMENTO DO COMPORTAMENTO SOCIAL NA INFÂNCIA E NA ADOLESCÊNCIA.

DAS PRÁTICAS PARENTAIS À VITIMIZAÇÃO DOMÉSTICA: ESTUDOS DA INFLUÊNCIA DA FAMÍLIA NO DESENVOLVIMENTO DO COMPORTAMENTO SOCIAL NA INFÂNCIA E NA ADOLESCÊNCIA. *Marina Rezende Bazon* (Grupo de Estudos e Pesquisa em Desenvolvimento e Intervenção Psicossocial; Departamento de Psicologia; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto; Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto – SP).

A proposta de sessão coordenada articula trabalhos ligados por uma linha de pesquisa que focaliza o desenvolvimento do comportamento social, da infância à adolescência e, mais particularmente o surgimento e a persistência da conduta delitiva em adolescentes. No recorte feito para a análise e discussão, focalizou-se, para o presente, a família. A relação família e “delinqüência juvenil” é um tema de muito interesse e discussão, e sobre o qual muitas pesquisas já foram realizadas. O conhecimento científico de quais variáveis familiares são relevantes à problemática é suficientemente consolidado. Entretanto, nota-se a necessidade de entender melhor o fenômeno do desenvolvimento do problema, no tempo, da infância à adolescência, em associação às experiências familiares, também observadas no tempo. Os primeiros estudos no Grupo de Pesquisa indicavam haver uma continuidade entre práticas parentais inadequadas, incluindo formas negligência e abusos, e entre problemas de comportamento e conduta delituosa. Em uma das pesquisas, com abordagem quali-quantitativa, de natureza exploratória, cujo objetivo era o de caracterizar famílias notificadas por maus-tratos infantis aos Conselhos Tutelares, na cidade de Ribeirão Preto – SP / Brasil, analisou-se os prontuários de 55 famílias notificadas por diferentes maus-tratos e entrevistou-se 35 dos adultos/responsáveis. Em outra das investigações, de abordagem quantitativa, com o objetivo de estimar a prevalência dos maus-tratos entre as idades de 0 a 11 anos, na região de Ribeirão Preto (englobando 25 municípios), com base nas informações dos profissionais da educação, atuando em creches, pré-escolas e no ensino fundamental, aplicou-se um questionário junto a 2.024 educadores/professores. Entre os principais resultados encontrados nessas pesquisas, evidenciou-se que as crianças mais novas (com idade entre 0 e 3 anos) sofreriam prioritariamente negligência, na forma de abandono físico e emocional; entretanto, para o grupo etário subsequente (com idade entre 4 e 6 anos) as práticas de abusos físicos e de mau-trato emocional seriam as mais recorrentes; para as mais velhas (com idade entre 7 e 11 anos) a negligência voltaria a ser o tipo de mau-trato predominante, essa, porém, em sua faceta mais propriamente relacionada à implementação deficitária de práticas educativas de socialização. As análises relativas à associação de indicadores comportamentais e emocionais aos casos de maus-tratos, por grupo etário, indicaram que as crianças mais velhas apresentariam uma variedade maior de problemas externalizantes e que haveria um aumento significativo na frequência de ocorrência de modalidades de maus-tratos no decorrer das idades. Em conjunto, esses resultados deram pistas sobre uma possível articulação, no tempo, entre a exposição às diferentes formas de maus-tratos e as conseqüências por eles geradas, levando-se em conta o próprio desenvolvimento infantil, para um determinado sub-grupo de crianças, indicando a necessidade de se adotar uma perspectiva desenvolvimental para compreender o problema em foco. Nesse continuum de problemas, denotou-se um papel de destaque da negligência, numa primeira etapa, fragilizando os laços e, num segundo momento, provocando um desengajamento do adulto com relação a práticas de socialização. Assim, novos projetos de pesquisa mais específicos foram propostos e estão sendo desenvolvidos com o intuito de corroborar esses apontamentos e identificar novos elementos de análise.

Palavras-chave: abuso da criança; práticas de criação infantil; relações pais-criança.

FAMI- Psicologia da Família e da Comunidade

O DESENVOLVIMENTO DA PROBLEMÁTICA DOS MAUS-TRATOS INFANTIS:UM ESTUDO DAS PERCEPÇÕES E DAS PRÁTICAS PARENTAIS AO LONGO DO TEMPO. *Lilian Paula D. Bérghamo** e Marina Rezende Bazon* (Grupo de Estudos e Pesquisa em Desenvolvimento e Intervenção Psicossocial; Departamento de Psicologia; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto; Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto – SP).

Pesquisas apontam que para uma compreensão aprofundada dos maus-tratos infantis é preciso considerá-los sob o aspecto de cronicidade, sendo que tendem a acumular-se e/ou manifestar-se sob diferentes tipos, ao longo do tempo, em articulação às consequências produzidas no plano do desenvolvimento infantil, as quais também modificam-se e/ou acumulam-se. O objetivo desse estudo foi o de verificar essa proposição, descrevendo as práticas parentais atreladas à produção dos maus-tratos, em diferentes faixas etárias, e, dentro disso, destacar a percepção dos cuidadores/mães quanto à criança e seu comportamento. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com delineamento de casos múltiplos (n=14). Três grupos foram constituídos, a partir de notificações feitas ao Conselho Tutelar, considerando as idades das crianças: 0-3; 4-6 e 7-11 anos. Para a coleta de dados utilizou-se um Questionário de Caracterização sócio-demográfica e um roteiro de Entrevista Semi-Estruturada sobre a história do desenvolvimento infantil e a relação cuidador-criança, bem como sobre as situações de maus-tratos ocorridas. As informações de cada “caso” foram analisadas individualmente para compreender a dinâmica de cada um e, posteriormente, os “casos” foram comparados de modo a obter convergências e divergências. Os resultados apontam que na faixa de 0 a 3 anos as mães manifestam não compreender determinados comportamentos característicos da idade, reprovando comportamentos típicos da idade, demonstrando terem expectativas com relação ao comportamento infantil acima das possibilidades da criança; nesse sentido, percebem-na negativamente quando apresenta demandas de cuidado que contrapõem-se às expectativas relativas às necessidades de saúde, alimentação, afeto ou educativas/de socialização. Dentro disso, as interações são preponderantemente negativas, com a utilização de práticas coercitivas, como “gritos” e “palmas”, e denota-se maior dificuldade em atender às necessidades emocionais das crianças (como acalmá-las quando estão chorando) e de supervisão (relativas à proteção). Na faixa de 4 a 6 anos, as mães continuam indicando não compreender comportamentos característicos da idade, percebendo a criança negativamente, sobretudo, devido ao incremento de desafios ligados à socialização (pois a criança questiona mais a autoridade parental e as estratégias empregadas). Nesse sentido, as interações parecem se tornar mais negativas, havendo a utilização de punições verbais e físicas de modo mais freqüente. Denotam-se dificuldades em responder adequadamente às necessidades de socialização infantil. Na faixa de 7 a 11 anos, as análises apontam a preponderância de “expectativas frustradas” quanto aos comportamentos infantis e a crença de que a “criança não vai mudar, só vai piorar”; essa assenta-se na percepção de que a criança apresenta muitas dificuldades comportamentais e de que isso impacta negativamente as práticas parentais. Dentro disso, as punições físicas e verbais continuam e intensificam-se. Quanto à satisfação das necessidades da criança, os relatos apontam dificuldades de supervisionar, sobretudo no que tange à proteção e à escolarização. Considerando as análises por faixa etária, há indicadores de que os maus-tratos se manifestam na forma de negligência entre 0 e 3 anos, na de abuso físico e psicológico entre 4 e 6, e na forma dos três tipos de maus-tratos entre 7 e 11, denotando-se, portanto, a continuidade, acúmulo e a complexificação do fenômeno no tempo.

Bolsa FAPESP

Palavras-chave: abuso da criança; práticas de criação infantil; relações pais-criança.

D – Doutorado

FAMI- Psicologia da Família e da Comunidade

A NEGLIGÊNCIA PARENTAL E AS CONSEQUÊNCIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO COMPORTAMENTO SOCIAL EM CRIANÇAS ENTRE 6 E 8 ANOS. *Mara Silvia Pasian** e Marina Rezende Bazon* (Grupo de Estudos e Pesquisa em Desenvolvimento e Intervenção Psicossocial; Departamento de Psicologia e Educação; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto; Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto – SP).

Crianças e adolescentes são vítimas de maus-tratos que causam, a curto e longo prazo, consequências a elas e à sociedade. A negligência, segundo estudos em vários países, é a modalidade de maus-tratos mais recorrente e, pode ser descrita, quando presente de forma crônica, como um padrão de comportamento parental marcado pela ausência de respostas a necessidades infantis físicas, emocionais e de socialização, que concorre para que haja baixa frequência de interação adulto/cuidador-criança, sendo que as interações, quando ocorrem, em geral, negativas/coercitivas. Práticas parentais inadequadas e experiências adversas na infância são fatores de risco para problemas de comportamentos. Tendo isso por base, o presente trabalho teve por objetivo estudar as consequências da negligência no desenvolvimento do comportamento infantil, em crianças com idade entre 6 e 8 anos, em fase inicial de escolarização, considerando ser esse período crucial em termos de aprendizagem de regras e normas de funcionamento social. Trabalhou-se com três grupos: GRUPO 1 - formado por crianças recrutadas a partir de notificações ao Conselho Tutelar por negligência; GRUPO 2 - formado por crianças recrutadas no contexto escolar a partir de indicações de professores, baseados em suspeitas de negligência; GRUPO 3 - formado por crianças também recrutadas em escolas, a partir de indicações de professores com vistas a compor um grupo de comparação (sem suspeita de maus-tratos/negligência). Cada grupo foi constituído por 30 crianças que foram equiparadas no plano sócio-econômico e diferenciadas em termos de exposição a risco familiar uma vez que os 90 cuidadores/responsáveis foram avaliados com o Inventário de Potencial de Maus-tratos Infantil (o CAP-Inventory, versão brasileira) tendo-se verificado diferenças significativas no plano do potencial de abuso/negligência entre os GRUPOS 1 e 2 com relação ao 3. Para avaliar as crianças aplicou-se o Inventário de Comportamentos da Criança e do Adolescente (CBCL) e o Inventário de Comportamentos da Criança e do Adolescente/Relatório para Professores (TRF). Foram feitas análises estatísticas descritivas, o teste Exato de Fisher e Análises de Variância. Os resultados obtidos indicam, com relação aos aspectos do desenvolvimento infantil, que o GRUPO 3 apresentou diferenças significativas perante os GRUPOS 1 e 2 (similares entre si) em diversas variáveis avaliadas, sendo que a maioria das crianças desses grupos apresentou escores em níveis limítrofes ou clínicos (ao passo que a maioria das crianças do GRUPO 3 apresentou escores em níveis normais) nas funções adaptativas “realização de atividades”, “socialização”, “desempenho acadêmico”, “aprendizagem”, “comportamento adequado” e “escores totais”; em “problemas externalizantes” e “problemas totais”. No que se refere aos síndromes e transtornos mentais as diferenças encontradas foram em “comportamento de quebrar regras”, “comportamento agressivo”, “déficit de atenção”, “transtorno opositor desafiante” e “transtornos de conduta”. Pode-se afirmar que as crianças notificadas por negligência, bem como as suspeitas de viverem essa problemática, porém não notificadas, manifestam problemas desenvolvimentais significativos, muitos dos quais relativos a comportamento social inadequado, em uma etapa muito sensível, o que suscita enorme preocupação, pois a não superação desses incrementa as chances de enfrentarem desafios adaptativos cada mais maiores, numa espiral de problemas.

Bolsa CAPES

Palavras-chaves: desenvolvimento da criança; relações pais-filhos; negligência

D – doutorado

FAMI- Psicologia da Família e da Comunidade

FATORES DE RISCO E DE PROTEÇÃO ASSOCIADOS AO DESENVOLVIMENTO SOCIAL: COMPARAÇÃO ENTRE ADOLESCENTES INFRATORES E NÃO-INFRATORES. *Maria Angélica de Souza da Silveira**, *Maria Cristina Maruschi***, *Ruth Estevão e Marina Rezende Bazon* (Grupo de Estudos e Pesquisa em Desenvolvimento e Intervenção Psicossocial; Departamento de Psicologia; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto; Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto – SP).

A maioria dos adolescentes apresenta comportamentos de risco, incluindo transgressões e até mesmo algum ato infracional; isso é parte de um processo normativo. Para um subgrupo, entretanto, a emissão de tais comportamentos, devido a persistência e gravidade, indica uma problemática no plano do desenvolvimento psicossocial. Entender o processo desenvolvimental que resulta em um padrão estável de comportamento envolvendo a prática de atos infracionais, na adolescência, não é uma tarefa simples, sendo que a abordagem mais promissora, no sentido de aproximar-se do conjunto de determinantes, apóia-se no modelo transacional entre fatores de risco e de fatores de proteção. Na literatura, há certo consenso sobre as dimensões relevantes e os principais fatores em cada uma delas. A família é, sem dúvida, uma dimensão a ser considerada, sendo os principais fatores de risco, nesse âmbito, eventos negativos na história da família (separações, mortes, acidentes, doenças e aprisionamento dos responsáveis) e status socioeconômico [considerados fatores estáticos], e conflitos/discórdias, práticas parentais inadequadas (disciplina e supervisão) e atitudes e comportamentos anti-sociais nos adultos (normas e valores familiares) [considerados fatores de risco dinâmicos]. No que tange aos fatores de proteção, a literatura destaca a coesão familiar e a força do vínculo entre o adolescente e os responsáveis, normas e valores familiares pró-sociais e práticas parentais adequadas. Tendo por base essa síntese, o presente estudo teve por objetivo apreender e descrever a experiência de adolescentes quanto à exposição a fatores de risco e de proteção no tocante ao desenvolvimento da conduta infracional, no domínio “família”, comparando um grupo de adolescentes com boa adaptação social e um grupo com histórico de envolvimento em prática de delitos. Para tanto, um roteiro de entrevista foi elaborado e aplicado em 24 adolescentes, sendo seis de cada uma das idades compreendidas dentro da faixa etária de 14 a 17 anos, sendo 12 deles considerados com boa adaptação social (recrutados em escola pública) e 12 com histórico oficial de envolvimento infracional (recrutados em audiência de apresentação à Promotoria Pública). As entrevistas realizadas foram gravadas e transcritas na íntegra, para posterior análise de conteúdo. Constatou-se que os adolescentes de ambos os grupos são expostos a fatores de risco na família. A diferença é que os com boa adaptação social referem mais fatores de risco estáticos, relativos à história da família, ao passo que os infratores referem fatores estáticos, mas também fatores dinâmicos, atuando no presente, destacando-se nesse plano um alto nível de discórdia familiar e práticas parentais inadequadas, incluindo punições corporais (abuso físico). No que concerne aos fatores de proteção, em ambos os grupos as categorias referidas são equivalentes, sendo que os adolescentes sublinham a coesão familiar. Os adolescentes com boa adaptação diferem nesse plano, entretanto, na medida em que, de modo geral, referem boa vinculação com a figura materna e paterna, ao passo que os infratores referem melhor vinculação com a figura materna. Tais resultados sugerem quais aspectos parecem efetivamente relevantes, no contexto familiar, para o aparecimento e a manutenção do comportamento infracional. Estudos futuros devem verificar a consistência de tais indicações.

Apoio: Pró-reitoria de Graduação da USP “Ensinar com Pesquisa”

Palavras-chaves: fatores de risco e de proteção; família, delinquência juvenil

FAMI- Psicologia da Família e da Comunidade

A CONDUTA DELITUOSA NA ADOLESCÊNCIA: UM ESTUDO DE CARACTERIZAÇÃO DA FAMÍLIA SEGUNDO O REFERENCIAL DA TEORIA DA REGULAÇÃO PESSOAL E SOCIAL DA CONDUTA. *Marina Azôr Dib***, *Jorge Luiz da Silva*** e *Marina Rezende Bazon* (Grupo de Estudos e Pesquisa em Desenvolvimento e Intervenção Psicossocial; Departamento de Psicologia; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto; Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto – SP).

A relação família e “delinquência juvenil” é um tema relevante. Segundo a Teoria da Regulação Pessoal e Social da Conduta, nesse tocante, importa verificar, de forma sistêmica, o vínculo do adolescente com a família por meio da análise do investimento de tempo compartilhado pelos membros em atividades conjuntas, do apego, considerando a qualidade da comunicação recíproca, da modelação do adolescente em família, no tocante a normas e valores sociais, e do tipo de disciplina e supervisão empreendidas. Em paralelo, seria importante considerar aspectos contextuais passíveis de impactar a dinâmica da vinculação como o status sócio-econômico da família, a conjugalidade e o número de filhos. Assim, esse trabalho teve por finalidade caracterizar a família de um grupo de infratores nessas dimensões. Aplicou-se um questionário composto por 131 questões, em 36 adolescentes do sexo masculino, com idade média de 16 anos, recrutados em um programa de execução de Liberdade Assistida. Os dados foram analisados por método descritivo. Os principais resultados indicam, em termos de caracterização sócio-demográfica, que grande parte (67%) provém de famílias com renda de até 2 salários mínimos, sendo que 92% dos responsáveis possuem emprego, exercendo atividade pouco qualificada, e 40% já receberam ajuda da assistência social. Eles possuem, em média, 3 irmãos e 50% vivem em lares reconstituídos, sendo que 31% possuem somente a mãe como responsável legal. Apesar de 94% terem pai vivo, 36% não consideraram a figura paterna como significativa. No que concerne aos aspectos do vínculo com a família, segundo a percepção dos mesmos, destaca-se que o investimento em atividades, em tempo significativo, com os membros da família, é referido por poucos, sobretudo com a figura paterna (apenas 17%) e com os irmãos (8%). A comunicação recíproca envolvendo “conversar sobre pensamentos e sentimentos” é também uma prática comum a apenas 14% dos adolescentes, quando referem-se à figura paterna, e a 36% quando referem-se à figura materna. No que respeita às práticas educativas, poucos adolescentes também referem sentirem-se submetidos a regras como ter que fazer as refeições em família (17%) e ao tipo de amigos/colegas com quem podem se relacionar (14%) e, em termos de supervisão, apenas 30% deles referem que o pai e 50% que a mãe sempre sabe onde está e com quem. Quanto à modelação, 33% informam que um membro da família (pai, mãe e/ou irmão mais velho) já praticou delito, sendo que 20% afirmaram que o pai já fora preso. Os resultados, em conjunto, permitem dizer que os infratores estudados caracterizam-se, em geral, por viverem em famílias marcadas por certas desvantagens sociais e econômicas e, em termos dinâmicos, que experienciam relações familiares frágeis nos aspectos atinentes à vinculação familiar que podem regular a conduta, uma vez que, além de expostos a modelos divergentes, em família, matem, em geral, um relacionamento com os responsáveis caracterizado pelo distanciamento, em termos de comunicação e, dentro disso, não se sentem constrangidos por normas/regras familiares. Estudos complementares com amostras maiores e diversificadas, para fins de comparação, devem ser implementados com vistas a confirmar e aprofundar tal conhecimento.

Bolsa CAPES

Palavras-chave: família, delinquência juvenil, adolescente.

M – Mestrado

FAMI- Psicologia da Família e da Comunidade

CONFLITO CONJUGAL, ENGAJAMENTO PATERNO E DESENVOLVIMENTO INFANTIL EM CRIANÇAS DE 4 A 6 ANOS: UM ESTUDO CORRELACIONAL. *Simone Dill Azeredo Bolze** e Maria Aparecida Crepaldi* (Laboratório de Pesquisa em Saúde, Família e Comunidade – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis – SC).

A presente pesquisa visa a caracterizar a relação entre engajamento paterno e conflito conjugal. O estudo é embasado no pressuposto de que o envolvimento do pai com o filho tem papel específico no desenvolvimento infantil saudável, especialmente no que concerne à socialização e controle da agressividade. O conceito de engajamento paterno é definido como a participação e a preocupação contínua do pai biológico ou substituto a respeito do desenvolvimento e bem-estar físico e psicológico de seu filho. O engajamento abarca sete dimensões de interação que são suporte emocional, abertura ao mundo, cuidados básicos, jogos físicos, evocações, disciplina e tarefas de casa. Dentre essas, o pai parece desempenhar, principalmente, atividades de disciplina, através da imposição de limites e regras, de jogos físicos, a qual inclui comportamentos que se exprimem por diferentes tipos de contato físico com a criança, e de abertura ao mundo, que implica na figura ativa do pai enquanto seu filho explora o mundo externo. Em contrapartida, o conflito conjugal entre pais e na presença da criança parece ser um importante preditor para o desenvolvimento de distúrbios cognitivos, comportamentais e relacionais na infância e adolescência. Por essas razões, se hipotetizou que o engajamento paterno com o filho seria maior quanto menor fosse frequência de conflito conjugal entre os pais. Para tanto, o presente estudo, de caráter transversal e exploratório, contou com a participação de 50 famílias biparentais de crianças de 4 a 6 anos provenientes de quatro cidades localizadas no Sul do Brasil. Os instrumentos utilizados foram: Questionário Sociodemográfico, Questionário de Engajamento Paterno (QEP), Escalas de Táticas de Resolução de Conflito Conjugal (CTS2) e o Questionário Floreal. Os dados da pesquisa foram submetidos ao pacote estatístico *Statistical Package for Social Sciences* e analisados de forma descritiva e correlacional. Os resultados mostraram que, em média, os casais consideraram ter uma relação conjugal harmônica com uso de estratégia de negociação. Os dados sugerem que, de acordo com a percepção materna, o conflito entre pai e mãe e na presença da criança parece prejudicar, principalmente, duas dimensões do engajamento paterno que são disciplina e cuidados básicos ($p < 0,05$). É possível, também, observar que quanto mais a mãe apresenta atitudes de reciprocidade negativa ($p < 0,05$) e personalidade individualista ($p < 0,01$), menos o pai investe na criança. Dessa forma, os resultados indicam que o engajamento paterno depende, sobretudo, de comportamentos maternos. Esses achados devem encorajar a formulação de políticas públicas que promovam o bem-estar da família, incluindo o pai em diversas formas de interação com seus filhos.

Palavras-chave: pai – engajamento paterno – conflito conjugal

M

Código da área da psicologia: FAMI

SOFTWARES PARA ENSINO E PESQUISA NO CONTEXTO DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO.

SOFTWARES PARA ENSINO E PESQUISA NO CONTEXTO DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO. *Carlos Rafael Fernandes Picanço*** (Universidade Federal do Pará).

A literatura da análise do comportamento deixa evidente a crescente demanda por automatização e refinamento de procedimentos de coleta, registro e análise de dados. O desenvolvimento de *softwares* tem sido uma estratégia frequentemente utilizada por grupos de pesquisa na tentativa de superar as limitações decorrentes do controle manual dos parâmetros de certos procedimentos. Procedimentos não automatizados podem exigir um tempo mais extenso de planejamento e um número maior de experimentadores e/ou técnicos para sua realização a contento. A partir da informatização-automatização, procedimentos antes inviáveis podem se tornar viáveis e, algumas vezes, extremamente práticos. Atualmente, é possível encontrar uma diversidade de *softwares* em desenvolvimento e que são atualizados com alguma frequência, em várias áreas da análise do comportamento, em especial na área de controle de estímulos. A quantidade e qualidade dessa diversidade parece não ser conhecida. Uma sessão coordenada com o tema “Softwares para ensino e pesquisa no contexto da Análise do Comportamento” mostra-se relevante, pois pode permitir a divulgação de algumas dessas tecnologias, além de favorecer o intercâmbio entre grupos de desenvolvedores que até o momento atuam independentemente, apesar dos objetivos comuns. O objetivo explícito, então, é de apresentar algumas das ferramentas desenvolvidas até o momento e que estão em pleno uso por analistas do comportamento, seja para a pesquisa, seja para o ensino. Em ordem alfabética, as referidas ferramentas são: EAM, METLab, ProgMTS e REL. Como cada *software* é um produto direto das demandas de investigação na análise do comportamento, seria possível, a partir da análise das capacidades de cada ferramenta, inferir quais tem sido os interesses correntes para cada contexto de pesquisa. Adicionalmente, a sessão coordenada pode se configurar como uma situação para incentivo e colaboração neste campo específico de desenvolvimento de *softwares*. Ao longo da preparação desta sessão surgiram questões como: a) Um site para a disponibilização de ferramentas desse tipo poderia ser útil para área? b) Seria viável no presente momento?; c) Há a possibilidade, também, de disponibilização das ferramentas com seus códigos fontes, em que medida isto seria favorável para a área, para os desenvolvedores?; d) Quais as ferramentas-tecnologias de ponta no cenário nacional?

Palavras-Chave: AEC, *Softwares*, Ensino-Pesquisa.

Outro

MET

EAM - CONTINUANDO UM SOFTWARE PARA PESQUISA ANALÍTICO COMPORTAMENTAL SOBRE CONTROLE DE ESTÍMULOS. *Carlos Rafael Fernandes Picanço***, *Dráusio Capobianco e Romariz da Silva Barros* (Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém, PA).

Diversos estudos da análise experimental do comportamento utilizam softwares que auxiliam na coleta, registro e análise de dados. O objetivo deste estudo foi dar continuidade a um software (EAM 4.0.04, versão planejada e implementada por Dráusio Capobianco), implementando funcionalidades para a coleta, registro e análise de dados no contexto da Escola Experimental de Primatas da UFPA. Adicionalmente, o estudo procurou identificar variáveis de contexto que permitiram a continuação do software. A linguagem de programação utilizada foi o Object Pascal. O código foi originalmente escrito por meio da interface de desenvolvimento (IDE) Delphi 7, mas foi transposto, sem perdas significativas, para a IDE Delphi XE, versão mais recente até aquele momento pois oferecia maior usabilidade. O EAM 4.0.04 permitia a execução de sessões por meio de arquivos de configuração (*.TXT). As sessões podiam ser compostas de diferentes blocos, cada bloco com um número específico de tentativas. Diferentes tipos de tentativas eram possíveis (e.g., Discriminações Simples e Discriminações Condicionais). Cada tentativa poderia possuir um conjunto de estímulos. Cada estímulo um conjunto de configurações (e.g., posição, esquema de reforçamento (e.g., CRF, VI, DRL), consequência associada ao cumprimento do esquema). Ao final da sessão um relatório com algumas informações registradas ao longo da sessão era gerado. Naquela versão, novos arquivos de configuração eram preparados por meio de uma custosa rotina, envolvendo o uso de outros programas. Não era possível, também, a elaboração de certos procedimentos (envolvendo o cumprimento de critérios entre blocos), e algumas informações relevantes não eram registradas. Dentre as principais funcionalidades implementadas na versão até então mais recente (EAM 4.1.4.0), destaca-se o ambiente para a preparação de arquivos de configuração (e.g., ferramentas de edição e criação de sessões, algoritmos para a aleatorização de posições), a adição de informações relevantes ao arquivo de relatório (número de respostas na tela, número de respostas a cada estímulo, latência em milissegundos, etc.), a possibilidade de se programar de forma combinada diferentes critérios (acertos, erros consecutivos) para encerramento ou prosseguimento entre blocos e a utilização de interfaces USB, para *outputs* e *inputs* sob o protocolo RS232. As principais variáveis de contexto que permitiram a continuação do software, na qualidade realizada, foram: a) o código original seguiu boas práticas de programação; b) o planejamento do programa original foi orientado por princípios de orientação a objeto; c) a continuação ocorreu por meio de IDE amigável; d) houve demanda de programação sem sobrecarga de trabalho ou prazos estritamente definidos. O processo deve continuar no sentido de melhorar o ambiente para a preparação de sessões e automatizar a análise de algumas informações do relatório, bem como planejar um formato de apresentação dessas informações de maneira mais clara e passível de mobilidade para outras ferramentas de análise (Microsoft© Excel, por exemplo).

Palavras-chave: ensino de relações de controle, *software* de ensino, continuação de *software*.

Outro

MET

MTSLAB - SOFTWARE COM UMA ABORDAGEM DE TEORIA DE GRAFOS PARA O ENSINO DE LEITURA POR MEIO DE EQUIVALÊNCIA DE ESTÍMULOS. *Celso Socorro Oliveira* (LEIA – Laboratório de Ensino Informatizado e Aprendizagem, Departamento de Computação, Universidade Estadual Paulista - UNESP, Bauru - SP).

Muitos estudos analítico-comportamentais baseados no modelo de Equivalência de Estímulos utilizam softwares para o Ensino de Leitura com compreensão em ambiente escolar. No estado de São Paulo, as escolas estaduais adotaram o pacote padrão de oito a doze computadores em rede (com sistema operacional Windows e UNIX), com um sistema centralizado em um único computador e máquinas virtuais em cada equipamento da sala. Tal configuração implica em restrições ao uso dos computadores, tanto de desempenho quanto de acesso às funções do administrador da rede, pois nem todo tipo de software pode ser instalado pelo professor/experimentador. O objetivo deste trabalho foi desenvolver um software (MTSLab, linguagem Object Pascal, por meio da interface de desenvolvimento Delphi 7.0) para apresentação de tarefas de Matching-to-Sample (MTS) e Ensino de Leitura, tanto para fins científicos quanto práticos. O software não necessita de instalação e exige poucos recursos, funcionando com pouca memória e discos de 51/4” como mídia. A versão atual (implementada em 2009), ampliou o número de conjuntos de estímulos, incluiu a possibilidade de demonstração da formação de grafos parciais e, também, permitiu experimentos onde os estímulos fossem Sinais de LIBRAS, símbolos de LIBRAS impressos, figura e texto impressos. O software pode operar em ambiente DOS ou Windows e funciona com um arquivo de texto como entrada. O arquivo utiliza uma sintaxe específica para realizar a apresentação de estímulos e tarefas. O processo de escolha da ordem de treinos das tarefas de MTS se beneficiou da Teoria de Grafos. Cada classe de estímulos pode ser representada como um Grafo (G), composto de três elementos: um conjunto de nós **N**, um de arcos **A** e o de relações **Psi** (ψ) que associam pares de nós de **N** a um arco de **A**. O MTS nesse caso seria interpretado como uma operação que associa o nó do conjunto **B** ao conjunto **A** no arco **AB**, pela relação **Psi** (**A**, **B**). Realizada a tarefa, o software fornece um relatório contendo as informações de execução e o cálculo da performance dos participantes, incluindo a taxa de acertos.

Apoio financeiro: PROEX-UNESP.

Palavras-chave: equivalência, software, grafos.

P

AEC

REL – UMA FERRAMENTA PARA O ENSINO DERIVADA DA PESQUISA EM CONTEXTO DE ENSINO INDIVIDUAL. *Grauben José Alves de Assis, Márcio dos Santos Braga e Valdez Moraes de Souza* (Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém, PA)

A automatização pode ser considerada uma vantagem das tecnologias de ensino informatizadas. Ela favorece tanto uma mensuração mais precisa do processo de ensino para fins de pesquisa, quanto a utilização por diferentes educadores. Ela também evita um contato direto dos educadores com aspectos técnicos do processo. A informatização pode permitir ao docente avaliar em tempo real o desempenho dos alunos, desenvolver uma rotina de registro de dados comportamentais, análise e interpretação imediata dos resultados e assegurar o controle sobre variáveis que possam interferir no ensino. Em qualquer tarefa que for utilizada para fins de avaliação do repertório comportamental, o resultado deve refletir o quanto o aluno está sob influência do conteúdo das classes de variáveis da tarefa. O presente trabalho apresenta uma ferramenta com tais vantagens, especificamente desenvolvida para programar contingências de ensino e testes no estudo do comportamento, denominada REL (relações entre estímulos). O REL foi desenvolvido usando a linguagem de programação *Java* e o gerenciador de banco de dados *Mysql*. A linguagem de programação *Java* foi escolhida por ser simples, orientada a objetos, portátil e segura. Outro fator determinante na escolha dessa linguagem de programação foi a grande variedade de bibliotecas de código-livre disponíveis. O gerenciador de banco de dados *Mysql* foi selecionado por ser de código aberto, apresentar ferramentas gratuitas e ser bastante utilizado na comunidade da informática. No REL foram utilizados os padrões MVC (*Model-View-Controller*) e DAO (*Data Access Object*). O padrão MVC permite a separação da parte lógica da parte visual, conseqüentemente, organizando o código fonte e facilitando a manutenção do programa. O padrão MVC se divide em três elementos: Modelo: representa os dados do sistema e as regras de acesso e atualização dos mesmos; Visão: define como os dados serão exibidos, como formulários de cadastro de informação ou janelas de execução da programação de blocos; e Controle: traduz os eventos que ocorrem na visão para ações que o modelo deverá executar. Por exemplo, traduz que objeto irá tratar a seleção de uma figura na execução de um bloco. O padrão DAO permite a criação de uma interface de acesso ao banco de dados, tornando a ferramenta independente do mecanismo de armazenamento de banco de dados. O usuário deve construir seus arquivos de controle experimental e um arquivo de estímulos. O grupo intitulado “Laboratório de Estudos do Comportamento Complexo” cadastrado no diretório de pesquisa do CNPq, tem utilizado essa ferramenta em suas pesquisas ao longo dos últimos 10 anos e preparado condições para transferir essa tecnologia à comunidade. Um programa dessa natureza foi elaborado para apoiar pesquisas conduzidas em laboratório, e possui muitas versões. Conclui-se que a ferramenta precisa de alguns ajustes para explorar outras variáveis relevantes, além de atualizar seus recursos de áudio e vídeo. Entretanto, o programa já apresenta uma grande economia para o processo de ensino e pode ser compartilhado por um maior número de usuários. Apoio financeiro: Bolsa de Produtividade em Pesquisa pelo CNPq para Grauben José Alves de Assis.

Palavras-chave: tecnologia de ensino, ensino informatizado, metodologia.

P

MET

SOFTWARE PROGMTS: POSSIBILIDADES DE DELINEAMENTO E CONDUÇÃO DE PROGRAMAS DE ENSINO EM ANÁLISE EXPERIMENTAL DO COMPORTAMENTO. Daniel Calocci Marcicano** (Instituto de Física de São Carlos, Universidade de São Paulo), João dos Santos Carmo (Universidade Federal de São Carlos e Instituto Nacional sobre Comportamento, Cognição e Ensino) e Paulo Sérgio Teixeira do Prado (Universidade Estadual Paulista, campus Marília).

Pesquisas que utilizam a tecnologia de controle de estímulos necessitam, cada vez mais, de refinamento de procedimentos de coleta, registro e análise de dados. São diversos os parâmetros, as medidas, as técnicas e operações utilizados pelos pesquisadores em análise experimental do comportamento, por exemplo: latência, intervalo entre tentativas, tempo de apresentação de um estímulo, liberação imediata de consequência, atraso na apresentação de estímulos, etc. O formato de “escolha de acordo com o modelo” (*matching-to-sample* ou MTS) tem sido amplamente utilizado nas pesquisas, tanto em seu formato tradicional quanto em suas variantes (*matching* com atraso; *matching* de resposta construída, etc.). Diferentes programas computacionais têm sido desenvolvidos, em diferentes linguagens de programação, com o objetivo de suprir as necessidades dos pesquisadores na busca de maior precisão, controle e reprodução automática das sessões. O objetivo deste trabalho é apresentar o ProgMTS, um *software* especialmente desenvolvido para pesquisas que utilizam a tecnologia de controle de estímulos. O ProgMTS foi desenvolvido em linguagem Object Pascal, e tem como função permitir o planejamento e execução de programas de ensino que tenham como base o procedimento MTS. Cada programa de ensino possui um número de tentativas, e um “id” (numero de identificação) no *software*, o que permite uma identificação das tentativas em qualquer condição. Dentre as possibilidades do ProgMTS, têm-se: a) criar, editar e excluir programas de ensino visualmente em uma interface gráfica amigável e de fácil compreensão; b) criar critérios de finalização ou redirecionamento com base na quantidades de erro ou acerto de tentativas; c) ordenar sessões e tentativas apenas arrastando-as para seu destino (*drag and drop*); d) programar tentativas com o procedimento de MTS, CRMTS (*Constructed-Response Matching to Sample*) e *Dragging* (Arrastar o estímulo e soltar); e) as consequências podem ser um texto, uma imagem, um áudio ou um vídeo; f) programar procedimentos de correção; g) editar duração da visibilidade do modelo nas tentativas; h) programar dicas (*prompts*); i) habilitar contorno nos estímulos; j) apresentação de vídeos, áudios, imagens ou textos explicativos durante a tentativa; k) editar intervalo de tempo após uma tentativa específica; l) controle da repetição do comando, e possibilidade de repetição apenas do áudio do modelo; m) é possível clonar uma sessão ou tentativa já existente e modificar apenas as propriedades pertinentes para futuras utilizações; n) pré-análise da sessão feita em uma planilha eletrônica; o) exportar, ao final da sessão, um arquivo *.xls, por meio do qual é possível filtrar os dados por qualquer campo e obter porcentagens de erros e acertos parciais. Atualmente experimentos estão sendo conduzidos em pesquisas que envolvem avaliação e ensino de repertórios matemáticos e de leitura e escrita.

Apoio financeiro: FAPESP/CNPq

Palavras-chave: Software ProgMTS, Linguagem Object Pascal, Desenvolvimento de programas de ensino.

P

MET

INVESTIGAÇÕES EM GESTÃO DE PESSOAS E DO TRABALHO: IMPACTOS NO DESEMPENHO E NA SAÚDE DO TRABALHADOR.

RELAÇÃO ENTRE CARACTERÍSTICAS DE PERSONALIDADE DE FUNCIONÁRIOS E TIPOS DE LIDERANÇA ELEITOS PARA A RESOLUÇÃO DE SITUAÇÕES CRÍTICAS DO SETOR HOTELEIRO. *Marley Rosana Melo de Araújo* (Laboratório de Avaliação e Testagem em Psicologia, Universidade Federal de Sergipe, Aracaju-SE), *Othon Cardoso de Melo Neto*** (Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, Universidade Federal de Sergipe, Aracaju-SE), *Diogo Araújo de Sousa*** (Mestrado em Psicologia, Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS) e *Thiago Cavalcante Lima*** (Programa de Pós-graduação em Ciências do Comportamento, Universidade de Brasília, Brasília-DF).

A Teoria Caminho-Meta constitui uma teoria componente da abordagem situacional, desenvolvida para explicar como o comportamento de um líder influencia a satisfação e o desempenho dos subordinados, incluindo variáveis situacionais. As características da situação somadas às características dos subordinados determinam o potencial para aumentar a motivação dos subordinados e o modo como o líder deve agir para que isso aconteça, assim como influenciam as preferências dos subordinados para um determinado estilo de liderança, influenciando na satisfação dos mesmos. Esta pesquisa teve por objetivo investigar, à luz das características de personalidade dos subordinados, a seleção de tipos de liderança específicos (diretivo, de apoio, orientado para realizações e participativo) para resolver situações críticas ocorridas no setor hoteleiro. As características de personalidade estudadas foram locus de controle, autoritarismo, percepção de autoeficácia e necessidade de estruturação. Todos os membros do quadro de pessoal de uma empresa hoteleira de Aracaju-SE participaram da pesquisa (24 pessoas). Foram criadas duas situações hipotéticas ocorridas em ambiente hoteleiro com 4 tipos de resolução representativos dos tipos de liderança, para que os participantes manifestassem qual tipo de liderança eles consideravam resolver melhor a situação. Adicionalmente foi aplicado um diferencial semântico para apurar características de personalidade preponderantes. As situações versavam sobre: 1) imposição para as camareiras de uma meta mais exígua de tempo de arrumação dos quartos do hotel para fazer jus a uma bonificação (fator Exigência de Produção); 2) recorrência de equívoco no fechamento da conta dos hóspedes por uma recepcionista (fator Natureza da Tarefa). Na situação 1, resultados de ANOVA Kruskal-Wallis relacionando atributos dos subordinados e seleção de tipos de liderança para resolver a situação demonstraram associações significativas ou promissoras para as variáveis autoritarismo e liderança Participativa ($X^2=8,52$, $gl=3$, $p=0,04$) e para as variáveis necessidade de estruturação e liderança Participativa ($X^2=6,60$, $gl=3$, $p=0,09$). As pessoas que elegeram a liderança participativa para resolver a situação de exigência de produção imposta às camareiras apresentaram mais traços de autoritarismo e menor necessidade de estruturação, traduzindo desconforto em receber ordens e o interesse em participar das deliberações da empresa no que tange às políticas de produtividade, assim como menor necessidade de esclarecimento quanto às tarefas a serem executadas e quanto às atitudes e desempenhos esperados. Na situação 2, resultados do mesmo teste revelaram associações significativa para as variáveis autoritarismo e liderança Participativa ($X^2=8,42$, $gl=3$, $p=0,04$) e para as variáveis percepção de autoeficácia e liderança Participativa ($X^2=10,31$, $gl=3$, $p=0,02$). As pessoas que elegeram a liderança participativa para resolver a situação de equívoco da recepcionista na realização de tarefa corriqueira apresentaram mais traços de autoritarismo e de percepção de autoeficácia, traduzindo desagrado em se submeter ao direcionamento de um líder, mesmo diante de uma situação de falha pessoal, assim como a convicção exacerbada acerca da própria competência. É de suma importância levar em consideração, na aplicação dos estilos de liderança, as características dos subordinados e da situação, visto que os trabalhadores vêm de modos diferentes as tarefas e possuem graus variados de necessidades de esclarecimento, independência, tolerância à autoridade, entre outros fatores individuais.

Palavras-chave: liderança; setor hoteleiro; Teoria Caminho-Meta.
Nível do trabalho: IC

Código da área: ORG

USO DE LIDERANÇA SITUACIONAL PARA SOLUCIONAR SITUAÇÕES CRÍTICAS DO SETOR HOTELEIRO. *Thiago Cavalcante Lima*** (Programa de Pós-graduação em Ciências do Comportamento, Universidade de Brasília, Brasília-DF), *Marley Rosana Melo de Araújo* (Laboratório de Avaliação e Testagem em Psicologia, Universidade Federal de Sergipe, Aracaju-SE), *Othon Cardoso de Melo Neto*** (Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, Universidade Federal de Sergipe, Aracaju-SE) e *Diogo Araújo de Sousa*** (Mestrado em Psicologia, Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS).

O conceito de liderança, sua aplicação e seus impactos são fatores de grande importância nos estudos e nas práticas organizacionais. Numerosos estudos têm demonstrado que variações na liderança estão relacionadas a variações na moral e produtividade do grupo, e pesquisas buscam descobrir os aspectos situacionais que tornam um líder eficaz. Segundo a Teoria Caminho-Meta, uma teoria situacional, o propósito do líder é motivar seus seguidores, traçando metas e os melhores caminhos para alcançá-las, além de administrar a criação de oportunidades, eliminar barreiras na realização das tarefas e recompensar pelo bom desempenho. O líder deve adaptar sua maneira de liderar de modo que haja uma compensação de fatores deficientes ou ausentes no ambiente, gerando aumento na satisfação, aceitação da liderança e motivação para desempenhar a tarefa. Esta pesquisa teve por objetivo verificar se o contexto situacional (variáveis exigência de produção, informações para tomada de decisão, estrutura da tarefa, natureza da tarefa, gestão de processos e relações interpessoais) influencia no julgamento da eficácia do estilo de liderança. Todos os membros do quadro de pessoal de uma empresa hoteleira de Aracaju-SE participaram da pesquisa (24 pessoas). O instrumento, utilizado por meio de recursos áudio-visuais, consistia de slides com 8 histórias em quadrinhos. Cada história apresentou uma situação crítica acontecida em ambiente hoteleiro que demandava uma resolução pelo líder. Em seguida eram apresentadas possíveis soluções para cada situação crítica ilustrando, cada uma, um tipo de comportamento do líder (diretivo, de apoio, orientado para realizações e participativo). Os participantes deveriam julgar e justificar qual comportamento do líder era mais eficaz para resolver a situação crítica. O teste Qui Quadrado empreendido em cada uma das situações críticas apontou escolhas significativas de determinados comportamentos de liderança a depender da situação, corroborando recomendações da Teoria Caminho-Meta. A situação ilustrativa do fator Exigência de produção (situação de trabalho que impõe uma meta de desempenho quantitativo ou qualitativo a ser alcançado dentro de um intervalo de tempo) gerou escolha significativa da liderança Participativa para sua resolução eficaz ($X^2=19,75$, $gl=2$, $p<0,001$). A situação ilustrativa do fator Informações para tomada de decisão (existência ou não de informações que esclareçam qual o procedimento a ser tomado diante de determinadas situações) gerou escolha significativa da liderança de Apoio para sua resolução eficaz ($X^2=10,33$, $gl=3$, $p=0,016$). Quando a situação ilustrou o fator Natureza da tarefa (as tarefas do cargo assumem um caráter de maior ou menor dificuldade/complexidade para quem as realiza) houve escolha significativa da liderança Orientada para realizações para sua resolução ($X^2=8,33$, $gl=3$, $p=0,04$). E finalmente, a situação ilustrativa do fator Estrutura da tarefa (as atividades e responsabilidades do cargo estão demonstradas de maneira clara ou estão ambíguas) teve a liderança Orientada para realizações como escolha significativa para sua solução ($X^2=12,33$, $gl=3$, $p=0,006$). Concluímos que os líderes devem identificar corretamente as características críticas de cada situação, identificar quais comportamentos são requeridos, e então ser flexíveis o suficiente para exibir esses comportamentos. Não se trata de descobrir o melhor estilo de liderança, mas sim o mais eficaz para uma determinada situação.

Palavras-chave: liderança; setor hoteleiro; Teoria Caminho-Meta.

Nível do trabalho: IC

Código da área: ORG

DIAGNÓSTICO DE CLIMA ORGANIZACIONAL: UMA FERRAMENTA PARA O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMPRESA. *Saulo Pereira de Almeida**, *Maria Mércia dos Santos Barros** e *Marley Rosana Melo de Araújo* (Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Sergipe, Aracaju-SE).

A pesquisa de clima organizacional objetiva verificar como as pessoas se sentem nas organizações, a maneira como elas interagem entre si e com os clientes, e a influência disto para a empresa e para elas próprias, visando a melhoria no trabalho e no relacionamento interpessoal. Este resumo apresenta uma pesquisa de clima organizacional que objetivou conhecer os pontos fortes e fracos de uma indústria têxtil localizada em Aracaju, os quais podem subsidiar o planejamento estratégico da empresa. Foi utilizado um questionário contendo questões relativas a dados sociodemográficos e à avaliação dos fatores de clima (Comunicação; Condições de trabalho; Cooperação; Crescimento profissional; Liderança; Políticas e normas da empresa; Realização profissional; Reconhecimento profissional; Relacionamento interpessoal; Remuneração/benefícios e Treinamentos). O conteúdo semântico dos fatores era ilustrado por 4 itens dispostos em escala intervalar de 10 pontos. Participaram 112 colaboradores, sendo 95,5% do sexo masculino. A maioria das idades (80,4%) se concentrou até os 35 anos. Em relação ao estado civil, 40,2% declararam serem casados, 37,5% solteiros, 21,4% têm união estável e 4,5% são separados. A escolaridade variou entre Ensino Fundamental Incompleto e Superior Completo, sendo que a maioria (55,4%) possui Ensino Médio Completo. Quanto à renda, grande parte dos funcionários (50,9%) afirmou possuir renda familiar mensal de até 2 salários mínimos e apenas 8,9% possuem renda familiar superior a 4 salários mínimos. No que se refere ao tempo de trabalho, a maioria (40,2%) possui de 1 a 3 anos de serviço na empresa. Quanto aos fatores, as respostas dos participantes demonstraram a prevalência da percepção compartilhada acerca de cada componente de clima organizacional. Remuneração e benefícios (M=7), Treinamento e Desenvolvimento (M=7), Comunicação (M=7,1) e Reconhecimento profissional (M=7,1) representam os elementos avaliados de forma menos positiva; Relacionamento Interpessoal (M=8,3) e Realização Profissional (M=8,3), os elementos avaliados de forma mais favorável comparativamente. O clima organizacional é percebido pelos participantes de maneira positivada (médias acima de 7), não sugerindo aspectos de maior gravidade que precisem ser tratados com urgência pela administração da organização. Este resultado pode apontar para uma legitimação pelos colaboradores da maneira como a gestão de processos, produtos e pessoas vem sendo encaminhada na empresa. Contudo, é importante atentar que a organização possui metas estratégicas quanto à excelência de desempenhos a ser alcançada, e índices mais altos de avaliação de clima organizacional constituem uma destas metas. A premissa básica para a implementação de um programa bem sucedido de gestão do clima sustenta-se na qualidade das informações fornecidas pelo diagnóstico, uma vez que a finalidade deste é subsidiar, de forma fidedigna, a estruturação de ações eficazes para a melhoria do clima organizacional e fundamentação do planejamento estratégico da empresa. Desta forma, em virtude de o planejamento estratégico constituir um processo interativo da análise de pontos fortes e fracos com vistas ao ajustamento da organização às condições de mudança, torna-se indispensável para a gestão das empresas conhecer como cada um dos fatores de clima organizacional comparece no universo corporativo, suas funções e seus limites, com vistas ao alcance de melhorias imprescindíveis à efetividade organizacional.

Palavras-chave: Clima organizacional, diagnóstico, planejamento estratégico.

Nível do trabalho: IC

Código da área: ORG

ESTRESSE OCUPACIONAL EM BANCÁRIOS: UM ESTUDO POR MEIO DA ESCALA DE VULNERABILIDADE AO ESTRESSE NO TRABALHO. *Luciana Cardoso Lessa de Carvalho Leite**, *Maria Mércia dos Santos Barros** e *Rejane Lucia Veiga Oliveira Johann* (Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Sergipe, Aracaju/SE)

O estado de estresse reflete um conjunto de reações e de respostas do organismo necessários à preservação de sua integridade, compreendendo a necessidade de um organismo de adaptar-se ou ajustar-se às pressões impostas pelo ambiente. A interação entre as características do indivíduo e as demandas do meio irá propiciar a resposta ao estresse. Frente à cobrança contínua pela resolução de problemas e obtenção de produtividade no mercado atual, trabalhadores que desenvolvem atividades sob pressão, além de experimentarem prejuízo para a sua saúde, acarretam ainda, um alto custo para a organização, visto que este quadro pode ocasionar absenteísmo, *turnover*, queda de produtividade e doenças físicas e mentais. O presente estudo teve como objetivo analisar os níveis de estresse em caixas de banco da cidade de Aracaju/SE. A amostra foi constituída por 21 caixas bancários, sendo 13 homens e 8 mulheres, com idade entre 25 e 60 anos, escolaridade mínima de Ensino Médio Completo. O instrumento utilizado foi a Escala de Vulnerabilidade ao Estresse no Trabalho (EVENT). A escala foi aplicada de forma individual em sala reservada, logo após o consentimento da instituição e do participante, sendo que este último assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os dados resultantes da escala EVENT foram lançados no programa Estatístico SPSS 17.0 e foi realizada análise de frequência para posterior comparação com o grupo normativo da escala denominado *grupo profissional 2*. Os resultados apontaram a presença de elevado nível de estresse quanto aos fatores Clima e Funcionamento Organizacional, e Pressão no Trabalho, e muito elevado nível de estresse quanto ao fator Infra-Estrutura e Rotina. O Estresse Total também apareceu acima da média para a categoria profissional. Estes resultados ratificam a ideia de que o trabalho sob pressão pode elevar o índice de estresse, bem como pode trazer prejuízo à saúde do trabalhador. Deste modo, fazem-se necessárias intervenções profissionais para a aplicação de estratégias adequadas de enfrentamento.

Palavras-chave: Estresse ocupacional; Bancários; EVENT.

Nível do trabalho: IC

Código da área: ORG

SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA: PROPOSTAS E PESQUISAS EM ORGANIZAÇÕES.

APOSENTADORIA E QUALIDADE DE VIDA: PERDAS E GANHOS NA VISÃO DOS PROFESSORES DO ICHF-UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF). *Janes Santos Herdy* (Profa Adjunto IV) e *Dyana Miranda da Silva** (Departamento de Psicologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ)

O crescimento considerável da população mundial, em longevidade, tem estimulado estudiosos e pesquisadores a explorarem o tema em várias vertentes no sentido de contribuir com a qualidade de vida pessoal e profissional dos indivíduos. Os estudos científicos sobre a aposentadoria vêm crescendo e consideramos que esta preocupação pauta-se também no crescimento considerável da população mundial. No Brasil, há vários estudos com esta temática e as últimas pesquisas do IBGE apresentam as estatísticas da faixa etária acima de 60 anos, crescendo de forma significativa, apresentando uma perspectiva para 2020 de 32 milhões. Historicamente, o trabalho ganhou na sociedade um sentido de valorização e utilidade, assim, sua perda pode acarretar uma série de conseqüências psíquicas e emocionais para o sujeito. O interesse pelo tema por parte das autoras originou-se em experiências familiares, e observações no trabalho, o que gerou um projeto de extensão intitulado “Um novo olhar sobre a aposentadoria”, que vem estimulando outras iniciativas de estudo. Acredita-se na importância significativa do Programa de Aposentadoria por contribuir com a qualidade de vida do aposentando, a medida em que auxilia na administração desta nova etapa de vida, minimizando possíveis situações que contribuam para o seu adoecimento, seja físico, mental, emocional e psíquico. Esse trabalho objetivou averiguar, principalmente, o que pensam os professores de terceiro grau sobre as perdas e ganhos na aposentadoria. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, e também a pesquisa de campo. Para obter as informações sobre o tema, elaborou-se um questionário com vinte e três perguntas tanto em nível quantitativo, como qualitativo, de forma aberta, fechada e semi-aberta. A amostra foi retirada de um dos Institutos da Universidade Federal Fluminense sendo entrevistados professores de cinco cursos. Entre os resultados destacam-se: a noção de *ganhos* que se remeteu a uma idéia de que a aposentadoria não representa apenas uma fase de angústia e inseguranças, mas também um momento para o descanso e para se dedicar a interesses que, devido ao trabalho, foram esquecidos e nessa nova etapa poderão ser resgatados; o fim de certas obrigações que as atividades profissionais exigiam e que no momento da aposentadoria não representarão mais nenhum desconforto. Outro fator é maior dedicação à família e aos amigos. Quanto à noção de *perdas* na aposentadoria fica evidente e significativa a questão financeira, como também na perda do vínculo de trabalho, destacando-se o relacionamento com colegas e alunos ao longo do percurso. Na visão dos professores entrevistados, na aposentadoria pode se experimentar a perda de identidade, do sentimento de importância que o trabalho oferece, assim como uma redução na qualidade de vida, pois com a perda financeira o indivíduo não consegue manter seu padrão social e aquisitivo que antes possuía. Em relação aos programas de preparação para aposentadoria e suas vantagens para a qualidade de vida do aposentado, obteve-se os seguintes resultados, 72% não conhecem e somente 28% afirmaram conhecer algum. Sobre justificativas às respostas afirmativas, alguns consideram importantes, interessantes, significativos, pois ajudam esclarecer o modo como as pessoas deveriam pensar o momento da aposentadoria, encaminhando e direcionando-as.

Palavras Chaves: Aposentadoria, Qualidade de Vida, Perdas e Ganhos
Outro - TCC – monografia

ORG

ADOCIMENTO X QUALIDADE DE VIDA NA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. *Aline da Silva Marques*** (Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ)

O adoecimento ocupacional é resultado das condições do ambiente e da organização do trabalho. Na UFF, segundo Emiliano (2008), os primeiros dados levantados pelo setor responsável pela avaliação da saúde ocupacional dos servidores datam de 2002, quando houve estudo das licenças concedidas entre 2000-2002. Observou-se incidência de adoecimentos em servidores da área de saúde do sexo feminino; e prevalência de transtornos mentais, doenças circulatórias e do sistema osteomuscular. Estes indicadores permanecem até hoje. Salientamos que as estatísticas são subestimadas porque os afastamentos não chegam a equipe de saúde. Muitas doenças não são informadas por se pensar que são “normais”, além dos indivíduos terem vergonha de adoecerem. Com estes dados, podemos perceber que as novas tecnologias (computadores, mesas, cadeiras), as condições do ambiente físico e a forma como o trabalho está organizado estão influenciando o adoecimento dos trabalhadores da UFF. Além disso, por um longo período toda estrutura política passa a não priorizar a destinação de investimentos para as universidades, acarretando na diminuição de concursos públicos, o que contribui na precarização das condições de trabalho e infra-estrutura. Na UFF, em 2004, criou-se o Programa Qualidade de Vida do Servidor, que visa minimizar o adoecimento dos servidores e melhorar sua qualidade de vida, além da implantação e manutenção de projetos de prevenção para proporcionar saúde, bem-estar e satisfação ao servidor, não visando assim apenas a produtividade. Um dos objetivos era mudar a forma como a instituição atendia seus servidores: mudar o foco da doença para a busca da saúde. Um dos indicadores de resultados é a quantidade de atendidos: nos primeiros cinco anos o crescimento foi de: 705,34%. Em 2005 foram 506; em 2006, 591; em 2007, 839; em 2008, 1535 e em 2009, 3569. Os resultados qualitativos também foram muito importantes, p. ex.: detecção, durante a aferição de Glicemia, de um servidor com taxa de 424 mhg, que foi acompanhado ao hospital e tratado; detecção de servidores com hipertensão arterial, que são orientados sobre seu estado de saúde; percepção da satisfação dos servidores quanto às mudanças positivas ocorridas em suas vidas; etc. Hoje o trabalho exerce uma importância muito grande para os indivíduos, pois as relações sociais estão, em geral, vinculadas ao trabalho: as relações sociais estão demarcadas pelas perspectivas originadas da posição do indivíduo dentro e fora do contexto do seu ambiente profissional. As condições de trabalho, então, deverão ser modificadas para a melhoria da saúde do indivíduo e para que o homem, em seu trabalho, sintasse-se mais satisfeito.

Palavras Chaves: Qualidade de Vida – Humanização do Trabalho – Adoecimento Mestrado – M

ORG

MULHERES UNIVERSITÁRIAS, PADRÕES DE BELEZA E ESTRESSE. *Maria Cláudia Tardin Pinheiro* (Faculdade Mackenzie Rio de Janeiro,RJ) e *Patrícia da Motta Vieira Figueredo* (Faculdade Mackenzie Rio de Janeiro, RJ)

Beleza feminina e estresse são dois fenômenos recorrentes nos grandes centros urbanos, instrumentalizados pela mídia para fomentar o consumo de diferentes produtos e serviços. Nesses centros, o estresse provocado por mudanças contínuas e a necessidade de adaptação frente a tais mudanças, deixam o sujeito vulnerável ao sofrimento psíquico pela dificuldade de se adaptar a realidade, distorcendo-a, o que interfere em sua habilidade de pensar e ressignificar os conflitos da vida, gerando a quebra da homeostase do aparelho psíquico e produzindo somatizações (ESPER; NEDER, 2004, p.2). No que tange ao fenômeno da beleza, fundamentalmente feminina, esta parece ser uma condição legitimadora da imagem da mulher nas publicidades brasileiras impressas (PINHEIRO, 2007), reduzindo a apreciação de sua identidade aos padrões estéticos vigentes, sem levar em consideração outros atributos que, usualmente, são apreciados na identidade dos homens. A partir desses dois fenômenos, a pesquisa em questão objetivou verificar a hipótese de que os padrões de beleza são potenciais estressores para mulheres universitárias, uma vez que a pressão da estética feminina aumenta a vulnerabilidade da mulher frente à percepção de sua autoimagem. Como objetivos específicos, este estudo investigou a relação entre idade e classes econômicas com os padrões de beleza e estresse. A proposta metodológica desse estudo foi descritiva, no que diz respeito ao objetivo e, bibliográfica e de levantamento, no que diz respeito ao procedimento técnico. Os instrumentos utilizados na pesquisa foram: o Inventário de Sintomas de Stress para Adultos de Lipp (ISSL) (2005) e um roteiro de entrevista, semi-estruturada, por autoria das pesquisadoras. A amostra constitui-se de estudantes universitárias, de faixa etária de 19 a 35 anos, de uma instituição privada de ensino superior, localizada no centro da cidade do Rio de Janeiro. Esta pesquisa identificou que a quase totalidade das entrevistadas se preocupa com cuidados de beleza, assim como mostram-se estressadas nas fases de resistência e exaustão, duas das três fases propostas pela Síndrome da Adaptação Geral (SAG) de Hans Selye (1965). As que estavam na fase de exaustão manifestaram muita dificuldade em aceitar sua aparência física. Ao correlacionar os dados do teste de estresse e da entrevista foi observado que os padrões de beleza contemporâneos são potenciais estressores às discentes, aumentando sua vulnerabilidade frente ao seu autoconceito, além de acirrar suas preocupações em relação à colocação no mercado de trabalho e a conquistas amorosas.

Palavras-chave: estresse, universitárias, padrões de beleza

Pesquisador – P

ORG

ASPECTOS COMPORTAMENTAIS DO LÍDER QUE INFLUENCIAM NO DESEMPENHO DA EQUIPE. *Ávilo Roberto de Magalhães* (Professor Adjunto IV, Departamento de Administração, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá-MT)

A liderança eficiente se constrói pela aquisição de competências interpessoais, emocionais e a habilidade de comunicar-se. Porém, percebe-se que muitas pessoas na posição de líder, não possuem as competências necessárias para desempenhar uma boa liderança. Daí a necessidade daqueles que possuem a função de líder buscar na aprendizagem continuada os mecanismos que levem ao desenvolvimento das competências interpessoais, tão relevantes para a boa liderança. Este estudo objetivou conhecer através da percepção dos liderados os aspectos comportamentais do líder que influenciam no desempenho da equipe. O referencial teórico para o desenvolvimento desta pesquisa baseou-se em: Moscovici (1994), Gil (2001), Bom Sucesso (2002), Kay (2003), dentre outros. Inicialmente, para se desenvolver esta pesquisa utilizou-se o estudo de caso com pesquisa bibliográfica. E, ainda se aplicou como recorte metodológico a pesquisa-ação, na qual há a interferência do pesquisador com objeto de pesquisa. A população constituiu-se de líderes e colaboradores de uma empresa do ramo de mecânica de veículos no município de Várzea Grande-Mato Grosso que totalizam 16 componentes. Os dados para a realização da pesquisa foram coletados em três fases: aplicação do questionário como os gestores (líderes), uma dinâmica vivencial com a equipe e gestores, sendo que o grupo deveria fazer um retrato da imagem que a equipe tem da empresa, considerando valores, crenças e o contrato de convivência interpessoal e uma reunião com a liderança. O primeiro encontro do pesquisador/facilitador com o grupo a ser pesquisado objetivava propiciar maior integração com a metodologia e, ainda integrá-los enquanto grupo de desenvolvimento, para tanto, fez-se um diagnóstico da equipe. Os trabalhos foram iniciados com a apresentação dos pesquisadores pelos gestores da empresa a equipe. Uma palestra fora ministrada, a fim de informar aos participantes como se desenvolveria as atividades e quais os objetivos pretendidos. Ficou decidido que todos participariam das atividades, inclusive os líderes. Assim, a equipe fora dividida em grupos, sendo que cada grupo deveria desenvolver uma análise específica da organização, da seguinte maneira: um grupo falaria das crenças; outro da imagem da organização; outro sobre o contrato de convivência e outro sobre os valores da empresa. Através dos resultados constata-se que o líder precisa desenvolver as competências interpessoais, podendo partir das virtudes cardeais, alcançar a eficiência na sua função de líder. Os dados evidenciam que o comportamento assumido pelo líder influencia, tanto de maneira positiva como negativa o desempenho da equipe. Os colaboradores percebem que existem pontos a serem melhorados na organização, contribuindo assim com a melhoria do desempenho dos mesmos; também ficou notório que os líderes são detentores de conhecimento técnico-científicos, no entanto, necessita desenvolver as competências interpessoais para exercerem de maneira mais adequada a liderança na organização e, conseqüentemente aumentar o desempenho de sua equipe. Pode-se dizer entre as competências interpessoais a serem desenvolvidas pelos líderes, estão às virtudes cardeais, a competência emocional, a habilidade de comunicação, autoconfiança, autoconhecimento.

Palavras-Chaves: Liderança – Comportamento - Competências Interpessoais – Pesquisador – P

ORG

GERAÇÃO E RENDA NO MUNDO DO TRABALHO: PERSPECTIVAS DE MERCADO E EMPREENDEDORISMO PARA PESSOAS IDOSAS. CURSO DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL PARA A TERCEIRA IDADE. *Sandra Rabello de Frias* (Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ)

A UnATI está estruturada como uma micro universidade temática, sendo organizada a partir do tripé: Ensino, Pesquisa e Extensão; possuindo um Centro de Convivência, tornando-se referência no que tange ao envelhecimento; suas atividades visam contribuir para a elevação dos níveis de saúde física, mental e social dos idosos, reconhecendo-os como sujeitos com experiências e capacidade para transformar e transforma-se. Há algumas décadas o tema envelhecimento vem ocupando cada vez mais espaço; não somente nos âmbitos acadêmico e profissional como também, por consequência, em nossa sociedade; fruto do crescimento vertiginoso deste segmento populacional. Assim sendo, esta recente transformação da dinâmica social necessita repensar os paradigmas que, até então, eram introjetados mediante aquela realidade. Ou seja, esta nova configuração social traz em seu bojo a demanda premente de ser (re) pensada, (re) avaliada e questionada. Face ao crescimento acelerado da população idosa no Brasil, e aliado aos reflexos causados por este fenômeno sobre o sistema de financiamento da seguridade social, bem como à questão da imposição da aposentadoria pelos sistemas sociais, a Coordenação de Projetos de Extensão da UNATI, através da equipe de Serviço Social, vem implementar um projeto de alcance social, político e econômico para o segmento do idoso brasileiro. O projeto visa investigar o mundo do trabalho, bem como as perspectivas e oportunidades de trabalho para o cidadão idoso brasileiro. O objetivo geral do projeto é capacitar idosos, aposentados ou não, para a (re)inserção no mercado de trabalho, despertando o estímulo ao mesmo como forma de socialização, aproveitamento e aplicação do potencial laborativo, através do Curso de Capacitação Profissional para a Terceira Idade. O curso faz parte da grade de oficinas da UnATI que tem por objetivo investir na sociabilidade do idoso, promover sua saúde e inseri-lo nas discussões que versão sobre os direitos sócias da pessoa idosa. O curso conta com uma grade de conteúdos voltados as perspectivas de mercado de trabalho, empreendedorismo, relações sociais, desenvolvimento humano e direito sociais. Os objetivos específicos do projeto são: Ampliar o conhecimento e atualização acerca de atividades laborativas para as pessoas idosas, com a constante perspectiva de fortalecer a inclusão social do idoso brasileiro; Identificar, através da viabilização de parcerias com empresas, possíveis campos de mercado e empreendedorismo para os idosos.

Palavras-chave: envelhecimento, empreendedorismo, sociabilidade

Mestranda – M

ORG

ADESÃO AO TRATAMENTO EM ENFERMIDADES CRÔNICAS.

Justificativa

A proposição da sessão coordenada intitulada “Adesão ao tratamento em enfermidades crônicas”, na Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia, tem como objetivo principal apresentar relatos de pesquisas sobre o tema adesão realizadas por participantes dos grupos de pesquisa Comportamento e Saúde (Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará) e Saúde e Desenvolvimento (Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento e Saúde, Universidade de Brasília).

O estudo sobre enfermidades crônicas tem sido uma das prioridades na área de Psicologia da Saúde quer por sua relevância social, quer por constituir um desafio para o avanço na análise teórica e metodológica da relação entre comportamento, saúde e qualidade de vida. Pesquisadores têm recomendado a realização de pesquisas relacionadas a procedimentos de intervenção como forma de esclarecer a eficiência da tecnologia comportamental na reabilitação e prevenção de doenças físicas e de problemas psicológicos decorrentes ou mesmo agravantes destas doenças, além de oferecer suporte para intervenções na prática de atendimento clínico aplicado ao contexto de atenção à saúde.

Estudos têm destacado o aspecto multidimensional do termo adesão, a partir da constatação de que as orientações para o tratamento em geral são complexas, envolvendo um amplo conjunto de recomendações que nem sempre tem relação direta entre si. Adesão ao tratamento compreende um conjunto de ações que podem incluir tomar medicamentos, comparecer ao agendamento de consultas e adotar hábitos saudáveis de vida, como reeducação alimentar, práticas de atividade física regular, prevenção ao consumo de álcool e tabaco, por exemplo. Desse modo, destaca-se a necessidade da participação de uma equipe multiprofissional como estabelecadora de acordos com o paciente para a realização do tratamento.

Nota-se a atribuição de um papel mais ativo para o paciente no planejamento e na execução de seu tratamento, sendo chamado a participar das decisões do tratamento, com destaque para a comunicação efetiva entre paciente e a equipe de profissionais. Há muito se tem enfatizado a importância do envolvimento do paciente em seu tratamento, com o propósito de alcançar os resultados esperados de sucesso no controle da enfermidade. Porém, observa-se que muitos estudos destacam a natureza voluntária da motivação para mudança de comportamento do paciente. Isto é, espera-se que inicialmente o paciente se motive para realizar o tratamento, pois, senão, de nada adiantariam as orientações médicas. Entretanto, nem sempre são especificados os meios para motivar o paciente. Em geral, é atribuída ao paciente ou ao seu cuidador a responsabilidade de seguimento das prescrições, sem que haja ênfase em acompanhamento do paciente, no processo de mudanças que o tratamento impõe.

Neste sentido, destaca-se a relevância de estudos que auxiliem na identificação de procedimentos que promovam adesão ao tratamento, como as pesquisas que serão apresentadas nesta sessão coordenada.

A sessão será composta por pesquisadores de três instituições de ensino superior, sendo duas públicas (Universidade Federal do Pará e Universidade de Brasília) e uma privada (Faculdade Pan Amazônica). Na primeira apresentação, Graziela Sousa Nogueira apresentará resultados preliminares de estudo sobre a percepção de doença e adesão ao tratamento em pessoas vivendo com HIV/aids. Na segunda apresentação, Caroline Mota Branco Salles descreverá os resultados de sua tese de doutorado acerca dos efeitos de uma intervenção psicológica sobre a adesão ao tratamento antirretroviral em adolescentes HIV positivos. Na terceira apresentação, Ingrid Ferreira Soares da Silva apresentará dois estudos

de caso sobre adesão ao tratamento em adolescentes com diabetes Tipo 1. Na quarta apresentação, Eleonora Arnaud Pereira Ferreira trará os resultados de uma pesquisa realizada por uma nutricionista (Daniela Lopes Gomes) realizada no Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, sobre os efeitos do uso de automonitoração em comportamentos de adesão ao tratamento a dois tipos de regras nutricionais em adultos com diabetes Tipo 2. E na quinta e última apresentação, Ana Paula de Andrade Sardinha fará a apresentação de um estudo de caso no qual houve evidências de que a ampliação de repertório de habilidades sociais pode auxiliar na promoção da adesão ao tratamento.

PERCEPÇÃO DE DOENÇA E ADESÃO AO TRATAMENTO EM PESSOAS VIVENDO COM HIV/AIDS: RESULTADOS PRELIMINARES. *Graziela Sousa Nogueira** e Eliane Maria Fleury Seidl* (Universidade de Brasília, Brasília-DF)

Observa-se um crescimento de pesquisas em âmbito mundial sobre a temática percepção de doenças, expansão observada especialmente a partir da difusão de instrumentos embasados no modelo de autorregulação de Leventhal. Ele associa cinco componentes à representação cognitiva da doença: identidade, consequências, dimensão temporal, cura/controle e causa. Estudos realizados em outros países demonstraram relação entre os cinco componentes e adesão ao tratamento. Constata-se uma carência, no Brasil, de estudos que investigam a relação entre percepção de doenças e adesão ao tratamento. Assim, objetivou-se investigar a existência de associação entre percepção de doença e adesão ao tratamento em pessoas vivendo com HIV/aids. Os instrumentos utilizados foram: questionário sociodemográfico, questionário médico-clínico e o Questionário de Percepção de Doenças Versão Breve (IPQ Breve). O IPQ Breve foi traduzido e adaptado para a cultura brasileira e sua validação encontra-se em andamento. Trata-se de um questionário composto por nove itens, cujas respostas são dadas em escala de 0-10, exceto a questão causal, que é feita por uma pergunta final onde os pacientes são interrogados sobre os principais fatores causais associados à doença. Escores altos refletem uma maior percepção de ameaça da doença. Quanto à consistência interna, o IPQ Breve apresenta um valor de alpha de *Cronbach* de 0,70. Para análise dos dados foi realizada análise estatística descritiva e comparação de médias com uso do teste t de *Student*. A adesão ao tratamento foi avaliada por meio de uma pergunta aberta no questionário médico-clínico. Participaram 52 pessoas com HIV/aids, acompanhados em hospitais públicos do Distrito Federal, sendo 63,5% do sexo masculino, a média de idade foi de 41,9 anos, variando de 19 a 64 anos. Houve predomínio de escolaridade igual ou maior que ensino médio completo (57,7%) e de pessoas que viviam com companheiro(a) (55,8%); 50% tinham renda menor que três salários mínimos e 50% recebiam mais de quatro salários mínimos. O tempo de doença variou de menos de seis meses a mais de 21 anos, sendo que a maioria nunca foi internada por causa da enfermidade (53,8%), porém 51,9% tinham alguma comorbidade. Em relação ao tratamento, 80,8% faziam uso de antirretrovirais e 90,4% relataram ter boa adesão ao tratamento. Em relação ao estado geral de saúde, 76,9% fizeram uma avaliação muito positiva do mesmo. Houve maior predomínio de pessoas que tinham uma percepção de doença adaptativa (71,15%), que não interpretavam a soropositividade como uma ameaça. Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre percepção de doenças e variáveis sociodemográficas (gênero, idade, situação conjugal, escolaridade e renda), médico-clínicas (tempo de enfermidade e presença de comorbidade) e adesão ao tratamento. Todavia, observou-se que houve um maior predomínio de indivíduos com relato de boa adesão ao tratamento, o que é coerente com uma percepção de doença mais adaptativa e menos centrada na representação de ameaça. Estudos destinados à investigação de outras doenças crônicas e que utilizem outras medidas para avaliar a adesão podem contribuir para a construção do conhecimento sobre a relação entre percepção de doenças e adesão, área ainda pouco explorada no país.

Apoio financeiro: Bolsa de mestrado-CNPq

Palavras-chave: Percepção de doenças; Adesão; HIV/aids.

Mestrado – M

Código da área: SAÚDE

EFEITOS DE UMA INTERVENÇÃO PSICOLÓGICA SOBRE A ADESÃO AO TRATAMENTO ANTIRRETROVIRAL EM ADOLESCENTES HIV POSITIVOS.

*Caroline Mota Branco Salles** e Eliane Maria Fleury Seidl* (Universidade de Brasília, Brasília-DF).

O presente estudo teve como objetivo analisar os efeitos de uma intervenção psicológica sobre o comportamento de adesão ao tratamento antirretroviral de adolescentes soropositivos com dificuldades de adesão à terapia antirretroviral (TARV). Para tanto, foram investigados aspectos condicionantes dos comportamentos de adesão e de não-adesão, bem como a expectativa de autoeficácia para aderir à TARV e indicadores da condição imunológica (níveis de linfócitos T CD4) e virológicos (carga viral plasmática). Participaram três adolescentes do sexo feminino, cientes de seu diagnóstico, infectadas pelo vírus HIV via transmissão vertical, com índices de adesão menores que 95% e/ou com outras dificuldades relevantes de adesão (atrasos frequentes), tendo como referência o número de comprimidos prescritos no esquema terapêutico, nos três últimos dias, na última semana e no último mês. O estudo caracterizou-se como longitudinal de curto prazo, com delineamento quase-experimental. A avaliação dos comportamentos-alvo foi realizada antes (linha de base), logo após o término e três meses depois da intervenção (seguimento). Os instrumentos utilizados foram: roteiro de entrevista para o adolescente, roteiro de entrevista para o cuidador e escala de autoeficácia para aderir à TARV. Os materiais utilizados nas intervenções puderam ser agrupados em três categorias, de acordo com suas funções: 1) materiais com conteúdo psicoeducativo, 2) materiais de investigação sobre crenças e sentimentos relacionados ao tratamento e 3) materiais para o autorregistro do comportamento de adesão. O prontuário médico foi consultado para pesquisar informações sobre medidas laboratoriais de carga viral e células CD4, que serviram como fontes secundárias de avaliação da adesão dos participantes. A coleta de dados foi realizada por meio da gravação em áudio de cada encontro com os participantes. As intervenções foram direcionadas à construção e fortalecimento de respostas pró-adesão, com uso de técnicas cognitivo-comportamentais e comportamentais. A avaliação foi intra-sujeito, sendo o sujeito a medida de seu próprio controle de mudanças. Os resultados do estudo apontaram para modificação do padrão de adesão de todas as jovens, promovendo ingestão dos medicamentos nos horários prescritos e de acordo com o nível exigido para o tratamento em HIV/aids ($\geq 95\%$), ampliação do repertório verbal descritivo sobre o processo de manutenção da saúde frente ao tratamento e maior expectativa de autoeficácia com relação ao enfrentamento de situações diversas do tratamento. Uma das participantes faleceu durante a pesquisa, mesmo diante dos ganhos em adesão obtidos ao longo das intervenções. Concluiu-se que a intervenção teve efeitos positivos com relação à promoção de adesão à TARV entre as adolescentes que participaram da pesquisa. Limitações do estudo decorreram do número reduzido de casos. Destaca-se ainda a intervenção limitada realizada junto aos cuidadores. Sugere-se que estudos futuros sejam realizados para que os resultados sejam comparados. Espera-se, ainda, que os resultados possam orientar intervenções psicológicas pró-adesão, de forma imediata, contínua, regular e com enfoque preventivo.

Apoio financeiro: Bolsa de Doutorado-CNPq

Palavras-chave: HIV/aids, adesão ao tratamento, intervenção psicológica.

Doutorado – D

Código da Área: SAÚDE

ADESÃO AO TRATAMENTO EM ADOLESCENTES COM DIABETES TIPO 1: DOIS ESTUDOS DE CASO. *Ingrid Ferreira Soares da Silva***, *Alana dos Anjos Moreira** e *Eleonora Arnaud Pereira Ferreira* (Universidade Federal do Pará, Belém-PA).

O diabetes mellitus Tipo 1 (DM1) é uma doença crônico-degenerativa de grande impacto na qualidade de vida de crianças e adolescentes. O DM1 acomete, predominantemente, crianças e adultos jovens com menos de 30 anos de idade, com pico de incidência dos 10 aos 14 anos. Como uma doença crônica, demanda mudanças nos hábitos cotidianos, sendo o seguimento de regras um dos principais comportamentos para se alcançar tais mudanças. Esta pesquisa teve por objetivo analisar fatores que interferem no comportamento de seguir as regras prescritas para o tratamento em adolescentes com diagnóstico de DM1. Tais regras dizem respeito, mais especificamente, à mensuração da glicemia, utilização do plano alimentar na escolha do cardápio e aplicação de insulina. Participaram do estudo dois adolescentes com idades de 14 (P1) e 17 anos (P2), diagnosticados com DM1, que apresentavam dificuldades para o controle da doença de acordo com avaliação médica. Também foram incluídos como participantes, os responsáveis de cada adolescente. Foram utilizados os seguintes instrumentos: 1) Roteiro de entrevista com os pais; 2) Inventário de estilos parentais; 3) Questionário de avaliação da qualidade de vida de adolescentes com DM1; 4) Roteiro de entrevista com o adolescente; 5) Inventário de avaliação do apoio familiar ao tratamento; e 6) Formulários para automonitoramento de comportamentos de adesão ao tratamento. A coleta de dados foi realizada no domicílio dos adolescentes. O procedimento seguiu as seguintes etapas: 1) Seleção dos participantes; 2) Entrevistas individuais com os pais/responsáveis; e 3) Entrevistas individuais com os adolescentes, incluindo aplicação de inventário sobre sua rede de apoio; caracterização da linha de base dos comportamentos de mensuração da glicemia, de seguimento do plano alimentar e de aplicação de insulina; entrevistas com feedback positivo; e entrevista final. Os resultados obtidos a partir da análise dos comportamentos de adesão e das variáveis ambientais relatados pelos adolescentes ao longo da pesquisa permitiram identificar que o participante P1 emitia comportamentos de adesão de forma adequada; tinha uma boa qualidade de vida; um bom nível de conhecimento sobre DM1; seus pais possuíam estilo parental positivo; percebia o apoio fornecido pela família, além de ter uma condição social satisfatória para suprir as necessidades da família. Por outro lado, o participante P2 apresentou baixa adesão ao tratamento, mesmo relatando ter uma boa qualidade de vida; seus pais faziam uso de práticas parentais negativas, apesar de o estilo parental ter sido avaliado como positivo; o apoio familiar percebido pelo participante era inconstante e sua condição social não era suficiente para prover todos os insumos necessários a sua adesão ao tratamento. Foi possível identificar e analisar fatores que influenciam na adesão ao tratamento em adolescentes com DM1. Entretanto, novas pesquisas devem ser realizadas utilizando um número maior de participantes e que tenham um caráter longitudinal, com acompanhamento em longo prazo para verificar os efeitos das variáveis descritas na pesquisa ao longo da vida dos participantes.

Apoio financeiro: Bolsa de Mestrado-CAPES

Palavras-chave: diabetes Tipo 1, adesão ao tratamento, análise do comportamento

Mestrado - M

Código da Área: SAÚDE

AUTOMONITORAÇÃO E COMPORTAMENTO DE ADESÃO A DOIS TIPOS DE REGRAS NUTRICIONAIS EM ADULTOS COM DIABETES TIPO 2. Daniela Lopes Gomes**, *Eleonora Arnaud Pereira Ferreira*, Caroline Maciel Cavalcante de Souza*, Amanda de Conceição Leão Mendes* e Talita Ariane Amaro Lobato* (Universidade Federal do Pará, Belém-PA).

O diabetes é uma doença crônica de etiologia múltipla, cujo tratamento inclui mudanças no estilo de vida, onde a adoção de hábitos alimentares saudáveis é de suma importância para o controle da doença. No entanto, a adesão ao plano alimentar é um dos aspectos de maior desafio para o tratamento. Esta pesquisa comparou o uso de procedimentos de automonitoração sobre o comportamento de adesão a dois tipos de regras nutricionais (Plano Alimentar [PA] e Contagem Total de Carboidratos [CTC]) em adultos com diabetes Tipo 2. Participaram quatro adultos inscritos no Programa HiperDia de uma Unidade Municipal de Saúde, na cidade de Belém, apresentando dificuldades de adesão à dieta. A coleta de dados aconteceu no laboratório de Patologia da Nutrição e em ambiente domiciliar dos participantes. O procedimento constou de: (1) Caracterização da linha de base (LB) do comportamento alimentar; (2) Intervenção: Treino de Automonitoração (AM) com PA para dois participantes da Condição A (CTa) e com CTC para dois participantes da Condição B (CTb); (3) Reversão das condições de Treino; (4) Follow-up e (5) Entrevista Final. O Treino em AM incluiu a verificação da correspondência entre o registro do comportamento alimentar e as regras nutricionais; a análise dos custos e benefícios da emissão dos comportamentos de seguimento das regras estabelecidas; análises funcionais da emissão ou não do comportamento de seguir as regras e o planejamento das ações de adesão. O participante foi solicitado a registrar todas as refeições realizadas em intervalos de dois em dois dias a cada visita domiciliar da pesquisadora. Calculou-se o Índice de Adesão à Dieta (IAD) por dia de registro. Nos resultados, observou-se que, em linha de base os IADs de todos os participantes estavam abaixo de 50%. No entanto, após o Treino em AM, a média dos IADs obtidos pelos participantes quando submetidos ao PA foi igual a 62,49%, enquanto a obtida em CTC foi de 75,50%. Os valores absolutos dos IADs encontrados nos participantes da CTa foram maiores do que os IADs dos participantes da CTb. Todos os participantes, independente da condição, apresentaram aumento nos IADs ao serem comparados com a LB, com declínio após a suspensão da AM. Ao término da AM, dois participantes escolheram PA e dois a CTC para seguir o tratamento; entretanto, observou-se que todos mantiveram o seguimento do PA no *follow-up*. Inferiu-se que a CTC parece ser mais eficaz em instalar comportamentos alimentares adequados e o PA parece obter bons resultados na manutenção dos comportamentos instalados. Todos os participantes se encontravam com excesso de peso na LB, dois participantes reduziram o peso após a intervenção, mas todos mantiveram o diagnóstico nutricional da LB. Quanto à hemoglobina glicada, todos os participantes apresentavam valores acima de 6% durante a LB e, após a intervenção, três participantes reduziram esse valor. Discute-se a importância de nutricionistas auxiliarem o paciente a ficar sob o controle das mudanças observadas em seu repertório por meio de análise de contingências, prescrevendo um tratamento individualizado e para além do foco na doença.

Apoio Financeiro: FAPESPA (Edital No. 003/2008, Processo 102/2008; Edital No. 020/2008)

Palavras-chave: diabetes; regras nutricionais; adesão ao tratamento.

Mestrado – M

Código da Área: SAÚDE

AMPLIAÇÃO DO REPERTÓRIO DE HABILIDADES SOCIAIS EM PORTADORA DE HIPERPLASIA ADRENAL CONGÊNITA. *Ana Paula de Andrade Sardinha*** (Faculdade Pan Amazônica, Belém-PA) e *Eleonora Arnaud Pereira Ferreira* (Universidade Federal do Pará, Belém-PA).

Habilidades Sociais (HS) é um tema que atualmente tem sido foco de muitos estudos. A importância dessa temática está intimamente ligada à satisfação pessoal, saúde, qualidade de vida e a realização profissional das pessoas, já que um repertório bem elaborado de HS é necessário para um desempenho socialmente competente. Alguns estudos sugerem a importância da ampliação de repertórios de HS em indivíduos portadores de doenças crônicas. Em pessoas com anomalia da diferenciação sexual, como a hiperplasia adrenal congênita, é frequente ocorrer déficit em HS, em parte devido à não correspondência entre fenótipo e identidade de gênero. Realizou-se um estudo com delineamento de sujeito único, com o objetivo de verificar os efeitos do uso de um treino de automonitoramento na instalação e ampliação de comportamentos correspondentes a HS. Foi avaliado o repertório de HS de uma mulher adulta, com 32 anos de idade, com diagnóstico de hiperplasia adrenal congênita. O procedimento ocorreu por meio de entrevistas semanais, de acordo com as seguintes etapas: (1) Contrato: assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido; (2) Avaliação: aplicação do Inventário de Habilidades Sociais (IHS) para levantamento da linha de base de comportamentos correspondentes à HS, elaboração da hierarquia dos comportamentos que indicaram déficit segundo as normas de análise do IHS e treino em registro de automonitoramento; (3) Intervenção: leitura de um texto sobre HS, apresentação da lista de direitos humanos básicos, aplicação do Questionário Construcional de Goldiamond adaptado e treino em registro de automonitoramento de comportamentos correspondentes a HS com a realização de entrevistas semanais para feedback; (4) Reavaliação: reaplicação do IHS; (5) Follow-up: avaliação da manutenção dos ganhos obtidos com a intervenção; e (6) Encerramento: entrevista devolutiva para explanação dos resultados do estudo à participante. Para avaliar as mudanças no repertório de HS da participante foi aplicado o método JT para uma amostra cujos parâmetros, média e desvio padrão, foram obtidos a partir da amostra normativa do IHS, considerando-se apenas a amostra feminina. Foi calculada a diferença dos Escores Z antes e após a intervenção. Os resultados obtidos indicaram ampliação no repertório comportamental de HS da participante, após a intervenção, com significância clínica. Há evidências de mudança positiva confiável em relação aos Fatores 1, 2, 3 e 4 e no Escore Total. Quanto à mudança ocorrida no escore do Fator 4 (relativo à autoexposição a desconhecidos), esta demonstrou significância clínica, ou seja a participante atingiu um desempenho compatível ao da população não-clínica. Considerando-se que a participante apresentava fenótipo discrepante ao gênero feminino, com longa história de exposição a situações constrangedoras decorrentes de sua aparência, este resultado sugere ganhos significativos para a sua qualidade de vida.

Em portadores de hiperplasia adrenal congênita, a ampliação do repertório de HS pode favorecer o desenvolvimento de competências necessárias para o enfrentamento do tratamento desta anomalia da diferenciação sexual e possibilitar uma melhor inclusão social destas pessoas. Discute-se a importância da terapia comportamental integrada ao atendimento em equipe multiprofissional nestes casos.

Apoio Financeiro: Bolsa de Mestrado-CAPES

Palavras-chave: habilidades sociais, ampliação de repertório, anomalia da diferenciação sexual.

Código de Área: SAÚDE

RELAÇÕES DIALÓGICAS COMO PROMOTORAS DE ENCONTRO ENTRE FAMILIARES E IDOSOS FRÁGEIS.

SENTIDO DA VIDA NAS RELAÇÕES “SER CUIDADO” E “SER CUIDADOR”.

Célia Regina de Oliveira (Universidade Estácio de Sá e GEPAPIC – Grupo de Estudos, Pesquisa e Assistência Psicossocial ao Idoso e ao seu Cuidador, Resende/RJ) _

Neste trabalho as perspectivas de Viktor Frankl e Martin Buber fundamentaram o argumento inerente às relações dialógicas como favorecedoras da descoberta do sentido da vida ou da mudança de um sentido já acolhido. Relações dialógicas são relações de reciprocidade, caracterizadas pela atenção, compreensão, solidariedade, apoio e respeito ao outro que de nós diverge. Sob este prisma, estamos abertos ao outro e o aceitamos em sua forma de ser, ou seja, há o verdadeiro encontro, forma mais significativa da relação dialógica. Em contraposição, nas relações monológicas o outro é percebido como meio para atender interesses próprios. Tais modos de se relacionar estão presentes em nosso cotidiano, notadamente nas relações em que o cuidar de idosos é percebido pelos familiares como uma obrigação, um dever a ser cumprido. Trata-se de um estudo exploratório, de natureza descritiva, com delineamento do tipo pesquisa ação com o objetivo essencial de fornecer suporte psicológico a familiares cuidadores de idosos em situação de dependência funcional com o intuito de reduzir conflitos e promover melhora na qualidade das relações sócio-afetivas. Integraram o grupo de apoio psicológico 8 mulheres, com idade entre 46 e 85 anos, parentes de idosos com dependência parcial e funcionamento cognitivo razoavelmente preservado. Foram realizados quinze encontros, com duração aproximada de noventa minutos. Além dos temas sugeridos pelas participantes, promoveu-se a discussão de questões pertinentes à convivência familiar e intervenções psicoeducativas. Em face à impossibilidade de inclusão de outros membros da família, devido à desmotivação e/ou indisponibilidade, as participantes funcionaram como disseminadoras das orientações transmitidas no grupo. Expectativas, conflitos não resolvidos e histórias de mágoas que permeavam as relações cotidianas contribuíam para obscurecer a descoberta o sentido da vida circunscrito pela vivência do amor genuíno e da reciprocidade encontro. As experiências decorrentes da vivência dos sentimentos de compaixão e de pena funcionavam como estímulo à atividade e passividade do idoso. Pena e compaixão são qualitativamente distintas. Na experiência da compaixão sobressaiu a solidariedade ao sofrimento alheio, o respeito e a valorização da pessoa idosa como ser humano ainda capaz de decidir em face do sofrimento. Na vivência da piedade (sentir dó), constatou-se uma tendência a desvalorizar o idoso, a anulá-lo em sua capacidade de decidir e agir. A proteção exagerada que impede o idoso de realizar o que ainda é capaz e tem condições de fazer, é geradora do sentimento de inutilidade. Compaixão e pena são polaridades da convivência com o *ser cuidado*(idoso), que contribuem para a sua valorização ou desvalorização. A convivência é norteadas por crenças que influem a decisão do idoso quanto à sua conduta na presença de declínio funcional. Idosos e familiares podem abandonar antigas crenças descritivas, avaliativas e normativas que prejudicam a convivência e substituí-las por outras crenças que favorecerão a transformação de seu contexto. Tal conduta, além de melhorar significativamente a qualidade de suas vidas, viabilizará oportunidades para o verdadeiro encontro EU-TU. Estas transformações se evidenciam nas relações dialógicas, quando os participantes destas relações e encontros venham a se modificar, inclusive do ponto de vista do sentido da vida.

Palavras-chave: Familiares Cuidadores. Idoso. Sentido da Vida

Nível: P

SAÚDE

O EU E O OUTRO: SOBRE A INCLUSÃO DIALÓGICA NA RELAÇÃO ENTRE FAMÍLIA E IDOSO. *Priscila Pires Alves* (Universidade Federal Fluminense, Volta Redonda, RJ) _

A entrada na velhice produz um conjunto de representações na ordem simbólica, balizada pela cultura na qual se insere o idoso. Nesse contexto, considerando o aumento da expectativa de vida em nossa sociedade e as conseqüências decorrentes dessa realidade, torna-se fundamental problematizar a questão do idoso no seu âmbito familiar na contemporaneidade. A pesquisa estuda o idoso e sua família, considerando as questões decorrentes desta inter-relação. A Constituição Federal Brasileira define a família como “base da sociedade e estabelece como dever da família e do Estado amparar as pessoas idosas assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem estar garantindo-lhes o direito à vida”. Se por um lado a família possui um conjunto de papéis e responsabilidades sociais que lhe são delegadas pela sociedade, por outro, os fatores subjetivos para a compreensão singular sobre o processo de envelhecer são fundamentais para o estabelecimento de uma dinâmica familiar funcional. O estudo consistiu em uma pesquisa teórica de natureza bibliográfica, embasado na perspectiva dialógica. Nessa visão, um relacionamento é sempre entendido como um encontro entre dois seres que dialogam de duas formas possíveis: EU-ISSO e EU-TU. A relação EU-ISSO é fundamentalmente caracterizada por uma natureza instrumental, objetiva. Já o componente EU-TU envolve a inclusão da realidade do outro na existência do EU. Ao transpormos tais conceitos para a relação entre família e idoso, entendemos que a forma de relacionamento EU-ISSO pode ser emulada pela relação entre família e seu membro familiar que se encontra na velhice, para quem se deve socialmente destinar a atenção e cuidado. Já o componente EU-TU, envolve o relacionamento de um membro da família com outro membro da família. Um membro que procura então, entender o ser do idoso e o seu contexto e sentido de vida. A relação não é mais coisificada num papel social apenas. A relação EU-TU alcança aspectos peculiares da vivência do idoso e amplia a capacidade de sua família de estabelecer uma relação cuja funcionalidade produz saúde e qualidade de vida ao indivíduo idoso. Finalmente, talvez o relacionamento EU-TU permita encarar a velhice como uma nova configuração específica do “TU” e só abordável por um “EU” sensível ao “TU”. Esse paradigma de relação proposto pela perspectiva dialógica nos revela uma constatação inexorável: nossa existência enquanto membro de uma família depende do reconhecimento da existência de cada integrante dessa constelação, realizando a verdadeira inclusão dialógica do EU no OUTRO e do OUTRO no EU.

Nível do Trabalho: P

Palavras-chave: família, inclusão dialógica, eu-outro.

Área: Saúde

OPORTUNIDADE DE CRESCIMENTO PESSOAL NO ENCONTRO COM O IDOSO. *Valéria Marques* (Departamento de Psicologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ) e *Rosane Melo* (Departamento de Psicologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ).

A idade avançada no idoso costuma vir acompanhada de uma série de fatores biológicos, sociais e afetivos que apontam para a terminalidade da vida. que provocam reorganizações tanto do próprio sujeito como dos demais que convivem com ele. O olhar fluido exercita o foco no micro e no macro, isto é, nas questões internas do sujeito e nos sistemas e subsistemas nos quais ele faz parte e implica também o manejo de lentes e escalas de observação do próprio observador, exercício dialético de construção da realidade. O aspecto simbólico possibilita a representação e a construção de si e do mundo. A prática do respeito pautado no amor é um exercício que diminui a distância entre os argumentos divergentes e possibilita o diálogo que resulta a criação e o fortalecimento dos laços familiares. O objetivo deste trabalho é discutir sobre a possibilidade de crescimento no encontro com o envelhecer, tendo como foco os envolvidos nesta questão: o idoso e seu interlocutor. A Teoria Psicossocial do desenvolvimento de Erikson, aliada às discussões atuais da Terapia Familiar oferecem instrumentos teóricos que alimentam a discussão entre envelhecimento, crise e ciclo de vida familiar. Os integrantes familiares não são seres isolados do contexto e de sua realidade afetivo social, compõem um sistema aberto, a mudança em um elo muda o todo. Quanto maior for a capacidade de semipermeabilidade, maior a eficiência da comunicação e da flexibilização do grupo social. A sabedoria e experiência de pessoas idosas, unidas à energia e novo conhecimento dos jovens, pode ser a base para um rico intercâmbio e planejamento para o futuro. Caso a pessoa idosa seja plena de sabedoria, seu discurso e exemplo no encontro com o outro oportunizam o fortalecimento e a maturidade familiar, isto lhe retroalimenta, pois permanece aberta a troca e a aprendizagem. Caso a pessoa idosa seja plena de ressentimentos, rancores e desesperança, no encontro com o outro reside a oportunidade de resignificação, atualização e reescrita de sua história. A transitoriedade do processo natural da vida não precisa necessariamente significar tristeza, morte como uma ferida implacável, mas ao contrário, pode apontar para a importância do legado de cada integrante como autor de uma história em conjunto. A convivência com o idoso desmonta a ilusão da imortalidade e da juventude eterna, e desponta a consciência do valor da vida e dos vínculos afetivos. Todos são responsáveis pela configuração de seu sistema familiar. Cada crise viabiliza novos insights e a decisão de qual direção se deseja caminhar. A capacidade de doar-se, de disponibilidade e companheirismo mesclados ao respeito e amor possibilita a manutenção da família de modo atualizável e não de modo imutável. A vida saudável e feliz não exclui a adversidade, a diferença ou o problema, apenas aponta para a aprendizagem e desenvolvimento constantes. A constituição da família é da ordem do simbólico que permite a (re)significação e (re)afirmação na construção de sua história.

Palavras-chave: Encontro, Idoso, Sabedoria.

Nível: P

SAÚDE

PERFIL DO FAMILIAR CUIDADOR DA PESSOA IDOSA COM DECLÍNIO COGNITIVO EM RESENDE/RJ. *Yolanda Marques Mazzaro* (GEPAPIC – Grupo de Estudos, Pesquisa e Assistência Psicossocial ao Idoso e ao seu Cuidador, Resende – RJ) e Célia Regina de Oliveira (Universidade Estácio de Sá, Resende/RJ; GEPAPIC – Grupo de Estudos, Pesquisa e Assistência Psicossocial ao Idoso e ao seu Cuidador, Resende/RJ)

Na senescência, doenças crônicas e degenerativas constituem importantes causas de incapacidade funcional e dependência. Idosos fragilizados requerem cuidados especiais, posto que dependem de suporte de outra pessoa para lhes dar assistência, parcial ou integral. Evidências na literatura gerontológica sugerem que a prevalência de limitações no desempenho de atividades básicas e instrumentais da vida diária cresce exponencialmente com o avançar dos anos, gerando a necessidade de cuidados. Um estudo exploratório, de natureza descritiva, foi desenvolvido com o objetivo de traçar o perfil dos familiares cuidadores de idosos com alterações cognitivas e identificar suas demandas com vistas à implantação de um serviço comunitário de suporte psicológico. Entrevistas individuais foram conduzidas com 23 pessoas (mulheres: 95,7% e homens 44,3%), com idade entre 41 e 88 anos (média: 57,3 anos; DP: 11,9 anos). Quanto à situação conjugal, 73,9% são casados, enquanto os solteiros representam 17,4%. Buscou-se levantar características sócio-demográficas relativas ao cuidador, informações sobre as suas condições de saúde, estado de saúde do idoso em cuidado, demandas da tarefa de cuidar e o contexto relacional idoso-cuidador. As variáveis qualidade de vida do cuidador, dinâmica familiar, depressão e nível de sobrecarga do cuidador também foram investigadas. Os instrumentos Questionário de Perfil do Familiar Cuidador — QPF, Escala de Qualidade de Vida da OMS (WHOQOL – versão breve), Inventário Beck de Depressão (BDI) e Inventário de Sobrecarga do Cuidador (ZBI) subsidiaram a coleta das informações. As mulheres, notadamente as filhas (69,6%), são as principais responsáveis pelo cuidado integral ao idoso(a). Reportam problemas de saúde tais como hipertensão, dores crônicas, diabetes mellitus e depressão. Apenas 22,7% exercem atividade extra-domiciliar remunerada. A maioria exerce o cuidado por tempo prolongado, auxiliando o idoso nas atividades básicas e instrumentais da vida diária. São atendidos 24 idosos (19 mulheres e 5 homens), com idade entre 70 e 97 anos. Dentre estes, 16 são portadores da Doença de Alzheimer e 3 apresentam transtornos decorrentes de seqüelas de AVC. São conseqüências da atividade: redução do tempo de lazer (65,2%); impossibilidade de sair de férias (65,2%); cansaço constante (56,5%); se sentir deprimida (43,5%); ausência de atividade extradomiciliar remunerada (43,5%); e, abandono do trabalho para cuidar de seu ente querido (30,4%). O ato de cuidar é entendido como “algo que dignifica” (39,1%) e “como uma obrigação moral” (30,4%). De modo geral, o grupo se revela satisfeito com a sua qualidade de vida (média \pm DP=87,09 \pm 13,59). Embora algumas cuidadoras refiram “se sentir deprimida”, os resultados do BDI não sugerem indícios de depressão no grupo pesquisado (média \pm DP=8,57 \pm 5,48). O núcleo familiar boa funcionalidade (média \pm DP=6,22 \pm 5,13), apesar das inúmeras queixas. O índice de sobrecarga varia de leve a moderado. Sobrelevam como necessidades prioritárias: informações sobre cuidados nutricionais e de higiene, orientações sobre como lidar como o portador da DA, atividades para os idosos e assistência psicológica para os cuidadores. Para atender a esta demanda do Município de Resende, o GEPAPIC (ong) implantou um Núcleo de Assistência Psicossocial ao Idoso com Síndrome Demencial e ao seu Cuidador.

Palavras-chave: Familiar Cuidador, Idoso, Síndrome Demencial.

Nível do trabalho: P

Área: SAÚDE

TRAUMA E VIOLÊNCIA: DA AVALIAÇÃO FORENSE A ESTUDOS PREVENTIVOS.

SITUAÇÕES TRAUMÁTICAS ENFRETTADAS POR FILHOS DE MULHERES ENCARCERADAS. *Gabriela Reyes Ormeno** e Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams* (Departamento de Psicologia – Laprev. Universidade Federal de São Carlos-SP)

A maioria dos adultos homens e mulheres encarcerados é pai ou mãe, embora não exista uma estimativa específica mundial sobre de quantas crianças encontram-se separadas de seus pais e/ou cuidadores por causa do encarceramento. Na literatura brasileira não há dados indicando quantas crianças encontram-se nessa condição. Na literatura norteamericana estima-se que mais de dois milhões de crianças sejam filhos de pais encarcerados, sendo que desse número, 200.000 são filhos de mães encarceradas. Dentre as principais características apresentadas pelas crianças de pais encarcerados, pode-se destacar: o estigma social, a preocupação gerada pelo questionamento de como será viver sem o pai ou a mãe, lembranças do episódio traumático da prisão do pai ou da mãe, ansiedade, culpa, baixa auto-estima, solidão, sentimento de abandono emocional por parte dos familiares e amigos, distúrbio de alimentação e sono, distúrbios de atenção e comportamento regressivo, agressividade, comportamento anti-social, envolvimento precoce com o crime, entre outros. O presente trabalho teve como objetivo identificar algumas das experiências traumáticas, sentimentos e/ou emoções enfrentados por filhos de mulheres encarceradas. Para isto, foi realizada uma entrevista estruturada com 69 mulheres encarceradas, em 4 cadeias públicas, no interior do Estado de São Paulo. Como resultado preliminar constatou-se um total de 184 filhos menores de 12 anos, sendo a média de 2,6 filhos que tais mulheres tinham. Salienta-se, ainda, que 97 das crianças eram do sexo masculino e 85 do sexo feminino, sendo que para duas crianças não foi descrito o sexo; 64.13% das crianças residiam com mães na época do encarceramento e em 27.72% dos casos as crianças presenciaram a prisão da mãe. No que diz respeito ao sentimento apresentado pela criança em relação ao encarceramento materno em 56% dos casos as crianças ficaram tristes, abatidas, chateadas e/ou depressivas, 14% das crianças chorou muito, 8,15% sentiram raiva e 10.33% apresentaram outros sentimentos. Das crianças que tinham conhecimento da prisão da mãe, em 54% dos casos os filhos tiveram alguma forma de contato com suas mães após a prisão. Observou-se, ainda, que em 79.2% dos casos as crianças precisaram mudar de casa, após o encarceramento, e desses, os que se encontravam em idade escolar 7.93% tiveram que mudar de escola. Os dados apontam para possíveis efeitos traumáticos do encarceramento materno a seus filhos. Esses resultados servem como subsídios de implementação de programas preventivos de intervenção sistemática, visando trabalhar com possíveis problemas de comportamento de forma a diminuir as consequências nocivas do encarceramento materno para o desenvolvimento saudável dos filhos. Dessa forma, tais atividades preventivas poderiam possibilitar que essas crianças não se tornem a próxima geração carcerária.

Bolsa: CAPES/ CNPQ

Filhos de encarceradas, Trauma, Encarceramento.

D

CONDUCTING CHILD CUSTODY EVALUATIONS IN THE CONTEXT OF FAMILY VIOLENCE ALLEGATIONS. *Robert A. Geffner* (The Institute on Violence, Abuse and Trauma - Alliant International University – San Diego/California)

With the increasing awareness of the detrimental effects of family violence on a person's physical and psychological well being, it is always important to accurately assess these complex issues within the context of a child custody evaluation. A review of the literature and the daily practice of conducting child custody evaluations has revealed that there is an inadequacy assessing and incorporating family violence issues, including both partner and child abuse, into the context of a child custody evaluation when such allegations occur. The National Council of Juvenile and Family Court Judges has published attempts to address the lack of adequate assessments in family violence cases, however more needs to be done. The current article discusses the existing approaches in conducting child custody evaluations when family violence is alleged and provides suggestions and practical techniques for adequately considering these issues in an evaluation. The various assessment and interview techniques that can be utilized in these complex custody evaluations are presented. When conducting custody evaluation, it is vitally important to understand the complex dynamics of family violence due to the nature of such cases. It also appears that many child custody evaluators are neither adequately trained in the specific dynamics of family violence, nor are they aware of the techniques to utilize in the assessment of relevant issues. Being aware of specific assessment techniques and measures, properly reviewing collateral sources and records, and understanding the dynamics of family violence will aid child custody evaluators, attorneys, and judges in obtaining a more complete and comprehensive picture of the dynamics of the parties involved such that the appropriate recommendations can be made. It should be pointed out and emphasized that even when issues of family violence arise, standards of acceptable practice in conducting child custody evaluations must also be followed with respect to assessment, interviews, observations, data collection, interpretation, conclusions, and recommendations. For example, if allegations of family violence are not supported by the data, it does not mean that an evaluator can then ignore the best interests of the children with respect to parenting issues, attachment, bonding, and the usual required elements of custody evaluations. Assuming that there is an epidemic of false allegations of abuse in child custody cases by parents or children is inconsistent with the research evidence and can lead an evaluator to make serious mistakes in conducting a biased evaluation. Blaming the victim for abuse, or minimizing the seriousness of emotional abuse is both ill-conceived and potentially dangerous for the long-term well-being of children. The techniques discussed should aid child custody evaluators, attorneys, and judges in dealing with these complex cases, such that proper techniques can be followed to arrive at appropriate recommendations. If an evaluator conducts a child custody evaluation in a case where there are allegations of family violence but does not have specific training or expertise in this area, ethical concerns and questions arise.

Keywords: Child Custody, Forensic Evaluations, Psychological Assessment

P

SMENTAL - Saúde Mental

AVALIAÇÃO DE VÍDEO EDUCATIVO PARA PREVENÇÃO DE TRAUMA CEREBRAL NÃO-ACIDENTAL EM BEBÊS. *Nahara Rodrigues Laterza Lopes***

(Laboratório de Análise e Prevenção da Violência, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP) e *Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams* (Laboratório de Análise e Prevenção da Violência, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP)

A violência contra crianças e adolescentes é um problema frequente e grave em nossa sociedade. Dentre as formas de maus-tratos, destaca-se o Trauma Cerebral Não-Acidental, também conhecido por Síndrome do Bebê Sacudido. Esta forma de maus-tratos consiste em sacudir violentamente um bebê, usualmente em resposta ao seu choro inconsolável. Sacudir um bebê pode acarretar consequências gravíssimas para o desenvolvimento infantil, podendo levar até à morte da criança. Entretanto, apesar de sua gravidade, a Síndrome do Bebê Sacudido (SBS) pode ser prevenida por meio da educação parental. No Brasil, apesar da alta incidência de maus-tratos infantis, não há estudos que enfoquem ações preventivas da Síndrome do Bebê Sacudido. Neste sentido, este trabalho é um recorte da pesquisa de Mestrado da primeira autora, cujo objetivo é avaliar se um vídeo educacional sobre a Síndrome do Bebê Sacudido é capaz de promover mudança no conhecimento e comportamento relacionado a esta forma de maus-tratos, auxiliando sua prevenção. O presente trabalho apresenta dados de um Estudo Piloto que teve como objetivo avaliar a alteração do conhecimento relacionado à ocorrência do choro durante a primeira infância. Participaram 52 estudantes universitários e profissionais da saúde, que assistiram ao vídeo e a uma palestra sobre esta forma de maus-tratos, e responderam ao Questionário sobre o Choro do Bebê antes e após assistirem ao vídeo. Foram analisados os dados relativos à atribuição dos participantes em relação às causas do choro e o número de horas que é natural um bebê chorar. Após análise estatística, verificou-se que os participantes passaram a atribuir à razão do choro menos ao fato de o bebê ser mimado ($X^2(2)=19.760, p<0,001$), teimoso ($X^2(2)=14.293, p=0,001$) e impaciente ($X^2(2)=5.866, p=0,053$), passando a atribuir mais a razão do choro ao bebê estar entediado ($X^2(2)=6.481, p=0,038$) ou em um ambiente barulhento ($X^2(2)=9.852, p=0,007$). Além disso, os participantes passaram a afirmar que é natural que o bebê chore ($X^2(2)=7.954, p=0,019$) e que eles podem chorar sem motivo ($X^2(2)=9.822, p=0,007$). Em relação à duração do choro, os participantes passaram a afirmar de forma mais adequada quantas horas por dia o bebê pode chorar – de 2 a 3 horas ($X^2(3)=33.621, p<0,001$). A partir dos resultados, podemos concluir que a intervenção possibilitou alteração de conhecimento dos participantes a respeito do choro do bebê, fator este que aparece na literatura como principal gatilho para ocorrência da Síndrome do Bebê Sacudido.

Bolsa CNPq

Palavras-chave: Prevenção, Maus-Tratos Infantis, Bebê.

M

SMENTAL

EXPERIÊNCIAS ESCOLARES TRAUMÁTICAS: ESTUDO PILOTO COM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS. *Paloma Pegolo de Albuquerque***, *Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams* (Laboratório de Análise e Prevenção da Violência – LAPREV - Universidade Federal de São Carlos – São Carlos/SP)

O trauma é resultante de dificuldades emocionais, comportamentais, cognitivas e físicas que são diretamente relacionadas a experiências aversivas, podendo, inclusive, favorecer o aparecimento de problemas psiquiátricos, como o Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT). Como a literatura aponta que experiências escolares coercitivas também podem causar danos emocionais para o ser humano, o objetivo desse estudo piloto foi caracterizar as *piores experiências escolares* de estudantes e investigar as relações entre vitimização escolar e sintomatologia traumática, especialmente TEPT. Para tanto, 46 estudantes de uma Universidade pública do Estado de São Paulo responderam a versões traduzidas dos questionários *Escala de Trauma e Alienação Estudantil - Revisada* (SATS-R), para identificação dos piores eventos experienciados durante a época escolar, a frequência desses eventos, a existência de sintomas traumáticos desenvolvidos pelos mesmos, bem como, a persistência de tais sintomas; e também o instrumento validado para o Brasil *Post-traumatic Stress Disorder Checklist – Civilian Version (PCL-C)*, para avaliar sintomas atuais de TEPT. Os resultados principais mostraram que a maioria dos participantes (86,8%) tinha entre 11 e 14 anos quando sofreram sua pior experiência escolar, sendo que 71,7% frequentava escolas públicas. O principal agressor nessas experiências foi outro estudante (60,8%), seguido por um professor (21,7%), um funcionário (4,4%) ou mais de um ator escolar (13%). Em 50% dos casos tal agressor era do sexo masculino e em 15,2% envolvia pessoas dos dois sexos. As dez piores experiências escolares mais citadas envolvendo estudantes como agressores foram: exclusão social, propagação de mentiras, bullying físico e verbal. Envolvendo professores, as mais frequentes referiram-se à disciplina injusta. A maioria dos respondentes (73,9%), relatou ter se incomodado muito com a experiência e 23,9% incomodou-se um pouco. Em relação aos sintomas desenvolvidos imediatamente após a experiência escolar, 10,9% apresentariam indicação de TEPT, sendo 4,3% com escores clinicamente significativos para TEPT, 4,3% com alta indicação e 2,2% com indicação extrema para tal diagnóstico. Além disso, 26,1% apresentou índices acima da média. Muitos participantes atingiram escores clinicamente significativos para os sintomas: hipervigilância (34,8%); evitação (19,5%); desajustamento geral (17,4%); impacto do evento, desesperança e dissociação (15,2%); reexperiência do trauma, excitabilidade e depressão (13%); conduta oposicional (10,9%); e somatização (6,5%). No que se refere aos sintomas atuais de TEPT (PCL-C) 17,4% tiveram indicação de TEPT. Dos participantes que apresentavam sintomas de TEPT no passado, 80% apresentaram também atualmente. Percebe-se, portanto, que alguns indivíduos expostos à vitimização escolar podem apresentar maior vulnerabilidade para apresentar TEPT ao longo da vida. No momento, o instrumento SATS-R acaba de ser reformulado e o estudo será replicado com uma amostra ampla para esclarecer os efeitos tardios da vitimização na escola.

Bolsa: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)

Apoio Financeiro: CNPq Produtividade

Palavras-chave: Vitimização Escolar, Bullying, Transtorno de Estresse Pós-Traumático

D

SMENTAL - Saúde Mental

A VIVÊNCIA DE TRANSCENDÊNCIA PELA ARTE EM HENRI MATISSE: UMA COMPREENSÃO FENOMENOLÓGICA. *Poliana Gonçalves Barbosa***, *Miguel Mahfoud* (Laboratório de Análise de Processos em Subjetividade, Departamento de Psicologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG).

A transcendência vem sendo estudada em algumas áreas da psicologia como uma das principais características do ser humano, chegando alguns pensadores a afirmar que, sem essa dimensão, perderíamos a força de nossa humanidade. Por transcendência entendemos a dinâmica de dirigirmo-nos para além de nós mesmo na realização de um sentido ou significado. Esta pesquisa visa examinar a experiência de transcendência na criação artística. Para tanto, temos como objetivo identificar as eventuais vivências de transcendência na criação artística em Matisse, apontando suas principais características. Como material de pesquisa tomamos artigos, entrevistas e trechos de cartas de autoria do artista em questão contidos no livro “Escritos e reflexões sobre a arte: Henri Matisse”. Dentre esses, avaliamos um total de 109 textos. Utilizamos o método fenomenológico para analisar as estruturas das vivências relacionadas ao tema. Tal análise deu-nos acesso à vivência de transcendência em Matisse, permitindo-nos reconstruí-la. Como resultados obtivemos: (A) A experiência de transcendência acontece no movimento de abertura para algo que não é ele (objeto artístico) a fim de expressar-se e reconhecer-se. Tal abertura não se dá de maneira fácil e rápida e sim por meio de trabalho (planejamento, contínuo refazer) e dedicação, de uma elaboração da experiência pelo artista. (B) Possibilidade de contato com o outro: A experiência de transcendência advém do voltar-se para a criação artística a fim de tocar o outro, incidir em sua humanidade. Matisse conduz a produção artística para essa finalidade, mas ao mesmo tempo tem consciência de que o resultado artístico escapa-lhe por ultrapassá-lo na medida em que exige a presença genuína do outro que capta sua obra e doa-lhe sentidos outros não previstos. Matisse distingue a possibilidade de, diante da arte, irmos além dela mesma e reconhece ao outro essa liberdade. (C) Arte como ocasião para elaboração de sentido: A experiência de transcendência se dá na busca pela verdade durante o processo de criação artística, podendo ser encontrado além de si mesmo. Essa busca é sustentada pelo amor arte, à qual Matisse se vê como destinado. Por meio desse amor, ele pode constituir sentido uma vez que coloca algo de próprio no mundo. Concluímos que a experiência de criação em Matisse apresenta características de experiência de transcendência na abertura laboriosa ao outro e à própria obra, pela qual o artista coloca algo de pessoal no mundo. Tal abertura permite o reconhecimento de si mesmo e da verdade contida na obra, esta reconhecida também pelo público. A relação entre o artista e o público na admiração da beleza e da verdade na obra criada torna-se assim ocasião de constituição de sentido da vida mesma do artista.

Palavras-chave: transcendência, criação artística, fenomenologia

M

SOCIAL

ÁLBUM DE FAMÍLIA: A FAMÍLIA COMO CLÃ. *Elaine Pedreira Rabinovich*
(Grupo de Pesquisa Família, Autobiografia e Poética, Universidade Católica do Salvador, Salvador, Bahia)

O objetivo deste estudo foi realizar uma pesquisa de caráter exploratório que, tanto iniciava um grupo de pesquisa denominado Família, (auto)biografia e poética, do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea da UCSAL, quanto instituiu o tema da biografia e da autobiografia como objeto de estudo da família. Cada membro do grupo realizou entrevistas abertas, baseadas em três questões norteadoras: dentre o que o entrevistado considerasse como álbum de família, qual foto escolheria para iniciá-lo e porque; qual a foto central e seu motivo de escolha; e, finalmente, com que foto encerraria o álbum e porque. Esta pesquisadora, na ausência de pais a serem entrevistados, entrevistou a irmã. De fato, entrevistar e analisar a própria família a partir do relato da irmã, afasta-se frontalmente dos modelos da ciência canônica pelas quais se é formado e formatado. A entrevistada, declarando não ter álbum de família, apresentou uma caixa com fotografias previamente selecionadas: uma foto antiga dos membros do lado paterno, todos já falecidos; uma do casamento dos pais cercados por familiares de ambos os lados, paterno e materno, também todos já falecidos. Observando ter sido excluída pelo modo de como a pesquisa colocou – fale-me de sua família escolhendo fotos e declarando o motivo desta escolha a questão norteadora -, escolhe uma foto sua, que passa a ser a central da série; declarando seus cachorros como seus filhos, diz sentir falta desta foto, que é então tirada pela pesquisadora. O principal argumento narrativo da entrevistada foi a definição da família como clã por ser uma família muito grande e muito unida, em que o elemento básico de sua constituição foi a chegada ao Brasil, sendo os demais – imigrantes e judeus – não relevantes para tal definição. Além da família como ascendentes e descendentes, colocase tanto a si própria quanto aos seus cachorros, sentidos como filhos, incluindo cinco gerações. Este estudo se constitui um experimento de uma análise baseada em uma ótica e em uma ética em que o “campo da alteridade” está constituído por outro que é também um próprio. Trouxe uma compreensão aprofundada do significado do uso do poder na medida em que o pesquisado está inscrito em uma “igualdade fraterna” que lhe confere uma liberdade de não se assujeitar, tornando-se, ao contrário, o sujeito de si mesmo ao propor a pesquisa nos moldes como, para ele, esta deveria ter sido proposta. Esta análise também faz emergir o significado da (auto)biografia: trata-se de uma escrita de uma vida em que a vida do pesquisador está necessariamente implicada. Mesmo não sendo uma auto-biografia, fica impossível separar uma vida de outra, ou uma *bio* de outra, ou uma *graphia* de outra. A pesquisadora, como diverso e o outro, e ao mesmo tempo o mesmo da mesma família, eis o diferencial desta análise, que ainda permanece tímida ante o potencial explosivo de que dispõe. O ato de pesquisar, assim, implica em um litígio entre pesquisador/pesquisado, em que está em jogo o poder pelo domínio.

Palavras-chave: álbum de família, família, auto-biografia.

D

SOCIAL

ÁLBUM DE FAMÍLIA: UMA FAMÍLIA POPULAR. *Vanderlay Santana Reina e Elaine Pedreira Rabinovich* (FABEP, Universidade Católica do Salvador, Salvador, Bahia)

A proposta de realizar uma investigação a respeito da própria família de origem desperta de algum modo “algo” que está guardado e, frequentemente, não revelado, até pressupondo provocar bloqueios na realização do estudo. Ser membro de uma família, e ao mesmo tempo, ser convidado a assumir o papel de entrevistador-interlocutor dos próprios progenitores – pai e mãe – enseja, naturalmente um desafio, na medida em que remonta ao dito: “santo de casa não faz milagres”. O primeiro desafio seria: até que ponto me posiciono com “isenção” na condução desta entrevista? Contudo, a família constitui o sujeito e o objeto de qualquer investigação que envolve o modo de viver na sociedade contemporânea. O pesquisador estranha essa tessitura metodológica, esse caminho a ser traçado, essa trajetória que terá de percorrer, passo a passo, do significativo afetivo, do emocional que invade o não visível, o guardado que arrola símbolos, vínculos e linguagens. Cada família narra a sua própria identidade. A base do estudo foram entrevistas de natureza narrativa com os pais da pesquisadora, perguntando-se sobre que fotos escolheriam para representar o momento inicial, o central e o final da vida familiar. As entrevistas de natureza narrativa aqui consideradas são mais flexíveis do que as entrevistas estruturadas e semi-estruturadas, e de onde buscamos caracterizar a vida familiar segundo a ótica do participante, dentro dos objetivos propostos, por meio de perguntas do tipo: Como tudo começou? Como as coisas se desenrolaram? O que aconteceu? Deste modo, buscou-se o delineamento da situação inicial escolhida por cada um dos membros do casal como representante da identidade familiar; em seguida, qual seria a foto a central como a progressão dos eventos e a situação final do desenvolvimento desencadeado. A seguir, procurou-se por elaborações teóricas que refletissem as questões decorrentes destas entrevistas. Partiu-se de um álbum de fotografia da década de 50. A foto inicial - uma família “grande”, expressão popular usada naquela época. - trata-se da mãe, do pai e dos irmãos da pesquisadora. A foto central foca a vida dos personagens – as celebrações de casamento e “bodas de Ouro” em uma igreja no interior da Bahia, no Recôncavo -, foto expressiva neste contexto, cuja cultura, rica de símbolos da colonização européia e afrodescendente. As fotos finais replicam simbolicamente, o passado e o presente imagético, plenos de lembranças desta coesão/união afetiva, na emergência das gerações porvindouras: filhos, netos e bisnetos. Cada um dos personagens relata o significado das fotos na relatividade daquilo que eles compreendem como “famílias”. Para a mãe, a família está na centralidade da “maternidade”, expressa na afetividade da convivência com os seus filhos. Para o pai, a centralidade está no homem como o “provedor” da sua família, isto é, imbuído do compromisso moral e natural do sustento da própria família. Palavras-chave: Álbum de fotografias, família de origem, identidade narrativa.

M

SOCIAL

A MEMÓRIA DE UM JUDEU SOBREVIVENTE DA II GUERRA MUNDIAL E DE SEUS DESCENDENTES. *Milena Callegari** e Marina Massimi* (Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto – SP)

O trauma psíquico tem merecido uma atenção cada vez maior das mais diversas disciplinas, uma vez que desastres, violências, catástrofes e más condições de vida afetam a vida de muitos direta e indiretamente. Se o trauma é de cunho social, este pode ter conseqüências para toda uma sociedade, um povo ou nação. A II Guerra Mundial, bem como o Holocausto, foram acontecimentos potencialmente traumáticos que marcaram a vida de muitos indivíduos e sociedades. O objetivo geral desta pesquisa foi analisar as repercussões do trauma e a experiência da memória vivida e significada na vida do indivíduo que sofreu e de seus descendentes. Mais especificamente, buscou-se avaliar a vivência e elaboração da mesma de um judeu sobrevivente da II Guerra Mundial, bem como a percepção de seus descendentes a este respeito. Foram entrevistados cinco participantes: um sobrevivente da guerra, seus dois filhos e seus dois netos. Para tal, foi utilizado o método da História Oral, uma narrativa linear e individual daquilo que o participante considera significativo. As entrevistas foram majoritariamente individuais e todas as narrativas foram gravadas e transcritas na íntegra. A memória ligada ao trauma foi estudada segundo a perspectiva do sociólogo Maurice Halbwachs, referencial teórico adotado para a análise dos dados coletados, sendo esta qualitativa. Os temas mais recorrentes nas entrevistas foram: o valor e as influências da experiência do sobrevivente na II Guerra Mundial; o trabalho e a vida cotidiana como forma de elaboração; a cultura “entre linhas”; características pessoais que acreditam ser “herdadas” pela história de vida do sobrevivente; as diferenças de cultura e religião; o poder de influência da sociedade; a adaptação como estrangeiro; o lazer como forma de preservação da pessoa (esporte) e a crença que “o tempo cura tudo”. A partir dos resultados obtidos faz-se necessário uma ampliação dos conceitos de trauma, bem como de um olhar mais atento às maneiras pessoais ou culturais para sua elaboração. A memória é um dos recursos utilizados para esta elaboração e a análise dos dados obtidos foi ao encontro da hipótese de Halbwachs: o indivíduo possui uma *memória individual* e uma *coletiva*, sendo a memória uma construção social e um fenômeno coletivo e, em parte, modelada pela família e pelos grupos sociais. A história de vida do sobrevivente e suas experiências foram percebidas e assimiladas de maneiras diferentes pelos seus descendentes, cada um tendo uma percepção singular dos eventos relatados. Os resultados obtidos, mais do que proporcionar conclusões definitivas, desvendaram um horizonte de pesquisa rico e multifacetado, abrindo caminhos para novos olhares.

Apoio: CNPq

Palavras-chave: trauma psicológico; memória coletiva; sobreviventes e descendentes do Holocausto e II Guerra Mundial.

M

SOCIAL

IMAGINAÇÃO NOS SERMÕES DE ANTÔNIO VIEIRA. *Sandro Rodrigues Gontijo** e Marina Massimi* (Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo - SP)

Neste trabalho abordamos um tema presente na psicologia contemporânea e que também se apresenta dentro de outras produções culturais: a imaginação. Nosso objetivo foi elaborar uma reconstrução histórica do conceito de imaginação contido nos sermões do jesuíta Antônio Vieira (1608-1697), na perspectiva da história dos saberes psicológicos no século XVII. Procuramos descrever e analisar o conceito de imaginação e outros conceitos e saberes a ele relacionados. Buscamos identificar o contexto de produção e as apropriações feitas pelo autor dos conceitos evidenciados. Utilizamos como fonte primária a edição completa dos sermões publicada pelo jesuíta em edição moderna. Foram tomadas como fontes secundárias, obras consideradas significativas da visão de mundo do período e da tradição na qual se fundamenta, tais como tratados de retórica e oratória sagrada, clássicos gregos e latinos e obras clássicas de cunho filosófico-teológico (citados explicitamente pelos sermões), assim como literatura crítica a respeito. A leitura dos sermões foi feita a partir da hipótese da unidade teológico-retórico-política de sua “matriz sacramental” proposta por Alcir Pécora. No que diz respeito ao conhecimento “psicológico” evidenciado nos sermões, este se inspira numa psicologia filosófica que remonta ao mundo helênico, porém no século XVII é perpassada pelo humanismo e cristianismo. Nesta concepção há tanto uma visão de homem (uma antropologia filosófica cristã), como um modelo de funcionamento do que poderíamos chamar de “psiquismo”, identificado com o termo “alma”. Segundo o pressuposto da época, potências internas e externas, paixões, apetites, vontade, intelecto e espírito são os elementos que compõem a alma. A alma possui três modos de expressão: vegetativa, sensitiva e racional. A potência imaginativa (imaginação/fantasia) seria uma das quatro potências internas da alma sensitiva: senso comum, imaginativa, cogitativa e memorativa. Observou-se segundo as fontes que a imaginação indica o modo de apreensão das informações sensíveis, captadas pelos sentidos externos, e sua assimilação pelo sujeito. Para Vieira o homem poderia enganar-se a respeito de si e do mundo. Um dos principais motivos é o uso desordenado da imaginação, onde esta age, tirando a real imagem das coisas e colocando em seu lugar a ilusão que fomenta os apetites, onde a vontade sucumbe ao desejo. Essa organização própria dos sentidos internos, que persuade silenciosamente enganando, é combatida com a palavra laboriosa (uso da *ars retórica*), restituindo-se à vontade a regência política dos afetos. A porta para se adentrar ao espírito (razão e vontade) é a imaginação. Mas também através do espírito (instância da alma racional) pode-se ordenar a imaginação e esta ter papel fundamental no processo de intelecção e conhecimento. As diversas relações entre paixões, vontade, intelecto e imaginação é que produzirão conhecimento ou engano. Nota-se uma visão de mundo em que a imaginação também participa do processo intelectual, em uma perspectiva de razão não cartesiana.

Apoio: CAPES.

Palavras-chave: imaginação; saberes psicológicos; Antônio Vieira;

M

HIST

A ARTE DO BEM-VIVER E DO BOM-MORRER NO COMPÊNDIO NARRATIVO DO PEREGRINO DA AMÉRICA. *Maira Allucham Goulart Naves Trevisan Vasconcellos** e Marina Massimi* (Departamento de Psicologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo – Ribeirão Preto – SP).

Na literatura do Brasil-Colônia é possível evidenciar concepções de homem e de conhecimentos psicológicos produzidos no contexto cultural e social do período barroco, que são enfocados pela história dos Saberes Psicológicos, como por exemplo no *Compêndio Narrativo do Peregrino da América* (1728), obra de Nuno Marques Pereira. A articulação de conceitos referentes à dimensão da experiência humana na obra de Nuno Marques Pereira é um objeto que nos permite elaborar conhecimentos no campo de estudos dos Saberes Psicológicos. A metodologia é fundamentada na perspectiva da História Cultural, pertencendo ao campo da História dos Saberes Psicológicos, levando em conta as visões de mundo e as mentalidades do *corpus* social da época, inscritos na especificidade cultural do século XVIII. Assim, a análise historiográfica é um elemento fundamental para compreender a pluralidade do objetivo e suas múltiplas representações no tempo. Dentre os saberes relacionados ao dinamismo dos processos psíquicos, o *Compêndio Narrativo do Peregrino da América* reúne competências dedicadas a “arte ou ciência do bem-viver e do bem-morrer”. O Peregrino, protagonista da novela alegórica, difunde saberes acerca da saúde corporal e da saúde espiritual, demonstrando conhecimentos sobre a “medicina do ânimo”. Estes saberes ressaltam a preocupação com os processos de cura e também a reeducação e modificação dos comportamentos. Para o Peregrino, a saúde do corpo bem como as características psicossomáticas são associadas ao “bem-viver” terreno e celestial, estreitando a relação da saúde corporal com a saúde espiritual, fornecendo ao leitor/ouvinte elementos práticos que podem contribuir na modificação de estados de sofrimento. Além disso, os conselhos ou receitas dadas pelo Peregrino abarcam saberes sistematizados pela experiência ou “conselhos dos velhos” e também pelas teorias médicas de Hipócrates, Galeno e Avicenas, já estabelecidas na época.

Apoio: Capes

Palavras-chave: Saberes Psicológicos; Peregrino da América; Medicina do ânimo.

M

HIST

PSICOLOGIA SOCIAL APLICADA AO COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR.

CORRELATOS VALORATIVOS DOS SERVIÇOS POSTAIS: UMA ANÁLISE DO MODELO DE DUAS ROTAS. *Luís Augusto de Carvalho Mendes***, *Valdiney Veloso Gouveia*, *Dayse Ayres Mendes Nascimento***, *Luana Elayne Cunha de Souza*** e *Tiago Jessé Souza Lima*** (Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB)

Os valores humanos são concebidos como construtos que exercem influência sobre a escolha dos consumidores com relação a produtos e serviços, atuando no reconhecimento das necessidades de consumo, nos critérios de avaliação de marcas e na percepção das estratégias de comunicação, visto que servem como padrões que guiam os comportamentos e representam as necessidades humanas. O modelo de duas rotas considera que a influência dos valores humanos no comportamento do consumidor pode ocorrer de forma direta, por meio do julgamento e significado emotivo, e de forma indireta, por meio do julgamento e significado racional. A atribuição de significado é efetivada por meio do julgamento afetivo ou utilitário. A influência direta dos valores se verifica no significado simbólico do objeto de consumo, atribuído por meio de um julgamento afetivo, que considera o todo, de forma holística, resultando uma escolha mais rápida. Por sua vez, a influência indireta é realizada por meio do significado utilitário atribuído aos produtos ou serviços, que é realizado de forma racional, avaliando os atributos tangíveis, num processo passo a passo, para depois tomarem suas decisões de compra. Assim, o presente estudo teve o objetivo de verificar a influência dos valores humanos na avaliação dos atributos dos serviços postais, por meio do modelo de duas rotas. Para isso, contou-se com a participação de 215 universitários de uma instituição pública de João Pessoa, PB, a maioria do sexo feminino (61,4%) com idade média de 20 anos ($dp = 3,79$). Procedeu-se a correlação entre os *atributos simbólicos dos serviços postais*, o *julgamento e significado emotivo* ($r = 0,46$, $p < 0,01$), e as subfunções valorativas *normativa* ($r = 0,24$; $p < 0,01$) e *interacional* ($r = 0,23$, $p < 0,01$), e ainda a correlação entre os *atributos utilitários* e o *julgamento e significado racional* ($r = 0,28$, $p < 0,01$). A partir da teoria de duas rotas e das correlações encontradas, foi possível testar empiricamente um modelo teórico. Este, mostrou-se ajustado aos dados empírico [$\chi^2 (4) = 11,07$, $\chi^2/gl = 2,76$, $GFI = 0,98$, $AGFI = 0,91$, $CFI = 0,96$ e $RMSEA = 0,09 (0,03 - 0,16)$; $PCLOSE = 0,12$]. Os resultados apontaram para a adequação parcial do modelo de duas rotas para pesquisas com serviços postais, o que foi comprovado com as associações entre os julgamentos e significados emotivo e racional com os atributos simbólicos e utilitários dos serviços postais, respectivamente. Já os valores humanos apresentaram considerável capacidade de explicação na avaliação dos atributos dos serviços postais, o que pode ser utilizado em estratégias mercadológicas, principalmente em campanhas de comunicação e na segmentação psicográfica de clientes.

Palavras-chave: Consumo, valores, significado.

M

SOCIAL

DESONESTIDADE E “FALSIFICAÇÃO DO SELF”: UM EXPERIMENTO COM PRODUTOS PIRATAS. *Barbara Monteiro**, *Marília Mesquita Resende** e *Fabio Iglesias* (Laboratório de Psicologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, DF).

Consumidores que utilizam produtos falsificados muitas vezes procuram recursos que não podem pagar ou uma boa aparência a menor preço, tratando-se de um processo de gerenciamento da impressão. Entretanto, a pirataria pode ter efeito reverso, levando indivíduos a cometerem comportamentos antiéticos. Estudos anteriores indicaram que o uso de produtos falsificados pode gerar um efeito psicológico descrito como “*counterfeit self*” (ou efeito de falsificação do self), em que o indivíduo se sente menos autêntico e acaba se comportando desonestamente em atividades subsequentes. O objetivo desta pesquisa foi testar a ocorrência desse efeito após a realização de uma tarefa em que os participantes ouviam um CD apresentado ora como pirata, ora como original. O experimento contou com 30 estudantes universitários (16 homens) com média de idade de 20,77 (DP=1,97). Os participantes foram selecionados em duplas e receberam instruções de que teriam quatro minutos para realizar uma tarefa matemática simples, apresentando-se nove matrizes com três dígitos para que identificassem quais delas tinham números que somavam o valor dez. Enquanto executavam a tarefa ouviram a um CD de música (supostamente original ou pirata), mas que se tratava sempre do mesmo CD original. Após a tarefa os participantes fizeram uma auto-avaliação do desempenho (1 a 9 acertos possíveis) e avaliaram a qualidade do áudio em uma escala de 1 (“péssimo”) a 5 (“ótimo”). Ficou especificado nas instruções que o participante da dupla que tivesse a maior nota na atividade seria considerado o vencedor, de modo a se estimular um senso mínimo de competição. Os resultados revelaram que em ambas as condições experimentais as pessoas superestimaram seu desempenho real ($t = 4,98$; $p < 0,001$). Não houve diferenças significativas, contudo, entre as condições original e pirata com relação ao desempenho relatado, tanto em análises intra-sujeito como inter-sujeito ($F_s < 1$; $p_s = ns$). Considerando que a qualidade de áudio de um CD não diminui substancialmente com uma cópia digital, e que sua compra é tida como trivial e por muitos justificável, é possível que esse estímulo não tenha funcionado como um *priming* para a pirataria, não causando o efeito do “*counterfeit self*” nas pessoas. Observou-se que os indivíduos tenderam a relatar um melhor desempenho quando não fiscalizados, um indicativo de gerenciamento da impressão que independe da manipulação experimental. Em que pese as dificuldades na ativação do *priming* em uma tarefa experimental nova, o tamanho da amostra pode ter reduzido a possibilidade de se encontrar significância estatística nas relações testadas. A discussão aponta para a importância do estudo do efeito *counterfeit* de produtos piratas sobre a honestidade de consumidores e vendedores, uma vez que pode estar associado a outras contravenções ou crimes, como preconizado pela literatura sobre atos anti-sociais, pela teoria das “janelas quebradas” em criminologia e em estudos sobre conformidade. A investigação da pirataria ainda parece estar muito baseada em elementos financeiros ou legais, de modo que os aportes teórico-metodológicos da psicologia social são de importância para a criação de políticas públicas de combate e prevenção à pirataria no Brasil.

Palavras-chave: pirataria; self; honestidade.

IC

SOCIAL

CONSUMO DE PIRATARIA DIGITAL: UMA MEDIDA PARA AVALIAR JUSTIFICATIVAS MORAIS. *Marília Mesquita Resende**, *Erica Araujo**, *Fernanda Diniz**, *Fernanda Nicolau**, *Nativo Neto**, *Pedro Hott** e *Fabio Iglesias* (Laboratório de Psicologia Social, Universidade de Brasília, Brasília-DF).

Embora a jurisprudência a considere ora como crime, ora como contravenção, a pirataria de produtos digitais que envolve música e software é tratada como um comportamento trivial e facilmente justificável por boa parte dos brasileiros. Entre os motivos que são elencados para o consumo de produtos piratas incluem-se o alto preço dos produtos originais, a dificuldade de acesso a produtos específicos, a facilidade de se obtê-los via internet e até ideologias sobre justiça social. O objetivo deste trabalho foi desenvolver e testar uma medida de justificativas que consumidores utilizam para adquirir ou divulgar produtos digitais piratas, buscando evidências de validade fatorial e concorrente. Utilizou-se como referencial teórico o modelo de desengajamento moral de Bandura, que especifica mecanismos pelos quais as pessoas justificam para si mesmas uma ação transgressiva, tais como eufemismo, comparação vantajosa, difusão da responsabilidade e atribuição da culpa. Com base na literatura sobre pirataria, casos anedóticos e relatos de consumidores, a medida em formato de escala resultou em 26 itens, com justificativas a serem avaliadas em 5 categorias de concordância. Participaram do estudo 261 jovens consumidores (134 mulheres), com média de idade de 19,57 anos (DP = 2,41). Para testar evidências de validade convergente os participantes responderam também à Versão Brasileira da Escala de Autenticidade, com 12 itens. Os resultados de uma análise fatorial dos eixos principais (KMO = 0,82) com a escala elaborada revelaram uma organização bifatorial com 21 itens, com bons índices de fidedignidade: Atribuição da Culpa ($\alpha = 0,84$; ex: A pirataria é culpa das próprias empresas que cobram preços altos) e Difusão da Responsabilidade ($\alpha = 0,76$; ex: Muita gente baixa música na Internet, então não há problema nisso). Uma MANOVA para medidas repetidas mostrou que os consumidores justificam mais os seus comportamentos via atribuição de culpa do que via difusão de responsabilidade, não se verificando diferenças em função do sexo. Verificaram-se correlações positivas, ainda que baixas, entre a frequência relatada de pirataria e os escores de desengajamento moral, sugerindo que este construto pode ser um dos preditores da pirataria. Como uma evidência de validade concorrente, os escores da escala de desengajamento se correlacionaram positivamente com os escores da escala de autenticidade utilizada. Considerando a importância dos problemas sociais, financeiros e legais que envolvem a pirataria de produtos digitais, a medida de desengajamento moral pode ser utilizada como mais um instrumento de criação de estratégias para sua prevenção. A discussão aponta para a relevância de se investigar a pirataria com base em medidas válidas e fidedignas produzidas em psicologia, de modo a se identificar os preditores e as consequências desse comportamento entre consumidores.

Palavras-chave: pirataria, comportamento do consumidor, desengajamento moral

IC

SOCIAL

PERCEPÇÕES DE CONSUMIDORES FRENTE AO ENDIVIDAMENTO: UM ESTUDO SOBRE O USO DO CRÉDITO. *Marcos Aguerri Pimenta de Souza***, *Fabio Iglesias e Bárbara Monteiro** (Laboratório de Psicologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, DF)

O endividamento da população tem despertado cada vez mais a preocupação do Governo Federal, das lojas e dos bancos, a fim de adotarem intervenções em suas respectivas áreas de competências. O tema da dívida tem particular relevância devido aos altos juros praticados no mercado e à crescente ascensão da classe média no consumo de produtos via crédito. Muitos estudos têm sido realizados sobre a dívida pública ou privada no âmbito macroeconômico, mas poucos foram elaborados no nível de análise do consumidor e da área de psicologia social. Esta pesquisa objetivou avaliar a percepção do endividamento de consumidores, investigando como pensam e como decidem sobre suas compras. O método consistiu de um levantamento de dados do tipo *survey* com 172 consumidores (56,7% de mulheres) abordados de forma não-aleatória em um campus universitário e um shopping-center de grande circulação em Brasília. O instrumento foi elaborado a partir de entrevistas semiestruturadas com 12 consumidores e sete especialistas e incluiu 24 itens atitudinais e comportamentais sobre uso do crédito e endividamento, avaliados em escalas de concordância e de frequência de 5 pontos, além de dados sociodemográficos. Uma análise dos componentes principais com rotação ortogonal varimax ($KMO = 0,77$) identificou a existência de dois componentes ao se utilizar um critério de exclusão de cargas com menos de 0,30: Endividamento ($\alpha = 0,81$), com 12 itens (Ex: "Só compro carro fazendo um financiamento") e Planejamento ($\alpha = 0,78$), com 10 itens (Ex: "Planejo com antecedência para compras grandes"). Uma MANOVA para medidas repetidas apontou que as mulheres relataram maior endividamento e os homens maior planejamento ($F = 9,70$; $p = 0,002$). Não houve diferenças no perfil dos respondentes quando se compararam os respondentes acadêmicos com os não-acadêmicos ($F < 1,00$; $p = ns$). Houve um efeito de interação dos componentes com a renda ($F = 9,19$; $p = 0,003$), revelando uma correlação negativa baixa mas significativa entre renda e endividamento ($r = -0,22$; $p = 0,004$). Como os resultados apontam que as mulheres se percebem mais endividadas, pode sugerir que sejam mais levadas às compras por impulso e orientadas mais para o consumo presente e pagamento futuro, embora não deva assumir essas interpretações como conclusivas. Enquanto os homens se orientam mais para o consumo futuro e são dotados de maior resistência à persuasão. Na medida em que a renda aumenta o horizonte de planejamento se estende, indivíduos da classe D e E se organizam de forma semanal; da classe B e C, mensal; e da classe A, anual. A informação isoladamente não é condição suficiente para alterar comportamento, assim o nível educacional não interfere na percepção de endividamento. A média do fator Endividamento (3,92) está relativamente alta, sendo o problema preocupante aos consumidores, aliado ao fato de que a média do fator Planejamento não esteja tão acentuada (3,44). Considerando a escassez de literatura específica sobre esse tema na psicologia social, o trabalho discute as possibilidades de diagnóstico e intervenção no comportamento do consumidor, visando a promoção do consumo responsável via crédito e a redução do endividamento.

Palavras-chave: Endividamento; Uso do crédito; Comportamento do consumidor

M

SOCIAL

ASSERTIVIDADE E PERCEPÇÃO DE ESTRATÉGIAS PERSUASIVAS DE VENDEDORES: UM ESTUDO SOBRE O CONSUMO VAREJISTA. *Raissa Damasceno Cunha** e *Fabio Iglesias* (Laboratório de Psicologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, DF).

Consumidores são frequentemente persuadidos com variadas estratégias de vendas, seja pelo uso de publicidade na mídia, seja no próprio contexto de compra. Estudos preliminares no Brasil testaram o modelo teórico de Cialdini no comportamento de vendedores, considerando-se a existência de seis princípios básicos e como são percebidos: simular escassez de produtos, forçar a manutenção do compromisso e da coerência, promover simpatia, estimular a reciprocidade, fazer referência a autoridades e oferecer evidência social. Apesar de constituírem fenômenos sujeitos às características da situação, diferenças individuais podem ser relevantes para a maneira como as pessoas identificam, resistem e julgam a persuasão de vendedores sobre si e sobre as outras pessoas. O objetivo desta pesquisa foi investigar essas variáveis entre consumidores, buscando evidências de validade de construto para uma medida de percepção de persuasão e testar sua relação com uma medida de assertividade. Participaram 169 respondentes (104 mulheres), com média de 21 anos, que responderam a uma escala com 27 itens expressando situações previstas pelos seis princípios de influência, assim como a uma versão brasileira da Escala Rathus de Assertividade, com 30 itens. Ambos instrumentos foram respondidos em uma escala de cinco categorias de concordância. Três itens avaliaram os julgamentos sobre si, sobre seus amigos e sobre as pessoas em geral em relação a como são persuadidos por vendedores nessa situações. Apesar de um tamanho amostral reduzido frente a recomendações para o uso da análise de componentes, a medida de percepção de persuasão ($KMO = 0,84$) sugeriu uma organização unidimensional, com 23 itens ($\alpha = 0,91$) e a medida de assertividade ($KMO = 0,65$) também se organizou unidimensionalmente com 22 itens ($\alpha = 0,77$), excluindo-se itens com carga inferior a 0,30. Uma MANOVA para medidas repetidas mostrou que os respondentes se consideraram mais assertivos do que persuadidos ($F = 5,26$; $p = 0,02$) e um efeito de interação com idade mostrou que os mais jovens são menos assertivos ($F = 4,90$; $p = 0,03$). Não se verificaram diferenças em função do sexo ($F < 1$; $p = ns$). Encontrou-se uma correlação negativa baixa entre percepção de persuasão e assertividade ($r = -0,17$; $p = 0,02$), não parecendo constituir evidências suficientes de que diferenças individuais estão associadas a esses fenômenos no contexto de vendas. Por outro lado, os respondentes julgaram ser menos persuadidos que seus amigos e as outras pessoas em geral ($F = 104,98$; $p < 0,001$), sem diferenças de sexo ($F = 2,24$; $p = 0,11$), configurando o chamado efeito da terceira pessoa. Embora esses dados configurem mais uma investigação sobre processos relacionados à persuasão entre consumidores no Brasil, prevê-se o aprimoramento dessas medidas quanto a sua validade e sua fidedignidade, especialmente na ampliação de variáveis atitudinais em direção a variáveis comportamentais. Os resultados também sugerem que os consumidores estão mais expostos à persuasão do que julgam, discutindo-se as implicações para os estudos sobre resistência em vendas e promoção do consumo responsável.

Palavras-chave: persuasão; consumidor; resistência.

IC

SOCIAL

EFEITOS DE INSTRUÇÕES COOPERATIVAS E COMPETITIVAS NO CONSUMO DE RECURSOS LIMITADOS EM DILEMAS SOCIAIS. *Luísa Pereira Nishioka**, *Carina Maria Machado**, *Pedro Mar Rebello**, *Carolina Braga Cunha**, *Mahina da Guarda**, *Marília Mesquita Resende** e *Fabio Iglesias* (Laboratório de Psicologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, DF)

Dilemas sociais são conflitos gerados pela diferença entre interesses individuais e coletivos, de forma que se a maioria dos indivíduos realizar ações benéficas para si os prejuízos serão acumulados para todo o grupo. Este estudo teve como objetivo analisar os padrões de cooperação e competição frente a uma situação de recursos limitados, utilizando-se um experimento baseado no paradigma do jogo das nozes. Foram testados os efeitos de dois tipos de instrução, promovendo-se ora a cooperação, ora a competição entre os jogadores. Participaram da pesquisa 150 estudantes universitários (84 homens) com média de idade de 21,62 anos (DP = 7,37). O experimento foi apresentado na forma de um jogo, no qual três participantes eram dispostos em torno de uma mesa que inicialmente continha sete balas. Os participantes poderiam pegar qualquer quantidade de balas que desejassem, sem nenhuma ordem pré-estabelecida, sendo que a cada 10 segundos após o início do jogo a quantidade de balas restante na mesa era dobrada, podendo atingir no máximo o limite de sete balas. O fim do jogo se dava quando eram extintas as balas da mesa ou quando acabavam as unidades do pote de reposição, que possuía ao todo 20 balas. Foram controladas duas situações experimentais, que seguiam as mesmas regras, mas que eram diferenciadas pela instrução dada aos participantes. Na primeira situação, denominada “todos ganham”, os participantes eram informados de que todos ganhariam a quantidade de balas que arrecadassem no decorrer do jogo (cooperação). Na segunda situação, denominada “um ganha”, os participantes eram informados de que só ganharia as balas aquele que coletasse o maior número destas (competição). Considerados em nível grupal, os resultados revelaram maior média de duração das partidas em quantidade de rodadas no grupo de instrução cooperativa do que na instrução competitiva ($t = 3,11$; $p = 0,002$), constituindo evidências de maior sustentabilidade dos recursos. Em nível individual, a média de recursos consumidos também foi maior no grupo cooperativo ($t = 2,69$; $p = 0,008$). Não foram encontradas diferenças em função do sexo. A pesquisa reuniu evidências de que a cooperação pode ser promovida via instruções simples e enquadramento da situação de disputa em dilemas sociais dessa natureza no laboratório, via fenômenos de identificação grupal e normas sociais de reciprocidade. Dada a facilidade de se conduzir estudos como este com materiais de baixo custo, o paradigma é discutido em suas aplicações ao meio-ambiente e à área de comportamento do consumidor, com amplas possibilidades no teste de variáveis individuais e situacionais para a promoção do consumo responsável.

Palavras-chave: dilemas sociais; cooperação; competição.

IC

SOCIAL

HISTÓRIA SOCIAL DA INFÂNCIA DESVALIDA NA AMAZÔNIA PARAENSE.

O ATENDIMENTO MÉDICO E PEDAGÓGICO DA CRIANÇA DESVALIDA: A CRIAÇÃO DO INSTITUTO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA DO PARÁ (1912-1934). *Laura Maria Silva Araújo Alves* (Universidade Federal do Pará –Belém-Pa)

Este estudo investiga o atendimento médico e pedagógico da criança no Pará com a criação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância desvalida. Sabe-se que no período colonial não havia cuidados especiais à criança. No século XVIII com a urbanização das cidades brasileiras requer a intervenção médica nas questões de higiene e saúde, e gradativamente muda a concepção de criança. O cenário da criança desvalida na província do Pará no raiar do período republicano era desolador. A mortalidade de crianças por doenças e falta de higiene no Norte do país era extremamente elevada, incompatível com a necessidade de constituição de uma raça forte e produtiva. No início do século XX se inicia a institucionalização dos saberes educacionais, médicos e psicológicos aplicados à infância e é quando podemos verificar mais registros sobre que cuidados eram reservados à criança. No Pará, em 1912, o médico Pediatra Ophir Pinto de Loyola que sensibilizado com o quadro de desnutrição e falta de higiene vivida pelas crianças que atendia na Santa Casa de Misericórdia do Pará cria o Instituto de Proteção e Assistência à Infância com o objetivo de auxiliar as crianças desvalidas e orientação as mães nos princípios da puericultura. Este estudo objetiva então responder as seguintes questões: O que levou efetivamente o jovem médico a criar o instituto no Pará? Quais foram suas motivações higienistas para a criação o instituto? Qual a contribuição desse instituto no atendimento a médico e psicológico da criança desvalida do Pará? Metodologicamente a pesquisa utilizou documentos como estatutos, matérias de jornais e revistas nos arquivos das bibliotecas do Hospital Ophir Loyola e Artur Viana. Constata-se que desde o início de sua carreira como médico Ophir Loyola manifestou uma grande preocupação social da criança carente. No seu entender as crianças viviam sem o menor preceito de higiene e com hábitos culturais que prejudicavam o seu desenvolvimento físico e psicológico. Para ele, esta situação deveria ser solucionada com a criação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Pará. Defendia uma rede de assistência que se caracterizou pela preocupação com o binômio mãe-filho. Um homem de ciência, à frente de seu tempo, imprimindo uma marca própria na sua atuação como médico pediatra, Ophir de Pinto Loyola foi um defensor da assistência médico-social à criança pobre. Iniciou uma intensa atuação a favor da higiene infantil e de uma “verdadeira” Puericultura. Ali consolidou cada vez mais sua política na assistência médico-social à infância e fez valer os seus princípios em relação ao desenvolvimento saudável da criança. Na atuação como diretor da Santa Casa de Misericórdia do Pará e professor da Cadeira de Pediatria Clínica da Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará irradiava suas ideias, suas denúncias, seus projetos, sua influência no campo da proteção e assistência à infância pobre. Dotado de espírito renovador e progressista, destacou-se nos estudos das doenças das crianças. Pela abnegação e sensibilidade com a criança carente e por ser considerado pioneiro na proteção materno-infantil, coube-lhe o título de “Pai da Pediatria no Pará”.

Palavras-chave: educação, criança desvalida, infância

Doutorado - D

Psicologia Social

DO LAZER AO TRABALHO INFANTIL DOMÉSTICO: A HISTÓRIA SOCIAL E CULTURAL DA CRIANÇA NA *BELLE ÉPOQUE* (1900–1950). *Antônio Valdir Monteiro Duarte* (Universidade Federal de Uberlândia-MG)

Esta pesquisa investiga a história social da infância na cidade de Belém do Pará na primeira metade do século passado (1900–1950). A intenção é entender a realidade de crianças que viveram em uma época marcada por grandes transformações em nível econômico, político, social e cultural. A cidade de Belém vive, à época, um dos momentos mais prósperos de sua história, devido à grande produção da borracha que representava, até o final do século XIX, um dos maiores produtos de comercialização e exportação do país. Desta forma, as questões norteadoras do estudo foram: quais as práticas educacionais na vida privada da criança? Que práticas culturais e sociais no dia a dia das crianças? Quais as atividades de trabalho doméstico desenvolvido pelas crianças no contexto da vida privada? O apogeu da borracha levou a cidade a um surpreendente desenvolvimento, chegando a ser comparada às grandes cidades da Europa. Porém, todo o projeto modernizador executado na cidade traz conseqüências e contradições, que agravados pelo declínio da economia da borracha favoreceu, consideravelmente, as diferenças entre a elite emergente, que usufrui de todas as regalias oferecidas na cidade, e a classe menos favorecida que é colocada à margem de todo o processo. Dentro de todo esse cenário republicano, encontra-se a criança que começa a ser vista como sujeito de direitos, no entanto, pouco se faz para que seus direitos sejam garantidos. Para entender a infância nesse período foram utilizadas narrativas de velhos como uma forma de construir a infância no raiar do processo de modernização da cidade. Para construir a história social da infância na cidade de Belém foram selecionados velhos que tivesse passado a infância em Belém, além disso ter mais de 80 anos; ter vivido a infância na cidade de Belém; ter condições físicas e psicológicas para lembrar e narrar sua infância. Além de autores que discutem e realizam pesquisa no âmbito da história oral como Thompson, Alberti, Bosi, Vidal, dialogamos com outros da área da infância como Kramer, Tozoni-Reis, Demartini, Rizzini, Ariès, e, também na área da historiografia e história da Amazônia como: Sarges, Figueiredo, Salles, Mendes, entre outros. Finalmente, a pesquisa privilegiou as narrativas que, em constante diálogo com os referenciais teóricos, foram o fio condutor da construção da história da infância na cidade de Belém. Os dados indicam que as narrativas foram determinantes para entender, por exemplo, aspectos da composição familiar que, naquele momento, eram marcados pelo respeito, pela obediência e, sobretudo, pela imposição; a relação da criança com o espaço público; a chegada da criança à escola para estudar, mesmo com todas as dificuldades impostas por um sistema que se encontrava em formação; as alternativas de lazer encontradas pelas crianças; as políticas de assistência à criança desamparada; entre outros. Os dados apontam também que a criança frequentava espaços públicos e uma educação familiar rígida com a utilização do trabalho infantil doméstico.

Palavras-chave: trabalho infantil, lazer, educação

Doutorando -D

Psicologia Social

A EDUCAÇÃO PEDAGÓGICA PARA MENINAS DESVALIDAS NO COLÉGIO NOSSA SENHORA DO AMPARO: UM ESTUDO DA INFÂNCIA NA PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ (1850-1890). *Elianne Barreto Sabino* (Universidade Federal do Pará-Belém-Pa)

A presente pesquisa faz parte de um estudo que visa resgatar a história social e educacional do Colégio Nossa Senhora do Amparo, instituição pública que atendia crianças pobres na Província do Grão Pará, no período de 1850 a 1890. Criada para instruir, abrigar e educar as meninas pobres, a referida instituição foi pensada a partir de uma política de higienizar e de estabelecer ordem na Província do Pará, pois muitas crianças dormiam e viviam nas ruas, nos becos e em cortiços. Estudar a história desta instituição pública é uma tentativa de elaborar um discurso, uma interpretação da importância política, social e cultural da instituição para determinado a sua importância na história social da infância na Amazônia. Além disso, é uma tentativa de compreender a hierarquização do poder de uma época, de uma sociedade, e de traços de identidades próprios dessa instituição, assim como sua proposta pedagógica e seus conteúdos de ensino. Para tal pretendemos: (a) compreender a instrução para as meninas na província do Grão-Pará entre os anos 1850 a 1890; (b) identificar o significado de instruir e/ou educar as meninas desvalida, ex-escravas e indígenas para o Colégio Nossa Senhora do Amparo; (c) explicar de que forma eram trabalhadas as instruções para as meninas menos favorecidas. Metodologicamente a pesquisa abrange três momentos. Num primeiro momento tentamos localizar nosso objeto de estudo dentro da área do conhecimento da história social da infância, bem como, demonstrar a interseção que há entre história cultural e história da instituição escolar, buscando respaldo teórico em Chartier, Castanho e outros. Além disso, conceituamos brevemente os termos História, Instituição e escolar, de acordo com as idéias de Werle, Ragazzini, Monacorda, Magalhães e Torrinha. Posteriormente, discutimos a importância de se pesquisar a instituição escolar Nossa Senhora do Amparo, sua relevância para instrução pública na província do Grão-Pará, no período de 1850 a 1890, tendo como alvo as meninas pobres e sua contribuição para o estudo sobre a infância na Amazônia, para tanto temos como base teórica em Miguel, Júnior e Pessanha, Martinez e outros. Utilizamos para análise dos dados as fontes documentais que se encontram no arquivo público de Belém e Relatórios Provinciais arquivados na Biblioteca Nacional no sentido de compreender como esses debates e reformas educacionais refletiram significativamente para na história social da infância na província do Grão-Pará, principalmente a criação do Colégio do Amparo, uma vez que era uma das instituições do Governo Provincial responsáveis pela educação das meninas desvalidas, pobres, ex-escravas e indígenas. Os dados revelam que o referido colégio foi criado como medida provincial para higienizar a cidade e evitar que as meninas desvalidas ficassem vadiando pela cidade e assim fosse possível dar a elas uma formação primária com atividades de leitura, escrita, caligrafia, aritmética e gramática, além de orientações morais e religiosas. Havia ainda uma educação doméstica para que as meninas desvalidas quando saíssem do Amparo pudesse arranjar um “bom” casamento. Constatamos ainda que o colégio aplicava um modelo pedagógico rígido com punições severas.

Palavras-chave: meninas; educação; instrução pública
Mestranda-M

Psicologia Social

ENTRE A POBREZA E A ELITE: A IMAGEM DE CRIANÇAS EM FOTOGRAFIA DE JORNAIS E DE ÁLBUM DE FAMÍLIA NA BELÉM DO PARÁ (1900-1950). *Sebastião Valério do Nascimento* (Universidade Federal do Pará-Belém-Pa)

Este estudo objetiva investigar por meio da fotografia de álbum de família e matérias de jornais a imagem de crianças na cidade de Belém do Pará, e assim construir uma representação da história social da infância na Amazônia de 1900 a 1950. A fotografia é uma fonte histórica, é uma imagem/documento. No caso do álbum de família é um registro da história familiar, pois literalmente revela os modos e as circunstâncias em que a família é fotografada. Em matérias de jornais as fotografias são instrumentos acompanhados de uma mensagem discursiva informativa. A fotografia permite que quase toda pessoa possa se transformar em objeto-imagem, ou numa série de imagens que retratam momentos de suas vidas. A fotografia poderia ser tomada como um equivalente da memória coletiva, com a imagem fixada de um tempo que parou. A fotografia de crianças em jornais e álbum de família é uma chave para se compreender e conhecer a história social, cultural e educacional da infância na Amazônia, pois as imagens fotográficas revelam a intimidade de uma família e, por extensão, a sociedade: seus ritos, modos de vida, afetividade e segredos. O presente estudo investiga: como as crianças são retratadas nas fotografias de jornais e álbum de família? Em que espaços as crianças aparecem nas fotografias? Qual a imagem da criança e sua relação com o contexto sócioeconômico-cultural? Metodologicamente a pesquisa foi desenvolvida com fotografias de crianças em jornais e álbum de família que estão documentadas no arquivo públicas da cidade de Belém e na biblioteca Artur Vianna. Foi feito inicialmente uma catalogação das fotografias de crianças de acordo com o espaço e ambiente nas fotografias de álbum família e, posteriormente, em matérias de jornais no período de 1900 a 1950. Para aprofundamento teórico sobre fotografia e imagem, utilizaremos os seguintes autores: Leite, Mauad, Burke, Fischman. Quanto à leitura sobre infância destacamos os autores: Rizzine, Del Priori, Freitas, e Kulmman. No contexto da realidade da Amazônia privilegiamos os seguintes autores: Bezzera Neto, Sarges, Os resultados dessa pesquisa, apontam a importância da fotografia enquanto documento histórico, social e cultural. Constatamos que as fotografias em álbum de família as crianças clicadas são crianças da elite. As fotografias desencadearam reações de desconforto ou sofrimento psíquico para a criança. A foto é um ato teatral, pois há criação de um espaço fictício e de personagens, visto que muitas crianças aparecem com vestimentas ornamentadas em ambientes familiares e escolares ou em estúdios fotográficos. Quanto às fotografias de crianças em matérias jornais verificamos, de um lado, que há a marginalidade da infância desvalida com fotografias de crianças perambulando pelas ruas e sendo alvo de violência urbana e, de outro lado, fotografias de criança da elite feliz. A idéia de alegria exclui a possibilidade de conflito familiar, pois a criança da elite idealizada nas matérias de jornais é doce e cheia de ternura, o que faz com que ela seja associada à infância feliz.

Palavras-chave: fotografia; criança, infância

Mestrando-M

Psicologia Social

ESCOLA, FAMÍLIA E CRIMINALIDADE: A HISTÓRIA DE VIDA DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI. *Regina Fernandes Monteiro*
(Unidades de Internação da FUNCAP-Unidade de Val-de-Cães-Pa)

O presente estudo objetiva desvelar a memória de escola, família e criminalidade de adolescentes em conflito com a lei e que cumprem medidas socioeducativas na Fundação da Criança e do Adolescente do Pará, na Unidade de Internação de Val-de-Cães. A intenção é traçar por meio dos enunciados discursivos destes sujeitos suas incursões no ambiente familiar e educacional e assim identificar o que os fizeram abandonar a escola de forma precoce e/ou apresentar em seus históricos escolares um alto índice de repetência e evasão escolar e conseqüentemente o envolvimento com a violência e criminalidade. As questões que norteiam este estudo são: Que fatores contribuíram para que estes adolescentes abandonassem o ambiente familiar e educacional de forma precoce? Até que ponto a escola e a exclusão social foram fatores relevantes para o envolvimento destes adolescentes com a violência e criminalidade? Qual o comprometimento da família e da escola na formação dos adolescentes em conflito com a lei, levando em consideração o papel da dessas instituições na formação desses sujeitos? Partindo das questões norteadoras o estudo objetiva identificar que Redes de Significados estão envolvidas nestes questionamentos. A pesquisa foi desenvolvida com a participação de 18 adolescentes na faixa etária de 12 a 17 anos de idade, nascidos no Estado do Pará, oriundos de famílias pobres e que estão cumprindo medidas socioeducativas pelo ato infracional que vai do dano ao patrimônio público (Art. 163) a assalto seguido de morte (Art.121 c/c Art. 14). Foram utilizados como instrumentos de coleta de dados a entrevista semi-estruturada e documentos cedidos pela Fundação da Criança e do Adolescente, como os prontuários, com os dados pessoais e acompanhamento de cada adolescente. O *corpus* da pesquisa foi analisado por meio dos seguintes eixos-temáticos: Escola; Família; Violência e Criminalidade; Relações Interpessoais e Perspectivas Futuras. O referencial teórico utilizado para análise dos dados segue a concepção de Bakhtin sobre a rede de significados e de autores que discutem aspectos relacionados aos eixos temáticos. Para tal foi utilizado autores como Rossetti e Ferreira, Arroyo, Bossa, Cordié, Pinto entre outros. Nesta perspectiva, o objetivo foi o de encontrar correspondência com os princípios e critérios que pudessem contribuir para a fundamentação desta análise, favorecendo a interação entre as diferentes formas de produção de conhecimento, sobretudo, pelos dados apresentados ao processo de escolarização destes sujeitos, uma vez que contribuiu para reprovações, repetências, defasagens, e não raro, para a evasão escolar. Os dados revelam que os adolescentes se envolveram muito cedo com a violência e que a escola foi o lugar de grande conflito. Além disso, os dados apontam que os adolescentes abandonaram a escola pela falta de uma política educacional mais eficiente na permanência de alunos na escola com dificuldades de aprendizagem. A maioria diz que se envolve com a criminalidade pela falta de interesse pela escola. Podemos observar o abandono social que permeiam a vida destes adolescentes está interligada a três eixos: Família, Escola e Estado. Os adolescentes são oriundos de famílias desestruturadas que os abandonam a sua “própria sorte”.

Palavras-chave: adolescentes, violência, educação
Mestrado-M

Psicologia Social

MEDIDAS EXPLÍCITAS E IMPLÍCITAS EM COGNIÇÃO SOCIAL.

PRIMING DE METAS DE CIVILIDADE E O EFEITO NA INTENÇÃO DE AJUDA. *André Luiz Alves Rabelo**, *Maria Alexandra Gaiofatto Hees**, *Ronaldo Pilati* (GEPS, Laboratório de Psicologia Social, Departamento de Psicologia Social e do Trabalho, Universidade de Brasília, Brasília, DF).

O número de interações sociais que a maioria das pessoas tem ao longo de um dia é extraordinário, e para que essas interações ocorram de forma harmoniosa é necessário que as pessoas se engajem em comportamentos de civilidade. O comportamento de civilidade pode ser entendido como um tipo de comportamento prosocial em que o indivíduo age de acordo com as normas implícitas de conduta do contexto em que se encontra. Uma área de pesquisa que tem se consolidado como uma das mais importantes para o estudo do comportamento social humano é a cognição social, área que se dedica ao estudo de como as pessoas compreendem a si próprias e as outras pessoas. Os modelos de processamento duplo têm sido muito influentes nessa área, e estudos recentes utilizando esses modelos têm demonstrado que o *priming* de metas comportamentais pode ocorrer de forma automática, com impacto significativo sobre o julgamento e o comportamento do indivíduo. O comportamento de civilidade é um exemplo de comportamento dirigido à meta e seu caráter automático em situações cotidianas indica que o procedimento de *priming* pode ter efeitos significativos na intenção de ajuda. O presente estudo teve como objetivo testar o efeito que o *priming* de metas de civilidade, por meio do uso de uma Tarefa de Desembaralhamento de Sentenças (TDS) e o nível de controlabilidade em cenários hipotéticos tem sobre a intenção de ajuda. Avaliou-se, também, o papel moderador da personalidade prosocial e do estado de emoção simpática. As variáveis independentes foram o *priming* de metas de civilidade e o nível de controlabilidade da situação de infortúnio em cenários experimentais. A variável dependente foi o julgamento do cenário. Participaram do estudo 50 estudantes que respondiam a uma TDS e posteriormente a um cenário de ajuda, assim como a uma série de outras medidas avaliando a personalidade prosocial, o estado de emoção simpática e a percepção de controlabilidade de um indivíduo na situação do cenário. Os resultados indicaram que o *priming* de metas de civilidade teve efeitos significativos na intenção de ajuda ($F_{(1,48)} = 5,29$; $p = 0,027$), no estado de emoção simpática ($F_{(1,47)} = 7,29$; $p = 0,010$) e na empatia orientada ao outro ($F_{(1,46)} = 5,35$; $p = 0,025$), sendo que os participantes na condição experimental de *priming* de civilidade apresentaram médias maiores quando comparados aos participantes do grupo controle. Além disso, o nível de controlabilidade do cenário não teve efeitos significativos sobre a intenção de ajuda dos participantes ($F_{(1,48)} = 0,55$, $p = 0,463$). Os resultados obtidos por meio da manipulação de *priming* corroboram as evidências obtidas nos estudos de cognição social que investigam esse procedimento e contribuem para a discussão da relação entre variáveis disposicionais e situacionais em psicologia social, assim como sobre os processos automáticos envolvidos em situações cotidianas. Além disso, os resultados indicaram que o processamento automático envolvido na tarefa de *priming* teve efeitos mais significativos na intenção de ajuda do que o processamento, de caráter mais controlado, envolvido na atribuição de responsabilidade.

Bolsista de Iniciação Científica do CNPq

Palavras-chave: Cognição Social, *Priming*, Comportamento Prosocial

IC

SOCIAL

DESENVOLVIMENTO DE UMA MEDIDA IMPLÍCITA PARA AVALIAÇÃO EDUCACIONAL EM PSICOLOGIA: EVIDÊNCIAS PRELIMINARES. *André Luiz Alves Rabelo**, *Ronaldo Pilati*, *Juliana Porto*, *Mariana Santos** (GEPS, Laboratório de Psicologia Social, Departamento de Psicologia Social e do Trabalho, Universidade de Brasília, Brasília, DF).

Um conceito central em psicologia social para se referir às nossas preferências é o de atitude, que pode ser entendida como uma avaliação relativamente geral e duradoura de um objeto ou conceito em uma dimensão de valência que varia de positivo a negativo. Essas preferências influenciam as escolhas por áreas de atuação, o grau de aprendizagem e o interesse pelos conteúdos específicos das disciplinas cursadas por alunos de graduação. Portanto, identificar as preferências dos estudantes pode auxiliar na sua formação. O presente estudo teve como objetivos desenvolver uma medida implícita de atitudes frente a áreas de atuação da psicologia e relacioná-las com uma medida explícita de atitudes de estudantes de psicologia frente a duas áreas de atuação do psicólogo – a psicologia organizacional e a clínica. Para alcançar esses objetivos, dois estudos foram conduzidos utilizando um Teste de Associação Implícita (TAI), uma medida explícita de atitudes e um questionário de dados sócio-demográficos com dois grupos de estudantes universitários – alunos cursando sua primeira disciplina na área de psicologia organizacional e alunos de uma empresa júnior dessa mesma área. O primeiro estudo foi realizado com 46 participantes. Foi identificada uma correlação baixa entre o TAI e as duas dimensões da medida explícita ($r = -0,141$; $p > 0,05$; $r = 0,207$; $p > 0,05$), assim como uma correlação alta e negativa entre as duas dimensões da medida explícita ($r = -0,458$; $p < 0,01$). Uma possível interpretação para esses resultados é que cada um dos dois tipos de atitude correspondem a construtos diferentes e relativamente independentes, podendo não se corresponder ou assemelhar. Entretanto, construtos diferentes podem estar relacionados com diferentes processos cognitivos atuando sobre o mesmo conteúdo na memória. Outro resultado é que nesse grupo também houve, em média, uma atitude implícita ligeiramente mais favorável à psicologia clínica ($M = -0,036$; $DP = 0,479$). O segundo estudo contou com 15 alunos de uma empresa júnior replicou algumas das evidências encontradas no primeiro estudo como a correlação alta e negativa entre as dimensões da medida explícita ($M = -0,457$; $p < 0,01$), mas diferentemente dele, encontrou-se uma congruência maior entre a medida implícita e as duas dimensões da medida explícita ($r = 0,416$; $p > 0,05$; $r = -0,281$; $p > 0,05$), visto que essas duas dimensões indicaram, assim como a medida implícita, uma leve preferência, em média, por psicologia organizacional ($M = 0,107$; $DP = 0,499$). Os resultados dos dois estudos apresentaram evidências da capacidade discriminativa do TAI quanto aos estímulos de cada categoria e que as medidas obtidas por ele diferiram significativamente das medidas obtidas pela escala de atitude explícita. Além disso, os dois estudos corroboraram significativamente a polaridade do interesse por uma das áreas em detrimento da outra. O TAI poderá ser uma nova opção de ferramenta para avaliar o interesse de alunos por uma área de estudo ou disciplina, assim como a preferência dos mesmos por outras questões.

Bolsista de Iniciação Científica do CNPq

Palavras-chave: Atitude, Teste de Associação Implícita, Cognição social

IC

SOCIAL

INFLUÊNCIA NORMATIVA NO CAMPUS: A IGNORÂNCIA PLURALÍSTICA NO TROTE UNIVERSITÁRIO. *Augusto Pacífico Damasceno Rocha**, *Fabio Iglesias*, *Cecilia Weiller Bastos**, *Lude Marieta Neves***, *Amanda Miranda**, *Bárbara Lima**, *Matheus Fidalgo**, *Thomaz Augusto Alberto** (Laboratório de Psicologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, DF).

O trote universitário é um ritual de atividades em que os alunos veteranos buscam integrar informalmente ao ambiente acadêmico os recém-aprovados no vestibular. Algumas práticas de trote, porém, envolvem comportamentos perigosos e outros que são vistos como agressivos, incluindo o consumo de bebidas alcoólicas (ou drogas), palavras de ordem e o uso de ovos, tinta e farinha para sujar os calouros. Mesmo envolvendo essas atividades frequentemente indesejáveis, fenômenos de influência social normativa podem explicar porque os alunos recém ingressos na universidade aceitam participar dos trotes e até justificam sua importância. Esta pesquisa teve como objetivo investigar a ocorrência de ignorância pluralística, como um problema de má percepção de normas sociais, nas opiniões de estudantes universitários sobre o trote. A ignorância pluralística é caracterizada como um estado psicológico no qual um indivíduo pensa que suas atitudes e julgamentos são diferentes daqueles dos demais, mesmo sendo, na verdade, os mesmos. O estudo foi realizado com 210 estudantes da Universidade de Brasília, que responderam a um cenário em que um calouro era obrigado a participar de um trote com várias atividades polêmicas, como ingerir bebidas alcoólicas e sofrer abusos verbais por parte de veteranos. Inicialmente pediu-se aos participantes para avaliar, em uma escala de 0 (“totalmente desconfortável”) a 10 (“totalmente confortável”) como se sentiam em relação a várias práticas de trote (autopercepção) e como seria a opinião dos seus amigos sobre elas (heteropercepção). Em seguida, foi pedido que se imaginassem nessas situações e avaliar na mesma escala sua auto e heteropercepção sobre aplicar e sofrer esse ritual. Uma MANOVA para medidas repetidas revelou que os participantes se sentem menos confortáveis com as práticas do trote do que eles crêem ser a norma social, principalmente em práticas como obrigar os calouros a arrecadar dinheiro abordando carros em sinais de trânsito ($F = 7,70$; $p = 0,01$) e agressões verbais por parte de veteranos ($F = 25,66$; $p < 0,01$). Não se verificaram diferenças significativas na auto e heteropercepção de atividades como lanches comunitários ($F = 1,14$; $p = 0,28$) e a prática de sujar os calouros com ovos, tintas e farinha ($F < 1$; $p = 0,38$). As diferenças entre as médias de auto e heteropercepção indicam que os alunos acreditam que o trote é mais aceito por outras pessoas do que por elas mesmas, oferecendo evidências de ignorância pluralística frente a essas normas. Esses resultados sugerem que a tolerância para certas opções de trote pode se dar por serem modalidades tradicionais no ritual, além de causarem danos morais ou incômodos físicos relativamente baixos, sendo assim mais aceitas pela comunidade universitária. Os resultados deste estudo podem ser úteis para adicionar dados empíricos aos debates sobre o trote nas universidades que promovem essa prática, visando reduzir a coerção social sofrida por calouros nessas condições. À semelhança de intervenções baseadas no marketing de normas sociais, a divulgação de *surveys* como este pode prevenir a má percepção do que é socialmente convencional, reduzindo conflitos e consequências negativas do trote.

Palavras chave: trote universitário; ignorância pluralística; influência social normativa
IC

SOCIAL

CORRELATOS VALORATIVOS DA NECESSIDADE DE COGNIÇÃO. *Luís Augusto de Carvalho Mendes***, *Leogildo Alves Freires***, *Marcio de Lima Coutinho***, *Roosevelt Vilar Lobo Souza**, *Layrthton Carlos de Oliveira Santos**, (Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB)

A Necessidade de Cognição (Need for Cognition – NFC) é definida como a tendência de um indivíduo em se engajar e gostar de pensar ou de atividades que exigem esforço analítico. Ela é descrita como a necessidade de estruturar o significado de situações de forma integrada, podendo ser entendida como a necessidade de entender e fazer compreensíveis as experiências vivenciadas pelo indivíduo. A NFC está relacionada com as rotas de persuasão, sendo que os sujeitos com altas pontuações usam a rota central, que os levam a refletir sobre um assunto por meio de informações relevantes. Sujeitos com baixa pontuação na NFC seguem a rota periférica, podendo ser influenciados pelo contexto ou simples sugestões. Os Valores Humanos podem ser definidos como categorias que orientam os indivíduos para o que é desejável, baseados nas necessidades humanas e nas pré-condições para satisfazê-las, podendo ser definidos como representações cognitivas das necessidades individuais, das demandas da sociedade e institucionais, que restringem os impulsos pessoais e asseguram um ambiente estável, sendo entendidos como critérios de orientação que guiam as ações do homem. Diante destas constatações, a presente pesquisa teve o objetivo de analisar a relação entre a necessidade de cognição e os valores humanos. Para isso, contou-se com a participação de 215 universitários de uma instituição pública de João Pessoa, PB, a maioria do sexo feminino (61,4%) com idade média de 20 anos ($dp = 3,79$). Os participantes responderam a *Escala de Necessidade de Cognição*, o *Questionário de Valores Básicos (QVB)* e o *Questionário Demográfico*. Procedeu-se a correlação entre a *Necessidade de Cognição* e as subfunções valorativas *Interativa* ($r = -0,13, p < 0,05$), *Suprapessoal* ($r = 0,17, p < 0,01$), *Normativa* ($r = -0,19, p < 0,01$) e *Existência* ($r = -0,13, p < 0,01$). Para uma melhor explicação das correlações, foi executada uma regressão linear múltipla (stepwise) com todas as variáveis que apresentaram correlação com a NFC. Foi constatado que as subfunções valorativa *Suprapessoal* ($\beta = 0,26, p < 0,01$), *Normativa* ($\beta = -0,18, p < 0,01$), *Existência* ($\beta = -0,17, p < 0,05$) explicaram significativamente a NFC. O modelo total explicou 10% ($R^2 = 0,10$) da variabilidade. Os resultados apontam para a influência dos valores humanos na necessidade de cognição, ressaltam-se a relação positiva com a subfunção suprapessoal, visto que os indivíduos que endossam esses valores buscam organizar e categorizar o mundo de uma forma consistente, fornecendo clareza e estabilidade na organização cognitiva da pessoa. Da mesma forma, a relação negativa com a subfunção normativa, já que esses valores refletem a importância de preservar a cultura e as normas convencionais, e a subfunção existência, que tem o propósito principal de assegurar as condições básicas para a sobrevivência biológica e psicológica do indivíduo. Os resultados reforçam a teoria da relação entre os valores e as necessidades humanas, neste caso a necessidade de cognição.

Palavras-chave: Necessidades, cognição, valores humanos.

M

SOCIAL

CINCO TENDÊNCIAS COGNITIVAS ENTRE COOPERADORES E COMPETIDORES NUM DILEMA SOCIAL SIMULADO. *Camila Perna Martins**, *Douglas Piasson**, *Júlia Gisler**, *Matheus Morais Fernandes**, *Víthor Rosa Franco**, *Luísa Pereira Nishioka**, *Patrícia Emanuele Ribeiro*** e *Fabio Iglesias* (Laboratório de Psicologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, DF).

O gerenciamento do uso de bens finitos e renováveis constitui um desafio fundamental na discussão sobre sustentabilidade e consumo responsável. Esses problemas são compreendidos como dilemas sociais, situações em que a escolha pelo próprio benefício, tal como maximizar o consumo individual, quando feita pela maioria, resulta em prejuízos para todos. Fenômenos de cognição social podem ajudar a explicar porque as pessoas tomam decisões inapropriadas em dilemas sociais, tais como em efeitos de falso-consenso (“as pessoas se comportam como eu”), erro fundamental de atribuição (“as pessoas se comportam assim por fatores disposicionais”), efeito ator-observador (“eu me comporto assim por fatores situacionais”), viés de autosserviço (“se é bom eu assumo, se é ruim não”) e viés autocentrado (“o mérito é mais meu do que do grupo”). O objetivo desta pesquisa foi investigar a ocorrência desses fenômenos com o uso do *software* FISH, que simula uma tarefa de pesca virtual em que se controlam os níveis de cooperação e competição de adversários e a taxa de reposição dos peixes consumidos a cada sessão. O estudo foi realizado com 101 participantes (56 homens), com média de idade de 19 anos, todos os estudantes universitários, que jogaram com três participantes virtuais em duas condições experimentais: ambiente cooperativo e ambiente competitivo. Ao término da tarefa eles responderam a um questionário sobre a sua atuação e interpretação de aspectos do jogo, em que se avaliaram os fenômenos de cognição social em 10 itens com escalas de 0 a 10. Os resultados revelaram que, independentemente da condição experimental, a maioria dos participantes agiu de maneira mais competitiva, tomando-se como parâmetro o índice de cooperação calculado pelo *software*. Aqueles que se comportaram mais competitivamente apresentaram mais evidências de erro fundamental de atribuição ($F = 6,27$; $p = 0,01$). Quanto às demais tendências foram constatadas o viés de autosserviço ($t = 2,01$; $p = 0,05$), o efeito ator-observador ($t = 2,62$; $p = 0,01$) e o efeito de falso consenso ($t = 3,57$; $p < 0,01$). Com uma diferença marginal, homens foram mais influenciados pelo ambiente do que as mulheres, que apresentaram consumo semelhante nas duas condições experimentais ($F = 2,99$; $p = 0,09$). Esses dados sugerem que o dilema social simulado em computador pode funcionar como paradigma para a compreensão de problemas reais que envolvem consumo e sustentabilidade. Por ser um jogo com participantes virtuais, a auto-atribuição de responsabilidade pode ter sido diminuída, não se verificando a ocorrência do viés autocentrado. As tendências cognitivas identificadas entre os mais competidores revelam que o consumo responsável pode ser promovido pela divulgação de sondagens de opinião pública, que reforcem a crença de que outros também estão dispostos a cooperar em dilemas. O trabalho discute a possibilidade de intervenções via estabelecimento de normas e comunicação entre as partes como estratégias de promoção do consumo responsável.

Palavras-chave: dilemas sociais; cognição social; vieses cognitivos.

IC

SOCIAL

CRENÇAS E JUSTIFICATIVAS SOBRE O USO DE PRESERVATIVO NAS RELAÇÕES SEXUAIS ENTRE UNIVERSITÁRIOS. *Juliana Peixoto**, *Katsumi Takaki**, *Luna Gurgel de Andrade**, *Mariana Kol**, *Matheus Gomes**, *Marília Mesquita Resende** e *Fabio Iglesias* (Laboratório de Psicologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, DF).

O uso de preservativos é um comportamento incentivado para evitar a gravidez indesejada e a contaminação por doenças sexualmente transmissíveis. Um desafio nesse contexto é combater crenças equivocadas e a sensação de imunidade frente a riscos em relações com estranhos ou pessoas íntimas. É fundamental, portanto, que se investiguem os fatores envolvidos na decisão de usar ou não preservativo nas relações sexuais, considerando-a como um problema de interação social. O objetivo deste trabalho foi identificar alguns desses fatores, com base na teoria do comportamento planejado. A pesquisa foi realizada com 141 estudantes universitários (73 mulheres), com média de idade de 20,43 anos (DP = 3,18). Elaborou-se um questionário com 28 itens inspirados na literatura da teoria do comportamento planejado, para mensurar atitudes, norma subjetiva e controle comportamento percebido em escalas de concordância de 1 a 5, incluindo itens referentes à confiança no parceiro e desconforto causado pelo preservativo. Incluiu-se uma questão aberta sobre uso de camisinha no sexo oral e justificativa para seu uso/não uso. Os resultados mostraram que os participantes com parceiro sexual fixo relataram maior desconforto, redução de sensibilidade e uso de outros métodos contraceptivos como justificativa para não usar preservativo ($p < 0,05$). Os homens apresentaram médias mais altas nesses itens, enquanto as mulheres se mostraram mais preocupadas com a opinião dos pais ($F = 4,61$; $p < 0,05$), do médico ($F = 7,54$; $p < 0,05$) e sua própria opinião ($F = 9,93$; $p < 0,05$). A confiança no parceiro mostrou-se fator relevante para o uso de preservativos, pois pessoas com um relacionamento estável consideram não haver risco de doenças venéreas e que a gravidez indesejada pode ser evitada com outras medidas. Embora não haja uma correlação real entre intimidade e garantia de saúde, vieses e heurísticas podem explicar porque as pessoas não tomam as mesmas precauções com conhecidos em relação aos cuidados que tem no relacionamento com estranhos. Os dados qualitativos sugerem ser aceitável que o homem solteiro tenha várias parceiras sexuais, ao passo que a mulher considera mais a opinião da família e os preceitos de sua religião. Esses resultados revelam ainda crenças sobre o uso de preservativo que podem perpetuar decisões equivocadas sobre o sexo e neutralizar os argumentos para que as pessoas se protejam, independentemente das características do parceiro. O trabalho discute a utilização de pesquisas sobre esses fatores na promoção da saúde entre jovens universitários, especialmente para aqueles que estão iniciando sua vida sexual após ingresso no ensino superior.

Palavras-chave: preservativo, teoria do comportamento planejado,.

IC

SOCIAL

ESTUDOS SOBRE CAUSALIDADE E PERCEPÇÃO DE CONTROLE NA ESPANHA E NO BRASIL.

ATRIBUIÇÃO DE CAUSALIDADE A EVENTOS ACIDENTAIS. *José Augusto Dela Coleta (Universidade Federal de Uberlândia, MG)*

A literatura científica mostra três grandes contribuições teóricas aos processos atribucionais empregados para explicar a origem de eventos acidentais: a busca de controle, a crença no mundo justo e a atribuição defensiva. Após as publicações de Walster, de Lerner e de Shaver nos anos 1960 e 1970, centenas de estudos foram conduzidos para testar e ampliar os princípios formulados por estes autores. No Brasil, uma linha de pesquisa que vem sendo desenvolvida a partir de 1976 produziu mais de uma dezena de estudos com o objetivo de investigar como ocorrem os processos de atribuição de causalidade a eventos acidentais e determinar as implicações destes achados. Tais estudos foram conduzidos principalmente com amputados, cegos, presos, vítimas de infarto do miocárdio, portadores de HIV, membros de famílias com crianças internadas por doenças infecto-contagiosas, homens e mulheres demitidos de seus empregos, universitários submetidos a cenários de acidentes de trânsito com diferentes conseqüências para motoristas e pedestres, acidentados no trabalho, seus superiores imediatos e gerentes, trabalhadores multi-acidentados, médicos do trabalho analisando causas e conseqüências de acidentes do trabalho, grupos de trabalhadores rurais pouco escolarizados. Os principais resultados mostram diferenças nos processos atribucionais empregados por atores e observadores dos eventos, variação da atribuição de causalidade ao ator do evento em função da magnitude das conseqüências, reações distintas às perdas sofridas ao se considerar as diferentes atribuições formuladas, processos importantes de atribuição defensiva e de busca de controle nas explicações formuladas, entre outros. Uma revisão destes estudos, um resumo de seus achados e, sobretudo, as futuras perspectivas neste campo são discutidas nesta apresentação.

Palavras-chave: atribuição de causalidade, ilusão de controle, eventos acidentais

Nível: P

SOCIAL

PERSONAL INVOLVEMENT AND CUE-OUTCOME CONTINGENCY IN THE ILLUSION OF CONTROL. *Helena Matute (Universidad de Deusto, Bilbao, Spain)*

Personal involvement has been described as a critical factor modulating the illusions of control. In principle, these illusions should not occur if the participant is not personally involved. However, personal involvement is not the only factor. Indeed, many of the experiments that have supported this view can be subject to an alternative explanation. Participants who are personally involved in obtaining a given outcome often tend to be more active than those who are not personally involved. According to our proposal, because the illusion of control normally occurs in situations in which a reinforcer occurs frequently, people who are more active and respond more frequently are necessarily exposed to more coincidences between their behavior and the reinforcer than those who are not involved. These adventitious contingency should favor the development of the illusion. Our experiments provide support for this view. Regardless of whether the action is executed by (a) the participant, (b) another person, or (c) a fictitious agent, the illusion that the response is producing the outcome is increased as the probability of the response increases. The potential role of personal involvement must be distinguished from that of response-outcome contingency.

Palavras-chave: envolvimento pessoal, ilusão de controle, reforço

Nível do trabalho: P

SOCIAL

COINCIDÊNCIAS ENTRE AÇÕES E MUDANÇAS AMBIENTAIS NA DETERMINAÇÃO DA ILUSÃO DE CONTROLE. *Marcelo Frota Lobato Benvenuti (Universidade de Brasília, DF)*

Ilusão de controle tem sido classicamente definida como uma expectativa de que certas ações sejam efetivas no controle do ambiente quando, na verdade, não são. O fenômeno da ilusão de controle, amplamente replicado em diversos contextos de investigação, representa atualmente um desafio teórico para psicólogos de diferentes abordagens. Esta apresentação mostra dados de uma linha de investigação na qual o fenômeno da ilusão de controle é avaliado em condições em que o desempenho de participantes em uma tarefa não-verbal é comparado com o desempenho verbal, relatos que os participantes fazem sobre o próprio comportamento. Na tarefa básica, o participante deve formar uma figura em um monitor de computador dispondo de um *mouse* que permite responder a dois retângulos coloridos. Em um dos retângulos, as respostas do participante são efetivas na produção de pedaços da figura e de pontos (em média a cada 8 segundos pedaços da figura e pontos são apresentados como consequência de uma resposta neste primeiro retângulo); no segundo retângulo, respostas não são efetivas na produção de pontos e pedaços da figura. Ao final de cada sessão, o participante responde por escrito a uma pergunta sobre o que deveria fazer em cada um dos retângulos para ganhar pontos e montar a figura. Na situação descrita acima, é possível que o participante mantenha-se respondendo nos dois retângulos por conta da coincidência temporal entre respostas no retângulo não efetivo e as consequências programadas para as respostas no retângulo efetivo. Quando isso acontece, o participante, ao final das sessões, descreve que há relação de causa e efeito entre as ações e mudanças ambientais que, na verdade, não existe. Adicionando pontos e pedaços da figura independentes do comportamento dos participantes em relação a ambos os retângulos, é possível reduzir o número total de respostas dos participantes na sessão. Com isso, as cadeias supersticiosas deixam de ocorrer e o participante deixa de relatar, ao final das sessões, que respostas no retângulo que não é efetivo funcionam para a produção de pontos. Comparando o desempenho verbal com o não-verbal, é possível concluir que “relatos supersticiosos” são, na verdade, relatos acurados formulados com base no desempenho não-verbal dos participantes. Esses resultados sugerem que, ao menos no presente contexto, aquilo que as pessoas dizem sobre relações causais depende do comportamento não-verbal: relatos sobre causalidade, indicativos da expectativa que uma pessoa desenvolve em uma tarefa não-verbal, podem ser influenciados pelas coincidências entre ações específicas e mudanças ambientais que não dependem das ações. A presente investigação contribui para separar o papel do comportamento verbal dos determinantes não-verbais no quadro mais complexo de episódios de ilusão de controle. De modo mais geral, a presente investigação contribui para a integração de princípios básicos do comportamento com temas tradicionalmente discutidos no contexto da psicologia social.

Apoio: CAPES/PRODOC

Palavras-chave: ilusão de controle, comportamento verbal, cadeias supersticiosas

Nível P

SOCIAL

DIFERENTES ABORDAGENS DO TESTE DE BENDER NA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA: ADAPTAÇÕES PARA CRIANÇAS E ADULTOS.

ESTUDO DA CONSISTÊNCIA INTERNA DO TESTE BENDER PARA CRIANÇAS DO MUNICÍPIO DE ASSIS-SP. *Helena Rinaldi Rosa (Departamento de Psicologia Clínica - UNESP, Assis-SP) e Iraí Cristina Boccato Alves (LITEP – Instituto de Psicologia da USP, São Paulo – SP).*

A organização percepto-visomotora é importante para avaliação do desenvolvimento infantil, pois é uma das habilidades requeridas no conjunto de atividades que a criança necessitará desenvolver a partir do ingresso na escola. O Teste Gestáltico Visomotor de Bender investiga esta habilidade por meio da identificação e consideração de desvios na cópia de modelos. A presente pesquisa empregou o sistema de avaliação proposto por Koppitz, publicado em 1963, destinado a avaliar o nível de maturidade de crianças de 5 a 10 anos, constituindo uma avaliação mais objetiva e quantitativa do teste do que a inicialmente criada por Bender. A autora distinguiu entre as distorções presentes nas cópias dos desenhos, aquelas relacionadas à imaturidade perceptiva, considerando o caráter evolutivo das funções gestálticas visomotoras. Baseou-se no pressuposto de que o desempenho visomotor adequado requer a utilização de padrões complexos e princípios específicos de organização. Seu sistema de pontuação consiste em uma escala maturacional. É composto por 30 itens referentes a erros na cópia dos nove modelos propostos por Bender, que são computados conforme sua presença ou ausência e contemplam quatro critérios: distorção da forma (relativa à precisão na cópia dos aspectos formais: pontos, linhas retas, linhas curvas e ângulos), integração (diz respeito à configuração total ou de partes do desenho, os erros ocorrem quando a reprodução realizada pela criança apresenta relações entre as partes diferente da do modelo), rotação (relaciona-se à orientação no espaço, ocorre quando há uma variação no eixo da figura ou de parte dela em 45° ou mais) e perseveração (refere-se ao número de unidades em comparação com o desenho estímulo); cada um destes aspectos possui um critério específico de acordo com o modelo. Este trabalho investiga a validade desse sistema, por meio da consistência interna entre cada um desses critérios e o total de pontos obtidos pelas crianças no teste, que constituem medidas de homogeneidade, que são relevantes para a validade de construto. A amostra foi composta por 540 crianças, metade de cada sexo, de 5 a 11 anos de idade, sorteadas nas escolas do município de Assis de modo a compor uma amostra representativa da cidade, considerando o tipo de escola em que a criança estuda, este último como indicativo do nível socioeconômico. Todas as correlações foram altas e significantes para a amostra total, sendo a mais baixa a de perseveração (0,539). O critério que obteve correlação mais alta foi o de integração (0,836). As correlações por idade foram significantes exceto no critério perseveração para 5, 8 e 9 anos e em rotação, para a faixa etária de 10 anos. Isso indica que todos os critérios contribuem para a pontuação total do teste, embora ocorram variações em função da idade, uma vez que alguns erros deixam de aparecer em função do desenvolvimento visomotor. Concluiu-se que o teste Bender, na avaliação proposta por Koppitz, apresenta índices satisfatórios de consistência interna, contribuindo para sua validade de construto e adequação para avaliação percepto-visomotora das crianças, podendo ser empregado na triagem e avaliação psicológica infantil.

Palavras-chave: Teste Bender; Avaliação Psicológica; organização percepto-visomotora; validade.

Nível do trabalho: P - Pesquisador

Código da área: AVAL – Avaliação Psicológica

PRECISÃO ENTRE JUÍZES PARA O TESTE DE BENDER NA ADAPTAÇÃO DE KOPPITZ. *Irai Cristina Boccato Alves (LITEP – Instituto de Psicologia da USP, São Paulo – SP).*

O Teste de Bender destina-se à avaliação da maturação da organização perceptivo-motora, de lesão cerebral e da personalidade como uma técnica projetiva. Bender afirma que a cópia das figuras gestálticas reflete o grau de maturação da percepção visomotora, a qual está intimamente ligada ou relacionada com a capacidade verbal e outras funções associadas com a inteligência em crianças pequenas, mas essa relação desaparece depois que a percepção visomotora está completamente amadurecida. Tendo em vista que Bender não forneceu um sistema objetivo para a pontuação do teste, vários autores desenvolveram diferentes sistemas para sua avaliação. Entre eles destaca-se a escala maturacional de Koppitz, que é composta de 30 itens, avaliados com pontuação 1 (presente) ou 0 (ausente), que se referem a quatro aspectos: Distorção da forma, Rotação, Integração e Perseveração. Os pontos obtidos nessa escala correspondem a erros, assim quanto menor o número de pontos, melhor o desempenho da criança, portanto ocorre uma diminuição no número de pontos, à medida em que a criança se desenvolve. O Teste de Bender consiste em solicitar ao examinando que copie nove figuras geométricas, que são apresentadas em cartões uma a uma pelo examinador. Esta pesquisa teve como objetivo estabelecer o grau de precisão desta avaliação entre juízes. Participaram desta pesquisa dois juízes devidamente treinados nos critérios propostos por Koppitz, uma psicóloga com experiência em avaliação psicológica e uma bolsista de iniciação científica, cursando o quarto ano de Psicologia, que avaliaram 35 protocolos do teste de crianças entre 5 anos e 9 anos e 11 meses, sendo 23 meninas e 12 meninos, média de idade 6,6 anos e desvio padrão de 1,3 anos. A precisão para a pontuação total foi de 0,941 e para cada item variou de 0,251 para o item 21a até 1,00 para o item 17b. A única correlação não significativa foi a do item 21a, todas as demais foram significantes ao nível de 5%. Os itens 5, 9 e 18b não foram pontuados por nenhuma das crianças, alcançando nesse caso 100% de concordância. Nos itens 8 e 12b não foi possível calcular a correlação, porque um dos juízes não atribuiu nenhum ponto nos mesmos, mas obtiveram uma concordância entre eles de 88,6% a 97,1 % respectivamente entre os dois juízes. As correlações para cada um dos critérios de avaliação foram 0,757 para rotação, 0,877 para integração, 0,751 para perseveração e 0,735 para distorção da forma, todas significantes. Assim pode-se concluir que o teste apresenta um grau satisfatório de precisão, sendo mais alta quando se considera a pontuação total, mas também mostrando um grau adequado para cada um dos critérios de avaliação e para quase a totalidade de seus itens. O único item que não alcançou uma correlação significativa foi o 21a referente à desproporção de tamanho entre os dois hexágonos, em que um deve ser pelo menos o dobro do outro, indicando que este item necessita de uma definição mais clara para sua avaliação.

Palavras-chave: Avaliação Psicológica; Teste de Bender; Precisão de avaliadores.

Nível do trabalho: P - Pesquisador

Código da área: AVAL – Avaliação Psicológica

TESTE DE BENDER EM ADULTOS: APRESENTAÇÃO DA ADAPTAÇÃO BENDER-HUTT A PARTIR DE UM ESTUDO DE METANÁLISE. *Paulo Francisco de Castro* (Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté - SP e Curso de Psicologia da Universidade Guarulhos - SP).

O objetivo deste trabalho é apresentar a adaptação Bender-Hutt em seus elementos gerais, além de expor um levantamento das pesquisas sobre o instrumento, a partir de um estudo de metanálise. Após a publicação do Teste de Bender, o instrumento foi adaptado, segundo as investigações e propostas de vários autores. Embora tradicionalmente o Teste de Bender seja utilizado para avaliação em crianças, existe a possibilidade de aplicação em adultos, uma das adaptações foi denominada de Bender-Hutt. Nesta proposta, há três etapas de aplicação: cópia, memória (reprodução das figuras sem a apresentação dos estímulos) e elaboração ou associação livre (os estímulos são novamente apresentados e pede-se ao sujeito que elabore, a partir das figuras expostas, um desenho da forma que o mesmo desejar, produzindo uma nova figura). A correção do material possibilita avaliação de vários aspectos psicológicos: para a fase de cópia, é feita análise configuracional por meio de uma escala, permitindo avaliar elementos ligados à psicopatologia. A fase de memória é avaliada a partir de uma escala com os detalhes presentes em cada figura, também organizada de forma quantitativa. A fase de elaboração ou de associação livre é analisada sob o ponto de vista qualitativo, sob o referencial projetivo, onde é possível a verificação psicodinâmica de aspectos de personalidade. A partir de um levantamento sobre pesquisas com o Teste de Bender, nas principais bases de dados eletrônicas, além de estudos em material impresso, observou-se a publicação de 353 textos, entre artigos e trabalhos de pesquisa, entre as décadas de 1970 e 2010. A maior parte dos textos (81,3% - N=287) versava sobre diferentes estratégias de pesquisa com crianças e adolescentes. No que tange ao estudo com adultos, foram levantados 18,7% (N=66) das publicações. Especificamente com a adaptação Bender-Hutt, foram obtidos 19 trabalhos, configurando-se como 5,4% do total das publicações e 28,8% do total dos textos sobre adultos. Foram encontrados cinco textos escritos em português, decorrentes de pesquisas realizadas por brasileiros. No que tange aos aspectos investigados por esses trabalhos, tem-se predominantemente pesquisas relacionadas a elementos psicopatológicos, alterações de conduta e diversos quadros orgânicos (principalmente demências, alterações neurológicas e associados ao uso de substâncias); observou-se ainda material sobre pesquisas de correlação dos dados do Bender com outros instrumentos de avaliação psicológica, como MMPI, PMK, Rorschach, TAT, além de outras escalas, estes trabalhos focavam a análise da personalidade. Especificamente com a proposta Bender-Hutt, foram observados estudos normativos e associados às propriedades psicométricas do teste, trabalhos sobre os indicadores psicopatológicos a partir da escala proposta pelo autor e observação empírica de vários quadros como esquizofrenia, depressão, suicídio, agressividade e transtornos de ansiedade, além de estudos sobre personalidade em adolescentes e adultos não pacientes. A adaptação Bender-Hutt possibilita amplo material de análise na avaliação de aspectos psicológicos, psicopatológicos, mnêmicos e projetivos dos indivíduos, configurando-se como importante recurso para o trabalho do psicólogo. Importante ressaltar a necessidade de pesquisas de adaptação e padronização da técnica à realidade brasileira para que, efetivamente, possa ser considerada como instrumento a ser aplicado na prática da avaliação psicológica em adultos.

Palavras-chave: Avaliação Psicológica; Teste de Bender; Bender-Hutt; Aspectos Técnicos; Metanálise.

Nível do trabalho: P - Pesquisador

Código da área: AVAL – Avaliação Psicológica.

PESQUISA E INTERVENÇÃO COM PAIS E PROFISSIONAIS DA SAÚDE NA PREVENÇÃO DE DANOS AO DESENVOLVIMENTO EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

PARENTALIDADE E CONJUGALIDADE NA ADOLESCÊNCIA: CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SAÚDE. *Joviane Marcondelli Dias Maia, Cristiane Camargo de Oliveira, Roselaine de Oliveira Giusto e Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams* (Laboratório de Análise e Prevenção da Violência, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP).

O índice brasileiro de gravidez na adolescência, apesar do recente decréscimo, ainda a torna um problema de saúde pública. Porém, destaca-se que, no geral, as pesquisas na área da parentalidade na adolescência e os índices oficiais são direcionados à maternidade nessa fase, com estudos de caráter descritivo, e que auxiliam a delimitação dos fatores de riscos tanto para mãe adolescente como para seu filho, desconsiderando a paternidade adolescente. Entre os fatores de risco relacionados à jovem mãe destacam-se riscos físicos e psicossociais, incluindo alguns comportamentos que podem se constituir risco para o desenvolvimento infantil, tal como a tendência a ser mais negligente no cuidado da saúde do filho. O contexto no qual muitas vezes ocorre a gravidez na adolescência maximiza os riscos envolvidos, tais como: a baixa escolaridade e evasão escolar, a pobreza (como fator de risco para a ocorrência de abuso infantil crônico e negligência por incluir todo um ambiente de estresse gerando problemas situacionais que comprometam o desenvolvimento infantil), histórico de violência intrafamiliar (como fator de risco para o fenômeno da intergeracionalidade), bem como a ausência ou insuficiência de recursos de atendimento adequados. A conjugalidade na adolescência, também, torna-se tema amplamente negligenciado, com ausência de pesquisas interventivas. Assim, em virtude dos riscos envolvidos em uma gestação na adolescência, faz-se necessário que os profissionais da área de saúde estejam aptos para intervir junto a esse contexto. O presente estudo teve como objetivo desenvolver e avaliar um Programa de Capacitação para profissionais da Rede Municipal de Saúde direcionado ao desenvolvimento de repertório necessário para o atendimento eficaz de pais e mães adolescentes. Participaram do estudo 34 profissionais da área pública de saúde indicados pela Secretaria Municipal de Saúde de São José do Rio Preto, interior do estado de São Paulo. Os instrumentos foram: Entrevista Inicial com os profissionais de saúde, Questionário sobre Crenças referentes ao Relacionamento Conjugal, Questionário sobre Crenças referentes as Práticas Parentais, Questionário de Avaliação de Conhecimento sobre Intervenção com Casais de pais adolescentes e Avaliação da Intervenção pelos participantes. A capacitação consistiu em sete encontros semanais, semelhantes a um *workshop*, com duração de três horas cada. Os principais temas discutidos relacionavam-se à adolescência, família, parentalidade e conjugalidade na adolescência, e intervenção na área. Os resultados apontaram para o impacto positivo da intervenção, com um aumento de escores dos participantes na avaliação sobre práticas parentais e algumas modificações de concepções relativos a parentalidade e conjugalidade na adolescência. Reitera-se a importância do presente estudo em virtude da ausência de pesquisas na área, dos riscos envolvidos na gestação na adolescência, tanto para o casal adolescente, como para o desenvolvimento infantil, bem como pela necessidade do desenvolvimento de Políticas Públicas. Espera-se que a presente pesquisa contribua para a adequação de programas de intervenção que

contemplem a parentalidade e conjugalidade na adolescência, visando estimular importantes fatores protetivos e o processo de resiliência.

Apoio: CNPQ

Palavras-chave: Conjugalidade. Parentalidade. Adolescência. Intervenção precoce.

D – Doutorado

FAMI – Psicologia da Família e da Comunidade.

ANÁLISE DO REPERTÓRIO DE HABILIDADES PARA DISCRIMINAÇÃO DE SITUAÇÕES POTENCIALMENTE SEXUALMENTE ABUSIVAS E PROTEÇÃO DA CRIANÇA NESTAS SITUAÇÕES, EM MÃES NEGLIGENTES E NÃO NEGLIGENTES. *Rachel de Faria Brino* (Departamento de Medicina, Laboratório de Análise e Prevenção da Violência, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP) e *Domitila Shizue Kawakami Gonzaga** (Departamento de Psicologia, Laboratório de Análise e Prevenção da Violência, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP).

A negligência é um dos maus tratos mais praticados e de maior prevalência contra as crianças. Apesar das graves consequências, o estudo da negligência e sua prevenção não recebem a devida ênfase, referindo-se então a “negligência da negligência”. O objetivo da pesquisa foi o de levantar e analisar o repertório de habilidades para discriminar sinais de abuso sexual e proteger a criança em situações potencialmente abusivas, no caso de mães identificadas como negligentes e de mães não negligentes. Para isso, foi utilizado um questionário contendo 11 situações hipotéticas, potencialmente sexualmente abusivas, nas quais a participante se imaginou juntamente ao parceiro e ao filho e julgou as situações em uma escala de 1 a 5, como potencialmente sexualmente abusivas e depois relatou o que faria para proteger seu filho, caso julgasse uma situação de risco. As participantes da pesquisa foram 10 mães, sendo 5 identificadas como negligentes a partir de notificações ao Conselho Tutelar do município onde foi realizada a pesquisa, nos anos de 2009 e 2010, e outras 5 mães identificadas como não negligentes. As mães responderam ao questionário na presença da pesquisadora em uma sala destinada às atividades do LAPREV no Conselho Tutelar ou em suas residências. Na análise, foi verificado se a classificação das situações como potencialmente sexualmente abusivas dadas pelas participantes foi correta ou não, bem como foram realizadas análises qualitativas a partir das justificativas dadas. Além disso, foi realizada análise das medidas de proteção referidas pelas mães nas situações apontadas como potencialmente abusivas. Os resultados indicaram que as participantes de ambos os grupos, tanto as mães negligentes, como as não negligentes apresentaram baixa taxa de acertos nas situações apresentadas, sendo que em sua maioria não foram capazes de discriminar as situações como potencialmente sexualmente abusivas. Verificou-se, portanto, que não há diferenças para discriminar situações potencialmente sexualmente abusivas entre mães negligentes e não negligentes, como se supunha previamente, uma vez que a negligência é apontada como caminho para outros tipos de abusos. O que ficou indicado é que tanto mães negligentes como não negligentes podem não discriminar situações de aproximação de um agressor sexual, portanto, podem muitas vezes colocar os filhos em risco de serem abusados sexualmente por seus parceiros dentro da própria casa. De tal forma que são necessários estudos envolvendo a capacitação dessas mães, visando à prevenção de comportamentos negligentes, mas que também as auxiliem a proteger seus filhos da aproximação de agressores sexuais junto aos seus filhos.

PIBIC/CNPq

Maus-tratos, negligência, abuso sexual.

Pesquisador/IC

FAMI

UM PROGRAMA DE ENSINO DE HABILIDADES PARENTAIS A MÃES DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM PROBLEMAS DE COMPORTAMENTO. *Alex Eduardo Gallo* (Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento/Universidade Estadual de Londrina).

Pouco tem sido escrito sobre as dificuldades sofridas por pais de jovens com problemas de comportamento, embora muito tenha sido relatado sobre tais pais como influência nos comportamentos desviantes dos jovens. Vários autores postularam sobre a influência e os efeitos da parentalidade sobre o desenvolvimento e manutenção dos comportamentos dos filhos. O presente estudo, que é uma replicação de parte do doutorado do autor, avaliou os efeitos de um programa de intervenção elaborado e proposto com o objetivo de ensinar práticas parentais a seis mães de crianças com queixa clínica de problemas de comportamento. O programa consistiu em dez sessões de intervenção, acrescido de duas sessões para avaliação de pré-intervenção e duas para avaliação dos resultados (o estudo anterior era composto por seis sessões de intervenção). Para essas avaliações foram utilizados o Child Behavior Checklist, Entrevista com as mães e Inventário de Estilos Parentais. Vários temas foram trabalhados, dentre eles foram abordados o estabelecimento de limites, regras e análise funcional (descrição de contingências) dos comportamentos inadequados dos filhos. Os dados desse estudo foram comparados com o trabalho anterior do qual foi baseado. Das seis participantes iniciais, somente três terminaram o programa, indicando baixa adesão, provavelmente em função dos temas abordados nas sessões, como a falta de regras e/ou consequências adequadas para o seguimento ou o não cumprimento das regras. O mesmo aconteceu no estudo anterior, no qual participaram dez mães e somente quatro concluíram o programa. Um terceiro grupo está em fase de condução, sendo que algumas estratégias para aumentar a adesão foram implementadas, como atividade de recreação para os filhos enquanto as mães participam das sessões e a abordagem de assuntos menos complexos no início, deixando os temas que pudessem facilitar resistência para o final, enquanto aumentasse o vínculo. Os resultados finais indicaram, no geral, diminuição nos problemas de relacionamento com os filhos (pré-teste médio no Child Behavior Checklist de 76,8 e pós-teste de 66,3; pontuação média pré-teste no Inventário de Estilos Parentais de -5,7 e pós-teste de 5,3), indicando que as mães passaram a usar menos práticas educativas negativas e passaram a ver os filhos de outra forma, valorizando mais os comportamentos adequados que eles apresentavam. Esses resultados são próximos aos encontrados anteriormente (pré-teste médio no CBCL de 67,4 e pós-teste de 52,2; pontuação média pré-teste no IEP de -21 e pós-teste de -11,5), exceto nos resultados do IEP, sendo que a intervenção anterior não havia sido suficiente para alterar o pêndulo para práticas positivas. Todas as mães relataram que precisaram de ajudar para lidar com seus filhos, quando estes começaram a apresentar problemas de comportamento.

Apoio CNPq e Fundação Araucária.

Palavras-chave: intervenção, estilos parentais, problemas de comportamento.

Pesquisador

FAMI

PESQUISA SOBRE COMPORTAMENTO SIMBÓLICO E PRÉ-SIMBÓLICO: AVANÇOS RECENTES E DESAFIOS ATUAIS.

NOTAS CONCEITUAIS E METODOLÓGICAS RELEVANTES PARA O ESTUDO DO COMPORTAMENTO PRÉ-SIMBÓLICO E SIMBÓLICO EM PRIMATAS. *Olavo de Faria Galvão e Ana Leda de Faria Brino* (Universidade Federal do Pará).

Diferentemente de modelos experimentais para o estudo do comportamento, que comumente envolvem respostas simples e repetitivas, o comportamento verbal humano envolve uma variedade de respostas em sequência, sendo que uma mesma sequência de respostas pode ter diferentes topografias de controle de estímulos. Durante a aquisição da competência linguística, a emissão de frases inteiras pode corresponder a uma resposta reforçada em uma contingência de discriminação simples, por sua vez sob controle contextual. Noutras palavras, comportamento verbal adaptado pode não atingir o critério para ser considerado comportamento simbólico. Por outro lado, respostas simples, como a resposta de escolha, podem ser consideradas comportamento simbólico, se as relações entre os estímulos que as controlam forem convencionais de acordo com um sistema simbólico de relações entre estímulos. Relações de identidade, categorias naturais, categorias funcionais, classes de estímulos, estabelecem contingências no mundo natural e social, e em sua ontogênese os organismos adquirem repertórios que os habilitam a obter reforçamento por responderem de acordo com as formas naturais das relações entre estímulos: identidade, categorias, classes de estímulos e linguagem. O controle generalizado por relações entre estímulos emerge a partir de *clusters* de relações que passam a controlar o comportamento. Por exemplo, identidade generalizada emerge de relações de identidade estabelecidas por reforçamento da escolha de pares específicos, que aumenta a probabilidade de escolha do estímulo idêntico quando um novo estímulo ocorre. Será apresentado um estudo em que uma linha de base de identidade generalizada serve de ponto de partida para o ensino de relações arbitrárias usando-se o fenômeno de *fast mapping*, e o conceito de topografia de controle de estímulos é usado para análise de dados e planejamento de condições de ensino. Argumenta-se sobre a necessidade de novos procedimentos para produzir comportamento de escolha com base em relações entre estímulos e de novos conceitos analíticos para avaliar as relações ambiente-comportamento em procedimentos de escolha condicional. No desenvolvimento de repertório generalizado pré-simbólico e simbólico o indivíduo atinge os critérios de acertos com topografias de controle de estímulos consistentes com relações concretas entre os estímulos, em nossas investigações estamos procurando descrever as condições em que o controle vigente para um repertório adquirido de relações entre estímulos migre do controle pela relação isolada para o controle pela relação abstrata comum às relações de uma dada linha de base em formação, e uma nova contingência passe a vigiar para a emergência de escolhas corretas diante de estímulos novos, primeiro por *fast mapping* e depois pela relação abstracta pretendida pelo pesquisador.

Palavras chave: relações entre estímulos, abstração, comportamento simbólico e pré-simbólico, comportamento de escolha, modelos animais

Financiamento: CNPq, NIEHS.

REDUZINDO VARIABILIDADE COMPORTAMENTAL NA APRENDIZAGEM SIMBÓLICA DE CRIANÇAS COM LINGUAGEM FUNCIONAL LIMITADA. *William J. McIlvane e Karen Lionello-DeNolf* (University of Massachusetts Medical School – Shriver Center)

Crianças com deficiências intelectuais severas e linguagem funcional limitada normalmente exibem muita variabilidade intra- e inter-individual na aprendizagem de relações simbólicas. As fontes de variabilidade comportamental são mal compreendidas, e variabilidade é um obstáculo significativo nos esforços tanto de intervenção quanto de pesquisa com essa população. Guiados pela teoria da coerência da topografia de controle de estímulos, nossa pesquisa visa identificar as principais fontes de variabilidade comportamental na aprendizagem de relações simbólicas por crianças com linguagem funcional limitada. Nossa apresentação descreverá dois estudos que abordam diferentes fontes potenciais de variabilidade comportamental. **Estudo 1.** Aplicação de procedimentos que visam melhorar os resultados da aprendizagem no procedimento chamado "modelagem de controle de estímulo" (MCE) para crianças minimamente verbais e que não respondem bem a instruções verbais sintaticamente complexas. MCE é um passo útil para ensinar as crianças a responder aos símbolos visuais que podem ser dispostos em uma placa de comunicação ou outros meios de comunicação aumentativos/alternativos. Por exemplo, pode-se transformar uma imagem colorida do tamanho de um copo de suco típico em uma imagem pequena, em preto-e-branco, que seja reconhecida como um símbolo para o suco, em uma matriz que apresenta uma variedade de bebidas entre as quais a criança pode escolher. Um desafio ao MCE eficaz é atenção aparentemente inflexível aparente às características do estímulo que não mudam durante o processo de transformação e as decorrentes interferências no processo de ensino. Para evitar as interferências, estamos investigando os métodos baseados em computador que variam as características de estímulo "dinamicamente", de forma a desencorajar atenção inflexível. Um aspecto da MCE dinâmica, por exemplo, é transformar os estímulos durante a tentativa, gerando uma fusão visível de imagens ao longo de várias dimensões de estímulo. Serão apresentados os dados das crianças estudadas até o momento com métodos de MCE dinâmica, nenhuma das quais têm mostrado as falhas que frequentemente ocorrem com métodos padrão de MCE. **Estudo 2.** Diz respeito à observação de que crianças com pouca linguagem funcional apresentam grande variabilidade de comportamento em aprendizagem, mesmo em discriminações simples e reversões de discriminação (pré-requisitos para a aprendizagem comportamental no pareamento ao modelo simbólico). Nosso projeto é avaliar se tal aprendizagem pode ser facilitada por ensinar crianças, explicitamente, a *escolher* o estímulo positivo e a *rejeitar* o estímulo negativo usando um "procedimento de comparação com máscara" que mostra apenas um estímulo (isto é, positivo ou negativo) em cada tentativa. Este estudo ainda não foi concluído, mas os dados preliminares parecem indicar que o procedimento pode realmente reduzir o grau de variabilidade comportamental em aprendizagem de reversão das discriminações. Vamos apresentar os dados de crianças estudadas até a data do evento e de estudos que deverão ser concluídos nesse ínterim. Nossos dados (e outros como eles) sugerem que pode haver oportunidades para melhorar métodos pedagógicos usados frequentemente para o ensino de relações simbólicas a crianças com linguagem funcional limitada. Dado o tempo, esforço e custos associados com tal instrução, os esforços para otimizar as metodologias são claramente justificados. Além disso, na medida em que podem ser desenvolvidos procedimentos para desencorajar o desenvolvimento de controle restrito de estímulo em tarefas como essas, podem resultar benefícios terapêuticos para além do conteúdo específico de instrução e de habilidades específicas ensinadas.

Palavras-chave: variabilidade comportamental, aprendizagem simbólica, linguagem funcional

Financiamento: *US National Institute of Child Health and Human Development (HD52947, HD04147)*

AEC

DEPRESSÃO E RORSCHACH: DIFERENTES ABORDAGENS AO SOFRIMENTO PSÍQUICO.

INDICADORES DO FUNCIONAMENTO PSÍQUICO DE TABAGISTAS POR MEIO DO MÉTODO DE RORSCHACH. *Luis Sérgio Sardinha* (Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo – IPUSP, São Paulo - SP e Universidade do Grande ABC – UniABC, Santo André - SP).

Dentre outras questões em saúde pública, o tabagismo e a depressão se constituem em situações que ocupam os profissionais de saúde que buscam elaborar medidas preventivas que auxiliem no tratamento destas. Segundo estimativas da Organização Mundial da Saúde um bilhão de fumantes vivem em países de baixa e média renda. O consumo total de produtos do tabaco está aumentando globalmente, embora esteja diminuindo em alguns países de renda alta e nos países de renda média alta, dentre eles o Brasil. Usuários de tabaco, que morrem prematuramente, privam suas famílias de renda, elevam os custos de cuidados com a saúde e, conseqüentemente, dificultam o desenvolvimento econômico. Dos dependentes de tabagismo que fracassam no tratamento, a depressão tem sido associada como uma das principais causas deste fracasso. O tempo de duração, as recaídas e os problemas, físicos e mentais, que sofrem as pessoas, portadoras destes transtornos mentais, são um grande desafio no tratamento dos mesmos. Buscar instrumentos de avaliação psicológica que auxiliem neste processo é o principal objetivo. Este trabalho apresenta indicadores de depressão em pessoas portadoras de dependência de nicotina (tabagistas), por meio do Método de Rorschach, que pode mensurar traços do funcionamento da personalidade, contribuindo para o entendimento destas características de personalidade, auxiliando na compreensão dos processos psíquicos do indivíduo tabagista, informações que podem auxiliar nos processos preventivos. Ao conseguir demonstrar estas características, por meio deste instrumento psicológico, se contribui com duas questões importantes. Uma é colaborar na compreensão dos processos psíquicos do indivíduo tabagista portador da depressão, a outra é ajudar a explicitar, por intermédio dos testes psicológicos, aspectos relevantes, que sejam indicativos deste transtorno do humor nos dependentes de cigarro. Estas duas questões podem auxiliar nos processos psicodiagnósticos utilizados pelos profissionais que trabalham com a população tabagista, seja em trabalhos preventivos ou no tratamento em si da dependência de cigarro. As questões apresentadas são de tabagistas que estavam cursando algum curso superior e sem histórico de tratamento de depressão ou outro transtorno mental. A coleta de dados foi realizada individualmente com cada um dos participantes. Os instrumentos utilizados foram entrevista preliminar, questionário sócio econômico e o Método de Rorschach. Os principais resultados se referem ao Método de Rorschach, ressaltados os itens que compõe o Índice de Depressão, se sobressaíram as variáveis: soma de respostas de vista = 0,20, respostas mistas de cor sombreado = 0,37, soma das respostas de reflexo = 0,47, determinantes mistas = 3,20, soma de sombreado = 3,30, respostas mórbidas = 0,97 e índice de isolamento = 0,13. Concluiu-se que o Método de Rorschach, no sistema compreensivo, pode auxiliar nos trabalhos preventivos, trazendo indicadores de depressão do funcionamento psíquico do indivíduo tabagista. Por outro lado, também se verifica a necessidade de aprofundamento dos estudos nesta área, ampliando o número de participantes nas pesquisas e realizando estudos longitudinais.

Palavras-chave: Tabagismo; Depressão; Teste de Rorschach.

Nível do trabalho: D – Doutorado

Código da área: AVAL – Avaliação Psicológica

CONTRIBUIÇÕES AOS ESTUDOS DE SINTOMAS DA DEPRESSÃO E O RISCO DE SUICÍDIO POR MEIO DA AVALIAÇÃO DO RORSCHACH, SISTEMA COMPREENSIVO. *Carla Luciano Codani Hisatugo* (Departamento de pós graduação em psicologia médica e psiquiatria, Universidade Federal de São Paulo, UNIFESP, São Paulo – SP).

A depressão é considerada por muitos estudiosos e profissionais da saúde como uma das mais importantes doenças atuais. O distúrbio afeta uma média de 340 milhões de pessoas no mundo, com prevalência de 16,5% a 18% da população. Apenas 25% dos sujeitos deprimidos conseguem um tratamento adequado. Esse fato prolonga o sofrimento e agrava conseqüências físicas, mentais, sociais e econômicas, tornando o paciente altamente incapacitado, no decorrer de sua doença - aumentando o risco de tentativas de suicídio. Critérios do DSM-IV incluem os sintomas: humor depressivo, ideação suicida, alteração no apetite e no sono, agitação ou morosidade psicomotora, fadiga, sentimentos de culpa e baixa auto-estima. Aspectos psicossociais também são afetados, como adversidades e vivências de intenso sofrimento. Deste modo, resulta-se a necessidade de estudos sobre os sintomas depressivos e tendências aos comportamentos de risco suicida nos pacientes, visando a melhor compreensão da dinâmica de seus sintomas. O suicídio é presente em 15% da população global e situa-se entre os dez tipos mais comuns de óbito na maior parte do mundo, segundo dados da OMS. Comportamento suicida inclui, além do ato por meio de tentativas, os processos ideativos. Pacientes depressivos com ideação suicida e principalmente com tentativas anteriores apresentam um risco considerável de concretizar a ação suicida, principalmente quando não tratados e se possuem maior predisposição a impulsividade. Neste estudo foram utilizados os dados psicodiagnósticos de 30 pacientes com depressão unipolar sem comorbidades psiquiátricas. Utilizou-se a análise de escalas de depressão de Hamilton, BDI (Inventário de Depressão de Beck) e BSI (Inventário de Suicídio de Beck). Estes dados foram comparados com respostas de variáveis relacionadas com aspectos depressivos e comportamentos sugestivos de maior tendência à ideação suicida do Rorschach, Sistema Compreensivo, a saber: variáveis da constelação de suicídio (S-CON); do índice de depressão (DEPI); e do índice de déficit relacional (CDI); tipo de vivência (EB); número de respostas (R) e Lambda, abertura para a experiência, (L). Os resultados indicaram que somente dois sujeitos pontuaram a constelação de S-CON (ponto de corte igual a 8): estes também pontuaram o DEPI (nota de corte 5) e um deles pontuou o CDI (nota de corte 4). Entretanto, quinze pacientes pontuaram ao menos 6 no S-CON. Entre estes quinze pacientes, dez obtiveram pontuação do BSI. Todos os pacientes com depressão tiveram alguma variável pontuada no DEPI, CDI e no SCON, embora não tenham atingido a nota de corte. Os dados sobre L, R, e EB também variaram e foram analisados. Estes dados indicam a necessidade de avaliação criteriosa sobre a possibilidade de ideação, tendência ou comportamento suicida. Além disso os resultados indicam a relevância de pesquisas sobre o tema e a abrangência da constelação de suicídio do Rorschach, bem como da análise clínica e qualitativa. Entender as possibilidades de investigação e interpretação dos dados é um fator fundamental ao processo de investigação psicológica. A demanda e o contexto de investigação, o histórico e os demais dados existentes também devem ser considerados e relacionados com os resultados deste método de investigação.

Apoio financeiro: CAPES

Palavras-chave: Depressão, Suicídio, Avaliação Psicológica.

Nível do trabalho: D – Doutorado

Código da área: AVAL – Avaliação Psicológica

REFLEXÃO SOBRE OS INDICADORES DE DEPRESSÃO EM PACIENTES COM TRANSTORNO DE PÂNICO POR MEIO DO MÉTODO DE RORSCHACH¹. *Paulo Francisco de Castro* (Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté - SP e Curso de Psicologia da Universidade Guarulhos - SP).

RESUMO: O presente estudo objetiva refletir sobre os indicadores de depressão em uma amostra de pacientes com Transtorno de Pânico. Em síntese, o Transtorno de Pânico pode ser caracterizado como um quadro de vivências extremas de ansiedade, sem aparente motivo, que ocorrem de forma repetida e levam a uma situação paralisadora. No Rorschach, segundo o sistema compreensivo, há o Índice de Depressão - DEPI, que, quando positivo, indica a presença de depressão ou algum tipo de transtorno afetivo, revelando ainda que a organização psicológica do indivíduo é bastante vulnerável à depressão ou alterações de humor. Participaram do estudo 60 colaboradores, divididos igualmente quanto ao sexo, sendo 30 pacientes sem comorbidade e 30 não pacientes em estado de saúde geral adequado. Todos se submeteram ao Método de Rorschach e os sumários foram calculados. Os resultados foram estatisticamente comparados, obtendo-se os seguintes dados: o grupo de pacientes apresentou maior incidência de DEPI positivo (Teste Exato de Fischer - $p = 0,009$), Os indicadores mais presentes nos pacientes, que podem ter contribuído para a indicação de depressão foram: a presença de respostas com determinantes mistos de cor e sombreado (Col-Shad Blends > 0), somatória de sombreados maior do que movimentos animal e inanimado (SumShading $> FM + m$) e somatória de respostas de cor acromática (SumC' > 2). Assim, é possível afirmar que os pacientes com Transtorno de Pânico que compuseram a amostra possuíam maior vivência depressiva do que os colaboradores do grupo de não pacientes.

Palavras-chave: Avaliação Psicológica; Teste de Rorschach; Transtorno de Pânico; Depressão.

Nível do trabalho: P – Pesquisador

Código da área: AVAL – Avaliação Psicológica.

INTRODUÇÃO

Segundo o DSM-IV (A.P.A., 1994/1995), o Transtorno de Pânico é codificado, associando-se o quadro à agorafobia, tendo o código 300.01 para Transtorno de Pânico sem Agorafobia e 300.21 para Transtorno de Pânico com Agorafobia.

Na CID-10 (O.M.S., 1992/1993), o transtorno de pânico, também denominado ansiedade paroxística episódica, está classificado pelo código F41.0, subcategoria do código Segundo a CID-10 (O.M.S., 1992/1993), esclarece-se que o transtorno de pânico deve ser o diagnóstico principal somente na ausência de quaisquer outras fobias. Vários ataques graves de ansiedade devem ocorrer em um período de um mês, sem a evidência de perigo objetivo, sem estarem confinados a situações previsíveis e relativamente livres de sintomas ansiosos.

Para Arbona e Arnal (1995), o transtorno de pânico constitui-se, a partir da década de 1980, como uma importante patologia para investigações por se tratar de um grande problema de saúde pública nas sociedades industrializadas. Os autores esclarecem que em razão de sua grande incidência, várias pesquisas preocuparam-se em refletir sobre a etiologia e o tratamento mais adequado nestes quadros, questionando

¹ O presente texto é parte ligeiramente modificada da Tese de Doutorado “Caracterização da personalidade de pacientes com Transtorno de Pânico por meio do Método de Rorschach: contribuições do sistema compreensivo”, desenvolvida pelo autor junto ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano, no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, sob orientação da Professora Doutora Eda Marconi Custódio.

modelos teóricos provenientes tanto da Psiquiatria quanto da Psicologia, no que se refere aos estudos sobre ansiedade e seus distúrbios.

Para Gentil (1996), um ataque de pânico que, geralmente, é inesperado e intenso, pode ser uma experiência avassaladora. Os sintomas vivenciados pelo paciente e as sensações de fadiga e desconforto sentidas após a crise são extremamente desagradáveis e levam a uma inquietação e temor de outra ocorrência.

Na descrição bibliográfica pesquisada, há uma grande convergência na caracterização da crise de pânico pelos diferentes autores, cujo termo é entendido como um período de intenso medo, apreensão e perigo, freqüentemente, acompanhado de sensação iminente de perigo ou morte. Após a crise, o paciente experimenta um grande desejo de sair do ambiente onde a mesma ocorreu (Arbona & Arnal, 1995; Gentil, 1996, 1997; Kaplan & Sadock, 1991/1993; López, 1995, 2000).

“Os ataques de pânico são experiências ambíguas, abertas a interpretações múltiplas e mutáveis” (López, 1995, p.30), em cuja periodicidade pode demonstrar tanto a gravidade do caso como a intensidade do distúrbio (López, 2000).

OBJETIVO

Refletir sobre os indicadores de depressão, observados na proposta do sistema compreensivo do Método de Rorschach, em uma amostra de pacientes com Transtorno de Pânico.

MÉTODO

Colaboradores

Participaram da pesquisa um total de 60 pessoas, divididas em dois grupos homogêneos e equivalentes para o estudo da personalidade dos pacientes com pânico.

Para compor o Grupo de Pacientes (Grupo I), fizeram parte da amostra 30 sujeitos, sendo 15 do sexo feminino (identificados como PF) e 15 do sexo masculino (identificados como PM), todos com diagnóstico de transtorno de pânico sem comorbidade, inscritos em programas existentes em um Ambulatório de Saúde Mental de uma cidade da Grande São Paulo, para o atendimento dessa patologia. Estavam sob tratamento farmacológico e psicoterápico.

Para compor o Grupo de Não pacientes (Grupo II) 30 sujeitos foram analisados, sem qualquer tipo de queixa, com idade, nível de escolaridade e nível socioeconômico equivalentes aos obtidos no Grupo I, divididos em 15 do sexo feminino (identificados como CF) e 15 do sexo masculino (identificados como CM).

Procedimentos para a Coleta de Dados

Após as explicações necessárias e diante do aceite dos colaboradores, foi realizado o preenchimento de um questionário dirigido sobre os dados gerais e o levantamento de sintomas, bem como a aplicação do Método de Rorschach, de acordo com a disponibilidade de cada um dos colaboradores. A maior parte dos pacientes agendou as atividades para um dia em que tinha alguma atividade no Ambulatório.

A aplicação do Método de Rorschach seguiu, rigorosamente, todas as especificações técnicas propostas pelo sistema compreensivo (Exner, 1993/1994, 1995, 1995/1999).

Para fazer parte da pesquisa, os participantes do Grupo II foram submetidos individualmente ao Questionário de Saúde Geral - QSG (Goldberg, 1972/1996) para verificação das características psicológicas gerais, garantindo-se que estes não possuíam nenhum quadro de sofrimento psicológico, quer leve ou severo.

Segundo Cunha (2000), o QSG foi delineado para avaliar a gravidade do estado psicopatológico sem características psicóticas em indivíduos para efeito de triagem. Como foi necessário garantir que os participantes do Grupo II (não pacientes) apresentassem um estado psicológico saudável, o QSG mostrou-se como uma estratégia eficaz para a seleção dos indivíduos.

RESULTADOS

Na presente apresentação, as descrições dos índices e seus respectivos significados interpretativos apresentados foram baseados nos manuais técnicos sobre o Método de Rorschach, segundo o sistema compreensivo (Exner, 1993/1994, 1995/1999; Exner & Sendín, 1998/1999).

Os resultados obtidos foram os seguintes:

O Índice de Depressão – DEPI, é obtido pela observação de 15 variáveis que se articularam em sete elementos de análise. O índice seria considerado positivo, se houvesse a presença de, pelo menos, cinco desses elementos. Quando positivo, o DEPI avalia a presença de depressão ou algum tipo de transtorno afetivo, indicando ainda que a organização psicológica do indivíduo é bastante vulnerável à depressão ou alterações de humor.

No que se refere à comparação dos valores obtidos em DEPI, expostos nos dados das Tabelas 1 e 2, foram verificadas diferenças significativas entre os grupos pesquisados.

Tabela 1. Presença de DEPI nos quatro grupos

DEPI	Sim		Não		Sig
	N	%	N	%	
PF	7	46,67	8	53,33	p = 0,009
PM	8	53,33	7	46,67	
CF	2	13,33	13	86,67	
CM	1	6,67	14	93,33	

Como é possível verificar nos dados da Tabela 1, os grupos de pacientes apresentaram maior incidência de DEPI positivo, 46,67% (N=7) nos pacientes do sexo feminino e 53,33 (N=8) nos pacientes do sexo masculino. Na observação dos dados do grupo-controle, esta incidência caiu para 13,33% (N=2) no controle feminino e 6,67% (N=1) no masculino.

Após comparação das variáveis categóricas do Índice de Depressão pelo Teste Exato de Fischer, obteve-se a diferença $p = 0,009$, indicando que houve uma diferença estatisticamente significativa entre os dois grupos, sendo maior a incidência do Índice de Depressão no grupo de pacientes.

Tabela 2. Incidência de indicadores de DEPI nos quatro grupos

Indic.	Média	D.P.	Min	Mediana	Máx	Sig
PF	4,40	0,63	3,00	4,00	5,00	p < 0,001
PM	4,40	0,99	2,00	5,00	6,00	
CF	3,47	0,83	2,00	3,00	5,00	
CM	3,33	0,72	2,00	3,00	5,00	

Os dados da Tabela 2 mostram a incidência das variáveis que compõem o DEPI nos quatro grupos. Observou-se que a média dos indicadores de DEPI no grupo de

pacientes foi 4,40 e no grupo controle de 3,47 às mulheres e 3,33 aos homens. Comparando-se os resultados das variáveis contínuas pelos testes de Kruskal-Wallis e *post-hoc* de Dunn para a comparação dos escores entre os quatro grupos, obteve-se $p < 0,001$, o que revelou uma diferença estatisticamente significativa entre eles, pois o grupo de pacientes possui um maior número de indicadores de DEPI quando comparado ao grupo de não pacientes.

Dessa maneira, é possível afirmar que os pacientes com Transtorno de Pânico que compuseram a amostra possuíam maior vivência depressiva do que os colaboradores do grupo de não pacientes. Assim, verificou-se que pacientes com pânico tendem a apresentar DEPI positivo quando avaliados pelo Rorschach, em virtude de uma possível vivência depressiva ou de uma propensão a alteração de humor com tendência à depressão.

O índice de DEPI positivo, foi observado também por Exner e Erdberg (2005) no estudo de um caso de pânico de um homem de 23 anos de idade, revelando que este sujeito encontrava-se vulnerável a situações de depressão e sofrimento afetivo.

A relação entre pânico e depressão também foi notada no estudo de Montiel, Capovilla, Berberian e Capovilla (2005) que observaram, baseados no Inventário de Beck, grande incidência de sintomas depressivos em pacientes com pânico. Os autores concluíram que existe uma forte relação entre os transtornos de ansiedade, sobretudo o pânico, com o desenvolvimento de sintomas depressivos. Explicaram que quanto maior a vivência de ansiedade maior seria a possibilidade do desenvolvimento de sintomas depressivos.

Em trabalho anterior, Caetano (1985) descreveu a grande ocorrência de sintomas depressivos em pacientes com transtornos fóbico-ansiosos, em especial, o transtorno de pânico. Entretanto, relatou que a depressão desenvolvida por pacientes com pânico é produzida quando o quadro é crônico e limitante. Resultados semelhantes foram observados por Andersen e Rosenberg (1990) que perceberam grande presença de sintomas depressivos em pacientes com pânico. Dados que convergem com os resultados observados por este estudo.

Tabela 3. Comparação dos indicadores de DEPI de pacientes e não pacientes

Indicador	Pacientes		Não Pacientes		Estatística	p
	%	F	%	F		
FV + VF + V > 0	6,67	2	6,67	2	Fisher	1,000
FD > 2	-	-	3,33	1	Fisher	1,000
Col-Shad Blends > 0	70,00	21	33,33	10	X² = 8,08	0,005
S > 2	6,67	2	-	-	Fisher	0,492
3r+(2)/R > 0.44 e Fr + rF = 0	23,33	7	20,00	6	X ² = 0,10	0,754
3r+(2)/R < 0.33	63,33	19	43,33	13	X ² = 2,41	0,121
Afr < 0.46	73,33	22	60,00	18	X ² = 1,20	0,273
Blends < 4	43,33	13	66,67	20	X ² = 3,30	0,069
SumShading > FM + m	86,67	26	50,00	15	X² = 9,32	0,002
SumC' > 2	40,00	12	10,00	3	X² = 7,20	0,007
MOR > 2	3,33	1	3,33	1	Fisher	1,000
2AB + Art + Ay > 3	6,67	2	-	-	Fisher	0,492
COP < 2	96,67	29	93,33	28	Fisher	1,000
Isolate/R > 0.24	46,67	14	33,33	10	X ² = 1,11	0,292

Na Tabela 3, estão expostas as comparações da incidência dos indicadores de DEPI nos grupos de pacientes e não pacientes, onde é possível observar diferença estatisticamente significativa em três dados: Incidência de determinantes mistos de cor e sombreado ($Col-Shad\ Blends > 0$) que compõe um indicador; somatória de sombreado maior que movimentos animais e inanimados ($SumShading > FM + m$) e somatória de determinantes de cor acromática maior que dois ($SumC' > 2$), esses últimos, juntos, compõem outro indicador.

Corroborando estudos correlatos sobre o assunto (Castro, 2008), os indicadores de depressão observados nos pacientes com pânico que participaram da presente pesquisa foram identificados por três condições em especial:

1 – Incidência de determinantes mistos de cor e sombreado

Este dado revela que os pacientes com pânico demonstram vivências afetivas confusas e dolorosas, equivale a dizer que ao experimentar qualquer tipo de afeto, este vem carregado de ambivalência e sofrimento.

Em um caso avaliado por Exner e Erdberg (2005), houve a incidência de um Col-Shad Blend, que já é considerado como um sinal de perturbação afetiva. As demais pesquisas envolvendo a avaliação de pacientes com pânico também indicaram, de alguma forma, que os sujeitos passam por vivências de sofrimento emocional que acarretam sensação de ambivalência e pouca organização de componentes afetivos, podendo leva-los a uma desorganização interna (Andersen & Rosenberg, 1990; Caetano, 1985; Cohen & Ruitter, 1992; MacFadden, 1994; Montiel, Capovilla, Berberian & Capovilla, 2005; Morais & Souza, 1996; Villemor-Amaral, Farah & Primi, 2004).

2 – Predomínio de respostas de sombreado sobre movimentos

Esse aspecto pode ser observado, de forma empírica, nas pesquisas com pacientes com pânico, em que são sempre freqüentes as indicações de sofrimento e dor psicológica vividas pelos sujeitos. Independente da estratégia metodológica que tenha sido adotada, os componentes de sofrimento psicológico são sempre presentes e representam um componente característico dos quadros de pacientes com transtorno de pânico (Andersen & Rosenberg, 1990; Caetano, 1985; Cohen & Ruitter, 1992; MacFadden, 1994; Montiel, Capovilla, Berberian & Capovilla, 2005; Morais & Souza, 1996; Villemor-Amaral, Farah & Primi, 2004).

3 – Incidência de respostas de cor acromática

O dado indica que os pacientes não conseguem expressar seus conteúdos afetivos de forma clara e coerente, levando-os a certa constrição afetiva, reforçando as indicações de pesquisas feitas anteriormente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, os aspectos de personalidade observados nos dados do Método de Rorschach dos indivíduos com transtorno de pânico mostram que se trata de sujeitos que internamente sofrem de intenso desconforto psicológico.

Diante desse processo de sofrimento interno e inadaptação emocional, que o paciente não consegue controlar por vontade própria surge, reativamente, um quadro depressivo ou sintomas depressivos. Isso ocorre visto que a organização psicológica do indivíduo é bastante vulnerável à depressão, alterações de humor ou outro tipo de transtorno afetivo.

No presente estudo, as conclusões expressas referem-se à amostra investigada e não devem ser tomadas como finais. Há necessidade de constantes investigações sobre temas relacionados à psicopatologia e ao pânico, principalmente no que se tange à depressão.

REFERÊNCIAS

- Alarcón, R.D. (1995). Clasificación de la conducta anormal: El DSM-IV. In G. Buela-Casal; V.E. Caballo & J.A. Carrobles (dirs.), **Manual de psicopatología y trastornos psiquiátricos**. (pp. 205-253). Madrid: Siglo Veintiuno de España.
- American Psychiatric Association (1995). **DSM-IV - Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais** (4a ed.). (D. Batista, trad.). Porto Alegre: Artes Médicas. (original publicado em 1994).
- Andersen, R. & Rosenberg, N.K. (1990). Rorschach-profile in panic disorder. **Scandinavian Journal of Psychology**, **31**, 99-109.
- Arbona, C.B. & Arnal, R.B. (1995). Transtorno por pânico. In G. Buela-Casal; V.E. Caballo & J.A. Carrobles (dirs.), **Manual de psicopatología y trastornos psiquiátricos**. (pp. 365-407). Madrid: Siglo Veintiuno de España.
- Caetano, D. (1985). Relação entre ataque de pânico e depressão. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, **31** (1), 17-24.
- Castro, P. F. (2008). Análise dos indicadores do índice de depressão no Rorschach de pacientes com transtorno de pânico. In: S.R. Pasian; E.T.K. Okino; S.R.Loureiro; F.L. Osório. (Org.). **Avaliação de personalidade: técnicas e contextos diversos**. (pp. 443-456).Ribeirão Preto: ASBRo.
- Cohen, L. & Ruiter, C. (1992). Personality in Panic Disorder with Agoraphobia: a Rorschach study. **Journal of Personality Assessment**, **59** (2), 304-316.
- Cunha J.A. (2000). Catálogo de técnicas úteis. In J.A. Cunha e cols., **Psicodiagnóstico – V** (5a ed.). (pp. 202-290). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Exner, J.E. & Erdberg, P. (2005). **The Rorschach: a comprehensive system - advanced interpretation**. (3rd ed.). New Jersey : John Wiley & Sons , Inc.
- Exner, J.E. & Sendin, C. (1999). **Manual de interpretação do Rorschach para o sistema compreensivo**. (L.Y. Massuh, trad.). São Paulo: Casa do Psicólogo. (original publicado em 1998).
- Exner, J.E. (1994). **El Rorschach: un sistema comprehensivo** (3a ed.). (M. E. Ramirez, trad.). Madrid: Psimática. (original publicado em 1993).
- Exner, J.E. (1999). **Manual de classificação do Rorschach para o sistema compreensivo**. (A. C. P. Silva Neto, trad.). São Paulo: Casa do Psicólogo. (original publicado em 1995).
- Exner, J.E. (ed.) (1995). **Issues and methods in Rorschach research**. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates Publishers.
- Gentil, V. (1996). Transtorno do pânico. In E.D. Busnello; P. Prado-Lima; J.G.V.Taborda e cols., **Rotinas em psiquiatria**. (pp. 171-177). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Gentil, V. (1997). Transtorno de pânico. In V. Gentil; F. Lotufo-Neto & M.A. Bernik (orgs.), **Pânico, fobias e obsessões: a experiência do Projeto ANBAM** (3a ed.). (pp. 101-111). São Paulo: EDUSP.
- Goldberg, D. P. (1996). **Questionário de saúde geral de Goldberg: Manual técnico**. (L. Pasquali et al., trad. e adapt.). São Paulo: Casa do Psicólogo. (original publicado em 1972).

- Kaplan, H.I. & Sadock, B.J. (1993). **Compêndio de psiquiatria: Ciências comportamentais e psiquiatria clínica** (6a ed.). (D. Batista, trad.). Porto Alegre: Artes Médicas. (original publicado em 1991).
- López, A.B. (1995). **Agorafobia I: Naturaleza, etiología y evaluación**. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica.
- López, A.B. (2000). **Agorafobia y Ataques de Pánico**. Madrid: Ediciones Pirámide.
- MacFadden, M.A. (1994). Avaliação psicodinâmica de mulheres com transtorno de pânico. **Boletim de Psicologia**, **44** (100/101), 49-53.
- Montiel, J.M.; Capovilla, A.G.S.; Berberian, A.A. & Capovilla, F.C. (2005). Incidência de sintomas depressivos em pacientes com transtorno de pânico. **Psic**, **6** (2), 33-42.
- Morais, M.A.V. & Souza, A.M. (1996). Avaliação da personalidade de pacientes do distúrbio do pânico, com o uso de técnicas projetivas (pp.101-107). In **Anais**, **1. Encontro da Sociedade Brasileira de Rorschach e outros métodos projetivos**, 1996, Ribeirão Preto, SBRo.
- Organização Mundial de Saúde (coord) (1993). **Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10: Descrições clínicas e diretrizes diagnósticas**. (D. Caetano, trad.). Porto Alegre: Artes Médicas. (original publicado em 1992).
- Villemor-Amaral, A.E.; Farah, F.H.Z. & Primi, R. (2004). O teste das pirâmides coloridas e o transtorno de pânico. **Psicologia em Estudo**, **9** (2), 301-307.

CONSIDERAÇÕES SOBRE AVALIAÇÃO DA RESILIÊNCIA EM DIFERENTES CONTEXTOS.

INDICADORES DE RESILIÊNCIA NAS TÉCNICAS PROJETIVAS. *Paulo Francisco de Castro* (Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté - SP e Curso de Psicologia da Universidade Guarulhos - SP).

O objetivo deste trabalho é apresentar e discutir os indicadores de resiliência observados nas técnicas projetivas, com foco no Método de Rorschach, Teste de Apercepção Temática e Teste da Casa-Árvore-Pessoa, no sentido de identificar, nos resultados dessas técnicas, os elementos que possam revelar capacidade para enfrentar situações-problema e superá-las adequadamente. A resiliência pode ser compreendida como a capacidade de enfrentamento e resolução de dificuldades em diversas circunstâncias, desde as mais rotineiras até aquelas relacionadas a quadros de sofrimento psicológico mais intenso. A partir de uma investigação dos elementos interpretativos de três técnicas com fundamentação projetiva, foram destacados os itens que revelam a capacidade de resiliência nos indivíduos. Na proposta do sistema compreensivo para o Método de Rorschach, os elementos de codificação são agrupados de acordo com os aspectos interpretativos e em cada um deles há um conjunto de itens que podem revelar a conduta resiliente: Nos itens que compõem a Ideação destaca-se: predomínio de movimentos ativos, índice de intelectualização menor que cinco, respostas de conteúdo mórbido diminuídas, incidência baixa de códigos especiais e a qualidade das respostas de movimento humano; no que tange à Mediação, considera-se o aumento dos índices X+% e XA% e a diminuição do índice X-%; quanto ao Processamento das Informações, os dados são: incidência de nota Z na média, incidência de categorias de localização das respostas compatíveis com a população normativa e predomínio da qualidade evolutiva comum; na análise dos Afetos tem-se: índice de depressão negativo, predomínio de respostas de cor forma, quociente afetivo na média, respostas de espaço em branco na média; nos itens da Autoapercepção, tem-se: presença de respostas de dimensão, conteúdos humanos bem elaborados e associação positiva de respostas de movimentos; nas Relações Interpessoais, predomínio de movimentos ativos, índice de isolamento rebaixado, associação de respostas de movimentos e pares de forma adequada. Quando são analisados os aspectos do Teste de Apercepção Temática, os itens de análise e interpretação que expõem condutas resilientes podem ser observados nas narrativas onde o herói possui características positivas e com ações positivas, histórias com solução adequada do conflito evocado, considerando as necessidades do herói e as normas vigentes, interpretação do ambiente positivo e favorável à solução do conflito, uso de mecanismos de defesa mais elaborados e articulados, tempo de latência a e tempo total adequados e dentro da média da população, além do controle adequado do comportamento e da linguagem durante a narrativa. Em relação ao Teste da Casa-Árvore-Pessoa, na configuração geral dos desenhos, é indicativo de resiliência o tamanho normal e proporcional à página, localização distribuída na extensão da folha e de forma harmoniosa, presença de linha de solo integrada, detalhes organizados e integrados no desenho e uso adequado e convencional de cores, no caso das produções cromáticas. Assim, pode-se observar que a utilização de técnicas projetivas no processo de avaliação psicológica pode ser um importante recurso para a identificação de aspectos de personalidade que possam indicar resiliência nos indivíduos, uma vez que tal aspecto é de suma importância para os encaminhamentos terapêuticos a serem aplicados.

Palavras-chave: Resiliência; Avaliação Psicológica; Testes Projetivos.
Nível do trabalho: P - Pesquisador

Código da área: CLIN - Psicologia Clínica e da Personalidade

INTERAÇÕES ENTRE AUTOEFICÁCIA E RESILIÊNCIA. *Paulo Roberto Grangeiro Rodrigues* (Universidade Paulista, São José dos Campos - SP).

Autoeficácia - conforme proposta por Bandura - é a convicção de alguém sobre sua habilidade para desempenhar com sucesso um curso de ações requeridas para se atingir algum resultado visado em seu ambiente. Existe um senso global de confiança nas habilidades pessoais de um indivíduo - autoeficácia geral - positivamente correlacionado com expectativas de eficácia específicas. O conceito é distinto tanto do de autoestima, quanto do de *locus* de controle. Já a resiliência pode ser definida como a capacidade dos indivíduos em enfrentar situações adversas de forma organizada e equilibrada. Pode ser abordada como um processo dinâmico, interacional e multidimensional. Pesquisas iniciais em busca da criação de uma escala de avaliação da resiliência definiram dois fatores componentes: “competência pessoal” e “aceitação de si da vida”. No Brasil, uma revalidação desta escala encontrou três fatores: “resolução de ações e valores”, “independência e determinação” e “autoconfiança e capacidade de adaptação a situações”. No entanto, como se pode perceber nas pesquisas dos fatores envolvidos, já se afirmou que é um daqueles conceitos fáceis de captar, mas difíceis de definir. Em busca de delimitar as relações teóricas entre os dois conceitos, vamos considerar questões que surgiram na própria delimitação deles, que abrem espaço para a contribuição que a compreensão de um deles traz para a compreensão do outro. Quando os autores criticam o conceito de resiliência por sua parcialidade, em geral estão se referindo à falta de consideração do aspecto subjetivo, ou seja, a consideração da avaliação dos sujeitos sobre o que lhe é adverso ou não em seu ambiente. Como isso, podemos apontar para a contribuição do conceito de autoeficácia pode trazer para a compreensão da resiliência, dado que autoeficácia refere-se justamente a uma autoavaliação de capacidade, em função de um desafio percebido no ambiente. Deste modo, podemos afirmar que resiliência, sendo criada diante de uma adversidade, é sempre um acréscimo de autoeficácia, na medida em que a reconfiguração interna da percepção da própria situação leva a soluções criativas. Podemos afirmar que a resiliência, de um lado, pode ser compreendida como um tipo específico de autoeficácia, aquela relacionada ao enfrentamento de desafios às condições da vida ou condições que podem conduzir a um trauma - as adversidades. Neste caso temos que a pessoa crê que é capaz de realizar novos cursos de ação necessários ao enfrentamento desses desafios e fatores de modo a não permitir que se tornem prejudiciais. Evidencia-se aqui um processo circular, já que é a própria adversidade que permite a criação da resiliência, na medida em que o sujeito tem que mobilizar seus recursos de enfrentamento, e, ao fazê-lo de forma bem-sucedida, aumentará sua resiliência. Por outro lado, testar os próprios recursos de ação depende, inicialmente, de um senso de autoeficácia já presente; por sua vez, ações bem-sucedidas de enfrentamento levarão ao aumento da autoeficácia.

Palavras-chave: Resiliência; Autoeficácia; Autoconfiança.

Nível do trabalho: P - Pesquisador

Código da área: CLIN - Psicologia Clínica e da Personalidade

O TRABALHO COMO FATOR DE PROTEÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA RESILIÊNCIA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.

Adriana Leonidas de Oliveira (Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté - SP / Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Taubaté-SP / Universidade Paulista, São José dos Campos)

O objetivo da presente proposta é discutir como o trabalho pode se constituir em fator de proteção para o desenvolvimento da resiliência de pessoas com deficiência. Com base na perspectiva da resiliência e a partir da revisão de literatura de pesquisas que analisam a inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, são analisados os aspectos positivos presentes no contexto de trabalho em que a pessoa com deficiência está inserida, os quais possibilitam que a experiência laboral se constitua como um importante caminho no sentido de assegurar recursos para superação de adversidades. No campo da Psicologia, o termo resiliência foi definido inicialmente como capacidade individual para enfrentamento de situações difíceis ou como um conjunto de competências e habilidades levando a um resultado bem sucedido. Atualmente, compreende-se resiliência como um conjunto de processos sociais e intrapsíquicos que possibilitam o enfrentamento da adversidade, gerando possibilidade de superação. A deficiência pode ser vista como uma adversidade a ser enfrentada pelo indivíduo, sendo que os fatores de proteção que este dispõe internamente ou capta do meio são elementos essenciais para o desenvolvimento do processo de resiliência. A literatura aponta três tipos de fatores de proteção: individuais, familiares e fatores relacionados ao apoio do meio ambiente, os quais se interrelacionam. A inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho ainda é tarefa difícil de ser realizada em nossa realidade, mesmo com a existência de Leis que garantem o acesso dessa parcela da população ao mercado formal de trabalho. A competitividade presente no mundo do trabalho faz com que o preconceito em relação à capacidade contributiva dessas pessoas muitas vezes prevaleça. Uma análise de pesquisas acerca da temática permitiu, entretanto, identificar que o trabalho pode se constituir em importante fator de proteção para o fortalecimento da resiliência, à medida que se desenvolva no ambiente laboral determinados elementos facilitadores. Nos estudos analisados pode se constatar que o preparo emocional da organização, por meio da sensibilização da equipe para a inserção do profissional, é fator essencial para derrubar resistências e preconceitos. O preparo físico da organização, com a garantia de acessibilidade, também se revela elemento facilitador fundamental. Tais características contribuem para a aceitação e adaptação do profissional com deficiência. A oportunidade de qualificação, a igualdade de oportunidades entre profissionais com e sem deficiência, o comprometimento com a empresa e o sentimento de pertencimento ao grupo são aspectos positivos identificados, os quais podem atuar como desencadeadores do processo de resiliência. Consta-se que em organizações em que se faz presente uma política de diversidade, a visão igualitária juntamente com o respeito às diferenças individuais se fazem presentes, contribuindo para o processo de re-significação da própria deficiência, uma vez que se resgata a valorização do indivíduo como pessoa e como profissional. Conclui-se que o trabalho pode constituir importante fator de proteção à medida que dá sentido à vida, e se caracteriza como fonte de realização e vinculação a um grupo. Além disso, o trabalho pode proporcionar segurança, autonomia financeira e elevar a auto-estima do indivíduo.

Palavras-chave: Resiliência; Pessoa com Deficiência; Trabalho.

Nível do trabalho: P - Pesquisador

Código da área: CLIN - Psicologia Clínica e da Personalidade

AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DA DOR EM CONTEXTOS CLÍNICOS E DE PESQUISA.

POR QUE E COMO MENSURAR A DOR? *José Aparecido Da Silva* (Universidade de São Paulo- Campus de Ribeirão Preto)

Atualmente, a dor tem sido considerada o “quinto sinal vital” na literatura médica. Seu registro rotineiro, além da temperatura, pulsação, pressão arterial e respiração, constitui-se numa imprescindível responsabilidade clínica para minorar o sofrimento dos pacientes. O uso de escalas de mensuração de dor foi incorporado aos variados contextos clínicos, tornando-se, muitas delas, populares para os diferentes profissionais da saúde que as usam para mensurar a dor. A sensação de dor não pode ser objetivamente determinada por instrumentos físicos que, usualmente, mensuram diretamente o peso corporal, a temperatura, a altura, a pressão arterial e a pulsação. A mensuração da dor é extremamente importante no ambiente clínico, pois se torna impossível manipular um problema desta natureza sem ter uma medida sobre a qual basear o tratamento ou a conduta terapêutica. Sem tal medida, torna-se difícil determinar se um tratamento prescrito é necessário, eficaz, ou, até mesmo, quando deve ser interrompido. Com uma mensuração da dor apropriada é determinar se os riscos de um dado tratamento superam os danos causados pelo problema clínico, conhecer qual é o melhor, o mais seguro, entre diferentes tipos de conduta terapêutica, e fazer um melhor acompanhamento e análise dos mecanismos de ação de diferentes drogas analgésicas. Ao longo deste simpósio, vários métodos utilizados para mensurar a percepção de dor serão apresentados, discutidos e exemplificados. Mostraremos que alguns métodos a consideram como uma qualidade simples, única e unidimensional que varia apenas em intensidade, mas, outros a entendem como uma experiência multidimensional composta por fatores afetivo, emocionais, cognitivos e motivacionais. Os instrumentos unidimensionais são designados para quantificar apenas a intensidade da dor e têm sido usados freqüentemente em hospitais e/ou clínicas para se obter informações rápidas, não invasivas e válidas sobre a dor e a analgesia. Os instrumentos multidimensionais, de outro lado, são empregados para avaliar as diferentes dimensões da dor. Algumas escalas multidimensionais incluem indicadores fisiológicos, comportamentais, contextuais e, também, os auto-registros por parte do paciente.

DOR NEUROPÁTICA NOCICEPTIVA E HTLV. *Abrahão Fontes Baptista*
(Universidade Federal da Bahia)

A distinção entre dor neuropática e nociceptiva é fundamental no diagnóstico e tratamento das síndromes dolorosas. Nos ambientes clínicos e de pesquisa são utilizadas, além do diagnóstico clínico, escalas e questionários que façam esta distinção. No Brasil alguns destes instrumentos estão disponíveis e têm sido úteis nesta distinção. Aqui apresentamos um exemplo onde o seu uso possibilitou esta diferenciação. O vírus linfotrópico de células T humana tipo 1 (HTLV-1) é um retrovírus humano e tem sido associado a importantes patologias, dentre elas, a paraparesia espástica tropical/mielopatia associada ao HTLV-1 (HAM/TSP). Estudo de corte transversal que buscou estabelecer a prevalência e a caracterização da dor em portadores de HTLV-1 de um centro de referência (*CHTLV/EBMSP- Centro de Referência para o Atendimento Integrado e Multidisciplinar de Indivíduos Infectados pelo HTLV da Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública – CHTLV/EBMSP, Salvador, Bahia, Brasil*), diferenciar o tipo de dor (neuropática/nociceptiva) associado ao diagnóstico para HAM/TSP, identificar os principais locais acometidos pela dor, mensurar a intensidade e relacionar dor com qualidade de vida. Foram avaliados dados sociodemográficos, dor e qualidade de vida. A dor foi caracterizada como neuropática ou nociceptiva através do questionário DN4 e sua intensidade com a Escala Visual Analógica e mapa corporal. A qualidade de vida foi estimada através do SF-36TM. Na amostra de 193 pacientes, 84,5% referiam algum tipo de dor. Os locais mais acometidos foram coluna lombar, membros inferiores e cabeça respectivamente. A intensidade da dor foi de intensa a moderada. Não houve associação entre o tipo de dor e o diagnóstico para HAM/TSP (definido, provável e possível). A dor influenciou negativamente a qualidade de vida, especialmente nos aspectos físicos e capacidade funcional. Estes dados estão possibilitando um tratamento mais adequado destes pacientes, além da possibilidade de inclusão da dor como critério diagnóstico para a doença.

AVALIAÇÃO DA PERCEPÇÃO DOLOROSA E ADESÃO TERAPEUTICA EM PACIENTES SUBMETIDOS A CIRURGIAS CARDÍACAS DE CEU ABERTO.

João Carlos Alchieri (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

O surgimento do fenômeno da dor em pacientes submetidos à cirurgia cardíaca mostra o comportamento associado com níveis de remuneração variável, além do tempo do tipo de cirurgia, ea posição dos drenos e pós-operatório imediato. Você pode dizer que os aspectos psicológicos e traços de personalidade influenciam os padrões de comportamento. Desenvolvem-se estudos sobre a influência da personalidade, padrões de comportamento, sobre a percepção da dor aguda em pacientes submetidos à cirurgia cardíaca. A amostra consistiu de 25 pacientes, com 66,7% das mulheres com idade média de $56,5 \pm 14,2$ anos. A intensidade da dor foi medida e avaliada com a escala numérica de dor 1-5 ° dia pós-operatório e em conjunto realizado um estudo do Índice de Millon de estilos de personalidade (MIPS). A percepção da dor foi medida e relacionada com magnitudes variando de moderada leve 1-5 ° DPO e relacionados a características de personalidade. Em pacientes com respostas de menor referência à dor foram observadas expressões para os fatores de preservação, do individualismo, da introspecção e aqueles que relataram sentir mais intensidade dolorosa tiveram com maiores respostas para os fatores de proteção, extroversão, a discrepância, o afeto, a conformidade, a retirada de comunicação, e firmeza. Estes resultados podem embasar processos avaliativos preliminares mais eficazes e eficientes dirigidos aos procedimentos de alto risco. De igual forma, a avaliação da resposta a aderência terapêutica pode ser investigada e relacionada a percepção de dor a fim de verificar possíveis intercorrências em suas manifestações.

INVESTIGAÇÕES EM PERCEPÇÃO E RECONHECIMENTO DE FACES.

A ILUSÃO DA FACE CÔNCAVA: DESCRIÇÃO, INVESTIGAÇÕES E POTENCIALIDADES APLICATIVAS. *Sérgio Sheiji Fukusima* (Departamento de Psicologia, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP) e *Maria Amélia Cesari Quaglia* (Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São João Del Rei, São João Del Rei, MG).

A ilusão da face côncava (*the hollow face illusion*) consiste em perceber o reverso côncavo de uma máscara facial ou de um molde côncavo de face como convexo, atribuindo-lhe inversão de profundidade ou de relevo de maneira a ser percebido como uma face normal. Trata-se de um fenômeno visual que envolve processos visuais da percepção de faces e da percepção de objetos tridimensionais pelo sistema visual humano, o que o torna interessante para se investigar como processos visuais de alta ordem (*top-down processes*) e periféricos (*bottom-up processes*) se interagem. Embora essa ilusão seja conhecida há várias décadas, ainda não existem muitas investigações sobre ela na literatura científica, o que a torna um fenômeno instigante para os pesquisadores em percepção e cognição visual. Tomando-se essas informações, esta palestra tem por objetivos os seguintes tópicos: (1) mostrar características dessa ilusão, ilustrando-a, e que a inversão da profundidade percebida da máscara também induz a movimentos ilusórios de rotação. Isto ocorre em duas condições: a primeira quando existe rotação da máscara e o movimento ilusório é percebido com orientação oposta por um observador estacionário e a segunda, quando a máscara está estacionária, mas é percebida com movimento de rotação com orientação oposta ao movimento do observador; evidenciando-se que se o sistema visual não consegue corrigir a errônea percepção de profundidade da máscara, induz-lhe também percepção ilusória de movimento para que se gere uma organização perceptiva coerente de um espaço tridimensional; (2) fundamentando-se em dados coletados por procedimentos psicofísicos em experimentos sobre julgamentos das magnitudes das profundidades invertidas, geradas pela ilusão da máscara côncava, mostrar-se-á que essa ilusão é robusta em diferentes condições; mostrando-se praticamente imune às mudanças de orientação de luz incidente, as condições de observação sob visão monocular e também sob visão estereoscópica, as mudanças de orientação espacial da máscara, as variações cromáticas e as variações de luminância da máscara; (3) e também se discutirá informações relatadas em literatura que essa ilusão é minimizada ou menos provável de ser percebida por indivíduos insones, por pacientes esquizofrênicos, por alcoólatras e por adictos de *cannabis*; o que a torna um potencial fenômeno visual com aplicabilidade diagnóstica e para se compreender os mecanismos e processos visuais envolvidos nessa ilusão. (CNPq e CAPES)

Palavras-chave: ilusão da face côncava, percepção de faces, percepção visual.

Psicobiologia e Neurociências

EFEITO DA RAÇA NO RECONHECIMENTO DE FACES EM CRIANÇAS DESCENDENTES DE JAPONESES E NÃO JAPONESES NO BRASIL. Ana Carolina Monnerat Fioravanti (Departamento de Psicologia, Pontifícia Universitária Católica, Rio de Janeiro, RJ) e *J. Landeira-Fernandez* (Departamento de Psicologia, Pontifícia Universitária Católica, Rio de Janeiro, RJ / Universidade Estácio de Sá, Campus Akxe, Rio de Janeiro, RJ).

O efeito da outra raça (*the other race effect*) diz respeito a uma maior dificuldade das pessoas em reconhecer faces de raças ou etnias diferentes ao delas. Este efeito tem sido confirmado em diversos estudos experimentais, porém, poucos deles têm investigado esse fenômeno em diferentes fases do desenvolvimento de crianças. Com o objetivo de investigar a evolução do efeito da outra raça em crianças de origem japonesas e não japonesas em algumas comunidades no Brasil, e também as influências das diferenças culturais na percepção de faces, foram propostos dois trabalhos. O primeiro consistiu de uma revisão de literatura sobre o tema, enfatizando-se teorias e modelos que propuseram explicações sobre a codificação da percepção e o reconhecimento de faces e suas possíveis relações com o efeito da outra raça. Isto possibilitou traçar considerações sobre o tema para elaborar novas hipóteses a testar em pesquisa. O segundo consistiu em realizar experimentos com 37 crianças brasileiras de origem japonesa e com outras 37 crianças brasileiras de origem não japonesa, de duas faixas etárias: uma de 5 a 7 anos e outra de 9 a 11 anos. Nesses experimentos, por procedimento psicofísico, foram avaliados os desempenhos dessas crianças em reconhecer 12 faces de crianças asiáticas e 12 outras faces de crianças não asiáticas, mostradas em tela de computador. Para isso mostrava-se uma face alvo por 500ms no centro da tela e após 1s mostrava-se um par de faces, uma face à direita e outra à esquerda do centro da tela. A tarefa da criança era responder o mais rápido possível em que lado aparecia a face alvo, pressionando teclas específicas para essa discriminação. Uma outra tarefa consistiu em executar o sub-teste de reconhecimento de faces frontais e de perfil da bateria NEUPSILIN. As crianças de origem japonesa das duas faixas etárias não mostraram o efeito da outra raça enquanto que as crianças de origem não japonesa das duas faixas etárias apresentaram o efeito da outra raça. Estes resultados evidenciam que o surgimento do efeito da outra raça ocorre em crianças em alguma fase bem anterior aos 5 anos de idade, o que sugere que a modulação do fenômeno ocorre devido a experiência de contexto cultural e de familiarização com faces de diferentes etnias ou raças já em idade muito tenra, e que se estabiliza em fase posterior do desenvolvimento. (CNPq)

Palavras-chave: Efeito de outra raça, reconhecimento de faces, desenvolvimento de processos perceptivos e cognitivos.

Psicobiologia e Neurociências

ATIVIDADES NEURAIS NAS ÁREAS ANTERO-TEMPORAIS DE MACACOS DURANTE UM TESTE DE IDENTIFICAÇÃO DE FACES.

Wânia Cristina de Souza (Departamento de Processos Psicológicos Básicos, Universidade de Brasília, Brasília, DF), *Satoshi Eifuku* (Department of Integrative Neuroscience, University of Toyama, Toyama, Japan), *Ryoi Tamura* (Department of Integrative Neuroscience, University of Toyama, Toyama, Japan) e *Taketoshi Ono* (Department of Judo Neurophysiotherapy, University of Toyama, Toyama, Japan)

O reconhecimento de face e/ou “gaze” (olhar fixo) é a base para a comunicação social de primatas humanos e não-humanos. Em particular, o reconhecimento de identidade, a expressão emocional da face ou a detecção da direção do olhar (*gaze*) desempenham um papel fundamental na comunicação não-verbal de primatas. Estudos neurofisiológicos em macacos demonstraram a existência de neurônios que respondem seletivamente à visualização de faces no Superior Temporal Sulco (STS) e no Inferior Temporal Giro (ITG). Contudo, ainda não está claro como estes neurônios estão relacionados com o processo de identificação facial, uma vez que poucos estudos têm focado atividades neuronais durante a identificação de faces. Além disso, estudos anatômicos demonstraram que a organização do “*input e output*” era consideravelmente diferente entre as regiões rostral e caudal do STS anterior, o que indica uma heterogeneidade funcional destas regiões. Contudo, ainda também não está claro como estas funções são diferentes. Na tentativa de contribuir para uma melhor compreensão deste fenômeno, estudos foram realizados com o objetivo de investigar as atividades de neurônios faciais no STS anterior e no ITG anterior de macacos durante a realização de um teste de identificação facial (I-DMS). Para isto foram registradas respostas neurais dessas regiões cerebrais de macacos durante tarefas de identificação de faces de pessoas familiares e desconhecidas. Posteriormente foram calculados coeficientes de correlações entre essas respostas neurais a todos possíveis pares de faces expostas aos macacos, de modo a extrair medidas de similaridade ou de dissimilaridade entre as atividades de populações de neurônios responsivas a faces nas áreas cerebrais em foco. Os resultados mostraram que para cada face familiar e desconhecida, há um padrão específico de atividade neural. Entretanto, para as faces familiares, identidades diferentes são representadas por diferentes padrões de atividades dos neurônios investigados, independente se a face é apresentada frontalmente, de perfil ou rotacionada. Mas diferente das faces familiares, faces desconhecidas mostradas frontalmente sempre apresentaram padrão de atividades neurais similares. Esses resultados delineiam os padrões de representação neural de faces familiares e desconhecidas em algumas áreas corticais. (Monbugakusho – The Japanese Ministry of Education, Culture, Sports, Science and Technology)

Palavras-chave: reconhecimento de faces, atividades neurais, primatas não humanos

Psicobiologia e Neurociências

PESQUISAS APLICADAS EM ANÁLISE DO COMPORTAMENTO: REALIZAÇÕES E PERSPECTIVAS.

ANÁLISE APLICADA DO COMPORTAMENTO: O QUE TEM SIDO ESTUDADO E O QUE FALTA SER INVESTIGADO OU APROPRIADAMENTE DIVULGADO. *Verônica Bender Haydu* (Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR).

Estudos de revisão da bibliografia têm relevância por contribuírem para a construção do Estado da Arte de uma área de estudos e para a construção de sua história. Esses dois aspectos são os objetivos do presente estudo que revisou a bibliografia de estudos empíricos de Análise Aplicada do Comportamento, a partir de consulta a bases de dados acessíveis na *Internet*: Portal de Periódicos da Capes, PUBMED e BIREME. Essa revisão levou à separação da produção em seis conjuntos que são: (a) educacional e escolar (b) educação especial; (c) organizacional e do trabalho; (d) clínica; (e) saúde; (f) educação ambiental e comportamentos de segurança na comunidade. O levantamento bibliográfico produziu 1026 artigos, a partir das palavras-chave “*applied behavior analysis*”, “análise aplicada do comportamento” e “análise comportamental aplicada”. Desse total, foram excluídos, com base na leitura dos títulos dos periódicos, os artigos que não eram da área da Psicologia e os do JABA (excluídos porque uma análise em separado será feita das publicações desse periódico). A leitura dos títulos permitiu, ainda, excluir as referências repetidas. Em seguida, foram lidos os resumos e excluídos os artigos de revisão bibliográfica, os teóricos-conceituais, aqueles que focalizam metodologias de pesquisa e os que não eram de análise do comportamento. Sobraram 243 referências, cujos resumos foram relidos para proceder a classificação. Verificou-se que a categoria com o maior número de referências é a “educação especial” (82 referências) com estudos sobre deficiências intelectuais ou de desenvolvimento, mas com destaque para aqueles que envolveram participantes com Desordem do Espectro Autista (77 referências). Destacam-se, ainda, em número: na categoria “saúde”, referências de estudos sobre saúde bucal e reeducação alimentar/obesidade; na categoria “organizacional/institucional”, estudos sobre treinamento de pessoal da área da Saúde e de programas em instituições penais; na categoria “escolar”, estudos de capacitação de professores; na categoria “clínica”, estudos terapêuticos com participantes com problemas de comportamento, comportamentos desafiadores e autolesivos; na categoria “educação ambiental e comportamentos de segurança na comunidade”, que teve o menor número de referências classificadas, foram encontrados estudos sobre reeducação ambiental, segurança no trânsito e a análise da produção de lixo. Chama atenção a ausência de estudos na área do Esporte. Dentre os estudo da categoria “saúde” foi encontrado apenas um estudo de adesão a tratamentos e nenhum relacionado a pessoas em tratamento oncológico. Verificou-se também um baixo número de estudos sobre segurança no trabalho na categoria “organizacional/trabalho”. Um aspecto final a ser destacado é que dentre as 243 referências apenas uma é de autores brasileiros, que ocorreu na Revista Internacional de Psicología y Terapia Psicológica. Uma hipótese que pode ser levantada a partir dos resultados da busca feita é a de que autores não especificam dentre as palavras-chave ou no título dos artigos a expressão “análise aplicada do comportamento” (*applied behavior analysis*), mesmo quando o estudo é dessa natureza, o que requer ser mais bem investigado.

Financiamento: Fundação Araucária

P

Palavras-chave: revisão da bibliografia

Código da Área: AEC.

COMUNICAÇÃO EM ONCO-HEMATOLOGIA PEDIÁTRICA: ENSINANDO PROFISSIONAIS DE SAÚDE E USUÁRIOS. *Áderson L. Costa Junior, Silvia Coutinho e Marina Kohlsdorf* (Laboratório de Desenvolvimento em Condições Adversas, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, DF).

A comunicação entre o médico, a criança e seus familiares é uma estratégia terapêutica potencialmente eficaz à aprendizagem de comportamentos de saúde, além de preditor de adesão ao tratamento, elemento essencial à compreensão do diagnóstico e facilitador de estratégias mais eficientes de enfrentamento da doença. No contexto da onco-hematologia pediátrica isso é particularmente importante se considerarmos que o tratamento de uma neoplasia pode levar mais de dois anos consecutivos, com uma sucessão de procedimentos médicos invasivos, intercorrências clínicas, episódios de internação e exposição a riscos biológicos (de óbito) e psicossociais (de transtornos de desenvolvimento). No entanto, pouca atenção tem sido dada à capacitação do médico para uso de habilidades eficientes de troca de informações e, ainda, a comunicação direta com a criança não é usual, mas dirigida principalmente aos pais dos pacientes, com tendência de exclusão da mesma às informações de diagnóstico e curso do tratamento. Dados obtidos em serviço ambulatorial de onco-hematologia apontam que o médico dirige-se à criança em apenas uma de cada oito comunicações aos pais e, ainda assim, de cada cinco comunicações à criança apenas 1,5 se refere ao tratamento ou às condições de saúde da mesma. Neste contexto, as oportunidades que o médico disponibiliza às dúvidas dos pais se restringem a temáticas relacionadas a variáveis biológicas e clínicas do tratamento e, geralmente, com questões fechadas. O presente trabalho tem como objetivo discutir os efeitos de duas modalidades de intervenção psicológica, (1) consulta psicopediátrica (CP) e (2) pré-consulta comportamental (PC), sobre o processo de comunicação entre médicos, pacientes e acompanhantes. Na pré-consulta, criança e familiares são entrevistados antes da consulta médica e as informações obtidas atuam como estímulos discriminativos à investigação do médico durante a consulta. Na consulta psicopediátrica, um psicólogo faz intervenções verbais quando episódios de comunicação entre médico, paciente e acompanhante indicam oportunidades de interação e compreensão de conteúdo perdidos. Grupos diferentes de pacientes são expostos às duas modalidades de intervenção. Em ambas, as consultas médicas são gravadas em áudio e registradas: (a) categorias de interação entre médico, paciente e acompanhante; (b) oportunidades de comunicação que o médico utiliza, a partir do relatório de pré-consulta (PC) e das intervenções do psicólogo (CP); e (c) iniciativas de comunicação e perguntas feitas por iniciativa do acompanhante e da criança na consulta, após pré-consulta, e na consulta psicopediátrica. Dados de linha de base, sem intervenção, constituem controle para análise de efeitos de PC e CP. Resultados preliminares apontam maior participação proporcional da criança e dos pais nas consultas, bem como maior uso de questões abertas pelo médico e aproveitamento mais eficiente de oportunidades de comunicação, após PC e CP. Espera-se identificar os efeitos das duas modalidades de intervenção psicológica sobre o processo de comunicação entre médicos, pacientes e acompanhantes, apontando-se eventos que dificultam a comunicação e que devem ser treinados sistematicamente pela equipe médica. Espera-se, ainda, que os dados ajudem a subsidiar um programa de assistência ao paciente e acompanhante que privilegie um sistema de comunicação mais eficiente em termos dos cuidados globais com a saúde.

Palavras-chave: Psico-oncologia, comunicação em saúde, consulta pediátrica.

Nível do trabalho: P

Código da Área: SAU

A PESQUISA COMPORTAMENTAL DE PROCESSOS CULTURAIS E A ANÁLISE DE PROBLEMAS SOCIAIS. *Emmanuel Zagury Tourinho* (Laboratório de Comportamento Social e Seleção Cultural, Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará).

A extensão dos conceitos e métodos empregados na pesquisa básica em Análise do Comportamento para programas de intervenção tem propiciado o desenvolvimento de soluções para os mais diversos problemas humanos, com destaque para as áreas de educação e saúde. Esses programas, como regra, têm focalizado o comportamento individual, com respeito ao qual busca-se uma mudança de probabilidade por meio da manipulação de contingências de reforço das quais muito provavelmente são função. A relevância dessa modalidade de intervenção é indiscutível, seus resultados são incrivelmente positivos e seu potencial ainda está por ser plenamente conhecido e explorado por profissionais da Psicologia e de áreas afins. Para além da intervenção voltada ao comportamento individual, porém, a Análise do Comportamento tem o desafio de analisar e conceber soluções para problemas que envolvem inter-relações complexas entre indivíduos, conformando fenômenos sociais/culturais de difícil abordagem e modificação. O interesse pela solução desses problemas é quase tão antigo quanto a própria Análise do Comportamento, mas programas para a intervenção nesse domínio ainda não existem, em parte porque requerem uma elaboração ainda em construção sobre as unidades de análise e os métodos apropriados. Há pouco mais de duas décadas, o avanço conceitual no exame de processos comportamentais culturais deu um passo importante com as proposições pioneiras de Sigrid Glenn. Há menos de uma década, esse esforço começou a traduzir-se em pesquisas empíricas, que têm reproduzido certos fenômenos sociais/culturais em laboratório, com pequenos grupos (as chamadas “microculturas de laboratório”). Esses estudos têm propiciado a avaliação empírica de possíveis unidades de análise de fenômenos sociais/culturais e métodos para sua investigação. Com isso, alguns fenômenos sociais (passados ou atuais) já têm sido interpretados com os conceitos daí derivados, principalmente: *contingências comportamentais entrelaçadas*, *metacontingências*, *macrocontingências*, *produto cumulativo*, *produto agregado*. Em acordo com o modo causal selecionista da Análise do Comportamento, importa para esses estudos, especialmente, identificar os sistemas de inter-relação entre os comportamentos de membros de um grupo e os processos por meio dos quais a probabilidade de sua recorrência é alterada. O avanço dessa linha de investigações poderá, no futuro, subsidiar programas de intervenção com foco no comportamento de indivíduos em grupo, alargando bastante o escopo das contribuições da Análise do Comportamento à solução de problemas humanos. Por enquanto, porém, essa possibilidade ainda permanece um desafio.

Financiamento: CNPq.

Palavras-chave: comportamento e cultura, seleção cultural, metacontingências.

P

Código da Área: AEC.

PROBLEMAS DE COMPORTAMENTO NA INFÂNCIA: INTERFACES COM PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO E PREVENÇÃO NA ÁREA DE SAÚDE DA CRIANÇA.

PROBLEMAS DE COMPORTAMENTO DE CRIANÇAS NASCIDAS PRÉ-TERMO COM MUITO BAIXO PESO, AOS DOIS ANOS DE VIDA. *Flávia Helena Pereira Padovani, Nathália Oliveira Pinheiro da Silveira, Gimol Benzaquen Perosa e Cristiane Lara Mendes-Chilloff* (Departamento de Neurologia, Psicologia e Psiquiatria, Faculdade de Medicina de Botucatu – Universidade Estadual Paulista, Botucatu – SP)

Estudos recentes sobre o desenvolvimento de crianças prematuras, além de avaliar o desenvolvimento neuropsicomotor, tem mostrado a relevância de se avaliar o comportamento dessas crianças. Alguns estudos, com crianças em idade escolar, mostram que o nascimento prematuro está associado a índices elevados de problemas de comportamento, os quais parecem se manter ao longo do tempo. A detecção precoce desses problemas possibilitaria intervenções, visando o manejo ambiental e/ou práticas familiares educacionais adequados. O presente estudo teve como objetivo avaliar o desenvolvimento neuropsicomotor e o comportamento de crianças nascidas pré-termo de muito baixo peso, aos dois anos de vida. A amostra, de conveniência, foi composta por treze crianças nascidas pré-termo (≤ 37 semanas de idade gestacional) e com muito baixo peso ($\leq 1.500g$), sendo nove meninos e quatro meninas, com idades entre 23 e 24 meses. Durante a consulta de rotina da criança, no ambulatório de *follow-up*, as mães/responsáveis responderam ao *Inventário de Comportamento para as Idades 1½ - 5 anos / Child Behavior Checklist for Ages 1½ - 5 (CBCL)*; as crianças, por sua vez, foram avaliadas por meio da *Escala de Desenvolvimento Infantil Bayley II (BSID-II)*. Em relação ao desenvolvimento neuropsicomotor, verificou-se que todas as crianças apresentaram prejuízos em seu desenvolvimento mental (83,3% significativamente prejudicado e 16,7% moderadamente prejudicado). Na Escala Motora, 33,3% das crianças apresentaram um desempenho dentro da faixa da normalidade. Entre as demais, 41,6% apresentaram um desempenho significativamente prejudicado e 25% apresentaram um desempenho moderadamente prejudicado. Com relação ao comportamento, quatro crianças (30,7%) apresentaram pontuação (T-escore) igual ou acima de 64, que corresponde à classificação “Clínica”, para Problemas Totais no CBCL. Todas as quatro crianças apresentaram pontuação indicativa de classificação “Clínica” no Eixo Externalizante, sendo que a pontuação média para Problemas de Atenção foi de 65,75 (DP = $\pm 2,5$) e para Comportamento Agressivo foi de 66 (DP = $\pm 2,44$). Duas crianças também apresentaram pontuação indicativa de classificação “clínica” no Eixo Internalizante, além de problemas do Eixo Externalizante. Portanto, os resultados indicam um prejuízo para o desenvolvimento neuropsicomotor de crianças nascidas pré-termo e com muito baixo peso, aos dois anos de idade cronológica. Tal prejuízo parece decorrente da condição de vulnerabilidade biológica dessas crianças. Por outro lado, o índice de problemas de comportamento, incluindo o predomínio de problemas externalizantes, encontra-se em acordo com outros estudos com populações de risco biológico e psicossocial. Dessa forma, na avaliação dos problemas de comportamento em crianças vulneráveis do ponto de vista biológico, questiona-se a necessidade de se levar em consideração outros aspectos: aspectos sócio econômicos familiares, o ambiente social inicial, fatores psicológicos maternos, a forma como a

família avalia o comportamento da criança e suas preocupações em relação ao desenvolvimento inicial, e o próprio temperamento da criança.

Apoio: CNPq

Palavras-chave: prematuridade, CBCL, desenvolvimento neuropsicomotor

Nível do Trabalho: P

Código da área: SAU

TEMPERAMENTO E COMPORTAMENTO NO DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS. *Maria Beatriz Martins Linhares, Luciana Cosentino Rocha** e Vivian Caroline Klein* (Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP)

O temperamento pode ser definido como diferenças constitucionais na reatividade e auto-regulação do indivíduo, de acordo com a abordagem de Mary Rothbart. O aspecto constitucional é definido como a composição relativamente biológica do indivíduo influenciada pela hereditariedade, maturação e experiência. A reatividade é definida como a reação do indivíduo a mudanças no ambiente, refletidas nos sistemas somático, endócrino e nervoso autônomo. A auto-regulação, por sua vez, compreende os processos que modulam a reatividade. O ambiente pode influenciar a capacidade de auto-regulação dos indivíduos. Riscos psicossociais, tais como baixo nível educacional dos pais e baixa renda familiar, podem influenciar o temperamento e comportamento de crianças. O temperamento apresenta alta correlação com comportamento e psicopatologias. Em intervenções preventivas na área do desenvolvimento devem levar em conta a organização das dimensões do temperamento da criança e sua relação com o comportamento. Neste simpósio serão apresentados os achados de estudos sobre temperamento e comportamento realizados no *Laboratório de Pesquisa em Prevenção em Problemas de Desenvolvimento e Comportamento da Criança* da FMRP-USP. Os objetivos dos estudos foram: a) verificar as associações entre os fatores e as dimensões do temperamento e variáveis da criança e variáveis sócio-econômicas; b) verificar o efeito do temperamento nos três primeiros anos e das características neonatais no comportamento de crianças na fase pré-escolar. As amostras foram compostas por duas sub-amostras: 59 crianças de 18 a 58 meses, alunos de duas Instituições de Educação Infantil de Ribeirão Preto (SP) e 21 crianças nascidas pré-termo. Para avaliação do temperamento foram utilizados o Early Childhood Behavior Questionnaire (18-36 meses) e o Child Behavior Questionnaire (fase pré-escolar) e para avaliação do comportamento, o Child Behavior Checklist 1^{1/2}-5. Os resultados revelaram que, nas crianças de 18-36 meses, as meninas apresentaram mais alto escore de Medo e as mais velhas, maior escore de Antecipação Positiva. Além disso, quanto mais baixo o nível sócio-econômico da família, maiores escores de Medo, Tristeza, e Ativação Motora e menor escore de Controle Inibitório. Quanto menos escolarizado os pais, menores escores de Ativação Motora e Capacidade de se Acalmar da criança. Altos escores de Aconchego e Prazer de Baixa Intensidade estiveram relacionados às mães que permaneciam mais tempo em casa. Nas crianças de 37-58 meses, quanto mais velhas as crianças, maior Nível de Atividade. Além disso, quanto mais baixo o nível sócio-econômico da família, maior o escore de Desconforto. Maiores escores de Controle com Esforço e Controle Inibitório relacionaram-se com mães que permaneciam mais tempo em casa. Os fatores do temperamento Afeto Negativo e Controle com Esforço, que contribuem para auto-regulação emocional e comportamental no desenvolvimento das crianças, relacionaram-se às variáveis sócio-econômicas das famílias. Além disso, dimensões do temperamento aos três anos de idade, associadas ao peso de nascimento foram preditores do comportamento das crianças na fase pré-escolar. As informações sobre a associação entre características do temperamento de crianças e de variáveis do seu contexto social, assim como a relação entre temperamento e comportamento, podem contribuir para compreender os riscos em potencial, que tornam o indivíduo mais vulnerável em seu desenvolvimento.

Apoio: CNPq; CAPES; FAPESP

Palavras-chave: Temperamento; Comportamento; Desenvolvimento da criança

Nível do Trabalho: P

Código da área: SAU

O PAPEL DOS PROBLEMAS DE COMPORTAMENTO NA QUALIDADE DE VIDA DE CRIANÇAS NASCIDAS DE RISCO, EM IDADE ESCOLAR. *Gimol Benzaquen Perosa, Juliana Aparecida Martini**, Flávia Helena Pereira Padovani e Juliana Lozano Jacia* (Departamento de Neurologia, Psicologia e Psiquiatria, Faculdade de Medicina de Botucatu – Universidade Estadual Paulista, Botucatu – SP)

Nas últimas três décadas, com os avanços técnico-científicos, especialmente da área de Perinatologia, houve uma redução significativa nos índices de mortalidade infantil. Se o investimento crescente, médico e tecnológico, aos recém-nascidos de risco lhes garantiu uma maior sobrevivência, questiona-se se as taxas de sobrevivência são as medidas mais adequadas para refletir a melhoria da saúde dessa população, uma vez que tanto devido a seqüelas do quadro como do tratamento, podem apresentar problemas comportamentais e cognitivos, e, conseqüentemente piores índices de qualidade de vida. Pensando em outros indicadores, a maioria dos estudos centrou-se na avaliação do desempenho cognitivo. Especialmente com relação a prematuros em idade escolar, os resultados são ainda inconclusivos. No entanto, observou-se que as crianças que apresentavam maiores prejuízos adaptativos, não tinham só problemas cognitivos mas, também, de ordem comportamental, com um predomínio de transtornos de déficit de atenção e hiperatividade, que interferiam em sua aprendizagem. Tendo como objetivo avaliar a qualidade de vida de crianças nascidas prematuras quando na idade escolar, assim como na identificação de possíveis fatores de risco e proteção, esta apresentação se focalizará nos resultados de estudos realizados no Ambulatório de Follow-Up da UTI Neonatal da FMB – UNESP. Crianças de 5 a 8 anos, todas nascidas prematuras, foram avaliadas a partir dos testes de inteligência WISC-III ou WIPPSI-R, do Inventário de Problemas de Comportamento em Crianças - CBCL, e de inventário de qualidade de vida específico para prematuros Health Utility Index 3 (HUI 3). Como era esperado, as crianças muito baixo peso (<1000grs) apresentaram pontuações mais baixas de qualidade de vida, pior desenvolvimento cognitivo e problemas comportamentais que as crianças baixo peso (de 1.001 a 1.500grs). O desenvolvimento cognitivo e o comportamento tiveram relação com qualidade de vida: 45% das crianças com pior qualidade de vida apresentaram resultados abaixo da normalidade na avaliação cognitiva em oposição a 31% das crianças com boa qualidade de vida. Com relação ao comportamento 54% das crianças com pior qualidade de vida apresentaram sintomas clínicos no CBCL, em oposição a 25% das crianças com melhor qualidade de vida. Houve também, relação entre as 3 variáveis, isto é, crianças com pior qualidade de vida tinham pior desenvolvimento cognitivo e problemas de comportamento. Frente ao papel que o comportamento desempenhou nestas pesquisas, tanto como fator de risco como de proteção, pretende-se discutir a importância de não restringir as avaliações e intervenções com crianças de risco ao desenvolvimento cognitivo e, principalmente levar em conta a inter-relação entre cognição e comportamento na adaptação dessas crianças ao contexto de aprendizagem escolar.

Apoio: CNPq

Palavras-chave: crianças de risco, qualidade de vida, CBCL, desenvolvimento cognitivo

Nível do Trabalho: P

Código da área: SAU

O ENGAJAMENTO PATERNO: SEU PAPEL NO DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS SAUDÁVEIS E DE RISCO.

PARTICIPAÇÃO E FORMAS DE ENFRENTAMENTO DE PAIS DE CRIANÇAS COM DOENÇAS CRÔNICAS E INTERNAÇÕES POR QUADROS GRAVES. *Gimol Benzaquen Perosa, Isabel de Andrade Amato e Priscila Moreci Ranzani* (Departamento de Neurologia, Psicologia e Psiquiatria, Faculdade de Medicina de Botucatu – Universidade Estadual Paulista, Botucatu – SP)

O nascimento prematuro, as malformações, assim como as doenças crônicas e as múltiplas internações na infância, se constituem em fatores de risco para o desenvolvimento e adaptação da criança. Essas condições não interferem apenas na qualidade de vida da criança, mas atingem, também, as relações e qualidade de vida dos pais, com constantes visitas ao médico, medicações e hospitalizações, sendo, muitas vezes, fonte de brigas entre o casal e acarretando hostilidade em relação à criança. Há indícios de que a mediação da família na forma de perceber e manejar a doença é um fator de peso na adesão ao tratamento e na adaptação dessas crianças, que facilitam o enfrentamento de situações adversas. Além dos benefícios à criança, o cuidado compartilhado pelos familiares ajuda a aliviar a carga de angústia dos familiares. Neste simpósio pretende-se apresentar os resultados de 2 pesquisas a respeito das estratégias de enfrentamento que os pais utilizavam para lidar com a doença e com a internação do filho e os papéis que assumiam frente à criança doente e à comunicação com os profissionais de saúde. A primeira pesquisa, desenvolvida no ambulatório de doenças pulmonares, avaliou a qualidade de vida e as estratégias de enfrentamento de pais cujos filhos eram em sua maioria, asmáticos graves, a partir do Pediatric Asthma Quality of life Questionnaire (PAQLQ) e da Escala de Enfrentamento de Problemas (EMEP). O segundo trabalho, realizado na enfermaria de Pediatria, com metodologia qualitativa, entrevistou pais de crianças internadas com neoplasia graves. Os resultados mostraram que, tanto frente a crianças ambulatoriais quanto internadas, as estratégias de enfrentamento mais utilizadas pelas mães eram focalizadas no problema: as mães iam atrás de informações sobre o quadro e suas conseqüências, providenciavam ajudas ou sugeriam alternativas de execução. Frente a estágios mais avançados da doença, de forma significativa, as mães se percebiam impotentes e recorriam à busca de práticas religiosas e estratégias de enfrentamento emocionais, de pouca resolutividade, mas que aliviavam seus sofrimento. Em ambos os casos, as mães foram as principais interlocutoras no processo de comunicação com a equipe de saúde, repassando à criança e à família as informações dadas pelos médicos. Na enfermaria, apesar do pai estar mais presente que no ambulatório, ele era colocado e assumia uma posição secundária com relação à criança internada, ficando responsável pelo suporte financeiro e cuidados dos outros filhos. Frente às novas configurações familiares e aos papéis atribuídos a mulheres e homens na família, pretende-se discutir se houve repercussão dessas mudanças na participação do pai de crianças doentes e formas de aumentar sua integração quando o filho é portador de doenças crônicas e internações por quadros graves.

Apoio: FAPESP

Palavras-chave: criança doente, enfrentamento, engajamento paterno

Nível do Trabalho: outro

Código da área: SAUDE

A RELAÇÃO ENTRE ENGAJAMENTO PATERNO E COMPORTAMENTO AGRESSIVO PERSISTENTE EM PRÉ-ESCOLARES. *Maria Aparecida Crepaldi* (Laboratório de Pesquisa em Família, Saúde e Comunidade, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC) e *Lauren Beltrão Gomes*** (Laboratório de Pesquisa em Família, Saúde e Comunidade, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC)

A violência constitui-se em um dos principais problemas de saúde pública do mundo, sobretudo no que se refere à saúde de crianças e adolescentes. Considerando-se a tendência de que o comportamento agressivo infantil se mantenha na idade adulta e de que possa ser expresso através de atos de violência, faz-se relevante a identificação das origens da agressividade, bem como dos fatores relacionados ao seu desenvolvimento. Visto que o engajamento paterno tem sido apontado como um importante fator de influência na regulação do comportamento agressivo infantil, objetivou-se investigar a relação entre engajamento paterno e agressividade em crianças de quatro a seis anos de idade. A pesquisa transversal, descritiva e exploratória usou delineamento quantitativo e os seguintes instrumentos: Questionário Sociodemográfico, Questionário de Engajamento Paterno (QEP), Inventário do Comportamento Infantil (TRF) e Escala de Comportamento Social do Pré-escolar (PSBS-T). Responderam aos questionários 50 pais, que constituíam família biparental e que residiam com o filho, e 26 educadoras. As crianças foram recrutadas a partir de treze instituições de educação infantil de Santa Catarina. O tratamento dos dados envolveu análise descritiva e relacional por meio do programa *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS). Constatou-se que o pai está engajado no cuidado com os filhos, mas apresenta variações no nível de engajamento, de acordo com dimensões específicas, sendo que participa mais de atividades de suporte emocional, disciplina e jogos físicos do que de atividades que envolvem cuidados básicos, abertura ao mundo, evocações e tarefas de casa. Tais dados indicam que a paternidade passa por um período de transição no qual se mesclam o modelo tradicional e o contemporâneo. Fundamentando-se na Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, segundo a qual, dentro do contexto familiar, a qualidade das díades exerce influência significativa no desenvolvimento, hipotetizou-se que a relação de maior engajamento do pai com seu filho contribuiria para a resolução positiva da agressividade infantil e, ao contrário, que o baixo engajamento da díade prejudicaria o processo de socialização da agressividade. Os resultados mostraram que quanto mais o pai se engaja em atividades de cuidados básicos e de tarefas de casa, sua criança apresenta menos problemas externalizantes. Ficou prejudicada a análise das repercussões, para o desenvolvimento infantil, de contextos de baixo engajamento paterno em função da constatação de índices altos de engajamento paterno e de comportamento pró-social entre as crianças. Embora exista o reconhecimento da importância da figura do pai tanto para o desenvolvimento infantil saudável quanto para as relações familiares, o pai real ainda não corresponde ao que se espera dele. Portanto, conclui-se que políticas e programas de apoio ao envolvimento paterno são essenciais para a transformação e consolidação da responsabilidade masculina com relação aos filhos e para a prevenção da agressividade persistente. Cabe ressaltar que este estudo se propôs a focar a díade pai-criança no contexto familiar, embora se reconheça a existência de inúmeras variáveis intervenientes quando se pesquisa a relação entre família e desenvolvimento infantil.

Apoio financeiro: Sem apoio

Palavras-chave: engajamento paterno; agressividade infantil; crianças pré-escolares.

Nível do trabalho: M (mestrado)

Código área da psicologia :SAUDE

INTERVENÇÕES PSICOLÓGICAS E A MALFORMAÇÃO CONGÊNITA NA INFÂNCIA: UMA REVISÃO CRÍTICA DA LITERATURA. Alice Maggi (Curso de Psicologia, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, RS)

O nascimento de uma criança com malformação congênita exige especialmente dos pais, uma reorganização psíquica no sentido de viabilizar da melhor maneira os primeiros anos de vida da criança. São reconhecidas as possíveis reações, favoráveis ou não, nesse período que protegem ou desamparam o recém-nascido. O profissional da psicologia pode contribuir nas práticas ambulatoriais e/ou hospitalares, desde que tenha clareza das múltiplas opções de abordagem - individuais, grupais, familiares, entre outras. Para ter uma visão geral de como esse problema vinha sendo abordado na literatura, foi realizada pesquisa bibliográfica em bases de dados nacionais e internacionais em que foram definidos os descritores: psicologia, malformação e intervenções psicológicas. Previenciou-se na análise do conjunto dos artigos o tipo de malformação-congênita, o público-alvo: pais e/ou crianças, a descrição da abordagem utilizada e os resultados encontrados. Foram identificados e analisados 85 artigos na literatura nacional. Na literatura internacional foram identificados 74 artigos merecendo destaque o fato de contemplar em detalhes distintos grupos de patologias das crianças, numa perspectiva, mais abrangente. Por consequência, as sugestões de abordagens psicoterapêuticas também seguem tal tendência, mantendo linhas comuns a todas as patologias e particularizando diante da gravidade ou não de algumas delas. Os resultados deste estudo contribuíram para sinalizar as potencialidades em termos de planejamento de novas intervenções psicológicas quando está presente a malformação congênita em uma criança. Os resultados refletiram, também, a multiplicidade de abordagens metodológicas propostas em investigações em Psicologia contemplando estudos experimentais com grupos controle e estudos de caso. Entre as metodologias qualitativas merece destaque a adoção da *ground theory* em que os dados são analisados paralelamente à coleta o que agiliza, de alguma maneira o fluxo da pesquisa, principalmente porque se tratam de patologias obrigatoriamente em serviços de saúde. A maioria dos trabalhos reforça a necessidade de intervenções precoces, como psicoterapia para pais-bebês, focalizando muito mais os processos em relação à criança do que entre o casal. Mesmo com a forte tendência dos artigos brasileiros sublinharem a questão da clínica ampliada e abordagens alternativas, persistem as orientações convencionais diante da conflitiva precoce que se estabelece a partir do nascimento de uma criança com malformação.

Apoio: Universidade de Caxias do Sul

Palavras-chave: psicologia; malformação; intervenções psicológicas

Pesquisador – P

Nível do Trabalho: outro

Código da área: SAUDE

PROCEDIMENTOS QUE FACILITAM A AQUISIÇÃO DE RELAÇÕES CONDICIONAIS.

CLASSES DE EQUIVALÊNCIA AVALIADAS VIA PROCEDIMENTO GO/NO-GO COM ESTÍMULOS COMPOSTOS APÓS REVERSÕES DE DISCRIMINAÇÕES SIMPLES. *Daniela de Souza Canovas** e Paula Debert*
(Programa de Pós-Graduação em Psicologia Experimental, Universidade de São Paulo, São Paulo - SP, INCT-ECCE)

Para se avaliar se classes funcionais podem resultar em classes de equivalência é necessário realizar testes de relações condicionais emergentes entre os membros de classes funcionais previamente estabelecidas. O procedimento de reversões de discriminações simples para estabelecer classes funcionais pode reforçar a seqüência de respostas exigida nos testes de relações condicionais emergentes com o procedimento de emparelhamento com o modelo (MTS). O objetivo do presente estudo foi avaliar se classes funcionais, estabelecidas por meio de discriminações simples e reversões repetidas, resultarão na formação de classes de equivalência, avaliadas em testes com o procedimento *go/no-go* com estímulos compostos. A seqüência de respostas exigida nos testes via procedimento *go/no-go* com estímulos compostos é diferente daquela reforçada ao longo do treino de reversões de discriminações simples. Quatro adultos foram expostos ao treino de três discriminações simples sucessivas (A1/A2, B1/B2 e C1/C2) e suas reversões, por meio do procedimento *go/no-go*. Os estímulos A1, B1 e C1 exerceram função de S+ na linha de base inicial. Após a aprendizagem dessas discriminações, foram realizadas reversões repetidas das contingências, em que os estímulos com função de S+ da fase anterior passaram a funcionar como S- e vice versa. Durante testes de relações condicionais emergentes, os estímulos compostos apresentados foram B1A1, B2A2, C1B1, C2B2, A1C1, A2C2, C1A1 e C2A2 (compostos “corretos”) e B1A2, B2A1, C1B2, C2B1, A1C2, A2C1, C1A2 e C2A1 (compostos “incorretos”). Nas sessões de teste cada estímulo composto era sucessivamente apresentado por 8 s. Os resultados indicaram que os quatro participantes formaram classes funcionais. Três dos participantes apresentaram emergências de todas as relações condicionais avaliadas, resultados indicativos de formação de classes de equivalência. Os resultados indicaram que o procedimento de reversões de discriminações simples produziu classes funcionais e também classes de equivalência.

Bolsa de Doutorado Fapesp para a primeira autora.

Financiamento CNPq e FAPESP (para o INCT sobre Comportamento, Cognição e Ensino)

Palavras-chave: classes funcionais, classes de equivalência, discriminação simples.

M

AEC

CONTROLES DISCRIMINATIVOS SIMPLES EM DISCRIMINAÇÕES CONDICIONAIS COM PALAVRAS IMPRESSAS E FALADAS COMO ESTÍMULOS. *Marcelo Frota Lobato Benvenuti, Thiago de Barros** e Elenice Seixas Hanna* (Universidade de Brasília, Brasília, DF)

Relações entre palavras impressas e palavras faladas podem ser ensinadas pelo procedimento de pareamento de acordo com o modelo (MTS, do inglês *matching to sample*). Esse procedimento, contudo, nem sempre garante controle de todos os elementos dos estímulos utilizados. Controle parcial ou restrito é especialmente provável em relação ao controle exercido pelos estímulos visuais. Nesse caso, procedimentos complementares ou alternativos ao MTS são necessários. O presente estudo compara dois procedimentos para isso. No primeiro deles, procedimento de observação diferencial, três crianças trabalharam em uma tarefa de MTS auditivo visual em que palavras faladas eram utilizadas como estímulos modelo e palavras impressas utilizadas como estímulos de comparação. Os estímulos de comparação incorretos eram palavras com diferenças múltiplas ou críticas em relação ao modelo. Em uma tentativa com a palavra SOU como modelo, por exemplo, os estímulos de comparações poderiam ser SOU, VOU e MOU (tentativa com comparações com diferenças críticas) ou SOU, LER e CAI (tentativa com comparações com diferenças múltiplas). Nas sessões com os estímulos comparação com diferenças críticas, usualmente pior em relação ao observado na condição com comparações com diferenças múltiplas, o desempenho das crianças foi facilitado quando eram introduzidas tentativas em que a criança deveria responder ao elemento crítico (uma letra S, por exemplo) em uma tentativa de MTS de identidade, antes da tentativa com as palavras faladas e impressas. Os resultados desse procedimento, contudo, não foram claros e sistemáticos entre as crianças durante a vigência do procedimento de observação ou com o retorno à condição anterior de MTS auditivo visual. No segundo procedimento, com outras oito crianças, foram realizados treinos de discriminações simples envolvendo palavras e pseudopalavras impressas antes de um treino de MTS auditivo visual (treino que por sua vez contou com palavras utilizadas no treino anterior e novas palavras. Cinco participantes aprenderam as três discriminações simples previstas, com o auxílio de procedimentos corretivos. No treino de MTS auditivo visual, as relações condicionais (palavra falada – palavra impressa) envolvendo as palavras impressas treinadas previamente foram aprendidas mais rapidamente por 3 dos 5 participantes. Uma comparação dos resultados dos dois procedimentos sugerem que desempenho em discriminações condicionais depende de controles discriminativos simples exercidos pelos estímulos utilizados no procedimento de MTS. Esses controles simples podem ser mais facilmente estabelecidos com treino específico prévio para esse fim, tal como foi realizado no segundo procedimento com oito crianças. O treino discriminativo mais adequado para esse fim, contudo, não deve gerar controle de estímulos incompatível com o que é exigido na discriminação condicional.

Apoio: CAPES/PRODOC, Bolsa CAPES de Mestrado e Bolsa de Produtividade CNPq
Palavras-chave: discriminação condicional, discriminação simples, palavras

AEC

AQUISIÇÃO DE DISCRIMINAÇÕES CONDICIONAIS BASEADA NA SIMILARIDADE FÍSICA ENTRE ESTÍMULOS VISUAIS EM UM CÃO DACHSHOUND. *Edson Massayuki Huziwaru, Tathianna Amorim Souza Montagnoli** e Deisy das Graças de Souza* (Laboratório de Psicologia da Aprendizagem, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP).

Homens e cães convivem em sociedade e partilham ambientes consideravelmente similares desde a remota era Paleolítica. Apesar dessa longa história de convivência, somente nos últimos 20 anos ocorreu uma produção substancial e sistemática de pesquisas sobre os cães domesticados. Esses estudos têm descrito as habilidades comportamentais de cães em diversos contextos, assim como investigado alguns processos psicológicos apresentados por esses sujeitos que seriam análogos àqueles geralmente descritos em humanos. A aquisição de discriminações condicionais em cães foi descrita em estudos nos quais as chamadas *retrieval tasks* foram utilizadas. Nessas tarefas, os sujeitos eram requisitados a buscar diferentes estímulos visuais especificados por comandos verbais (p. ex., o cão deveria trazer o objeto correspondente diante do comando verbal “dá-me o osso”). O objetivo principal do presente experimento foi instalar repertórios de discriminação condicional com base na similaridade física entre estímulos visuais (*identity matching to sample*). O sujeito, uma fêmea da raça *dachshund* de aproximadamente cinco anos de idade, foi requisitada a focinhar os estímulos visuais que eram apresentados em uma tela de computador sensível ao toque. Dois diferentes procedimentos de ensino foram utilizados para tal finalidade. A saber, o procedimento de introdução gradual do S⁻ (*fading in*) e o procedimento de treino bloqueado com estímulos distratores que exerciam a função de comparação incorreto nas tarefas de *matching to sample*. A análise dos resultados permitiu observar que o sujeito obteve melhor desempenho nas sessões em que o procedimento de treino bloqueado com estímulos distratores foi utilizado. Apesar do aparente sucesso na aquisição de discriminações condicionais controladas pela similaridade física entre os estímulos, a retirada dos distratores das tentativas de treino evidenciou que o responder emitido pelo sujeito estava sob controle de discriminações simples. Os resultados obtidos no presente experimento evidenciam que quando um procedimento de treino permite mais de uma base para a emissão da escolha correta, o aspecto de procedimento que efetivamente adquire o controle sobre o responder do sujeito pode ser impossível de ser identificado a partir da simples análise das topografias de respostas.

Apoio Financeiro: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

Palavras-chave: Controle por identidade, Topografia de resposta e topografia de controle, cães.

Pós-doutorado – PD

AEC

REVISÕES SISTEMÁTICAS DE LITERATURA EM PSICOLOGIA COGNITIVA: ESTUDOS SOBRE REPRESENTAÇÃO MENTAL, PERCEPÇÃO DE FACES E DISTORÇÕES MNEMÔNICAS.

FALSAS MEMÓRIAS: UM FENÔMENO DE LABORATÓRIO OU DE VIDA COTIDIANA? *Carmem Beatriz Neufeld* (Coordenadora do Laboratório de Pesquisa e Intervenção Cognitivo-Comportamental – LaPICC, Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Departamento de Psicologia - DP da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - FFCLRP da Universidade de São Paulo - USP).

No que tange a memória, as falsas memórias são as recordações de situações, eventos que na realidade não ocorreram. Visto que o processo de recuperação da memória envolve voltar mentalmente e reviver a experiência, durante essa recuperação podem ocorrer erros, não sendo recordadas exatamente como aconteceram. Desde o início da década de 90 pesquisadores vêm estudando sistematicamente os processos de distorção da memória. Dentre esses estudos, alguns pesquisadores acreditam que as falsas memórias ocorreriam apenas para fatos periféricos da vida das pessoas, com isso, tarefas fáceis não utilizariam recursos atencionais suficientes para serem memoráveis, gerando assim um decréscimo na acurácia da memória para eventos cotidianos e menos importantes. Esses autores acreditam também que a sugestão de informações falsas não ocorreria para a memória de eventos que realmente foram vivenciados, as memórias relacionadas a situações traumáticas ou emocionalmente carregadas estariam imunes a tais erros. No entanto, estudos recentes têm indicado que tais premissas não são necessariamente verdadeiras. O presente trabalho visa apresentar uma revisão da literatura sobre os estudos de distorções mnemônicas com intuito de apresentar o estado da arte na literatura internacional, bem como a produção científica no Brasil. Para tanto, serão apresentados os dados de pesquisas que demonstram de forma contundente a ocorrência das falsas memórias em diferentes contextos e com o uso de diferentes procedimentos experimentais. Estudos com maior validade ecológica serão contrapostos aos estudos de laboratório no intuito de demonstrar a abrangência do fenômeno e as diferentes formas utilizadas para testá-lo. Será ressaltado, igualmente, que ao contrário do que se poderia hipotetizar, as falsas memórias são lembranças vívidas de eventos que na realidade não aconteceram e são frutos do funcionamento normal, não patológico, da memória. Nesse sentido, os estudos sobre características de personalidade serão retomados e dados como o fato do nível de desajustamento e instabilidade emocional, interferirem para um maior número de falsas memórias, serão discutidos. Adicionalmente, as implicações para a prática dos psicólogos serão discutidas. Por exemplo, na psicologia clínica, as sessões terapêuticas giram em torno de experiências emocionalmente significativas vivenciadas pelo paciente, contendo diversos casos relatados na literatura de recuperação errônea de lembranças baseadas em procedimentos de psicoterapia, o que tem tornado o fenômeno das falsas memórias alvo de preocupação de terapeutas e pesquisadores no assunto. No que tange à psicologia jurídica, as implicações para a psicologia do testemunho serão mencionadas, bem como os dados da literatura sobre como minimizar as distorções mnemônicas em contextos de entrevistas serão apresentados. O trabalho será concluído apresentando os estudos sobre falsas memórias em população clínica, ressaltando a necessidade de serem realizados mais estudos sobre este fenômeno nesta população.

Apoio financeiro: FAPESP

Palavras chaves: falsas memórias, implicações práticas, revisão da literatura.

Pesquisador – P

Código: COG

REPRESENTAÇÃO MENTAL NA PSICOLOGIA COGNITIVA: CONTRIBUIÇÕES DA FILOSOFIA DA MENTE. *Ederaldo José Lopes e Leonardo Lana de Carvalho* (Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG).

Desde que Paivio publicou seu livro *Imagery and verbal processes*, em 1971, a psicologia cognitiva experimental foi marcada por um intenso debate sobre a natureza da representação mental. Fundamentalmente o debate foi inspirado pela polarização entre representações imagéticas, pictóricas ou analógicas (na visão de Paivio) e a visão de que as representações são de natureza proposicional (visão defendida, sobretudo, por Pylyshyn). Esta última tendência é coerente com a visão simbólica tradicional, em que as representações são essencialmente computações ou manipulações simbólicas. Essa visão pode ser chamada de Teoria Computacional da Mente (TCM). Tendo como base a noção de representação em seu sentido clássico, este trabalho teve como objetivo analisar a literatura na filosofia da mente para verificar as contribuições que essa área poderia oferecer para o entendimento da questão abordada no cenário da psicologia cognitiva experimental. O trabalho bibliográfico baseou-se em 30 livros da área de filosofia da mente, ciências cognitivas e psicologia cognitiva, abordando autores clássicos estrangeiros, tais como Dennett, Searle, Fodor, Paivio, Pylyshyn e o principal autor brasileiro na área da filosofia da mente no Brasil, João de Fernandes Teixeira. Os resultados mostram que o debate no seio da psicologia cognitiva é bastante restrito ao formato dos códigos representacionais, baseados em trabalhos experimentais sobre imaginação mental (p. ex. rotação mental), mas nenhuma conclusão pôde ser tirada sobre a natureza das representações. Assim, o problema da representação pode interpretado sob uma perspectiva funcionalista dentro da filosofia da mente, para a qual as representações são estados e processos funcionais de algum sistema físico (orgânico ou não). Esses estados podem ser identificados por seu papel causal no comportamento. O Funcionalismo, desse modo, está mais preocupado com o que o sistema faz e não com o que ele é e, nessa perspectiva, ele representa uma filosofia adequada para a psicologia cognitiva que, desde seus primórdios, não fez alianças com uma abordagem neural dos estados mentais, mas manteve-se aliada a uma visão dualista metodológica, não cartesiana. Em termos gerais, pode-se concluir também que as visões conexionistas e dinamicistas apresentam-se como alternativas a esse debate restrito da psicologia cognitiva, de modo que o desenvolvimento da computação, das neurociências, da robótica e, sobretudo da colocação devida da noção de ambiente nessa discussão enriqueceu a visão tradicional de representação da década de 1970. Pode-se concluir que os estudos das representações mentais na filosofia da mente expandem a velha controvérsia analógico/proposicional, abrindo espaço para noções de superveniência e emergência, permitindo a continuidade do uso do método experimental e, sobretudo, evitando o perigoso reducionismo psiconeural.

FAPEMIG

Palavras-chave: Representação mental, filosofia da mente, psicologia cognitiva

PD

COG

PERCEPÇÃO E RECONHECIMENTO DE FACES: UMA REVISÃO TEÓRICA. *Ana Irene Fonseca Mendes e Sérgio Sheiji Fukusima* (Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto- USP, Ribeirão Preto-SP).

A face humana é uma das mais importantes chaves do reconhecimento de indivíduos. Além disso, outras informações que permeiam nossas relações interpessoais podem ser encontradas na face. Com essas informações podemos inferir sentimentos e estados de espírito e regular nossas interações sociais através de contato visual e expressões faciais, e identificar e categorizar pessoas de acordo com sua idade e sexo. Percepção e reconhecimento de faces é um vasto campo de investigação que tem despertado interesse de profissionais das mais diversas áreas como psicologia, computação, antropologia, biologia, neurociências. Suas aplicações são igualmente amplas e interessam, além das teorias em psicologia, ao sistema forense (principalmente quando se faz retrato-falado e na tarefa de identificação do infrator); aos sistemas biomecânicos de identificação para proteção de companhias, organizações e países. Embora os relatos de pesquisas científicas sobre percepção e reconhecimento de faces em periódicos acadêmicos internacionais em psicologia sejam abundantes, as pesquisas sobre este tema no Brasil ainda são escassas e esporádicas. A presente revisão teórica é apresentada com o intuito de incentivar novas pesquisas sobre esse tema no país. Os temas abordados nesta revisão são a neurobiologia e os modelos para o reconhecimento de face humana. Os resultados apontam que os principais achados em neurobiologia do reconhecimento de faces são provenientes de estudos com lesões cerebrais e, mais recentemente, de estudos com neuro-imagem. Estes estudos demonstram o envolvimento do hemisfério direito no reconhecimento de faces. Ainda sobre os achados de neurobiologia, temos que uma lesão cerebral no lobo temporal direito, principalmente quando próxima à linha medial do cérebro no giro fusiforme, leva a uma incapacidade de reconhecer faces — denominada prosopagnosia — entretanto, a capacidade de reconhecer objetos e partes de faces é preservada. Em pessoas normais, encontrou-se ativação significativamente maior de neurônios na área do giro fusiforme — denominada *fusiform face area* — quando as pessoas viam faces do que quando viam objetos não-faces, evidenciando que esta área está relacionada com o processamento de imagens faciais e não de outros objetos. Os modelos de processamento da informação para reconhecimento de faces focam sobre a relevância do processamento dos elementos faciais de forma isolada, das relações espaciais entre esses elementos e da face como um todo para o reconhecimento de faces. E ainda, se a percepção de faces se dá de forma holística ou componencial. Além disso, alguns outros modelos abordam como os elementos faciais são codificados e arquivados em memória, como por exemplo a hipótese do protótipo, a hipótese da peculiaridade e o efeito da caricatura para o reconhecimento de faces.

Apoio financeiro: CNPq e CAPES

Palavras-chave: Reconhecimento de Faces, Percepção de Faces

D

Código da Área: COG

TÉCNICAS DE INTERVENÇÃO EM TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL: CONCEITUALIZAÇÃO COGNITIVA, DESSENSIBILIZAÇÃO E ECONOMIA DE FICHAS.

O USO DA TÉCNICA DE ECONOMIA DE FICHAS NA TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL. *Ana Irene Fonseca Mendes* (Laboratório de Pesquisa e Intervenção Cognitivo-Comportamental – LaPICC – Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo - USP).

A Terapia Cognitivo-Comportamental – TCC – é uma intervenção psicoterápica breve e focada no presente cuja teoria pressupõe que pensamento, emoção e comportamento são interrelacionados. Desta forma, sua técnica propõe intervenções tanto em pensamento quanto em emoção e comportamento, constituindo uma integração de conceitos e técnicas cognitivas e comportamentais. Uma das intervenções comportamentais mais utilizadas, tanto por terapeutas cognitivo-comportamentais quanto por analistas do comportamento, é a técnica de economia de fichas. Esta foi introduzida em ambiente psiquiátrico em meados de 1960 com o nome de *Token Economy*. De lá pra cá, a técnica vem sendo amplamente testada e utilizada com várias demandas, como psicoterápicas e socioeducativas, em nos mais diferentes ambientes tais como ambientes organizacionais, educacionais, familiares, hospitalares e na clínica psicoterápica. Ela é considerada uma intervenção motivacional que se aplica com a finalidade de modificar comportamentos específicos e melhorar a adaptação com o ambiente. A economia de fichas baseia-se na Lei do Efeito e no princípio do condicionamento operante em que a probabilidade de ocorrência de um comportamento aumenta quando consequências favoráveis são apresentadas imediatamente após sua emissão. Um dos aspectos mais interessantes da técnica é seu sistema de reforçamento, no qual a ocorrência de um comportamento desejado ou a ausência de um comportamento problemático se mantém pela reforço através de fichas (ou qualquer outro símbolo) que podem ser periodicamente trocadas por outros reforçadores. Estas fichas tornam-se portanto, reforçadores condicionados. A vantagem de se utilizar fichas é que estas podem ser apresentadas assim que o comportamento é emitido, garantindo portanto, a contingência do reforçamento. Para garantir a eficácia da técnica algumas premissas devem ser seguidas. Primeiramente deve-se estabelecer quais os comportamentos a serem modificados e descrevê-lo de maneira clara e precisa, a fim de se evitar interpretações ambíguas. Os objetivos de mudanças de comportamento devem ser traçados de maneira objetiva e realista. Para estabelecimento dos reforçadores e garantir que estes serão eficazes e correspondem às necessidades do indivíduo, aconselha-se fazer um seguimento sistemático do modo de vida do indivíduo, seus costumes e rotinas. A fim de se prevenir a saciedade ao estímulo, sugere-se que os reforçadores sejam utilizados esporadicamente ou que seu acesso seja limitado, ou ainda, que a lista de reforçadores seja frequentemente reavaliada e modificada. A principal vantagem do uso da técnica de economia de fichas é que esta pode alterar várias classes de comportando utilizando-se apenas um reforçador condicionado e, além disso, possibilita a formação de cadeias de resposta. Para uma aplicação eficaz desta intervenção psicoterápica pressupõe-se uma base sólida de conhecimento da teoria subjacente e um treino prévio. O trabalho será concluído abordando-se os desafios da aplicação da técnica de economia de fichas para os transtornos disruptivos da infância e adolescência e como esta pode ser aplicada no contexto clínico, escolar e familiar.

Palavras-chave: Economia de fichas; Técnicas em Terapia Cognitivo-Comportamental;
Formação de psicoterapeutas.
Nível do Trabalho: P

Código da área: CLIN

PROPOSTA DE SISTEMATIZAÇÃO DA CONCEITUALIZAÇÃO COGNITIVA DE CASO: UMA TÉCNICA DE AVALIAÇÃO E INTERVENÇÃO EM TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL. *Carmem Beatriz Neufeld* (Coordenadora do Laboratório de Pesquisa e Intervenção Cognitivo-Comportamental – LaPICC, Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Departamento de Psicologia - DP da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - FFCLRP da Universidade de São Paulo - USP).

A Terapia Cognitivo-Comportamental é uma abordagem de intervenção psicoterápica considerada breve, com enfoque no presente e que preconiza a interrelação entre pensamento, emoção e comportamento. Neste sentido, não são os eventos que determinam nossas reações, funcionais ou disfuncionais, e sim a interpretação que fazemos dos eventos que afetam nosso humor e nosso comportamento. Proposta inicialmente por Aaron Beck como intervenção para pacientes deprimidos, esta abordagem psicoterápica tem sido vastamente aplicada atualmente em uma gama de transtornos e sintomatologias. Os resultados contundentes apontados na literatura têm contribuído para sua disseminação nos mais diversos países e para os mais diversos tipos de demanda clínica. Caracteriza-se por ser uma intervenção de prazo determinado, baseada em evidências e em resultados passíveis de teste e replicação, bem como por privilegiar a prevenção de recaída. Apesar de sua técnica propor intervenções tanto no pensamento, quanto na emoção e no comportamento, a teoria baseia-se na premissa de que a cognição faz a mediação entre o afeto e o comportamento, preconizando, portanto, que a intervenção na cognição é a responsável pela manutenção do processo de mudança do ser humano. Esta cognição encontra-se organizada em um sistema de crenças que pode ser conhecido e acessado e que se manifesta através dos pensamentos automáticos, da emoção e do comportamento que ocorrem após determinada situação. Considerando tal premissa, o maior desafio do clínico é compreender como funciona o sistema de crenças, e quais as manifestações mais comuns que podem ser observadas no paciente. O presente trabalho tem como objetivo, apresentar uma proposta de sistematização da construção colaborativa da conceitualização cognitiva de caso entre o terapeuta e o paciente. A conceitualização cognitiva é uma técnica de compreensão do caso e de adesão ao tratamento por parte do cliente. Na Terapia Cognitivo-Comportamental, conceitualizar o caso significa traçar um panorama de como o paciente funciona e a partir disso, propor a forma mais eficaz de intervenção. A aplicação correta desse recurso psicoterápico pressupõe, além do domínio da técnica, uma base sólida de conhecimento dos pressupostos e da teoria subjacente. Nesse sentido, esta técnica pode ser considerada um dos maiores desafios para terapeutas iniciantes. Para tanto, serão apresentados algumas etapas propostas pela autora, com base na literatura e na prática de supervisão de terapeutas cognitivo-comportamentais, para o processo de enquadre cognitivo do caso. As premissas para a construção da conceitualização cognitiva, o Diagrama de Conceitualização Cognitiva e o Mapa de situações por áreas da vida do paciente serão apresentados e discutidos. O trabalho concluirá abordando os desafios da conceitualização na prática clínica em diferentes demandas psicoterápicas.

Palavras-chave: Conceitualização cognitiva; Terapia Cognitivo-Comportamental; Formação de psicoterapeutas.

Nível do Trabalho: P

Código da área: CLIN

CONCEITUAÇÃO E PRÁTICA DAS TÉCNICAS DE DESSENSIBILIZAÇÃO.

Renata Panico Gorayeb (Divisão de Psicologia do Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo)

Dentre as técnicas específicas de TCC utilizadas no contexto da saúde, especialmente no contexto hospitalar, as dessensibilizações são umas das mais importantes. Durante a internação e o tratamento clínico, o paciente é exposto a diversos procedimentos e/ou tratamentos que lhe são ansiógenos, gerando muitas vezes uma dificuldade ou impossibilidade no enfrentamento do mesmo. Para que tal procedimento ou tratamento, usualmente necessário e intransferível seja realizado, o terapeuta pode se utilizar das técnicas de dessensibilização que visam expor o ao estímulo aversivo de forma gradativa e progressiva, através de atividades que produzam sentimentos antagônicos à ansiedade, a qual busca-se que o mesmo aprenda a superar. Dentre as técnicas de dessensibilização conhecidas, as mais utilizadas são; 1) a Dessensibilização Sistemática, desenvolvida por Wolpe, que implica no aprendizado, em situação clínica reservada, de um nível de relaxamento frente a um estímulo aversivo significativamente pequeno. Este relaxamento, por suposição, é antagônico às respostas de ansiedade anteriores. Este aprendizado de superação de pequenas doses de ansiedade, leva o paciente à crença de que ele tem o controle de sua ansiedade. Desta forma, quanto o paciente aprende a superar pequenos níveis de ansiedade, ele pode ser levado ao próximo nível de estímulos ansiogênicos, e assim progressiva e gradativamente o paciente aprende a superar sua ansiedade frente aos procedimentos, permitindo que os mesmos sejam realizados. Os estímulos ansiógenos que assim foram dessensibilizados, tendem a ser generalizados para outros procedimentos necessários ao tratamento ou mesmo para a vida do paciente. 2) a Dessensibilização ao Vivo, é também frequentemente utilizada no contexto da saúde, dado que muitas vezes o estímulo aversivo encontra-se presente na rotina e no ambiente do paciente. Esta se refere ao mesmo procedimento usado no âmbito simbólico (lúdico ou imaginário) na dessensibilização sistemática, porém com exposição de estímulos reais do ambiente. Neste caso o terapeuta orienta e acompanha o paciente à exposição também progressiva e gradativa de situações geradoras de ansiedade no ambiente onde estas situações ocorrem, garantindo sempre com este que o estado de relaxamento, seja superior à ansiedade eliciada. 3) a Dessensibilização Auto-Administrada implica em instrumentalizar o paciente com treinos de relaxamento, que possam ser realizados sem o terapeuta, onde o mesmo possa apresentar a si mesmo, estando em profundo estado de relaxamento, estímulos aversivos a serem imaginados de situações fóbicas e somente passar para o próximo nível na hierarquia da ansiedade, quando sua resposta ao nível anterior for de adaptação plena. Em todos os modelos de dessensibilização, o paciente é incentivado a observar e registrar os estímulos que percebe como geradores de ansiedade e trabalhar terapeuticamente cada um deles com o profissional, de forma que suas exposição aos estímulos aversivos sejam sempre graduais, e a ansiedade eliciada seja enfrentada.

Palavras-chave: Psicologia da Saúde, Dessensibilização, Técnicas de TCC

Nível do Trabalho: Outro – Atuação Interdisciplinar em Psicologia da Saúde

Código da área: SAÚDE

AVALIAÇÃO E ATENDIMENTO PSICOLÓGICO EM CRIANÇAS, ADOLESCENTES E ADULTOS COM OS INSTRUMENTOS ASEBA EM DIVERSOS CONTEXTOS.

LEVANTAMENTO DOS PROBLEMAS DE COMPORTAMENTO EM DEPENDENTES DE CRACK A PARTIR DO ASR (*ADULT SELF REPORT*).

Margareth S. Oliveira, Irani Iracema Argimon, Suzana Dias Freire, Ariane Peres dos Santos e Fernanda Ribeiro** (Programa de Pós-Graduação em Psicologia - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS – Porto Alegre).

Introdução: As dificuldades decorrentes do uso de substâncias psicoativas são cada vez mais responsáveis pela busca de tratamento em unidades psiquiátricas. Dependentes de drogas, como o crack, apresentam diversos problemas de comportamento relacionados ao uso da droga, abstinência e prejuízo social associado aos hábitos de consumo. A proposta deste trabalho é apresentar dados referentes à pacientes dependentes de crack internados em clínicas especializadas para desintoxicação e tratamento da Dependência Química.

Método: Trate-se de um estudo transversal no qual foram feitas análises descritivas, frequências, médias e desvio padrão. Os pacientes responderam ao ASR (*Adult Self Report*) durante o período de internação. Foram avaliados 309 sujeitos dependentes de crack internados em decorrência do uso desta droga em serviços especializados. Além da dependência do crack, os sujeitos apresentavam história de uso de outras substâncias psicoativas. A amostra contou com 281 (91%) homens e 28 (9%) mulheres com idade média de 31 anos (DP=9,64), 74,7% eram solteiros, separados ou divorciados, 49% não tinham filhos, 74,3% haviam concluído o ensino médio, 62,7% estavam trabalhando antes da internação, 55% eram católicos, 50% referiam renda mensal familiar acima de cinco salários mínimos. Conforme os Critérios Brasil, 67,6% da amostra se concentraram entre as classes B1 e C1. Para 37,3%, aquela estava sendo a primeira internação por uso de drogas.

Resultados: Os resultados pontuados em uma faixa clínica foram os referentes aos escores de quebra de regras (M=70,14), problemas internalizantes (M=65,13), problemas externalizantes (M=66,86), total de problemas (M=65,77), amizade (M=43,12), casamento (M=40,15), família (M=44,97), trabalho (M=39,31), educação atual (M=43,16), média adaptativa (M=38,75), drogas (M=76,05) e média de uso de substâncias (M=66,54). Os resultados pontuados em uma faixa limítrofe foram os referentes aos escores ansiedade e depressão (M=66,72), isolamento e depressão (M=63,28) e ponto crítico (M=68,85). Os dados, quando associados às categorias diagnósticas do DSM, apresentaram escores limítrofes Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (M=65,39) e Transtorno de Personalidade Anti-social (M=66,61). **Conclusões:** Os resultados desse estudo revelam a necessidade de ampliar conhecimentos acerca das complicações decorrentes do uso do crack. A avaliação de comorbidades e de problemas de comportamento nesses dependentes torna-se essencial frente aos desafios de intervenção diante de quadros psiquiátricos associados ao consumo de drogas que dificultam a adesão ao tratamento e por consequência o prognóstico de ambas as patologias. O ASR mostra-se um instrumento importante para o reconhecimento de patologias e problemas de comportamento, possibilitando um melhor direcionamento de possíveis intervenções de tratamento.

Apoio CNPq

Bolsista de iniciação científica PIBIC/CNPq; **Bolsista de apoio técnico CNPq

Palavras-chave: crack, avaliação, problemas de comportamento.

P

AVAL

PERFIL SOCIOECONÔMICO E COMPORTAMENTAL DE ADOLESCENTES ENCAMINHADOS PARA SERVIÇOS-ESCOLA DE PSICOLOGIA. *Marina Monzani da Rocha* (Universidade de São Paulo, São Paulo - SP), *Marcia Melo Bertolla*** e *Edwiges Ferreira de Mattos Silveiras* (Universidade de São Paulo, São Paulo – SP).

Considerando a importância de se conhecer a clientela que busca os serviços-escola de psicologia para viabilizar o planejamento do tipo de atendimento que deve ser oferecido, estudos de caracterização dessa população vêm sendo desenvolvidos. Os trabalhos realizados com objetivo de conhecer o perfil comportamental da clientela infanto-juvenil, geralmente utilizam a avaliação feita pelos pais como principal fonte de informação. Entretanto, os jovens estão capacitados e devem participar do processo de avaliação de seus comportamentos. No presente estudo, o YSR (Inventário de Autoavaliação para Adolescentes), instrumento de avaliação norte-americano, que apresenta bons índices preliminares de validade no Brasil, foi utilizado para obtermos o perfil sócio-econômico e de problemas de comportamento de adolescentes encaminhados para atendimento em serviços-escola de psicologia de sete cidades brasileiras. No total, 206 jovens foram entrevistados, sendo a maioria do sexo masculino (62,5%). As idades variaram na faixa abrangida pelo instrumento YSR, qual seja 11 a 18 anos, com média 13,86 anos (DP=1,99). Com relação ao nível sócio-econômico, pouco mais que a metade dos adolescentes pertencem à classe média (52,1%), 26,4% à classe baixa e 21,1% à classe alta. Na avaliação do perfil comportamental obtido a partir das respostas ao YSR, 47,1% atingiram escores clínicos para a escala-síndrome Ansiedade/Depressão (M=63,48; DP=9,10), 30,1% para Retraimento/Depressão (M=61,01; DP=9,70), 18,9% em Queixas Somáticas (M=58,41; DP=8,59), 36,9% para Problemas de Sociabilidade (M=61,91; DP=8,94), 17,5% para Problemas com o Pensamento (M=58,51; DP=8,43), 31,1% para Problemas de Atenção (M=61,11; DP=10,40), 23,8% para Violação de Regras (M=58,84; DP=8,15) e 40,8% para Comportamento Agressivo (M=62,62; DP=10,44). Nas somas de escala, 61,7% dos jovens atingiram escores clínicos para Internalização (M=61,74; DP=9,64), 51% para Externalização (M=60,13; DP=10,94) e 59,2% para o Total de Problemas de Comportamento (M=61,95; DP=10,29). Não foi encontrada diferença significativa nos escores obtidos nas escalas em função do sexo ($F_{(11, 194)}=1,431$; $p=0,162$) e nível sócio-econômico ($F_{(11, 194)}=1,215$; $p=0,239$), entretanto, observou-se uma associação positiva entre idade e Retraimento/Depressão ($p=0,010$) e Violação de Regras ($p=0,008$), sendo que, para essas escalas, os mais velhos apontaram mais comportamentos problemáticos. Nota-se que a maior parte dos adolescentes encaminhados para os serviços-escola de psicologia reporta problemas de comportamento, em diversas áreas, em intensidade ou frequência superior à esperada para a faixa etária.

Palavras-chave: Adolescentes, Serviços-Escola, Problemas de Comportamento

Apoio financeiro: FAPESP, CAPES

P

CLIN

EFEITOS DO TRATAMENTO DE CRIANÇAS PORTADORAS DE ENURESE SOBRE OUTROS PROBLEMAS DE COMPORTAMENTO. *Edwiges Ferreira de Mattos Silveiras** e Carolina Ribeiro Bezerra de Sousa* (Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo – SP).

A presença de problemas graves geradores de grande comprometimento na esfera escolar e social da vida criança, como o TDAH, pode ocorrer em comorbidade com a Enurese, fato este que não tem obtido consenso entre clínicos sobre qual o melhor encaminhamento terapêutico a ser dado a essa criança. Muitas vezes os pais e clínicos desconsideram a Enurese e se voltam apenas para o TDAH em Instituições de Saúde Mental, o que não é necessariamente o melhor planejamento para o caso. Há estudos mostrando que crianças com Enurese e que são bem sucedidas no tratamento deste quadro apresentam melhoras comportamentais mas não há estudos dessa natureza com crianças que além da Enurese apresentam outros problemas. O presente trabalho tem como objetivo avaliar o resultado do tratamento de Enurese, com alarme de urina, em crianças diagnosticadas com TDAH e as mudanças no padrão comportamental geral da criança após o tratamento, comparando-se ao início dele. No total, 31 crianças com Enurese noturna primária e idades entre seis e 13 anos foram incluídas na pesquisa e divididas entre grupo experimental – 13 crianças com Enurese e comorbidade com TDAH - e grupo controle – 18 crianças com Enurese sem associação com qualquer comorbidade. O perfil clínico das crianças foi traçado a partir das respostas dos pais dos dois grupos de crianças ao Inventário de Comportamentos para Crianças e Adolescentes entre 6 e 18 anos (CBCL/6-18). O tratamento consistiu no Full Spectrum Home Training e sessões quinzenais de acompanhamento psicológico sob modelo ambulatorial, por um período de 32 semanas. Constatou-se homogeneidade entre os grupos com relação às variáveis sócio-demográficas, e clínicas de Enurese, mas não no perfil clínico (mais crianças do GE encontravam-se na faixa clínica do que do GC). Não foram, entretanto encontradas diferenças no resultado final e no tempo total para se atingir o critério de sucesso inicial entre os grupos. Entre os participantes do GE, 53,8% atingiram o critério de alta, 7,7% sucesso inicial, 7,7% insucesso e 30,7% de desistência, contraposto a 61,6%, 11,1%, 16,6% e 11,1%, respectivamente, entre os participantes do GC. A presença da comorbidade, contudo, implicou na associação entre esta variável e pior resultado no tratamento, independente do grupo. Problemas de comportamento internalizantes associaram-se a maior pedido por manejo de outras queixas mas não houve alteração no escore médio deste tipo de problemas após o tratamento, tanto no GE, como no GC. No GE, contudo, encontrou-se diferença estatística significativa na redução dos problemas gerais de comportamento da criança. O acompanhamento psicológico em conjunção ao tratamento com alarme de urina é a hipótese levantada para explicar essa melhora no comportamento geral nas crianças com TDAH.

CNPq e FAPESP.

Palavras chave: distúrbios do comportamento Enurese, TDAH, tratamento com alarme, terapia comportamental.

P

CLIN

O PROCESSO DE SUPERVISÃO EM SERVIÇOS-ESCOLA.

SUPERVISÃO DE ALUNOS DE UMA EQUIPE DE TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL DA DPA/IP/UFRJ. *Bernard Pimentel Rangé* (Professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP), Instituto de Psicologia (IP), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Supervisor da Divisão de Psicologia Aplicada (DPA), Rio de Janeiro, RJ)

Parece não haver dúvidas de que as principais metas de um processo de supervisão são o oferecimento de uma terapia segura e ética e o desenvolvimento da competência e da capacidade do supervisionando. Estas metas poderão alcançadas através de várias ações que podem ser descritas como: educativas ou de ensino, de modelação, de apoio, de formação, de práticas éticas, de facilitação da auto-avaliação e improvisação do supervisionando, de tomada de decisões clínicas, de socialização na profissão, de práticas baseadas na ciência, de regulação da auto-eficácia e da auto-estima, de observação e feedback etc. Na DPA do IP da UFRJ há 13 equipes de supervisão, das quais 10 de orientação psicanalítica, uma de gestalt-terapia, e duas de orientação cognitivo-comportamental sendo que uma para atendimento de transtornos da ansiedade e do humor (Equipe TCC) e a outra na área de psicologia da saúde. Na equipe de TCC há atualmente 15 estagiários e as supervisões são em grupo, tanto para atendimentos individuais como para atendimento de grupos. Esta equipe faz atendimentos em grupo para grupos homogêneos de cada transtorno de ansiedade (com exceção de transtorno de estresse pós-traumático) e do humor (depressão maior e transtorno bipolar) além de atendimentos de casos individuais que, por diversos motivos (p.ex., idade) não poderiam entrar em um grupo. Os grupos são constituídos sempre que possível de um estagiário mais antigo e um recém ingressado na equipe. Como não há disponibilidade de meios de gravação de som e imagem, os estagiários novos são primeiramente treinados em fazer entrevistas de triagem e de atendimento por meio de exercícios de dramatização de casos em atendimento por estagiários mais antigos. Uma vez aprovados, iniciam seus atendimentos, fazendo registros das sessões para posterior relato durante as supervisões. Durante as supervisões são feitos exercícios de conceitualização de cada caso com discussões no grupo. Outros exercícios que também fazem parte são os de verificação sobre se houve avaliação do humor, de ponte com a sessão anterior, estabelecimento de agenda, de revisão das tarefas, de foco nos itens da agenda, de descoberta guiada e questionamento socrático para corrigir interpretações e crenças distorcidas, de treino em habilidades clínicas (como relaxamento muscular ou respiratório, de treinamento assertivo ou de habilidades sociais, ou outras ainda, conforme a necessidade de cada caso), de treino de prescrição colaborativa de tarefas e experimentos e de feedback sobre a sessão. Durante a supervisão a atenção também é dada atenção aos pensamentos automáticos de cada estagiário e aos seus sentimentos em relação a cada um de seus clientes para que ele também possa usar esses dados em benefício de seus pacientes. Esses serão os dados quantitativos que serão apresentados.

Palavras-chave: terapia cognitivo-comportamental; supervisão clínica; formação profissional;

P

FORM

SUPERVISIONANDO O ESTÁGIO DE PSICOLOGIA POR ALUNOS DE GRADUAÇÃO EM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO. *Edwiges Ferreira de Mattos Silvaes* (Universidade de São Paulo)

Neste trabalho pretende-se: 1) descrever a ação de um supervisor de estágio clínico inicial em um hospital; 2) apresentar dados quantitativos decorrentes da própria ação de estagiar; 3) levantar algumas questões práticas derivadas desse estágio e 3) refletir sobre o supervisionar estágio de graduação em hospital. São descritas as etapas do estágio curricular de alunos de graduação na Seção de Pediatria (setores: Ambulatório e Enfermaria), em 2009. Das 65 entrevistas dos estagiários com os usuários adultos (47, no ambulatório e 18, na enfermaria), obteve-se: a) o perfil do usuário infantil e adulto do setor, b) lista dos principais motivos da ida deles ao hospital, c) rol de satisfações e queixas pais/cuidadores, sobre o comportamento de suas crianças, d) levantamento dos principais sentimentos dos cuidadores. Foram realizadas intervenções psicológicas (predominantemente orientação parental em grupos de sala de espera e grupos recreativos infantis), desenvolvidas coerentemente com as necessidades e expectativas da clientela. Discutem-se as implicações dos resultados obtidos: maioria dos cuidadores eram mães, cujas crianças (maioria do sexo masculino), predominantemente na faixa etária entre 0 e 4 anos, tinham sido levadas por questões de saúde (a maioria por doenças das vias respiratórias), independentemente do setor e cujos principais problemas segundo pais/cuidadores eram: Agitação, Birra, Hiperatividade e Desobediência. As principais dificuldades dos alunos no estágio e alvo da supervisão foram: assumir atitude proativa, condizente com o contexto onde se encontravam e por em prática os princípios psicológicos, já do seu domínio. Conclui-se que o supervisor atua segundo suas concepções teóricas, cujos resultados são principalmente: ensinar como o psicólogo age em conformidade com o contexto onde se insere e propiciar a oportunidade de extrair da própria ação de estagiar, dados de interesse científico, especialmente para Psicologia da Saúde.

O USO DE FERRAMENTAS ONLINE NA PRÁTICA DO PSICÓLOGO EM APRENDIZAGEM. *Margareth da Silva Oliveira**1, Irani De Lima Argimon**2*
(Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS)

A qualidade da prática do novo psicólogo, assim como sua satisfação com seu trabalho, está ligada a sua especialização através de cursos voltados para sua área de trabalho, assim como ligada ao recebimento de uma supervisão. Entretanto, em decorrência de fatores, tais como a localização geográfica e conseqüente não disponibilidade de profissionais para realização de tal prática, muitos profissionais têm desenvolvido seu trabalho sem um conhecimento e acompanhamento adequado, prejudicando a qualidade do atendimento oferecido ao seu paciente. Diante desse contexto a internet tem surgido como uma forma de sanar esse déficit. O uso da internet tem possibilitado um novo espaço de interação humano chamado de ciberespaço, que tem se estendido a outros campos, entre eles a psicologia em geral. No Brasil, os psicólogos têm pouco a pouco ingressado nesse novo ambiente, recebendo suporte dos experts da informática, ao passo que o uso deste meio de comunicação vem sendo muito utilizado no restante do mundo como uma ferramenta que viabiliza a prática da psicoterapia, das orientações e aconselhamentos. Dentre as ferramentas que podem se utilizar, a mais básica delas é o e-mail. Através desse instrumento é possível que haja uma troca de informações a distância entre supervisor/professor e supervisionando/aluno. Outra ferramenta que pode ser utilizada são os chats instantâneos como o Messenger que possibilitam uma comunicação mais interativa e com respostas mais imediatas. O uso de vídeo conferência pode ser considerado a estratégia mais próxima de uma supervisão ao vivo e aula presencial, pois permite que supervisor/professor e supervisionando/aluno mantenham contato visual e consigam se comunicar de maneira mais efetiva, além da possibilidade de se ter acesso ao comportamento não verbal do supervisionando que, no caso de se tratar da supervisão de um atendimento, pode revelar sentimentos contratransferências do terapeuta para com o paciente. Dentre as ferramentas disponíveis destaca-se a utilização do programa Skype que está sendo muito utilizado para tirar dúvidas mais freqüentes. Apesar da disseminação desses instrumentos na prática do psicólogo, o ideal é que estas não substituam a supervisão/aula ao vivo, e sim, sejam utilizadas como uma forma de suporte ao psicólogo no processo de aprendizado. Serão discutidos dados relacionados à nossa experiência com essa ferramenta no curso de Especialização em Psicoterapia Cognitivo-comportamental modalidade Ensino à distância principalmente na supervisão de monografias de conclusão do curso por meio do Moodle através dos fóruns de discussão e via e-mails.

¹Bolsista Produtividade CNPq

²Bolsista Produtividade CNPq

Palavras-chave: Ensino à distância, formação, supervisão

Nível do trabalho: Pesquisador – P

Código da Área de pesquisa: FORM

SENSO NUMÉRICO EM ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL: INTEGRANDO PESQUISAS E CONHECIMENTOS.

HABILIDADES MATEMÁTICAS BÁSICAS EM CRIANÇAS DO ENSINO FUNDAMENTAL: DADOS INICIAIS DE SISTEMATIZAÇÃO DE INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO. *João dos Santos Carmo, Rogério Crevelenti Fioraneli** e Janaina de Fátima Zambone Castro*** (Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP e Instituto Nacional sobre Comportamento, Cognição e Ensino).

As habilidades matemáticas básicas são um conjunto amplo de repertórios que envolvem desde a identificação de numerais até a formulação de cálculos e operações aritméticas simples. Algumas dessas habilidades são aprendidas nos anos pré-escolares e podem servir de pré-requisitos ou facilitadoras à aquisição de habilidades mais complexas nos anos escolares iniciais. Porém, nem sempre as experiências educacionais na Educação Infantil garantem que crianças adentrem o Ensino Fundamental com um repertório minimamente adequado; por outro lado, as séries iniciais do Ensino Fundamental nem sempre garantem aprendizagem dos primeiros passos em Matemática, o que gera comumente fracassos nessa disciplina. Dificuldades dessa natureza poderiam ser evitadas se os professores tivessem em mãos um conjunto de tarefas/atividades para avaliar o repertório inicial do aluno, identificando as habilidades adquiridas, as que estão se consolidando e as ausentes. O presente estudo objetivou sistematizar e analisar as possibilidades de um instrumento de avaliação de habilidades numéricas básicas para as séries iniciais do Ensino Fundamental. Participaram 24 alunos de escola pública, sendo sete alunos do 1º ano (dois meninos e cinco meninas, com idade entre 5 e 6 anos); oito do 2º ano (dois meninos e seis meninas, com idade entre 7 e 8 anos); nove do 3º ano (um menino e oito meninas, com idade entre 8 e 10 anos). O instrumento era composto de 53 tarefas programadas no *software ProgMTS*, em sua maioria em formato de *matching to sample* (MTS). As tarefas foram elaboradas a partir das indicações dos Parâmetros Curriculares Nacionais e envolviam: discriminação simples de numerais/quantidades; correspondência simples e bimodal; comparação (maior/menor, igual/diferente, antes/depois/meio; dobro/metade); sequenciação; cardinação; contagem; equiparação de conjuntos; subconjuntos; estimativas; operações básicas com um dígito e dois dígitos; identificação do valor da incógnita; figuras geométricas; problemas escritos. Alunos do primeiro ano apresentaram maior número de erros em 16 tarefas que variavam desde correspondência bimodal até operações básicas. O maior número de erros dos alunos do segundo e do terceiro ano concentrou-se nas operações básicas. Os resultados indicaram que alguns erros podem ter sido induzidos pela forma de apresentação da tarefa. Por exemplo, na tarefa que tinha como objetivo testar se o participante conseguia organizar numerais e quantidades em ordem crescente e decrescente, a instrução “coloque em ordem crescente” e “coloque em ordem decrescente” teve que ser mudada durante o procedimento, pois dificultava o entendimento. Assim, a instrução passou a ser “coloque na ordem do maior para o menor” e “coloque na ordem do menor para o maior”, o que gerou mais acertos. O instrumento oferece condições de avaliar o repertório de habilidades matemáticas básicas, contudo precisa de algumas alterações, tais como: refinamentos de comandos; novas opções de execução de tarefas; mudanças no *layout* da tela de apresentação de algumas tarefas; reorganizar a sequência de apresentação das tarefas; aplicação em duas sessões; necessidade de acrescentar novas tarefas; verificar se o número de tentativas

para cada categoria é o suficiente para avaliação. Com base nessas modificações, nova aplicação está sendo conduzida em amostra mais ampla, para avaliação futura.

Apoio financeiro: FAPESP/CNPq

Palavras-chave: Senso numérico, avaliação de habilidades matemáticas, Estudantes do Ensino Fundamental.

Nível do Trabalho: P-M-D

AEC

O CONHECIMENTO DE CRIANÇAS SOBRE MEDIDAS INVESTIGADO A PARTIR DA PERSPECTIVA DE SENTIDO NUMÉRICO E DE princípios INVARIANTES. *Alina Galvão Spinillo e Rosita Marina Ferreira Batista* (Programa de Pós-Graduação em Psicologia Cognitiva, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, SP).

O presente estudo investigou o conhecimento de crianças sobre medidas a partir de duas perspectivas: uma referente à idéia de princípios invariantes, e outra referente à noção de sentido numérico. Considerando que um dado conceito envolve, dentre outros aspectos, um conjunto de invariantes, torna-se relevante examinar que invariantes relacionados ao conceito de medida a criança compreende. Por outro lado, considerando que sentido de número permeia todos os conceitos matemáticos, torna-se igualmente importante examinar qual o conhecimento intuitivo que a criança apresenta sobre medidas em relação a diferentes grandezas. Segundo a literatura na área, o conceito de medidas requer dominar certos princípios: (i) uma unidade de medida é um padrão constante; (ii) para medir uma dada propriedade de um objeto é preciso uma unidade de medida específica; (iii) para comparar objetos diferentes é necessário adotar uma mesma unidade de medida; e (iv) existe uma relação inversa entre o tamanho da unidade de medida e a quantidade dessa unidade. O segundo e o quarto princípios foram considerados nesta investigação a partir do paradigma metodológico adotado em pesquisas sobre sentido numérico, em que a criança não precisa medir ou realizar cálculos numéricos, mas apenas fazer julgamentos sobre situações que envolvem medidas. Quarenta crianças (6 e 8 anos) frequentando o 1º e o 3º ano do Ensino Fundamental de escolas públicas em Recife realizaram duas tarefas envolvendo julgamentos sobre volume, massa, distância e comprimento. A Tarefa 1 (relação unidade-grandeza) examinou a compreensão de que existe uma unidade de medida apropriada para medir uma dada grandeza; por exemplo, compreender que a altura de um objeto é medida em metros, enquanto que seu peso é medido em quilogramas. A Tarefa 2 (relação inversa tamanho-número) investigou a compreensão acerca da relação inversa entre o tamanho de uma unidade de medida e o número dessa unidade necessário para medir uma dada grandeza; por exemplo, compreender que ao medir a altura de uma pessoa em palmos e depois em polegadas, se obtém um menor número de palmos do que de polegadas, uma vez que palmo é maior que polegada. As tarefas foram realizadas na forma de uma entrevista clínica gravada em áudio. Os dados, analisados em função do desempenho e das justificativas apresentadas, mostraram que as crianças têm um sentido de medida que se desenvolve dos 6 aos 8 anos, porém isto não se manifesta igualmente em relação a todas as grandezas. Na Tarefa 1 as crianças tiveram dificuldades em associar unidade e grandeza em relação à distância e volume. Na Tarefa 2 observou-se uma compreensão acerca das relações inversas entre o tamanho da unidade e número de unidades para medir um dada grandeza. Conclui-se que os princípios têm níveis de dificuldades distintos, sendo necessário identificar quais aqueles que a criança compreende e quais aqueles em que apresentam dificuldades. Esses resultados contribuem com informações a respeito de como o sentido de medida se desenvolve e como se constituem as relações entre sentido numérico e invariantes. Implicações educacionais podem ser derivadas deste estudo.

Apoio financeiro: CNPq

Palavras-chave: sentido numérico, medidas, Estudantes do Ensino Fundamental.

Nível do Trabalho: P

COG

PROCESSAMENTO NUMÉRICO E CÁLCULO EM CRIANÇAS COM E SEM TRANSTORNOS DE APRENDIZAGEM. *Flávia Heloísa dos Santos, Bruna Paschoalini**, *Rosana Satiko Kikuchi**, *Michele Cândida Frigério**, *Ana Luiza Ribeiro Pereira Dias**, *Fabiana Silva Ribeiro*** e *Paulo Adilson da Silva*** (Departamento de Psicologia Experimental, Laboratório de Neuropsicologia; UNESP, Universidade Estadual Paulista, Assis, São Paulo).

O desenvolvimento da representação numérica é influenciado por fatores biológicos, cognitivos, educacionais e culturais. Baseia-se em dois componentes: o processamento numérico e o cálculo. O processamento numérico propicia a aquisição de uma série de propriedades numéricas que subsidiam o cálculo; inclui o entendimento da natureza dos símbolos numéricos e de suas quantidades, assim como a escrita, leitura e contagem de números ou objetos. Algumas crianças apresentam dificuldade transitória na aquisição dos conhecimentos matemáticos, associada ao processo de alfabetização e de aprendizagem em geral, outras, porém podem exibir a Discalculia do Desenvolvimento, um transtorno específico de aprendizagem que afeta a aquisição normal das habilidades aritméticas em crianças com inteligência normal, apesar de adequadas oportunidades de aprendizagem. Os objetivos do presente estudo foram: i) avaliar o processamento numérico e o cálculo de crianças brasileiras; ii) identificar como fatores ambientais, etários e de gênero influenciam o desenvolvimento das habilidades matemáticas; iii) investigar a validade de constructo de uma bateria especializada para avaliação de habilidades matemáticas pelo contraste com o instrumentos considerados padrão ouro; iv) investigar a representação numérica de crianças com Transtornos de Aprendizagem. Participaram do estudo 172 crianças de escolas públicas com desempenho escolar satisfatório, de 7 e 12 anos, balanceadas por idade e gênero, residentes em áreas urbanas e rurais da região centro-oeste do Estado de São Paulo, bem como 30 crianças com transtornos de aprendizagem, de 9 a 10 anos, ambos os gêneros, estas últimas foram divididas em dois grupos conforme seus escores em cálculos: sem dificuldade em aritmética e com dificuldade em aritmética. Para a avaliação das habilidades matemáticas foi utilizada a *Bateria Neuropsicológica para Avaliação do Tratamento dos Números e do Cálculo para Crianças versão revisada*, conhecida como Zareki-R (do alemão, Neuropsychologische Testbatterie für Zahlenarbeitung und Rechnen bei Kindern; von Aster & Dellatolas, 2006). Entre as crianças com desempenho escolar satisfatório verificou-se a influência dos fatores ambiente, idade e gênero: As crianças rurais apresentaram prejuízo em comparação escrita de números que avalia o processamento numérico, as crianças de 7 e 8 anos demonstraram desempenho global inferior às crianças de mais idade, e os meninos apresentaram desempenho superior tanto em tarefas de cálculo como de processamento numérico. A validade de constructo da bateria foi demonstrada por correlações altas e moderadas dos subtestes da Zareki-R com o subteste Aritmética do Teste de Desempenho Escolar e da III Escala Weschler de Inteligência para Crianças. Com relação às crianças com transtornos de aprendizagem, o grupo com dificuldades em aritmética obteve escores inferiores ao grupo sem dificuldades em aritmética nos subtestes ditado de números, cálculo mental, problemas aritméticos, bem como no escore total da Zareki-R, caracterizando um perfil compatível com Discalculia do Desenvolvimento. Em conclusão, a Zareki-R se mostrou um instrumento apropriado na avaliação das habilidades matemáticas e hábil na detecção de Discalculia do Desenvolvimento, que se caracteriza por prejuízos no processamento numérico e no cálculo.

Apoio financeiro: FAPESP e CNPq

Palavras chave: Discalculia do desenvolvimento, habilidades matemáticas, senso numérico

Nível do Trabalho: IC – P

COG e BIO

SEXUALIDADE E PREVENÇÃO DE AIDS ENTRE JOVENS UNIVERSITÁRIOS.

COMPORTAMENTO SEXUAL E PREVENÇÃO DA AIDS: DUAS DÉCADAS DE ESTUDOS COM A POPULAÇÃO UNIVERSITÁRIA. *Marilia Ferreira Dela Coleta* (Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, MG)

A importância dos estudos sobre comportamento sexual cresceu nos últimos 30 anos diante da perigosa ameaça representada pela contaminação pelo HIV, cuja transmissão se faz também através das relações sexuais e cujo prognóstico ainda é grave, apesar de alguns progressos atuais no controle da AIDS. Assim, no início dos anos 1990 foi iniciado um programa de estudos sobre o comportamento sexual de indivíduos sexualmente ativos, visando basicamente identificar variáveis biográficas, cognitivas e afetivas relacionadas com a decisão de usar o preservativo masculino nas relações sexuais como prevenção à AIDS. O estudo envolveu um modelo teórico multivariado que incluiu teorias e variáveis psicossociais: o Modelo de Crenças em Saúde, o Locus de Controle da Saúde, a Teoria da Ação Racional, entre outros construtos psicológicos, utilizou um amplo questionário composto de escalas e questões e focalizou a população universitária de diferentes cursos, com exceção daqueles da área da saúde. O programa estendeu-se por duas décadas através de réplicas do estudo inicial visando acompanhar possíveis mudanças no comportamento sexual, nas atitudes a respeito do preservativo masculino e nas crenças sobre a AIDS dos universitários. Passados 10 anos do primeiro estudo, um segundo estudo foi desenvolvido, tendo em vista os fatores introduzidos ao longo deste tempo, tais como o maior conhecimento sobre a doença por parte da população, as mudanças nas políticas de saúde ou os novos tratamentos. Uma comparação entre o primeiro e o segundo estudo mostrou que a frequência de uso do preservativo nas relações sexuais entre os universitários pesquisados ainda era inconstante; permanecia uma atitude negativa com relação ao preservativo; esta atitude foi relacionada à intenção de usá-lo nas relações; as atitudes e comportamentos foram diferentes entre os sexos; a crença em que a saúde depende do acaso estava relacionada à não adesão a comportamentos preventivos. O controle da AIDS no final da década de 2000 já contava com melhor prognóstico e sobrevivência de pacientes HIV positivos, entretanto o comportamento sexual dos jovens continuou a vislumbrar cada vez maior liberdade. Neste período foi desenvolvido o terceiro estudo com universitários utilizando os mesmos instrumentos, o que permitiu novamente comparar os resultados. Observando as transformações associadas ao uso do preservativo e à prevenção da AIDS com mais de 1000 participantes, ao longo das duas décadas de desenvolvimento dos três estudos, pode-se dizer que atualmente os indivíduos do sexo masculino estão mais conservadores que as mulheres em relação a suas atitudes, posicionando-se de forma bastante semelhante àquela observada nas pesquisas anteriores. As mulheres apresentaram mudanças positivas em suas atitudes e ambos os gêneros apresentam-se mais otimistas em relação à cura e contaminação da doença. Embora estes resultados possam indicar pouca evolução no combate à AIDS e sugerir perspectivas negativas para o futuro dos universitários, as correlações sinalizaram uma tendência positiva quanto à intenção de usar o preservativo nas relações sexuais.

Palavras-chave: prevenção, AIDS, universitários

Nível: P

SOCIAL

SEXUALIDADE E PREVENÇÃO DE AIDS ENTRE ESTUDANTES DE UMA UNIVERSIDADE EM CURITIBA. *Maria Cristina Antunes (Universidade Tuiuti do Paraná)*

O objetivo geral dessa pesquisa foi descrever o uso de preservativo e os aspectos relacionados à prevenção de aids entre estudantes de uma universidade particular em Curitiba. Este projeto foi realizado com 200 jovens, de ambos os sexos. Foi aplicado um questionário de múltipla escolha, sobre: dados sociodemográficos, práticas sexuais, sintomas de DST, motivos relatados para a não utilização do preservativo, teste HIV, percepção de risco, crença na eficácia do preservativo, capacidade de falar sobre sexo, capacidade de negociar o sexo seguro, informação sobre aids, uso de drogas injetáveis, compromisso com o sexo seguro, suporte social e normas de grupo, normas de gênero, abuso sexual. Os dados foram analisados com o software SPSS, utilizando os testes de Qui-quadrado e T ($p < 0.05$), para verificar as diferenças de gênero, e o teste de Regressão - método Stepwise, para analisar os preditores de uso de preservativo ($p < 0.05$). A amostra foi composta por 51% de homens e 49% de mulheres, com média de idade de 24.5 anos e 73% eram solteiros. A média salarial era de R\$1515,73 e a renda familiar média era de R\$6505,85. Observou-se que 95% dos estudantes teve parceiro sexual nos últimos 6 meses e 75% teve parceiros regulares, sendo que destes apenas 15% usou preservativo no sexo vaginal e 27% no sexo anal. Observou-se que 32% dos jovens tiveram parceiros casuais, sendo maior o uso de preservativo no sexo vaginal (51%) e no sexo anal (62%). Os motivos mais relatados para a não utilização da camisinha foram: conhecia o parceiro (65%), usava outro método contraceptivo (56%), porque nunca usou antes (30%), estava com muito tesão (28%). A análise de regressão revelou que conhecer e confiar no parceiro, conhecer os meios de transmissão do hiv (compartilhar agulhas e seringas) e o apoio social (amigos também se previnem de aids) são preditores de uso de preservativo no sexo vaginal com parceiros regulares. Observa-se que a prática de sexo anal tem outros preditores para o uso de preservativo: o preço do preservativo barato, confiança no preservativo como método contraceptivo, não gostar de usar, considera que atrapalha a transa, falar sobre contracepção com parceiro, percepção de risco pessoal e grupal. É interessante observar que para a relação sexual vaginal com parceiros casuais, o salário e a adesão às normas tradicionais de gênero (homem deve sustentar a casa) são preditores do uso do preservativo. Os dados demonstram que diferentes práticas sexuais estão relacionadas à diferentes variáveis, de acordo com o contexto e com o cenário sexual. Apesar do alto grau de informação dos estudantes universitários, a maioria não usou preservativo. Os programas de prevenção devem considerar os diferentes cenários culturais e discutir a negociação do preservativo e das práticas sexuais, que ocorrem em um contexto interpessoal. É fundamental conscientizar os aspectos presentes na cena sexual, desvendando as barreiras para o uso do preservativo e a percepção de risco, independente do tipo de parceria sexual.

PREVENÇÃO DE AIDS, JOVENS, SEXUALIDADE

SOC

SEXUALIDADE E JUVENTUDE: 20 ANOS DE TRABALHO NO QUADRO DOS DIREITOS HUMANOS. *Vera Paiva* (Universidade de São Paulo)

Um panorama dos achados de 20 anos de pesquisas do NEPAIDS-USP e de seu trabalho para promoção da saúde e dos direitos sexuais de jovens em diversos contextos psicossociais: jovens vivendo com HIV ou orfãos por AIDS, escolares, em comunidades religiosas, em comunidades receptoras de turismo, encarcerados e em segmentos LGBT, entre outros segmentos da população jovem. A produtividade e desenvolvimento ao longo do tempo das abordagens que integram prevenção e cuidado no âmbito do Sistema Único de Saúde, e a colaboração com formuladores de políticas públicas permitiu um desenvolvimento singular da teoria, das técnicas e práticas que hoje integram o quadro da vulnerabilidade e dos direitos humanos.

DEPOIMENTO SEM DANO. *Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams*
(Universidade Federal de São Carlos, SP).

É inequívoca a necessidade do desenvolvimento de intervenções preventivas e terapêuticas que interrompam o ciclo da violência sexual contra crianças e adolescentes, associadas à mobilização da sociedade como um todo. Pesquisadores de várias Universidades brasileiras têm investido esforços nesse sentido, notáveis a partir de uma busca rápida às bases de dados científicas. Os segmentos responsáveis pela interrupção imediata da violência - componentes das redes de proteção e Judiciário – têm incrementado sua ação, criando novas estratégias e procurando interfaces com outros segmentos a fim de facilitar o combate ao abuso sexual contra crianças e adolescentes. Na esteira desse movimento, desenvolveu-se a modalidade de escuta de crianças vítimas de abuso sexual em processos criminais denominada Depoimento sem Dano. Usualmente, nas audiências criminais, testemunhas são ouvidas numa situação em que estão presentes o Juiz, o Promotor de Justiça, advogados do réu e da vítima, o réu e a própria vítima, o que aumenta a probabilidade de danos psicológicos a essa. O Depoimento sem Dano é o método segundo o qual a criança (ao mesmo tempo vítima e testemunha) presta depoimento judicialmente em situação protegida, a fim de reduzir as possibilidades de ser revitimizada na própria situação de depoimento, caracterizada por um confronto direto com o suposto agressor. Já que a vítima encontra-se em outro ambiente físico, conectado à sala de audiência por áudio e vídeo, o processo é intermediado por um facilitador, em geral o psicólogo, que transmite as perguntas do Juiz à criança, sem modificar seu conteúdo, porém com a prerrogativa de decidir em que momento e de que forma as perguntas serão feitas. A criança vítima é colocada na posição de decidir se quer ou não se expressar, devendo ser respeitado seu ritmo para descrever os fatos e as especificidades da sua condição de pessoa em desenvolvimento. O Depoimento sem Dano apresenta benefícios evidentes, tanto à vítima quanto à condução do processo judicial. Sendo uma ocorrência de natureza privada, com apenas agressor e vítima presentes, o relato da vítima é o único indicador de que o crime ocorreu, caracterizando a situação “palavra de um contra a palavra do outro”, o que impossibilita comprovar a “materialidade do crime”, dificultando a condenação do agressor. Pelo fato de existir uma evidente desigualdade entre criança e adulto, do ponto de vista cognitivo e da experiência de vida, se a criança é colocada frente à frente com o agressor, pode sentir-se coagida na mesma medida em que se sentia quando o abuso ocorria, e, nesse caso, preferir calar-se a denunciar o agressor. Proteger a criança vítima, colocando-a em outra sala para depoimento, facilita seu relato sobre o abuso sexual que sofreu. A par desses argumentos, a polêmica em relação ao psicólogo ser ou não o profissional indicado para a escuta de crianças não é relevante, pois ele é o profissional que conhece o desenvolvimento infantil e todas as variáveis associadas a ele. É necessário o incremento da pesquisa sobre a memória infantil e as características das formas de expressão da criança a cada fase de desenvolvimento, pois pesquisas internacionais demonstram que a questão principal não é fazer a criança lembrar-se de fatos que ocorreram com ela, e sim conseguir expressar o que lembrou. Para isso, é necessário o desenvolvimento e a divulgação de protocolos de entrevista a serem usados pelos psicólogos em tal contexto, como já ocorre em outros países. Enumerar as variáveis que podem interferir no relato da criança e as formas de neutralizar sua ocorrência pode ajudar a criança a fazer seu relato de forma fidedigna e sem pressão, o que atende aos objetivos de redução do dano durante a produção das provas e de garantia dos direitos da criança, pela valorização de sua palavra em juízo.

Depoimento sem dano, escuta de crianças, abuso sexual.

P

JUR

AS POLÍTICAS CIENTÍFICAS, O PROJETO DE INTERNACIONALIZAÇÃO E A ÉTICA EM CAMPO ESPECÍFICO DE PESQUISA – CONTRIBUIÇÕES DA ANPEPP.

Leny Sato (USP)

Edilene Freire de Queiroz (UNICAP)

Teresa Cristina Carreteiro (UFF)

A mesa busca apresentar as discussões havidas no âmbito da ANPEPP – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia - em relação a três pontos nevrálgicos para a pesquisa no Brasil, quais sejam as modalidades de internacionalização, as questões relativas à ética na pesquisa com seres humanos e as políticas científicas. Trata, assim, do avanço das discussões relativas à internacionalização realizadas junto aos PPGs filiados a ANPEPP. Tais discussões se baseiam nas categorias levantadas no último FÓRUM de Internacionalização realizado em Fortaleza, em junho de 2010: Limite (extensão, abrangência da internacionalização); Benefícios (atividades de qualificação; promoção coletiva, melhorias do programa, efeitos sociais da internacionalização); Vantagens e desvantagens da internacionalização; Troca de experiências, construção de parcerias; Visibilidade da produção, do pesquisador e dos programas; Burocracia e dificuldades na formalização de convênios de cooperação; O papel das agências (CNPq, CAPES e FAPES) na facilitação do processo. A mesa propõe também discutir as avaliações e propostas de aperfeiçoamento relativas à Resolução CNS196/96, tomando como ponto de partida a reflexão sobre especificidades de diferentes campos de pesquisa e impactos da Resolução sobre o cotidiano da pesquisa com seres humanos no país. Finalmente, visa apresentar e discutir visões sobre os diálogos, a produção e troca de saberes entre as políticas sociais e as políticas científicas, considerando-se as interfaces e especificidades da psicologia em suas múltiplas relações com outros campos disciplinares.

Palavras-chave: internacionalização; ética na pesquisa; políticas científicas

**SUPERSTICIÓN, PSEUDOCIENCIA, E ILUSIONES CAUSALES /
SUPERSTIÇÃO, PSEUDOCIÊNCIA E ILUSÕES CAUSAIS.** *Helena Matute*
(Universidad de Deusto, Bilbao, SPAIN)

La humanidad ha tenido a lo largo de toda su evolución una gran tendencia hacia la superstición y a percibir relaciones causales donde solo hay correlaciones ilusorias. ¿Por qué motivo el cerebro humano percibe relaciones causa-efecto donde no las hay? ¿Qué situaciones favorecen la aparición de este tipo de errores y sesgos cognitivos? ¿Qué podemos hacer como psicólogos para reducir su impacto? ¿Cuál es la ventaja evolutiva que ha hecho posible que sobreviva la superstición hasta nuestros días? Son muchas las preguntas que nos hacemos. Afortunadamente, la detección de relaciones causales y predictivas es un problema que se ha investigado durante décadas en los laboratorios de psicología experimental de todo el mundo, y es mucho lo que en este momento sabemos ya sobre su funcionamiento. Sabemos qué tipo de variables acentúan la formación de ilusiones causales y supersticiones y cuáles contribuyen a su disminución. Las investigaciones recientes sobre ilusiones de causalidad nos proporcionan datos importantes que podríamos aplicar en la sociedad actual para disminuir el impacto de las pseudociencias y el avance de la superstición, contribuyendo así a una sociedad más justa y más libre.

COMO SE ESTABELECE UMA DISCRIMINAÇÃO? *Gerson Yukio Tomanari* (IP/USP)

Nessa conferência, pretendo analisar o estabelecimento de discriminações a partir da resposta de observação, o comportamento operante mantido pela produção de estímulos discriminativos. A apresentação será dividida em 4 partes. Inicialmente, vou analisar o estabelecimento de discriminações a partir da contingência tríplice, isto é, o estímulo discriminativo, a resposta e a consequência. Na segunda parte, vou falar sobre a resposta de observação, vou defini-la teórica e metodologicamente, bem como resumir as principais conclusões da área em seu estado atual. Nessa segunda parte, será muito importante o destaque que darei ao fato de que a resposta de observação deve ser definida por duas contingências entrelaçadas. Defenderei a necessidade de analisar essas duas contingências quando pretendemos compreender analiticamente o estabelecimento (ou não) de uma discriminação. Na terceira parte, vou me basear em dados coletados no laboratório para argumentar que a resposta de observação é especialmente complexa não apenas porque envolve duas contingências entrelaçadas, mas porque as consequências que a mantêm podem resultar de dois processos comportamentais distintos, isto é, treino discriminativo operante e/ou pareamentos diretos entre estímulos. Finalmente, na quarta parte, farei uma síntese das principais contribuições que tenho oferecido a essa área de investigação, bem como apontarei as perspectivas que vejo para o futuro das pesquisas nessa área.

DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA DA PSICOLOGIA *Lisiane Bizarro* (Laboratório de Psicologia Experimental, Neurociências e Comportamento, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS)

Dentre as competências básicas requeridas do formado em psicologia está a formulação de materiais de divulgação, dentre outras comunicações profissionais. Entretanto, a linguagem hermética das teorias e das práticas do psicólogo e do pesquisador em psicologia os distanciam daquela necessária para a divulgação da ciência psicológica. Além disso, a psicologia, se comparada a outras ciências como a química, a física e a biologia, está longe do conhecimento do público geral, que não recebeu educação formal sobre comportamento, psicopatologias, emoções, memória, personalidade ou inteligência, por exemplo. Houve ampla divulgação científica das neurociências após a Década do Cérebro, última década do século XX, na qual houve um enorme avanço das pesquisas nesta área. A primeira década do século XXI foi a Década do Comportamento, uma campanha lançada por sociedades científicas americanas da área da Psicologia, também adotada por entidades de países latinoamericanos. Dentre os objetivos da campanha estavam educar para a relevância e a aplicação da ciência comportamental e social, e recrutar e manter uma nova geração de estudiosos nestas áreas. O curso tem como objetivo difundir os ideais da Década do Comportamento e instrumentalizar psicólogos, pós-graduandos e professores de psicologia para incluírem a divulgação científica da psicologia na sua prática profissional. O curso abordará os conceitos de ciência e modelos de divulgação da ciência, que sofreram influências históricas, políticas e econômicas, em especial no final do século XX. No contexto da saúde pública, por exemplo, pesquisadores e gestores concordam com a necessidade de utilizar-se práticas baseadas em evidências, mas não procuram estas evidências na psicologia. A difusão da ciência em geral e em especial a da psicologia podem contribuir para incrementar a aplicação da ciência e o diálogo entre academia e prática profissional; para atrair os melhores alunos para os cursos de psicologia; para estimular a investigação científica, a formação continuada e a prática baseada em evidências; e para valorizar a profissão e o profissional. A aproximação do psicólogo da produção científica nacional e internacional em psicologia e sua divulgação também contribuirão para informar gestores e formadores de opinião. Os participantes do curso irão elaborar um projeto de divulgação, e serão levados a refletir sobre o público, a forma e o gênero literário da divulgação, e a transpor as barreiras da linguagem científica para levá-la ao público geral. Ao final, serão discutidas a importância da divulgação científica no desenvolvimento de diferentes países e da relevância da difusão da ciência do comportamento para o bem estar e a saúde mental.

Bolsista PQ2

Comunicação e Divulgação Científica, Ensino, Ciência

P

HABILIDADES BÁSICAS DO TERAPEUTA ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL.
Denis Roberto Zamignani (Nucleo Paradigma de Análise do Comportamento) e Roberto Alves Banaco (PUC-SP e Nucleo Paradigma de Análise do Comportamento).

A terapia analítico-comportamental tem base na análise do comportamento e é uma aplicação dos conhecimentos advindos dessa ciência para problemas clínicos. Seus resultados têm sido pautados em sólida linha de pesquisa. Para sua aplicação, no entanto, várias habilidades terapêuticas devem ser instaladas em seus praticantes. Como esse tipo de terapia se utiliza de uma parte bastante calcada em relatos verbais sobre os problemas humanos e suas formulações, o estudo do comportamento verbal e suas funções será um dos focos do curso. Além disso, várias outras habilidades tais como busca de informações, aconselhamento, promoção de reflexão, etc. serão demonstradas, discutidas e treinadas. Também a adequação da utilização de cada uma das classes de respostas do terapeuta durante o processo terapêutico será discutida e avaliada. Além disso, observações sobre classes de respostas verbais de clientes também serão ensinadas. Outros tópicos de importância na relação terapêutica analítico-comportamental também serão abordados tais como: O processo de reforçamento social nas sessões terapêuticas iniciais e a constituição da aliança terapêutica, A análise de contingências como ferramenta de intervenção, A Oposição do cliente como efeito de intervenções diretas do terapeuta, Modelagem de repertório e as consequências providas pelo terapeuta, Os limites da modelagem na “terapia de gabinete, A punição como efeito de contingências além da interação terapeuta-cliente, A necessidade de promoção de autonomia: O terapeuta como ambiente que fornece estimulação suplementar.

AEC

ABUSO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA PARA PREVENÇÃO E INTERVENÇÃO. *Maria da Graça Saldanha Padilha (Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, Pr).*

O abuso sexual é um dos tipos de violência contra crianças mais difíceis de serem manejados pelos diversos profissionais das áreas de saúde e educação, assim como pelos operadores do Direito e os assistentes sociais. Para o psicólogo, o abuso sexual apresenta grandes desafios, seja na área de avaliação, seja na área clínica. Dentro da Psicologia Forense, é um tema reconhecidamente importante e que exige pesquisa para aperfeiçoamento das intervenções que diminuam a revitimização, particularmente aquelas envolvidas no fluxo de atendimento desde a revelação do abuso sexual até a escuta da vítima dentro do sistema legal. O abuso sexual é qualquer ato ou contato de natureza sexual, que ocorre entre um adulto ou adolescente mais velho e uma criança ou adolescente mais novo. Pode ocorrer em um episódio ou vários, ao longo de anos na vida da vítima. O abusador sexual visa usar a vítima para obter satisfação sexual, mediante comportamentos de sedução ou coerção, instilando nesta os sentimentos de culpa e vergonha. Como resultado imediato, a vítima coloca-se na posição de participante do abuso, o que pode dificultar a revelação da situação abusiva e promover sua conseqüente continuidade. A literatura especializada aponta vários problemas psicológicos que podem estar relacionados ao abuso sexual sofrido, observados em curto, médio e longo prazo, entre eles: problemas internalizantes, como ansiedade, depressão, queixas somáticas, inibição e sintomas de Transtorno de Stress Pós-Traumático; problemas externalizantes como agressão, delinquência, envolvimento em prostituição, um nível de atividade aumentado e problemas de comportamento sexual; habilidades sociais empobrecidas, raiva e hostilidade reprimidas, capacidade para confiar prejudicada e outros. As características da interação abusiva e as conseqüências que produz, a partir dos comportamentos típicos do agressor sexual, podem justificar o desenvolvimento dos problemas psicológicos expostos acima. Além disso, vários fatores de risco concorrem para aumentar o impacto do abuso sexual, entre eles as atitudes da família e da rede social na qual se insere. A análise de fatores de risco e proteção também pode auxiliar no entendimento da determinação da ocorrência do abuso, assumindo-se que esse é um fenômeno multideterminado. Outra dimensão importante do problema do abuso sexual é a revelação, que pode ser facilitada ou dificultada dependendo da atitude do adulto que a acolhe. Quando mal acolhida pelos profissionais implicados em redes de proteção, pode concorrer para aumentar o impacto negativo do abuso na vida da vítima. A partir de indicadores já apontados na literatura especializada, pode-se facilitar a revelação feita pela vítima e o encaminhamento menos traumático possível para a denúncia, responsabilização do agressor e tratamento tanto da vítima quanto do agressor. Em face das características do abuso sexual apontadas acima, conclui-se pela importância da prevenção, seja na esfera educativa, seja na preparação de profissionais para o manejo do encaminhamento de vítimas e agressores, seja no tratamento de seqüelas decorrentes da situação abusiva.

Abuso sexual, prevenção, intervenção.

P

JUR

INTRODUÇÃO À PSICOLOGIA SOCIAL. *Brigido Vizeu Camargo* (Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição – Universidade Federal de Santa Catarina – SC)

O curso introdutório será dirigido a principiantes e terá como objetivo apresentar aos seus participantes uma visão ternária das relações entre o indivíduo e seu contexto social. Para isto, serão examinados: o conceito de relação social, as principais teorias sobre as relações interpessoais (formação de impressões, atribuição da causalidade, modelos de relação entre atitudes e comportamento, os principais processos grupais, a teoria realística e teoria integrativa dos conflitos intergrupais, e o conhecimento leigo compartilhado. Os tópicos propostos são: 1- Objeto de estudo e aspectos históricos da Psicologia Social; 2- Metodologia; 3- Teorias da atribuição de causalidade; 4- Conceito, estrutura e funções das atitudes; 5- Estudos clássicos sobre conformidade e táticas de persuasão; 6- Grupo social: tipos, características dos grupos e fenômenos grupais; 7- Conflito intergrupalo, categorização e identidade social; 8- A teoria das representações sociais: comunicação, processo representacional e estrutura. No Brasil ocorre uma descaracterização da Psicologia Social sustentada por três equívocos. O primeiro equívoco é referente à idéia de que todo estudo ou intervenção de problema social é considerado Psicologia Social; o segundo equívoco diz respeito ao entendimento de que toda psicologia é social pelo fato dos processos psíquicos terem determinação social; já o terceiro equívoco é relativo ao pensamento de que a Psicologia não pode ser dissociada da política, e considera-se a militância dos psicólogos como Psicologia Social. Os problemas sociais tão freqüentemente ligados à Psicologia Social não são seu único interesse, pois esta área do conhecimento também se interessa igualmente pelas soluções e pelos “não problemas” sociais. A ciência psicológica se difere da Psicologia Social por envolver objetos de estudo mais abrangentes, como o estudo de processos psicológicos básicos, suas naturezas, funções e relações. Já a Psicologia Social é uma área do conhecimento científico da Psicologia com objeto de estudo específico que visa a compreensão da interação social, da interdependência e da influência recíproca entre as pessoas; num contexto interpessoal, grupal, intergrupalo e societário. Trata-se de uma disciplina que fornece bases científicas para quaisquer áreas de atuação, desde a psicoterapia individual até a psicologia comunitária, passando pela psicologia escolar, do esporte, jurídica, organizacional, hospitalar, dentre outras.

Apoio: CNPq

Palavras-chave: psicologia social, objeto de estudo, interação social.

SOCIAL

PROPOSTAS E CRÍTICAS À UNIFICAÇÃO DA CIÊNCIA PSICOLÓGICA: LIÇÕES ONTOLÓGICAS. *William B. Gomes.* (Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.)

Proposições integradas e consistentes por uma teoria psicológica unificada podem parecer estranhas e inoportunas, senão inúteis ou mesmo desnecessárias. O discurso atual por uma psicologia pluralista, de preferência antirreducionista, é amplamente aceito e cultuado (Corcoran, 2009; Teo, 2010). A diversidade é justificada por variedades culturais, imponderações subjetivas, complexidade de objeto, e flexibilidade epistemológica. Do mesmo modo, movimentos teóricos divergentes originados no início do século XX, que orientaram grande parte da pesquisa, da prática e da organização profissional, continuam ativos, discutindo novos achados e revisando conceitos e aplicações. Em outras palavras, esses sistemas teóricos permanecem presentes e produtivos. Em contraste, artigos sobre unificação teórica da psicologia vêm sendo publicados com regularidade nas últimas três décadas. Têm-se então, uma conjuntura interessante e curiosamente ausente dos debates dos nossos muitos eventos anuais aqui no Brasil. Não se pode falar que tal debate não passou pelas revistas nacionais, porque o debate entre autores é uma das grandes ausências das publicações brasileiras em psicologia, sejam livros ou artigos.

Este curso sobre história contemporânea de psicologia tem como objetivo examinar a formação conceitual da psicologia comparando posições centrais de pensadores da Idade Moderna (Descartes, Locke, Spinoza e Leibniz, Wolff, Tetens) em comparação com proposições para unificação da teoria psicológica apresentada nas últimas décadas, conforme sugeridas em artigos entre 1980 e 2010. Esses artigos concentram-se no debate entre: 1) fundamentos ontológicos (incluindo níveis hierárquicos, amplitude, complexidade ou acanhamento conceitual); 2) argumentos epistemológicos (rigor, clareza, abrangência ou restrição); e 3) posições onto-axiológicas (conjunção conceitual especialmente entre ontologia e ética, levantando perguntas como “a que ou quem serviria?”). A competência a ser exercitada durante curso é a prática de análise ontológica como estudo das ideias psicológicas no decurso da história contemporânea da psicologia geral.

O programa está organizado em cinco partes: 1) Premissas para unificação: bases históricas, potencial teórico e variedades de métodos; 2) Unificação sim, desde que do meu ponto de vista; 3) Unificação sim, mas por áreas de especialização; 4) Unificação sim, mas levando em consideração as exigências ontológicas; 5) Implicações onto-axiológicas – a unificação é uma realidade futura ou apenas uma ficção, um exercício intelectual?

A primeira parte – premissas para a unificação – está baseada em dois artigos clássicos sobre teoria psicológica geral: trilogia da mente de Ernest R. Hilgard (1980), e natureza e limites do conhecimento psicológico de Sigmund Koch (1981). Hilgard traz uma visão otimista da integração entre cognição, afeição e conação, em estudo histórico sobre a psicologia contemporânea, tomando como ponto de partida a psicologia das faculdades e a primeira indicação empírica para pesquisa psicológica, nos finais do século XVIII. Em contraste, Koch traz uma visão pessimista, diante do pouco sucesso obtido com a pesquisa empírica, no qual investigar e publicar se apresenta mais como exercício metodológico do que como descoberta e inovação. A apreciação dos dois artigos define o problema, os limites e as possibilidades para se pensar em uma unificação de psicologia geral e em quais termos.

A segunda parte – unificação desde que do meu ponto de vista – recorre a uma série de artigos de autores como Arthur W. Staats (1981; 1991) e Gregory A. Kimble

(1984, 1989, 1994) que defendem a unidade com base no “behaviorismo paradigmático”, como se posicionou Staats. Há o reconhecimento de duas culturas psicológicas, a científica e a humanista, mas o problema seria como conciliar o determinismo positivista com o indeterminismo humanista. Neste sentido, o humanismo poderia ser um gerador de hipóteses a ser verificada pelos estudos científicos. Nesta linha, certamente representando a América Latina encontra-se Ardila (2006; 2010), defendendo que a unificação é sim possível, pois se trata de característica de disciplinas avançadas e maduras e a psicologia já alcançou esse estágio. A unificação seria possível com uma síntese experimental do comportamento, tendo como base a análise do comportamento. Do outro lado, o grande desenvolvimento das teorias cognitivas nas últimas décadas traz também proposta de unificação. Posner e Rothbart (2007) propõem as pesquisas em rede de atenção como modelo para integração da ciência psicológica. Para eles a conexão entre redes neurais, genes, e socialização caracteriza-se como uma abordagem comum para todos os aspectos da cognição e da emoção humana. O modelo serviria para unificar as áreas culturais, sociais, diferencial, experimental e fisiológica, e ainda serviria de linha de base para psicopatologia. Por fim uma proposta alternativa fecha este conjunto de exemplos. Gentis (2009), em seu livro *Limites da Razão* argumentou que a teoria dos jogos articula as grandes contribuições das abordagens comportamentais clássicas e evolucionárias, apresentando-se como recurso analítico para oferecer maior articulação e coerência entre as ciências humanas e sociais.

A terceira parte - unificação por áreas de especialização - traz como exemplos artigos que defendem a unificação das teorias de personalidade. Para McAdams & Pals, (2006) a integração poderia ser em torno dos cinco grandes fatores; já para Segal & MacDonald (1998) poderia ser em torno da genética do comportamento e da psicologia evolucionária. Em outra posição estão Moss e Wilson (2010) que vêem dois obstáculos à unificação das teorias de personalidade: 1) os postulados levam a implicações inconciliáveis, e 2) e as evidências decorrem de interpretações intuitivas e que não fortalecem a validade das teorias. Para os autores, o mesmo se aplica à psicologia social. Contudo, movimentos integracionistas vêm crescendo nas áreas das psicoterapias, decorrente de articulações entre clínicos de diferentes persuasões, como psicanalistas, cognitivo-comportamentais e sistêmicos (Karasu, 1995; Wachtel, 1997). Wachtel impressionou-se com mudanças na maneira de pensar de psicanalistas e behavioristas entre os anos 80 e 90. Muitos psicanalistas deixaram de lado a visão intrapsíquica isolada e não contextualizada para incluir a visão heterogênea e relacional. Do mesmo modo, muitos behavioristas afastavam-se do radicalismo inicial para considerar os processos mediacionais da mente. Nas palavras de Karasu (p. 484) “o estado da arte da psicoterapia sugere que novos paradigmas são necessários para combinar ou transcender diversas perspectivas de psicopatologia e tratamento.” Com efeito, podemos considerar a preocupação integracionista de especialistas em suas próprias áreas como indicativo de que os avanços e percalços da pesquisa e prática apontam nesta direção.

A quarta parte – unificação levando em conta aspectos ontológicos e epistemológicos – remete-nos ao cerne da natureza psicológica de animais humanos e não humanos, em especial, aos aspectos gnosiológicos e cognoscentes (capacitação para conhecer) e às apetições (capacitação para sentir, emocionar, querer, agir). Matarazzo (1997) em seu artigo “*There is only one psychology, no specialties, but many applications*” defendia que, apesar das posições em contrário, conteúdos, processos, e princípios que constituem a essência da psicologia e que a diferenciam das outras ciências, continuam os mesmos, desde que esta se tornou uma disciplina autônoma em universidades. Ainda, Rychlak (1993) lembrava que os problemas conceituais da psicologia não estão nos métodos, mas nos fundamentos incertos e confusos que

sustentam as teorias. Ele apontou para quatro fundamentos clássicos que poderiam complementar as explicações teóricas, a saber, *Physikos*, *Bios*, *Socius*, e *Logos*. Para o autor, mesmo que a teoria tenha como ponto de partida um determinado fundamento, os demais são necessários para explicações complementares. Henriques (2003) vai adiante nesta mesma posição com uma bela síntese do sistema ontológico árvore do conhecimento (ToK), demarcando a ciência psicológica como um campo de interseção entre as ciências biológicas e sociais. Árvore do conhecimento é um sistema ontológico hierárquico, com base em princípios evolucionários para explicar o processo que vai da matéria para a vida, da vida para a mente, da mente para cultura. O modelo apresentado por Henriques tentou conciliar psicanálise e behaviorismo, o que não foi difícil, desde que as duas teorias são deterministas e se apresentam como doutrinas ou filosofia. As posições do autor (Henriques, 2005a; 2005b) são debatidas e ampliadas em edição especial do *Journal of Clinical Psychology*, onde o sistema árvore do conhecimento é desafiado (Slife, 2005) por fragmentos intervenientes como pesquisas qualitativas e psicoterapias espirituais e pelas posições de filósofos como Wittgenstein (1958), para quem a unificação não é possível e nem desejável porque o jogo de linguagem das várias teorias jamais será inibido por imposição de linguagem de ordem superior. O confronto ontológico por unificação, se acentua em recentes debates entre as ciências cognitivas e a fenomenologia, tendo como alvo o problema da consciência. Chalmers (1995) definiu o conceito de consciência como problemático por se referir a diferentes fenômenos, em particular, ao problema da intencionalidade e da representação. Um dos problemas é aparentemente simples, pois trata de como a mente processa informação e responde a estímulos. O outro é complexo, pois trata dos aspectos experienciais e fenomenais da mente, isto é, como a experiência aparece para a consciência. O encaminhamento para resolver o problema defronta-se com obstáculos epistemológicos digitais: ou trata a intencionalidade e a representação como dados externos e causais à consciência, ou retorna a explicações ontológicas para encontrar uma substância que dê conta do neuroquímico, do cultural, e do intencional. Uma solução ontológica que é ao mesmo tempo internalista e exclusivista, ou em termos mais apropriados inclusivista/exclusivista (reconhecimento de interações entre diferentes níveis ontológicos) é defendido por Smith (1999). O autor lembra que a história das ideias psicológicas mostra um movimento de superação e de transição ontológica. Assim, foi superada a ontologia das duas substâncias de Descartes (mente e corpo), pela ontologia monista do behaviorismo e das neurociências (corpo). No entanto já é tempo de considerar uma ontologia unionista, cuja integração parte da premissa básica de uma só natureza (estamos todos no mesmo mundo) que se hierarquiza em diferentes níveis, cada nível com suas propriedades. Neste debate, epistemologistas são claramente contrários à unificação, que para eles é uma herança positivista. Ao contrário, ontologistas buscam unificações que atenderiam às especificidades presentes nos diferentes níveis hierárquicos da natureza e de seus produtos, entre eles os humanos que se agrupam em sociedades, cuja experiência de vida em comum inventa a cultura.

A quinta e última parte trata das implicações onto-axiológicas, referindo-se as implicações éticas derivadas de premissas ontológicas, ou de éticas que se transformam em substitutas de ontologia. Se a teoria é, sobretudo, epistemológica, não se atendo a exigências ontológicas, a práxis do método assume as posições valorativas implícitas, ou seja, se torna ética, uma valoração. O termo onto-axiologia tem sido usado no Direito (Wetzel, 2001) e na Bioética (Bellino, 1997) para mostrar como valores determinam princípios aplicativos, educativos, prescritivos, interventivos ou preventivos. Pergunta-se, então, o que mantém a fragmentação da psicologia e a quem interessaria uma psicologia unificada? Fowler (1990) responderia que seria a integração entre ciência e

prática. Sternberg e Grigorenko (2001) propõem uma psicologia unificada com características multiparadigmáticas, multidisciplinares e que abordem os fenômenos psicológicos de modo integrado por meio de operações convergentes. Por operações convergentes os autores ressaltam a necessidade de os problemas de pesquisa ser investigados por diferentes métodos, sem privilegiar essa ou aquela metodologia, abertos à contribuição de outras teorias e disciplinas. Contudo, a oportuna proposição de Sternberg e Grigorenko restringe-se aos problemas da formação, muitas vezes atrelada a um único método (por exemplo, pesquisa qualitativa, estatística, hermenêutica, estudos de caso, etc.), a uma única teoria (por exemplo, construcionismo, sócio-histórica, psicanálise, fenomenologia-existencial, cognitivo-comportamental, psicométrica, etc.), ou a uma única especialidade (psicologia social, psicologia do desenvolvimento, psicologia organizacional, psicologia clínica, etc.). A proposta refere-se basicamente à reorganização do campo psicológico, sem maiores considerações sobre ciência psicológica. Os autores estariam, assim, mais interessados na superação da ética vigente, sob o argumento que alterando a prática, altera-se a teoria. Poucos anos depois, Sternberg (2005) retorna ao tema com a organização do livro “*Unity in Psychology: Possibility or Pipe Dream*” publicado pela *American Psychological Association*. Contempla a formação, a prática, a teoria e a pesquisa, com capítulos escritos por conhecidos autores preocupados com a questão como Gardner, Kimble, Rychlak e Staats. O conceito de onto-axiologia serve especialmente para alertar-nos das implicações éticas, às vezes não percebidas, da formulação de teorias, sejam elas discursivas, populacionais, ou experimentais. Muito se fala no progresso do conhecimento, mas os momentos de conhecimento são tão cíclicos quanto a economia, passando por tempos de prosperidades (iluminismo) e depressão (obscurantismo). No caso da unificação, estudos onto-axiológicos ajudam a clarificar a forma da proposição, sendo que se encaminhados via ética são certamente equivocados e teoricamente frágeis.

O curso conclui com a pergunta: não seria unificação mais ficcional do que factível? Scott (1991) responderá que será sim ficcional, pois na sua avaliação os departamentos de psicologia se transformariam gradativamente em outros departamentos, como neurociências, ciências cognitivas, gestão de pessoas, análise de comportamento, ou psicoterapia. Assim, por que haveríamos de nos preocupar com uma psicologia geral unificada? Há, certamente, muito mais críticos do que defensores de uma ciência psicológica unificada, sob o argumento de que devemos garantir a diversidade, pois essa abre espaço para a criação e a inovação. Afinal, a tendência dominante é a da especialização, da fragmentação e do surgimento de novas disciplinas, incentivadas, sobretudo, pelos movimentos interdisciplinares, multidisciplinares e transdisciplinares. No Brasil, mudanças de currículo promovidas pelas diretrizes curriculares em 2004 (Brasil, 2004) enfatizaram a formação generalista. Contudo, tais mudanças não prosperaram, provavelmente, por decorrem da imposição de um decreto governamental, e não da iniciativa espontânea e criativa das universidades, e por interferências corporativas que colocaram as diretrizes sob suspeita. No entanto, o viés que será defendido no final do curso é que ao longo do desenvolvimento da história das ideias psicológicas vem se delineando uma base ontológica comum para a psicologia, entendida como o conhecimento que articula a cognição, a afeição, e o comportamento, como destacou Hilgard (1980). Tal explanação, embora tendo origens no pensamento especulativo de filósofos, não foi improdutiva, como entenderam alguns. Foi um esforço sólido na exploração e clarificação das relações entre cognição e afeições, ou entre razão e emoção: em seus aspectos conscientes e não-conscientes, inativos e empíricos. São essas relações que configuram a vontade e determinam as escolhas e

deliberações, em atitudes expressas no comportamento. Preferências por uma ou outra dessas propriedades psicológicas decorreram de crenças ontológicas equivocadas ou da limitação epistemológica. Os avanços das neurociências nestes últimos anos fornecem informações animadoras sobre a conjunção entre o bioquímico e neuropsicológico, e entre a psicologia e a psicopatologia. Scott (1991, p. 975) abriu seu artigo com uma frase contundente: “a psicologia carece de uma clara identidade.” Com a mesma contundência declarou Henriques (2005b, p. 121) “a psicologia não conseguiu alcançar seu potencial de ciência e de profissão.” Scott, prossegue lembrando que a grife psicologia não passa de uma federação de disciplinas pobremente relacionadas, reunidas por fins administrativos e corporativos. Independente de colocações universitárias ou corporativas há hoje conhecimento considerável sobre natureza e funcionamento dos fatos psíquicos e emoções, e de suas implicações neurais, psicofísicas e comportamentais. A unificação da psicologia a ser defendida no curso deriva de uma diferenciação de níveis ontológicos (físico, biológico, psicológico, interacional, social, organizacional, cultural) e de habilitações profissionais aplicadas a contextos (ecologia, engenharia, psicofísica, neuroquímica, psicopatologia, neurocognição, cognição, interpessoal, comunicação, negociação). Eu não poderia concluir, sem recorrer a uma das minhas citações preferidas (Stanovich, 2004, p. ix)

Existe um corpo de conhecimento que não é conhecido pela maioria das pessoas. Esta informação refere-se ao comportamento humano e à consciência em suas várias formas. Ele pode ser usado para explicar, predizer e controlar ações humanas. Aqueles que têm acesso a esse conhecimento podem contar com recursos valiosos para compreenderem outros seres humanos. Há neles uma concepção mais completa e acurada sobre o que determina o comportamento e os pensamentos de outros indivíduos, o mesmo não ocorrendo entre aqueles que não possuem este conhecimento. Surpreendentemente, este corpo de conhecimento desconhecido é a disciplina de psicologia

A unificação aqui entendida mostra como descobertas importantes e consolidadas em pesquisas podem ser conciliadas em termos ontológicos numa teoria comum. Com o apoio de evidências e sendo capaz de dominar linguagem transteórica, os psicólogos estarão mais preparados para a compreensão de sua ciência, para o exercício de suas habilitações e para o diálogo com outros profissionais. E a discussão continua, como mostra Milton (2010), no recente artigo “*A new framework for psychology*”, tendo como palavras chaves: *framework* (enquadre), *unification* (unificação), *ontology* (ontologia), *model* (modelo).

Referências

- Ardila, R. (2006). The experimental synthesis of behaviour. *International Journal of Psychology*, 41, 462-467
- Ardila, R. (2010). Psychology and behavior analysis: The nature of the controversy. In Schwarzer, R., & Frensch, P. A. (Eds), *Personality, human development, and culture: International perspectives on psychological science*, (Vol 2, pp. 263-274). New York, NY: Psychology Press
- Bellino, F. (1997). *Fundamentos da bioética: Aspectos antropológicos, ontológicos e morais* (N. S. Canabarro, Trad.). Bauru, SP: Edusc. (Original publicado em italiano, 1993)
- Brasil (2004). Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Parecer CNE/CES 0062/2004 de 19 de fevereiro de 2004. *Diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em Psicologia*, Disponível em:

- <http://www.abepsi.org.br/abepsi/linha_do_tempo/memoria/docs/fr_2004_2.htm>. (Acessado em 10/6/2004).
- Chalmers, D. J. (1995). Facing Up to the Problem of Consciousness. *Journal of Consciousness Studies* 2(3):200-19,
- Corcoran, T. (2009). *Segund Nature*. British Journal of Social Psychology, Vol 48(2), Jun 2009, 375-388
- Fowler, R. D. (1990). Psychology: The core discipline. *American Psychologist*, 45(1), 1-6.
- Gardner, H. (2005). Scientific psychology: Should we bury it or praise it. Em R. Sternberg (Ed.), *Unity in psychology: Possibility or pipedream?* (pp. 77-90). Washington, DC: American Psychological Association
- Gintis, H. (2009). *The bounds of reason: Game theory and the unification of the behavioral sciences*. Princeton, NJ, US: Princeton University Press.
- Henriques, G. (2003). The tree of knowledge system and the theoretical unification of psychology. *Review of General Psychology*, 7(2), 150-182.
- Henriques, G. R. (2005a). A New Vision for the Field: Introduction to the Second Special Issue on the Unified Theory. *Journal of Clinical Psychology*, 61(1), 3-6.
- Henriques, G. R. (2005b). Toward a useful mass movement. *Journal of Clinical Psychology*, 61(1), 121-139.
- Hilgard, E. R. (1980). The trilogy of mind: Cognition, affection, and conation. *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, 16, 107-117.
- Karasu, T. B. (1995). Transtheoretical practice of psychotherapy. *American Journal of Psychotherapy*, 49(4), 484-503.
- Kimble, G. A. (1984). Psychology's two cultures. *American Psychologist*, 39(8), 833-839.
- Kimble, G. A. (1989). Psychology from the standpoint of a generalist. *American Psychology*, 44(3), 491-499.
- Kimble, G. A. (1994). A frame of reference for psychology. *American Psychologist*, 49(6), 510-519.
- Kimble, G. A. (2005). Paradigm lost, paradigm regained: Toward unity in psychology. . Em R. Sternberg (Ed.), *Unity in psychology: Possibility or pipedream?* (pp. 91-108). Washington, DC: American Psychological Association
- Koch, S. (1981). The nature and limits of psychological knowledge. *American Psychologist*, 36(3), 257-269.
- McAdams, D. P. & Pals, J. L. (2006). A new big five: Fundamental principles for an integrative science of personality. *American Psychologist*, 61(3), 204-217.
- Matarazzo, J. D. (1987). There is only one psychology, no specialties but many applications. *American Psychologist*, 42(10), 893-903.
- Moss, S. A.; & Wilson, S. (2010). Integrating the most unintuitive empirical observations of 2007 in the domain of personality and social psychology into a unified framework. *New Ideas in Psychology*, 28(1), 1-27
- Milton, N. R. (2010). A new framework for psychology. *Review of General Psychology*, 14(1), 1-15.
- Rychlak, J. E. (1993). A suggested principle of complementarity for psychology: In theory, not method. *American Psychologist*, 48(9), 933-942.
- Rychlak, J. E. (2005). Unification in theory and method: Possibilities and impossibilities. Em R. Sternberg (Ed.), *Unity in psychology: Possibility or pipedream?* (pp. 145-158). Washington, DC: American Psychological Association

- Posner, M. I., & Rothbart, M. K. (2007). Research on attention networks as a model for the integration of psychological science. *Annual Review Psychology*, 58, 1-23.
- Scott, T. R. (1991). A personal view of the future of psychology departments. *American Psychologist*, 46(9), 975-976.
- Segal, N. L., & MacDonald, K. B. (1998). Behavioral genetics and evolutionary psychology: Unified perspective on personality research. *Human Biology*, 70(2), 159-184.
- Slife, B. (2005). Testing the Limits of Henriques' Proposal: Wittgensteinian Lessons and Hermeneutic Dialogue. *Journal of Clinical Psychology*, 61(1), 107-120.
- Smith, D. W. (1999). Intentionality naturalized? Em J. Petitot, F. J. Varela, B. Pachoud, & J-M. Roy (Eds.) *Naturalizing phenomenology* (pp. 83-110). Stanford, CA: Stanford University Press.
- Staats, A. W. (1981). Paradigmatic behaviorism, unified theory, unified theory construction methods, and the zeitgeist of separatism. *American Psychologist*, 36(3), 329-256.
- Staats, A. W. (1991). Unified positivism and unification psychology: Fad or new field. *American Psychologist*, 46(9), 899-912.
- Staats, A. W. (2005). A road to, and philosophy of, unification. . Em R. Sternberg (Ed.), *Unity in psychology: Possibility or pipedream?* (pp. 159-178). Washington, DC: American Psychological Association
- Stanovich, K. E. (2004). *How to think straight about psychology*. Boston: Allyn and Bacon.
- Sternberg, R. (Ed.). (2005). *Unity in psychology: Possibility or pipedream?* Washington, DC: American Psychological Association.
- Sternberg, R., & Grigorenko, E. L. (2001). Unified psychology. *American Psychologist*, 56(12), 1069-1079.
- Teo, T. (2010). Ontology and scientific explanation: Pluralism as an a priori condition of psychology. *New Ideas in Psychology* 28, 235-243
- Wittgenstein, L. (1958). *Philosophical investigations*. New York: MacMillan Publishing Company.
- Wachtel, P. L. (1997). *Psychoanalysis, behavior therapy, and relational world*. Washington, DC: American Psychological Association.
- Welzel, H. (2001) *O novo sistema jurídico-penal: Uma introdução à doutrina da ação finalista*. (Luiz Régis Prado, Trad.). São Paulo: Revista dos Tribunais

O USO DE RECURSOS DE INFORMÁTICA, EM ESPECIAL SOFTWARES EDUCATIVOS, NA RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS DE LEITURA E ESCRITA. *José Gonçalves Medeiros* (Laboratório de Linguagem e Comportamento Verbal, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC).

As instituições escolares, principalmente as de ensino de 1º e 2º graus públicas, usam com muita restrição os recursos da informática. Quanto muito possuem um laboratório apinhado de computadores para uso de centenas de alunos. Ao contrário, as instituições superiores de ensino públicas têm amplo acesso a esse tipo de recurso com laboratórios de informática na maioria dos cursos e departamentos. Os professores, principalmente, aqueles com projetos de pesquisa aprovados por órgãos de financiamento têm adquirido um número cada vez maior desses recursos. Há, contudo, muita limitação quanto ao uso desse material principalmente nas áreas de Ciências Humanas. A grande maioria usa apenas para edição de textos e são poucos o que os utilizam para pesquisa em base de dados. E são ínfimos aqueles que os utilizam para produzir e ou acessar softwares. Falta conhecimento das possibilidades e recursos disponibilizados nos equipamentos e principalmente pessoal qualificado para orientar o uso e assessorar na busca dos recursos disponíveis. Há pouco conhecimento sobre a qualidade e aplicabilidade desses recursos, principalmente aqueles produzidos por grupos de pesquisa acadêmicos. Há, contudo, em algumas localidades, grupos de professores e alunos de pós-graduação envolvidos com a produção de softwares relativos à aplicação na educação. Acesso a esses recursos, principalmente àqueles produzidos com critérios científicos, ajudará alunos de graduação e pós-graduação a usá-los na programação e coleta de dados em seus projetos de pesquisa. Propõe-se, portanto, como objetivos desse curso: a) discutir as possibilidades de aplicação de softwares educativos na resolução de problemas de aprendizagem, em especial, leitura e escrita e b) mostrar, especificamente, as possibilidades de aplicação dos softwares educativos Mestre e Libras na resolução desses problemas. O programa computacional educativo Mestre® (Goyos & Almeida, 1994) destina-se a professores e demais educadores que atuam na área de educação pré-escolar e de primeiro grau e na educação especial. O Mestre® foi desenvolvido no LAHMIEI com o objetivo de servir como uma ferramenta de auxílio ao ensino de habilidades acadêmicas diversas para aprendizes a partir da idade de três anos. O programa permite que o educador crie atividades diversas de acordo com as suas necessidades e as do aprendiz. O programa permite uma interação bastante amigável com o usuário. Uma tela principal apresenta seis ícones, com desenhos sugestivos do conteúdo, que dão acesso a todas as ferramentas disponíveis. Cada ícone leva a uma nova tela quando o usuário clica em um deles com o mouse. Os ícones são os seguintes: *desenho de uma criança interagindo com o computador*: leva para a área de escolha da tarefa a ser executada pelo aluno; *desenho de um adulto interagindo com o computador*: leva para a área de criação de tarefas; *desenho de uma folha de papel*: dá acesso ao registro do desempenho do aprendiz e traz a opção de imprimir esse registro em forma de relatório; *desenho de um gravador*: permite acesso ao conjunto de sons disponíveis; *desenho de uma câmera fotográfica*: permite acesso ao conjunto de imagens disponíveis; *desenho de uma porta*: para sair do sistema. É possível introduzir ou eliminar sons e imagens, adaptando a base de dados às necessidades do aprendiz ou objetivos do educador. A tela de criação de tarefas é usada para elaborar os conjuntos de exercícios ou problemas ou para modificar os já existentes. Para criar uma nova tarefa, o educador deve nomeá-la, introduzir sons, imagens e textos como estímulos modelos e imagens, textos e letras como estímulos comparações. O sistema permite introduzir até

dois modelos por exercício e até três comparações. Mesmo após criada, a tarefa pode ser alterada, incluindo novos exercícios ou apagando os já existentes. A opção para resolver tarefas contém as lições criadas anteriormente. O usuário pode escolher uma dessas lições para ser executada clicando sobre ela com o mouse. O nome do aprendiz pode ser digitado para depois ser impresso juntamente com o nome da tarefa no relatório. Existe, ainda, a opção de usar ou não conseqüências para as respostas do aluno. A interação do aprendiz com o sistema dá-se através do mouse ou do teclado. As apresentações dos modelos e das comparações na tela seguem os moldes das tarefas de escolha de acordo com o modelo, sendo que o programa apresenta na parte superior da tela os estímulos modelos e na parte inferior, os estímulos comparações. O programa fornece um relatório com informações relevantes do desempenho do aluno durante a execução de uma dada tarefa. A tela que mostra a opção de gerar relatório contém informações sobre todas as tarefas disponíveis para solicitação de relatório. O relatório traz as seguintes informações: nome do aluno, nome da lição, data, horário de início e de fim da tarefa e um resumo do desempenho do aluno na lição com frequência simples e porcentagem de erros e acertos. O relatório apresenta, ainda, informações detalhadas da lição: número e ordem das tarefas apresentadas, estrutura de cada tarefa (modelos e comparações), a escolha determinada como correta pelo educador e a escolha efetiva do aluno. Embora não seja pertinente à natureza de um curso introdutório com tão pequena carga horária discutir e ou formular propostas macro-estruturais, sugere-se que a SBP encaminhe à CAPES um estudo sobre as possibilidades de implementação e criação de uma base de dados específica para disponibilizar softwares educativos semelhante ao Portal de Periódicos disponível em sua Home Page.

Palavras-chave: Software educativo; Equivalência de estímulos; Ensino informatizado
D – Doutorado

ESC – Psicologia Escolar e da Educação

FAVORECENDO A APRENDIZAGEM DE LEITORES INICIANTES. *Elenice Seixas Hanna* (Universidade de Brasília) e *Deisy das Graças de Souza* (Universidade Federal de São Carlos)

O objetivo deste curso será divulgar análises conceituais e resultados recentes da pesquisa científica sobre os processos básicos de aprendizagem subjacentes à aquisição de leitura e escrita. Os principais tópicos incluirão as dificuldades da escola no ensino de leitura e escrita e possíveis caminhos para a solução desse problema acadêmico e social: a concepção de leitura e escrita como uma rede de repertórios que podem ter origem independente, mas que se interligam por meio da formação de classes de estímulos equivalentes envolvendo fala, escrita e eventos referentes; a noção de recombinação de repertórios, derivados, por abstração de unidades comportamentais, de repertórios previamente aprendidos; a importância da recombinação para o desempenho generalizado, isto é, para a leitura de qualquer palavra da língua, a partir do reduzido número de elementos do alfabeto; variáveis que favorecem a recombinação; estratégias e procedimentos de ensino para maximizar o potencial recombinativo da língua portuguesa. A parte final do curso será dedicada ao relato de um conjunto de pesquisas sobre aprendizagem de leitura e escrita com base no referencial teórico analisado. A apresentação dos estudos deverá constituir uma oportunidade para que os participantes do curso examinem as perguntas de pesquisa, os procedimentos empregados, a adequação dos procedimentos para responder às perguntas de pesquisa, a generalidade dos dados e possíveis aplicações ao ensino. Uma síntese final deverá resumir os principais avanços nessa área e os elementos indispensáveis para a programação de um ensino eficaz para alunos iniciantes. Palavras-chave: aquisição de leitura; generalização recombinativa; matrizes de ensino; comportamento simbólico

AEC

OS EFEITOS DO SOCIAL NO ADOECIMENTO DO CIDADÃO. *Henrique Figueiredo Carneiro* (Universidade de Fortaleza – UNIFOR – CE. – Laboratório sobre as novas formas de inscrição de objeto – LABIO do Programa de Pós-graduação e Psicologia)

A incidência de diagnósticos como depressão, síndrome do pânico e transtornos bipolares passou a ser uma das maiores causas das primeiras consultas nos consultórios de psicanálise e na rede pública de atenção à saúde. Ao mesmo tempo contata-se durante o acompanhamento da escuta analítica, que de fato tratamos de uma resposta que o sujeito organiza diante da desarrumação dos laços sociais e que estas respostas o cidadão as utiliza em função dos discursos vigentes na sociedade e na ciência. O curso questiona - a partir dos discursos gerados no contemporâneo - os efeitos do social na formação de doenças que o sujeito se apega como uma forma de identificação e, conseqüentemente, de inserção social pela via do sofrimento. Com isso, o curso será estruturado a partir dos seguintes pressupostos: de que existe uma espécie de traço econômico masoquista que vem à tona na conjuntura social, na forma como o sujeito se apropria de uma posição no laço ou em função dele; Do mesmo modo, existe uma figura mítica evocada e encarnada na ficção de um homem eficaz e autônomo, que sucumbe diante da realidade do laço social. De que a figura mítica evocada não cumpre a função de sustentação ou regulação do laço; De que há uma incorporação do mito de Narciso e, por conseguinte, todas as conseqüências que esta opção implica para o sujeito; Que as repostas apresentadas ao mal-estar circulam sob forma de enfermidades difundidas pelos discursos vigentes. O objetivo é apresentar e discutir a proposição de que paralelo a incidência de diagnósticos como a depressão, a síndrome do pânico e os transtornos bipolares, verbalizados pelos pacientes nos consultórios de psicanálise e na rede de saúde pública, subjaz uma ordem discursiva social e científica que influencia a identificação do sujeito com o adoecimento psíquico vigente na sociedade. A meta a ser alcançada é que ao final os participantes possam discernir que os efeitos da desorganização do laço social evocam no sujeito respostas particulares, muitas vezes em função de uma ordem estabelecida, dado que sugere que o percurso de um paciente nestas condições pode oferecer riscos significativos quando tomado por uma psicopatologia médica. Finalmente, o curso articulará que há entre esses três nomes utilizados maciçamente na atualidade pelo cidadão comum, uma conexão direta entre Narciso, os efeitos do sujeito autônomo, a produção de sintomas e a cadeia que parte da depressão, passa pelo pânico e termina na dinâmica oscilante da bipolaridade.

Pesquisa realizada com o apoio CNPq Bolsista – Estágio Sênior

PD

Discurso; Adoecimento; Sociedade

SAÚDE

PSICOLOGIA AMBIENTAL: DA FLORESTA À METRÓPOLE *Hartmut Günther*
(Departamento de Psicologia Social e do Trabalho, Laboratório de Psicologia Ambiental, Universidade de Brasília, Brasília, DF).

O local desta Reunião da SBP, Belém do Pará, salienta dois temas centrais da Psicologia Ambiental: a preservação do meio ambiente e a vida urbana. Tanto a preservação ambiental de maneira geral e a do Amazonas em particular, quanto a crescente urbanização apresentam tarefas múltiplas – nas suas dimensões comportamentais e subjetivas desafiam a Psicologia a contribuir para a resolução de conflitos ambientais e a melhoria da qualidade de vida. Este curso introdutório tratará de quatro temas: (A) Conceitos básicos da Psicologia Ambiental (PA) e da Psicologia Ecológica (PE). Tratar-se-á, de definições da PA e PE, bem como dos conceitos territorialidade, mobilidade e *affordance*. Para explicitar estes conceitos, a floresta amazônica e a aglomeração urbana de Belém do Pará serão consideradas de maneira prototípica. (B) Psicologia ambiental e a floresta amazônica. Serão abordadas questões do comportamento de sustentação da vida humana em ambientes naturais de maneira exemplar pela floresta amazônica. Conceitos-chave a serem tratadas nesta segunda parte são sustentação, sustentabilidade, desenvolvimento sustentado e desenvolvimento com sustentabilidade. (C) Psicologia ambiental e a vida urbana. Partindo da cidade de Belém do Pará, serão explorados os conceitos de mobilidade (social e física), bem como oportunidades e desafios do meio urbano. (D) O minicurso será concluído pela problematização da reciprocidade entre os desafios apresentados pela preservação de ambientes naturais e a necessidade de assegurar qualidade de vida urbana. O desafio desta reciprocidade passa pelos atrativos da vida urbana para a população rural e a idealização da vida em ambientes naturais por parte de populações urbanas. Bibliografia extensa, bem como programação mais detalhada no site do Laboratório de Psicologia Ambiental: www.psi-ambiental.net

ARTIGO CIENTÍFICO: DOS FUNDAMENTOS À SUBMISSÃO. *Maria Imaculada Cardoso Sampaio e Aparecida Angélica Zoqui Paulovic Sabadini* (Universidade de São Paulo - Instituto de Psicologia Biblioteca Dante Moreira Leite – Sede da BVS-PSi e BVS ULAPSI)

O Curso “Artigo Científico: dos fundamentos á submissão” tem como objetivo orientar estudantes, pesquisadores e profissionais da área de Psicologia e ciências afins quanto à preparação e normalização do artigo científico. O periódico científico, além de ser o veículo mais usual para comunicação de trabalhos científicos e ser o responsável pela consolidação das áreas e sub-áreas do conhecimento, assegura a autoria e legitima os direitos do produtor, além de registrar a memória da Ciência. Formado de partes distintas, o artigo científico, compõe o corpo do periódico. São considerados elementos pré-textuais do artigo: autores, título e subtítulo, resumo e descritores na língua do original e em língua estrangeira. Os elementos textuais são a parte do artigo onde a matéria é exposta e desenvolvida e podem ser resumidos em introdução, onde é feita a apresentação das idéias, a revisão da literatura, o que o trabalho acrescenta, os objetivos da contribuição e outros pontos. No desenvolvimento são apresentados o método utilizado na pesquisa, os resultados, a discussão sobre os dados encontrados e a conclusão, ou considerações finais. O pós-texto é formado pelas referências, anexos, apêndices e outros dados que complementam o artigo. O mérito de um periódico científico é determinado levando-se em consideração a representatividade do corpo editorial, dos consultores, além de aspectos como indexação em bases de dados, critérios de arbitragem dos textos, natureza do órgão publicador e abrangência quanto à origem dos trabalhos. Entretanto, é o conteúdo dos artigos que determina o real valor da revista científica.

TEORIA BIOECOLÓGICA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO E INSERÇÃO ECOLÓGICA: PESQUISA E INTERVENÇÃO. *Silvia Helena Koller* (Centro de Estudos Psicológicos CEP-RUA, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS)

A teoria bioecológica do desenvolvimento humano (TBDH) foi criada em 1979 por Urie Bronfenbrenner, como abordagem ecológica do desenvolvimento humano (1996, 2011). Propôs uma mudança radical no curso da psicologia do desenvolvimento. Enfatizou inicialmente a observação naturalística como método de pesquisa, focalizando principalmente no contexto de desenvolvimento dos seres humanos. Evoluiu incluindo a variável tempo como um importante aspecto a ser considerado, levando em conta desde rotinas até questões sócio-históricas e a intergeracionalidade. Tem, atualmente, como um de seus pressupostos básicos, a visão sistêmica do desenvolvimento humano, que é considerado produto da inter-relação de quatro núcleos: o processo, a pessoa, o contexto e o tempo, também denominados como Modelo PPCT. A TBDH tem implicações importantes para o método e o planejamento de investigações. A validade ecológica é uma das dimensões mais valorizadas na teoria, pois exige que os dados obtidos se baseiem em evidências. O método da inserção ecológica consiste na operacionalização da TBDH e é adequado para estudos realizados em ambiente natural e com foco no desenvolvimento-no-contexto (Cecconello & Koller, 2003; Eschiletti Prati et al., 2008; Koller, 2004). A inserção ecológica possibilita vários níveis de aproximação e sistematização das quatro dimensões do Modelo PPCT. A análise desses elementos, combinada com a interação de pesquisadores e participantes e com a possibilidade de utilizar técnicas de coleta de dados qualitativas e quantitativas, enriquece e qualifica as informações obtidas e os resultados das pesquisas. O objetivo deste curso é apresentar: a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (TBDH), suas bases epistemológicas, principais conceitos e evolução; os aspectos metodológicos da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (TBDH); e, o método de inserção ecológica e aplicação em pesquisas e intervenções. O curso será organizado na forma de exposição e discussão dos aspectos teórico-metodológicos com ilustração de dados de pesquisas e de intervenções, especialmente aqueles aplicados no contexto do Brasil.

Apoio CNPq.

Palavras-chave: Desenvolvimento humano; método de pesquisa e intervenção; teoria bioecológica.

Pesquisador – P

DES

TEORIAS DA INTELIGÊNCIA E INSTRUMENTOS DE MEDIDA. *Ricardo Primi* (Laboratório de Avaliação Psicológica e Educacional (LabAPE); Programa Mestrado e Doutorado em Avaliação Psicológica; Universidade São Francisco, Itatiba, SP.)

Este curso procura apresentar e fomentar a discussão sobre alguns avanços científicos na conceituação e avaliação da inteligência. Trata-se primeiro da evolução do estudo da inteligência, especialmente na abordagem psicométrica apresentando o modelo de Cattell-Horn-Carroll (CHC). Também pretende-se discutir as abordagens mais recentes que procuram integrar os estudos das abordagens psicométrica, cognitiva e da mais recente neurociência cognitiva que se caracterizam pelo aprimoramento no entendimento da estrutura e funcionamento da inteligência. Finalmente apresenta-se um levantamento dos testes existentes e sua relação com os modelos teóricos discutidos.

TERAPIA COMPORTAMENTAL DE CASAIS: UM ENFOQUE CONTEXTUAL. *Yara Kuperstein Ingberman* (Instituto de Estudo e Psicoterapia Analítico Comportamental, Universidade Positivo, Universidade Tuiuti Curitiba, PR) e *Vera Regina Lignelli Otero* (Clínica ORTEC, Ribeirão Preto, SP)

Este curso tem como objetivo oferecer uma visão sobre o atendimento psicoterápico de casais com enfoque comportamental. A terapia comportamental de casais sofreu profundas modificações na sua maneira de atuar nas últimas duas décadas. As principais alterações ocorreram na formulação de casos e nas estratégias utilizadas que são oriundas da análise do comportamento. Este novo modelo, conhecido como Terapia Integrativa de Casais é fundamentado em pesquisas e propõe formas mais abrangentes para identificar e intervir nas dificuldades apresentadas por parceiros. Tais propostas para lidar com relacionamento de casais estão baseadas nos conceitos de tolerância e aceitação incluindo as novas abordagens contextuais nos tratamentos fundamentados nos princípios do behaviorismo radical. Serão abordados vários aspectos referentes às dificuldades de comunicação presentes nos relacionamentos dos parceiros que procuram ajuda psicoterápica. As dificuldades de comunicação geralmente permeiam os diferentes problemas apresentados pela díade. Serão destacados alguns dos tópicos relevantes que devem ser considerados nesse tipo de atendimento: a escolha de parceiros, o namoro, o casamento e as principais maneiras de agir que levam ao desenvolvimento dos problemas do casal. Serão enfocados também os seguintes pontos: como avaliar as queixas dos parceiros, como formular um plano de atendimento que contemple as necessidades inerentes a alguns tipos específicos de casos. Serão apresentados aspectos gerais da literatura e da prática clínica que têm sido adotadas por profissionais no atendimento de alguns casos, enfatizando-se os procedimentos que podem ser desenvolvidos. Serão discutidas neste curso algumas especificidades relacionadas ao atendimento de parceiros que, pelas mudanças rápidas de nossa realidade social e por sua frequência de ocorrência nos atendimentos atenção e considerações específicas nos processos de tratamento. Sob este enfoque cada casal deve se analisado como único, com sua história própria e específica, requerendo que as estratégias para seu atendimento sejam elaboradas a partir de micro e macro análises funcionais que guiam as intervenções a serem com eles realizadas. A terapia de casais tem como particularidade ser, ao mesmo tempo, “a terapia de um, do outro e dos dois parceiros” o que acarreta dificuldade na seleção de classes de resposta a serem abordadas. Problemáticas apresentadas no contexto da relação de casal serão discutidas, descrevendo-se as características e particularidades de casais com problemas de difícil manejo. As autoras se propõem a compartilhar suas experiências, e discutir temas a partir de estudos e descrição de situações vividas na prática clínica.

Palavras chave: Terapia analítico-comportamental de casais, terapia integrativa, especificidades de diferentes parceiros.

INTRODUÇÃO À PESQUISA COMPORTAMENTAL DE PROCESSOS CULTURAIS. *Maria Amalia Andery* (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) e *Emmanuel Zagury Tourinho* (Universidade Federal do Pará)

Com o objetivo de oferecer um panorama abrangente da área, o curso focalizará princípios, conceitos, métodos e resultados da pesquisa sobre processos comportamentais culturais na Análise do Comportamento. O ponto de partida para a apresentação serão as noções de comportamento e de cultura para Skinner e para Glenn. Em seguida, será introduzido o modo causal de seleção por consequências e discutida sua extensão à análise da cultura. Os fenômenos culturais serão considerados a partir da proposição de que o comportamento de indivíduos, em relação uns com os outros, constitui sua matéria prima. Os conceitos necessários para a análise daquelas relações e de seus produtos incluem as noções de contingências comportamentais entrelaçadas, produto cumulativo e produto agregado. Como propostas iniciais de unidades de análise para a investigação de fenômenos comportamentais culturais, serão discutidas as contingências de suporte, metacontingências e macrocontingências. Será discutida, ainda, a importância de comportamento verbal para a transmissão e retenção de práticas culturais. Adicionalmente, serão analisadas a complexidade variável de fenômenos comportamentais culturais e a relevância, para sua abordagem, dos conceitos de sistema receptor e consequências culturais. Por fim, o curso focalizará as investigações experimentais de fenômenos comportamentais culturais com microculturas de laboratório, especificando delineamentos, arranjos experimentais e procedimentos. Evidências empíricas da seleção por metacontingências e dados de estudos com macrocontingências em situações de conflito entre consequências para o indivíduo e consequências para o grupo serão apresentados e discutidos.

Palavras-chave: Análise do Comportamento, Cultura e Comportamento, Metacontingências. Macrocontingências.

ÁREAS DE ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA FORENSE. *Giovana V. Munhoz da Rocha* (Universidade Tuiuti do Paraná e Faculdade Evangélica do Paraná, Curitiba, PR) e *Paula I. C. Gomide* (Universidade Tuiuti do Paraná e Faculdade Evangélica do Paraná, Curitiba, PR)

A Psicologia Forense refere-se à área de atuação do psicólogo na interface com o direito. No Brasil é uma área cuja história é relativamente recente, porém a demanda por profissionais que atuem de forma especializada neste campo vem se fazendo cada vez mais crescente. São muitos os campos de especialização para atuação do profissional na Psicologia Forense, desde a intervenção preventiva em creches e abrigos e até a prática dentro das instituições correccionais de adolescentes e adultos. Será apresentada neste curso uma subdivisão da Psicologia Forense em oito campos específicos de atuação, mas vale ressaltar que os mesmos podem ocorrer de forma simultânea em várias situações, como exemplo cita-se a Avaliação Forense, que poderá estar presente associada à maioria das demais áreas. São elas: Avaliação em Psicologia Forense, Psicologia do Crime, Psicologia Clínica Forense, Psicologia Forense aplicada aos Programas de Prevenção, Psicologia Forense aplicada ao Sistema Correccional, Psicologia aplicada à Polícia, Assessoria em Psicologia Forense e Pesquisa em Psicologia Forense. Serão definidos, um a um, cada campo, bem como serão especificadas as ações do profissional em cada um deles. Especialmente na área da Avaliação Forense serão apresentados alguns instrumentos de avaliação que se fazem presentes na prática do Psicólogo Forense. Assuntos como a psicoterapia do adolescente infrator de alto-risco e psicopatia também serão abordados.

Psicologia Forense, Psicologia do Crime, Avaliação Forense
Pesquisador – P

JUR

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS COMO APORTE PARA ESTUDOS SOBRE DOCÊNCIA E FORMAÇÃO DOCENTE: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA. Clarilza Prado de Souza (CIERS-ed, Fundação Carlos Chagas, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

O estudo da docência e da formação docente tem ganhado interesse nos últimos anos, sobretudo pelo fato de que pesquisas na área têm enfatizado que o professor tem um espaço de atuação no interior de suas escolas que pode se contrapor a alguns mecanismos de exclusão, discriminação e desigualdade no ensino. Para compreender a importância desse espaço, é preciso considerá-lo de forma mais abrangente e articulada sob risco de considerar o desempenho do professor como agente quase isolado na obtenção de um ensino que contemple equidade e qualidade.

Partindo dessa perspectiva, que rejeita uma visão estática que concebe o sujeito isolado do seu contexto histórico e social, o Centro Internacional de Estudos em Representações Sociais, Subjetividade e Educação (CIERS-ed) do Departamento de Pesquisas Educacionais (DPE) da Fundação Carlos Chagas (FCC, São Paulo, Brasil), tem desenvolvido o Programa de Pesquisa “*Representações sociais de estudantes de educação e de licenciatura sobre o trabalho do docente*” com o objetivo de analisar os processos pelos quais o conhecimento constituído por esses estudantes se apresenta como um processo de construção da realidade que permite a compreensão da tessitura entre o conhecimento científico e o senso comum, tessitura essa que irá orientar a produção de sua formação para a ação educativa.

Iniciado em 2006, o Programa de Pesquisa concretiza uma parceria entre 34 instituições públicas e privadas e mais 35 grupos de pesquisas brasileiros, argentinos, portugueses e gregosⁱ que vêm se esforçando para compreender se a formação que cerca de 3000 universitários dos cursos de Educação (Pedagogia e cursos de Licenciatura) vem recebendo possibilitará articular suas trajetórias pessoais, suas visões de escola, de aluno e de profissão docente às condições sociais e culturais concretas às quais serão submetidos em seu futuro trabalho como professores.

Fundamentada na perspectiva psicossocial, o Programa de Pesquisa procura desvelar o trabalho do professor a partir das representações que os futuros profissionais constroem de seu trabalho compreendendo que o conhecimento por eles constituído a partir de suas experiências, de formas de pensamento e da transmissão por meio da educação, se apresenta como um processo de construção da realidade que, no entanto, não é um reflexo da realidade externa, mas uma construção mental do sujeito a partir de sua atividade simbólica, no contexto do sistema social mais amplo, e que vai orientar a produção de sua formação para a ação educativa.

De modo geral, os estudos revelou que as contribuições da abordagem psicossocial na área educacional – enfoque teórico do presente Programa de Pesquisa – e, especialmente, a análise das representações sociais do trabalho do

ⁱ

professor, são relevantes na medida em possibilitam ao pesquisador desvendar as intrincadas redes de significados tramadas no cotidiano escolar e que orientam a ação educativa.

A NEUROPSICOLOGIA DA MEMÓRIA. *J. Landeira Fernandez* (PUC-Rio e UNESA)

A memória é uma das faculdades mentais humanas mais fascinantes. Ela é responsável por toda nossa individualidade e dá origem à nossa identidade. Sabemos quem somos e quem fomos graças à memória. Longe de ser um sistema único e passivo que armazena e evoca eventos passados de forma fidedigna, a memória apresenta vários sistemas altamente dinâmicos e sensíveis a modulações funcionais garantindo assim nossa capacidade de lidar de forma apropriada com as várias demandas do dia-a-dia. Durante muito tempo acreditou-se que a memória consistiria em um processo serial, onde informações na Memória de Curto Prazo seriam consolidadas na Memória de Longo Prazo. Modelos mais recentes mostram que a memória está organizada em diferentes sistemas que podem funcionar de forma simultânea ou em paralelo. A idéia de um único sistema de Memória de Curto Prazo foi substituída pela noção de Memória de Trabalho. Este sistema apresenta vários componentes cujas disfunções estão associadas a déficits específicos de aprendizagem. Com relação à Memória de Longo Prazo, sabe-se que existem pelo menos dois sistemas independentes fazem parte da MLP: a memória explícita ou declarativa, que depende de processos conscientes; e a memória implícita ou não-declarativa, que não depende da consciência e pode se expressar através do comportamento. A memória explícita pode ser subdividida em semântica (conhecimento geral ou fatos do mundo em que o sujeito vive) e memória episódica (memórias de eventos específicos que foram vivenciados pelo indivíduo). Existem vários sistemas de memória implícita, incluindo a memória de procedimento, aprendizagem associativa e não-associativa assim como o fenômeno da facilitação. Neste curso, de nível introdutório, pretende-se apresentar essa nova concepção acerca da memória, discutindo possíveis circuitos neurais envolvidos em cada um desses sistemas, bem como possíveis distúrbios associados ao prejuízo no funcionamento desses sistemas.

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA COGNITIVA PARA A APRENDIZAGEM: REFLEXÕES TEÓRICAS, METODOLÓGICAS E IMPLICAÇÕES EDUCACIONAIS. *Alina Galvão Spinillo* (Pós-graduação em Psicologia Cognitiva, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE)

Cognição e aprendizagem são temas clássicos no âmbito da psicologia, cuja discussão continua atual, necessária e de interesse para teóricos, pesquisadores e profissionais da psicologia cuja prática se volta para a educação. O curso tem por objetivo principal caracterizar o campo de estudo da psicologia cognitiva, os processos cognitivos básicos e discutir as relações entre cognição e aprendizagem a partir de considerações teóricas e dados de pesquisa na área. Um segundo objetivo é derivar dessas discussões implicações educacionais baseadas em conhecimentos teóricos e empíricos. Inicialmente procura-se tratar, ainda que de forma breve, os processos cognitivos. Em seguida discutem-se as contribuições da psicologia cognitiva para a educação; e, por fim, as complexas relações entre aprendizagem e desenvolvimento cognitivo. Quanto e em que extensão a aprendizagem depende do desenvolvimento cognitivo? Quanto e em que extensão o curso do desenvolvimento cognitivo pode ser alterado por situações de aprendizagem? Para responder essas questões duas perspectivas são trazidas: uma teórica e outra empírica. Em uma perspectiva teórica são apresentadas abordagens distintas acerca das relações entre aprendizagem e desenvolvimento cognitivo. Em uma perspectiva empírica são trazidos para análise resultados derivados de estudos de intervenção na área do desenvolvimento da linguagem e na área do desenvolvimento do raciocínio lógico matemático. Esses estudos, em sua grande maioria, realizados por pesquisadores brasileiros, fornecem um quadro bastante informativo acerca da literatura na área fornecendo evidências de que os efeitos da aprendizagem sobre o desenvolvimento cognitivo não podem ser entendidos como mero acaso e que as situações de intervenção podem propiciar o desenvolvimento, que, por sua vez, potencializa a capacidade e aprender dos indivíduos. Neste cenário, ao discutir as relações entre aprendizagem e desenvolvimento a partir de pesquisas de intervenção realizadas no âmbito da psicologia, aponta-se a metacognição como um mecanismo mobilizador de mudanças capaz de ativar processos de raciocínio apropriados frente a uma dada situação. A metacognição possui várias facetas: atua como mecanismo responsável pela tomada de consciência e como mecanismo de auto-regulação. Enquanto tomada de consciência, a metacognição permite que o indivíduo compreenda o que fez, como fez e por que fez; enquanto auto-regulação, a metacognição permite que o indivíduo gerencie suas ações, planejando, monitorando, realizando ajustes e redirecionamentos, verificando e avaliando a adequação de suas ideias e procedimentos. No presente curso, ela é então entendida como um mecanismo de apoio a situações de aprendizagem. Para finalizar, considerações teóricas, metodológicas e resultados de pesquisas formam, de maneira articulada, a base de sustentação do presente curso; assim como fundamentam as implicações educacionais que ilustram a contribuição da psicologia cognitiva para a aprendizagem.

Palavras-chave: psicologia cognitiva, aprendizagem, desenvolvimento

COG

A APLICAÇÃO DA AVALIAÇÃO NEUROPSICOLÓGICA NA ÁREA FORENSE. *Antonio de Pádua Serafim e Fabiana Saffi* (Programa de Psiquiatria Forense e Psicologia Jurídica - Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo)

O aumento da violência urbana, afastamento de trabalho por doenças incapacitantes, ações indenizatórias por conseqüências de intoxicações (chumbo, mercúrio, monóxido de carbono), por exemplo, tem exigido cada vez mais a participação do psicólogo no esclarecer dos fatos. Responder as questões relacionadas à saúde mental e justiça requer da psicologia uma compreensão multifatorial de todos os processos envolvidos. O desenvolvimento da psiquiatria e da psicologia contribuiu de forma intensa para que os órgãos da justiça utilizem de conhecimentos especializados no tocante aos processos que regem a vida humana e a saúde psíquica, e nas duas últimas décadas, a neuropsicologia. No Brasil não diferente da história mundial, a prática forense foi iniciada pela medicina legal seguida da psiquiatria. A prática forense, mais precisamente a realização de perícia em saúde mental até o século vinte, ainda era restrita e predominantemente uma prática médica. Ao psicólogo cabia contribuir com dados objetivos, sobre o sujeito em perícia, principalmente, através da psicometria do quociente de inteligência, da idade mental e em algumas situações com o exame da personalidade com o Teste Miocinético (PMK) de Myra y Lopez. Atualmente observa-se uma crescente solicitação de perícias psicológicas e neuropsicológicas, por se entender que estas avaliações expressam não apenas descrições sintomáticas de um determinado quadro patológico, mas e principalmente, expressa uma análise funcional deste. A inserção da avaliação neuropsicológica no contexto forense se insere na fase pericial. Por perícia entende-se a aplicação dos métodos e técnicas da investigação psicológica e neuropsicológica com a finalidade de subsidiar ação judicial, toda vez que dúvidas relativas à “saúde” psicológica do periciando, se instalarem. O objetivo deste curso é apresentar o panorama da utilização da avaliação neuropsicológica nas diferentes áreas do Direito (Civil, Criminal, Trabalhista) no Brasil, além de enfatizar os alcances e limites dessa ação como a qualificação e competência do perito, o conhecimento das normas jurídicas e adequada seleção e utilização de instrumentos psicológicos e neuropsicológicos.

Palavras Chaves: perícia, avaliação neuropsicológica, psicologia forense.

JUR

FORMAÇÃO E CONHECIMENTO EM PSICOLOGIA: AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA E SAÚDE MENTAL EM SEUS DIVERSOS CONTEXTOS.

AVALIAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM SINTOMAS DEPRESSIVOS EM AMBULATÓRIO INFANTIL. *Carla Luciano Codani Hisatugo, Ana Cristina Bologna Carvalho e Lucimara dos Santos* (Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP. Departamento de Pós-Graduação em Psicologia Social).

A avaliação psicológica em crianças e adolescentes com sintomas depressivos possui uma série de peculiaridades e desafios. Somente a prática aliada ao conhecimento da técnica possibilita uma melhor atuação profissional. A depressão possui incidência de 25% da população mundial. Ocasiona uma série de aspectos negativos ao paciente e o sofrimento psíquico se estende aos seus cuidadores. Quando acomete crianças e adolescentes pode comprometer o desenvolvimento, influenciando no processo de maturidade emocional e interpessoal. A prevalência de sintomas depressivos em infantes aproxima-se de 2% e em jovens quase chega a 5%. A difícil adesão ao processo de investigação psicológica, bem como ao tratamento da doença, é uma das conseqüências da sintomatologia depressiva e torna-se agravante em pacientes infanto-juvenis. Durante o período de 2010 foi criado o departamento de avaliação psicológica de um programa de atendimento ambulatorial infanto-juvenil para auxiliar a investigação do sofrimento psicológico e sintomas depressivos comportamentais e psicodinâmicos de crianças e adolescentes. Foram utilizadas técnicas de avaliação psicológica incluindo: observação lúdica, entrevista de anamnese, uso de testes projetivos como HTP (*House, tree, person*) e TAT (Teste de apercepção temática) e entrevista devolutiva. Para cada paciente houve uma média de oito encontros somando o contato com os responsáveis e com a criança. Foram concluídas as avaliações psicológicas com encaminhamento terapêutico em seis pacientes. Os atendimentos foram supervisionados e aspectos teóricos foram apresentados por meio de reuniões clínicas de discussão de caso e teórica. A vivência desta atividade de avaliação permitiu às avaliadoras (recém graduadas) a percepção de uma série de fatores antes não conhecidos. As sutis alterações de comportamento e a linguagem foram grandes desafios ao processo de investigação de psicopatologias importantes, bem como da percepção do sofrimento psicológico. O menor discernimento sobre si mesmo e sobre os sintomas do sofrimento psíquico causado durante o período de depressão também agiram na criança e no jovem como mais um dificultador do processo de investigação psicológica. A vertente econômico-social pode também pertencer ao grupo de aspectos agravantes ao quadro do paciente em situações onde não há infra-estrutura no lar, na escola e em demais locais freqüentados – para lidar com a demanda necessária ao contexto deste transtorno. Além disso, as diferentes manifestações da depressão na criança e no jovem, em relação aos sintomas identificados nos adultos, tornam ainda mais difícil o psicodiagnóstico. Os sintomas clássicos (também encontrados em adultos) consistem em tristeza, ansiedade, volição alterada, alterações fisiológicas e fraqueza. Entretanto, há uma grande demanda de pacientes infanto-juvenis com sintomatologia atípica e pouca resposta ao tratamento psicofarmacológico. Nestes casos, os pacientes omitem seus sentimentos depressivos por meio de comportamentos agressivos, hiperativos e inadequados. Em suma, os aspectos mencionados, vivenciados na prática de atuação profissional em avaliação psicológica foram fundamentais ao processo de

aprimoramento técnico. Deste modo, a experiência de avaliação psicológica trouxe benefícios não somente aos pacientes e seus responsáveis, mas também auxiliou o aprimoramento do uso destas técnicas psicodiagnósticas conciliando teoria e prática ao processo de formação profissional.

Palavras Chaves: avaliação psicológica infantil; Atividades Práticas; Formação Profissional; Psicologia da Saúde.

Nível do trabalho: P – pesquisador

Código da área de psicologia: AVAL – Avaliação Psicológica

PROBLEMAS DE APRENDIZAGEM E PROGRAMAS INSTITUCIONAIS VOLTADOS À COMUNIDADE ACADÊMICA. *Luís Sérgio Sardinha* (Universidade do Grande ABC, UniABC) e *Ana Lucia Nogueira Braz* (Universidade do Grande ABC, UniABC).

Ao longo dos anos acadêmicos, observa-se que muitos alunos são prejudicados em seus estudos por diversos motivos. Muitos lugares não oferecem o apoio necessário, não abrem um espaço para que possam compreender as necessidades do aluno. Atualmente são encontradas pessoas com baixo rendimento em seus cursos universitários devido ao excesso de trabalho, má alimentação, pouca comunicação com um professor específico; poucas horas dormidas, entre outras. Porém, identificam-se alguns problemas que vão além destes, são os problemas psicológicos de aprendizagem como: Dislexia, Transtornos de Aprendizagem, Transtornos de Déficit de Atenção/Hiperatividade, entre outros. As definições dadas as dificuldades de aprendizagem referem-se a um déficit na linguagem, na leitura, na escrita, na matemática e as combinações e ou/relações entre essas áreas. As causas dos problemas de aprendizagem são diversas. A psicopedagogia clínica, especificamente, compreende uma prática diagnóstica que visa discriminar a etiologia dos problemas que se manifestam no fracasso escolar. Busca-se, nesse diagnóstico, a coerência e a integração dos sintomas apresentados pelo aluno. Os objetivos do Programa Integrado de Atendimento Psicopedagógico ao aluno da UniABC - PROPSI são: auxiliar os alunos da Universidade do Grande ABC em seus problemas de aprendizagem, elaborando, a partir da avaliação previamente realizada, atividades para que possam aumentar o seu desempenho acadêmico; além de possibilitar ao corpo docente e discente de Psicologia a vivência de atividades práticas para o aprimoramento do conhecimento e a vivência de resultados do processo de psicodiagnóstico, dentro de um panorama institucional. O projeto esta em acordo com a proposta pedagógica do Curso de Psicologia, que visa à articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, buscando um resultado qualitativamente significativo para a comunidade, tanto interna quanto externa. O método, desenvolvido durante quatro encontros individuais (realizados pelos discentes de Psicologia e supervisionados por um profissional), prevê, inicialmente, uma anamnese para que se possa conhecer um pouco do aluno que apresenta a queixa e sua relação com as questões de ensino e aprendizagem, testes psicológicos que verificam o nível de atenção concentrada do entrevistado, testes de leitura para que se possa avaliar o grau de compreensão do texto, e por fim, testes de inteligência, para auxiliar no entendimento do grau de raciocínio lógico do indivíduo com dificuldades de aprendizagem. Os principais resultados apontam que a maioria das pessoas que chegam até os atendimentos possuem a mesma queixa: falta de concentração. Por outro lado, os alunos de Psicologia conseguem vislumbrar, na prática, os conceitos teóricos apresentados ao longo do curso. As conclusões possíveis até o momento, especificamente para os atendimentos aos alunos com dificuldades de aprendizagem, é que os mesmos não sabem como lidar com esta situação, estas pessoas se percebem sempre dispersas. Outro dado significado é que os alunos buscam espontaneamente o serviço, tanto os que apresentam uma queixa, pois conseguem lidar melhor com a situação, como os discentes de Psicologia, que percebem o serviço como significativo para sua formação. Entende-se que o serviço deve ser continuado.

Palavras-chave: Avaliação Psicológica; Testes Psicológicos; Transtornos de Aprendizagem.

Nível do trabalho: P – pesquisador

Código da área: AVAL – Avaliação Psicológica

O PAPEL DAS ATIVIDADES PRÁTICAS NA FORMAÇÃO CRÍTICA EM AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NO CONTEXTO DA SAÚDE. *Paulo Francisco de Castro* (Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté - SP e Curso de Psicologia da Universidade Guarulhos - SP).

O presente trabalho discute a importância das atividades práticas nas disciplinas que envolvam avaliação psicológica, como recurso na formação técnica e crítica do psicólogo, com ênfase na área de saúde. Constantemente, a preocupação com as estratégias empregadas na formação profissional na área de psicologia norteia uma série de reflexões por parte de professores e profissionais da área. Observa-se, nesse cenário, a participação efetiva dos órgãos regionais e federais de regulamentação da profissão, além de sociedades científicas por meio de eventos com essa finalidade. No que tange à avaliação psicológica, o processo de ensino-aprendizagem de técnicas empregadas nesse importante papel do psicólogo sempre permeou as discussões de professores e pesquisadores da área, mostrando-se sempre oportuna e necessária. Tais discussões podem servir como parâmetro na identificação do modo de ensinar e aprender os diversos instrumentos de avaliação psicológica. Além disso, cabe aos profissionais e pesquisadores da área valorizarem o papel das técnicas de avaliação psicológica na atuação do psicólogo, não somente por serem técnicas de uso exclusivo de psicólogos, mas também pela responsabilidade que o manuseio deste material envolve. Quando a avaliação é empregada no contexto de saúde, há ainda a preocupação com o bem estar do indivíduo, que necessita do olhar psicológico para equilibrar-se, com vistas à qualidade de vida do mesmo e de seus recursos que servirão como maneiras de enfrentar as situações adversas causadas ou sentidas. Quando da aprendizagem dos procedimentos e técnicas de avaliação psicológica, as vivências práticas mostram-se muito importantes em todos os âmbitos de atuação, principalmente na área de saúde. Quando os acadêmicos podem aplicar os conhecimentos recebidos, percebem as reais finalidades e posicionam-se criticamente frente ao conteúdo aprendido. Pesquisas anteriores demonstraram a necessidade do aluno vivenciar a aplicação, correção e interpretação das técnicas de avaliação psicológica, no sentido dessa aprendizagem efetuar-se de forma significativa no seu universo de conhecimentos. Ao praticar, junto aos indivíduos avaliados, um conjunto de procedimentos de avaliação, o aluno pode observar, de forma efetiva os resultados, interpretando-os de forma contextualizada ao caso atendido. Obviamente há a necessidade de subsidiar essa prática com supervisões sistemáticas dos professores, verificando todas as etapas do processo, tal aspecto também é consenso nas investigações que foram realizadas. As práticas em ambientes da área de saúde, tais como clínicas, hospitais, ambulatórios, entre outros no atendimento às demandas psicodiagnósticas dos pacientes acometidos com algum tipo de sofrimento psicológico proporciona rica experiência aos alunos. Nessas atividades podem, sob orientações do professor, aplicar seus conhecimentos de avaliação e observar como o psicólogo realiza seus exames, principalmente com ênfase nos recursos dos pacientes e em suas possibilidades de melhoria. Estudos apontam que essa prática supervisionada, isolada em uma disciplina ou fazendo parte de um estágio, pode criar subsídios teóricos e técnicos aos alunos, além de reforçar a aprendizagem por meio da experiência. Sendo assim, enfatiza-se a importância das atividades práticas na formação em avaliação psicológica no contexto da saúde, sendo um importante recurso a ser utilizado na articulação das disciplinas da área, com vistas ao desenvolvimento de bons psicólogos.

Palavras-chave: Avaliação Psicológica; Atividades Práticas; Formação Profissional; Psicologia da Saúde.

Nível do trabalho: P - Pesquisador

Código da área: AVAL – Avaliação Psicológica

PSICOTERAPIA INFANTIL – QUESTÕES IMPORTANTES NA FORMAÇÃO DO TERAPEUTA.

EDUCAÇÃO PARA A PREVENÇÃO NA FORMAÇÃO DO TERAPEUTA COMPORTAMENTAL INFANTIL. *Suzane Schmidlin Löhr* (Departamento de Teorias e Fundamentos da Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba/PR)

Espera-se que a graduação forneça subsídios gerais para que o futuro psicólogo tenha um panorama geral de diferentes campos de atuação profissional, assim como de algumas abordagens teóricas, o que lhe possibilite fazer, ao final do curso, escolhas quanto a âmbitos em que pretende atuar, ou definir a abordagem teórica que venha a constituir o seu norte. Considerando a amplitude de campos de inserção do psicólogo, assim como as diferentes epistemologias que podem vir a embasar a atuação deste profissional, fica evidente que os cursos de graduação não conseguem contemplar todas as combinações possíveis dos fatores acima descritos. Mesmo aqueles cursos que definem como uma de suas ênfases a clínica, nem sempre disponibilizam para os graduandos opções que envolvam desenvolvimento de habilidades no manejo das diferentes faixas etárias e com base em diferentes abordagens teóricas. Assim, é comum que formação específica, como em terapia comportamental infantil, constitua alvo de programas de pós-graduação. A abordagem analítica do comportamento exalta que os princípios que do comportamento aplicam-se aos mais diversos âmbitos e que um profissional com uma boa base em análise do comportamento pode desenvolver um trabalho de qualidade quer este seja direcionado à clínica, ao trabalho, ao trânsito, dentre outros contextos. É também verdade que cada âmbito requer ajustes do profissional e conhecimento específico do campo, para que com maior adequação possa empregar os princípios da aprendizagem tanto para a compreensão do problema, quanto para o delineamento de ações. O manejo com crianças requer facilidade de contato e habilidade de interação tanto com as crianças quanto com os seus cuidadores (pais, professores). Pretende-se neste trabalho apresentar uma revisão de literatura sobre o fazer-se terapeuta comportamental infantil, assim como descrever aspectos de nossa prática em supervisão de psicólogos em processo de formação como terapeutas comportamentais infantis, adotando a ótica da abordagem analítica do comportamento. A discussão atual em termos de intervenção psicológica vai além do modelo do passado, voltado a ações curativas. Hoje discute-se muito ações preventivas, ou mesmo além delas, aquelas direcionadas à promoção da saúde. Pensar em prevenção psicológica e em promoção de saúde é focar em ações educativas envolvendo tanto a criança quanto seus cuidadores. Esta forma mais ampla de atuação psicológica valoriza uma vocação específica da profissão, que é a de buscar compreender o fenômeno e antecipando-se a fatores de risco, propor atividades que promovam saúde ou previnam problemas psicológicos. Porém é algo para que a sociedade nem sempre está aberta. Pais trazem seus filhos para o psicólogo quando a escola, ou outros profissionais dizem que a criança está apresentando problemas. Escolas dão atenção ao comportamento de crianças quando gera dificuldades para o grupo. Mudanças culturais demoram gerações, como bem apontava Skinner, mas é a persistência dos profissionais quanto à prevenção e promoção de saúde, que poderá fazer com que no futuro menos crianças sejam encaminhadas para intervenções reabilitadoras em psicologia, pois o ambiente estará mais preparado para antecipar-se e ofertar ações que promovam a saúde.

Palavras-chave: formação do terapeuta; prevenção psicológica; terapia comportamental infantil.

Nível do trabalho: P – pesquisador

Código da área de psicologia: FORM

PERCEPÇÃO E EXPECTATIVAS DA SUPERVISÃO EM PSICOLOGIA DO PONTO DE VISTA DO ALUNO-ESTAGIÁRIO. *Ana Cláudia de Azevedo Peixoto*
(Departamento de Psicologia - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; Rio de Janeiro - RJ)

Na última década, constata-se a preocupação de psicólogos-pesquisadores em empreender estudos sobre diferentes aspectos que permeiam a formação do psicólogo, sejam relativos ao currículo, ao estágio, ou outros relacionados. O estágio em psicologia é atividade obrigatória do curso de formação de psicólogo conforme a Lei de Regulamentação da Profissão de Psicólogo. O estágio supervisionado está sub-dividido em estágio supervisionado básico e específico. O estágio supervisionado específico tem como alguns de seus objetivos: agenciar a integração e complementação dos conhecimentos teórico-práticos com a aplicação das diversas áreas de atuação da psicologia em situações de exercício profissional; propiciar condições de vivenciar a passagem do papel de estudante para o de profissional; possibilitar reflexão para a postura ética e profissional; favorecer a integração com o mercado de trabalho; prestar serviços de natureza psicológica à comunidade à qual se insere a Universidade. Tendo em vista todos esses objetivos muito se tem debatido e discutido sobre a problemática da formação em psicologia, principalmente sobre a distância entre a prática e o campo teórico que se impõe ao aluno no período dos estágios. Nessa esfera, entende-se que a percepção que aluno-estagiário constrói sobre o processo de ensino-aprendizagem e sobre quem e como ensina pode interferir na formação do futuro professor, supervisor e psicólogo. Ainda são poucos os relatos, na literatura, sobre as estratégias utilizadas no ensino da terapia e na formação de terapeutas, bem como, dos resultados gerados através dessas ações. Sabe-se que as premissas básicas que se destacam na abordagem cognitivo-comportamental, incluem: o fato desse trabalho clínico ser visto e praticado como um empreendimento científico e o princípio do determinismo ser assumido. A atuação clínica é tida como um processo ativo, diretivo, estruturado e se baseia em um modelo educacional. Esse trabalho tem como objetivo avaliar as expectativas de alunos –estagiários de psicologia, especificamente, da abordagem cognitivo-comportamental em diferentes universidades do Rio de Janeiro, procurando enfatizar as diferenças dos alunos que atendem crianças/adolescentes dos alunos que prestam atendimento aos adultos. O intuito desse trabalho é fomentar e discutir questões práticas de como o aluno vivencia o ambiente de supervisão, avaliar se ele enquanto aluno, se sente aceito, compreendido e confortável para fornecer as informações, uma vez que essas sejam as condições necessárias para a efetividade clínica do terapeuta cognitivo-comportamental; se o trabalho de intervenção com crianças e adolescentes, por ter um caráter mais prático facilita a adesão do aluno no processo da intervenção clínica; se os alunos se sentem atendidos em suas necessidades; qual a metodologia utilizada pelo professor supervisor e quais os resultados efetivos dela no processo de ensino-aprendizagem por parte do aluno-estagiário. Nesse ínterim, objetivou-se entender se as demandas propostas teoricamente pela área da terapia cognitivo-comportamental, se ajustam as práticas ensino-aprendizagem na visão do aluno-estagiário.

Palavras-chave: estagiário; formação; supervisão

Nível do trabalho: P - pesquisador

Código da área da psicologia: FORM

O SUPERVISOR DE PSICOTERAPIA NA CLÍNICA-ESCOLA. *Márcia Helena da Silva Melo* (Departamento de Psicologia Clínica, Universidade de São Paulo, São Paulo/SP)

Considerando que um dos papéis da clínica-escola de psicologia é promover formação profissional de excelência para os alunos de graduação, reconhece-se a supervisão da prática clínica como um aspecto vital na formação de terapeutas. A literatura ressalta como funções do supervisor fortalecer o embasamento teórico, orientar para uma conduta ética e ainda conduzir o desenvolvimento de habilidades clínicas de seus supervisionandos. Supervisores em terapia comportamental se utilizam de métodos variados de supervisão, seja na condução de casos adultos ou infantis, que se diferenciam de supervisores de outras orientações teóricas. De uma perspectiva mais geral, a forma de conduzir a supervisão está intimamente vinculada ao estilo, à formação pessoal e ao referencial teórico do supervisor. Somado a isso, no âmbito das clínicas-escola de psicologia, as questões institucionais, tanto do serviço como da clientela, são aspectos a se considerar nessa condução, assumindo-se que esse contexto influencia no processo e na qualidade da supervisão. Nesta perspectiva, este trabalho discutirá diferentes nuances da prática do supervisor clínico, de perspectiva teórica comportamental, tanto à luz da prática da autora deste trabalho como dos resultados de pesquisa na área. Mais especificamente, a discussão abrangerá os seguintes pontos: a) formatos de supervisão e métodos/estratégias adotados pelo supervisor, no desenvolvimento de repertório terapêutico em alunos de graduação para o atendimento de crianças. Serão abordadas as diferentes aspectos das supervisões, tomando como referência os formatos individual e em grupo, relacionando-as com o estilo do supervisor e as demandas da formação dos alunos. Enfatizar-se-á também como os métodos ou estratégias do supervisor (a discussão de caso, a gravação das sessões, as observações em salas de espelho, role-play, modelagem, feedback e avaliação de desempenho) auxiliam no desenvolvimento de habilidades terapêuticas bem como na identificação de pontos forte e fracos no repertório do alunos e dos entraves no relacionamento terapêutico, envolvendo a criança e seus pais; b) como os aspectos institucionais – incluindo obstáculos ao exercício da prática clínica pelo supervisor, triagem de cliente, distribuição de casos, finalização de atendimento podem auxiliar ou limitar a atuação do supervisor e as conseqüências para a formação dos futuros terapeutas. No processo de ensinar a prática psicoterápica a alunos de graduação, é imperativo que os supervisores aprimorem e avaliem suas competências como terapeutas e supervisores. Na mesma medida, as universidades devem fornecer estrutura para capacitar supervisores a atuar de forma eficiente na formação e no próprio cuidado clínico. É altamente provável que essas forças somadas garantam ao terapeuta em formação um fazer mais consistente em psicoterapia.

Palavras-chave: supervisor; prática clínica; clínica-escola

Nível do trabalho: P – pesquisador

Código da SBP: FORM

CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO PARA A PREVENÇÃO DO DESCONTROLE EMOCIONAL EM JOVENS.

AQUISIÇÃO DE CONTROLE EMOCIONAL PELO JOVEM: CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE COMPORTAMENTAL CLÍNICA PARA A PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA. *Yara Kuperstein Ingberman* (Universidade Tuiuti do Paraná)

A análise clínica do comportamento tem possibilitado o desenvolvimento de tecnologia para auxiliar pessoas na aquisição de habilidades de controle emocional. Esta tecnologia refere-se à utilização de procedimentos para a remediação da perda de controle de impulsos. O desenvolvimento de estratégias que permitem o autoconhecimento facilita a aprendizagem de identificar e descrever comportamentos encobertos e sua relação com os estímulos ambientais externos. Esta aquisição permite o desenvolvimento do autocontrole e tem como consequência um enfrentamento mais adequado dos estímulos ambientais que originalmente produziriam uma forte e inadequada reação comportamental. Estes conhecimentos podem ser utilizados preventivamente com jovens. Desta forma eles poderão ser mais 'donos' de si mesmos e menos sujeitos aos impulsos que podem produzir grandes prejuízos para si e para o grupo. A Psicoeducação pode contribuir para a prevenção de comportamentos agressivos através de procedimentos tais como: treino de discriminação de estímulos que levam ao comportamento indesejável; discriminação da possibilidade de reforço em médio prazo; avaliação do possível prejuízo da resposta imediata; treinamentos através de jogos e exercícios grupais. Em uma visão maturacionista de desenvolvimentos não se daria atenção ao fato de que estes são repertórios a serem treinados e que podem ser úteis individual e coletivamente.

A RETOMADA DOS PAPÉIS PARENTAIS E A PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA ENTRE JOVENS. *Vera Regina Lignelli Otero* (Clínica ORTEC, Ribeirão Preto, SP)

O objetivo desta apresentação é refletir sobre as transformações pelas quais têm passado as práticas educativas das famílias na formação dos seus filhos. Será fundamentada no referencial teórico da análise do comportamento aqui entendida como possibilidade de prevenir a aprendizagem e a utilização da violência como forma de controle de comportamento, frequentemente utilizada entre jovens. Observa-se que na transição do modelo de 'família autoritária' para o modelo de 'família supostamente democrática' os pais, muitas vezes sem perceberem, perderam a autoridade sobre seus filhos. Verifica-se, em famílias de diferentes classes sociais que nesta transição de costumes, dentre outras mudanças sociais que vêm ocorrendo paralelamente, os pais passaram a ter muita dificuldade na escolha de suas práticas educativas. Isto os tem impedido de se sentirem seguros na escolha de suas próprias atitudes para ensinar regras de convivência, dentro e fora da família. Por outro lado a família não identifica e, muitas vezes desconhece que padrões comportamentais, adequados ou inadequados, violentos ou não, valores éticos ou morais são aprendidos desde muito cedo, e, de maneira gradual e constante, pelas crianças. Pais frequentemente se utilizam de agressão física e/ou moral para ensinar a seus filhos de diferentes idades que 'isto não se faz'. Instala-se assim o grande equívoco e a grande armadilha desses procedimentos parentais. Com o passar do tempo o próprio jovem passa a ter comportamentos cada vez mais agressivos, dentro e fora de casa. Os princípios da análise do comportamento podem ajudar famílias a exercerem a autoridade sobre seus filhos de forma adequada e positiva durante todo o processo de educação. Podem ajudá-las a recuperar e exercer seus papéis parentais de maneira a desenvolver em seus filhos as habilidades sociais necessárias e desejáveis e também a prevenir a aprendizagem de atitudes violentas como forma de controle de comportamento.

O PAPEL DA ESCOLA NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA. *Márcia Regina Bonagamba Rubiano* (Universidade de São Paulo – Ribeirão Preto)

A escola é um dos primeiros ambientes coletivos da criança em nossa sociedade e esta experiência tem ocorrido cada vez mais cedo. A legislação brasileira prevê a frequência obrigatória da criança à escola a partir dos 6 anos de idade e, por direito, desde os primeiros meses de vida. Desta forma, a escola é uma co-autora importantíssima na socialização da criança, é um veículo da inserção do indivíduo na cultura e formação das atitudes de vida de cada cidadão. Considerando-se os valores culturais apregoados pela instituição escola, pressupõe-se que a mesma pretenda contribuir com a “construção” de pessoas colaboradoras, assertivas, pacíficas, democráticas e com domínio de conteúdos acadêmicos básicos. Entretanto, além das dificuldades de aprendizagem, as escolas têm enfrentado problemas comportamentais sérios por parte de seus alunos. Dentre esses problemas constata-se especialmente a ocorrência de comportamentos violentos entre os próprios alunos, entre alunos e adultos inclusive os professores e a destruição do patrimônio escolar. As escolas na maioria das vezes mostram-se despreparadas para equacionar e/ou prevenir as situações de violência que vivenciam. A análise do comportamento pode ajudar a instituição escola a aparelhar-se no sentido de prevenir a ocorrência de interações violentas. Pode também ajudá-la a refletir sobre sua conduta em geral, sobre como atingir seus objetivos, como organizar suas contingências ambientais, sobre formas de controle e contracontrole. O objetivo da presente apresentação é refletir sobre as dificuldades acima referidas e sugerir formas de enfrentamento das mesmas.

PSICANÁLISE À CLÍNICA AMPLIADA.

O CUIDADO E O SUJEITO: QUESTÕES ACERCA DA “CLÍNICA AMPLIADA”. *Denise Teles Freire Campos* (PUC-Goiás)

O presente trabalho tem por objetivo contribuir para a consolidação do campo da “clínica ampliada”, discutindo em particular três aspectos centrais em sua configuração: a questão da constituição da demanda de cuidado por parte do paciente, sob a influência da “demanda da instituição”; a possibilidade de estabelecimento de relações intersubjetivas fora do “consultório clínico”; e a necessidade de fazer emergir a subjetividade, abrindo espaço para a escuta do singular do sofrimento psíquico. Do ponto de vista histórico pode-se afirmar que Freud foi o primeiro a praticar a psicoterapia propriamente dita, dentro do campo da ciência moderna, criando um modelo de atendimento inspirado no modelo do consultório e da consulta médica. Desde então este modelo serviu para as demais psicoterapias científicas e se consagrou no consultório particular. A “clínica ampliada” pode ser compreendida como uma noção que abarca as práticas do cuidado clínico no campo psicológico que não ocorrem dentro do espaço já histórica e epistemologicamente consolidado do consultório clássico. Podemos citar como exemplos o atendimento em consultório oferecido por clínicas-escolas, clínicas sociais, serviços em igrejas ou hospitais à vocação filantrópica. Nestes casos o atendimento é individual, porém não mais centrado basicamente na relação terapeuta-paciente, uma vez que é a instituição quem engendra o vínculo entre cuidador, terapeuta ou analista, e o sujeito a ser cuidado. Neste contexto são “duas demandas” que se superpõem: a demanda do sujeito que procura a instituição e a “demanda” da instituição que acolhe o paciente, porém no intuito de cumprir sua missão de atendimento que não é necessariamente coincidente com a demanda do sujeito. Dois eixos de interrogação serão desenvolvidos. O primeiro é constituído da fórmula já consagrada no campo da saúde mental no Brasil pós-reforma psiquiátrica e vem do adágio “trazer o sujeito para o centro da cena clínica”. Pode-se apontar as condições mínimas para o trabalho de escuta do sujeito: a) tendência do inconsciente a se manifestar; b) um espaço de acolhimento desta manifestação, no qual a fala possa emergir em seu fluxo de associações, em seu desnovelar da cadeia simbólica, enfim espaço propício à transferência; e c) a presença de um profissional devidamente formado para a escuta. Tal situação garante a esse método o status de psicanalítico, não importando se ele se dê no próprio setting ou em outro ambiente onde se pratica a clínica. A dificuldade, então, é recuperar a dimensão do singular, que só se torna possível à medida que o sujeito encontra alguém a quem possa endereçar suas palavras, seu desejo. O segundo eixo se dirige a refletir sobre a relação complexa entre a cultura da vulnerabilidade e o cuidado psicológico. Os atendimentos “fora do consultório clássico” já existiam na metade do século passado, mas a sua difusão e expansão coincidem com o avanço da “cultura da saúde integral”, com a ideologia do risco e da vulnerabilidade. Neste contexto da “cultura institucional” o profissional é convocado para suprimir ou controlar o sofrimento. O papel do psicólogo ou deve ser de alguém que venha acolher o sofrimento e que se coloque na posição de escuta do singular do sofrimento do sujeito. Focar o sujeito significa trazê-lo para o centro da cena, para o interior de instituições cujo funcionamento é destinado a apagar a incômoda singularidade do pathos.

Palavras-chaves: psicanálise, clínica ampliada, cuidado psicológico, pathos.

Nível: Doutorado

TRANSMISSÃO E EXERCÍCIO DA PSICANÁLISE NA CLÍNICA AMPLIADA. *Henrique Figueiredo Carneiro (UNIFOR)*

Um dos desafios mais importantes na configuração do campo da clínica ampliada vem da natureza coletiva da atenção dispensada em muitos contextos desta clínica. No caso dos CAPs, a atenção é desenhada com base em equipes multidisciplinares que deveriam funcionar como equipes interdisciplinares. A questão pode ser colocada inicialmente nos seguintes termos: como pensar e implementar um “projeto terapêutico” tomando por base um conjunto de indivíduos que não se conhecem ou não se reconhecem como um conjunto de sujeitos em suas histórias simbólicas, dotados de conhecimentos díspares ou mesmo dissonantes quanto à natureza do sofrimento. O presente trabalho discute a natureza destas equipes e propõe a “supervisão clínica” da equipe como modo de estabelecer um espaço simbólico compartilhado e criar a condição mesma e essencial de se estabelecer um cuidado “clínico”, onde o desejo se faz condição de relação intersubjetiva. A psicanálise encontra no dispositivo da Clínica Ampliada a possibilidade de exercer na equipe multidisciplinar uma nova forma de transmissão, pautada no Banquete de Platão, utilizado nesta situação para o estabelecimento da transferência de trabalho. A transmissão de uma práxis clínica renovada na “condição discursiva compartilhada” exige do analista uma reflexão sobre a sua posição em função das dimensões éticas, conceituais e políticas que o dispositivo em foco suscita. O desejo continua sendo o substrato bruto a ser escutado e redirecionado nas falas de nossos pacientes, em qualquer contexto ou temporalidade. Até mesmo por isso, parece ser possível colocar em prática aqui a psicanálise efetivada por Freud nos primórdios de seu percurso, na qual o objetivo é a ressignificação dos sintomas apresentados pelos pacientes. Não havia uma preocupação normalizadora que perpassa a clínica médica e que atualmente atinge também o campo do cuidado psicológico na clínica ampliada. Para seguir a proposta de uma discussão da “condição discursiva compartilhada”, como uma forma de transmissão, o diálogo platônico exercido no Banquete serve como um paradigma do trabalho compartilhado, na medida em que suporta a presença do conceito de transferência, o exercício da transdisciplinariedade e a discussão entre a clínica do sujeito e o resgate da cidadania. Desta forma o “caso clínico compartilhado” amarra a travessia que os diversos componentes de uma equipe multiprofissional suportam, servindo também como ferramenta de compartilhamento de saberes e como causa de mudança de posição. A psicanálise não se propõe a ocupar o lugar de agente da ordem, de instrumento de manutenção do status quo da civilização moderna. Sua proposta é dar ao sujeito condições para que ele consiga encarar de maneira diferente da atual sua existência e sua relação com o próprio desejo. Esse suporte não suprime o trabalho de inclusão, pois o campo conjunto da cidadania e da clínica só pode ser construído de modo complementar. Serão utilizados para esta discussão, além do Banquete de Platão, o texto de Colette Soler “O Banquete de Platão”, O Mal-estar na Cultura, (Freud, 1929/30) e o Seminário VII de Jacques Lacan sobre a Ética em Psicanálise.

Palavras-chaves: clínica ampliada, transmissão, psicanálise, caso clínico

Nível: Doutorado

A CONFUSÃO DE LÍNGUAS E OS DESAFIOS DO TRABALHO DE GRUPO EM INSTITUIÇÃO. *Pedro Humberto Faria Campos (PUC-Goiás)*

Este trabalho é uma reflexão sobre os desafios da psicanálise de grupo na instituição e se funda na reflexão sobre o trabalho de grupo em instituição, inspirada em atendimentos semanais a três grupos de pacientes de um CAPS. O texto faz uma análise do contexto institucional desde a reforma psiquiátrica, que buscou o enfrentamento da exclusão social, como processo sociohistórico e simbólico que atinge a identidade do portador e a dos familiares. Na assistência, o usuário deve encontrar as condições de entender as novas necessidades, ressignificar sua vida, refazer seus projetos de vida e a relação das necessidades com os direitos e as políticas públicas. Assim, parte da atenção oferecida não é clínica, e deve voltar-se para a criação de condições de transformação do usuário em sujeito-de-cidadania. O trabalho de inclusão não suprime a necessidade do cuidado clínico. Em seguida o trabalho discute dois eixos: o trabalho de grupo e a dificuldade de convergência entre os saberes médico e psicanalítico. Na vertente inspirada por Pichón-Rivière, o grupo tem como operador a identidade: a emergência da tarefa e sua transformação em projeto de vida, em superação da doença, são realizadas por um trabalho terapêutico de resgate da cultura e da partilha de identidades. Nessa perspectiva, o trabalho em grupo tem duas direções: contribuir para desconstruir o sintoma social, e também permitir que o sujeito em sofrimento (o paciente dos CAPS, nesse caso) se re-situe, pela elaboração dos conflitos inconscientes. Em um segundo momento, examina-se a confusão das línguas, que é uma expressão que referente ao fato de os diferentes profissionais da clínica não terem a mesma linguagem para designar os mesmos eventos psicopatológicos e, paralelamente, designarem pelo mesmo nome eventos psicopatológicos bastante distintos entre si. Pode-se dizer, que essa confusão psicopatológica se encontra duplicada ou potencializada pela falta de clareza quanto às funções que cada um pode ou deve exercer. Parece adequado retomar a discussão sobre as relações que a prática analítica estabelece com as outras áreas do conhecimento presentes na instituição pública. Os profissionais das diferentes áreas de saúde mental que trabalham no contexto público institucional têm ideias bastante diferentes e até contraditórias sobre as funções e o lugar dos profissionais das demais especialidades com as quais se relacionam. Também as relações entre os profissionais são marcadas pela imposição (institucional) de uma ordem médica que não é suficiente para produzir os efeitos plenos de norma. Desse modo, o trabalho dito multi, pluri ou transdisciplinar é, por natureza, produto de conflito e produtor de ambivalência. Uma primeira atitude para tornar a psicanálise possível na instituição é o abandono da ilusão ou do desejo de impor uma ordem, qualquer que seja ela.

Palavras-chaves: Instituição, Trabalho de Grupo, Equipe Interdisciplinar

Nível: Doutorado

ENFRENTANDO AS ADVERSIDADES: O ESTUDO DO COPING NAS EXPERIÊNCIAS DOLOROSAS DE CRIANÇAS E CUIDADORES.

AVALIAÇÃO DO *STRESS* E DAS ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO EM CRIANÇAS PORTADORAS DE ANEMIA FALCIFORME. *Kely Maria Pereira de Paula* (Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES), *Sônia Regina Fiorim Enuno* (Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória-ES), *Christyne Gomes Toledo de Oliveira*** (Curso de Psicologia da Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES) e *Daniele de Souza Garioli*** (Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES)

A Anemia Falciforme é a doença crônica hereditária mais comum entre as hemoglobinopatias e a mais prevalente no Brasil, tendo como principal sintomatologia a crise vaso-oclusiva, que provoca dores constantes de alta intensidade, desencadeadas espontaneamente ou em consequência de *stress* ambiental, físico e/ou psicológico. A dor, extrema e aguda, além de ser a principal causa de hospitalização, pode comprometer o desenvolvimento cognitivo, emocional e social da criança. Entretanto, a maneira como a mesma responde às situações estressantes, depende de variáveis da doença, do ambiente e também da própria criança, como idade, temperamento e padrão de enfrentamento de adversidades. Atualmente, vários estudos têm sido realizados com o objetivo de conhecer as estratégias de enfrentamento (*coping*) que as crianças utilizam para lidar com a hospitalização e a dor, por serem consideradas importantes na adaptação diante da patologia e redução dos seus efeitos. Dessa forma, este estudo avaliou as estratégias de enfrentamento da dor e o nível de *stress* em 12 crianças, idade entre 8 e 10 anos, com diagnóstico de anemia falciforme e realizando tratamento ambulatorial em Hospital Universitário de Vitória, ES. Para a análise dessas variáveis foram utilizados: a) Instrumento de Avaliação das Estratégias de Enfrentamento da Hospitalização (AEH*comp*), adaptado para medida de enfrentamento da dor, composto por 20 cenas desenhadas, com versão para meninos e meninas, que permite a análise do *coping* em 13 categorias (*distração, solução do problema, busca por informações, busca por suporte, reestruturação cognitiva, esquiva, regulação da emoção, ruminação, negociação, desamparo, afastamento social, oposição e delegação*); e b) Escala de Stress Infantil (ESI) para avaliar a presença de *stress* expresso em reações físicas, psicofisiológicas, psicológicas e psicológicas com componente depressivo. Quanto às estratégias de enfrentamento do grupo diante das crises de dor, 20% das respostas se referiam à categoria *ruminação* em que a criança focaliza mais os aspectos negativos da doença, seguida pela *solução de problemas* (19%), no sentido de buscar manejar a dor e *reestruturação cognitiva* (18%), demonstrando o esforço de mudança dos pensamentos negativos. Em relação ao nível de *stress*, 3 crianças apresentaram sinais mais significativos relacionados sobretudo a reações psicológicas como “eu me sinto triste”; “tenho medo” e “tenho dificuldade para dormir”. As crianças com maior nível de *stress* apresentaram maior frequência de estratégias de enfrentamento desadaptativas, como ruminação, afastamento social, esquiva e desamparo, expressas nos relatos: “quando a dor é muito forte e depois eu fico triste, eu não posso sair pra brincar”; e “eu tenho medo que aconteça algo pior”. Destaca-se a necessidade de se investir em intervenções

que auxiliem essas crianças no desenvolvimento de habilidades eficientes de enfrentamento da dor capazes de propiciar o manejo adequado do *stress* e uma melhor adaptação à condição de doença crônica.

Financiamento: CAPES (Bolsa de Mestrado); CNPq/MCT (bolsa de produtividade em pesquisa; auxílio à pesquisa Proc. n. 481483/2009-8); Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo (Bolsa de capacitação docente – doutorado).

Palavras-chave: Estratégias de Enfrentamento, Stress, Anemia Falciforme.

Nível: Pesquisador – P

Código: SAÚDE - Psicologia da Saúde

INSTRUÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE ENFRENTAMENTO PARA A REALIZAÇÃO DE CURATIVO SEM SEDAÇÃO EM ENFERMARIA COM CRIANÇAS VÍTIMAS DE QUEIMADURA. *Fabiana Pereira Sabino de Oliveira*** e *Eleonora Arnaud Pereira Ferreira* (Faculdade de Psicologia, Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém-PA).

A queimadura corresponde ao quadro resultante da ação direta ou indireta do calor do fogo, de substâncias químicas ou da eletricidade sobre o organismo humano. Alguns estudos apontam as crianças como as maiores vítimas. Procedimentos inerentes ao processo de recuperação são reconhecidos como particularmente dolorosos. A frequência de procedimentos médicos invasivos, situação constante ao paciente vítima de queimadura, favorece a emissão de comportamentos concorrentes pela criança, bem como pode ocasionar a generalização do caráter aversivo do procedimento invasivo para estímulos presentes no ambiente, justificando estudos sobre a eficácia de intervenções neste contexto. A pesquisa foi dividida em dois estudos. Estudo 1 (n=5): caracterizar comportamentos de crianças vítimas de queimadura emitidos durante procedimento de curativo sem sedação em enfermaria e comparar a frequência de comportamentos concorrentes e não concorrentes emitidos por estas crianças em duas sessões consecutivas deste procedimento. Estudo 2 (n=2): analisar os efeitos do uso de instrução sobre a frequência de comportamentos concorrentes e não concorrentes em crianças vítimas de queimadura durante procedimento de curativo sem sedação em enfermaria. Participaram sete crianças (4 meninos e 3 meninas; 7 a 12 anos) vítimas de queimadura em área corporal inferior a 70% e seus acompanhantes, selecionados em um Centro de Tratamento de Queimados (CTQ). Como instrumentos, foram utilizados: (a) Protocolo de consulta à equipe de saúde; (b) Lista de Verificação Comportamental para crianças/adolescentes (CBCL 6-18anos); (c) Roteiro de entrevista com a criança; (d) Escala de observação comportamental OSBD (*Observation Scale of Behavioral Distress*); (e) Escala facial para avaliar a percepção de dor da criança (FACES); e (f) Manual de instrução sobre o procedimento de curativo. No Estudo 1, observou-se maior frequência de comportamentos concorrentes sobre os não concorrentes nas duas sessões de curativo. Comparando-se o tempo médio de duração do procedimento nas duas sessões (29'63" e 22'01"), observa-se que a diferença não foi estatisticamente significativa (p-valor = 0,9190) a partir do teste t de Student. Entretanto, analisando-se a relação entre tempo de duração do procedimento e frequência de comportamentos concorrentes, verificou-se, por meio do teste de correlação de Spearman, que houve correlação significativa entre essas variáveis (p-valor de 0.0431). Observa-se que os comportamentos concorrentes foram mais frequentes do que os comportamentos não concorrentes, nestes participantes, nas duas sessões de curativo. A partir do teste de correlação de Spearman, não foram identificadas, em todos os participantes, correlações entre a idade (p-valor= 0.7471), superfície corporal queimada (p-valor= 0.4925), grau de queimadura (p-valor= 0.4925), tempo de internação (p-valor= 0.3910) no que se refere a frequência de comportamentos concorrentes. No Estudo 2, após o uso do Manual de Instrução, observou-se redução estatisticamente significativa na frequência do comportamento concorrente *Choramigar* (p-valor = 0,0447) e aumento significativo (p-valor = 0,0324) na frequência do comportamento não concorrente *Auxiliar na execução do procedimento*. Houve correlação significativa (p-valor = 0,0066) entre a frequência de comportamentos não concorrentes entre as crianças do Estudo 1 e as que participaram do Estudo 2, sugerindo que a intervenção foi eficaz para aumentar a frequência de comportamentos não concorrentes nas crianças participantes do Estudo 2. Financiamento: CNPq (Bolsa de Doutorado).

Palavras-chave: queimadura, curativo sem sedação, OSBD.
Doutorado – D

Área – SAÚDE – Psicologia da Saúde

ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO E ANSIEDADE DE MÃES FRENTE ÀS CRISES DE DOR EM CRIANÇAS COM ANEMIA FALCIFORME. *Tatiane Lebre Dias* (Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá-MT), *Christyne Gomes Toledo de Oliveira*** (Curso de Psicologia da Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória-ES) e *Sônia Regina Fiorim Enumo* (Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória-ES)

A anemia falciforme (AF) provoca sério risco no crescimento e desenvolvimento da criança em função de quadro clínico que a predispõe a infecções, palidez, cansaço e icterícia. As crises de dor se apresentam como a maior manifestação clínica, podendo ser crônica ou aguda, com intensidade variável e recorrência imprevisível. Em face desse quadro clínico, a AF em crianças requer, sobretudo, um suporte familiar voltado aos cuidados da criança. Este estudo investigou as estratégias de enfrentamento (*coping*) e a ansiedade das mães de crianças com AF frente às crises de dor do filho. Foram entrevistadas 9 mães, com idade entre 33 e 46 anos, cujos filhos realizavam tratamento da AF numa Unidade de Saúde Pública de Cuiabá/MT. Os instrumentos utilizados na coleta de dados foram: (a) Protocolo de avaliação da percepção, do impacto e das técnicas de manejo da dor da AF (PAPIM-AF) – versão cuidadores - protocolo adaptado sobre a percepção dos cuidadores frente às crises de dor, com 11 questões, respondido pelas 9 mães; (b) e um questionário sobre ansiedade das mães frente à AF, ao relacionamento com os profissionais de saúde e as condições de atendimento da instituição, com 14 itens, respondido por 4 mães, adaptado para o contexto ambulatorial a partir do Instrumento para a Determinação da Ansiedade das Mães de Crianças Hospitalizadas (EAMCH) proposto por Schmitz, em 1982. Os relatos de *coping* poderiam ser classificados em 13 categorias: *resolução do problema, busca por suporte, esquiva, distração, reestruturação cognitiva, ruminação, desamparo, afastamento social, regulação da emoção, busca por informação, negociação, oposição e delegação*. As mães identificaram, nas crises de dor dos filhos, as regiões das costas (n= 5) e barriga (n=4). Observaram que a dor interfere nas atividades cotidianas da criança, como: alimentar-se, brincar, dormir e ir à escola. Quanto ao manejo da dor, todas as mães relataram o uso de medicação, sendo que 5 mães combinam outros procedimentos, como o uso de massagens e água morna. Quanto às estratégias de enfrentamento das mães diante das crises de dor, 5 mães apresentaram estratégias de *ruminação*, que refere-se ao foco passivo e repetido nos aspectos negativos da situação estressante, expressa em relatos de comportamentos negativos, no sentido de “pensar o pior” em relação ao filho. As outras 4 mães adotaram estratégias de *resolução do problema*, no sentido de levar o filho à instituição de saúde. As mães (n=2) com maior nível de ansiedade (pontos: 32,29) apresentaram estratégias de *ruminação*; já as estratégias de *resolução do problema* foram identificadas em mães (n=2) com menor nível de ansiedade (pontos: 24,22). Embora qualquer cuidador possa responder ao protocolo de dor, somente as mães compareceram com os filhos na instituição de saúde, participando do estudo. Esse dado corrobora outras investigações a respeito da sobrecarga materna na doença crônica dos filhos. Diante das crises de dor dos filhos, as mães tendem a apresentar sintomas de ansiedade, vivenciando também sentimentos voltados para aspectos negativos da doença, evidenciando a necessidade de intervenções psicológicas na família.

Instituição de fomento: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso – FAPEMAT;

Palavras-chave: Estratégias de Enfrentamento, Ansiedade, Anemia Falciforme
Nível: Pesquisador – P

Código: SAÚDE - Psicologia da Saúde

ANOMALIAS DE DETERMINAÇÃO SEXUAL (ADM): AVALIAÇÃO E CONDUTA PSICOLÓGICA E MÉDICA.

ANOMALIAS DE DETERMINAÇÃO SEXUAL. ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO PROCESSO DIAGNÓSTICO. *Euclia Beatriz Lopes Petean* (Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Ribeirão Preto/USP) e *Fabiola Carin Brunhara Rodrigues* (psicóloga clínica-São Roque.SP)

Mesmo existindo várias teorias que tentam abarcar o desenvolvimento psicosexual masculino ou feminino, unanimemente elas se baseiam na questão de que há uma diferenciação sexual. O que devemos é distinguir o sexo genético (cromossomos 46,XX ou 46,XY), o sexo gonadal (a estrutura das gônadas masculinas ou femininas), o sexo corporal (características sexuais primárias: órgãos genitais internos e externos, caracteres sexuais secundários: pilosidades, seios, morfologia, etc.), o sexo do estado civil e, finalmente o sexo “vivido”. Esse sexo “vivido” remete-nos a noção de identidade sexuada na qual o indivíduo se reconhece e inclui dois componentes: a identidade de gênero e a identidade de sexo. Por identidade de sexo compreendemos um conceito biológico, por identidade de gênero o senso de conhecimento de que a qual sexo se pertence. A aquisição na criança da identidade de gênero é precoce, entre dois e quatro anos, e é produto de duas forças: biológicas e psicossociais. A formação dessa identidade de gênero está baseada em atitudes parentais e culturais, na genitália externa do bebê e na influência genética, fisiologicamente ativa por volta da sexta semana de vida. De acordo com as teorias de desenvolvimento sexual, por volta dos dois e três anos a maioria das crianças consegue nomear-se e identificar o sexo de outras pessoas, demonstrando assim que já possui identidade de gênero, identidade esta que se forma pelo reconhecimento que faz tanto de características físicas como dos papéis sociais atribuídos a cada gênero. Assim associado à complexidade do diagnóstico médico-biológico das Anomalias de Determinação Sexual temos o diagnóstico da identidade de gênero do paciente. A definição do sexo de uma criança portadora de uma anomalia de determinação sexual requer a atuação de uma equipe multidisciplinar para que se chegue a um diagnóstico preciso, sendo a avaliação psicológica imprescindível neste processo uma vez que ela possibilita uma melhor definição da identidade deste paciente. Durante estes 20 anos de atuação no ambulatório de ADS desenvolveu-se um protocolo de avaliação psicológica, que abrange a avaliação da família, quanto a expectativas sobre o sexo do filho, compreensão do diagnóstico e condutas; a avaliação do paciente segue um protocolo diferenciado de acordo com a idade, mas de modo geral abrange avaliação comportamental; avaliação emocional e de identidade de gênero. A atuação do psicólogo junto a equipe multiprofissional e o protocolo de avaliação serão discutidos nesta mesa.

Palavras-chave: anomalia da diferenciação sexual, avaliação psicológica, diagnóstico.

SAÚDE

INCLUSÃO DE TREINO EM HABILIDADES SOCIAIS NO ATENDIMENTO A PORTADORES DE ANOMALIA DA DIFERENCIAÇÃO SEXUAL. *Eleonora Arnaud Pereira Ferreira e Ana Paula de Andrade Sardinha*** (Faculdade de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém-PA).

Anomalia da Diferenciação Sexual (ADS) se caracteriza pela malformação na genitália e/ou pela disfunção das gônadas, ocasionando características sexuais secundárias não correspondentes ao sexo de criação. Estudos clínicos realizados com indivíduos portadores de ADS têm destacado a ocorrência de déficits em habilidades sociais nesses indivíduos, caracterizados pela fuga-esquiva de situações sociais aversivas. Neste trabalho, pretendeu-se caracterizar o repertório comportamental correspondente a HS em indivíduos com ADS atendidos no ambulatório de um programa especializado de um hospital da rede pública de Belém, por meio de dois estudos complementares. No primeiro, foi realizado um estudo com delineamento transversal, com o objetivo de caracterizar comportamentos correspondentes a HS em indivíduos com ADS. Participaram nove adultos com mais de seis meses em tratamento. Foram utilizados: Roteiro de Entrevista, Protocolo para análise de prontuário e Inventário de Habilidades Sociais - IHS. Os resultados sugerem que os participantes apresentam déficit de habilidades sociais em todos os fatores do IHS, em menor ou maior grau, de maneira que poderiam se beneficiar com um treinamento de habilidades sociais como parte do tratamento, por se tratar de uma técnica que visa à superação e/ou redução dos déficits por eles apresentados. No segundo, foi realizado um estudo com delineamento de sujeito único, com o objetivo de verificar os efeitos do uso de treino em automonitoramento na instalação de comportamentos correspondentes a HS. Participou uma mulher adulta, com 32 anos de idade, com diagnóstico de ADS selecionada dentre os que participaram do Estudo 1. O procedimento de intervenção ocorreu por meio de entrevistas semanais, de acordo com as seguintes etapas: (1) Contrato: assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e agendamento de entrevista; (2) Avaliação: levantamento da linha de base dos comportamentos correspondentes à HS, elaboração da hierarquia dos comportamentos que indicaram déficit segundo as normas de análise do IHS e treino em registro de automonitoração; (3) Intervenção: leitura de um texto sobre habilidades sociais, apresentação da lista de direitos humanos básicos, aplicação do Questionário Construcional de Goldiamond adaptado e treino em registro de automonitoramento; (4) Re-avaliação das HS: reaplicação do IHS; (5) Follow-up: avaliação da manutenção dos ganhos obtidos com o estudo; e (6) Encerramento: entrevista devolutiva para explanação dos resultados do estudo ao participante. Os resultados sugerem que a intervenção promoveu o desenvolvimento de HS na participante, haja vista a interpretação da evolução da participante apresentada de acordo com a variação do Escore Z e da representação gráfica de significância clínica e mudança confiável. Discute-se a importância do treino em habilidades sociais fazer parte do protocolo de atendimento a portadores de ADS.

Financiamento: CAPES

Palavras-chave: habilidades sociais, anomalia da diferenciação sexual, automonitoramento.

SAÚDE

ASPECTOS MÉDICO-BIOLÓGICOS DAS ANOMALIAS DA DETERMINAÇÃO E DIFERENCIAÇÃO SEXUAL. *Milena Coelho Fernandes Caldato* (Faculdade de Medicina, Universidade do Estado do Pará e Centro de Ensino Superior do Pará).

O nascimento de uma criança quase sempre está envolto em uma atmosfera de alegria e esperança e o fato de não ser possível na ocasião se identificar qual é o sexo do bebê, sem dúvidas, gera frustrações e ansiedade na família. De fato, cerca de 1 em 3000 crianças nasce com ADS, isto é, situação em que não existe uma concordância total entre os vários critérios que definem o sexo. A identificação inequívoca de um indivíduo com o sexo masculino ou feminino é resultado da plena concordância de todos os critérios utilizados na definição do sexo: cromossômico (XX ou XY), gonádico (ovários ou testículos), genital (genitais internos e externos), somático (características sexuais secundárias), psíquico (o conceito que o indivíduo tem de si mesmo e que lhe permite identificar-se com um ou outro sexo), social (o sexo que a sociedade atribui ao indivíduo e que pode, ou não, adaptar-se ao conceito que este tem de si mesmo) e civil (o sexo que foi atribuído ao indivíduo ao ser inscrito no Registro Civil). A completa diferenciação sexual se inicia com a determinação gonadal, responsável pela transformação da gônada bipotencial em testículo ou ovário e posteriormente, a etapa de diferenciação sexual propriamente dita, quando os hormônios e seus receptores apresentam papel preponderante. Esta complexa cascata de eventos depende tanto da interação genético-hormonal, como da adequada cronologia de eventos. Na espécie humana, a determinação do sexo se inicia no momento da fecundação, com a determinação do sexo cromossômico. O gene SRY, presente no cromossomo Y, é o principal responsável pelo controle genético dessa determinação. Entretanto, caso alguma mutação ocorra neste gene ou em outros genes associados à determinação gonadal, esta etapa pode não ser adequada e comprometer todo o processo de diferenciação sexual do indivíduo. A complexidade e o caráter multigênico necessários para o desenvolvimento do sexo são conhecidos de longa data, sendo sugerida a existência de cerca de 50 genes ligados à esta função. Dentre eles, alguns encontram-se nos cromossomos sexuais, mas outros surpreendentemente, encontram-se nos cromossomos autossômicos. A grande variabilidade etiológica dos diversos casos de ADS dificulta muitas vezes o correto diagnóstico e, desta forma atrasa o início do tratamento. A orientação terapêutica nos casos de ADS apresentam múltiplos pontos de debate, sendo exemplos a plastia ou exérese do clitóris, vaginoplastia precoce associada ou não à dilatação, e correções do micropênis. Em conclusão, a “escolha médica” do sexo de criação do paciente portador de ADS deve ser baseada na multidisciplinaridade dos especialistas envolvidos na decisão e na análise rigorosa de todos os critérios utilizados na definição do sexo, sem uma hipervalorização prévia de um critério relativamente a outro e sem esquecer a relação anátomo-fisiológica dos genitais com o seu potencial de desenvolvimento e função. É portanto, extremamente necessário que os conhecimentos da Biologia do Desenvolvimento sexual sejam amplamente divulgados entre os profissionais da saúde, especialmente médicos, enfermeiros e psicólogos. Nesta apresentação serão discutidos aspectos médico-biológicos no diagnóstico e tratamento de ADS, integrados ao atendimento interdisciplinar.

Palavras-chave: anomalia da determinação e diferenciação sexual, diagnóstico, terapêutica.

SAÚDE

COGNIÇÃO ANIMAL: UM DIÁLOGO ENTRE ANÁLISE EXPERIMENTAL DO COMPORTAMENTO E ETOLOGIA.

ASPECTOS MICROGENÉTICOS DA AQUISIÇÃO DO COMPORTAMENTO DE QUEBRA DE COCOS POR MACACO-PREGO (*CEBUS SP*). *Briseida Dogo Resende, Fernanda Neves Lacerda** (Departamento de Psicologia Experimental, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP)

Macacos-prego (*Cebus sp*) utilizam pedras para quebra cocos. O objetivo deste trabalho foi estudar aspectos microgenéticos relacionados à ontogênese deste comportamento. Esse tipo de abordagem se propõe a acompanhar como as mudanças ocorrem ao longo do tempo, e não apenas que tipo de mudança ocorre. Partimos do pressuposto de que a experiência do sujeito com os objetos e sua interação com o meio canalizam suas ações, levando, no caso da presente pesquisa, à aprendizagem de quebra de cocos. Este trabalho foi realizado com macacos-prego do grupo semilivre do Parque Ecológico do Tietê, onde, em um sítio em que há quebra espontânea de cocos, foram posicionadas quatro filmadoras de forma que cada uma fosse o vértice de um quadrado, com a pedra que serve de apoio aos cocos ao centro. Assim que o grupo se aproximava, as filmadoras eram ligadas. As transcrições e análise foram separadas em duas etapas: 1) estudo das sequências comportamentais de adultos proficientes, a fim de definir apuradamente as variáveis-chave para proficiência na quebra de coco; e 2) estudo longitudinal do comportamento de quebra por juvenis por meio da análise dessas variáveis-chave. Os sujeitos que participaram da primeira etapa foram cinco adultos, duas fêmeas e três machos. Para cada animal foi calculado um índice da proficiência para a quebra de cocos (IP) dividindo o número de golpes do martelo pelo número de cocos quebrados. Utilizamos as seguintes categorias comportamentais: Chegada ao Sítio, Posicionamento de coco (Adequado ou Não Adequado), Golpeamento (Adequado, Não Adequado ou Sem Coco), Movimentos Inadequados, Sucesso na Quebra. Os dados foram transcritos com o auxílio do programa EthLog 2.2, que gerou matrizes de primeira ordem contendo comportamentos antecedentes e subseqüentes. A análise das sequências comportamentais, realizadas com o auxílio do programa EthoSeq, revelaram que os sujeitos mais proficientes não executaram movimentos ineptos, e não golpearam cocos de forma não adequada. Adultos com diferentes níveis de proficiência executam as seqüências comportamentais necessárias para obter sucesso na quebra de cocos. Definimos como variáveis-chave para o estudo da aquisição da quebra de cocos: Posicionamento (Adequado ou Não-adequado), Golpeamento (Adequado ou Não Adequado, Movimentos ineptos dirigidos aos objetos do sítio. Utilizamos essas variáveis na segunda etapa, em que tínhamos sete sujeitos (três machos e quatro fêmeas), juvenis e jovens adultos. As freqüências dos comportamentos foram computadas de dois em dois meses por 10 meses e realizamos o teste de Friedman para verificar se essas freqüências variavam ao longo do tempo. Verificamos que a Freqüência de golpes adequados aumentou ao longo do tempo ($p < 0.05$). Apesar da grande variação individual, uma descrição qualitativa de cada caso revela que o posicionamento adequado do coco na bigorna tende a aumentar. Concluímos que adultos com diferentes níveis de proficiência apresentam as seqüências de comportamentos adequada para haver quebra de cocos. A variação no sucesso deve-se às freqüências de golpeamentos adequados, não-adequados e de posicionamentos adequados e não-adequados.

Palavras-chave: Cognição, aprendizagem, primatas

P

Código da área: DES

O EFEITO DA QUANTIDADE DE TREINO DE HABILIDADES PRÉ-REQUISITO SOBRE A OCORRÊNCIA DE “INSIGHT” EM MACACOS PREGO. *Hernando Borges Neves Filho** e Marcus Bentes de Carvalho Neto* (Universidade de São Paulo e Universidade Federal do Pará)

A resolução de problemas tem sido um tema recorrente na literatura de Psicologia. Tradicionalmente, distinguem-se dois processos de resolução de problemas: por tentativa-e-erro e “Insight”. O processo de “Insight” pode ser explicado como resultado de uma interconexão espontânea de repertórios comportamentais previamente aprendidos. A presente pesquisa teve por objetivo produzir diferentes desempenhos de “Insight”, em macacos-prego (*Cebus spp.*) dando-lhes diferentes histórias de treino. Em especial, pretendeu-se testar o papel da quantidade de treino de cada repertório pré-requisito. Seis sujeitos foram divididos em dois grupos de três sujeitos cada. As habilidades pré-requisitos para a resolução da tarefa foram: 1) juntar objetos (“encaixar”); e, 2) puxar uma caixa contendo alimento usando uma vareta (“pescar”). Todos os sujeitos passaram pelo treino das duas habilidades, sendo que um grupo (GS) passou por um treino simétrico (mesma quantidade de sessões) entre as duas habilidades, com critérios de aprendizagem elevados para ambas. O outro grupo (GA) passou por um treino assimétrico, no qual uma habilidade, a de encaixe, foi treinada em poucas sessões e com um baixo critério de aprendizagem. Neste grupo a habilidade de pescar teve um treino extenso, com um número de sessões de treino pelo menos duas vezes maior do que o treino da habilidade de encaixe, e um critério elevado de aprendizagem. Ao final, todos os sujeitos foram colocados frente a uma situação problema: uma caixa contendo comida fora de seu alcance, e duas ferramentas disponíveis, das quais nenhuma sozinha alcançava a caixa. Nesta situação a solução dependia da recombinação dos dois repertórios ensinados separadamente, encaixar e pescar. Apenas o terceiro participante do grupo assimétrico apresentou dificuldades em resolver a tarefa, mas ainda assim a resolveu. Todos os demais participantes resolveram a tarefa consistentemente, apresentando topografias de resolução do problema de acordo com o seu treino, apontando que variáveis de quantidade de treino influenciam na forma e eficácia da resolução da tarefa, onde, um treino simétrico produz um fluxo de respostas que se inicia com respostas corretas, mas que apresenta erros no decorrer da resolução; e um treino assimétrico produz uma topografia de resolução com erros no início, mas sem erros no decorrer da resolução. Estes dados sugerem que a quantidade de treino é uma variável que altera a topografia de resolução de problemas, e que diferentes quantidades de treino das habilidades pré-requisito podem gerar topografias que se assemelham mais ou menos com os critérios clássicos atribuídos à resolução do tipo “Insight”.

Trabalho financiado por bolsa de mestrado da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Pará (FAPESPA) ao primeiro autor.

Palavras chave: resolução de problemas, insight, criatividade

M

AEC

SISTEMAS DE ORIENTAÇÃO ESPACIAL DE MACACOS-PREGO. *Patrícia Izar e Andréa Presotto * (Departamento de Psicologia Experimental, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP)*

O estudo da cognição espacial sob a perspectiva da etologia cognitiva tem acumulado evidências de que os animais navegam adaptativamente em seu ambiente natural. Neste contexto, a pesquisa sobre cognição espacial de primatas não-humanos tem crescido ao longo das últimas décadas. Sugere-se que os primatas, por viverem em grupo e por efetuarem grandes deslocamentos à procura de fontes de alimento suficientes para todo o grupo social, devem ser capazes de perceber e memorizar a natureza, localização e disponibilidade temporal de recursos alimentares no ambiente, e orientar-se com base nessas informações, exigindo habilidades cognitivas espaciais complexas. No entanto, pesquisas recentes sugerem que mecanismos simples, baseados na memorização de seqüências de marcos espaciais e deslocamento por rotas habituais resultantes destas seqüências, seriam suficientes para a exploração de recursos alimentares próximos. Macacos-prego são primatas Neotropicais muito estudados por suas convergências adaptativas com humanos, incluindo a capacidade de usar ferramentas para obtenção de alimento, o que se considera evidência de grande habilidade cognitiva. Recentemente, a espécie tem sido investigada quanto à cognição espacial. Estudos experimentais com animais de cativeiro indicam orientação por mecanismo egocêntrico, enquanto dados de campo sugerem a capacidade de construção de atalhos em direção a objetivos, o que seria consistente com um mecanismo de orientação alocêntrico. Neste trabalho, nós analisamos padrão de navegação de um grupo selvagem de macacos-prego, *Cebus nigritus*, a Mata Atlântica (Parque Estadual Carlos Botelho, (PECB), ao longo de 100 dias. Nós testamos as hipóteses alternativas de que os macacos-prego navegariam usando uma seqüência de marcos num sistema de referência egocêntrico ou num sistema de referência alocêntrico, ou ambos, dependendo da disponibilidade de recursos alimentares. A localização do grupo foi registrada usando um dispositivo GPS, a cada 5 minutos, e mapas foram gerados através do ArcView v9.3.1. O grupo de estudo percorreu um sistema de rotas habituais em menos de 30% da nossa amostra, e revistaram recursos alimentares a partir de diferentes pontos de partida, utilizando diferentes caminhos e rotas, mesmo quando marcos espaciais destacados não eram visíveis. O grupo de estudo utilizou rotas habituais com mais freqüência quando frutos não estavam disponíveis e navegaram usando caminhos diferentes quando estavam revisitando fontes de alimento de alta qualidade. Os resultados confirmam a hipótese de que os macacos-prego do PECB navegam usando ambos os sistemas egocêntrico e alocêntrico de referência, dependendo da qualidade e distribuição de recursos alimentares que encontram.

Palavras-chave: cognição, primatas, inteligência espacial

P

BIO

ANSIEDADE - MODELOS DE INTERVENÇÃO EM DIFERENTES CONTEXTOS.

O IMPACTO DA ANSIEDADE NA ACEITAÇÃO, ENFRENTAMENTO E ADESÃO AOS TRATAMENTOS PROPOSTOS NO ADOECER INFANTIL.

Renata Panico Gorayeb (Divisão de Psicologia do Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo)

O adoecer, muitas vezes, traz para o indivíduo alterações em sua rotina, o enfrentamento de uma nova realidade e o medo inerente as mudanças em sua saúde, aos procedimentos a serem vivenciados e aos quais poderá ser submetido, bem como o prognóstico esperado para cada patologia. Os testes de ansiedade mostram na literatura de psicologia da saúde inúmeros trabalhos que avaliam, quantificando e qualificando os diversos aspectos em que a ansiedade altera a forma como este indivíduo enfrenta esta nova realidade. As ações da ansiedade, muitas vezes, trazem sintomas e comportamentos que dificultam ou impedem a melhoria na qualidade de vida do paciente, a adesão aos tratamentos, a permissão ou não de realização de procedimentos invasivos, porém necessários. É neste universo de ansiedades que a psicologia hospitalar se encontra inserida na maioria das clínicas, onde os níveis de ansiedade são crescentes de acordo com a gravidade caso e/ou a invasibilidade do tratamento. Desta forma, o psicólogo hospitalar em TCC na área infantil busca favorecer o enfrentamento do adoecer, tanto para as crianças como para os seus pais e cuidadores. São utilizados com frequência técnicas de acolhimento e psico-educação para adultos, jovens, pais e crianças e/ou acompanhantes desde o momento que se descobre o problema, até o desfecho do tratamento. Para os atendimentos a patologias crônicas, são oferecidos grupos de acolhimento e orientações psico-educativas sobre a doença, as limitações, os procedimentos aos quais serão submetidas e realizadas dessensibilizações sobre os que serão invasivos. Para os pacientes que serão submetidas a procedimentos invasivos com sistematicidade, como sondagens e dilatações dentre outras, a preparação psicológica inclui aspectos fundamentais como a informação sobre os detalhes da experiência a ser vivida, o ensino de estratégias efetivas de enfrentamento e a dessensibilização sistemática e progressiva aos procedimentos invasivos. Quando a patologia é aguda, ou necessita de uma cirurgia a família é orientada pela equipe interdisciplinar e são fornecidas todas as informações disponíveis sobre o tratamento e procedimentos a serem realizados com o paciente, bem como enfatizada a importância do papel dos pais e acompanhantes. Para a criança além do acolhimento são realizados procedimentos de orientação detalhada frente à hospitalização e procedimentos a serem vivenciados, dessensibilização aos invasivos, treinos de relaxamento e acompanhamento aos eventos que a ela forem aversivos, processo no qual os pais participam ativamente tornando-se suportes mais efetivos para as crianças. Em nossa experiência e na literatura os exemplos são ricos em mostrar que as intervenções com foco na redução da ansiedade promovem um melhor enfrentamento da realidade, reduzindo os indices de ansiedade, stress, e depressão. Sendo que quando pacientes, cuidadores, pais e crianças podem acessar um nível de compreensão adequada sobre o adoecer, eles têm suas ansiedades reduzidas, podendo se tornam participativos de forma produtiva, favorecendo o tratamento e a recuperação.

Palavras- Chave: Psicologia da Saúde – Ansiedade –Terapia Cognitivo Comportamental

Nível do Trabalho: Outro – Atuação em Psicologia da Saúde

Código da área da Pesquisa ou intervenção: Saúde

INTERVENÇÕES PARA O MANEJO DA ANSIEDADE EM GRUPOS DO PROGRAMA DE REEDUCAÇÃO ALIMENTAR DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *Carmem Beatriz Neufeld, Gabriela Salim Xavier*, André Luiz Moreno da Silva**, Ana Irene Fonseca Mendes* (Laboratório de Pesquisa e Intervenção Cognitivo-Comportamental do Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo), *Francine Scochi Leal** e Rosane Pilot Pessa Ribeiro* (Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo).

Fatores hereditários, ambientais, sociais e psicológicos interagem entre si na origem e estabelecimento da obesidade exigindo, portanto, a presença de um trabalho multidisciplinar para o tratamento deste problema. A Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) vem se mostrando eficaz para o tratamento de distúrbios psiquiátricos e disfunções cognitivas e comportamentais, trabalhando com a flexibilização duradoura das crenças. Segundo a TCC, crenças disfuncionais acerca do peso, do valor pessoal e da alimentação contribuem para a etiologia e manutenção da obesidade. Estudos apontam para uma relação direta entre sintomas psicológicos, como a ansiedade, e o nível de obesidade. A reeducação alimentar refere-se à reaprendizagem de conceitos básicos de nutrição como a quantidade e qualidade dos alimentos ideais para cada refeição, sugerindo assim uma mudança de hábitos alimentares em longo prazo. O presente trabalho visa apresentar os resultados referentes às intervenções cognitivo-comportamentais e às orientações nutricionais especificamente no manejo da ansiedade, em grupos do Programa de Reeducação Alimentar da Universidade de São Paulo (PRAUSP). Outros aspectos dos resultados deste trabalho multidisciplinar são abordados em outros estudos. A amostra deste estudo é composta por 32 participantes adultos inscritos voluntariamente no PRAUSP, formando 3 grupos. Cada grupo teve duração de 2 horas e frequência semanal, em um total de 12 sessões. Para a mensuração objetiva dos sintomas de ansiedade dos participantes, foi utilizada a Escala Beck de Ansiedade (BAI), aplicada no início e no fim dos grupos. As técnicas cognitivas e comportamentais mais utilizadas para manejo da ansiedade foram a Psicoeducação sobre alimentação e ansiedade, a Técnica da Reestruturação Cognitiva para modificação de pensamentos disfuncionais que geram ansiedade, Técnica de Distração para desviar o foco atencional da alimentação, Técnica de Resolução de Problemas auxiliando na redução da ansiedade com a busca de soluções adaptativas para questões cotidianas, Lista de Vantagens e Desvantagens e a Técnica da Balança Decisória utilizadas diante da ansiedade gerada na escolha entre alimentos nutritivos e pouco saudáveis e na adoção de hábitos mais funcionais de saúde. A análise quantitativa mostra uma redução significativa dos sintomas de ansiedade, sendo que a mediana da pontuação dos participantes na BAI no início do grupo foi de 9,5 (dp=10,28) e no fim do programa, de 3 (dp=6,23) pontos. Também foi atestada redução significativa do Índice de Massa Corporal (IMC) dos participantes, com um (IMC) médio (inicial) de 34,78 Kg/m² (dp=4,9) e final de 32,1 Kg/m² (dp=4,69). Os resultados sugerem a efetividade das intervenções cognitivo-comportamentais, associadas às orientações nutricionais nestes grupos do PRAUSP, demonstrada qualitativa e quantitativamente. Apesar do foco principal da intervenção não ter sido para ansiedade, sua redução parece estar positivamente associada ao aumento da adesão ao tratamento psicológico e nutricional e a perda de peso.

Apoio financeiro: CNPq

Palavras-chave: Terapia Cognitivo-Comportamental, Ansiedade, Reeducação Alimentar

Pesquisador – P

Código: CLIN

ANSIEDADE INFANTIL NA CLÍNICA PSICOLÓGICA – AVALIAÇÃO E TRATAMENTO. *Maria Angela Marchini Gorayeb* (Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo)

Os Transtornos de Ansiedade estão entre os de maior incidência na população, chegando a atingir 20% dos indivíduos adultos. O Transtorno de Ansiedade mais comum na Infância é o Transtorno de Ansiedade de Separação, que devido a esta característica de prevalência exclusiva na infância é atualmente classificada no DSM-IV não sob o título de Transtorno de Ansiedade, mas sim entre os Transtornos Identificados na Infância. Na mesma categoria há outras patologias que apresentam a ansiedade como componente importante da instalação e manutenção do quadro, por exemplo: TDAH, Tiques, Encoprese, Enurese. Os prejuízos da ansiedade exacerbada podem afetar uma ou no geral várias áreas da vida do indivíduo: Social, acadêmica, profissional, afetiva, sexual e até a saúde física. Durante uma entrevista clínica são vários os sintomas que podem ser investigados para se diagnosticar a presença de ansiedade desadaptativa e o seu nível. Os mais claros são aqueles relacionados à ativação autonômica (alterações do sono, sudorese, distúrbios gastro-intestinais, halitose, irritabilidade, dificuldade de concentração e rendimento intelectual, pensamento acelerado, inquietude). Em seguida têm-se as alterações em hábitos e comportamento (modificação de hábitos alimentares, comportamentos obsessivos e/ou compulsivos, esquivas, agitação motora, roer unhas, manipulação do corpo). Na Abordagem Cognitiva Comportamental as avaliações objetivas podem ser utilizadas de várias formas, enriquecendo a eficácia do trabalho. Estas formas são: 1) obtenção de dados no caso de pesquisas que possam melhorar a compreensão da psicopatologia e seu tratamento. 2) Fornecer confirmação diagnóstica e linha de base para início do tratamento. 3) Fornecer feedback para o paciente e terapeuta sobre a evolução do tratamento. 4) Prover *insights* e conteúdo cognitivo a ser discutido em sessões de terapia. A avaliação Psicológica não pode deixar de lado os principais aspectos da ansiedade do ponto de vista da Cognição. Os pensamentos relacionados aos próprios sintomas autonômicos e os pensamentos relacionados às situações estressoras. Tal avaliação deve abranger os três níveis da Tríade Cognitiva (os componentes do Self – as interpretações do indivíduo sobre si próprio – seu ambiente – e seu futuro) a fim de verificar a presença da especificidade ou vulnerabilidade cognitiva para o desenvolvimento de patologias. O tratamento da criança sempre envolve a família ou outros cuidadores, além de pessoas ligadas ao cotidiano como professores ou outros profissionais. A intervenção deve promover um ambiente com menor nível de stress para a criança, além de instrumentá-la para lidar melhor com o stress e com a própria ansiedade. As técnicas visam alterar aspectos fisiológicos da ansiedade (treino de relaxamento e ou dessensibilização); aspectos cognitivos (descatastrofização, testes de realidade, etc) e comportamentos potencialmente ansiogênicos (treino de assertividade e expressão de afeto).

Palavras Chave: Ansiedade; Terapia Cognitiva; Criança

Nível do Trabalho: Outro – Atuação Psicologia Clínica

Código da área da Pesquisa ou intervenção: CLIN

A CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO PARA A ANÁLISE DA INTERAÇÃO MÃE-CRIANÇA EM UM CASO DE AUTISMO.

A CONTRIBUIÇÃO DA TEORIA SOCIOCOGNITIVA PARA O AUTISMO: ANÁLISE DA INTERAÇÃO MÃE-CRIANÇA E DA BRINCADEIRA. *Cleonice Alves Bosa* (Departamento de Psicologia do Desenvolvimento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Os “transtornos do espectro do autismo” referem-se a um grupo de condições cujo comprometimento mais marcante é o das relações sociais recíprocas, além da presença de comportamentos repetitivos e estereotipados. O estudo dos processos comunicativos durante a interação social, fornecem importantes pistas sobre a natureza e a extensão destes comprometimentos, principalmente porque não se pode afirmar que há ausência de interação social em crianças com autismo, mas sim de aspectos interativos mais complexos. Há evidências de que o comprometimento maior ocorre nos processos de interação social triádica, isto é, naqueles em que a criança incorpora um terceiro elemento (objeto ou evento) em suas interações diádicas. A teoria sociocognitiva pode auxiliar na identificação e explicação destas lacunas interativas, ao ressaltar os três principais modos através dos quais o processo interativo triádico ocorre: 1) dividir a atenção com o outro, em relação a um objeto/evento; 2) seguir a atenção que o outro dirige para um objeto/evento e 3) dirigir a atenção do outro para um objeto/evento. Com isto, as crianças revelam um claro entendimento de que os outros são seres intencionais, capazes de se interessar e de seletivamente prestar atenção no ambiente ao redor, da mesma forma que ela própria. Estes três aspectos são definidos como Atenção Compartilhada e podem ser observados durante o que Tomasello denominou de “cenas de atenção conjunta”. A principal característica destes processos é a monitorização da atenção do outro, por parte da criança. O objetivo deste trabalho é investigar as diferentes modalidades de interação social entre uma criança com autismo e sua mãe, e a influência da presença ou ausência materna na brincadeira da criança. A observação da brincadeira ocorreu em dois contextos: com e sem a presença da mãe. A sessão foi filmada, em laboratório, e posteriormente codificada, com base em um protocolo de comportamentos maternos e infantis. Os comportamentos infantis codificados foram: Iniciativa de Atenção Compartilhada, Resposta de Compartilhada, Busca de Assistência; Brincadeira Exploratória, Funcional e Simbólica. Os comportamentos maternos foram os de Compartilhamento de Tópico, Diretividade e Intrusividade. Os resultados demonstraram que, em relação aos comportamentos da criança houve ocorrência de comportamentos de Busca de assistência; de Resposta de AC, mas nenhuma de Iniciativa de AC. A brincadeira foi predominantemente exploratória, tendo também ocorrido brincadeira funcional, mas não simbólica. A duração da exploração foi maior no episódio sem a presença da mãe, provavelmente em função do estilo interativo materno. Quanto ao comportamento da mãe, este foi predominantemente intrusivo, ocorrendo também diretividade, mas raramente houve compartilhamento do tópico de interesse da criança. Os resultados são discutidos com base na teoria sociocognitiva, principalmente em termos do significado da diferenciação entre iniciativa e resposta de AC para o desenvolvimento infantil.

Palavras-chave: autismo; atenção compartilhada; brincadeira

Pesquisador

Código da área: DE

A ANÁLISE DO CONTEXTO DE INTERAÇÃO SOCIAL NO AUTISMO: UM ESTUDO DE CASO. *Carolina Lampreia* (Departamento de Psicologia – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - RJ).

O autismo é um transtorno do desenvolvimento de etiologia desconhecida com diferentes abordagens teóricas explicativas. As principais são: (1) a cognitivista que considera que o autismo se deve a uma falha em um mecanismo cognitivo único, inato, responsável pela habilidade de imaginar o estado mental dos outros e (2) a desenvolvimentista que concebe o autismo como um desvio do desenvolvimento devido a falhas iniciais na interação social. Neste caso, as condições contextuais de interação se tornam particularmente importantes e devem ser alvo de especial atenção. Adotando um enfoque contextualista, o **objetivo** da pesquisa foi analisar o contexto de interação social de uma criança autista, de quatro anos de idade. O **procedimento** envolveu uma situação semi-estruturada de brincadeira com objetos com sua mãe. A sessão foi filmada e teve a duração de vinte minutos. As categorias de análise das filmagens para o adulto foram: (a) criar condições que favoreçam o engajamento da atenção da criança e a interação; (b) seguir o foco de interesse da criança; (c) responder de maneira a manter e dar prosseguimento à interação. Os **resultados** confirmaram as previsões e achados de outras pesquisas quanto a falhas por parte do adulto em favorecer a interação social da criança autista. É de suma importância que todo procedimento de intervenção, independentemente da orientação teórica, considere o contexto da interação de maneira a favorecer e manter o engajamento de uma criança autista na interação social.

Palavras-chave: autismo; interação social; contexto de interação.

Pesquisador

Código da área: DE

ESTILO INTERATIVO EM UMA DÍADE MÃE-CRIANÇA COM AUTISMO: ANÁLISE DA CONTINGÊNCIA SOCIAL. *Marilice Fernandes Garotti* (Programa De Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém, PA)

Os processos neurocognitivos da mente humana moderna resultam de longo e gradual processo evolutivo. Por terem solucionado problemas com os quais nossos ancestrais se depararam, foram selecionados mecanismos adaptativos que permitem ao bebê, desde o nascimento, interagir com o mundo físico e social. E, como espécie altricial, a primeira tarefa do bebê humano é interagir com o outro. Por outro lado, à criança autista falta, muitas vezes desde o início, essa habilidade de interagir e comunicar-se em seu mundo social. Na perspectiva dos sistemas dinâmicos, alterações de comportamento produzidas por *déficits* neurológicos primários, como no autismo, podem levar a distúrbios neuropsicológicos secundários, por alterar sistemas cerebrais dependentes de interação com o ambiente para seu desenvolvimento. Adicionalmente, estudos sobre plasticidade cerebral e epigenética indicam os efeitos positivos, ou negativos, das interações cuidador-criança sobre o desenvolvimento neuropsicológico. Assim, compreender as características das interações em díades cuidador-criança autista poderia fornecer pistas adicionais sobre o fenótipo do transtorno, bem como subsídios para planejamento de intervenções. Esse estudo teve como objetivo verificar a adequação do modelo de contingência social para analisar interações envolvendo um parceiro com autismo. Contingência refere-se ao padrão temporal entre dois eventos e reflete dependência causal. A reciprocidade indica o padrão com o qual cada parceiro responde ao outro, seguindo a solicitação daquele que inicia a interação. Quatro estilos de interação foram categorizados: recíproca, não-recíproca, passiva e finalizada. A ocorrência de interações recíprocas permitia identificar a atenção coordenada, registrada quando os dois parceiros focalizavam o olhar sobre o mesmo objeto e ambos contribuíam na manutenção da atividade pelo menos por três turnos. Uma mãe e seu filho de 4 anos, diagnosticado como autista, foram filmados em uma sala isolada e com diferentes brinquedos disponíveis. Pedia-se à mãe que interagisse com a criança como sempre o fazia. A microanálise foi realizada com o Transana 2.4 sobre 10 minutos de interação. Dos 16 episódios observados, apenas três foram recíprocos (28,8% da duração da sessão) e com coordenação da atenção dos parceiros sobre um mesmo objeto. Dos episódios restantes, em sete (67,2% do tempo) foram observadas interações não-recíprocas, caracterizadas por frequentes iniciativas de interação por parte da mãe, que eram ignoradas ou rejeitadas pela criança. Um episódio iniciava com a introdução de um novo objeto e a sequência interativa mínima a ser considerada deveria ter três turnos, pois os dois parceiros deviam contribuir para manter a interação. O número de turnos por episódio variou entre três, em sequências finalizadas pela mãe e 43, em sequências não-recíprocas. Conclui-se que o modelo de contingência social mostrou-se adequado para caracterizar a natureza das interações em díade com parceiro autista. Permitiu também identificar as peculiaridades do fenótipo, como por exemplo, ausência da habilidade de atenção compartilhada, com base na ausência de trocas de olhar entre objeto e parceiro, entre outras.

Apoio: PROCAD/CAPES

Palavras-chave: autismo, contingência social, interação mãe-criança

Pesquisador

Código de Área: DES

INSTITUIÇÕES DE SEGREGAÇÃO E CONTROLE SOCIAL DO LOUCO, DO CRIMINOSO E DO LOUCO CRIMINOSO.

A CONJUNÇÃO DA LOUCURA COM O CRIME NO HOSPITAL DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO: A CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS DE UMA INSTITUIÇÃO HÍBRIDA. *Diana de Souza Pinto* (Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ)

O ingresso do louco no espaço prisional resulta da intervenção do saber médico no âmbito das práticas jurídicas. No Brasil, na década de 1920, houve o primeiro passo nessa direção, ocasião em que laudos de médicos sobre estados de loucura de criminosos foram considerados para que o campo da prática jurídica tivesse à sua disposição mais um lugar de segregação e controle social: a colônia manicomial judiciária onde loucoscriminosos são internados para tratamento, uma vez reconhecida que as instituições de enclausuramento, na época, o Hospício Nacional de Alienados e a Casa de Detenção, seriam inadequadas para quem padecesse de doença psíquica como condição que justifica a prática de um crime. Assim, fica determinado que, para criminosos considerados inimputáveis em razão do estado de loucura, tanto a prisão quanto o hospício são lugares impróprios para abrigar mais uma realidade sombria da condição humana: o loucocriminoso. Nesta instituição existem arquivos que contém documentos acerca de estados de insanidade mental, utilizados como justificativas para a determinação de medidas de segurança com finalidade de tratamento de distúrbios psíquicos, por um lado, e cessação de periculosidade, por outro. Esta reflexão objetiva demonstrar, com base em fontes documentais, que o hospital psiquiátrico de custódia e tratamento é um espaço de reclusão, isolamento e controle social que se alicerça em práticas discursivas institucionais repletas de tensões. O hospital de custódia e tratamento é uma instituição híbrida; é uma prisão, pois a internação para tratamento somente é indicada pelo saber jurídico mediante a prática de um crime; é um hospital, em razão da do mandato institucional de diagnosticar e tratar os estados de loucura. A superposição das ordens do saber médico-psiquiátrico e do saber jurídico-penal sugere que o louco criminoso não deva ser alvo apenas de uma pena punitiva, uma vez que o discurso médico, em nome da doença psíquica, o afasta da condição de ser apenas um ser portador de um transtorno. Cabe salientar que os loucos criminosos são objetos de duplo estigma: em função da loucura são excluídos das prisões e, devido ao crime, ficam sem lugar nos serviços de saúde mental, principalmente à luz da Resolução nº 4 de julho de 2010, que dispõe sobre as Diretrizes Nacionais de Atenção aos Pacientes Judiciários e Execução da Medida de Segurança inspirada pela Lei 10216/01 com o estabelecimento de novos parâmetros para os direitos dos portadores de afecções psíquicas mórbidas. Assim, na iminência do fim dos hospitais de custódia e tratamento, qual o destino do loucocriminoso: acesso aos sistemas de saúde para tratamento de suas afecções psíquicas ou manutenção em instituições prisionais?

Palavras-chave: insanidade mental, crime, loucocriminoso

Nível do trabalho: P (Pesquisador)

Código da área: JUR - Psicologia Jurídica, Forense e Criminal

A CONJUNÇÃO DA LOUCURA COM O CRIME NO HOSPITAL DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO: A CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS DE UMA INSTITUIÇÃO HÍBRIDA. *Diana de Souza Pinto* (Programa de Pós-Graduação em Memória Social/UNIRIO)

INTRODUÇÃO

Este trabalho integra o projeto de pesquisa sobre a construção da memória social do Hospital de Custódia e Tratamento Heitor Carrilho HCTHC) na cidade do Rio de Janeiro, que se destina a abrigar portadores de transtorno mental que, em função da doença, cometeram algum crime (FARIAS & PINTO, 2007; PINTO & FARIAS, 2010). Assim, caracteriza-se como um espaço de um mandato institucional híbrido, quer seja, organizar e tutelar a vida de um sujeito ao mesmo tempo em que o trata e supostamente o recupera para a futura reinserção social. Empreender tal esforço investigativo parece-nos ainda mais relevante à luz da Resolução nº 4/2010, que dispõe sobre as Diretrizes Nacionais de Atenção aos Pacientes Judiciários e Execução da Medida de Segurança que define o prazo de 10 anos para que haja a substituição do modelo manicomial de cumprimento de medida de segurança para o modelo Antimanicomial. Resta-nos a questão: qual será, então, o destino do louco criminoso?

A instituição

Criado em 1921 o Hospital de Custódia e Tratamento HC é o primeiro Manicômio Judiciário do Brasil. Nesse contexto, “novas formas de custódia se criam, num elo que se multiplica ininterruptamente” (Dantas e Dahmer, 2009: 148) para abrigar os criminosos que não podiam responder pelo crime praticado, ou seja, os considerados loucos criminosos. O hospital de custódia e tratamento é gerido ao menos por três políticas públicas, sendo elas: o Sistema de Justiça Criminal, a política penitenciária e a de saúde mental (Dahmer, 2010).

Há poucas pesquisas acadêmicas voltadas para a investigação da instituição. Segundo Carrara (p.26, 1998), “tornou-se muito difícil empreender, na profundidade exigida pela abordagem antropológica, a pesquisa em um campo que consegue articular, de um lado, ‘duas das realidades mais deprimentes das sociedades modernas – o asilo de alienados e a prisão – e, de outro lado, dois dos fantasmas mais trágicos que ‘perseguem’ a todos – o criminoso e o louco”.

Algumas particularidades dessa instituição híbrida merecem destaque. As práticas institucionais resultam do entrecruzamento dos saberes médico, jurídico e penal, cada um organizado de acordo com seus respectivos campos de conhecimento, seguindo um modelo ‘jurídico-terapêutico-punitivo-prisional’ (Barros, 2010).

À luz do sistema penal, a doença mental configura um dos pressupostos biológicos de inimputabilidade, que designa a incapacidade para apreciar o caráter lícito do fato praticado. O agente praticante do crime, considerado doente mental, não é condenado, devendo ser absolvido e submetido à medida de segurança. O Código Penal Brasileiro prevê duas espécies de medida de segurança: a) internação em Hospital de Custódia e tratamento psiquiátrico; b) sujeição a tratamento ambulatorial.

OBJETIVOS

Nesta discussão, pretende-se investigar, a partir de parte do extenso prontuário da interna E., que se encontra institucionalizada no HCTHC desde 1979 há três décadas, a polifonia institucional presente nessa documentação, que nos sugere deslizamentos entre os saberes médico e jurídico, tanto com relação à narrativa dos “fatos” relatados quanto aos diagnósticos e os destinos institucionais da interna. O prontuário é constituído por documentos de diferentes gêneros discursivos (BAKHTIN, 1986) de práticas comunicativas institucionais (SARANGI &

ROBERTS, 1999) tais como relatórios do serviço social de algumas das instituições totais (Goffman, 1961) nas quais E. se internou, pareceres médicos, ofícios trocados entre a Vara de Execução Penal e HCTHC relatórios de enfermagem, ofícios de inspetores penitenciários para a direção do hospital, guia de consultas, ente outros.

As questões de pesquisa que nos orientam são: Quais são as vozes encontradas nos documentos? Quais os propósitos comunicativos/institucionais que orientam a elaboração dos documentos? Como se dá a interlocução entre os saberes médico, jurídico e penal? Através do estudo das diversas vozes que nos contam as histórias de E. em diferentes práticas discursivas, pretende-se contribuir para a criação da Memória Social da instituição no que tange à investigação da categoria louco-criminoso.

QUADRO TEÓRICO

Partimos do pressuposto de que o HCTHC é um lugar de memória, “(...) lugares, com efeito, nos três sentidos da palavra: material, simbólico e funcional, simultaneamente (...)” (Nora, 1993, p. 21). E, segundo Dodebei (2000, p. 64), “não existe memória sem documentos”. Le Goff (1996) assinala que o termo latino *documentum*, derivado de *docere* ‘ensinar’, evolui para o significado de ‘prova’ que parece ser também o significado que o senso comum atribui para o termo (DODEBEI, 2005). Contudo, há de se destacar que todo documento é uma construção social, na medida em que é fruto de condições sócio-históricas que circunscrevem sua criação. Tal enfoque nos leva, portanto, a considerar, acompanhando Le Goff (1984, p. 103 e 104), que “O documento não é inócuo. É, antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da época, da sociedade que o produziram (...)”. Entram em jogo a interpretação e a análise das condições de produção que permitiram sua manutenção e preservação.

Assim, direcionamos o olhar, nesta investigação, para o fato de que a construção da memória a ser realizada distancia-se do mero resgate de um passado, seja de sua preservação, seja de sua transmissão, razão pela qual, metodologicamente, teremos de distinguir aquilo que do passado é de utilidade para a construção de uma memória, daquilo que é dispensável, como a cultuada comemoração que, nos dias atuais, aparece estritamente vinculada à memória. Isso quer dizer que o nosso intento é discriminar filigranas de acontecimentos para a construção de uma rememoração produtiva. Por esta razão, o estudo da memória, nessa investigação, tem o caráter de ser um processo e produto de significações compartilhadas pelos agentes instituídos com funções administrativas, dos agentes que realizaram passagem ao ato e se encontram aprisionados, dos dispositivos legais que legislam sobre o funcionamento da instituição e, enfim, pela participação do grupo de pesquisadores movido de ferramentas teóricas para analisar as imbricadas relações tecidas a partir da convergência de contingentes distintos da experiência humana. Em outras palavras, interessa-nos as significações engendradas pela ação conjunta de seres humanos, numa instituição, em dado momento histórico. A memória é a “reconstituição do presente realizada através da linguagem e das práticas sociais”. (VÁSQUEZ, 2001, p. 29).

O objeto prontuário no HCTHC

O prontuário, do ponto de vista de um pesquisador analista de discurso, é uma rica fonte de dados. No que concerne a uma instituição de natureza híbrida, encontramos, por um lado, documentos não só relativos à assistência médica, mas também outros que são oriundos das Varas de Execução Penais, como, por exemplo, boletim de ocorrência, prorrogação de medida de segurança, etc. Contudo, por mais completo que seja um prontuário de uma instituição com esta finalidade, segregar e tratar, a incompletude lhe é necessariamente uma marca inerente, pois informações detalhadas relativas ao(s) processo(s) pelo qual a interna responde e é acusada não podem ser ali armazenadas, cabendo essa responsabilidade de guarda a setor específico do sistema penal. Assim, o(a) pesquisador(a), ao examinar o prontuário, depare-se com várias

lacunas, e o exame sistemático de tal documento só pode lhe proporcionar acesso limitado à memória da interna na instituição.

METODOLOGIA

Para este estudo, foram selecionados alguns documentos relativos a um dos crimes de que E. foi acusada e sentenciada, o assassinato de uma companheira de enfermagem quando ela estava internada no Hospital Psiquiátrico Pedro II. Destaca-se que os documentos relativos ao crime em questão encontra-se espalhados ao longo de toda a primeira pasta que integra o prontuário, o que exigiu da equipe de pesquisa um verdadeiro trabalho de arqueologia para o agrupamento daqueles que se referiam ao referido crime. Debruçar-nos-emos sobre este episódio à luz dos seguintes documentos: documento 1: observação clínica do Hospital de Psiquiatria Penitenciária Roberto Medeiros; documento 2: parecer psiquiátrico de perito do Hospital de Psiquiatria Penitenciária Roberto Medeiros e documento 3: ofício da vice-diretora do HCTHC endereçado ao juiz da VEP.

DISCUSSÃO

De acordo com seu extenso prontuário, E. tem sua vida atravessada por várias histórias cujos pilares são a exclusão, o abandono e a violência, vivenciadas na família, na rua e nas várias internações em instituições totais de naturezas diversas nas quais foi internada.

Consta de seu prontuário que, no dia de Natal do ano de 1983, a interna alega ter dado a luz a um menino e decide, junto ao Serviço Social da Pro Matre, maternidade da cidade do Rio de Janeiro, entregá-lo ao juizado de menores de onde parece ter posteriormente sido levado para a Fundação Romão Duarte, instituição que abriga crianças cujos pais foram judicialmente destituídos do pátrio poder. No parágrafo inicial do detalhado relato da Pro-Matre, endereçado à juíza da trigésima Vara, assinado pelo administrador da maternidade à época, já é anunciado o objetivo comunicacional daquele documento, cujo campo semântico, pleno de referências ao comportamento extremamente agressivo de E., ecoará por todo o documento e por todo o prontuário, seja em forma de adjetivos ou de ações que a ela são atribuídas. Vejamos algumas observações que constam desse documento: “vimos pela presente relatar-vos alguns episódios de desespero que nos tem sido causados pela E. ao longo de mais de 9 meses (...) não temos tido sossego (...) E. só causou horror e momentos horríveis”. De acordo com o registro, E., ao ser impedida de entrar na instituição, reagiu com várias ações agressivas tais como trepar em carros, atear fogo em consultórios e objetos do hospital, arremessar pedras e paralelepípedos nos vigias, agredir fisicamente o administrador geral, e, com uma gilete, cortar profundamente o rosto de uma enfermeira, o que resultou em flagrante por lesão corporal no ano de 1987, segundo consta do boletim de ocorrência.

Em outra passagem de sua vida, sobre a qual nos deteremos nesta investigação, em uma de suas internações no Hospital Psiquiátrico Pedro II, durante uma briga, E. mata outra paciente e é sentenciada a três anos de medida de segurança no HCTHC. Na observação clínica realizada no Hospital Psiquiátrico Penitenciário Roberto Medeiros, para onde ela foi levada inicialmente, apenas os itens de identificação relativos ao nome e a data da internação se encontram preenchidos. A ausência das demais informações (nacionalidade, raça, instrução, residência, etc.), associada à data da reinternação, leva-nos a concluir que a interna já havia passado por aquela instituição anteriormente. No item “observações, para o registro de dúvidas ou outros dados de identificação”, desse documento, assinado pelo “médico que assistiu a internação”, inicia-se o relato, propriamente dito, do ocorrido: “Paciente teve sua liberdade há cerca de 30 dias. Na rua, sob efeitos de bebidas alcoólicas e maconha (sic), tornava-se bastante agressiva. Foi internada no HPII e lá durante uma briga matou a pauladas outra paciente de maneira fria e calculada.” Interessa-nos aqui, na análise das expressões empregadas pelo médico, sublinhar os aspectos que enfatizam a agressividade excessiva de E. (“bastante agressiva”), com destaque para a capacidade de planejamento da ação violenta (“matou a pauladas outra paciente”) e da

ausência de sentimentos derivados de sua ação (“de maneira fria e calculada”). No item Exame Psíquico de Entrada, o médico destaca a ausência de “sintomatologias psicóticas”, acrescentando, na sequência, que E. “fornece para várias pessoas versões diferentes” para o crime, sugerindo, mais uma vez, a capacidade da mesma em manipular as informações conforme o interlocutor. Ao enunciar que a paciente não apresentava sintomas psicóticos e que estava de posse de suas faculdades mentais, a voz da Medicina (Mishler, 1984) parece sugerir a interpretação de que a ela não se aplicaria o artigo 26 do Código Penal Brasileiro, segundo o qual fica “isento de pena o agente que, por doença era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento”. Sendo assim, o manicômio judiciário não seria o local adequado de abrigo para a mesma.

O próximo documento em análise, um parecer médico, diferentemente da grande maioria dos demais documentos relativos ao crime, está manuscrito e contém algumas rasuras bastante significativas. O documento contém os seguintes itens: Identificação, Motivo de sua internação, História pessoal e criminal, Exame psíquico, Considerações psiquiátricas forenses e Conclusões. Observa-se uma construção identitária de E. como uma mulher de vida fácil (“desde o início de sua puberdade, passou a se prostituir frequentando o submundo (prostíbulos, buates de baixo nível, etc)”, de temperamento violento, bastante agressivo (“uma pessoa de temperamento violento e bastante agressiva”, sem moral e sem ética (“Paciente amorosa e aética”), com defeito de caráter (“Trata-se de uma pessoa com o caráter mal formado que se evidencia por mentiras, violência, frieza, emocional e maldade premeditada”), irritada e rancorosa (“Irrita-se com muita facilidade. É pessoa rancorosa”), de difícil manejo institucional (“Frequentemente tinha que ser recolhida e permanecer grande parte de sua medida de segurança trancada em sua cela ao contrário das demais pacientes que permanecem o tempo todo no pátio”). Há uma curiosidade relativa ao item Considerações psiquiátricas forenses. Inicialmente o autor do texto informa que “a paciente em suas várias internações sempre recebeu o diagnóstico de Personalidade Psicopática”, mas depois riscou essa última informação sobre o diagnóstico (sempre recebeu o diagnóstico de Personalidade Psicopática) e acrescenta que E. “não apresenta sintomatologia psicótica”. A seguir, nas conclusões, o autor, mais uma vez rasurou a informação relativa a E. ser portadora de personalidade psicopática e, através de uma assertiva generalista, que faz apelo a uma suposta essência da natureza louca criminoso de indivíduos de comportamentos semelhantes, independentemente dos aspectos sociais em que estejam inseridos (“estes pacientes *portadores de Personalidades Psicopáticas*, - informação rasurada - em todas as partes do mundo é a de que eles não costumam obter melhoras em ambiente psiquiátrico hospitalar”), opina que o presídio feminino, e não o Manicômio Judiciário, é a instituição que poderá oferecer-lhe melhor “possibilidades de recuperação”. Ao longo da seção de conclusão, observamos, ainda, o deslizamento entre as categorias louco e criminoso. Se, por um lado, “eles não costumam obter melhoras em ambiente psiquiátrico hospitalar”, construção discursiva que evoca a configuração identitária de pacientes de hospitais de custódia e tratamento (“geralmente psicóticos”), o lado criminoso é relevado ao apontar o tipo de instituição que melhor se destinaria a esses sujeitos, a prisão: “Quando colocados em regime prisional severo, com poucas regalias e bastante intimidação quando cometem atos delituosos (...)”. A conclusão é encerrada com o argumento central que parece privilegiar o bem estar de E.: “sugerimos que ela deva ser transferida para um presídio feminino onde, entendemos, poderia ter melhores possibilidades de recuperação”.

O DIAGNÓSTICO DE PSICOPATIA EM UM HOSPITAL DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO

Para a psiquiatria forense, a psicopatia configura-se como uma condição psíquica não passível de tratamento. O psicopata apresenta um tipo de conduta, freqüentemente avaliada como sem moral e sem ética, a qual não se pode nomear como resultado de um transtorno psíquico

nem de um transtorno de desenvolvimento; nem loucos nem débeis, os psicopatas estão num campo intermediário. Lembremos que, para Kurt Schneider, o Psicopata é uma maneira de ser no mundo, é uma maneira de ser estável.” A atribuição desse diagnóstico, portanto, parece operar uma dupla exclusão: por um lado, o defeito de caráter, de natureza moral, que já fora um o grande pilar da psiquiatria em seus primórdios, não se encontra inserido na rede de sintomas sobre a qual a prática psiquiátrica possa atuar. Por outro, essa essência também não se submete, visto que resiste, à recuperação social almejada pelo discurso oficial do sistema prisional. Deste modo, a atribuição desse diagnóstico a E. tenta inscrevê-la em um não lugar, sobre o qual o saber que ancora as ordens médica e jurídica parece não ter aparatos.

O terceiro documento em análise, a solicitação da transferência de E. para outra instituição, de parte da vice diretora do hospital, é construída discursivamente a partir de um conjunto de estratégias lingüísticas. A primeira delas é a argumentação centrada no documento examinado acima, o parecer psiquiátrico provido pelo saber médico que chancela a solicitação: “essa direção solicita a V. Exma examinar o parecer psiquiátrico em anexo atender o pedido para transferir (...)”. A construção discursiva da imagem de E. é outra estratégia lingüística que integra o documento. E. nos é apresentada, no texto, como alguém destituído quase que completamente do caráter de humanidade, do ser social: “ (...) a paciente não tem a mínima condição de desfrutar do tratamento hospitalar, tendo que ficar quase o tempo todo trancada em sua cela (...)”. Ela é descrita como alguém a quem o controle e o confinamento devem ser, como nos diz Foulcault (1977), deve ser inscritos no corpo. Portanto, deve ser segregada e, conseqüentemente, ir para uma instituição prisional. À interna, ainda, são atribuídas agressões qualificadas como “sérias” e dirigidas a vários setores da instituição (“funcionários”) e a autora do ofício, a segunda autoridade a maior na hierarquia da instituição (vice diretora). A conclusão do documento apela, por fim, para a avaliação institucional (“não tem a mínima condição”), empregando o adjetivo que exclui qualquer possibilidade, justapondo a informação sobre a preservação da integridade física da própria paciente. Em seguida, destaca a segregação integral e constante a que a paciente está submetida, sublinhando a condição de desafeto que ela tem no espaço institucional: na perspectiva das demais pacientes, a intolerância (“as outras pacientes não suportam sua presença”); na dos funcionários, provoca a recusa do cumprimento de suas funções laborais (“alem da recusa de alguns funcionários permanecerem no setor enquanto E. estiver lá”).

Se o argumento da motivação da transferência se centra nas agressões e se as agressões podem ser interpretadas como sintoma de doença psíquica, portanto, caracterizaria a paciente como louca e merecedora de tratamento, devendo permanecer na instituição hospitalar. Contudo, a qualificação das agressões e a descrição pormenorizada das conseqüências das mesmas são as justificativas para transferência de responsabilidade. Afirmar que responsabilidade e a competência para apaziguar a agressividade da interna (“para transferir imediatamente a paciente para outra unidade prisional”) implica dizer que há o reconhecimento de sua finalidade de custódia que discursivamente aqui aparece apagada, silenciada. Silenciar a face institucional de controle e punição implica reivindicar apenas a face de tratamento da instituição, obscurecendo, nas práticas discursivas, o hibridismo que lhe é constitutivo.

Na sentença, que reconheceu a inimputabilidade de E. e atribuiu-lhe medida de segurança “era inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito de seu ato (...) assim, imponho-lhe medida de segurança”, encontra-se referenciado o parecer psiquiátrico do perito para respaldar o ato jurídico: “O laudo de exame da sanidade mental dá a ré como portadora de psicopatia, capaz de atos de extrema violência”.

CONCLUSÃO

Investigar as práticas institucionais de um determinado hospital de custódia e tratamento implica examinar como eram configuradas as instituições de igual natureza bem como compreender suas inter-relações. No caso em tela, a construção da memória de uma instituição não pode prescindir da memória das demais.

Observou-se diferentes nuances do funcionamento da instituição: as várias estórias analisadas evocam, no caso de E. relativo ao crime cometido, uma construção discursiva robusta que, não obstante, parece que não obtém sucesso em sua solicitação de transferência para outra unidade prisional como foi observado na sentença. Assim, a instituição apela para a configuração identitária de criminoso da interna enquanto a sentença reitera o lado louco considerando-a inimputável.

A coexistência e a atuação de três segmentos de ordens distintas, a equipe de segurança e administração; a equipe de tratamento e os representantes do poder judiciário conferem uma singularidade à instituição, visto que, para os agentes de segurança, para os representantes do poder judiciário e para parte da equipe administrativa o espaço é prisional, enquanto que para os profissionais de saúde e parte da equipe administrativa, o espaço é hospitalar. Desse modo, a instituição é constantemente atravessada por duas ordens de determinações que nem sempre seguem em uma mesma direção.

A análise ainda em progresso de parte do prontuário de E. sugere um confronto na determinação do poder, sendo que, quase sempre, o predomínio é do setor jurídico. Extrai-se, ainda, do referido prontuário, indicações acerca de uma polifonia de vozes que reflete não só a complexidade do caso em questão como os impasses relativos à gestão dessa condição híbrida prisão/hospital.

BIBLIOGRAFIA

BAKHTIN, M. M. (1986) *Speech Genres and Other Late Essays*. Austin, Texas: University of Texas Press.

BARROS, .C. S. Aplicação da reforma psiquiátrica e da política de saúde mental do louco infrator. Em *Revista Jurídica Consulex*. XIV (320), 41-42, 2010.

CARRARA, S. *Crime e Loucura*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.

DAHMER, Tania Maria. “Quando o camburão chega antes do SAMU: notas sobre os procedimentos técnico-operativos do Serviço Social”. IN Valéria Forti; Yolanda Guerra.

Organizadora. *m - Coletânea Nova de Serviço Social*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, Volume. 1, p. 163-181.

DANTAS, Rosilene; DAHMER, Tania Maria. “Notas reflexivas sobre a Relação de Custódia e o Exercício Profissional: o Caso do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico” IN FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda. Organizadoras. *Ética e Direitos: ensaios críticos - Coletânea Nova de Serviço Social*. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2009.

DODEBEI, Vera ; GONDAR, Jô . Memória, circunstância e movimento. In: Vera Dodebei; Jô Gondar. (Org.). *O que é memória social?*. 1 ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005, v. 1, p. 43-54.

FARIAS, Francisco Ramos de; PINTO, Diana de Souza. *A construção de narrativas acerca da memória social no hospital de custódia e tratamento psiquiátrico Heitor Carrilho*. Projeto de pesquisa. Rio de Janeiro: UNIRIO/DPQ, 2010.

FOUCAULT, M. *História da Loucura*. Rio de Janeiro: Perspectiva, 1977.

GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*. Rio de Janeiro: Perspectiva, 1961.

GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera. *O que é memória social*, Rio de Janeiro: UNIRIO, 2005.

LE GOFF, J. Documento e Monumento. *História e Memória*. 4.ed. Campinas: Unicamp, 1996.

Mishler, E.G. *The Discourse of Medicine: Dialectics of Medical Interviews*. Norwood: Ablex., 1984.

NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”, In: *Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, 1993.

PINTO, Diana de Souza; FARIAS, Francisco Ramos de; GONDAR, Jô. O. “O crime e a loucura: construção da memória social das consequências do trauma”. IN TRIMBOLI, A. et. Alli. Organizadores. *Trauma, historia y subjectividad*. Buenos Aires: AASM, 2010.

SARANGI, S. & C. ROBERTS. *Talk, Work and Institutional Order*. London: Mouton de Gruyter, 1999.

VÁSQUEZ, F. *La memoria como acción social*. Barcelona: Paidós, 2001.

O HOSPITAL PSIQUIÁTRICO PARA O CRIMINOSO: MEMÓRIAS DA LOUCURA NO HOSPITAL DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO. *Francisco Ramos de Farias* (Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ)

Essa reflexão assenta-se em três premissas: a) entender a transformação da prisão de espaço de retenção, onde o aprisionado ficava à disposição da justiça à espera do castigo, para lugar de encarceramento punitivo; b) evidenciar o capítulo da história da condição humana voltada para o enclausuramento destinado à punição e ao tratamento, entendidos como práticas sociais do sistema democrático e, c) situar o advento de instituições híbridas que abrigam loucoscriminosos para tratamento, sob o regime de vigilância e controle que, mesmo não sendo destinadas à restrição de direitos, transformam-se em espaços também punitivos. O elemento comum que perpassa o hospital psiquiátrico, a prisão e o hospital de custódia e tratamento é o poder em suas diversas nuances. No hospital de custódia e tratamento circula uma forma diferente do poder em função da convergência de práticas sociais oriundas de campos disciplinares distintos. Tratando-se do criminoso, para quem o saber médico remonta, uma a uma, as filigranas de memória da condição de insanidade mental, tem-se, em primeiro lugar, a retirada do direito de responder pelo ato praticado. É considerado incapaz e, por isso, não é julgado, nem condenado, ficando ao encargo do Estado para ser tratado. Mas, esse sujeito que deve ser tratado cometeu um crime que não se apaga com a declaração de seu estado de insanidade mental, razão pela qual deve ser alvo da incidência da prática médica, porém sob constante vigilância e controle dos aparatos de segurança e jurídico. A esse respeito uma particularidade deve ser considerada: as instituições prisionais, como ideais de ordenação racional do sistema democrático para defender a sociedade daqueles que colocam em risco a propriedade e a vida, mostraram-se ineficazes desde os seus primórdios. O mesmo aconteceu com as instituições para loucos que foram transformadas radicalmente com a política de desinstitucionalização que reduziu consideravelmente a população segregada nesses espaços. Contudo, nos hospitais psiquiátricos de custódia e tratamento que abrigam o criminoso essa reforma é ainda aventada de modo que as condições de segregação e controle ainda são mantidas em função da identificação da periculosidade de seus internados. Nessas instituições, o crime é inscrito nas malhas da loucura, dando ao criminoso um estatuto diferenciado no qual circulam as dimensões de preso e de louco, ao mesmo tempo. Face a essa circunstância, qual prática social deve ser destinada ao criminoso quando o saber médico legitima nele um estado de insanidade para justificar a prática de um crime? Tratamento, vigilância e imposição da ordem disciplinar são as primeiras imagens produzidas pelo aparato encarregado de recuperar o sujeito a partir das determinações do sistema normativo da sociedade. Não se trata de punir, isolando o elemento maligno, para evitar o “contágio” do mal; nem de corrigir o culpado para reintegrá-lo à sociedade e sim de fazer cessar a periculosidade mediante um tratamento da afecção psíquica no marcante isolamento em que recai o peso de dois estigmas: o crime e a loucura. Não se objetiva mais o disciplinamento dos corpos rebeldes em dóceis, mas sim a reclusão temporária necessária ao recrudescimento da insanidade psíquica. A institucionalização sob essas condições nem sempre produz os resultados esperados que, muitas vezes, por ser longa, cristaliza, de forma irreversível, o estado de loucura.

Projeto com fomento referente ao Edital NCT/CNPq 70/2009.

Palavras-chave: crime, prisão, loucura.

Nível do trabalho: P (Pesquisador)

Código da área: JUR - Psicologia Jurídica, Forense e Criminal

O HOSPITAL PSIQUIÁTRICO PARA O CRIMINOSO: MEMÓRIAS DA LOUCURA NO HOSPITAL DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO. *Francisco Ramos de Farias* (Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ)

1 – Introdução

As instituições de reclusão passaram por grandes transformações sem perderam a finalidade de exclusão do homem do convívio social. No tocante à prisão, registra a mudança de da condição de espaço de retenção, onde o aprisionado ficava à disposição da justiça à espera do castigo, para lugar de encarceramento punitivo. No século XX surge um espaço prisional para abrigar, não propriamente criminosos, mas loucoscriminosos, assim considerados a partir do aval do saber médico em atestar um estado de insanidade psíquica. Tal espaço que desliza, frequentemente, em suas práticas de uma prisão para um hospício é, na atualidade, objeto de questionamento em razão de serem seus habitantes portadores de afecções psíquicas o que contraria as determinações da política de internação desses sujeitos. Face a essa circunstância, pretende-se analisar como a loucura faz sua aparição no contexto das práticas jurídicas, utilizada como argumento para explicar a motivação para o crime, isentando seu autor da responsabilidade de responder pelo ato praticado, considerado inimputável devido ao estado de perturbação psíquica.

Situar o advento de instituições híbridas que abrigam loucoscriminosos para tratamento, sob o regime de vigilância e controle é considerar também a possibilidades desses espaço serem também punitivos. Tratando-se do criminoso, para quem o saber médico remonta, uma a uma, as filigranas de memória da condição de insanidade mental, tem-se a retirada do direito de responder pelo ato praticado. Considerado incapaz e, por isso, não é julgado, nem condenado, ficando ao encargo do Estado para ser tratado. Mas, esse sujeito que deve ser tratado cometeu um crime que não se apaga com a declaração de seu estado de insanidade mental, razão pela qual deve ser alvo da incidência da prática médica, porém sob constante vigilância e controle dos aparatos de segurança e jurídico.

A esse respeito deve-se ser considerada uma particularidade: as instituições prisionais, como ideais de ordenação racional do sistema democrático para defender a sociedade daqueles que colocam em risco a propriedade e vida, mostraram-se ineficazes desde os seus primórdios. O mesmo aconteceu com as instituições para loucos que foram transformadas radicalmente com a política de desinstitucionalização que reduziu consideravelmente a população segregada nesses espaços. Contudo nos hospitais psiquiátricos de custódia em tratamento essa reforma é ainda aventada de modo que as condições de segregação e controle ainda são mantidas em função da identificação da periculosidade de seus internados. Nessas instituições, o crime é inscrito nas malhas da loucura, dando ao criminoso um estatuto diferenciado no qual circulam as dimensões de preso e de louco, ao mesmo tempo.

Tendo em vista a ambiguidade presente nas práticas que incidem no loucocriminoso indaga-se: qual direção deve ser tomada quando o saber médico legitima no criminoso um estado de insanidade para justificar a prática de um crime? Tratamento, vigilância e imposição da ordem disciplinar são as primeiras imagens produzidas pelo aparato encarregado de recuperar o sujeito a partir das determinações

do sistema normativo da sociedade. Não se trata de punir, isolando o elemento maligno, para evitar o “contágio” do mal; nem de corrigir o culpado para reintegrá-lo à sociedade e sim de fazer cessar a periculosidade mediante um tratamento da afecção psíquica no marcante isolamento em que recai o peso de dois estigmas: o crime e a loucura. Não se objetiva mais o disciplinamento dos corpos rebeldes em dóceis, mas sim a reclusão temporária necessária ao recrudescimento da insanidade psíquica. A institucionalização sob essas condições nem sempre produz os resultados esperados que, muitas vezes, por ser longa, cristaliza, de forma irreversível, o estado de loucura.

Considerando o universo da criminalidade, nos situamos frente à violência e à crueldade que inclui ocorrências como assalto, roubo, assassinato, estupro. Porém há, segundo Dadoun (1998) uma dupla faceta na análise da violência: há a violência do sujeito como expressão da “direcionalidade da potência destrutiva, produzindo desregramento no tecido das relações sociais” (Farias, 1998, p. 49), e a do Estado, que se aproveita do drama social e inclusive da violência do sujeito em benefício próprio, a ponto de sustentar e manter um sistema gerador de criminalidade. Cabe acrescentar um tipo de violência cega quando um crime é praticado por um sujeito que se encontra em estado de perturbação psíquica. Essa vertente é entendida como a expressão da vertente do mal que impele o sujeito a agir de forma enlouquecida, sem que o tecido social tivesse com isso qualquer relação. Sabemos que há uma estratégia política para criar um inimigo, bem como um tipo especial de poder a ser, nele, encarnado e o loucocriminoso, como outras figuras produzidas na história da humanidade, pode servir para dar continuidade a lista. Daí então as ações de combate e de defesa, por vezes legitimando formas de violência justificadas em nome de tratamento, mas que representam métodos de segregação e de controle (Carrara, 1998). Não que estejamos negando a existência do louco ou do criminoso como categorias produzidas historicamente a partir do advento da Era Moderna, mas pontuando que existem estratégias patrocinadoras da violência e que existem também formas de violência que permanecem encobertas como acontece quando a loucura passa a fazer parte do cenário prisional. Assim, cabe uma indagação: trata-se de um “sofrimento existencial que alguns sujeitos estariam tentados assimilar a uma dada patologia mental ou seria um sofrimento ligado ao contexto social”? (Kamerer, 1997, 9. 56). Enfim, conhecemos a direção apresentada pela perícia médica: o estado de loucura motivou e justifica a prática do crime. Mas deve ser considerada a violência de um crime juntamente com o conjunto de fatores associados sem que no final do processo o sujeito seja reduzido a um mero diagnóstico. Muitas vezes, o encerramento do sujeito em uma rubrica diagnóstica tem como consequência a aplicação de medidas que funcionam como restrição de direitos e perdas significativas, no âmbito psíquico, devido à segregação relativa à vida no cárcere, mesmo que o lugar seja denominado hospital psiquiátrico de custódia e tratamento.

2- O enclausuramento do louco na prisão

O viver no cárcere requer profundas adaptações: conviver com “supostas” ameaças; suportar a vivência de estagnação temporal face à falta de marcadores rítmicos que traduzam mudanças no ambiente prisional e, produzir um sentido para o crime justificado pela insanidade psíquica que torna o sujeito incapaz de agir em seu próprio nome (Miller, 1999). Além dos esforços para conservar as mínimas condições de saúde psíquica, o loucocriminoso tem de se engajar em projetos para resgatar a condição de cidadania, quase sempre, ignorada pelo tecido social, seja pelas transformações que têm lugar no mundo contemporâneo em termos da banalização da dor e do sofrimento; seja

pela efemeridade das relações sociais face ao consumo exacerbado e ao concentracionismo de bens.

No caminhar do loucocriminoso para recuperar o estado de saúde psíquica perdido, legitimado com o crime, ficam seqüelas pelo alto custo subjetivo que depreende para se adaptar ao novo ambiente, o que exige uma profunda transformação psíquica, uma vez que “a prisão não reforma, mas fabrica a delinquência e os delinquentes” (Foucault, 1979, p. 136). Esse mesmo raciocínio pode ser pensado em relação aos hospitais forense, visto que muitos internados vivem grande parte de suas vidas, às vezes, uma temporalidade que excede em muito o tempo máximo da condenação, segregado. A justificativa é apresentada em nome da periculosidade que não cessa. Assim aconteceu com Febrônio Índio do Brasil, primeiro internado do primeiro hospital psiquiátrico de tratamento e custódia da América Latina: o Hospital Heitor Carrilho (Forti, 2009). Esse internado, cuja história é repleta de crimes variados, deu entrada no referido hospital em 1927, permanecendo até 1984, ano de sua morte. Mantido sob custódia, uma vez que seus sintomas psíquicos não cessaram e, segundo os laudos periciais, trata-se de um homem perigoso à sociedade, Febrônio retrata, de forma exemplar, a conjunção da violência com o poder dos aparatos médico e judiciário que com potentes engrenagens, isolaram do contexto das relações sociais por mais de meio século, um estado de loucura entendido como um germe maligno que deveria ser controlado sob constante vigilância (Fry, 1982).

Dessa teia o loucocriminoso dificilmente poderá escapar. O crime e o encarceramento, bem como a loucura e a reclusão para tratamento afetam a condição de vida do loucocriminoso, uma vez que se contata a reprodução da violência do tecido social, uma vez que o inimigo temido e feroz é controlado. Assim se produziu a leitura que concebe o loucocriminoso como a espécie de resto tóxico, a ser eliminado das relações sociais em “rituais obscenos que ocorrem segundo o plano fantasmático do poder” (Zizek, 1998, p. 89). Para tanto, medidas coercitivas justificavam-se.

Se olharmos em retrospectiva os acontecimentos da história do homem, identificamos, em épocas não muito distantes, o inimigo encarnado nas figuras do judeu errante ou do comunista ateu. Então toda uma série de medidas repressivas foi dirigida no intuito de eliminar do planeta aqueles que portavam os traços daquilo tomado como “bode expiatório”, que passou a ser a síntese de todo o mal. Como decorrência, tivemos a institucionalização, em âmbito quase universal, de medidas de reaparelhamento, erigidas para a consecução da pureza de raças, da higienização de povos; da reclusão para correção moral e punição; do isolamento para tratamento de afecções psíquicas entre outras práticas sociais de cunho segregativo visando disciplinar e controlar. Assim, determinados segmentos da sociedade, sabendo que existem espaços de reclusão de determinadas características humanas tidas como indesejáveis, dormem tranqüilas às custas da dizimação incalculável de seres humanos que são aplainados em seus arranjos subjetivos ao serem configurados em séries numéricas: bandidos, criminosos e loucocriminosos, identificado por um número de um código médico ou jurídico que funciona para identificar o suposto inimigo e controlá-lo com medida justificada para defesa da sociedade.

No nosso cotidiano, observamos uma mudança de acento, principalmente após o final dos acontecimentos funestos que marcaram a primeira metade deste século. A figura que passa a ocupar o lugar de inimigo encarnando a figura do mal é o loucocriminoso que muitas vezes não tem lugar definidos nos saberes que determinam a sua condição. Ora, são tratados como doentes mentais quando o saber médico entra em cena; ora são considerados bandidos ante o olhar do aparato de segurança. Ainda são considerados incapazes de responder por si próprios pelo saber jurídico. Esses campos

de práticas sociais funcionam, de forma eficaz, para manter o suposto inimigo, considerado como a concentração máxima da maldade, cada vez mais distante do contexto das relações sociais, com chances mínimas de retorno e também para convencer a população de suas capacidades e da adequabilidade de suas ações. Isso alimenta uma máquina que funciona silenciosamente, trazendo à baila a crueldade do sujeito e ocultando a violência do Estado. Disso então resta distribuir a grande tarefa de separar os criminosos, loucos, e os loucoscriminosos dos cidadãos por serem considerados violentos e cruéis que disseminam o horror, uma vez que se prestam a explicitar toda e qualquer expressão daquilo que é determinado como maldade, incluindo tanto as modalidades de devastação do semelhante e movimentos revolucionários.

Essa espécie de separação estremada oculta dois aspectos importantes. Em primeiro lugar, cria a ilusão de que o louco criminoso é aquele que concentra o mal, motivo escolhido para garantir a suposta bondade do cidadão que se considera idôneo mesmo quando é agente de determinadas transgressões que as considera naturais, como a sonegação de impostos, aquisição de bens roubados, tráfico de influência, entre outros. Além do mais temos no cidadão, uma ilusão de isenção de responsabilidade pelos crimes praticados pelo Estado até porque em sua grande maioria tais crimes são aplicados a minorias, basta para ilustrar esse ponto, trazer a lume, a absolvição dos policiais envolvidos no massacre dos sem-terra no Estado do Pará. Em segundo lugar, polarizar o mal, em intensidade máxima, no louco criminoso significa, para o tecido social, sustentar uma postura de afastamento, sem quaisquer preocupações em entender as diversas nuances da condição psíquica daquele que se engajou no ritual funesto do crime e também em planejar programas para propiciar ao louco criminoso reestruturar-se face as rupturas decorrentes da prática do crime e em seguida da segregação determinada pela medida de segurança. É preciso pensar a determinação do crime, mas também as condições de possibilidades para a vida de quem é considerado inimputável, além da administração de grandes quantidades de psicofármacos para imobilização e controle do internado. Eis o destino para a loucura quando associada ao crime nas instituições de custódia e tratamento.

Não somos partidários da formulação de que o louco criminoso seja irrecuperável, como acontece com os internados nessas instituições que, são, na sua maioria condenados a morrerem nelas; tampouco configurá-lo como monstro irrecuperável para destiná-lo ao enclausuramento definitivo ou ao silenciar pela morte devida à convivência em condições de extrema precariedade. Os métodos empregados para segregar não criam uma barreira intransponível entre o bem e o mal; nem um lugar onde o suposto resíduo maligno do homem seria seguramente isolado e quiçá expurgado.

Em relação à prática do crime motivado por um estado de insanidade mental, estamos diante de um paradoxo que se afirma na contradição inerente ao próprio sistema onde o sujeito se encontra engajado, pois como afirma Carrara (1998, p. 69), o louco criminoso é “percebido como ataque à sociedade e ruptura do contrato social que a constitui”. Daí então existir aparatos funcionais que devem controlá-lo em nome da defesa da sociedade. Mas precisamos realizar um recorte nessa complexa questão e indagar: essa contradição não é o espelho e o motor da crueldade, ao agrupar em uma mesma categoria atos de naturezas e finalidades tão diversas: o crime e a loucura? Assim, nossa meta de entendimento é perseguir uma nuance dessa temática, rastreando no sujeito inimputável, condições referidas ao desejar para tecer considerações sobre sua determinação subjetiva, ou seja, entender qual a moção que leva um sujeito a executar um crime e seguir os desdobramentos decorrentes desse ato: encarceramento,

vivência de perda subjetiva e tentativa de restauração da condição de cidadania. É fundamental a essa altura da reflexão indagar quais são os benefícios da internação para o louco-criminoso e para a sociedade? Se focalizarmos o olhar nos acervos documentais das instituições destinadas ao tratamento dessa categoria de excluídos, constatamos a ineficácia das práticas institucionais em possibilitar condições para que o sujeito possa gerenciar sua vida no âmbito social. Tudo sugere que o destino do louco-criminoso é permanecer colado à instituição, seja pelos estigmas decorrentes das condições sombrias que nele incidem, crime e loucura, seja pela transformação gradativa que acontece nos arranjos subjetivos devido a inserção na cultura da instituição o que representa perdas irrecuperáveis.

3 – Rastros da loucura no crime

A trinomia crime, loucura e encarceramento são vetores que caracterizam uma trama de relações, nas quais devemos observar:

a) pela ação do sujeito em termos de ato criminoso, naquilo que entendemos como sendo da ordem da passagem ao ato, quer dizer, uma queda subjetiva ao vazio cujo resultado é a dessubjetivação. Procuramos rastrear como o sujeito direciona sua atividade psíquica para uma atividade que vai de encontro ao dispositivo legal, o que nos sugere ser indicador de um elo solto na engrenagem que faz a sua amarração no contexto das relações sociais. Poderíamos mesmo pensar em como a mola propulsora do desejo coloca o sujeito em condições de buscar um tipo de laço social através da causação de danos, o que se configura como um sintoma social;

b) pela consequência do ato criminoso em termos de inimputabilidade e encarceramento, que tem como desdobramentos o aniquilamento pela perda dos referenciais indicadores da temporalidade e da espacialidade, uma vez que o confinamento coloca o sujeito diante de uma mesma configuração espacial. Além disso, há também a perda de referenciais subjetivos pela continuidade ininterrupta do tempo, vivido enquanto infinitude devido a uma homogeneização à qual o internado tem que se amoldar para garantir a sua sobrevivência. Dito em outras palavras: o sujeito identifica-se à cultura da instituição, uma vez que nenhum indício de diferença relativo à condição de cidadania pode ser expresso;

c) pelo aprisionamento do sujeito, que doravante terá de se apresentar à lei que determina a custódia e o tratamento. Há que se assinalar o dever do Estado de criar programas para a “restauração” da condição de ruína do internado, resultado da concretude devastadora da passagem ao ato tanto no semelhante, quanto pelo custo subjetivo das perdas no campo do sistema de trocas.

4 – Palavras Finais

Mas qual a ação do Estado para com o internado? Ou seja: que possibilidades encontra o internado, que para sempre será marcado por essa identidade, para restaurar sua condição subjetiva perdida pela passagem ao ato e também pela condição de encarceramento? De uma coisa estamos certos. Para o internado, a loucuracrime somente desfez o tênue elo que servia de suporte à possibilidade de circularidade no âmbito das trocas simbólicas. Fica então configurado que por essa via não pode ser esperado nenhum tipo de amarração, visto que, no campo da criminalidade, não se edificam laços.

Somente se produzem restos não integráveis, lixo atômico não reciclável. Sendo assim, que alternativas podem ser oferecidas ao sujeito que se encontra nessas circunstâncias? Em primeiro lugar, a saída nefasta representou a esperança malograda de encontrar subsídios que garantam a condição desejante. Para aquele que praticou um crime, motivado por um estado de insanidade, conforme assinala Guiraud (1994), deve existir outra saída pela via sublimatória que sirva para restaurar aquilo que se perdeu na passagem ao ato. Em outras palavras: restaurar aquilo que se encontra arruinado no âmbito da subjetividade. Em que termos podemos pensar o ato criminoso na condição de paradoxo do desejo e como resultado da máxima vontade de realização em função do delírio ou do retardamento?

Eis uma forma de relato que decorre da vontade imperiosa de realização, colocada em ação pela expropriação e redução à condição de objeto daquele a quem o ato se destina, como ilustra a seguinte passagem: “a vítima, enquanto tal, é inocente do crime pelo qual paga com sua própria vida. O carrasco quer se convencer de que a vítima não é inocente e, às vezes, é cúmplice da agressão que recebe” (Hirigoyen, 1999, p. 121). Desse modo, o sujeito que executa um ato criminoso acredita estar atendendo a um suposto pedido, ditado a partir de uma ordem.

Palavras-chave: crime, prisão, loucura.

Nível do trabalho: P (Pesquisador)

Código da área: JUR - Psicologia Jurídica, Forense e Criminal

Referências

Carrara, S. (1998) **Crime e loucura**. Rio de Janeiro: EDUERJ.

DADOUN, R. (1998) **A violência**. Rio de Janeiro: Difel.

Farias, F. R. (1998) Criminalidade e individualismo. **Idea. Revista de Filosofia**. Ano III, (1), Rio de Janeiro.

Forti, V. (2009). **Ética, crime e loucura**. Rio de Janeiro: Lumen & Juris.

Foucault, M. (1979) **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal.

Fry, P. (1982) Febrônio Índio do Brasil: onde cruzam a Psiquiatria, a profecia, a homossexualidade e a lei. In: Eulálio, A. **Caminhos cruzados**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

Guiraud, P. (1994) Os assassinatos imotivados. **Opção lacanaiana**. 9, jan/mar.

Hirigoyen, M. F. (1999) **El acoso moral**. Barcelona: Paidós.

Kamerer, P. (1997) Perte des liens, désespérance et illusion toxicomaniaque. **Dialogue – Lien social et lien conjugal**. 136.

Miller, J-A. (1999) Saúde mental e ordem pública. **Curinga**. Belo Horizonte: 13.

Zizek, S. (1998) La violencia entre ficcion y fantasma. **Freudiana**. Barcelona: Paidós.

O HOSPITAL DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO: VESTÍGIOS DO CRIME E EXCLUSÃO DO LOUCO. *Cristina Monteiro Barbosa* (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro).

Pretende-se indagar o estatuto do sujeito, no estado de loucura considerado como motivação e justificativa para a prática de um crime e o subsequente confinamento em uma instituição prisional-hospitalar. Em princípio, o hospital de custódia e tratamento pode responder pelo silenciar tanto da loucura quanto do crime na medida em que a prática que nele tem lugar ora desliza para o âmbito médico, ora desliza para o âmbito prisional. Seja em um ou em outro espaço, a instituição acaba produzindo “sombras” de existência que são verdadeiros fantoches configurados como uma massa modelar enformada por contingências sociais e históricas decorrentes do advento da Era Moderna. Ao ser inserida no universo prisional, a loucura passa a ter outro estatuto: não somente é uma afecção psíquica como também é a justificativa considerada para motivar a prática de um crime. Daí acontece uma inversão em que o sujeito que pode responder por si mesmo é deslocado a segundo plano, pois prevalecem o crime e a loucura, como também as práticas discursivas que vão intervir para tratamento em condições de reclusão determinadas pelo aparato judicial. Com isso, são os profissionais do hospital de custódia e tratamento que enunciam condições subjetivas do louco aprisionado, semelhante ao que acontece nos hospitais psiquiátricos onde pareceres técnicos enclausuram o sujeito em uma dada categoria nosográfica, resultando um duplo movimento de segregação e controle: do crime e da loucura. Diferentemente das instituições de segregação da loucura, o louco no hospital de custódia e tratamento é alvo da incidência de outras vertentes de práticas sociais. Para o setor jurídico, o louco figura na condição de inimputável que não responde pelos atos praticados; para o setor de segurança prisional, pelo fato da evidência do crime, há então um bandido e, para o saber médico trata-se de um doente mental. A incidência desses três olhares tem consequências bastante significativas para o loucocriminoso: a) transformação para adesão à cultura das instituições asilares para alienados; b) adesão à cultura do sistema prisional como medida de sobrevivência e, c) transformação subjetiva decorrente da institucionalização. Enfim, essas práticas sociais sobre o louco que comete um crime são formas de racionalidade que marcam o cenário da modernidade em seu empreendimento principal: separar o homem dotado da razão dos desrazoados que habitam o terreno sombrio e conhecem, de perto, o lado trágico da existência: os loucos e os criminosos. Essa maneira de segregação de ambas as categorias é o resultado do controle social legitimado por pareceres técnicos que sugerem a separação de convívio de determinados segmentos sociais em função do poder vinculado ao saber. Com isso, são aparentemente confinados o crime e a loucura em espaços que servem de parâmetros para a organização de determinados segmentos da classe social, por serem considerados tipos de ameaças do *statu quo* ordenado por medidas racionais. Sendo assim, o hospital de custódia e tratamento é um local cuja tarefa institucional tratamento é prover tratamento, mas que não deixa incólume a disciplina moral para o louco.

Palavras-chave: alienação, loucura, hospício.

Nível do trabalho: P (Pesquisador)

Código da área: JUR - Psicologia Jurídica, Forense e Criminal

JOVENS: ESPAÇOS E INTERAÇÕES.

JOVENS E VIOLÊNCIA NA ESCOLA: POR UMA ABORDAGEM PSICO-SOCIAL. *Karina Soledad Maldonado Molina Pagnez* (Universidade de São Paulo, SP e Universidade Braz Cubas, SP)

Este texto tem como fundamento a preocupação com a ocorrência e recorrência de episódios de violência nas escolas, os quais são divulgados pelos meios de comunicação tanto no Brasil quanto no exterior. A violência juvenil possui múltiplas interfaces e engloba questões tais como: gênero, classe social, etnia, cultura e contemporaneidade. Seus efeitos são muitas vezes irreparáveis, acarretando danos biológicos, psicológicos, pessoais e interpessoais, defende-se a premissa de que não é possível compreender este fenômeno sem um olhar interdisciplinar cuidando das múltiplas interfaces que o compõe. Iniciamos a reflexão a respeito do tema a partir da discussão sobre a crise na educação de forma ampliada que é proposta por Arendt ao analisar o mundo moderno e a educação. A autora destaca a responsabilidade dos adultos que precisariam assumir a educação dos jovens, entenda-se desde a mais tenra infância até à juventude, ao apresentar-lhes o mundo. A teoria histórico-cultural de Vygotsky fundamenta esta análise ao articular-se com o trabalho de Arendt na responsabilidade dos adultos na apresentação do mundo ao jovem. A relação entre cognição e afetividade tem sido estudada a partir dessa premissa não existe uma independência entre elas, mas uma interação e função do funcionamento psicológico e cultural. Para Blin as instituições de ensino como espaço para observação e análise dos comportamentos apresentados pelos adolescentes, suas agitações e perturbações pessoais – isso cria um espaço para manifestação de suas tensões e estresse. Essa tensão rotineira fomenta, algumas vezes, comportamentos agressivos, conflitos e outros delitos contra colegas, profissionais ou para com a instituição. As condutas agressivas observadas nas instituições de ensino não se limitam apenas em traduzir os problemas gerados pela instituição, mas também são fatores sócio-culturais, características pessoais dos jovens, como suas experiências, dificuldades sociais e familiares. Os quadros de violência envolvendo adolescentes têm ganhado cada vez mais destaque na mídia. Para compreender-se este fenômeno e necessário voltar o olhar científico para a questão, além de acolher, direcionar e valorizar a juventude, propiciando espaços para a autonomia e orientando-os para que assumam seus papéis e consolidem sua identidade. A juventude é uma fase em que as mudanças biológicas, psicológicas, sociais e culturais são intensas, portanto este autor propõe um estudo das questões psicológicas e sociais, como subsídio para essa compreensão e mais que isso para uma ação intencional e organizada por parte da escola e do professor em específico. Tais modificações internas e externas têm cunho renovador e motivador, servindo muitas vezes de modelo para outros jovens – elemento fundamental para os adolescentes que sentem uma necessidade profunda de fazer parte de grupos, nos quais os modelos são valorizados e replicados. Blin propõe a análise da violência escolar de alunos e de profissionais, por meio da classificação em três tipos violência simbólica, incivilidades e delitos e a violência física, dos quais depreendem sub-tipos. Esta discussão pretende ampliar o olhar sobre este fenômeno e formas de compreendê-la além de propor formas de atuação e prevenção.

Palavras-chave: jovens, violência, escola

P

ESC

OS JOVENS NA CIDADE: (IM)POSSIBILIDADES FORMATIVAS. *Rosemary Roggero* (PPGE, Universidade Nove de Julho, UNINOVE, São Paulo, SP)

Compreender o que há de verdadeiro e de falso no âmbito das necessidades humanas, exigiria uma visão geral da estrutura da sociedade que abrangesse, também, todas as suas mediações. Mas essas mediações são negadas pela totalidade, impedindo que haja espaços para o questionamento do significado real daquilo em que os indivíduos se envolveram de modo quase que imperceptível, inconsciente ou alienado mesmo. Da necessidade básica de sobrevivência derivam todas as outras que a ela recorrem para justificar-se e o encobrimento da consciência se mantém. Assim, a cultura mostra seu duplo caráter: o que remete à sociedade e é mediadora entre a sociedade e uma formação que pode ser entendida como falsa, mantém o feitiço da consciência ingênua por meio do mito, cultiva a ilusão da emancipação para além do humano por meio da religião, radicaliza a angústia mítica por meio da ciência e, até mesmo a arte, que poderia conservar algum teor crítico, vê ameaçada essa condição ao ser ela própria envolvida, administrada pelos critérios do mercado. Partindo desses elementos, o presente trabalho reúne informações sobre os jovens do Brasil contemporâneo e observa sua formação no âmbito da cidade. O objetivo é colocar o jovem como sujeito do processo formativo, considerando as contradições da realidade, para criticá-las de modo a buscar um núcleo em que se possa encontrar a fagulha libertadora do humano, nos tempos que correm, em que a própria existência do homem encontra-se ameaçada por uma lógica de crescimento desenfreado e que, paradoxalmente, não considera as necessidades do ambiente de que precisamos para viver. A pesquisa utiliza dados produzidos em amplas pesquisas sobre a juventude brasileira e elementos sobre a cidade, sobretudo a metrópole paulistana, desenvolvendo uma hermenêutica para as possibilidades formativas presentes nesta sociedade. A organização das cidades e nova arquitetura das escolas dão testemunho de uma concepção de homem, mundo e realidade que vem sendo historicamente defendida na teoria e na prática liberal, como ideologia capitalista, a qual, ainda que demonstre contradições que sinalizam alguma dimensão de criticidade, são marcadas por uma forte coerência linear, convincente para uma grande parte dos indivíduos que compõem o todo social, porque vão em direção à adaptação ao existente e à sumária exclusão daqueles que não aderem ao que é posto nessa cultura que se afirma. Há iniciativas importantes e reveladoras dos potenciais e da criatividade humana para solucionar os problemas que o próprio homem cria. Mas ainda são insuficientes e pontuais, quando se leva em conta o alcance da lógica dominante do capitalismo e seus tentáculos que invadem todas as áreas da vida. As contradições são tão intensas que exigem, principalmente, que se questione onde está o projeto político, social e educacional que reconheça o jovem como riqueza a ser reivindicada para a manutenção da sustentabilidade humana deste país, para além das demandas de mercado de trabalho e de consumo?

Palavras-chave: jovens, cidade, formação

P

ESC

O JOVEM E SUA PARTICIPAÇÃO EM PROCESSOS DECISÓRIOS NA ESCOLA. *Francisco Carlos Franco* (Universidade Braz Cubas, SP Faculdade de Suzano, SP)

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre a participação do jovem no contexto escolar da educação básica como forma de propiciar ao jovem, tempos e espaços para que participe de forma efetiva dos processos decisórios e de ações, projetos etc., na escola. Aborda a questão em três perspectivas: na dimensão do processo de ensino-aprendizagem; na valorização da cultura do jovem e de sua comunidade e nas instâncias decisórias institucionais. Entendemos que educar é proporcionar momentos de diálogo entre o humano e o mundo, permeados pelo conhecimento e pelos sentidos atribuídos em diferentes contextos e épocas e ao nosso modo de ser-no-mundo e ir além das aparências, em um movimento de busca para desvelar e revelar as coisas, suas essências e os sentidos que elas nos suscitam, como também as perspectivas de mudança e a adequação do mundo à nossa época, aos nossos anseios, desejos e necessidades. As ações educativas permeadas por projetos didáticos proporcionam aos alunos e aos professores a oportunidade de planejar, organizar, desenvolver e avaliar os processos de ensino e de aprendizagem em conjunto, com atividades mais dinâmicas e significativas e com a participação efetiva do jovem, sendo esse co-responsável pelo seu desenvolvimento e pelo seu aprendizado. A cultura do jovem e de sua comunidade também é uma dimensão que merece atenção na perspectiva do desenvolvimento da participação infanto-juvenil na escola, pois em muitos momentos os alunos não se sentem presentes no mundo que a escola lhes apresenta, ao contemplar apenas a cultura erudita, aspecto importante e imprescindível, a escola desconsidera outras formas de conceber e significar o mundo. As manifestações culturais das crianças e dos jovens raramente são valorizadas na escola e, quando ocorrem, não raro, se apresentam como uma simples concessão de espaço. Geralmente esses momentos são concebidos como atitudes e gostos pitorescos, ou então como provocações, coisas da idade que com o tempo tendem a desaparecer, entre outras percepções. A escola, de acordo com a sua realidade, pode ajudar os estudantes na organização das assembléias, tendo como apoio, quando necessário, o professor coordenador de turma, mas considerar que a participação do adulto é apenas no sentido de mediar o debate e auxiliar as crianças ou jovens no processo democrático, que também carece de aprendizado. Quando a sala ou grupo de jovens já tiverem um grau de autonomia que garanta a sua articulação e independência na realização de assembléias e de ações, o ideal é que os adultos se afastem, para que o grupo possa atingir patamares ainda mais evoluídos na organização de sua participação. A educação do jovem, segundo esses referenciais, possibilita ao educando momentos de diálogo com o mundo, em um movimento de busca para desvelar a essência das coisas e os sentidos que elas suscitam, como também as perspectivas de mudança e da adequação do mundo à sua época, aos seus anseios, necessidades e desejos, em um processo interativo consigo mesmo, com os outros e com o mundo físico e social, de forma ética, crítica, sensível e criativa.

Palavras-chave: participação e juventude, educação escolar e democracia

P

ESC

A ATUALIDADE DO DESENHO ESTÓRIA: DO DIAGNÓSTICO INDIVIDUAL À CONSULTA TERAPEUTICA.

O PROCEDIMENTO DESENHO-ESTÓRIA COMO UM LEQUE DE POSSIBILIDADES: EXPANSÃO E ATUALIDADE DA TÉCNICA. *Martha Franco Diniz Hueb* (Departamento de Psicologia Clínica e Sociedade - Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba - MG).

O presente trabalho versa sobre a ampliação e expansão da técnica do desenho-estória(D-E) procedimento introduzido por Walter Trinca em 1972. Procura situar tal procedimento dentro de uma perspectiva peculiar no que diz respeito às técnicas de investigação clínica da personalidade que priorizam a pessoa do psicólogo como instrumento principal da investigação dos fenômenos psíquicos do paciente ou sujeito de pesquisa. Aponta que tal técnica destaca-se de outros procedimentos clínicos pela grande flexibilidade em acessar conteúdos psicodinâmicos da personalidade em especial os processos de natureza inconsciente. Ao solicitar que o sujeito faça um desenho e que conte uma historia sobre ele, utiliza da técnica gráfica associada à apercepção temática, permitindo ao avaliando a expressão de um modo estritamente pessoal de estabelecimento do contato da realidade interna com a externa, fato que coloca tal procedimento dentro de um espaço potencial elevando-o a categoria de um fenômeno transicional, na concepção winnicottiana, como uma forma sofisticada de brincar. Nesse sentido o D-E surgido há 39 anos se estendeu para além da apreensão de conteúdos mentais com objetivos puramente diagnósticos em consultórios, passando a ser utilizado em pesquisas ou como mediador terapêutico em instituições. A primeira ampliação do D-E se deu em 1989 com a variante desenho da família com estórias(DF-E) proposta por Trinca, logo seguida pelo desenho-estória com tema. Esse consiste em solicitar ao examinando que faça desenhos com uma temática específica que se interessa investigar e que ao finalizar, conte uma história referente à produção gráfica, como na proposta inicial do autor. Nessa modalidade permite a exploração inconsciente do tipo vertical e focal, mais relacionada a queixas e aos sintomas, se adaptando facilmente a diferentes pesquisas e a diversas áreas de atuação do profissional de saúde mental. Ressalta-se que embora a fundamentação teórica desse seja equivalente ao original, o desenho-estória temático permite diversas aplicações e maneiras de avaliação. Na clínica, dentro de um referencial interpretativo e compreensivo, tem sido utilizado como auxiliar na entrevista inicial e devolutiva com crianças e adolescentes, favorecendo tanto ao paciente quanto ao psicólogo. Utilizado nas entrevistas possibilita que o paciente defensivo e resistente encontre novos canais de comunicação e que o psicólogo se adapte as necessidades e esclarecimentos suportáveis para o paciente. Como *follow-up* de várias intervenções terapêuticas ou pesquisa-ação permite observar a evolução do processo ao longo do tempo e as modificações que ocorreram após as ações propostas. Na pesquisa qualitativa, adotando a análise de conteúdo, pode ser utilizado como instrumento básico ou complementar a fim de aprofundar a compreensão diagnóstica de indivíduos com diversas sintomatologias: fobia escolar, esterilidade, mastectomia, cardiopatias, fibromialgia, impotência, identificação sexual, relação conjugal dentre outras. Conclui-se a presente proposta sinalizando que como instrumento auxiliar ao contato e compreensão dos processos psicológicos em indivíduos, o D-E temático tem se mostrado um grande auxiliar do psicólogo em várias áreas de abrangência: clínica, escolar, saúde e família. Utilizado na investigação de características grupais, tem sido uma valiosa técnica na verificação da representação social na coletividade, apontando ser um campo renovado de estudos a ser continuamente explorado.

Palavras-chave: Avaliação Psicológica; Procedimento Desenho-estória, Psicodinâmica.
Nível do trabalho: P – Pesquisador

Código da área: AVAL – Avaliação Psicológica

PROCEDIMENTO DESENHO-ESTÓRIA: APRESENTAÇÃO E APLICAÇÃO DA TÉCNICA. *Paulo Francisco de Castro* (Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté - SP e Curso de Psicologia da Universidade Guarulhos - SP).

O presente trabalho apresenta os conceitos principais do desenho-estória, como estratégia clínica de avaliação da personalidade, com foco em seu desenvolvimento histórico e procedimentos técnicos de aplicação e interpretação. O procedimento de desenho-estória (D-E) foi introduzido pelo Professor Walter Trinca, em 1972, como o objetivo de investigar elementos psicodinâmicos da personalidade. O diferencial da técnica, que inclusive a define enquanto método de investigação é a excelente integração entre uma estratégia gráfica, observada na articulação do desenho elaborado pelo indivíduo, e a estratégia temática, por meio da elaboração verbal que o mesmo realiza diante de sua produção gráfica. Constitui-se como um meio muito eficiente para o levantamento de dados psicodinâmicos (estruturais e inconscientes) do indivíduo avaliado, fornecendo importantes informações sobre o funcionamento psíquico, para elucidação de aspectos observados na entrevista, além de poder direcionar ações psicoterapêuticas no tratamento psicológico. Procedimento de cunho clínico, pode ser utilizado na prática dos atendimentos clínicos e também em pesquisas na área da psicologia clínica. No que tange à aplicação do Procedimento D-E, solicita-se ao indivíduo a elaboração de um desenho livre, com as ações características de tal estratégia, com a utilização de folha de papel branco, lápis grafite e de cor, o indivíduo produz seu desenho como assim desejar, após a produção gráfica, solicita-se que o probando crie e narre uma história acerca do desenho que fez, parte-se, depois, para a realização do inquérito, buscando elucidar os elementos que não ficaram claros na produção gráfica e na narração espontânea, além de criar possibilidade de novas associações, por fim, solicita-se um título para a produção, buscando um fechamento da atividade; no sentido de ampliar os aspectos a serem interpretados, todo esse procedimento é realizado cinco vezes consecutivas. A técnica possibilita a utilização de várias estratégias de análise e interpretação, de acordo com o referencial teórico do psicólogo, evidentemente, desde que esse referencial paute-se em um modelo psicodinâmico ou psicanalítico. Para a avaliação do material clínico fornecido, são analisados os elementos formais e gráficos do desenho, além disso, as narrações das histórias são interpretadas à luz dos dinamismos expostos pelo indivíduo. Como desdobramentos da técnica do D-E proposta, foram desenvolvidas outras duas estratégias clínicas: desenhos de família com histórias (DF-E) e o desenho-estória com tema. No que tange ao DF-E, foi introduzido pelo autor em 1989, criando uma excelente estratégia para investigação dos elementos psicodinâmicos familiares, possibilita, ainda, ampla visão das representações familiares que o indivíduo possui, além das interferências que a família possui no quadro apresentado. Para isso, mantendo-se as estratégias gráficas e temáticas, é solicitado ao indivíduo a produção de quatro desenhos que se seguem de histórias e inquéritos: pede-se o desenho de uma família qualquer, uma família que o indivíduo gostaria de ter, uma família em que alguém não está bem e a família do indivíduo. Encerra-se a presente proposta, enfatizando-se a importância e a abrangência do procedimento clínico do desenho-estória, como importante estratégia para a investigação de amplo material sobre a dinâmica psíquica dos indivíduos, enriquecendo o material para a avaliação psicológica.

Palavras-chave: Avaliação Psicológica; Procedimento Desenho-estória; Aspectos Técnicos.
Nível do trabalho: P - Pesquisador

Código da área: AVAL – Avaliação Psicológica

O PROCEDIMENTO DE DESENHOS-ESTÓRIAS E DERIVADOS EM CONSULTAS E OFICINAS TERAPÊUTICAS: ATENDIMENTOS DIFERENCIADOS NA CLÍNICA ATUAL. *Leila Salomão de La Plata Cury Tardivo*
(Departamento de Psicologia Clínica – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo-SP)

Essa apresentação enfoca o uso do Procedimento de Desenhos Estórias (D-E) e Derivados, em consultas e oficinas terapêuticas, métodos de atendimento clínicos diferenciados baseados na psicanálise winnicottiana. As Consultas Terapêuticas se configuram como um poderoso recurso de intervenção precoce e de prevenção das graves patologias da pós-modernidade, para populações e comunidades em geral. Consistem em uma técnica desenvolvida por D. Winnicott para ser utilizada no momento das entrevistas iniciais de crianças e adultos. Sendo uma forma especial de comunicação, parte do princípio que cada criança ou adulto tem um problema, que aparecerá no material da consulta. Tanto as Consultas (entrevistas iniciais) como as Oficinas Terapêuticas são realizadas segundo enquadres transicionais diferenciados, o que permite que haja a superposição de duas áreas do brincar, a do terapeuta e a do paciente, favorecendo as comunicações emocionais. As Oficinas Terapêuticas (em grupo e em número que pode variar) são desenvolvidas com o uso de materialidades mediadoras, visam oferecer um ambiente terapêutico, que possa favorecer o crescimento emocional e o desenvolvimento das potencialidades de cada indivíduo, criando condição de sustentação emocional e a recuperação do gesto criativo, podendo assim gerar mudanças. Na presente apresentação destacaremos o potencial do Procedimento de Desenhos Estórias e Derivados, exatamente como mediadores nessas formas de atendimento. Ao longo dos quase 40 anos, desde que proposto por Trinca em 1972, o emprego de D-E foi muito além do uso em Psicodiagnóstico de pessoas em situação clínica, é tema de inúmeras pesquisas nos mais variados campos, e muito rico em consultas e oficinas terapêuticas, por favorecer a comunicação, a expressão, e a manifestação do gesto criativo. No contexto clínico, ilustraremos como nas Consultas Terapêuticas o D-E vem revelando esse potencial. Traremos algumas ilustrações, como a de um rapaz internado em Hospital geral por problema de abuso de substância (e por isso vítima de um ferimento) e que pôde entrar em contato com sua dor, suas perdas e reencontrar o rumo e a identificação com seu pai. Também pretendemos ilustrar um emprego do Desenho de Família com Estórias (DF-E), em atendimentos familiares a partir de uma adaptação da técnica; onde todos são convidados a desenhar em uma única cartolina oferecida para cada consigna (sendo quatro no total). Ilustraremos com um caso onde o DF-E facilitou o contato e expressão de membros de uma família dos sentimentos com relação as perdas que estavam vivendo. Abordaremos, ainda o Procedimento de Desenhos Temáticos (onde o sujeito ou um grupo) são convidados a desenhar um determinado Tema e escrever associações. Vale destacar que o DE-T não visa o Psicodiagnóstico, amplo e abrangente, como o D-E permite; porém favorece a compreensão de como aquela pessoa em seu grupo significa determinada conduta ou situação que pode, sim, ser fonte ou contribuir muito para o sofrimento. Dessa maneira, pode embasar uma prática clínica. Nesse trabalho, serão expostas consultas terapêuticas também coletivas, a partir do emprego coletivo de Desenhos Temáticos. Finalmente, apresentaremos Oficinas Terapêuticas desenvolvidas em Hospital Psiquiátrico, com o uso de D-E; e as ricas possibilidades decorrentes desse enquadre.

Palavras-chave: Procedimento Desenhos-estórias; Desenhos de Família com Estórias, Consulta Terapêutica, Oficina Terapêutica.

Nível do trabalho: P – Pesquisador

Código da área: AVAL – Avaliação Psicológica

FENOMENOLOGIA DA CORPOREIDADE E PSICOLOGIA.

SOBRE A NOÇÃO DE ESQUEMA CORPORAL NA FILOSOFIA DE MERLEAU-PONTY: DA *FENOMENOLOGIA DA PERCEPÇÃO* AOS CURSOS DA SORBONNE. Danilo Saretta Verissimo (Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista, Assis, SP).

1. Introdução

Ao longo da obra de Merleau-Ponty ganham importância alguns dispositivos teórico-antropológicos que revelam a aproximação do autor com as ciências do homem, particularmente com a psicologia, a psicopatologia e a psicanálise. A noção de *gestalt* é o mais notório dentre esses dispositivos. Podemos destacar ainda as noções de função simbólica e de esquema corporal. A noção de função simbólica, que começa a ser tratada n’*A estrutura do comportamento*, não resiste à crítica operada por Merleau-Ponty na *Fenomenologia da percepção*. Neste livro, o declínio da função simbólica é acompanhado pelas primeiras reflexões acerca da noção de esquema corporal, noção que, daí em diante, ocupa uma posição de relevo nas investigações realizadas pelo filósofo. No presente trabalho, estabelecemos uma análise comparativa entre a abordagem da noção de esquema corporal na *Fenomenologia da percepção* e nos cursos da Sorbonne, dedicados, sobretudo, à psicologia da criança. Na *Fenomenologia da percepção*, Merleau-Ponty preocupa-se em criticar o caráter associacionista que marcou o surgimento da noção de esquema corporal na passagem do século XIX para o século XX. O seu sentido verdadeiramente profícuo, para Merleau-Ponty, repousa em seu caráter intencional. O filósofo opera uma dessubstancialização da noção em questão. De representação ou de núcleo cognitivo organizador da nossa experiência corporal, ela passa a função pré-cognitiva, expressão da permeabilidade das partes do nosso corpo umas em relação às outras, mas, igualmente, da permeabilidade do corpo em relação ao mundo e a outrem. Após a *Fenomenologia da percepção*, essa permeabilidade será tematizada cada vez mais nos termos de uma “proximidade vertiginosa” entre nós e os objetos, entre nós e outrem. A passagem, operada por Merleau-Ponty, da idéia de encarnação à concepção de carne começa a ser concebida no período entre 1945 e 1952, e nutre-se de discussões acerca da corporeidade no interior, principalmente, da psicologia da criança e da psicanálise, e, inclusive, de reflexões acerca do esquema corporal. Nesse contexto, a noção de esquema corporal, cuja interpretação intelectualista de representação ou imagem do nosso corpo já não se sustenta desde a *Fenomenologia da percepção*, solicita mais do que ser concebida como conhecimento pré-cognitivo do nosso corpo: solicita ser concebida nos termos da nossa participação prodigiosa no mundo. Em seus cursos da Sorbonne, Merleau-Ponty compreende que a aquisição de um esquema corporal uno, total, implica o descentramento de si, de maneira que o corpo próprio, o de outrem e o mundo possam se entrelaçar num tecido relacional que envolve inextricavelmente visibilidade e espessura intra-corporal. Nesses estudos, o filósofo encaminha-se à noção de carne tal como encontrada em seus textos mais tardios.

2. Desenvolvimento

2.1. A noção de esquema corporal na *Fenomenologia da percepção*

Merleau-Ponty (1945) depara-se com a noção de esquema corporal em meio a trabalhos de neuropsicopatologia do início do século XX. Atribui-se ao neurologista Henry Head as elaborações iniciais da noção de esquema corporal. A partir de pesquisas sobre perturbações da localização de estímulos externos, Head admitiu a existência de modelos ou esquemas táteis, visuais, posturais e motores do corpo (Hécaen & Ajuriaguerra, 1952). Tratar-se-ia de um sistema dinâmico que constitui modelos organizados acerca de nossa condição corporal e que governa, principalmente, nossa postura e nossa motricidade. Segundo o neurologista, esse sistema permanece fora de nossos domínios conscientes (Head & Holmes, 1911; Gallagher & Cole, 1995). Conrad (1933 citado por Hécaen & Ajuriaguerra, 1952) chama a atenção para a ambigüidade da noção de esquema corporal no pensamento de diferentes autores no início do século XX. Ora ela é concebida como um fato psicológico, ora como fato fisiológico. De qualquer maneira, gravita-se em torno de um ideário empirista. Caberia os dados interoceptivos e proprioceptivos alimentar esquemas associativos de ordem puramente fisiológica ou originar esquemas associativos de ordem representacional que, mesmo não conscientes, estariam sempre prontos a atuar.

Na *Fenomenologia da percepção*, Merleau-Ponty dessubstancializa a noção de esquema corporal. O filósofo esforça-se para desvelar um diálogo de co-pertença entre sujeito e objeto. Esta comunicação funda-se em nossa unidade corporal, que, por sua vez, constitui unidade com o mundo. De seus estudos acerca da espacialidade e da motricidade do corpo próprio depreende-se uma tal organicidade entre sujeito e mundo que tanto o movimento quanto o espaço percebido deixam de figurar como elementos de representação. O esquema corporal aparece como função de transposição tácita fundada “... sobre a unidade e a identidade do corpo como conjunto sinérgico” (Merleau-Ponty, 1945, p.366), de modo que através da motricidade revelar-se-ia, entre o corpo e os fenômenos exteriores, um sistema unificado análogo à sinergia do corpo próprio.

O movimento corporal e o espaço apenas se deixam tomar como dependentes de atos expressos de representação nos casos de perturbação do esquema corporal. Nos casos patológicos, tem-se a desintegração da unidade pré-reflexiva entre sujeito e mundo, o que revela a Merleau-Ponty justamente a cumplicidade entre o corpo e o mundo. Cabe salientar que na condição patológica a definição objetiva do espaço e do movimento não garante sua aplicação ao próprio corpo. Para Merleau-Ponty isso significa que o corpo possui um mundo sem subordinar-se a uma função de representação, ou função simbólica. É antes a “capacidade de diferenciação motora do esquema corporal dinâmico” (Grünbaum 1930 apud Merleau-Ponty, 1945, p.166) que adquire, aos olhos do filósofo, uma função originária.

O filósofo, em vista disso, afasta-se das sínteses perceptivas operadas pela consciência, da “intencionalidade das representações”, e delineia uma “intencionalidade motora”, tomando o corpo por “sujeito da percepção” (Merleau-Ponty, 1945, p.239). A noção de esquema corporal é, pois, incluída na atividade intencional do sujeito psicofísico.

Ainda na primeira parte da *Fenomenologia da percepção*, Merleau-Ponty (1945, p.86) afirma: “... o corpo, retirando-se do mundo objetivo, arrastará os fios intencionais que o ligam ao seu entorno e finalmente nos revelará o sujeito que percebe como o mundo percebido”. Mais adiante, na introdução à parte dedicada ao mundo percebido, escreve: “A teoria do esquema corporal é implicitamente uma teoria da percepção” (Merleau-Ponty, 1945, p.239). Tem-se, pois, que a percepção do corpo próprio enquanto esquema corporal, na acepção fenomenológica do conceito, e a percepção exterior constituem “... as duas faces de um mesmo ato” (Merleau-Ponty, 1945, p.237). O

conhecimento pré-reflexivo que possuímos acerca do nosso corpo, a sinergia que caracteriza a conexão viva de suas partes, forma com a percepção exterior um sistema. Merleau-Ponty avança ainda mais e entrelaça a unidade do objeto percebido à coesão da nossa experiência corporal. O autor declara: “A identidade da coisa através da experiência perceptiva é apenas um outro aspecto da identidade do corpo próprio no curso dos movimentos de exploração” (Merleau-Ponty, 1945, p.216).

O mesmo é válido a propósito da percepção de outrem que, a exemplo do mundo percebido, é mediada pelo esquema corporal. A partir do pensamento objetivo, concebe-se a existência de dois modos de ser: o ser em si, ente material e passível de objetivação, e o ser para si, ou consciência constituinte, capaz de fundar o mundo e o corpo segundo um “sistema de correlações objetivas” (Merleau-Ponty, 1945, p.401). Disso deduz-se que, no tocante à percepção de outrem, apenas é possível ter experiência do outro a partir de um “raciocínio por analogia”, em que meu psiquismo, por meio da observação da atividade motora do outro indivíduo, pressupõe a existência de tais e tais conteúdos psíquicos a governar o corpo. Merleau-Ponty, por outro lado, considera que “... o raciocínio por analogia pressupõe aquilo que ele devia explicar” (Merleau-Ponty, 1945, p.404): nossa participação no mundo como “sujeitos anônimos da percepção” (Merleau-Ponty, 1945, p.406). Nosso eu não é experimentado de modo transparente, nem constituímos o mundo com limites bem definidos. E se não sou uma subjetividade absoluta, outrem deixa de ser um objeto para mim e vice-versa. A experiência de outrem se oferece a nós no interior de um quadro unitário e espontâneo.

2.2. A noção de esquema corporal nos cursos da Sorbonne

Nos cursos da Sorbonne dedicados à psicologia da criança, o recurso à noção de esquema corporal se dá em meio ao problema da intersubjetividade. Merleau-Ponty (2001) justapõe a percepção do comportamento de outrem e a percepção do corpo próprio enquanto esquema corporal, organização unitária em que ocorre a identificação entre mim e outrem. O filósofo preocupa-se especialmente com a gênese da percepção do outro. Em que condições a criança começa a estabelecer contato com outrem? Qual a natureza dessa relação? Como ela é possível no início da vida, pergunta-se o filósofo?

Vimos anteriormente que na esfera dos prejuízos da filosofia e da psicologia clássicas chega-se a um impasse acerca do problema da percepção de outrem. De acordo com Merleau-Ponty (1997, 2001), além do abandono da idéia de psiquismo, a resolução dessa dificuldade passa pela reforma da noção de cenestesia em prol da noção de esquema corporal. O filósofo afirma:

Se meu corpo deve poder retomar por sua conta as condutas que me são dadas como espetáculo, é preciso que ele me seja dado, não mais como uma massa de sensações rigorosamente privadas, mas sobretudo pelo que se chama um “esquema postural”, ou “esquema corporal” (Merleau-Ponty, 1997, p.177).

No que diz respeito à noção de esquema corporal, é a Wallon que Merleau-Ponty recorre na discussão sobre as relações com outrem na infância. Wallon (1949/2009) analisa a tomada de consciência e o processo de individualização do corpo próprio. Segundo o autor, o conjunto de sensibilidades interoceptivas e proprioceptivas que sustenta a atividade da criança recém-nascida já configura um sistema sinérgico que garante a unidade orgânica do bebê. O progresso desse sistema implica o estabelecimento de relações cada vez mais precisas com as excitações advindas do mundo exterior. Isso significa dizer que a condição indispensável para o

desenvolvimento do eu corporal não é a intuição coordenada dos órgãos e da sua atividade, mas a ligação entre a atividade voltada para o mundo e aquela relacionada às necessidades e atitudes do corpo.

Nesse sentido, Merleau-Ponty afirma que a constituição de um esquema corporal, ou seja, a aquisição de uma experiência organizada do corpo próprio, coincide com a possibilidade de que essa experiência seja transferida a outrem, na medida em que outrem aparece como ente voltado a um mundo partilhado. A imagem de outrem pode ser "... imediatamente 'interpretada' por meu esquema corporal" (Merleau-Ponty, 2001, p.311).

Até aqui não nos distanciamos muito do regime da intencionalidade tal como concebida por Merleau-Ponty na *Fenomenologia da percepção*. Um claro avanço se dá quando o filósofo passa a explorar o fato, exposto por Wallon (1949/2009), de que o desenvolvimento das sinergias intersensoriais ligadas ao desenvolvimento da exteroceptividade dá início às reações da criança face ao seu próprio corpo. Wallon (1949/2009) comenta, por exemplo, que entre o terceiro e o sexto mês de vida, é comum observar a surpresa da criança diante do surgimento fortuito de seus membros, principalmente suas mãos, em seu campo perceptivo. Não é raro que, ao pegar um objeto qualquer, o bebê detenha-se diante de sua mão e a desloque à altura dos olhos. Para Wallon (1949/2009), tudo se passa como se ela fosse tomada pelas sensações proprioceptivas e visuais ligadas ao acontecimento. Se o bebê, em meio aos seus movimentos, pega uma mão com a outra, "... ele olha a primeira com surpresa, a mão inerte retendo sobremaneira sua atenção porque, sem dúvida, nela a seqüência de sensações é menos prevista do que na mão ativa", comenta o autor (Wallon, 1949/2009, p.210).

Nos cursos da Sorbonne, a progressiva integração do esquema corporal significa *a aquisição gradual do caráter de visibilidade do corpo próprio*. Em relação às experiências da criança diante de seu próprio corpo, Merleau-Ponty (1997, p.185) comenta: "Todas essas experiências visam familiarizar a criança com a correspondência que existe entre a mão que toca e a mão que é tocada, entre o corpo tal como é visível e o corpo tal como é sentido pela interoceptividade". Daí a importância atribuída pelo filósofo aos exercícios da criança face à sua imagem especular.

Uma experiência mais organizada do próprio corpo, o desenvolvimento de um "esquema corporal total", passa pela aquisição, por parte da criança, de uma imagem visual do corpo próprio tal como se dá no caso da percepção de sua imagem no espelho. Wallon (1949/2009) ocupa-se de como a criança torna-se capaz de reconhecer seu aspecto exteroceptivo justamente como "seu", aspecto este que "[...] o espelho traduz-lhe da maneira mais completa e mais evidente" (Wallon, 1949/2009, p.218).

Segundo o psicólogo, em torno do oitavo mês de vida, pode-se observar a surpresa da criança cada vez que encontra sua imagem especular. A criança atribui valor de realidade à imagem e se espanta ao perceber a solidez do espelho. Ao mesmo tempo, se chamarem seu nome, é bem possível que ela se volte para a imagem (Wallon, 1949/2009). Intermitências como essa devem-se ao problema que a criança tem diante de si, considera Wallon. Trata-se de unir a visão direta e fragmentada de seu próprio corpo, a sensibilidade interoceptiva, a sensibilidade proprioceptiva e a imagem visual de seu corpo no espelho. Acima de tudo, trata-se de dar-se conta de que a imagem não é ela mesma, posto que ela se encontra onde ela se sente (Wallon, 1949/2009).

O progresso na resolução dessa complicada tarefa, afirma Wallon (1949/2009), depende da criança adquirir uma representação simbólica de seu próprio corpo. Ela deve tornar-se capaz de dissociar a experiência imediata e a representação das coisas, as impressões e ações implicadas em seu próprio corpo e as qualidades próprias a ele.

Neste ponto, Merleau-Ponty distancia-se de Wallon. Para o filósofo, as contínuas manifestações de animismo por parte da criança diante do espelho revelam o progresso em relação ao sentido da imagem especular. Ocorre, com efeito, uma “reestruturação” dessa experiência. O distanciamento que a criança conquista em relação à sua imagem não pode ser reduzido a um fenômeno intelectual *stricto sensu*; “[...] essa distância não é aquela do conceito”, diz Merleau-Ponty (1997, p.198).

No tocante às questões relativas a individualização do corpo próprio em função das experiências especulares, Merleau-Ponty encontra na psicanálise a possibilidade de avançar conceitualmente. O filósofo dedica-se especialmente às considerações de Lacan (1966) em seu artigo intitulado *O estádio do espelho como formador da função do Eu*. De acordo com Lacan (1966), o júbilo da criança diante da experiência lúdica da relação entre o complexo virtual da imagem e a realidade de seus movimentos próprios revela um processo de identificação, no sentido que a análise psicanalítica é capaz de mostrar. Lacan (1966, p.94) define identificação da seguinte forma: trata-se da “... transformação produzida no sujeito, quando ele assume uma imagem”. Se levarmos em conta que a criança ainda bem pequena caracteriza-se por seu estado de descontrole motor e de dependência nutricional, os processos de identificação que nela ocorram devem ser considerados, diz Lacan (1966), como a manifestação de uma “matriz simbólica”, uma forma primordial do *eu* anterior à objetivação implicada na identificação com outrem e à função de sujeito que emerge através da linguagem. A identificação da criança com sua imagem especular revela o surgimento de um “eu-ideal”, considerado como instância do eu numa “linha de ficção” (Lacan, 1966, p.94) irreduzível. Esta *imago* corporal “... simboliza a permanência mental do *eu* ao mesmo tempo que prefigura seu destino alienante” (Lacan, 1966, p.95). Noutro trecho, Lacan (1966, p.95) afirma: “... a imagem especular parece ser o limiar do mundo visível”.

Aos olhos de Merleau-Ponty, as reflexões lacanianas expressam, com respeito às experiências da criança diante de sua imagem especular, “*relações de ser com o mundo, com outrem*” (Merleau-Ponty, 1997, p.204, grifo do autor), e não, simplesmente, relações de conhecimento.

Primeiramente, a compreensão da imagem no espelho envolve um auto-reconhecimento, uma apropriação de uma imagem visual. A criança experimenta-se como “espetáculo” de si mesma, diz Merleau-Ponty (1997, p.202). A realidade antes confusa do corpo próprio ganha uma nova visibilidade, mais completa. Essa passagem de um estado de personalidade marcado por um conjunto de pulsões sentidas confusamente a um estado marcado pela imagem ideal de si mesmo, à constituição de um super-eu, implica a constituição de uma função narcísica. Não se trata aqui de um reforço da subjetividade, mas, antes, daquilo que Lacan (1966, p.98) define como a “função alienante do *eu*”, a alienação envolvida em deixar de ser aquilo que se sentia ser de modo imediato para passar a ser a imagem oferecida pelo espelho, afirma Merleau-Ponty.

Em segundo lugar, reestrutura-se a própria presença do mundo. Merleau-Ponty (2001, p.527), ao comentar sobre a importância da imagem especular diz que o “... corpo é colocado sob a jurisdição do visível”. O próprio espaço adquire um efeito desrealizante, afirma Lacan (1966). Com a conquista de um esquema corporal total, somos atirados no centro do mundo, no centro do olhar de outrem e no centro de um *eu* imaginário, de modo que se instaura a ambiguidade da dialética entre real e imaginário, tão explorada pela psicanálise. O corpo enquanto “sentiente sensível” não representa apenas a incorporação do visível ao vidente, mas a incorporação do vidente ao visível (Merleau-Ponty, 2006).

3. Considerações finais

Nos trabalhos posteriores a 1945, Merleau-Ponty conserva o problema da percepção como tema de investigação (Barbaras, 1999). Suas pesquisas permanecem voltadas para a experiência bruta do mundo, para aquilo que precede e excede a reflexão e a análise científica. Nota-se, porém, que o estudo da percepção sofre uma importante transformação ao tornar-se investigação acerca do sensível. Para Merleau-Ponty, o corpo deixa de ser apenas sujeito da percepção e revela-se também como ente percebido, ente sensível em toda a amplitude polissêmica do termo. Segundo Barbaras (1999, p.105), trata-se de afirmar "... a implicação do sujeito no mundo como inerente à estrutura do aparecer". A noção de esquema corporal, que reaparece nos cursos da Sorbonne dedicados à psicologia infantil, é envolvida nesse processo. Podemos, em vista disso, tomá-la como princípio emblemático das torções conceituais operadas na passagem do problema da percepção ao problema do sensível no interior da obra de Merleau-Ponty.

Referências bibliográficas

Barbaras, R. (1999). *Le désir et la distance: introduction à une phénoméologie de la perception*. Paris: Vrin.

Gallagher, S. & Cole, J. (1995). Body image and body schema in a deafferented subject. *Journal of Mind and Behavior*, 16, 369-390.

Head, H. & Holmes, G. (1911). Sensory disturbances from cerebral lesions. *Brain*, 34, 102-254.

Hécaen, H. & Ajuriaguerra, J. (1952). *Méconnaissances et hallucinations corporelles: intégration et désintégration de la somatognosie*. Paris: Masson & Cie.

Lacan, J. (1966). Le stade du miroir comme formateur de la fonction du Je telle qu'elle nous est révélée dans l'expérience psychanalytique. In Lacan, J. *Écrits*. Paris: Éditions du Seuil.

Merleau-Ponty, M. (1945). *Phénoménologie de la perception*. Paris: Gallimard.

Merleau-Ponty, M. (1997). Les relations avec autrui chez l'enfant. In Merleau-Ponty, M. *Parcours: 1935-1951* (pp.147-229). Lagrasse: Verdier.

Merleau-Ponty, M. (2001). *Psychologie et pédagogie de l'enfant: cours de Sorbonne 1949-1952*. Lagrasse: Verdier.

Merleau-Ponty, Maurice. (2006). *Le visible et l'invisible*. Paris: Gallimard. (Trabalho original publicado em 1964).

Wallon, H. (2009). *Les origines du caractère chez l'enfant* (9ª ed.). Paris: PUF. (Trabalho original publicado em 1949).

Apoio financeiro: FUNDUNESP e Pró-Reitoria de Pesquisa da UNESP

Palavras-chave: Merleau-Ponty, fenomenologia, esquema corporal

P

HIST

A IMAGEM CORPORAL PROBLEMATIZADA SOB A PERSPECTIVA FENOMENOLÓGICA CLÁSSICA. *Cristiano Roque Antunes Barreira* (Escola de Educação Física e Esporte de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP).

O conceito de imagem corporal vem sendo utilizado ampla e diversificadamente, possibilitando a abordagem e a investigação de temas variados como o estudo dos transtornos de imagem corporal ou o influxo de fatores culturais e de gênero em suas configurações particulares. A maioria dos estudos que podem ser encontrados na literatura tem se comprometido com a possibilidade de mensurar indicadores relativos à imagem corporal conforme percebida pelos sujeitos, enquanto outros apontam para os modos de objetivação ou reificação da imagem corporal. Se, por um lado, pode-se considerar que o conceito tem se mostrado profícuo em termos de produção de conhecimento, por outro lado, assume-se a relevância analítica para a psicologia de, antes de tomá-lo enquanto conceito dado como pronto e auto-evidente, explorá-lo enquanto fenômeno constituído por camadas cujo exame é revelador da complexidade e potência de sua estratificação. Esta tarefa coincide com o objetivo da fenomenologia de *voltar às coisas mesmas*, o que significa um retorno à própria consciência como intencionalidade. O retorno às coisas mesmas solicita uma analítica eidética e uma analítica genética, num trabalhoso cruzamento capaz de realizar uma arqueologia fenomenológica reveladora da dinâmica entre sínteses ativas e passivas implicadas, mais ou menos ocultamente, junto ao objeto. Em linha com Edmund Husserl e obedecendo ao que se pode chamar de fenomenologia clássica, isto é, uma fenomenologia comprometida com o método da redução fenomenológica, pode-se encontrar em autores como Edith Stein, Angela Ales Bello, Natalie Depraz e Dan Zahavi, importantes contribuições para se refletir e problematizar a idéia de imagem corporal. A análise daquilo que se dá à consciência reconduz à corporeidade como ponto zero de referência e como eixo de ancoramento de toda consciência na base de sua materialidade vivente, a *hilética*, implícita em toda forma de consciência, mesmo se certos atos de consciência não têm à vista sua presença constitutiva. Toda imagem, portanto, é corporal, já que tem necessidade dos sentidos corporais. Deve-se esclarecer, logo, que mesmo as imagens não voltadas ao próprio corpo vivente têm necessariamente seu correlato vivencial corpóreo, o que especifica a expressão imagem corporal como recurso de ênfase e foco: trata-se da imagem relativa ao próprio corpo. As experiências que dão o próprio corpo em imagem são, portanto, em sua originariedade mais elementar, experiências sensuais de receptividade, o que significa compreendê-las como afetivas, sem que dessas experiências se excluam – a não ser por abstração – as *atividades* próprias ao querer e pensar, dando à imagética tal composição afetiva e cognitiva. Esses elementos se colocam sob as leis do fluxo de consciência, o que lhes caracteriza como fluidos, elementos móveis submetidos à temporalidade. Já o papel decisivo atuado pela intersubjetividade entre as camadas constitutivas da imagem corporal lhe dá, com a transposição subjetiva imediata e com a analogia reflexiva, a emergência pré-reflexiva e objetiva que lhe particularizam culturalmente. A indistinção entre silhueta e imagem corporais trai a potência da subjetividade, vivida nas experiências em primeira pessoa, pela naturalização da objetividade visual do próprio corpo percebido pela perspectiva de uma terceira pessoa.

Fenomenologia, corporeidade, imagem corporal

P

HIST

FENOMENOLOGIA DA CORPOREIDADE, CULTURA E PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO: UMA LEITURA DE MERLEAU-PONTY PELA ANTROPOLOGIA DO CORPO. José Bizerril Neto (Centro Universitário de Brasília, Brasília, DF).

A partir do final dos anos 80 do século XX, no contexto do debate pós-moderno na antropologia, a releitura da fenomenologia da corporeidade merleau-pontyana refigurou os estudos antropológicos sobre o corpo. Ao invés de superfície passiva sobre a qual se escreve o texto da cultura ou de mera metáfora do corpo social, o corpo passou a ser pensado como constitutivo da experiência vivida da cultura e da própria pesquisa etnográfica. Ao mesmo tempo, recusa-se a concepção biomédica de corpo, como mero organismo biológico, entidade discreta distinta da totalidade da pessoa. O debate sobre o *embodiment* (corporificação, corporeidade) aponta para os modos pelos quais as culturas se inscrevem na experiência vivida dos sujeitos. Noções do pensamento de Merleau-Ponty (como percepção, esquema corporal, corpo habitual e carne) inspiraram novas teorizações sobre a cultura, desta vez concebida como fenômeno encarnado, não apenas restrito ao domínio das representações, regras e simbolização, mas como horizonte de experiência. Investigações sobre sociedades tradicionais não-ocidentais, por um lado, desvelaram outros modos de organização da experiência sensorial e suas implicações sobre as formas de conceber e conhecer o mundo, destoantes em relação à primazia da visão. Por outro, enfatizaram o saber prático, inscrito nos corpos como um domínio relevante da análise cultural. Estudos como os de Jackson e Stoller sobre populações da África Ocidental, ou de Csordas, sobre terapêuticas religiosas indígenas e cristãs nos Estados Unidos, contribuíram para a compreensão de como a cultura estrutura a experiência perceptiva e de que modo se entrelaçam percepção, subjetividade e cultura. O corpo aparece então, não apenas como a primeira ferramenta, conforme a formulação pioneira de Mauss nos anos 30, mas também como o próprio sujeito da cultura, como afirmado por Csordas. Neste contexto, a intersubjetividade é repensada como intercorporalidade. A dimensão encarnada e silenciosa da vida social é concebida como pré-discursiva ou pré-racional, em consonância com a proposta de Merleau-Ponty, mas enfatiza-se que não se trata de um domínio pré-cultural. Este debate tem como consequência para a psicologia o reconhecimento que modos específicos de experiência sensorial e motora, isto é, modos de perceber e mover o corpo, estão implicadas em modos específicos de subjetividade corporificada. Deste modo, aprender uma técnica corporal específica, um modo tradicional de usar o corpo, implica potencialmente uma reorientação da subjetividade.

Merleau-Ponty, antropologia do corpo, corporeidade

P

HIST

PERDÃO, ESPERANÇA E RESPEITO: MAIS DO QUE CONCEITOS, ATITUDES A FAVOR DA SAÚDE.

RESPEITO À DIVERSIDADE COMO FORÇA SIMBOLICA DE RENOVAÇÃO PARA A MANUTENÇÃO DE RELAÇÕES SOCIAIS POSITIVAS. *Valéria Marques* (Curso de Psicologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ, Brasil) e *Cecilia Satriano* (Curso de Psicologia da Universidad Nacional de Rosario, Rosario, Santa Fé, Argentina).

INTRODUÇÃO

O encontro entre pessoas pode ser analisado por diferentes perspectivas. Neste texto ele é enaltecido como um encontro entre dois mundos em mudança permanente que pode contribuir para a saúde e o desenvolvimento dos sujeitos em interação. Ao considerar o interacionismo e a teoria da complexidade como base de leitura para o comportamento humano quebra-se totalmente com a idéia de imutabilidade e certeza absoluta (Marques, 2005). Outra contribuição teórica importante é a Psicologia Positiva que destaca os aspectos saudáveis do humano, tais como felicidade, alegria, virtudes e forças pessoais, e investiga como contribuir para a construção da qualidade de vida (Seligman, 2004; Gonçalves, 2006) aliada à busca de sentido da vida. Diener e Seligman (2004 *apud* Gonçalves, 2006) destacam algumas circunstâncias que propiciam uma vida feliz: viver em uma sociedade democrática, possuir amigos e família parceiros na vida, ter um trabalho recompensador e atrativo, ser saudável, ter metas importantes, ter uma filosofia ou religião que dê sentido de vida. Embora estes constructos possam ser claros em sua compreensão teórica, observa-se no cotidiano a dificuldade da incorporação vivencial desta proposta, como por exemplo, a tendência à manutenção do vínculo humano como algo já pronto e conhecido, preferencialmente no contato entre os considerados “iguais” e o rechaço ao “diferente”. Sair do discurso para a prática exige exercício e reflexão constantes. O sentido das palavras, gestos e comportamentos não é dado de modo imediato à compreensão, até porque existe concomitantemente o duplo sentido. Há emergência da atualização constante na interação, existe por detrás de cada mensagem manifesta um conteúdo latente que requer interpretação negociada entre os partícipes e o contexto (Marques; Satriano, 2009, 2010, 2011a, 2011b). Se existe uma distribuição de valor simbólico desigual, isto interfere negativamente. Quando a negociação não ocorre de modo ético e verdadeiro, há uma tendência à superficialidade do encontro que dificulta sua atualização e que pode comprometer a construção de relações positivas. Considera-se o respeito ao outro e a si mesmo como um fator importante nesta atualização e negociação, que contribui para a saúde mental na experiência do bem-estar subjetivo. A partir da pesquisa bibliográfica, o objetivo deste ensaio teórico é discutir a importância do exercício da semipermeabilidade na interação social, considerando o respeito à diversidade como força simbólica de renovação para a construção de relações sociais positivas. Semipermeabilidade articula-se com negociação já que implica em uma atividade na qual o novo e o antigo se encontram e se articulam, sem a ditadura de um ou outro.

DESENVOLVIMENTO

Força simbólica

O fator simbólico é considerado como o que fornece sentido nos encontros, a consciência deste fator colabora para os encontros significativos. A herança biológica trazida será ativada pela herança simbólica que receberá e como resultado de sua

apropriação pessoal deste conjunto de fatores encontrar-se-á o seu modo de interpretar, agir, reagir e interagir com o mundo. Quando a criança aprende a falar, aprende muito mais do que simplesmente emitir sons, ela herda sócio-culturalmente um conjunto de influências para ler a realidade (Bruner, 1997, 2002, 2007, 2008). Ela recebe o capital simbólico (Bourdieu, 2005a, 2005b) que a influenciará e que a marcará no contexto sócio-histórico o qual pertence. A invenção de si e da realidade atravessa questões afetivo-sociais e cognitivas e influenciará a qualidade de sua interação, pois mantém estreita relação com o mundo no qual está inserida, mundo este tanto material quanto psicológico (Bleichmar, 2009). Cabe destacar o verbo influenciar relacionado ao fator simbólico, o ser humano tem como característica de sua espécie a capacidade de simbolização, a forma de operar o seu sistema mental perpassa por esta potencialidade, junto a isto a cultura fornecerá elementos para alimentar o processamento mental, mas, o sujeito através do autoconhecimento, poderá escolher conscientemente e responsabilmente o percurso que pretende para si. Este processo de escolha não resulta unicamente do processamento das informações para transformá-las em conhecimento através da razão, visto que é inseparável da emoção. Isto significa dizer que é interessante o espaço para a reflexão que favoreça simultaneamente os processos conscientes e inconscientes de transformação da informação em conhecimento.

Marques e Satriano (2009, 2010, 2011a, 2011b) apontam que a força simbólica representa o fator energético ligado a uma dada representação que impulsiona o comportamento. O fator energético da representação tem seu componente racional e emocional, consciente e inconsciente. Quanto mais consciente o sujeito estiver sobre o que influencia suas escolhas e comportamentos, tanto mais implicado e capaz de direcionar sua caminhada para propósitos mais éticos e saudáveis. A responsabilidade existe sempre, na escolha e na não escolha. Do mesmo modo, há uma negociação permanente entre a demanda do mundo interno e a do mundo externo, nem sempre coincidentes. Solidariedade, alteridade, cooperação e democracia são valores que colaboram positivamente nesta negociação entre a singularidade e a mutualidade. Visto ser algo em processo, o exercício da reflexão também deve ser uma constante, estando sempre em suspenso e alvo de questionamentos patamares já alcançados. A força simbólica ligada a uma representação se observa na influência para a condução de um ato. Por vezes as pessoas apenas reproduzem o que herdaram e repetem sem olharem efetivamente para si e para o outro. Gonçalves (2006) resgata a tipologia de Glatzer e Mohr (1987) que pressupõe a possibilidade de verificação da qualidade de vida no tocante ao “bem estar” em diferentes domínios de vida de uma comunidade ou grupo. As quatro categorias são: bem estar (condições objetivas de vida e as avaliações perceptuais subjetivas boas); dissonância (condições objetivas de vida boas, mas avaliações perceptuais subjetivas ruins); adaptação (condições objetivas de vida ruins e avaliações perceptuais boas); e privação (condições objetivas de vida e avaliações perceptuais subjetivas ruins). As pessoas na categoria de bem estar sentem-se satisfeitas e integradas. Em contrapartida, as pessoas nas demais categorias não se sentem plenas. As pessoas na condição de dissonância sentem insatisfação e desprazimento e podem assumir uma ação de mudança; as pessoas em condição de adaptação sentem isolamento social e impotência; e as pessoas na condição de privação precisam de intervenção social. Neste sentido, pondera-se que o fator simbólico como energia para a ação está presente na categoria de bem estar e pode alimentar qualquer das outras três categorias na direção da saúde.

O respeito à diversidade trata-se do encontro na diferença, mas baseado na dignidade. Aceitar a miséria nas condições objetivas de vida não significa respeitar a diversidade e sim o descaso social. Respeitar a diversidade remete às diferenças subjetivas, e não

significa anulá-las, ou ignorá-las, e sim negociá-las, sair do lugar comum conhecido que não atende e buscar algo melhor. Madureira (2007) conceitua preconceito como fronteiras simbólicas rígidas, construídas historicamente e com forte enraizamento afetivo que acabam por se constituir como barreiras culturais entre grupos sociais e indivíduos. A autora revela que o preconceito está na base de atitudes discriminatórias, encontradas com muita frequência no ambiente escolar. Gonçalves (2006) discute a relação entre felicidade e associação entre pessoas. A autora afirma que as pessoas são mais felizes quando estão associadas a outras, com destaque para os familiares e para os amigos, visto que estas pessoas próximas influenciam na definição de valores e aspirações. A autora afirma que as teorias psicossociais contribuem para o estudo sobre o modo como as interações sociais facilitam a adaptação às situações sociais. Saúde humana não combina com isolamento, visto que o homem é um ser social. Ele se constitui e se atualiza na interação. Quando a família e os amigos representam fortes laços afetivos, colaboram na transferência deste vínculo positivo para outros cenários mais amplos. Neste micro cosmo o sujeito pode experimentar a si mesmo e suas primeiras negociações.

Respeito à diversidade como força simbólica de renovação

O respeito à diversidade não é algo espontâneo, natural e sim algo aprendido, social, isto se consolida no fato de que o homem também não é um ser natural e sim social. O ser humano supera o instinto animal e se desenvolve no âmbito singularidade-mutualidade. O seu nascimento biológico não lhe garante a sobrevivência, em seu total desamparo depende de outro ser humano para cuidá-lo e alimentá-lo, além disto, ele somente se constitui efetivamente homem na interação com o outro. O homem tem muito a aprender na convivência com os outros, e na experiência de construção desta interação. Quando vivencia-se diferenças, a oportunidade das comparações sociais e o alargamento da compreensão da realidade é alcançada. A realidade pode ser configurada de diferentes modos e perspectivas, ter consciência disto e aprender com as dissonâncias, fortalece tanto as características singulares quanto coletivas, no caminho do bem estar subjetivo, e não da opressão (Gonçalves, 2006). Para um movimento saudável, ele deve ser em duas vias para que não haja a opressão ou aniquilamento da essência de cada um. Em um quadro relacional no qual ambos envolvidos crescem, não há espaço para a desigualdade e o desrespeito: não se consegue considerar o outro, quando este o desconsidera; não se consegue valorizar o outro, quando este o desvaloriza; não se consegue respeitar o outro, quando este o desrespeita. Nestes casos, vários resultados podem ser obtidos, tais como indiferença, confronto, peleja, mas todos levam à barreira ou à má qualidade na interação social comprometendo o clima de bem estar subjetivo. O respeito à diversidade reafirma a possibilidade da renovação. O pronto, o padrão dá uma sensação de controle e tranquilidade aparente, visto que tudo continua mudando, e o estável e plenamente conhecido não existe.

Ao discutir a respeito da educação brasileira, Duk (2005) declara que a diversidade regional é significativa. Ela propõe princípios que se aplicam a todas as situações educacionais por criarem possibilidades de aprendizagem em consonância com o respeito à diversidade, são eles: aprendizagem ativa e significativa; negociação de objetivos; demonstração, prática e feedback; avaliação permanente; apoio e colaboração. Percebe-se que as relações sociais positivas são mantidas enquanto estiverem em movimento, isto é, abertas para a significação e resignificação de seus propósitos e paradigmas. Quanto mais se respeita o outro em sua similitude e diferença, mais se respeita a si próprio nas mesmas condições. Diversidade aponta para esta

argumentação, a possibilidade de ser igual e diferente ao mesmo tempo, é o exercício de construção da convivência como uma habilidade social positiva (Roth, 2011).

Conclui-se, portanto, o respeito à diversidade como força simbólica comprometida politicamente e eticamente com a organização de uma sociedade solidária que valorize a singularidade e ao mesmo tempo a coletividade, uma sociedade que se conceba em movimento de renovação. Um aspecto alimenta o outro reciprocamente, sem que um sobrepuje o outro. Se o exercício de tendência ao equilíbrio entre singularidade e coletividade não for bem sintonizado, pode ocorrer a preponderância de um lado, isto é, resultar em uma sociedade individualista que não se comprometa com o coletivo, ou pelo contrário, resultar em uma sociedade grupal que anule o indivíduo e suas peculiaridades. Quando o sujeito sente-se acolhido e respeitado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Respeitar a diversidade significa muito mais do que tolerar o outro, significa aceitar a si próprio e ao outro em suas semelhanças e diferenças. Respeitar a diversidade significa ter confiança e segurança em si próprio e perceber o outro com suas diferenças como uma oportunidade de aprendizagem e reflexão de mundo. Respeitar a diversidade é avocar a autoria de seu pensamento e responsabilizar-se por suas decisões e não precisar usar subterfúgios e projetar no outro o medo e a insegurança pessoais. Respeitar a diversidade significa assumir riscos e inovar pensamentos e ações sem considerar o outro como inimigo que não se enquadra nos formatos pré-existentes. Respeitar a diversidade significa maturidade, compromisso ético e político.

Os preconceitos, as crenças, a herança sociocultural impregnam o novo ser social e este deverá, no seu processo de amadurecimento e socialização assim como de constituição de sua subjetividade, vivenciar paralelamente o processo de construção de si e da realidade e decidir o que mantém, o que descarta, o que incrementa. A tomada de consciência referente ao autoconhecimento e ao mundo simbólico não ocorre de modo instantâneo, ela demanda desejo e determinação. O movimento é duplo, interno e externo, de atualização e reflexão constantes e mutuamente influenciáveis. Vida saudável é aquela que se atualiza e se renova, um sistema aberto em contraposição aos extremos de plena permeabilidade e nulidade de estrutura, ou o outro extremo de ausência de permeabilidade e rigidez de estrutura.

REFERÊNCIAS

- Bleichmar, S. (2009). **Inteligencia y simbolización**: uma perspectiva psicanalítica. Buenos Aires: Paidós.
- Bourdieu, P. (2005a). **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- _____. (2005b). **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva.
- Bruner, J. (1997). **Atos de significação**. Porto Alegre: Artmed.
- _____. (2002). **Realidade mental, mundos possíveis**. Porto Alegre: Artmed.
- _____. (2007). **Como as crianças aprendem a falar**. Porto Alegre: Instituto Piaget.
- _____. (2008). **Sobre o conhecimento**: ensaios da mão esquerda. São Paulo: Phorte.
- Duk, C (org) (2005). **Educar na diversidade**: material de formação docente. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial.
- Gonçalves, S. M. M. (2006) **Mas, afinal, o que é felicidade?** Ou, quão importantes são as relações interpessoais na concepção de felicidade entre adolescentes. Tese. Doutorado em Psicologia. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, 2006.
- Madureira, A. F. A. (2007). **Gênero, Sexualidade e Diversidade na Escola**: a construção de uma cultura democrática. Tese de Doutorado. Psicologia. UnB. Dezembro.
- Marques, V. (2005). **Ruptura epistemológica e psicologia**: a importância do olhar fluido. Tese de doutorado em Psicologia. Rio de Janeiro: UFRJ.

_____ & Satriano, C. (2009). La constitución de la función semiótica. **Extensión Digital** Revista de Psicología. , v.3. Disponível em <extensiondigital.fpsico.unr.edu.ar/marques-satriano-n3-2009>. Acesso em Janeiro de 2010.

_____. (2010). Aplicação do olhar fluido em um estudo sobre a relação entre aprendizagem e contextos de precarização simbólica. **Boletim Interfaces de Psicologia**. Seropédica-RJ. (no prelo).

_____. (2011a). Processos de subjetivação e precarização simbólica. **Boletim Interfaces de Psicologia**. Seropédica-RJ. (no prelo).

_____. (2011b). **Curso: O uso da narrativa como estimulação simbólica e metacognitiva junto a crianças em contextos de precarização simbólica e/ou risco social**. Projeto de extensão. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de educação. Departamento de Psicologia. Seropédica-RJ, 2011.

Roth, E. (2011) Habilidades para vivir en sociedad: el papel del contexto en la comprensión del comportamiento social. In Schinini, C. A.; Guadalupe, L. A. O. **Psicología Del Bienestar y La felicidad**: estrategias de psicología positiva para aprender a sentirse bien. Bogotá, Colombia: Psicom.

Seligman, E. P. M. (2004). **Felicidade autêntica**: Usando a nova psicologia positiva para a realização permanente. Rio de Janeiro: Objetiva.

Palavras-chave: Semipermeabilidade, Relações sociais, Simbólico.

Nível: P

SAÚDE

ESPERANÇA EM PESSOAS COM CÂNCER. *Célia Regina de Oliveira*
(Universidade Estácio de Sá e GEPAPIC – Grupo de Estudos, Pesquisa e Assistência Psicosocial ao Idoso e ao seu Cuidador, Resende/RJ) _

A esperança é uma disposição cognitiva e afetiva, que se evidencia por nossa vontade de alcançar bons resultados no futuro, definidos segundo critérios pessoais de julgamento. É tão forte o poder da esperança em nossa existência, que se torna difícil conceber uma vida sem esperança, pois uma vida assim compreendida é uma vida sem futuro. A esperança imprime em nossa existência a dimensão do futuro e para lá nos move; no futuro se encontra também uma razão para se viver. Como não sabemos o que está por vir, nossa confiança oscila entre a certeza e a incerteza de que o alvo de nossa espera possa se concretizar. Ser esperançoso significa acreditar que bons resultados advirão em um tempo percebido como relativamente próximo ou distante; ser esperançoso significa ter fé no futuro. O fato de assim crer no porvir circunscreve a existência de crenças e sistemas de crenças influenciando em nossos pensamentos, condutas e sentimentos. Crenças e sistemas de crenças esperançosas, representações mentais simbólicas de caráter essencialmente positivo direcionadas ao devir, formam o núcleo central da esperança, pois são estas crenças que a mobilizam e encorajam uma pessoa a ultrapassar situações desafiadoras. Crenças esperançosas baseiam-se numa disposição otimista que, considerando a eventualidade de decepções, deveriam ser desejavelmente formuladas de modo realista. Há outros elementos importantes na esperança: a) vivência de uma situação que representa uma crise na vida de uma pessoa e, como tal, é geradora de desconforto, insatisfação e sofrimento; b) avaliação subjetiva da experiência que pode propiciar a descoberta do seu sentido e a decisão de se assumir uma conduta corajosa diante do sofrimento; c) a definição de um alvo no futuro, segundo critérios pessoais de julgamento, que têm a propriedade de transformar em algo melhor a condição atual do esperançoso; e, d) os sentimentos de confiança e desconfiança, que oscilam em um *continuum* que vai da certeza de alcançar o que se espera à incerteza de sua concretização. Crenças identificadoras, variáveis de personalidade, educação e experiência de vida também são de importância na compreensão da esperança. Expressões de esperança na vivência do câncer podem ser inferidas da conduta do paciente. Atividade e passividade são condutas conseqüentes da esperança que resultam da avaliação da experiência de sofrimento, da consciência da capacidade de enfrentá-la e da percepção de suporte sócio-afetivo. A esperança é um poderoso recurso de enfrentamento que nos previne do desespero e demanda a capacidade de saber esperar pelos bons resultados desejados. É uma disposição humana tão robusta que é capaz de emergir em uma situação onde aparentemente não há mais razão para ter esperança. Entretanto, perante condições desafiadoras criamos crenças limitadoras que nos bloqueiam, impedem a descoberta do sentido das diversas situações que vivenciamos e restringem a percepção do sentido das que estão por vir, com os seus naturais desafios que, muitas vezes, constituem provações. A experiência do medo, que está na origem destas crenças, tende a gerar ansiedade, insegurança, desânimo e desesperança. Cabe a cada um de nós decidir que conduta irá assumir diante do próprio sofrimento e do sofrimento alheio.

Palavras-chave: Esperança. Crenças Esperançosas. Câncer

Nível: P

SAÚDE

A IMPORTÂNCIA DO PERDÃO EM CONFLITOS INTERPESSOAIS. *Sílvia Maria Melo Gonçalves* (Departamento de Psicologia e Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro).

INTRODUÇÃO:

Os conflitos emergem cada vez mais nos negócios, no governo, nas famílias, e em inúmeras circunstâncias da vida. Geralmente, as pessoas ficam desgastadas e emocionalmente abaladas. O espírito adversarial dos conflitos interpessoais desperta emoções negativas, e as pessoas sofrem com mágoa, rancor, raiva, ansiedade, tristeza, depressão, dentre outras emoções negativas.

Seligman (2004, p.96) discute a importância do perdão, pois “não perdoando, você não atinge o culpado, mas perdoando, você se liberta”. Ainda, segundo este autor, aquele que é capaz de perdoar os que lhe fizeram mal vivenciará emoções positivas, libertando-se dos malefícios das emoções negativas que deixará de sentir, visto que o perdão traz mudanças benéficas para o organismo daquele que foi ofendido ou magoado, assim como proporciona bem-estar, pois, “com o perdão, as tendências ou motivações básicas em relação ao transgressor tornam-se mais positivas (benevolentes, afáveis ou generosas) e menos negativas (vingativas ou separadoras)” (Seligman, 2004, p.177).

O objetivo deste trabalho é discutir a importância do perdão e das emoções positivas para a saúde e o bem-estar subjetivo das pessoas que foram afrontadas, através dos estudos da Psicologia Positiva.

A Psicologia Positiva foi lançada em 1998, quando Seligman, como Presidente da *American Psychological Association*, propôs mudar o foco da Psicologia, como ciência e profissão curativa para compreender e construir as qualidades da vida, corrigindo o desequilíbrio entre a primazia de enfoques: valorizando os aspectos funcionais das pessoas, ao invés de se direcionar para os disfuncionais.

Desde essa época, a Psicologia Positiva vem crescendo rapidamente, envolvendo centenas de pesquisadores nos Estados Unidos e ao redor do mundo, através de inúmeros estudos transculturais. Sua preocupação reside em descobrir e promover os fatores que permitem que os indivíduos e as comunidades prosperem (Seligman & Csikszentmihalyi, 2000; Fredrickson, 2001; Seligman, 2004; Diener & Seligman, 2004).

DESENVOLVIMENTO:

A importância das emoções positivas para a saúde e o bem-estar subjetivo

As emoções positivas são fundamentais para a experiência de felicidade porque, além de propiciarem experiências prazerosas quando estão presentes, também deixam um lastro para uma melhoria na qualidade de vida em momentos futuros. Para Seligman (2004, p.59), “a emoção positiva é importante, não somente pela sensação agradável que traz em si, como porque causa um relacionamento muito melhor com o mundo”.

Quando uma pessoa apresenta um nível elevado de bem-estar subjetivo está experienciando satisfação com a vida, felicidade, emoções positivas frequentes e emoções negativas com pouca frequência; do mesmo modo que alguém com baixo nível de bem-estar subjetivo não está tendo satisfação com a vida nem felicidade, e está experimentando mais emoções negativas e poucas emoções positivas (Diener, Suh, e Oishi, 1997).

Fredrickson (1998) acrescenta que as emoções positivas melhoram a saúde física, as amizades, o amor e a realização pessoal. Danner, Snowdon e Friesen (p.809,

2001) destacam o efeito curativo que a emoção positiva pode ter para reduzir a tensão até mesmo do sistema cardiovascular frente aos eventos negativos e inevitáveis da vida, “emudecendo os efeitos adversos da estimulação prolongada de uma emoção negativa”.

As emoções são fundamentais para a motivação das pessoas e interferem em todos os domínios da vida, incluindo as relações interpessoais. Tais emoções podem ser agradáveis ou positivas e desagradáveis ou negativas. As emoções negativas produzem experiência emocional desagradável, tais como mágoa, raiva, tristeza, ansiedade, dentre outras. As emoções positivas geram experiência agradável, como, por exemplo, alegria, felicidade ou o amor.

As pesquisas vêm demonstrando que as emoções negativas tendem a comprometer a saúde, predispondo a pessoa a inúmeras doenças. As experiências de estresse prolongado desencadeiam emoções negativas, fragilizando o sistema imunológico e favorecendo o aparecimento de algumas doenças. Por outro lado, emoções positivas potencializam a saúde, revigorando e fortalecendo aquele que as vivencia (Fredrickson, 1998, 2001, 2003; Luskin, 2007).

Fredrickson (2001), em seus estudos sobre felicidade, relata que os efeitos benéficos das emoções positivas se expressam na saúde e na sanidade, facilitando o desabrochar ou a expansão cognitiva e comportamental, consolidando os recursos psicológicos e emocionais de quem é feliz. Ainda, para esta autora, as emoções positivas desempenham um importante papel na evolução, fortalecendo os recursos intelectuais, físicos e sociais, que são úteis em situações adversas, proporcionando um estado de espírito positivo, agregando as pessoas na medida em que todos gostam de ficar perto de pessoas felizes, criando "cadeias de eventos interpessoais".

Para Fredrickson (1998), é importante caminhar na contramão da maioria dos especialistas que se voltam para as emoções negativas e os males oriundos destas, porque é essencial que se compreenda como introduzir emoções positivas em nosso dia a dia, equilibrando a proporção entre emoções positivas e negativas. Fredrickson (2003) acrescenta que a proporção ideal entre as emoções seria de três emoções positivas para cada emoção negativa. O efeito das emoções positivas é poderoso para a saúde, pois estas afastam as consequências maléficas deixadas pelas emoções negativas, melhoram os relacionamentos interpessoais, ampliam o repertório cognitivo, o discernimento e o bem-estar.

Harker e Keltner (2001) compilaram trabalhos sobre emoções positivas e concluíram que estas ajudam a desfazer efeitos prolongados das emoções negativas. Assim, têm consequências sociais benéficas, fazendo com que as pessoas tenham comportamentos de cooperação, conduzindo a interações sociais mutuamente recompensadoras, construindo e fortalecendo laços sociais.

A ansiedade é uma emoção negativa que tem despertado interesse de pesquisadores da área, visto estar associada a muitos transtornos quando se torna excessiva. A raiva, que possui relação estreita com problemas cardiovasculares, também tem sido foco de atenção por deixar a pessoa presa em suas vivências passadas. Para os estudiosos da Psicologia Positiva, o interesse está voltado para a descoberta de estratégias voluntárias que permitam que estas emoções sejam superadas pelas pessoas. Desta forma, Seligman (2004, p.95) explica as emoções em nossas vidas afirmando que “o cérebro humano evoluiu para garantir que nossa luta contra as emoções negativas favoreça as emoções positivas – libertadoras, construtivas e duradouras, mas muito mais frágeis.”

O perdão e seus benefícios

Luskin (2007), ao realizar pesquisas para sua tese de doutorado, buscou, na literatura científica, relatos de treinamentos para o perdão e encontrou somente quatro trabalhos abordando esta temática. Assim, Luskin dedicou-se ao desenvolvimento de treinamento para o perdão e seus achados sugeriram que se tratava de um campo profícuo que deveria ser mais bem compreendido.

Snyder e Lopez (2009, p.253) apresentam Enright (1998) como o “mais antigo estudioso sobre perdão” e ressaltam que para este é fundamental que aquele que perdoa desenvolva atitude benevolente em relação à pessoa que transgrediu. Snyder e Lopez (2009, p.253) citam a definição de perdão de Enright, Freedman e Rique (1998) pela peculiaridade de se abandonar “o próprio direito ao ressentimento, ao julgamento negativo e ao comportamento indiferente em relação a alguém que injustamente nos prejudicou” enquanto são estimuladas “as qualidades não merecidas de compaixão, generosidade e até mesmo amor em relação a essa pessoa”.

Worthington (2005) argumenta que apesar de os estudiosos sobre perdão divergirem sobre sua exata natureza, todos concordam que este é benéfico para as pessoas envolvidas.

Thompson e colaboradores, citados por Snyder e Lopez (2009, p.253), definem perdão como “uma libertação de um vínculo negativo com a fonte que transgrediu contra a pessoa”, destacando que esta teoria é a mais ampla de todas porque a fonte de transgressão, ou o possível alvo a ser perdoado, pode ser a própria pessoa, outra pessoa ou uma situação em que não se tenha controle.

Snyder e Lopez (2009, p.254) destacam a concepção de Tangney, Fee, Reinsmith, Bonne e Lee (1999) sobre o núcleo do processo de perdão ser o abandono das emoções negativas. O modelo apresentado por estes estudiosos sugere que o perdão envolva as seguintes questões, conforme citam Snyder e Lopez (2009, p.254):

- “1. transformação cognitivo-afetiva a partir de uma transgressão na qual;
2. a vítima faz uma avaliação realista do prejuízo causado e reconhece a responsabilidade do autor, mas;
3. escolhe livremente ‘cancelar a dívida’, abrindo mão da necessidade de vingança ou punições merecidas e de qualquer busca de compensação. Esse ‘cancelamento’ da dívida também envolve;
4. um ‘cancelamento das emoções negativas’ diretamente relacionadas à transgressão. Especificamente, ao perdoar, a vítima supera seus sentimentos de ressentimento e raiva em função da atitude. Resumindo, por meio do perdão, o indivíduo prejudicado;
5. essencialmente se retira do papel de vítima”.

O perdão é importante porque o bem-estar (incluindo a satisfação com a vida e a qualidade da vida das pessoas, bem como a saúde física e mental) está relacionado com o fato de conseguir driblar as emoções negativas da vida (inerentes à raiva e à mágoa existentes naquele que sofreu afronta) e de cultivar emoções positivas. Perdoar é uma condição sem a qual não se chega ao desenvolvimento de emoções positivas e “o benefício mais importante do perdão é a afirmação de que não somos vítimas do passado” (Luskin, 2007, p.97).

Os estudos de Seligman (2004) acerca da felicidade sugerem que esta pode ser ampliada a partir da compreensão e da intensificação das emoções positivas, derrubando o dogma de que não existiria felicidade autêntica, pois as emoções positivas se apresentam em três diferentes níveis: passado, presente e futuro, sendo possível que se desenvolvam cada um separadamente.

Lyubomirsky, Sheldon e Schkade (2005), baseando-se em inúmeras pesquisas, propõem que a felicidade depende 50% da genética, 10% de circunstâncias boas ou más da vida e 40% de atividades intencionais, de tentativas de realização de mudanças positivas para que a vida seja mais saudável. Neste sentido, Seligman (2004), argumenta que estas estratégias voluntárias devem ser utilizadas para que o nível de emoções positivas seja elevado até o topo da faixa de variação individual de felicidade.

De acordo com Seligman (2004), as emoções em relação ao presente são: alegria, humor, coragem, persistência, calma, prazer, *flow*, atenção, apreciação e quebra da habituação; em relação ao futuro, as emoções são: fé, confiança intensificação da aprendizagem da esperança e do otimismo; e, em relação ao passado, as emoções a serem desenvolvidas são: gratidão, **perdão**, realização, orgulho, contentamento, serenidade e libertação da tirania do determinismo.

Seligman (2004) destacou três maneiras de se experimentar satisfação permanente em relação ao passado: reformulando o pensamento determinista de que o passado determina o futuro e mudança emocional e voluntária nas recordações, pois “uma gratificação maior pelas coisas boas do passado intensifica as lembranças positivas, e aprender a perdoar antigas ofensas dissipa a tristeza que torna impossível a satisfação” (Seligman, 2004, p.101). Luskin (2007), assim como Seligman (2004), encontrou em suas pesquisas que ao perdoar as pessoas vivenciam emoções positivas, tais como gratidão, fé e solicitude e que seus efeitos são benéficos para a saúde, principalmente, para o sistema cardiovascular.

Então, libertação da crença do determinismo do passado em relação ao futuro, reconhecimento de situações prazerosas e aprendizagem do perdão são fundamentais para que as pessoas deixem de ser refém de seu passado. Seligman (2004) enfatiza que o que se sente em relação ao passado depende exclusivamente das recordações pessoais, sendo esta a única fonte que o alimenta e que pode aumentar a satisfação com a vida, pois podem ampliar as boas lembranças do que a pessoa viveu.

“O que você sente em relação ao passado – satisfação ou orgulho *versus* amargura ou vergonha – depende inteiramente das suas lembranças. Não existe outra fonte. A razão pela qual a gratidão contribui para aumentar a satisfação com a vida é que ela amplia as boas lembranças do passado – a intensidade, a frequência e a graça” (Seligman, 2004, p.94).

Ao estudar o perdão, Luskin (2007) partiu de três hipóteses básicas: que independe da afronta, que tem significado muito mais no presente do que no passado e que se deve começar a perdoar ofensas menores como um exercício para se perdoar ofensas mais graves. Para este autor, ao se comparar os extremos de vingança em oposição ao perdão, deve-se fazer alusão a uma balança, tendo-se cada um em um prato. Primeiramente, devido ao sentimento de retaliação, o prato do perdão está acima do da vingança, visto que este é mais pesado devido à sua força. Entretanto, com o passar do tempo, a necessidade de cura pessoal torna-se importante, e como acrescenta Luskin (2007, p.7):

“(…) o perdão – sem o esquecimento, sem o fechar dos olhos e sem a reconciliação com os autores da afronta – é uma das ferramentas poderosas que podemos usar. O aprendizado do perdão é um fato que ajudará todos aqueles afetados pela violência a viverem suas vidas com serenidade e com o máximo de bem-estar possível”.

Quando se é capaz de perdoar, as emoções positivas surgem e são imediatamente percebidas por aquele que perdoa, devido à sensação agradável de bem-estar, e este processo se dá no presente, visto que a mágoa decorrente de uma afronta sofrida no

passado é revivida no presente, pois “ao escolher o perdão, renunciamos ao passado para curar o presente” (Luskin, 2007, p.87).

Assim como Seligman (2004, p.95) se questiona por que as pessoas “abraçam apaixonadamente” pensamentos desagradáveis sobre o passado e a “releitura do que se passou não é a abordagem mais natural das ofensas sofridas”, para Baumeister, Bratslavsky e Vohs (2001), um dos grandes desafios da Psicologia Positiva é compreender porque, em algumas circunstâncias da vida, as situações desagradáveis parecem exercer um maior poder sobre as pessoas do que as agradáveis, causando maior impacto nos relacionamentos, no trabalho, na vida familiar etc.

Os estudos de Luskin, após seu doutoramento, seguiram adiante em busca de situações mais difíceis de serem perdoadas e o perdão continuou mostrando seu caráter benéfico para a saúde das pessoas que eram capazes de perdoar. Para Seligman (2004, p.95), embora o perdão não leve ao esquecimento, pois a memória permanece intacta, será a “única estratégia viável para uma releitura do passado”, por não podermos mudá-lo, é o caminho a ser trilhado para afastar a dor, a ansiedade, a mágoa, o rancor, a raiva e as demais emoções negativas:

“A única saída deste deserto emocional é promover uma mudança nas idéias, reescrevendo o passado: perdoadando, esquecendo ou apagando as lembranças ruins. Não existem, porém, meios conhecidos de aumentar o esquecimento e suprimir a memória diretamente. Na verdade, tentativas explícitas de dominar os pensamentos têm efeito contrário, aumentando a probabilidade de que venha à mente a imagem do objeto proibido” (Seligman, 2004, p.95).

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Quando as pessoas que vivenciam conflitos interpessoais conseguem compreender o motivo da discórdia e reconhecem em si comportamentos que também causaram mágoa no outro, certamente será mais fácil perdoar e ser perdoado.

Para os estudiosos do perdão, aqueles que conseguem se livrar da mágoa e da culpa, aprendem a controlar melhor suas emoções e a sentir paz e liberdade, passando a desfrutar de uma vida com saúde e satisfação, porque, embora o perdão não elimine a lembrança da dor causada pelo outro, modifica aquele que perdoou. Neste sentido, o perdão é importante já que permite que as pessoas recuperem o controle sobre suas vidas, fazendo menos tentativas de controlar a vida dos outros, administrando o efeito das ações danosas de outras pessoas sobre suas vidas. Isto é fundamental na medida em que não se pode mudar o que já aconteceu assim como não se pode mudar outra pessoa (Luskin, 2007).

Para Seligman (2004, p.59), “a emoção positiva é importante, não somente pela sensação agradável que traz em si, como porque causa um relacionamento muito melhor com o mundo”. Como consequência dos benefícios das emoções positivas provenientes do perdão, Seligman (2004, p.96) acrescenta que “a saúde física, especialmente em termos cardiovasculares, é geralmente melhor nos indivíduos que perdoam do que nos que não perdoam”. Luskin (2007) também encontrou forte correlação entre perdão e melhor saúde cardiovascular, pressão arterial e sistema imunológico.

Os estudos desenvolvidos por Luskin (2007), assim como todos os outros sobre perdão, fazem parte da nova proposta lançada por Seligman, em 1998, quando ressaltou a importância em se mudar o foco da Psicologia, como ciência e profissão curativa, para compreender e construir as qualidades da vida, surgindo, assim, a Psicologia Positiva.

Neste sentido, a Psicologia Positiva se interessa em estudar o perdão na medida seu objetivo é construir uma sociedade com instituições mais sólidas, com pessoas mais felizes. Para isso, os psicólogos positivos buscam classificar as forças humanas e seus interesses voltam-se para a investigação de emoções positivas, virtudes e forças pessoais, constituindo-se em uma ciência que estuda e investiga a experiência subjetiva positiva, as características positivas individuais e as instituições positivas.

REFERÊNCIAS:

BAUMEISTER, R.F.; BRATSLAVSKY, E.; FINKENAUER, C.; VOHS, K.D. (2001). Bad is stronger than good. *Review of General Psychology*, 5, 323–370.

DANNER, D.D.; SNOWDON D.A; FRIESEN, W. (2001). Positive emotions in early life and longevity: findings from the nun study. *Journal of Personality and Social Psychological*, 80, 804-813.

DIENER, E.; SELIGMAN, M.E.P. (2004). Beyond money: Toward an economy of well-being. *Psychological Science in the Public Interest*, 5, 1-31.

DIENER, E.; SUH, E.M.; OISHI, S. (1997). Recent findings on subjective well-being. *Indian Journal of Clinical Psychology*, 24, 25-41.

FREDRICKSON, B.L. (1998). What good are positive emotions? *Review of General Psychology*, 2, 300-319.

FREDRICKSON, B.L. (2001). The role of positive emotions in Positive Psychology: The broaden-and-build theory of positive emotion. *American Psychologist*, 56, 218-226.

FREDRICKSON, B.L. (2003). The value of positive emotions. *American Scientist*, 91, 330-335.

HARKER, L.; KELTNER, D. (2001). Expressions of positive emotion in women's college yearbook pictures and their relationship to personality and life outcomes across adulthood. *Journal of Personality and Social Psychology*, 80, 112-124.

LUSKIN, F. (2007). *O poder do perdão: Uma receita provada para a saúde e a felicidade*. São Paulo: Francis.

LYUBOMIRSKY, S.; SHELDON, K.M.; SCHKADE, D. (2005). Pursuing happiness: The architecture of sustainable change. *Review of General Psychology*, 9, 111-131.

SELIGMAN, E.P.M. (2004). *Felicidade autêntica: Usando a nova psicologia positiva para a realização permanente*. Rio de Janeiro: Objetiva.

SELIGMAN, E.P.M.; CSIKSZENTMIHALYI, M. (2000). Positive psychology: An introduction. *American Psychologist*, 55, 5-14.

SNYDER, C.R.; LOPEZ, S.S. (2009). *Psicologia positiva: Uma abordagem científica e prática das qualidades humanas*. Porto Alegre: Artmed.

WORTHINGTON, E.L.Jr.(Org.). (2005). *Handbook of forgiveness*. NewYork: Routledge.

Palavras-chave: Perdão, Conflitos, Psicologia Positiva.

Nível: P

SAÚDE